

O CAFÉ

na segunda centenario de
sua introdução no Brasil

(2.^o volume)

EDITADO POR JOSÉ DE ALMEIDA
FRANCO E PAULO DE A. G. FERREIRA

Rio de Janeiro

1964



O CAFÉ

no segundo centenário de
sua introdução no Brasil



Vera Leal Barros

EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO
NACIONAL DO CAFÉ

633.73 (81)(091)
B 823d

RIO DE JANEIRO

1934 =====

I. B. N.
BIBLIOTECA

N.º 371
23 / 3 / 62

RIO DE JANEIRO

Sistemas adotados pelos fazendeiros de S. Paulo na venda do café

A ação negativa e positiva do instituto no desenvolvimento da lavoura paulista

ANTONIO DE QUEIROZ TELLES

O COMISSARIADO

O sistema geral de venda do café no Estado de S. Paulo, desde os mais remotos tempos a que nos chega a tradição, era, depois de transportado o produto ao porto de mar, consigna-lo a um comerciante que, por uma comissão sobre o valor da venda, transferia-o a um exportador, que, por sua vez, o colocava no mercado consumidor.

Era, embora em estado rudimentar, o mesmo comerciante que hoje designamos por comissário, e que, com pequenas variações naturais a evolução dos tempos, perdura até nossos dias como principal agente de negócios de café, no que toca ao produtor, em nosso porto de exportação.

Esse sistema de venda operava-se em Santos da mesma forma que no Rio de Janeiro, onde, aliás, em tempos idos, teve muito maior importância que em nosso Estado.

Já nos últimos decênios do século XVIII se efetuavam vendas de café em Santos, mediante comissão, sendo o produto despachado para Portugal, de onde era reexportado para os seus destinos definitivos, visto não ser então permitido o livre comércio do Brasil com o estrangeiro, que só mais tarde, em 1808, se realizou pela abertura dos portos do paiz ao comércio internacional, no reinado de D. João VI.

O café, naquela época cultivado nas regiões do chamado norte do Estado (realmente léste) de onde se escoava por portos como S. Sebastião e Ubatuba, e nas proximidades de Jundiá, Itú e Campinas, era transportado ao porto de mar, nesse caso Santos, por meio de tropas, pois não existiam as estradas de ferro. Os comerciantes exportadores, então em numero muito limitado, eram no geral estrangeiros, predominando os ingleses, holandeses e alemães.

Os comissários vendiam-lhes o café dos fazendeiros e eles, por sua vez, o revendiam aos consumidores. O lucro que auferiam os comissários nesse negocio parece ter sido sempre a comissão de 3% que até hoje tradicionalmente vigora em Santos. Em tempos mais remotos esses comercian-

tes recebiam em pagamento do seu serviço outros generos de produção do fazendeiro, como era o caso do açúcar, e entregavam por sua vez produtos de importação de que os fazendeiros mais precisavam como o sal e os tecidos.

O sistema de contas de vendas diréttas ao produtor parece ter tido o seu inicio no seculo passado.

Nos primeiros decênios desse seculo já existiam em Santos, isto é, especializadas no serviço, operando quasi que unica e diréttamente no negocio do recebimento do produto a consignação, e apresentando ao fazendeiro a conta de venda, da qual era deduzida a sua comissão.

Alguns exemplares dessas contas ainda se encontram em poder de pessoas que se interessam por antiguidades.

UMA CURIOSIDADE

A titulo de curiosidade vamos narrar um caso muito conhecido em nossa familia, o qual representa uma forma, de certo pouco comum, da venda do produto naquele tempo. Em 1826 um tio-avô nosso, contando então deseseis anos, remeteu para Santos toda a safra de açúcar e café colhida na sua propriedade em Itú, despachando-a, em Santos, para a Europa num veleiro alemão, a cujo bordo elle seguiu com a sua produção, disposto a negocia-la e com os lucros fazer os seus estudos na Alemanha.

Realizou integralmente o seu intento, voltando ao Brasil seis anos mais tarde, com o curso da Universidade de Heideberg.

AS DOCAS DE SANTOS

A produção caféeira do Estado de São Paulo foi, no correr do seculo XIX, relativamente pequena. Sómente no ultimo quartel desse seculo foi que ela se desenvolveu de forma notavel, deixando á distancia a da cana de açúcar, que lhe fazia concorrência. Passou de pouco mais de um milhão de saeas, que era em 1875, para 10.000.000 em 1901, a primeira das nossas grandes safras que marcaram a supremacia

de S. Paulo na produção da valiosa rubiacea, e tornaram Santos o mais importante emporio do commercio produtor de café do mundo.

A organização da Companhia de Docas, desse porto, empresa nacional a cujo empreendimento capitalistas estrangeiros negaram o seu apoio por julga-lo de resultados pouco satisfatorios ás suas ambições, veio, por sua vés, cmprestar grande incremento á importancia de Santos nos negocios de café.

A PRODUÇÃO PAULISTA

O grande surto das plantações caféieras em S. Paulo originou-se, nos primeiros anos da República, da inflação papelista que deu um suposto cunho de prosperidade áquela época, pela abundancia de numcrario e elevado preço do produto.

A produção paulista nestes ultimos vinte e sete anos tem-se mantido na média dos 10.000.000 de sacas, com as naturais alternativas dos anos mais e menos propieios.

O numero de caféeiros em produção no Estado, segundo dados officiais, é átuualmente, de 950.000.000, e a média total de produção tende sempre aumentar com as novas plantações em zonas recentemente abertas, máu grado o depauperamento das regiões mais antigas, onde a custa de fertilizantes se vai conseguindo impedir o declinio e se restabelece aos poucos a produção, — pelo menos em escala de impedir o abandono das lavouras pela falta de lucro.

PAPEL PREPONDERANTE

O commissario de café tem desempenhado papel preponderante no desenvolvimento dessa cultura em S. Paulo.

Desde o incremento verificado na produção dos fins do seculo passado, que o commissario se tornou, por força das circunstancias, o banqueiro natural de grande parte da nossa lavoura. Não existindo áquela época, no Estado, o credito agricola, como não existe até hoje, nas proporções em que era licito esperar da colaboração da propria classe na organização de seu estabelecimento de credito, — o commissario, sendo commerciante e, portanto, gosando da confiança dos estabelecimentos bancarios, era quem supria aos fazendeiros com os custeios anuais de suas propriedades, mediante contratos de penhor agricola, hipoteca ou simples promessas de receber o produto colhido. Segundo colculos recentes, o commercio commissario de Santos deve adiantar a lavradores, anualmente quantia não inferior a 500.000:000\$000.

OS ARMAZENS GERAIS

O decreto federal de 21 de novembro de 1903 instituiu as regras para o estabelecimento de empresas de armazens gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas. A partir dessa época muitos lavradores isentos de compromissos com casas commissarias iniciaram o sistema de vendas de seu café dirétamente ao exportador, despachando-o das fazendas para as companhias de armazens gerais, onde lhes era cobrada uma taxa de armazenamento. Chegada o café ao porto de destino, a companhia de armazens gerais apresentava ao proprietario, ou ao seu correitor, as amostras tiradas á chegada do produto aos armazens; e, mediante uma comissão que hoje é de 500 réis por saca, este efetuava a venda dirétamente ao exportador, em nome do proprio fazendeiro.

Este sistema teve largo uso por fazendeiros independentes, e causou sensivel diminuição nos negocios de vendas por intermedio de commissarios.

Foram seus apologistas entusiastas muitos produtores, que julgavam esse sistema mais favoravel á sua mercadoria do que o commissariado.

Ultimamente, porém, por efeito da fallencia de alguns desses estabelecimentos, com apreciaveis prejuizos aos fazendeiros, estabelecimentos esses que pôr lei não poderiam falir, pois são prohibidos de fazer transações com quem quer que seja, devendo restringir-se tão sómente á função de guardas do genero e recebedores do preço da venda, depositando-o na conta do consignatario após a dedução das suas despesas; por efeito desse desastre, diziamos, — as companhias de armazens gerais perderam grande parte da sua popularidade, voltando-se os lavradores outra vés para os commissarios.

OPERAÇÕES A TERMO

As operações a termo que foram estabelecidas em Santos por algumas instituições para esse fim organizadas, desempenharan desde o seu iniciu uma importante missão no commercio caféiero daquela praça, como caixas de liquidação de acôrdo com os principios em voga nos mercados consumidores. Essas organizações, muito necessarias para o comércio legitimo do café, mas pouco usadas pelos fazendeiros, pelo seu natural afastamento dos centros de negociação do produto, foram officialmente reconhecidas de utilidade pela lei 1310, de 30 de dezembro de 1911, criando a Bolsa de Café de Santos, que deu a esses negocios uma feição official mais adequada ao nosso

meio e ás condições especiais do nosso comércio. As operações compreendidas, além do mês corrente, mais os cinco seguintes, formando ao todo seis, período considerado mais consentâneo com o nosso sistema de negociar do que o de paizes estrangeiros onde geralmente entravam os meses do ano todo.

Ficaram expressamente designadas na lei as pessoas com capacidade para operar na Bolsa, assim como as garantias asseguradas a serem exigidas nas operações. Sendo o prazo de seis meses, adotado pela Bolsa, considerado em demasia para as operações na praça de Santos, pelo ensejo provável ás manobras da especulação criadora da baixa dos negocios de café, foi esse prazo reduzido pelo governo, em 1932, a seis meses, apenas, com o intuito manifesto de tornar a Bolsa mais de acôrdo com os interesses legítimos do genero e o de evitar quanto possível o "jogo do termo" de elementos alheios ao comércio e á produção.

Ainda com o mesmo fito agiu a Bolsa Oficial de Café de Santos, cujas operações rearranaram, ultimamente, grande opposição por parte do comércio local, por isso que a sua diretoria, seguindo instruções do Instituto, começou a dificultar o recebimento dos cafés vendidos, fazendo exigencias consideradas descabidas quanto ao tipo apresentado.

Com taamho rigor passou a atuar a Bolsa que os seus negocios chegaram á paralisação. E com isso os exportadores viram-se privados de um meio de conseguir a cobertura das suas vendas futuras, o que veio impedir e diminuir as transações legítimas, constituindo isso, portanto, um apreciável fator da resistencia dos preços. Felizmente — e é com prazer que consignamos — a nova direção do Instituto de Café acaba de reconhecer os effeitos contraproducentes das medidas expostas e se apressa a reconsiderar-as, colocando a Bolsa de Café de Santos dentro de suas verdadeiras funções.

A PRAXE

Antes de ser posto em pratica o sistema da regularização das entradas, em Santos, pelo uso dos armazens reguladores construídos em 1923, commissarios e exportadores costumavam fazer compras de café nas fazendas do interior, pagando no ato contra conhecimento. Era um meio facil de obterem as qualidades que desejavam para entregas ou vendas futuras no exterior.

Nas fazendas ainda se vendem, comumente, no final das colheitas, os cafés de qualidade inferior, denominados "escolhas". Esses cafés têm grande consumo nas cidades

do interior e na própria capital, e, porisso, muitos fazendeiros preferem vende-los á vista, posto na tulha ou na estação da estrada de ferro, geralmente em melhores condições do que se os mandassem directamente para Santos, onde tardariam muito a chegar, perdendo, dessa fórma, a oportunidade de preços mais compensadores.

PREVISÕES

No correr do ano passado, e mesmo em boa parte do átual, a átividade das compras de café nas fazendas foi grande. Deve-se o fáto á orientação tomada pela diretoria do Instituto de Café, de então, restringindo em excêso as entradas em Santos. Reduzida a existencia naquela praça, com falta de qualidades de café para supprir os pedidos estrangeiros, os exportadores e commissarios passaram a operar no interior. Desde outubro de 1926 que as perspectivas da safra átual no Estado eram para 14 a 15 milhões de sacas. Viam-no e afirmavam-no todos os fazendeiros e pessoas conhecedoras do assunto. Só o Instituto de Café é que se comprazia em contrariar a opinião geral, chegando naquela época a afirmar, por seu representante em Nova York, que a safra de 1927 estava em grande parte perdida.

SACRIFICADOS

Com o criterio que vinha sendo adotado pelo Instituto, que não permitia aumento de entradas em Santos e em S. Paulo, sofreram os exportadores, por um lado, e os fazendeiros foram sacrificados por outro, pois a safra de 1926 ainda está chegando a Santos, depois de tão longo prazo e em plena colheita da safra seguinte, que é acima da normal.

Nesse meio tempo, acossados pela necessidade dos custeios, sem aparelhamento financeiro que os ajudasse, com despachos de café nas estações sujeitos a quotas que não lhes forneciam meios de levantar capital, grande numero de fazendeiros se viu na contingencia de entregar a mercadoria de sua produção ao primeiro interessado, chegando a vender-se no interior milhares de sacas de café a 100\$000 e 90\$000, c até a menos.

O effeito immediato dessa situação foi o desinteresse completo demonstrado pelos compradores em Santos e a consequente estagnação daquele mercado, com a baixa no preço do café.

EMENDANDO O ERRO

E' de justiça salientar, porém, que a nova direção do Instituto reconheceu, desde

logo, o erro em que, nesse sentido, haviam incorrido os responsáveis pela defesa do café. Conscio da situação, o áttual presidente do Instituto, com o firme propósito de acertar e administrar com a lavoura, a quem pertence o Instituto, e a praça de Santos, natural orientadora da parte técnica comercial dos negócios de café, procurou os meios de modificar esse estado de coisas, sanando, dentro do possível, os males então existentes.

Com esse fim foram tomadas as recentes resoluções, entre outras a relativa ao aumento de embarques para S. Paulo, onde o café sujeito a armazenamento facilitará aos fazendeiros a obtenção do crédito.

A orientação, pois, do Instituto de Café em sua nova fase é digna de encomios e

merece o apoio unanime da classe agricola cafeeira do Estado de S. Paulo.

Si a sua direção prosseguir, nos propósitos demonstrados, verá certamente formada ao seu lado, em blóco, todos os fazendeiros paulistas, que, animados como sempre da melhor boa vontade para com o Instituto, cooperando eficazmente na defesa do café.

Já se patentêa um fator moral da mais alta relevancia, hoje indiscutivelmente predominante no sentir da lavoura de S. Paulo — referindo-nos á confiança na defesa da sua produção.

Com esse elemento fortalecendo o animo dos fazendeiros, não mais serão de temer as vendas por qualquer preço do café nas fazendas, normalizando-se dessa fórma a situação.

Distribuição das despesas no custo de produção do café

Considerações gerais sobre dados demonstrativos

MARIO PINTO SERVA

O FUTURO VALOR DO CAFÉ

O café, não obstante parecer a nós brasileiros um artigo já importante no commercio mundial, está destinado a assumir um valor imensamente maior do que o atual no intercambio universal. O seu consumo no mundo está em fase inicial. Estude-se, por exemplo, o consumo do café *per capita* na Inglaterra, país de quarenta e cinco milhões de habitantes e se verá que esse consumo pode ser dez vezes maior se se elevar ao grão a que já atingiu, por exemplo, na Holanda. Nos Estados Unidos, também, principalmente com a proibição do alcool, o café tem possibilidades de ampliação de consumo, por assim dizer ilimitadas. Basta dizer que o café é ainda a bebida mais barata do mundo, mais barata que o chá, mais barata que o alcool, mais barata que o vinho, mais barata que a cerveja, mais barata que qualquer outra. E ao par de tudo isso é o café talvez a mais inofensiva, e mais deliciosa de todas as bebidas, a que, ao mesmo tempo, desperta a intelligencia e tonifica o animo.

OS GRANDES PROBLEMAS

Os grandes problemas de que depende o futuro do café são o credito, a propaganda e a diminuição do custo da produção. O credito deve ser facil e a juro barato, como já o tem admiravelmente organizado os argentinos e uruguaios. A propaganda do café precisa ser feita como, na Europa e nos Estados Unidos as diferentes fabricas, de artigos de quaisquer especie, de automoveis, por exemplo, fazem dos seus respectivos produtos gastando até trinta e quarenta por cento do total de suas despesas. A reclame, o anuncio e a propaganda são a arma decisiva na conquista dos mercados, qualquer que seja o produto de que se trate. Mas essa propaganda precisa ser feita por uma associação particular, dirigida por comerciantes e peritos em reclame. A propaganda official é sempre um desastre. Convinha que os fazendeiros de S. Paulo organisassem uma sociedade particular, em que absolutamente não pudesse entrar qualquer influencia official ou governamental, especialmente para dirigir técnicamente sob moldes novos, a propaganda do grande produto paulista. Essa reclame havia de ser feita em jornais diários em revistas, em os países nos quais mais facilmente pode ampliar-se o consumo respectivo, isto é, nos Estados Unidos, na Alemanha, ou na Inglaterra, nos de maior capacidade de expansão. A propaganda—tal é o maior problema do café. O mundo não consome a metade do café que podia consumir.

A diminuição do preço do custo do café é o outro grande problema desse produto. Um Ford que applicasse a sua intelligencia, a ciencia da eficiencia, o tailorismo, a esse produto, já teria quem sabe, suprimido varias verbas que pesam sobremaneira no artigo, gravando o seu custo.

Em seguida há o problema da irrigação e adubação, para renovação da terra em seus elementos principais, para evitar a decadencia da produção com o envelhecimento dos cafezais.

A imigração é, permanentemente, um dos grandes problemas do café.

O CUSTO DE PRODUÇÃO

A despesa do fazendeiro com o trato do cafezal, colheita, custeio geral (veiculo, mecanismos, conservação, animais, administração) pode-se calcular em 1\$000 réis por pé.

Informa um fazendeiro:

"Pago ao colono por 1.000 pés, por ano de 300\$000 a 500\$000 réis, colheita por alqueire (50 litros) de 1\$000 a 2\$000.

—Carreto do cafezal, secagem no terreiro, lavagem, recolhimento na tulha, cerca de \$500 réis por alqueire.

—Beneficio, ensaque (sacaria para serviço de transporte em côco) de 1\$500 a 2\$000 por arroba.

—Carreto para a estação (5 a 6 quilometros) 1\$500 a 2\$000 por sacco de 60 quilos.

—Gorgeta para embarque, de 2\$000 a 5\$000 por sacco.

NOTA: 1\$000 réis por pé para o custeio geral de uma fazenda produzindo 50 arrobas por 1.000 pés, em média anual. Nos anos de grande colheita sobem as despesas".

O quadro adeante discrimina as despesas fóra da fazenda, do café produzido em uma localidade a uma distancia que é media, Por êle se vê a despesa que faz uma saca de café despachada na estação de Jahú, linha paulista, e embarcada para Nova York.

	Por sacco
Frete de Jahú a Santos, inclusive taxa ouro.....	9\$700
Carreto para o armazem do commissario.....	\$390
Descarga e verificação de peso.....	\$270
Remonte.....	\$100
Ensaque com pesador.....	\$405
Corretagem de venda.....	\$200
3% de comissão sobre a venda cobrada em c/ de venda (calculo sobre a base de 24\$000 por 10 quilos).....	4\$320
	15\$385

DESPESAS E EXPORTAÇÃO

Saco novo, official.....	3\$500
Agente no exterior (1½%) calculo base 24\$000.....	1\$560
Carreto para bordo.....	\$500
Sobre-taxa de 5 frs. (1,333).....	1\$665
Direitos, pauta, 9% "ad valorem".....	14\$040
Selos, telegramas, expediente, corretagens de cambio e café.....	2\$500
	39\$150
Frete para Nova York, 70 cents.....	5\$950
Descarga em Nova York e outras despesas.....	6\$125
	51\$225

Da relação acima, cumpre destacar e separar os diferentes impostos de exportação, pagos na saída do café, os quais são os seguintes:

Taxa de 1\$000 ouro, destinada ao Instituto de Café, por saca.....	4\$500
Direitos, pauta 9% "ad valorem".....	14\$040
Sobie-taxa de 5 frs. (franco a \$333).....	1\$665
	20\$205

SOMMA..... 20\$205

Os preços de custeio do café variam enormemente de ano para ano, de zona para zona, de fazenda para fazenda.

Os mais entendidos entretanto, afirmam que em média geral talvez seja pouco mais de 50\$000 o preço de custo na fazenda de uma saca de café.

Tanto na fazenda, como fóra da fazenda, variam de localidade a localidade as despesas feitas por uma saca de café. A nota abaixo é fornecida por pessoas competente. Por ela se vê a despesa de um sacco de 60 quilos embarcado da estação de Campos Sales para Santos e de Santos para os Estados Unidos:

Maio, 1926

VALOR DE 150\$000 POR SACO

Por conta do fazendeiro:

Frete, inclusive taxa ouro.....	11\$600
Comissão de 3%.....	4\$500
Carreto para o armazem.....	\$600
	16\$700

Por conta do commissario:

Remonte.....	\$100
Verificação de peso na Estrada.....	\$160
Ensaque.....	\$375
Corretagem de venda.....	\$200
Saco novo-official.....	2\$400
Impressos, etc.....	\$200
	3\$435

Menos:

Valor do sacco novo que cobra do exportador.....	3\$200
--	--------

\$325

Por conta do exportador:

Saco novo, tipo oficial.....	3\$200
Corretagem de compra.....	\$200
Direitos 9% "ad valorem".....	15\$660
Capatazias ás Docas.....	\$150
Taxa de 5 francos ouro.....	1\$100
Carreto para bordo.....	\$500
Embarcador.....	\$100
Terno de embarque (trabalhador).....	\$175
Comissão ao agente.....	2\$500
Frete marítimo.....	3\$000
Corretagem de cambio.....	\$290
Faturas consulares e selos.....	\$700
Impressos, etc.....	\$300
	<hr/>
	27\$875
FAZENDEIRO.....	16\$700
COMISSÁRIO.....	\$235
EXPORTADOR.....	27\$875
	<hr/>
	44\$810

A CONTA DE VENDA

Para se ter uma idéa grafica do que seja, no negocio do café, a parte do commissario, adiante transcrevemos uma conta de venda de uma partida do mesmo artigo:

SANTOS, de Julho de 1927.

Illm° Snr.....

Prezado senhor:

Temos o prazer de dar abaixo a *conta de venda* n. 1.900, de 105 sacas, com 6.300 ks. de café que se serviu consignar-nos..... cujo liquido escrituramos em *credito* de sua prezada conta, valor para.....

VENDIDO A 30 DIAS

SACAS	QUÍLOS	DESCRIÇÃO	Preço por 10 quilos	Importancia
66	3.960	Café chato bom graudo.....	28\$000	11.088\$000
39	2.340	Café chato bom.....	25\$800	6.037\$200
		Guias Mineiras.....		
		Sacos a \$.....		
105	6.300			17:125\$200
MARCA	SACAS	DESPESAS		
		Taxa ouro.....	367\$500	
		Frete.....	601\$600	
		Carreto, ensaque, seguro, etc. a 1\$500...	157\$500	
C.S. & C.	105	N/comissão 3%.....	513\$800	1:640\$400
		Liquido, creditado.....		15:484\$800

Agradecidos, esperamos que o resultado dessa conta satisfaça plenamente e aguardando suas novas e presadas ordens, nos firmamos com alta estima e consideração.

De V.
Crs. Atts. e Vnrs.

O CUSTEIO

Um competente lavrador de Ribeirão Preto offereceu-me o seguinte calculo de custeio do café na fazenda:

"Tomei por base, nos calculos que fiz, a que lhe mando, uma fazenda de 500.000. pés, aqui de Ribeirão Preto.

As despesas são as seguintes, como seguem:

Custeio de 500,000 pés a \$800 por pé.....	400:000\$000
Juros sobre essa quantia, a 12% ao ano, correspondendo a 6%, devido ao dinheiro fornecido pelo comissário em saques parcelados, mensais.....	24:000\$000
	<u>424:000\$000</u>

CABEM A CADA PORTO AS SEGUINTES PORCENTAGENS

ANOS	SANTOS %	RIO %	VITORIA %	BAIA %	OUT. PORTOS
1922.....	71,4	22,5	4,3	1,4	0,7
1923.....	70,3	23,5	4,0	1,5	0,7
1924.....	69,7	22,4	5,6	1,7	0,6
1925.....	70,7	21,7	5,1	1,7	0,8
1926.....	70,5	20,4	5,2	2,2	1,7
MÉDIA.....	70,5	22,1	4,8	1,7	0,8

Para melhor ajuizar-se do valôr do café, na balança comercial do Brasil, damos aqui a percentagem sobre o valôr do total geral de todas as mercadorias exportadas:

1922.....	64,5%
1923.....	64,3%
1924.....	75,5%
1925.....	71,9%
1926.....	74,1%
Média do quinquenio.....	<u>70,1%</u>

Para tão avultada percentagem, concorreram os portos com as seguintes percentagens:

ANOS	SANTOS %	RIO %	VITORIA %	BAIA %	OUT. PORTOS %
1922.....	46,0	14,5	2,8	0,9	0,3
1923.....	45,2	15,2	2,5	1,0	0,4
1924.....	52,6	16,9	4,2	1,3	0,5
1925.....	50,9	15,6	3,6	1,2	0,6
1926.....	52,2	15,1	3,9	1,6	1,3
MÉDIA.....	49,4	15,5	3,4	1,2	0,6

Pelo exposto vê-se que só a exportação do café pelo porto de Santos, em 1924 e 25 foi, em libras esterlinas mais de 50,0% do valor total de todas as mercadorias exportadas pelos portos do Brasil.



GUINDASTE CARREGANDO CAFÉ NO PORTO DE SANTOS

Desenho de Di Cavalcanti



CONTA DE VENDA N. 6.660

a que se refere o calculo acima

		Livrando Rs. 33\$910 por arroba			
Sacas	Quilos	ESPECIFICAÇÕES	Preço por 10 quilos	IMPORTANCIA	
				Debito	Credito
92	5.440	Café chato regular	\$	24\$000	14:563\$200
8	480	Café moka regular	\$		
	5.920				
	80	Faltas verificadas			
100	6.000	Procedencia: Pontal			
		99 sacos vendidos, novos a...	3\$200		316\$800
		99 sacos comprados, novos a	2\$500	247\$500	
		Fretes pagos á Estrada de Ferro.....		653\$000	
		Taxa de ensaque, armazen. e seguros.....		150\$000	
		Comissão de 3%.....		446\$400	
		Valor para 22 de agosto prox. fut.		13:382\$100	
				14:880\$000	14:880\$000

Santos, 23 de Julho de 1927.

Illmo. Sr.....—*Ribeirão Preto*

Prezado Amigo e Senhor:

Levamos a credito de sua conta corrente, com vencimento para a data acima, a quantia supra, produto liquido da presente conta de venda, cujo resultado, muito folgamos esteja de acôrdo com a liquidativa de v. s.

Sem outro motivo, esperamos a continuação das suas novas ordens, e nos firmamos como sempre.

De v. s.
amigo, att. obrg.

X. X.

O imposto ouro é cobrado separadamente.

**MOVIMENTO DA EXPORTAÇÃO DE CAFE' PARA O EXTERIOR NO
ULTIMO DECENIÓ, PELO PORTO DE SANTOS**

ANOS	SACAS	Mil réis-papel	Equivalente em libras esterlinas	Preço médio anual a bordo por saca	
				Réis papel	Equiv. em £ e shil.
1917.....	7.845.089	336.763:700\$000	17,605,221	42\$927	2/5
1918.....	5.390.913	268.383:609\$000	14,489,595	49\$784	2/14
1919.....	9.426.335	946.576:671\$000	55,715,330	100\$418	5/18
1920.....	8.480.887	671.363:457\$000	41,156,376	79\$162	4/16
1921.....	8.770.042	761.327:301\$000	25,967,343	86\$810	2/18
1922.....	8.329.729	1.071.641:464\$000	31,576,447	128\$665	3/15
1923.....	9.668.233	1.489.951:300\$000	33,094,658	154\$108	3/5
1924.....	9.505.808	2.030.985:531\$000	50,037,601	213\$657	5/5
1925.....	9.101.065	2.075.165:985\$000	52,361,271	228\$014	5/8
1926.....	9.227.311	1.656.934:063\$000	49,066,416	179\$568	5/3

EXPORTAÇÃO PELO PORTO DE SANTOS

MERCADORIAS	Unidade	JANEIRO A DEZEMBRO VALOR A BORDO NO PORTO DE SANTOS			
		QUANTIDADE		MIL RÉIS-PAPEL	
		1925	1926	1925	1926
Algodão em rama.....	Kgs.	9.469.864	381.174	45.496.967\$000	1.172.426\$000
Algodão em fio.....	>	324	3.643	1.150\$000	29.619\$000
Resíduos de algodão.....	>	495.362	485.921	816.096\$000	605.461\$000
Resíduos de caroço de algodão.....	>	22.705.256	20.888.950	6.612.616\$000	5.625.721\$000
Tecidos de algodão.....	>	4.004	1.884	50.000\$000	26.012\$000
Óleo de caroço de algodão.....	>	—	—	—	—
Arroz.....	>	690	2.056.980	852\$000	504.499\$000
Bananas.....	Cacho	3.644.397	3.990.794	10.627.063\$000	11.637.123\$000
CAFE EM GRÃO.....	SACA	9.101.065	9.227.311	2.075.163.983\$000	1.656.934.063\$000
Carne congelada.....	Kgr.	26.301.166	5.526.264	32.143.963\$000	7.360.426\$000
Carne em conserva.....	>	74.902	195.359	224.706\$000	609.455\$000
Couros.....	>	4.476.857	1.033.718	7.831.445\$000	2.069.145\$000
Farcos.....	>	10.897.760	7.093.825	2.758.044\$000	1.761.282\$000
Farinhas.....	>	370.400	1.061.550	135.300\$000	316.460\$000
Frutos para óleos.....	>	5.018.283	6.481.601	4.655.214\$000	4.226.579\$000
Outras mercadorias.....	—	—	—	5.629.657\$000	4.282.521\$000
				2.192.149.058\$000	1.697.269.816\$000
Equivalente em £ £.....	—	—	—	55,373,165	50,263,720

A EXPORTAÇÃO DE CAFE' NO BRASIL FOI, NO QUINQUENIO ULTIMO, PELOS DIVERSOS PORTOS, A SEGUINTE, EM MIL LIBRAS ESTERLINAS :

ANOS	SANTOS	RIO	VITÓRIA	BAÍA	OUTROS PORTOS	TOTAL
1922.....	31.576	9.974	1.904	605	184	44.243
1923.....	33.095	11.086	1.864	720	315	47.078
1924.....	50.038	16.087	4.010	1.255	422	71.833
925.....	52.361	3.748	3.748	1.272	586	74.032
926.....	49.066	14.197	3.633	1.519	1.167	69.582
TOTAL.....	216.136	67.406	15.159	5.371	2.693	306.767
MÉDIA.....	43.227	13.481	3.032	1.074	539	61.353

Produção média nas zonas velhas, em fazendas bem tratadas, em bom estado, 50 arrobas por mil pés. Em 500.000 pés, separando escolhas, teremos 6.000 sacos de cafés finos.

Sac, portanto, êsse café onerado em 70\$700 por sacco, embarcado, custo real de produção.

Em chegando a Santos, esse custo é aumentado do frete e taxa ouro (para Ribeirão Preto), o frete anda em 8\$000, mais ou menos, e a taxa ouro regula hoje 4\$500.

Com estas despesas teremos o zafé depositado nos armazens do comissário. Êste, por sua vez, cobra por todas as despesas \$420 de carreto, por saca, e 3% sobre o bruto da conta de venda.

Lucro de uma saca de café fino, 56\$260, deduzindo as despesas acima, como segue:

Custo de produção.....	70\$700
Frete.....	8\$000
Taxa ouro.....	4\$300
Carreto.....	\$420
3% sobre (a 24\$000 por 10 quilos) 144\$000.....	4\$320
Saldo verificado.....	56\$260
	144\$000

Em 6.000 sacas temos o total de 337:560\$000.

Considerando que a fazenda tomada por base, valha hoje 2.000:000\$000, teremos de juros 12%, que é quanto rende todo o capital empregado em hipotecas e outros negocios garantidos, 240:000\$000. Restariam de *lucro*, portanto, 97:560\$000, que, somamos ao que é apurado nas escolhas, dariam uns 110:000\$000.

Este lucro, porém, fica diminuído de quasi 60:000\$000, devido á demora, em média de 8 meses, nos Reguladores, o que corresponde a mais 8% de juros perdidos sobre o capital empatado e mais o valor da mercadoria.

Pela conta de venda junto pode-se verificar que ainda há quebras de peso e outros imprevistos que não contei.

A média de 50 arrobas é calculo muito otimista e a maior parte das fazendas aqui não dá isso. O custeio tambem tende a ser aumentado pela adubação, que está começando a ser feita anualmente.

Vê-se, por aí, que fazenda já não é mais o negocio de antigamente. Hoje, só coisa muito boa é que vale a pena.

Todo mundo diz que precisamos aumentar a produção e baratear o custeio, mas para isso precisamos de braço e estudos para uma adubação inteligente”.

ANOS	No. de caféeiros	Produção	Por mil pés
		Arrobas	Arrobas
1921-22.....	871.897.400	32.970.800	37,6
1922-23.....	899.239.100	28.187.900	31,3
1923-24.....	949.149.451	41.497.420	43,7
1924-25.....	951.282.450	36.770.400	38,6
1925-26.....	966.142.500	40.348.500	41,7

São João Marcos da região do Campo Alegre

PREEMINÊNCIA DO PLANTÍO DO CAFÉ 1730—RESUMO HISTÓRICO

LUIZ ASCENDINO DANTAS

Pela abertura dos caminhos pelos povoadores de S. Paulo em direção a Minas Gerais, descobriu-se a Paraíba Nova, localizando-se no sítio de Campo Alegre (Rezen-de), onde o coronel Simão da Cunha Gago em busca de fortuna juntamente com o padre Felipe Teixeira Pinto, aí se estabeleceram.

Desbravada a serra de Itaguaí pelo lado do Sul, com a abertura de caminhos em seguimento, pela praia de Mangaratiba para a floresta virgem, outros povoadores do território foram se localizando num sítio distante do Campo Alegre para mais de 10 leguas no lugar onde o rio da Cachoeira forma uma pequena queda. Al João Machado Pereira assentou sua fazenda, por ficar mais perto do porto do mar e da metropole, e por serem os terrenos de uberrima fertilidade; por esse tempo já corria o nome de Paraíba Nova, por aquela região e contraposição a Paraíba do Sul, fundada em 1763 por Garcia Rodrigues Paes Leme com a fundação de sua capela á margem do Paraibuna.

LIGANDO A METROPOLE A SÃO PAULO Abertura da Estrada Rio- S. Paulo

Governando a Capitania de S. Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, representou ao rei de Portugal sobre a conveniência da abertura de uma estrada que, ligando a Província de S. Paulo ao Rio de Janeiro, evitasse o risco do mar e os piratas, para que, com segurança, pudesse mandar os quintos de ouro.

D. João, atendendo o pedido daquele governador, mandou como resposta em 5 de Novembro de 1728, uma carta ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Luiz Baía Monteiro, na qual ordenava a este governador que fizesse no distrito de sua jurisdição a estrada tão conveniente como convinha aos interesses dos povos daquelas Capitánias, e que impedissem que os índios da aldeia de Itaguaí (então dirigida pelos padres da Companhia de Jesus) se opuzessem á construção do dito caminho. Ao que respondeu este governador dizendo já ter promovido o interesse na fatura daquela estrada.

Para facilitar a feitura da estrada então ordenada, foram concedidas várias sesmarias com a obrigação dos sismeiros cultivarem a terra e ajudarem no caminho. Algumas des-

sas sesmarias foram concedidas a José Tavares de Siqueira, em 13 de Setembro de 1739, no Campo da Bocaina, caminho novo de São Paulo para o Rio de Janeiro (distrito de Guaratínguetá), idem, a Francisco da Silva Vale, em 20 de Junho de 1754, no Ribeirão das Três Passagens (Passa-Três), caminho de S. Paulo; idem, a Alvaro da Silva Barros, em 14 de Março de 1760, na Freguezia Velha, caminho de São Paulo, Freguezia de S. João Marcos; idem, a Cosme Rodrigues de Matos, em 12 de Setembro de 1761 na Serra da Boa Vista, caminho de S. Paulo, Freguezia de S. João Marcos; idem, a André Pereira Maciel, em 28 de Março de 1764, no caminho novo de S. Paulo, Serra de Itaguaí; idem, a Lourenço Alves de Barros, em 26 de Fevereiro de 1766, caminho novo de São Paulo, Freguezia de S. João Marcos, e a João Cardoso Mendonça e Leiros, em 27 de Agosto de 1800, no Ribeirão das Lages, Freguezia de S. João Marcos, existindo outras concedidas a vários lavradores de Itaguaí e S. João Marcos, não confirmadas.

E essa raça de bandeirantes, conquistadora das terras de Campo Alegre, iniciava a luta contra os índios, ajustando tribus e dominando outras, dividindo entre si os sítios, improvisando fazendas e estabelecendo leis politicas, que lhes assegurasse a paz e a ordem publica nos seus grandes domínios, que se estendiam do sertão ao mar — do vale immenso da Paraíba Nova até á Cordilheira da Serra Maritima.

Depois, conquistadores e conquistados, formando um só povo, suavizados da rudeza primitiva, tornaram-se mais doces, após o ter abraçado os ensinamentos do Evangelho, estabelecendo um único código que regulava o direito comum e os deveres de cada um.

E nêsse rincão de verdejantes macissos de lindas arvores, cujas flores silvestres espalhava um arôma inebriante de seus arômas, fundava João Machado Pereira sua capela em 139, tendo por padroeiro S. João Marcos. O distrito com êsse nome se comunicou rapido com todo o territorio que se ia povoando naquella fertilissima região desconhecida.

Erêta a capela de S. João Marcos, com autorização de frei Antonio Guadalupe, não pertencia a nenhuma jurisdição eclesiástica, distando de longos dias de viagem das freguezias mais próximas, que eram então Guaratiba e Marapicú.

O espírito de fé religiosa que dominava em seus habitantes fez com que tivesse a sua capela o predicamento de curada, o que definitivamente se verificou em 1742 por provisão de 3 de Dezembro dêsse mesmo ano, sendo seu primeiro capelão o padre Antonio Fernandes da Cruz, que deu á capela livros de assentamentos paroquiais, legalizados com a rubrica do deão Gaspar Gonçalves de Araujo, provisor do bispado.

Seu fundador dotou-a com 100\$ anuais e uma légua de terra, como se infere da escritura passada nas notas do tabelião Paulino Soares de Araujo, no ano de 1748, livro 49, fls. 23.

Tal foi, porém o desenvolvimento da freguezia, que o paroco projetou construir novo templo, onde se acomodasse a crescente população.

E assi mose fez, dando-se inicio ás obras com os materiais necessários; mas não ficando o povo contente com o seu local, reparou-se apenas a antiga capela e, por determinação do visitorador padre Manuel Antunes Proença, em 1760 fez-se um acrescimo de um alpendre. Não se satisfazendo ainda os habitantes do arraial, com esses melhoramentos, com autorização da provisão ordinária de 18 de Outubro de 1763, e com o desejo do padre frei Francisco d'Alba Pompéa, capuchinho italiano e que por ali passou em santa missão em 1766, transferiu-se para o sítio das Panelas o local da nova igreja, onde se assentou definitivamente a pedra fundamental da grandiosa matriz de S. João Marcos, sendo iniciadas as suas obras gerais em 8 de Janeiro de 1796. Começou o novo templo a funcionar em 1 de Novembro de 1801, com a trasladação solene da imagem do padroeiro, do Santíssimo Sacramento e da pia batismal.

Na praça da Matriz começaram as construções das casas da freguezia em volta da igreja e em ruas que foram abrindo, á proporção das necessidades dos seus moradores.

Estava, pois, edificada a freguezia de São João Marcos, em cima da Serra do Mar, sobre a falda da qual assentou a villa de Mangaratiba, sendo sua posição astronômica: na latitude sul 22°27'40", "segundo Bellegarde".

Correndo os anos de 1730 e 1740, começaram ali as culturas da terra, com intensificação prodigiosa, sendo a planta do café para aí introduzida com as mudas e sementes levadas de N. S. do Desterro de Campo Grande em 1739, devido ao grande zelo de João Alberto Castelo Branco. A noticia de que a terra era alo amêna e boa e que em ela se plantando, tudo produzia, os povoadores de Angra dos Reis, da Ilha Grande, para lá se dirigiram, agrido caminho em vários pontos da Serra do Mar, por Capivari, procurando

atingir as margens do rio Pirai, para facilitar o transporte de suas cearas para o porto de mar.

Acompanhou esses sertanejos o padre Manuel Antonio Proença, visitorador de Angra, que se interessava em fundar uma fazenda no sitio denominado Capivari, além do rio já referido, para o lado da serra, com o designio (diz Pizarro) tambem de estender os limites da freguezia de Angra com prejuizo do territorio de S. João Marcos, já fundado e cultivado. Isto deu origem a que a Câmara de Angra dos Reis pretendesse a extensão territorial validando o seu desejo de corrigir os sitios limitrofes além da serra para S. João Marcos, cujos moradores, resistindo sempre áquele intento, não concitiam na projetada posse daquella Camara, que, esquecida da informação dada ao corregedor e ouvido geral Manuelino Rodrigues Collaço, em 23 de Outubro de 1757, atestou, a requerimento de Manuel Gonçalves Portugal, habitante á margem do rio Pirai, de cima, reconhecendo por divisa da villa e sua freguezia a Serra do Mar. E isto mesmo se verificou na informação de 5 de Agosto de 1783 ao vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, chamando-a Serra Grande, em requerimento de Joaquim Gomes Corrêa, em Julho do ano anterior. Do que tudo faz fé os registros feitos no livro de registros de Ord. da Camara Municipal daquela cidade, em 1770 e 1774 (fls. 40).

Não obstante, das provincias já tomadas, desprezou a Camara de Angra dos Reis a ordem daquele vice-rei, em que lhe determinou não contendessem mais com o distrito de São João Marcos nem pretendesse o esbulho da posse do seu território, do que tudo isso faz minucioso relato os documentos registrados no livro 4º de Reg. Port. da mesma Câmara, em fls. 55.

Continuando no entant) a inquietar os seus moradores, estes novamente se dirigiram ao vice-rei conde de Rezende, por intermedio do comandante do distrito, em 18 de Janeiro de 1792.

Ficando a Câmara finalmente conformada com a solução definitiva da pendência, julgada com foi em garantia do territorio de S. João Marcos.

Em atenção ao zelo de sua parouquia e á dedicacão de seus habitantes, por alvará de 12 de Janeiro de 1755, entrou a igreja de São João Marcos na classe das igrejas perpetuas, sendo o padre Antonio Ferreira da Cruz, que a vinha parouquiando desde 1742, nomeado seu proprietario por apresentacão de 17 de Janeiro de 1755. Com confirmacão de 18 de Maio de 1756, tendo este falecido em Julho de 1785, succedeu-lhe o padre Bento José de Souza, provido a 18 de Janeiro de 1786 como vigario encomendado, até que foi apresentado em 24 de Julho de 1788, e confirmado em 8 de Maio de 1789.

Entrou para a matriz como coadjuvante o padre José Joaquim Botelho, por decreto datado de 1815.

Divisava a freguezia de S. João Marcos com a freguezia de Sant'Ana de Arêlas, bispado de S. Paulo, pelo rio Paraíba, distante dez leguas em seguimento, com a freguezia de N. S. da Conceição da Paraíba Nova, no sítio de Campo Alegre (Rezende), conforme a demarcação de 26 de Fevereiro de 1766.

Ao nordeste com a freguezia de S. Francisco Xavier de Içaguai, e ao sul com as freguezias de N. S. da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande e N. S. da Guia de Mangaratiba, com os quais se limita pela sua legítima balisa natural da Serra do Mar, ao poente por longa distancia com as matas e terras incultas das margens do rio Paraíba terminando com a freguezia de Sacra Família de Tinguá, cuja divisa variou com a elevação a vila de Sant'Ana do Piral, nos termos da Provisão do Ordinário de 15 de Outubro de 1811. Por esse tempo calculava-se a sua população em toda aquela circunferência para mais de 4.600 habitantes. Sua industria era representada por seis engenhos, sendo dois de açúcar e quatro de aguardente (Mos. Piz. Mem. hist.).

Nas memorias de Ayres de Casal (corog. braz.), informava este em seu escripto que no bispado do Rio de Janeiro naquela grande extensão territorial, haviam apenas quatro freguezias entre elas a de S. João Marcos e Campo Alegre, mas que determinou ser uma das de Serra de Fóra.

Em atenção ás conveniências de seus habitantes, requereram estes uma vara de comarca, para lhe facilitar suas dependências matrimoniaes e outras, o que lhes foi concedido, por providências do Ordinário em 8 de Maio de 1804, pelas difficuldades que tinham de se transportarem á comarca de Campo Alegre (Rezende-, se prorrogou a vara em 13 de Fevereiro de 1812, occupando o cargo de vigario da vara o pároco da igreja Bento José de Souza. Por identicos motivos de requererem seus habitantes ás justças de Rezende e havendo já sufficiente povoação, os seus moradores demonstrando já haver arraial formalizado com casas anualmente habitadas, sollicitaram a criação de sua vila, deferido seu pedido com prévia audiência da Câmara de Rezende, foi esta criada por alvará com força de lei de 21 de Fevereiro de 1911, com o titulo de S. João do Principe, mandando-se criar também com outras providências dois officios de tabelião do Publico Judicial e Notas. Para desempenho e cumprimento do referido alvará, foi ordenado ao desembargador ouvidor geral da comarca, José Barroso Pereira, que se passasse para S. João Marcos, e ai prescrevesse termo proporcionado por seus limites, conforme a provisão de 24 de Abril de 1811.

No periodo que decorreu de 1742 a 1800, muito concorreram dois padres para o desenvolvimento da freguezia, quer no seu progresso material, como na sua prosperidade moral; foram eles monsenhor Pizarro e Araujo e o padre visitador dr. Manuel Antonio Proença.

Já no decurso do anc de 1766, em visita feita em Setembro, dizia o ordinário dr. Proença: "aos seus sufraganos nada tenho a louvar antes muito de estranhar o desmazelo com que se têm portado em tudo que lhe foi recomendado nas visitas antepassadas sobre a fatura de sua igreja matriz... e é lamentavel que se tendo crigido esta freguezia em povo, está tão diminuta no seu zelo e devoção".

Não sómente tratavam êles no interesse da religião, mas tambem na commodidade de seus freguezes, aconselhando a construção das estradas, aberturas de caminhos e concitando-os a que trabalhassem com ardor no amanho de suas terras, para possuirem boas lavouras.

Tal era o conselho dos illustres visitadores, no transcurso daqueles tempos que em virtude de seus ensinamentos o povo se tomou de orgulho, realizando a grande obra de fé, que é o nosso majestoso templo e organizando suas fazendas de criação e culturas.

A noticia da bondade do seu clima, a belleza de seus rios, o encanto de suas montanhas, e tal era a amenidade da terra e pujança de suas florestas, que as sesmarias foram concedidas por grandes extensões, desenvolvendo-se as lavouras com rapidez extraordinária formando-se um grande celeiro que abastecia toda a região de Campo Alegre.

Dentre as sesmarias confirmadas, encontramos as que foram concedidas por d. José e d. João VI conforme a nota seguinte com as respectivas datas:

CARTAS E ORDENS RE'GIAS, DE SESMARIAS CONCEDIDAS EM S. JOÃO MARCOS

Cosme Rodrigues de Matos, 12 de Setembro de 1761 — Serra da Boa Vista, caminho de S. Paulo, freguezia de S. João Marcos.

Manuel Alves da Silva Barros, 14 de Março de 1760 — Freguezia Velha, caminho de S. Paulo, freguezia de S. João Marcos.

José Pinto de Miranda, 21 de Janeiro de 1765 — Rio Paraíba, freguezia de S. João Marcos.

Lourenço Alves de Barros, 26 de Fevereiro de 1766 — Caminho de S. Paulo, freguezia de S. João Marcos.

Ricardo José Ramalho, 6 de Fevereiro de 1765 — Ribeirão das Lages, freguezia de São João Marcos.

André Pereira de Mcireles, 21 de Abril de 1766 — Piral, freguezia de S. João Marcos.

Bernard Gomes Costa, 7 de Maio de 1766 — Pirai, freguezia de S. João Marcos.

Custodio Barroso Bastos, 6 de Maio de 1787 — Fomnalhas, distrito de S. João Marcos. Francisco de Araujo Frazão e Souza, 6 de Maio de 1766 — Pirai, freguezia de São João Marcos.

Manuel de Araujo Gomes, 7 de Maio de 1766 — Caminho de Campo Alegre, freguezia de S. João Marcos.

Francisco Pereira Lisboa, 26 de Fevereiro de 1865 — Rio Paraíba, freguezia de S. João Marcos.

Manuel Machado de Souza, 29 de Dezembro de 1764 — S. João Marcos, freguezia de S. João Marcos.

Antonio Corrêa de Faria, 9 de Outubro de 1787 — Fomnalhas, distrito de S. João Marcos.

Francisco Pereira Alvares, 9 de Outubro de 1787 — Na freguezia Tacurusá, distrito de S. João Marcos.

A freguezia de S. João Marcos, dada a sua importância na Metrópole, teve sempre cuidado pelo seu zelo religioso. E por ficar tão longe da séde do bispado depois de sua fundação de 1729, teve constante assistência, dos visitadores ordinários, comissionados pelos chefes da arquidiocese do Rio de Janeiro. Em 1742 teve provimento de curato, sendo elevada em vigararia colada em 30 de Janeiro de 1755.

A primeira visita foi feita em 1757, quando se instituiu o livro de visitas eclesiásticas de capitulos, abeços, numerado e encerrado pelo dr. Manuel Antunes Proença, visitador ordinário e visário de freguezia de Angra dos Reis e Ilha Grande, commissario do S. Officio da Inquisição, que ali consignou sua primeira visita parochial em 15 de Novembro de 1757, seguiram-se nessas visitas, os visitadores apostolicos na ordem seguinte :

2.ª visita em 11 de Agosto de 1760, pelo mesmo Antunes Proença.

3.ª visita em 21 de Julho de 1764, pelo visitador ordinário revdmo. padre Domingos Alves Machado.

4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 10.ª visitas, respectivamente em 30 de Setembro de 1766, 12 de Setembro de 1768 e 12 de Novembro de 1770, 20 de Janeiro de 1775, 6 de Agosto de 1781, pelo visitador Manuel Antonio Proença.

A 7.ª visita foi verificada em 23 de Maio de 1772, pelo ordinario rev. padre Manuel Corrêa Machado.

A 9.ª em 6 de Setembro de 1777, pelo rev. padre João Pinto Rodrigues.

A 11.ª em 25 de Agosto de 1783, pelo rev. padre Manuel Henrique Mayrink.

A 12.ª em 29 de Setembro de 1786, pelo rev. padre José de Almeida Proença Campos.

A 13.ª visita em 17 de Novembro de 1790, pelo rev. padre Inacio Martins Cerqueira.

A 14.ª em 22 de Janeiro de 1795, pelo rev. conego José de Souza Azevedo Pizarro de Araujo.

A 15.ª em 20 de Janeiro de 1800, pelo mesmo rev. monsenhor Pizarro de Araujo.

A 16.ª em 24 de Maio de 1893, pelo rev. padre Manuel da Cunha Carvalho.

A 17.ª em 13 de Outubro de 1811, pelo rev. bispo capelão-mór, d. José.

A 18.ª em 16 de Outubro de 1811, pelo rev. padre José Antonio Gonçalves Barbosa.

A 19.ª em 6 de Junho de 1815, pelo rev. bispo capelão-mór, d. José.

A 20.ª em 22 de Março de 1876, pelo rev. d. Pedro Maria de Lacerda, e a ultima em 19 de Maio de 1907, pelo rev. bispo d. João Braga, então bispo de Petropolis.

Uma estatística de S. João Marcos, em 1797 :

O CAFE'

O café foi ai cultivado em grande escala sobre todas as outras plantas desde 1770.

Com uma população de 18 mil habitantes, da qual 8 mil aproximadamente era de escravos. De 1840 a 1889 verificava-se a existência de 150 lavradores de café que produziam 382.800 arrobas. Dentre esses fazendeiros localizados, os que mais exportavam eram: comendador Joaquim Breves, 150 mil arrobas; barão de Pirai, 14 mil; barão do Rio Claro, 10.000; comendador Antonio Xavier da Rocha, 10.000, e o barão de S. João do Principe, com 8.000 arrobas. Os demais lavradores produziam, respectivamente, 7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1.000 e 500 e até 200 arrobas. Todo esse produto, reunido em S. João Marcos e escoava por Mangaratiba em tropas e carroções, sendo depositado nos armazens de Ponte Bela e Saco de Mangaratiba, então o grande emporio comercial da época de todos os productos do municipio, de S. Paulo e de Minas Geraes.

Tal era o movimento comercial e agricola desta fertilissima região que em 1865 organizou-se a Companhia Industrial de Estradas de Mangaratiba a S. Paulo e Minas, tendo tido execução somente a primeira secção, de Mangaratiba a S. João Marcos.

Sobrevindo a guerra do Paraguai e o cólera-morbus — esses serviços ficaram paralizados, recomeçados em 1870, os seus trabalhos continuaram até 1876, quando a companhia falliu. Daí por deante, desinteressaram-se os governos pela sua conservação, resultando o seu abandono. Com a construção das estradas de ferro D. Pedro II e a Rede Piraiense, cessou o grande movimento de tropas, descendo então os productos agricolas do municipio e de S. Paulo e Minas por essas estradas de ferro para a Côte, ocasionando a ruína total do Saco de Mangaratiba, desaparecendo seus predios

nobres, armazens, casarías e população, deixando sómente os vestígios de sua majestosa grandeza de outrora, nas ruínas ainda existentes do seu passado.

Agora, com o governo Feliciano Sodré, a estrada volta á beleza de sua estrutura, pela sua reconstrução, dando franca passagem aos automóveis e todas as demais modalidades de viação.

S. João Marcos, tendo sofrido duas formidáveis crises económicas, sentiu o profundo abalo que determinou o seu quasi desaparecimento. A Lei Aurea apanhando os lavradores de surpresa, ocasionou o abandono da lavoura de café, pela escassês do braço e pela baixa do produto, que não compensava a despesa. Ainda assim, sua população resistiu, conseguindo manter-se com dificuldade, mas não abandonando de todo o seu produto de maior valor e de melhor mercado. Surge depois a construção da represa da Light em 1908, sem os cuidados devidos, produziu a epidemia do impudismo, matando em menos de um ano para mais de 3.000 habitantes e obrigando o exodo de mais de 5.000, resultando então a crise máxíma, atingindo a situação um verdadeiro desaparecimento. Empobrecidos os ricos, desaparecidos os pobres, o município se debatia na mais terrível das crises por que pôde passar um povo. Sua resistencia, porém, pelo seu esforço, pela sua coragem e pelo seu civismo, pôde reagir ainda e resistir, e, reanimando-se, continuar no trabalho ingente da lavoura.

E se não fôra a fertilidade de seu sólo, a bondade de seu clima, S. João Marcos não mais existiria. Ei-lo felizmente fortalecido, surgindo novamente cheio de vida e prosperidade, conquistando pouco e pouco a sua restauração na grandeza de seus dias felizes, aparecendo fortalecido, aumentando seus campos de produção, valorizando suas terras e agora prosperando com a electricidade, telegrapho, telefone e estradas de rodagem. Graças sem duvida ao denodado esforço de seus filhos e do grande e benemerito estadista dr. Feliciano Sodré único presidente do Estado que, compenetrado de seus deveres administrativos, percorre o Estado, visitando atentamente os municípios para conhece-los e prove-los de suas necessidades. E esse joven administrador que conhece até todos os distritos do município que percorre, sem cansaço, abandonando o conforto e trabalhando com patriotismo e dedicação, para praticar o bem, levando sua palavra de fé republicana pela prosperidade crescente do Estado do Rio.

ALGUNS FILHOS ILUSTRES DE S. JOÃO MARCOS

Tenente-coronel José de Martini — Heróico soldado, morto no Paraguai.

Ananias de Oliveira e Souza — Barão de S. João do Principe, lavrador.

Antonio Pereira Passos — Barão de Mangaratiba.

Desembargador José Joaquim Itabalana de Oliveira — Magistrado.

Dr. Joaquim José de Souza Breves — Advogado, político, ex-deputado constituinte, lavrador.

Dr. João Carlos Teixeira Brandão — Medico, ex-deputado federal, ex-diretor do Hospício Nacional de Alienados e ex-lente da Escola de Medicina.

Dr. José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho — Advogado, ex-deputado federal, ex-secretario geral do Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Francisco Pereira Passos — Engenheiro, ex-prefeito do Distrito Federal.

Dr. Diogo Faria — Medico, ex-diretor da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo.

Dr. Cesario Pereira Machado — Medico, ex-presidente do Conselho Municipal do Distrito Federal.

Dr. Adolfo de Souza Viana — Advogado, político, ex-deputado estadual.

Almirante Jorge Americo Freire — Ex-comandante da Esquadra e ex-diretor da Escola Naval.

Monsenhor J. Amorim — Ex-governador do bispado do Rio de Janeiro, ex-professor do Colegio Pedro II.

Conego Bento José de Souza — Vigario de S. João Marcos.

Conego José Peres de Souza — Vigario de S. João Marcos.

Conego José Alves Viana — Professor e diretor do Colegio Viana.

José Mendes Barbosa — Aluno laureado da Escola de Belas Artes, pintor historico.

Ovidio dos Santos Melo — Poeta.

VIVOS

Dr. Alfredo Pujol — Advogado, escritor, político, membro da Academia de Letras.

Dr. Ataulfo de Paiva — Magistrado, membro da Academia de Letras.

Dr. Florentino Avidos — Engenheiro, político, atual presidente do Estado do Espirito Santo.

Professor José Otavio Corrêa Lima — Atual diretor da Escola de Belas Artes.

Dr. Joaquim Alves da Silva — Advogado, ex-deputado e ex-juiz.

Tenente-coronel Barbosa Lisboa — Engenheiro militar.

Dr. Antonio Braz de Moraes Barbosa — Advogado, atual deputado estadual.

Alice Alves da Silva — Musicista, profesora catédrica do Instituto de Musica de Bello Horizonte.

TERREIROS DO CORONEL
JOÃO LOBATO GALVÃO, EM
S. MARTINHO, NO ESPI-
: : : : : RITO SANTO : : : : :



LAVOURA DE CAFÉ, DO
CORONEL MATHEUS PAIVA,
EM MUQUY, NO ESPIRITO
: : : : ; SANTO : : : : :

TITULARES

Maria Paulina Fé de Ostiani — Condessa de Montolon.
Condessa de Araguaia.

RELIGIOSAS

Maria da Conceição Breves superiora do Mosteiro no Ceará e Evangelina Breves, superiora do Mosteiro em Pernambuco.

A marcha das culturas no terreno do Espirito Santo

CARLOS XAVIER

A fertilidade das terras do Espirito Santo para todas as culturas tropicais e a remuneração com que são compensados os esforços dos lavradores constituem fatos conhecidos, mesmo fóra do país, e desde os tempos primitivos. Já o padre Antonio Vieira dizia ser o Espirito Santo a terra mais abastada e a melhor de toda a costa.

Desde o primeiro donatario, a cultura da terra foi cuidada.

A carta de doação fez Vasco Fernandes Coutinho senhor de um latifundio, dando-lhe direito a 50 leguas da costa contadas do ponto terminal da Capitania, confinante ao norte.

Distribuídas as terras aos que o acompanharam na arriscada empresa, ensaiaram-se logo as primeiras culturas e foram fundados varios engenhos para a industria rudimentar da cana de açúcar.

Já, então, era conhecido na Europa o café, que Lineu derivara da Arabia e que hoje está assente ter sido transportado para a Arabia da Abissinia, embora bebida considerada contraria ás leis da Proféta. Já, no ano anterior á posse de Coutinho, soffria o café, no Cairo, guerra de sacerdotes maometanos.

De 1602 a 1607, no governo geral de Diogo Botelho, a Capitania ensaiou um comércio de mercadorias, vindas em navios flamengos, pelo açúcar de seus engenhos e o pão brasil; commercio logo prohibido.

De 1602 a 1607, no governo geral de Diogo Botelho, a Capitania ensaiou um commercio de mercadorias, vindas em navios flamengos, pelo açúcar de seus engenhos e o pão brasil; commercio logo prohibido.

Até o governo de Rubin, apenas o açúcar merecia cuidado. De tal governo parte a colonização do Espirito Santo.

Os primeiros casaes foram situados a 15 de Fevereiro de 1813, ao norte do Rio Santo Agostinho, em Vianna, proveniente dos Açores. Foi, então, demarcada a area de 270,000 m2. para a fundação de um nucleo em 1814, confirmada por Carta Regia.

Poucas colonias se fundaram como as de Santa Isabel e Santa Leocadia. Sómente depois da lei do ventre livre, é que o Brasil cogitou de meios.

A colonização do Espirito Santo obedeceu a escolha do terreno sem a preocupação dos meios de comunicação.

Era muita terra para pouca gente.

Até o tempo do Governador Rubin, havia no Espirito Santo 76 engenhos e 68 engenhocas entre Itapemirim, Vitoria, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Campos e São João da Barra.

Foi Rubin quem exportou as primeiras arrobas de café do Rio Doce, alcançando o preço de 3\$000, em 1812.

Animado pelo resultado, em 1815 recomendava a José Luiz da Costa a substituição pelo café das mamonas dos quintais de Vitoria.

De 1840, segundo Artur Torres, há paralelismo entre o decrescimo na exportação do açúcar e acrescimo na do café.

Em 44 foi a exportação de 324,308 arrobas de açúcar, em 1891, de 456 e em 1892 não houve exportação de açúcar, ao passo que o café, que em 1847 foi de 115,390 arrobas, em 1900 atingiu a 1,234.195.

Em 1875 a lei n. 4, de 30 de Outubro autorizou o dispêndio da quantia necessaria para uma maquina de preparar café.

Iniciado, ha poucos anos, no sul do Estado e nos Municipios tributarios da via ferrea Leopoldina Railway, o plantio do algodão, já muito tem contribuido para o consumo das fabricas regionais.

A cultura do arroz tambem va obedecendo a novos moldes.

A mandioca, prestadia a diversas qualidades de farinha, é uma das principais produções de São Matheus.

A industria extrativa promete desenvolver-se muito com o plantio do cacão.

Ainda é, entretanto, o café, com a grande expansão que tomou, a lavoura primordial do Estado, especialmente no sul.

The Leopoldina Railway Company Ltd.

CAFÉ'

Logo depois do Estado de S. Paulo, a zona servida pela Estrada de Ferro Leopoldina nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espirito Santo é a mais rica e importante na produção de café, que se pôde avaliar considerando que, das 296 estações que ela possui, 224 exportam café.

A quantidade de sacos de café transportada pela Leopoldina durante os últimos cinco anos foi a seguinte:

ANO	SACOS
1922.....	5.441.666
1923.....	3.220.400
1924.....	3.407.333
1925.....	3.122.150
1926.....	3.124.266

A medida adotada pelo governo, em 1921, de valorizar o produto em benefício do produtor, assim assegurando-lhe um preço lucrativo como fruto do seu trabalho, tem dado grande incremento a novas plantações de café e limpeza de cafezais velhos, que devido ao preço pouco compensador, haviam permanecido em abandono. Alguns dos novos cafezais já estão dando frutos e outros estão prestes a produzir. Assim a safra atual é a maior até hoje registrada na história da Companhia.

O seguinte quadro demonstra a influência que a valorização tem exercido sobre os preços:

1920.....	11\$000
1921.....	18\$300
1922.....	22\$500
1923.....	29\$600
1924.....	47\$200
1925.....	47\$200
1926.....	39\$800

As zonas mais ricas situadas no território da Leopoldina são servidas pelas seguintes estações:

Glicerio.....	Rio de Janeiro	27.633
Bom Jardim.....	„	58.600
Miracema.....	„	92.650
Itabapoana.....	Espirito Santo	111.750
Castelo.....	„	108.116
Bicas.....	Minas Gerais	39.466
Raul Soares.....	„	58.850
Mirahi.....	„	105.833
Manhuassú.....	„	99.666
Manhumirim.....	„	90.916
Carangola.....	„	98.383

Os fretes cobrados pela Leopoldina são medicos, como se póde ver pelo seguinte quadro, demonstrando as despesas da remessa de um sacco de 60 quilos para o Rio:

Bicas.....	213	7\$400	15\$900	23\$300	136\$000
Itabapoana.....	391	10\$500	18\$200	28\$300	136\$000
Carangola.....	484	11\$400	15\$900	27\$300	136\$000
Manhumirim.....	575	12\$400	15\$900	28\$300	136\$000

Está em estudos a construção de uma linha que, saindo da estação de Raul Soares, no Estado de Minas alcance Caratinga no mesmo Estado, atingindo assim uma nova e riquissima zona caféira, que ainda hoje faz o seu transporte de café em tropas.

A extensão dêsse prolongamento é de 90 kilometros, e, quando fôr concluido, a extensão total das linhas da Leopoldina será de 3.076 quilometros.

Para mais detalhadas informações sobre a zona servida pela Leopoldina é aconselhada a leitura do Guia Geral e Horários publicado pela Companhia semestralmente.



Uma irmandade de grandes cafesistas e civilizadores

OS TEIXEIRA LEITE

NASCIMENTO, VIDA E MORTE DE VASSOURAS

AFFONSO E E. TAUNAY

A enorme desgraça que nêstes ultimos dias, veiu ao meu querido tio, Leopoldo Teixeira Leite, tão cruelmente abater, arrebatando-lhe a esposa, extraordinaria de dedicaçào e afêto, companheira de quatro decaadas de vida em comum, esta infelicidade imensa, privou os leitores do conhecimento das laudas que, sob a epigrafe dêste artigo, deviam compôr a mais avalizada autoridade sobre o assunto, prefixado pela redaçào desta folha.

Pede-me o meu prezado tio que em seu logar me desempenhe do convite. Assim atendo á sua honrosa investidura para a qual estou insufficientemente preparado.

O PAPEL HISTORICO DE VASSOURAS

Entendeu, e com toda a razào, o sr. dr. A. Chateaubriand que ao se celebrar o bicentenario do café seria indispensável relembrar o papel historico, sobretudo notável de Vassouras e dos homens do seu município, centro das lavouras da rubiacea, no lapso de tempo em que esta circunscricção fluminense chegou a ser o que depois foi Ribeirão Preto.

E quiz ainda, que se particularizasse, a proposito de uma grande familia de cafezistas do segundo Imperio, no então nucleo maximo da lavoura cafeeira do Brasil. Desejou pormenores sobre os Teixeira Leite, para êle o mais representativo dos clans vassourenses. Daí o seu convite ao dr. Leopoldo Teixeira Leite, o professor de direito e juriseonsulto acatado, de reputaçào brasileira, o antigo e prestigioso politico fluminense que hoje emprega a sua vigorosa velhice no estudo de árduas questões de jurisprudencia, cultivada com tanto amor quanta proficiencia.

I

OS TEIXEIRA LEITE

Têm os Teixeira Leite origem mineira, como quasi todas as grandes familias fluminenses de lavradores de café, que o desbravamento de terras do Paraiba trouxe para o território do Rio de Janeiro.

Procedem de dois portuguezes, de hoje abraamica descendencia, do capitão Francis-

co José Teixeira e do sargento-mór José Leite Ribeiro, ambos emigrados na primeira metade do seculo XVIII para Minas Gerais e a comarca do Rio das Mortes.

Natural de S. Tiago, arcebispaço de Braga, filho de Belchior Gonçalves e Helena Teixeira, veiu Francisco José Teixeira na adolescencia para o Brasil e faleceu em S. João d'El-Rey relativamente moço, a 12 de Setembro de 1788. Quanto a José Leite Ribeiro, filho de Francisco Leite e Isabel Ferreira, nascido em 1723, em S. Eulalia do Barroso, faleceu êle idoso, a 4 de Outubro de 1801, e em S. João d'El-Rey, igualmente.

Foram ambos mineradores de ouro e "fabricaram ferteis fabricas de lavras mineiras" como no tempo se dizia. Tiveram por largos anos sociedade e numa petição, que está em meu poder, ao guarda mós das terras e aguas minerais do distrito do Rio do Peixe, declararam-se "mineiros de fabrica avulzada".

O sargento mór minerou até os derradeiros dias de vida; a 4 de Novembro de 1799 ele e seus ultimos socios, Manuel Leite de Freitas e Joaquim do Rego Barros obtinham do guarda mós Francisco José Alves, uma série de datas no Rio Preto, cujo leito pretendiam explorar.

Casaram-se ambos com brasileiras. Teixeira, com d. Ana Josefa de Souza (falecida em 23 de Janeiro de 1808, em S. João d'El-Rey), filha de Manuel Martins de Carvalho, portuguez e de d. Josefa de Souza Monteiro, brasileira; Leite Ribeiro, com d. Escolastica Maria de Jesus, nascida em Nazareth, distrito de S. João d'El-Rey, cidade onde veiu a falecer, a 25 de Junho de 1823.

Por sua vez era d. Escolastica filha do portuguez Lourenço Corrêa, natural de Arganil e de Maria de Assunção Moraes, brasileira, com possível ascendencia paulista, conforme me informou o erudito genealogista sanjuanense, dr. A. A. Campos da Cunha e ainda não pude, por falta de oportunidade averiguar. Faleceram os dois socios abastados, sobretudo o sargento mór que deixou largo cabedal.

De ambos proveu grande próle, de homens energicos, trabalhadores e ambiciosos

que se empregaram no comércio e na lavoura, já que a mineração nada mais rendia.

Teve o sargento mór dez filhos e tres filhas, de que há hoje enorme descendencia, num total de milhares de pessoas espalhadas pelo Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e cujos apellidos principais vêm a ser: Leite Ribeiro, Ferreira Leite, Leite Pinto, Vidal Leite Ribeiro, Sâ Leite, Leite Guimarães, Almeida Magalhães, Ribeiro do Valle, Leite de Salles, Costa Machado, Magalhães Pinto, Monteiro de Barros, Gomes de Carvalho, Leite de Barros, Leite Alves, Leite de Assis, Aquino Leite, etc.

Dos filhos do sargento mór, quem mais se destacou foi Custodio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, pessoa cuja filantropia e ação civilizadora se tornou celebre em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, sua biografia foi escrita por Fernandes Pinheiro e sua effigie figura na "galeria dos brasileiros illustres" de Sisson sob a epigrafe do camoneano.

"CHOROU-TE TODA A TERRA QUE PISASTE"

Seus irmãos, Manuel Ferreira Leite, Anastacio, Joaquim, padre João José, Francisco, Antonio, Floriano Leite Ribeiro foram todos os primeiros lavradores de café na Provincia do Rio de Janeiro e na Mata mineira, ou associados de parentes fazendeiros.

Chegavam alguns a ser dos maiores cafezistas do seu tempo, como Francisco Leite Ribeiro, que o illustre botânico inglês, Georges Gardner, visitou no ano de 1839 nessa fazenda d'êle falando com extrema simpatia e suas "Travels on Brazil".

Dentre os netos e bisnetos de José Leite Ribeiro destaquemos o dr. Domiciano Leite Ribeiro, visconde de Araxá (1812-1881), ministro e conselheiro de Estado, presidente de São Paulo e Rio de Janeiro, homem de bela e culta intelligencia e escritor elegante; os grandes e extensos proprietarios barão de Itamarandiba (Joaquim Vidal Leite Ribeiro); barão do Amparo (Joaquim Gomes Leite de Carvalho); barão do Rio Negro (Manuel Gomes de Carvalho); visconde de Barra Mansa (João Gomes de Carvalho); barão de Guaxupé (Manuel Joaquim Ribeiro do Vale); coroneis Antonio Leite Pinto, Joaquim Martinho Ferreira, barão de Vidal (Luiz Vidal Leite Ribeiro); barão de Ribeiro de Almeida (Joaquim Leite Ribeiro de Almeida), etc.

II

DE COMO ESCAPAMOS DE SER A ANGOLA...

Do capitão Francisco José Teixeira ficaram numerosos filhos, dentre os quais quem mais relevo teve foi o seu homônimo Francisco José Teixeira, nascido em Conceição da Barra, na fazenda da Ilha, a 6 de Setembro de 1780. Casou-se êle aos 13 de Setembro de 1802 com a filha do socio de seu pai, Fran-

cisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, nascida em S. João d'El-Rey, a 4 de Junho de 1781.

Fazendo ativo comércio, realizando transações bancárias, angariou Francisco José Teixeira florescente situação economica, aumentando muito os haveres herdados de seu pai e do sogro.

Mais tarde, trabalhando conjuntamente com os filhos, atingiu notável prosperidade financeira. Chegara ao mesmo tempo a ser prestigioso chefe liberal em Minas. Foi, por muitos anos, presidente da Câmara Municipal de S. João d'El-Rey, onde construiu grande casa de apurada linha architectonica colonial. Creio que foi este predio adquirido pela Municipalidade sanjoanense por instigação do então prefeito dr. Basilio de Magalhães, que me informou haver dado a uma praça de S. João o nome de Barão de Itambé, titulo pelo qual, por carta imperial de 15 de Novembro de 1846, fôra por d. Pedro II agraciado Francisco José Teixeira. Dos barões de Itambé procedem os Teixeira Leite.

Dos seus dez filhos sete eram varões, homens singularmente robustos, inteligentes e energeticos, em quem se realizava a plenitude do conjunto ideal da mens sana... As filhas nada ficavam a dever a seus irmãos: Mariana, casada com Batista Caetano de Almeida, nome até hoje lembrado em Minas, onde exerceu larga influencia como chefe liberal e deputado geral. Ana Jesuina 1815-1899, casada com seu primo comendador Luciano Leite Ribeiro, grande commissario de café, e Maria Gabriela (1817-1883), casada com seu primo major Francisco J. Teixeira e Souza, lavrador e capitalista.

Muito cedo lançaram os barões de Itambé os filhos a lutar com as asperezas da vida: Seguiram êles, desde a adolescencia, a carreira habitual dos moços brasileiros daquele tempo. Nascidos na lavoura, praticaram o comércio das tropas e acabaram lavradores de café. Principiava então o enorme rush do plantio do café que tomava o lugar da admiravel floresta fluminense.

As terras vassourenses, extraordinariamente ferazes, começaram a ver os alinhamentos da rubiacea, encostas acima e as tropas a descer para a Estrela com os seus milhares de mulas, vergando ao peso do grão que ia ser a riqueza, o esteio do Brasil, o fator de sua hegemonia sul-americana, no seculo XIX, a razão de ser do seu cambio internacional até os nossos dias.

Coffea Brasiliæ fulcrum... que sem café seria o Brasil uma Angola...

Desciam os mineiros em bandos avultados para as terras do vale do Paraíba, delias enxotando os últimos Puris. E os Leite se afazendaram em Barra Mansa, Conservatoria, Valença, Santa Teresa, Vassouras, assim como na mata mineira.

O "MOVIMENTO DE VASSOURAS"

Para as terras fluminenses vieram os filhos do futuro barão de Atambé. Já tinham haveres avultados feitos por si: José Eugênio, o mais velho (1803-1873), Francisco José (1804-1884); João Evangelista (1807-1861); Antonio Carlos 1810-1877).

Haviam todos adotado os sobre-nomes Teixeira Leite, combinando os apelidos paterno e materno.

Francisco José, nascido a 13 de Novembro de 1804, abria lavoura em Vassouras já em 1827. João Evangelista, na Barra Mansa; José Eugênio e Antonio Carlos, na mata de Minas. Prosperaram imenso e dentro em breve fixaram-se todos em Vassouras, para onde se mudou seu velho pai, também acompanhado dos genros Francisco José Teixeira e Souza e Luciano Leite Ribeiro.

Já o quinto irmão Joaquim José (1812-1872) se formára em direito em S. Paulo, e os dois ultimos, Carlos 1814-1873), e Custódio (1819-1882), se haviam podido dedicar ao comércio, com muito maiores recursos que os seus mais velhos.

Em Vassouras veiu a morrer o barão de Itambé, quasi nonagenário, a 29 de março de 1866, deixando avultados haveres, proximos de tres milhões de contos de réis, soma enorme para o tempo. Pouco antes falecera a baroneza, a 6 de Setembro de 1864.

Em Vassouras desenvolveram os irmãos Teixeira Leite admiravel ação progressista e civilizadora. Estreitamente unidos, agiam em conjunto, realizando grandes operações de credito. Muito graças a elles mereceu a cidade o grande privilegio de ser a sede de um dos bancos emissores do país.

Mas o que á irmandade deu extraordinario relevo foi a sua atuação para que se construísse a Estrada de Ferro D. Pedro II.

Compartes das idéas do grande Mauá, a mensa lhes era a ansia de que se realizasse a magna empresa, graças á qual a locomotiva galgaria a Serra do Mar. Graças a elles se iniciou o celebre movimento de Vassouras, famoso na historia da civilização brasileira.

Construira Irineu de Souza a sua pequena linha de Mauá á Raiz da Serra de Petropolis, quizeram os vassourenses fazer coisa de maior vulto. E ávante levaram a empresa. A' testa destes desbravadores puzeram-se os Teixeira Leite.

Dêles escreveu um historiador do nosso movimento ferroviário :

"Constituíam uma grande irmandade de capitalistas mineiros, estabelecidos em Vassouras e afazendados no vale do Paraíba, com o seu pai, o barão de Itambé, e seus tios Leite Ribeiro, também opulentos fazendeiros, dentre os quais se destacava o benemerito filantropo barão de Aiuruoca".

"Pertinazmente pelejaram pela realização do seu projeto. Eram sete irmãos sobremodo unidos, todos êles, dispoendo de fortunas que cujo anuncio de cifras nos faria hoje sorrir: naquele tempo se tinham como notaveis e José Eugênio, Francisco José, depois barão de Vassouras; João Evangelista, Joaquim José, Carlos, Antonio Carlos e Custodio, corpo e alma devotados ao tentamen civilizador, impacientes pelo momento em que veriam a locomotiva a correr ao longo do Paraíba, ligando a capital do país, ás capitais paulista e mineira e vivificando enormes tratos de terra fertil. Muito auxiliou aos Teixeira Leite, igualmente devotado á mesma obra, o dr. Caetano Furquim de Almeida, seu parente afim, como genro que era do barão de Vassouras, homem de viva intelligencia e grandemente influente nos circulos financeiros da época, espirito adiantado e culto."

"Realizou-se o grande desideratum dos benemeritos irmãos, alheios ás recompensas politicas e ás instigações da vaidade."

Foram os "leaders" dessa campanha o comendador Francisco José Teixeira Leite, homem de ação e lucida intelligencia, vulto de grande peso na politica conservadora da Provincia, o qual mereceu do imperador a maior consideração e, em 1871, a elevação ao baronato; o dr. Joaquim Teixeira Leite, politico e banqueiro influente, deputado geral, espirito ilustrado e refletido, ótimo financista, o comendador Antonio Carlos Teixeira Leite, cujo nome com grande destaque se prende depois da primeira fase da cidade outra, hoje enorme rede ferroviaria — a Leopoldina; o coronel Carlos Teixeira Leite, homem sobremodo ardoroso, entusiasta pela causa, significativo dos primeiros pedidos de concessão e grande comerciante de café, então; o comendador João Evangelista Teixeira Leite, tido como muito habil financista e relacionadissimo nos meios bancarios.

A êstes promotores do "movimento de Vassouras coadjuvaram, com todas as forças, seus demais irmãos e parentes cheios de relações prestigiosas, occupando altas posições no commercio commissario e bancario, ou na grande lavoura cafeeira, e aliados pelo parentesco a diversas personalidades de destaque, como succedia ao depois primeiro ministro e conselheiro de Estado, Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá), entre outros.

O IDEAL COMUM

Representavam os Teixeira Leite notável força politica, notando-se entre êles um fato curioso: ao passo que seu pai era fervoroso liberal, os sete irmãos, sem a menor discrepância de vistas, contavam entre os mais dedicados e influentes chefes conservadores, sendo que um dêles, o dr. Joaquim, represen-

tou, como atraz ficou dito, em varias legisla-
turas, na Câmara dos Deputados, a zona em
que residia.

A seu respeito escreveu o visconde de
Taunay :

“Homem de viva intelligencia, combatera
de frente as idéas pessimistas do marquês de
Paraná sobre vias ferreas e fôra dos mais lu-
cidos conselheiros do visconde de Itaboraí em
materia financeira, quando, depois do quasi
cidos conselheiros do visconde de Itaboraí em
viam, em 1868, os conservadores subido ao
poder. Lançára o novo presidente do Conselho,
no meio de uma série de verdadeiras apertu-
ras, um emprestimo interno de 30 mil contos,
excessivamente vantajoso aos tomadores de
apólices.”

“Com insistencia buscava o dr. Joaquim
Teixeira Leite persuadir ao visconde de Itabo-
raí:

— Nada de receios. Há demasia nas con-
dições oferecidas aos subscriptores. Reduza-os,
pois este onus para o futuro se tornará bas-
tante pesado. E quem assim lhe fala será um
dos primeiros e não pequenos tomadores.
Anuncie o emprestimo a 95 e ainda assim ha-
verá rateio.”

Hesitou o desconfiado financeiro que que-
ria pisar com segurança nêsse primeiro passo;
mas os sucessos consecutivos deram plena ra-
zão ao patriótico aconselhador.

III

AMBIÇÕES NOBRES

Ouçamos a grande autoridade de Chris-
tiano Ottoni, porém. Escreve êle em sua auto-
biografia: “A idéa da via ferrea entre a capi-
tal do Imperio e as provincias de S. Paulo e
Minas, vinha de longe, mas encontrára sempre
a descrença por parte dos nossos estadistas”.
“Construam, dizia ainda em 1849, o grande
intellectual Bernardo Pereira de Vasconcellos :
os trens carregarão ao primeiro dia do mês
tudo o que ha no interior para transportar,
e ficarão ociosos por vinte e nove dias”. “O
visconde de Itaboraí era tambem incredulo. A
melhor cabeça do ministerio, em 1852, estava
paralisada pela descrença dêle, que julgava á
estrada de ferro uma utopia e com relutancia
cedia á pressão, primeiro dos Teixeira Leite,
depois da opinião publica.”

“Foram os Teixeira Leite que deram maior
impulso á opinião para reclamar a lei de 26
de Junho de 1852, que autorizou a garantia de
juros de cinco por cento aos capitalistas, para
uma estrada de ferro partindo da Côte, bi-
furcando-se além da serra, dirigindo um braço
para Minas, outro para S. Paulo. Eram uma
familia rica, influente, considerada e seus cre-
ditos concorreram para facilitar.”

“Não pareciam animados do simples de-
sejo de ganhar dinheiro, mas possuidos da
ambição da gloria de prestar ao país um bom
serviço.

“Contando com a concessão fizeram des-
pesas, relacionaram-se com capitalistas, fize-
ram vir dois engenheiros, os irmãos Waring,
que á custa dêles, futuros concessionarios, in-
stituíram um reconhecimento da Côte até á
margem do Paraíba.

“Ao terminarem os irmãos Waring o seu
reconhecimento técnico, ouviu Christiano Ot-
toni do dr. Joaquim Teixeira Leite que êsses
engenheiros, tão entusiasmados estavam que
lhe tinham dito : “Se na Serra do Mar não
for possível um desenvolvimento acessivel ás
locomotivas, construiremos uma estrada de
ferro atmosférica.”

“Os Teixeira Leite não obtiveram a con-
cessão da Estrada de Ferro D. Pedro II, como
aliás fôra justo, continua Christiano Ottoni.”

“O govêrno chamou propostas, e não as
achando aceitaveis, confiou o negocio ao nosso
ministro em Londres Sergio Teixeira de Ma-
cedo, que assinou, a 9 de Fevereiro de 1855,
com Ed. Prince, o contrato para a construção
de um bom e solido caminho de ferro de um
ponto do lado Norte da estrada de S. Chris-
tôvão, nos arrabaldes do Rio de Janeiro, a
outro, proprio para uma estação, em uma pla-
nície junto ao rio Guandu’.”

PAULO DE FRONTIN E VICTOR KONDER

Sabedor, como raros, da historia da gran-
de rêde a que, em 1912, administrava, a reali-
zar, então, as obras fornidaveis de duplicação
da linha da Serra do Mar, impoz o dr. Paulo
de Frontin á antiga estação de Vassouras, o
nome de “Barão de Vassouras”. Era um rasgo
de alta justiça, dêstes que honram um es-
pírito eminente.

Em 1925, deslocou-se êste nome, bene-
merito nos fastos da civilização brasileira,
para uma outra estação, em que êle perdia a
sua significação de destaque.

Contra êste deslocamento protestou a Ca-
mara Municipal de Vassouras, pelo seu bene-
merito prefeito dr. Sylvio Ferreira Rangel. O
sr. dr. Victor Konder, inspirado pela justiça
e, num dos gestos mais felizes da sua admi-
nistração, orientada pela lucidez do seu tão
culto espirito, restabeleceu o antigo nome im-
posto pelo dr. Paulo de Frontin.

E’ uma demonstração que lhe valeu o
aplauso de quantos amam a justiça dos fatos,
e foi digno complemento de outro ainda mais
significativo e nobilitante: a imposição do
nome de Mauá a uma das estações da São
Paulo Railway.

O DESENGANO

Aos promotores do movimento de Vassouras haveria de causar a continuação da Pedro II o maior desgosto. Queriam imenso que ela pela sua cidade passasse e fizessem o máximo empenho para que isso succedesse.

Mas, as exigencias da técnica, e sobre tudo o conhecimento imperfeito da topografia daquella zona montuosissima da Serra do Mar, fizeram com que os trilhos da grande ferrovia se dirigissem para a Barra do Pirai e daí ao longo do Paraíba, para Entre Rios.

Os invejosos de Vassouras tiveram a mesquinhez de conseguir impôr a estação, hoje chamada Juparaná, o nome de **Desengano**: desengano dos vassourenses. A Vassouras nem sequer se concedeu o pequeno consolo de um ramal de acesso, de seis escassos quilômetros...

Foram os seus moradores, a cuja testa ainda se collocou o barão de Vassouras, que construíram por conta propria o pequeno tram-road, hoje desaparecido, desde que o dr. Frontin fez construir a linha chamada do Ramal de Vassouras, ligando Juparaná e Barão de Vassouras, a Governador Portela, na Linha Auxiliar da Central do Brasil, o que hoje permite aos turistas contemplar uma série de assombrosos panoramas alpinos, dos mais importantes do nosso país. De Belém a Vassouras viaja-se em continuo deslumbramento.

IV

RESSURREIÇÃO DE VASSOURAS

Quanto a Vassouras, outr'ora, tão rica e prestigiosa, e hoje reduzida a muito menor importancia, depois de passar por longo período marasmático, em que se arrastou, anos e anos, em verdadeira penuria, como aliás toda a antiga zona cafeeira do Estado fluminense. Vassouras resurge agora. Nascera do café e com elle se engrandecera. Ao morrer o cafezal, que a rodeava, sofreu a mais prodiosa depressão.

Levanta-se, hoje, novamente, como longínquo suburbio da cidade, quasi sesquimillíonario, que passou a ser o Rio de Janeiro e isto, devido ás delicias do seu clima brando e constante.

Bem merece se lhe consagre alguma attenção a esta cidade, que no país de curto passado, que é o nosso, tem tradição elevada e valiosa, no conjunto da obra nacional, em prol do progresso e da civilização.

Uma das suas edificações adotou para peça mestra do seu escudo municipal uma palmeira imperial, inteiramente insignificativa. Ainda se fosse um cafeeiro! No brazão de Vassouras uma unica peça se impunha: a locomotiva.

Não é a maquina de Stephenson, certamente, um elemento contemporaneo da ciencia dos reis d'armas. Que importa? será a locomotiva heraldisada como tanta coisa moderna já o foi.

Não há brazão menos heraldico, sobre o criterio dos antigos pontos de vista, do que o do visconde de Mauá, mas tambem não existe escudo mais expressivamente falante, mais grandioso, do que o deste pioneiro da civilização, não só brasileira, como americana.

Tôlo, forte toleirão, será quem tente ridicularisar os elementos daquelle escudo d'armas que traduzem o esforço, a deficiencia da grande vida do fator de progresso que foi Mauá: a locomotiva, o navio a vapor e os candélabros da iluminação a gaz.

No seu brazão só podia haver logar para isso mesmo. Não era Irineu de Souza um descendente, e sim um ascendente... se parafrasearmos o dizer energico do marechal Lefèvre, duque de Dantzig, a um pintalegre que lhe alegava a fidalguia do sangue.

Direitos de sobre-lhe cabiam para que compuzesse o seu escudo com o que era genuinamente seu. E assim o fez...

Vassouras só podia, só devia ter uma peça no escudo e esta é a locomotiva de 1850. E' a historia quem lh'a impunha.

E a sua Municipalidade perfeitamente inspirada andou, aceitando tal suggestão do seu prefeito de 1924, o sr. Dr. Sylvio Ferreira Rangel, administrador tão esclarecido quanto devotado que, ao seu municipio, prestou os mais relevantes serviços.

E como um dos attributos das divisas heraldicas é exatamente a franqueza, senão a rudez dos conceitos, ninguem estranhará que no escudo vassourense se leia: "A mim imenso deve o progresso do Brasil": "Mihi maxime debetur Brasiliae incrementum".

VOLTANDO AO ASSUNTO

Voltemos, porém, aos Teixeira Leite, assunto deste artigo:

Deu-lhes Don Pedro II numerosas demonstrações de alto apreço em que foram galardoados os subditos mais leais á sua Côrte. Conferiu-lhes o imperador as altas distincções das nossas ordens honorificas. E poucos anos depois da morte do barão de Itambé, agraciou um deles com o baronato, escolha que recaiu em Francisco José, barão de Vassouras, por decreto de 17 de Maio de 1871 e barão com grandeza por decreto de 18 de Novembro de 1874.

Ultimo de seus irmãos, faleceu o barão de Vassouras a 12 de Maio de 1884, quasi otogenario, mas robustissimo, cercado da extrema consideração e estima dos seus contemporaneos. Sobreviveu-lhe, derradeira de sua irmandade, d. Ana Jesuina Candida Teixeira Leite (falecida a 7 de Setembro de 1899), pes-

O CAFÉ TRANSPORTADO PELA LEOPOLDINA RAILWAY.



LEGENDA

- ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA
- CENTRAL DO BRASIL (AGUIAR)
- THERZOPOLIS
- RIO D'OURO
- EST. DE MINHEIRA
- QUESE DE MINHEIRA
- VICTORIA A BAHIA MINHA
- MADICA
- ITABARANTA

TOTAL DE CAFÉ TRANSPORTADO PELA LINHA DA ESTRELA DE FERRO LEOPOLDINA ANTES DE 1925 = 183353 toneladas (1910) = 193.6 = 187926 toneladas

soa da mais subida elevação intellectual e moral, verdadeiro prototipo da velha educação de nossa terra, que tão formosos tipos femininos soube criar.

E assim, em largos traços, me desobrigo a uma tarefa da ultima hora, nascida de uma delegação carinhosa.

Não me caberia falar, como o fiz, de pessoas cujas memorias tanto venero e entre as quais tão especialmente me desvanço de vêr Francisco José Teixeira Leite, pai de minha querida mãe, homem que, como raros, teve a percepção exáta da grandeza e da nobreza do papel do pater-familias e dos deveres do cidadão.

Representante legitimo do nosso velho espirito patriarcal, se a instrução de sua rude mocidade, contemporanea do rude Brasil joanino, lhe fôra deficiente, era-lhe esta inferioridade compensada, e do mais largo modo, pelas opulencias do tãto e do criterio da moderação, da intelligencia e do patriotismo.

Procurei, tratando de tão delicado assunto, valer-me dos depoimentos daqueles que sobre os Teixeira Leite escreveram. Foram êles, sobretudo, que me levaram á explicavel demasia.

Os meus leitores generosamente a desculparão a quem precisou refrear e resistir aos ditames da amizade, do reconhecimento e da veneração.

“Sangue Noster”

GUILHERME DE ALMEIDA

TERRA ROXA !

Tens quatro séculos só : és uma criança neste mundo.

Dois séculos dormiste. Há dois séculos despertaste.

Dois séculos dormiste na boniteza do teu berço enfeitado com todas as tetéas simples de Deus :

bichos lindos de pêlos pintados, de penas coloridas, péls decorativas,

tilintando como berlóques e talismans em todo o teu corpo novo;

chocalhos, caracaxás de cachoeiras de prata — chóques de aguas e pedras;

colares, pulseiras, anéis de rios verdolengos enrolados na tua carne trigueira e tenra

que estremeia entre os babados das areias brancas e as rendas das espumas brancas das tuas praias esparramadas,

e sonhava sob o cortinado de filó das neblinas suspensas entre estrêlas e montanhas...

Dois séculos os homens toscos admiraram, cubicaram e exploraram a belêsa rica e visível do teu corpo adormecido :

o calor das tuas veias — veias de ófio, e o brilho das tuas lagrimas — jazidas de diamantes.

E nada te deram, TERRA ROXA ! E tudo te tiraram, TERRA ROXA !

Só te deixaram o coração : um grande coração vazio para um sangue que viria do Oriente, como o sol...

Há dois séculos, TERRA ROXA, os homens fizeram na tua péle a primeira carícia :

a carícia que a fez corar, ainda no sonho, com o rubor bonito das coisas profanadas;

a carícia que a arrepiou em cafezais geométricos, empolhados nas colinas ondulantes...

Primeiro, sofreste. Embora adormecida, sofreste a mutilação das derrubadas, a febre das queimadas, o arranhão dos arados.

Depois, sob o carinho maternal do trato paciente e lento,

despertaste. E então sentiste um sangue novo — ouro liquido, ouro negro —

tingindo, perfumando, alentando os teus músculos palpitantes;

tingindo de um verde fecundo as mais suaves curvas do teu corpo adolescente;

de um vermelho quente de beijo as pequenas bagas doces como risos da folhagem;

de um negro fôsko as lonas e peneiras de colheita e os ladrilhos dos terreiros aplainados...

Perfumando com um cheiro acre da vida o ar curvo, transparente como redoma, emborcado sobre as fazendas agitadas;

O claro, largo socego das generosas salas de jantar, onde a toalha é alva, a luz é macia e os corações são simples;

os zínco e cimentos dos grandes armazens iguais; simétricos e estirados;

as pedras duras e limosas dos cács rétos povoados de guindastes e de mastros...

Alentando as veias rubras das estradas trepidantes de tratores, de vagões, de caninhões;

e as artérias das cidades repentinas, improvisadas, suando vida pelos póros das usinas;

e as veias dos braços fortes — negro e branco — torcidos, distendidos, combinados como inólas eficazes...

TERRA ROXA

vem espelhar agora, nas aguas paradas das tuas enseadas enormes e dos teus rios vagarosos,

a belêsa ativa e firme da tua imensa e útil mocidade !

E vê : vê com muito orgulho, o que te dá teu sangue e o bem que êle te faz !

Vê como êle bate, ritmado como um verso no teu grande coração.

Porque és toda poesia.

Lembras-te ? — era poesia o banzé preto no brigue negreiro entre escoltas de tubarões,

eram poesia os gemidos longos do Valongo e a bagonça macambúzia das senzalas;

era poesia toda a vida primitiva das fazendas fluminenses;

atrazardonas, agachadas, coloridas como estampas de Debret e de Rugendas;

era poesia o trepidar enferrujado dos troleis com senhores em rodaque de brim pardo;

era poesia o cantochão, pelas estradas, dos carros de boi pesados como a vida...

E foi poesia o silvo fino do primeiro trem de ferro

levando para mais longe, no teu corpo, os vigores num só ponto acumulados;

e foi poesia o exodo baralhado do teu Povo de Israel para a Chanaan dos grandes sonhos;

e foi poesia a morte branca das cidades desertadas, lá atrás, — alvas ossadas — na poeira lenta de Oblivion;

e foi poesia o exilio voluntário da gente nova rodando, despencando como pedras das montanhas escabrosas dos Abrazos para o bójo dos navios imigrantes...

E é poesia São Paulo: São Paulo de hoje afixado como um cartaz berrante no planalto;

São Paulo, coração de TERRA ROXA, onde bate o sangue negro e saboroso que escorre dos extensos, infinitos, ondulados, verde-escuros cafezais.

E tudo te vem dêsse sangue, TERRA ROXA!

Dêsse sangue vem a inquieta vida nova das fazeudas adcantadas:

vem dêle o impeto da agua que despeca nas turbinas enervadas, as máquinas elétricas zumbindo, disparando, atiradas sobre trilhos, entre postes de concreto;

a vertigem das borrachas estufadas dos pneumáticos raspando a fita lisa das estradas de rodagem;

o claro e limpo conforto dos puffman-cars envernizados, vestidos de linhos brancos,

deslizando silenciosos, entre os altos eucalyptus cultivados da floresta artificial, vem dêle a capital de pedra e ferro, de tijolos e cimento, de cal virgem e alcatrão, vem dêle os fura-céos de quinze andares, atrevidos, espetados nas cidades portentosas;

vêm dêle êsses viadutos e palácios, essas torres e jardins, e essas grandes elegancias abastadas;

e esses ásperos horizontes suburbanos denticulados pelos tétos, chaminés e paredes das oficinas;

e essas Bolsas, e êsses Bancos decorados como templos e com cifras empilhadas como sacas;

e êsses portos e canais congestionados: e essas dôças atulhadas de armazéns, de guindastes, de vagões e de navios;

e todas as coisas bêlas, e todas as coisas boas, as coisas úteis

de que o mundo, de que a vida, de que os homens são capazes...

Agora, no silencio socegado destas sessas de mormaço e destas noites fabulosas, ausculto no teu corpo, TERRA ROXA, o latejar do sangue novo de dois séculos.

E no ritmo dêsse sangue, e na cadência com que bate o teu enorme coração, eu ouço o poema de nós mesmos!

Um inimigo do café — as saúvas

OLIVEIRA FILHO (O. F.)

“Ou os brasileiros acabam com as formigas, ou elas acabam com eles”, disse Saint Hilaire.

De quantos e quantos temos ouvido chatear dessa frase que muito exprime!

O grande naturalista francês previu a progressão que atingiria o aumento dos formigueiros, dentro de varios decenios.

Hoje, já temos zonas, no Brasil, onde as populações emigram pela impossibilidade de qualquer cultura provitosa. A progressão do aumento dos formigueiros é atualmente geometrica.

Em quatorze anos, em certa área, os formigueiros duplicaram em número e se pôde calcular que em mais seis, triplicarão, para dentro de mais três quadruplicarem.

Com a debastação das matas e as queimadas periódicas pelos sem rumo no tempo sêco de cada ano, as terras cada vez mais nu'as e mais mineralizadas se tornam, oferecendo melhores melos para esses maravilhosos insetos cuja plasticidade de adaptação aos meios nos faz parar a pensar.

Nas matas virgens o tapete formado pelo que as arvores e outras plantas deixam cair, a cobertura morta do sóio das florestas, que é decomposta lentamente com o concurso da farinha que vive á superficie da terra, para finalmente ficar reduzida a humus, impede que as formigas cortadeiras encontrem meio propicio á sua existencia, já pela frouxidão da terra varejada por um sem número de raizes, já pelo excesso de humidade, e pela falta de calor.

Nas terras ainda fôfas, pulverulentas não existem saúveiros.

E' derrubada a mata, vem a cultura continuada, com isso a terra se torna firme, recebe o calor do sol, perde pouco a pouco a faculdade de absorver e de reter grande parte das aguas das chuvas; aparecem então, logo, os formigueiros.

A içá ou tanajura, geralmente de Setembro a Dezembro, conforme a zona no Brasil, central e na do sul, em certos dias, como que combinado entre varios formigueiros, acompanhados dos “bitu”, que são os machos, saem para o seu unico vôo, o nupcial. Unico dia em que vêm á luz. Nas vespéras. Já se nota no formigueiro que vai dar saída ás “iças” e dos “bitus” um certo azáfama na desobstrução de varios olheiros. Chegada a ora da saída, alvorçoço geral, um corre-corre de “cabeçadas” (soldados) com as mandíbulas escancaradas, de promisculdade com boa

parte da população do ninho, composta de individuos de varios tamanhos. Um correr desordenado como que para proteger os olheiros da aproximação de um inimigo qualquer pudesse vir perturbar a saída das emigrantes que vão fundar novas nações.

Aparecem as “iças” e os “bitus”; saem as primeiras; vibram as azas e tomam vôo, o mesmo fazem os “bitus” mais mesquinhos em tamanho, porém ageis, no unico vôo que fazem.

Somem-se no ar. Umás caem a pequena distancia, outras a muitas centenas de metros o mesmo sucedendo aos desgraçados machos condenados á morte depois de terem cumprido a sua unica missão: a de fecundar, cada um, a sua femea, arrastados por essa força incercível que é a da perpetuação da espécie.

No sólo, a “iça”, por movimentos voluntários, desloca as azas e azafamadamente procura um ponto para começar a perfuração de um canal que vai terminar numa pequena panela, com o tétro em aboboda. O canal é entulhado de cima para baixo com a terra da panela e a reclusa, sem perda de tempo, expelle de uma cavidade que tem logo abaixo da bôca, entre as mandíbulas, a semente da cultura que vae garantir a alimentação da prole.

Antes de sair do formigueiro mune-se da semente: uma pequena bola de quasi um millimetro de diametro da massa esponjosa do canteiro onde vegeta o fungo que dá o alimento á população do saúveiro.

As folhas conduzidas pelas formigas depois de repicadas servem de canteiro ao fungo que rapidamente se desenvolve em emaranhado denso micelio produzindo esférzazinhas (bromatia) que é o provável alimento unico das formigas e das suas larvas.

Expelida a pequena esféra da esponja trazida como semente, a “iça” a desfaz e rega a sementeira com uma secreção que expelle dos intestinos.

Começa logo a formar um “môfo” alvo sobre os fragmentos da “semente”. Quando a mancha do “môfo” atinge certo desenvolvimento são largados pela “iça”, os primeiros ovos.

O fundo não cessa de se alastrar e de formar camada. Novas desovas e provavelmente repetidas irrigações com liquido expellido.

Já dois mêses depois, por um furozinho minusculo, começam a aparecer á superficie infimas formiguinhas que só examinadas á lente é que podem ser identificadas pelos espinhos que têm no tórax.

O canal de saída é cavado de baixo para cima na terra que serviu para obstruir o aberto e depois entulhado pela "içá". A terra solta dá nova excavação logo que o canal aflora, é conduzida para o exterior e as formiguinhas começam a conduzir pequenos fragmentos de plantas, quasi sempre secas, ás vezes mesmo escremento dessecado de gado. Parece que esse primeiro material vegetal, para servir de canteiro para o fungo, depende das irrigações feitas pela "içá".

Vão-se sucedendo novas ninhadas e continuamente vai sendo trazida terra para a superfície.

Vão aparecendo individuos maiores, a principio de um vermelho amarelado, para tomarem a cor comum de cobre fosco.

Da panela inicial partem canais que vão sair já a alguma distancia do primeiro, pelos quais é continuamente aliviada terra cada vez em maiores granulos, á proporção que maiores individuos vão aparecendo, em incansável atividade.

As panelas se vão sucedendo á proporção que a população vai aumentando, bem como o número de olheiros, e, tambem, a distancia do desemboque dos canais aumenta do logar da primitiva saída que sempre desaparece. Logo que começa a haver individuos maiores, é iniciada a colheita ativa de folhas cortadas das plantas.

Sãem do formigueiro individuos isolados que seguem um caminho sinuoso, indo e vindo, acompanhados á distancia por outros para em dado momento uma das formigas começar a cortar a folha de uma determinada planta, sendo logo imitada por outras.

Os habitantes de formigueiros novos cortam perto dos olheiros; os dos velhos a boas distancias.

Conforme o terreno as novas panelas vão sendo feitas mais para o fundo, sendo a profundidade regulada pela humidade da terra.

Onde o lençol d'agua é proximo, as panelas são mais superficiais e não sobrepostas como tambem acontece nos terrenos secos e pouco permeáveis.

Já no fim do primeiro ano a nação está populosa e com todos os tipos desde a minuscula até á "cabecuda", chamada "soldado"; esta tem por função a defesa da entrada dos canais, são os soldados. Os primeiros a se alvoreçarem com qualquer perturbação, atacando o inimigo de mandibulas escancaradas, sem preocupação de defesa, sacrificam-se pela comunidade. Assim vem progredindo um formigueiro, aumentando cada vez mais de população, e pela terra que os operários lançam para fóra, se póde calcular os espaços ócos que formam as panelas, maiores ou menores, mais ou menos esfericas, elipticas ou abobadadas com o fundo chato, conforme a natureza do terreno: sobrepostas ou distanciadas com communicações directas, sinuosas ou em

sifões, tudo determinado pelas condições locais, como que perfeitamente estudado por um hábil corpo de engenheiros.

Nação originadas por "iças" saídas do mesmo ninho, têm suas construções diversas, conforme a natureza do terreno e a humidade.

As saúvas são as Attas: a "Atta sexden" que cultiva o fungo "Rozites gongulenhora" é a saúva comum.

Existem outras espécies cada qual cultivando o seu fungo.

Na America ha cerca de 100 especies de formigas cortadeiras, pertencentes a varios géneros, a maioria só formando pequenos ninhos com individuos de um só tamanho. As attas (saúvas) e as aeromirmes (quem-quens), constituindo nações muito populosas com varias centenas de milhares de individuos de varios tamanhos.

E' ainda um mundo a estudar a biologia das formigas agricultoras.

As formiguinhas minúsculas são as jardineiras do fungo, zeladoras dos ovos e das larvas desse apenas d'elas saídas.

As "iças" poedeiras, isto é, as que se enterraram para formar uma nova nação, depois do vôo nupcial e as que largam as azas nas proximidades do formigueiro depois do vôo e são arrastadas para o interior pelas operárias, desovam nas panelas, passando de umas para outras, milhares e milhares de ovos, vivendo varios anos.

Não se conhece como se comportam poedeiras uma em presença da outra, sendo rarissimo encontrarem-se duas na mesma panela. Só em formigueiros velhos é que se encontram diversas, quasi sempre em panelas distantes. Pelo seu tamanho e pelo calibre dos canaes da esponja de fungo e pelo logar onde se encontra mas larvas recensaidas dos ovos, é de supôr que as "iças" ponham os ovos sem preocupação de logar, sendo elles conduzidos pelas criadeiras para logares convenientes.

As larvas são cuidadas com desenvolvimento pelas formigas pequenas e peias médias, mudadas de logar na esponja, e mesmo de panela, á proporção que o material vegetal vai sendo esgotado pela vegetação do fungo.

A mesma "içá" de ovos que dão operárias de varios tamanhos, soldados, "iças" e "bitus", sendo desconhecido o segredo que faz com que a mesma fêmea dê geração de individuos alados, "iças" e "bitus" fêmeas e machos, e fêmeas atrofiadas, operárias de tamanhos tão diversos.

Parece que as desovas feitas pelas "iças" que dão fêmeas e machos se dá na época em que melhor vegeta o fungo por condições ótimas de humidade e temperatura e abundancia de material, isto é, quando ha maior fartura de alimentação.

Ainda não foi observado como as "iças" se alimentam, se rompendo elas mesmas as

“bromatias”, lambendo o líquido que contém, ou se são alimentadas pelas operárias.

Não parece provável que as larvas tomem estatura ou sexo definido por uma alimentação especial, calculadamente dada pelas suas zeladoras; é mais provável que seja por uma disposição especial das poedeiras, em dado momento, segundo a alimentação que toma ou que recebe, que reflita sobre os ovos.

As reboadas de “içás” e de “bitus” são, em certos anos, de centenas de indivíduos e mesmo de milhares, para um formigueiro velho e em outros anos de poucas dezenas. Às vezes, um formigueiro dá mais de uma reboada, neste caso, sendo provável que sejam de postura de diferentes “içás”, uma tendo atingido as condições especiais de desova antes da outra.

E' curioso encontrarem-se ninfas de todas as estaturas, de minúsculas e soldados, em promiscuidade, levando o mesmo tempo, tanto as pequenas como as grandes, para evoluírem de ovo a indivíduo novo.

Existem grandes sauveiros com a aparência de ser uma só nação, quando são duas e mesmo três não se comunicando subterraneamente, e, cada povo trabalhando numa determinada direção.

As saúvas de grandes nações vão cortar á distancia de 50, 100, 200, 300 e mais metros escolhendo segundo a humidade da terra, ou por outras exigências, plantas mais ou menos seivosas, mesmo as quasi secas.

Encontra-se uma sauva de tamanho acima do médio, nunca um soldado á boa distancia do formigueiro com caminhar lento e zig-zaguado ou em linhas quebradas, ás vezes, distanciando-se da diretriz dois e mais metros, porém, como que seguindo uma determinada orientação: é um explorador. Chega á um tronco, sobe até certa altura, desce, vai para a direita, avança, hesita, toma a esquerda, topa com outro tronco, contorneia-o e segue, chega á uma arvore, uma laranjeira, por exemplo, onde existem varias, sóe alguns palmos, tronco acima, torna a descer. Esbarra com a segunda, faz o mesmo; na terceira, espiraleando vagorosamente, sóe, envereda por um galho, torna a voltar, sóe mais alto e desaparece, para descer passado uma ou duas horas, retomando a direção do formigueiro em linha sinuosa, cortando as lúhas quebradas da vinha. Á certa distancia vai encontrando, aqui uma mais adiante outra e logo outra e outra companheira. Tocam-se com as antenas pequenas, voltando rastros atrás e outras seguindo mais ou menos a direção da primeira, mas não o rastro. E' certo que nesse dia ou á noite, ou no dia seguinte, a arvore escolhida seja atacada, começando o córte das folhas dos brotos.

Nos cafézais novos atacam varios pés ao mesmo tempo, porém, em reboleiras conduzindo

do as folhas cortadas quasi sempre por um só carreiro mestre que estabelecem e não por varios carreiros. Grandes formigueiros cortam, ás vezes, em varias direções, mesmo que não seja senão um.

Ha entre os proximos como que um entendimento; cada qual tem o seu territorio de exploração. Duas formigas de nações diversas encontrando-se distante, fóra do territorio de cada uma, não se agridem, afastam-se uma da outra com certa precipitação. A que sente estar no seu territorio invadido, é sempre a agressora, defendendo-se valentemente á atacada, que, se escapa da luta, retira-se com rapidez.

As formigas cortadeiras resolveram os dois problemas que o homem não pôde, apesar da sua intelligência e da sua presunção de superioridade, para elle achar solução estavel: o da alimentação resolveram elas com o cultivo de um fungo, o qual foi adaptado á condições especiais de vegetação para a produção farta, alimento para todos os habitantes do ninho e o da habitação intimamente ligado ao da alimentação pela construção de cavidades umas para as culturas, outras para estadia.

Não existe govêrno nas nações dos insetos: cada individuo cumpre o seu dever, não existindo senão para a comunidade.

A divisão do trabalho é outra particularidade das formigas cortadeiras: cada casta tem as suas atribuições.

Quando uma planta é escolhida para ser desfolhada, uma turma tosa as folhas pelo pedúnculo ou as replica, deixando-as cair aos pedaços, para serem repicadas no chão, quando demasiado grandes e em seguida conduzidas pelas carregadeiras.

No formigueiro, outras turmas reduzem o material á pequenos fragmentos dispondo-os convenientemente sobre as esponjas que vão aumentando de volume á ponto de chegarem á quasi encher as panelas, que, conforme o terreno, variam de fórma e capacidade, havendo algumas de 50 á 70 centímetros de comprimento por 20 á 30 de altura, abobadadas ou ellipticas, ou mais ou menos tubulares, sempre sem cantos.

Certas quem-quens (*Scroncyrmex*) fazem ninhos superficiaes acumulando folhas e grávêtos formando um montículo que serve de tecto para o espaço onde o fundo é cultivado e onde são creadas as larvas. Outras adaptam-se ao meio accumulando o material de construção em ócos de raizes ou de troncos, ou em buracos na terra. Certas espécies são “mineiras”, estas fazem galerias e panelas sendo mais superficiaes do que as outras.

As formigas cortadeiras, principalmente as saúvas, vêm representando um papel importante na cultura do café.

Desde as primeiras culturas extensivas da árvore cujos frutos representam ha tantos decenios a base da nossa economia, as sanvas vêm sendo combatidas.

Nos tempos mais remotos canalizava-se a agua de correjos ou das enxurradas para grandes escavações feitas nos formigueiros. Mais tarde, a extinção era feita a fóle. Fazia-se um verdadeiro poço atingindo as panelas profundas no qual era colocada lenha, palha, couros velhos, quasi sempre brucacas, ligais e restos imprestaveis de arrelame e de cangalha, o que era abundante nas fazendas; ateava-se fogo e com madeira verde estirava-se a boca do poço cobrindo-o com uma camada de terra, dando-se ventilação sesuida com um grande fóle como esses ainda hoje usados nas pequenas tendas de ferreiro. Mais tarde já se empregava o enxofre em vez de residuos de couro.

Os formigueiros com panelas superficiais eram revolvidos á enxada de modo a todas as panelas serem destruidas. A' proporção que se ia cavando, com facho de sapé iam sendo sapeçadas as formigas que iam surgindo em defesa da sua casa.

Os formigueiros de quem-quens, até agora, como dantes, quando superficiais, são destruidos amassando-se com agua e terra todo o ninho, ou sobre eles fazendo-se uma fogueira.

O barão de Capanema, por via do ano 1850 inculcou o formicida (sulfureto de carbono impuro) como destruidor pratico dos sauveiros, sendo até agora usado esse ingrediente como esse benemerito brasileiro então aconselhou. Raspa-se a terra solta até á superficie firme, arredando-a dos olheiros. Deixam-se passar alguns dias para que as formigas desobstruam todos os olheiros e então nos chamados mestres dos quais quando sondados com uma varinha precipitam-se os soldados de mandibulas escancaradas, despeja-se certa quantidade de agua e em seguida uma dose de formicida, tapando todos os outros secundários. Passados 10 ou 15 minutos, para dar tempo do formicida evaporar, indo os gazes que são mais pesados do que o ar, invadir as panelas, costuma-se dar fogo, o que provoca explosão da mistura dos gazes do sulfureto com o ar, explosões essas, mais ou menos violentas, e que não raro causam desmoronamento nos canais ou nas panelas, obstruindo as comunicações com as outras cavidades que ficam intactas sem serem atingidas pelos gazes mortíferos.

O mais racional é não dar fogo, procurando tampar, sem socar, os olheiros nos quais se põe o bisulfureto de carbono e socar todos os outros secundários. Por esse modo, applicando-se o formicida quando a terra bem molhada, evita-se o trabalho da remoção da terra solta.

Com a terra molhada o formicida não é por ela evidentemente absorvido, escorrendo

á maior profundidade. Não se devem socar os olheiros que levam o líquido para não formar lama com a terra embebida por elle que evaporando, em vez dos gazes encaminharem-se pelos canais afóra, infiltram-se, sem resultado, na terra.

O nosso roceiro só admite a efficácia do sulfureto quando a explosão é violenta: "não explodindo não mata", e o que acreditam.

O arsênico branco, de mistura com enxofre ou não, vem sendo empregado mais modernamente, em braseiros fechados, que recebem ar injetado por ventiladores ou fóles.

E' grande o número de tipos desses aparelhos, meio esse dos mais efficazes se bem applicado dispensando muitas vezes a remoção da terra, o que barateia o custo da extinção.

O cianureto de sodio ou de potassio posto nos olheiros e estes tapados e não socados decompõem-se lentamente, dando gaz cianhidrico (acido prussico) que invadindo lentamente todos os vasos aniquila toda a população, também, atuando, como os outros gazes, sobre o fungo.

O sulfocarbonato de potassio, sub-produto da fabricação do bi-sulfureto de carbono, líquido escuro e fétido, desdobrando-se em sulfureto de carbono, acido sulfidrico e carbonato de potassa é também efficaz, applicado nos olheiros mestres que são tapados como foi dito e os secundários socados.

Ainda ha outros processos com pós impalpaveis injetados nos canais por ventiladores; aparelhos para provocarem a evaporação do bi-sulfureto e injeção dos gazes; para combnção de "briguettes", enfim, uma infinidade de processos todos dependendo de aparelhos mais ou menos volumosos e pesados.

Todos os métodos que dependem do arredamento da terra solta, da condução de agua e de maquinas dependendo de combustivel, são por demais trabalhosos e caros, já pelo preparo do formigueiro, já pelo custo dos ingredientes e das maquinas, e, principalmente, pela impraticabilidade da applicação desses metodos nos formigueiros em terras cobertas de vegetação rasteira, encapoeiradas, serradões ou clareiras de matas.

A orientação que vimos preconizando é da applicação de ingredientes em pó, impalpável, que seja inconcientemente conduzido pelas proprias formigas, indo atuar como fungicida, indo perturbar a cultura do fungo, exterminando a população do formigueiro pela destruição da sua lavoura. Acreditamos que virá a ser descoberto um coloidal, que aparentemente inerte, não seja refugado pelos "quimicos" do formigueiro.

Até hoje todos os venenos e fungicidas empregados para serem conduzidos pelas proprias formigas, têm sido por elas refugados. Experiencias de envenenamento de sementes e de folhas feito com os "trucs" mais cuida-

dosos, denunciam a agudeza desses animais, que, conduzindo o material envenenado para as panélas, não demoram em traze-lo para fóra ou para as pane'as de despejo ou emparedando as cavidades que receberam esse material.

Calculando-se em média no Estado de São Paulo atualmente, a despesa de 50\$000 por 1.000 pés de café, por ano, ou 20 réis por avore, como necessario para manter nos cafézais um serviço permanente de extinção de sauvas, o que é um calculo abaixo do real, anualmente seria necessário despender para a área que comporta um bilhão de cafeeiros, 50.000:000\$000 (cincenta mil contos).

As outras culturas exigiam outro tanto, no mínimo.

Onde não há culturas, nos carrascais, nos campos, nas quiçaças, nas capoeiras, nas invernadadas, nos serrados e nas clareiras das matas e nas varejadas pelos fogos, os formigueiros cada vez mais se multiplicam, sendo esses terrenos os viveiros permanentes de milhões de "içãs".

O cultivo, os fogos e a malvadês inconciente do homem concorrem para o desaparecimento dos inimigos naturais da sauva: os tatu's, os tamanduás, as aves, entre elas as perdizes, variadas formigas carnívoras com ninhos superficiais, e outros a mais, como sapos, lagartos, camandongos do mato, todos ávidos pelas "içãs" quando não também pelas formigas operárias.

Não é só pela caçada que se fazem desaparecer certas espécies de animais, é por lhes tornar o meio impróprio á sua vida.

Certos passaros só edificam em arvores com determinada disposição dos galhos; desaparecidas essas arvores, desaparecem esses passaros.

A maioria dos insetos carnívoros e outros animais que mantêm o equilibrio determinado pela Natureza, são destruidos, em massa, pelos fôgos que anualmente lambem campos e matas.

No Paraná, onde é cultivado café em grande zona não existem sauvas, devido á terra ser muito pulverulenta, não conseguindo elas evitar que da aboboda das panélas deixe de cair pó finíssimo, sobre as culturas, sendo as proprias formigas condutoras do pó impalpável que vai perturbar a cultura do fungo.

No município de Sertãozinho, S. Paulo, ha 20 anos atraz eram raros os formigueiros devido á natureza do terreno semelhante ao do norte do Paraná; hoje são éles numerosos nos cafezais devido á terra se ter tornado compacta pela ação das chuvas e pelo cultivo, por ser mantida desnudada de vegetação para beneficio dos cafeeiros.

Têm sido feitas experiências para o emprego de formigas carnívoras como auxiliares

naturais. Os animais em geral, obedecem á lei do mínimo esforço; se encontram um alimento fácil de ser aproveitado desistem até do aparentemente preferido. As formigas cuiabanias desde que encontrem açúcar ou outro alimento facil de ser assaltado, desistem das caçadas ás larvas e insetos.

Em Piracicaba (S. Paulo) e outros municipios abundam as cuiabanias e as sauvas.

Está em embrião o combate ás formigas cortadeiras que infestam a America do Sul, dos Estados Unidos á Patagonia. E' uma praga que cada dia maior vulto toma e que na proporção de crescimento em que vai em certas zonas, dentro de alguns decenios tornar-se-á um problema que requererá uma legislação severa, especialissima e o dispendio de enormes quantias para a rehabilitação das zonas onde mais abundarem algumas delas desde já empobrecidas e cada vez mais desertas de população.

Não esperamos a chegada desse dia : a ciencia progride a passos gigantescos e em todas as nações há a preocupação de, do menor terreno tirar o maior rendimento, sendo para isso necessário estabelecer a defesa das plantas a par do preparo racional do meio para a sua proveitosa vegetação.

As experiências que vão sendo feitas do cultivo do cafeeiro á sombra do eucalipto vêm demonstrando as vantagens dessa cultura concorriada e a condição principal para que possa ser conseguida a extinção radical dos formigueiros pela avidéz que as sauvas têm pelos eucaliptos.

O plantio de eucalipto em cafezais velhos, completamente esgotados, tem demonstrado que os cafeeiros rejuvenescem pela humificação da terra pela grande massa de material que as arvores derrubam anualmente.

Ao contrario do que geralmente se pensa a maturação dos frutos é mais regular, dando produto mais pesado, do melhor aspecto e pelas análises quimicas acusando maior riqueza em certos principios. Essa proveitosa cultura, associada nas zonas de terras esgotadas, principalmente onde existe pouca madeira para lenha e para construções como dito só pode ser tentada onde fôr mantido um serviço permanente de extinção das formigas cortadeiras.

Outro estudo que está em embrião é o cultivo das plantas que levadas pelas formigas para os seus ninhos vão perturbar a cultura do fungo.

O JORNAL com uma noticia sobre a ação do gergelim como prejudicial á sauva provocou uma experiência em larga escala em São Paulo, pela distribuição gratuita de sementes feita pela seção agrícola do "Estado de São Paulo".

Os resultados foram os mais descontra-
dos, parecendo porém que essa planta em
dado momento da sua vegetação é realmente
prejudicial s saúvas. Agora, por iniciativa da
revista "Chacaras e Quintais" está sendo ex-
perimentado o "Cinamomo", bela arvore de
ornamentação cujas folhas são preconizadas

como as do gergelim como prejudiciais ás
"cortadeiras".

Dia chegará, no andar em que vai o au-
mento dos formigueiros, que não mais será
ridicularizado o dito de Saint-Hilaire: "ou os
brasileiros acabam com as formigas ou as for-
migas acabam com os brasileiros."

Barbacena e o café

DR. BRASIL DE ANDRADE ARAUJO

Vindo do território fluminense para o mineiro, em fins do século XVIII, o
caféiro, sem duvida, não tardou muito a atingir, em pleno, o sólo de Barbacena,
por intermédio dos distritos mais chegados á fronteira do Rio de Janeiro.

Se o vegetal não se deu bem em toda a circunscrição,—devido, talvez, a
diferenças topográficas e de clima,—progrediu auspiciosamente, contudo, em
quatro sub-divisões administrativas dela, tais como: Livramento, Santa Barbara,
Desterro do Melo e Remedios, nas quais existem fazendeiros que exportam 2.000
sacas por ano.

Consultando os informes do último recenseamento federal, veremos que,
em 1919, contava Barbacena extensos hectares de terra, dando abrigo a milha-
res de arbustos, e possuía duzentos e poucos estabelecimentos rurais cultivadores
da planta, que produziram no ano citado seis mil e tantos quintais dos preciosos
granulos, e bastante dos quais eram providos de engenhos de beneficiamento.

Ora, se apreciarmos de há pouco para cá o desenvolvimento caféiro da
"Princesa dos Campos", observaremos que, ainda que êsse desenvolvimento não
haja sido intenso, o município continúa, entretanto, a contribuir com valiosas
parcelas do produto para a riqueza do Estado e do país.

Barbacena, grande centro de população, á beira da Estrada de Ferro Central
do Brasil e no ponto de entroncamento desta com a Estrada de Ferro Oeste de
Minas, Barbacena, apreciada estância de verão, de cura, de repouso; Barbacena,
cortada por ótimas estradas de rodagem, que a edildade, com entranhado cari-
no, procura conservar sempre perfeitas; Barbacena, que tem a dita de merecer
o amparo de illustres filhos, que dela têm saído para altas posições,—como os
srs. drs. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, José Bonifacio de Andrade e Silva,
José Francisco Bias Fortes e Amando Brasil; Barbacena, que vive á luz de fe-
cunda continuidade política:—talvez se torne para o futuro (embora isso lhe não
seja imprescindível, tal o seu incremento indústrial), um importante município
caféiro.

Tal se nos antolha á situação de Barbacena (onde revive impercivelmente a
memória augusta do inclito sr. dr. Chrispim Jacques Bias Fortes), para com o
produto.

Mas, com a quantidade que ela já atualmente procrea, graças á laboriosidade
de esclarecidos agricultores de distritos seus,—é-lhe licito participar das
homenagens que ora se prestam ao café, suprema riqueza agrícola, suprema
riqueza econômica da nossa estremecida Patria.

VASSOURAS

(De um livro de memórias)

RODRIGO OCTAVIO

XXII

TAUNAY

De volta do Paraná, reatando o curso da nossa vida, meu pai resolveu colocar-me no Collegio Alberto Brandão, em Vassouras.

Era mais que o internato, era o desterro. Muita tristeza, muito chôro, á minha partida, meu e dos outros; mas, parti.

Era preciso preparar-me para a vida, fazer-me homem. Meu pai acompanhou-me e nos acompanhou um amigo nosso, recém-chegado da Europa, onde acabára os seus estudos, e depois entrou em nossa familia pelo casamento com minha tia Eugenia. Todos hoje mortos.

Em Vassouras ficámos no Hotel do Genelício, velha casa terrea, em esquina, no largo da Matriz.

Ai, logo de chegada, no quarto que nos foi destinado, vi á janelá, meu pai e meu futuro tio, olhando para a casa fronteira, onde alguma coisa, lhe chamára a attenção. Olhei e vi proximo também de uma janelá, sentado, a lér, um homem, de que apenas se distinguia uma bela cabeça de cabelos louros, anelados. Era o Escragnole Taunay, e a casa em que estava, a de seu sogro, o Barão de Vassouras.

Jámais me esquecerei dêsse rápido momento, que fez do Visconde de Taunay, a quem, vinte anos mais tarde, nos ultimos tempos da sua bela existência, me ligou profunda amizade, fruto de assiduo convívio, o primeiro homem illustre de meu país que tive o prazer de conhecer a figura. Não me refiro a Aureliano, também tão illustre; com esse, dos mais intimos amigos de meu pai, encontrei-me numa idade em que se não presta attenção á fama dos conhecidos. Com Taunay o caso era diversos; eu era já um homenzinho, preparatorio, viajado; estava em condições de apreciar as coisas; meu pai me indicára, em traços largos, os méritos daquele homem de cabelos de ouro, e eu, desde então lhe fiquei querendo.

Isso mesmo, e desde quando me era conhecida sua bela figura, referi a Taunay, quando comecei a me encontrar com êle, frequentes vezes, na sala da "Revista Brasileira", á rua Nova do Ouvidor, e depois nas reuniões da Academia, cuja criação, em 1898, se concertou nessa mesma sala.

Taunay, monarquista e fiel amigo da Familia Imperial, viu-se, com a proclamação da Republica, privado da cadeira no Senado e da situação politica. Para as letras se voltou então; e os seus ultimos anos, de um declinio tão cheio de dignidade, foi com os homens de letras, velhos e moços, nêsse renascimento que a revista de José Verissimo estimulou que êle os empregou, melancolico, na sua manifesta nostalgia das grandezas passadas, mas, conformado, num bom humor que ás vezes, chegava á jovialidade.

Minava-o o triste mal da diabetes; e, um dia, tivemos, com lagrimas de sincera saudade, de entregar á terra os despojos do seu corpo.

XXIII

A MOEDINHA DE PRATA

No dia seguinte meu pai partiu de Vassouras, deixando-me no collegio.

Era a 3 de maio de 1879; sei-o, porque tendo, no troco do dinheiro com que pagára o hotel, recebido me pai uma moeda de prata, novinha, de dez tostões, escreveu nela essa data e deu-m'a. Eu a conservo ainda, essa pratinha historica, e nela se pôde lér, com a letra de meu pai, aquella data.

Mas, deixemos de lado as datas, não procuremos fazer historia, registremos saudades.

Le souvenir est un poète,
N'en fais pas un historien.

XXIV

O CASO DOS GRILOS

No vasto edificio do collegio não havia um leito vasio para me acomodar; fui admitido a morar na propria residencia do diretor, onde, no convívio de sua familia, já se achavam tres alunos: o José Luls, o Egas e o Sampaio (1) dormindo em uma mesma sala.

Esses colegas, do último dos quais não mais tive noticia, sendo os dois primeiros, ainda hoje caros amigos meus, foram, a principio, cruéis com o novato.

Sofri, resignado todas as traquinadas que imaginaram para me atormentar; logo, po-

rém, a camaradagem se estabeleceu, libertando-me do suplicio. Entretanto, ainda mais tarde, um dêles, o Sampaio, comigo fez uma maldade, que me causou grande desgosto e a todos nós valeu um máu quarto de hora.

Foi o caso que alguém se lembrára no collegio de fazer uma pequena gaiola para nela recolher grilos. A coisa foi achada interessante e logo graças ao instinto natural da imitação, a brincadeira se generalizou; muitos alunos fizeram sua gaiolinha, e passavam as horas de recreio procurando, entre as pedras da chacara, que terminava num morro com algum mato, os indiscretos bichinhos para os engaiolar. Fui dêsse número; e, tendo sido feliz na colheita, consegui reunir uma boa duzia de especimens.

Certo dia, vindo para casa, depois do recreio da tarde, tive a imprudência de trazer, cuidadosamente embrulhada num pedaço de jornal, a minha recheiada gaiolinha que guardei em baixo da cama; mas o Sampaio, despertado porque não alcançara o mesmo êxito, vindo-me ausente do quadro, soltou-me os grilos. Quando verifiquei a maldade, quasi chorei de angustia e minha zanga foi motivo de motejo dos companheiros radiantes com meu desespero. Afinal, fomo-nos deitar e, pouco depois começava a trillar, esfuziada e monotonamente, um grilo em cada canto de cada quarto da casa. Os tristes animaezinhos, quando aglomerados na pequena gaiola, ou por tristeza ou por outra qualquer razão, se conservavam mudos; vendo-se, porém, libertos, deram expansão á natural loquacidade sibilante e foi um afinar de flautas em todos os tons, que incomodava, enervava e, afinal, desesperava. Já estávamos prevendo no que isso ia dar. De fato, pouco depois, fez-se luz no quarto do diretor, e ouviram-se passos e ruído de arrastar de móveis e bater de chinelos, com força, no chão. Ele andava atrás dos grilos, debalde, entretanto, porque se, com o ruído, algumas vozes do concerto infernal cessavam, outras, outras muitas continuavam; e o pobre Alberto Brandão, zangado, esbravejava, já attribuindo o caso desde logo, no seu fardo de guarda de meninos, a alguma bricadeira de máu gosto. A senhora também se havia despertado; não podendo dormir e irritada, queixava-se e pedia para nós um castigo severo. Com o barulho que faziam os dois, as crianças se despertaram também e, assustados, puzeram-se a chorar. Foi uma verdadeira noite de Juízo... For fim, o diretor, impotente para estabelecer o silencio na casa, investiu furioso, em fraldas de camisolão, pelo nosso quarto e nos pegou formidável descompostura, inda mais desmedida, porque, ao entrar,

ouviu perfeitamente um risinho que o Sampaio não pode conter.

O resultado foi que ninguém dormiu aquela noite, e de manhã, ao sairmos do quarto, recebemos a sentença que nos esperava: o Alberto, de senho carregado, obtemperou: — Os senhores hoje não vão ao collegio, ficam em casa apanhando os grilos com que infestaram os quartos. E, se logo á noite, ainda houver grilos a cantar, os senhores não irão para a cama enquanto a casa não estiver inteiramente em silencio...

Registro aqui êsses fatos pelo seu pitoresco, não para assinalar a maldade do Sampaio; apesar de convencido, com a experiência que a vida rude me tem dado, das vantagens de ser máu e da verdade do arguto sentir de Machado de Assis, de que nada se perde em parecer máu, ganhando-se com isso quasi tanto como em sê-lo, eu dos máus me esqueço logo que se dissipam as consequências das suas ações; assim pretendo aqui seguir o doce conselho de Renan, tão acôrde, aliás, com as impulsões do meu temperamento:

“On ne doit jamais écrire que de ce qu'on aime. L'oubli et le silence sont la punition qu'on inflige á ce qu'on a trouvé de laid et commun dans la promenade á travers la vie...”

XXV

EM VASSOURAS

Esse agradável tempo de Vassouras conta-se entre os de melhor proveito da minha vida. Num regime de relativa liberdade de estudo, que era o instituido pelo nosso querido diretor e amigo, a criançada, um pouco entregue á sua própria consciéncia, correspondendo á confiança do mestre, applicava-se e aproveitava. Só havia de rigor o estudo da noite, de 6 a 8, na grande sala comun. O resto do tempo, no intervalo das aulas, os alunos podiam estudar onde lhes aprouvesse, mesmo no parque do recreio.

O resultado era que, se havia quem abusasse, a maior parte dos alunos dava boas contas de si. Fui dêsse número; fiz progresso assinalados que contentaram meu pai.

E não deixava de ter o seu encanto a vida que aí se tinha. Eramos mais de 200, convivendo nos grupos que a simpatia ou as tendencias naturais aproximavam. Dêles me vieram os meus amigos ainda de hoje. Passávamos pela cidade, onde cultivamos relações sociais, preparando-nos para vida futura, e fazia-mos excursões pelas colinas de em volta com a casaria branca pousada na declividade para o vale.

No alto de uma dessas colinas ia-mos, por vezes, vêr o tumulo recente do velho judeu, fabricante de chapéus de sol, e que constituiria, no seu tempo, trabalhando todo o dia, a porta de sua casa, preso á sovela, uma das curiosidades da cidade, pelos cabelos e barbas, inteiramente brancos, e tão longos que êle os metia por dentro da gola da camisa.

Certa manhã, o judeu foi encontrado morto na sua mortalha de cabelos. Não havendo lugar para êle no cemitério católico da cidade, nem permitindo o sentimento religioso do tempo que ali fosse enterrado, foi no alto de uma colina, no seio aberto da natureza, mãe de todos os mortais, que o seu despojo foi dado á terra, num descampado, que a instintiva piedade humana cercou de uma grade tosca.

Aos domingos o collegio ia á missa, incorporado; e ás procissões, que eram frequentes, compareciam todos os alunos, de balandrão vermelho, passageiros irmãos do Sacramento, de tocha acesa, obedecendo á voz estertorosa do velho Cesar, que exclamava de um lado para outro, entre as alas de fiéis. "Deo Gratia! Deo Gratia!", para que o cortejo passasse ou prosseguisse no seu vagaroso desenrolar pela cidade.

E uma circunstância lamentavel veio interromper a normalidade dessa agradável vida colegial. Irrompeu em Vassouras uma devastadora epidemia de febres; a mortandade crescia todos os dias, e era lugubre ouvir, no silencio das noites longas, através da cidade, o rumoroso crepitar das grandes fogueiras de madeira alcatroada, que ardiam, de espaço a espaço, para a purificação do ar.

Graças ás medidas de extremo cuidado, que foram tomadas, o collegio se conseguiu

preservar do mal, mas logo que a persistência da peste se acentuou, os alunos tiveram ordem de escrever a seus pais e correspondentes, pedindo providências urgentes para que fossem imediatamente retirados de Vassouras.

E em poucos dias o collegio se dissolveu...

Eu e mais meia duzia de colegas haviamos sido excluidos dessa providência. No Rio de Janeiro, para onde tinhamos de ir, grassava tambem uma forte epidemia, e o Alberto Brandão, amigo de nossos pais nos guardou, mandando-nos para um sítio da fazenda de um tio, o capitão Lindorf, em lugar saudável nos arredores da cidade.

Aí, numa liberdade completa, donos da casa e dos pomares, onde as laranjeiras se esgalhavam ao peso dos frutos amadurecidos, passamos tres meses de príncipe.

O nosso diretor, cuja familia fôra para a casa pincipal da fazenda, passava no sítio, comnosco, como um bonissimo companheiro. a maior parte do tempo, e dirigia pessoalmente o nosso estudo que nêsse regime de céu aberto, com o delicioso convívio de tal mestre, produziu maravilhosos resultados.

Assim, quando o collegio se abriu no Rio de Janeiro, para onde foi trasladado, eu estava pronto para três exames, de francês, geographia e aritmetica, em que obtive aprovações distintas.

E assim Vassouras passou na minha vida.

.....
"Paris, abril-maio, 1919".

(1) José Luis Sayão de Bulhões Carvalho, Egas Muniz Barreto de Aragão e Manoel Pinto Pereira de Sampaio.

O licor dos trópicos

HERMES FONTES

O preto-velho acocorou-se e conversou:

—“Seu doutô, seu doutô,
ha quagi sessentano vivo nisso,
e, benza Deus, a terra éboa é prêfêção;
a moenda é frime, sem paleio, nem enguiço...
Prantá, coiê, moê... Negoço bão...”

*E o doutorzinho, dubio, fescenino,
—fruto pêco dos flancos sertanejos
conservado na estufa de Paris,
onde realiza o anômalo destino
de cambiar o ouro puro de seus pais
nos falsos beijos
das “cambistas” de amor, felinas e suttis
(as mulheres fatais,
ventarolas do incendio dos desejos,
azas das tempestades passionais),*

*ouve-o semicerrando os olhos fatigados,
calculando os porcentos dos trapiches
warrantados
ao produto de uns oito ou dez mil contos,
e os cruzeiros de amor ultra-romanticos
(ultra-romanticos...!)
em luxuosos salões, ou exóticos beliches
de principescos transatlanticos,
ao lado das sinuosas Scherazades
que, ao invés de milagres e racontos,
contam notas de bancos e moedas*

*e historias tôrvas, dolorosas ruínas,
vôos e quêdas...
—borboletas noturnas das cidades,
vendedoras de beijos,
varegistas de falsos esposais,
ventarólas do incendio dos desejos,
azas das tempestades passionais...*

E o pobre “nego-véio” continuou:

—“Seu doutô, seu doutô,
Vamicês sabe tudo,
mais nós cá,
sem diploma e canudo,
sabe prantá, roçá e coivará...
Benza Deus, seu doutô, inda tou duro,
e onde me vê, já tou
com cem sazões nos lombo e ainda váio
p’ra quarqué trabaio

*nos mato-virge do Paranapanema,
onde o doutô quizé. . .
Home véio num fáis questão de paga,
apois nan tem teiró prú mode fema.
Seu doutô, ambição é que nos straga,
e ambição, vá-se vê, é só muiél!*

*O doutorzinho não sabia nada. . .
Ouvia qualquer cousa, a quando e quando.
historias de flagélos—bróca e geadá
safra perdida, restos e desfólhos,
derrocada,
opulencias e faustos, sossobrando. . .
—Seu doutô sabe tudo. . .*

*E o pobre inútil não sabia nada. . .
Sabia só semicerrar os olhos,
abstrato em tudo,
mal entrevendo, em seu kaleidoscópico
interior,
um mundo a vir num mundo extinto
numa visão de cocaína ou de opio,
de champanha ou absínto,
—uma safra esbanjada
numa orgia de amor. . .*

*E o pobre “nêgo-véio” envelhecido
pelo trabalho anônimo, oferece
o resto da energia ao moço-rico. . .
—“Seu doutô, nêgo-véio não vêiece,
benza Deus: Vae vivendo, tem vivido
Si seu doutô quizé, deixe que eu fique, e eu fico
p’ra judá as coiéta do café. . .”*

*A noite vinha vindo. Em pouco tempo
O éter se encheu de sombras e fulgores,
Deus reiniciava o antigo passatempo
de semear luz nas trevas. E na altura
as eternas mancheias do Estelario
pareciam mostrar aos novos semeadores
a lição milenar da sementeira.*

*E descerrou-se o esplendido velário. . .
O moço inútil debruçou-se, estrangido,
sôbre o imenso vazio do seu sêr
e viu que até então tinha vivido
sem noção, sem sentido,
sem o inteiro direito de viver,*

*E, penetrado de intimos conselhos,
começou a pensar e a compreender:
—que cada grão maduro da “rubiácea”
é lagrima de sangue de protesto,
e “os frutos do café são globulos vermelhos”*

do sangue imemorial, genuíno e honesto,
 lágrima e sangue de uma raça
 que aleitou em seus peitos
 êsses e outros doutores
 que andam á caça de prazeres e de amores,
 sem ver que muita vez, os caçadores
 ficam sujeitos,
 a ser sacrificados pela caçal . . .

E, varonilizado, de repente,
 o doutorzinho quebra a velha taça
 num impeto de orgulho e nova fé,
 e empunha a nova tãça
 de licôr fumegante
 no novo Cós, novo Chípree, excelso Chianti,
 e, na espiral perfumeada da fumaça,
 ergue um "euge" ao Café,
 sangue negro dos trópicos, licôr
 de resistencia, chama fluida, alma virtil
 do bandeirante e do libertador
 e dos humildes negros cuja raça
 vibra na raça nova do Brasil.

Manipulação dos tipos de café para os mercados estrangeiros

OTTO UEBELE

CAFÉS DE QUALIDADE

Ha vinte e cinco anos os exportadores de Santos vendiam os cafés para o estrangeiro sómente na base de tipos, sem a descrição da sua qualidade, etc.

Este sistema mudou completamente.

O importador estrangeiro pôde comprar, hoje em dia, do exportador brasileiro os cafés de qualidade com as descrições mais exigentes, de acôrdo com as necessidades do seu negócio.

Crescendo, de mais em mais, o interesse pelos cafés de qualidade, o exportador se viu forçado a aprender a classificação e descrição próprias da qualidade e da bebida, tirando, dessa forma, o maior proveito do valor do café no mercado.

E por esta razão mesma os cafés paulistas de qualidade conquistaram novos mercados de consumo, onde outróra só dominavam os da America Central, Java, etc.

Devemos êste progresso ao estudo continuo, ao zelo e á competência daqueles que, como classificadores e espertos, nas casas exportadoras de Santos, atingiram a uma completa perfeição com o trabalho de anos.

Hoje, o importador estrangeiro, seja o mais criterioso e exigente, pôde adquirir sem hesitação, na praça de Santos, cafés de qualidade com as descrições mais completas, certo de que receberá a encomenda rigorosamente de acôrdo com o seu pedido.

PERFEITO APARELHAMENTO

Santos, como nenhuma outra praça comercial brasileira, dispõe de tudo que é necessário para o perfeito aparelhamento do comércio de café. Como a maior parte dos cafés que chegam do interior necessitam de uma beneficio, para obter os tipos próprios de exportação, os Armazens Gerais e quasi todos os exportadores, possuem instalações de máquinas as mais modernas para êste fim. Obtêm-se tipos de café mais finos do que muitos dos procedentes diretamente das fazendas.

SÃO PAULO

O Estado de São Paulo produz, também, considerável quantidade de cafés de qualidade pobre e cafés duros, os quais sómente em determinadas praças do exterior, como por exemplo no Havre, têm franca aceitação. Foi o exportador de Santos, que num êxito feliz, soube criar tipos apropriados para êstes mercados, e baseados nêstes tipos realizam-se avultados negocios com o estrangeiro; e são os enormes armazens de vasta superfície, que as outras praças não dispõem, o que muito facilita aos exportadores compôr êstes tipos mediante grandes ligas de café.

A intervenção do Estado na lavoura cafeeira

AUGUSTO RAMOS

INTRODUÇÃO

A lavoura de café, do Brasil, tem atravessado as mais dolorosas e graves vicissitudes, oriundas, quasi todas, da depressão de preços nos mercados. Outros males a têm perseguido, porém, menos relevantes. As geadas cáem-lhe às vezes em casa, outras vezes é a bróca a lhe invadir os talhões. As primeiras, porém, ocasionando embora prejuizos consideráveis, apresentam sempre um carater local. Uma geada tivemos, entretanto, em 1918, que devastou a maior parte dos cafézais de S. Paulo, destruindo cerca de 300 milhões de cafeeiros e deixando grande parte dos restantes em condições de não poderem fornecer colheita nos dois anos que se seguiram. Dessa memoravel catastrophe ainda hoje se ressentem os cafézais atingidos mais ou menos profundamente e que só agora começam a retomar sua antiga capacidade de produção, sendo que muitos dêles nunca mais chegarão a êsse resultado, por motivo do envelhecimento simultâneo das arvores.

Foi principalmente pela ação prejudicial daquela grande geada de 1918 que durante um periodo de varios anos, tanto caiu a média da produção paulista. Por felicidade, quando sobreveio êssa geada, havia nos diversos centros importadores do estrangeiro e no Brasil, estoques suficientes para enfrentarem as reduzidas colheitas de S. Paulo, que se seguiram. Quanto à praga da bróca, embora de carater gravissimo e de difficilima debelação, conseguiu o govêrno de S. Paulo imobilizar-lhe a marcha invasora, continuando ainda aparelhado para a eficiente defesa dos cafézais.

Por fim, convém não esquecer um outro inimigo da lavoura — a sêca — que frequentemente lhe diminue o volume das colheitas e lhe castiga os cafeeiros.

Mas, como ficou dito, a principal causa das crises da lavoura reside na depressão dos preços, no mercado, depressão que, embora de ação irregular, com certa frequência se faz sentir.

A seu turno, a depressão de preços tem sua causa: o predomínio no cenario comercial, da oferta sobre a procura do produto, predomínio proveniente da fraqueza financeira dos produtores em relação ao volume das colheitas. Vejamos como as coisas se passam.

O cafeeiro é uma planta vivaz e só depois de 4 anos de idade é que praticamente produz colheitas. Si, no mercado, por alguns anos seguidos, 4 ou 5, por exemplo — permanecem altas as cotações, os produtores — digamos, os fazendeiros — augmentam suas áreas cultivadas, sem que, durante todo êsse tempo uns dos outros se apercebam, sobre tal aumento, ou reflitam sobre suas possíveis consequências. O tempo vai assim correndo até que, com geral surpresa, surgem de toda a parte da zona cafeeira, colheitas anormais que durante varios anos crescem sucessivamente, alarmando os mercados e deprimindo as cotações. O produto das vendas já então não cobre o custo da produção, e toda a lavoura se endivida com os seus commissarios, com os seus parentes e amigos e afinal com o próprio pessoal trabalhador das fazendas, cujo trabalho entra em desorganização com sacrificio da disciplina e das indispensáveis operações culturais. Diante de tão fífcil situação — que fazer? Os que só superficialmente conhecem a questão, apela para o aumento do consumo e para a propaganda.

E' caminho errado. São necessários mais de 30 anos para que dobre o consumo do café no mundo, o que quer dizer que o aumento mundial por ano, não alcança talvez 2 % . Nos Estados Unidos, onde o café entra isento de impostos, onde existem fortissimas organizações comerciais que buscam todos os dias avolumar sua clientela, o ritmo do crescimento do consumo pouco se afasta dos mesmos limites. Não há dinheiro nem processos capazes de alterar semelhante estado de coisas. O mesmo se dá com outros produtos, com o chá, por exemplo, o qual, possuindo uma organização modelar de propaganda, ainda assim tem menor do que a do café, a percentagem de aumento annual, de seu consumo. E' certo que a propaganda pôde augmentar o consumo do café e por isso não deve ser descurada; mas a experiência demonstra, de modo infósmavel, que tal aumento é sempre insignificante. Não é de um dia para outro que se consegue levar quem quer que seja a alterar para mais ou para menos a sua razão costumeira de café ou de chá: o habito não consente. E' da natureza das coisas. Pois bem, que remedio se poderia esperar de um aumento de consumo não excedente a 2 % ao ano, para o allivio de uma produção a

crescer desabaladamente na escala de 10 %¹, de 15 %² ou ainda maior ?

Em pouco tempo, em uma situação dessas, o mundo se vê abarrotado de café e imobilizadas as somas enormes que êle tiver custado e que deve valer.

De ano para ano as coisas se agravam, porque, ao lado da baixa constante das cotações, a produção dos novos caféeiros longe de diminuir, vai crescendo até 7 ou 8 anos de idade que é a sua idade de maxima produção, maxima que por varios anos se mantém dai em diante, embora com alternativas peculiares á cultura caféeira, na qual o cafézal adulto que fornece uma colheita anormalmente volumosa, redu-la mais ou menos proporcionalmente no ano seguinte — e ás vezes durante dois anos consecutivos.

Perante tão horrivel situação, uma idéa acóde então a toda a gente: destruir o excesso do café colhido ou desruir um certo número de caféeiros.

E' o equilibrio que se busca restabelecer entre os dois termos da questão: a oferta e a procura. Ambas as soluções são praticamente inequivéis. Nenhum produtor consentiria em que lhe destruíssem qualquer porção do café já pronto para a exportação. Por menos que fosse o preço alcançado pela venda dêsse café, sempre seria superior ao que se obteria destruindo-o. Demais, sendo os cafézais sujeitos a contratempos e imprevistos redutores de volume das colheitas, sempre haveria a esperança para o ano seguinte, de um dêsse contratempos e, portanto, de uma grande diminuição da colheita e consequente oportunidade de ser bem vendido o café sobranete do ano anterior. Por último, seria uma utopia esperar que só pelo fato de se destruir uma certa porção de uma colheita, o mundo comercial intermediário entre o produtor e o consumidor, iria oferecer aos produtores preços mais elevados, sobretudo diante da impossibilidade prática de fiscalizar a destruição do café colhido e de distribuir de modo equitativo para cada produtor, a quóta que lhe devesse tocar no sacrificio.

Não resta dúvida, de que a destruição de uma bôa parte das colheitas influiria favoravelmente nas cotações do produto, porém, não de modo immediato e, portanto, não em condições de evitar a ruina dos produtores.

Enfim, uma solução inexecuível. A outra solução a examinar seria a da destruição de uma parte dos cafézais. Também impraticavel. A destruição para ser aceita, precisaria entre outras coisas, de ser distribuida com equidade por todos os produtores. Começaria por ser uma equidade inverificavel.

Existindo geralmente, nas fazenads, caféeiros de varias idades, entre os quais não poucos envelhecidos e com reduzida produção; e, por outro lado, havendo em outras

sómente caféeiros novos que ainda não podem produzir seria injusto sacrificar uns e outros na mesma proporção.

Não seria, uma monstruosidade economica destruir caféeiros que mal atingiam a maioridade ? E mais tarde, como atender ás necessidades do mundo consumidor em seu aumento lento mas fatal ? Despender novamente 5 ou 6 anos para a reconstituição ? E onde o dinheiro para custea-la ? Semilhante solução seria, portanto, igualmente impraticavel.

Todos êsses aspectos do problema foram examinados e debatidos ao iniciar-se o longo período da grande baixa de preços do café, periodo que se prolongou de 1901 a 1909.

Foram então repellidos todos os alvites lembrados e aos quais acima fiz referencia, repetidos por impraticaveis e contraproducentes.

Abandonadas êssas soluções, ou alvites sugeridos, como disse, no começo dêsse longo período de 9 anos, e, como dia a dia mais se accentuasse a baixa das cotações, só um recurso se ofereceu á lavoura: apelar para a intervenção do governo, dêle solicitando medidas que a amparassem.

A lavoura se constituia, assim em uma grande cooperativa, elegendo para seu agente executivo o próprio governo.

Inciniu-se assim a grande campanha chamada "Valorização do Café", caracterizada pela primeira intervenção do Estado em defesa da produção.

I

A primeira intervenção do governo na lavoura caféeira, começa em 1901 e estendeu-se por cerca de 9 anos. Obedeceu ela a tres sortes de medidas: medidas preparatorias, medidas de defesa propriamente ditas e medidas complementares ou de liquidação.

Em 1901, já havia entrada em plena crise a lavoura de café em todo o Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, onde o tratamento e a colheita se faziam por conta do fazendeiro proprietario, enquanto que nos demais Estados produtores, a produção se fazia por melação, isto é, o fazendeiro remunerava o seu pessoal de trabalho com metade de todo o café colhido, e só depois de colhido, sem obrigação de lhe pagar qualquer quantia em dinheiro.

Aí, nesses Estados, com a grande baixa de preços, o trabalhador meleiro soffria tambem as maiores privações, mas nenhum direito tinha de reclamar qualquer paga antecipada; sendo contudo, voluntariamente auxiliado pelo fazendeiro dentro dos parcos recurso por êste conseguidos em momento em que quasi nada lhe prometia a venda da

metade do café que lhe ia tocar na partilha final da colheita.

Já aí havia um motivo para que em São Paulo o problema caféieiro se revestisse de um aspecto mais grave do que nos demais Estados produtores. Outro motivo existia ainda para acentuar essa disparidade de situações; era o seguinte: em S. Paulo a população que nas fazendas trabalhava, preparando e fazendo as colheitas, era quasi toda estrangeira (em sua maioria italiana) e como tal, desconfiada e exigente, até a ameaça, sempre disposta a abandonar a fazenda, pouco se incomodando com a perda das colheitas.

Nos demais Estados caféieiros — Minas, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Baía — ao contrário, todo o pessoal era nacional e, mesmo passando privações, só pensava em permanecer onde se acham a apurar as colheitas cuja metade, como vimos, lhe pertencia.

Eram frequentes em S. Paulo, naquele tempo, os descatos sofridos pelos fazendeiros, dos seus trabalhadores — aos quais se dava, então, como ainda hoje, a denominação de Colonos. Estes habitavam grupos de casas localizadas em pontos diversos do cafézal, grupos que se chamavam Colônias. Reclamando a paga do que lhe devia o fazendeiro, os colonos não permitiam, ás vezes, que da fazenda retirasse elle a própria familia, que retinham como refém para lhes garantir o que reclamavam.

Foi diante de tão negro cenario agravado ainda com o aumento incessante das colheitas que, no Brasil, subiam de 9 milhões em 1901; e de estoques que no mundo ascendiam de 6 a 11 milhões no mesmo período com tendencias ainda a aumentar; foi perante tão desanimador scenario que por solicitações da lavoura, o problema caféieiro foi posto, em São Paulo, directamente nas mãos do governo o qual aliás, vinha acompanhando com ansiosa solicitude, o desdobramento dos acontecimentos.

Uma coisa era patente: S. Paulo plantara, nos 5 anos decorridos, muito maior numero de caféieiros do que comportava o mundo consumidor e não era possível nem conveniente (pelos motivos que deixei indicados), destruir o que em excesso se plantara.

Cuidou-se então, de impedir que continuasse a crescer o numero de caféieiros, no Estado, dando-se assim um golpe decisivo na super-produção, essa afinal de contas, a causa mater da queda dos preços e de todos os males daí decorrentes.

Era evidentemente um golpe de efeitos remotos, mas justificado porque, sem prejudicar o presente, vinha garantir para o futuro, o equilibrio entre a produção e o con-

sumo, visto que este crescia sempre e necessariamente se havia de equilibrar um dia, com aquella, que ficaria temporariamente estancada. Só uma lei poderia conseguir a limitação das plantações caféieiras, porque para alcançar tal objetivo nada podia fazer a vontade dos fazendeiros, pois tal não lhes permitiam os colonos, aos quais viviam virtualmente escravizados como devedores impontuais que deles eram, como acima deixei explicado. E porque se opunham á limitação cultural do café, os mesmos colonos?

Porque era sómente enquanto novos, que os caféieiros, permitiam entre suas filas o cultivo lucrativo de cereais de cuja venda tiravam os colonos avultada remuneração accessória. Depois de adultos os caféieiros, volumosos e quasi a orçarem uns nos outros, abafavam os cereais plantados, impedindo-os de produzirem.

E' por isso que os mesmos colonos exerciam grande pressão sobre os fazendeiros para que alargassem suas plantações de café, ameaçando-os de abandonarem as fazendas.

Foi á uma situação dessas que veio por cõbro a lei chamada "de limitação cultural" que caiu como uma ducha sobre a agitação dos colonos, desanimados, desde então, de obterem cafézais novos. Foi a ordem e a esperanza que voltavam ás fazendas, pela prohibição de novas plantações.

Quatro anos decorreram no regime dessa lei, que foi ainda prorrogada impedindo sempre que recebessem qualquer aumento, os cafézais paulistas que eram, aliás, os únicos que possuíam elementos para se expandirem de modo aprecíavel.

Passados 4 anos de vigencia da lei limitadora e sentindo-se, mesmo, em virtude dela, garantido o governo contra futuros e imprevistos reforços na produção, tratou de estudar um meio que de pronto provocasse o alteamento dos preços, visto persistirem as difficuldades dos fazendeiros, os quais de ano para ano mais se individavam e mais aflitivamente se mantinham em suas fazendas.

Estudou-se então um plano de retirar do mercado, temporariamente, o que nelle se continha em demasia para que, em obediencia á lei económica da oferta e da procura, subissem as cotações e em sua vigencia se vendessem integralmente as colheitas dal em diante remetidas ao mercado. A execução do plano ficava dependendo sómente da obtenção no estrangeiro, por meio de um emprestimo, dos recursos em dinheiro, necessários para a compra, na praça, de todo o café que nelle existia em excesso e que aí mantinham os baixos preços.

Deliberada a execução desse plano, entendeu o governo de S. Paulo enviar um emissario especial em visita aos países ca-

fêiros da America espanhola, única região onde poderia talvez haver elementos para um alargamento da produção de café sob o influxo do levantamento das cotações planejadas por S. Paulo.

Nessa visita ficou patente a fraqueza dos produtores daqueles países, daí resultando para o Brasil o firme propósito de realizar o projeto de defesa.

Afastado, porém, esse perigo, um outro surgiu de grande relevância.

Por outro lado verifica-se, que em relação ao consumo, repartindo o recesso de que, sob a influência do empréstimo externo que se tinha em vista realizar, e também do produto do café vendido a melhores preços, o cambio se elevasse e viesse anular, em moeda nacional e portanto, o levantamento das cotações em ouro que se ia promover, assim agravando, em vez de suavizar, as agruras da situação.

O remedio contra o novo perigo só podia ser um: a estabilização prévia do cambio.

Foi com o intuito de resolver esses dois problemas acessórios, mas de suma importância, que se celebrou um convenio entre os tres maiores Estados caféiros: — São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, assinado em 26 de Fevereiro de 1906 e que se ficou chamando o "CONVENIO DE TAUBATE".

Meses depois, levantava-se um empréstimo de 15 milhões esterlinos, garantido por uma sobretaxa de exportação de 3 e, mais tarde, de cinco francos. Ao mesmo tempo criava-se uma Caixa de Conversão, estabilizando-se o cambio na taxa de 15 "pence" por mil réis (sendo de 27 "pence" a taxa par, legal).

Com a quantia levantada no estrangeiro e com as que se obtinham com a "warrantagem" do mesmo café comprado, conseguiu-se retirar do mercado mais de 8 milhões de sacas de café, dêsse modo aliviando-se a situação. As cotações, embora lentamente, se foram alteando e assim garantiram ao café de todas as colheitas que se seguiram, preços razoavelmente remuneradores com os quais se conseguiu restabelecer a ordem e a prosperidade nas fazendas e se resgatou suavemente o empréstimo contraído.

Calcula-se em mais de quatro milhões de contos de réis a quantia que se conseguiu economizar para o Brasil, com essa intervenção dos Estados caféiros na crise cafeeira.

O café retirado do mercado — e que já vimos ter sido em quantidade maior de oito milhões de sacas, foi vendido paulatinamente, em um espaço de tempo de cerca de nove anos, sendo nêsse período, absorvido suavemente pelo consumo, até que se

estabeleceu uma situação de plena normalidade nos dominios da produção e do comércio, retirando-se o governo definitivamente do mercado.

Daí em diante, com alternativas suportáveis nas cotações, e não mais sujeita á influência da lei de limitação cultural, a lavoura manteve-se por si mesma, até que se desencadeou a grande guerra.

Conhece toda a gente as perturbações provocadas pela conflagração no transporte e comércio do mundo, não havendo quem não avalie das repercussões daí irradiadas sobre a indústria cafeeira no Brasil.

Milhões de sacas se empilhavam em nossos grandes portos de exportação, imobilizando essa copiosa fonte de recursos de onde, em situações normais, se abasteciam os fazendeiros para o custeio de suas lavouras.

Uma crise se desenhou de novo formidável, obrigando o governo a intervir, segunda vez.

II (*)

Em 1917, para acudir aos produtores que em virtude da guerra viam represados seus cafés nos portos de exportação, entrou o governo de São Paulo em arranjo com o governo federal e desta recebeu, para aquele fim, a quantia de 110 mil contos de réis resultantes de uma emissão de papel moeda.

Com essa quantia comprou o governo de São Paulo, em Santos e Rio, não pequena porção de café que retirou temporariamente do mercado, impedindo maior baixa.

A solução dêssa intervenção foi facil e rapida, sob a influência da grande geada de 1918, que tão grandes males inflingiu aos cafézais paulistas.

Dêssa operação resultou um luero liquido de 128.910:000\$ que foi dividido em partes iguais entre a União e São Paulo.

Em 1921, nova intervenção se tornou necessária, sendo realizada pelo governo federal que para esse fim emitiu quantia suficiente para comprar 4 1/2 milhões de sacas com as quais, caueionando-as, levantou um empréstimo de nove milhões esterlinos.

Com essa intervenção no mercado, as cotações subiram de cerca de quatro ou cinco centavos em Nova York, por libra, voltando assim ao seu nivel normal onde, com enormes prejuizos para o Brasil estava arreado, em baixa que ameaçava agravar-se.

A esta hora (fim de maio de 1933) achase já quasi todo vendido o referido estoque de 4 1/2 milhões de sacas do governo, estando virtualmente ultimada a operação, com avultados lucros para o pais.

Varias acusações se tem feito contra a intervenção do Estado no comércio de café. Nenhuma, porém, oferece consistência.

Quando em 1906 se deu a primeira intervenção a lavoura cafeeira, já nos últimos cinco anos perdera 550 mil contos de réis, e a situação ao fim dêsse prazo se achava mais agravada do que antes o que significa que os prejuizos daí em diante dia a dia cresceriam, se as coisas fossem abandonadas ao seu curso natural.

A influência da intervenção official sôbre as cotações do café no mercado, fez-se sentir evidentemente enquanto pelo governo não fôr vendido todo o estoque que êle adquirira.

Durante todo êsse período as colheitas brasileiras produziram bastante, mais de 100 milhões de sacas, conforme se apura das estatísticas.

E' facil verificar que no mesmo período a Colombia exportou cerca de 4 1/2 milhões de sacas, digamos cinco milhões.

Admitindo ainda que durante êsse lapso de tempo o alteamento médio das cotações resultante da intervenção tenha sido apenas de 30 francos por saca (inferior à realidade), chegamos ao seguinte resultado:

Lucro liquido dirêto a Colombia, 150 mil francos, isto é, 20 vezes menor.

Si, pois, houve estimulo para a Colombia — e ninguem o contesta — houve-o tambem e vinte vezes mais intenso para o Brasil. A conclusão dispensa quaisquer comentarios.

E' necessário acrescentar que o alteamento do preço do produto brasileiro tem reduzidissima influência sôbre a cotação do café da Colombia e de todos os cafés finos hispano-americanos, pelo motivo que sôbre o preço da Champagne não exerce nenhuma influência a alta ou baixa do preço do vinho. São duas mercadorias diferentes, sob o ponto de vista comercial.

O café colombiano é adquirido por alto preço pelas classes consumidoras ricas e só por alto preço pôde chegar ao mercado, conforme ficou documentado em outra parte dêste livro.

Com o café do Brasil as coisas se passam de outro modo. Sua clientela compõe-se do povo miúdo e das classes remediadas; é a multidão.

(*) Êste capitulo foi extraido integralmente do livro "O Café", do mesmo autor, publicado em 1923.

Mesmo que se eleve bastante o preço dêste último café (dentro de não exagerados limites), a clientela não o deixa.

Essas razões que a logica está proclamando verdadeiras, foram officialmente reconhecidas pela mais autorizada e insuspei-

ta das testemunhas: o Departamento do Comêrcio dos Estados Unidos, em sua publicação de há poucos mêses. Eis o que ai se lê, referente ao ano de 1922:

"Enquanto o valor do café "não brasileiro" aumentou de cerca de um centavo por libra, sobre o de 1921, o café do Brasil aumentou de tres centavos aproximadamente. E' evidente que se o objêtivo do Brasil consiste em elevar o preço do seu próprio café em face de todo o restante café produzido no mundo, êsse objêtivo foi plenamente alcançado". (1).

Não seria possível responder melhor aos que se esquecem inteiramente dos beneficios resultados decorrentes para o Brasil, de sua intervenção no mercado, para só enxergarem nessa intervenção, vantagens para o produtor estrangeiro.

Os tres centavos ganhos pelo Brasil, mencionados no documento acima transcrito, representam quatro dolares por saca. No período até agora decorrido dêsde que o governo iniciou a sua ultima intervenção no mercado, pôde avaliar-se em 25 milhões de sacas o café vendido pelo Brasil ao estrangeiro. A 4 dolares por saca, êsse contingente representz, pois, 100 milhões de dolares (equivalente a 900 mil contos de réis).

Para os produtores brasileiros, para a taxa cambial do país, para as finanças e sua economia, não se pôde recusar a essa quantia não pequena influência.

Além disso ela representa uma compensação ainda que insufficiente, pelos prejuizos da lavoura cafeeira que dêsde a geada de 1918 vem experimentando enorme redução em suas colheitas e um nunca visto encarecimento do custo de produção do café por elas fornecido.

Essa 3ª intervenção official (a de 1921), da mesma forma que as anteriores veio fazer, além de outros beneficios de ordem geral, "o fortalecimento da lavoura" cafeeira no Brasil, habituando-a a disputar com maior efficácia, o contingente a que tem direito no consumo do mundo:

(1) "It is evident that, if the object of the Brazil coffee interests is to raise the price of their own coffee as compared with that of the world, they have been signally successful".

Da "The Tea and Coffee Trade Journal". (Abril de 1923).

Os 100 milhões de dolares pela população dos Estados Unidos e pela da metade sômente da Europa, não toca nem 1 1/2 centavo a cada habitante por mez.

Vê-se, pois, que mesmo dobrada ou triplicada a diferença conquistada, de tres centavos, não influiria de modo apreciavel, absolutamente, no desenvolvimento do consumo.

Neste momento, por motivo de grande baixa da taxa cambial, no Brasil, o preço do café, em moeda nacional, dá a illusão aos que de perto não privam com essas questões, de se estar vendendo tambem por alto preço, em ouro, o café brasileiro. A verdade é inteiramente outra, como o demonstra a estatística, obsequiosamente fornecida pelo dr. Léo de Affonseca, director da Estatística Commercial:

Preço médio do café disponível, Rio 7, em Nova York desde 1910, em centavos por libra:

1910 a 1914..	11,38
1915 a 1919..	10,80
1920 —	11,87
1922 —	10,82

Vê-se, pois, que no período de 10 anos, dos quatro antes da guerra, o café alcançou preços médios que variavam entre 10,80 a 11,87.

Vê-se por outro lado que em todo o ano de 1922, em plena e ávida intervenção do governo da União, o preço média alcançado pelo café foi de 10,12, bastante inferior ao daquele longo período. E' concludente.

Vai se ver que as coisas tiveram ainda maior importancia, diante dos outros elementos da mesma estatística.

Com effeito, examinando os preços máximos, no mesmo período, preços que são os seguintes, "antes da guerra":

1910	13,37
1911	16,00
1912	15,12
1913	13,87

e comparando-os com os máximos de 1921 e 1922, que são os preços sustentados pela intervenção official,

1921	9,37
1922	11,50

verifica-se que aquellos são superiores, sempre a estes em mais de 15 % indo até 40 %.

Fica patente, pois, irrecusavelmente patente, que a intervenção official brasileira em 1921 e 1922 no mercado, sustentou preços inferiores aos preços normais, nos mercados consumidores, além de impedir bruscas e grandes oscilações, ao contrário do que acontecia no mercado livre de 1910 a 1913, conforme se verifica no quadro estatístico acima registado.

Nos cinco meses do corrente ano, a mesma estatística regista os seguintes algarismos:

Cotação média	12,12
Cotação máxima..	13,72

indicando ainda a mesma maior estabilidade e com uma máxima de 11,58 contra, no quadriennio de 1910 a 1913, máximos de 13, de 15 e de 16 centavos, máximos que, como é sabido, são os que dão o tom aos preços de retalho que muito justamente não toleram, como no comércio em grosso, oscilações da mesma amplitude e descontinuidade.

Note-se ainda que nos cinco meses (janeiro a maio), do corrente anno (1923), a cotação média citada, de 12,12, longe de ser promovida ou mantida pelo governo, tem sido por elle impedida de subir, pois, como é notorio, nesse período o governo tem vendido sempre o café do seu estoque. Sua intervenção tem consultado pois, ás conveniências dos consumidores, assim como aos legitimos interesses dos produtores quando, em 1921, diante da ruínosa cotação de 5,37 centavos, interveio no mercado para sustentar a maior riqueza do país.

Sendo de 13 a 14 centavos, o preço médio do café, claro é que aquele mínimo de 5,37, estava arruinando os produtores e necessariamente arruinaria a industria, determinando escassez e exageradas cotações do produto em breve futuro. Portanto, ainda aí, amparando e melhorando em justos termos o mercado, o governo do Brasil consultava tambem os interesses dos consumidores.

Por fim uma última observação. Os preços normais do café não podem ser, hoje, os mesmos que os de 1910 a 1913, que vimos pela tabela e conforme já acentuámos, atingir cotações de 13 a 16 centavos; devem sim, e precisam ser mais altos porque o custo de produção do mesmo café elevou-se de 50 %, desde então, e não tem elementos para baixar (1).

Como, pois, censurar-se a defesa de cotações que nem atingem ás anteriores á guerra?

Os Estados Unidos e a Europa vendem ao Brasil hoje, em virtude mesmo da guerra, por preços muito superiores aos de 1914, as enxadas, as maquinas e acesorios, a sacaria de juta, o carvão para os transportes, as locomotivas, trilhos e vagões, o cimento e tantas outras mercadorias indispensaveis á produção do café; como então, reclamar para este, preços inferiores ainda aos da guerra? Si no estrangeiro tanto se cuida em defender a renda da terra e do trabalho nacionais, como não aceitar que no Brasil se proceda da mesma forma.

E como, no estrangeiro manter este país, os seus compromissos e seu comércio de importação, si não defender no mercado internacional os preços normais do produto, que lhe fornece mais de metade de todo o ouro de que precisa?

Que sucederia se amanhã, em virtude de desequilíbrios supervenientes, fossem obrigados a vender por metade do preço atual o seu carvão e o seu ferro?

Pois era isso que estava passando no Brasil em 1921. Naquele momento a cotação do produto, que moralmente, como vimos, é de 12 a 14 centavos havia caído a 5,37 de onde só poderia ser levantada pela intervenção oficial no mercado de modo a neutralizar a ação depressiva exercida pelos grandes bancos do Federal Reserve, restringindo o credito habitual de que gozavam as grandes casas importadoras de café naquele país e obrigando-as, desse modo e á custa de enormes prejuizos, a abandonar e desorganizar o mercado. Foi, a ruínosa repercussão desse procedimento, sobre a situação dos produtores brasileiros que forçou aquella interferencia do govérno, por éle muito justamente solicitada, desse modo defendiá-se a indústria e defendiá-se o país.

Foi uma lição, uma grande lição que, naturalmente os economistas não deixarão de registrar, sobre a universalidade das repercussões brotadas de atos anormais violentos, em materia de credito, em países de grande comércio internacional.

Não terá sido tambem em parte (e sómente em parte), a mesma coisa que determinou a intervenção da Inglaterra na produção e comércio de borracha nos mesmos moldes adotados no Brasil, limitando a extração e defendendo o preço mínimo do produto, de modo a restituir á indústria a razoavel prosperidade sem a qual não há trabalho ou empreendimento que subsistam?

Que os Estados Unidos pensem em promover, em suas colónias, a produção do café e da borracha, compreende-se, como uma medida politico-econômica, destinada a reduzir a dependencia em que do estrangeiro se encontrava esse país, em relação a certos gêneros alimentícios e á materia prima de que carecem algumas de suas indústrias; mas, que por esse caminho acreditem os indústriais e consumidores, que obterão esses produtos por preços inferiores aos que hoje encontram no mercado — isso é que não tem fundamento, e que, se tentado fosse, lhes traria amargas delusões.

Não existem regiões no mundo capazes de produzir café e borracha como o Brasil e as possessões holandêsas e británicas que exploram esses dois produtos. Ninguém pôde produzir mais barato.

Por isso, no dia em que o grande país norte-americano conseguisse, de suas possessões, suprir a si mesmo com aqueles dois produtos, nése dia teriam eles de ser tão elevados, que a indústria americana não mais poderia competir com outros países e teria de cessar a exportação, a menos que

não a fizesse por meio de "dumpings", mas "dumpings", nése caso, intoleráveis para o consumidor, e não como os "dumpings" de materia prima barata, como tantos que na União Americana existem e a vêm engrandecendo, vitóriasamente, contra a concorrência dos outros países.

Verifica-se perfeitamente, pois, que não será por causa dos atuais preços, nem mesmo por outros algo mais altos, que os grandes países consumidores serão levados a ensaiar a produção do café, como nós ensaiámos a produção do trigo e a extração do carvão, embora no mundo abundem esses dois produtos.

Cometeríamos, pois, o maior dos erros económicos se impedíssemos ou deixássemos de mover e defender, para esse nosso produto, preço razoavelmente remuneradores.

Alega-se no país e no estrangeiro que, em vez de intervir, dever-se-ia baixar o custo de produção de café e lhe promover o consumo.

Já em outro lugar demonstrámos não ser possível produzir mais barato, como não é possível baratear, em qualquer parte do mundo, pelo menos em curto periodo, o custo de nenhum dos grandes produtos indústriais e principalmente agrícolas, que consomem os povos.

Vê-se mesmo que, dia a dia, alguns deles tendem a encarecer.

Como, pois, pretender desse modo, amparar a situação de produtos, que se estão vendendo com prejuizo, como o café em 1921?

Sendo igualmente impossível aumentar, em curto prazo, o consumo, pelos motivos que já mencionámos, será erro aconselhar tal alvite para a solução de crises que, pelos seus males e sua violencia, não toleram proteções.

Cumpre, pois, deixar de lado essas divagações de carater puramente doutrinario e contrárias em absoluto, á realidade dos fatos; e, nos momentos necessários, enfrentar a situação pelo seu único flanco vulneravel, isto é, tomar como ponto de apoio a lei da oferta e da procura e do mercado detirar, temporariamente, o qual all estiver sendo com demasiada insistencia oferecido, enquanto se tomam medidas que restabeleçam o normal equilibrio entre as necessidades e as existências, tal qual para o café se faz na primeira intervenção; ou enquanto esse equilibrio, por si mesmo lute por se restabelecer, como ultimamente em 1921-23.

Em resumo, verifica-se do exposto que: 1° — A intervenção do Estado no mercado de café, no Brasil, é indispensavel e insubstituível em todas as crises de superprodução, afim de prevenir prejuizos que

desorganizem a indústria caféeira, pela ruína dos produtores, e reduzem a receita ouro do país.

2º — Essa intervenção pôde ser feita pelo Brasil e, jámais sem o Brasil, porque elle produz cerca de tres quartas partes de todo o café consumido no mundo.

3º — A elevação dos preços baixos do café do Brasil até o seu preço normal, ouro, de 12 a 14 centavos a libra, ou mesmo até 16 centavos nos mercados consumidores, não estimula a produção dos países estrangeiros, porque o café fornecido por esses países é diferente de quasi todo café brasileiro; possui sua clientela especial, de gente abastada ou rica; tem um custo de produção, muito mais elevado do que o café do Brasil e encontra sempre um preço de venda muito mais alto. O café daqueles países sóbe ou baixa de preço, conforme abunda ou escasseia no mercado em relação á sua clientela especial.

4º — A intervenção official no mercado deve ser encarada como um áto excepcional, um áto de emergencia que cumpre evitar quanto possível e que realmente pôde ser evitado, ou pelo mênos, muito limitado, á custa de medidas de previsão tomadas com sufficiente antecedencia, tendentes todas a assegurar, a manter o equilibrio entre a produção e o consumo, base de situações normais e fecundas, em todas as manifestações da atividade humana.

5º — A propaganda influe para prevenir as crises, mas não as resolve. O abaixamento do custo de produção não é quasi nunca possível; e si o fosse, tambem nada resolveria.

São medidas, ambas, de efeitos lentos, incapazes de qualquer alívio ás situações desequilibradas, que exigem ser de pronto socorridas.

São, entretanto, medidas que, nem por um momento, devem ser descuradas, porque podem exercer larga influência sobre a sorte de indústria caféeira.

III

Em 1922, com a ascensão de um novo governo no país, entendeu o ministro da Fazenda, adotar para a defesa de preços razoaveis do café, moldes diferentes dos que até então haviam sido seguidos. A experiencia patenteára os inconvenientes do regime de emergencia de que vinham revestidos as intervenções anteriores, em que só se começava a agir contra a baixa das cotações do café, quando tal baixa estava iminente ou quando já se havia desencadeado.

Precisava-se, quasi sempre, nessas occasões, de recorrer ao Congresso para dêle obter as medidas reclamadas pela gravidade

da situação, em seguida tinha-se de agremiar capitais e só então agir como era possível.

Por outro lado, certificava-se que, dos Estados caféeiros, sómente S. Paulo até então, entrára nas campanhas de defesa, com o apoio, embora, do Governo Federal, tendo se excusado sistematicamente de nela tomar parte os demais Estados produtores, embora lhes aproveitasse sempre, integralmente, a alta das cotações, resultante da intervenção paulista.

Era um estado de coisas que não podia continuar.

Organizou, então, o Governo Federal um plano de intervenção, resolvendo fazer distribuir pelos 12 meses do ano, em quotas mais ou mênos iguais, as entradas de café nos dois grandes portos de exportação do país — Santos e Rio.

Foi para realizar esse plano e estudar e aplicar quaisquer outras medidas necessárias á defesa do café, que se criou, então, o Instituto de Defesa Permanente do Café.

Em execucao dêsse plano, o governo federal mandou construir em vários pontos apropriados da região caféeira, situados de preferencia no cruzamento ou entroncamento das linhas ferreas, armazens que se chamaram armazens reguladores, destinados a receber e guardar todo o café represado no interior do país e que representava o excesso da oferta sobre a procura.

Têoricamente o sistema era irrepreensivel: de acôrdo com as exigências aproximadas do consumo, enviava-se para os portos de exportação, quantidades do produto que lhes correspondiam e assim se resolvia o problema.

Na pratica, porém, surgiram não poucas dificuldades. Em primeiro lugar vieram a público não poucos interessados reclamando a liberdade de exportar suas colheitas e queixando-se da escassez de dinheiro distribuir com equidade, entre as fazendas. Por outro lado, era difficil distribuir com equidade, entre os fazendeiros, as quotas que lhes deviam caber, na proporção do volume das suas colheitas, daí se originando novas reclamações e embarços.

Alguns fazendeiros, contrariados com a regularização das remessas, vendiam por preço baixo suas colheitas, no todo ou em parte, o que influa para manter uma certa infirmez na cotações, prejudicial a toda a massa de café existente nos mercados.

Denunciou-se, além disso, nos portos de embarque, uma certa escassez de cafés finos, porque o total dos estoques resistentes nessas praças era muito restolhado para a exportação, só restando lotes de baixa classe de difficil colocação. Esses inconvenientes fo-

ram sendo pouco a pouco atenuados, salvo, em parte, no que se referia ao suprimento de recursos em dinheiro reclamados pelos fazendeiros, para o custeio das fazendas.

Foi no período agudo das reclamações, que o governo federal vendeu os armazéns reguladores do Estado de S. Paulo que, não sómente aceitou o negocio como assumiu a chefia da campanha de defesa. Foi para melhor sistematizar essa defesa que o Estado criou o Instituto de Café. Levantou para êle um empréstimo de 10 milhões esterlinos e entrou a operar no mercado, tendo ainda organizado um bom serviço de estatística e enviado emissários á Europa e Estados Unidos para estudar o comércio do café e propagar-lhe o uso, tendo contratado nos Estados Unidos uma forte campanha de publicidade, aliás de limitada duração.

Paralelamente cuidou S. Paulo de firmar com os demais Estados produtores uma ação conjunta para a aplicação, em todas as regiões caféiras do país, dêsde o Paraná até a Baía, das medidas necessárias á defesa do produto.

Celebrou-se então um convenio entre os 4 mais fortes Estados produtores, com o fim de regularizar a exportação de cada um d'elles, medida essa porém, que, por enquanto, só com acentuadas irregularidades tem logado ser aplicada.

Foi nessa situação que terminou o período presidencial, assumindo a chefia do país o atual presidente, Dr. Washington Luis sob cujo influxo entraram para o Convenio caféiro os Estados da Baía e do Paraná. O plano de defesa tomou logo um aspecto mais definido, podendo contar, para o seu exito com as forças políticas todas do país tendo encontrado ainda um elemento de primeira ordem para lhe facilitar o desdrolramento: a estabilização do cambio.

Hoje os 4 principais Estados caféiros estão bastante aparelhados para irem em socôrro da lavoura, disposto, cada um de um Instituto de café, operando de plena harmonia entre si e com a cooperação dos dois outros Estados produtores e contando ainda com o decidido apoio do Governo Federal. Grandes são ainda os embaraços que se opõem ao funcionamento perfeitamente satisfatorio de todas essas forças congregadas, mas, sob os ensinamentos da experiencia que dia a dia se faz sentir, êsses embaraços vão sendo removidos, talvez com demasiada lentidão mas, em todo o caso, com irrecusavel efficácia. Cada um dos institutos de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, é custeado por uma taxa de exportação de 1\$000 réis a 4 1/2 schilings aproximadamente.

IV

A distribuição parcelada das colheitas de acôrdo com a capacidade do consumo, só teoricamente é bastante para resolver os dois aspectos do problema caféiro: manter no mercado cotações razoaveis do produto, e impedir as grandes flutuações de preços que tanto desnorteiam os mercados importadores, levando-os a se retrairem e muito justamente a exagerar algum tanto as condições de venda, para assim terem margem de lucros, nas liquidações do negocio.

O comércio de café, como aliás mais ou mênos acontece com o comércio de quasi todos os demais produtos agricolas, não se faz com a mesma regularidade observada na marcha do consumo. Mesmo não falhando na irregularidade inevitavel do transporte, vê-se que há estações ou períodos do ano em que as aquisições esmorecem ou se atívam, abastecendo-se o consumidor, intermediário, no primeiro caso, como os seus estoques de reserva, estoques que no segundo são de novo restabelecidos. Si as praças produtoras se encontram desprevenidas de recursos em dinheiro, as cotações entram a fluturar e, ás vezes, com tal intensidade, que chegam a desmoralizar o mercado, pelas incertezas e imprevistos que o ameaçam.

Do exposto, resulta ser indispensavel a existência, em reserva, de uma certa soma em dinheiro, para corrigir tais inconvenientes, da mesma fórma como se pratica no mercado de cambio em que os banqueiros acumulam sempre um certo número de cambiais para prevenir ou combater os golpes ou flutuações imprevistas que sempre intervem no curso das operações. A perspectiva de abundantes colheitas provoca naturalmente um natural retraimento nas aquisições do produto e portanto um excesso de oferta e consequente depressão de preços. Contra tais inconvenientes, não funciona com a necessária prontidão e efficácia, quando isoladamente aplicada, a limitação das receitas ou entradas nos portos exportadores.

Si, por um dos motivos acima indicados, os preços baixarem, mesmo apesar da diminuição das entradas de café nos portos de exportação, o único meio de ampara-los consistirá em intervir no mercado por meio de aquisição do produto, até que as coisas se normalizem, aguardando-ss a primeira portunidade para vender sem lucro nem prejuizo o que se tiver comprado.

Si, ainda, por desinteresse de uma parte dos exportadores, de um momento dado, tendessem os preços a cair, e se pretendesse ampara-los pela diminuição das entradas tão sómente, os estoques das praças exportadoras

poderiam cair tão fortemente, que o comércio ficaria ameaçado de se desorganizar, seja por uma crise de paralisação de credito, seja porque, mesmo para os poucos negocios que apparecessem, os compradores não encontrariam, em quantidade sufficiente, nas existências assim reduzidas, os tipos de café de que carecessem.

Demais, ao retomarem os negocios o seu curso normal, não seria possível transportar do interior, de um dia para outro, os suprimentos com instancia reclamados.

A suspensão ou diminuição das entradas provocaria entre os produtores fundas perturbações de ordem financeira e econômica de não pequena gravidade.

Fica, pois, demonstrado que o amparo de preços mesmo os mais razoaveis, no mercado, não pôde ser conseguido somente com a diminuição das entradas dos produtos nas praças exportadoras, mas exige a intervenção de elementos financeiros suficientes, os quais, como vimos, devem ser applicados ora em compras ou vendas, em torno de um nivel de preços que se deve manter com insignificantes desvios.

Qual deverá ser esse nivel?

Eis aí um ponto do problema a exigir a máxima atenção e que adiante examinaremos.

Muita gente supõe que no regime da limitação das entradas, o problema ficaria completamente resolvido desde que se fornecesse aos fazendeiros o dinheiro necessário para o custeio de suas lavouras, em somma correspondente em valor a uma percentagem do café retido nas estações das linhas ferreas.

Não resta dúvida de que semelhantes adiantamentos seriam de enorme vantagem, porque muito concorreriam para manter a organização do trabalho nas fazendas, com larga influencia sobre a economia do país.

Seria portanto uma medida de applicação merecedora do máximo esforço dos interessados.

Ela encerra, porém, sob o ponto de vista do amparo das cotações, varias lacunas, faltando-lhe, consequentemente os requisitos capazes de determinarem por si sós, a dispensa da intervenção financeira no mercado (da qual já atraz nos occupámos), para o fim de manter preços convenientemente estabelecidos.

Em primeiro lugar, — já o dissemos, — seria muito difficil fazer uma divisão equitativa do capital disponível, ou melhor uma série de distribuições parciais, successivas entre os milhares de lavradores existentes, porque só parceladamente é transportado de cada fazenda para o respectivo armazem, o café destinado ao mercado; e só após esse transporte se poderia com elle operar.

Acresce ainda que cada remessa exigiria uma classificação, por isso que cada tipo tem o seu preço e é sobre este preço que se calculam os adiantamentos consentidos.

Acontece ainda que, habitualmente, a percentagem do dinheiro adiantado não basta para o fazendeiro, principalmente quando este, como é frequente, precisa satisfazer compromissos atrazados. Como é então que elle procede? Vende com prejuizo (embora por preço superior ainda ao valor dos adiantamentos recebidos), o café já empenhado e embolsa a differença. O comprador sujeita-se, nêsse caso, certamente, a demora da entrada no mercado dessa partida de café, mas ainda assim consegue não pequeno lucro na operação — E' o fazendeiro quem perde.

Cumpra lembrar que uma parte dos adiantamentos precisam ser concedidos a não muito curto prazo, de modo a dar tempo a que o café empenhado possa, se fôr necessário, esperar para ser vendido, até o ano seguinte: é o que acontecerá no corrente ano, por ser a colheita muito superior ao consumo.

Em uma operação assim demorada, não deve ser applicado o dinheiro de um instituto cujo capital precisa ser reservado principalmente, para operar na praça, na defesa do preço préviamente estabelecido. O que paralelamente se deve fazer é promover uma ou mais organizações capitalistas, sobretudo com recursos estrangeiros, para operarem a prazo de, pelo menos, um ano, directamente com os fazendeiros ou seus comissarios, mediante penhor do café armazenado.

Quanto ao credito agrícola para a lavoura, a curto e a longo prazo, é necessário e urgente cria-lo, mas, com maioria de razão, com capitais outros que não os dos Institutos. E' materia diferente. Com esses outros capitais se expandem e aperfeçoam as lavouras, ao passo que com o dinheiro do Instituto se garante o preço conveniente, razoavel do que elas produzem, conforme já acima ficou dito.

São coisas que se completam, mas não se deve misturar.

Para se conseguir nêste momento qualquer organização que, com capitais estrangeiros se proponha adiantar dinheiro sobre café armazenado da colheita que ora se está exportando, são necessárias duas coisas: 1.ª — Segurança de que as actuaes cotações se poderão manter; 2.ª — Confiança solida no êxito da Estabilização de nossa moeda, estabilização que há 6 meses vem irrepreensivelmente funcionando.

Esses dois objectivos podem perfeitamente realizar-se e precisam realizar-se.

Aliás, um deles depende do ouro.

Possuimos reservas metálicas que, em casos de emergencia, podem ser applicadas na

defesa da vigente taxa cambial estabilizada. Ora, até este momento, para se mantê-la nenhuma parcela de tais reservas foi necessário empenhar, e não há motivo algum para que se altere tal situação. Seguro seria, entretanto, o fracasso, se o café baixasse de preço, porque não entraria no país todo o ouro que dêle estamos esperando. Faltando esse ouro, produzir-se-ia imediato desequilíbrio em nossa balança de pagamento e em nossas finanças, e, desamparada, desabaria a situação cambial, com sacrifício da estabilização. Está-se vendo, á evidência, que cumpre, a todo custo, manter a atual situação comercial do café, sendo indispensável agir com urgência, porque a colheita vai adiantada.

O verdadeiro caminho a seguir a meu vêr, deve ser este: examinar rapidamente a situação caféira, sob todos os seus aspectos, no país e no estrangeiro, e escolher, para a colheita, a cotação a estabelecer-se no mercado, de Nova York e no país, para, tomando-a como preço mínimo, defendê-la comprando todo o café que por esse preço se apresentar á venda. Si se conseguir que, paralelamente, se fundem organizações financeiras que aos fazendeiros adiantem dinheiro sobre o café armazenado, as coisas se resolvem de pronto, porque o dinheiro aqui existente, necessário para defender o preço mínimo, no mercado, será amplamente suficiente, desde que isso se faça com o concurso dos Estados caféeiros e do governo federal.

A meu vêr, o preço mínimo a adotar-se, na presente colheita, pôde ser o vigente, com o qual, no dizer do sr. Fried, gerente da principal firma de torradores americanos, o consumo já está habituado e só aspira uma situação de estabilidade capaz de abrigá-lo contra os riscos inevitáveis que sempre acompanham as grandes e frequentes flutuações e preços no mercado. E', sem dúvida, preciosa essa colaboração indireta, mesmo ocasional, dos grandes interessados estrangeiros, no comércio de café.

Não entro em maiores detalhes da operação, para não mais alongar este trabalho.

A solução do problema por meio da sustentação dos preços é a mais simples, mais ao alcance de qualquer operador, e a que com mais equidade e proveito serve a todos os produtores. Fique bem claro que me refiro á sustentação, e não á elevação de preços.

As aquisições de café porventura feitas por conta do Estado e da União ficarão em Santos, á disposição do comércio exportador, e lhe facilitarão a formação dos lotes de que careça. Está entendido que serão vendidos ao preço mínimo. E' de prevêr que a colheita ficará localizada, parte nos armazens reguladores e parte em Santos e no

Rio. Os interessados devem preparar-se, pois, para operar em um e outro caso.

Se, para facilitar os adiantamentos sobre o café retido, fôr necessário trazê-lo para Santos e Rio, não se deve hesitar um momento em fazê-lo. Limitar-se-ão, nesse caso, os embarques para o estrangeiro, em vez de agir sobre as vias ferreas, como até agora.

Aproximar do mercado e do capitalista o produtor, eis uma condição ideal para o sucesso. Por outro lado, sendo necessário, facil será warrantar, no estrangeiro, o café comprado pelo comércio. Por varias vezes se tem feito isso no Brasil.

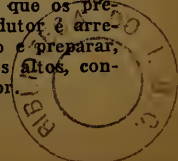
O assunto de que se trata presta-se, como se tem já prestado, a divagações teóricas de todo gênero, mercedoras de rebate.

Diz-se, por exemplo, que a intervenção nos mercados deve ser feita pela lavoura, e não pelo governo. Mas outra coisa não se está fazendo no Brasil, neste momento, si não agir em nome da lavoura e com os seus recursos dirêtos. Quem, si não ela, está pagando juros e amortizações dos 10 milhões esterlinos do Instituto de S. Paulo? Quem, si não ela, fornece aos demais Estados produtores os recursos para a atual campanha de defesa?

A intervenção oficial representa somente um ato de unificação da oferta do produto nos mercados e a criação de uma entidade que responda perante os capitalistas estrangeiros, pelo cumprimento dos compromissos assumidos e pela continuidade da direção das operações.

Isso que ora aqui se realiza é o mesmo que em todo o mundo se está praticando, mais ou menos veladamente, e com as modalidades peculiares á natureza dos produtores e aos meios em que se opera, sem falar nos capitais que lá existem com abundância e nós possuímos.

Contando mais de 50 mil produtores de café, localizados dispersamente, em uma imensa superfície mal servidos, em parte, de meios de comunicação, o Brasil não poderia, evidentemente, esperar que sem a intervenção da lei, se conseguisse um acôrdo voluntario para a execução das medidas defensivas em favor de um produto que representa a maior parte de suas rendas e de seu patrimonio: medidas, aliás, que não encerram nenhum intuito agressivo contra povo nenhum. As coisas se estão fazendo, pois, pela única forma que seria possível fazê-las. A defesa da produção em moldes razoaveis — e só nessas condições — não aproveita somente ao produtor, mas, por igual, ao consumidor. Permitir que os preços baixem até sacrificar o produtor é arrêdá-lo do seu campo de trabalho e preparar, pela escassez do produto, preços altos, contra os interesses do consumidor.



Reduzir, pela baixa dos preços do café, a renda de um país como o Brasil, é torná-lo incapaz, por mingua de recursos, de alimentar o comércio que mantém com os outros povos, é prejudicar também esses povos.

Há, ainda, entre economistas e políticos, quem combata a adoção do preço mínimo, como aberrante dos clássicos princípios econômicos; estão, porém, em erro. Similhante medida foi, com êxito, aplicada, durante a guerra, por vários povos e constituiu fortes estímulos para o desenvolvimento da produção, exatamente porque garantiria ao produtor uma remuneração segura para o seu trabalho.

Aliás, o estabelecimento do preço mínimo ostensivo, às claras, sómente pela publicidade difere do que se pratica em qualquer outro ramo de negócio. O preço que figura na etiqueta de qualquer artigo exposto em uma loja é um "preço mínimo". Por que não fazer o mesmo com o café?

Da mesma sorte não difere, em essência, a limitação das entradas de café nos portos de embarque da limitação da oferta de diamantes no mercado, e, de um modo geral, de tudo o que se compra e vende no mundo.

Os "cartels" e os "trusts" têm por base de suas operações comerciais e limitação da produção. Si não precisam de lei que os

auxilie, é porque não negociam, como nós, com a multidão de produtores desse artigo e porque lhes sobra dinheiro.

Na Alemanha, durante várias dezenas de anos, os industriais do açúcar só puderam viver á sombra de uma lei — a lei dos contingentes — que anualmente limitava a produção; e foi assim que essa grande nação tornou-se (antes da guerra) o maior país açucareiro existente. Pois bem, nós, que já somos o maior produtor de café do mundo, seguimos o exemplo da Alemanha, para defendermos nossa preciosa primazia.

Em resumo, a pujança da produção do Brasil precisa apoiar-se numa concentração da oferta, e esta só possível, com eficácia, pelo consorcio dos Estados produtores e da União, apolado na diréta cooperação dos mesmos produtores, sob a disciplina de uma lei especial e por eles mesmos solicitada, e tendo por ponto de partida o estabelecimento e observancia de um preço mínimo anualmente fixado de acôrdo com estatísticas bem organizadas, e tendo também em vista as condições que presidem o consumo no mundo, e que podemos conhecer por intermedio e discreta colaboração dos grandes interessados e especialistas estrangeiros.

E' dentro, sómente, desse vasto cenário que poderemos viver e prosperar.

Hegemônia do Vale do Paraíba (2.º Império)

OLIVEIRA VIANNA

Tendo encontrado no platô do Paraíba a região do seu "optimum" biológico, o café entra a irradiar-se rapidamente por todo êle. Em 1810, já Rezende substitua as suas antigas lavouras pela nova cultura. O êxito da experiência rezendense desenvolvera a cobiça dos colonizadores. Todas as florestas do vale do Paraíba e das suas encostas começavam a ser atacadas com impetuosidade. O fóco rezendense alargara com rapidez a sua área de contágio. O caféiro distendeu-se em todas as direcções, tendo como eixo de expansão o vale do Paraíba. Caminhando através dêle, para o occidente, invadiu S. Paulo e, para o oriente, desceu até Paraíba do Sul.

No setor occidental do grande vale, e cuja cultura caféira Rezende fôra o fóco, havia em 1860 cêrca de 600 fazendas de café, afóra um número infinito de pequenas malhas cultivadas. O quadro seguinte, organizado com os dados colhidos em 1850, por Soares Ferreira na sua "História da Estrada de Mangaratiba" (1), mostra claramente a amplitude da area de diffusão do caféiro nos cinco municipios daquele setor e por aquella época. Considerando que a expansão das culturas só se operou realmente depois de 1830, conforme Porto Alegre, pôde-se avaliar por êstes dados a rapidez da irradiação caféira em trinta anos.

MUNICIPIOS	DISTRÍTOS	PRODUÇÃO EM ARROBAS	NUMERO DE PROPRIETÁRIOS	
			POR DISTRITOS	POR MUNICIPIOS
S. JOÃO DO PRINCEPE	S. João Marcos.....	229.900	87	150
	Passa Três.....	152.900	63	
RIO CLARO - - - - -	N. S. da Piedade.....	24.000	13	24
	S. Antonio Capivari.....	9.000	16	
PIRAÍ - - - - -	S. João Batista.....	341.500	52	106
	Sant'Ana.....	80.000	29	
	S. João do Tomaz.....	100.000	25	
BARRA MANSÁ - - - - -	N. S. do Rosario.....	79.200	20	214
	S. Joaquim.....	58.980	25	
	E. Santo.....	159.420	53	
	S. Sebastião.....	313.800	76	
	N. S. Amparo.....	148.900	40	
REZENDE - - - - -	N. S. da Conceição.....	70.000	29	81
	S. José Campo Belo.....	30.000	15	
	Sant'Ana dos Tocos.....	10.000	7	
	S. A. Vargem Grande...	20.000	15	
	S. Vicente Ferrer.....	40.000	15	
	Br. Janai e Baependi....	130.000	—	

Isto para a expansão partida do fóco rezendense. O fóco da baixada—o de São Gonçalo—teve uma irradiação menos rápida e menos sensível; mas foi êle que contagiou as terras da baixada oriental e, difundindo-se pela terra acima, constituiu em Cantagalo um novo e poderosissimo fóco de irradiação.

Nêste ponto, encontravam-se as duas expansões—e dêde então o vale do Paraíba se constituiu o centro da maior produção cafeeira.

Por esta época, S. Paulo alvorecia para esta cultura, embora, segundo Porto Alegre, os toques desta alvorada fossem do mais vivo colorido. Um confronto estatístico da produção cafeeira fluminense e paulista, por estes meados do século XIX, deixa patente a hegemonia do Rio de Janeiro.

Com efeito, de 1838 a 1868, foi esta a produção paulista (2):

ANOS	Produção em arrobas
1839.....	15.870
1848.....	245.199
1858.....	922.293
1868.....	2.837.571

Ora a produção fluminense por esta época era a seguinte:

ANOS	Produção em arrobas
1838.....	2.497.638
1838.....	2.497.638
1848.....	6.505.712
1858.....	5.321.402
1868.....	2.291.404
1869.....	9.872.321
1877.....	8.928.864

Êstes dados mostram que a região fluminense, no século passado, cabia o primado da produção cafeeira no Brasil. Em 1869, esta produção ascendia a quasi dez milhões de arrobas, ou sejam 2 milhões e meio de sacas, muito mais do que o dobro da produção actual.

Esta superioridade produtora e esta hegemonia do Rio de Janeiro se tornam manifestas nos dados estatísticos do quadro abaixo, relativos ao decenio de 1873 a 1882. Estes dados referem-se a exportação pelo porto do Rio, da produção fluminense, paulista e mineira e nos dão a percentagem respectiva de cada uma das tres provincias na exportação global do Brasil (3).

Estes algarismos revelam que, por estes fins do imperio, o centro cafeeiro de S. Paulo ainda estava taceante na exploração da grande cultura, de que nos havia de arrebatat, no periodo republicano a hegemonia. Êles mostram, por outro lado, que em Minas, o ritmo da produção, ainda incerto em São Paulo, firmara-se cada vez mais num sentido progressivo—e a contribuição mineira queira, em 1873, apenas de 19,38% da exportação total, passou, em 1882, de 25,88%

ANOS	RIO DE JANEIRO		MINAS		SÃO PAULO	
	Sacas	%	Sacas	%	Sacas	%
1873.....	1.553.062	63,39	471.793	19,38	299.402	12,80
1874.....	1.752.915	63,46	618.606	22,39	303.681	10,99
1875.....	1.987.817	63,88	693.946	22,30	293.919	9,44
1876.....	1.859.372	65,23	606.712	21,28	289.687	10,16
1877.....	1.787.530	62,61	639.097	22,33	285.292	9,99
1878.....	1.828.303	58,35	798.769	25,49	400.294	12,80
1879.....	2.156.987	61,60	853.884	24,38	359.499	10,26
1880.....	2.329.413	60,90	903.028	24,96	363.444	9,93
1881.....	2.466.799	59,06	1.229.555	28,44	441.807	10,22
1882.....	2.312.075	60,34	1.116.232	25,88	424.543	9,84

NOMES	PRODUÇÃO EM ARROBAS	DISTRITOS	MUNICÍPIOS
Antonio Xavier da Rocha.....	10.000	S. João Marcos	S. João Príncipe
Joaquim José de Souza Breves.....	60.000	S. João Marcos	S. João Príncipe
Barão do Pirai.....	14.000	Passa Tres	S. João Príncipe
Barão do Rio Claro.....	10.000	Passa Tres	S. João Príncipe
José Joaquim de Souza Breves.....	40.000	Passa Tres	S. João Príncipe
Barão de Pirai.....	10.000	Arrosal	Pirai
Francisco José de Oliveira.....	25.000	Arrosal	Pirai
Joaquim José Gonçalves de Morais.....	35.000	Arrosal	Pirai
Joaquim José de Souza Breves.....	90.000	Arrosal	Pirai
José de Souza Breves.....	90.000	Arrosal	Pirai
Matias Gonçalves de Oliveira Roxo.....	14.000	Tomas	Pirai
Barão de Pouso Alto.....	12.000	Rosario	Barra Mansa
Francisco Moreira de Matos.....	11.000	Rosario	Barra Mansa
Manoel Marques Ribeiro.....	14.000	S. Joaquim	Barra Mansa
Barbara Guimarães.....	18.000	N. S. Amparo	Barra Mansa
Luiz Ferreira Castro.....	12.000	N. S. Amparo	Barra Mansa
Manoel Vieira da Cunha Brandão.....	14.000	N. S. Amparo	Barra Mansa
Antonio Barbosa da Silva Filho.....	10.000	E. Santo	Barra Mansa
Francisco José Ferreira Cardoso.....	17.000	E. Santo	Barra Mansa
Gustavo Coppert.....	14.000	E. Santo	Barra Mansa
Francisco José Ferreira Cardoso.....	18.000	S. Sebastião	Barra Mansa
Lucas Monteiro de Barros.....	22.000	S. Sebastião	Barra Mansa
Maria José de Castro Arruda.....	10.000	S. Sebastião	Barra Mansa
Ricardo José Guimarães.....	13.000	S. Sebastião	Barra Mansa
Joaquim José de Souza Breves.....	10.000	S. Vicente Ferrer	Rezende
Antonio Xavier da Rocha.....	10.000	S. João Marcos	S. João Príncipe

Na distribuição das quotas de exportação ao Rio de Janeiro cabia então cerca de 60%, ao passo que São Paulo, concorria apenas com 10%, e Minas com 30%, aproximadamente.

Em 1882, desciam como se vê, da região fluminense para o porto do Rio cerca de dois milhões e meio de sacas, ou sejam, 10 milhões de arrobas. Dada a proporção de 22 arrobas por 1.000 pés, encontrada por Delden Laerne (4), está enorme produção deveria corresponder a cerca de 500 milhões de caféeiros.

Estes 500 milhões de caféeiros se distribuíam por todo o território fluminense, nas suas terras da Baixada e nas suas terras da Montanha; mas o seu centro maior de condensação estava na bacia do Paraíba e nas serranias circunjacentes — desde as terras do setor occidental, cujo centro econômico era a região de Barra Mansa-Pirai, ás terras do setor oriental, cujo centro economico era a região de Cantagalo-Paraíba do Sul.

Por essa epoca a região do sector occidental cabia cerca de 2 milhões de arrobas, como se vê dos dados abaixo, colhidos na monografia de Soares Ferreira, de 1861:

MUNICÍPIOS	Produção em arrobas
Barra Mansa.....	761.300
Pirai.....	521.500
S. João Marcos.....	382.800
Rezende.....	170.000
Rio Claro.....	33.000
Bananal e Baependi.....	130.000

Estes dados mostram que, em 1860, mais ou menos, o centro de maior produção do setor ocidental não era mais Rezende, como de início, mas Barra Mansa e Pirai. Seria que a zona rezendense, que em 1810 já se achava coberta de cafezais, manifestasse por esta época, meio século depois sinais de esgotamento? E' possível: o que mostra o caráter imigratório do caféeiro. Mais ainda: que no Rio de Janeiro esta tendência imigratória do caféeiro se exerceu no sentido do ocidente para o oriente.

Hoje são as terras altas da região de Itaperuna os centros de maior produção.

Havia contudo, ali por aquele tempo, ao lado de miríades de pequenitas e médias culturas, grandes, autenticamente grandes, domínios caféeiros, com dezenas de milhares de arrobas de produção. E' o que se pôde ver do quadro abaixo, extraído dos dados de Soares Ferreira, em que se dá o volume médio das safras dos grandes produtores da época naquelle setor:

FAZENDAS	MEDIA DO DECE- NIO EM SACAS	MUNICÍPIOS
Arêa.....	Cantagalo	5.974
Santa Rita.....	»	4.718
Boa Sorte.....	»	2.348
Boa Vista.....	»	3.285
Jacutinga.....	»	3.181
Itaóca.....	»	1.921
Aldeia.....	»	4.435
Gavião.....	»	4.223
Cafés.....	»	2.439
Santa Clara.....	»	2.470
Mata Porcos.....	»	3.017
Bela Vista.....	»	1.910
Bôa Esperança.....	São Fidelis	1.591
Lordelo.....	Sapucaia	2.797
Cantagalo.....	Paraíba	2.664

Não era, porém, neste setor ocidental, nem em Barra Mansa, nem em Pirai que se encontravam, por aquelle tempo, os maiores centros de atividade caféeiro—e sim no setor oriental. Havia neste setor, também grandes domínios com uma produção considerável. Os dados abaixo o demonstram. São colhidos na obra de Delden Laerne e referem-se a algumas das grandes fazendas do setor oriental, no decênio de 1874-1883:

Os grandes domínios fazendeiros deste setor, talvez não tivessem a extensão e a capacidade produtora dos grandes domínios do setor ocidental, onde apareciam produtores de 25.000 a 90.000 arrobas, como os Breves. Eram, porém, mais numerosas—o que fazia com que o volume total da sua produção fosse incomparavelmente maior do que os do setor Pirai-Rezende.

Realmente, de 8 mil arrobas era o total de produção fluminense em 1859-60, segundo os cálculos de Soares Ferreira (5). Ora, destes 8 milhões de arrobas, apenas 2 milhões cabiam, como vimos ao setor ocidental, cujo centro era Barra Mansa. Dando mesmo dois milhões para os cafezais da Baixada, ainda ficavam 4 milhões para o setor oriental, cujo centro era então Cantagalo. Ou seja, o duplo no mínimo, do setor ocidental.

Durante o II imperio, portanto, e a partir de 1860, pelo menos, o centro da gravitação da cultura caféiera no Rio de Janeiro deslocara-se para o setor oriental—e era a região centralizada por Cantagalo, o campo da nossa maior atividade produtora.

Como quer que seja, os dois setores nos deram durante o Imperio, a hegemonia da produção, do café no Brasil—e esta hegemonia não era outra afinal, senão a hegemonia do vale do Paraíba.

(2) Porto Alegre — OBR. CIT., pag. 483.

(3) Dolder Lacuna — OBR. CIT., pag. 349.

(4) Delden Laerne — OBR. CIT., pag. 296.

(5) Soares Ferreira — HISTÓRIA DA ESTRADA DE MANGARATIBA, 1861, pag. 230.

COLHEITA DE CAFÉ EM UMA
FAZENDA PAULISTA

(Desenho de Di Cavalcanti)



Preparo e benefício do café

ANDRÉ BETIM PAES LEME

Um dos nossos homens de letras, jornalista e cronista de espírito fino e sagaz, falando, um dia, sobre a produção cafeeira, depois de um bom jantar nesta nossa aprazível cidade do Rio de Janeiro, classificou-a um pouco desdenhosamente, de indústria extrativa. Não sei porque indústria extrativa. Queriamos, talvez, o nosso eminente amigo achar um termo feito que definisse o seu pensamento de que o maior trabalho do fazendeiro de café é sacar sobre o comissário que lhe coloca o produto, o dinheiro proveniente da sua venda.

Entretanto, não teria errado o distinto literato, quando classificou de industrial a produção cafeeira, não fôra a adjetivação que lhe acrescentou. Ao lado da sua parte simplesmente agrícola, tem a produção cafeeira uma parte industrial bem desenvolvida que consiste no preparo e benefício do café.

A partir do momento em que o colono colhe o fruto até o seu ensaque para ser entregue ao consumo, tem o café que atravessar uma série de instalações mais ou menos complicadas de lavadores, terreiros e máquinas, exigindo cuidadosas manipulações, de cujo acerto depende, em grande parte, a sua boa ou má qualidade.

O preparo do café não é nem pôde ser o mesmo em toda parte do mundo. Na America Central, por exemplo, em que a sua maturação, devido ao clima, se estende por quasi o ano inteiro, tem êle que ser colhido á medida que vai amadurecendo, e só os grãos maduros, denominados cerejas, se colhem. São os melhores cafés: daí produzirem êsses países, por assim dizer, exclusivamente qualidades finas. Esta catação de cerejas, porém, é uma colheita cara.

Nos Estados grandes produtores de café do Brasil, a maturação se dá num só período, precisando o café de ser colhido o mais depressa possível. Aliado êste fato á maior produtividade do nosso cafeeiro, claro é que seria preciso, para conseguirmos colher todo o nosso café em cereja, que tivéssemos uma enorme quantidade de colhedores e possuíssemos instalações colossais, para poder, de chofre, colher, secar e guardar toda a produção da fazenda.

Daí termos um gênero de colheita diferente do da America Central. Colhemos a oito, derriçando tudo quanto se encontra nas arvores, verde, maduro e sêco—os mais cuidadosos em lenções estendidos por baixo das arvores, fazendo, em seguida, a varrição do que porventura caiu no chão. O grosso da nossa produção é, por isto, constituído de qualidades baixas. Em compensação, devido á êste gênero de colheita, o seu custo é bem inferior ao dêles o que nos tem permitido, até hoje, viver e prosperar com preços mais baixos, além de suportarmos pesadíssimos impostos.

Colhido o café no pano, vai êle para os tanques de separação, chamados lavadores, onde se opéra por gravidade a separação dos cerejas, verdes ou maduros, que vão ao fundo, e dos sêcos que boiam e, por isso, são chamados os "boias".

Esta separação é muito importante para se poder obter uma séca homogênea. Em seguida, nas fazendas bem montadas, segue o café para os despoldadores, os cerejas imediatamente e os boias depois de uma maceração, mais ou menos longa, em tanques apropriados.

O despoldamento dos cerejas tem uma grande importância, porquanto o despoldador é a única máquina que consegue separar os grãos verdes dos maduros. Os grãos maduros são despoldados e, em pergaminho, vão para os tanques de fermentação, enquanto os verdes, mais rijos, são inteiros, tomando a denominação de marinheiros.

Os cerejas despulpados são tipos finísimos em tudo comparáveis aos da America Central. Os não despulpados dão tipos inferiores, devido a presença dos grãos verdes, que lhes dão máo gosto.

Ao passo que o despulpamento dos cerejas separa o verde do maduro, o despulpamento dos boias separa os reësecados dos que ainda contém humidade.

Temos pois, só para os cafés colhidos no pânho, até a entrada para o terreiro, quatro qualidades: o cereja, o boia, o marinheiro do boia e o marinheiro do cereja.

Os cerejas e os boias despulpados são as qualidades finísimas: o marinheiro do boia dá cafés regulares e o marinheiro do cereja dá qualidades pessimas.

Além dos cafés de pânho, temos também os varreduras. Constituem êles, infelizmente, o grosso das nossas colheitas, mesmo nas fazendas caprichosas—em que se colhe no pânho.

Com a maturação uniforme que temos do meio para o fim da colheita, quasi que todo o café já caiu ao chão, e é do chão que o colhemos para levá-lo para os nossos terreiros. Antes de secarem-se os varreduras passam êles entretanto pelos lavadores, onde se os separa das pedras e terra que sempre trazem. Quando não chove muito no correr da colheita, conservam-se bem os varreduras e chegam, sendo bem preparados, a dar tipos bem aceitáveis.

Nos terrenos, sejam cerejas, boias, marinheiros ou varreduras, a maneira de proceder é a mesma: deve-se secar o mais lentamente possível, de modo a se obter sêca homogênea, cor tanto quanto possível azulada e cheiro de cana, principais característicos dos cafés chamados doces (milds), em contraposição aos cafés duros (haeds), geralmente de sêca desigual, cor pardacenta e cheiro acre.

Ao sair dos terreiros, vão os cafés para as tulhas, sendo aconselhavel que elas sejam, pelo menos, cinco, para que se guardem separadamente as cinco qualidades diferentes—cereja, boia, marinheiro do cereja, marinheiro do boia e varreduras.

A sêca dura nos terreiros entre quinze dias (começo da colheita) e dois dias (fim de colheita), conforme venha o café da lavoura, mais ou menos sêca.

Constitue a sêca do café em terreiros a operação, incontestavelmente, mais delicada e que vai decidir da sua qualidade, nos mercados. Uma boa sêca dá os cafés doces, e uma sêca má os cafés duros.

Existem também secadores artificiais de vários tipos aquí no Brasil porém raríssimos são os que os utilizam. São êles de extraordinaria utilidade nos anos chuvosos—pois, com êles, não precisa o fazendeiro contar com o sol. Por êste motivo empregam-se largamente na America Central, onde, pela proximidade do equador, chove igualmente durante, todo o ano.

Das tulhas o café é levado por transportadores mecânicos—bicas de jogo ou roscas sem fim—para o beneficio, que compreende tres operações.

- 1.º—Descascação.
- 2.º—Separação por espessura.
- 3.º—Separação por pêso.

Nos descascadores separa-se o café da sua casca. Há vários tipos de descascadores; o princípio porém, é sempre o mesmo: o café passa, sob pressão, entre um cilindro de ferro, geralmente com barras de aço cravadas no seu sentido longitudinal, que gira com grande velocidade, dentro de uma caixa do mesmo metal, também de forma cilíndrica.

Os descascadores são munidos de ventiladores simples e dobrados, que separam a casca do café.

Os separadores por espessura são, geralmente, de dois tipos—os cilíndricos, que são rotativos, e os monitores, constituídos por um certo número de peneiras inclinadas, sobrepostas umas ás outras, a que se imprime um rapido movimento, de vai-vem. Estas peneiras são dotadas de furos mais ou menos largos, que separam o café por espessura, á medida da sua passagem. Nos separadores cilíndricos, as peneiras são applicadas ao longo do cilindro.

Aqui no Brasil os monitores estão suplantando completamente os separadores cilíndricos.

Obtida a separação por espessura, segue-se a separação por gravidade. Usam-se para isto máquinas denominadas catadores. O catador não é mais que uma caixa retangular, com 3 a 5 metros de altura, 80 centímetros de largura e 50 de espessura. Esta caixa é separada, interiormente, até uma certa altura em dois por uma parede perpendicular. Por baixo existe um ventilador, que manda, por um dos lados da caixa, uma forte coluna de vento. A uma certa altura d'êste conduto de ar, é despejado o café por um pequeno orifício. Os grãos mais pesados atravessam a coluna de vento saindo por uma pequena bica para o ensaque; os orgãos mais leves são atirados pelo vento por cima da parede separadora, descendo pelo conduto paralelo, até sair em outra bica. Geralmente êstes cafés mais leves são repassados nos próprios catadores, tantas vezes quantas forem necessárias para separar o café perfeito dos grãos chôchos e quebrados, que formam o que se chama escolhas.

O que acabo de descrever constitue uma instalação modelo. Fazendas há que possuem instalações muito mais rudimentares. Hoje em dia por exemplo, poucas são as fazendas que despulpam o seu café. A falta de despulpamento, sobretudo em começo de colheita, constitue, a meu vêr, um grave inconveniente, pois os melhores cafés que são os cerejas vão para o mercado cheios de grãos verdes, que lhes tiram grande parte do valor.

Outros fazendeiros, em lugar de terreiros ladrilhados ou cimentados, possuem apenas terreiro chão. Êstes só produzem cafés varreduras, pois nenhuma vantagem lhes adviria de colher no lençol para misturar, em seguida, o seu café com a terra.

Enfim, outros há que nem seque lavador possuem.

Os cafés de terra, não lavados, produzidos nestas fazendolas, antes de entrar no descascador, precisam de passar pelo catador de pedra e terra, maquinas estas em tudo semelhantes aos catadores acima descritos.

Em algumas fazendas, bem poucas, infelizmente, depois do benefício, ainda se faz uma catação a mão de uma parte dos cafés, retirando-se-lhes os grãos verdes, ardidos ou defeituosos, de modo a ainda lhes melhorar os tipos. A generalidade, porém, vai remetendo o seu produto, logo ao sair do benefício.

Nos mercados são vários os sistemas de classificação: 1.º—o tipo de 1 a 9, para o que se leva em conta o número de defeitos encontrados (além do tipo 9 estão as escolhas); 2.º—o critério da fava; 3.º—o da côr; 4.º—o da torração; 5.º—enfim o do seu gôsto na chicara.

A classificação do café, sob êstes cinco critérios, é o que se chama a sua descrição.

O Brasil é e será sempre o grande produtor de qualidades baixas, devido ao modo por que forçosamente se tem de fazer a sua colheita, em vista da maturação toda a um tempo. Temos, entretanto, qualidades também finíssimas, obtidas com os cerejas e os boias de começo de colheita, nas fazendas bem montadas.

A ótima qualidade de um café não depende unicamente do capricho do fazendeiro. A zona em que está situada a fazenda tem também não pequena influência.

Em todas as zonas podem-se produzir boas qualidades; ótimas, porém, só em algumas. Há cafés muito bem classificados quanto aos quatro primeiros critérios, de tipo fava, cor e torração, e que na chicara são inferiores a um café menos bem classificado relativamente áqueles critérios. Está claro que o primeiro foi mais bem tratado que o segundo, e, no entanto, pôde valer menos. É' uma questão de zona. Zonas há que têm uma tendência para produzir cafés duros, quaisquer cuidados que se tomem: outras em que os cafés doces os "milds", tão apreciados pelos americanos e europeus, saem naturalmente, quasi sem esforço.

Os cafés do Brasil são conhecidos, pelos consumidores americanos e europeus, como os peores cafés. Deu-lhes esta fama a grande massa de cafés baixos por nós produzidos: por isso, os nossos cafés finos, no retalho, são vendidos, pomposamente com os nomes de America Central.

Nem sempre, porém, a impostura é completa, porquanto algumas vezes fazem-se misturas. Dizem os americanos que os cafés precisam, geralmente, ser misturados—é o que elles chamam fazer um bom “blend”. Cada torrador tem os seus “blands”, dos quais fazem grande mistério.

Ouvi de um grande torrador americano que o único café que pôde ser bebido sem mistura é o café Bourbon, do oeste de S. Paulo, conhecido mais comumente como Ribeirão Preto. E’ a zona limítrofe com o sul de Minas e que se estende um pouco além da sua fronteira.

Dos cafés brasileiros, os mais bem cotados nos grandes mercados estrangeiros são os de S. Paulo, contando-se entre os de S. Paulo, os do sul de Minas exportados por Santos.

Os cafés que buscam o porto do Rio de Janeiro são geralmente considerados pouco desejáveis nos mercados exigentes, obtendo sempre preços mais baixos que os cafés exportados por Santos, mesmo quando são de igual descrição.

Assim é que antes do porto do Rio ser atingido pela limitação de entradas ora em vigor, fazendeiros que quizeram exportar a sua colheita por êste porto sofreram grandes prejuizos, pois tiveram os seus cafés classificados como cafés Rio.

As zonas tributárias do porto do Rio de Janeiro são das tais que têm a tendência para produzir cafés duros. Acreditamos, porém, que, se os fazendeiros do Estado do Rio e da zona central de Minas cuidassem melhor da séca dos seus cafés, atenuariam bastante êste defeito, conseguindo produzir, pelo menos uma parte de cafés doces, iguais aos que se obtêm, por exemplo, em certas zonas da Sorocabana.

Até hoje a nossa hegemonia como produtores de café tem sido devida ao fato da nossa maior produção e do seu preço de custo inferior.

Estas vantagens que levamos sobre os nossos concurrentes estão diminuindo, á vista d’olhos, em face de dois fatores importantes.

Por um lado, a produtividade dos nossos cafeeiros tem baixado, devido a vários motivos que não vem ao caso examinar aquí; por outro lado o custo de produção tem aumentado enormemente, assim como os impostos que gravam o produto, mal de que não padecem os nossos concurrentes.

Não é, pois, sem razão que os chamados pessimistas temem que cada dia se incrementem mais as novas plantações no estrangeiro.

Nenhum meio, porém, a meu vêr, será mais eficaz para combater a nossa concorrência que o do esmero na produção de boas qualidades, de modo a fazer reputar melhor os nossos produtos.

Os bons soldados desta cruzada em prol do aperfeiçoamento do bom preparo e beneficio do café serão, pois, mercedores da gratidão nacional.

O café no extremo norte

A proposito do bi-centenário da introdução do cafeeiro no Brasil

BENTO MIRANDA

E' o café que vem dando ao Brasil o colosso econômico, social e político que é S. Paulo, manifestação de energia brasileira e demonstração cabal de que, dadas condições favoráveis de meio, o homem ibero-americano é capaz de tão altos cometimentos como o homem anglo-saxão.

Como tudo neste mundo, e felizmente para a pobre e sofredora humanidade, o café também tem o seu romance.

Rezam as crônicas que, transportado para uma das Antilhas francesas, lá medrou e proliferou, propagando-se por outras regiões americanas.

Assim foi ter ao presidio francês de Caiena, onde era guardado ciosamente por governadores que se revezavam na administração da colônia presidiária, mais ou menos abandonada pela metrópole.

Muito próxima á capitania do Grão-Pará, apesar da falta de comunicações regulares, não é de estranhar que com ela tivesse um ou outro contacto.

Os azares da administração ou da polícia de costas levaram á Caiena, nas primeiras décadas do século XVIII, um guapo official, ajudante de campo do capitão-general de Grão-Pará.

Dizem os pesquisadores, com o Instituto Histórico do Pará á frente, que foi a varonil beleza desse official português que conseguiu da "coquete" governadora de Caiena de então uma pequena quantidade de sementes de café, que elle conseguiu levar a bom destino.

Uma vez plantadas, proliferaram e espalharam-se os cafeeiros por toda a capitania.

Nunca possuiu a capitania do extremo norte a cultura intensa do café, a exemplo do que se faz aquí em pequena escala, plantado, em quasi todas as grandes propriedades daqueles tempos e em muitos sitios e plantações de pequenas propriedades.

No quadro das exportações paraenses de 1773 a 1818 que se encontra nas publicações, de Manoel Barata e transcritas por Luiz Cordeiro no seu livro "O Estado do Pará, seu comércio e indústrias"—o café sempre figura com pequenas intermitências, num máximo de 99 toneladas em 1778 e um minimo de 2 toneladas em 1774.

Depois da abolição da escravidão e com o desenvolvimento da exploração da borracha, desapareceram as grandes propriedades e a escassa população atirou-se com afínco e exclusivamente ao córte da seringueira.

Riscou-se por completo o café dos quadros da exportação paraense e os pequenos cafezais abandonados foram invadidos pela pujante vegetação equatorial.

Hoje, com os altos preços atingidos pela preciosa rubiácea, os proprietários de antigos engenhos e sitios vão abrindo roçados e descobrindo os velhos cafezais escondidos no matagal.

Há mesmo certo prurido de plantío, contando-se já com alguns milheiros de pés espalhados em certos municipios mais empreendedores.

Qualquer que seja, porém, o desenvolvimento do cafeeiro na Amazônia estamos convencidos de que elle nunca irá além da pequena plantação na pequena propriedade.

Bem haja os que tiveram a idéia luminosa de celebrar o centenário do cafeeiro no Brasil.

Merece certamente hinos de gratidão e de louvores o arbusto precioso sobre que repousa oitenta por cento da economia brasileira.

Celebra-se, no maior centro cafésista do mundo, que é S. Paulo, o bicentenário da introdução do cafeeiro no Brasil.

Ponhamos de lado as controversias, que já surgem entre os pesquisadores e bibliófilos, sobre a data desta introdução, e bendigamos os que tiveram a idéia, tão reverente e cheia de gratidão, de rememorar a ação benéfica desse arbusto incomparável sobre a nossa civilização e a nossa economia.

De somenos importância se nos afigura, é ter êle provindo da Guiana Francesa, através do extremo norte, nos primórdios do século XVIII, e daí se ter espalhado pelo nosso território; ou trazido por navegadores portugueses, diretamente do extremo oriente, nos fins do século XVI, como querem outros; em nada essas divergências poderão diminuir ou apoucar a ação reflexa da rubiácea preciosa sobre o desenvolvimento, o brilho e o destino da civilização brasileira.

A história da humanidade tal qual ela deve ser concedida e elaborada, de acôrdo com os ensinamentos da ciência, ainda está por escrever.

A quasi totalidade dos historiadores cifra-se em narrar-nos um dos aspectos do problema social, fazendo desfilar deante dos olhos do espirito as reações da política sobre o lento e acidentado evoluir dos agregados humanos.

Desde as primitivas aglomerações selvagens, em que o indivíduo, sob o aguilhão do instinto de conservação e dominado pela volição de potência, na frase incisiva de Nietzsche, reúne-se em hordas ou tribus, em que o mais forte comanda e o mais fraco obedece, até as mais recentes e requintadas democracias ocidentais; a historia vem pejada da descrição de batalhas, das intrigas e chicâneas da diplomacia, das rivalidades belicosas das dinastias, do imperialismo das potências, e passa muda e silenciosa sobre a ação lenta, anonima e ininterrupta de grande massa humana sobre o planeta, na transformação das forças brutais e cegas da natureza em auxiliares do bem estar e do conforto da existência.

Sabemos, com minuciosa cópia de detalhes, quem foi um Tut-ank-amen, um Genserico, um Attila, um Ricardo Coração de Leão, um Henrique IV, um conde de Bobadella, etc., etc., e desconhecemos por completo os anônimos artifices que empregaram o fogo em forjar os metais, que sistematizaram a cultura do trigo, do milho, da mandioca e de quantos cereais provém a nossa alimentação.

Buckle, o historiador filósofo, um dos primeiros a reivindicar para a história o seu verdadeiro papel de coordenadora de leis hauridas no passado, para guiar-nos no futuro, afirma que as civilizações pre-colombianas na America alicerçaram-se na banana, assim como a civilização árabe teve o seu mais forte sustentáculo na tâmara.

Seguindo-lhes as pégadas, quem poderá negar que a atual civilização brasileira assenta na sua quasi totalidade no café?

Quem poderá desconhecer que o Brasil-colônia cresceu e desenvolveu-se á sombra da cana de açúcar, essa elegante gramínea cuja cultura no nordeste brasileiro permitiu ao reinol a manutenção, com virtude e fausto, da familia patriarcal e cristã nesses verdadeiros condados que eram os engenhos dessas épocas, com a escravatura india e negra e a famulagem dos libertos e assalariados?

Foram êsses centros da população mesclada brasileira, inculta e grosseira, sob o guante rude e severo do português enérgico, tenaz e parcimonioso, que permitiram a organização dos pequenos exercitos que, por mais de trinta anos, lutaram sós e desprotegidos contra o invasor holandês até a sua expulsão.

São as grandes fazendas atuais paulistas, mineiras, fluminenses, paranaenses, espiritosantenses, com a sua moderna organização e os seus vastos cafezais que vão permitindo ao Brasil manter e desenvolver, lentamente embora, esta civilização tropical, que, máo grado o nosso habitual pessimismo e a má vontade dos sociólogos arianos puros, cujas teorias nós vamos contrariando, representa uma das maiores conquistas do continente sul-americano.

O café em Alagôas

A SUA PRODUÇÃO PRÓPRIA AINDA NÃO CHEGA PARA O CONSUMO DO ESTADO. TODAVIA, JÁ SE IMPORTA MUITO POUCO E, EM FUTURO PRÓXIMO, PODERÁ EXPORTAR-SE.

O plantio atual cobre 2.848 hectares, atingindo a 4.552.000 o numero de cafeeiros

LEITE E OITICICA FILHO

Fôra escolhido pelo "O Jornal" para escrever sôbre o café em Alagôas meu falecido pai Dr. Leite e Oiticica, um dos brasileiros mais versados em assuntos econômicos e financeiros.

Já estava internado na casa de saúde S. Sebastião quando recebera o convite. Tivera desejo de atendê-lo, desde que o assunto interessava o seu Estado, a cuja elevação jámais poupou esforços em toda a sua vida.

Compreendi quanto lhe custava a recusa. Prontifiquei-me a fazer o trabalho, sob suas sugestões.

A morte surpreendeu-o antes de cumprir o compromisso que eu assumira.

Esperei que fosse convidado outro alagôano para substitui-lo. Tal não sucedeu.

Conhecedor o meu amigo Dr. João de Lourenço da combinação, animou-se a desempenhar-me da incumbência.

Fujo pois á minha obscuridade para tratar de um assunto que apenas conheço por diletantismo, porque estudo todos os assuntos que interessam de perto o Brasil.

Longe de Alagôas, sem poder verificar por meúdo as informações que colhi do Governador do Estado, de amigos e em viagem ao interior de Alagôas após a fundação do "Diario de Manhã", confesso as fundas lacunas de que se ressentem esta exposição.

Perdõem-me os interessadões se não responder dignamente á missão que me foi tão imprudentemente confiada.

E' ainda incipiente a cultura do café em Alagôas, cujas principais culturas são a cana de açúcar e o algodão.

De poucos anos a esta parte intensifica-se o plantio do café, a exemplo do que se observa no visinho Estado de Pernambuco.

A produção do café em Alagôas quasi já satisfaz ás necessidades do seu consumo.

Todo o agricultor alagôano usa geralmente da policultura. Tira do sólo feracissimo todas as utilidades agrícolas de que necessita.

Nas informações, que se dignou prestar-me o átual Governador Sr. Pedro da

Costa Rego, declarou que a cultura do café no seu Estado é, erroneamente, considerada sem valor econômico. O espirito clarividente de S. Exa. apreendeu que a produção do café em Alagôas sómente poderá figurar com vantagens, se, intervindo diretamente o governo, organizar um plano sistemático de defesa desse produto e incremento do seu cultivo.

Será de grande alcance econômico a concretização eficiente desse plano, que muito contribuiria para o desenvolvimento de mais uma fonte promissora de riquezas.

Podemos, entretanto, concluir que a ação do joven Governador não se fará esperar, apesar das dificuldades com que vem lutando para a organização de todos os serviços administrativos, na maior balburdia, quando assumiu o governo.

E' que estivera o Estado de Alagôas, durante oito anos, sob o governo de um alagôano de mediocridade contristadora, servido por lastimável ignorancia.

Celebrizou-se esse Governador por uma portaria publicada em relatório do Secretário da Fazenda, em que se determinava ao Tesouro que as contas enviadas de palácio fossem logo pagas, INDEPENDENTE DE QUALQUER EXAME MORAL OU ARITMETICO !!!

Se essa portaria assim determinava, melhor foi executada a ordem.

Em dois annos de administração inteligente, operosa e honesta tem o Estado de Alagôas conseguido atravessar a crise atual com grande aumento dos seus produtos normais de exportação. Estão sendo intensificadas novas culturas, notadamente a do café.

A organização desse plano de defesa econômica a que se refere o Governador de Alagôas será de grande valor para o êxito dessa indústria.

Alagôas não é privilegiada como São Paulo na cultura do café.

Pertencente o café á familia das "Rubiáceas" de Jossieu, "Cichonaceas" de Lindley, "Pentandria monoginea" de Linneu exige, para sua boa colheita, terreno apro-

Voto Leal Barroso

prariado, cuidadosa cultura e zeloso beneficiário.

Na intensificação de qualquer indústria, o principal cuidado para a sua vitalidade consiste em buscar todos os meios para baratear a produção.

Toda a defesa que não assentar no barateamento da produção para firmá-se na alta artificial do produto é falsa. Em tempo não remoto, concorrerá para a morte da indústria pelo seu constante aumento em outras zonas menos favoráveis, mas cujo preço elevado permite a sua vantajosa exploração.

É o que está sucedendo ao café no Estado de S. Paulo.

O plantio de defesa pela alta artificial despertou os agricultores dos Estados do Norte, para a sua cultura.

Não sendo esses Estados tão excepcionalmente favoráveis como S. Paulo, poderão ante o alto preço do produto, cultivá-lo compensadoramente.

Concorreu também para o desenvolvimento a praga no algodão da "lagarta rosada".

Para a defesa dessa indústria contra a "lagarta rosada" criaram-se comissões nesta capital. Estas desconheciam as zonas em que iam agir e a psicologia dos sertanejos alagoanos.

Alguns destes, não se conformando com as terras destinadas, resolveram substituir as terras destinadas ao plantio do algodão pela cultura do café.

Intensifica-se nesses dois anos, febrilmente, o plantio da preciosa rubiácea não só nas terras outrora destinadas á cultura do algodão mas também no meio da mata.

O seu atual plantio cobre dois mil oitocentos e quarenta e oito hectares, com cerca de quatro milhões quinhentos e cinquenta e dois mil pés de café.

A maioria desses caféeiros ainda não frutifica.

Destarte, a produção regula apenas de trescentos quilos por mil pés de café ou sejam, aproximadamente, vinte e cinco mil arrobas.

Não sendo o café privilégio de Alagoas como é de S. Paulo, a sua adaptação nêsse Estado nortista encontra os mesmos inconvenientes do plantio feito na America Central e nas terras do golfo Mexico.

A irregularidade das estações, o sol calcinante e o constante nordeste concorrem para que a maturação das cerejas não se faça de uma só vês.

O café amadurece por sucessivas camadas, o que muito dificulta a colheita. No mesmo caféeiro encontram-se cerejas maduras, de vês, verdes e flôres.

Para evitar esse grande inconveniente, que muito encarece o trabalho, tomaram

alguns cafeicultores o alvitre de colher o caféeiro de uma só vês. Tiram-se cerejas maduras, de vês, verde e flôres, com o propósito de educar o caféeiro. Essa medida melhora um pouco a maturação no anno seguinte mas sem resultados compensadores.

Por isto, está sendo abandonada.

Pierrot, estudando o café, diz que as terras favoráveis á cultura das leguminosas têm dado a chance de ser favorável ao caféeiro, SENDO PROFUNDAS E ISENTAS DE HUMIDADE.

Alagoas, apesar do seu terreno feracissimo, tem terras baixas e de muita humidade.

Não há qualquer preocupação na escolha do terreno, pelos cafeicultores alagoanos mas, naturalmente, o plantio se intensifica na zona sertaneja do Estado, que é a mais própria.

Não quer isto dizer que não seja ótimo o café plantado na capital, no "Alto do Faról", na fazenda "Ortelá" na velha cidade de Alagoas propriedade do professor Antonio Duarte, e em outros municípios proximios ao mar.

São escolhidos, de preferencia, para a cultura do café os municípios de S. José da Lagé, União, Vitória, Viçosa, Palmeira dos Índios, Alto Camaragibe.

A produção do café em Alagoas ainda não chega para o seu consumo. Já importa muito pouco e, em futuro próximo poderá exportar. Para tanto bastará que o governo se interesse realmente no desenvolvimento dessa fonte de riqueza, como é de esperar.

A importante firma Carlos Lira & Filhos, proprietária da usina de açucar SERRA GRANDE, em 1918 comprou, em terras de Pernambuco e de Alagoas, vinte mil sacas de café, com o intuito de iniciar esse ramo de comércio.

Estava o café por preço infimo, o que levou os compradores a guardarem-no até 1923, quando foi vendido com grande lucro. A compra tivera por base a média de \$3000 por arroba e a venda regulara a medida de 35\$00.

Apesar das vantagens dessa transação, renunciou a importante firma, continuar no comércio do café.

Estranhando esse propósito, procurei informar-me.

As despesas de transporte pelas proibitivas tabelas da Great-Western, os duplos impostos estaduais e municipais, cobrados por Pernambuco e por Alagoas e, principalmente, a morosidade do transporte, apesar de carissimo, motivaram essa renuncia.

A falta de transporte pela Great-Western mata qualquer transação comercial sobre o produto. Transforma, não raro, um bom negocio em mau. Não pôde o vendedor

cumprir as obrigações contratuais de entrega do produto em determinado tempo. Não lhe permite tão pouco um calculo seguro para a venda do produto ante a constante variedade do preço.

Obriga-o a armazenar préviamente toda a sua produção em Maceió, onerando-a com esse péso morto.

Preferem os interessados transportar todo o produto em coisas de animais para os municípios da fronteira de Pernambuco ou manda-lo em barcaças para o visinho Estado.

Os quadras estatísticos, anexos ás mensagens do Governador Costa Rego, de 1925 e 1926, deixam evidente esse escoamento do café para o visinho Estado de Pernambuco. Não têm dele noticia as estações fiscaes, sendo quasi impossível a fiscalização.

Os dados officiaes denunciam, no ano de 1924, uma exportação, para outros Estados do Brasil, de 23 sacas de café em grão, com o peso de 1.335 quilos e o valor de 543\$000, pagando de direitos 74\$760, isto é, quatorze por cento (14 %).

Em 1925, não assinála o quadro da Recebedoria qualquer exportação em sacos, mas apenas 84 atados de café em rama, com o valor de 1:255\$000, pagando de direitos 179\$500. Por esse mesmo quadro e nesse mesmo ano, está assinalada a importação com 56 pacotes e barricas de café moido e 5.430 sacas de café em grão.

Provam esses dados estatísticos que é, naturalmente e de boa fé, iludido o fisco estadual, compelindo o comércio a importar um produto que já possui bastante para o seu consumo.

Conseguem os produtores caféeiros, habilmente, evitar os impostos de Alagôas para pagar impostos somente a Pernambuco. A injustiça cobrança dupla impõe-lhes tal defêsa. Esse o motivo por que ou não figura na pauta da Recebedoria de Alagôas qualquer cobrança de imposto de exportação de café em saca, ou, quando, manifesta a saída, é numa quantidade quasi nula.

Si, entretanto, não fosse remetida para Pernambuco grande parte da produção de Alagôas, ela chegaria com excesso para o consumo da sua população.

Seria de grande previsão administrativa, a beneficio da própria economia do Estado, que se estendesse ao café e aos outros produtos agrícolas o convênio provocado e concluído pelos átuais governadores de Alagôas e de Pernambuco para o açucar relativamente á cobrança dos impostos nas fronteiras dos dois Estados, justo amparo ao agricultor em defêsa á indústria.

Em Alagôas, como na quasi totalidade do Brasil, o agricultor não tem a precisa instrução científica para a escolha do sólo

destinado ao plantio, seu amanho e tratamento das plantas, de modo a poder colher o maximo de produção com o minimo emprego de átticidade e de capital.

Planta-se sem qualquer estudo prévio das condições do terreno, já pela sua constituição física e química, já pela sua camada geológica, já pela sua exposição e altitude.

Tudo se faz empiricamente.

A seleção das sementes não é usada entre os caféicultores de Alagôas. É' impossível determinar com precisão as variedades de sementes usadas, em virtude da sua grande hibridação e degenerescencia.

Semeia-se geralmente a variedade do Coffea Arabica, mais vulgar no Brasil, conhecida por Caféiro Nacional ou crioulo. Encontra-se tambem a variedade Caféiro Bourbon, não porém, o verdadeiro Bourbon, mas o híbrido, introduzido pelo dr. L. P. Barreto em S. Paulo, proveniente do cruzamento do Coffea Arabica com o Coffea Mirtifolia.

Faz-se o plantio geralmente de estaca, no terreno em declive.

Prefere-se a terra comumente classificada de rôxa, guiando-se o caféicultor para a escolha do terreno mais pela vegetação espontanea, do que pela constituição física e química ou pelo estudo da camada geológica do sólo, guias indispensáveis ao agrônomo para a classificação segura das terras mais apropriadas ao plantio do café, coisa, porém, que o agricultor, comumente, desconhece.

A sementeira em covas quasi não é usada. É', aliás, condenado por Fauchère esse sistema de plantio, fartamente praticado em S. Paulo.

Preparam-se viveiros nas margens dos rios, sob a sombra dos ingazeiros.

Utiliza-se o agricultor de uma cula para a aguação, feita pelo modo mais simples.

De dentro do rio joga-se nos canteiros das sementes.

Os viveiros são organizados de forma rudimentar, sem observancia das normas agronômicas estabelecidas, quer quanto á largura do canteiro de 1m,50, quer quanto á distancia de 1m,00 que deve separar um canteiro do outro.

Não se observam tão pouco as larguras de 1m,20 para a superficie de transplantação, com carreiros de 0m,40 de largura, necessários para facilitar adventicias e a extracção das mudas.

Dos viveiros, quando as plantas têm tres ou quatro pares de folhas além do botão terminal, devem ser cuidadosamente mudadas para a superficie de transplantação, constituída por novos canteiros.

Essa prática, tão recomendada pelos especialistas para a melhor cultura, é muito

pouco adotada em Alagôas. Transplantam-se na generalidade as mudas dos viveiros para os cafézais, o que muito prejudica o seu desenvolvimento.

Quando os caféeiros novos atingem a altura de 30 a 40 centímetros do colôto ao botão terminal, faz-se a sua transplantação para o logar definitivo.

Têm nessa ocasião, um anno de idade mais ou menos, a contar da sementeira, possuindo os primeiros pares de ramos. Estão encruzados.

Não se preparam as cóvas para a transplantação definitiva antecipadamente com a largura regular de 35 a 50 centímetros por 50 a 70 de profundidade, como aconselha Dafert.

Transplantam-se os caféeiros novos após as primeiras chuvas, perfurando o sólo com uma estaca roliça e aguçada. Põem-se nesses buracos rudimentares as plantas novas, enchendo-se de terra, apertada pelo pé do plantador.

Além das mudas novas, transplantadas dos viveiros, catam-se os caféeiros recém-nascidos á sombra dos adultos para transplantá-los definitivamente. Esses novos pés são arrancados sem fazer o agricultor qualquer seleção. Todas as mudas colhidas são transplantadas, com grande prejuizo para a constituição dos novos cafézais.

Há pequenos agricultores que se occupam exclusivamente em preparar viveiros, para venderem os pés novos aos caféicultores de Alagôas e do visinho Estado de Pernambuco, depois de encruzados.

Custa o milheiro desses pés novos de café de quinze a vinte mil réis.

Planta-se geralmente de abril a junho, desde as primeiras chuvas.

Para evitar os prejuizos causados pelo nordêste, aproveitando-se ao mesmo tempo a sombra e a fertilidade do sólo, fazem-se as novas plantações na mata, em claros regulares, previamente abertos, e linhas normais.

Custa o milheiro desses pés novos de tinadas outróra á cultura do algodão ou em campo, protegem os caféicultores as plantas novas com a sombra do ingá-cachão. Este cresce muito mais rapidamente do que o caféeiro, sombreando a aréa plantada. Ampara a nova cultura dos rigores do nordêste, breve frutifica e os seus frutos servem para a criação de porcos.

A maturação do café em Alagôas é irregular. Este o maior inconveniente dessa cultura nas regiões que não tem o privilegio de S. Paulo, cujo clima de regulares estações contribue para que a maturação se faça de uma só vez, com subida facilidade de colheita.

Em Alagôas, como em todo o norte do Brasil, o café amadurece por camadas, cuja colheita se prolonga por seis mezas.

A principal vai de maio a julho, seguindo-se outras até setembro, todas elas em varias apanhas, grão a grão.

Adota-se para medida na colheita a lata de querozene, paga de 500 réis a 1\$000, de acôrdo com a abundancia da safra e de braços.

Empregam-se nêsse serviço mulheres, velhos e crianças.

Depois da apanha, segue-se a cata dos bagos de café esparso no chão ou nos caféeiros já colhidos.

A medida para a cata é um caixão de querozene ou duas latas, a razão de 4\$000 a 5\$000, conforme a facilidade do serviço e abundancia de pessoal.

Todo o café colhido é espalhado em terreiros de chão fortemente socado ou ladrilhado com tijolos de alvenaria, exposto ao sol, revolvido varias vezes e recolhido sob cobertas de telha ou de palha. Num dos angulos da cobertura há uma parte fechada, onde se guarda o café depois de sêco. Retira-se, no mês de outubro, todo o café guardado no deposito para novamente expô-lo ao sol, afim de ficar bem sêco.

Não existem ainda em Alagôas máquinas de beneficiamento de café.

Depois de bem sêco é êle pilado sesado em urupemas e ensacado.

A casca do café era vendida por 3\$000 a arroba ás torrefações de Maceió, para ser misturada com o próprio café torrado.

Denunciada essa mistificação ao átual governador, foi proibido êsse comércio ileito.

De par com essa medida proibitiva, fez sentir o joven administrador aos caféicultores as vantagens do aproveitamento da casca do café como adubo. Contém a palha do café proporções consideráveis de acido fosforico, potassa e azoto, principais elementos componentes do café.

A acção persuasiva do joven administrador concorreu para que toda a palha do café passasse a ser aproveitada como adubo. Para isso sofre a palha do café o processo de eurtidura a que estão sujeitas as materias organicas, o que se consegue, abrindo-a do sol e regando-a de vez em quando.

Aproveitam-se tambem como adubo as varreduras, enterradas em suleos dispostos em sentido contrario á direecão das aguas.

Não usam os caféicultores de Alagôas os processos de irrigação nem de drenagem do sólo, nem a adubação baseada no estercor do curral ou nas leguminosas e muito menos a adubação química.

Si os caféiros em Alagôas não estão sujeitos a geadas, muito sofrem com o nordeste, que concorre para o abortamento dos frutos.

A falta de cultura regular produz molestias que muito prejudicam o caféiro.

Luta ainda o caféicultor com a formiga saúva, um dos inimigos mais danosos dos cafézais, no dizer de Dafert.

Não comoprtá este artigo um estudo detalhado dos varios elementos destruidores dos cafézais em Alagôas, cuja apreciação fornece materia para uma longa monografia.

Terminamos esta ligeira apreciação do café em Alagôas, assinalando a principal fazenda de cada centro produtor do Estado.

Em União a maior cultura do café é feita na fazenda Tatú, pertencente ao coronel José de Albuquerque. Produz átuálmmente duas mil arrobas.

No município de S. José da Lage a fazenda Castelo, pertencente ao coronel João Norberto de Lima, e fundada pelo coronel Adalberto Bezerra Montenegro, possui uma plantação de cem mil caféiros, cuja maior parte ainda não frutifica. Todo o cafézal está na mata, em picadas abcrtas em linhas normais. Colhe três mil arrobas, mais ou menos.

No Alto Camaragibe a fazenda Urucú, do coronel Joaquim da Silva Rego, cuja plantação é identica á da fazenda Castello e cuja produção é de quatro mil arrobas.

Nos municípios de Vitória, Palmeiras dos Indios e Anadia é que mais desenvolvida está a cultura do café.

Em Vitória ou Quebrangulo demora a fazenda Sabiá, propriedade do coronel Lourenço Lima, o maior caféicultor do Estado. Estende-se parte do café pelos terrenos outróra de algodão, cuja cultura foi abandonada devido á lagarta rosada, e parte pelas palmas.

A cultura do campo é toda feita em linhas rétas, formando quadras regulares e guardando cada pé a distancia de doze palmas.

Com o café foi plantado *ingá cachão*, para dar sombra aos caféiros novos e protege-los contra os ventos.

A plantação da floresta também é toda disposta em picadas alinhadas regularmente.

De dois anos a esta parte, interessam-se os agricultores de Alagôas e de Pernambuco, com verdadeira febre, pela cultura do café.

Aproveitará certamente essa oportunidade a previdência do átuálgovernador de Alagôas para incentivar tanto quanto possível o desenvolvimento dessa indústria nascente, amparando-a por todos os meios ao seu alcance.

Será ela mais uma fonte de riqueza apreciavel para o progresso do Estado, confiado, felizmente, após tantos anos de máus governos, a uma administração proba, culta e energica.

E é quanto basta para que Alagôas suba ao plano ocupado pelos mais progressistas Estado da União Republicana pelo desenvolvimento das suas fartas riquezas naturais.

A galanteria dos antigos debates parlamentares

COMO O CONSELHEIRO PAULINO DE SOUZA DISCUTIA A LEI ABOLICIONISTA, VENDO-SE O MAIS GRAVE DOS NOSSOS PROBLEMAS ECONÔMICOS CONCLUIR NUM MADRIGAL
Á PRINCESA ISABEL

AGRIPPINO GRIECO

O dr. José Antonio Soares de Souza, avô do conselheiro Paulino, era mineiro e doutorou-se em medicina pela Faculdade de Paris, no ano de 1809. Foi-lhe passado diploma em nome de Napoleão I, imperador dos franceses, rei da Itália e protetor da Confederação do Reno, com o selo da Universidade, a aguiá imperial e as assinaturas de Fontanes e de Jussieu, do poeta delicado que, apesar das graves funções universitárias, colocara um busto de Venus em seu gabinete de trabalho, e do famoso botânico que maltratou tantas flores, desfechando sobre elas complicadíssimos nomes em latim. Logo depois de formado, o nosso patricio casou-se, na capital da França, com a filha de um livreiro que fizera parte da Convenção e pertencera mesmo ao grupo dos Girondinos, sendo com êles guilhotinado e tendo os seus bens confiscados pelos temíveis corta-cabeças do Terror. A filha do companheiro de Vergniaud mostrou-se sempre de um patriotismo intransigente. Presa a velhos atavismos psicológicos, a velhas heranças sentimentais, amou profundamente a sua raça. Não via nada além do horizonte natal, fazendo da sua paixão patriótica um sentimento quasi místico e exaltando liricamente as tradições da terra de França. Quando o seu primogenito chegou ao uso da razão, quiz que êle optasse pela nacionalidade francesa não compreendendo que alguém, podendo escolher, vacilasse em ser compatriota de Montaigne e Voltaire. Vindo para o Brasil, em companhia do esposo, conservou sempre a nostalgia de Paris e suspirou pelo regresso á patria distante. Quanto ao dr. Antonio José Soares de Souza, clinicou longo tempo no Maranhão, onde adquiriu vastíssima clientela, embora os maliciosos (e talvez os concorrentes vencidos), o chamassem de dr. Tumba, insinuando assim ser êle um povoador de cemiterios... Foi êsse medico o introdutor da vacina em plaga maranhenses e, provavelmente por influencia da consorte, só escrevia ao filho Paulino cartas em francês.

Paulino José Soares de Souza, mais tarde visconde do Uruguai, estudou em Coimbra e formou-se em direito na Paulicéa, onde tambem, fazendo o que todos faziam ao tempo, versejou. Advogado, magistrado, ministro varias vezes e da primeira vez aos trinta e três anos, foi contra a tendência fragmentária das revoluções da época e pelo Brasil uno e total. Deu o melhor dos seus cuidados ao problema da escravatura, concorrendo para a supressão official do tráfico de pretos; esforçou-se para que Orige e Rosas fossem desribados; resolveu a questão do Oiapock e visitou Pio IX em Roma. Espirito robusto e magnanimo, capaz de belas atitudes sociais, morreu pauperrimo.

O conselheiro Paulino José Soares de Souza, rebento do visconde, adorava Paris, tendo figurado nas recepções das Tulherias, em pleno fastigio da imperatriz Eugenia. Parlamentar eminente, foi pelo pai impedido de ser ministro aos vinte e sete anos, á alegação de que era ainda muito novo para o cargo.

Maneiroso e sutil, ajudando por uma dialética irresistivel e havendo recebido dos autores classicos o gosto da linguagem nobre, comprazia-se nas festas suntuosas, nas elegancias palacianas, talvez por efeito de remotos impulsos ancestrais que o aproximassem de Versalhes. Apesar disso, afirmou-se possuidor de uma austera personalidade moral, evidenciando que o politico não tem obrigação de ser um homem indigno. Brasileiro sequioso de ação e de responsabilidade, movido por um civismo lucido e militante, recorda-lo, tal qual fez o sr. Alvaro Paulino num livro bem documentado, equivale a dar á gente de hoje uma lição tonificadora.

Mestra das gentes, a história é tambem uma professora de ceticismo, dadas as misérias e os crimes que carrega em suas aguas manchadas pela sujeice dos seculos. Não assim quando é lembrado um varão, qual o conselheiro Paulino, que se celebrizou, não pela soma de catastrofes, pelas desgraças que

produziu, mas por haver realmente beneficiado seus semelhantes.

Conduzido em seus estudos por uma bela tenacidade investigadora, sempre perspicaz em suas excavações historicas, aquêlê estadista do Imperio detestava os sofismas dos sectarios e as tiradas romanticas dos verbalistas que, através de 13 de maio, prepararam 15 de novembro.

Êle aceitou uma única idéa-força, facultade mestra da toda a sua vida: servir honesta e lealmente o Brasil, e procurou leva-la a cabo metódica, regularmente, sem se desviar um só instante do seu objetivo e pondo, ao serviço dêstc, coragem, firmeza, devotamento. Sensato e correto servidor dos eleitores que o mandavam ao Parlamento, e não querendo tambem ser infiel á confiança do soberano que lhe confiou varias vezes uma pasta ministerial, o continuador do visconde do Uruguai, sobreponha, á verdade de fascinar as galerias vucnalizando tropos de um mendaz liberalismo, a certeza de que as turbas sentem mas não pensam, e de que verdadeiro governante é aquele que, para favorecer, para beneficiar o povo, toma, não raro. atitudes contra êsse mesmo povo.

Alicerçado numa profunda base de documentos sociologicos, opunha-se a uma lei, qual a abolicionista, que, lançada bruscamente como foi, importaria na morte das lavouras, na mutilação econômica do país, e na sanção official do esbulho a uma das mais abundantes propriedades do tempo, ou seja a dos bens humanos. No fundo, atendendo ás suas qualidades de filantropo e até de descendentes de um gaulês fogoso que tanto concorrera para a criação dos Direitos do Homem, achava necessária a libertação dos descendents de Cham. Julgava apenas que operá-la de modo repentino importaria em danificar senhores e escravos, os primeiros porque veriam os seus nucleos agricolas despovoados em poucos dias, e os segundos porque, entregues a si proprios, atirados a uma liberdade de que conheciam proventos e encargos, só poderiam cair, como de fato vieram a cair, no parasitismo rural, tocando harmonica, bebendo cachaça, ou dando-se a burlescos ritos de mandingas e cangerês. Isto quando não vinham criar na cidade perigosos quilombos e cortiços, em constantes embates com a policia, como se verificou aqui no Rio em relação á legendária Cabeça de Porco, de que é remanescente a pitoresca Favela e de onde se derramavam para a metropole, de gaforinha, bombacha e porrete ou violão em punho, os capangas eleitorais ou os capadocios seresteiros, uns e outros deportados em massa pelo energico Sampaio Ferraz, mixto de Vidigal e Pina Manique.

Tanto não era o conselheiro Paulino partidário da exploração da carne humana

que, privando de muitos braços as suas prosperas fazendas, libertou, num ambiente de escravocratas irredutíveis, dezenas de escravos seus.

Inteligência profética, sentia mesmo que a Abolição traria a Republica e que esta, não vindo de modo algum pelas predicas de civismo retórico dos mocinhos lirlicos da Côte, dos cadetes e dos positivistas declamatorios, viria fatalmente no dia em que Pedro II, ou alguem por êle, levasse á falência, á ruína, os grandes produtores de café, os Breves, os Moraes, os Clemente Pinto. E á só evocação dessa palavra — Republica —, êle como que previa a invasão soffrega de tantos hoêmios e demagogos nos cargos públicos e o tripudío sobre a memoria do homem que dêra ao Brasil meio século de ordem, riqueza e prestígio além de calcular que o gorro frigio não ficaria muito bem numa cabeça carapinhenta...

O discurso que prova quanto o representante da terra fluminense no Senado era dos que deixam em tudo traços de uma boa critica construtora, preferiu— êle exactamente a 13 de maio de 1888, quando o Parlamento enfebrecido, arrastado pelo fluxo verbal da chamada opinião pública, ia votar a emancipação dos servos da gleba. Discurso inolvidável e que vale por um admirável retrato psicológico do tradicionalista deseioso de manter a todo transe, com a fórmula monárquica o respeito á propriedade privada, inspirado nisso, menos pelo apêgo aos seus proprios capitais que pelo respeito á saude econômica de todo um povo.

Na vespera daquela sessão memorável da nossa Câmara Alta, falára o sutil barão de Cotegipe, combatendo a supressão da escravatura, fazendo ironia com o improviso que Ruy Barbosa proferira, tempos antes, no teatro S. João da Baía, ao receber uma manifestação de apreço dos elementos libertários de lá, e concluindo por classificar-se, êle, o astuto estrategista de tantas capciosas marchas e contra-marchas politicas, de romantico, de visionário, numa alusão melancólica a o seu futuro epitafio.

A 13 de maio, estavam presentes entre outros senadores, Franco de Sá, filólogo, autor de um livro mais tarde prefaciado por Candido de Figueiredo; Castro Carreira, que viria a escrever a história financeira do Brasil; Afonso Celso, o velho, o bom; Escragolle Taunay, já celebrizado pela "Innocencia"; Leão Velloso, pai de Gil Vidal; Lafayette, o intelectual que fez da ciência do direito um género literário; Cotegipe; Thomaz Coelho, cuja maior gloria é ter provocado lance melodramatico de Euclides da Cunha; Pereira da Silva, o historiador afeito á molhar a pena rombuda em suco de dormideiras; Dantas, que arengaria, mais

tarde, declamando versos em espanhol; João Alfredo, que ligaria seu nome á data da abolição, como já o ligára á do ventre livre; Candido de Oliveira, dono da maior biblioteca particular do país; o visconde Pelotas, também general, e o visconde de Paranaçuá, medalhão carregado de medalhas. Dentre os paredros notáveis que deixaram de comparecer, mencionaremos Francisco Octaviano, Antonio Prado, Paula Pessoa e Simeón.

Pois em tal momento, falou o conselheiro Paulino de Souza, mostrando que a sua vontade, clarificada por uma perfeita compreensão dos fatores morais e dispondo da necessária capacidade de meditação para pensar os acontecimentos que modificam o destino das sociedades, não cedia nem ás blandícias nem ás ameaças, e nada o demovia de afirmar as suas convicções, onde quer que fosse e deante de quem quer que fosse.

Aberta a sessão, entrou-se na ordem do dia, isto é, entrou em terceira discussão a proposta do Poder Executivo, convertida em projeto de lei, que declarava extinta a escravidão entre nós.

Paulino péde logo a palavra e começa aludindo ao "momento final em que se vai dar o passo decisivo na questão mais grave e importante até hoje agitada no Brasil". Acentua que "a solução está dada e o transito pressuroso, que vai tendo neste recinto a proposta do Governo, não é senão um tramite mais, com que se quer dar aparência de legalidade a uma medida, na concepção e no alcance, francamente revolucionária...". Acrescenta: "Parece que aqueles a quem pesa a responsabilidade desta medida, alucinam-se na precipitação, com receio de ver sobrevir alguma hora de reflexão e de prudência... No meio de tantas impaciências o debate é impossível." Deseja apenas justificar o seu procedimento", insistindo em que não é um patrono dos carrascos da raça negra. Acredita que nunca houve neste país quem sustentasse em principio uma tal exploração da carne humana, forcelando por mante-la "como á fôrma mais perfeita e definitiva do trabalho nacional." Mas, como — objeta — suprimir de pronto o "único trabalho organizado" daqui, especialmente ás margens do Paraíba, "oficina da riqueza nacional?"

Aí previa o autor a agonia de toda a civilização rural da sua provincia, a migração alucinada dos negros, a reflorestação das zonas cafezeiras e o melancólico crepusculo de todos os grandes latifundistas fluminenses.

Defende, portanto, interesses que "entendem tanto com a fortuna particular, como com a ordem financeira do Estado". Recorda

que, ministro em 1869-70 e opositorista em 71, resistira a participar de qualquer gloria de Erostrato. Mas a realza, inclinando-se ao fascínio da popularidade, queria ceder, e, nesse caso como resistir? Também o verboroso entusiasmo dos propagandistas, dos idolos da praça, tornava o fato já agora inelutavel. Triste, porém, é quando o Poder transige, e essas transigências leva muito longe (bem sentia elle que, no caso, levariam á queda do regime).

Apesar da "rapidez do debate", que mal permite "entrar em observações", história e attitude dos partidos em face do problema, e quasi chega a negar que tais partidos existissem ou existissem com a necessária conexão de idéas.

Assinala que leis votadas assim ás pressas, traem sempre um impulso subversivo, como na revolução parisiense de 1848, quando a emancipação dos ilotas das colonias francezas foi promovida pelo governo provisório "que se compunha de Lamartine, o poeta; de Arago, o astrónomo; de Louis Blanc, o publicista da desorganização; de Garnier-Pagés, o doutrinário da anarquia; de Ledur-Rolin, o incendiário político..." Mas lá ainda mandaram que a execução do decreto esperasse dois meses, "para se dar tempo a efetuar-se a safra daquêlê anno", o falou-se em fundos destinados á indenização dos proprietarios, cogitando-se também de criar asilos, hospitais, escolas e instituições disciplinares para os libertos, crianças, enfermos e velhos. E aqui? Aqui nem garantia aos proprietários, nem defesa aos libertos.

Por tudo isso, proclamava ser a proposta que se ia votar "inconstitucional, anti-econômica e deshumana", expondo á miséria os trabalhadores não validos, desorganizando o trabalho em vespas de uma grande colheita e destruindo em cheio a propriedade legal.

Finalmente, confessava-se vencido, mas só na ordem material dos fatos. Citando Thiers, através de João Alfredo, (dantes apenas partidario da libertação gradativa), diz que o cadaver da escravidão viria a empestar o Brasil, perturbando-lhe, talvez irremediavelmente, o ritmo progressista, estragando o campo com o exodo dos pretos, e a cidade com a "entrada de setcentos mil indivíduos não preparados pela educação e pelos habitos de liberdade anterior, para a vida civil".

Mas, vai concluir. Sabe, pelos jornais, que "Sua Alteza, a Serenissima Senhora Princesa Imperial Regente, desceu hoje de Petropolis e está á uma hora da tarde no paço da cidade, á espera da deputação desta

casa, para sancionar e mandar promulgar já a medida ainda há pouco sujeita á deliberação do Senado”.

“Cumprí, diz o orador, como as circumstancias o permitiram, o meu dever de senador; posso cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta jerarquia...

E era com essa galanteria, com essa finura patricia de homem cujos antepassados tinham conhecido a Côte do Rei-Sol e andado pelos jardins de “Le Nôtre”, que o conselheiro Paulino José Soares de Souza aceitava, torneando um madrigal, a sua ruína de fazendeiro e o seu ocaso de político que não ignorava a aproximação da República...

“Cafeeiro” ou “Cafezeiro”?

Como se manifesta sobre a etmologia dessas palavras
o professor Said Ali

Meu caro amigo.

L'un et l'autre se dit ou se disent. Os dicionários registram cafeiro e cafezeiros. Eu te tivesse de escolher um dos termos dava preferencia a cafeiro por ser forma mais simples. Não repugna a tradição da lingua. Diogo do Couto não necessitou de s ou z quando escreveu “terras” de muitos matos de banbuais asperrimos.

Sempre ao seu dispôr fica o

Said Ali

Feb 31/927

Carta dirigida pelo professor Said Ali, a um dos directores de O Jornal que o consultára a proposito da etimologia das palavras “cafeiro” e “cafezeiro”. É ella do teor seguinte:

“Meu caro amigo:—L’un et l’autre se dit ou se disent. Os dicionários registram “cafeiro” e “cafezeiro” por ser forma mais simples. Não repugna á tradição da lingua. Diogo do Couto não necessitou de s ou z quando escreveu: “terras... de muitos matos de banbuais asperrimos”. Sempre ao seu dispôr fica o etc.”

Um grande centro cafeeiro

JUIZ DE FÓRA

DR. LUIS PENNA

Juiz de Fóra, município que constitue um dos orgulhos de Minas,—destaca-se dentre as demais circunscrições cafeeiras da terra de Tiradentes pela sua colossal produção.

Hectares e mais hectares infindos de terras, são alí tomados pelo cultivo da rendosa rubiácea.

Para que se avalie o vulto da contribuição de Juiz de Fóra, quanto ao café, basta se atente, por exemplo, na sua exportação de 1919, que, conforme os dados do último recenseamento geral, foi de 10.500.000 quilos, no valor de 14.000:000\$000.

No ano referido, a área empregada no plantío do divicioso arbusto era de 23,320 hectares, com 17.489.792 pés; o número de estabelecimentos rurais produtores subia a 625 tendo sido a safra respectiva de 88.255, quintais, e dentre êles 91 havia, munidos de engenhos de beneficiamento.

Na éra presente, com 500.000 cafeeiros novos, a "Manchester Mineira" promete para em breve um considerável aumento na sua produção.

Juiz de Fóra, poderia viver e progredir perfeitamente sem as culturas do vegetal. Poderoso centro de indústrias,—a sua seiva econômica desdobra-se em ramos multiformes de atividade, dos quais lhe provêm fartos renditos.

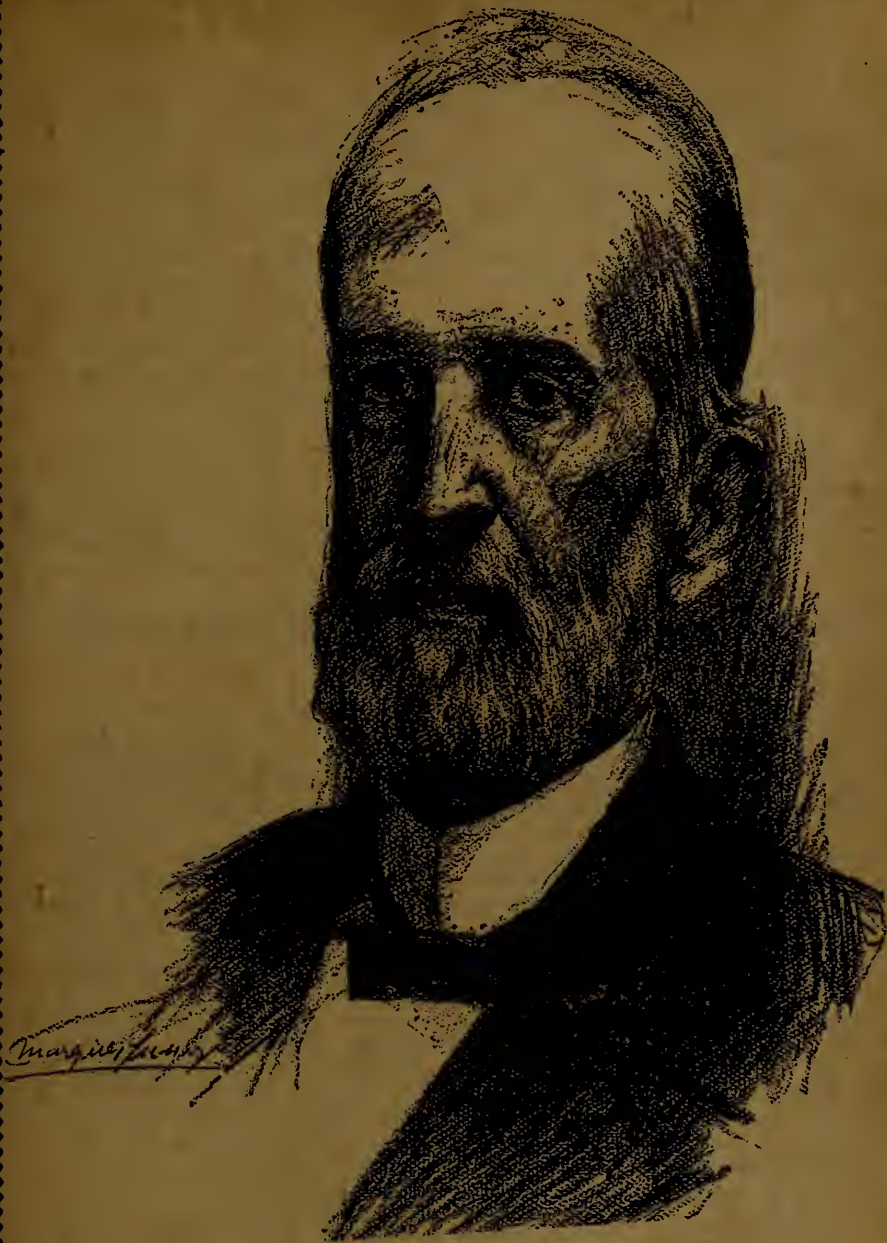
Já vinte anos atraz, em 1906, referindo-se a êle, dizia, em relatório, o saudoso dr. Carlos Prates:

—“Industrialmente, é êste o mais importante município do Estado, e é principalmente por êste fato que lhe cabe a primazia entre todos. O grande número, a importância e a variedade das fábricas e de outros estabelecimentos existentes na sua séde,—a cidade de Juiz de Fóra,—dão a esta, vida própria e o aspecto de uma vasta e grandiosa officina, de que a beleza de seus predios e edifícios, a riqueza de seus armazens e o bem estar dos seus habitantes, representam justo premio do seu grande e fecundo trabalho. Ao que me consta, em proporção á população, é esta a cidade mais industrial do Brasil”.

Hoje, êsse alentador industrialismo intensificou-se; adquiriu proporções agigantadas.

Mas a “Manchester Mineira” não despreza o café; considera-o, antes, como uma das suas maiores riquezas.

Os agricultores da região são todos homens esclarecidos, de sorte que as lavouras da rubiácea se fazem, desde o amanho do sólo, segundo metodos bem experimentados.



O CONSELHEIRO PAULINO SOARES DE SOUZA.

*Retrato executado pelo prof. Marques Junior, da Escola N. de Belas Artes, especialmente para
O JORNAL por ocasião da comemoração do bi-centenário do café)*

S. João-del-Rei e o café

DR. ANTONIO DE ANDRADE REIS

O município de S. João-Del-Rei, do oeste de Minas, embora não possa ser comparado com outros do Estado, que na produção cafeeira apresentam grande desenvolvimento, já vai incrementando no seu sólo o cultivo da deliciosa rubiácea.

Segundo o último recenseamento geral,—em 1919 contava a “Princesa-do-Oeste”, 211 hectares empregados no plantío do arbusto, e a quantidade total de pés, dêste, era de 158.400; assim como possuía 89 estabelecimentos rurais com medianas lavouras de café, os quais procriaram 792 quintais das preciosas sementes.

Naquele ano, a exportação de S. João-del-Rei foi de 264.000 quilos do produto, no valor de réis, 352:000\$000; e havia no município 1 estabelecimento munido de máquina-de-beneficiar.

Hoje, a situação modificou-se para melhor:—ostenta a “Princeza-de-Oeste” 158.000 cafeeiros em franca produção e 10.400 cafeeiros novos. Tendo sido de 79.200 quilogramas a produção, em 1926, a de 1927 acha-se estimada em 90.000.

Há a notar-se êsse acrescimento, quando a área cultivada continúa a mesma,—prova de que o rendimento das terras vai em aumento.

Município populoso; em ótima situação topográfica, que lhe assegura a primazia de “chave” do oeste mineiro; de renome histórico; com habitantes cheios de civismo sincero e de laboriosidade proficua; contando com o esclarecido amparo do govêrno do Estado:—S. João-del-Rei, para onde o vegetal veio não há longo tempo, na sua caminhada do sul para estas bandas, por certo que ainda progredirá muito, na sua produção cafeeira.

Um município em que o café impera

CARANGOLA

DR. WALDEMAR SOARES

Relevante circunscrição da “Mata” de Minas, que cada vez mais avança na senda do progresso,—vive Carangola radicalmente vinculada ao café.

Possuindo no seu sólo importantíssimas plantações da rubiácea, que se estendem por hectares e mais hectares de terras, a sua produção é avantajada, rivalizando com a dos maiores municípios cafeeiros do Brasil.

Os seus agricultores são adeantados; melhoram de dia para dia os seus métodos; e somente deixam de aplicar os processos modernos que se não adaptem á topografia da zona, ou a outras circunstâncias.

Em 1919, já contava Carangola 1.850 estabelecimentos rurais dedicados ao cultivo do café, e a sua produção atingia a 120.080 quintais,—sendo a maior de Minas, portanto. Dos citados estabelecimentos, 61 eram providos de máquinas de beneficiar.

Naquele ano, a sua área total empregada no plantío do arbusto somava 32.021 hectares, com 24.015.000 cafeeiros,—isto é, as maiores cifras do Estado.

Ainda em 1919, foi o culminante, quanto ao berço do Tiradentes, o valor da exportação de café oriundo de Carangola,—calculados em 16.000:000\$000 os 12.000.000 de quilogramas do produto que o município remeteu para fóra.

A pujança cafeeira de Carangola não decaê. Se vários cafezais envelheceram, há, contudo, 840.000 pés novos, no município.

A par do entusiasmo dos proprietários de fazendas,—verifica-se o cuidado constante, o carinho ininterrupto da edilidade para com a nossa primordial riqueza, no sentido de mantê-la, ali, sempre triunfante.

Se Carangola e os seus florescentes distritos,—que se vão desmembrando em grandes municípios,—apresentam hoje a civilização, o aperfeiçoamento que se vêem,—devem-no sem dúvida, ao café.

Algumas providencias officiais relativas ao café

(ATOS DO GOVERNO MINEIRO, OU EM QUE MINAS HAJA TOMADO
PARTE DIRETAMENTE

1836 — Regulamento n. 7, da lei n. 49, de 8 de abril de 1836, o qual, em seu art. 12, dispõe acêrca de guias qualificativas da origem do café mineiro.

1851 — Nomeação, em abril de uma comissão, para dar parecer quanto aos ajustes do convenio a ser firmado com a provincia do Rio de Janeiro.

1851 — Convenio de 17 de junho, com a provincia do Rio de Janeiro, para a arrecadação do imposto de 4 % sobre o café mineiro exportado.

1851 — Lei n. 570, de 10 de outubro, que, em um de seus artigos, elevou a 4 % a dedução do imposto de exportação do café mineiro.

1859 — Reclamação de 15 de janeiro, da presidencia de Minas á da provincia do Rio de Janeiro, a respeito do convenio de 17 de junho de 1851.

1860 — 31 de Outubro — Rescisão do convenio de 17 de junho de 1851, para a provincia do Rio de Janeiro para cobrança do imposto de exportação do café mineiro.

1861 — Officio do conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, inspetor da mesa das rendas provinciais, ao presidente da provincia, ponderando aos inconveniencias de algumas disposições do regulamento fluminense de 24 de setembro de 1860, com relação ao transito do café mineiro para a capital do país.

1871 — Pauta de 30 de março (organizada em virtude da lei n. 1.471, de 8 de outubro de 1870), que fixou em 330 réis o valor do quilograma de café e em 11 ½ réis o da taxa de exportação.

1873 — Lei n. 2.024, de 1º de dezembro de 1873, autorizando, em seu art. 4 § 12, o presidente da provincia a celebrar convenio com a provincia do Rio de Janeiro quanto á cobrança do imposto de exportação do café mineiro, e elevando, em seu art. 4º, § 2º, a taxa respectiva, que era de 3 ½ %, a 4 %.

1876 — Pauta de 23 de fevereiro, fixando em 13,2 a dedução do imposto de exportação do café mineiro.

1877 — Lei n. 2.438, de 14 de novembro, autorizando, no seu art. 30, § 10, o governo a ter na côrte, obtido o consentimento do poder competente, de um a tres empregados

em comissão, afim de que na estação central da E. F. D. Pedro II, ou na mesa do consulado provincial, fiscalisassem o pagamento dos impostos e verificassem as guias do café mineiro.

1880 — Lei n. 2.716, de 18 de dezembro, que, em seu art. 9º, § 2º, fixou em 15 réis por quilograma, a taxa de exportação do café mineiro, e em 375 réis o valor official do quilo do produto.

1891 — Contrato de 21 de março, com o cidadão Thomás Mendes Rodrigues, para este fundar e custear, em Mar de Espanha, uma grande uzina central de beneficiar café.

1894 — Decreto n. 764, de 14 de agosto, declarando caduco o contrato de 21 de março de 1891, celebrado com o cidadão Thomás Mendes Rodrigues Guimarães, para fundar e custear uma grande uzina central, afim de beneficiar café em cereja, no municipio de Mar de Espanha.

1895 — Regulamento n. 872, de 25 de julho, com parte relativa aos despachos de café mineiro na capital do país.

1896 — Acôrdo de 3 de março, com os Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Baía, para propaganda do café; firmado em Petrópolis.

1896 — Decreto n. 912, de 11 de março de 1896, aprovando o acôrdo celebrado entre os Estados de S. Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Baía, para propaganda do café.

1898 — Decreto n. 1.153, de 13 de julho, aprovando o acôrdo celebrado, no palacio da presidencia de Minas, com o governo do Estado do Rio de Janeiro, quanto á cobrança do imposto de exportação do café mineiro.

1898 — Decreto n. 1.163, de 16 de agosto, que alterou o regulamento n. 842, de 25 de julho de 1895, na parte relativa aos despachos de café mineiro na Capital Federal.

1901 — Decreto n. 1.458, de 26 de abril de 1901, alterando o serviço de despachos de café mineiro na Capital Federal.

1902 — Lei de 26 de junho, isentando de impostos as sociedades que se fundarem, no Estado, para proporcionar a venda do café no estrangeiro.

1905 — Lei n. 450, de 13 de setembro, autorizando o governo a promover a criação

de um banco para operar sobre credito agricola, e que, em seu art. 10, concedeu ao presidente do Estado poderes para entrar em acôrdo com os governos federal e das outras unidades interessadas na cultura do café, visando a valorização do produto.

1906 — Convenio de Taubaté, firmado a 26 de fevereiro entre os Estados de Minas Gerais, S. Paulo e Rio de Janeiro, para valorização do café e desenvolvimento do seu consumo.

1906 — Lei n.º 424, de 16 de agosto, aprovando o convenio de Taubaté, celebrado pelo Estado com os de S. Paulo e Rio de Janeiro.

1912 — Acôrdo de 10 de julho, entre os Estados de Minas Gerais e S. Paulo, para fiscalização, cobrança e liquidação dos impostos mineiros a que estiverem sujeitos os cafés daquela procedencia, entrados para o Estado de S. Paulo.

1912 — Decreto n.º 3.646, de 25 de julho, aprovando o acôrdo entre os Estados de Minas Gerais e S. Paulo, para fiscalização, cobrança e liquidação dos impostos mineiros a que estiverem sujeitos os cafés daquela procedencia, entrados para o Estado de S. Paulo.

1912 — Decreto n.º 3.862, de 24 de agosto, homologando as intruções para a execução do acôrdo celebrado, em 10 de julho de 1912, pelos governos de Minas Gerais e S. Paulo,

para arrecadação dos impostos mineiros sobre o café exportado para fronteira dos respectivos Estados.

1913 — Lei n.º 616, de 18 de setembro, autorizando o governo a contratar, com quem maiores vantagens oferecer, o estabelecimento de armazens gerais na praça do Rio de Janeiro e nas margens das estradas de ferro, assim como a modificar o sistema de arrecadação do imposto de exportação do café.

1914 — Acôrdo de 29 de agosto de 1914, entre os Estados de Minas Gerais e S. Paulo, para cobrança dos impostos sobre os cafés de produção paulista, que passarem para Minas Gerais.

1914 — Decreto n.º 4.244, de 2 de setembro, aprovando o contrato celebrado entre os Estados de Minas Gerais e S. Paulo para cobrança dos impostos sobre os cafés de produção paulista, que passarem para Minas Gerais.

1925 — Lei n.º 887, de 19 de agosto de 1925, criando o imposto adicional de 1\$000 ouro por saca de café de produção mineira exportado para fóra do Estado.

1927 — Convenio entre os Estados de Minas Gerais, S. Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, para regulamentação dos transportes e defeza do café, durante a safra de 1927-1928.

O café Catarinense

ALVARO TAVARES DA CUNHA MELLO

O café foi plantado em Santa Catarina á primeira vez em 1786, por iniciativa official. As sementes, oriundas da Província de São Paulo, foram levadas pelo então governador provincial de Santa Catarina, Teixeira Omen. O ano de 1786, foi o último dessa intelligente administração. O seu sucessor Teixeira Pinto, com as mesmas qualidades de administrador, viu, porém, na nova lavoura uma preciosa e promissora fonte de energias e, assim, para estimular o seu desenvolvimento, passou a adquirir toda a produção da província ao preço elevado de 640 réis por libra.

Espalhado rapidamente, chegou a sua cultura a ter certa importância. Em 23 anos, Santa Catarina já produzia 260 quintais de café em côco.

A planta se aclimou perfeitamente e a terra não podia ser melhor.

O café aí produzido é tão bom quanto os chamados cafés suaves ou cafés finos da Lombardia.

O padre Araujo Marcondes, em sua conhecida monografia "O Café", publicada em 1896, observa que os terrenos pedregosos e arenosos produzem café mais aromático que as terras roxas. Assim é que em S. Sebastião do Paraíso o terreno da cidade e das chacaras adjacentes é arenoso, e produz café muito aromático, tanto que os fazendeiros trocam, para gastar, os seus cafés com o da cidade.

Assim também em Santa Catarina, as terras da Ilha e as dos municípios do litoral são em sua maioria arenosas determinando muitas vezes a necessidade de misturar argila colhida á distancia para solidificar a chapa de rodagem das estradas e caminhos construídos nessa região.

Revelada desde logo a boa qualidade do café foi aumentando o número de seus cultivadores.

Os municípios mais antigos, como Florianópolis, Porto Belo, São José, Laguna, que são ainda hoje os principais centros caféeiros do Estado, atestam o desenvolvimento que alcançou essa cultura no seculo passado.

A frequência da navegação para o Prata e a proximidade levaram até lá a fama do café cultivado no território da província, e, pouco depois, conhecido o preparo da preciosa bebida, foi elle largamente exportado para o Uruguai.

Essa prosperidade durou até que por motivos de ordem diversa se viu a indústria cafeeira relegada para logar secundário na economia de Santa Catarina.

A imigração deu aspecto bem diverso á vida do Estado.

O regime agrícola em Santa Catarina é hoje o da cultura pelo proprietario das terras, feita diretamente e em geral com o auxilio da propria familia do lavrador.

A população rural, distribuída pelos 35.000 estabelecimentos agrícolas é constituída de descendentes de diferentes raças preponderando nela os italianos, alemães, austriacos e russos.

Cada raça tem aptidões peculiares e especial propensão para determinado trabalho. Pelo aspecto exterior das habitações, pela disposição das culturas, pela especie e processos destas, enfim pelos hábitos da gente da casa se poderá facilmente determinar a nacionalidade do proprietario de um lote colonial.

Com inclinações, aptidões, hábitos, tradições e outros characteristics raciaes tão diversos em seus habitantes, era natural que em Santa Catarina se estabelecesse a policultura uma vez que seu clima e seu sólo a isso maravilhosamente se prestam.

Na zona caféeira já não há mais as grandes fazendas que antes da republica abundavam por toda a parte e que atualmente só são conservadas difficilmente (em razão da nossa lei de successão) no planalto, por imperiosa necessidade da criação do gado.

Essa divisão da propriedade em pequenos lotes é já a regra em quasi toda a região litorânea e a ela se póde attribuir o desaparecimento da cultura do algodão, que enfraqueceu desde a supressão da escravatura.

O plantio do café subsistiu, não havendo no entanto grandes produtores.

O exportador encontra-se na contingencia de reunir varias colheitas pequenas—deduzido de cada uma o consumo proprio do colono—para organizar uma partida capaz de suportar as chamadas despesas gerais do embarque. O mercado de Florianópolis é o entreposto deste comércio; os compradores da produção exposta nas feiras semanais que se fazem aí são conhecidos pela alcunha de "pombeiros". A atividade destes é admiravel: em períodos de escassez de qualquer produto saem em demanda das proprias colonias onde fazem a aquisição do que encontram.

Outro motivo entre os que determinaram o desinteresse dos lavradores daquele estado sulino pelo plantio de café, não menos relevante do que o estabelecimento da pequena lavoura que é corolario da pequena propriedade, foi a policultura que é aí praticada hoje em dia e que não poderá nunca resistir á concurrencia do café na "grande manufatura" paulista.

Ainda mais: a terra paulista é tão generosa para com os lavradores de café e o clima dessa região tão bem acolhe esta planta que Assis Brasil afirma: "o café é um privilegio de São Paulo concedido pela natureza".

Foi tal o entusiasmo e tão grande a confiança que essa cultura despertou no animo paulista que nada deteve, em certa época, a ativa faina das novas plantações. Para elas exclusi-

vamente se voltaram a atividade da população e a atenção do governo desse grande Estado.

O consumo porém não tinha as mesmas razões para crescer nessa proporção e dia chegou em que a colheita de café excedeu ás necessidades do mundo.

O obstáculo sério a vencer era, agora, a concorrência de outros países tropicais produtores de café.

Declarada a crise de super-produção do café, de 1879 em diante,—somente os processos aperfeiçoados de cultura, beneficiamento e transportes introduzidos na lavoura de café em S. Paulo, reduzindo o custo da produção permitiam a venda do produto a um preço que já não cobria o custo do preparo do mesmo produto pelos processos antiquados, rotineiros e custosos em braços, que a pequena lavoura impunha ao produtor catarinense.

A defesa da grande riqueza exigia o emprego de forças colossais e avultados recursos; em São Paulo nela se empenharam espirito, arrojados e de grande descortem intelectual. O seu trabalho conquistou para a terra dos bandeirantes o monopólio, da lavoura do café.

Em 1920, em sua plataforma de 23 de janeiro o eminente dr. Washington Luis resumia os serviços prestados a São Paulo pela lavoura cafeeira nesta síntese:

“Com a lavoura do café a agricultura paulista impoz-se á admiração e ao respeito do mundo; com ela criou-se e mantém-se o bem estar em nosso Estado os serviços públicos que asseguram os direitos fundamentais do homem em sociedade; com ela e para ela constituiram-se e trafegam as estradas de ferro em nosso territorio; com ela e para ela alinharam-se os quilômetros de cais que fazem de Santos um formidável entreposto marítimo; com ela e para ela vive e viverá ainda pro largos anos o Estado de S. Paulo”.

Era diversa a situação de Santa Catarina. A crise agricola não é tão temerosa quando venha a ferir uma só dentre multiplas culturas.

Pouco sofreu pois a economia do Estado com a diminuição da produção do café cujo plantío não é mais considerado remunerador.

Nas antigas fazendas da zona centro-litorânea e na ilha ainda hoje se mantém a produção necessaria á exportação para o Uruguai onde, —em virtude da antiga fama do café conhecido por “Café da Ilha de Santa Catarina”, se bem que seja em parte proveniente dos municípios proximos com estrutura geologica analogá á da ilha,—obtem até agora preço melhor que qualquer outro café.

Na zona nova, outras lavouras e a indústria de laticínios ocupam toda a atividade dos colonos e contribuem para o progresso do Estado.

PLANTÍO, TRATOS CULTURAIS, COLHEITA E BENEFICIAMENTO

A única variedade de café cultivada em Santa Catarina é a nacional ou comum (Cofea-Arabica C. nacional ou comum).

As molestias que por toda a parte atacam o cafeeiro são desconhecidas em cafezais catarinenses.

Os metodos adotados em Santa Catarina para cultura do café diferem bastante dos de S. Paulo e outros Estados onde se pratica a lavoura desta rubiacea em grande escala.

Os cafezais de Santa Catarina têm aspecto de verdadeiro bosque. A plantação é feita em terras semi-virgens ou já bastante cultivadas, sem nenhuma ordem e muito comumente entremeadas de bananeiras, laranjeiras, jaboticabe ras, ingazeiros.

Não se fazem derrubadas para estabelecer o cafezal nem tampouco é a terra preparada á maquina.

Raramente se encontram viveiros de mudas. O fornecimento delas aos novos cultivadores cabe ao vizinho que as cede das que nasceram por entre os seus cafeeiros pois os grãos que ficaram pelo chão nascem espontaneamente e o crescimento da plantinha é admitido. Não emprestam atenção ás distancias dos pés de café. Assim, chegado ao seu desenvolvimento completo, os galhos laterais se entrelaçam impelindo a entrada do sol.

O plantío de café, sempre em pequena escala, é feito por um grande número de agricultores.

Para preencher os claros e mesmo para o pequeno aumento do cafezal que costumam fazer quasi todos os anos, escolhem as mudas mais desenvolvidas que houver no cafezal velho.

O plantío de arvores de sombra entre os cafeeiros que nas Antilhas é praticado para evitar que a intensidade dos raios solares, nas horas de maior estiagem, creste a delicada folhagem da sensível rubiacea, é em Santa Catarina explicado pela necessidade de proteger o cafezal contra o perigo das geadas. Dão preferencia ao ingazeiro que, dizem, aduba a terra.

Esta pratica diminue a produtividade do cafezal mas, talvez, contribua para a suavidade do café.

Os tratos culturais são reduzidos a uma limpa á enxada ou duas roçadas á foice por ano.

Com o emprego de mudas por vezes adultas ou pelo menos de regular desenvolvimento logo ao terceiro ano começa o cafezal a dar uma pequena safra. No periodo seguinte cresce a colheita.

A produção é alternadamente de fraco e grande rendimento: muito variavel.

A floração tem sido registrada nos mezes de novembro e dezembro. O café amadurece em junho quando começa a colheita, que vai até novembro e dezembro. O café amadurece em outubro.

As cerejas são colhidas á mão, em tres ou mais “passadas”; de cada vez são apanhados nos cestos, peneiras, etc., os frutos da camada amadurecida.

Este trabalho é reservado ás mulheres, velhos e crianças que são pagos “pro-labore”; á razão de 1\$500 e 2\$000 por sacco de café colhido.

Os terreiros para onde é levada logo a colheita, são de chão simples. Aí o café espalhado durante o dia é recolhido á noite. Uma vez sêco vai para o paiol, a granel, aguardar o beneficiamento.

Em diversos pontos acham-se localizados os engenhos de beneficiar. Monjolos á agua ou a boi recebem as colheitas dos lavradores visinhos.

O proprietario da maquina muitas vezes compra o café em côco, outras cobra o trabalho somente.

Já foram introduzidos alguns raros descascadores Engelberg, numero 5.

Não havendo nas imediações um engenho, o proprio lavrador soca o café no pilão.

A separação do café em tipos não é praticada.

ESTATÍSTICA

Estatísticas officiaes têm registrado ultimamente as seguintes colheitas:

TONELADAS

1920.....	1.192
1921.....	1.446
1922.....	1.817
1923.....	1.582
1924.....	1.515
1925.....	913
1926.....	648

Mais variavel do que a produção tem sido a exportação do café. Sem ser produto preponderante, o sem embarque depende, além dos fatores que determinam a sua escassês ou abundancia, da oportunidade da remesas.

A estimativa official dá as seguintes cifras para a exportação de Santa Catarina:

CAFÉ

ANOS	Tones.	Valor Official
1910.....	910	—
1911.....	772	—
1912.....	239	—
1922.....	425	583.969\$
1923.....	777	1.265.010\$
1924.....	457	1.010.735\$
1925.....	206	514.093\$
1926 (1).....	16	29.978\$

(1) A enorme queda da exportação do café, em 1926, cuida seja consequencia do convulsionamento do campo econômico pelas forças revolucionarias de Leonel Rocha, que, há mais de ano, assolam o interior daquela unidade da Federação. Para o suprimento de café áquela região —impossibilitada de se provêr em S. Paulo pela Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande—foi desviado o volume correspondente á exportação dos anos anteriores.

Em relação a 1925, a exportação de 1926 apresenta uma diminuição geral de 31,4%.

A produção, no entanto, não sofreu f mesma minoração.

Segundo dados do inquerito sobre o café, procedido ultimamente pelo dr. João Batista de Camargo, inspetor agricola do 16.º distrito o número de cafeeiros existentes no Estado foi avaliado em 4.830 000 assim distribuidos:

MUNICIPIOS	Número de cafeiro	Area cultivada em hectares
Biguaçu.....	700.000	420
Blumenau.....	100.000	60
Brusque.....	40.000	24
Cambará.....	340.000	270
Florianopolis.....	600.000	360
Imbituba.....	40.000	300
Itajahi.....	500.000	24
Joinville.....	250.000	150
Nova Trento.....	70.000	42
Palhoça.....	350.000	210
Parati.....	90.000	54
Porto Belo.....	600.000	480
S. Francisco.....	70.000	42
S. José.....	130.000	78
Tijucas.....	350.000	210
Tubarão.....	40.000	24
Laguna.....	250.000	150
TOTAL.....	4.830.000	2.898

O mecanismo do comércio de café no mercado do Rio de Janeiro, antes e depois da queda do Imperio

COMO O NARROU AO "O JORNAL", O SR. MARGARIDO PIRES QUE HA 59 ANOS SE ACHA ENVOLVIDO NOS NEGOCIOS DE CAFÉ DA CIDADE

Quem introduziu o café no mercado do Rio

O sr. Margarido Pires é uma das figuras tradicionais do comércio de café do Rio de Janeiro. Há 59 anos que se acha elle identificado com os negocios de café da metrópole. A 28 de novembro de 1868 chegava ao Rio de Janeiro, vindo de Moncorvo, seu distrito natal em Tras os Montes. Contava 13 anos de idade. Permaneceu quatro meses numa casa de molhados, á rua do Rosario, 36. Tentava-o, porém, o mercado de café. O Rio era então o maior empório mundial da rubiácea. Ingressou na casa commissária de seu tio, o sr. José Ferreira Cardoso, e desde então os assuntos de café passaram a ser-lhe familiares.

O JORNAL convidou o sr. Margarido Pires a prestar o seu interessante depoimento acêrca do antigo mecanismo do comércio de café, no Rio de Janeiro. Gentilmente accedeu ao nosso convite o conhecido negociante, que fez para um dos redatores desta folha as seguintes declarações:

— "Havia até 15 anos passados tres classes distintas no comércio de café do Rio:

- O commissário.
- O ensacador.
- O explorador.

"O commissário recebia o café do interior. Adiantava dinheiro ao fazendeiro, representando em face do produtor o papel de banqueiro. O fazendeiro, além dos juros que variavam entre 9 e 12 %, pagava ao commissário uma comisão de 3 % como, de resto, acontece ainda hoje. O café chegava-lhe em consignação do interior, ou pela estrada de ferro, ou em fáluas, que iam do porto do Rio, até Magé Estrela, Iguassú, Porto das Caixias, que eram pontos terminais das tropas que desciam o altiplano, ou em navios de pequena cabotagem que faziam a navegação entre o Rio e São João da Barra, até onde descia, pelo Paraiba, o café do entreposto de São Fidelis, ou entre o Rio e os portos do sul, como Mangaratiba, Angra dos Reis, Jurumirim, Ariró, Parati Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba, Vila Bela.

O ENSACADOR

"O ensacador comprava por conta própria o café aos commissários. Era este intermediário quem manipulava e classificava os tipos de café, para todos os mercados mundiais, que naquele tempo se afirmavam como os mais importantes: — Nova York, o Havre. Marselha, Hamburgo e Genova. Então, as classificações de café não eram por numeros, e sim pelas denominações de: fino, superior, primeira boa, primeira regular, primeira ordinária; segunda boa, segunda regular e segunda ordinária. Eram estes tipos que a praça do Rio de Janeiro ensacava e exportava em média 2 e meio milhões de sacas de café. Todo o café do Brasil se exportava pelo porto do Rio de Janeiro. O norte de São Paulo, o que produzia, de Taubaté para cá, ou descia pelo Paraiba, ou em tropas. afim de escoar-se para o exterior pelo porto do Rio de Janeiro. Só depois das docas é que Santos entrou a fazer negocios de café dirétoes com os mercados de consumo da Europa e da America.

"Os ensacadores tinham muitos armazens, que eram colocados nas ruas Municipal, Conselheiro Saraiva, Beneditinos, Praia (hoje Acre) e São Bento.

"Atualmente não existe mais a distincção entre ensacador e exportador. Há apenas duas classes de intermediários entre o produtor e o mercado exportador, e que são o commissário e o exportador. A existência outrora de uma classe intermediaria entre o commissário e o exportador, era vantajosa para áquele, pois que o ensacador ajudava o commissário e a resistir á desvalorização do produto. O ensacador era um interessado na alta, tanto quanto o commissário. E assim toda vez que o café tendia para baixa, era elle quem, por via de regra, ajudava o commissário obter credito nos bancos. para o café não ir parar a preços não remuneradores ás mãos do exportador.

"Atente neste caso. Em 1870 a casa José Ferreira Cardoso & C., situada á rua Municipal e onde eu era empregado, resolveu en-

costar 74.553 sacas de café, e não vender uma só sem que o mercado reagisse. Era mais de oito mil contos de réis a partida. Se quizesse ou procurasse, encontraria de qualquer ensacador crédito para resistir. Um domingo, em 1869, vi o seu chefe queimar 700 e muitos contos de títulos de fazendeiros que êle descontára, e que continuavam em dificuldades no interior. Tomou de duas vélas, acendeu-as e foi queimando na chama cada uma das letras dos fazendeiros que se encontravam em atrazo com a sua firma.

O EXPORTADOR

“O exportador não fazia, como hoje, a classificação do café para os mercados externos. Ele se limitava a compra-lo já manipulado do ensacador para a exportação.

“Ensacador e comissário, por via de regra, eram ou brasileiros ou portugueses. O exportador era uma classe na sua quasi totalidade constituída de elemento estrangeiro: Ingleses, principalmente; francezes, quatro casas; e italianos, duas. Não tinham nenhum armazem de deposito. Possuíam apenas escritórios. O café saía, a principio, na cabeça dos carregadores, que iam cantando rua afóra, e depois em carroça, do armazem do exportador, para o bêco do Consulado, que

ficava entre os trapiches Cleto e da Ordem. Ainda hoje se encontram as ruínas do trapiche da Ordem (era propriedade da Ordem Terceira da Penitência), em frente ao trapiche Visconde de Moraes, o qual está frente ao armazem 18, do Cais do Porto.

“Até 1885, não se conheciam operações de termo no comércio de café. Só se negociava café em grão. Não existia tampouco Bolsa de Café. As transações eram reais e feitas directamente entre o comissário e o ensacador, e êste e o exportador.

“Algum tempo mais tarde, a casa Berla Cotrim & C., que era uma firma exportadora, mas que depois se dedicou ao jogo de Bolsa em Nova York, encetou no Rio negócios de Bolsa, entrando a especular em alta escala. Foi a primeira vez que se vendeu café papel, na praça do Rio de Janeiro.

AS GRANDES CASAS COMISSARIAS

“As mais importantes casas comissárias de café eram: Teixeira Leite & Sobrinhos, Alves & Avelar, José Ferreira Cardoso & C., Mesquita & Comp., Teixeira Leite & Bastos, e Cunha & Maia, que depois foi Araujo Maia & C., que ainda existe com êsse nome”.





CAFEZAL DA COMPANHIA AGRÍCOLA "ARAQUÁ", EM S. PAULO

As terras r oxas e cansadas e a cultura do cafeeiro

Seu esgotamento pela perda de b ase e em virtude das lavagens superficiais e profundas do s olo

THEODURETO DE CAMARGO

A TERRA R OXA

Das terras cafeiras do Estado de São Paulo uma das mais ferteis   sem duvida a terra r oxa

Proveniente da decomposi o do diabuse-porfirito que em f orma de diques e de len oes de lava se derramou numa parte extensa dos Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande nos períodos peruvianos e triassico ela   caracterizada sobretudo pela sua grande profundidade, pela sua riqueza em oxydos de ferro e de aluminio e pelo seu elevado teor em tit neo. A colora o vermelha caracteristica lhe   dada pelo turgito que, segundo "Glinka", envolve os cristais de ilmenito.

Segundo "Lang", as terras desta natureza são formadas nos climas tropicais e semi-tropicais húmidos, cujas temperaturas médias anuais oscilam entre 15 a 20  C.

A HIPÓTESE MAIS LÓGICA

Dentre as numerosas hipoteses que tem sido formuladas para explicar-lhe a forma o, a que nos parece mais lógica   aquela que considera a terra r oxa como uma das f ases de lateriza o; contribuindo consideravelmente para isso sua extrema pobreza em humus, destruido não tanto pela aço conjunta de micro-organismos e cogumelos favorecidos por humidade e calor convenientes, como principalmente pela influência catalitica do ferro. Os trabalhos de "G. Assarsson" dão disso prova cabal.

O FEN MENO

Nestas condi es, parece que o que tem lugar por ocasião da forma o da terra r oxa   o seguinte: devido às temperaturas elevadas dos meses de verão coincidirem com a época das grandes chuvas, a aço hidrolítica da agua sobre os diabase-porfiritos   muito intensa, ha forma o de hidratos de cálcio, de sódio, de magnésio e de potássio e dispersões coloidais de hidratos de ferro e de aluminio em forma de sal, com cargas positivas e acido silícico com carga negativa.

A soluço do solo muito diluida por causa das chuvas apresenta agora rea o ligeiramente alcalina e contém os aniones OH e CO₃ que atuam sobre os dispersoides de cargas contrarias Fe (O H)+3 e Al (O H)+3 floculando-os ou mantendo-os em estado floculado; ao passo que o acido silícico de carga negativa continua em dispersão e   arrastado em companhia dos eletrólitos para as camadas mais profundas, aonde se deposita em f orma de chalcedonia. Os hidratos de ferro e de aluminio se acumulam nas camadas superficiais em estado de dispersoides solidos e ai aquecidos pelos raios solares dos dias de verão são desidratados, sendo os hidratos de ferro transformados em hematito e turgito. Como porém, o solo não   completamente isento de humus p de acontecer que uma parte dos hidratos de calcio, sodio e potássio sejam absorvidos por  le e que os hidratos de sol sejam precipitados pelo acido silícico em f orma de complexos de absorp o, de ac rdio com o seguintes esquema:

HIDRATO DE FERRO

O mesmo acontece com rela o ao hidrato de ferro.

A rela o entre Al₂O₃, Si O₂ neste complexo   muito variável como os trabalhos de "H. Stremme", "H. Wiegner" e "A. von Sigmond" mostraram, podendo ir de 3 Si O₂, Al₂O₃, Ca O, 3 H₂ o até 24 Si O₂, 4Al₂O₃, 5 CaO, 20 H₂O.

Isto leva a crer que se não trata de verdadeiros silicatos, mas sim de complexos coloidais de adsorp o com grande superficie interna.

Acredito que no caso da terra r oxa, além dos complexos a que ja me referi os proprios zeolitos desempenham, papel importante na adsorp o de b ses, porque êles existem em abundancia nos geodes e cavidades amidaloides dos angitos-porfiritos como os estudos de Hussak mostraram.

AS PERDAS DE BÂSES E O ESGOTAMENTO DAS TERRAS RÔXAS

Enquanto as terras rôxas são cobertas de matas ficam até certo ponto protegidas contra as lavagens superficiais e profundas e se conservam em bom estado físico-químico e biológico. Pela derrubada e consequente queima dos troncos e galhos das arvores e arbustos que cobrem o solo, afim de torna-lo apto para cultura, uma grande parte do humus é destruída e os outros colóides das camadas superficiais transformadas pelo calor em corpos inertes. Com o empobrecimento em humus e em substâncias coloidais, tornadas inertes pelo aquecimento durante a queimada, a camada superficial do solo fica com seu poder absorvente consideravelmente diminuído e em consequência disso muito empobrecido de eletrólitos que facilmente se deixam arrastar pelas chuvas.

LAVAGENS DO SOLO

Começam então as lavagens superficiais e profundas do solo. As partículas mais finas das camadas superficiais, transformadas em suspensões pelas águas de chuva, são arrastadas para as camadas mais profundas aonde os eletrólitos se precipitam. Os canais capilares vão se entupindo e o solo vai ficando cada vez menos permeável ao ar e a água.

Os cationes arrastados das camadas superficiais dem virtude de diminuição do poder absorvente delas, são principalmente o Na e o K provenientes dos carbonatos das cinzas e dos geólitos.

Vem em seguida os de Ca e Mg não só por serem seus óxidos e carbonatos menos solúveis como também pelo menor poder de dissolução de seus humatos e zeólitos.

Com a continuação das lavagens, porém eles também vão sendo dissolvidos e finalmente substituídos nos humatos e zeólitos pelo H do ácido carbônico em solução nua, cuja acidez vai aumentando a medida que os bicarbonatos provenientes dos carbonatos das cinzas vão diminuindo.

O SOLO E A CULTURA

Com a perda de bases, principalmente de cálcio adsorvido e aumento de acidez por dupla troca, os solos vão ficando cada vez menos próprios para cultura, porque suas propriedades físico-químicas e biológicas vão piorando.

Diz *Ramann* que os solos neste estado quando contém suficiente quantidade de argila e humus, perdem facilmente seu estado granular tornando-se extremamente plásticos, quando humedecidos. O contrário do que acontece com as terras roxas virgens, ainda saturadas de bases, que se deixam facilmente trabalhar conservam melhor seu estado granular e, quando em suspensão nua, suas partículas depositam-se logo. O estado de saturação do solo influe também sobre suas propriedades químicas e biológicas. *Gedroiz*, mostrou que o fosfato tricalcico torna-se assim assimilavel pelas plantas quando aplicado a solos insaturados, e *Wacksman* que a flora microbiana do solo varia qualitativa e quantitativamente com o grau de acidez do solo. Além disso as bases adsorvidas exercem no solo propriedade *puffer* também comum, aos carbonatos e humatos, isto é, impedem que a concentração p H varie no solo, mesmo quando se aumenta nele a quantidade de acido.

ALGUNS DADOS

Para elucidar o que acabamos de dizer com relação as perdas de bases vamos dar alguns dados tomados a um trabalho feito em colaboração com o sr. Paulo Corrêa de Melo, químico dêste Instituto, e os quais vão pela primeira vez inseridos na tabela que acompanha este trabalho.

A TERRA VIRGEM E A TERRA CANSADA

O exame dêste quadro da uma idéa bem clara sobre a proporção relativa das bases substituíveis, tanto na terra roxa virgem como na cansada.

Na terra cansada o Ca diminuiu de 28,6% enquanto que a percentagem relativa de Na aumentou de 16,8% Isto é, de 4,6 na terra virgem ela passou a figurar como sendo de 21,4% na terra cansada. Isto é prejudicial ás propriedades físicas do solo pelo motivo do catione Na impedir a coagulação dos colóides.

ADUBAÇÃO MINERAL

A adubação mineral de cafeeiros cultivados em terras rôxas cansadas ainda é assunto de controversia entre os fazendeiros paulistas. Uma vez os resultados são bons, outras pessimos. Os talhões adubados pouca melhora apresentam: e para infelicidade dos vendedores de adubos minerais acontece isso grande número de vezes.

O Instituto estudando o problema nestes últimos três anos, verificou que diversas causas podem contribuir para um tal insucesso:

- a) o pequeno poder adsorvente das terras roxas cansadas, para o potassio e o amonio;
- b) a má escolha dos adubos minerais;
- c) a extrema pobreza das terras rôxas cansadas em fosforo assimilavel e em potassio.

COMO SE PODE AUMENTAR O PODER ADSORVENTE

Para aumentar o poder adsorvente muitas vezes basta ajuntar ao sólo um pouco de calcio. Outras vezes, porém, torna-se indispensável enriquecê-lo em humus pela adição de materia orgânica em forma de adubo verde ou esterco de curral.

Os fazendeiros paulistas preferem o emprego de esterco de curral e têm razão, porque a adubação verde para tornar-se econômica exige que a leguminosa a ela destinada seja cultivada no proprio terreno do cafezal. E isso pôde acarretar graves inconvenientes, pela concorrência que a leguminosa faz no cafeeiro justamente nos meses em que êle vegeta com mais intensidade e por isso mesmo carece de mais agua e elementos minerais para sua subsistencia.

EM QUE FÓRMA O FÓSFORO E O POTÁSSIO DEVEM SER APLICADOS ÀS TERRAS RÔXAS CANSADAS?

Pelas experiências feitas em nossos campos de Santa Elisa, nêstes últimos três anos, o superfosfato, a escoria de Tomas, o fosfato de Renania e a farinha de ossos muito bem pulverizada têm efeitos aproximadamente idênticos. Para adubação de cafeeiros deve-se dar preferência á farinha de ossos bem moída porque a escoria e o Renania são ricos em oxido de calcio e quando applicados em dose um pouco grande podem ocasionar a queda prematura das folhas.

Quanto aos sais de potassio, nossas experiências mostram que êles se equivalem quando applicados de acôrdo com a quantidade de K e O nêles contida.

A única precaução que deve ser tomada é a de fazer applicações anuais e em doses pequenas para evitar que haja perdas devido ao pequeno poder adsorvente do solo.

	Ca%	Mg%	K%	Na%	Fe%	Al%	Mn%	OBSERVAÇÃO
Terra rôxa de mata virgem de Araraquara...	0,9833	0,0906	0,0670	0,0652	0,0939	0,0019	0,007	Estas bases foram extraídas do sólo tratando-o por um soluto normal de NH 4cl.
Terra rôxa de cafezal de 30 anos de uma fazenda de S. Carlos.....	0,0923	0,0156	0,0189	0,0439	0,0037	0,0011	0,0125	Ambas as terras rôxas pertencem á mesma formação geológica e por isso podem ser comparadas.

PROPORÇÃO RELATIVA DAS BASES EM MILIGRAMAS EQUIVALENTES

	Ca%	Mg%	K%	Na%	Fe%	Al%	Mn%
Terra rôxa de mata virgem de Araraquara...	79,7	12,0	2,6	4,6	0,3	0,3	0,5
Terra rôxa de cafezal velho.....	51,1	14,6	5,6	21,4	2,3	1,1	3,9

Um viveiro morto da mão de obra negra para o cafezal

(Impressões vividas de uma visita á fazenda do comendador Joaquim José de Souza Breves no pontal da Marambaia)

ASSIS CHATEAUBRIAND

Ao regressar, com um grupo de companheiros, do vale do Pirai, até onde nos levára uma das excursões, que fizemos pelas antigas zonas de café do Estado do Rio, perguntou-me o meu amigo dr. Clodomiro de Vasconcelos (sabendo que voltáramos por Mangaratiba) se havíamos visitado a fazenda que o comendador Joaquim José de Souza Breves possuiu na Marambaia. Tal visita fôra impossível; mas coisas tão interessantes contou-nos o conhecido geógrafo sobre aquelas paragens, que seduzi com o colorido das suas impressões o meu amigo professor Mattis Peixoto, e fimos os dois, numa húmida manhã de Agosto, tentar o reconhecimento da restinga de Marambaia.

PILOTO TEMEROSO

Quando desembarcámos em Itacurussá, o argonauta que nos deveria levar ao pontal da Marambaia olhou o mar, fixou a direção dos ventos e, apontando com a mão tímida uma cortina de nuvens erguida do outro lado da restinga, sobre o Atlantico, disse sem pestenejar:

— “Estão vendo aquelas nuvens? E’ sinal de mar grosso aqui dentro da baía. Ir, poderemos. Mas a volta é que não garanto.”

E nem á ida queria atravessar-se a tenta-la. Foram necessárias três horas de expectativa, para induzir aquêl nauta temerario a fofitar-se no dorso do mar até então mais tranquillo que ainda nos era dado enfrentar. Alfredo de Vigny diz que não pôde haver mestre d’armas melancólico. Não sei, por outro lado como possa haver piloto temeroso. O oceano é um excitador permanente de coragem; e por isso mesmo dir-se-ia impossível que exista um perulustrador das estradas maritimas saturado de medo. Pois o dono e maquinista da lancha a oleo, que nos deveria levar de Itacurussá a Marambaia, além de se iludir sobre o mar, revelava-se uma natureza de tal modo sensível ao perigo que não foi sem largo debate que conseguimos induzi-lo a partir, viajando comnôco, numa linda baía polvilhada de ilhas encantadoras, das mais interessantes que meus olhos ainda viam...

A RESTINGA DA MARAMBAIA

Segundo Teodoro Sampalo, o mestre illustre, Marambaia é corruptela de mbará-mbai, cêrco de mar, restinga, recife, lingua arenosa cercando o mar; ou corruptela de mará-mbai — cêrca, palissida de guerra.

A restinga de Marambaia deverá medir, pelo que me disseram pescadores da região, de 6 a 7 leguas. E’ interessante olhar o mar alto, furioso, do outro lado, e cá dentro, na baía de Sepetiba as aguas tranquillas do golfo, levemente esfloradas pelo vento. A’ distancia, a massa dos vagalhões atlanticos parece ir tragar a faixa esguia da lingua de terra da Marambaia.

A ilha da Marambaia é constituída de uma parte mais elevada, a oéste. A essa parte chamam o pontal. Suas terras argilosas, prolongam-se em extensa restinga arenosa, para léste, numa extensão de 40 kilometros. O ponto culminante do pontal é o pico de Marambaia, elevando-se do nível do mar numa altura de 480 metros. Divisei-o a primeira vez, quando vinha para Mangaratiba, descendo a estrada de rodagem que liga S. João Marcos a esta vila. Fronteira lhe fica a Ilha Grande, formando com ela uma das barras da baía de Sepetiba. O canal que separa o pontal de Marambaia da Ilha Grande é de 12 kilometros de largura. Os pescadores dizem que elle é visível a 40 milhas de distancia do mar. O dr. Clodomiro de Vasconcellos, que é conhecido minucioso daquelas paragens, disse-me que o canal é de tão considerável profundidade que permite o acesso á baía de qualquer calado.

Conversando com o dr. Clodomiro sobre a Marambaia, ele me informou:

A ilha da Marambaia, pela constituição do seu solo, presta-se para varias culturas e para pastagens de rebanhos, hovinicos, caprinos, etc. As terras, ferteis, produzem bem o café, cereais, fumo, mandioca, cana de assucar, batatas, inhame, côcos, etc. O guriri, é um coqueiro ali muito abundante, e das suas palmas se servem os nêgros, residentes na ilha, para fazerem cobertas e tapumes dos ranchos em que moram.”

A prosperidade da Marambaia data da sua aquisição pelo comendador Joaquim José de Souza Breves. Não quero fazer aqui a biografia do maior dos Breves. Agripino Grieco traçou-a já para esta mesma edição. Os domínios desse grande senhor territorial abrangiam a restinga, atravessavam o mar, desdobrando-se da Raiz da Serra, Mangaratiba e o Saco de Mangaratiba, até ao vasto cafésal que se alastrava do começo do alti-plano em S. João do Príncipe, para ir morrer, a onda verde, propriedade do opulento cafézista no vale do Parafba. Quem vinha do Rio de Janeiro, para Mangaratiba, por via marítima, encontrava na fazenda da Marambaia, á orla do oceano, o primeiro marco do poder agrário dos Breves.

Na Marambaia plantava-se café, nas encostas da montanha, cereais, milho, feijão, mandioca cana de açúcar e cirava-se gado.

A casa da fazenda, que visitámos e que é hoje propriedade do Ministério da Marinha, está muito danificada. E' um solar de 58 metros de frente, com um largo alpendre, corrido, em toda a extensão da casa. O dr. Clodomiro de Vasconcellos me disse que ela era ainda maior, no tempo dos Breves. Ruíram algumas dependências, como decorações dos tetos de varias peças já abateram. Vi numa sala do vasto solar pedaços doirados, frisos de tetos desabados em triste abandono. Tudo ali, dizem-me, era sobrio, sem maior gosto artistico, mas grandioso e confortável. As janelas do solar se abriam, nas épocas de trabalho intenso de colheitas e plantios, ou nos dias e noites de festa, quando tambem se cercavam as portas da capela para as missas solénes, o mez de Maria e o do Rosario. Abandonadas vae por mais de 30 anos, sem nenhum trato, as construções da fazenda sofreram as injurias inevitáveis do tempo. O molhe de pedras onde atracavam os navios "Marambaia" e "Emiliana" já não mais existe. O grande trapiche, á beira-mar, jaz em ruínas, o teto abatido. As senzalas desapareceram; no parque as arvores frutíferas morreram. Do que o comendador Breves ali plantou resta o coqueiral da praia — uma encantadora massa vegetal, cuja paisagem á distancia evoca imediatamente a lembrança das praias do norte.

O nosso desembarque na ilha se fez em condições absolutamente primitivas. A lancha parou a 50 metros do litoral, e o dr. Matos Peixoto e eu descemos para terra firme seguros ao pescoco de dois amigos prestimosos, que nos acompanhavam desde Itacurussá, em trajes de banhistas. O molhe de atracação foi quasi todo destróado pelo mar e, sem embargo dali haver estado uma escola de grumetes, não encontra nos ponto nenhum onde pudesse acostar sequer uma lancha.

Disse-me o dr. Afonso de Taunay que depols da morte do comendador Joaquim José de Souza Breves, um seu parente proximo, monsenhor Breves, professor do Collegio Pedro II, grande amador de caçadas, ali residiu. Deveria ter sido essa residência por pouco tempo, porque já no "ensilhamento" era a fazenda vendida a uma companhia agricola, que ali fez varias plantações e criou bastante gado.

Grande era o número de escravos que cultivavam as terras na Marambaia. Estes escravos não eram apenas os negros da fazenda, mas tambem um certo elemento nomada, que o grão-senhor possuía nas suas outras fazendas da região serrana, e que éle fazia periodicamente descer, acrescentou-me o dr. Clodomiro de Vasconcelos, quando urgia intensificar o trabalho na Marambaia. Proprietario de mais de 6 mil escravos, o comendador Breves possuía como uma massa de manobra, que deslocava para os diversos pontos dos seus latifundios, onde o serviço reclamava momentaneamente maior quantidade de braços.

Natureza andeja, tendo perto de 20 fazendas que fiscalizar, o comendador Joaquim José de Souza Breves conciliava a necessidade do controle dessas propriedades agricolas com um nomadismo providencial de temperamento. Dir-se-ia que nascêra com o dom da ubiquidade. Deixando-se ficar mais dias na Gramma, contudo dividia o tempo por todas as outras fazendas, inclusive á Marambaia, que possuía, na sua organização agraria, uma função de marcado relêvo. Grande importador de escravos, para atender ás necessidades cada vez mais insistentes do cafésal — a grita por colonos italianos, que hoje levantam os fazendeiros de café paulistas, era ha meio seculo a mesma dos fluminenses, pela mão de obra africana — o comendador Breves vivia em contacto com aqueles que faziam o trafico de escravos com o continente negro. A Marambaia era, neste sentido, um ponto strategico. Ela lhe abria completamente o dominio do mar, para as communicções seguras com os navios negreiros, que lhe traziam do outro lado do Atlantico o combustível humano com que alimentava o fogo do trabalho no cafésal. Aquela fazenda era pulmão da sua grandeza latifundiária, em baixo e no alto da serra. O crescimento do cafésal impunha ao senhor o aumento do braço escravo. A repressão do trafego encetada nos mares pela Inglaterra criava toda a sorte de obstaculos á importação do braço negro; de sorte que a posse de um local seguro daqueles de desembarque, importava para Breves no mesmo que possuir uma ligação permanente com os piratas que deveriam assegurar-lhe o abastecimento da mão de obra no cafésal.

Senhor de tão considerável colonia de negros, as contingências do seu proprio poder,

lhe impunham uma certa brandura no tratamento dos pretos. O dr. Clodomiro de Vasconcelos assim me explica a sua politica escravocrata :

— “Breves era um homem de poucas luzes, mas de uma grande vivacidade. Satisfazendo-se nas escravas que possuia em grande número, e querendo manter real simpatia da parte dos negros, sempre irritados pela energia excessiva dos feitores, Breves mostrava-se por vezes bondoso, cheio de uma bondade que se resumia em melhoria de bola, em maiores rações de cachaça, e na permissão para os bailes, com adufe e cavaquinho, no terreno da fazenda: dansava-se o cateretê, o batuque e o jongo, sendo muito apreciada a ultima dansa. A dansa seduz ainda hoje os pretos que vivem, ou vegetam, em Marambaia: são loucos pelas “cirandas”, ou “bailes”, ou “sambas”.

“Para uso dos banhos de mar desciam das fazendas da região serrana a familia, parentes e amigos dos Breves — gente de influencia, então, influencia mais nascida do dinheiro, do que outros e mais louvaveis predicados. E, então, festas realizavam-se na Marambaia, grandes bailes, fazendo-se em regra o embarque na praia do Sal, de onde partiam grandes canoas de voga e lanchas a muitos rémos, rumo de Marambaia. Farto, Breves dava festas que atraiam gente de muitos lugares em roda — gente de Angra, de Mangaratiba, de Itaguaí, da Ilha Grande, etc.

O DEPOIMENTO DOS ESCRAVOS

Os Breves eram mal afamados. A varias pessoas me tenho dirigido, em busca de dados acerca dos métodos de vida dessa clan de caféistas e, na sua maioria, quasi todos me transmitem referências, pouco abonadoras, que, entretanto, fiam mais ou menos vagas, sem concretizar-se num fato. Se o homem que vence já é pouco estimado, imagine-se agora a uma familia vitoriosa, em bloco. Os Breves dominaram desde o mar até a montanha. De Mangaratiba ao Alto da Serra, seu poder se estendia incontrastável. A fortuna não se empolga sem aggressividade; e, uma vez ganha, para possuil-a, é precisa saber encerrar pelo resto da vida em fóra as perspectivas de combate. Acredito que as gerações de ratés, que assistiram imponentes a ascensão dessa gente energica, deveriam ter espalhado por conta dela toda sorte de calunias. No vasto deserto destas almas mediocres teriam nascido as lendas que ainda hoje se registram com uma constancia inexorável, da suposta crueldade dos Breves. Quiz a fortuna que eu me encontrasse na restinga de Marambaia com os antigos escravos do comendador Joaquim José de Souza Breves. Falei a varios dèles, e de dois pretos recolhi até os nomes

Apriano Junior e Gustavo Vitor, este filho por sua vez de um antigo escravo de Breves, chamado Vitor, comprado pelo senhor quando adquirira de José Guedes a fazenda do pontal da restinga de Marambaia. Adriano Junior residiu na celebre fazenda de São Joaquim da Gramma, d’onde o senhor o trouxe para vir trabalhar nesta outra fazenda de restinga. Tem para mais de 75 anos. E’ pae de 12 filhos, todos morando na Marambaia.

Gustavo Vitor parece mais velho. Fala arrastado, como quem procura compor fragmentos de histórias, que ninguem nunca lhe veiu lembrar. Perguntel-lhe que tal era o seu antigo senhor e êle me retrucou :

— Era um velho bão. Quando via nêgo assentado, depois do serviço, apreguntava se nêgo tava triste. E mandava reunir a senzala para dansar o cateretê e o batuque, fazendo tocar o bumba de barriga.”

Parece que a mesa era farta, nas senzalas dos Breves. Adriano Junior disse-me que o senhor era o pae da pobreza. Quando vinha de Mangaratiba para Marambaia, a bordo ou do vapor “Marambaia”, ou do “Emiliana”, a senzala se alegrava. Pelas narrativas que ouvi desses dois antigos escravos, acredito haver confirmação para o quanto já ouvira dizer a proposito do destino da fazenda que ali mantinha Breves. Grande proprietario territorial precisando incessantemente de braços, afim de prosseguir na sua atividade dentro dos cafésais que possuia no altiplano e nos engenhos de cana que tinha na planície, Breves como qualquer fazendeiro hoje de S. Paulo, carecia de colonos. Naquella época o unico colono possivel de importar em larga escala era o negro contrabandeado da Africa — os pobres pretos roubados do outro lado do Atlantico, e transportados pelos piratas para serem vendidos nas terras do novo mundo.

Gustavo Vitor me disse :

— Gente vinha de bafa d’Angola premeiro p’ra aqui. Engordava, e depois ia p’ra roça, trabaiá no cafézã.”

Na Marambaia havia tambem cafésal, mandioca, milho, e os negros velhos com quem falei todos me disseram que nas fraldas dos morros existiam plantações de café, que depois desapareceram. Todavia, ao que se me afigura, o emprego mais importante daquela fazenda era o de servir de ponto de desembarque de pretos contrabandeados d’Africa. Os escravos, que saiam dos porões dos navios negreiros, permaneciam algum tempo naquelle viveiro. Reconstituíam as forças perdidas na travessia transatlantica. Ceavam-nos, e uma vez assim retemperados, eram distribuidos pelas fazendas do alto da serra. Logo, o que Breves possuia na Marambaia era uma estação de engorda do seu pessoal de elto, e isto explica as ótimas recordações que aquelles velhos escravos guardam do senhor já desa-

parecido ha tantos anos. Deveria comer-se bem na Marambaia, porque o objetivo mais importante daquela fazenda não era produzir café, mas fornecer mão de obra forte, robusta, para o trabalho do cafésal.

O CADINHO DA MARAMBAIA

As condições de existência hoje na Marambaia são as mais miseráveis possíveis. Os pretos dos Breves permaneceram na fazenda, aumentando a população local, com o seu reconhecido poder de proliferação. Máo grado as condições de evidente sub-nutrição de uma gente que se pôde dizer vegeta, pescando para comer, porque destituída de qualquer estímulo para trabalhar e poupar. o pontal da ilha tem ainda uma população não inferior a 500 habitantes. Aqueles 500 homens que ali habitam, muitos, senão quasi todos, ignoram até que forma de governo tem o Brasil. Poucos os que sabem lér. Todos os que interroguel não sabiam da existência de Washington Luis ou Feliciano Sodré. Levam uma existencia mais ou menos promiscua, e não sabem para quem fazem filhos. O pontal da restinga é de propriedade do governo federal, o qual é o dono da antiga fazenda do Breves. Estabeleceu ali a escola de grumctes, que depois foi transferida para Angra dos Reis.

A casa está confiada a um zelador do Ministerio da Marinha e as terras são exploradas rudimentarmente por aqueles pobres homens, aos quaes se acolcheta a divisa dos antigos gaúchos do pampa argentino, "nodie es mas que naide". Vivem sem ambições e sem subordinaciones. Nada desejam nem nada esperam da vida. Não sentem a tutela nem a miseria dos govêrnos, de quem os separa o mar. Tampouco lhes afêta a justiça ou injustiça dos homens. O conceito da propriedade imovel não tem nenhuma noção para o seu consciente, porque o govêrno não aparece ali, deante dêles, para interrompe-la num áto qualquer, que materialize a sua posse. O zela-

dor do Ministerio da Marinha é um poseeiro como êles, e o qual como êles vive sem trabalhar. As aguas do golfo bastam para matar todos os apetites da fome. E' só lançar o anzol e sentir o peixe mordê-lo. As roças em torno das choças são plantações mesquinhas, dizendo do fatalismo do homem que as cultiva. Dir-se-á que o gentio indolente daquelas paragens transmudou-se no cabôclo, que ali defrontavamos. Capitaniados por um senhor energico, viril, combatia a outr'ora a natureza, e dominavam-na. A morte do senhor, o fim da escravatura restituiram aos homens o dominio de si mesmos. Isto foi a ruina dêles. Conformam-se, pela mesma tendência dos sangues inferiores que traziam nas veias, á adversidade. O meio subjugou-os e, sem capitão, falhos de personalidade, deixaram-se vencer pouco a pouco, até se quedarem na miseria em que os deparamos.

Porque, na verdade, a região de Pirai, São João do Principe, Passa Três Rio Claro, no altiplano, Mangaratiba, Itacurussá, no litoral, são extremes de outra colonização afóra o africano e o português. Em Cantagalo, Friburgo, por exemplo, surgiram os colonos alemães. As élites dominantes confundiam o seu sangue ao dos imigrantes do norte da Europa e surgiu um precipitado operoso, com iniciativa, que muito tem contribuido para o progresso fluminense. Aqui, não. Caldearam-se aborigenas, africanos e portugueses. Mangaratiba foi até mesmo aldeamento de índios. Brancos, pretos, mamelucos, cafusos, aqui havia e ainda haverá talvez tudo o que, isoladas ou mescladas podem dar as raças que primeiro entraram na nossa formação étnica.

Encontrei brancos, negros e cafusos na Marambaia, manda a verdade reconhecer, todos identificados pelo mesmo nível moral de incompreensão da vida desgraçada que levam, no meio das ruínas daquele teatro de fastígio morto do cafésal fluminense.

Uma relevante circunscrição cafeeira do oéste de Minas

PERDÕES

JOÃO CARLOS DE REZENDE

O município que, devido á confiança dos meus companheiros de administração, tenho a honra de dirigir,—é um dos que, no oéste de Minas, mais café produzem.

Os seus fazendeiros, todos muito progressistas, empenham-se em cultivar a rubiácea com o máximo cuidado, para que ela dê origem a bons tipos comerciais das preciosas sementes, que fazem a riqueza do Estado e do país.

O café de Perdões é estimadissimo nos principais mercados brasileiros, pela sua excelente qualidade.

Efetua-se o plantío do arbusto de setembro a novembro, e a colheita de maio a agôsto.

As variedades escolhidas, no município, são as seguintes:—Bourbon, Antigo e Amarelo.

Não há molestias que prejudiquem a lavoura cafeeira de Perdões, onde a peor praga é a formiga. A geada e a chuva de pedra atacam de raro em raro os cafezais, causando-lhes certos transtornos.

O escoamento das safras executa-se por intermédio das estações de Perdões, Cana-Verde e Santos-Dias, todas da Estrada de Ferro Oéste de Minas.

Como fazendas mais importantes do município, poderei citar as seguintes: —“da Catta-Branca”, do sr. Joaquim Moreira de Alvarenga, com o valor de 150.000 caféeiros; “do Retiro”, do sr. Adelino José de Bastos, com o valor de réis 1.000:000\$000, 800 alqueires e 120.000 caféeiros; e de “S. Gonçalo”, do sr. José Olegario Carvalho, com o valor de 400:000\$000, 250 alqueires e 50.000 caféeiros.

Há oito anos atrás, contava Perdões 79 estabelecimentos rurais consagrados á rubiácea, os quais produziam 4.917 quintais; dêsses estabelecimentos, dois possuíam máquinas de beneficiar; os hectares de terra aproveitados eram 1311, com 983.400 arbustos; a exportação atingiu a 300.000 quilos, no valor de 360 contos de réis.

Hoje, com mais de 1.500 hectares cultivados e cerca de 150.000 caféeiros novos, promete o município uma safra de quasi 650.000 quilos.

A edilidade ora sob a minha chefia consagra e consagrará o maior carinho á altura cafeeira que embeleza e valoriza o nosso sólo e que constitue uma poderosa fonte econômica tanto para os proprietários agrícolas, quanto para as rendas da Câmara.



A época da punhalada

A RELIGIÃO DO DOLAR MATOU A RELIGIÃO DA ARVORE, EM CONSEQUÊNCIA DAS CONTRADIÇÕES IMPLÍCITAS NUMA CULTURA LIVRESCA, DIVORCIADA DO RÍTIMO DA NATUREZA E DO INSTINTO, EXCESSIVAMENTE APEGADA À NOÇÃO IMEDIATA DO VALOR DAS CIFRAS — REPERCUSSÃO DESTE FENÔMENO NA APRECIÇÃO DO “VALOR DE CIVILIZAÇÃO DO CAFÉ”, E, PORTANTO, NAS DIVERSAS NUANCES DA CULTURA BRASILEIRA.

RAUL DE POLILLO

UMA ATITUDE DA MINHA INFANCIA

Tão atribulada por tudo quanto a vida tem de febril e de empolgante, toda solavancada pelos inesperados vae_e vem que constituem a sorte, no seu processo implacável de fermentação que um dia ha de levar, um por um, todos os mortaes ao Nada — a nossa imaginação, muito mal auxiliada pela memoria falivel, ainda consegue reconstruir, de espaço a espaço, uma cena familiar vivida na influencia, sentida depois na adolescência, e já quasi imemore, agora que o destino nos atirou para longe do contáto daquella gente simples e rude, mas imensamente carinhosa e dóce, que vive a labutar nos campos. E' a cena, ao grande ar livre, da plantaçõ e da colheita do café, desse elemento preponderante na elaboração da riqueza do Brasil como nação, a que ainda volta e sempre ha de voltar, surgindo dos escaninhos mais obscuros da consciência, para acordar, no coração, aquella aura suave de melancolia que só as passagens ingenuamente felizes da nossa primeira idade sabem inspirar.

Eram arvores cobrindo, aos milhares, aos milhões, uma porção de terra que o olhar simples não conseguia abarcar em toda a sua opulência verde Arvores, — nada mais.

Na infancia, porém, e principalmente na infancia transcorrida sem maiores preocupações, ao contáto livre da natureza na selvagem ambição de espaço, de ar, de luz, de instinto e de fórma, as arvores nos apresentam sempre algo que escapa a toda tentativa de definição, inspirando-nos, como realmente nos conseguem inspirar, um profundo sentimento de veneração, uma quasi religiosidade primitiva de sêr prehistórico. Religiosidade mal discernida, em sua essencia, pelo nosso espirito mas tão intimamente sincera, tão encantadoramente humilde, que mais pa-

rece provocadæ por uma dessas deidades infôrmes e raras que, na infancia provavel do genero humano, sabiam seduzir a alma ingenua e tósca dos primeiros santos.

O CULTO DA ARVORE NO PASSADO

As arvores; se não mente a historia, merecem, de fáto, da parte de certos povos de remotas éras, habitantes de plagas, umas longínquas e ignoradas, outras desaparecidas e de existência ainda não cabalmente comprovada pela perspicácia voluntariosa dos historiadores e dos arqueólogos, um culto especial. Um culto religioso. Um culto identico ao votado, mais tarde, aos deuses ferozes do Olimpo grego, porém menos evoluído, um pouco mais sincero, mais enlevado, e, por isso mesmo, ainda mais espontaneo e generoso. Através dos anos — que dizem ser minutos em face da relatividade de existência humana, com referência á incomensurabilidade do Tempo — esse culto inicial foi sendo herdado de geração em geração transladando-se de época a época, de latitude a latitude, de civilização a civilização, de continente a continente, até chegar aos nossos dias.

UMA DAS CONSEQUENCIAS DO PROGRESSO CIENTIFICO

Nêstes tempos, entretanto, tempos em que as ciencias positivas engendraram uma civilização barbaramente original, dando, por consequência, um golpe quasi mortal na virtude religiosa dos povos — com a demonstração clara, e, para muitos irrefutável, de que os milagres são fenomenos sem maior transcendencia, quando vistos pelos olhos de um técnico de laboratório fisico-quimico e de que as entidades assim chamadas superiores, outrora aceitas cegamente como tais, não

podem ter existência real, positiva, imediata, tangível — os cultos em geral, mas principalmente o culto da arvore, não desapareceu ao todo, tem diminuído tanto, a ponto de quasi não se poder já, dizer que elle ainda faz parte das tendências místicas do homem. E é pena. Porque, além de serem as religiões em regra, uma espécie de conforto para quantos sofrem enfermidade e injustiças, no convívio das massas sociais, a religião da arvore, em maneira toda especial, é colsa cujo florescimento só se dá nas almas nobres, nas almas feitas de valor humano especifico, e bafejadas pelo sentido da sinceridade e da humildade na compreensão dos fatos e das idéas.

Não é preciso sofrer para venerar a arvore. Basta para isso, ter uma capacidade mesmo elementar de compreender e de amar. Mas é indispensável que tal capacidade não tenha sido minada pela iconoclastia que, em virtude das condições que a vida apresenta e que é formada, a ciência trás em si implicita, embora sendo ella criada pelo homem para produzir o bem.

A criança, quando ainda entregue aos azares do instinto divinamente casto e sadio — quando ainda não liberta da força básica da natureza, que é a suprema diretriz a conduzir a humanidade através do tempo e do espaço, quando ainda não está com cérebro poluído por fórmulas científicas, que são as excrecencias dos laboratórios, e quando possui integra a soma total dos seus sentimentos afetivos, isenta da baba viscosa e torpe que as perversidades da sabedoria exsudam — sente o culto da arvore. Sente — com uma profundidade já incompreensível para nós, adultos e quasi insultante para o nosso orgulho boçal de pseudo-experientes e de falsos conhecedores dos infinitos segredos que a vida tem.

E' que, infelizmente, a escola e o laboratório, a ciência teorico-matemática e a experiencia positiva fizeram de nós, pobres adultos inúteis e cheios de um pedantismo que chega a ser elegantissima demonstração da nossa perfeita imbecillidade, uma especie rara de seres, uma especie espuria de habitantes provisórios do globo terráqueo; temos pretensões a divindades, só porque já não podemos voltar ao primitivismo essencial e divino que a ciencia destruiu, nem nos é dado avançar nas conquistas espirituaes que a ciencia enganosamente prometeu.

Ficámos, afinal, com o sentido da terra, o sentido exáto da natureza e da vida, embotado pelo velho professor, capento e míope, o qual, de uma cátedra ou de uma tribuna, nos ensinou a ver o mundo como o mundo não é. Os governos pagavam-n'o para que elle, paulatinamente com uma paciencia que parecia santa, mas que na realidade era idiota, destruísse em nós, quando eramos crianças, o sentido mágico da existência que a pureza do instinto proporciona, oferecendo-nos, em seu lugar, uma outra coisa qualquer, livresca, pueril e inconsistente que deveria ser o sentido da elevação cultural, mas que, na verdade, nem elles professores e governos, sabiam bem em que deveria ser concretizada.

Assim, um professor também ignáto — pomposamente pergaminhado, por outros que foram, a seu tempo, errados e ignáto como elle, á força de ler nos livros, ou pelo habito da logica cerebral pela cegueira incurável sofrida em relação a tudo quanto se prende de fato a este mundo terrenamente maravilhoso, e que não cabe, devido á exuberancia tumultuaria que anima a vida universal, dentro dos inutilísimos sistemas de sabedoria dos filósofos de gabinete — nos ensinon, oficialmente, como se cumprisse um rito, a negar a natureza, a esplendida natureza de que a arvore é a sintese magnificamente perfeita; conseguiu provar nos, depois, que o que existe não é a belleza da arvore por exemplo, mas a da inutilidade da asbedoria de quem se assenta numa cátedra e de lá impinge corriqueiramente balôfas a cérebros dignos de melhor destino, como o são os cérebros de crianças.

Por essa fórma, nós, adultos de uma civilização que é a merecida corôa de um processo de evolução cultural reprochavel sob numerosos pontos de vista, pelo que nele ha de anti-natural e de anti-humano já não sabemos amar a natureza, já não queremos ver, na arvore, uma especie de idolo generoso e sem misterio, só porque um professor o qual, por via de regra, ainda consegue ser alvo do nosso respeito, nos disse, um dia, que a natureza... sim... que a natureza não vale, na sua totalidade, uma gota do sentimento inspirado pelas obras de arte, nem uma sombra da veneração que se deve tributar aos pioneiros da cultura cerebral. E tão poderosamente maléfico é o influxo da nossa educação primaria, nestes tempos, que, embragados pela usposta beleza de umas tantas coisas que se nos

afigram belæ apenas porque nos enst. naram especialmente, a reconhec-las como tais, que ficámos titalmente cegos, presos aos prejuizos do palavresco enst. namento recebido na escola, não nos apercebemos de que o que realmente nada vale é, sem mais presumbulos, essa errada "cultura espiritual", ao tipo da que hoje se prática e se difunde — cultura a que melhor ficaria o nome de "masoquismo cerebral".

De fâto, nada mais do que masoquismo, e de caráter bem grave, é uma cultura que vem formulando curiosos problemas metafísicos e técnicos, pelo simples pelo velhaco prazer de, depois de os estudar teimosamente, através de milhar de volumes proclamar, com a tonitroância de um Zeus, que, para tais problemas, nenhuma solução é aceitavel, e que os estudos proseguirão intensos, no sentido de se chegar a uma conclusão qualquer — se a vida permitir e se os homens ingenios não se cansarem de esperar.

ONDE AINDA EXISTE O CULTO PURÍSSIMO DA ARVORE

A escola tem sido ninguem o nega, a primeira bussola de que muitos indivíduos se apossaram, indevidamente para navegar neste mar encapelado que é a sociedade humana. Mas nem por tal deixa de ser verdade que a escola, concebida nos termos occidentares, está baixando de categoria: — de bussola norteado-ra que deevria ser, vae se transformando em veneno sutil e tenaz, — veneno inoculado no cérebro das gentes, ao tempo da infancia, e que continua a produzir seus maléficis efeitos pela existência afóra, indefinidamente.

E assim é que a não ser em espiritos supremamente elevados, em mentalidades naturalmente bandeadas para o anti-ce-rebrallismo, precisamente devido a exorbítancia da cultura cerebral que os estrangulára em outros anos, hoje, so nas verdadeiras crianças, ou nessas outras crianças, que são os adultos bons, singelo e suavemente resignados habitantes dos campos, longe da escola, conseguiremos encontrar a veneração primitiva, a santa adoração estática, misteriosa e humanamente profunda para com a arvore.

Refiro-me, agora — está visto — às crianças e aos adultos crianças cujo espirito não se envenenou com leituras pedantemente chamadas instrutivas; aos

que não despolarizaram seus centros nervosos, nem embotaram a faculdade do sentir, nem tiveram a alma enxovalhada pelo nefasto perfume dessa pernçiosa e rara flor violácea da "soidisant" educação da infancia.

UMA ARVORE E UM PAIS

As crianças... A gente do campo... As arvores!

Ah! mas há um grupo de crianças, há que, mais do que nenhum outro, sente, respira e vive, com as arvores, morre com elas, e com elas se transforma nesse maravilhoso laboratório químico da vida que é a morte. Tem o seu destino ligado á sorte da arvore. E mais do que qualquer outra arvore, merece-lhe toda especie de enlevados carinho, uma só. — a do café.

Esse pequeno mas eficiente mundo de gente deliciosamente inculta, que traz, no frescor da sua simplicidade ingenua e transparente, uma força de progresso maior do que a que se posas vislumbrar na sabedoria pulvæ de muitos bachareis, vive num país unico: — o Brasil.

No Brasil, portanto, deveriamos erigir em zenth religioso, em alvo absoluto de atenções devotadas e de veneração incondicional, esse simbolo tão humilde no seu verdor, mas tão tremendo na sua expressão economica átual, constituido pelo coffeeiro.

COMO UM PASTOR DA ELADE...

Há pouco tempo, contemplando um dos mais velhos cafeeiros dos existentes nas fazendas paulistas, nessas vastas fazendas que são verdadeiros mares verdes de riqueza viva e de força propulsora de progresso e civilização — fazendas onde se está forjando, a golpes de audácia sem limites, e a lances de trabalho sem pausa, o destino financeiro de um dos mais novos países do mundo — senti correr, pelas minhas veias, o fremito olimpico de um orgulho desmesurado: orgulho sauto, tão íntimo, tão meu, que, muitas vezes, não tive a coragem de, como paulista que sou, confessar franca e abertamente.

Era o orgulho legítimo e embevecedor, não apenas de ter nascido numa terra como esta, mas também de ter fugido ao influxo entorpecente de certa cultura rotineira, e de, portanto, sentir ainda no mais profundo segredo do meu ser, a clareza, de instinto puro que me anima, a elegancia e o "clan" brutalmente selva-

gem, dionisicamente enlouquecedor — o mesmo que fazia os primitivos vibrarem terrível e divinamente, diante das manifestações de fecundidade, de beleza e de força inconsciente que a natureza tom, nas suas infinitas explosões de sabedoria cósmica.

Brasileiro — por uma dessas involuções caprichosas que a vida moderna facilita — senti-me na mesma situação, por muitos aspéctos conhecida daqueles velhos e generosos pastores da grande Elade, que adoravam a luz que se alimentavam de um pouco de vinho puro de um punhado de azeitonas raras, e de um pedaço de pão branco; daqueles que amavam, com um verdadeiro paroxismo do sentido da carne, as mulheres fecundas, e se identificavam, apaixonadamente, com a natureza, sentindo-lhe os austos, palpitando com o seu ritmo, e vivendo, enfim, no infinito prazer quasi lubrico de se embebedarem de sol, e de compreenderem, intimamente, o murmurar quêdo das folhas balouçadas pela indolência volutuosa dos ventos brandos.

UM PARENTESIS

Cito a Elade e os seus pastores, por uma espécie, apenas, de coerência, em relação aos que me lêem. Aos que se debroçam tremulos de respeito, palidos de emoção fingida, e orgulhosos de uma farsa de compreensão da qual muitas razões ha para a gente duvidar, sobre os parnasianos panteístas “dépaysés” que por cá vegetam, não posso, nem devo, apresentar uma imagem local, nossa, para explicar a atitude quasi religiosa que aquele velho cafeeiro florido impoz ao meu espirito. Se eu falar na vida real transcorrida pelos nossos camponós, para estabelecer a relação da minha attitude, certo ninguem me entenderá porque ninguem a conhece, em consequência do desprezo um pequeno grupo de gente do campo, que a gente da cidade, em nosso país, nutre por tudo quanto nos campos se passa; ou só apprehenderiam a elevação do símbolo, não a gente da cidade, mas as populações ruraes — precisamente aquellas para as quaes não escrevo, porque não sabem ler, ou, se sabem, não precisam de vir haurir nas colunas de um jornal, a expressão de um sentimento que elas sentem com uma profundidade e uma enlameação que ninguem, dentro os que formam as coletividades assim ditas civilizadas, poderá orgulhar-se de possuir. De mais a mais, os gregos a que

me refiro, tinham o sentido da terra tão acentuado, a ponto de poderem ser de fátó, sob este ponto, expressões vitæ do universo e não apenas das regiões que habitaram. E volto, pois, á metáfora, recordando a antiguidade, não porque eu vote maior amor á memoria dos pastores antigos do que á realidade vivæ brasileira, e sim porque os brasileiros alfabetizados, em geral, conhecem menos a vida que flue na sua patria, atualmente do que a vida, ou a apparencia de vida, que palpitou, ou deve ter palpitado, no territorio elenico, o qual já nada mais é do que um monte de ruínas — escombros de coisas que devem ter sido magnificas, segundo a concepção que hoje delas se faz, mas que não valem, entretanto, agora, mesmo como termo analógico, a mais insignificante expressão da actividade moderna que aqui se desenvolve.

O SENTIMENTO DE UM SANTO E DE UM ARTISTA

“Como um pastor da velha Elade”, numa attitude espirituæ que, segundo o que li nos livros do Occidente, deve possuir muito da beleza íntima e religiosa da postura em que os camponios gregos se quedavam em face de uma arvore — eu fiquei deante daquelle cafeeiro antigo.

Nunca ouviram dizer do extraordinário sentimento que as arvores inspiravam aos filhos de civilizações passadas, de seculos idos, de mentalidades mortas?

O próprio São Francisco de Assis, o Povorello, o suavissimo alucinado que via, nas coisas mais obscuras e mais umíldes uma expressão de graça divina, abençoava-as, beijando, do mesmo modo que Miguel Angelo, mais tarde, abençoava e beijava, o bloco de marmore bruto, apenas extraído das rochas melenárias, porque na sua brutalidade áspera, continha o segredo de todas as fórmæ de beleza de todas as expressões de vida formal e sepiritual, cujo mistério só á Arte, á grande Arte, era dado desvendar aos olhos dos profanos”.

UM SIMBOLO QUE DEVERIA SER BRASILEIRO

Mas ha um simbolo que, melhor do que qualquer outro, se adáta a esta digressão. Vem da mitologia alemã. E' o freixo Iggdrasil a arvore da força e da riqueza, da serenidade e do terror, a maior, a mais opulenta, a mais religiosamente magnifica arvore do mundo poético das mitologias, E' a arvore que sustenta o mundo. Seus ramos infinitamente enormes, se

lançam para o alto, até ao céu; suas tres raízes fantásticas, que, dão seiva ao poderoso tronco eréto e inabalável como um rochedo, dão também vida a três fontes maravilhosas. Uma raiz é orientada na direção de Nifelheim, fonte da materia primitiva, de Hwelgermir, dono da mastodontica caldeira infernal; outra vai para Iotunheim, e sua fonte irriga a arvore de Mimir, o sábio, que bebe o saber por uma cornocópia escondida na arvore sagrada e que só ele conhece; a terceira raiz se estende até Urdarborn, fonte do destino, no território de Midgard. E' esta a fonte divina cuja origem, realmente, ninguém conhece, e junto da qual os heróis se reuniam todos os dias, depois de passar, com seus cavalos, pela ponte de Bifroest. A agua desta fonte é tão pura, que tudo quanto cai dentro dela e nela se imerge, volta á tona revestido de uma brancura impossível, de uma brancura alucinante. A névoa que dela se emana irrorra a superfície da terra com o orvalho mais refrigerante, feito de mel, de que se nutrem os deuses. Pelos ramos de Iggdrasil, passeia Eidrún, cujo leite revigora, em Valhala "os deuses cansados e os heróis tombados nos campos de batalha. Sobre a folhagem espessa de Iggdrasil, paira uma aguiá, passaro do sol e da luz.

E' uma arvore santa aos olhos humanos.

Mas o freixo sagrado deve sofrer muito, deve sofrer sempre, mais do que os homens possam imaginar. Sob suas raízes, perto de Nifelheim, habita a serpente do negro abismo inferior, chamada Nidhoegg, o dragão da inveja e da cubiceja, e, com ele, outras serpentes e outros vermes procuram indefinidamente destruir o freixo.

Iggdrasil era, pois, para os Germanos antigos, a imagem do mundo.

DE ONDE VEM O IMPETO QUE NOS ANIMA

Não está ahí, então, em metáfora lirica, no mundo ideológico dos primitivos habitantes do Reno, a talvez unica imagem justa, perfeita, absolutamente pessoal e própria, que os brasileiros, ao invés de fazerem sonetos parnasianos inspirando-se nos aspéto dos siringais do Acre ou dos cafezais de Piratininga, deveriam ter criado, a seu tempo, para simbolizar o café e para contribuir no sentido de fazer com que todos os brasileiros se educassem na religião suave da nossa arvore maravilhosa?

O café, é, hoje, na realidade economica, a mais tragica realidade do nosso mundo moderno, o mesmo que era o freixo Iggdrasil, para os Germanos no mundo das superstições e do misterio.

O café é o simbolo de um mundo, do nosso mundo, da nossa vida, da nossa promessa de vida perene e forte como povo, da realidade unica com que devemos contar como país que ainda pretende pezar nos destinos das coletividades continentais e extra-continentais.

E' o café, exclusivamente dele, que tem vindo, a nós, o imposto que nos anima a realizar empresas cada vez mais arrojadas, e o entusiasmo que nos sustenta, sempre, nas horas de "débacle" e de desilusão. O café, num país de subsólo riquissimo, mas absolutamente inexplorado, é, hoje, o unico dinheiro, o unico ouro, de fato, que nasce no Brasil. Como o ouro é o melo pelo qual se aquilata do valor que um país qualquer póde representar, em relação a todos os outros do orbe, na soma dos valores especificos internacionais, o café é para nós o unico elemento com que positivamente, se deverá contar para fazer o Brasil pezar e ter voz ativa nas grandes decisões que afetam os destinos do mundo.

O QUE SIGNIFICA UMA SACADA DE CAFE'

Entretanto, que nos merece, éle, em realidade? O que nos tem merecido?

Pouco, muito pouco. Prescindamos da consideração que por éle nutre o homem de bolsa, ou o dono de fazendas — consideração estúpida e materialista, que cresce ou diminue de acórdio com o lucro que imediatamente se póde obter ou perder, na boçalidade das transações de compra e venda. Fóra disso, o que o café nos merece é, apenas, de vez em quando, uma comemoração a que nenhum elemento verdadeiramente popular assiste, devido a ser ela levada a efeito por "especialistas na materia", financistas e agricultores que profere discursos incomprensiveis para as massas, discursos intercalados de fraseologia técnica e de uma infinidade rebarbativa de numeros que dizem ser estatística e que ninguém consegue, de fato, interessar.

Fóra necessario que em tais solenidades houvesse um pouco de espiritualidade e de amor. Fóra necessário que não se visse, no nosso produto basico, apenas o seu valor monetário imediato, valor que, infelizmente, póde ser aumentado ou decrescido; fóra indispensavel que se pa-

tenteasse aos olhos de nós, brasileiros e dos estrangeiros também, que o café é um símbolo de riqueza e um símbolo de civilização.

Uma saca de café, dessas que partem, aos milhares, em todos os dias, a todas as horas, do porto de Santos, não inspira, a ninguém, um raciocínio menos materialista e leviano, nem um conceito mais delicado do que o do interesse monetário que dela, eventualmente, se pôde auferir. E o defeito está na evolução da mentalidade que não se cultivou, que tratou apenas de fecundar a sua superfície com o conhecimento dos algarismos e do câmbio.

Não obstante, uma saca de café, uma só, seria suficiente para motivar uma atitude de melhor compreensão dos fatores de civilização do Brasil, tanto aos brasileiros como aos que em outras terras tiveram berço. Uma saca de café, hoje, supõe um adiantamento insuspeitado, a primeira vista nos nossos processos de cultura e produção; presuppõe uma certa mentalidade, não superior, pelo menos clara e serena, bastante a si própria, nos homens que a produzem; presuppõe um sentimento de elevação, uma tenacidade de vontade, uma intrepidez de espírito construtivo, que ainda a ninguém foi dado examinar, mas que nem por isso, deixam de existir e de atuar no sentido de melhorar o nível de progresso da coletividade.

Mas o café, hoje, está sendo desvalorizado nos mercados, e, portanto, no conceito, dentro da mentalidade dos homens; a indústria vai se arruinando aos poucos, quando deveria melhorar cada vez mais se tivéssemos, nos diferentes governos da República, gente capaz de não se preocupar com os destinos do Brasil; não se preocupar, é o termo. Porque o Brasil é o raro, é o único país da terra, onde o progresso depende apenas de que os governos não se metam, com sua pomposidade e inútil sabedoria provinciana, a perturbar o ritmo natural que as coisas e os acontecimentos tomam espontaneamente. Mas, os governos se preocupam e a resultante lógica é esta: — o café está sendo assassinado.

Explica-se o fenômeno. Tudo quanto existe, no mundo, tudo quanto se tem produzido como expressão vital, está sendo assassinado. E é natural que, neste crepúsculo de cultura e predomínio em que o Ocidente se vai engolfando, lenta mas fatalmente, o café sofra as consequências da época — desta época torpemente elegante, estupidamente sábia, melancólica-

mente fútil, a que eu chamaria, sem afolteza e até com certa propriedade, a "época da punhalada".

A ÉPOCA DA PUNHALADA

Certo não me refiro á punhalada que se realiza por meio de uma lâmina de aço, ponteguda, munida de um cabo, brandida pela mão de um assassino, contra o peito ou as costas de uma vítima.

Refiro-me ás contradições da civilização atual, dessas contradições inquietantes que fazem com que o homem progrida e aniquile, depois, o progresso feito, com a ansia de outro progresso não atingido ainda.

É o que se está passando com a máquina. Criou-a o homem. O homem aperfeiçoou-a maravilhosamente; adorou-a; e ela, como um deus irado, mesmo voltou-se contra o homem, nas guerras e nos estabelecimento fabris, matando o homem — seja pela destruição sumária, por meio da balística, seja pela substituição que lhe suprime o lugar nas oficinas onde ele ia ganhar o pão modesto de todos os dias, ou seja, ainda, pelo excesso de esforço que a máquina pede ao homem, e que o proximo, por fim, tuberculoso devido ao contacto a que deu origem, segundo o qual o homem deve produzir o máximo e quantidade num mínimo de tempo, para demonstrar o valor da máquina que elle constrôe e que o inutiliza.

É o que se está passando com o café. Fonte de riqueza, ninguém quiz vêr nelle outra finalidade, além da possibilidade que elle tem de se transformar em ouro. Seria inteligente, desde que as coisas estavam nesse pé, limitar a produção coletiva, a fim de evitar o transbordamento, a fim de impedir o rebaixamento do seu valor, em consequência da facilidade de o obter a qualquer preço, á ultima hora antes que elle apodreça. Mas não. Era fonte conhecida de riqueza, e todos, todos, quizeram ter a sua fazenda de café, com renda minima certa, e com uma possibilidade aparente de acrescimo de lucros, consequente ao aumento progressivo da produção. E ninguém pensou na escassez do mercado; não se cogitou de estabelecer uma relação racional entre a produção e a capacidade de consumo que o mundo oferece. Fora do Brasil, iludidos pela mesma miragem, os mesmos casos se verificaram. E com essa vertigem de produção intensiva, com essa loucura de ganhar ouro sempre ouro, vulgarizou-se o produto, desvalorizou-se a rubiácea, matou-se a fonte de riqueza.

Foi a punhalada.

A religião do dolar substituiu a religião da árvore, apunhalando um símbolo de vida. A culpa não é deste ou daquele individuo: — é do espirito da época. A culpa é do ritmo de uma cultura assáz livresca, divorciada do ritmo espontaneo da natureza e do instinto, e excessivamente apegada aos algarismos — quando estes asinalam somas em ouro.

Seja, porém, como fôr, ainda hæ uma esperança: — é a de que, cansada de lutas e de vertigens paroxísmicas provocadas pela visão objetiva da moeda, a alma umana se recolha para dentro de si mes-

ma afim de ver que a finalidade da vida é alguma coisa que fica por cima da materialidade das operações de compra e venda. Então a nossa árvore voltará a ocupar o seu lugar sãnto no coração dos homens, e o cafeeiro, carregado de frutos rubros, como se fossem estes tantas feridas abertas no seu corpo, voltará a merecer, da parte do homem aquela devoção cristalina, que, hoje, só as crianças do campo lhe votam. Por essa nova época, talvez a nosas árvore será novamente bendita pelos que dela extrairão — como os Incas da cóca — a ambrosia paradiasiaca, digna do paladar dos deuses.

A cultura do café em Goiás

HENRIQUE SILVA

Histórico — As primeiras sementes de café introduzidas na antiga Capitania de Goiás procederam da Baía: foram plantadas no sítio do Riacho, município de Santa Luzia, em 1774, como consta dos assentamentos paroquiais da velha cidade goiana. Esta data coincide com a que um monge belga, de nome Molke, teria apresentado (1774) ao Convento dos Capuchinhos algumas sementes de café suscetíveis de germinação. Isto antes do bispo do Rio de Janeiro, Joaquim Bruno, promover plantio cafeeiro nos atuais Estados do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e S. Paulo. Desse sítio do Riacho foi que se alastrou a cultura do café, tanto no sul como no norte do Estado. Já em 1778 Goiás exportava café do seu Horto Botânico para Belém do Pará, via Araguaia-Tocantins, como consta de uma estatística mandada organizar pelo capitão-general d. Francisco de Assis Mascarenhas, em 1804.

Os cafezais sub-espontaneos (e não nativos) existentes nas matas de S. Patricio resultam de sementes espalhadas pelos passarinhos frequenticos nos quintaes dos arredores de Carretão, Tesouras e Pilar, que então se chamava arraial da Papuan, nome tomado á abundancia de uma das mais ricas gramineas forrageiras do "Mato Grasso" goiano, formidável região florestal que no município de Pilar traz o nome de Matas de S. Patricio. Também é nativa na grande mata de Trairas, município de S. José de Tocantins, a preciosa rubiácea.

O estado atual da cultura do cafeeiro em Goiás — Coube ao inspetor agrícola de Goiás, dr. Euler Coelho, a organização do relatório apresentado ao Ministerio da Agricultura (1922) e que a seguir trasladamos para aqui:

"Deve-se ao Italiano João Sival a idéia de fundar, no município de Anapolis, uma colonia cafeeira, o que, de fato, realizou-se ha uns quatro anos atrás." A colonia tem já cem mil pés de cafeeiros novos e outros tantos produzindo. Os fazendeiros vizinhos, animados com o exemplo, tambem puzeram mãos á obra, e assim organizaram-se as fazendas Capim Puba, com 40.000 pés, e Catingueiro Grande, com 80.000 pés, ambas no município de Itaberaí, sendo que da formação da ultima foi encarregado um paulista de nome Jacinto José da Silva.

Cafezais nativos — Em alguns municípios do Estado existem imensos cafezais nativos, como nos de Santa Luzia, Pilar, etc.

Dêsses cafezais os fazendeiros da vizinhança mandam buscar mudas para as suas novas plantações. Na célebre mata de S. Patricio, no município do Pilar, ao norte do Estado, existem muitos hectáres de terras ocupadas por cafezais nativos. Esses cafezais são encontrados ora cerrados, ora mais espaçados. As plantas da nossa rubiácea, assim abandonadas á natureza, crescem muito, de maneira que as pessoas que acorrem para esses logares, afim de fazer as colheitas de café, ás vezes crimoniosamente, abatem os troncos desses cafeeiros. Segundo affirmam, só na mata de S. Patricio ha um milhão de cafeeiros nativos. Esse fato prova a grande fertilidade de que são dotadas as terras onde o café cresce e produz assim espontaneamente.

Estatística — Calculados, como estão, em 10.000.000 (dez milhões) de pés os cafeeiros existentes no Estado de Goiás, e dando-se uma distancia média de tres metros em todos os sentidos, entre as plantas, chega-se á conclusão de que há ali 9.000 hectáres de terrenos ocupados com cafeeiros.

Os principais municípios produtores de café são os seguintes:

Anápolis, 1.533.000; Itaberaí, 60.000; Corumbá, 554.000; Pouso Alto, 500.000; Catalão, 400.000; Santa Luzia, 370.000. Total: 3.977.000.

Os restantes municípios goianos produzem em menor quantidade. Anápolis é o município de maior produção, sendo o sr. João Stiva o maior fazendeiro de café ali.

Clima — O clima do sul do Estado é o mais apropriado para a cultura do café, embora em alguns municípios daquela zona ainda não tenha sido experimentado. A posição dos cafezais em Goiás tem sempre é a melhor. Os terrenos expostos aos ventos são prejudiciais principalmente aos cafezais novos ou em formação.

Variedades—Ainda não há em Goiás preferência para esta ou por aquélla variedade: os fazendeiros cultivam indiferentemente a variedade que lhes cae ás mãos. O "bourbon" e o "Moka", segundo affirmam alguns fazendeiros, dão um produto mais fino, isto é, mais aromático e mesmo são mais resistentes.

tes ás intemperies. No município de Anápolis cultivam também a variedade "Libéria" e em Corumbaíba e "Maragogipe".

Padrões de terras para cultura do café — A escolha do terreno para estabelecimento de cafezais é feita pelos seus padrões ou vestimenta, sendo consideradas terras boas as onde vegetam o bálsamo, o cédro branco, o cambará, a hérvia danta, e outros. Em Goiás, como em S. Paulo, ha também terrenos, cuja origem de diabásse constituem as famosas terras roxas, de grande profundidade e cobertas de espessa camada de húmus. É, pois, ponto incontestado a grande experiência das terras goianas para a cultura em grande escala, da planta que tem feito a riqueza do Brasil. A prova é o fato que ali existem cafeeiros de mais de cem anos de idade, quasi sem nenhum trato cultural.

Preparo do terreno — Derrubada e retirada da madeira para as respectivas cercas e outras necessidades, aceiros e depois a queima e encoivramento.

Alinhamento e plantio — Faz-se primeiro o balizamento, fazendo-se depois a demarcação para as covas, cuja distancia entre si varia. A plantação faz-se por meio de mudas ou de sementes. Plantam de 5 a 7 mudas em cada cova, desbastando-se depois as mais fracas.

Tratos culturais — Consiste exclusivamente em capinas feitas a enxada, variando o seu número entre 5 e 6 por ano. Quando os cafezais vão ficando velhos, com vassouras, alguns fazendeiros mais inteligentes já fazem a póda. Não fazem a adubação, embora comecem a reconduzir para os cafezais as cascas do beneficiado. A produção começa a 3^o anno, havendo, porém, casos em "que a 1^a florada vem com um anno e pouco".

A florada começa em principios de setembro, fazendo-se a colheita de julho a agosto.

Molestias — Poucos inimigos tem o café em Goiás: — cupim, formigas, serrador e hérvia de passarinho.

Colheita — Como em S. Paulo, fazem as coroados ou limpezas 3c. debaixo dos pés de café, estendendo depois esteiras ou panos sobre os quais derrica o café colhido. Usam também jacás a tiracólo, onde os colhedores vão deitando o produto.

Produção — Varia muito, sendo a média de umas 80 arrôbas por mil pés. Ha, porém, certos municípios onde esta cifra sóbe a 150 arrôbas e no de Trindade, na fazenda "Bôca da Mata", um cafetal de 3.000 pés de café produziu o anno passado 700 arrôbas. É extraordinario: — 33 arrôbas por mil pés ou sejam 3 kilos e 495 gramas por pé l...

Com efeito, é de véras extraordinario, pois não ha exemplo em parte alguma do mundo de igual produção por mil pés de café. Em S. Paulo, nas melhores terras roxas, a média normal é de 60 arrôbas por mil pés de café, segundo o testemunho insuspeito do illustre sr. dr. Augusto Ramos no seu livro "O Café no Brasil e no Estrangeiro", acrescentando que no Estado de Minas Gerais a produção do cafeeiro oscila de 50 a 55 arrôbas por 1.000 pés, e que a maior produção se observa nos cafeeiros de 7 a 10 anos. Depois morrem.

A história da lavoura cafeeira no Brasil constata que nas mais famosas zonas produtoras de café outróra, e ainda hoje, os fatos confirmam, como por exemplo na zona da Mata, em Minas Gerais, no vale do Paraíba, em Campinas, em Ribeirão Preto, que o cafeeiro definha depois dos 30 anos de existencia ou plantio.

Ora, como vimos, em Goiás a produção não cessa antes de 100 anos — coisa desconhecida noutras partes do mundo inteiro.

Alfredo de Escagnole Taunay, no seu opúsculo hojeraro — Goiás na Exposição Nacional de 1875, já previa que ao grande Estado central caberia importante papel na produção do cafeeiro no Brasil:

— "Vi em Santa Marta (sul goiano), um cafeeiro que tinha o viço de uma béla laranja e estava caregado de frutos. Com certeza será um dos mais profusos gêneros de exportação, logo que se facilitem os meios de ligação com a extrema dos caminhos de ferro de S. Paulo. Ha ali verdadeira reserva para o futuro da prosperidade do Brasil. Faz dez anos, a produção annual era de 250.490 kilogramas, a exportação de 132.949, e desde aquella época a cultura não tem declinado."

E tanto assim que na sua Mensagem de 1902 (não ha outros dados estatísticos) o presidente Xavier de Almeida mencionava a exportação no anno anterior, de 5.055 kilos de café; na de 903 registrava 2.212. kilos de café exportado para S. Paulo e Minas — não incluindo a exportação para os Estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão e outros centros importadores do café goiano.

O sr. senador Olegario Pinto, então presidente de Goiás (1914), escrevia na sua Mensagem: "Está se procedendo a estatística da lavoura cafeeira, já se tendo recebido dados dos municípios da Capital, Peronópolis, Anápolis, Bomfim, Bella Vista, Corumbá, Jataí, Campinas, Santa Luzia e Pouso Alto.

Esses dados accusam a existencia de 5.280.000 cafeeiros, produzindo 2.000.000 kilos annualmente, sendo a produção média de 80 a 100 arrôbas por 1.000 pés."

Nesse interim, a Inspeção Agrícola Informava "que o município de Catalão produzia 15.000 arrôbas de café em cada safra, sendo o número total de cafeeiros calculado em 50.000 pés, e que o de Cavalcanti produzia 1.460 arrôbas, número de cafeeiros 18.500, e que a produção média por 1.000 pés era igual à dos demais municípios: 100 arrôbas."

Do exposto é lícito concluir: a) que tendo duplicado, no mínimo o número de pés de café nos 10 municípios acima aludidos, de 14 anos a esta parte, e mais, que havendo a cultura cafeeira tomado enorme incremento no sul do Estado com a entrada de fazendeiros de S. Paulo e Minas e mais a grande alta do produto nos últimos anos — resulta só daqueles 10 municípios inspeccionados a existência de 10.80.000 pés de café;

b) que se juntarmos áquela cifra os 168.500 pés de café de Catalão e Cavalcanti, mais os 39.000 de Buriti Alegre, devem existir catalogados neste momento em que escrevemos 11.767.500 pés de café em Goiás;

c) que os restantes municípios cafeeiros em número superior a 30, não incluídos na estatística de 1914 por falta de dados, não acusando menos de 1.000 pés de café — o total êles se eleva, calcule mínimo a..... 12.767.000;

d) que sob o ponto de vista da produção média normal, como também rendimento máximo observado pelo inspetor agrícola, Goiás desbanca S. Paulo e deixa longe Minas Geraes.

Conforme os dados officiaes, a exportação nos últimos cinco anos, terminando com o ano de 1925, seria a seguinte:

	Kilogramas
1921	808.678
1922	838.765
1923	497.192
1924	1.110.910
1925	663.223

As estatísticas de exportação do café acima mencionadas, foram por nós tiradas das Mensagens dos presidentes do Estado ou reproduzem os dados provenientes da Secretaria das Finanças. Devemos notar aqui que como não há um censo especial de Estatística oficial e permanente em Goiás, as cifras devem ser aceltas com certas reservas. Por exemplo basta comparar a estatística organizada pelos fazendeiros do município de Bomfim para vêr as enormes diferenças existentes entre os dados particulares e os do governo do Estado.

Por exemplo, no ano de 1919, conforme a estatística official, foram exportados..... 217.759 quilometros, quando os fazendeiros avaliam a exportação no mesmo periodo em 420.000. Também devemos chamar a attenção do leitor sobre o fato que as estatísticas publicas são estabelecidas conforme os dados os movimentos do café na estrada de ferro. Possivelmente e mesmo provavelmente o café é exportado igualmente por agua (Tocantins-Araguaia) ou por terra, onde a fiscalização é muito difficil, de maneira que certas quantidades escapam ao pagamento dos direitos de exportação e por consequente não entram na estatística official.

Visto esta deficiencia das estatísticas, é muito diticil de se formar uma opinião exata sobre as exportações realizadas que, não há dúvida, são superiores ás que registram as estatísticas, sejam estas officiaes ou particulares.

Devemos ainda mencionar que as quantidades do café exportado não estabelece a situação, visto o consumo local, que é muito grande.

Julgamos, por consequente, inútil fazer um quadro demonstrativo das exportações, limitando-nos em notar que no ano de 1924, conforme os dados da Secretaria das Finanças, a exportação era de 1.110.910 quilomas. Este estado de produção estabelece com mais precisão a estatística de quantidade dos pés de café plantados em conjunto com os dados sobre a média que produzem 1.000 pés em Goiás.

Falando do progresso de Goiás nos últimos anos, o grande órgão brasileiro "O Estado de S. Paulo" publicou na sua edição de 15 de fevereiro do ano passado um artigo do qual tiramos os seguintes trechos: "Goiás tem progredido muito, no último decênio e deve em grande parte esse progresso á expansão de sua lavoura. A onda verde dos cafezais já chegou até lá. Esteve estacionária em Conquista e Sacramento, no Triângulo Mineiro, por ter encontrado os limites da zona de campos de criar. Depôs, firmando-se com a boa aclimação em manchas dos municípios de Uberaba, Uberabinha e Araguari. Lá foi a preciosa rubiaca firmando-se em Goiás. Transpôz o Paranaíba, Rio Verde, Bananeiras, Morrinhos, Ubatã, Jatabi, Mneiros, Rio Bonito attingindo mesmo até o Rio das Garças, em Mato Grosso. A antiga serra do Caiapó, já quasi toda ella, mudou de nome: chama-se hoje "Serra do Cafesal".

O padrão geral das terras ahi é magnífico e o café que produzem superior. A produção já supera o consumo. A exportação já se faz até para o porto de Santos, por

meio de caminhões até Uberabinha e daí pela Estrada Mogiana.

A visão da grandêsa dêssa região, mais propriamente chamada do Jataí, tiveram velhos paulistas, dentre êles o coronel Carlo Batista de Magalhães, que por ali andou quando moço e foi concessionário do prolongamento da Estrada de Ferro Araraquara até Jataí. Já tivêmos ocasião de ouvir dêsse respeitavel cavalheiro, o entusiasmo que conservou pela futura região goiana.

Tivemos ocasião de percorrer de automovel, de Santa Rita do Araguaia a Santa Rita do Paranaíba, os dois extremos dessa zona. É toda a trajetória de terras magnificas, desde Santa Rita do Paranaíba até à Serra da Ortiga, no divisor de Águas com o Araguaia, pouco além da Vila de Mineiros.

Por outro lado, a onda verde dos cafezais transpôz o Paranaíba, em Catalão, procurou Corumbalza, Goiandira, Ipameri, Santa Cruz, Bomfim, Pouso Alto, Caldas Novas, Bela Vista, Palmeiras, Anápolis e Planalto Central. Em Anápolis encontrou o seu melhor e mais perfeito "habitat". Anápolis é o Ribeirão Preto da zona cafeeira goiana. Grandes plantações e todas com grande successo. As propriedades por onde passou o café têm tido enorme valorização. Os paulistas, acompanhados do colono italiano, estão em Anápolis e nos demais municípios cafeeiros. Aguardamos os resultados do censo cafeeiro em Goiás, porém, podemos afirmar que já foi muito ultrapassada a primeira dezena de milhões de pés.

A onda verde levou consigo as estradas de automoveis."

As palavras são muito significativas e confirmam uma vez mais a penetração dos paulistanos em Goiás.

Com effeito, não é tanto quanto por ahí corre, que os fazendeiros paulistas se deslocam neste momento de preferência para o Estado do Paraná. A verdade é que a a onda verde que se levantou álterosa no litoral fluminense ao tempo do Brasil colonial, transpôdo o vale do Paraíba, se es-

bateu no oêste de S. Paulo, Campinas, atingindo suas maiores alturas, Ribeirão Preto e ora se eleva e se desloca novamente na direção do "far-west", indo incorporar-se, integrando, aos cafezais nativos das matas goianas, trazendo assim sua finalidade.

Pois de outro modo seria apartar-se a onda verde do rumo, interromper o ramo da expansão dos bandeirantes de S. Paulo, que no dizer de Silvio Romero "é o filho mais velho da civilização e da organização brasileira, adiantou-se mais de um século ao Brasil inteiro."

"O reino da civilização nacional — acrescenta o notável publicista — é avançar para o oêste e dominar o grande corpo do país."

S. Paulo antecedeu a todos nêssa direção: foi o primeiro que pisou o sertão e dêle se apoderou.

Nêsse oêste maravilhoso, onde estão as terras rôxas, que lhe dão a riqueza, êlle plantou tenda antes dos mais.

Chegou até a funcionar como agente descobridor, como devassador de terras, dando-as a outros, terras que vieram desenvolver: Minas Geraes, Goiás e Mato Grosso."

É ésta, como se vê, a situação da lavoura cafeeira em Goiás, sob seus vários aspectos.

Quanto ás causas que influíram ou impediram o seu desenvolvimento no referido Estado, culmina esta falta de meios fáceis de exportação dos seus produtos, quer por vias terrestres que por vias fluviaes. O norte de Goiás é uma mesopotâmia formada pelo Tocantins e o Araguaia — os dois rios gêmeos na expressão de Elisée Réclus: — seu porto no Atlantic Norte, Belém do Pará. O sul do Estado tem seus dois portos naturais no Atlantic Sul: — Santos e Angra dos Reis.

Cafeeiros nativos de Goiás! Bem fazes lá, na imensa e avarejada extensão daquelas matas virgens do Alto Brasil — ignoradas dos estatísticos, isentas do "Stephanoderes coffeas" e das... "valorizações"!

A cultura do café representa neste momento a maior força econômica do Brasil

DESENVOLVE-LA E PROCURAR PRINCIPALMENTE NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES CONSTITUE UM DEVER DE PATRIOTISMO

Não esqueceram os governantes do Rio Grande do Norte a importância do café, na certeza de que as suas terras se prestavam admiravelmente

DEOCLECIO DUARTE

UM MOTIVO DE ORGULHO

O primeiro cenário da plantação do café em terras do Brasil constitui para a economia nacional um motivo de extraordinário e incontestável orgulho. Dentro desse período parece que a famosa rubiacea encontrou o seu verdadeiro habitat, desenvolvendo-se de tal maneira que proporcionou ao Brasil o elemento mais pujante de sua riqueza.

Esses com anos que transcorreram revelam a admirável visão econômica do sementeiro que experimentara no sólo paraense, pela primeira vez, as possibilidades de adaptação do precioso produto procedente da Arabia.

Não pôde, portanto, quando se comemora um século de cultura cafeeira entre nós, ser deslembrado o nome daquele que sabiamente a iniciara, criando assim para o nosso país, uma fonte extraordinária de riqueza, pois o café representa neste momento a maior força do Brasil.

Podemos mesmo afirmar — e isto surge na consciência de todos — que o café constitui a viga mestra do edificio economico do Brasil de hoje.

E justamente por isso cuidar de sua cultura e procurar, ao mesmo tempo, novos mercados consumidores, exprime um dever de patriotismo, desde que sem o seu auxilio, durante ainda muito tempo, a nossa balança comercial não pôde ser tomada em consideração.

Além da importância propriamente econômica, é interessante observar que o café surge como fator de uma nova civilização rural que se forma nos ambientes das fazendas, criando o orgulho da terra onde floresce a fortuna com a interpretação inteligente do conforto e do bem estar.

Nos primeiros impulsos do despertar do espirito brasileiro, que nasceu no meio norte e centro, por isso mesmo de vibrantes manifestações de civismo, a cultura da cana de açúcar exerceu papel preponderante e, pela relativa independencia economica que trouxera aos

seus exploradores, incutia no caráter do homem a idéa de independencia politica, dando-lhe a convicção do proprio valor.

Os antigos "engenhos" tornaram-se o centro valoroso de uma civilização rural, de que Pernambuco foi o exemplo mais eloquente e sugestivo. Nenhum historiador comenta sem justiça esse período de elegancia hierática que marcaram os antigos senhores de engenhos.

Esse período de acôrdo com as naturais mutações do tempo transferiu-se aos autais proprietários das grandes fazendas de café que se encontram principalmente no interior do Estado de S. Paulo.

O NORDESTE PODE SER GRANDE PRODUTOR DE CAFE'

Não obstante a primeira semente haver sido plantada em um Estado do norte, o café veiu encontrar o sem amplo desenvolvimento na região central, entre o Rio de Janeiro e o Paraná.

Isto não significa, entretanto, que em outros Estados, como por exemplo, os compreendidos na parte do nordeste, faltassem as condições reclamadas pela cultura cafeeira.

Ao contrario. Os brejos da Paraíba do Norte possuem excelentes plantações. Por sua vez Pernambuco conta já entre as suas produções mais importantes o café, prometendo, dentro de um período relativamente curto, aumentar muito mais.

No que se refere ao Rio Grande do Norte, posso oferecer o testemunho pessoal de que as suas terras também se prestam admiravelmente, exigindo apenas o cuidado do intelligente agricultor.

AS POSSIBILIDADES DA CULTURA CAFEIEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE

Escrevendo a respeito do assunto o engenheiro Fernandes Barbosa, illustre funcionario do Ministerio da Agricultura, atualmente na

direção da Inspeção Agrícola daquele Estado, afirma muito bem que o sólo norte-riograndense se adapta magnificamente à cultura do café, contando com as conveniências do clima.

E' assim que nos sitios de Séde, Quintas, Pitimbu', situados na cidade de Natal; Igapó, Regomoleiro, Bôa-Vista, no municipio de São Gonçalo; nos vales de Ceará-Mirim, Canguaretama (pequeno centro cafeeiro), bons municipios de S. José de Mímbu', Parari, Martins, Santa Cruz (Serra do Coité), Sant'Ana de Matos (Serra de Sant'Ana) se encontram em maior ou menor escala, cafeeiros alguns dêles contand oalguns decenios, bem como cafezais recentemente fundados.

Tal fáto demonstra não ser, consequentemente, uma ficção a cultura do café, podendo constituir-se ao contrario ali um elemento importante de progresso.

Estamos certos que as encostas do vale de Maxaranguape — e esta é tambem a apreciação do competente técnico já citado — Jundiá e a extensa chapada do Matão (Serra Verde), cujas terras são de formação calcarea, férteis, com proporção conveniente de barro oxido de ferro, cilica e humus, em que se aliam esses elementos fisico-quimicos garantidores por capillaridade e suprimento d'agua das exigencias vegetais, racionalmente exploradas ofereciam os fatores mesológicos indispensaveis ao desenvolvimento da cultura cafeeira.

Uma demonstração pratica da propriedade do terreno verificou-se no vale de Canguaretama, onde houve quem colhesse, conforme me asseguraram, em dez cafeeiros, trinta quilos do produto.

Os cafeeiros plantados na cidade de Natal produziram cinco quilos por pé, quando normalmente a produção deve regular de 300 gramas a 1½ quillo e no maximo 4 quilos, como raramente acontece em S. Paulo.

Esses fatos, entre muitos outros que poderiam ser citados, garantem o valor economico da cultura cafeeira para o Estado do Rio Grande do Norte, caso houvesse interesse real por parte dos agricultores no seu desenvolvimento, que fez a riqueza invejavel do grande Estado de S. Paulo e, consequentemente, do Brasil.

UMA LEI DE ESTIMULO AO PLANTADOR REVELADORA DE DESCORTINIO ADMINISTRATIVO

Devemos, aliás, salientar aqui o descortinio que ha trinta anos revelaram os administradores norte-riograndenses, estabelecendo premios a quem plantasse um determinado numero de cafeeiros.

No curto periodo da administração inteira do saudoso politico e jurista Francisco

de Sales Meira e Sá, cuja vida intimamente se ligou aos destinos morais e economicos do Rio Grande do Norte, foi sancionada a seguinte lei:

“Lei n. 96, de 29 de Julho de 1897. Concede o premio de tres contos de réis ao lavrador dêste Estado que prove ter plantado cinco mil pés de café ou cacão, — vice-governador do Rio Grande do Norte. Faça saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Será concedido o premio de tres contos de réis ao lavrador dêste Estado, que prove ter plantado, pelo menos, cinco mil pés de café ou cacão, estando devidamente cultivados e já fructificando.

Art. 2.º — Fica estabelecido que nenhuma plantação será digna de favor desta lei, se de um e outro das mencionadas duas plantas não fór guardada a distancia de tres metros, pelo menos.

Art. 3.º — Nenhum lavrador terá direito ao premio, se o numero de pés de café ou cacão exigido na presente lei não estiver plantado em um só grupo.

Art. 4.º — Logo que o lavrador tiver a planta nas condições estabelecidas comunicará ao governador do Estado para que este designe um empregado publico de confiança, ou nomeie uma comissão, que faça o necessario exame na plantação, depois do qual será pago o respectivo premio para o que poderá o mesmo governador abrir o competente credito, sob o titulo “Auxílio á Lavoura”.

Art. 5 — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Rio Grande do Norte, 29 de Julho de 1897 — 9º da Republica. — Francisco de Sales Meira e Sá, Aberto Maranhão.”

Naturalmente devido á descrença comum, que a referida lei visava destruir, não obteve essa medida o successo digno de ser esperado.

Trinta anos decorreram sem que a idéa podesse ser concretizada, mas nem por isso devemos deixar de enaltecer a visão dos que patrioticamente a inspiraram.

O PONTO DE VISTA DA FUTURA ADMINISTRACÃO NORTE-RIOGRANDENSE

Antes de escrever êste artigo conversei com o senador Juvenal Lamartine a respeito dessa cultura no Estado, onde ambos nascemos, e que êle dentro de cinco mezes irá presidir.

O futuro administrador do Rio Grande do Norte que é uma intelligencia viva, trabalhadora e amiga das iniciativas, vendo como todo o homem esclarecido que a produção é o problema fundamental de todos os povos na hora actual, pretende executar a lei existente, incrementando assim uma fonte de riqueza que até agora o agricultor nordestino, principalmente o norte-riograndense, não soube devidamente aproveitar.

Eu louvo essa feliz disposição, por que sou do numero dos que sinceramente confiam nas possibilidades da minha terra, em cujo seio o braço energico e o espirito orientado podem encontrar as facilidades que aspiram.

Se o concurso do Rio Grande do Norte presentemente não oferece grande vulto em relação á cultura do café, póde, entretanto, no futuro, ser de incontestavel importancia.

A Inglaterra e o comércio brasileiro de café

GEORGE MARR

A Inglaterra não se afasta do grande comércio brasileiro de café. Há diversas empresas inglesas proprietárias de fazendas de café neste país. Essas fazendas não são da maior extensão mas algumas são bem antigas. A estrada de ferro inglesa no E. de S. Paulo faz o transporte de grande parte da safra de Judial até Santos. Nos diversos portos de exportação, há firmas inglesas que participam, dos negócios caféiros.

Talvês 20 a 25 por cento do café transportado desses portos vão em navios ingleses — bancos, companhias de seguros, warrantagem, armazenagem, etc., entram sensivelmente neste ramo de comércio.

Isso demonstra que o sistema mundial de comércio inglês pôde prestar serviços aqui no Brasil, relativamente ao café. De um lado pôde-se dizer que se os ingleses tiram lucros, de outro lado os negociantes de café não aceitaram esses serviços se não fossem bons, seguros e econômicos.

De fato, portanto, a Inglaterra tem interesse neste comércio e diversas vezes nas ocasiões em que dinheiro foi necessário para levar adiante as propostas de valorização era elle facilmente encontrado em Londres sob condições convenientes.

Infelizmente não há grande consumo de café na Inglaterra agora. Nos tempos passados — no século 18 e no principio do 19 — o café era refeição preferida e os afamados "Coffee Houses" (cafés) de Londres eram os "rendez-vous" dos politicos, intellectuais, literatos, outrosim de gente sem distincção. Há talvez 100 anos o consumo inglês de café está em declínio, dando lugar ao chá da China e da India. Agora não há mais os "Coffee Houses" mas abundam os "Tea Shops" — não é difficil encontrar-se café mas, comumente, de péssimo preparo.

Este declínio pôde ser attribuído a dois fatores — principalmente á concorrência do chá mas tambem á crença espalhada durante longos anos e hoje difficil a eradicar que o uso de café é prejudicial, de effeito ruim para os nervos, de modo que o público inglês não tomará café puro mas sempre misturado com chicória. Hoje é reconhecido medicinalmente que o café é tão bom quanto o chá e o cacau — cada um estimulante e cada um com virtudes valiosas — sendo a do café a do sustento do trabalho árduo.

Dado que o café seja julgado por muita gente na Inglaterra perigoso para o fígado e para o sono, e que geralmente não se conheça nos lares domesticos a arte de preparar café com leite como se usa aqui no Brasil, fortificante e esplêndido para a primeira refeição do dia, não é difficil compreender como se gasta nas Ilhas Britânicas dez vezes mais dinheiro com chá do que se gasta em compras de café.

Mas lá há pouco menos de 50 milhões de almas e não é impossivel que elas se voltem de vez para favorecer o café — especialmente o café com leite como primeiro bebida do dia. Para operarios que saem muito cedo para os seus trabalhos, no clima frio de lá, não há coisa melhor do que esta preciosa rubiácea que conhecemos bem neste país feliz.

Como fazer para despertar no grande povo inglês o gosto, a delicia e a incomparável vontade de tomar café com leite de manhã? Logo que se fizer isto na Inglaterra o consumo mundial será acrecido de alguns milhões de sacas e o comércio inglês de importação tomará nova importância. No Canadá, na União Sul Africana e na India já se importa muito mais café que na mãe pátria, e se pôde dizer que logo que o inglês sêe de sua terra elle se acostuma a beber café.

Parece que por duas fontes se poderá fazer a propaganda de café na Inglaterra — uma, a imprensa interessando-se em dar opiniões méticas reconhecendo o valor desta bebida; outra se os Lions e outros grandes empresarios concordassem em fornecer o café, não como se faz agora, mas como o café deve ser apresentado. Custará dinheiro fazer propaganda do café brasileiro na Inglaterra mas pôde ter o maior êxito. Tudo dependerá do modo de fszê-lo.

Diz-se que não pouco café brasileiro entra nos mercados ingleses com rótulo de outra procedência, impedindo assim que o justo renome do Brasil como fornecedor de três quartos da produção mundial seja bem espalhado na Grã-Bretanha. Tambem muito tem sido escrito sobre a preferência inglesa para "milds".

Não creio muito nisso. Como é certo o uso de café na Inglaterra, não é hoje generalizado no sentido de café convenientemente servido para apresentar as qualidades finas e delicadas de bom gosto. Creio que o bom café brasileiro bem servido, pôde conquistar a preferência de grande número de consumidores em qualquer país.

Talvês a maior vantagem para o café brasileiro conseguir aceitação geral na Inglaterra seria os comerciantes interessarem-se mais para formar um entreposto de café em Londres e vender de lá a muitos mercados ainda não bem supridos.

Em todo o caso o primeiro ensinamento que se deve inculcar entre os ingleses é para empregar bastante café. Habituada a fazer chá com uma quantidade relativamente pequena, muita gente não sabe que se precisa empregar quatro e mais vezes o peso quando faz café. Este ensinamento por si

mesmo resultaria em aumentar consideravelmente o consumo de café na Inglaterra.

A bandeira nesta campanha para desfraldar deve trazer os dizeres:

“O café bem feito é a melhor bebida do mundo.

Usa-se uma colher das de sopa por pessoa.

Para conseguir o melhor café do mundo ao preço menor — usar o café brasileiro puro”.





ACACIA PLANTADA POR DAVID CAMPISTA, QUANDO MINISTRO DA FAZENDA DE AFFONSO PENNA,
EM 1907, NO PATEO INTERNO DA CASA SEABRA & C., Á RUA VISCONDE DE INHAUMA.

(Desenho a pena, do natural, pelo prof. H. Cavalleiro)

O café alimento e na alimentação

DR. ALFREDO ANTONIO DE ANDRADE

Não seria temerário recuar o proveito do café ao período paleolítico, quando começou o homem a colher, para sua manutenção e regalo, os frutos silvestres circunstantes, em partilha com os animais bravios e os seres alados biqueiros. A baga vermelha, abundosa, sucedendo a imponente floração alva, não escaparia á percepção rudimentar dos primitivos da Africa, por onde se estende selvagem e espontânea a rubiácea de tanto valor económico pelo Brasil.

Em verdade, cientistas apressados, collocaram o berço do café nos limites da Alta Etiópia, sómente porque o encontrou, rústico e sem plantio, em Kafa, uma Comissão Francesa, por aí perambulando em 1838. Mas rústico e espontâneo tem sido êle achado na Africa Central, no Oêste Africano e pontos outros dêsse Continente; e isso impõe o alargamento das balizas artificialmente consagradas, para as lindes do Território Negro.

A mastigação primeira do fruto, com o gôzo adocicado da pólpa, deveria abrir praça ao esmagamento da semente grandalhuda, resistente, escapando á ação trituradora dentária: — e tal se deu.

Aquí e alí, por esses centros africanos, ainda elle é como alimento, e assim o foi observar o capitão Specke, na expedição ás regiões do lago Victoria Nyanza, cujos naturais conservam o costume de comer o café moído e amassado com farinha.

Dessa trituração prévia do "bun" ou "bon", denominação local do café, sua mistura a substâncias amiláceas e incorporação de matéria gordurosa, resulta pasta, dividida então em muitos bolos ou pães, o tamanho dependente do consumo. Cada homem se provê de três dêsse bolos ou pães, por dia de demora presumível nas excursões pelas florestas, á cata de animais ou frutos nutritivos, ou em varejo com outros objetivos pela mata impene-trada.

Os Somalls, que na Africa Oriental occupam o triângulo entre o Golfo de Aden e o Oceano Índico, limitado por Zeila, o Cabo Guardafui e a embocadura do Djouba, e se conservam em estado nomade, salvante uns raros do litoral, — servem o café sob a fórma de sopa bastante espessa, preparada, segundo registrou Keller, com os frutos amadurados, recozidos longamente.

Diverso é o proceder do civilizado: êle recorre exclusivamente ao infuso dos grãos torrefeitos e pilados; êsse hábito nos legaram os árabes divulgadores.

Nos escritos de Abdel-Hader-Hambali, que Sylvestre Sacy, traduziu em sua "Chrestomalia Arabe", consta fora a usan do café, tal como o bebemos trazida das fraldas dos Montes Abissínicos para a Arábia. Feliz, pelo virtuoso e sábio Shehab Eddin- Dhabani, falecido em 1470. Suas prescrições como bebidas dos "derviches" e doutores do Alcorão, que tinham de passar as noites em orações ou em vigílias, afim de afastar o sono intempestivo, — não foram talvez estranhas, pelo cunho de observancia religiosa, a disseminação rápida do hábito do café pela Arábia pelo Oriente, e depois pela Europa e o mundo todo.

Entretanto, era êle de conhecimento e uso na Pérsia de tempos imemoriaes, figurando numa das coplações de Rhases, traçada em 875, ao tempo do domínio árabe.

Acaso, com esta origem e aquella divulgação, o café bebida se entalhou nos hábitos mundanos e de certo não haverá condemnações que o espunjam, como até hoje elas, as mesmas religiosas, nada lograram atingir, senão a recrudescência do consumo.

Não constitue, de manifesto, o infuso um alimento, embora haja sido classificado o café como "alimento" de "poupança". O conceito deixou, porém, de ser viável, graças a conhecimentos positivos atuais, e não pôde mais a ciência admitir cibos que não transportem calorías, pois são êles os veículos por excelência da energia química, que suprirá, compensando, despesas necessárias á complicada mecânica do organismo humano, no seu trabalho íntimo ou exterior; — achega sem a qual não se mantém no equilibrio, como sistema estacionário, séde de degradação energética.

O café torrado e moído, ao menos o que responde por qualidades superiores no comércio do Rio de Janeiro, encerra a média de 26 % de substâncias solúveis, e 0,8 950 de cafeína, 23,75 gram. de hidrocarbonados e substâncias proteicas extractivas e empíreumáticas diversas, aroma, ácidos, etc.

Daquelas 260 grm. por quilo, retira apenas o preparo por infusão, na passagem ligeira da agua lixiviante através o pó acamado, 50 % dos corpos solúveis e ainda menos, consoante o modo de conduzir a operação; e o líquido perfumoso, de uso habitual, encerra, por fim, de 2, 2 a 3,0 % de matéria dissolvida.

Para afastar de intento, pequenas diferenças originando-se em orientações caseiras diversas, valho-me do infuso que re-

tado de excitação dos indivíduos, e foram aliás nulos, nêstes mesmos nevrossténicos, de seguida a grandes fadigas; elas sómente se tornaram perceptíveis com mais de 25 cent. de cafeína, acentuando-se pela dóse de 50 centigr.

Na "Edsall's Clinic", de Boston, estudando há pouco Higgins e Means a ação de várias substâncias medicamentosas sobre o metabolismo básico, verificaram para a cafeína, em teor de 0,4 gr., o estímulo dos centros da respiração, com maior amplitude dos musculos torácicos e fibras bronquiais, acrecimento da crase respiratória e "subida dêsse metabolismo" até 15 %^o, sem que padecesse o pulso quaisquer modificações.

Os resultados importantes de Means, Aub e Du Bois, ainda inéditos ao tempo em que Lusk os resumia na última edição de seu tratado "The Science of Nutrition", consignam, de todo em todo, aquela alta da despesa de fundo nos indivíduos normais, orçando por 10 a 30 %^o, — sem alterações do pulso e da temperatura, — promovida pela cafeína. Em grandes doses, o calor básico sobe a nível idéntico ao encontrado após a ingestão de copiosas quantidades de carne, mas o aumento, apesar de não comparar-se ao acarreado pelos exercícios musculares; — torna-se, entretanto, notável, perante a imutabilidade do metabolismo básico normal, em que a necessidade de energia das células para a manutenção da vida regula e ajusta a produção de calor.

As conclusões experimentais novas dos autores americanos, ao revés de assente nos domínios da Química Biológica; como aquelas dos pesquisadores alemães, esclarecem o determinismo dos fatos que haviam a muitos surpreendido no seu primeiro encontro. Entre êles Gasparin, pasmado ante a robustez da população mineira e Charleroy, que, no seu dizer, "resolveu o problema de bem nutrir-se, conservar a saúde e grande vigor de força muscular com uma nutrição "metade menor" em princípios nutritivos que a indicada pela observação do resto da Europa"... e "ela diferencia-se apenas pelo uso habitual do café, bebido em todas as refeições".

O caso assenta — na melhoria do trabalho muscular que fornece maior rendimento útil; — no superior proveito dos materiais nutritivos; — nessa ativação da despesa de fundo e na aceleração das trocas nutritivas íntimas, que a cafeína acar-

reta e até pouco lhe era contestado, á mingua de experimentação rigorosa elucidadora.

Uma circunstância, porém, transmuda a incontestante influência do café puro, como o bebem raras pessoas entre nós, tal ainda os arabes e turcos que o consomem de mescla ao polme, em decocto, e consideram deturpadora do sabor e do perfume a menor adição de açúcar ou leite. — esta particularidade está na "edulcoração habitual", que faz passar o catalizador e estimulante a agente de apreciável valor energético.

O açúcar, dinamogeno por excelência, conta nessa bebida pátria meio magnifico de varar o organismo, sem a desestima de irritar os vias digestivas em vacuidade, — no disfarce de um corretivo á amargura característica.

Para adoçar "uma" chícara de café, tornam-se necessárias 15 gramas de açúcar e muito mais... não contando os que o preferem deglutir... sob a fórma de xarope por simples solução... Este peso, comporta 60 calorias, de si sós suficientes ao trabalho do coração durante dia e meio, culminando o conjunto de 152.000 contrações mantenedoras da vida.

A chávêna ou "média", na gíria dos frequentadores de cafés, exige nos seus 150 centim. cúbicos de capacidade e conteúdo, cerca de 45 gr. do edulcorante, com o êsmo de 180 calorias, que prolongariam a atividade cardíaca por quatro dias e tanto.

O operário, que ás 14 horas, suspensa a faina, aprecia sua "caneca" de café, embora em infuse estreme, mas lhe junta 50 a 60 gr. de açúcar, reforça o valor dinámico próprio de 240 calorias novas, apercebendo-se para enfrentar o trabalho, talvês violento da tarde, até o computo de 36.000 quilogramas, avaliação mecânica desta achega surrateira e eficiente.

Dêste geito, — açucarado — o café se alteia ao conceito de alimento real, no sentido energético do vocábulo, levando em si mesmo a chispa que há liberar a força latente e as condições peculiares de melhor utilização e pleno proveito dela.

O homem valeu-se do presente da Natureza e, a seu talante, apropriou o café e a bebida sadia e reconfortadora de todos os proletários, — os do trabalho áspero de máquinas a sangue e aqueles de não menos rude mistér — os proletários intellectuais — das ciências, das artes e das letras.

Noroeste

RIBEIRO DO COUTO

I

O incendio côr de rosa do sol nascente
sob o palido azul do céu ainda com estrelas
sóbe vagaroso no horizonte de Araçatuba.

O trem está cheio de corpos cansados
e de gestos aborrecidos que amarrota jor-
[nais de ante-hontem.

O moço do botequim, equilibrista da ban-
[deja,
serve café amanhecido
aos viajantes de Mato Grosso.

Bom dia, terra da Noroeste !
Eu só da janela do carro, com os olhos
[ávidos,
o peito cheio do hálito puro das coisas,
estou frente á frente com essas arvores que
[vão sumindo,
com essa terra amarela coberta de lavouras,
com essas 'casas de taboas, fazendas perdi-
[das que fogem rapidas.
Sinto o impulso de gritar para as matas,
de erguer um viva ao sertão fecundo.
Oh, São Paulo das conquistas ininterruptas,
das avançadas !

II

Guatambú passou: pequena estação sem
[casas,
com pilhas de tóros de madeira á margem
[da linha
e um administrador de chapéu de couro
[dizendo adeus.
Birigui vai aparecer toda de telhados ver-
[melhos
com os cafezais verdes entrado pela ci-
[dade
e ruas esburacadas com os fordes solavau-
[cando.

Durante o dia todo, sacudido no carro,
mordido pelas vêspas tontas das fagulhas,
verei matas, derrubadas, cafezais
e além os desdobramentos da distancia, nos
[espigões,
atrás dos quais a terra longinqua
está povoada tambem de homens e lavouras.

III

Abro sobre os joelhos o mapa do meu guia;
vou seguindo curioso a linha da estrada de
[ferro
com os pontos minusculos das povoações e
[das cidades;

General Glicerio, Penapolis, Miguel Calmon,
[Promissão,
Guaicára, Lins, Monlevade, Presidente Pena,
[Cafelandia,
Guarantan, Cincinato Braga, Lauro Muller'
[Toledo Pisa.
Presidente Alves, Mirante, Araribá, Aival,
Nogueira, Tibiriçá, Val de Palmas, Baurú.
E' todo o país adolescente do café,
a terra viçosa e cálida
onde uma civilização nova se improvisou,
ao longo dos trilhos anunciadores.

IV

Esta humanidade virgem, sem antepassados
[locais

Esta certeza de ser o primeiro,
esta alegria de construir inicialmente !
Não existe nenhum homem feito que possa
[dizer: eis minha terra natal.
Aqui toda gente é adventicia e aventureira.

Como eu gostaria tambem, como êstes rus-
[sicos,
de abrir fazenda num mato distante, e dez
[leguas,

no vale do Aguapeí !
Chegar certa manhã a cavalo com os cama-
[radas.

derrubar a madeira para os esteios,
cortar o sapé, para a coberta,
serrar as taboas para as paredes,
cavar o poço junto da casa
e fazer o fogo para o primeiro café !
Depois, na noite quente do sertão rudo,
repousando no girão cheiroso,
dormir sonhando com as roças futuras !

V

Como se chama esta estação?
Negrinhas vendem balas na plataforma, ao
[melo do povo.

Espanhóis de dentes sujos
riem com largas caras ossudas.
Uma serraria fanhosa, estridente,
dentro de um barracão de folhas de zinco,
atrôa os ares de uma musica monótona
De quem será aquela moça morena?

VI

De olhos semi-cerrados vou evocando agora
o drama inicial,
os bugres bravios caminhando trinta leguas
[pelo mato

para surpreender a turma da estrada de ferro,
a resistencia dos nossos,
a tropelia do conflito,
a fuga espantosa diante das carabinas ex-
[plosivas,
a vitória aliviante da turma
apesar do cadaver do mulato, abridor de
[picada
com duas flexas no peito sangrento.

Mas havia tambem a estima dos indios man-
[sos,
comércio ingenuo de caixas de fósforos e
[espelhos
e as bugras pegadas no mato com cheiros
[agrestes no corpo banhado no rio,
para a sésta furtiva dos dias feriados.
Dias de sói asfixiante.
Dias de chuva multiplicando-se desabada nas
[arvores.
Dias de temporal com uluios do vento me-
[donho.

Noites de solidão condenada
no desconforto estreito das barracas,
com pios de cobra, miados de onça!
A fogueira em roda subia para as estrelas.

A picada avançava sempre.
Até que um dia a turma chegou á barranca
[palustre.
O engenheiro mandou virar cachaça
e heberam patrioticamente á saude do rio
[Paraná.

VII

Em antigas comarcas das zonas vizinhas
tabeliães habilidosos urdiam tramaioas
no segredo poeirento dos cartórios discretos.
E surgiam titulos de propriedade,
Homens de negocio da Capital
agram tranquilos e audaciosos.
Os sobrados do Largo da Sé, em taboietas
[largas,
anunciaram empresas vendedoras de terras,
colonizadores de escritório
com inverosimeis dominios e posses imemo-
[riais.
Italianos, japonêses, brasileiros, polacos, por-
[tuguêses, alemães,
Vieram com escrituras perfeitas,
Requereram divisões em Baurú
e espalharam-se pela terra bruta.
As matas foram caindo.
Depois, nas roçadas húmidas de chuva,
viçaram os cafezais inaugurais.
E tinham nascido as cidades vermelhas.

VIII

Agora, ao longo da estrada de ferro,
é o mar imenso dos cafezais,

infinito, confuso, de um azul sujo.
Agora há diretórios politicos,
polemicas,
eleições,
camaras,
agencias de automoveis,
cabarês.

Atraídas pela fama do dinheiro abundante
as classes liberais da nação
afluem verbosas e proficientes:
farmaceuticos,
engenheiros,
advogados,
medicos,
dentistas,
casam com moças fazendeiras
e são eleitos vereadores municipais.

Os bancos fundam fillais com portas de fer-
[ro pomposas.
Peias ruas barrentas, com fachadas claras,
hoteis, confeitarias, igrejas, depositos,ofi-
[cinas,
interrompem a fila inumeravel das joias de
[turco.

E aos domingos as multidões circulam
excitadas pela missa e pelas casas de negocio.
A ambição está no ar quente das cidades.
Nos olhos de todos fulgura a certeza da hora
e cada gesto denuncia
a vontade aspera de fazer fortuna.

A colonização dos latifundios distantes
continúa pelos processos urgentes.
Demandas enormes e muito graves
exigem batalhões da policia estadual desem-
[barcando,
porque jagunços, no meio do mato,
defendem á carabina a posse juridica
para abstratos patrões que moram na Capital.

As cidades crescem, turbulentas e ricas!

IX

E todos os dias os trens que vêm de Baurú
trazem cheia a segunda classe
com catingas de porão de navio,
com choro de crianças embrulhadas em gros-
[sas lãs europeás,
com caras rubras queimadas de sóes estran-
[geiros,

X

Porém, nesses carros de segunda classe da
[Noroeste
não chegam apenas estrangeiros de roupas
[coloridas.

Vêm tambem nacionais de ar triste,
cabóelos magros de b.gode russo,

mulheres de índio cabelo pastoso
 com filhos pendentes da teta escondida.
 São os mineiros de roupa de chita e de brim,
 inconscientes da sua grande finalidade obs-
 [cura,
 que trazem dinheiro no fundo do bolso, amar-
 [rado no lenço,
 e vêm para plantar café no sertão selvagem.

Ainda agora, numa estação,
 ouvi falar um nome suave: Aiuruoca.
 E eu penso nessa Aiuruoca remota, nos mórros
 [do Sul de Minas.
 Que os viu partir com a tristeza das cidades
 [que se despovôam.

Ouviram falar dos climas quentes,
 das beiras dos largos rios paludosos
 e das insídias pestíferas.
 Mas a sua coragem honesta desdenha os pe-
 [rigos da terra,
 porque o instinto é uma voz imperiosa
 e o sertão chama.

XI

Não sabem que são os paulistas que voltam.
 Não sabem que são descendentes daqueles ou-
 [sados do século XVII
 que vararam a Mantiqueira nunca dantes pi-
 [sada pelos brancos
 e foram, seguindo os rios, procurar esmeral-
 [das e ouro,
 fundando, pelo caminho, no mato unanime,
 [os Baependis.

Oh! raça misteriosa,
 raça que nenhum país no mundo conhece,
 raça migratoria e expansionista,
 raça temerária que quer enriquecêr
 e transpõe uma serra desconhecida para a
 [invasão de um continente desconhecido,

sem socorro nenhum,
 sem esperança de solidariedade nenhuma,
 sem saber quantas tribus ferozes estavam na
 [frente,

sem saber se era possível voltar!
 Oh, raça fundadora de uma civilização,
 raça tosca, hruta, barbara,
 indiferente á mediocridade das vidas meto-
 [dicas,
 raça incendiada de ambições construtoras!

XII

Descendentes daqueles homens que deixavam
 [as mulheres em casa, fiando na roca,
 para ir buscar ouro e pedras preciosas do ou-
 [tro lado do mundo,
 são estes mineiros humildes que agora re-
 [gressam,
 todos os dias, na segunda classe,
 para receber uma escritura
 e invadir com a familia o sertão caféiro,

a muitas léguas da cidade, onde a mata
 [imensa,
 ainda cõbre o massapé fertilissimo.

Venderam as terras pastoris das suas mon-
 [tanhas
 e vêm para o planalto u'bere,
 vêm para obedecer ao secreto impulso de
 [abrir fazenda.

Não sabem que voltam,
 bandeirantes de torna-viagem!

Têm no sangue, adormecida por três seculos,
 a mesma audacia tranquila e sem juizo
 que outr'ora fez o espanto da burocracia
 [colonial.

Como é doce a sua fala,
 como são brandos esses modos sem geito,
 como é feroz o pudor dessas mulheres!
 Vêm disputar o território novo aos estran-
 [geiros,

vêm alargar o país adolescente,
 e absorver os outros povos no seu sangue,
 para que amanhã os que vierem de além-mar
 sintam o mesmo gostoso orgulho brasileiro
 e seus filhos, na escola primaria, nos dias
 [de festa,
 como os nossos, cantem os hinos nacionais
 [com o peito ardente.

XIII

Noroeste, civilização nova,
 expansão incoercível de S. Paulo,
 acima dos cambios, acima das baixas, acima
 [de todos os desastres!

A minha mocidade consciente
 saud'a as tuas cidades,
 a tua vida tumultuária e trabalhadora;
 os teus cafézais infinitos,
 os teus algodoais,
 os teus arrozais,
 os teus milharais,
 os teus feijoads,
 a tua joven realidade agricola!
 Noroeste, força viva de São Paulo,
 São Paulo esportivo, ganhador e violento,
 primeiro premio no campeonato da Federação!

Como eu sinto uma emoção inenarravel
 deante do teu sertão povoado de fazendas!
 Como eu sinto a poesia atribiliaria dessas
 [cidades

em cujas estações uma turba misturada e
 [cosmopolita,
 de maneiras grosseiras, mal educada, am-
 [biciosa,
 se agita em negocios e em discussões politicas!

E's São Paulo que caminha ó Noroeste!
 São Paulo expansionista e conquistador,
 São Paulo de todas as industrias humanas,
 que a geografia manda parar na barranca do
 [rio Paraná!

E's São Paulo que através de Mato Grosso
 irá um dia buscar todo o comércio da Bolívia
 [e do Paraguai
 São Paulo que desconhece o ócio dormente das

[apolices,
 São Paulo que avança, São Paulo que arrisca,
 São Paulo que os "cracks" não refrelam,
 São Paulo da aventura quotidiana do trabalho!

XIV

Quando eu voltar um dia á Noroeste,
 também as pequenas estações de hoje serão
 [cidades,

Guatambu', Araranguá, Anhangabí, Bacurí,
 no caminho de Mato Grosso
 (no caminho do Paraguai, no caminho da
 [Bolívia),

serão cidades prosperas e efervescentes,
 como Bauru', como Pirajuí, como Lins,
 como Penapolis, como Araçatuba!

Como agora nas margens do Tieté,
 também nas margens do Aguapeí, na variante
 [da estrada de ferro,
 outras cidades aparecerão,
 vermelhas, poeirentas, zumbidoras,
 crescendo ricas e turbulentas.

E como os teus homens não olham para traz,
 ninguém pensará, como faço agora,
 na turma de exploração
 em guerra com os bugres ferozes,

no tempo heroico da abertura das picadas,
 avançando sempre, avançando sempre,
 perdida na vastidão do mato imprevisto,
 bandeirantes sem historia.

Ninguém se lembrará do primeiro martir
 [humilde,

do mulato abridor de picadas,
 o brasileiro anônimo
 caído varado de flexas,
 São Sebastião da estrada de ferro da nova
 [conquista!

familias salubres e miseraveis
 Que o Brasil chamava, miragem de ultramar

Nesse amontão de povo mal dormido
 — cabeças com lenços de côres, gorros de
 [veludo escuro —
 nesses corpos fétidos que os porões da terceira
 [classe balançaram

na travessia do vapor inglês.
 na poesia profunda,
 há uma poesia profunda,
 há uma poesia violenta,
 poesia das plébes agrícolas da Europa,
 poesia de raças antigas e teimosas
 que qualquer coisa para êste lado do Atlanti-
 [co atrái:

poesia da sorte desconhecida sobre o mar,
 poesia do porto de Santos com o desembarque,
 poesia da São Paulo Railway Company,
 poesia da descoberta da Capital entre brumas,
 poesia da imigração!



O trabalhador nacional na lavoura de São Paulo

FABIO GUIMARÃES

O conhecimento, que vinte anos de lavoura de café nos dão da obra de mão nacional nessa cultura, autoriza-nos uma grande confiança na ação do elemento nacional para assegurar o desenvolvimento e grandeza da lavoura cafeeira paulista.

Quem quer que haja lidado nessa obra de substituir as matas nativas pelas linhas de cafeeiros há de reconhecer que os mais rudes serviços têm sido sempre produto do esforço do trabalhador nacional.

Há um fato de maior eloquência nêsse sentido e que demonstra, de uma vez, a parte máxima que cabe ao nosso trabalhador na criação da riqueza agrícola de São Paulo. E' êste: todo êsse oceano de café, que anda por um bilhão de arvores, foi plantado por brasileiros.

A colaboração do braço estrangeiro, aliás, preciosíssima, só vem depois de limpo o terreno, feita a plantação, arrumada a casa.

Antes disso, porém, o duro serviço a fazer é só do nosso patricio. E' êste: todo êsse oceano de café, matas, para proceder às roçadas, e que enfrenta, de machado, nas derrubadas, os duros lenhos das perobas, das cabriúvas dos angicos.

Há que vêr em contraste com o axioma da "preguiça do brasileiro", o nosso caboclo a aguentar, desde a madrugada até o escurecer, o áspero serviço das derrubadas. Com a palidez tropical nas faces, mas com uns músculos de aço, é o nosso tra-

balhador o único escolhido para êsse mistér.

Quando, há mais de trinta anos, o serviço de "colono" nas fazendas, era quasi que exclusivamente de estrangeiros e os trabalhadores brasileiros eram ocupados, na lida agrícola, quasi só em serviços avulsos, de "camarada", tornou-se uma opinião errônea da pouca persistencia dêste no trabalho. A verdade é que a natureza do serviço de "colono", isto é, serviço contratado por um ano com famílias que se obrigam a carpir os cafézais e a colher o café, com direito de plantação de cereais para as próprias famílias de colônos, induz ê permanência na fazenda, prorrogando-se, muitas vezes, o contrato anos e anos, ao passo que o serviço de "camarada", isto é, serviço de terreiro, de carroça, de máquina e outros avulsos, de natureza transitória não tem o mesmo efeito.

Hoje, que há muitas famílias de "colono" brasileiras, disseminadas em quasi todas as fazendas do Estado, se verifica que têm elas a mesma persistência nas fazendas que as famílias estrangeiras.

Rara será a fazenda em São Paulo que não tenha famílias brasileiras de "colono" com permanência de muitos anos.

Póde-se, pois, encarar o futuro sem temor.

O elemento nacional, que contribuiu tão grandemente para a criação da riqueza agrícola que aí está, saberá assegurar-lhe o seu contínuo desenvolvimento.

O café no Ceará

A SERRA DE MERUOCA, BERÇO DOS CAFEZAIOS DO NORDESTE

MAXIMO LINHARES

Data de 1830 a introdução do caféeiro no Ceará.

Documento êsse gênese da nossa lavoura caféiera as memorias genealogicas dos descendentes de Arnaud de Holanda e de sua mulher, d. Brites Mendes de Góes e Vasconcelos, compreendendo um periodo de perto de 400 anos, escritas até o ano de 1759 pelo capitão-mór José de Xerez Furna Uchôa, e continuadas, posteriormente, pelos seus netos, em segundo e terceiro grãos, Vicente e Manoel do Nascimento Alves Linhares, os quais são conservados com carinho por minha familia. Tirei daí a noticia que singelamente reproduzo do primeiro pé de café plantado no sólo cearense.

O capitão-mór José de Xerez Uchôa, da familia dos Góes e Vasconcelos, descendê da nobilissima familia dos Albuquerque. Dona Joana de Góes e Vasconcelos era filha de Francisco de Albuquerque e Vasconcelos.

Tendo falecido o pai de José de Xerez Furna Uchôa, em Goiana, Provincia de Pernambuco de onde era natural retirou-se êste para o Ceará, em busca de melhor clima para o restabelecimento da precária saúde de sua mãe.

Dirigiu-se, então, João de Xerez, para o Norte do Ceará, estabelecendo-se a 2 leguas da barra do Acaraú, onde veio a falecer aquella matrona.

Por êsse motivo, José de Xerez mudou a sua residencia para a antiga Vila de Sobral, passando, porém, os meses calmosos no seu famoso sitio Santa Ursula, na Serra da Meruoca, Cordilheira da Ibiapaba.

O capitão-mór José Xerez era homem muito adiantado e empedreador; tanto assim que, na sua já referida fazenda, instalou, naquelle tempo, um bom engenho de mór cana, maquinismos completos para a preparação de farinha de mandioca, coisas até então desconhecidas, pois o que havia no gênero era muito rudimental e absolutamente primitivo.

Tendo ido a Portugal, passou-se dali á França e, munido de apresentações das mais importantes pessoas de Lisboa, teve a honra de ser acolhido na côrte de Versailes, fazendo as relações de alta valia.

Graças ao duque de Choiseu, cuja benevolencia conquistou, conseguiu obter duas plantinhas de café, das existentes no Jardim de Plantas de Paris, oriundas de outras mudas trazidas de Moka, por marinheiros da

Holanda, e por esta nação oferecidas a Luís XV.

Dos dois pés de café que conseguiu Xerez, pequenos e mesquinhos, um morreu na longa e custosa travessia, feita em barco a vela, e o outro, após trabalhos e cuidados sem conta, levou-o para o Ceará, plantando-o no seu sitio "Santa Ursula", da Serra da Meruoca, num ligeiro declive do terreno, atrás da casa de sua residencia. Ai foi essa planta vista em 1861, ainda frutificando extraordinariamente, em certas épocas, apesar de lá contar, naquelle tempo, uns bons cem anos. pouco mais ou menos, graças aos cuidados do genro de Xerez, sargento-mór Francisco Antonio Linhares e do genro e sobrinho dêste, tenente-coronel Joaquim José Alves Linhares, que lhe sucederam no dominio do sitio Santa Ursula.

Foi êste pé de café o pai de todos os cafézais do Ceará, como muitos testemunhos affirmam e como parece provar o fáto de ser o café do Ceará de qualidade Moka, com toda a certeza o mais antigo, o primeiro que foi ali plantado. E dali é bem possivel se tenha irradiado toda a plantação de café no Nordeste do país. Assim é que, com quanto os Estados daquela zona, não sejam, propriamente caféeiros, contudo existem, em todos êles, sitios e fazendas em que se explora a lavoura do café, mais ou menos intensamente.

No meu Estado, o Ceará, cultiva-se principalmente na Serra de Baturité, a esplendida qualidade de café dessa origem. E, apesar de serem os grãos menores do que os do café de S. Paulo, Minas e Espirito Santo, o sabôr e aroma do café do Ceará, são por todos reconhecidos superiores aos dos cafés do sul. Isso nos faz crêr tratar-se de qualidade selecionada, oriunda, como ficou dito, de Moka.

Nos cafézais de meu falecido pai, Francisco Alves Linhares, porventura o maior plantador do Estado, Serra de Baturité, foi sempre essa qualidade preferida, por ser a mais reputada nos mercados.

A tradição corrente acerca das origens da lavoura caféiera, no Ceará, é perfeitamente conforme a versão autorizada pelos documentos do arquivo de familia, aos quais acabo de me reputar, para traçar estas ligeiras notas de contribuição á interessante e proveitosa iniciativa de O JORNAL, comemorando o segundo centenário do café no Brasil.

O café em Minas Gerais

À CULTURA DO CAFÉ NASCE E SE DESENVOLVE SEM AMPARO OFICIAL

DANIEL DE CARVALHO

Examinando-se a linha alta dos acontecimentos da História pátria, vê-se facilmente que, assim como o açúcar domina o cenário do século XVII e as minas de ouro e de diamantes enchem as páginas do século XVIII, o café vem a preponderar no século XIX como principal elemento de vida e de progresso do Brasil.

A cana de açúcar mereceu, porém, desde o primeiro quartel do século XVI (alvará de 1516 sobre o estabelecimento de um engenho) a desvelada proteção da Corôa — e as minas, acima de tudo, constituem a preocupação absorvente da côrte portugueza que derramou sobre a colônia um dilúvio de Cartas Régias no intuito de animar e protegêr a mineração. Tão grande era a fascinação dos veieiros auríferos e das cátas diamantíferas que se chegou mesmo a proibir os trabalhos da agricultura e da indústria que não interessassem imediatamente á exploração das minas, porque, conforme dizia o marquês de Lavradio, “o verdadeiro sistema” da Capitania de Minas Gerais era trabalharem uns nas lavras e descobertas e outros nas rôças, afim de não faltarem os meios de subsistência aos mineradores.

Si o açúcar e as minas tivéram assim todo o carinho da municipalidade régia, o café, ao contrário, vai ser introduzido em Minas, como no Brasil, por iniciativa particular — e crescer e prosperar inteiramente á revelia dos podêres publicos.

É curioso notar como na primeira metade do século XIX, o governo imperial se esfôrça por aclimar e expandir um grande número de plantas exóticas como o trigo, a vinha, o linho, o cânhamo, o pinho de Riga, a amoreira, a baunilha, “o freixo que produz o maná” e, principalmente, o chá, sem, todavia, cogitar do café. Entretanto, o café, por si só e sem o bafejo official, vai conquistando cada dia maior terreno ao passo que as plantas de estufa apenas vegetam como curiosidades botánicas nos estabelecimentos do govêrno e sómente o trigo e a vinha lôgram ocupar pequenas áreas nas regiões mais adequadas ao seu cultivo.

O CHÁ CONTRAPOSTO AO CAFÉ

Parece que o desenvolvimento da cultura do café inquietava a mente dos altos dignatários do Império, os quais trataram de contrapôr-lhe o seu natural competidor, o chá, formando para isso uma base de operações no Jardim da Lagôa (Lagôa Rodrigo de Freitas, atual Jardim Botânico).

Foram importados chins especialmente para o ensino do cultivo da arvore e do fabrico do chá. Frej Leandro do Sacramento publicou um folhêto de propaganda da nobre planta, destinada a cobrir com os pautados esquadrões dos seus elegantes arbustos as colinas ambicionadas pelo plebeu intemerato e borbulhante de seiva e de vida que lá galgando as encostas das montanhas outrára cobertas de densas florestas tropicais.

Os cortezãos se esmeravam na campanha em pról da aristocrática bebida do Paço e dos salões. Fez-se larga distribuição gratuita de sementes (só em 1846 o Jardim da Lagôa distribuiu 20 alqueires).

O ministro do Império, José Inácio Borges, dizia em seu relatório de 1836: “A rapidéz com que nas provincias do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo se vai estendendo o plantio e fabrico do chá, há um indicio manifesto da aceitação que êle tem no mercado, é uma razão sufficiente para concebemos esperanças muito lisonjeiras sobre o progresso dessa indústria nascente. Uma porção não pequena de sementes foi remetida ao presidente da Província do Rio de Janeiro para a mandar distribuir pelos lavradores do município de Angra dos Reis, cuja Cômara a solicitou; e outra do género já manipulado foi entregue, ao inglês João Sturz para o fazer vêr e apreciar no seu país”.

Vejam só como se enganavam os homens daquela época: S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro tornam-se, cada vez mais, com o correr dos tempos, grandes produtores... de café!

Em 1838, Bernardo de Vasconcelos, o grande estadista mineiro, informava por sua vez aos representantes da Nação:

“O Governo continúa no empenho de fazer apreciar na Europa o chá da nossa produção. Para êsse fim enviou uma avultada porção de libras daquele gênero, fabricado no Jardim da Lagôa, ao nosso Enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Londres para ali reparti-lo pelos negociantes da Casa da Índia.”

Em 1843, quando a estatística do Consulado da capital do Império já acusava uma exportação de café, no ano anterior, de 5.557.075 arrobas, o marquês de Sapucaí ainda mantinha o mesmo silêncio sobre o café e assim se manifestava em relação ao chá :

“Não se tem perdido de vista a cultura do chá, de que tantas vantagens podemos colher, oferecendo aqui á Europa um produto que éla com tantos riscos, incômodos e despesas vai procurar aos confins da Asia”

Poderia multiplicar as citações, mas creio, segundo supponho, as que aí ficam — bastantes para mostrar o empenho do Governador Geral em introduzir entre nós a cultura do chá da Índia e o descaço completo pelo café. Vejámos os resultados conseguidos. A produção do café iniciada em 1825 com quatro arrobas, foi de 12 arrobas em 87 e de 23; dahi em diante oscillações até alcançar o máximo em 1847, em que só o Jardim Botânico de Ouro Preto deu 40 arrobas.

Nêsse ano, o ministro do Imperador prevê um grande futuro para a cultura do chá, “especialmente em S. Paulo”, assim se exprimindo :

“Na Província de S. Paulo cada dia se apresenta mais próspera a cultura do chá e não será para admirar que dentro de poucos anos seja êste ramo de indústria agrícola um grande manancial de riqueza.”

“Um grande manancial de riqueza se estava constituindo, realmente, por essa época em S. Paulo, mas não era formado pelo chá e sim pelo café. Por volta de 1850 começa o abandono da cultura do chá, e em 1860 Wawra, na “Flora Brasiliensis”, de Martius, apenas lhe dedica algumas linhas de saudade, porquanto já então “cultura theae penitus sublata est”.

O chá fôra vencido pela força irresistível da onda invasora do café, que, encontrando no seio da terra e no coração do povo condições favoráveis ao seu desenvolvimento, desdenha o amparo official e, por si só, rompe galhardamente pelas nossas montanhas a dentro, abrindo novas e largas perspectivas á civilização brasileira.

O CHÁ, A CONGONHA E O CAFÉ EM MINAS

Em Minas se reproduziu com fidelidade o mesmo fenómeno observado em relação ao Brasil: — enquanto os poderes públicos se esforçavam por incrementar diversas culturas alienígenas, especialmente o chá, o café entrou, deitou raízes e se alastrou pelo território mineiro, sem nenhu mbafejo governamental, ao passo que o chá não conseguia conservar o seu lugar, apesar de merecer os mimos e carinhos dos relatores e das “Falas” ao Conselho da Província.

Á semelhança do Jardim da Lagôa, o centro da cultura do chá em Minas foi o Jardim Botânico de Ouro Preto, fundado em 1825. Ai a planta prosperou realmente por ter encontrado excepcionais condições de solo e clima (o clima da camelia).

Em 1840, o presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, acentuava que o chá podia vir a ser para Minas “um dos mais importantes ramos do seu comércio e exportação, “como tem sido o café cuja cultura e preparação não exige menor trabalho e dispêndio, senão, allás, de muito mais custosa condução.”

Em 1840, conforme se lê no Rel. do Ministro do Império, Joaquim Marcelino de Brito, havia culturas de chá em Pouso Alegre, S. João del Rey, Jaguarí, Campanha, Lavras, Oliveira, Baependi, Airuoca, Caldas, Barbacena e Santa Barbara.

De todas estas plantações só restam algumas arvores agrupadas em capoeiras de mata comum, como tive occasião de observar nos arredores da Jaguarí, e as culturas do município de Ouro Preto, entre as quais as da chácara do “Tesouro” e as do antigo Jardim Botânico, que resistiram ao abandono e ao fogo empregado na queima dos matos para formação de pastagens. Estas plantações do Jardim Botânico foram aproveitadas pelo governo de Minas e constituem a principal cultura do aprendizado “Barão de Camargos”, que tem em plena produção 120.000 pés das variedades chinesa e asâmica.

Não podia ser mais mofino o resultado de tanto esforço e de tanta propaganda! Nem se diga que o café encontrou sólo e clima adequados, ao passo que o chá estava em meio completamente hostil ao seu desenvolvimento e á conservação de suas qualidades essenciaes.

Si no Rio de Janeiro, a principio, as folhas do chá eram boas mas nos anos seguintes “i pejus mutata denique igu ingus-

tabilia, et nullius pretil facta sunt (War-wra) o certo é que a "thea veridis" tinha e tem em Minas e em S. Paulo só e clima apropriados ao seu desenvolvimento normal sem jamais degenerar, ao passo que o café lutou também com fatores adversos, entre os quais a geada, sofrendo ainda hoje, em algumas zonas, as devastações desse flagelo.

Fato incontestável é que o chá não logrou o favor popular, foi sempre tido como um "intruso" imposto pelo governo — l o café gozou desde o começo da estima pública e da propaganda anônima da gente humilde que nunca pôde apreciar o chá verde ou o chá preto da Índia ou do Ceilão e cedo se acostumou a beber o saboroso café, que se tornou a bebida nacional por excelência.

Os antigos bandeirantes encontraram no planalto mineiro uma preciosa planta de que faziam magnífica infusão — a congonha. Tamanho apreço davam a este valioso arbusto que diversas povoações ainda hoje guardam, em sua denominação, a lembrança da "ilex paraguaydiensis" como principal característica da localidade (Congonhas do Campo, Congonhas do Norte e Congonhas).

Si o chá, como o vinho, era a bebida dos ricos, dos senhores de mineração, dos contratadores, dos altos funcionários da Capitania, da gente fina e letrada da Arcádia Ultramarina — a congonha, como a cachaça, era a bebida dos escravos, dos pobres, dos "dragões" encarregados da vigilância dos caminhos, dos rudes trabalhadores das roças e das lavras, dos audazes garimpeiros e quilombolas.

Surge, todavia, o café e, com o poder miraculoso das suas qualidades intrínsecas e da força misteriosa do seu domínio em nosso país, em pouco tempo nivelou ricos e pobres, poderosos e humildes, debaixo do seu domínio absoluto!

O uso do café se espalhou na Capitania de Minas com extraordinária rapidez e dentro em pouco se tornou geral e o seu consumo até excessivo.

Ele foi saboreado, como disse o poeta, com igual satisfação, na porcelana do fidalgo, na tijela do rústico e na cuia enegrecida do tropeiro.

Aos mais remotos rincões sertanejos levou o tropeiro o hábito de tomar café passado no coador de pano, com o feitiço de um funil. Mal chega a tropa no rancho (e este costume ainda subsiste em nossos dias), acende-se o fogo e logo se arma a tripeça com a chaleira de água para o culto indispensável do café.

O café não foi assim sómente o principal artigo de exportação e a maior fonte de riqueza da Província, mas também um poderoso agente civilizador, criando "a fazenda", célula viva do nosso organismo social e político, e estabelecendo o convívio amável, polido, fraternal, e mtorno da mesa ou da bandeja do café.

O café veio a ser o melo clássico de obsequiar as visitas no lar mineiro. Não oferecer café constitui e cúmulo da indelicadeza e da somitiquice. Recusa-lo importa numa desfeita aos donos da casa.

As diferenças de classe e de meio desaparecem diante do café fumegante: vitória evidente da democracia.

Pela manhã e á noite reúnem-se todos os membros da família para a cerimônia ritual, para a comunhão alegre e feliz da xícara de café.

O café agiu, destarte, como elo de união das famílias e das classes antes de ser o laço da amizade entre os Estados e o sólido vínculo que nos prende a outras nações.

COMO, QUANDO E ONDE COMEÇOU A CULTURA DO CAFÉ EM MINAS

Até o terceiro quartel do século XVII, não era o café cultivado na Capitania de Minas.

Por volta de 1775, isto é, quando entraram a produzir os cafeeiros plantados, na chácara dos Barbadinhos e em outras chácaras dos arredores do Rio de Janeiro, começou a ser o café plantado nos quintais de Minas, e já em 780 aparece menção da sua existência entre outras frutas, na cidade de Mariana, conforme se vê na Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. (Rev. do Arch. Pub. Min. col. E, p. 439).

A cultura foi introduzida pelo caminho novo "aberta pelo guarda-mór Garcia Rodrigues Pais através da Serra do Mar e da Mantiqueira, estando em erro quem supõe as primeiras colheitas estabelecidas ao sul de Minas, em Jacuí, Airuoca, Baependi e Santa Rita do Sapucaí.

Tão generalizado está este erro estampado oficialmente no livro "Aspectos da Economia Rural Brasileira", publicação da Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Ministerio da Agricultura, 1922, e reproduzido pelo dr. Augusto Ramos, no seu substancioso trabalho — "O café no Brasil e no estrangeiro", 1923 e, por isso, constantemente repetido na imprensa, que resolvemos investigar a ordem do engano.

Parece-nos que o equívoco procede da falsa interpretação de uma passagem de Saint-Hilaire, no seu livro — “Voyage aux sources du Rio de S. Francisco e dans la Province de Goiás, 1837, pag. 7, em que elle se refere á exportação do café, “du midi de la province de Minas.”

Mas, evidentemente, o sul de Minas ali mencionado e cuja exportação concorreu para aumentar a importância do “caminho novo” era a região da antiga Mata mineira, os municípios de Juiz de Fôra, Rio Preto, S. José d’Além Paraíba, Mar de Espanha, Leopoldina e outros do Vale do Paraíba.

Tão recente é a cultura do café nos vales dos rios Verde e Sapucaí que o Almanak Sul-Mineiro de 1874, declara: “É plantado por enquanto quasi que só para o consumo local, nos municípios vizinhos ás provincias de S. Paulo e Rio, principalmente em Pouso Alegre e Jaguarí há imensas plantações e já se faz dêsse género alguma exportação.”

Se em 1874 ainda era incipiente a exportação de café do Sul de Minas, como admitir que no começo do século XIX já concorria para aumentar o movimento do “caminho novo”?

Aliás, o proprio Saint-Hilaire, na sua viagem, passou por Airuoca e não menciona a existência do café ali.

Baependi começou a cultivar café em tempos bem mais proximos e sempre pouco café. (Rev. cit. vol. II, pag. 246).

Até 1826, pelo menos, não havia cultura de café em Santa Rita de Sapucaí, nem em S. Gonçalo, Santa Catarina, Douradinho, Santanna do Sapucaí, Patrocínio das Caldas, Ouro Fino, Camandacaia, Jaguarão, Pouso Alegre e Atajubá, conforme se vê na memoria histórica da Campanha em 1823. (Rev. cit. vol., 1º, pag. 626).

Em Jacui tambem não data de muitos anos a cultura que foi para ali, levada da Mocóca sómente depois que o café irradiou anos a cultura que foi para ali levada da Mocóca sómente depois que o café irradiou de Campinas para os municípios mais distantes do centro paulista.

Os documentos e crônicas das últimas décadas do século XVIII confirmam a tradição de que, havendo intenso tráfego diário de Minas com o Rio de Janeiro por meio do “caminho novo” que vinha desembocar no Porto da Estrela, apenas principiaram a dar os cafeeiros das chácaras do Rio de Janeiro, logo levaram os tropeiros e viandantes algumas sementes da rubilácea ara os pomares dos ricos mineradores, deixando,

comtudo, pelos pousos do caminho, algumas bagas da preciosa planta exótica.

Na propagação da cultura não é licito desconhecer o papel relevante dêsse obscuro obreiros da nossa grandeza e conômica em outros tempos, os tropeiros, e que, ainda são hoje, em largos tratos da nossa terra os transportadores comuns das mercadorias, das noticias, das idéias, de todas as coisas novas para o interior do pais.

O certo é que Jaú Marne, nas suas viagens ao interior do Brasil, particularmente aos distritos do ouro e dos diamantes, em 1809-1810 encontra na fazenda da Mantiqueira “cafeeiros antigamente quantados”, observa nas cercanias da Barra do Campo, que a geada tinha destruido todas as bananeiras e “atacado os cafeeiros”, almoça adiante num dos pousos, “café e ovos” e, ao chegar a Vila Rica, Onro Preto, recebe de presente café, doces, queijo e bom pão.”

Indo visitar a fazenda da Barra, de propriedade do Conde de Linhares, na comarca de Mariana, fica encantado com o sitio e, fingido á secura da sua descrição, narra poeticamente: “Depois do jantar, fomos passear no jardim, onde o cafeeiro se assemelhava no seu canto a uma arvore coberta de neve.”

As fazendas da Barra e do Crasto eram modelos de organização e haviam pertencido ao mestre de campo Mathias Barbosa da Silva.

Ainda hoje a fazenda do Crasto occupa o primeiro lugar entre as propriedades agrícolas de Mariana, mas a cultura do café desapareceu inteiramente.

Proseguindo a sua viagem, Marve, na comarca de Minas Novas, encontra bem desenvolvida a cultura do algodão e incipiente a da cana de açúcar e do café, de que já se faz exportação, apesar da distancia do Rio e de portagem do Paraíbauna.

Nesse tempo fazia-se em lombo de burro, á razão de nove arrôbas ou cerca de tresentas libras por animal, custando cada carga de Minas Novas ao Rio de Janeiro cerca de seis libras esterlinas, ao Tejuco (Diamantina), duas libras, e a Vila Rica (Ouro Preto), três libras.

Tambem em S. João del Rey, Marve viu cultura de café, de que já se mandava um pouco para o Rio de Janeiro.

Finalmente, no quadro do estado da sociedade e da classe média que se occupa das minas e da agricultura, descreve o viajante inglês uma propriedade típica com a sua casa barreada, pobremente guarnecida, “onde”, porém, não falta uma cafeteira com pequeno número de chácaras.”

Não padece dúvida que em 1808 já a Capitania de Minas exportava café para o Rio de Janeiro, não só pelas informações acima referidas como pela enumeração que o dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos faz, neste ano, dos artigos de exportação da Capitania, a saber: — algodões, cafés, açúcares, fumos, sólas, couros, queijos e toucinhos (Rev. cit. vol. VI, página 833).

Poucos anos mais tarde, o Barão de Eschwege, nas "Notícias e Reflexões estatísticas sobre a Província de Minas Gerais" (Rev. cit. vol. IV pag. 741) enumera o café como cultura usual e informa que os cafeeiros florescem em janeiro e fevereiro e, por segunda vez, nos meses de maio e junho, amadurecendo desde o mês de setembro até janeiro.

Assim como a descoberta das minas e a abertura do "caminho novo" se reflêtem no desenvolvimento do Rio de Janeiro, o progresso desta cidade com o estabelecimento da Corte Portuguesa, por sua vez, influe decisivamente nos destinos da terra montanhosa, abrindo um largo mercado aos produtos da sua agricultura e pecuária.

Em 1820, segundo Oliveira Martins, "os progressos da Província de Minas admiravam os observadores. O algodão em rama e tecido, o café, os couros, o tabaco, as carnes ensacadas do viveiro pecuário do Brasil central desciam ao Rio, carregando, em viagens sucessivas duas mil bestas."

E o cálculo do número de muões empregados no transporte está muito abaixo da realidade.

O algodão ocupava, então, o primeiro lugar na exportação, mas de 1829 a 1830 cede o lugar ao café, que de 9.700 arróbas passa a figurar nos registros de saída com a cifra de 18.400 arróbas ou 1.221.000 quilos, ao passo que o algodão desce das alturas de 99.000 arróbas para 7.000 apenas.

Assás conhecida é a história do desenvolvimento da cultura cafeeira na zona da mata e depois no sul de Minas e hoje embrenhando-se pelos vales do Rio Doce e do Mucuri, sempre em busca de terras virgens.

Ela é a história do esforço persistente dos pioneiros audazes e perseverantes que derrubaram as matas seculares, venceram os botocadas, os fascinosos, as febres, as fêras, a distancia, a solidão, o desconforto, os duendes da imaginação popular e levantaram as fazendas, drenaram os pântanos, abriram as estradas e comunicações, levantaram as capélas e igrejas, edificaram os povoados e as cidades, criaram essa formidável riqueza, que é a lavoura cafeeira e levaram o conforto de uma civilização superior a largas zonas do território brasileiro contando apenas com o seu esforço e sem auxílio algum dos poderes públicos.

Os governos jamais lembraram de montar uma estação experimental de café, de ensinar os métodos de cultura aperfeiçoada, de tratar da melhoria e barateamento do produto.

Póde-se dizer que a lavoura cafeeira só conhecia o governo até a crise de 1906, que determinou o Convênio de Taubaté, através das garras inexoráveis do fisco.

Rio, setembro de 1927.

O café, em Minas, como agente de riqueza, como fatôr demográfico, como centro de evolução política, como base de outras lavouras e do surto industrial e pastoril

O futuro da lavoura cafeeira, no Estado

E o café o principal agente de riqueza da terra do Tiradentes.

Ocupando-lhe vastas faixas de território, tomando-lhe a atividade em grande parte dos seus proprietários rurais e dos seus lavradores assalariados,—converteu-se o produto na suprema fonte de divicias, ali, quer para o Estado, quer para a União, quer para os particulares.

Com respeito a estes ultimos,—dá o cafeeiro o café por varias formas, mas são importantes ou medianos danos de herdades rurais, que consagram á rubiacea hectares e mais hectares de terras, zelando-lhe do plantio, do florescimento, da produção, da colheita, do beneficiamento e outros possuem maquinas, engenhos de beneficiar, dos quais auferem lucros, servindo ao fazendeiro: exercem outros a profissão de compradores de café, já por conta propria, já por conta de terceiros e fazem grandes negocios em torno do produto, que se destinam ao consumo interno ou ás mãos dos es- portadores.

Os compradores e beneficiadores de café estabelecem-se, geralmente nas sédes dos municipios.

Dos fazendeiros, muitos residem nas respectivas possessões; havendo inumeros que, com o advento de regular riqueza, preferem a alegria e o conforto das cidades á solidão e desconforto dos sitios agrestes.

Especialmente agora, que as estradas de rodagem se ramificam por todos os lados, nas regiões cafeeiras, e que os automoveis se propagam rapidamente por elas,—verifica-se uma especie de lenta migração dos proprietários rurais para os centros urbanos onde, quando não vão morar em luxuosos palacetes, se instalam em bons predios.

A União e o Estado tiram proveitos indirectos do café mineiro com o progresso material de tudo, nas zonas em que êle impera,—progresso que se vem cada vez mais accentuando.

A primeira, como proventos directos teve e tem os fretes das suas ferro-vias e a incidencia do seu imposto de consumo sobre o produto, com a taxa relativa ao café torrado ou moído, a que se refere a lei n. 3.213, de 30 de Dezembro de 1916.

O segundo, como proventos directos que tem, além de fretes ferro-viarios, as fortes contribuições do imposto de exportação da sobre-taxa do café (de corrente do Convenio de Taubaté, criada pela lei n. 424 de 16 de Agosto de 1906, e destinada á valorização do produto, fazendo parte da receita ordinaria do Estado desde 1907) e da taxa adicional o imposto sobre saca de café remetida para fóra do Estado, a qual serve á defesa do produto e foi criada pela lei n. 887, de 19 de Agosto de 1925.

A União aproveita-se ainda, da taxa sobre as operações a termo, da qual a metade é paga pelo comprador e a outra metade pelo vendedor, e que consta de 100 réis por saca de café; mas essa taxa produz uma insignificancia, visto como deu apenas, em 1921, 41\$544. E o Estado aproveita-se ainda da taxa de estatistica, que instituida pela lei n. 356, de 20 de Setembro de 1902, era a principio cobrada sobre cada saca de café exportada,—a razão de 150 ou 250 réis, respectivamente, conforme o acondicionamento fosse em fazenda de algodão ou de aniagem,—e que hoje recae, á razão de 1 real por quilograma, sobre o café exportado, com frete a pagar fóra de Minas.

A sobre-taxa do café rende muito para o Estado; em 1921, por exemplo, atingiu a arrecadação dela a 6.381.689\$162. A taxa de estatistica no ano citado, deu 16.440\$800.

As municipalidades cobram bastante do imposto sobre as usinas de beneficiamento e rebeneficiamento, assim como do imposto sobre os armazena e depositos.

Para que se faça uma idéa da influencia do produto quanto ao progresso pecuniário das subdivisões administrativas em que êle viceja—alí—cumpre se examinem as finanças das principais dentre elas sobre o movimento da receita arrecadada em 1921 pelas coletorias federais e estaduais e pelas edilidades, nas 40 circunscrições que, em 1919, mais café procriaram:

MUNICÍPIOS (40)	ZONAS	PELAS COLETORIAS FEDERAIS	PELAS COLETORIAS ESTADUAIS	PELAS CAMARAS MUNICIPAIS
Carangola.....	Mata	203:527\$417	367:991\$830	260:442\$966
Manhuassú.....	»	98:063\$985	215:301\$906	187:760\$397
Caratinga.....	»	88:069\$811	214:913\$099	109:467\$223
Cataguases.....	»	253:163\$132	311:000\$038	260:383\$000
Monte Santo.....	Sul	75:450\$009	243:218\$408	180:443\$196
Juiz de Fóra.....	Mata	1.626:585\$721	932:753\$411	990:276\$397
S. Sebastião do Paraíso.....	Sul	86:923\$061	186:320\$612	208:893\$651
Muriaé.....	Mata	99:385\$628	288:547\$908	187:457\$727
Ponte Nova.....	»	211:082\$630	337:822\$155	324:351\$840
Além Paraíba.....	»	134:154\$174	202:659\$329	166:627\$668
Leopoldina.....	»	141:223\$440	230:793\$089	168:966\$428
Ubá.....	»	129:504\$946	305:339\$484	179:779\$279
Teófilo Otoni.....	Norte	102:034\$897	141:455\$244	152:122\$733
Pomba.....	Mata	47:395\$250	132:865\$818	68:494\$743
Rio Branco.....	»	130:065\$000	267:567\$183	127:870\$447
Mar de Espanha.....	»	46:082\$905	186:995\$965	142:411\$877
Jacutinga.....	Sul	13:268\$598	169:019\$350	123:879\$099
Rio José Pedro.....	Mata	29:791\$399	88:239\$372	72:999\$158
Machado.....	Sul	56:209\$994	176:309\$356	85:562\$353
Guaraní.....	Mata	18:601\$502	35:502\$122	22:893\$330
Rio Novo.....	»	55:094\$210	129:303\$447	114:573\$541
Ouro Fino.....	Sul	120:577\$989	219:493\$000	186:298\$765
Viçosa.....	Mata	73:078\$208	154:990\$931	127:000\$000
São Manoel.....	»	33:204\$910	86:796\$040	44:403\$365
Guaraná.....	»	26:745\$900	73:536\$839	59:275\$725
Nepomuceno.....	Oéste	20:734\$228	126:339\$369	51:706\$785
Palma.....	Mata	42:228\$990	92:041\$531	48:885\$699
Conquista.....	Sul	46:901\$903	53:589\$129	104:071\$180
Abre Campo.....	Mato	46:433\$522	94:536\$027	51:286\$169
Guaxupé.....	Sul	72:180\$199	128:502\$214	112:942\$940
Guaranésia.....	»	53:109\$359	116:939\$532	119:420\$982
Varginha.....	»	87:025\$691	151:795\$086	106:892\$665
Mutum.....	Mata	33:150\$479	48:628\$718	28:356\$600
Eloy Mendes.....	Sul	17:652\$618	73:843\$423	48:670\$000
Caracol.....	»	21:479\$455	96:630\$974	83:863\$923
Conceição.....	Norte	35:925\$288	80:376\$408	37:908\$628
Muzambinho.....	Sul	37:377\$338	134:722\$821	372:464\$601
Rio Casca.....	Mata	44:358\$576	99:059\$734	125:900\$153
Mercês.....	Centro	17:066\$637	47:920\$449	55:048\$956
Bom Sucesso.....	Oéste	38:460\$905	102:744\$756	144:008\$475

Minas era, 1919, (e é ainda), o segundo Estado do país, na área cafeeira cultivada com 156.998 hectares; no número de pés do arbusto existentes, com 488.036.200; na quantidade de estabelecimentos rurais possuidores de máquinas de beneficiar café, com 1.721; e na produção com 2.527.503 quintais. No numero de estabelecimentos produtores já se tornára naquele ano o primeiro, com 41.393.

Assim,—não é de admirar o desenvolvimento cada vez mas intenso que vão tendo as suas regiões onde impera a rubiacea prodigiosa.

Os dez municípios mineiros que, conforme o último recenseamento federal, possuem maiores totais de áreas empregadas nas culturas agrárias, em geral pertencem justamente a grandes zonas de café, e as terras e benfeitorias d'elles valem muito:



UMA VISTA PANORAMICA DA CIDADE
DE CARANGOLA, EM MINAS GERAIS

(Ilustração ao natural, a pena,
pelo prof. H. Cavallieri)

H. Cavallieri

MUNICÍPIOS (10)	ÁREA GERAL CULTIVADA, EM HECTARES	VALOR TOTAL DAS TERRAS, COM AS BENEFICÍARIAS
Manhuassú.....	48.943	22.220.363\$000
Carangola.....	45.090	26.646.957\$000
Caratinga.....	36.653	26.526.354\$000
Ponte Nova.....	36.180	21.723.741\$000
Juiz de Fora.....	36.179	71.209.008\$000
Cataguases.....	33.370	27.174.501\$000
Paraisópolis.....	31.113	16.917.990\$000
Pouso Alegre.....	29.347	17.515.220\$000
Muriaé.....	28.853	14.849.389\$000
Ubá.....	27.816	25.758.800\$000

No beneficiamento do café como indústria (não naquê que é feito em maquinas de estabelecimentos rurais), assim como na torragem e moagem—são empregados muitos valores e esforços. Do ano de 1919, acompanhando os dados do derradeiro recenseamento federal, poder-se-á apreciar o desenvolvimento mineiro, nesse tocante:

INDUSTRIAS	N. DE ESTABELECIMENTOS ESPECIAIS	CAPITAL EMPREGADO	FORÇA MOTRIZ H. P.	No. DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Beneficiamento de café..	105	4.457.287\$000	2.309	900	16.930.791\$00
Torrefação e moagem de café	30	280.989\$000	132	58	916.082\$000

O café apesar de constituir sempre para os mineiros, que são precavidos e não jogam sobre êle, um agente de riqueza, causa-lhes por vezes embaraços, com os naturais transtornos do comércio.

Na hora presente, por exemplo, devido á arrojada restrição de transportes, imprescindível á defesa da enorme safra atual muitos fazendeiros se vêm apertados pecuniariamente para com os seus credores por não poderem dar escoamento regular ao produto que possuem.

São forçados em tais condições a recorrer aos bancos, que frequentemente se fecham para êles, ou aos capitalistas, que cobram juros avultados do que empesfiam.

Pequenos produtores preferem mesmo, em vista disso, entregar os seus cafés a compradores oportunistas, por preços reduzidos.

Alguns, na "Zona da Mata", chegam a trazer o seu produto, de longe, até ás estações da Estrada de Ferro Leopoldina,—para aí passarem pela decepção de não poderem embarcá-lo por já haver sido atingido o limite maximo das remessas que competiam aos respetivos municipios. Constrangidos então, por não lhes ser licito voltar com êle para traz e por não existirem armazens de deposito,—vendem-no barato a qualquer pessoa, a 14\$000 ou 15\$000 a arroba.

CRESCIMENTO DEMOGRAFICO DAS ZONAS CAFEIRAS

Foi e é real a influencia do café como elemento demografico.

Após principiarem, nas zonas da "Mata" e do Sul, as culturas intensivas da rubiacea, deram-se migrações de trabalhadores de outros pontos do Estado para aqueles, onde encontravam terrenos mais novos, menos caros e mais férteis.

Em fins do seculo XIX, as ferro-vias começaram a procurar aquelas regiões, por causa do progresso delas,—progresso do qual foi primordial fator o café. E das estradas de ferro se originou e origina o aumento das populações.

A colonização, oriunda tambem do produto, contribuiu com a sua parcela para o crescimento demografico das zonas cafeiras.

Do quanto estas representam, ao aspecto do número de habitantes, no corpo do Estado, poderemos ter uma demonstração examinando a seguinte estatística, relativa, em 1919, ás 40 subdivisões que mais café produziram:

MUNICÍPIOS (30)	ZONAS	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	DE NACIONALIDADE IGNORADA	TOTAIS
Carangola.....	Mata	84.308	2.339	28	86.675
Manhuassú.....	»	84.610	1.030	51	85.691
Caratinga.....	»	136.735	278	4	z137.017
Cataguases.....	»	60.238	1.954	14	62.206
Monte Santo.....	Sul	28.743	1.806	21	30.570
Juiz de Fôra.....	Mata	112.082	6.062	22	118.166
S. Sebastião do Paraíso.....	Sul	35.671	1.854	12	37.537
Muriae.....	Mata	68.365	1.552	26	69.943
Ponte Nova.....	»	61.491	1.000	2	62.665
Além Paraíba.....	»	38.578	1.247	1	39.826
Leopoldina.....	»	51.834	1.527	7	53.368
Ubá.....	»	60.454	1.969	2	63.425
Teofilo Otoni.....	Norte	162.602	555	42	163.199
Pomba.....	Mata	43.103	603	11	43.717
Rio Branco.....	»	52.274	1.105	2	53.381
Mar de Espanha.....	»	35.981	1.264	1	37.246
Jacutinga.....	Sul	18.372	2.230	13	20.000
Rio José Pedro.....	Mata	35.806	123	1	35.930
Machado.....	Sul	28.697	658	2	29.357
Guarani.....	Mata	9.028	288	—	9.316
Rio Novo.....	»	18.769	659	3	19.431
Ouro Fino.....	Sul	46.155	2.283	29	48.467
Viçosa.....	Mata	54.806	707	—	55.513
São Manoel.....	»	19.828	632	1	20.461
Guaraná.....	»	14.286	654	62	15.002
Nepomuceno.....	Oêste	15.414	299	1	15.714
Palma.....	Mata	21.147	679	19	21.845
Conquista.....	Sul	14.235	2.965	6	17.206
Abre Campo.....	Mata	29.124	127	16	29.267
Guaxupé.....	Sul	15.049	1.649	3	16.701
Guaranesia.....	»	23.006	1.991	38	5.1325
Varginha.....	»	21.405	1.020	32	22.457
Mutum.....	Mata	25.220	99	1	25.320
Eloy Mendes.....	Sul	12.940	198	—	13.138
Caracol.....	»	19.405	1.550	1	20.956
Conceição.....	Norte	61.841	32	3	61.877
Muzambinho.....	Sul	33.119	857	9	33.985
Rio Casca.....	Mata	23.648	340	—	23.988
Mercês.....	Centro	19.678	88	2	19.768
Bom Sucesso.....	Oeste	25.441	138	2	.25551

ESTÍMULO E OUTRAS RIQUEZAS

Motivando um veloz desenvolvimento ás zonas em que ingressa,—trazem-lhes as lavouras do café novas fontes de riqueza, e assim, dão-lhes relativa independencia de vida.

A rubiacea, com o periodismo das plantações, dos tratos culturais, dos florescimentos, das frutificações e das colheitas, incentiva os arroteadores de solo ao plantio de cereais.

Milho, arroz e feijão encontram-se sempre em abundancia, nas regiões cafezeiras.

O primeiro é mesmo usado como protetor dos cafezais em formação, dispondo-se-o por entre as filas dos arbustos. Na "Zona da Mata" existem regulares plantações do sistema mixto, conjugado, intensivo, de aliança da rubiacea com o milho.

Como, com a derrubada das selvas sem reflorescimento, os terrenos empregados em cafezais, uma vez esgotados, se convertem em pastos,—aproveitam-se êstes para criações. Mas, independentemente disso, há muito gado tanto na "Zona da Mata" quanto na Zona do Sul, em pastos naturais.

Os grandes municípios consagrados á rubiacea mostram-se tambem grandes municípios pastoris.

Eis a existencia de gado, em 1919,—consoante o último recenseamento federal,—nos 10 municípios que naquele ano apresentaram maiores áreas dedicadas á cultura, em geral e que pertencem todos ás duas maiores regiões de café:

MUNICÍPIOS (10)	BOVINO	EQUINO	ASININO E MUAR	OVINO	CAPRINO	SUINO
Manhuassú.....	31.946	11.145	5.181	2.619	5.631	95.472
Carangola.....	33.096	8.307	5.477	1.666	4.487	53.288
Caratinga.....	70.423	25.467	15.022	40.464	20.540	491.552
Ponte Nova.....	37.181	6.566	2.675	1.781	2.329	60.237
Juiz de Fôra.....	106.139	7.925	2.639	1.385	1.028	31.314
Cataguases.....	38.915	5.260	1.077	506	2.569	33.441
Paraisopolis.....	50.070	7.942	2.493	2.403	2.326	68.835
Pouso Alegre.....	..061	11.124	1.415	7.726	1.419	239.362
Muriaé.....	20.912	4.933	2.949	288	1.833	29.090
Ubá.....	22.485	5.460	1.382	597	1.883	31.632

Isto para a expansão partida do fóco rezendense. O fóco da baixada—o de São Gonçalo—teve uma irradiação menos rapida e menos sensivel; mas, foi êle que contagiou as terras da Baixada oriental e, difundindo-se pela serra acima, constituiu em Cantagalo um novo e poderosissimos focos de irradiação.

Nêste ponto, encontravam-se as duas expansões—e desde então o vale do Paraíba se constituiu o centro da maior produção cafeeira.

Por esta época, São Paulo alvorecia para esta cultura, embora segundo Porto Alegre, os toques desta alvorada fossem do mais vivo colorido. Um confronto estatístico da produção cafeeira fluminense e paulista, por êstes meados do seculo XIX, deixa patente a hegemonia do Rio de Janeiro.

Com efeito, de 1838 a 1868, foi esta a produção paulista (2):

ANOS	Produção em arrobas
1839.....	15.870
1848.....	245.199
1858.....	922.293
1868.....	2.837.571

Ora, a produção fluminense por esta época era a seguinte:

ANOS	Produção em arrobas
1838.....	2.497.638
1848.....	6.505.712
1858.....	5.321.402
1868.....	2.291.404
1869.....	9.872.321
1877.....	8.928.864

Estes dados mostram que a região fluminense no século passado, cabia o primado da produção cafeeira no Brasil. Em 1869, esta produção ascendia a quasi dez milhões de arrobas, ou sejam 2 milhões e meio de sacas, muito mais do que o dobro da produção atual.

Esta superioridade produtora e esta hegemonia do Rio de Janeiro se tornam manifestas nos dados estatísticos do quadro abaixo, relativos ao decennio de 1873 a 1882. Estes dados referem-se a exportação, pelo porto do Rio, da produção fluminense, paulista e mineira e nos dão a percentagem respectiva de cada uma das três províncias na exportação global do Brasil. (3).

A MARCHA DO CAFE' EM MINAS E O SEU FUTURO

O ouro da lavoura cafeeira, em Minas, está, por certo, no Norte no Oeste e no Triângulo.

Tendo ingressado lá pelas fronteiras do Rio de Janeiro e de S. Paulo, expandiu-se pelas da "Matta" e do Sul, onde a princípio culminou.

Foi subindo.

Desbravou as florestas do interior da terra montanhosa naquelas paragens.

Com o esgotamento das terras, a pouco e pouco transformadas em pastos, foi se dando uma certa decadencia, mais tarde, nas zonas limitrofes que serviram de pontos de penetração—embora as culturas não se hajam arruinado totalmente nelas, graças a fertilidade da natureza, que em algumas partes costuma resvetir com cerrados capoeirões, dentro em breve tratos de solo cuja energia já se supunha completamente sugada pela sucessão dos cafeeirais.

Circunscrições em que, nos nossos dias, mais viceja a rubiacea, são justamente bem afastadas de tais pontos de penetração, principalmente na "Mata", onde, ao que parece, a época das grandes culturas foi um tanto mais remota do que a das culturas intensivas do sul.

Veja-se, com relação á "Mata", o seguinte quadro,—organizado de acôrdo com informes da inspeçõria Agrícola Federal em Minas e no qual quanto aspecto de que cogitamos formam excepção Juiz de Fóra, Mar de Espanha e Além Paraíba:

MUNICÍPIOS (10)	Produção em 1926 (quilogramas)
Muriaé.....	14.790.000
Juiz de Fóra.....	9.495.084
Carangola.....	9.150.000
Mar de Espanha.....	8.634.000
Manhuassú.....	7.602.000
Ponte Nova.....	7.395.000
Ubá.....	6.480.000
Além Paraíba.....	6.398.700
Caratinga.....	6.330.000
S. Domingos do Prata.....	6.412.488

Ainda é cedo para que se percebam provas manifestas de franca ruína cafeeira, nas regiões achegadas ao rio Paraíba do Sul. Essa ruína já começou, porém; e só não foi e não é mais veloz devido á prodigiosa uberdade das terras,—porque em Minas nada, se põe ainda em pratica com respeito á applicação de adubos racionais.

Incontestavelmente, o café está seguindo os roteiros do Norte e do Oeste. Do curso do Paraíba do Sul alcançou o vale do rio Doce e alcançou o vale do rio Grande.

E' de crer-se que, para o futuro atinja ao vale do rio S. Francisco no Norte, triunfe no vale do rio Grande, no Oeste e tome a plena direitura do vale do rio Paraíba, no Triângulo.

Bréves considerações sôbre o comércio de café em Minas

REVÊZES, CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO DO CAFÉ EM MINAS

Tarefa ingente seria a de fixar num estudo ligeiro a apreciação do enorme movimento do comércio do café, em Minas.

Produz o Estado, em certas regiões, ótimas qualidades dos preciosos grânulos, que se destacam conforme as suas boas propriedades de aroma, cor, peso e beneficiamento.

Cafés mineiros oriundos de algumas zonas alcançam excelente situação nas praças do país. O produto do sul de Minas é o mais cotado dali, nos mercados de São Paulo.

A primeira classificação dos tipos de café e feita nas máquinas de beneficiamento, que separam as procuradíssimas sementes em varios gêneros, tais como :

Moka, ou Moka graúdo.
Mokinha, ou Móka miúdo.
Chato, ou Chato ligado.
Chatinho.
Miúdo.
Quebradinho.
Coquinho.
Cabegudo.

Além dessas, há outras denominações discriminativas, quais as de Escolha e Lavrado.

Caindo o café no comércio, sujeita-se, ainda, á especificação em tipos numéricos (de 1 a 10, se não nos equivocamos), esclarecida, ás vezes, por indicações de logar, — como por exemplo, tipo 7 - Rio, tipo 7 Santos.

Minas Estado central sem portos, subdivide-se em quatro linhas de comércio de exportação, sujeitas : a primeira (de quasi toda a zona da Mata, do Centro e de parte do Oeste), ao Rio de Janeiro; a segunda (do Sul e do Sudoeste), a S. Paulo e Santos; a terceira (de uma fração da zona da Mota e de parte do Nordeste), a Vitória no Espírito Santo; a quarta (do Norte), á Baía,

A produção, na sua maior soma, negocia-se na própria região de onde é nativa.

Os fazendeiros, em geral, alienam os seus cafés a intermediários que agem por si, ou mesmo a representantes de firmas exportadoras das grandes praças.

Sómente os agricultores mais independentes, mais poderosos, enviam o produto diretamente aos mercados mais importantes.

Os sistemas de vendagem são, em resumo, diversos : há compradores locais, por conta própria; comissários das grandes praças; compradores a serviço de exportadores, etc.

Variam bastante, embora teóricamente submetidos a dadas normas, os preços, o tempo de entrega, a forma de pagamento, a importancia de juros, a legalidade de negócios e contratos.

Minas carece de armazens de retenção e os de deposito que há pelo seu vasto interior são escasos.

Os agricultores mineiros não procuram criar obstáculos á atuação do govêrno, na salvaguarda do café. Antes facilitam-na.

Ao contrário do que vem fazendo fazendeiros do Estado do Rio de Janeiro (raros, felizmente), — que chegam a recorrer á justiça, afim de poderem vender os seus cafés a quem bem queiram e transporta-los em ocasião e quantidade que bem desejem, — os mineiros esmeram-se no auxilio e solidariedade aos poderes públicos, para o fito colimado, ás vezes em detrimento particular de si mesmos. Quando se vêem embaraçados pecuniariamente recorrem aos bancos, notadamente aos do Brasil e de Credito Real — este incumbido, em Minas, dos serviços concernentes á garantia do café.

Vejamos, para formar uma idéa com respeito ao primordial meio de condução do produto, ali, quais as ferrovias existentes no Estado, com as respectivas kilometragens :

E. F. Oéste de Minas	2.097,227
E. F. Central do Brasil	1.773,298
E. F. Leopoldina	1.129,886
E. F. Rêde Sul-Mineira	1.046,234
E. F. Mogyana	625,622
E. F. Baía e Minas	370,078
E. F. Vitória a Minas	312,230
E. F. Paracatu	151,643
E. F. Goiás	52,682
E. F. São Paulo e Minas	30,600
E. F. Machadense	25,000
E. F. Trepontana	20,000

O comércio do café, em Minas, ganha relêvo, intensifica-se de dia para dia.

O de exportação, por exemplo, teve uma significativa escala de crescimento, desde princípios do século XIX até aos nossos dias, conforme se poderá ver de alguns números de estatística, colhidos ao acaso: 1818, 146.085 kilogramas; 1840, 2.516.200; 1859-1860, 8.421.930; 1870-1880 42.590.460;

1900, 104.196.170; 1920, 166.062.266; 1925, 171.335.013.

O valor comercial do produto cresceu auspiciosamente também, em Minas, com o correr dos tempos. Os preços médios, por arrôba, foram estes; durante os seguintes anos: — 1826, 2\$624; 1836, 3\$635; 1846, 3\$360; 1856, 4\$560; 1866, 5\$787; 1876, 7\$939; 1886, 6\$942; 1896, 19-438; 1906, 7-284; 1916, 11-297; 1926, 44\$892.

18- 2435 ps.
 40 - 41.937 "
 59/00 - 140.365 "
 70/00 - 709.841 "
 100 - 1.736.602 "
 120 - 2.767.537 "
 125 - 2.855.583 "

A tributação e a produção cafeeira de Minas Gerais

RIBEIRO JUNQUEIRA

Para a grande edição comemorativa do bi-centenario da introdução do café no Brasil, pede "O Jornal" a minha contribuição, determinando ver-se a mesma sobre "a tributação e a produção cafeeira de Minas".

No pedido declara tratar-se de "uma iniciativa destinada a representar, amanhã, o arquivo em que se fixe, integralmente, a evolução da lavoura do café, no Brasil".

Para um arquivo dessa natureza, o que há de mais interessante, a meu ver, são os dados estatísticos.

Sobre êstes, portanto, fizerei, de preferencia, a minha colaboração.

Não posso, porém, deixar de, invertendo os termos da tése que me foi confiada, algo dizer sobre o custo da produção cafeeira, em Minas, no momento atual.

Inverto os termos por me parecer mais natural tratar primeiro da produção e depois da tributação, que esta é consequente áquela.

No distrito do meu nascimento—Santa Isabel—do município de Leopoldina, Minas, há um fazendeiro inteligente e caprichoso, que forma, atualmente, um cafezal de 52.000 pés.

Os 52.000 pés de café foram plantados em 1924, em um terreno regular, soalheiro, medindo 5 alqueires geometricos.

Ao terreno em mata nessa zona, pode ser dado o preço de 4:000\$000 por alqueire, donde se conclue ser de 20:000\$000 o valor do terreno plantado.

No ano de 1924 foram os seguinte os gastos realizados pelo fazendeiro:

Compra de 12 foices e 20 machados.....	320\$600
Derrubada e roçada.....	2:218\$000
Aceiro.....	236\$000
Queima.....	32\$000
Caminhos.....	187\$000
Marcação.....	447\$000
Covagem.....	970\$000
Café para planta (84 arrobas a 40\$000).....	3:392\$000
Plantio.....	908\$000
Cobertura das covas.....	1:536\$000
Capina.....	438\$000
Desentupimento das covas.....	463\$500
Total de 1924.....	11.140\$200

GASTOS DE 1925:

Capina de maio.....	113\$000
Capina de julho.....	383\$500
Capina de agosto.....	1:288\$000
Capina de setembro.....	1:533\$000
Capina de novembro.....	1:451\$000
Café para replanta.....	100\$000
Formicida e matança de formigas.....	600\$000
Total de 1925.....	5:468\$650

GASTOS DE 1926:

Capinas.....	7:219\$000
Formicida e matança de formigas.....	452\$000
Construção de estradas.....	1:515\$000
Transporte de 71 carros de esterco de curral.....	355\$000
Espalhação do esterco.....	30\$9000
Replanta, desbastamento e desbrota.....	473\$000
Total de 1926.....	10:323\$000

Os gastos de 1927 são calculados, entre capinas, extinção de formigas, adubação e desbrota em 6:500\$000.

Presume-se que a catação—primeira colheita—que deve ter logar em 1928, produção, em dinheiro, o necessario para o custeio do ano, razão pela qual não se a leva a debito e nem a credito do cafezal.

Para o trato dêsse cafezal são necessarias 10 casas para colonos, na proporção de 1 para 5.000 pés e cuja construção custa, em média, 2:000\$000.

Como o fazendeiro não permite o plantio de cereais no cafezal, é forçado a destinar a cada casa de colonos uma determinada quantidade de terra para uso do mesmo.

A êsse quantidade de terra, propria para cultura, se pode dar o valor médio, para cada casa, de 500\$000.

Como despesa de administração, a dêsse cafezal não pode importar em menos de 1:500\$000 por ano.

Dei ao terreno o valor de 20:000\$000. Suppondo que o mesmo tenha produzido, em madeiras, a quantia de 5:000\$000 ou seja 1:000\$ por alqueire, fica o seu valor reduzido a 15:000\$.

Penso que o fazendeiro em questão não fez livre de despesas, essa quantia em madeira, por ter preferido deixar que a mór parte, pela ação do tempo, se transforme em adubo.

Como, porém, poderia apura-la, não trepido em deduzir do valor do terreno.

Tomei, como base para o calculo, o juro de 10% que hoje em dia raro fazendeiro encontra. Recapitulando, teremos:

1924:

Valor do terreno.....	15:000\$000
Gastos.....	11:140\$000
	26:140\$000

1925:

Construção de 10 casas para colonos.....	20:000\$000
Terrenos para essas casas.....	5:000\$000
Gastos.....	5:468\$500
Juros s/ capital empregado em 1924.....	2:614\$000
	33:028\$250

1926:	
Gastos.....	10:323\$000
Juros s/ capital de 1924.....	2:614\$000
Juros s, capital de 1925.....	3:308\$250
	16:245\$250

1927:	
Gastos calculados.....	6:500\$000
Juros s/ capital em 1924.....	2:614\$000
Juros s/ capital em 1925.....	3:308\$250
Juros s/ capital em 1926.....	1:624\$525
	14:046\$775

1928:	
Juros s/ capital em 1924.....	2:614\$000
Juros s/ capital em 1925.....	3:308\$250
ros s/ capital em 1927.....	1:404\$677
	8:951\$452

Somando as parcelas retro referidas, teremos a quantia de 98:465\$977, que representa o custo do cafezal em fóco ao chegar á cidade inicial de uma produção remuneradora—do quinto para o sexto ano.

Deve ter notado o leitor que acumulei os juros anualmente. Não escapará, também, á sua perspicacia que, ao invéz de contar juros sobre as quantias gastas á medida em que o foram só o fiz a partir do primeiro dia do ano seguinte ao em que foram despendidas.

Na minha zona, de topografia muito acidentada, em que as chuvas, principalmente logo após as carpas, abrem sulcos nos morros, carregando o humus, descobrindo as raízes, o cafeiro dura, em média, 20 anos, dos quais 15 em produção lucrativa.

Raro é o cafezal que ultrapassa essa idade em condições de merecer um trato compensador.

Tomo por base, portanto, a vida de 15 anos, depois de completa a formação.

O capital empatado de 98:465\$977, a juros de 10% ao ano e amortização em 15 anos, exige, para a sua recuperação, a quantia anual de 12:854\$568.

Dada a média de produção de 30 arrobas por 1.000 pés, nos 15 anos, teremos, nos 52.000 pés plantados, a produção anual de 1.560 arrobas.

Dividida a quota anual de juros e amortização, chega-se á conclusão de que cada arroba custa ao fazendeiro, por ano, só de juros e amortização do capital empatado, a quantia de 8\$240.

E o custo de produção?

O custeio dos cafezais em minha zona, varia muito, indo desde a administração por meio do salário diário até á meiação.

O resultado final, porém, isto é, o custo da produção, guarda quasi sempre, qualquer que seja o sistema adotado, o mesmo nível.

Por uma feliz coincidência, para apurar o custo exato da produção, encontro, na mesma fazenda em que tomei uma lavoura de 52.000 pés, plantada em 1924, para verificar o custo

da formação, uma outra, de igual número de cafeeiros, plantada em 1918, estando, pois em plena produção.

Essa lavoura produziu, em 1924, 1.810 arrobas, em 1925, 4.098 e em 1926, 870, ou seja nos tres anos, uma média anual de 2.259, o que dá uma média, por cafeiro, de 43,4 arrobas.

A despesa com o custeio dessa lavoura, nos tres anos 24 a 26—inclusive a colheita, dividida pela média de produção, correspondeu a 6\$962 por arroba.

Se essas despesas, divididas por 43,4 arrobas, deram 6\$962 por arroba, dariam se a média da produção tivesse sido de 30 arrobas, 10\$042 por arroba.

Como, porém, para a colheita de 43,4 arrobas sempre se gasta um pouco mais do que para a colheita de 30, e digo *um pouco* porque o preço da apanha por média está na razão inversa da carga, não trepido em dar, nêsse preço de 10\$042, encontrado para o custeio, inclusive colheita, um desconto de 10% de sorte a ficar o mesmo reduzido a 9\$042, ou seja a 9\$000 em algarismos redondos.

O transporte do café para o terreiro, a lavagem, a séca, o entulhamento, o beneficiamento e o transporte para a estação ferroviária, incluída a depreciação da sacaria, deve ficar, em média em 2\$500 por arroba.

Somando essas parcelas se vê que a arroba de café, ao chegar á estação de embarque, deve ter custado ao fazendeiro:

a) de juros e amortização de capital.....	8\$140
b) de custeio e colheita.....	9\$000
c) de transporte e beneficiamento....	2\$500

TOTAL..... 19\$740

Da estação de Santa Isabel, na E. F. Leopoldina, de que é tributaria a fazenda que me forneceu os dados com que estou argumentando até á venda, no mercado do Rio, uma saca de café faz as seguintes despesas:

Frete.....	8\$400
Imposto (pauta a 2\$190).....	9\$300
Sobretaxa (franco a \$500).....	1\$500
Taxa ouro.....	4\$620
Despesas de armazem.....	1\$500
Corretagem.....	500
Juros de 1% ao mes sem fretes e impostos, na média de dois meses s/ 23\$820.....	4\$70

SOMANDO..... 26\$296

que, divididos por 4, dão 6\$574, por 15 quilos, de que o comissário presta conta como se fosse uma arroba.

Além disto, ha a comissão de cobrança de faturas, que varia de 1 a 3/8 %, 5\$000 por conhecimento para despacho na recebedoria, guias, selos, etc. 2\$000 por conhecimento para titulo e expediente, e outras pequenas despesas, que nos autorizam a arredondar em 7\$000 o gasto de uma arroba de café de Santa Isabel até o áto de ser vendida.

PAVILHÃO DE INGRESSO AO CÁIS DO PORTO





Aos 19\$740, que encontrei para o custo de uma arroba de café, desde plantio até o embarque, devo acrescentar os 7\$000 acima, o que eleva o custo da mesma, incluída a despesa de venda a 26\$740, no mercado do Rio.

No momento em que escrevo o café está cotado a 31\$600.

Balanceado o preço de venda com o do custo, verifica-se um saldo, a favor do fazendeiro, de 4\$860.

E' com esse pequenino saldo, que corresponde mais ou menos a 15% do preço da venda, que êle tem que pagar os impostos municipais, estaduais (menos os direitos sobre o café) e federais, cuidar da conservação das estradas e tapumes dos cafezais, sem falar no valor de sua administração, no sustento seu e de sua família e na educação da prole.

Essa é a situação, na zona da mata mineira, da lavoura cafeeira que, por certo, não se poderia manter se o lavrador, em geral parcimonioso e de rara tenacidade no trabalho, não encontrasse em outras culturas e na criação, o indispensavel para fazer face ás suas despesas.

Acresce que tomei, para estudo, uma fazenda em Santa Izabel, com boa estrada de rodagem para a estação, que dista do Rio apenas 9 horas e 15 minutos de viagem. O grosso da zona está sujeito a transporte mais difficil e frete mais elevado.

Notar-se-á, talvez, que tomei por base, para os calculos, uma produção média anual de 30 arrobas, quando, para apurar o custo de produção citei uma lavoura que deu, nos anos de 24 a 26, uma média de 43,4 arrobas.

E' verdade, mas devo frisar que essa média foi obtida nos 7.º, 8.º e 9.º anos do café-al, período de maior capacidade produtora, quando a arvore está no vigor da idade, ao passo que a média que adotei de 30 arrobas é para o período de uma existencia—15 anos, desde o 5.º até o 20.º

Aliás, pelos proprios dados que forneci, se evidencia que essa lavoura, que em 1925 produziu 4.098 arrobas ou quasi 79 (78,8) por 1.000 pés, em 1926 produziu apenas 870 ou menos de 17 por mil pés (16,7).

Penso não ser outra a situação no sul do Estado.

Do operoso lavrador em Arceburgo, um dos melhores municípios cafeeiros do sul-mineiro, obtive os seguintes dados para calcular o preço de uma arroba de café, posta em Santos.

O calculo foi feito sobre mil pés, com uma média de produção de 41 arrobas.

Adubação com salitre do Chile, cloreto de potassa, sulfato de potassa, etc., a \$120 por cafeeiro.....	120\$000
Póda e desbrota a \$100.....	100\$000
5 carpas, inclusive arruação, 50\$000.	250\$000
Colheita (65 alqueires em cereja) a 2\$.	130\$000
A transportar.....	600\$000

Transporte.....	600\$000
Transporte de 60 alqueires do cafezal para o ferreiro, seca, ensaque, etc..	29\$250
Beneficio de 41 arrobas a \$400.....	14\$060
Transporte da fazenda para a estação, de 41 arrobas a 400\$ por arroba...	16\$400
Imposto estadual, de 4\$000 por cento, dando-se ao cafeeiro o valor corrente de 5\$000.....	20\$000
Idem, municipal a 3 réis por pé.....	3\$000
Frete de canôas até Santos, a 1\$931 por arroba.....	79\$171
Taxa ouro a \$875 por arroba.....	35\$875
Em Santos: carreto, ensaque e deposito, a \$375.....	15\$375
SOMANDO.....	815\$471

que, divididos por 41 arrobas, dão 19\$889 por arroba.

Não tenho base para determinar o custo de formação de um cafezal no sul de Minas.

Tomando por base o mesmo preço encontrado para a zona da Mata, pelo qual se vê que cada arroba custa ao fazendeiro, por ano, só de juros e amortização do capital empatado a quantia de 8\$240 e adicionando-se esta á do custeio e despesas até Santos retro-referidas, ter-se-á que uma arroba de café, de Arceburgo a Santos, aí chega por 28\$129.

No estudo sobre a zona da mata, encontrei, para custo do café, vendido no Rio, o preço de 26\$740, ou seja menos 1\$398, convindo, entretanto, notar que no da mata não levei em conta o imposto estadual de 4\$000 por cento e nem o municipal, que só êsses, no estudo de Arceburgo, encareceram a arroba em \$561, o que já reduz a diferença a \$826.

Do que exposto fica, se infere que a situação da lavoura cafeeira, em Minas, apesar da miragem dos preços altos, é precária.

Miragem sim, porque os trinta e poucos mil réis, que está dando uma arroba de café, falam não do elevado preço do mesmo, mas sim da formidavel desvalorização da nossa moeda.

Basta lembrar que em 1821 vendeu-se a saca de café a libras 5,5 que correspondiam, em nossa moeda a 25\$631... ao passo que hoje vale a mesma apenas 3 libras, que correspondem a 126\$000.

Concorre a lavoura cafeeira, de modo decisivo, para a riqueza brasileira, pelo ouro que nos traz, para a do Estado, pelos elevados impostos que lhe dá, para a das empresas de transportes, pelo magnifico frete que lhes paga e para a de todos os intermediários, mas quasi nada ou nada deixa, na actualidade, quem a ela se entrega de corpo e alma.

Enquanto deixa ao fazendeiro per arroba, a minguada quantia de 4\$860, que corresponde a 15,4% do preço de venda, e com a qual tem que prover a uma serie enorme de despesas de impossivel discriminação, entre as quais alguns impostos, dá ao Estado, só na fórmula

de impostos de exportação, sobre-taxa e taxa ouro, 3\$855, que correspondem a 12,2% do preço da venda.

A estrada de ferro Leopoldina, tomada por base a estação de Santa Isabel, que pouco dista do Rio, dá 2\$100 por arroba, o que corresponde a mais de 6,6% do preço de venda.

Não fossem a sobriedade, a tenacidade e a apacidade de trabalho que caracterizam o lavrador mineiro e, por certo, já teria o mesmo naufragado.

Resiste ainda, mas é indispensável os poderes públicos, os mais interessados no caso, corram a seu auxilio, principalmente em lhe facilitando o credito, para que chegue ao colimado porto de salvação.

Para essa resistencia encontra apoio nas lavouras formadas em melhores tempos, exigindo portanto menor soma para a recuperação do capital empregado.

Não desanime o lavrador mineiro lembre-se de que, desde o tempo dos faraós, se repete a historia das vacas gordas e das vacas magras das espigas cheias e das chóchas.

Mantenha as suas qualidades de carater, desenvolva cada vez mais os seus habitos de economia, procure pela instrução, aperfeiçoar os seus metodos de cultura, lute e há de vencer.

Recordo-me de que, ainda no tempo do trabalho escravo, entre os anos de 1880 e 1885, se não me falha a memoria, sendo eu menino, muitos fazendeiros da minha zona se viram forçados a jogar café fóra, por não compensar as despesas, a expedição do mesmo para o Rio e por não possuirem fulhas em que o pudessem armazenar.

Contas foram prestadas por diversos comissários em que ao invés de saldo, aparecia deficit contra o lavrador, que havia recebido, na estação do embarque, o suprimento de 1\$000 por arroba, que a estrada de ferro costumava fornecer mediante determinado juro.

A borrasca passou e a lavoura progrediu.

Como exportadora, essa lavoura—a cafeeira—aparece, pela vez primeira, na estatística mineira, em 1818, com 146.085 quilos, que correspondem a 2.434 sacas.

Dá para deante foi crescendo sempre, com alternativas para mais ou para menos, conforme o estado das lavouras, sabido que a uma grande safra sucedem-se, sempre, duas ou tres pequenas, tendo exportado, no ano da República—1889—em quilos, 69.633.608.

A abolição, feita um ano antes da Republica—1888—em que a exportação foi de 75.710.321 quilos, não desorganizou a lavoura cafeeira em Minas.

A exportação estacionou por pouco tempo e em 1895 retomou o seu crescimento, alcançando em 1915 o seu maximo—220.532.424.

Dá até 1921, em que a exportação atingiu a 218.994.162 quilos, as safras foram relativamente pequenas, tendo a exportação chegado a baixar, em 1918, a 125.144.775 quilos.

Do último quinquenio 1922 a 1926 — fala, com eloquencia o quadro ao lado que mostra a quantidade, o valor e os impostos pagos.

ANOS	QUANTIDADE	VALOR	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	SOBRE-TAXA 3 FRANÇOS	TAXA 1\$000 OURO	SOMA DOS IMPOSTOS	PERCENTAGEM DOS IMPOSTOS
1922.....	179.857.503	269.254.846\$500	17.624.778\$927	5.602.970\$775	—	23.327.749\$505	8,644%
1923.....	165.575.306	339.429.377\$300	21.089.556\$946	5.153.916\$334	—	26.243.467\$280	7,731%
1924.....	208.443.626	508.602.447\$000	35.023.903\$000	6.601.984\$890	—	41.625.887\$890	8,184%
1925.....	171.335.013	565.405.542\$900	39.370.130\$992	4.904.390\$947	7.242.325\$907	51.516.847\$776	9,111%
1926.....	181.671.145	441.279.211\$205	35.219.213\$199	9.675.610\$710	11.600.594\$945	56.495.418\$854	12,825%

Como se vê do quadro anterior, a percentagem dos impostos que gravaram o café, a título de exportação, em 1926, foi de 12,825, superior portanto á de 12,2 que encontrei êste ano, para um caso especial.

E' que estando o café em baixa, a pauta favoreceu o fisco. Fenômeno inverso se verificou em 1923, em que, estando o café em alta, a pauta favoreceu o produto.

Isso se dá por ser a pauta organizada, para vigorar numa semana, pelo preço médio da semana anterior. Mas, como nasceram e se firmaram em Minas os impostos que gravam a exportação do café?

Data de 1885, ao que me parece, o imposto mineiro de exportação sobre o café.

A lei provincial n.º 14, de 28 de março dêsse ano autoriza o presidente da Província a "arrecadar todas as rendas declaradas Provinciais e as que de novo o forem pelo Poder Legislativo Geral".

A lei orçamentaria do ano seguinte—No. 29, de 8 de abril dispoz, no paragrafo 1.º do artigo 2.º "Cinco por cento de todo o açúcar ou rapaduras e dez por cento de todos os gêneros de produção e criação atualmente sujeitos a êste onus".

E de que o café estava compreendido entre êsses gêneros de produção, faz certo a lei No. 80, de 13 de abril de 1837, estipulando no paragrafo 1.º do art. 2.º "O imposto de tres por cento, a que fica reduzido o "Dizimo do Café", tabaco, algodão, açúcar e rapaduras".

A lei de 1838 mantém o mesmo diapasão" a de 1839, entretanto, No. 154, de 9 de abril, afasta toda e qualquer dúvida, dispondo no paragrafo 1.º do art. 2.º "Tres por cento de todo o café açúcar, tabaco, algodão e de quaisquer gêneros manufacturados, "que se exportarem para fóra da Província".

Esta lei criou Recebedorias e, na Pauta dos gêneros, que nas mesmas deviam pagar o imposto de exportação, figura, como sujeito a tres por cento do café.

A êste, para o efeito de tributação, foi dado o valor oficial de \$500 por arroba.

Vigorava, então, a lei No. 59, de 9 de outubro de 1883, que, elevando a 2\$500 o preço da oitava ouro, de 22 quintais baixou a equivalencia do nosso "mil réis" a 43,1/5 dinheiros.

No ano de 1839, o nosso câmbio oscilou entre 29,1/4 e 34 1/2, valendo, em média, 31 5/8.

O preço de \$500 por arroba, estabelecido na Pauta de 1839, corresponde hoje, ao câmbio de 5 59/64, a 8\$009.

Ao lado, porém, do imposto provincial de exportação e cumulativamente com êle gravava o café o imposto geral de exportação, que já era, nessa ocasião, e continuou a ser até o termo da Monarquia de sete por cento.

Ao ser proclamada a República, o imposto provincial era de quatro por cento, de sorte que sobre o café pesava a tributação, a título de exportação, de onze por cento.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891, no seu art. 9, estabeleceu como da exclusiva

competencia dos Estados a decretação de imposto de exportação.

Minas—Estado—não se contentou com o que tinha Minas—Província—preferindo ficar com os onze por cento—soma dos imposto geral e provincial, o que fez pela lei n.º 16, de 19 de novembro de 1891.

Dessa data para cá tem havido inumeras leis e varios decretos, que afetam mais ao modo de cobrança do que ao quantum do imposto.

Dêsses atos, dois merecem ser destacados pelo fim que colimaram—a proteção ao algodão nacional e a melhoria do tipo do café.

Um foi a lei n.º 328, de 1901, que criando, a título de estatística, uma taxa sobre cada saca de café, estabeleceu essa em 150 réis, quando o gênero fosse acondicionado em "fazenda nacional" e em 250 réis, quando em aniagem.

Outro, a lei n.º 368, de 1905 que permitiu se elevasse até vinte por cento a taxa de exportação do café de tipo inferior a 8.

Como interessando realmente, á lavoura temos as leis que afetam ao quantum do imposto de exportação, que vinha sendo desde a monarquia, de onze por cento.

A lei n.º 282, de 18 de setembro de 1899, recebida com aplausos pelos cafezistas, reduziu a nove por cento o imposto de exportação sobre o café uma vez decretado o imposto territorial.

Em 1904, a lei n.º 392, de 11 de setembro reduzia a taxa de 9 para 8,5%, mas em compensação a de número 393, do mesmo dia, mez e ano, criava a taxa de 200 réis por saca até 60 quilos de café mineiro que fosse exportado pelos portos do Rio e Santos, taxa que seria fixa quando o valor do café fosse igual ou superior a 10\$000 por 15 quilos e proporcional quando inferior a êsse preço.

A lei n.º 470 de 1905 criou a taxa de 4,5% por saca, taxa essa que foi revogada pela lei n.º 424, de 10 de agosto de 1906, que, aprovando o Convenio de Taubaté, insistiu a taxa de 3 francos por saca de 60 quilos.

Em 1916, pela lei n.º 682, de 16 de setembro, o legislador mineiro reduziu de 8,5 por 8% o imposto de exportação.

A lei n.º 862, de 1.º de outubro de 1921 autorizou o executivo a reduzir de 8 para 7% o imposto de exportação sobre o café, condicionando porém a redução á arrecadação do imposto territorial pelo "novo lançamento", o que fez com que a redução só se tornasse efetiva de 1.º de maio de 1922 em deante, nos termos do art. 3.º do dec. n.º 6.005, de 1.º de abril.

Em 1925 a lei n.º 887 de 19 de agosto, criou o imposto adicional de 1\$, ouro, por saca de café de produção mineira exportado para fóra do Estado.

Este imposto foi criado, com as necessarias cautelas, para um fim determinado—a defesa do café.

A lavoura cafeeira, porém, recebe o desvirtuamento desse fim.

Receia e receia a justo título, pois que a sobretaxa de 3 francos, resultante do Convenio

na outro fim a está hoje ordinaria do Estado.

essa taxa ouro produzido certo de 10.000 contos, o na data da ultima men- 4 de julho d'este ano—só o Banco Credito Real .071:954\$284, dos quais aos produtores de café por dinheiro.

fica desperta tristezas.

il foi criado como suce- o, que todos condemnam. adativamente majorado.

sa majoração tem sido impostos de exportação. ao café essa minoração ira burla.

l reduzida de 11, por mposto de exportação, o na tributação majorada

com a sobretaxa de 3 francos e o adicional de 1\$000, ouro, por saca.

Como já tive oportunidade de mostrar, alhures, o imposto, hoje, somados por suas diversas denominações mas incidindo sempre sobre a exportação, corresponde mais ou menos a 12,2% do valor da venda.

Em vez da diminuição de 4% (11 para 7), teve, de fato, um aumento de 1,2%.

Não só. O imposto territorial tal como existe, grava a lavoura cafeeira mais do que qualquer outra.

Incide não só sobre a área do terreno, mas principalmente sobre o valor do mesmo, levado em conta o das benfeitorias que o cobrem e para o qual se dá a ridicula redução de 20%, quando, nas lavouras cafeeiras o inverso é que se dá. Em geral as benfeitorias valem 80 e o terreno apenas 20% do valor global.

Para mostrar o que representa a produção do café em relação á situação econômica de Minas, nada mais elucitativo do que este quadro:

	Exportação geral	Exportação de café	Porcentagem
1920	536.461\$826\$870	269.866:251\$500	50,304%
1921	748.462:146\$160	339.429:377\$300	45,350%
1922	938.469:592\$950	508.602:447\$440	54,191%
1923	1.065.042:234\$850	565.405:542\$900	53,087%
1924	795.380:174\$721	441.279:211\$205	55,480%

is de 50% da riqueza ofornecidos pelo café.

1926, foi pode-se afir- lecrecimento de nossa 42:230\$850 para réis:

er quanto á situação

no exercicio de 1926 los, de 134.347 contos, em da taxa de 1\$000 i patrimoniais, indús-

triais, empréstimos, juros, etc., fica reduzida a 98.020.

Estabelecida a percentagem entre essa gauntia e a de 56.495 que o café forneceu diretamente para a sua formação, verifica-se ter sido de 55,6% a contribuição deste.

Posso, concluindo, dizer que Minas, tem "na produção e na tributação cafeeira" a firmeza da sua situação econômica e a garantia da sua situação financeira.

Tem, portanto, o govêrno mineiro o dever de olhar, com olhos de inexcédível carinho, para a lavoura cafeeira.

Processos de beneficiamento do café em Minas

RESUMO DE OBSERVAÇÕES DA INSPÉTORIA AGRÍCOLA FEDERAL NO ESTADO

A — ZONA DA MATA

1) SECAGEM

Conduzido aos terrenos das fazendas é o café imediatamente espalhado para a secagem. A camada de cerejas não deve passar de dois caroços de espessura. O café é espalhado de manhã, quando o sol já enxugou o terreiro, e de hora em hora é revirado com o rôdo, que é uma taboa, grossa, de 50 a 60 cms., ou menos de comprimento a 10 a 15 de largura, levando ao centro um cabo de 1m.,50.

O empregado espalha o café por meio do rôdo de madeira, a formar pequenas leiras de 5 a 6 cm., cuja distancia uma da outra é igual ao comprimento da taboa do rôdo.

De hora em hora desmancha as leiras anteriores, revirando assim completamente o café. De tarde, é necessario amontoá-lo, para protegê-lo da humidade da noite.

Alguns fazendeiros fazem curtir o café, quando chega do cafézal, deixando-o amontoado 3 ou 4 dias. A única vantagem é fazer secá-lo mais depressa, ao terreiro, 20 ou 25 dias, em vez de 30. Em compensação, há o perigo de arder no monte, prejudicando-se bastante.

Outros poucos têm instalações para despolar o café, e é este o processo melhor e mais econômico, porque o café assim preparado seca em 15 dias, mais ou menos.

O tempo facilita muito a secagem; durante os meses de colheita, chove pouco, em geral, mas no caso contrario o fazendeiro tem muito trabalho, recolhendo á tulha o seu produto para protegê-lo da humidade, até completar-se a secagem.

Alguns terreiros são de cimento e pedra, outros de tijolos, mas a maior parte dêles são simplesmente de terra batida.

ESTATISTICA DO CAFE' EM MINAS

VALOR OFICIAL DA EXPORTAÇÃO DO PRODUTO DE 1890 A 1924

ANOS	VALOR	ANOS	VALOR
1890.....	40.900.757\$976	1908.....	51.924.900\$00
1891.....	87.056.310\$166	1909.....	70.213.100\$60
1893.....	101.978.676\$498	1910.....	60.019.500\$580
1894.....	104.626.361\$194	1911.....	79.241.800\$918
1895.....	128.960.678\$574	1912.....	111.826.000\$040
1896.....	143.351.627\$067	1913.....	103.130.000\$240
1897.....	140.335.586\$726	1914.....	65.240.699\$050
1896.....	105.711.575\$808	1915.....	105.855.563\$520
1899.....	109.444.200\$040	1916.....	90.058.197\$760
1900.....	80.263.841\$058	1917.....	84.300.000\$000
1901.....	102.600.746\$944	1918.....	76.088.000\$000
1902.....	83.361.074\$940	1919.....	189.807.000\$000
1903.....	77.692.290\$444	1920.....	166.218.000\$000
1904.....	77.756.934\$000	1921.....	240.800.000\$000
1905.....	58.238.248\$988	1922.....	269.846.000\$000
1906.....	66.396.128\$518	1923.....	339.429.000\$000
1907.....	69.886.681\$900	1924.....	508.602.000\$000

Os terreiros ficam sempre perto das fazendas, do lado mais soalheiro, e são completamente cercados.

Os de cimento e de tijolos secam o café mais depressa e são cercados com muros de pequena altura, tendo aberturas para o escoamento das aguas.

Os de terra batida, são nivelados a enxada e cercados com esteiras de taquáras de 30 a 40 centímetros de largura. A preferencia d'este último sistema é unicamente devida a construção facil e barata. Entretanto, os terreiros de terra batida secam mais de vagar e aumexam muito o trabalho de beneficiamento, devido á terra que sempre se arrasta com o movimento do café.

é o café recolhido á tulha e daí levado aos poucos, afim de eliminarem-se sendo necessario, então, deixá-lo mais uns 5 ou 6 dias ao sol. Esta lavagem os fazendeiros.

2) BENEFICIAMENTO

das têm as suas maquinas de beneficiar o café. Os outros produtores o farticulares, instaladas geralmente nos centros produtores e nas proximidades

fornecida pelas rodas de agua, por caldeiras a vapor, que se alimentam da ua maioria por electricidade.

is modernas possuem hoje catador de pedras; e a separação dos tipos é perlas são construidas em S. Paulo, e fornecidas pelas casas Martins Barros pacidade de trabalho de cada uma varia de acôrdo com a instalação, e, em arrobas em 24 horas.

cerca de 900 maquinas, de todos os tipos.

is usadas são as seguintes:—Engelberg, Amaral, Arens, etc., e algumas a zona.

B—ZONA DO CENTRO

1) SECAGEM

esso de beneficiamento adotado, o café colhido ou vai diretamente para o meiramente pelos despoldadores e lavadouros. Os terreiros ali existentes e tijolos, de ladrilhos, de concreto ou cimento. Os dois últimos são os preporque, oferecendo superficie mais uniforme, faciilitam sobremodo as opeomontoar, são mais duraveis e mais facéis de se conservarem limpos, dando to.

manhã, espalha-se o café a secar-se numa camada de 8 a 10 centímetros de volver-se diversas vezes com o rôdo, e á tarde amontoa-se, principalmente odueto das intemperies provenientes de um máo tempo ocasional.

vinete dias, o café em casca acha-se em condições de secura suficiente para o. O café despoldado leva menos tempo a secar, bastando uns oito a dez se pronto.

distritos pertencentes á freguesia de S. um e outro sexo, dos escri

MESE	Fogos	Homens	Mulheres	Escravos	Igreja	Capelas	Oratorios	Sacerdotes	Eugenhos	Eugenhocas
.....	54	129	121	128	—	1	—	1	1	2
.....	50	121	133	117	—	—	—	—	—	—
.....	41	101	115	212	—	—	2	1	3	0
.....	39	93	105	68	1	—	—	2	—	—
.....	26	69	95	170	—	—	1	—	2	1
.....	210	513	569	695	1	1	3	4	6	3

Os rios são somente tres: Pirai, Capivari e Lages. O mais que excede na soma

Raramente se usa despolpar o café, na região; sómente, as grandes fazendas se servem desse processo de beneficiamento, para mais ou menos uma quinta parte das suas colheitas, com o fim de obterem melhor mercado para o produto.

A operação do despolpamento tem a marcha seguinte. Todo o café colhido vai despejado num tanque, onde sobrenada o tipo *boia* (café verde), que se transvasa para um tanque vizinho por uma comunicação feita em altura conveniente; depois, priva-se essa comunicação e abre-se outra existente para um conduto de agua, ou canal, por onde todo o café maduro vai transportado ao despolpador, de onde cai num tanque, em que fica a fermentar para completar o desprendimento dos residuos da polpa; em seguida, passa a outro tanque, onde é lavado, e daí se transporta para os terreiros.

O despolpamento influe bastante na qualidade do produto, tanto que os fazendeiros o executam para obterem melhor mercado.

O despolpador de cilindro Lidgerwood é o geralmente consagrado no uso das fazendas.

2) BENEFICIAMENTO

A não ser nas pequenas propriedades, desprovidas de recursos, onde o beneficiamento do café se executa pelo processo rotineiro, dos pilões e monjolos,—é geral o emprego, para esse fim, de maquinas aperfeiçoadas; nas grandes fazendas elas se não dispensam.

As marcas Amaral, Paulista, Arens, Upton, são as que existem mais em uso de todos os tipos, tamanhos e capacidades de trabalho, constando todas: de ventiladores para separar o café em casca das materias estranhas; de esbrugadores para quebrar a casca do café em côco; de ventiladores duplos para separar o café dos pedaços de casca; de peneiras diversas, elevadores e separadores, para classificação do café em varios tipos, de acôrdo com o seu tamanho e conformação.

E' enorme a vantagem do emprego dessas maquinas sobre o processo rotineiro de beneficiar o café, pois neste último caso, em virtude da operação realizar-se por choque ou compressão, é grande a porção de café quebrado, acrescentando que o produto apresenta cheiro e sabôr desagradaveis, além da má apparencia, por isso que ao café se ligam substancias terrosas e particulares tenuous da casca pulverizada. Nas maquinas aperfeiçoadas, a base do sistema de descascamento está na fricção que sofrem os caroços entre duas superficies asperas, o que de um certo modo evita êsses defeitos, tendo ainda a vantagem do produto saír isento, de impurezas por causa das constantes limpezas a que é o café submetido.

Durante a secagem o café perde cerca de 20% do seu peso em cereja, e no beneficiamento perde 40% do seu peso em côco.

João Marcos, em que se vê o número de fogos, de vos e de mais que contem

Fabrica de pilões	Fabrica de anil	Fazendas	Sítios	Rios	Canôas	Ribeiros	Corregos	Pontes	Serras	Caminhos	Estrada geral	LEGUAS		Dizimo de 3 anos
												Testada	Sertão	
—	—	4	50	1	18	8	15	—	—	1	1	251	11	409\$984
—	2	2	48	1	1	8	25	—	1	—	1	—	4	355\$060
2	1	7	34	2	8	13	31	—	1	1	1	1	5	775\$215
—	—	3	27	—	—	2	12	—	1	1	1	—	1	257\$619
—	1	3	33	1	5	1	3	2	1	—	1	3	1	1:228\$171
2	4	19	192	5	32	32	86	2	4	3	5	1— 13	1— 14	3:026\$049

é o mesmo rio Pirai que banha aqueles distritos.

E—ZONA DO TRIANGULO

1) SECAGEM

O café depois de colhido e transportado á fazenda,—é de praxe espalharem-no em um espaço não plano, raspado e bem varrido.
 Os fazendeiros que têm terreiros artificiais, ou melhor, cimentados e com arrimos de construir os terrenos com lages cimentadas.

ESTATÍSTICA DO CAFÉ EM MINAS

PREÇOS MÉDIOS COMERCIAIS DO CAFÉ MINEIRO POR ARROBA
 (FORME DADOS COLHIDOS PELO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL DO ESTADO)

1874	3\$000	1872	8\$327
1875	—	1873	9\$191
1876	—	1874	10\$875
1877	—	1875	8\$395
1878	5\$200	1876	7\$939
1879	4\$475	1877	9\$435
1880	3\$425	1878	7\$866
1881	3\$350	1879	8\$061
1882	2\$624	1880	7\$630
1883	3\$000	1881	6\$184
1884	2\$766	1882	4\$954
1885	3\$650	1883	6\$241
1886	3\$550	1884	6\$757
1887	4\$135	1885	6\$234
1888	4\$254	1886	6\$942
1889	3\$895	1887	10\$981
1890	3\$645	1888	7\$491
1891	3\$560	1889	7\$710
1892	3\$635	1890	9\$292
1893	3\$757	1891	13\$222
1894	3\$800	1892	15\$523
1895	3\$200	1893	21\$300
1896	3\$340	1894	22\$374
1897	3\$450	1895	20\$212
1898	3\$020	1896	19\$438
1899	2\$840	1897	13\$888
1900	2\$800	1898	12\$562
1901	2\$780	1899	12\$051
1902	3\$360	1900	13\$225
1903	2\$920	1901	8\$525
1904	2\$660	1902	7\$353
1905	3\$435	1903	7\$506
1906	4\$004	1904	9\$547
1907	3\$504	1905	10\$717
1908	3\$642	1906	7\$284
1909	3\$916	1907	7\$232
1910	4\$100	1908	7\$273
1911	4\$257	1909	7\$906
1912	4\$560	1910	7\$911
1913	4\$460	1911	13\$469
1914	4\$348	1912	14\$552
1915	4\$798	1913	11\$526
1916	4\$028	1914	9\$754
1917	6\$214	1915	9\$092
1918	7\$118	1916	11\$297
1919	7\$682	1917	19\$377
1920	6\$895	1918	11\$863
1921	7\$119	1919	23\$652
1922	5\$787	1920	18\$676
1923	7\$483	1921	20\$598
1924	6\$515	1922	29\$674
1925	7\$145	1923	26\$720
1926	6\$480	1924	51\$463
	6\$953	1925	53\$782
		1926	44\$892

O produto, uma vez espalhado por êsses terreiros, em leve camada, de dois dedos de altura geralmente, é revolvido cada dia e por varias vezes com um rôdo de madeira, afim de facilitar a séca. Se houver sol diariamente, o café estará sêco em 15 dias. Quanto mais quente for o terreno, tanto melhor; daí o preferirem os terreiros de cimento.

Para a séca do café é empregado êsse processo, pois não há um agricultor que adote o sistema de fazer montes de café para que o produto mófe.

O café de varreção, por ser apanhado no chão e achar-se ordinariamente sujo,—antes de ser posto no terreiro é lavado em tanques ou lavadouros apropriados, de cimento, o que não fazem com o apanhado nos pés, que é recolhido em um grande pano estendido em volta do pé de café, e, assim, isento de certas impurezas.

A' medida que o café vai secando nos terreiros, é transportado para as tulhas. Uns adotam entulha-lo ensacado, e outros a granel,—sendo aliás mais comum êste último modo de guarda-lo. Das tulhas vai o café para as maquinas beneficiadoras.

2) BENEFICIAMENTO

Existem, incontestavelmente, ótimas maquinas para beneficiar café, no Triangulo Mineiro, Uma delas, por exemplo, fica a beira da linha da E. F. Mogiana, no município de Conquista, O café, para ser beneficiado nêsse importante engenho, é posto primeiramente numa moêga; desta, passa a uma bica de movimento longitudinal, por intermedio de um registo; depois, por um elevador, vai a um ventilador, que separa todas as impurezas e corpos estranhos. Em seguida, por meio de outro condutor, o café é conduzido ao descascador, logar em que perde uma parte da casa, isto é, a pelicula (casca fina); seguidamente, por meio de outro ventilador, que lhe tira a casca grossa, e dêste passa a um separador e catador, marca Ideal, que distribue o café em 8 tipos. O descascador é de no. 4, e tanto êste, como os ventiladores, são de marca Lidgerwood. E' acionado a vapor,—maquina tipo Marshall.

ESTATÍSTICA DO CAFÉ EM MINAS

1926 - 1927

(DADOS DA INSPECTORIA AGRÍCOLA FEDERAL NO ESTADO)

A)—ZONA DA MATA

ARTIGO 71 MUNICÍPIOS (35)	No. de cafeeiros na franca produção	No. de cafeeiros novos	Produção no ano de 1926 (quilos)	Estimativa do ano de 1927	Área cultivada em 1926 (hectares)
Abre-Campo.....	3.000.000	40.000	1.800.000	—	3.049
Além-Paraiíba.....	10.664.640	250.000	6.398.700	5.398.700	10.915
Antonio Dias.....	634.376	40.000	380.580	—	676
Alvinópolis.....	496.751	456.700	397.420	—	952
Bicas.....	10.000	2.600	6.000	—	13
Caratinga.....	10.550.000	600.000	6.330.000	—	11.150
Carangola.....	16.250.000	840.000	9.160.000	—	16.090
Cataguases.....	7.050.000	196.000	4.230.000	—	7.245
Guarani.....	2.400.000	20.000	1.140.000	—	2.420
Guarani.....	6.026.000	97.000	3.016.000	—	6.122
Itanomi.....	16.000	3.000	9.000	—	18
Jequeri.....	10.000	3.000	6.000	—	14
José Pedro.....	4.000.500	70.000	2.400.300	—	4.076
Juiz de Fóra.....	15.826.400	600.000	9.495.840	8.912.701	16.329
Leopoldina.....	6.140.000	100.000	3.684.000	2.684.000	6.246
Lima Duarte.....	751.100	75.000	460.660	—	824
Manhuaçu.....	2.670.000	900.000	7.602.000	6.602.000	13.570
Matias Barbosa.....	3.000	2.400	4.800	—	16
Manhumirim.....	7.000	1.500	4.200	—	13
Mar de Espanha.....	14.390.000	60.000	8.634.000	7.634.000	14.540
Raul Soares.....	10.000	—	6.000	—	16
Miraf.....	6.800.000	60.000	4.080.000	—	6.850
Muriá.....	24.660.000	2.400.000	14.790.000	13.790.000	26.050
Palma.....	4.275.000	40.000	2.565.000	—	4.316
Pomba.....	8.560.000	100.000	5.180.000	—	8.660
Ponte Nova.....	12.325.000	140.000	7.395.000	—	42.466
Pão de Açúcar.....	6.100.000	100.000	3.600.000	—	5.200
Rio Novo.....	8.500.000	80.000	6.100.000	—	8.580
S. João Nepomuceno.....	9.400.500	447.000	6.640.300	—	9.849
S. João Nepomuceno.....	6.000.500	180.000	3.600.300	—	6.186
S. Dom. do Prata.....	1.068.748	470.000	6.412.488	—	1.539
S. Manoel.....	6.640.000	50.000	3.924.000	2.924.000	6.590
Tombos.....	3.000	3.000	1.800	—	6
Ubá.....	10.800.000	350.000	6.480.000	—	1.156
Vicosá.....	6.099.586	10.000	3.069.451	—	6.110
	218.020.000	7.676.200	136.583.139	130.000.000	225.751

ESTATÍSTICA DO CAFÉ EM MINAS
1926 - 1927

(DADOS DA INSPECTORIA AGRÍCOLA FEDERAL NO ESTADO)

B)—ZONA DO CENTRO

MUNICÍPIOS (29)	Numero de cafeeiros em franca produção	Numero de cafeeiros novos	Produção no ano de 1926 (quilos)	Estimativa do ano de 1927	Área cultivada em 1926 (hectares)
Alto Rio Doce.....	20.000	—	18.000	48.200	30
Barbacena.....	300.000	—	200.000	216.300	360
Belo Horizonte.....	50.000	—	30.000	30.100	50
Bomfim.....	400.000	200	260.000	270.100	450
Caeté.....	30.000	1.000	18.000	18.500	30
Carandá.....	30.000	—	18.000	18.100	30
Contagem.....	1.100.000	2.000	760.000	780.000	1.300
Conceição.....	3.000.000	2.000	2.000.000	2.102.000	3.500
Entre-Rios.....	300.000	—	200.000	210.000	350
Itabirito.....	30.000	—	18.000	18.100	30
Itauna.....	50.000	200	30.000	30.300	50
Mariana.....	500.000	300	330.000	330.500	550
Mercês.....	400.000	—	200.000	270.300	450
Nova-Lima.....	50.000	—	30.000	30.500	50
Ouro Preto.....	200.500	—	150.000	150.500	250
Palmira.....	1.700.000	—	1.000.000	1.204.000	2.000
Pará de Minas.....	1.000.000	200	669.000	660.500	1.100
Paraopeba.....	100.000	200	90.000	90.500	150
Pedro Leopoldo.....	40.000	—	24.000	24.400	40
Pequi.....	2.000.000	1.000	1.300.000	1.320.200	3.200
Piranga.....	200.000	1.000	135.000	135.250	225
Queluz.....	100.000	200	70.000	75.100	125
Rio Piracicaba.....	20.000	—	10.000	12.500	20
Rio Espero.....	10.000	—	5.000	6.050	10
Sabará.....	100.000	500	65.000	75.050	125
Santa Barbara.....	500.000	200	350.000	360.200	600
Santa Luzia.....	500.000	1.000	350.000	360.100	600
Santa Quitéria.....	100.000	—	70.000	75.050	125
Sete Lagoas.....	160.000	1.000	120.000	120.000	200
13.000.000.	12.000	8.500.000	9.012.000	15.000	

C)—ZONA DO TRIANGULO

Araguari.....	350.000	30.000	336.000	350.000	424
Araxá.....	535.500	40.000	535.500	535.500	652
Conquista.....	2.475.000	220.000	2.475.000	475.000	3.016
C. do Paraíba.....	38.500	10.000	35.000	38.500	55
Coromandel.....	16.500	5.000	15.000	16.500	24
Estrela do Sul.....	650.000	50.000	350.000	650.000	782
Frutal.....	21.000	5.000	15.000	21.000	29
Ibiá.....	82.500	30.000	75.000	82.500	128
Ituiutaba.....	270.000	70.000	270.000	270.000	384
Monte Alegre.....	148.500	45.720	135.000	148.500	220
Monte Carmelo.....	122.000	45.000	120.000	122.000	189
Patos.....	120.000	45.000	100.000	120.000	187
Patrocínio.....	280.000	50.000	60.000	280.000	371
Prata.....	25.000	9.000	25.000	25.000	38
Rio Parnaíba.....	44.000	20.000	40.000	44.000	73
S. Gotardo.....	910.000	50.000	910.000	910.000	1.071
Sacramento.....	455.000	100.000	1.455.000	1.455.000	1.736
Tiros.....	22.000	17.000	20.000	22.000	45
Tupaciguara.....	115.000	40.000	105.000	115.000	176
Uberabinha.....	660.000	50.000	600.000	660.000	793
Uberaba.....	495.000	50.000	450.000	495.000	610
R 835 500	981 720	R 626 500	R 835 500	10.993	

MUNICÍPIOS (14)	Número de cafeeiros em franca produção	Número de cafeeiros novos	Produção no ano de 1926 (quilos)	Estimativa do ano de 1927	Área cultivada em 1926 (hectares)
Aguas Virtuosas.....	—	—	—	—	—
Alfenas.....	333.000	—	200.000	270.300	333
Avari.....	1.400.000	—	900.000	910.000	1.400
Areado.....	500.000	200	300.000	305.000	500
Arceburgo.....	4.575.000	—	2.950.000	3.000.000	4.575
Aiuruoca.....	166.000	—	100.000	103.000	166
Baependi.....	230.000	—	140.000	142.000	230
Borda da Mata.....	330.000	—	200.000	203.000	330
Brazopolis.....	333.000	500	200.000	202.000	333
Botelhos.....	580.000	—	350.000	350.000	580
Cabo Verde.....	1.660.000	—	1.000.000	1.020.000	1.660
Cachoeiras.....	2.330.000	—	1.350.000	1.400.000	2.330
Caldas.....	160.000	—	100.000	100.000	160
Cambui.....	83.000	—	50.000	50.000	83
Campanha.....	500.000	—	300.000	305.000	500
Campos Gerais.....	160.000	—	100.000	100.000	160
Campestre.....	66.000	—	40.000	40.000	66
Caracol.....	2.600.000	200	1.550.000	1.600.000	2.600
Carmo do Rio Claro.....	83.000	—	50.000	52.000	83
Cassia.....	830.000	—	500.000	510.000	830
Caxambu.....	16.000	—	10.000	10.000	16
Cristina.....	16.000	—	10.000	10.000	16
Cconc. do Rio Verde.....	160.000	—	100.000	102.000	160
Cambuquira.....	13.000	—	8.000	8.000	13
Bôa Esperança.....	160.000	200	100.000	105.000	160
Eloy Mendes.....	580.000	—	350.000	250.000	580
Extrema.....	160.000	—	100.000	100.000	160
Gimirim.....	83.000	—	50.000	51.000	83
Guapé.....	33.000	—	20.000	20.000	33
Guaranesia.....	2.702.000	500	1.650.000	1.750.000	2.702
Guaxupé.....	833.000	2.000	500.000	505.000	835
Itajubá.....	835.000	—	500.000	516.000	835
Ibiraci.....	160.000	—	100.000	100.500	160
Itanhandu.....	33.000	—	20.000	23.000	33
Jacui.....	130.000	—	80.000	85.000	130
Jacutinga.....	1.250.000	500	750.000	768.000	1.250
Jaguari.....	130.000	—	80.000	83.000	130
Maria da Fé.....	8.000	—	5.000	5.000	8
Monte Santo.....	4.100.000	500	2.400.000	2.250.000	4.100
Machado.....	830.000	500	500.000	510.000	830
Muzambinho.....	1.200.000	500	750.000	780.000	1.200
Nova Rezende.....	500.000	—	300.000	310.000	500
Ouro Fino.....	1.330.000	500	800.000	830.000	1.300
Paraguassu.....	330.000	—	200.000	205.000	330
Paraisopolis.....	2.800.000	500	1.700.000	1.740.000	2.800
Passa Quatro.....	—	—	—	—	—
Passos.....	83.000	—	50.000	50.000	83
Pedra Branca.....	160.000	500	100.000	110.000	160
Poços de Caldas.....	160.000	—	100.000	108.000	160
Pouso Alegre.....	33.000	—	20.000	20.600	33
Pouso Alto.....	82.000	—	50.000	51.000	83
Rio Preto.....	730.000	—	440.000	450.000	730
Silvestre Ferraz.....	500.000	500	300.000	305.000	500
Silvianopolis.....	145.000	—	90.000	95.000	145
S. G. do Sapucaí.....	500.000	250	300.000	315.000	500
S. Seb. do Paraíso.....	5.000.000	1.000	2.900.000	3.000.000	5.001
S. R. do Sapucaí.....	1.200.000	—	757.000	800.000	1.200
Santa Catarina.....	83.000	—	50.000	53.000	83
S. Th. de Aquino.....	730.000	—	450.000	450.000	730
Tres Corações.....	166.000	—	100.000	108.000	166
Tres Pontas.....	333.000	—	200.000	205.000	333
Virginha.....	1.250.000	2.000	810.000	810.000	1.251
Virginia.....	33.000	—	20.000	20.000	33
46.500.000	9.860	28.200.000	29.000.000	46.500	

ESTATÍSTICA DO CAFÉ EM MINAS

1926 - 1927

(DADOS DA INSPETORIA AGRÍCOLA FEDERAL DO ESTADO)

E) — ZONA DO NORDESTE

MUNICÍPIOS (14)	Número de cafeeiros em franca produção	Número de cafeeiros novos	Produção no ano de 1926 (quilos)	Estimativa do ano de 1927	Área cultivada em 1926 (hectares)
Aimorés.....	3.000.000	200.000	1.300.000	1.800.000	3.000
Arassuaí.....	100.000	150.000	50.000	60.000	100
Capelinha.....	100.000	50.000	50.000	50.000	100
Fortaleza.....	30.000	100.000	10.000	10.000	30
Itambacuri.....	100.000	50.000	50.000	60.000	100
Jequitinhonha.....	40.000	100.000	20.000	20.000	40
Malacacheta.....	100.000	50.000	50.000	60.000	100
Minas Novas.....	100.000	200.000	50.000	60.000	100
Peçanha.....	1.500.000	200.000	520.000	900.000	1.500
Rio Pardo.....	100.000	50.000	50.000	60.000	100
Salinas.....	500.000	150.000	150.000	200.000	500
Mutum.....	230.000	150.000	100.000	100.000	230
Suassui.....	100.000	50.000	50.000	60.000	100
Teófilo Otoni.....	15.000.000	500.000	7.550.000	8.550.000	15.000
	21.000.000	2.000.000	10.000.000	12.000.000	21.000

A colonização mineira nos grandes latifúndios de café do Estado do Rio de Janeiro

PROF. HONORIO SILVESTRE

Após o transcorrer calmo e bonançoso dum longo mez depois do equinoxio do outono nas paragens sul pouco conhecidas do Oceano Atlantico, revelavam-se assim ao mundo as terras feracissimas de Santa Cruz, a joia engastada na fulgente corôa de gloria do navegador lusitano Pedro Alvares Cabral.

Aportara ao litoral calmo de Porto Seguro, plantando em terras do Novo Mundo, as sementes fecundas que desabrochariam em breve no espirito aventureiro das populações laboriosas que se revelavam no amanho da terra, nas expedições piscatorias da garoupa de Americo Vespuccio aportados ao Cabo Frio, no mar proceloso de derredor dos recifes dos Abrolhos ou nas arrancadas ao interior do país, em procura dos selvagens para lavoura ou em busca das minas de ouro ou de esmeraldas, que a imaginação escaldante da época as situára em regiões muito para dentro da franja oceanica.

O conhecimento geografico do interior se impunha como obra immediata ao colono que se ia assenhoreando das terras ao longo do litoral, alicerçando-se ao norte no estuario do rio Oiapoque, enquanto para o sul mai longe foi a pretensão portuguesa, após o infortunio dos navegadores lusitanos no rio de Solis, de se firmarem nos baluartes do castelo da Colonia do Sacramento.

Na lembrança dos aventureiros baianos, saídos de Porto Seguro ou do Salvador em procura das terras altas longínquas, ainda perduravam as noticias das entradas ao interior mandadas fazer por ordem de Martim Afonso de Souza, sem que se esqueça o reconhecimento feito por tripulantes dos navios na era de 1503, penetrando a terra da baixada e de serra acima cerca de 40 leguas.

Deixando de lado a lendaria entrada de reconhecimento partida do Cabo Frio em procura das terras altas avistadas num horizonte largo, devemos mencionar as que foram ordenadas por Martim Afonso de Souza.

Partiu a expedição da baía de Guanabara non mez de Maio de 1531 e, depois de ter percorrido cerca de 230 leguas em 60 dias como nos assevera o *Diario de Navegação* de Pero Lopes de Souza, voltou ao ponto de partida tranzeudo cristais a noticia curiosa de que no rio Paragual havia metalls preciosos. A esta

entrada não se tem dado a importancia que parece merecer.

Alguns mezes depois, em Agosto de 1531, no porto da Cananéa, organizava-se, sob os auspicios do digno donatario da capitania de S. Vicente, nova expedição que obedecia ao comando superior de Francisco Chaves e Pero Lobo.

No mez de Setembro, quadra do inicio das pesadas chuvas nas regiões temperadas do hemisferio sul, atirará-se ao âmago do desconhecido esta expedição aventureira que, em breve, seria vitima dos carriós, que, em defesa da terra dos seus maiores e no castigo do invasor, não mediram sacrificios no travar da luta com armas desiguas.

Não tendo sido colhidos frutos á altura dos esforços empregados pelo digno donatario nas expedições ao sertão que tão auspiciosas pareciam, não houve a estagnação condenavel nos cometimentos desta natureza, porque cerca de tres lustros após se agitavam os baianos na patriótica faina de descobrir riquezas, descer indios, conhecer o interior e atrair para oeste a linha de Tordesilhas que os afogava na tangente traçada da foz do Amazonas ao rio Mampituba.

E' o momento historico em que se fazem aos sertões invios as expedições de Miguel Henriques, Francisco Brusa de Espinosa, Vasco Rodrigues Caldas, Martim Carvalho, Sebastião Fernandes Tourinho, Antonio Dias Adorno, João Coelho de Souza e Gabriel Soares de Souza, que com as maiores esperanças de bons resultados enchem o período de tempo que vai de 1550 a 1592, quando falecia nas terras montanhosas do alto sertão baiano o auçor do *Tratado Descritivo do Brasil*.

Repellido os rios que desaguum no litoral baiano os expedicionarios das entradas que em geral partiam de Porto Seguro em direcção aos rios S. Francisco e Jequitinhonha, não houve estagnação nestas empresas embora visassem daí os esforços e colonização da orla atlantica e estabelecimento da pecuaria desde Sergipe até o Piauí e terras do sul do Ceará. O rio S. Francisco tornou-se a estrada larga de penetração ás regiões occidentais, como preparando a imigração definitiva dos baianos em terras de Minas Gerais e Goiás, ao longo das correntes fluviais.

Enquanto no norte do Brasil se desenhasse em largos traços de energia a arquitetura básica da nacionalidade brasileira, posta à prova de fogo na fama gloriosa de repelir os batavos no largo período de 1625 a 1654; desenvolvia-se S. Vicente e com a escalada do planalto fundava-se Santo André da Borda do Campo, donde os mamelucos de João Ramalho desafiavam os trabalhadores nas florestas imensas com respeito aos fribusteiros que preavam as populações do litoral.

Povo criado consoante as leis da natureza, sem peias e sem conhecer as leis humanas e contando somente com os seus esforços, em breve se enrijou nas pugnas em que a bravura e a coragem são apanágios dos homens que sabem o que é querer, quando almejam conquistar um ideal cristalizado nas ambições de uma raça forte e voluntariosa.

Reunidos os paulistas em torno da cidade de S. Paulo fundada pelo apóstolo das selvas, o notável jesuíta José de Anchieta, a necessidade de desenvolver a lavoura, os obrigou a buscar trabalhadores nas florestas, imensas e nas brenhas distantes que do rio Camandocala se estendiam até as margens do Paranápama.

Entrementes fôra desoberto o ouro faiscante nas lavagens do rio Jaguarí em Taubaté e finalmente vencida a Mantiqueira, o ouro fôra encontrado nas terras do sul de Minas Gerais. Eram "bromados" que aguçaram a ambição paulista.

Iniciada a exploração das minas de ouro aquém e além da notável serra, estava por consequência vencida a magna dificuldade que aos bandeirantes se anteolhavam era chegar às terras altas do interior do Brasil.

O vale do Paraíba ficava para traz; os rios vertentes do binário potamográfico "Paraná-Paraguai" se escancaravam ao gênio da raça e á coragem duma população varonil.

O rio Jequitinhonha já tinha sido desvendado pelas entradas baianas; o rio S. Francisco já fôra navegado aguas abaixo pelos expedicionarios da leva de Antonio Dias Adorno. Faltava apenas devassar as terras altas do divisor de aguas dos rios Doce, das Mortes, das Velhas e afluentes remotissimos dos rios Jequitinhonha e Pardo.

A atividade paulistana não tinha socego.

S. Paulo era o centro de irradiação das bandeiras que rumavam para todos os lados, vencendo dificuldades de toda a natureza.

Em varias expedições dirigidas com diversos rumos geograficos, iam os aventureiros paulistas retemperando as energias para maiores empresas pelos sertões imensos das terras mineiras, em que appareciam qual "El-Dorado" do Brasil as lendas do Sabarabussu', o Itacolomi e finalmente as lendarias minas

de Cataguás, que enchiam de accidentes as conversações rusticas nos acampamentos nomades d'uma raça forte e sadia que expulsava os jesuítas que os contrariavam na faina de escravizar selvagens e semi-independentes, proclamava o seu rei, um filho nobre da terra, Amador Bueno.

A lenda das esmeraldas ante-vistas nas lagoas do Vapabassu' pelos aventureiros baianos tentava a alma varonil de Fernão Dias Paes Leme, o "Sertão", que numa arrancada das suas fazendas do Paraíba, em 1672, foi parar nas terras do atual município de Grão Mogol, nas áreas escoadas pelos rios Jequitinhonha e Pardo.

Embora não tivesse logrado alcançar as esmeraldas porquanto as pedras coradas levadas a S. Paulo eram aguas marinhas, Fernando Dias Paes Leme, organizando pousos á medida que se internava nos sertões, mostrou que era um espirito metódico, que não se arriscava ao imprevisito sem ter tomado providencias.

Falecendo na volta do seu arraial do Sumidouro, o "Anhonhecancha", toma a direção da bandeira o notável sertanista Manuel da Borba Gato que após o assassínio involuntario de Castelo Branco, se interna nos sertões e vinte anos depois surge na sociedade paulistana, protegido pelo perdão interesseiro do governador da capitania. Em 1698, aos olhos atonitos da bandeira de Antonio Dias de Oliveira, numa manhã brumosa do dia de S. João, surgia o Itacolomi antevisto nas quebradas montanhosas por expedições anteriores. Revelam-se assim aos olhos cubicosos dos caçadores de ouro as ricas minas do Tripui, sobre as quais foram lançados os fundamentos da tradicional cidade de Ouro Preto.

ATIVIDADE MINEIRA

Dentro em breve a mineração intensa se desenvolvia e se ampliava no ambito montanhoso das cabeceiras dos afluentes do curso superior do rio Doce.

Do Sahará a S. João d'El-Rey, do Rio Doce ao Rio das Mortes, na bacia do Rio Grande ao curso do Rio Jequitinhonha, a atividade era plena; milhares de pessoas se entregavam á faina de lavar as areias dos rios, desmontar os morros proximos, como expressão magna duma integral ação de trabalhos herculeos.

Para as minas partiam levadas de habitantes do litoral que iam em procura da fortuna facil, periclitando por um momento a lavoura inaugurada nos nculos coloniais das capitanias, desde Pernambuco até quasi as terras de Santa Catharina.

Os paulistas redobram de esforços na exploração das minas e plantaram, nos sertões das Minas Gerais, monumentos impereciveis da sua energia e vontade com a funda-

ção das cidades que atestam o passado opulento de outrora. Redobram ainda mais em energia quando uma luta com reinóis, que sendo os ultimos no conhecer a terra, pretendiam explorar as minas como se fossem descobridores. Definia-se assim o "distrito do ouro" criação que não é uma futilidade fantasiosa e sim o reflexo, a síntese e a cristalização de atividades imensas sistematizadas na finalidade consoladora, de que concorriam para o engrandecimento da patria, que no norte se acrisolára nas lutas gigantescas contra os holandeses.

Em 1741 eram descobertas, na parte superior da bacia do rio Jequitinhonha, as minas de diamantes que vieram concorrer com formidáveis cabedais para encher o tonél das Donaiades do erario regio, arrazado impiedosamente pelos gastos suntuosos de d. João V.

Não sendo permittida a exploração das grupiaras pelos mineradores particulares em virtude de prohibição regia, constituia-se assim o "distrito diamantino" que se ampliava á medida que as descobertas avançavam. E' bem de ver que este sistema odioso da exploração régia, ou por conta dos contratadores, ou pelos famosos intendentes, tornou-se incentivo forte e justificado á exploração clandestina pelos garimpeiros que, nas quebradas humbrósas, nas alturas montanhosas e nos fundos dos riachos sécos, resistiam aos famosos dragos e desafiavam as justíças dos capitães generais de Vila Rica.

Era assim o distrito diamantino, em que a desconfiança perene dos agentes régios pesava lugubrememente sobre todos os habitantes.

A atividade febril dos aventureiros paulistas não ficava sempre nestes distritos, em que a séde insopitavel das riquezas na sua manifestação brutalidade não conhecia limites.

Logo que se apanharam no vale do rio das Velhas ou Guaiacul foram descendo os bandeirantes em procura do rio S. Francisco na fase preliminar do reconhecimento da terra.

Foram se encontrar com os baianos que, com as fazendas de gado dos senhores da Torre, avassalavam todo o sertão.

ATIVIDADE PASTORIL

Não se prestando as terras de vargedos e de campos á mineração por nelas não haver metais preciosos, foi no entanto estabelecida a criação do gado vacum nos imensos latifundios das cabeceiras do rio S. Francisco, no Plumbi, até o Rio Verde sem que olvidemos a penetração da pecuaria nas terras margiaes da grande caudal, encontrando-se por consequencia o avanço aguas acima do criador baiano com o paulista pastoreiro de rio abaixo.

A criação do gado servia para abastecer as minas dos distritos do diamante e do ouro

e quando escassas ançava a importação da região do rio S. Francisco, pelo caminho da Baía que dele conta nos dá Antonil, vinha o gado tangido dos campos dentre o Itapicuru' e Vasa Barris ou Irapiranga.

Definia-se na sua atividade pastoril, com o maximo aproveitamento das magnificas pastagens das áreas norte das Minas Gerais, o "distrito do ouro" que, se não atravessou períodos de inevitavel intermitencia em riquezas e pobreza, tem tido desde as levas de Fernando Dias Paes Leme até hoje vida folgada, calma que o regime pastoril confere ás populações de regiões de pecuária.

Tangidos pela necessidade de vida calma que somente o regime pastoril de feitto patriarcal pôde permitir os cedendo ás contingencias de momento; muitos mineradores, com o passar dos tempos e insucesso na mineração dos diamantes ou do ouro, imigraram para o distrito dos couros, conquistando fortunas seguras que jámais ficaram ao sabor das inconstancias comuns nos serviços pesados da exploração do sub-solo.

Após os acontecimentos lutosos de 1710-1711, em que brasileiros e reinóis se empenharam numa quasi guerra na região das minas auríferas, Antonio de Albuquerque, o pacificador das Minas Gerais, desterrou para o agigantado latifundio pastoril do Jequitai ao assás famoso Manuel Nunes Vianna que, com os seus seqazes, incrementou sobremaneira a pecuaria na margem direita do Rio S. Francisco, como que se preparando para fundar as enormes fazendas de pecuaria nas bacias hidrograficas dos rios Paracatu', Pardo e Urucua que, presentemente, usufruem situação de franca prosperidade. Pelo que temos dito, é facil se verificar que os tres distritos do "ouro, diamantino e dos couros" — se caracterizaram por umas tantas particularidades que os tornaram inconfundíveis e que mostram até que ponto ia a atividade particularista dos paulistas no desbravar a natureza imensa sempre em luta com o homem.

Tiveram os paulistas continuadores nas fecundas proles que hoje constituem etnicas das populações mineiras.

As minas de ouro do imenso ambito traçado de Ouro Preto e abrangendo os cursos superior e super-médio das bacias hidrograficas do rio Doce, Grande, das Velhas ou Gualcui, Jequitinhonha e Arassuaí, tiveram o seu periodo de ampla produção nos quatro decennios de 1700 a 1740 em que as lavagens do Ribelrão do Carmo, dos Gualaxos e Sarameinha, as lavras do Rio do Sabará prodigalizaram riquezas fabulosas a muitos mineradores, enquanto outros se arruinaram por completo, invertendo na exploração falaciosa fortunas que jámais recuperaram.

Embora a exploração dos diamantes no arraial do Tijucu só começasse em 1741, quatro decênios depois já se iam amortecendo o entusiasmo anterior e o desprendimento com que os garimpeiros encaravam as sanções legais do celebre livro do regimento do distrito diamantino, livro conhecido na atribulada historia da mineração pelo nome de "Livro da Capa Verde".

No terceiro quartel do século XVIII, em virtude da escassez na produção do ouro pelo empobrecimento do ambicionado metal nas lavagens dos leitos dos rios ou nos desmontes, dos apertos promovidos pela cobrança dos quintos e demais tributações abusivas da época e da ausencia da lavoura nas áreas cobertas por delgadas capas de terra vegetal, nas Minas Gerais o descontentamento era geral e exigia remédio que jámais fôra compreendido pelas autoridades que, em nome d'El-Rei, dirigiam os negócios do Brasil colonial.

Mas é natural que vencidos todos os valores da escala de resistencia, dêsse tal estado de coisas, como consequencia imediata, a tentativa de revolução que, na nossa incipiente historia de episodios isolados, tivera a denominação de Inconfidencia que fôra na sua magna expressão um movimento sedicioso cujas causas são de feição economica, embora se lhe conjuguem as causas de ordem politica.

No entanto o distrito dos couros pouco sofria, embora visse diminuida a exportação do gado para as minas. Sobravam-lhe os mercados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Baía, em que os preços do gado em pé compensavam as longas caminhadas pelos sertões afóra. Nos inícios do século XIX pouco produziram as minas, quer as do ouro, quer as Tijucu, embora capitais vultosos tivessem sido invertidos na compra de terras aparentemente ricas e na substituição da escravidão que, transportada ao recesso do nosso país e sujeito aos trabalhos pesados da mineração, exigia continua renovação.

É facil de deduzir dêste máo estar evidente que a mineração diamantina e aurifera atravessava período crítico, que exigia solução radical que viesse consultar aos interesses das populações laboriosas.

Mais uma vez ia vencer o espirito empreendedor da raça.

O ESTABELECIMENTO DA LAVOURA

O fluxo para as minas no período aureo despovoou o litoral, desinteressando as populações agricolas do desenvolvimento da lavoura; o refluxo do período de escassa produção a integrava á agricultura nas terras humosas, de humidade sufficiente e de calor *optimun* em que os vegetais tropicais de valor económico ao homem florescem e desabrocham em fartas mêsses.

A esperança de fortuna num relance de vista levou a população do regime conservador, calmo e pacifico da lavoura no litoral e em S. Paulo para o trabalho intenso, pesado e inconstante nos resultados na região das minas. A pouca produtividade das lavagens das areias auríferas ao lado dos ingentes trabalhos de desmonte, num regime económico em que a instalação da agricultura na região das minas não seria possível, impelliu os habitantes das Minas Gerais para o litoral em que nos primórdios da nossa historia haviam instalado a lavoura da cana de açúcar os nossos maiores na falna gloriosa de valorizar a terra brasileira.

Descendo o rio Paraíba do Sul abaixo, passando por Taubaté, Guaratinguetá, Guatapacaré, garganta do Embau, tinham penetrado na região das minas auríferas dos sertões de Cataguás os destemidos bandeirantes das Jornadas gloriosas anteriores e posteriores ás expedições organizadas pelos sertanistas Fernando Dias Paes Leme e Antonio Dias Cardoso.

Voltavam quasi duas centenas de anos depois pela estrada que Garcia Paes, em fins do século XVII com o auxilio do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca, lançou através os sertões das Minas Geraes florestas umbrosas do rio Paraíba do Sul, pelo vale do rio Paraíba, unindo num só ampexo o lendario Sabará á baía de Guanabara, ao Rio de Janeiro, a metropole lusitana colonial das terras do Sul do Brasil.

Situadas as minas nas serras conhecidas em botanica pela feição floristica — sertão; — o avassalamento agricola d'aregião da mata mineira constituia sem duvida, nova adaptação de um regime de utilização dos recursos naturais que a lavoura extensiva e a pecuaria ametodica podem proporcionar ao homem numa fase definida de sedentarismo no nosso sólo.

Mas a adaptação á lavoura de uma população que se havia afeito aos trabalhos rudes da mineração durante dois séculos de lutas com a natureza, sujeita aos precalços da opulencia e da miseria, não podia ser obra dum momento.

Exigia por consequencia um certo prazo de preparação, mormente no que se refere á invasão das terras cobertas pelas florestas multiseculares da fertil e opulenta Zona da Mata, campo escolhido para o desdobramento de novas energias retemperadas com a exuberancia paradisíaca da região banhada pelo rio Paraíba do Sul, desde o Riachão do Salto ao estuario em pleno costão do Atlantico.

Ao mineiro dos descobertos dos ribeíões do Carmo, dos Gualaxos e Saramenha-Tripui, das lavagens do Sabará de S. João d'El-Rei e Guarapiranga, não lhes passara desapercibida a exuberancia da região das matas na

parte média da bacia do rio Paraíba do Sul, porquanto neste sentido iam avançando aos poucos, embora os indomáveis selvagens das regiões invadidas apuzeram resistencia que nem sempre era victoriosa.

Levados pelas correntes hidricas que desaguavam nos cursos superiores afluentes do rio Doce, iam os mineiros estabelecendo fazendas em que os produtos da agricultura chegavam á região das minas nas épocas em que nestas se escasseavam os géneros de consumo que eram importados; pois que o sólo local bastante sáfaro e ingrato não produzia o necessario, sem que não esqueçamos que a politica colonial lusitana proibia que houvesse lavoura afim de impedir que fossem desviados trabalhadores dos serviços das minas auríferas.

Consoante a afirmação verídica de Diogo de Vasconcellos na sua erudita Historia Média das Minas Gerais, no expediente do capitão general d. Antonio de Noronha, datado de 14 de Agosto de 1775, encontram-se providencias a respeito da guerra contra os botoceudos que assaltavam os incipientes aldeamentos localizados na parte sub-média da bacia escoada pelo rio Pomba, para onde tinham sido realçados os indigenas escorraçados do Guarapiranga que ora se juntam aos indios vindos da parte baixa da concha hidrografica do rio Muriaé.

Anteriores a estas providencias devemos mencionar as medidas tomadas pelo governador Luiz Diogo, que iniciando o seu governo aos 28 de Dezembro de 1763, com atos de boa administração em pról do desenvolvimento económico da capitania merece que seja lembrado neste momento em que mostramos quanto energeticos e empreendedores foram os nossos maiores.

De acôrdo com os seus planos de administração e ordens que lhe chegaram do Conselho Ultramarino, empreendeu a fundação na zona tributaria do rio Pomba dum aldeamento central, em que se recolhessem os indios coropós e coroados da raça puri que campeavam orgulhosos nas quebradas montanhosas e nas varzeas de inundação daqueles sertões futurosos.

Segundo os processos de catequese que outraora empregaram em nosso vasto país os notaveis filhos de S. Inacio de Lioiela, requisitou ao bispo de Mariana um padre que os pudesse dirigir e os iniciar nos principios sãos e elevados do cristianismo e os interessar nos trabalhos da agricultura.

Esta obra de apostolado nas selvas invias dentre os rios Paraíba, Pomba e Muriaé, coube ao padre Manuel de Jesus Maria, qual outro "Joseph Anchieta" do seculo XVIII, que, pelo caminho que terminava no Xopotó, galgando serras, vencendo mil difficuldades, plantou os fundamentos do arraial de S. Ma-

nuel, a celula mater da vida civilizada de toda a região geografica da "Zona da Mata".

As noticias fagueiras da exuberancia da terra virgem, a salubridade relativa de toda a região, a benignidade do clima definido pela temperatura, pelos ventos e pelas chuvas em função da altitude, chegaram ás Minas Gerais e soaram como uma chamada das populações desalentadas, afim de se inaugurar o regimes agricultural nas árias imensas levadas ao gremio da igreja catolica graças aos ingentes trabalhos de abnegação do padre enviado pela diocese de Mariana.

A descida das populações do distrito do ouro, afeitas a um regime de desdobraimento de energias, permitiu que se focalizasse a sua atividade, na fundação de muitas fazendas e aldeias que posteriormente se transformaram em povoados prosperos, hoje vilas e cidades em que a agricultura nos campos, nas selvas e nas planicies, o comércio e a industria movimentados nas suas manifestações multiplas pelas estradas de ferro, falam com mais eloquencia do que fôssemos alinhavar frases nestas paginas toscas.

Progredia a Zona da Mata. No entanto, o capitão general Luiz Ja Cunha Menezes, cujo governo se inaugurara em Vila Rica aos 10 de Outubro de 1783, o herói burlesco das "Cartas Chilenas" de Claudio Manuel da Costa, ou por refinada ignorancia das coisas da capitania ou porque deséjasse que a crédito dos seus serviços ficasse alguma coisa que o pudesse salvar dum antevisto naufragio administrativo, entendeu de enviar aos sertões de léste lusida expedição que se incumbiria de explorar a região, procurar minas de ouro e verificar quais os caminhos que iam dar ao Rio de Janeiro.

Desta expedição era seu comandante o sargento-mór Pedro Afonso Galvão de S. Martinho e na comitiva partia com a função de verificar a população já existente e a que se pudesse acomodar, a riqueza do sólo em ouro e levantar um estudo geografico e cosmografico dos sertões, função ampla que seria objecto de elucidativo relatório, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o "Tiradentes".

Tendo caminhado a expedição em direcção ao rio Paraíba para depois se infletir em procura das terras do Poniba, devemos reconhecer que relevantes serviços prestou á causa publica com a exploração do sertão, além de os abrir ao franco povoamento por parte das populações das minas.

Foram fundados nesta época os registros do Cunha, Louriçal e Ericcira nas margens do caudaloso rio Paraíba.

E' de acreditar que por 1760 tivessem havido a infiltração do elemento mineiro nas terras auríferas da parte superior da bacia do rio Macacu, minas estas que localizar no Braçanam e correjo dos Indios tivessem sido

exploradas outrora pelos jesuítas do aldeamento de S. Barnabé.

Aos ouvidos do marquez de Lavradio, o vice-rei do Brasil, chegavam notícias que davam o ajuntamento do Macacu' como covil da facinoras chefiado por um chefe aureolado de tremendíssima lenda de nome Manuel Henrique, o "Mão de Luva", que exercia a sua incontrastável autoridade desde Cantagalo até os socavões da virada ígreme da Serra do Mar.

A expedição do sargento São Martinho fôrça com a incumbencia de destruir o aldeamento do "Mão de Luva", empresa que se realizou após traições inqualificáveis em que o herói caricato das "Cartas Chilenas" houvera tido boa parte na distribuição dos papeis que sempre couberam aos judas de todas as épocas.

Finalmente o epilogo em Vila Rica foi coroado com a sentença de 1736, lavrado pelo desembargador Tomaz Antonio Gonzaga, pondo os bens de Manuel Henriques em praça pública, bens dos quais eram parte principal 26 escravos da mineração clandestina.

John Mawe que pelo Brasil viajou pelos anos de 1809-1810, percorrendo os distritos do ouro e dos diamantes, fala com certo entusiasmo da região de Cantagalo, rememorando certos fatos relativos ao "Mão de Luva" e seus sequezes na faina dos trabalhos da mineração.

Os colonos, que das minas chegaram após a destruição da suposta Troia de Manuel Henriques, não encontraram quasi que ouro. No entanto se fixaram ao sólo porque a argilla, o humo forte e gordo das planicies e terras semi-planas mostraram-lhes com a experiencia das coisas que o sólo era ápto á lavoura. Nómades em determinado momento, tornaram-se depois sedentarios com a fundação de fazendas e sitios em virtude do aproveitamento das boas qualidades do sólo agricola e boas condições de salubridade.

Define-se assim a infiltração do elemento mineiro em plenas terras da provincia do Rio de Janeiro, esperando a eciosão da lavoura extensiva do cafeiro. Chegando de terras frias, de terras de altitude, as populações do ex-arraial ou acampamento do "Mão de Luva" evitaram as terras altas ou serranas que se abeiraram das encostas septentrionais da Serra do Mar ou da Cadeia Oriental.

Ficaram em terras submetidas ao regime climatico influenciado pelas brumas do Rio Paraíba do Sul e nos lançantes escoantes para o setentrião.

Na época em que se desenhava êste movimento imigratorio em procura das terras temperadas da provincia do Rio de Janeiro, os mineiros se infiltravam na bacia do Rio Paraíba do Sul non largo trecho da sua concha hidrografica comprehendido entre as al-

turas da Mantiqueira e o rendilhado de altos e baixos da Serra do Mar.

Localizavam-se nas áreas de terras vermelhas, a argilla originaria da desagregação do complexo geologico brasileiro, enquanto se espalhavam pelas áreas de humo gôrde asentado em planicies escoadas.

As terras mineiras além da lombada orografica da Mantiqueira despejavam nas terras virgens da parte média e super-média da bacia do Rio Paraíba do Sul populações lavoriosas que, pelos flancos dos caminhos de S. Paulo e de Ouro Preto, desdobravam a atividade empreendedora de elementos raciaes fortes.

Nêste período de occupação do sólo por populações mineiras que se transformavam em agricultores, quer em Cantagalo, quer na região a montante da mesopotamia do Paraíba do Sul e Parai'buna até terras norte de S. Paulo, fôra o momento em que se localizaram os chefes de umas tantas familias que hoje constituem tradições gloriosas da terra fluminense.

Terminamos aqui as considerações gerais que mostram a lenta infiltração do elemento mineiro em terras de jurisdicção politico-administrativa do Estado do Rio de Janeiro.

A LAVOURA DO CAFE'

A lavoura do café, após o largo período de adaptação nas terras das "Gulanas, na Amazonia" á mercê das condições do meio geografico em face do clima tipo superhumido equatorial e no "nordeste" em que reina o clima semi-árido, começou a se desenvolver com a maxima impetuosidade nas terras da baixada protegidas pelo arvoredor poupado á derribada e, galgando a barranca oriental do planalto e evitadas as terras mui frias das encostas orograficas setentrionais da Serra do Mar, em breve se alastrou em todo o territorio da concha hidrografica escoada, pelo Rio Paraíba do Sul.

Penetrando pelo caminho de Angra dos Reis, ou pela estrada paulista do Parati-Guaratinguetá, ou pelo tradicional caminho mineiro de Garcia Rodrigues Paes ou acompanhando o leito profundo e desempedido do rio Macacu', vencendo a garganta da Boca do Mato e apanhando o curso do rio Bengala; já nos dominios do Rio Paraíba do Sul, a lavoura de café desenvolvia-se de modo assombroso nas áreas em que apparecia a terra vermelha oriunda da desagregação e decomposição das rochas do complexo brasileiro.

Com a introdução do braço escravo, não ha menor duvida que em geral a lavoura no territorio fluminense se desenvolveu de modo admiravel no avassalamento de espaço com a fundação de importantes fazendas, que se fo-

ram formando desde as encostas serranas até ás margens do Rio Paraíba do Sul.

Entre 1820 e 1850, a colonização foi ganhando terras de florestas virgens, adaptando-as á lavoura do café e dos cereais que eram consumidos, "in loco" ou exportados pelos portos de Macaé, das Caixas, Estrela, Angra dos Reis, paraí e Mangaratiba.

Mas já no decenio de 1850 a 1850 a lavoura se desenvolveu de modo assombroso estendendo-se em ambas as margens da caudal fluminense pois que chegados os agricultores empreendedores ás margens do rio foram-se unir aos mineiros que, do arraial de S. Manuel, Rio Pomba abaixo, escalavam as terras dos atuais municípios de Padua, Monte Verde, Itaperuna, S. Fidelis e as terras altas do município de Campos pela margem direita do rio Muriaé.

O desenvolvimento da lavoura neste período foi feito sem maiores dificuldades, pois que substituindo aos antigos habitantes das selvas já se encontravam, aqui e ali, proprietários agrícolas que de Campos tinham subido rio acima ou da região banhada pelo rio Pomba tinham descido.

Descuidadas não tinham quedado as autoridades eclesiásticas do Rio de Janeiro quando nas matas fronsosas do rio Pomba tinha penetrado o evangelizador padre Manuel de Jesus Maria; perquanto avançando da cidade dos Campos dos Goitacazes partiam rio acima os missionários capuchinhos italianos frei Angelo Maria de Luca e frei Vitorio de Cambiasca ao encontro dos índios coroados que habitavam as terras altas entre os rios Pomba e Muriaé.

Adeantada a catequese dos selvicolas que outraora tinha mouvido a palavra de fé da boca do capuchinho português frei Fernando de Santo Antonio, lançam os missionários italianos em 1779 os fundamentos solidos e impercíveis da cidade de S. Fidelis de Sigmaringa. Dez anos depois as terras vizinhas desabrochavam em fartas colheitas em virtude da entrada de colonos pelas imediações, gozando todos dos beneficios fecundos da tranquillidade promovida pelos dignos missionários.

Propriedades pela necessidade de ampliar a obra meritoria de trazer ao gremio dos civilizados os coroados, coropós, da tribu dos Goitacazes, além dos parís e botocudos, os missionários fundaram acima da affluencia do Rio Pomba um povoado que tivera o nome de Aldéa da Pedra, embora quizessem prestar homenagem a d. Marcos Noronha dando-lhe a denominação de S. José, de d. Marcos, nome que por ocasião da visita episcopal de d. José Joaquim da Silva Coutinho por ato de 24 de Fevereiro de 1809 fôra mudado para o de S. José de Leonissa, hoje a prospera cidade de Itaocára, sendo seu primeiro paroco o capucho frei Tomaz de Civita Casteli. Nos prin-

cípios do seculo XIX, distante seis léguas da affluencia do Rio Pomba com o Paraíba, o padre secular Antonio Marius Vieira erigiu uma capela que fôra consagrada ao seu onomastico Santo Antonio de Padua, reunindo em torno da ára catolica os antigos coroados que, outraora tinham sido pacificados pelo provincial dos capuchos lusitanos no Brasil, frei Fernando de Santo Antonio.

Tendo falecido em 6 de Abril de 1828 frei Tomaz de Civita Casteli, digno vigario de S. José de Leonissa, fôra substituido em tão santo mister pelo seu irmão de habito frei Florido de Casteli que, ardendo em zelo apostolico, foi quem terminou a catequese de todos os indigenas da região.

Com o andar dos tempos os índios foram desaparecendo pela morte e os seus descendentes vão se integrando na vida económica do país, concorrendo como elementos de apreciavel valor na solução de uns tantos problemas condizentes com a nossa nacionalidade.

Toda a região mesopotamica Padua, Paraíba, todas as terras interamnenses do Paraíba — Pomba-Muriaé, toda a região de ambas as margens desde o Riachão do Salto ao desfiladeiro do morro do Gambá, se desenvolveram extraordinariamente sob o ponto de vista da agricultura.

Os municípios de Cantagalo e S. Fidelis se estrelavam com as fazendas de café que, dia a dia aumentavam, cresciam e se desdobravam.

Os suissos fugidos dos ensaios infrutíferos da lavoura branca e do café nos desbarancados do Morro Queimado descem para o vale do rio Paraíba do Sul, ou se esgueirando ao longo do paredão setentrional, vão se apossar das terras do Lumiar, Indaiassu', Macacu' e alto Macaé, constituindo os troncos de muitas familias helvetico-brasileiras do territorio fluminense.

Dos arraiaes mineiros da "Meia Pataca", hoje Cataguázes, do Feijão Cru', hoje Leopoldina, de S. Manuel, Ubá e outros logares, foram traçadas estradas rusticas que, pelo vale do Rio Pomba, se dirigiam a S. Fidelis de Sigmaringa e pela navegação fluvial iam os viajantes a Campos, quando não preferissem a viagem pela bacia do Rio Muriaé.

A CONCENTRAÇÃO DOS PRODUTOS EM PORTO DAS CAIXAS

Daí partiram estradas de tropeiros que, atravessando o Paraíba do Sul em oPrto Novo, ou no Marinho ou na Cruz, por Cantagalo, Morro Queimado e Vale do rio Macacu', chegavam a Porto das Caixas. Por estas estradas traçadas por entre florestas umbrosas em que as chuvas constantes cavavam caldeirões, transitavam inumeras tropas carregadas de

produtos da lavoura que os deixavam nos armazens dos commissarios estabelecidos nêstes pontos, em que cessava a função distribuidora dos caminhos e começava a navegação fluvial.

O movimento por estas estradas era vultoso; de cinco em cinco leguas ou menos encontravam-se alpendres ou ranchos a que se recolhiam cansados os condutores de azemulas quando vinha a noite escura. Junto estavam os pastos nos quais eram soltos os animais que se refazião das longas caminhadas.

Pelos arredores borbórinha havia populações irriquetas de pequenos lavradores que vendiam os produtos de consumo immediato aos tropeiros, enquanto junto da rancharia apparecia a casa de negocio.

Era um mundo pequeno; as rixas appareciam e desapareciam rapidamente pela intervenção do capataz de maior respeito entre todos. Estas tropas levavam o café para Porto das Caixas ou para S. Fidelis; na volta traziam mercadorias encomendadas pelos negociantes dos arraiais mineiros ou fluminenses.

Os pontos de inicio da navegação maritima ou fluvial para Angra dos Reis, Mangaratiba, Estrela, Porto das Caixas, S. Fidelis eram praças comerciais notáveis em que haviam riquissimas firmas com largo circulo de transações nas terras fluminenses e mineiras.

Além destas tropas que se empregavam nos transportes do café mineiro e fluminense, appareciam inumeras tropas cujos proprietarios, comerciavam fumo, queijo, marmelada de caixeta, arreios e, ás vezes, toucinho.

Era coisa comum a chegada destas tropas nos arraiais do interior, mormente na época da apanha do café ou das festas religiosas, causando certo reboliço nas populações que se iam suprir do que tinham necessidade.

Vendida a mercadoria, carregavam a tropa e voltavam aos seus penates, quando não preferiam ficar aproveitando o tempo sobrado, para transportar o café da safra para os portos a que ficassem contratados.

Todos os anos desciam de Minas Gerais, da região pastoril, grandes manadas de gado vacum para a região cafeeira fluminense; era gado em geral para o trabalho nas fazendas em que as áreas occupadas pelos cafézais não permitira o desenvolvimento da pecuaria. Além das manadas de gado vacum desciam vendedores de mulas de Sorocaba que, em geral eram mineiros que todos os anos iam á celebre feira da terra paulista.

O gado asinino atingia preços elevados não só o que era empregado no transporte de mercadorias, como o que era reservado para montaria dos fazendeiros ricos que nas suas propriedades levavam vida folgada e de grande estado.

Os arreios usados nas suas montarias pela prataria abundante nos socados, na caim-

bra, dos pesados freios e bridões, nas caçambas rostradas, nos loiros de canudo e no rifle á cabeça da sela e nas pistolas embainhadas nos coldres, denunciavam luxo superabundante, escusado e até máo gosto que redundava tudo numa exhibição caraiba.

No largo periodo em que a lavoura desenvolvia, havia manifesta carencia de braços que viessem pelo trabalho fecundo ampliar as culturas nas fazendas, o trabalhador mineiro a tudo supria, vinha encher os claros com as belas qualidades de trabalhador intelligente.

Pelos mêses de Junho até meados de Agosto de cada ano, desciam da provincia de Minas Gerais levias e mais levias de machadeiros que vinham empreitar as derrubadas nas fazendas, tirar madeiras para as construções de casas, matar formiga pelo processo do axido de carbono impellido pelo fôle, construir cêrcas de estronco ou abrir valos para empacar o gado.

Era gôsto vê-los montados em burros marchadores com machados ao hombro. Contratando o serviço da derrubada, entravam as foices em ação para desbastar as arvores menores, e o fachinal, crissiumal ou tacuaral. Logo após ao serviço da roçada alimpadora, iniciava-se o desbarrigamento dos páos que, ao cair da tarde com a chegada do eito ao alto do mórro ou lançante, era saudado o pôr do sol com a queda de uma arvore gigantesca que, na queda majestosa arrastava todas as arvores mello cortadas.

Adensada a poeira, cessado o barulho, escancarava-se assim á ação do calôr helico largo rasgão da mata, que após a queimada recebia as mudas, de café, ou em covas marcadas pelo pé de mandioca ou taioba, o carôço maduro em cereja os quais dentro de um quatrienio traziam ao fazendeiro as esperanças legitimas e confortadoras de farta colheita.

Terminadas as derrubadas estabeleciam-se na terra como agricultores, ou então voltavam ás suas terras. No ano seguinte voltavam, enquanto por lá em terra distante, tinham a familia. Se as traziam não mais voltavam: enraizavam-se no sólo.

A INFLUENCIA MINEIRA EM TERRA FLUMINENSE

Não constituem segredos os que observamos os fatos humanos, mormente na parte que condiz com os usos e costumes, de a influencia mineria em terra fluminense, no vale do rio Paraíba e seus afluentes Pomba, Pirapitinga, Paraíba, é uma verdade que não pôde ser sofismada e nem posta em duvida.

Os hábitos conservadores, ordeiros e pacificos da população fluminense são os resul-

tados da influencia das levas mineiras que se fixaram no sólo.

O mineiro é honesto por natureza e qualquer que seja o desacato que sofra na sua dignidade do homem a desafronta é uma questão de honra. Obrar em sentido contrario seria contrariar a sua consciencia e um desmentido formal ás suas tradições.

A hospitalidade é uma das feições simpáticas do povo fluminense, qualidade que o filho das alterosas simbolisa no quarto do hospede e no meio prato de feijão da sua mesa farta.

A pousada ao viandante desgarrado ou tardio no atingir o povoado mais proximo é uma manifestação material da hospitalidade que, quando negada deixa mal visto e como que apontado á execração de todos quem tiver tido a vileza de a não satisfazer.

A honestidade, os bons costumes, o respeito, no seio das familias fluminenses são apanagios de que outrora e hoje valiam ouro de elevado quilate entre as tradicionais familias das Minas.

São destas familias que o dr. Claudio Manuel da Costa no seu poema "Vila Rica" diz :

Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos
Lemes, Toledos, Paes Guerra, Furtados

E outros que primeiro assinalados

Se fizeram no arrojado da conquista.

Apesar da infiltração das religiões reformadas no seio das nossas populações rurais, a população fluminense é na sua maioria catolica, como digna descendente daquelas familias que no seio da natureza imensa, em meio aos trabalhos das minas, elevavam preces ao Deus da religião do amor e da caridade, preces que se cristalizaram nas suntuosas obras de arte que são as igrejas de Ouro Preto, Mariana e S. João d'El-Rei.

Em muitas casas há os oratorios em que como outrora nas noites invernosas se ajoelá noite se reúne a familia em recolhida oração, havia junto dos altares das igrejas majestosas das cidades do ouro.

Apesar da distancia, pelo mez de Setembro muitos peregrinos vão cumprir votos expressos em ocasião de perigos ao Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, ficando muito mais proximo, se quizessem lá ir, o santuario de Nossa Senhora da Aparecida de S. Paulo.

É um habito herdado dos mineiros povoadores da terra.

Ainda há poucos anos, em período de tempo que não anda longe, revestiam-se os folguédos de S. João, S. Pedro e Santo Antonio de uns tons patriarcaes; na ponta de um mastro girava a effigie do santo da festa pintado por artistas locais em que a ingenuidade dos detalhes era a nota característica. Lauta mesa atestava a opulencia da casa e termina-

da a ceia pontilhavam as violas do Paracatu' ou Sabará os tocadores emeritos que em breve, sacudia mas saudades de outros tempos aos velhos e enchiam de sobria alegria aos de meia idade e de contentamente ingenuo a gente moça com os seus cantares sertanejos de intensa imaginação.

Formavam-se as rodas de "catereté" e outras dansas d'antanho que ante o progresso simbolizado na locomotiva e no automovel cederam o terreno secular ás dansas mais ou menos americanas, francezas, em que a musica primitiva dos nossos violeiros foi substituida pelo rouquenho fonografo ou pelo buhento jaz-band.

Dansava-se com o maximo respeito e ai daquele que abusasse, porque seria castigado irremediavelmente pelos dónos da casa, coisa que ninguem tentava, visto que a educação singela dos mçãos não o permitia e o médo de uma reprimenda severa e justa era o argumento que mais convencia o individuo mal criado, afim de que se mantivesse dentro das boas normas da educação e das boas maneiras.

John Mawe, ao tratar das plantações agricolas que vieram ocupar as lavras do descoberto do malogrado "Mão de Luva" dá um sumario da alimentação do povo que raia pela sobriedade hebraica na passagem pelo deserto, após a saída do país de Gessen, no E'gito.

De acôrdo com os magistraes estudos de Vidal de la Blache, pôde-se afirmar que a alimentação do povo entregue á lavoura do café em terra fluminense é o tipo americano que consiste no milho de mistura com umas tantas leguminosas — feijão, fava e ervilha — de que a terra produz abundantemente.

A engorda do porco, cuja carne anda tão malsinada pelo fáto de se afirmar que transmite o mal de Hansen, é a sequencia imediata da lavoura do milho que, enche as terras quentes, indo das planicies até os altos do morro.

É a carne de preferencia das populações rurais.

A farinha de mandioca foi o pão de guerra das populações selvagens; fôra o sustento diario das familias indigenas nos seus teju-pares á beira dos rios ou das lagôas. Com a colonização das terras os agricultores fizeram da massa da mandioca a farinha alva e delicada que, misturada aos feijões pretos e torresmos, produz o tão decantado tuta' da mesa mineira.

O arroz de grande consumo fôra plantado nas margens dos rios e nas planicies, visto que é um cereal que exige mais calor e humidade do que o milho e é de digestão facil e aconselhavel ás populações intertropicaes, consoante a sintese de antropogeografia de Brunhes.

A influencia mineira na alimentação é facil de ser verificada. Na modesta mesa dos homens de trabalho há pratos com a denominação de "mineiros". São pratos succulentos exigidos pelos trabalhadores da lavoura pesada da terra fluminense.

Era este pelo menos, o feito do passadio de mesa entre as populações menos abastadas de outrora; não sendo necessario acrescentar que entre os fazendeiros ricos a mesa requintava em iguarias finas e bebidas capitosas.

A introdução dos monjolos, dos engenhos de róda e de pilão e dos "rincs" para beneficiar o café nas fazendas foram maquinas rusticas trazidas pelos mineiros da região das minas. Estas maquinas serviam outrora nas minas para auxiliar os trabalhos da mineração, mormente os engenhos de pilão, havendo por consequencia notável adaptação ao serviço agricola.

O monjolo servia para pilar o café e preparar o milho; já melhorado para a fabricação da farinha de milho ou de macacão quando tornado fubá.

Os demais engenhos rusticos eram empregados quasi que exclusivamente no beneficiamento do café, sem que esqueçamos a fase em que os carócos da preciosa rubiacia eram despelpados, aumentando os prediçados da boa qualidade do grão.

Os mineiros introduziram em territorio fluminense os carros que deles tiram o nome, enquanto além de S. Fidelis, na região da cana de açúcar, predominam os carros campistas.

A diferença entre os dois rusticos veículos da lavoura consiste na fórma das "chêdas"; naquêles, a mēsa vai se afunilando até o cabeçalho, enquanto nêstes a mēsa é quadrada. As rodas largas dos carros campistas, afim de evitar que as estradas sejam cortadas, aparecem estreitas nos carros mineiros.

Quatro ou cinco juntas de bois tangidas pelo carreiro e guiadas pelo candieiro, puxam pesados carros pelas estradas das fazendas, transportando o café da safra ou o milho da québra, ou a cana de açúcar dos córtes, ou a lenha das queimadas.

A sela campista, a "gereba", levou anos de adaptação nas terras altas fluminenses da bacia paraibana. A sela, o lombilho, o socadinho mineiros, eram de preferencia usados, muita prata de luxo e estribos pesados.

ERA DA ESTRADA DE FERRO

Passou a estrada de ferro, vencendo o paredão do planalto em face da orla atlantica. O silvo da locomotiva pelas québradas longinquoas anunciava novas transformações no cenario econômico da terra fluminense.

As estradas foram avançando e novos

centros de comércio iam surgindo. Encurtavam-se as distancias e poupava-se tempo. A vida pacata de outrora foi se acelerando.

O barão de Mauá, em 1852 lança em terras do Brasil a nossa primeira ferro-via, fazendo-a partir do fundo da baía de Guanabara, Mauá, em direção á cidade de Petropolis e com ansias de chegar ao Paraíba. Cristiano Ottoni crava os trilhos da E. F. Central do Brasil através a região áspera dos tunnels. Vence a Serra do Mar e cái na perpendicular sobre o rio Paraíba do Sul, em opulenta cidade da Barra do Pirai, transformando em realidade os intuitos patrióticos da lei de 26 de Junho de 1852 e vencendo de modo insofismavel a má vontade, a incredulidade e o pessimismo injustificavel de alguns estadistas do Imperio.

Os gastos formidaveis na abertura dos tunnels não impediram que novas construções fosse mcomeçadas. Na Barra do Pirai, nossa principal ferro-via bifurcou em dois ramais.

Ambos obedeciam á necessidade de facilitar as comunicações com a capital do Imperio das cidades abeirantes da caudal do rio Paraíba. Aos esforços de Ottoni não devemos calar o muito que fizera em pról do desenvolvimento da estrada os notavcis brasileiros drs. Joaquim José Teixeira Leite e Caetano Furquim de Almeida. Representavam os interesses legitimos de muitos fazendeiros que se haviam instalado nas terras de café da região.

O ramal de S. Paulo fôra obra em que muito cooperaram com o seu prestigio politico e econômico os opulentos proprietarios de enormes latifundios á frente dos quais estavam os Souza Brevcs, que com enorme escravatura lavravam extensas áreas de café-zais.

A estrada de ferro de Cantagalo ligando a cidade de Niterói a Portela, nas margens do rio Paraíba do Sul, no municipio de Itacará, fôra construida no meio das maiores dificuldades, mormente no alongado trecho da Bóca do Mato á estação de Boa Sorte.

A estrada passa por serras, lombadas orograficas que muito lhe aumentam o desenvolvimento real.

O trafego de resistencia dessa estrada fôra o transporte do café, que vicejava abundantemente de Friburgo para baixo, até ás margens do rio. No municipio de Cantagalo, sem contar inumeras propriedades opulentas, estavam situadas as fazendas gigantescas dos condes de Nova Friburgo e de S. Clemente, que, por si só, justificariam a inversão de grande capital na construção da ferro-via. Mas...

Mas as estradas de ferro passaram, galgando as serranias e vencendo as caudais fluviais, encurtando as distancias, aproximando

os povos, enfim mudando os hábitos das populações e transformando regimes económicos enraizados pela acção do tempo.

Desaparecem as tropas que através mil dificuldades batiam cargas nos portos de embarque.

Libertou-se o elemento servil com o advento da Lei Aurea de 13 de Maio de 1888.

Os cafeeiros plantados nas capas de argila esgotaram as terras de certa elevação, enquanto nos planos ainda medra a lavoura branca. Desapareceram os cafézais de opulentas propriedades. A desorganização do trabalho agrícola após a Lei Aurea perturbou a vida nas propriedades agrícolas. Apenas em 1891 notou-se certa ordem com a importação de imigrantes que, pelos preços altos cobrados pelos serviços, ainda mais agravaram a crise económica.

DECLINIO

Hoje...

Os cafézais desaparecerem e as áreas imensas ocupadas pela lavoura extensiva foram transformadas em pastagens em que a pecuária, com o concurso do capim gordura rôxo, permite a instalação da industria dos laticínios.

A lavoura de café não desapareceu de todo; porquanto nas áreas poupadas pelo machado nas derrubadas de outrora vão surgindo cafézais que estão muy longe da opulencia de outrora.

Nas terras de além Paraíba, municípios de Padua e Monte Verde, a lavoura está no seu apogén, visto que, no periodo em que Cantagalo era opulento, estas áreas de florestas foram na sua maioria poupadas. Longe está o seu declínio, porque as condições topograficas do sólo são diferentes do daquém Paraíba. As terras não se estiolam com tanta facilidade pelo descascamento do sólo agrícola.

A pomicultura vai-se desenvolvendo ao lado da lavoura do café. O regime do trabalho produtivo está instalado de modo inteligente e duradouro.

Angra dos Reis, Mangaratiba, Mauá, Porto das Caixas e S. Fidelis são hoje apenas ruínas veneráveis que, nas suas construções arquiteturais e nas tradições dos nossos antepassados, mostram quanto foram opulentos neste periodo abeirante da segunda metade do seculo XIX.

Não tendo vida propria e vivendo da função de praças comerciais de entreposto e com a deslocação dos pontos de concentração de interesses teriam fatalmente de sofrer a acção da passagem das estradas de ferro.

Catagalo caiu e S. Fidelis, depois de largo marasmo, com o desenvolvimento da lavoura branca e o café nas matas do Colegio e

Grumarim vai-se tornando prospero e com esanchas de voltar á antiga prosperidade.

AS GRANDES FAMILIAS MINEIRAS DA LAVOURA

Quais as familias mineiras que com o decrescimento da produção do ouro, desceram para o territorio fluminense ?

Não pretendemos apresentar lista completa e isenta de critica apenas mencionaremos as principais que neste momento nos occorre. Faltam outras.

Ei-las :

Os Soares de Souza desceram das minas do Paracatu' e se espalharam por toda a região serrana do rio Paraíba para a montante e, por toda a baixada fluminense até Cacaé. Não há necessidade de os encarecer; basta que se cite o visconde de Uruguai, tão cheio de serviços á patria. Presentemente, o bacharel Paulino José Soares de Souza Neto mantém na Camera dos Deputados as velhas tradições de nobreza, de patriotismo e altivés que foram sempre apaganço da familia.

Os Furquim Werneck desceram das minas que outrora foram nucleadas pelos descobertos do Ribeirão do Carmo. Caetano Furquim Werneck prestou ao país inolvidaveis serviços na construção da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ainda hoje constituem familias de destaque social que lembram a opulencia dos seus antepassados no arraial dos Furquims.

Os Teixeira Leite concorreram para o desenvolvimento da lavoura no município de Vassouras e avanço da Central do Brasil em demanda da Paraíba do Sul. Teriam vindo das minas nordeadas pelo vale do rio Paraíba.

Os Martins se instalaram na affluencia do Pomba, procediam em parte de Minas e Espirito Santo, Cachoeiro do Itapemerim.

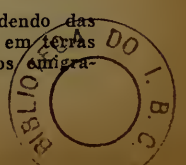
Os Piedade instalados nas Freijeiras, município de Itaocára, procediam dos Gualaxos, onde mineraram, embora sem lograr fortuna.

Os Ferreira Leal descendiam de familias mineiras que foram residir no Catete, logar situado nas cabeceiras do rio Macacu'. Daí se transportaram para as margens do Paraíba e fundaram propriedades no atual município de Padua.

Foram os primeiros chamados á mesopotamia Paraíba-Pomba.

Os Monteiro de Barros se espalharam por todo o territorio, mormente nos municípios fronteiriços.

Os Vieira de Carvalho, procedendo das minas fundaram fazendas de café em terras do município de Cantagalo. Muitos emigraram para o rio Doce.



Os Marmellos e os Gonçalves se instalaram humildemente em terras do município de Padua e depois se dispersaram pelo sul do Espírito Santo.

Os Toledo Pisa desceram de S. João d'El-Rei e Ouro Preto e foram fundar fazendas de café nos municípios de Padua e Itaocara. Prosperaram bastante e ainda hoje existem descendentes dirétos da família entrelaçados aos Gaia de Abreu, outra família com algumas tradições no Brasil.

Os **Moraes Martins** foram opulentísimos nas terras cafeeiras nos municípios de Santa Maria Madalena e Cantagalo e ainda são senhores de boas fazendas de pecuária, remanescentes dos antigos núcleos de opulentas propriedades.

Os Valle são de Minas Gerais, da região entre Recreio e Leopoldina, descendem de famílias mineiras. Entrelaçaram-se aos Moraes Martins que com os Veiga constituem uma só família, que ainda guarda reminiscências do passado das minas, mormente no que se refere ao espirito de turbulência.

Os **Barbosa de Castro** que se fixaram nas margens do rio Paraíba do Sul, abaixo da barra do rio Pirapetinga, fundaram fazendas que se não foram apulentas eram pelo menos estabelecimentos agrícolas de não apoucado valor. Posteriormente voltaram ao município de Palma pelo casamento de Rodolfo Barbosa de Castro, na família Perissé.

A família dos **Pereiras**, vinda de Guarapiranga, onde outrora minerára, se instalára nas margens do valão do Meneses, município de Padua, logar escolhido para a fundação da abastada fazenda de café.

Os **Leite Ribeiro**s procederam dos antigos bromados e terras de ogó do município de Alaruoca e vieram residir nas terras que hoje pertencem aos municípios de Rezende e Barra Mansa. Aí prosperaram com a fundação de lavouras de café, os quais á custa da exuberância das terras mui se opulentaram e mui concorreram para o desenvolvimento urbano da cidade de Barra Mansa.

Fica assim em rapidas linhas esborçada minguada lista de uma tantas famílias mineiras, que emigraram e se fizeram em terras fluminenses, concorrendo para o desenvolvimento da economia rural e aumento da população da rica e prestigiosa provincia do Rio de Janeiro que, nos meiaidos do seculo XIX até os fins da decada 1870-1880, foi, sem duvida, a entidade politico-administrativa do Imperio de real valor na politica, na economia rural e na representação notável que lhe davam os seus filhos.

Além das famílias acima notadas não mencionaremos inumeras outras de trabalhadores rurais, que na medida dos seus esforços, mui concorreram para o desenvolvimento da lavoura. Delas não trataremos para não

alongar a enumeração e demais carece de importancia o critério quantitativo das famílias, porque, o que se deve ter em vista foi a função económica que desempenharam em terras do abençoado sólo fluminense. E esta não há quem possa negar ou diminuir.

Ficou paralisado ou continu'a o movimento imigratorio da terra mineira para a fluminense ?

O movimento imigratorio continu'a mais do que nunca, com a vinda de pequenos proprietarios para as terras dentre os rios Paraíba do Sul e Pomba.

Quem relancear as vistas sobre o movimento de imposto de transmissão de propriedades, verificará que elevado número de vendas de propriedades tem como compradores pequenos lavradores rurais procedentes da Zona da Mata.

Os mineiros vão descendendo aos poucos rio abaixo, até onde vai a lavoura do café. As terras de massapédo município de Campos em que está instalada a lavoura de cana, parece que não as ambicionam. Estão acostumados a terras de altitude e jámais se habituariam ás terras baixas da conhecida parte nordeste do Estado do Rio de Janeiro.

Descem os pequenos lavradores porque já é passada a época dos agitados latifundios em que fôra dividido o abençoado sólo fluminense.

BIBLIOGRAFIA

- Ayres de Cazal — "Corografia Brasileira". Rio, 1817, 2 vols.
- Pizarro de Araujo — "Memorias Historicas do Rio de Janeiro". Rio, 1820, 9 vols.
- J. Brunhes — "Geografie Humaine". Paris, 1910, 1 vol.
- Warnagens — "Geografia fisica do Brasil". Rio, 1884, 1 vol.
- Silva Lisboa — (Anais do Rio de Janeiro". Rio, 1835, 7 vols.
- Jean Mawwe — "Voyages dans l'Interieur du Brésil". Paris, 1816, 2 vols.
- Vidal Lablache — "Principes des Geografie Humaine". Paris, 1922, 1 vol.
- Saint-Adolfo — "Diccionario Geografico do Brasil". Paris, 1845, 2 vols.
- J. N. Souza Silva — "Memoria das Aldeias de Indios". Rio, 1854, 1 vol.
- O. Drude — "Geografie Botanique". Paris, 1897, 1 vol.
- De Condolo — "L'Origene des Plantes Cultivées". Paris, 1883, 1 vol.
- Rocha Pitta — "America Portuguesa". Lisboa, 1880, 1 vol.
- Gabriel Soares — "Tratado descritivo do Brasil". Rio 1879, 1 vol.
- Alvaro A. Silveira — "Fontes, Chacaras e Florestas". Bello Horizonte- 1823, 1 vol.



REPRODUÇÃO, A PENNA, POR PORCIUNCUA MORAES, DO QUADRO
DO PINTOR PAULISTA CALIXTO, QUE ESTÁ NA GALERIA DA CIA
DOCAS DE SANTOS. É O PORTO DE SANTOS, LOGO APÓS
A CONSTRUÇÃO DO CÁS



Oliveira Vianna — “Populações Meridionais do Brasil”. S. Paulo, 1920, 1 vol.

Xavier da Veiga — “Efemérides Mineiras”. Ouro Preto, 1897, 4 vols.

Delgado de Carvalho — “Geografia do

Brasil”. Rio, 1927, 1 vol.

Diogo de Vasconcellos — “Historia Antiga das Minas Gerais”. Ouro Preto, 1901, 1 vol.

Diogo de Vasconcellos — “Historia média das Minas Gerais”. Belo Horizonte, 1918, 1 vol.

Basilio de Magalhães — “Expansão Geografica do Brasil”. Rio, 1915, 1 vol.

Angot — “Traité Elementaire de Metereologie”. Paris, 1916, 1 vol.

Washington Luís — “Capitania de S. Paulo”. S. Paulo, 1918, 1 vol.

H. Viernau — “Americ Vespuce”. Paris, 1917, 1 vol.

Porto Seguro — “Historia do Brasil”. Rio, 1876, 2 vols.

J. C. Branner — “Mapa Geologico”. Rio, 1096, 1 vol.

J. C. Branner — “Mapa Geologico”. Washington, 1920, 1 vol.

L. Agassis — “Voyage au Bresil”. Paris, 1869, 1 vol.

Paula Pessoa — “Gua da Estrada de Ferro Central do Brasil”. Rio, 1901, 1 vol.

Pero Lopes de Souza — “Diario da Navegação”. Rio, 1861, 1 vol.

Pero Lopes de Souza — “Diario da Navegação”. Rio, 1927, 2 vols.

Subsídios para a história do café em Minas Gerais

HILDEBRANDO DE MAGALHÃES

OURO-VERDE

Si em Minas Gerais viu Henri Gorceix, muito sugestivamente, "le cœur du Brésil", — "un cœur d'or dans une poitrine de fer"; si desse coração do raro metal, em certo tempo culminante da mineração antiga, eram arrancados a mancheias pela ambição dos homens, sem cessar, fragmentos e mais fragmentos preciosísimos, em forma de pepitas, de folhetas ou de pó: — hoje em dia outro ouro existe, a enriquecer notavelmente a aprazível terra montanhosa e os seus indefesos habitantes: o refulgente, o magnífico "ouro-verde".

EL-REI CAFÉ

O berço de Tiradentes — que, pela ordem natural das coisas, deveria basear suas rendas financeiras nas divicias da exploração do aço, da siderurgica, — é, desde o século passado, dama da corte de el-rei café, soberano econômico do Brasil. Antes assim, porém, Ocasão virá em que Minas Gerais há de predominar nos mercados mundiais, com o aproveitamento das imensas reservas ferreas do seu sub-solo. Enquanto não chega essa época — que se consagram ao fecundo vegetal, em maior proporção, as energias mineiras, pois dêle unicamente lucros lhe têm vindo dêle unicamente lucros lhe advirão.

HISTÓRIA

Abençoada a era em que o caféiro viveu em seus primórdios, na terra montanhosa! Abençoado aquele que pela vez primeira plantou ali o dadivoso arbusto! Data, sem duvida, de fins do século XVIII o ingresso do caféiro em Minas. Vejamos qual o caminho que seguiu êle, — desde o seu suposto cêspede natal até ao rincão brasileiro que assistiu ao sacrificio heróico de Felipe dos Santos. Da Abissina, — de onde se o considera oriundo, — passou o café em meados do século XV, para a Arabia. Feliz, transpondo o mar Vermelho, Naquela recanto da Asia ter-se-ia dado, então, segundo a lenda, o descobrimento do seu uso.

Do Yemen conduziram-no os holandeses a ilha de Java, por 1880; e, talvez em 1718, transportaram-no á sua colonia americana de Surinam, de onde, por 1723, seria levado por um desertor a Caiena, conforme a tradição.

Da Guiana Francesa, em maio de 1727, pela mão do sargento-mór Francisco de Melo Palheta, ingressou no Pará. Daí o trou-

xe para o Rio de Janeiro, por 1760, o desembargador João Alberto de Castello Branco.

Os frades barbadinhos do Hospício de Jerusalém, um neerlandês por nome João Hoppman e o bispo d. José Joaquim Justiniano incumbiram-se de propaga-lo pelas cercanias da capital brasileira; e de lá foi êle subindo a encosta da Serra do Mar, até alcançar o vale encantador do rio Paraíba do Sul.

Desenvolveu-se a sua cultura no sólo fluminense. E de Rezende, que se tornou o centro irradiador, haveria de ter êle passado, ainda em fins do século XVIII, tanto a São Paulo quanto a Minas. Sabido que já em 1794 se colhia café paulista, e que, pela proximidade, ao territorio mineiro, chegaria por força o caféiro ao mesmo tempo que ao berço dos bandeirantes, — pôde afirmar-se, sem receio, á época, embora imprecisa, que no periodo acima se anotou, como sendo a da sua introdução ali.

Certo é que a linha de penetração do arbusto acompanhou o rio Paraíba do Sul, quer aguas abaixo, quer aguas acima. E, si de Rezende foi que se expediu para São Paulo e Minas, — nesta, pela posição topográfica do citado município fluminense, deve ter penetrado ou pelo rincão do Rio-Preto, ou por qualquer outro circunvizinho.

ORDEM RE'GIA

Em ordem régia de 2 de março de 1800— ainda no século XVIII, portanto, — o príncipe regente de Portugal mandava que se lhe enviassem anualmente, dez arrobas do melhor café que em Minas houvesse.

Ora, si o futuro d. João VI (que se mostrava, com isso, um apreciador da bebida) assim determinava ao governador da capitania, — é que, sem duvida, nesta já ia em algum progresso, a tal época, a subime rubiácea.

O curioso documento, cujo original se encontra, sob n.º 9, no Arquivo Público Mineiro (liv. de cartas régias e avisos, n. 291 — 1800) e ao qual já fizera ligeira menção Xavier de Veiga, nas suas "Efemerides Mineiras", é do teor seguinte:

"O Príncipe Regente Nosso Senhor he servido que V. S. mande todos os annos dês Arrobas do milhor Caffé, mais escolhido, mais assezonado, e conduzido com todo o resguardo que possa haver nessa Capitania, com o subscripto — Para S. A. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e seu serviço particular—vindo encarregado o Mestre ou Comandante da Embarcação que o trouxe de

o hir mesmo apresentar logo no Real Palacio apenas chegar; e vindo tambem destruido em Caixões de duas Arrobas cada hum, — D.S. G-e, a V. S-a — Palacio de Queluz em 2 de Março de 1800. — D. Rodrigo de Souza Coutinho.

D. JOÃO E O CAFE'

Dado êsse interesse que demonstrava d. João pelo café, não é de admirar se affirme que êle, quando no Erasil, distribuiu sementes da rubiácea a várias pessoas, — das quais fez parte o conde de Baepend, que com elas presenteou o seu sogro cl. José Inácio Nogueira da Gama, o qual já em 1817 cultivava o arbusto na sua fazenda de S. Mateus, em Santo Antonio do Paraibuna (Juiz de Fôra).

NO INÍCIO DO XIX SECULO

Em princípios do século XIX, expandia-se o caféiro por diversos sitios da zona-da-Mata; e também, pouco a pouco, pelo sul de Minas.

Da mesma fôrma que em São Paulo, — as culturas intensivas dêle não haveriam de encetar-se sinão uns quarenta anos depois. Há a observar, porém, que muito antes disso já existia café, ali, em quantidade sufficiente para atrair a atençaõ dos escritores.

Frei Claudio da Conceição, no tomo X do seu "Gabinete Histórico" — cuja edição inicial é de Lisboa, 1819, e que, portanto, deve ter sido elaborado alguns anos atrás, asseverou a respeito da capitania: "He fértil de todo o genero de grãos, a capitania abasta de poucos tempos a esta parte de café, do qual se fez lucrosa exportação para os portos da beira-mar e para os da Europa".

Por 1830, já o café se havia fixado até mesmo em municípios da zona-da-Mata, que ficam mais para o interior.

A exportação do produto, em Minas, fôra, em 1818, de 145.085 quilos; em 1830, subiu a 1.221.000 quilos; e veio a atingir, em 1840, a 2.516.200.

Por 1851, ao que se consignou em fonte official, as lavouras do café estavam normalmente estabelecidas, na zona-da-Mata, nos municípios do Presídio do Rio-Preto, Santo Antonio do Paraibuna e Mar-de-Espanha; e haviam apenas começado a desenvolver-se em Leopoldina, Ubá e Muriae.

Ora, si atentarmos para os quatro primeiros nomes acima e si verificarmos a situação dos tratos de sólo que êles representam no corpo de Minas, verificaremos que para o amago da região barbacenense (creada em município a 14 de agosto de 1791) deveria ter entrado o café, atravessando o distrito de Rio-Preto (que ao tempo do ingresso pertencia a ela, si não nos equivocamos, — pois sómente foi erigido em município a 15 de abril de 1844, — e anteriormente pertencera a S. João-

del-Rei); e que tanto Rio-Preto, quanto Santo Antonio do Paraibuna (Juiz-de-Fôra); creado em 1850 e instalado em 1853) e Mar-de-Espanha, eram e são circunscrições lindereiras.

Assim sendo, e observando o eixo da penetração, — que foi, sem dúvida, o curso do Paraiba do Sul, — teremos três linhas de expansão.

E como duas das citadas circunscrições, — justamente as duas primeiras da zona-da-Mata, na descida do rio, — deviam fazer parte da "Princesa dos Campos", há fortes motivos que autorizam a supôr-se tenha o café ingressado em Minas por terras barbacenenses.

Reforça, singularmente, semelhante opinião, o fato de, já em 1851, haverem principiado a tomar verdadeiro incremento (ao que se disse em ato official) as lavouras de Leopoldina, Ubá e Muriae, que ficavam e ficam para mais adiante e mais acima, tendo-se em vista o rio.

MINAS E O CAFE'

Melhor raciocinando, poderemos distinguir dois ciclos de penetração do café em Minas: o ciclo da zona-da-Mata e o ciclo da zona do sul.

Já nos referimos ao primeiro. Quanto ao segundo, considerando-se que o arbusto se expandiu de Rezende, em direcção a terra dos bandeirantes, é de admitir-se que tenha entrado no sólo montanhês por intermédio do sólo paulistano.

O arbusto seguiu, assim, a sua dupla diretiva: entranhou-se pela Mata de Minas, no Rumo do Espírito Santo, — bem como, da outra banda, pelo sul e sudoeste, no rumo do Triangulo.

E' curioso apreciar-se ainda hoje, no mapa, a nítida separação entre as duas grandes regiões caféieras, que sómente agora tendem, cada vez mais a juntar-se. Encravadas entre municípios da Mata e do sul, que bastante produzem, notam-se outros, que produzem pouca coisa, em comparação com aqueles — tais como Airuoca, Passa Quatro, Virginia, Pouso Alto, Caxambú, Baependi, Turvo, Lima Duarte, São João del-Rei, etc.

Em 1836, o género estava sujeito, em Minas, ao onus de 10% de direitos (quanto que o açúcar ao de 5%), pagos no ano posterior ao da colheita, em duas prestações semestrais, consoantes se vê, pôr exemplo, da lei n. 49, de 8 de abril de 1836.

O café exportado da zona da Mata era conduzido dali por tropas de cargueiros, em direcção ao Rio de Janeiro. Tinha, dessa arte, de atravessar o território fluminense. Existiam nêstes registros fiscaes, estabelecidos em diversos pontos. E, para evitar que lá se taxa-se novamente o género, determinou o regulamento n. 7, da lei supra-referida, que não só êle, mas também os demais productos sujeitos aos impostos de 5% e 10%,

fossem acompanhados de uma guia official, que lhes comprovasse a origem:

"Art. 12. Quando alguns dos gêneros sujeitos ao pagamento dos cinco, do dez por cento, forem levados desta para outras provincias, serão acompanhados de guias qualificativas de sua origem afim de que á vista de tais guias, que nos registros do Rio de Janeiro têm de ser verificadas e anotadas, sejam isentos do pagamento da quota pertencente ao dizimo dela na administração encarregada da sua arrecadação, estabelecida na Mesa de Diversas Rendas na Corte, ou nas estações fiscaes de outras provincias".

De uma de tais guias, de 1836, poderemos fornecer o modelo:

"Ano de 1836. Provincia de Minas-Geraes. — Do distrito desta coletoria faz Felipe Rodrigues conduzir para o Rio de Janeiro duzentos sacos de café contendo oitocentas orobas, de que se tem obrigado aos respectivos 10 por 100. Em fé do que se passou o presente certificado. Mariana, 10 de agosto de 1836. — Jorge Fernandes, coletor. — Affonso Peçanha, escrivão".

Naquêl tempo, a arroba de café, para fins officiaes, era avaliada em \$1000.

Vejamos um calculo autêntico para cobrança do imposto, relativo ao mesmo ano de 1836:

"Piranga — Fazenda de Manoel José da Costa.

Arrobas — Preço — Soma
— total — 10%

Café 400 \$1000 400\$ 40\$000"

Em 1839, os direitos de exportação eram de 3 %, feita a dedução sobre a base de \$500 por arroba, — de onde se verifica que havia diminuído o imposto, mas crescido o preço.

No ano immediato, a lei n. 178, de 5 de julho, cogitava das remessas de café para fóra da provincia. O regulamento n. 16. expedido para execução daquêl ato, dispunha, em seu art. 4.º:

— "Os administradores de recebedorias enviarão até o dia 5 do mez seguinte á Meza Provincial, estabelecida no Consulado da Corte, uma relação contendo os nomes das pescas, que no mez findo exportarão café, declarando-se aí o peso do mesmo café pertencente a cada exportador, e o dia em que passarão, remetendo immediatamente uma cópia á Meza das Rendas desta provincia".

Em 1842, o custo official da arroba passou a ser de \$2000.

Em 1842-1843, a safra mineira foi de 263.980 sacas; em 1846-1847, de 487.5444; em 1848-1849, de 664.808; em 1850-1851, de 854.425 — Algarismos estes que talvez não exprimam com exatidão os respectivos totaes.

O CONVÊNIO DE 1851 ENTRE MINAS E A PROVÍNCIA DO RIO

A 17 de junho de 1851, Minas, que era forçada a fazer a exportação do café da sua "zona da Mata" por intermédio do

sólo fluminense, firmou um convênio com a provincia do Rio de Janeiro, para arrecadação do imposto sobre o produto. Uma comissão, nomeada em abril daquêl ano, dera parecer acêrca dos ajustes prévios então havidos. Pela 2ª condição de tal contrato, a renda global do aludido imposto, — abrangendo os cafés fluminense e mineiro, — seria dividida em 100 partes, das quais 90,97 caberiam á provincia do Rio de Janeiro e 9,03 á de Minas. Pela 6ª condição, o convênio duraria três anos, — ou mais, se dentro dêsse periodo nenhuma das partes exigisse a sua cessação. Para execução dêl, Minas, com a lei n. 570, de 10 de outubro de 1851, elevou a 4 % a dedução do imposto de exportação, que era de 3 %. Em 1859, segundo fonte official, estava a cultura do café aumentada e melhorada, nos municípios da "Mata" em que se havia estabelecido. Inumeros terrenos de tais rincões, que ainda oito anos antes se encontravam abandonados e não os tentavam sinão os sinais das respectivas dilvisas, converteram-se rapidamente em fazendas de café.

MINAS E SÃO PAULO

Minas acompanhava o ritmo de São Paulo, onde em meados do século XIX foi que as lavouras do arbusto tomaram vigoroso impulso, para chegarem, com o correr dos évos, ao que hoje são.

Dois municípios, Ubá e Muriabé, haviam conseguido, em 1856, produzir, cerca de 200.000 arrobas, — conforme calculos do agricultor cel. Francisco de Arsis Ataíde, estabelecido no primeiro dêles.

Em 1859, o município de Leopoldina, criado a 27 de abril de 1854, se tornava o maior produtor de café, em Minas, conssante se verificava da sua avantajada exportação, nas recebedorias existentes em seu território.

Ubá e Muriabé faziam as respectivas remessas por intermédio da vila de S. Fidelis e da cidade de Campos, ambas fluminenses, afim de irem nelas pegar a navegação do baixo Paraíba do Sul.

Contribuiu para o incremento da cultura do café na Mata e, ao mesmo tempo, para o veloz progresso desta, a imigração de agricultores (que se deu a partir de meados do século XIX) das circunscções do centro de Minas com destino áquela zona, onde encontravam terrenos mais baratos, mais novos e mais férteis.

Influíram bastante, ainda, a tal aspécto, os relevantes melhoramentos efetuados pela companhia União e Indústria na "estrada do Paraíba á corte", — melhoramentos êsses que muito favoreceram, particularmente, aos municípios de Presídio do Rio Preto, Santo Antônio do Paraíba, Barbacena e Mar de Espanha.

"MATA" DE CAFEZAIS

A região da Mata, se não tivesse a enormidade que tem, deixaria, dentro em breve

de merecer assim qualificar-se, porquanto grande parte das vastas selvas-virgens, que lhe haviam grangeado a denominação, foram derrubadas e substituídas por lindos cafezais.

Transformaram-se as suas paisagens. Os seus morros e vales apresentavam-se com novo aspecto. Surgiram então, aos olhos extasiados de quem por ali se encaminhasse, as opulentas terras de "meia-laranja", pelos declives das quais os pés da formosa rubiácea subiam em filas, em grupos em multidões.

A majestosa região mineira, encostada, de uma banda, na serra da Mantiqueira, que se projeta em ininterruptos contrafortes, e, do outro lado, confinando com o Rio de Janeiro (por onde lhe são limites naturais o rio Paraíba do Sul e a serra do Mar), assim como com o Espírito Santo, — floresceu e frutificou, numa crescente prosperidade.

O BERÇO DE TIRADENTES

Por 1859, a lavoura do café, já intensiva, constituía o supremo orgulho daquela região o interesse máximo dos seus arroteeadores.

O berço de Tiradentes, com o rápido e auspicioso avanço do café, na sua Zona-da-Mata, havia de causar preocupações, talvez mesmo ciúmes, á provincia do Rio de Janeiro, — rainha da produção dèle durante largo tempo.

CIÚMES

E dessas preocupações, e dèsses possíveis ciúmes, nasceria um período de litígios e reclamações entre as duas unidades do Império, por causa do problema da exportação do café mineiro.

Minas, si tinha por si a uberdeza prodigiosa do seu sólo; si tinha por si o magnifico da localização agrária das suas principais zonas caféieras, subdivididas no seio de montanhas e planaltos, de vales e de clíves, de rios e riachos: — tinha contra si, todavia, o fato de ser uma provincia central, sem mar, sem portos, dependente da outra e mais do que a outra afastada da capital do país.

Minas via-se constrangida a fazer a sua exportação de café atravessando o território fluminense. E, a tal época, sómente possuía nos limites dèste uma recebedoria, mal colocada, de sorte que ocorriam muitos extravios, muitas falhas na ação fiscalizadora, e bastante café mineiro, desguiado, passava por oriundo da provincia do Rio de Janeiro.

Daí a razão do convenio de 17 de junho de 1851, com o governo fluminense, para cobrança, por èste, dos impostos de ambas as provincias.

O CONVÊNIO FATAL

Apesar da previdente disposição da cláusula 6ª de tal contrato, a qual estatuiu

que o mesmo duraria três anos, — a menos que qualquer das partes exigisse a sua terminação, — vigorou èle durante bem mais tempo e, na opinião de certas pessoas que sobre os seus feitos se manifestaram, mostrou-se prejudicial a Minas, pois uma delas chegou mesmo a increpá-lo como "fatal convênio". Conforme deixamos acima explicado, cabiam á provincia do Rio de Janeiro 90.97 frações do total arrecadado (a parte do leão) e a Minas sómente 9.03. De 1851 a 1859, contudo, a exploração caféiera alterou-se sensivelmente, na zona-da-Mata. Tomou vulto. Multiplicaram-se as fazendas, ali, por todos os lados. Terrenos e mais terrenos, dantes abandonados, revestiram-se de carreiras e mais carreiras da rubiácea munificente. A situação de Minas tornou-se outra, com respeito ao produto.

O CONFLITO

No interrégno entre aqueles anos, o género, muitas vezes, de acôrdo com as oscilações do mercado, alcançou o preço comercial de 6\$000 por arroba.

Despropositado não foi, portanto, que a provincia fizesse obtemperação á outra, no sentido de aumentar-se a exigua percentagem que lhe competia.

Mas daí, data a fase de conflitos e reclamações entre as duas, por causa do café.

A 15 de janeiro de 1859, o presidente mineiro, Carlos Carneiro de Campos, dirigiu-se ao da provincia do Rio de Janeiro, João de Almeida Pereira Filho, expondo-lhe que haviam decorrido mais de sete anos, e que eram necessários novos ajustes ácerca do convênio, a fim de modificar-se a proporção da renda, em favor de Minas. Alegou èle, entre outras coisas, que a lavoura do café, no sólo fluminense, já occupava todos os esforços, — ao passo que no sólo mineiro estava em período de ininterrupta evolução, e prometia muito; e que para incremento dela, ali, contribuíam o fato de serem os terrenos mais caros na provincia do Rio de Janeiro e a circumstancia de ter crescido o consumo "na côrte, Petrópolis, Niterói e outras cidades que se suprem no Rio", assim como os melhoramentos verificados nos meios de transporte. Falou nos extravios que Minas sofria, em beneficio da provincia do Rio de Janeiro, — pela ocorrência de só possuir nas divisas desta, até 1859, a coletoria de Patrocínio do Muriaé, em logar impróprio, e, por isso, passar como fluminense muito café mineiro. Calculou tais extravios, naquele ano, em cêrca de 248.400 arrobas, que, a preço médio de 3\$500, perfaziam 869.000\$, quantia de que, com a extração dos 4 % da taxa, entrariam para os cofres mineiros 34:776\$000. Avaliou os prejuízos de Minas com os citados extravios, durante sete anos, — isto é, de junho de 1851 a junho de 1858, — em 237:636\$ de impostos perdidos, considerando que deveriam haver-se desviado,

naquele prazo, 1.697.400 arrobas, que atingiriam, cotadas as 3\$500, á importância considerável de 5.940\$900. Terminou pedindo para Minas 11 %, que não mais 9,03, da renda englobada do imposto de exportação do café. Tal reclamação não foi atendida. A província esperou durante dezoito meses uma decisão qualquer da outra, quanto ao assunto; como esta não viesse, exigiu, com a necessária antecedência, a rescisão do convênio.

Findou, assim, a 31 de outubro de 1860, o contrato celebrado entre Rio de Janeiro e Minas, a 17 de junho de 1851, para cobrança do imposto do café, e que, ao que parece, não foi bom para a segunda.

“Nada melhorámos com o convênio, — que tinha por fim regularizar a arrecadação dos direitos sobre o café, — anterior a 1860”, dizia, mais tarde, um presidente da terra montanhêsa. E, daí por diante, encetaram-se as desconfianças, dúvidas e contendas entre as duas províncias. A do Rio de Janeiro, para defender os seus interesses, expediu, um mês e pouco antes da terminação do contrato, o regulamento de 24 de setembro de 1860, alterando disposições precedentes e creando e restaurando diversas recebedorias e registros. Como o café mineiro penetrava no território fluminense acompanhado de guias comprobativas da sua origem, — o art. 86 do citado regulamento especificou o modo prático da conferência de tais guias. Pelo art. 87, foram creados agentes, por parte da província do Rio de Janeiro e com o consentimento da outra, nos registros mineiros do Paraíba, Rio Preto, Sapucaia, Mar de Espanha ou Chlador, Flores, Eriçeira, Porto Novo do Cunha, Barra do Fomba ou Picú. E o artigo 71, de que Minas se queixou amargamente, estatuiu o seguinte:

— “Só isentam da quota provincial as guias qualificativas de café de outra província, sendo devidamente verificadas e anotadas nos registros desta província e na mesa provincial”. As guias que não estiverem nessa conformidade serão reputadas ilegais, e o café que as acompanhar será considerado de produção, desta província (do Rio de Janeiro), para o pagamento da quota provincial”. Pela pauta de 9 de outubro de 1860, a dedução dos direitos de exportação, em Minas, desceu a 3 1/2 %, sobre o valor de 3\$500 por arroba.

ABUSOS

Em princípios de 1861, apenas posto em execução o regulamento fluminense de 24 de Setembro de 1860, da parte de Minas já havia descontentamento e motivo para reclamações, — porquanto a 16 de fevereiro daquele ano o conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, inspetor da mesa das rendas provinciais, se dirigia, em officio, ao presidente da Província, conselheiro Pires da Mota, ponderando os sérios inconvenien-

tes e certas disposições do ato aludido e expondo os abusos cometidos pelos agentes fiscaes fluminense, em detrimento da produção mineira. Logo depois era a província do Rio de Janeiro que se queixava da outra, pois a 10 de junho de 1861, em aviso, o Ministério da Fazenda atendendo a uma representação que por aquela lhe fôra endereçada, determinava as mais energicas providencias afim de que se não repetissem abusos que se diziam praticados pelo encarregado da Recebedoria da Barra do Pombo. Defendendo-se da accusação de cobrar impostos de cafés fluminense, assim como ha de efetuar violências contra os condutores do genero, — explicou o funcionário que se restringia a cobrar a taxa de “troleiros” de Minas, que por engano o haviam pago á autoridades da outra província, devido á ignôcia que nutriam, quanto ao traçado da linha de limites.

CAUSAS DO CONFLICTO

O presidente de Minas decidiu, então, com o intuito de pôr termo a taes irregularidades, comissionar o empregado de fazenda Luiz Maria Soares de Albegaria, afim de que este estudasse as causas dos conflitos e propuzesse as medidas que achasse conveniente, — o que fez, apresentando relatório.

Nenhuma providencia foi tomada.

Na província do Rio de Janeiro, dizia-se que esta é que era a prejudicada, pelo facto de Minas auferir indevidamente rendas que lhe não pertenciam.

Consoante alegou mais tarde um presidente de Minas, bastava, contudo, que um agente fiscal do Rio de Janeiro, (por capricho, ignorância ou negligência, ou mesmo por não estar presente) deixasse de conferir uma guia de café, para que, — seguindo viagem o condutor e chegando a recebedoria da capital do país, — fosse o café mineiro, de acôrdo com o art. 71 do regulamento que citámos, considerado fluminense.

Consentiria a província de Minas que se estabelecessem em seu território, nas suas recebedorilas, agentes fiscaes da do Rio de Janeiro; porém, si não obtivessem o visto destes, de nada valiam as guias de café extraída por empregados mineiros da confiança do govêrno.

“A administração da província do Rio tem pleno direito de zelar pelos seus interesses, mas parece que nessa questão ella excede o limite do justo”, — falava, anos após, um presidente de Minas.

OCORRENCIAS ESTRANHAS

Deram-se occorências estranhas, como a da recebedoria de Pirapetinga, em 1871. Tendo o respectivo administrador comunicado a sua posse e entrada em exercicio ao conferente fluminense dali, entendeu este, primeiramente, de consultar ao diretor da

Fazenda da sua província si devia ou não continuar a conferir o café guiado por aquela repartição. Claro está que a resposta veio afirmativa, ordenando-lhe o director da Fazenda que cumprisse o art. 1.º da deliberação de 11 de dezembro de 1861.

Nesse lapso de tempo, — todavia, — sem o visto do agente fiscal fluminense, o café mineiro que por lá salu foi considerado oriundo da província do Rio de Janeiro. Por acto da presidencia de Minas de 15 de maio de 1867, passou a ser de 4\$600 o valor da arroba de café, para cobrança do imposto de exportação

OUTRO CONVENIO SOBRE A ARRECAÇÃO

A província do Rio de Janeiro, por lei n. 1.557, de 16 de dezembro de 1870, autorizou o governo dali a celebrar um segundo acôrdo ou convenio com o de Minas, para comum arrecadação do imposto do café, tomando por base a taxa 4 %, igual para ambas. Minas não podia, porém, decidir nada, a tal assunto, sem autorização legislativa, visto como a taxa era lá diferente naquella occasião, baixada que fôra a 3 1/2 %.

A PAUTA MINEIRA DE 1871

A pauta mineira de 30 de março de 1871, organizada em virtude da lei n. 1.471, o valor official do quilograma de café, e em 11 1/2 rs. a taxa de exportação respectiva.

QUESTÃO INSOLÚVEL

Abrindo-se o transito público a 1.º de agosto de 1872, a terceira secção da Estrada de Ferro D. Pedro II, foi ocorrência muito veiu beneficiar a exportação do café da "Zona da Mata". Mas o administrador das recebedorias mineiras da Sapucaia, pouco depois, espunha os prejuizos que soffria a renda da província, com a falta de conferentes fluminenses nas estações de Conceição de Ouro Fino, onde havia arrecadaadores dos direitos de Minas. Reclamações, quanto a isso, foram levadas ao conhecimento da província do Rio de Janeiro, sem que esta adotasse providencias, de corte que, naquele ano, o rombo nas rendas mineiras, por ali, foi calculado em cerca de 70.000\$000.

A administração mineira só via um meio para resolver-se a complicada questão: — obter-se do governo geral consentimento para a província instalar no "consulado da côrte", uma mesa de rendas, onde passassem a ser verificadas as guias de café e onde pagassem os exportadores mineiros os respectivos direitos, — porquanto a do Rio de Janeiro gozava de tal favor, e tratava-se de um caso de equidade.

A 10 de janeiro de 1873, o presidente de Minas, Joaquim Floriano de Godoy, enviou solicitação, nesse sentido, ao ministro da Fazenda — solicitação essa que até meados d'aquelle ano não havia tido solução. A êste tempo, prossegulam as reclamações, e o

presidente da província, Venancio de Oliveira Lisboa, dirigia-se ao seu colega fluminense, pedindo-lhe providenciar para que fossem respeitadas as guias passadas pelos exatores mineiros e sugerindo-lhe a ideia da escolha de uma comissão, por parte de duas unidades do Imperio, afim de regular mediante acôrdo, os interesses de ambas. O governo da província do Rio de Janeiro, accedeu ao alvitre, mas este não pôde ser posto em prática, devido á differença de taxaço, que era lá de 4 % e em Minas de 3 1/2 %, só podendo ser alterada por disposição legislativa.

UM TERCEIRO CONVENIO

Na instalação da assembleia, o presidente lembrou o assunto aos congressistas.

Promulgou-se a lei mineira n. 2.024, de 1.º de dezembro de 1873, que, no parágrafo 2.º do seu art. 4.º restabeleceu a deducção de 4 %, e nos parágrafos 6.º e 12.º do mesmo, respectivamente, concedeu poderes ao presidente para revêr a pauta dos impostos provinciaes e para "celebrar convenio ou acôrdo com o governo provincial do Rio de Janeiro sobre o modo de arrecadação da taxa do café exportado de Minas, de sorte a evitar que, sob pretexto de falta de fiscalização, seja êste género a segunda vez tributado, podendo mandar um ou mais empregados da repartição fiscal á côrte ou onde convier, arbitrando-lhes as convenientes gratificações ou, caso julgue mais conveniente, a ter empregados fiscaes no consulado da côrte, com o fim de fazer cumprir as guias que acompanhem o café da produção mineira". — autorização esta que veiu a ficar prejudicada.

TUDO INÚTIL

Chegou a ser nomeada uma comissão, composta dos conselheiros Joaquim Antônio Fernandes Leão e Afonso Celso de Assis Figueiredo, para ajustar as condições de tal convenio; mas não pôde ella apresentar trabalho nenhum, em vista dos embaraços resultantes da diversidade de taxa, pois esta, na província do Rio de Janeiro, era calculada sobre uma pauta variável, organizada semanalmente, e em Minas era fixada (numa pauta invariável pelo menos durante um ano) em 11,5 por quilograma, ao preço de 330 réis para êste. Em officio de 17 de abril de 1874, declarou a presidencia da província do Rio de Janeiro que, não tendo quanto ao caso sinão a lei n. 1.557, ia dirigir-se á assembleia, que estava funcionando. Mas nada se resolveu, e proseguiram os vexames, os aborrecimentos para os exportadores mineiros, que, além de pagarem o imposto da sua província in loco, eram ainda obrigados a pagar os 4 % fluminenses, no "consulado da côrte". E a questão, aí, attingiu ao recinto da Câmara dos Deputados. Para atender a requerimento partido desta, o ministro da Fazenda, por aviso de 11 de julho de 1874, exigiu informes do governo provincial de Minas —

informes que foram prestados em officio de 21 de julho de 1874.

SITUAÇÃO PROVINCIAL

A situação continuava, de fato, pouco tolerável. Extinto, por exemplo, de Gamelleira o registro da provincia do Rio de Janeiro, os agentes fiscaes desta recusavam as guias, não visadas, das recebedorias de Minas, sob o pretexto de serem falsas, e cobravam novo imposto, como se o café conduzido fôsse fluminense. A supressão daquêlê registro deu-se por portaria de 7 de abril de 1874. Em officio de 18 do mez seguinte, o administrador da recebedoria mineira ali existente ponderava os inconvenientes da interrupção da conferência das guias mineiras; e a Tezouraria provincial, logo em seguida, pedia que a presidência da provincia se entendesse com a da outra, solicitando a revogação da citada portaria. Mais uma vez reclamou Minas providencias, da parte do governo da provincia do Rio de Janeiro, e veiu então a resposta do desembargador Manoel José de Freitas Travassos, esclarecendo, de acôrdo com informações da diretoria de Fazenda, que o fechamento do registro da Gamelleira fóra provisório, por não existir ali cômodo que pudesse servir para o mistér, e communicando que agira com urgência sobre a compra de um terreno, onde se construisse edificio, apropriado.

PAUTAS

Deu-se ainda em 1874, a intervenção do ministro da Fazenda, quanto ao sério problema.

A 19 de agosto daquêlê ano, em aviso expedido á presidência da provincia, salientou o visconde do Rio Branco a necessidade de uma solução, não demorada, e externou as vantagens que proviriam da alteração da pauta mineira de fixa para variável.

Ouvira o ministro da Fazenda, previamente, ao seu colega da pasta da Marinha, que lhe fornecera um parecer, datado de 17 de agosto de 1874.

Em tal parecer, opinava Joaquim Delfino Ribeiro da Luz pelo restabelecimento immediato do registro fluminense da Gamelleira; achava que um convênio era providência de carater mais permanente, que podia ser adotado; mas julgava, antes de tudo, imprescindível que Minas mudasse a sua pauta, por ser insufficiente a lei n. 2.024, de 1 de dezembro de 1873.

Dizia êle:

— “A pauta de Minas dura um ano e ás vezes mais, porque não a renovam, como devem; sendo ali o preço fixo para cada arroba de café de \$4200 ou \$300 por quilograma, ao passo que aqui é sempre variável e de maior soma ou do dobro; segue-se que o café mineiro, não obstante sofrer o mesmo imposto que o da provincia do Rio de Janeiro, é muito onerado do que êste, visto como 4 % sobre o preço de \$4200 produzem muito menor quantidade do que a

que percebe a provincia do Rio de Janeiro sobre o seu café, avaliado sempre por preço muito mais elevado.

Assim, torna-se manifesto o interesse que há da parte dos produtores de café e dos que negociam nêsse gênero, em fazê-lo passar antes por café mineiro do que fluminense.

Daqui proveiu a fraude de que se queixava outrora a administração fiscal da provincia das recebedorias de Minas cometiâdo o Rio de Janeiro, de que os administradores abuso de cobrar direitos do café fluminense e de expedir guias, como se fóra de Minas, prestando-se, assim, aos pedidos dos produtores de café fluminense, residentes nas proximidades das estações mineiras”.

INCENTIVOS DE FRAUDE

Explicava, ainda, que para evitarem-se tais abusos foi que se criaram os registros fluminenses, cujo vistos constituíam contra-provas; que, convertida a pauta mineira em variável, desapareceria o incentivo para as fraudes, pois o imposto a pagar-se na “mesa provincial da côrte”, de acôrdo com as guias expedidas, pelas recebedorias, seria o mesmo: e que, com a maior despesa de frete de Minas á capital, era forçoso que a produção fluminense dêsse mais lucro do que a da outra provincia. O presidente mineiro, atendendo a essa intervenção do visconde do Rio Branco e ás sugestões do ministro da Marinha, pediu á assemblêia legislativa autorização para que a cobrança do imposto se fizesse na “mesa do consulado”, sem diferença, nem de quota, nem de preço.

A 12 de janeiro de 1875, officiou o presidente á tezouraria provincial, exigindo que essa repartição propuzesse, com urgência, o que entendesse conveniente, afim de dar-se execução ao disposto no parágrafo 12 do art. 4.º da lei n. 2.024, de 1 de dezembro de 1873.

AS MELHORES PROVIDÊNCIAS

A 24 de fevereiro do mesmo ano informava o inspetor que, ao seu vêr, em falta de autorização legislativa, as melhores providencias seriam as seguintes:

“1.ª — Proceder-se, por parte de Minas, a uma exata e minuciosa matrícula dos seus exportadores, mencionando-se o nome de cada um dos estabelecimentos agrícolas e do logar em que é situado, a quantidade da produção e tudo mais que conveniente fór.

2.ª — Fazer-se efetiva, por parte desta provincia, a ultima parte do parágrafo 12 do art. 4.º da lei numero 2.024, collocando-se junto ao consulado da côrte um empregado permanente, que, munido daquela matrícula, poderá conhecer da origem do café de produção mineira, cabendo aos respectivos exatores o dever de co-

municar-lhe, diariamente, o movimento de exportação que se verificar, para que em tempo, si preciso fôr, possa ele fazer as devidas reclamações”.

INEFICACIA DAS “MELHORES PROVIDÊNCIAS”..

A 25 de fevereiro de 1875, ordenou o presidente fosse ouvido sobre o assunto, o seu colega da provincia do Rio de Janeiro. Este, em officio de 18 de junho, declarou peremptoriamente que semelhantes medidas não podiam ser adotadas, por sua inefficacia e inconveniencia. O inspetor mineiro propuzera mais, que se creasse um agente especial de Minas em Sorocaba, com o encargo de fiscalizar a feira dali, — ao invés de enviar-se, anualmente, um empregado áquele ponto.

“FALA”

Na sua “Fala”, dirigida á assembléa provincial, em 1875, expunha o presidente de Minas:

“Parece que seria conveniente que o governo da provincia do Rio de Janeiro adotasse para com esta a mesma medida que, segundo consta-me foi aceita para com a de São Paulo, relativamente ao café que essa provincia exporta pela estrada de ferro D. Pedro II, nas estações de Queluz e Lavrinhas, e não sei si também na da Cachoeira, aberta ao trafego ultimamente”.

Nenhuma providência resultou das sessões legislativas quer desse anno, quer do ano immediato.

A pauta de 23 de fevereiro de 1876 ficou a dedução do imposto de exportação em 13 1/2 rs. por quilograma.

Em 1877, a lei n. 2.438, de 14 de novembro, pelo seu art. 3.º, paragrafo 10.º, autorizou o governo a ter na corte, obtido o consentimento do podre competente, de um a três empregados em comissão, afim de que, na estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II ou na “mesa do consulado provincial”, fiscalizassem as guias do café de produção mineira.

A lei n. 2.176 de 18 de dezembro de 1880, no paragrafo 2.º do seu art. 9.º, ficou em 15 rs. por quilograma a dedução da taxa de exportação.

Em 1882, a lei n. 2.392, de 5 de novembro, determinou, em uma de suas disposições:

“Art. 4.º — A pauta para cobrança desta contribuição será organizada nos meses de março junho, setembro e dezembro de cada ano, pelo presidente da

provincia, que a fixará de acôrdo com o preço médio do mesmo genero e de conformidade com a pauta da alfandega da corte, excluido dela o café denominado — escolha”.

DESDE O XVIII SE'CULO

No sul de Minas entrou o cafeeiro, sem duvida, ainda em fins do século XVIII. Do norte paulistano, para onde ingressara pela fronteira fluminense, deve ter o arbusto atingido ao sólo montanhês, naquella região. Por Jacuí, Aiuruóca, Bependi, Santa Rita do Sapucaí, e uoutro qualquer rincão sul-mineiro, haveria de vir o cafeeiro da terra dos bandeirantes (do vale do rio Paraíba do Sul, sua linha de expansão) para a terra do ouro. Ao Triangulo, de igual sorte, chegaria o café pela mesma época. Afirma-se que Sacramento, bem como outros povoados dali, já em 1800 procriavam o genero para consumo proprio, e que em 1809 era o produto sufficiente para exportarse destinado a Santos, com o qual mantinha a localidade transações commerciaes. Segundo um relatório de Antonio Paulino Limpo de Abreu, por 1825 já a produção do Triangulo era abundante.

FASES DAS CULTURAS INTENSIVAS

Esparrizram-se os cafeeiros, no sul de Minas. As lavouras foram subindo, ao passo que se estendiam para os lados. Schegaram, assim, ao sudoeste, para alcançarem emfim o oeste.

Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Successo, Oliveira e Campo Belo prepararam as suas primeiras plantações; e isto se deu já na segunda metade do século XIX, depois que se iniciou a fase das culturas intensivas.

ROTEIRO

O roteiro seguido até ali foi o mais natural, visto como várias povoações sulmineiras entretinham constantes relações de comercio com Bambuí, Tamanduá (Itapeperica), Picada de Goiás (Oliveira) e São João del Rei, entre outras localidades do oeste.

LINHA DE SEPARAÇÃO

Dalí a linha nitida de separação que ainda hoje se verifica, no Estado, entre as lavouras oriundas do sólo fluminense e entradas pela “Zona da Mata”, e as lavouras oriundas do sólo paulista e entradas pela zona do sul.

ARISTOCRATAS E ESCRAVOS

Em meados do século XIX, ao mesmo tempo que em S. Paulo, começou em Minas, para o vegetal, o período das grandes culturas, que levaria o produto, ali, a pleno florescimento agrário, assim como a pleno florescimento econômico. Estabeleceram-se, na "zona da Mata" e no sul da província, fazendas de importância, que encheram, com longas filas de cafeeiros hectares e mais hectares de terras, aproveitados com o derrubamento das selvas virgens e dos capoeiros. Apesar da falta de bons elementos de preparo agrícola; apesar da carência de meios de transporte: — a exploração do plantio do arbusto tornou-se uma indústria muito lucrativa. Isto seduziu os mais donos de sólo das circunstâncias cafeiras, que se entregaram com entusiasmo ao cultivo da rubiácea. E daí a formação dessa aristocrata propriedade que se ramificou em empvoados títulos nobiliárquicos, quer na região da Mata, quer na região do Sul, e da qual surgiria, por exemplo, um João Rodrigues Pereira de Almeida, barão de Ubá, que se tornaria o introdutor do tipo "Moka" no Brasil.

Com o aumento prodigioso dos cafezais, — cresceu o numero dos escravos, e cresceu também a lida dos escravos. A lavoura ficou entregue ás mãos déles, — caalejadas das rudes tarefas do amanho do sólo, das capinas, das colheitas, das conduções. E os castigos corporais, que os capatazes applicavam á mais leve falta, por conta do "senhor", aos miseros servos da gleba, tangia-os, agulhoava-os, forçava-os ao trabalho exaustivo e ininterrupto.

UM FLAGELO DE 1870

Minas passou a expedir para fóra bastante café. A exportação do produto, em 1849-1850, foi de 6,089.445 quilos; em 1859-1860, de 8.421.930; em 1869-1870, de 22.340.395; em 1879-1880, de 42.590.460. De 1870, convém se relembre a fortíssima geada que, destruindo incontáveis cafezais mineiros, deixou triste lembrança até aos nossos dias, em vista das enormes parcelas de esforços que com os efeitos da mesma se perderam. Naquele ano, a 15 de julho, os lavradores, surpreendidos, assistiram a uma tremenda tempestade quasi de neve, que, dentro em pouco, cobriu com um véo alvaco todas as plantações.

Passado o fenómeno meteorológico, estavam os cafezais crestados, dizimados, arruinados.

No sul de Minas, com a hecatombe, o abalo nas culturas foi tal, que elas somente vieram a reanimar-se, a refazer-se do choque, muitos anos mais tarde, por 1889, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogyana, áquelas paragens.

ARISTOCRATAS SEM ESCRAVOS

O transito do produto era, em Minas, absolutamente livre de quaisquer taxas fitneárias, e unicamente sujeito ao imposto de exportação, o que é corroborado, por exemplo, pela lei n. 2.024, de 1 de dezembro de 1873, art. 7, parágrafo 1º. Em 1888, com a abolição repentina da escravidão, a 13 de maio, novo transtorno sobreveiu para as lavouras do café. Libertos os negros, escravamentados éstes com os flagelos morais e físicos que haviam sofrido,—poucos apenas quizeram permanecer como arroteadores de solo. E a falta de tantos braços sómente seria suprida com o incremento do trabalho livre nacional e com o advento da imigração estrangeira.

Afortunadamente, ainda de tal transe se safu com galhardia o café mineiro.

O produto continuou a prosperar.

Em 1890, a sua exportação foi de 58.253.188 quilos.

UM LUCIDO CONTRATO QUE CADUCOU

O Estado interessava-se por êle, sem cessar. E a prova disso transparace de uma ou outra providência então adotada, qual, por exemplo, do contrato de 21 de março de 1891, celebrado com o cidadão Tomaz Mendes Guimarães para que êste fundasse e custeasse em Mar de Espanha uma grande usina central afim de beneficiar café (com capacidade de 10.000 quilos diários, no mínimo, a 25.000 quilos, no máximo), — contrato êsse que, infelizmente, teve de ser declarado caduco, por decreto n. 764, de 14 de agosto de 1894.

PROPAGANDA DO CAFÉ

A 3 de março de 1896, efetuou o Estado um acôrdo com os de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Baía, para propagação do café. Esse fato, aprovado por decreto n. 912, de 11 de novembro de 1896, foi assim redigido:

— "Aos três dias do mês de março de 1896, nesta cidade de Petrópolis capital do Estado do Rio de Janeiro, presentes na sala das sessões do Tribunal de Contas, na Secretaria das Finanças, os Srs. conselheiros Afonso Augusto Moreira Pena, por parte do Estado de Minas Gerais; dr. Jorge Miranda e senador Antônio de Lacerda Franco, por parte do Estado de S. Paulo; dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão, por parte do Estado da Baía; comendador Ur-

banco de Faria, por parte do Estado do Espírito Santo; e dr. Aníbal Teixeira, de Carvalho, secretario das Finanças do Estado do Rio de Janeiro, por parte do mesmo Estado; todos competentemente autorizados pelos respectivos governos para o fim especial de tratarem da propaganda do café, sendo aclamado presidente o dr. Aníbal de Carvalho, depois de ouvirem uma exposição feita pelo sr. dr. Jorge de Miranda e de estudarem a assunto em duas reuniões consecutivas, resolveram os representantes acima mencionados firmar o presente convênio, obrigatório para os cinco Estados contratantes pelo prazo de cinco annos e que se regerá pelas clausulas seguintes:

1ª a propaganda do café na Europa, Asia e América será feita por uma comissão de cinco membros, nomeando cada Estado um d'elles, com séde na Capital Federal, cabendo a presidência ao representante do Estado de S. Paulo. Esta comissão se denominará — comissão propagadora do café brasileiro;

2ª, os Estados acordantes delegam plenos poderes a esta comissão, á qual incumbem:

a) escolher o melhor sistema de propaganda de café e executá-lo;

b) promover perante os poderes publicos a adoção de medidas que possam interessar ao comércio e á lavoura de café;

c) nomear e demittir todo o pessoal necessário á propaganda, determinar-lhe attribuições e fixar-lhe os respectivos vencimentos;

d) apresentar anualmente aos governos dos Estados acordantes um eratorio dos serviços e da applicação dos fundos que lhe forem entregues;

e) promover entre os agricultores e commerciantes auxilios no sentido de facilitar a iniciativa dos Estados.

3ª, para a instalação e custeio do serviço da propaganda, os Estados acordantes concorrerão no primeiro anno com a quantia de réis 2.000.000\$ e nos subsequentes com a quantia de 1.000.000\$ anualmente e na seguinte proporção:

São Paulo com 40 %; Rio de Janeiro e Minas Geraes com 20 % cada um e Espírito Santo e Bahia com 10 % cada um.

Depois do primeiro ano, o Estado que se julgar prejudicado pela diminuição de sua produção poderá pedir a revisão deste cálculo.

4ª — Os membros da comissão a que se refere a clausula primeira serão nomeados dentro de quinze dias depois de o Congresso dos Estados acordantes.

A referida comissão entrará em exer-

cício dentro de trinta dias depois de nomeado o seu ultimo membro.

5ª — Instalada a comissão, officiará aos governos dos Estados acordantes e estes immediatamente farão depositar no Banco da Republica do Brasil, á disposição da mesma comissão, metade da quota a que se refere a clausula 3ª.

As demais quotas serão depositadas no mesmo banco, á medida que forem requisitadas pela comissão.

6ª — Terminado o prazo do presente convênio ou da sua prorrogação, os bens adquiridos pela comissão serão vendidos e, depois de pagas as despesas, o produto liquido será rateado entre os Estados acordantes na proporção estabelecida na clausula 3ª.

7ª — Cada um dos governos dos Estados acordantes comunicará aos demais a aprovação do presente convênio pelos respectivos Congressos Legislativos.

Nada mais havendo a tratar, o sr. dr. presidente deu por terminados os trabalhos que motivaram as duas alludidas reuniões: do que, para constar, se lavrou o presente acôrdo, em cinco exemplares, que são asinados por todos os representantes dos Estados acordantes. — (Asinados) — Afonso Augusto Moreira Pena, Francisco Pires de Carvalho Aragão, Aníbal Teixeira de Carvalho, Jorge Miranda, Antonio de Lacerda Franco e Urbano de Faria".

.. O PROBLEMA DO IMPOSTO

Em 1898, firmou o Estado novo acôrdo com o do Rio de Janeiro, relativamente á percepção do imposto sobre o café exportado.

O referido convenio, que foi asinado no palacio presidencial de Minas e aprovado por decreto n. 1.153, de 13 de julho daquelle ano, fez-se com bases do teor seguinte:

1º — Para o serviço de cobrança do imposto de 11 % sobre o café, serão, pelos governos dos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro, criados Postos Fiscaes, nas estações terminaes nas Estradas de Ferro no Distrito Federal e na cidade de Niteroy, bem como em outros pontos onde os ditos governos julgarem de conveniência, inclusive em trapichés para o café que vem por mar.

2º — O café chegado ao Posto Fiscal poderá dele ser retirado logo que seja pago o devido imposto no ponto, permitido, entretanto, seu deposito no posto, sem limitação de tempo, contanto que o

imposto seja pago dentro do prazo máximo de noventa dias e pelo valor constante da pauta do dia de sua chegada.

3° — A repartição fiscal, a que fôr levado aviso da chegada, numerará e escriturará este de modo que possa ficar nela conhecida com toda exatidão a quantidade do café do seu Estado existente no mercado.

4° — O exportador, quando quiser obter despacho para o embarque do café, apresentará á repartição fiscal duas notas identicas, datadas e asinadas, das quais conste, além dos outros esclarecimentos determinados nos regulamentos, o nome do navio em que tiver de ser embarcado o café, o ponto em que o embarque se ha de efetuar, o porto a que o café se destina, a marca e o número dos volumes, a quantidade em quilogramas daquele a embarcar.

5° — A repartição fiscal, depois de haver verificado pela sua escrituração que a existência no mercado do café procedente da produção de seu Estado feito desconto de 5 por cento correspondente ao consumo no Distrito Federal, comporta o despacho pedido, concede-lo á, lançando nas mesmas notas a precisa quantidade de café que póde ser embarcado, e restituirá uma delas ao exportador para conferencia no embarque.

Cada uma das repartições fiscaes dos dois Estados terá na outra funcionário seu para fiscalização da procedência e escrituração do café entrado e dos despachos de concessão de embarque.

6° — A nota do despacho para exportação é intransferivel e só terá valor pelo prazo fatal de dez dias para o navio nele designado.

Findo o prazo, ou tendo o navio saldo sem a carga exata da nota do despacho, o mesmo exportador, salvo o caso de força maior, não poderá obter outro qualquer despacho na repartição em que tiver sido processado o primeiro, sem que pague previamente a totalidade do imposto na mesma importancia do anterior, sobre a quantidade de café que tiver deixado de exportar.

Entretanto, se o dito exportador não se apresentar a pedir outro despacho até estar findo o prazo ou ter saldo o navio, a repartição fiscal poderá conceder ao exportador diverso no despacho de exportação para a quantidade que não tiver sido aproveitada para o embarque.

7° — Os governos dos dois Estados reservam-se o direito de, cada um de por si, conceder os privilegios de postos fiscaes armazens particulares que ofereçam

as condições de idoneidade prescritas nos respectivos regulamentos, ou de te-los por sua própria conta e administração.

8° — Os governos dos dois Estados prestarão o seu auxilio aos proprietários de estabelecimentos com regalias de postos fiscaes para que alcancem do governo federal o direito de emissão de conhecimentos e de títulos a existência do café em depósito e a "warrants" com relação ao café depositado nos ditos estabelecimentos, sujeitos esses títulos ás prescrições legais já decretadas para identicos, sobre mercadorias de importação. Serão, então, os agentes fiscaes os competentes para atestarem em tais títulos importância do imposto que sobre elle tem de recair.

9° — Enquanto não funcionarem os postos fiscaes, o imposto sobre o café continuará a ser cobrado como é atualmente, procedendo-se, porém, pela forma estabelecida neste acôrdo para o respectivo despacho de exportação, cuja nota será o unico documento exigível para a conferencia do embarque.

10° — Os governos dos dois Estados elaborarão em comum, dentro do prazo de quinze dias da data da aceitação deste acôrdo pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, os regulamentos necessários para a execução sua, e resolverão no mesmo prazo sobre o melhor expediente no tocante ás guias existentes. Si, findo o prazo, o trabalho não estiver concluido, ou se mantiverem divergências a respeito de detalhes de serviço, cada governo resolverá em separado sobre os dois assuntos, respeitados no regulamento que expedir, em sua letra e sentido, todos os artigos deste acôrdo.

O governo do Estado de Minas Gerais nomeará, quem na cidade de Petropolis, o representante junto ao governo do Estado do Rio de Janeiro, para o referido trabalho".

OS QUE ASSINARAM O CONTRATO

Subscreveram este tratado: — Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente de Minas; Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, representante do governo do Estado do Rio de Janeiro; Francisco Antonio de Sales, secretario das Finanças de Minas; Henrique Augusto de Oliveira Diniz, secretario do Interior de Minas; e Alfredo José Ramos, secretario do governo do Estado do Rio de Janeiro.

SOBRE OS "AVISOS DE CAFE"

Ainda em 1898 para regularizar o serviço de exportação e a cobrança dos respectivos impostos, expediu o governo, o decreto n. 1.163, de 16 de agosto, alterando o regulamento n. 842, de 25 de julho de 1885, na parte relativa aos despachos do café mineiro.

Determinava esse ato official, em seu art. 1.º:

— “Ficam abolidos os avisos de café de uma só via, expedidos pelos agentes de estação das Estradas de Ferro e creados pelo art. 5.º do Reg. de 25 de julho de 1895, a partir de 1.º de setembro proximo futuro; o que a secretaria das Finanças do Estado participará ás Estradas de Ferro que os expedem, remetendo-lhes conjuntamente cópia d’este decreto”. Em 1899, o imposto de exportação “ad valorem”, era de 11 o/o. No ano de 1900, a remessa do produto para fóra do Estado atingiu á vultosa quantidade de 104.196.170 quilos.

NOVAS ALTERAÇÕES SOBRE O DESPACHO DO PRODUTO

Em 1901, por decreto n.º 1458, de 26 de abril foi novamente alterado o serviço de despacho do café mineiro na Capital Federal:

Art. 1.º — Ficam reduzidos a duas vias sómente as guias a que se refere o art. 3.º do decreto n. 1.163, de 16 de agosto de 1893 (mod. 4).

Art. 2.º — Uma destas vias ficará no Arquivo da Recebedoria do Estado, na Capital Federal e a outra será entregue aos guardas de armazens, os quaes sómente á vista della darão sahida ao café, devendo, em seguida, archivala para as verificações que forem necessarias”.

ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Lei do 26 de junho de 1902 isentou de impostos as sociedades que se fundassem no Estado, para organizarem a vendagem do café no exterior, sem intermediários:

“Art. 1.º — Ficam isentos de quaisquer impostos estaduais, não compreendido o de exportação, as sociedades que se fundarem no Estado para proporcionar a venda dirêta do café no estrangeiro, por conta do produtor.”

COMEÇA MAL O XX SÉCULO

Tendo o início do século XX trazido ao café brasileiro, em geral, uma crise que se prolongaria por dilatados anos, — veio o café mineiro a ser atingido pelos danosos efeitos dela. Houve a decadência dos preços do produto, a “baixa”, fazendo com que se anteviessem perigosas consequências. A lavoura sentiu-se premiada, asfixiada. Os produtores sofriam prejuizos sobre prejuizos; andavam desanimados; e muitos pensavam mesmo no abandono das culturas.

A REAÇÃO

A reação não se fez, contudo, esperar por muitos anos. As unidades federativas interessadas na “alta” do custo do café pen-

saram, sem longa demora, nos meios de proteger, de valorizar o produto. Minas Gerais, por sua parte, já em 1905, cogitava do assunto. A lei n. 400, de 13 de setembro daquele ano e que autorizou o governo a promover a criação de um banco para operar sobre crédito agrícola, dizia, em um de seus dispositivos:

“Art. 10 — Fica o presidente do Estado autorizado a entrar em acôrdo com o governo federal e com os Estados interessados na cultura do café, para adoção de medidas que tenham por fim valorizar ou elevar o valor d’esse produto, regularizar sua exportação e normalizar seu comércio.

Parágrafo unico — Para êsse fim, poderá ser elevada a taxa de exportação até mais 4 ½ %, desde que esta, como imposto atualmente em vigor, não onere o produtor; assim como poderão ser tributadas em 500\$ por hectare novas plantações de café, que não sejam restauração das antigas culturas e por prazo não excedente de dois anos”.

CONVENIO DE TAUBATE’

De 1905, — guardou-se a lembrança de uma forte geadá, que, a 18 de agosto, acarretou á lavoura, em Minas, sérios prejuizos.

A 26 de fevereiro do ano seguinte, firmava o Estado, com os de São Paulo e Rio de Janeiro, o convênio de Taubaté, para o fim de valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento de seu consumo e a criação da “Caixa de Conversão”, fazendo fixar-se o valor da moeda. O alludido contrato, que ficou marcando uma das datas mais importantes da história econômica do Brasil, foi redigido desta fórma:

“Art. 1.º — Durante o prazo que fór conveniente os Estados contratantes obrigam-se a manter nos mercados nacionais o preço mínimo de cincoenta e cinco a sessenta e cinco francos em ouro ou moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 90 quilos de café tipo sete americano, no primeiro ano; êste preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de setenta francos, conforme as conveniências do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

Art. 2.º — Os governos contratantes, por meio de medidas adequadas, procurarão dificultar a exportação para o estrangeiro dos cafés inferiores ao tipo sete, e favorecer, no que fór possível, o desenvolvimento do seu consumo no país.

Art. 3.º — Os Estados contratantes obrigam-se a organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda do café, com o fim de aumentar o seu consumo, quer pelo desenvolvimento dos atuais mer-

cados, quer pela abertura e conquista de novos, quer pela defesa contra as fraudes e falsificações.

Art. 4.º — Os governos contratantes quando fôr julgado oportuno, estabelecerão os tipos nacionais de café, promovendo a criação de bolsas ou câmaras sindicais para o seu comércio; de acôrdo com os novos tipos serão, então, fixados os preços a que se refere o art. 1.º

Art. 5.º — Aos produtores de café serão facultados os meios de melhorar as qualidades do produto pelo rebenefício.

Art. 6.º — Os governos contratantes obrigam-se a crear uma sobre-taxa de três francos, sujeita a aumento ou diminuição, por saca de café quer fôr exportada por qualquer de seus Estados, e bem assim a manter as leis que nêles dificultam, por impostos suficientemente elevados, a aumento das áreas de terrenos cultivados com café nos seus territórios, pelo prazo de dois que poderá ser prorogado por mutuo acôrdo.

Art. 7.º — O produto da sobretaxa, de que trata o art. anterior, paga no ato da exportação, será arrecadado pela União e destinado ao pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários á execução dèste convênio, sendo os saldos restantes applicados ao custeio das despesas reclamadas pelos serviços do mesmo, começando-se a cobrança da sobretaxa depois de verificado o disposto no art. 8.º

Art. 8.º — Para a execução dèste convênio fica o Estado de S. Paulo, desde já, autorizado a promover dentro ou fóra do país, com a garantia da sobre-taxa de três francos de que trata o art. 6.º e com a responsabilidade solidária dos três estados, as operações de crédito necessárias até o capital de quinze milhões de libras esterlinas, o qual será applicado como lastro para a Caixa de Emissão Ouro e Conversão, que fôr creada pelo Congresso Nacional para a fixação do valor da moeda.

Parágrafo primeiro. O produto da emissão sobre esse lastro será applicado, nos termos dèste convênio, na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuizo, para a Caixa de Conversação, e outras dotações para fins creados em lei.

Parágrafo segundo. O Estado de S. Paulo, antes de ultimar as operações de crédito acima indicadas, submeterá as suas condições de clausulas ao conhecimento e approvação da União e dos outros Estados contratantes.

Parágrafo terceiro. Caso se torne necessário o endôço ou fiança da União para as operações de crédito, serão observadas as disposições do art. 2.º, n. 10, da lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905.

Art. 9.º — A organização e direção de todos os serviços de que trata este convênio serão confiadas a uma comissão de três membros, nomeados um por cada Estado, sob a presidência de um quarto membro

apenas com o voto de desempate, e escolhido pelos três Estados.

Paragrapho unico — Cada diretor terá um suplente, de nomeação, igualmente, dos respetivos Estados, que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 10.º — A comissão de que trata o artigo antecedente, criará todos os serviços e nomeará todo o pessoal necessário á execução do convenio, podendo confiar, em parte, sua execução a alguma associação ou empresa nacional, sob sua immediata fiscalização, tudo na fórma do regulamento.

Art. 11.º — A séde da comissão diretora será a cidade de São Paulo.

Art. 12.º — Para a execução dos serviços deste convenio a comissão organizará necessário regulamento que será submetido á approvação dos Estados contratantes, os quaes, no prazo de 15 dias, se pronunciarão sobre o mesmo, sob pena de considerar-se approved por aquele que o não fizer.

Art. 13.º — Os encargos e vantagens resultantes deste convenio serão partilhados entre os Estados contratantes proporcionalmente á quota de arrecadação da sobre-taxa com que cada um concorrer, pela fórma estabelecida no regulamento.

Art. 14.º — Os Estados contratantes reconhecem e aceitam o presidente da Republica como árbitro em qualquer questão que entre os mesmos se possa suscitar na execução do presente convenio.

Art. 15.º — O presente convenio vigorará desde a data de sua approvação pelo presidente da Republica, nos termos do n. 16 do art. 48.º da Constituição Federal.

Subscrevemos: — Jorge Tibiriçá — Nilo Peçanha — Francisco Antonio de Sálles — M. J. Albuquerque Lins — A. Candido Rodrigues — Olavo Egydio de Souza Aranha — José Monteiro Ribeiro Junqueira — José Augusto Rodrigues Caldas — José de Barros Franco Junior — Augusto Ramos."

O MOVIMENTO DA VALORIZAÇÃO

São Paulo poz-se á frente do movimento da "valorização" e preparou-se para executa-lo com efficácia. Minas aprovou o importante pato em lei n. 424, de 16 de agosto de 1906, que determinou:

"Art. 1.º. — Fica approved o convenio firmado a 26 de fevereiro do corrente ano, em Taubaté, pelo presidente des-

te Estado com os presidentes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro para valorização do café e desenvolvimento do seu consumo.

Art. 2º. — Fica criada a taxa correspondente a tres francos, ouro, sobre cada saca de sessenta quilos de café que fôr exportada, e derogado, nesta parte o parágrafo unico do artigo dez da lei número quatrocentos, de treze de setembro de mil novecentos e cinco, que criou a taxa de quatro e meio por cento por saca.

Art. 3º. — Para execução do convenio é o poder executivo do Estado autorizado a contrair no país ou no estrangeiro um emprestimo até o máximo de quinze milhões de libras esterlinas, com a responsabilidade solidária dos outros Estados solidários e contratantes”

“YANKEES” DA AMERICA DO SUL

Efetou-se de modo triunfal o plano gigantesco da valorização, — graças, notadamente, á pertinácia dos “yankees” da America do Sul, dos filhos indefesos da terra dos bandeirantes.

Os Estados de São Paulo, de Minas e do Rio de Janeiro venceram, e com eles venceu a patria, que tem a sua riqueza primordial no café, no divino café.

Em 1912, a alta dos preços era uma realidade segura, e daí por diante, a não serem as naturais oscilações de mercado, nada vem perturbar a pujança economica do produto.

A 10 de julho daquele ano, Minas firmou um acôrdo com São Paulo, para fiscalização, cobrança e liquidação dos impostos a que estivessem sujeitos os cafés de procedência mineira, entrados para o outro Estado. Assinvou pelo primeiro o sr. Teofilo Ribeiro, diretor da Fiscalização das Rendas dele, e pelo segundo o respetivo secretario da Fazenda, dr. Joaquim Miguel Martins de Siqueira. O pato em questão foi homologado, em Minas, pelo decreto n. 3.646, de 25 de julho de 1912; e aprovaram-se, ali, pelo decreto n. 3.682, de 24 de agosto de 1912, instruções para execução do mesmo.

Em 1913, a lei n. 616, de 18 de setembro, autorizou o governo a contratar, com quem maiores vantagens offerecesse, o estabelecimento de armazens gerais na praça do Rio de Janeiro e nas margens das estradas de ferro, — assim como a alterar o sistema de arrecadação da ta-

xa de exportação do café. Em seu art. 2º, estatuiu o citado áto legislativo:

— “E” o governo autorizado a modificar o sistema de arrecadação do imposto de exportação do café, de modo que o pagamento deste se faça na mesma occasião que o da sobretaxa, podendo, para esse fim, entrar em acôrdo com os Estados interessados nessa exportação (artigo 4º da lei de 13 de setembro de 1911). No ano seguinte, a 29 de agosto, celebrou Minas acôrdo com São Paulo, para cobrança dos impostos sobre os cafés de produção paulista, que passassem para Minas Gerais. Esse pato foi confirmado pelo decreto n. 4.244, de 3 de setembro de 1914.

EFEITOS DA GRANDE GUERRA E AS GEADAS DE 1918

A conflagração européa, a grande guerra, encareceu-se de consumir os estoques do produto, ajudando a manter a alta dos preços. Depois, vieram as rudes geadas de 24, 25 e 26 de junho de 1918, que, se destruíram lavouras e mais lavouras do vegetal, prejudicando as colheitas, — contribuíram, no entanto, para, com a diminuição da safra, valorizar o café. Em Minas, foi a zona do sul a que mais sofreu com o fenomeno. A “zona da Mata” parece estar mais ao abrigo de tais calamidades pois apenas geou, ali, nas baixadas e logares humidos.

A AÇÃO DO GOVERNO ARTUR BERNARDES

Em 1922, a pauta de dezembro fixava em 18000 o valor official do quilo de café. A esse tempo, a taxa de exportação era de 7 %.

Durante o mandato, na cátedra suprema da República, de um presidente mineiro, o dr. Artur da Silva Bernardes foi que se collocou em terreno diferente o relevante problema brasileiro da salvaguarda do café. O chefe da Nação resistiu valentemente, quanto ao assumto, até mesmo aos reclamos de natureza politica. E, em vez da valorização, fez com que se passasse a praticar simplesmente, — mas racionalmente e, assim, com admirável eficiência, — a defesa do produto. Transferiram-se á terra dos bandeirantes os armazens reguladores do comércio do produto e, pela lei n. 2.004, de 19 de dezembro de 1924, creou-se, com sede na capital paulista, o Instituto de Defesa Permanente do Café, que depois passou a denominar-se, com

mais singeleza, Instituto do Café do Estado de São Paulo. Ficou, de tal sorte, a garantia do produto confiada á unidade pioneira da Federação, — em acôrdo constante com as outras unidades caféteiras, — não mais pesando sobre os cofres da União.

O IMPOSTO ADICIONAL DE \$1000 OURO

Minas, para desempenhar-se do seu papel na defesa do produto, creou, pela lei n. 887, de 19 de agosto de 1925, o imposto adicional de \$1000, ouro, por saca de café mineiro exportada. O referido ato legislativo, sancionado pelo dr. Fernando de Melo Viana, presidente do Estado, e subscrito pelo dr. Augusto Mario Caldeira Brant, secretário das Finanças, encerrou as seguintes disposições:

“Art. 1.º — Fica creado o imposto adicional de \$1000, ouro, por saca de café de produção mineira, exportado para fóra do Estado.

Parágrafo único. Esse imposto será arrecadado em papel, adotado para ágio de ouro, em cada semana, a média do ágio na semana anterior, pela cotação official da Câmara dos Corretores.

Art. 2.º — O produto dêsse imposto constituirá um fundo especial, destinado exclusivamente á defesa do preço do café contra as oscilações provenientes do congestionamento do mercado, irregularidade das safras e manobras comerciais tendentes á baixa.

Art. 3.º — Esse imposto será arrecadado até que o fundo de defesa atinja a cem mil contos de réis (100.000:000\$000) em papel, cessando a arrecadação no primeiro dia do ano seguinte.

Parágrafo 1.º Si na occasião em que o fundo atingir a essa soma o ágio do ouro estiver superior a 400 %, (isto é, si o cambio estiver inferior a 5 13/32 dinheiros ouro), continuará a arrecadação, até que o mesmo fundo atinja a vinte mil contos de réis, ouro.

Parágrafo 2.º Desde que o café tipo 7 Rio, disponível, se mantenha cotado abaixo de dez (10) centavos, em Nova York, por 30 dias consecutivos, o governo suspenderá a cobrança do imposto de que trata esta lei, recomeçando a arrecadá-lo desde que a cotação suba a 10 centavos ou mais.

Parágrafo 3.º — Tanto a suspensão do imposto como o recomeço da arrecadação serão determinados por decreto publicado com dez dias, pelo menos, de antecedência.

Art. 4.º — A defesa do café realizar-se-á:

a) por meio de empréstimos aos produtores, sob garantia do café depositado nos armazens gerais ou outros fiscalizados pelo

Estado, a juro módico e prazo não excedente de dez meses;

b) pelo redescoto de títulos de crédito que representam operações reais sobre café, feitos pelos bancos regionais, que se sujeitarem á fiscalização do governo;

c) pela fixação de um preço mínimo, ao qual será recebido o café que fór entregue em locais determinados, pagando-se em obrigações a juro razoável e prazo de um ano, garantidos pelo café entregue e pelo fundo de defesa.

Parágrafo 1.º O preço mínimo será fixado em soma que represente compensação razoável do produto e não poderá exceder, em papel, a importância correspondente a 3\$000, ouro, por 10 quilos de café typo 7, Rio.

Art. 5.º — Os lucros das operações a que se refere esta lei serão incorporados ao fundo de defesa do café, deduzidas as despesas de custeio do serviço e remuneração do pessoal.

Art. 6.º — Si fór necessário, a juízo do governo, antecipar a constituição do fundo de defesa do café por meio de um empréstimo, poderá ser dado em garantia do mesmo, até seu final resgate, o imposto a que se refere esta lei.

Art. 7.º — E' o governo autorizado:

I) A organizar o serviço de que trata esta lei ou a contratá-lo com um banco de séde no Estado e nos termos do art. 5.º;

II) A entrar em acôrdo com os Estados produtores para a regularização dos transportes de café, de modo, porém, que fique garantida a entrada total das safras mineiras nos mercados de exportação dentro do ano agrícola;

III) A entrar em acôrdo com as estradas de ferro para os fins da alínea anterior, podendo fornecer-lhes material de transporte até a importância de 5.000 (cinco mil) contos de réis, para ser descontado em fretes;

IV) A abrir os créditos necessários para a execução desta lei, levando as despesas á conta do fundo a que se refere o art. 2.º.

Art. 8.º — O imposto a que se refere o art. 1.º desta lei começará a ser arrecadado a 1.º de setembro do corrente ano. As demais disposições entrarão em vigor depois de regulamentadas.

Art. 9.º — São revogadas as disposições em contrário.”

METODIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

Entrou Minas, sem demora, em combinações com S. Paulo para metodização dos transportes do produto, base essencial do mecanismo da defesa do mesmo.

O CONVÊNIO

O convênio feito imediatamente entre as duas unidades federativas dizia, quanto á parte mineira nêsse tocante;

— “A regularização do transporte do café produzido no Estado de Minas Gerais, da qual tratam o art. 7.º da lei mineira n. 887, e os arts. 1.º, 2.º, 8.º, 11, 12, 13 e 14 do decreto mineiro n. 6.954, e a qual Minas está pondo em prática, nesta fase inicial, mediante distribuição de quotas de embarque ás estações exportadoras, — será oportunamente feita pelo sistema de armazens reguladores usado em São Paulo.”

Creou a terra do Tiradentes, para organização perfeita dos seus serviços, uma Inspeção de Exportação e Defesa do Café, no Rio de Janeiro, e repartição similar na capital paulista.

A SAFRA DE 1927-28

Depois disso, a única ocorrência de chamar a atenção, com a qual Minas se haja encontrado em concernência, foi e é ainda a da safra brasileira de 1927-1928, que, por estar avaliada em cerca de 22.000.000 de sacas, demandou, demanda e demandará cuidados especiais, maximé no tocante á normalidade dos transportes. Para tomar parte ativa na salvaguarda dessa formidável produção, o Estado se enganou, em maio último, no convênio celebrado entre as unidades cafeeiras.

CONCENTRAÇÃO DA DEFESA

O aludido acôrdo, que é de 28 daquele mês, foi assinado pelos srs. Mario Tavares, Alzira Viana, José Rezende, Cáo Caldeira Evant, Francisco Corrêa de Figueiredo e Gabriel Monteiro da Silva, e apresenta o texto que se segue:

— “Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e vinte e sete, na cidade de São Paulo, na séde do Instituto de Café do Estado de São Paulo, reunidos em sessão os senhores doutor Mario Tavares, presidente do referido Instituto; coronel Alzira Viana, secretário da Fazenda e representante do Estado do Espírito Santo; coronel José Rezende e tenente Cáo Caldeira Brant, representantes do Estado de Minas Gerais; dr. Francisco Corrêa de Figueiredo, representante do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto do Fomento e Economia Agrícola do mesmo Estado, concluíram o estudo que, desde o dia 23 do corrente, vinham fazendo do problema da defesa do preço do café e respectivo transporte para os mercados de exportação, durante a safra de 1927-1928, acordando entre si as seguintes providências:

Primeira — As quotas de embarque de cafés destinadas á exportação serão fixadas mensalmente nas vias férreas a partir do mês de junho próximo, em cada dia dez, tomadas como base as percentagens da cláusula terceira e de acôrdo com o critério do escoamento já praticado em Santos.

Segunda — Deverão escoar na fórmula da cláusula primeira diariamente em cada mês, tantas mil sacas quantas representem o total exportado no mês anterior dividido por vinte e cinco dias úteis.

Terceira — Em relação ao porto do Rio de Janeiro:

a) Os Estados acima referidos farão entrar no mercado do Rio de Janeiro: trêze por cento de junho do corrente e até dez de junho próximo, a quantia de trezentos e sessenta mil (Continua este original). sacas (360.000) de café, na seguinte proporção: cincoenta e sete por cento (57 %) para o Estado de Minas Gerais; vinte e cinco por cento (25 %) para o Estado do Rio de Janeiro; treze por cento (13 %) para o Estado do Espírito Santo e cinco por cento (5 %) para o Estado de S. Paulo, ou sejam: duzentos e cinco mil e duzentas sacas (205.200) para Minas Gerais, noventa mil (90.000) para o Rio de Janeiro, quarenta e seis mil oitocentas sacas (46.800) para o Estado do Espírito Santo e dezoito mil sacas (18.000) para São Paulo;

b) Para o mês de dez de julho a dez de agosto, os Estados tomarão em consideração o total dos embarques de café pelo porto do Rio de Janeiro de um a trinta de junho, e, applicando a esse total as proporções indicadas na alinea “a”, obterão as quotas de suas respectivas entradas de café, no mercado do Rio de Janeiro;

c) Para o mês de dez de agosto a dez de setembro será obedecido o critério previsto na alinea “a”, tomada em consideração a quantidade embarcada no porto do Rio de Janeiro no mês de um a trinta e um de julho anterior;

d) Para os períodos que se seguirem a dez de setembro será obedecido o mesmo critério da alinea “a”, tomada como base a quantidade embarcada de um a trinta ou trinta e um do mês anterior.

Quarta — Em relação ao porto de Vitória:

Pelo porto de Vitória, no período de dez de junho a dez de julho poderão ser embarcadas cem mil sacas (100.000), sendo setenta e nove mil (79.000) do Estado do Espírito Santo e uma mil (21.000) do Estado de Minas Gerais. Nos períodos de dez de julho a dez de agosto seguintes, poderão ser embarcadas, nos termos da alinea “a”, da clausula terceira e de dez de agosto a dez de setembro, e ra, quantidades iguais ás que houverem sido embarcadas no período immediatamente anterior, applicada a essa quantidade a seguinte proporção: setenta e nove

por cento (79 %) para o Estado do Espirito Santo, e vinte e um por cento (21 %) para o de Minas Gerais.

Quinta — Em relação ao porto de Santos, e quanto aos transportes de cafés paulistas e mineiros, continúa a ser obedecido o actual criterio de regular as entradas naquele porto pela quantidade embarcada no mês anterior, e pelas quantidades despachadas nas estações das diversas estradas de ferro destinadas a esse porto.

Sexta — Fica desde já convocada nova reunião no mês de setembro proximo, em data prefixada, dos representantes dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espirito Santo e do Instituto do Café, do Estado de S. Paulo, para o estudo das medidas e modificações que forem indispensaveis e das que a experiencia aconselhar para maior eficiencia dos institutos dar defesa a que todos se propõem, devendo, então, ser examinados os efeitos da pratica que se vae iniciar.

BENDITA SEJA A FARTURA

Se a abundância da excepcional safra de 1927-1928 não deve espantar e não es-

pantar ao Brasil, em geral; — com muito mais razão não deve preocupar e não preocupará a Minas em particular.

Executada a defesa do café com acerto, com prudência, com pertinácia — a enorme produção esperada desdobrar-se-á em opulentos renditos tanto para o paiz, quanto para o Estado.

Bendita, pois, essa fartura, essa florescência!

ABUNDANCIA E MISERIA DAS SAFRAS

Que se não perca de vista o facto de ha muito verificado, da sucessão regular de maiores e menores safras de café, — fato esse que, pela sua flagrancia, incontestável, provocou a 1º de outubro de 1878, a seguinte observação de um deputado provincial, o sr. Ovidio de Andrade, em sessão extraordinária da assembléa em que tinha assento: — “Este género, por causas que não conheço, segue em sua produção uma lei constante, que se manifesta em alternativas de abundancia e de escassez, de modo que um ano fe-cundo é sempre seguido de outro pouco abundante”.

Estado atual da cultura do cafeeiro em Minas

ZONA DA MATA

(Síntese de observações da Inspetoria Agrícola Federal do Estado)

a) AGRICOLOGIA

As terras preferidas para a cultura do café são as de mata-virgem, profundas e férteis. Em geral são de cor vermelha-clara com uma espessura variando de 0,50 a 2 ms. São argilosas, argilo-silicosas, e pedregosas em alguns lugares. São de origem primitiva e autoctones, havendo terrenos de transporte nos vales dos primeiros rios que cortam as zonas. A rocha de origem é formada por gneiss e micasquistos, rochas estratificadas; granitos e porfíros, rochas eruptivas. Apenas no município de Mar de Espanha existem algumas manchas de terrenos calcareos; há jazidas de mármore branco em exploração e fabrica-se cálcio, que contém uma grande percentagem de areia.

O sub-sólo da zona é composto de argila, cuja espessura varia segundo o lugar, de terreno pedregoso de cor amarelo-clara, e principalmente de enormes pedreiras, compostas em geral de gneiss, cujos afloramentos se percebem na região do rio Paraíba, em Cataguazes e nas zonas mais montanhosas.

Na prática, o fazendeiro não liga muita importância às propriedades físicas do solo; se for coberto de mata-virgem, qualquer terreno é aceite para esta lavoura; entretanto, o "massapé" róxo ou vermelho-claro é o preferido.

O café dá-se bem em quasi todos os solos da zona da Mata. No entanto, a qualidade do terreno não deixa de influir sobre a longevidade dos cafeeiros. Os terrenos róxos, profundos e ricos em potassa, são os mais convenientes, pois o cafeeiro pôde durar 40 ou 50 anos, enquanto que em terras menos férteis e mais sêcas ou frias, sua idade útil não passa de 15 anos.

A topografia representa um papel importante na cultura cafeeira. Ninguém contestará que os terrenos ligeiramente ondulados, são os que mais lhe convêm. Infelizmente, a região é, na sua totalidade, muito montanhosa, de morros e mais morros. Os poucos lugares planos que se encontram são, em geral, argilosos, húmidos de mais ou sujeitos a inundações.

A topografia montanhosa contribue para diminuir a produção, dificulta e encarece as operações de trato cultural, colheita e transporte.

Para alguns, os morros facilitam o trabalho manual, — as capinas principalmente, — mas também impedem o emprego de máquinas agrícolas.

Não sendo a zona sujeita a geada, a topografia tem pouca importância neste sentido. Ao contrario, — tem-na com relação ao sol, e os cafeeis plantados com "contraface" são os mais duráveis e os de maior produção.

b) MEIO CLIMATERICO

Sendo arbusto de clima tropical, o cafeeiro dá-se bem na Zona da Mata, que, em toda a sua extensão, é muito quente, a não ser no alto das serras, onde o café é pouco cultivado. Além do calor durante a época vegetativa, são necessarias chuvas abundantes, durante a frutificação, especialmente. O pé de café tem o veranico de janeiro a fevereiro, e, na maturação das ceifejas, requer um tempo relativamente sêco. Durante a floração, torna-se necessária uma humidade relativa. Devido quasi sempre á falta de chuva, a florada de setembro falha quasi sempre, destruida por uma atmosfera extremamente sêca.

A quantidade de chuva que cêe na Zona da Mata é bem suficiente para a lavoura cafeeira.

As chuvas são repartidas, mais ou menos igualmente, nos meses de vegetação, de outubro até abril, a não ser durante fevereiro — quando aparece o veranico, temido pelos fazendeiros, que dura de 10 a 15 dias.

O fenômeno meteorológico mais prejudicial é a chuva de pedra, que, quando cêe em dezembro ou janeiro, compromete a colheita. Entretanto, essa intemperie aparece raramente na zona.

A geada não prejudica o café, a não ser nos altos das serras, como a de São Geraldo, por exemplo; os tragos que ela pôde causar são relativamente diminutos, porque o forte da cultura é feito a uma altitude inferior a 600 metros.

O café é cultivado desde a altitude de 200 ms., em Cataguazes, Leopoldina e São Manoel; 350 ms., em Ubá e Rio Branco; 400 a 500 ms., em Ponte Nova, Muriaé, Ca-

rangola e Manhuassú; 600 ms., em São João Nepomuceno e Guarará, e até acima, em Viçosa e alguns outros logares, mas em pequena escala.

Seguramente, a altitude que mais convém é a de 200 a 400 ms., porque o caféiro prefere os terrenos quentes aos frios e, em geral, mais pobres.

Os ventos que sopram na zona não prejudicam o caféiro, a não ser talvez em setembro, quando floresce pela primeira vez o café.

Quanto á exposição do terreno com relação ao percurso diário do sol, dizem os lavradores em geral que tem a sua importância, devendo escolher-se, de preferencia, as "contra-faces", que não são tão castigadas pelo sol como os terrenos soalheiros, e que, em topografia muito montanhosa, ficam mais ao abrigo das mudanças bruscas de temperatura. O café em "contra-face" dura mais do que na exposição contraria; não querendo dizer isto que os terrenos soalheiros não sejam aproveitados.

Na pratica, — o fazendeiro faz mais questão da qualidade do chão do que de sua exposição.

c) PREPARO DO SÓLO

A não ser para a variedade Conillon, não se planta café em terras trabalhadas. Escolhem-se sempre matas virgens, — ou capoeiras grossas, de 25 a 30 anos de crescimento. Tanto para aqueles, como para estes, o trabalho não difere; faz-se a derrubada de maio até agosto, queima-se e tira-se a madeira de lei, se ela tiver alguma aplicação lucrativa no logar; arruma-se o chão e faz-se o alinhamento para a abertura das covas.

Nos terrenos de mata virgem, onde a madeira grossa apodrece no logar, — isto, geralmente, por dificuldades de transporte, — o pé de café sai com mais força, devido á adubação natural que recebe, á medida que vai apodrecendo a madeira.

Não parece haver diferença no preparo do sólo da plantação em cerejas para a de mudas.

As covas são feitas a enxadão, retangulares, medindo um e meio palmo de comprimento, um de largura e um de profundidade. As covas diferem de tamanho segundo o município e, por essa razão, podem ser maiores do que o tamanho indicado.

O modo de preparar o terreno é o mesmo em toda parte; é o mesmo de há 50 anos ou mais; todo o serviço é feito á mão, e não varia com a topografia ou a natureza física do terreno.

Quanto ao seu custo, — é bastante difficil dizê-lo, devido ás varias maneiras de exe-

cutá-lo, — por dia, empreitado cada serviço ou todos de uma vez, por meiação.

Podem calcular-se atualmente em 500\$000 as despesas do preparo de um alqueire de 80 x 80.

Os instrumentos empregados são foices, machados, enxadões e enxadas.

d) VARIEDADES CULTIVADAS

Sem elas em número de cinco: — Bourbon, Creoulo, Amarelo ou Botucatú, Maragogipe e Conillon. Não se obteve variedade alguma "in loco".

Bourbon — Esta variedade é a preferida para as terras de pouca resistencia, isto é, muito montanhosas. É muito menos rustica do que o Creoulo ou o Maragogipe. Parece dominar em quasi todos os municípios, sobretudo onde a lavoura é mais recente.

Creoulo — Coloca-se em segundo lugar, depois do Bourbon, não existindo, contudo, talvez senão a metade dos pés em comparação com o outro. Exigindo terras melhores, é sempre plantado em derrubadas de mata virgem; por esta razão, sem dúvida, seu porte e desenvolvimento, são bem maiores que os do primeiro. Como o Bourbon, sua plantação é feita em toda a Zona da Mata, — em maior ou menor escala, segundo os municípios.

Amarelo ou Botucatú — Crece regularmente, e é de certa resistencia; dá má cereja, bem desenvolvida. É pouco plantado, mas, com uma seleção em regra, poderia melhorar-se essa variedade em poucos anos, pois em algumas regiões de São Paulo, dá bons resultados.

Maragogipe — O pé desenvolve-se rapidamente e atinge a proporções enormes, o que obriga o fazendeiro a plantá-lo mais largo. Entretanto, não existe relação sufficiente entre o desenvolvimento e a frutificação. Carrega pouco e irregularmente. O fruto é grande, — talvez maior que o de qualquer outra variedade. Devido a 'esse defeitos, é pouco apreciado na zona.

Conillon — O que caracteriza esta variedade é sua adaptação aos terrenos já cultivados, ou mesmo esgotados, mediante adubação. A sua rusticidade e produção aproximam-se da do Creoulo. O grão é bem menor, porém, mais pesado que o das outras espécies.

e) VARIEDADES MAIS PRODUTIVAS

O Bourbon é a variedade preferida em muitos municípios, devido á sua precocidade. Carrega muito de 4 até 10 ou 12 anos; raramente passa de 15 anos, em média; de maneira que para dadas sortes de terreno é a escolhida.

O Creoulo é mais resistente do que o Bourbon, mas menos produtivo. E' bastante irregular; em compensação, dura muito mais, talvez o dobro.

A produção do Amarelo ou Botucatu' é relativamente pequena.

f) PLANTAÇÃO

Em viveiros — Os viveiros são essencialmente feitos para a replantação das falhas nos cafézais novos, raramente para uma plantaçao diréta. Os processos adoptados são dos mais rudimentares. Escolhe-se no mato um lugar adequado, limpa-se bem o chão e tira-se a madeira fina, ou capoeira, deixando apenas as arvores grandes, para darem a sombra necessária.

Abrem-se regos a dois palmos, mais ou menos, uns dos outros, com 10 a 12 cms. de profundidade; semeiam-se as cerejas ou caroços, dando-se espaço sufficiente, e cobre-se ligeiramente com terra fina.

De 15 a 20 dias depois, o café nace, e o trato cultural consiste em limpezas ou capinas, quando necessárias.

Não há propriamente seleção nas plantinhas; isto é, na época da transplantação, escolhem-se sempre as mudas melhores e bem desenvolvidas.

A mudança se faz, em geral, durante a época das aguas, de dezembro a março e com a idade de 6 meses a um ano. As mudas são transplantadas cuidadosamente, ás vezes com terra, o comum; plantá-las com as raizes nuas, e bastante inclinadas na cova. Este serviço é feito á mão, abrindo-se a cova com o enxadão.

A melhor época de fazerem-se viveiros é de maio até agosto, para poder efetuar a transplantação no tempo acima designado. Mas podem fazer-se viveiros durante o ano inteiro, e o processo usado não se altera de uma varjedade para outra.

O verdadeiro seria semear o café em balaínho e, depois do caféiro atingir a certo tamanho, transportá-lo para a cova. Assim não soffreria atrazo na sua vegefação.

Definitiva — A distancia adotada varia de 14 a 18 palmos entre as linhas 12 a 14 nas linhas. As covas ficam em quadra, raras vezes em quinconço.

Planta-se de maio até setembro, principalmente. — mas pôde fazer-se plantaçao em qualquer época do ano.

Deitam-se na cova de 10 a 15 caroços ou cerejas, cobrindo-as com um dèdo de terra, alguns lavradores não cobrem as sementes, o que deve ser condemnado.

Para abrigar as mudinhas, utilizam-se de pedaços de pau roliços, dispostos longitudinalmente, acima da cova.

Em logares acidentados, rasga-se a cova do lado de baixo, para impedir o entupimento dela; mas o comum é fazerem-se por cima da cova dois règos de certa profundidade, para as enxurradas não penetrarem. Há um outro processo usado de plantar o café, chamado "de gaveta", mas é pouco usado. Faz-se a cova com enxadão, mas, em vez de buraco, rasga-se completamente a parte de baixo, no barranco; mais ou menos no meio, faz-se uma escavação, e as cerejas são semeadas no pequeno plano, nacendo obliquamente, para depois subirem em sentido vertical. E' um meio de evitar os estragos das enxurradas, porém inconveniente, na opiniao da maior parte dos fazendeiros, porque custa mais o desenvolvimento, e as raizes ficam sujeitas á açao do sol, até alcançarem uma certa profundidade.

E' comum plantar milho nos cafézais, para aproveitar terreno e por ignorancia do mal que tal plantio ocasiona ao desenvolvimento do caféiro.

Uma vez o café bem nacido, vão-se eliminando os pés mais fracos, deixando-se de duas a tres plantas em cada cova. Não se faz ali como em São Paulo, onde as covas são maiores e com um pé em cada canto, o que é, incontestavelmente, melhor.

O sistema de plantaçao por mudas é muito pouco usado, por ser mais dispendioso e sujeito a maior número de falhas. Além disso, parece que o café de caroços tem mais resistencia e maior duração.

g) CUIDADOS CULTURAIS

Todos os serviços culturais são feitos á mão, com a enxada. Dão-se, em média, de tres a quatro capinas.

Imediatamente depois da colheita, chega-se o cisco nas carreiras do café.

A primeira capina é dada em agosto-setembro, quando se preparam as terras para o plantio de cereais, milho principalmente; a segunda, em novembro, e a terceira, em janeiro ou fevereiro.

A covação é feita no fim de março e consiste em limpar com enxada, por baixo dos pés de café, amontoando o cisco em redor das arvores, mais do lado de baixo, para reter as cerejas maduras que começam a cair de abril em diante.

Não se abrem canais de curva de nível, mesmo nos terrenos muito acidentados; a única proteção que se dá ao pé de café, durante os primeiros anos, são os regos já mencionados em outro logar.

Talvez seja por falta de proteção contra as enxurradas que os cafézais começam a definir na parte mais alta, pois as chuvas vão carregando, aos poucos, o "humus". O

fazendeiro, em geral, não liga importancia á relação existente entre as diversas operações de trato cultural; capina sua lavoura, unicamente porque o mató se desenvolvia, no caso contrario; e dá o menor número possível de carpas.

Não se applicam propriamente sistemas de póda, á não ser para os cafézais velhos, em alguns casos. Os galhos sécos são eliminados a foice, depois da colheita. A variedade Bourbon merece cuidados especiais, neste sentido; desde os primeiros anos, ella tem tendencia a formar uma "sia", e, deixando-se, o pé fica com a parte superior muito pontuda; é, então, necessário, desde os primeiros anos, eliminar os galhos inferiores até certa altura — um palmo a palmo e meio.

Esta póda é feita de maio até agosto, mas não são todos os fazendeiros que executam tal serviço. Fóra disto, não se têm feito outras experiencias de póda racional — como em São Paulo, por exemplo — e, por enquanto, quasi todos os fazendeiros são contrarios a qualquer metodo de póda.

A adubação, êsse processo moderno de augmentar e regularizar a produção do café, não chegou ainda a ser posto em pratica, na zona. Não é que a lavoura de café não necessite de tal auxilio; pelo contrario, devdo á inferioridade das terras, dever-se-ia cuidar, ali, do problema, mais do que em São Paulo.

Atribue-se o citado atrazo a diversos fatores: — rotina dos processos de cultura, abundancia de terras novas, preços elevados dos adubos quimicos, e, provavelmente, falta de auxilio da parte dos govêrnos federal e estadual, a quem compete, em primeiro logar, fazer experiencias imprescindiveis.

Alguns fazendeiros empregam a palha do café como adubo, nas culturas cansadas, mas em pequena escala, grande parte dèste precioso adubo é perdido, como se perde o estrume do gado.

Os que espalham a palha do café costumam abrir, do lado de cima do pé, ou dos dois lados, dois ou tres buracos de bom tamanho, e despejam nêles um pouco da substancia.

Interessante é que esta adubação incompleta e rudimentar dá bons resultados sempre; disto a maioria dos fazendeiros está convencida.

Com uma póda racional, e uso da palha e do esterco de curral, poder-se-iam reformar muitos cafézais esgotados, ou, pelo menos, augmentar a produção e longevidade da maior parte dêles.

É inegável que o problema da adubação, na zona, já se reveste de certa importancia, pois em muitos municípios as terras virgens

se esgotam e os produtores de café se verão diante do seguinte dilema: — ou reformar os seus processos de cultura ou abandonar a lavoura de café.

h) COLHEITAS

O caféiro começa a produzir com a idade de 4 anos. Para o Bourbon, os anos de maior produção são os de 6 até 12 a 15 anos; daí em diante, começa a diminuir, e não ser que o terreno seja especial, caso em que o cafézal durará até 20 ou 25 anos, no maximo. Aquella variedade, sendo mais fraca do que o café Creoulo, dura menos, porque êste atinge 30 e mais anos. O fato principal da longevidade do pé do café, além de á rusticidade de certas especies, deve ser attribuido á composição do sólo; a espessura da camada de terra arável e o clima têm tambem sua importancia.

Quando maduro na sua quasi totalidade, — o café é derrubado no logar em que foi corado. Em seguida, junta-se, e é abanado por meio de peneiras, afim de eliminar-se a maior parte das impurezas.

O café é, então, carregado para um ponto aonde pôde chegar o carro-de-bois, e medido por alqueires, ou outra medida combinada. Dalí é levado em carro, ou, na falta, em "tropas", até ao terreiro da fazenda.

A colheita de café — feita, de preferencia, por mulheres e crianças — paga-se, em geral, a um tanto por medida de café limpo e amontoado; de \$500 a 1\$000, conforme a carga.

A colheita começa em maio e termina em julho ou agosto.

II

ZONA DO CENTRO

(Síntese de observações da Inspecção Agrícola Federal no Estado)

a) AGRICOLOGIA

Não existem ali as celebres terras "rôxas", originadas de rochas diabasicas, consideradas como as primeiras para a cultura do café; mas abundam as terras "massapés", provenientes da decomposição de granitos, gneiss e schistos, que são nela os escolhidos para a vegetação da util rubiacea.

A matas são abatidas para ceder o lugar a essa cultura, que só se realiza em terrenos recentemente arroteados, guardando ainda uma boa proporção de "humus" fertilizante. Por falta de analyses efetuadas em tais terras, é impossivel fornecer, atualmente, sua composição fisico-quimica.

A permeabilidade e a profundidade são as duas propriedades físicas que influem principalmente para a boa vegetação do caféiro: esta, porque facilita o desenvolvimento e penetração da raiz principal, favorecendo-lhe, assim, a exploração de um maior volume de terra, o que torna menos sensível a falta de elementos químicos, e tudo concorre para uma vida mais longa dos cafeeiros, cujo envelhecimento se torna mais tardio; e aquela, porque completa a facilidade de penetração, permitindo o escoamento das águas e o arejamento do sólo e sub-sólo.

Quanto á influencia da topografia dos terrenos — nos logares altos difficultam-se e encarecem-se os trabalhos de capina, colheita e transporte; mas, em compensação, é mais longo o ciclo vegetativo, melhor o produto obtido, menor a existencia de humidade, e, sobretudo, acham-se os caféeiros mais a resguarda de fenômenos climatericos prejudicialissimos, como a geadas. E', principalmente, em defesa contra este última que os fazendeiros preferem os altos para a cultura do café.

b) MEIO CLIMATERICO

Situada na zona sub-tropical, o clima da região é constante e quente. Entretanto, a altitude, ali, em varios lugares, compensa a latitude, e encontram-se os climas temperados e amenos das montanhas. Duas estações são bem características: a do inverno e a do verão.

A temperatura média mensal decrece gradativamente, de janeiro para junho e julho, quando atinge o seu minimo, e crece do mesmo modo, de agosto a dezembro e janeiro, quando chega ao maximo. Os meses de mais baixa temperatura são junho, julho e agosto, correspondentes ao inverno, e os de mais alta e de maiores precipitações pluvias, são dezembro, janeiro e fevereiro, correspondentes ao verão. A época das chuvas costuma, entretanto, estender-se de outubro a março.

Nos planaltos, a altura pluviométrica anual vai de um a dois metros, ao passo que nas encostas das serras, que recebem o embate dos ventos essas alturas chegam de dois a tres metros.

O inverno acentua-se bem nos logares elevados, marcando o termometro 1 a 2 graus abaixo de zero, ás vezes. As geadas, aí, se manifestam, e as montanhas cobrem-se de nevoeiro e neblinas.

Em toda a região, os dois meses mais frios são, geralmente, junho e julho, e os mais quentes, dezembro e janeiro, sendo, mais ou menos de 7 graus a diferença de mês a mês dos extremos médios dessas temperaturas. A amplitude da variação mensal

da pressão barométrica é de 5 a 11 milímetros; a pressão atinge ao maximo em junho e julho e ao minimo, em dezembro e janeiro. Há, portanto, perfeita relação dessa pressão e da queda das chuvas com a marcha das temperaturas.

A cultura do café efetua-se numa média de 700 a 1.000 metros de altitude.

Infelizmente, os lavradores não se occupam com observações locais sobre as melhores condições climatericas para o caféiro, em suas diversas fases de floração, frutificação, maturação, colheita, etc., de modo a facilitar o fornecimento de informações completas, a esse respeito.

As altitudes médias dos terrenos pouco inclinados são as preferidas para a cultura do caféiro; nos altos, essa planta se acha defendida das geadas, e é menos sensível á escassés de precipitação pluvial.

Os ventos raramente sopram, ali, com violencia bastante para prejudicar os caféiros, derrubando folhas novas, flores, e quebrando ramos tenros, etc.; antes, segundo opinam os agricultores, sempre se verifica uma brisa leve e rfrigerante, que, agitando oss galhos brandamente, desperta de certo modo as energias da planta.

A exposição escolhida é á soalheira, para atenuar a ação nociva das temperaturas muito baixas, tendo-se tambem de levar em conta, nessa escolha, a direção dos ventos, que não devem vir de chapa nos cafézais.

c) PREPARAÇÃO DO SÓLO

Só um caso se nos depára, na zona, de preparo do terreno para a plantação de café: — é o do arroteamento das matas, pois é uso consagrado só plantar essa importante rubiacea em terras de mata-virgem.

São as seguintes as fases diversas dessa operação: roçada, em junho; derrubada, em junho e julho; aceiro e queimada, em agosto e setembro, e encoivramento, quando necessário, nesses mesmos últimos meses.

A foice, o machado e a enxada são os únicos instrumentos usados nessas diversas operações.

d) VARIEDADES CULTIVADAS

As variedades existentes ali são o Nacional, o Amarelo ou Botucatú, o Java, o Bourbon e o Maragogipe, não havendo nenhuma obtida "in loco".

O Botucatú e o Java são os mais cultivados, porque, segundo dizem os cafeicultores, são os que obtêm melhor mercado.

Tanto o Nacional como o Amarelo e o Java, não são exigentes de qualidade de terreno.

O Maragogipe — muito pouco usado, apesar de ter boas qualidades de resistencia e regularidade de vegetação — é, entretanto, de produção muito reduzida.

Alguns fazendeiros gabam ainda o Nacional pela flexibilidade de seus galhos, o que facilita as colheitas, porque podem ser vergados sem risco de quebra ou prejudicar a vida das plantas.

e) VARIEDADES MAIS PRODUTIVAS

O Bourbon é o mais produtivo e o mais precoce — mas, em compensação, é pouco resistente, começa a frutificar mal muito cedo e é exigente de qualidade de terreno.

O Amarelo e o Java, além de resistentes ambos, são mais produtivos que o Nacional, e apresentam muita regularidade de frutificação.

f) PLANTAÇÃO

Em viveiros — O processo consagrado, na pratica, para formação dos viveiros de café, é o que consiste em abrir pequenas clareiras nas matas situadas proximo do lugar destinado á plantação e nas quais as sementes, afastadas de tres a cinco centímetros, são depositadas em sulcos abertos a enxada, á distancia de uns quarenta centímetros um do outro, com a profundidade de dois centímetros, em média. Esses viveiros, assim formados, satisfazem medianamente ás condições de sombra e frescura e qualidade do terreno, que deve preencher o local escolhido para esse fim.

A propria mata serve de abrigo, e deve ir sendo desbastada, á proporção que as plantinhas crescerem, para que se adaptem á maior intensidade de luz e calor.

A seleção, praticada assim mesmo por alguns, é muito rudimentar, não sendo rigorosamente encaradas todas as questões de procedência e individualidade, no sentido de obterem-se mudas o mais possivelmente perfeitas; consiste apenas na eliminação de individuos que se apresentarem menos vigorosos.

E' de outubro a novembro, a melhor época para a formação dos viveiros.

Com a idade de um a tres anos é que as mudas se prestam melhor á transplantação, sendo preferível aos dois anos.

Os cuidados especiais exigidos pelas plantinhas, nessa fase, são: o fornecimento de humilde necessária, por meio de irrigação, evitar a humidade excessiva, que causa o encharcamento; e praticar as mudas que se fizerem necessárias, desde que surjam commensais — as ervas daninhas.

Geralmente, as plantinhas, enquanto se conservam em viveiros, necessitam apenas de uma capina por ano.

Por ocasião da sementeira não se cobrem os sulcos depois de espalhadas as sementes, deixando-se-as a descoberto, para que as chuvas os cubram naturalmente.

Devem-se retirar as mudas dos viveiros de modo a trazerem as raízes envolvidas com terra, humedecendo-se bem o sólo. E o momento de efetuar-se a transplantação deve ser em hora mais ou menos sombria e húmida, peias manhãs e pelas tardes, principalmente, ou durante o dia, quando estiver encoberto e com choviscos.

A época de se levar a efeito a plantação definitiva é de outubro a novembro, por ocasião das chuvas.

Definitiva — O processo de plantação definitiva, consagrado em uso, é por meio de mudas, colocadas em covas de 40 centímetros de profundidade e 40 de largura, nos dois sentidos — ou 40 centímetros cubicos de abertura, á distancia, em todos os sentidos, de 3 a 4 metros.

A distancia maior ou menor é tambem imposta pela variedade, pois o Bourbon pôde ser plantado mais perto, ao passo que o Botucatu e o Java exigem maior afastamento.

Os abrigos mais preconizados para as mudas são a mamona, o milho e o favão ou feijão de porco, que oferecem a vantagem de uma utilização econômica posterior: do primeiro obtem-se o oleo, com várias applicções; do segundo, os preciosos grãos; e o terceiro é empregado especialmente na alimentação dos porcos.

As particularidades que precisam de observar-se inicialmente, na transplantação, consistem na escolha das melhores mudas, com eliminação das que não satisfizerem: e na abertura das covas com a antecedencia necessária para se arejarem estabelecendo trocas com a atmosfera.

g) CUIDADOS CULTURAIS

As operações de trato cultural são as capinas e a póda. São tres as capinas dadas anualmente, a enxada, manuais — o que é quasi imposto pela condição dos terrenos, muito acidentados.

Durante o ano, a primeira capina efetua-se de janeiro a fevereiro, a segunda, de abril a maio, e a terceira, de agosto a setembro.

Quanto á póda, não se verifica nenhuma operação orientada propriamente no sentido de aumentar a frutificação ou de procurar a restauração dos vegetais. Pratica-se apenas

com raridade a póda de conservação, que consiste simplesmente na eliminação de galhos secos e inúteis.

O estrume de curral e a casca do café são os dois únicos adubos geralmente usados, na zona, para essa cultura.

Depois de terminada a colheita e executada a limpa, enterra-se o estrume em covões cavados em torno dos pés, circundando-os por completo, ou em forma de meia-lua, de dois lados opostos: a casca de café do mesmo modo, ou simplesmente em cima do sólo e em volta do pé; á razão de uns vinte kilogramos por mil pés, para o primeiro, e de dez, mais ou menos, para o segundo; geralmente, nos meses de agosto e setembro.

Faz-se preciso notar que o estrume é aplicado em estado fresco, bastante misturado com terra; e que nenhum criterio de estudo ou experiencia preside á applicação das doses dos adubos acima.

h) COLHEITAS

Verifica-se o amadurecimento com desigualdade, e por isso a operação de colheita prolonga-se consideravelmente. Geralmente são os frutos dos pés de terrenos mais baixos que primeiro amadurecem, razão pela qual e por aí que sempre começa a apanha.

Os operarios vão munidos de balaios, onde depositam os frutos colhidos. Dêsses, muitos cáem ao chão, de onde são recolhidos e peneirados para se reunirem aos demais.

E' por empreitada que geralmente trabalham os operarios, ganhando de 2\$ a 3\$ por balaio de café colhido, variando esse preço, para menos ou para mais, de acôrdo com a escassê de braços na região e tambem de conformidade com a valorização do produto nos mercados compradores. O transporte da colheita, ou faz-se em lombo de burro ou em carros de bois e carroças.

Na região, os caféiros começam a produzir aos quatro anos, produzem com vantagem dos seis aos sete, atingem ao maximo dos oito aos dez e manifestam decadencia dos vinte anos em diante, nos bons terrenos, e antes disso, nos terrenos ruins. A produção de café, em média, é de 30 arrobas por mil pés, na fase de produção regular.

Depois de um certo tempo de produção normal e constante, vem uma época de decréscimo na colheita, que pôde chegar, muitas vezes, até 50 por cento.

E' dos fins de abril para o começo de maio que ali tem inicio a colheita, devendo ficar terminada anteriormente á arruação dos cafézais.

III

ZONA DO OESTE

(Síntese de observações do agrônomo
J. Victor Barbosa)

a) AGROLOGIA

As terras mais desejadas pelos lavradores de café, para estabelecimento das suas culturas, são a róxá, proveniente da decomposição da diabase e do auçito-porfírito; as massapês, originadas da decomposição do granito e seus derivados (mais ou menos coloridos pelo ferro, segundo o seu grau de oxidação); e as catanduvás vermelhas ou vermelhas-arroxeadas, todas de formação autoctone. Na falta dos dois primeiros tipos de terras, mais raros, as culturas são estabelecidas na catanduva. Os caféiros, aí, são mais precoces, porém, de pouca longevidade.

Relativamente ao ponto de vista pratico, as terras a serem escolhidas para a formação de uma lavoura são julgadas pelo seu padrão, isto é, pela qualidade da vegetação que a cobre. Assim é que são tidas como boas terras as onde se encontram o cambará de lixa, a unha-de-boi, o ipê, o cedro, o jacarandá etc., etc. Quando se tem de julgar da qualidade de uma catanduva, alguns levam em consideração a cor vermelho-arroxeadá, a permeabilidade e a profundidade. Mas a nenhum característico se dá mais importancia que ao padrão.

No que concerne á relação existente entre as propriedades físicas e a composição química das terras catanduvás nessa zona (que são em maioria), quanto á sua fertilidade para a cultura cafeeira, são terras de constituição física deficiente, o que se conclue pela pouca longevidade do arbusto, e pobres em principios nutritivos, o que não é remediado pela adubação.

Sobre a influencia da topografia do terreno na cultura do café, os terrenos planos, sendo naturalmente mais adubados e frescos, sem serem humidos, a produção é maior, assim como mais facéis e baratas as operacos, serem húmidos, a produção é maior, portes do produto para a fazenda. Entretanto, as encostas offerecem resguardos contra os ventos fortes e as geadas, comquanto as operações acima citadas se tornem mais penosas e oneradas.

b) MEIO CLIMATERICO

A precipitação pluviométrica média, na zona cafeeira dessa região é de 1.700. A temperatura oscila de 25° a 30°. As chuvas são bem distribuidas. O sol é, por vezes, causticante, e o ar seco.

A zona caféira dessa região está compreendida entre 700 e 900 metros de altitude.

Os logares altos e abrigados dos ventos, principalmente do vento sul, ou as vertentes opostas a esses mesmos ventos reinantes, são os pontos preferidos pelos fazendeiros de café para formação das suas lavouras, comquanto os trabalhos, nesses terrenos, quasi sempre muito acidentados, sejam bastante penosos e caros. Os terrenos muito baixos, geralmente húmidos, não são aproveitados, não só por essa circunstancia, como por serem sujeitos ás geadas.

Nas zonas caféiras predominam, durante a séca, os ventos sul, pouco desejados pelos lavradores de café. Os ventos excessivamente violentos causam maiores prejuizos, no periodo da florada aberta, derrubando-a e, em consequencia, prejudicando a safra.

Relativamente á exposição do terreno quanto ao percurso diário do sol e aos ventos dominantes as terras de face solar, ali chamadas "noruegas", ou que vertem para o poente, são tidas como melhores protetoras das lavouras, isentas que são das geadas.

c) PREPARO DO SÓLO

Os processos observados no preparo dos terrenos para plantação do café variam conforme se trata de formação do cafézal em mata, capoeira ou terra trabalhada.

Nas matas, procedem á roçada, derribada, queima e, — se a operação é economicamente viável, — a extração da madeira de lei, que, conforme as circunstancias, póde ser feita antes da queima. Em seguida a essas operações, é feita a plantação.

Em muitas propriedades, faz-se a serra-gem da madeira, no proprio local, em seguida á derribada, transformando-se-a em tabuas, dormentes, etc., e facilitando-se assim o transporte.

Nos terrenos de capoeira grossa, as operações são as mesmas, e, nos de capoeira fina, as operações se resumem em roçada e queima.

As terras trabalhadas não são aproveitadas para formação de cafézais, salvo se há absoluta escassês de outros terrenos. Na roçada, emprega-se a foice, e, na derribada, o machado.

As roçadas e derribadas são iniciadas de abril-maio em diante, ficando esse trabalho, em mata virgem, á razão de 200\$-300\$ por alqueire.

Procede-se á queima nos meses de julho-agosto. Aceira-se o terreno, para que o fogo não invada os terrenos marginaes, e atêa-se fogo dos lados mais altos para os mais baixos, procurando-se, para esse serviço dias quentes e calmos. O serviço de queima fica aproximadamente em 30\$ por alqueire.

O preparo do terreno para o plantio do café é invariável, visto que a plantação é feita em cereja no logar definitivo e em terrenos de matas ou capoeirões, não se praticando o destocamento e operações consecutivas.

d) VARIEDADES CULTIVADAS

As variedades do café cultivadas nessa zona são todas de especie "coffea arabica", tais sejam o Bourbon, o Creoulo ou Nacional, o Amarelo e o Maragogipe.

Em regra geral, a produção dos caféiros nessa zona é muito irregular, devido, talvez, á falta de tratos e aos processos rotineiros de cultura.

e) VARIEDADES MAIS PRODUTIVAS

A preferencia ao Bourbon e ao Creoulo, é geral, não havendo região em que uma tenha mais adeptos do que em outra. A razão dessa preferencia unanime é a rusticidade e resistencia do Creoulo e a precocidade do Bourbon, máo grado a sua pouca resistencia aos fenômenos meteoricos e á sua exigencia quanto ao terreno.

f) PLANTAÇÃO

Em viveiros — O sistema de plantação em viveiros não é usado nessa zona.

Definitiva — A plantação é feita em logar definitivo e em cereja, em covas de um palmo de profundidade, feitas a enxadelas e lançando-se nelas de 6 a 8 sementes escolhidas, sécas á sombra. As covas são, em seguida, cobertas com pequenos pedaços de madeira, mesmo das queimadas, com o fim de resguardar as plantinhas dos rigores dos raios solares.

Quando possível, é sempre preferida a plantação em quadro, ás vezes em triangulo, distando cada cova 12 a 16 palmos uma da outra, em todos os sentidos. A largura dos carregadores varia de 13 a 40 palmos.

As disposições podem, entretanto, variar, adaptando-se ás exigencias da configuração topografica do terreno.

Os grilos quasi sempre são os maiores responsaveis pelas falhas do cafézal. Quando se verifica alguma falha, extrái-se uma plantinha de alguma cova mais favorecida e replanta-se nos mezes das chuvas.

g) CUIDADOS CULTURAIS

O número de capinas varia conforme o capricho do fazendeiro. Alguns dão quatro capinas anuais, outros seis, e ainda outros capinam as suas lavouras de 50 em 50 dias.

Depois da colheita, esparrama-se todo o cisco no pé do caféiro trabalho êsse feito a enxada. Em novembro e dezembro, faz-se a 1ª capina, denominada brava; em fins de janeiro ou fevereiro, dá-se a 2ª capina; em março ou abril, tem lugar a 3ª capina. Em maio faz-se a capina de arruamento para apanha, que consiste em limpar o pé do café em redor, levemente para que as raízes mais superficiais não sejam prejudicadas, e colocar o cisco ao longo do arruamento. Todas essas operações são feitas exclusivamente a enxada. A corôação propriamente dita, não é usada, praticando-se sómente o arruamento, com o fim de facilitar a apanha e não misturar os grãos com terra e cisco.

Nos terrenos muito acidentados, costumam construir canais, com o fim de evitar que as águas do enxurro causem estragos nos terrenos e nas árvores.

A' guisa de póda, fazem o desbaste da "saia", e eliminam os "garfos", depois da apanha. Alguns praticam a póda radical nas lavouras velhas, cortando a árvore rente á terra, para isso utilizando-se de uma machadinha.

O desbaste da "saia" é feito com o intuito de evitar a "cintura", quer dizer, evitar que os galhos do centro do caféiro séquem. A eliminação dos "garfos" visa arejar a árvore e a facilitar a colheita, no ano seguinte. Esta operação executa-se com serrotes estreitos, depois da colheita, com bons resultados.

A única adubação empregada, e assim mesmo pouco generalizada, é a organica, com cascas de café. Esta é esparramada em setembro e outubro, abrindo-se cóvas em meia-lua, margeando a "saia" do caféiro. Em setembro, a cóva é coberta com terra. A adubação é feita parceladamente, por talhões, cada qual em época, porque nunca a casca é suficiente. Sendo poucos os lavradores de café que possuem maquina de beneficiar, segue-se que essa pratica é restrita, ainda, a um pequeno número de fazendeiros. A quantidade média de cascas, por pé, é de 40 litros, ficando o trabalho em 100\$ por 1.000 pés.

A adubação vem, como a química, não é absolutamente empregada.

h) COLHEITAS

Nessa região, o caféiro começa a produzir economicamente do 5º ano em diante, tendo o seu máximo de produção do 6º até ao 15º ano.

O decrecimento das colheitas se verifica, — dependendo da fertilidade do sólo e dos tratamentos dispensados, — geralmente do 15º ao 20º ano, quando a produção começa com alternativas.

A operação da colheita exige a limpeza prévia do pé de café arruando-se o cisco ao longo do caminho. A colheita é feita por homens, mulheres e crianças que, utilizando-se de escadas, derriçam o café no chão, em panos, ou em "aparadores" de taquara ou bambú. Em geral, inicia-se a colheita quando a copada da árvore começa a sécar, sinal de que os grãos da parte baixa do caféiro estão côr de cana, suficientemente sazoados para darem bons tipos, e não tipos com café preto em mistura. Uma vez derriçado o café, ajunta-se, á mão e a vassoura, coloca-se em peneiras de arame, peneira-se, sopra-se, e daí é carregado em balaios para a margem do cafézal. Daí é transportado em carros tirados a bois, para o terreiro da séca. Depois de colhido o café, espalha-se o cisco, debaixo do caféiro, de preferencia, — e inicia-se o desbaste.

IV

ZONA DO SUL

(Síntese de observações do dr. Godofredo dos Santos, sub-chefe da Inspeção Agrícola Federal no Estado)

a) AGROLOGIA

O terreno sul-mineiro é, em parte, próprio para a cultura do caféiro, como veremos. No tocante ao relevo e natureza do sólo dessa zona, podemos dizer que dois aspectos físicos o caracterizam: — montanhas e acidentés; sobretudo, elevados planaltos. Altea-se ali a Mantiqueira, da cordilheira do Espinhaço, nos limites de Minas com São Paulo, até alcançar o morro do Lôpo, no qual se acham os elevados picos de Itaiáia e Imbú. Da grande serra, originam-se numerosos contrafortes e ramificações, que formam vales profundos em grande parte da referida zona. No mais, são elevados planaltos, geralmente acidentados, onde o clima é mais frio, chegando a temperatura, na quadra invernososa do ano, em certos logares, a descer abaixo de zero, como aconteceu em Passa-Quatro, no mês de junho de 1918, constatando-se uma depressão de 10º abaixo de zero. Os recursos agrícolas são menores, devido á esterilidade, em grande parte, dessas planuras. Geologicamente, os minerais de origem ignea, são os predominantes nessa parte de Minas, em particular nos municípios de Passa-Quatro, Virgínia, Pouso-Alto, Caxambú, Campanha, Bapendí, Airuoca, Cambuquira, Conceição do Rio Verde, Agua Virtuosas de Lambarí, Silvestre Ferraz, Itajubá e Tres Corações, onde as terras são de natureza argilosa e silico-argilosa. Das rochas

acidas, encontram-se nessas localidades diversas espécies de quartzos, arelas grés, silicatos de alumina, micas variadas, rochas associadas, bem como basicas e metamórficas. Na Mantiqueira, em seus pontos mais elevados, descobre-se grande quantidade de granito e gneiss, formando como que o esqueleto das culminancias, e em suas abas predominam os micachistos e gneiss chistosos. Na mencionada serra, existem ainda diversas camadas de marmore cristalino, tomando grandes extensões. E' nessa região, nos municípios de Lambarí, Cambuquira, Caxambú e Poços de Caldas, que se encontram fontes termicas, de onde brotam aguas mineraes impregnadas de substancias salinas, cloretos, sulfatos, sulfuretos alcalinos, gás carbonico, hidrogenio sulfuretado, etc. ligadas, sem duvida, ao massiço vulcanico do Itatiaia. Ao longo dos mananciais, há camadas de terrenos sedimentares e de aluvião, provenientes da desagregação de minerais plutonicos ou igneos, transportados pelas aguas.

Nos municípios de Santo Antonio do Machado, Paraguassú, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Areado, Muzambinho, Arceburgo, Guaxupé, Guaraniaes e Monte Santo, já se encontram grandes extensões de terras róxas e massapé, oriundas das rochas erútivas, enriquecidas com oxido de ferro e humus. O sólo da zona apresenta-se geralmente bem decomposto, profundo, e é, na sua maior parte, de formação local. A cultura de frutas se desenvolve com proveito nos terrenos citados em primeiro lugar, e a lavoura caféeira, a exemplo do vizinho Estado de São Paulo, tem sido bastante incrementada nos municípios em que sobrepujam as terras róxas e massapé.

b) MEIO CLIMATERICO

As condições atmosfericas do sul de Minas, em parte, são magnificas para a cultura do café.

A estação chuvosa, ali, vai de outubro a fevereiro, e a sêca de março a setembro. Existem cafézais nas altitudes mais variadas, a partir de 300 metros a 900.

A temperatura média annual da zona oscila entre 17° e 21° c.

Quanto á situação das lavouras, podemos considerá-las instaladas do seguinte modo, em planícies, encostas e planaltos; ou ainda, em altitudes baixas, médias e altas. Isto demonstra não ser absolutamente possível determinar-se uma altitude ideal para essa cultura, nem significa que êsse vegetal possa viver em todas as altitudes. Em Varginha, por exemplo, os caféeiros prosperam admiravelmente nas altitudes médias. Nos municípios de Paraguassú e Machado já se

encontram cafézais em logares altos. Em Guaxupé, existem excellentes plantações em baixadas. Nos municípios de São Sebastião do Paraíso, Arceburgo e Guaraniaes, as plantações aparecem em altitudes que vão de 300 a 900 metros, e mesmo mais altas. Em Paraisópolis, encontram-se magnificas culturas, tanto nas encostas, como nos ápices das montanhas. Em Sta. Rita do Sapucaí, o caféeiro medra admiravelmente nas situações mais variadas, quanto ás altitudes. Muzambinho possui inumeras lavouras em verdadeiros planaltos, o município de Silvestre Ferraz existem também boas plantações em logares baixos, médios e elevados. Para defesa contra a geada, os agricultores não levam muito em conta as altitudes, porquanto tem sido um fenomeno ocasional, e a zona não é geralmente assolada por êsse flagelo. A geada que causou maiores estragos, até hoje, foi a memoravel de junho de 1918. A zona melhor para a cultura do caféeiro é, inegavelmente, a que abrange os municípios de Santa Rita do Sapucaí, Silvestre Ferraz, Itajubá, Paraisópolis, Arceburgo, Guaxupé, Guaraniaes, Varginha, Paraguassú, Machado, Jacutinga, Jacuí, Monte Santo, São Sebastião do Paraíso, nos limites com São Paulo. O clima, nessas localidades, é relativamente quente, mas uniforme, oscilante entre 19° e 27° c.; as chuvas são annualmente bem distribuidas, regulares e a exposição geográfica é magnifica. Não há ventos impetuosos, e, finalmente, a grande vantagem das duas estações, — sêca e chuvosa, — é excelente para a cultura, segundo os plantadores.

c) PREPARO O SÓLO

A pratica geralmente seguida pelos lavradores, na escolha e preparo de um terreno para o plantio do café consiste no seguinte: primeiramente, roçam e derrubam a mata-virgem de uma determinada área, operação esta feita, de ordinario, de abril a julho; preferem os terrenos em mata-virgem, porque dão melhores resultados.

Si o terreno fica nas proximidades da estrada de ferro, aproveitam a madeira e a lenha; no caso contrario, aceiram e atelam fogo, o que, em geral, se dá nos meses de agosto e setembro. Si a queima não fôr completa, procedem ao coivaramento dos residuos, pratica que consiste em reunir tais residuos em montes e requcimá-los. Feito isto, alinham o terreno, marcam-no e abrem as cóvas. Estas têm, em geral, 30 cms. de largura por 20 de profundidade, e ficam distanciadas, mais comumente, de 3 ½ a 4 metros; são dispostas em fórmias de apodrecendo com o tempo, têm a vantagem de adubar o terreno. Consequentemente, deduz-

se que o sólo não é lavrado. Para os serviços supra-quadrado, ou em quinconcio. Não fazem o destocamento, justificando encarecer a plantação, e que os tócos citados, servem-se de foices de marcas nacionais, — na opinião dos lavradores, mais resistentes do que as estrangeiras; de machados tipos "Collins"; de enxadas marca "Jacaré" e de enxadas comuns. Em resumo, da roçada e derrubada até á abertura das covas, os agricultores desta zona só empregam os instrumentos manuais ainda os mais simples.

d) VARIEDADES CULTIVADAS

Quatro são as espécies de café plantadas no sul de Minas: — Bourbon, Creoulo ou comum, Java e Amarelo. Seja qual for a variedade, as produções são ordinariamente alteradas, — isto é, o caféiro, se num ano frutifica muito, no immediato escasseia. Em conclusão; não se pôde impugnar esta ou aquela variedade, dados os bons atributos de cada uma e os seus resultados proveitosos para o agricultor, não passando a preferencia de uma questão de apreciação individual.

e) VARIEDADES MAIS PRODUTIVAS

Os plantadores da variedade Bourbon legitimam essa escolha, dizendo ser um caféiro muito precoce e produtivo, porque dá até 40 arrobas por 1.000 pés, no 4º ano de formação; a arvore apresenta maior cova, não obstante ter as desvantagens de viver pouco tempo, geralmente 30 anos; ser bastante exigente quanto ás terras, e sensível aos ventos frios e ás geadas; e, finalmente, fornecer grãos mais leves do que os de outras espécies.

O café comum, Creoulo ou Nacional, apresenta para os cultivadores as vantagens seguintes: mais rustico e robusto, pois resiste melhor ás pragas, molestias e agentes atmosfericos; a sua vida é longa; frutifica até á idade de 50 anos; a produção é relativamente mais regular, e carrega todos os anos; não cái tanto com as chuvas; o tipo é melhor, e o preço mais compensador; o grão é de um amarelo mais acentuado, mais miudinho, pesa muito, é mais agradável ao paladar, — porém, tem os inconvenientes de produzir menos que o Bourbon, de só formar com 5 anos e do arbusto ser menor, relativamente ao Bourbon.

Da variedade Java, encontra-se tambem em diversas fazendas. As preferencias que justificam o plantio d'essa variedade, em confronto com as citadas retro, são: — o grão apresentar uma cor castanho-amarelada, após algum tempo da apanha, o que lhe dá melhor preço nos mercados, e, além disso, ser um

pouco maior e a planta ter longa vida. A existencia neste último. O preparo da semente ros, oferece qualidades identicas ás da especie Java, frutificando tambem em abundancia até idade avançada.

f) PLANTAÇÃO

Em viveiros — Poucos são os agricultores que adotam fazer viveiros para replantas.

Definitiva — As covas, uma vez abertas, lançam-se nelas as sementes de café, em estado de côco, préviamente preparadas, isto nos meses de setembro e outubro, de preferencia neste último. O preparo da semente consiste em colher os frutos dos melhores pés, em estado de cereja, no mês de maio, em sêcá-los á sombra por espaço de 18 a 20 dias, em conservá-lo com o maximo cuidado para, na quadra propria (setembro e outubro), lançá-los nas covas, espalhando-os em numero de 6 a 8 em cada cova, cobrindo-os depois com uma leve camada de terra. Sendo o caféiro, quando de tenra idade, muito sensível ao sol e ás chuvas, os agricultores usam de cobrir as covas com pedaços de madeira, ao que elles denominam "entocamento", resguardando assim a plantinha da ação nociva dos agentes atmosfericos. No terreno de declive, em vista das enxurradas penetrarem nas covas, os fazendeiros, como meio de defesa, cuidam de fazer uma especie de arrimo, com terra ao redor das covas e, lateralmente, sulcos rasos, que recebem o enxurro, dando-lhe escoamento. A plantinha saí á luz geralmente no 50º dia de sementeira, e com 65 dias ostenta dois folioulos, a que os fazendeiros dão o nome de "orelha de onça", por lembrar, talvez, a fórma das orelhas desse animal. Como acontece em certas covas nacerem muitos pés, e noutras haver falhas, o excedente daquelas é transplantado para estas, evitando-se, assim, o preparo de viveiros á parte para replantas. o que muito encareceria a plantação. Deste modo, os agricultores deixam, em cada cova, de 3 a 4 pés, e o hectare comporta de 2 ½ a 3 quillos de sementes. Em resumo, nessa parte de Minas, o café é plantado por sementes, nos lugares definitivos, em vista de ser processo de bom resultado e mais econômico.

g) CUIDADOS CULTURAIS

Tanto o caféiro, como outras plantas cultivadas para medrarem com super-abundancia, requerem certos carinhos, durante o periodo de vegetação. Esses cuidados por via de regra, consistem em mondas ou capinas, sachas ou lavras superficiais, amontôa, desbaste, póda, adubação, irrigação, transplan-

tação etc., e outras operações, que servem de complemento ao preparo físico do sólo, — processos esses infelizmente nulas nessa parte de Minas. Nessa zona, os amanhos dispensados aos caféeiros constam de quatro carpas anuais, feitas por alguns a enxada e por outros com carpideiras, e a primeira das quais é executada em meados de novembro; a segunda, de dezembro a janeiro; a terceira, de fevereiro a meados de março; e a quarta, conhecida esta ultima pelo nome de "arruação", em abril. Existe, geralmente, a consorciação de cereais com o café, os quais, como canas de milho, cipós de feijão, palha de arroz, etc., juntamente com plantas adventícias, capinados e enleirados pelas ruas do cafézal, e dispostos perpendicularmente ao declive do sólo, não só para evitar-se que os frutos dos caféeiros rolem morro abaixo, e o terreno seja transportado pelas enxurradas, como também para adubar-se o sólo, com o apodrecimento de tais detritos. Essa operação tem o nome de "arruação". Outros adubam o cafézal com cascas do proprio café e esterco do curral, ora enterrando-os entre as linhas e cóvas, ora acumulando-os formação do caféiro, a partir do segundo ano mesmos lugares, isto é, entre linhas e cóvas, para que se espalhem naturalmente, com o correr do tempo. As pódas são praticadas ligeiramente, e em cada ano, na quadra de formação do céero, a partir do segundo ano até ao quarto e quinto. Depois faz-se a póda ás vezes, consistindo em cortarem-se os galhos mortos e os galhos "aldões", e empregando-se nêsse mistér machadinhas, com que se golpêa o galho, de baixo para cima, junto ao caule.

No fim de trinta a quarenta anos, por que a lavoura nada mais produza, deixam-na para proceder a outra derribada e formar nova plantação, convertendo aquella área em pasto.

h) COLHEITAS

A florecencia do café, mais certa, é a de outubro; e a colheita é iniciada, nessa parte do Estado, em geral, no dia 1º de maio, quando o fruto está em cereja. Colhem-no da seguinte maneira: estendem no chão, em torno do pé do caféiro, um pano ou uma esteira de taquara; em seguida, com a mão esquerda, seguram o galho pela extremidade superior e, com a direita, partindo do lado superior, ou melhor, da base do galho, correm a mão com força, ao longo dêste, de modo a desligar os frutos, que vão caindo sobre o pano ou a esteira. Dêstes, são os frutos postos em balaios, da daí conduzidos aos carros de bois ou ás carroças, e por êstes para as fazendas. A colheita é feita,

em geral, de uma só vez, porquanto a maturação se verifica, de ordinaria, uniformemente e termina aos 31 de agosto de cada ano. Não foi ainda experimentada, nessa zona, a colheita mecanica.

V

ZONA DO TRIANGULO

(Síntese de observações do dr. Godofredo dos Santos, sub-chefe da Inspecção Agrícola Federal no Estado)

a) AGROLOGIA

No triangulo, o padrão de sólo tipo é dado pelas terras rôxa e massapé, que, entretanto, não são as dominantes. Essas especies, consoante os elementos que as compõem, são terrenos de formação local, constituídos de argilo ferruginosa, oriundos da decomposição das rochas eruptivas. A especie massapé, nessa parte do Estado, pela sua coloração, revela riqueza de oxido de ferro. os municípios de Conquista, Sacramento e Uberaba, notadamente, apresentam vastas superficies dêsses terrenos diabasicos, com alternativas de coloração, ora vermelha, ora vermelho-escura.

Rochas vulcanicas ou gneissico-gremíticas, argila vermelha, com pronunciado poder de adherencia, são comunissimas, tambem, nas localidades citadas. Nas vizinhanças das caudais, como é o caso dos vales dos rios Grande e Paranaíba, as terras são de uma fertilidade assombrosa. Encontram-se aí extensas superficies das verdadeiras terras rôxa ou vermelho-escura e massapé preta, encerrando, consequentemente, grande quantidade de humos. E nêsses vales, sobretudo do Paranaíba, há espessas florestas virgens, onde os terrenos apresentam condições excepcionalmente vantajosas para as culturas do caféiro e outras. A flora é de um luxo sem par; e são o encanto dessas matas o cedro ou balsamo, a peroba vermelha, o ipé, o jarcatá, ornando-os as mais interessantes variedades de orquídeas. A segunda natureza dos terrenos, no Triangulo, aliás a preponderante segundo a vegetação espontanea, é ocupada por chapadões que se perdem de vista, proprias para criação em geral. A maior parte dos municípios de Uberaba, Uberabinha, Araxá, Araguaí, Sacramento e Bambuí, é composta de taboleiros e chapadas, cujas áreas têm vinte, trinta e até quarenta leguas. Nessas superficies medram, espontanamente, as graminéas campestres, tendo, aqui e acolá, arbustos retorcidos, revelando uma vida definhada, — enfim, a vegetação caracteristica dos terrenos áridos.

Os fazendeiros de café adotam, de preferência, a cultura na primeira especie de sólo, com particularidade nos humosos, provenientes de matas virgens. As terras rôxa e massapé são também muito reputadas, tanto para essa cultura, como para outras explorações agrícolas, porque oferecem ás plantas nela cultivadas as melhores condições de vida, crescimento e produção.

Os lavradores classificam a terra rôxa pela côr e pela vegetação natural, que é, ordinariamente, representada pelo balsamo, ortiga, peroba vermelha, cedro, jaracatiá e outras arvores.

b) MEIO CLIMATERICO

As condições mesológicas, no Triangulo Mineiro, geralmente são favoraveis ao desenvolvimento e produção da rubiacea em assunto. O caféiro, nêsse lado de Minas, médra em clima ordinariamente moderado e igual. A estação calmosa vai de setembro a março; e a fria, de abril a gôsto, acentuando-se com maior intensidade a baixa temperatura nos meses de maio e junho.

As correntes atmosfericas, no Triangulo, que mais prejudicam a cultura, são as que sopram do sul, por serem as mais frias, porém, são esporadicas, atingindo, com prejuizo, sómente as lavouras em formação, ou muito expostas.

A geada é o maior flagelo para os caféiros, nessa parte do Estado, em que a cultura se incrementa a olhos vistos.

c) PREPARO DO SÓLO

Dada a preferéncia dos terrenos de mata-virgem para o plantio do precioso arbusto, os agricultores fazem, em primeiro logar, a roçada e derrubada da mata, geralmente nos mêscos que vão de março a junho; em seguida, aceiram; e, em mêlados de agosto, queimam; depois, se a queima não fôr completa, encoivaram, para, áto contínuo, alinharem o terreno, marcarem e abrirem as côvas. Estas são abertas com 30 cms. de largura por 20 de fundura, distanciadas de 4 metros, ordinariamente, e em disposição triangular.

Não há destocamento, e, consequentemente, não são applicados nenhuns instrumentos, para quaisquer lavras do sólo. Os agricultores acham até um absurdo destocar e arar o terreno para café, alegando que os tocos apodrecem e constituem um meio de adubar o terreno. E' de praxe ainda, não empregarem o arado, mesmo nos terrenos livres de tocos, preferindo a applicação de enxadões. As côvas, uma vez abertas, — é nelas lançada a semente, que allí germina; a

planta desenvolve-se, florece, frutifica e vive nêsse meio até se esgotarem os recursos naturais do sólo, ocasião em que o vegetal deixa de existir. Tratam, então, de converter essa área em pasto e fazer nova lavoura, adotando o mesmo habito inveterado. Se o terreno está na vizinhança da estrada de ferro, a madeira e a lenha da parte devastada são aproveitadas, e, em caso contrario, comumente, nada se aproveita.

Para êsses serviços, são empregados os instrumentos seguintes: foices de marcas nacionais, pois as estrangeiras são tidas como frageis: machados tipo "Collins". e enxadas marcas "Mão" e "Jacaré" — sendo que, na falta destas, é recomndado o tipo "Duas-Caras".

d) VARIEDADES CULTIVADAS

No gênero café, de que há numerosas variedades entre nós, cultivam-se de preferéncia, nessa parte de Minas, a especie — comum ou Creoulo e a Bourbon, ambas pertencentes á classificação "coffea-arabica", fundadas essas preferéncias no motivo seguinte. A variedade Creoula é um arbusto de longa vida, mantendo vegetação até 40 anos e mais, segundo o trato; produz com regularidade; carrega todo o ano; é mais rustico, resistindo com galhardia ás molestias parasitárias e ás pragas, bem como aos agentes atmosfericos (frio, calor, húmidade, sêca e vento); não cai com as chuvas; a arvore é menor e menos copada; produz tipo melhor; dá melhor preço; o grão é de um amarelo bastante pronunciado, meúdo, muito pesado, mais aromatico, porém, produz menos do que o Bourbon e só fôrma com 5 anos, ao passo que êsse é mais precoce.

A segunda variedade tem em seu abono produção maior; carrega muito mais e o arbusto é maior e mais copado; é mais precoce, porque aos 4 anos 1.000 pés já dão de 30 a 40 arrobas.

e) VARIEDADES MAIS PRODUTIVAS

As variedades mais produtivas, e por isso preferidas, são o café Bourbon e o Creoulo.

A primeira, produz maior quantidade de frutos, visto como carrega vantajosamente.

A segunda, tem as boas qualidades de ser mais resistente e de produzir com regularidade.

f) PLANTAÇÃO

Em viveiros — Para provêr ás possíveis falhas da plantação, é habitual os cafézistas fazerem pequenos viveiros á parte, para terem mudas de replanta, e êstes viveiros

organizam-nos assim: compram ou fazem jacázinhos de taquara, que devem comportar 2 quilos de esterco de curral, curtido, misturado com terra, mêles, no mês de maio, plantam o café em cereja, na proporção de cinco a seis sementes cada um, distanciadas, sendo condição de suma importância conservar tais jacázinhos, que já tenham as sementes, em lugares sombreados, frescos, e aí regá-los com assiduidade. Depois de 8 a 10 mêses, as mudas, que são em numero de quatro a cinco para cada balainho e separadas de 10 a 12 centímetros, estão, nessa época, com 40 a 50 centímetros de altura, — idade e porte exigidos para a replanta. Nos mêses de fevereiro e março, havendo necessidade de replanta, os jacázinhos são transportados para o cafézal, postos nas côvas, que, para este caso, devem ter meio metro quadrado por vinte centímetros de profundidade, e levarem 15 quilos de esterco de curral curtido, misturado com alguma terra. O jacázinho deve ficar dentro da côva a 5 centímetros abaixo da superfície do sólo, sendo que a diferença de plano vem a ser naturalmente igualada com os detritos e terras levadas pelas aguas, ventos, etc. Esse entulho é tido, pelos agricultores como uma adubação natural... Tal sistema de plantio, como ficou dito, é feito exclusivamente no caso de replanta, porque, segundo os lavradores, se torna muito caro, bastando dizer-se que cada pé de café plantado deste modo custa, na idade de um ano, de 500 a 600 réis, computadas todas as despesas.

Definitiva — O processo mais generalizado de multiplicação do café, no Triangulo Mineiro é por sementes, que são plantadas em lugares definitivos, nos mêses de setembro a outubro, sendo preferido aquele primeiro mês. Os frutos destinados á reprodução — colhem-nos no mês de maio, em estado de cereja, seleccionados os de melhor apparencia e dos melhores pés, os quais, depois de secos á sombra, são semeados nas côvas, geralmente de fôrma quadrada, e obedecendo ao criterio de distribuir dois em cada canto e alguns pelo meio. As sementes, que são despolgadas, quando se destinam ao plantio, são lançadas nas côvas, cobertas com pequena quantidade de terra e, segundo praxe dêsse logar, para resguardá-las das chuvas e do sol, dispõem na bôca das côvas varinhas ou pedaços de madeira formando um verdadeiro "telhado". Esta operação é denominada "entocamento". Para evitar a invasão de enxurradas nas côvas recém-plantadas, cuidam ainda os cafézistas de fazer, ao redôr das mesmas, um labio de terra. Dentro de 40 dias, apparecem as gemulas, e aos 60, está o faceirozinho em "orelha de onça", com duas folhas. Quando as arvorezinhas têm

alguns centímetros de altura, se multos pés naceram, é de praxe praticarem o desbaste, deixando em cada côva sómente quatro caféeiros. Cada hectare regula comportar aproximadamente 2 quilos de sementes.

g) CUIDADOS CULTURAIS

Como trabalhos complementares ao preparo físico do sólo, aliás muito deficiente, succedem-se os amanhos essenciaes á cultura, em beneficio da sua produção. Os principais cuidados culturais, dispensados aos caféeiros desde sua formação, consistem, em via de regra, de quatro a cinco capinas anuais, feitas a enxada, a primeira das quais é praticada em principios de novembro; a segunda, em dezembro; a terceira, em fevereiro; a quarta, em abril. Geralmente consorciam milho e feijão com o caféeiro e, quando isto se dá, na colheita daqueles cereais os lavradores capinam o cafézal, extirpando as canas de milho e os cipós de feijão remanentes, e dispõem o capinado em leiras transversais e verticais as ruas do cafetal. Os que enleiram estes restos transversalmente ao pendor do sólo justificam essa pratica como sendo um meio de evitar as erosões que as enxurradas provocam no terreno, como o apodrecimento dêstes restos, além de servirem êles de obstaculo ao café que venha a cair e que rolaria, seguindo o declive do sólo.

A êstes cordões dão o nome de arruação. Não há o sistema de coroação. Os outros amanhos prodigalizados á cultura são as pôdas, geralmente ligeiras na quadra da formação, a partir do segundo quarto ano, e que se interrompem até quando o caféeiro atinge de 12 a 14 anos. Nessa ocasião, então, fazem nova pôda, não mais se repetindo este cuidado. Este sistema de podas consiste em cortar os galhos velhos e imprestaveis, de baixo para cima, com o auxilio de uma machadinha tipo "Colins". Apesar de empirica, essa pôda, segundo os plantadores traz resultados beneficos. A outra especie de pôda consiste em cortar o galho conhecido por "ladrão", assim denominado porque tira toda a força do caféeiro. Quanto á adubação, esta não é racional, pois alguns fazendeiros empregam no cafézal apenas o bagoço da cana e a casca do café, que reúnem em montes pela lavoura e os quais, com o tempo, são espalhados pela superficie. Outros ainda adubam com o esterco de curral, que deitam pelo cafézal, e, finalmente, há os que distribuem 15 quilos dêste mesmo esterco por pé, dispondo-o em semi-circulo, nos mêses de outubro e novembro, isto anual ou biennialmente. Essa adubação onera de 400 réis cada planta. Em linhas gerais, em materia de amanhos, os caféeiros dessa parte de Mi-

nas Gerais não recebem os necessários cuidados e a comprová-lo vem o fato de se extinguirem, quando também se extinguem os elementos fertilizantes naturais do meio em que vivem, por não serem adotados processos que entrettenham a fertilidade do solo. Desconhecem as adubações sistematicas, assim como não procuram armazenar na terra as aguas pluvias e outros agentes amosfericos; nem enterrar o mato capinado, e a casca de café, o bagaço de cana ou o esterco de curral; nem revolver o sólo profundamente, de modo a torná-lo poroso de maneira a ser acessível ao ar, facilitar as decomposições e evaporações das aguas do sólo; nem empregar, enfim, elementos que tragam o azoto e a potassa, elementos estes capitais, á vida da excelente rubiacea.

h) COLHEITAS

A apanha do café, em todo o Triangulo Mineiro, é feita de maio em diante, quando está em ccreja. Para esta operação, os fazendeiros dispõem por baixo de cada planta um pano, onde cái o café desligado dos galhos, á mão; e, depois, é conduzido em balaio para os carros de bois e carroças, e por estes, para a fazenda. O caféeiro, ali, começa a produzir desde o seu terceiro ano de formação, porém em pequena quantidade, ou dá uma "catação", como dizem os fazendeiros.

A produção maxima é observada geralmente no sexto ano, para tornar-se depois alterada. Dos 20 anos de idade em diante, o arbusto vai declinando, não deixando, entretanto, de ter ação favorável, para que a sua fecundidade seja mais prolongada, os amanhos e carinhos que lhes são concedidos. A maturação dos frutos nunca é uniforme, porém, com as chuvas que sóem aparecer em agôsto, o cafézal se veste de algumas flôres; em setembro, vêm novas precipitações, e eis que a planta fica outra vez florida, o mesmo acontecendo no mês de outubro. A enflorencia de agosto produz frutos que se tornam maduros em março. E as outras se dão, respectivamente, em abril e maio. A florência certa do tempo é, porém, em outubro.

Os frutos de março e abril nunca são colhidos nos pés, mas varridos e apanhados no chão, em côco, e daí chamarem este café de varreção".

Não foi ainda experimentada a colheita meccanica. A apanha de 10 litros de café em ccreja custa, geralmente, 1\$000. Em referência á produção, 1.000 pés, no quarto ano de formação, têm produzido 30 arrôbas; no quinto, de 60 a 70; e, no sexto, até 100 arrôbas. Como média, nos diversos anos, de ordinario, a produção é de 50 arrôbas por 1.000 pés.

Bicas,- formoso município cafeeiro

Bicas sómente foi instituída em município a 7 de setembro de 1923. Antes desta data, não constituía senão um distrito de Guarará, mas distrito de valor, distrito lindo e fecundo.

Simple povoação, havia já longo tempo existente no recanto de Minas onde a instalou o esforço humano—merecera Bicas ser criada, como distrito de Guarará, pela lei estadual No. 2, de 14 de setembro de 1891.

Obtido o predicamento autonomizador—o que se deu há poucos anos, conforme acima se viu—fez-se a inauguração oficial do município, a 1.º de janeiro de 1924.

Encerra Bicas tres distritos; tem uma superfície de 238 quilometros quadrados; e conta uma população provável de 13.330 habitantes (56,01 por quilometro quadrado), quando em 1919, segundo o ultimo recenseamento geral, apenas vivia, no recinto então abrangido pelo seu sólo, uma população de 6.382 habitantes.

Há sete anos atrás, ostentava Bicas 1.030 predios, dos quais 14 sobrados e 30 assobradados.

Tudo isto, a que acabamos de aludir, denota o quanto é promissor o adiantamento daquele rincão mineiro.

Situado na "zona-da-Mata", uma altitude média de 600 metros, o município de Bicas mostra-se excelente para a cultura do café.

Carlos Prates, referindo-se, em 1906, ao naquela época distrito pertencente a Guarará, salientava-lhe a importância cafeeira e punha-lhe em destaque os seguintes estabelecimentos rurais:

—Fazenda "da Liberdade", do coronel José Ribeiro de Oliveira e Silva; "dos Tres-Tombos", dos herdeiros do major Firmino Tostes; "do Campestre", de d. Margarida Bastos; "dos Cristais", de Manoel Honorio de Campos; "dos Crystais", de Augusto Barbosa de Castro.

Reportando-se diretamente ao município de Guarará, dizia o saudoso e ilustre mineiro:

"Uma das melhores fazendas do município, se não a mais importante, é a "dos Tres-Tombos", situada no distrito de Bicas e pertencente aos herdeiros do major Firmino Tostes, a qual tem boa casa de morada, excelentes maquinismos, grandes terreiros, 160 alqueires de terras, 400.000 pés de café de 20 anos abaixo e colhe cerca de 20.000 arrobas. Nêla existem 40 famílias de colonos, das quais 8 de italianos".

Dez anos depois, já se mencionava como das mais relevantes de Bicas a fazenda "da Saracura", do sr. coronel Joaquim José de Souza, benemerito da localidade.

Hoje, não é dos menos consideraveis o sitio "do Panamá", de que é proprietario o sr. coronel Sebastião Gomes Baião, presidente da Câmara ali e cidadão que dedica os seus melhores esforços ao progresso do município, com relação á rubiacea sublime.

Fundou-se em Bicas, há anos, uma utilissima cooperativa agrícola. São numerosas, lá, as máquinhas de beneficiamento de café.

Um gigante da cultura cafeeira

MURIAÉ'

EDMUNDO RODRIGUES GERMANO

O município de Muriaé, um dos mais prósperos do Estado, assumiu, no cultivo do café, proporções verdadeiramente assombrosas.

Aliás, assim acontecendo, — não ocorre para a circunscrição sino uma reconquista do antigo cétro, visto como de há muito que ela triunfava como produtora das preciosas sementes.

Em 1906, num relatório apresentado ao secretário das Finanças, dizia Carlos Prates, quanto ao município:

— “E’ o mais importante da Mata, sob o ponto de vista agrícola”.

As terras de cultura dêle são magnificas, tanto assim que algumas, que deram outróra abrigo a lavouras de café, — as quasi os exgotaram, — se converteram rápidamente em viçosos capoeirões, que não em simples pastos.

Em 1919, sengundo o último recenseamento federal, produziu Muriaé 79.593 quintais dos procuradissimos granulos, nos seus 1.068 estabelecimentos rurais, dos quais em 37 já havia instaladas excelentes maquinas de beneficiamento.

Naquele ano, a sua área cultivada, em hectares, era de 21.225, encerrando 15.918.600 pés do arbusto. A sua exportação foi de

12.000.000 de quilogramas, no valor aproximado de réis 12.000.000\$000.

Em 1926, conforme apuro a Inspetória Agrícola Federal no Estado, a sua área cultivada atingia a 26.50 hectares, tendo dado uma produção de 14.790.000 quilos; o total de cafeeiros em plena florescência era de 24.650.000, existindo, a êsse tempo, 1.400.000 cafeeiros novos.

A safra para o corrente ano acha-se calculada em 13.790.000 quilogramas.

Como bem se vê, Muriaé não decaí, antes eleva-se, na exploração do plantío do café. E essa exploração dá-lhe vida, dá-lhe vigor, dá-lhe incremento ás indústrias, dá-lhe riqueza e beleza tanto á cidade, quanto aos distritos.

Na séde do município, notam-se importantes engenhos de beneficiai, assim como grandes armazens de deposito.

As três principais fazendas cafeeiras de Muriaé são: — a “da Pedra”, de Abelardo de Andrade Goulart; a pertencente á viuva Fernandes & Filhos; e a da “Barra Alegre”, dos irmãos Carvalho.

A média do valor do alqueire de terras, no município, é de 2:000\$000, em cafézais apenas formados e de 3:000\$000, em cafézais plenamente produtivos.

Desenvolvimento ou decadência dos cafezais conforme as zonas, em Minas

Fatores de ordem histórica, de ordem política, de ordem agrária

Consumado o ingresso do café em Minas, o que se deu ainda em fins do século XVIII, propagou-se a rubiácea pelas zonas da "Mata" e do sul, assim como em parte do Triângulo.

Incrementou-se tal propagação, de modo decisivo, na metade inicial da era seguinte.

A partir de meados do século XIX, deu-se a fase de cultura intensiva, que levaria o produto, ali, a um período de brilhante prosperidade.



O primeiro fator de ordem propriamente histórica, que influiu na irradiação do vegetal pelas zonas da "Mata" e do sul da serra montanha, fôra o progresso do café nos vizinhos rincões fluminenses e paulistas.

Pois bem. O segundo fator da mesma ordem, que veio a incidir sobre o ciclo da expansão do arbusto nas regiões mineiras tributárias do curso do Paraíba do Sul, ou dêle não muito distantes, foi a lenta decadência cafeeira da província do Rio de Janeiro.

A "Zona da Mata" da terra dos inconfidentes, com as suas florestas virgens e os seus tratos de solo fecundo, novos e baratos, aproveitou-se dessa ruína alheia e floresceu á custa dela.

Estenderam-se as grandes culturas,—que trouxeram riquezas a Minas e ocuparam inúmeros capitais, inúmeros braços, inúmeros esforços.

O único fator de ordem histórica, que motivou queda nas lavouras de café da terra montanha, foi a abolição da escravatura.

Sancionada esta, a 13 de Maio de 1888, ocorreu em Minas, como em outras circunscrições brasileiras, o abandono dos serviços rurais pelos africanos e seus descendentes.

Importantes senhores houve que, a essa época, empobreceram da noite para o dia.

Vastos cafezaes foram descurados, no berço de Tiradentes, e tomados e arruinados pelo mató.

Mas, como que para compensar um pouco tais prejuizos,—ao sul, que se refizera rapidamente do abalo sofrido, verificou-se o franco progresso da rubiácea, graças, talvez a decadência então ocorrida no "norte" paulista.

E' de notar-se que o café viceja, ainda, hoje, justamente em pontos achegados ás lindes de unidades bem cafeeiras:—na "Mata", perto dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; no sul e no Triângulo, próximo de São Paulo, e no nordeste, não longe da Baía.

Tanto na "Mata", quanto no sul de Minas—especialmente naquella,—percebem-se indícios de extinção cafeeira, a qual, todavia, não será para já.

Mas o fator primordial dessa degradação agrícola não pertence ao gênero histórico.



Os mais fortes fatores de ordem política que incidiram sobre as culturas do café, em Minas, revigorando-as e aumentando-as, foram o surto da imigração estrangeira e o impulsionamento das ferro-vias.

Com a colonização, por adventícios (notadamente italianos), de faixas de solo quer da "Mata", quer do sul, ganharam as lavouras do vegetal um alento vigoroso.

Com o advento das estradas de ferro, no berço de Tiradentes,—seria também considerável, ali, o desenvolvimento das plantações.

Quanto á "zona da Mata",—muito lucrou ela, a tal aspecto, com os primeiros trilhos que sulcaram o território mineiro, e que foram os da E. F. D. Pedro II, tomando lá, a 1. de Maio de 1869, a direção de Santa Fé, junto aos limites da província do Rio de Janeiro.

Em 1863, apenas existia construída a segunda secção da citada ferro-via, que chegava até Rodeio, fôra de Minas.

A 8 de Outubro de 1872, eram inaugurados os 26 quilômetros iniciais da E. F. Leopoldina, de Porto Novo do Cunha a Volta Grande.

Quanto ao sul e ao Triângulo,—a êles atingiria a E. F. Mogiana, ainda em fins do século XIX.

Durante a primeira década do século XX, com a tremenda crise por que passou então o produto, fraquejou o café em Minas. Mas êsse fraquejamento não foi muito acentuado.

Após a "valorização", reentusiasmaram-se os agricultores da terra dos Inconfidentes, e

até hoje a rubiácea tem andado, ali, a passo agigantados.

Entre 1909 e 1913, verificou-se, tanto na "Mata", quanto no sul, um certo movimento de sociedades destinadas a amparar as lavou- ras e os lavradores, e que tiveram sem duvida, alguma influencia favorável sobre a explora- ção cafeeira.

Assim é que, na primeira daquelas zonas, por exemplo, foram aprovados os seguintes es- tatutos de cooperativas agrícolas:—a 15 de Outubro de 1909, por decreto número 2.659 os da "Inhapiense", de Caratinga; a 3 de Dezembro de 1909, por decreto n. 2.681, os da de Ubá; a 13 de Janeiro de 1910, por de- creto n. 2.737, os da de S. Matnel; e, a 4 de Mar- ço de 1911, por decreto n. 3.122, os da de Tom- bos do Carangola. Alterados, na mesma re- gião, foram por decreto número 3.553, de 22 de Julho de 1911, os da de Ponte Nova; e re- formados, por decreto n. 3.484, de 8 de Março de 1912, os da de Carangola.

Na segunda daquelas zonas, mereceram, en- tre outras aprovações de estatutos as coopera- tivas agrícolas:—de Caracol, a 28 de Maio de 1909, por decreto n. 2.545; de Vila Braz, a 8 de Outubro de 1910, por decreto n. 2.873; e de Tres Pontas, a 6 de Dezembro de 1913, por decreto n. 4.055.

A expansão cafeeira em Minas, durante o século XIX, causara o célere progresso das zonas em que se déra. Ora,—êsse progresso, tanto urbano, quanto rural, refletiu-se de modo benéfico, sempre e sempre, no tocante ao aperfeiçoamento das culturas da rubiácea.

Para que se aprecie a correlação existente entre o desenvolvimento da exploração do produto e o desenvolvimento das regiões, em que se foi êle verificado—basta se examine o seguinte quadro, que mostra as datas de criação dos 40 municípios que, em 1919, mais café forneceram, assim como, com referencia a 30, as datas da respectiva elevação á cidade;

Deixando de parte alguns poucos, que são do seculo actual,—ver-se-á que a criação dos municípios (tradicionais da "Mata", mais apropinquados ao rio Paraíba do Sul (tais como Cataguazes, Juiz de Fóra, Muriaé, Ponte Nova, Além Paraíba, Leopoldina, Ubá, Pomba, Rio Branco, Mar de Espanha, Rio Novo, Viçosa), oscila entre 1831 e 1880, o que também se dá, com pouco diferença, para com a elevação das sédes dos mesmos a cidade. E observar-se-á, ainda, que as datas alusivas quer aos municípios do sul quer aos da "Mata" mais distanciados do curso de agua, histórico, vão de 1870 a 1892.

Considerando que nas regiões limítrofes ou quasi limítrofes da "zona da Mata", junto ao território fluminense, o florescimento da cul- tura cafeeira fez-se na metade inicial do se- culo XIX, intensificando-se em meados dêle; e considerando-se que, nas regiões do sul, assim como nas mais longinquoas "da zona da Mata", as grandes lavou- ras proliferaram na segunda metade da éra mencionada—fica patente a estreita aliança da exploração cafeeira com a

civilização política, em favoráveis efeitos mu- tuos.

A "baixa" dos preços tem influido por mais de uma feita, para semear certo desanimo entre os agricultores cafezistas de Minas. Esta coisa já foi, contudo, afastada de há muito, com a defesa económica do produto.

As enfermidades que, de quando em quando, tentam atacar a rubiácea e seus frutos, rara- mente conseguem vingar, ali—talvez devido ao clima privilegiado,—e, assim, não significam nunca factores de decadência, apesar da comple- ta falta de elementos de protecção racional ás lavou- ras.

As origens da ruína cafeeira, que se esboça em certos rincões da terra montanheza, são quasi exclusivamente de especie agrária.

Torna-se necessário salientar que não se ve- rifica, lá, decadencia de produção, pois esta última, pelo contrario, tem até subido constan- temente, com as normais alternativas.

A decadência é apenas regional e, com o ro- tativismo das culturas, não incide sobre o "quantum" das safras anuais.

O factor de ordem agrária que está prepara- ndo a degradação lavoureira quer da mata (mais accentuada); quer do sul (mais lenta), é o empobrecimento, o cansaço das terras.

Usa-se geralmente, tanto na primeira da- quelas zonas, quanto na segunda, do processo de efetuar as plantações em derrubadas de selvas-virgens. Apegam-se os agricultores, para justificarem essa preferéncia, a circunstância de ficar a formação dos cafezais, dêsse modo, mais barata, e de crescerem os arbustos mais rapidamente.

Afim de formarem-se as lavou- ras, deitam-se abaixo, portanto, sem piedade, magostas e brenhas mineiras.

Com a lamentável carência de meios de trans- porte, os proprios troncos (alguns formidaveis), que tombam ao solo para darem logar á rubiá- cea, ali ficam estirados até apodrecerem, ser- vindo de adubo natural e, assim, perde-se uma não displicência riqueza em madeiras de valor.

Como, em via de regra, não se pratica, em Minas, o emprego de fertilizantes químicos, —assim que os cafesais entram a deperecer, acabando de sugar a vitalidade dos terrenos, são êstes abandonados, ou aproveitados no carater de pastos.

A quem viaja pelas linhas da E. F. Central do Brasil e da Leopoldina Railway,—nos tre- chos compreendidos entre Juiz de Fóra e Serraria, e entre Santa-Fé e Porto Novo, é— licito apreciar, ao longo das paisagens, o espe- ctaculo penalizador dos cafezais mortos, a extenderem por hectares a mais hectares, nas encostas dos montes, as filas interminas dos velhos arbustos enfesados, pardacentos, im- produtivos.

Em 1915, escrevia na "Manchester mineira", o sr. Duarte de Abreu:

"Ha longos anos que se vem notando nôste e nos demais municípios da "zona da Mata" com patriótica tristeza, o progressivo abandono das lavou- ras cafeeira".

E é um facto, uma coisa irrefragavel.

Com o antigo e actual sistema das derrubadas, e sem a pratica benemerita e necessaria do reflorestamento, grande parte da "zona da Mata", que dantes se constituia de opulentas selvas-origens, acha-se hoje convertida em capoeiras e pastagens.

Municípios existem, ali, em que a percentagem de brenhas já é somente de 5%.

Se se nota uma ou outra circumscrição onde invulgar uberdade fez cobrirem-se de grossos capoeiros tratos de sólo que haviam dado longa vida a cafezais—em geral os occupados por estes não servem, após o envelhecimento, senão para o gozo e sustento de gado.

E' o retrocesso do homem de agricultor para pastor.

Certos lavradores, em Minas (mas poucos, ainda), já aprenderam a, mediante a applica-

ção de adubos químicos, empregar em cafezeiras até mesmo os seus terrenos de pasto, onde, com a fertilização artificial, prospera bem a variedade "Bourbon".

Somente o uso consciencioso dos adubos químicos retardará a gradual ruína agrícola que se entrevê em cada uma das maiores zonas cafezeiras da terra montanheza, e principalmente nas regiões vizinhas do rio Paraíba do Sul.

Essa decadência será suprida, sem duvida, lá, com a intensificação do industrialismo.

A razão primacial que vem, de ha muito motivando a involução agraria de dados trechos mineiros, e que é o esgotamento do sólo—contribuiu, aliada a outras causas, para impeller o café em direcção aos férteis vales dos rios Doce e Grande. É, ao que parece, o encaminhará, de futuro, para o vale magnifico, do caudaloso S. Francisco.

DENOMINAÇÃO	CRIAÇÃO DO MUNICIPIO	ELEVAÇÃO DA SÉDE Á CIDADE
Carangola.....	1878	1881
Manhuassú.....	1877	1881
Caratinga.....	1890	1892
Cataguases.....	1875	1881
Monte-Santo.....	1890	1891
Juis-de-Fóra.....	1850	1856
S. Sebastião-do-Paraiso.....	1870	1873
Muriahé.....	1855	1865
Ponte-Nova.....	1875	1866
Além-Paraíba.....	1880	1883
Leopoldina.....	1854	1861
Ubá.....	1853	1851
Teofilo Otoni (criado com a categoria de cidade em 1878)	—	—
Pomba.....	1831	1858
Rio-Branco.....	1839	1882
Mar-de-Espanha.....	1851	1859
Jacutinga.....	1901	1915
Rio José-Pedro.....	1911	—
Machado.....	1880	1881
Guarani.....	1911	—
Rio-Novo.....	1870	1871
Ouro-Fino.....	1868	1850
Viçosa.....	1871	1876
S. Manoel.....	1891	—
Guarará.....	1890	—
Nepomuceno.....	1911	—
Palma.....	1890	1892
Conquista.....	1911	—
Abre-Campo.....	1889	1891
Guaxupé.....	1911	1911
Guaranesia.....	1901	1911
Varginha.....	1881	1881
Mutum.....	1912	1911
Eloy-Mendes.....	1911	—
Caracol.....	1838	—
Conceição.....	1840	1851
Muzambinho.....	1878	1880
Rio-Casca.....	1911	1912
Mercês.....	1911	—
Bom-Sucesso.....	1872	1873

Influência da lavoura do café no Estado do Espírito Santo sôbre o movimento do porto de Vitoria e as rendas aduaneiras

C. C. C. C.

VITÓRIA, Setembro, 1927—Principiando por demonstrar os numeros estatísticos dos dois ultimos trienios, da exportação do café e das vendas liquidas alfandegarias, no Estado do Espírito Santo, poderemos comentar, seguramente, a influencia eloquentissima da lavoura dêsse produto —o principal coeficiente que age para a situação prospera do Estado, determinando no culto grandioso a que tem chegado as rendas federais nêste departamento da União, aumentando dia a dia, e como no movimento marítimo do porto de Vitoria.

Transcrevemos a seguir estes dados:

ANOS	Quantidade de café despachado para exportação	Valor declarado do café despachado	Mov. de navios no porto	RENDA TOTAL DA ALFANDEGA DE VITÓRIA	
				Papel e ouro	Parte e ouro
1921.....	1.010.207	45.635.336.080	416	1.264.469.909	130.365.855
1922.....	773.351	73.691.090.920	695	1.303.924.836	208.998.113
1923.....	744.999	94.285.284.147	907	1.496.524.916	145.502.894
TOTAL.....	2.528.557	213.611.711.147	2.018	4.064.919.661	484.866.862
1924.....	816.088	187.734.399.920	1.028	2.456.450.088	235.734.827
1925.....	988.236	181.524.303.177	1.141	2.841.375.699	457.390.410
1926.....	933.276	137.287.260.000	1.081	2.986.045.093	423.425.110
TOTAL.....	2.737.600	506.545.963.097	3.251	8.283.870.880	1.116.550.347

As rendas aduaneiras aquí demonstradas são líquidos de depósitos.

—o ano inicial do primeiro trienio consignado nesta estatística, 1921, a saída do café chegou a quantidade de 1.010.207 sacos, calculados no valor oficial declarado de 45.635:336\$090, trazendo pela sua ação na intensidade do comércio, a visita ao porto do número apreciável de 416 navios de varias nacionalidades. As rendas da Alfandega foram a 1.264:469\$909, sendo que a parcela em ouro de 180:365\$855, segundo a média do agio por que foi adquirida, equivale a quatro vezes em papel.

Para constataremos o surto que tomaram a situação das rendas aduaneiras e o porto de Vitória, dentro da meia duzia de anos, em consequência da valorização do café exportado, através de todos os beneficios applicados ao produto por meio das uteis medidas de defesa, como se aprecia nos indices da estatística dos anos successivos a 1921, estabelecemos o paralelo com 1926, extremo do segundo trienio.

Aquí, o movimento marítimo resultou extraordinário, rgristrando-se a entrada de 1.081-nacios o que veio colocar o porto de Vitória, entre os primeiros da Federação, em sexto lugar, conforme é das publicações da Repartição de Estatística Commercial.

O café atingiu a uma exportação de 933.276 sacos, a menos 76.931 em relação a 1921, calculados porém, em 137.287:260\$000, provando-se, assim, um valor oficial cinco vezes maior que o daquele ano.

E as rendas aduaneiras resultaram em 2.986:045\$093, incluída a quantia em ouro de 423:425\$110, tambem, representando, em papel um valor acrescido, dada a média do agio de compra, nesta última espécie.

Apreciemos em resultado o movimento dos dois trienios, o qual demonstrá um incremento nas rendas da União, decorrentes, na verdade, da situação econômica em geral, no Estado, para a qual o café concorreu como principal fator:

Exportaram-se, de 1921 a 1923, pelo porto desta capital, 2.528.557 sacos de café. Valor oficial declarado 213.611:711\$147. O movimento do porto foi verificado com a estadia de 2.018 navios. E tivemos as rendas líquidas da Alfandega de 4.064:919\$665, contida a parte em ouro de 484:866\$862.

Vemos que no segundo triênio aquela exportação foi de 2.737.600 sacos, como o valor de 506.545:963\$097. O porto de Vitoria recebeu 3.251 navios. A Alfandega rendeu 8.283:870\$880 inclusive 1.116:550\$347, em ouro.

E' de notar o progresso da lavoura do café, como nos afirmam os dados que colhemos para este trabalho. Ela, vem influido, claramente, na expansão do porto de Vitoria, que tem atraído para o intercâmbio comercial um número cada vez mais considerável de embarcações e também no grande acrescimo que as rendas federais obtiveram nêsse breve espaço de anos, chegando como se evidencia estas a quaduplicar.

Merece ainda especial destaque na estatística que publicamos, o averiguarmos que só a exportação do café, como surtiu acontecer em 1926, abrangeu as cifras de 137.287:260\$000, quando a totalidade da exportação pelo porto de Vitória chegou a 141.636:538\$500, estando como se vê apenas 4.349:278\$500 para o valor de inumeros outros produtos tais como areia titanizada, derivados do boi, algodão, açúcar, bebidas, cacau, côco, madeiras, tecidos e perfumarias.

Assim vemos exuberantemente constatada a extraordinária influência da lavoura do café no grande aumento das rendas federais nêste Estado, notadamente nas que são arrendadas e fiscalizadas pelo aparelho aduaneiro.

Amparar este produto primoroso do país, com pertinência, valorizando-o pelo seu melhor aperfeiçoamento e eficaz propaganda nos populosos países do mundo é um dever cívico de todos os brasileiros e do govêrno que para isto deve merecer sempre o apoio da politica financeira e dos seus governados.



CAFEEIRO ROBUSTA, DE DOIS
ANOS, DA
FAZENDA PANGOENG,
EM JAVA

Uma circunscrição cafeeira da zona do Campo PALMIRA

Palmira, o progressivo município do Centro de Minas,—cuja séde é uma urbe vasta e linda, que mereceu a sincera simpatia e os gabos lapidares do egregio Ruy Barbosa,—constitue, de há muito, um importante rincão cafeeiro.

Embora a indústria de laticínios seja lá, primorosa, seja lá desenvolvidíssima,—lá se não descuro o cultivo da preciosa rubiácea.

Os distritos de Conceição-do-Formoso, S. João-da-Serra e Bomfim-de-Palmira sempre se destacaram, desde o arraigamento do vegetal alí, como bons produtores de café.

Em 1919, segundo o último recenseamento federal, contava o município, 232 estabelecimentos rurais procriadores dos preciosos granulos, e que os forneceram na avantajada quantidade de 13.884 quintais; de tais estabelecimentos, 8 eram providos de maquinas-de-beneficiar. Naquele ano, ostentava Palmira 3.101 hectares de sólo consagrados ao arbusto, e nêles vicejavam 2.325.870 caféeiros. A exportação do município, em 1919, foi calculada em cerca de 2 milhões de quilos, no valor de 2.400:000\$000.

Se o café, na época citada, se mostrava, alí, em tão animadora situação, não é menos promissora a sua condição actual, graças á fertilidade das terras e aos carinhos dos fazendeiros, que em certos pontos lutam contra os rigores do clima, devido ás altitudes, que são consideráveis.

De acôrdo com os dados colhidos, pela Inspetoria Agrícola Federal no Estado,—espera-se um aumento notável na produção do município, para 1927-1928.

Em Palmira, circunscrição cheia de vida e de uberdade; cortada por ótimas estradas de rodagem; administrada por uma vereança patriótica, á cuja frente se encontra o espírito empreendedor do dr. Manoel Ribeiro de Paiva:—a cultura cafeeira não decairá tão cedo, antes desenvolver-se-á apreciávelmentê.

Elemento estrangeiro na cultura cafeeira de Minas

Após a subitânea abolição da escravatura, em nossa patria,—abolição essa que desferiu um forte choque nas lavouras de café,—em Minas como em outras unidades brasileiras,—foi que se incrementou, na terra montanheza, a imigração alienigena.

E daí data o ciclo da cooperação efetiva do braço estrangeiro na exploração do produto primacial, quer do Estado, quer do país.

A' semelhança do que tinham feito filhos indefesos de Portugal, que, nos seculos XVII e XVIII, transpunham aos bandos a Mantiqueira, afim de irem buscar nos melhores veeiros da sua colonia sul-americana o metal sedutor (por causa do qual travaram pelejas e mais pelejas não só com os selvagens autoctones, mas tambem com os paulistas desbravadores de florestas),—filhos e mais filhos de outras nações européas entraram, em fins do seculo XIX, a tomar o rumo da provincia, para conquistarem o ouro das entranhas da terra, porém não mais diretamente, que sim por intermedio da plantaçaõ de vegetais preciosos, dos quais já era rei o cafeeiro, havia bem pouco tempo.

Proclamada a Republica no Brail, e promulgada a bellissima Constituição de 1891, tão paternal para com os adventicios—augmentou-se, pouco a pouco, o número dêstes entre nós.

E como, dos estrangeiros que ao nosso torrão aportavam, provinham da Italia os que em maior quantidade eram acolhidos nas principais zonas cafeeiras, isto é, nas de São Paulo,—deu-se em Minas o mesmo.

Muitos dêstes alienigenas dirigiam-se para certas regiões do Estado, á cata do trabalho livre, por sua conta; outros eram reunidos pelo govêrno em colonias rurais, que logo começavam a prosperar notavelmente e anos depois conseguiam conquistar, com relativa facilidade, a sonhada emancipação.

Para que se faça, primeiramente, uma idéa parcelada das proporções atingidas pela atividade estrangeira, em Minas, e para que se veja ser o elemento italico o preponderante,—basta se examinar o seguinte quadro da população européa no Estado em 1919, de acôrdo com o ultimo recenseamento geral.

NACIONALIDADES	POPULAÇÃO
Italianos.....	42.941
Portugueses.....	18.228
Hespanhóes.....	6.809
Alemães.....	1.170
Inglezes.....	1.702
Francêses.....	867
Austriacos.....	586
Belgas.....	157
Outras nacionalidades.....	1.058
SOMA.....	74.058

Isto sôbre uma população total adventicia de 85.705 individuos.

Sabido é que dos homens das nacionalidades acima descriminadas os que mais se apegam ao solo, assim como aos produtos dêste, são, sem duvida, os italianos. Os outros, em geral, cuidam de coisas alheias á exploração agrícola.

Dir-se-á que os filhos da formosa peninsula européa apreciam excessivamente as pequenas lavouras de cereais e de hortaliças. Mas isso em nada impede a applicação eficiente dos esforços deles na cultura da rubiacea magnifica, visto ser até aconselhado plantarem-se certos cereais em meio ás filas dos arbustos, nos cafezais em formação, e para as hortaliças existirem sempre espaços disponíveis.

Em trabalho publicado ao início do quarto trintenio do seculo transato, observava um autor que os alemães de certa colonia a ("D. Pedro II"), sita perto de Juiz de Fóra,—em plena zona cafeeira, portanto,—não gostavam de entregar-se ao amanho da terra, preferiam, sim empregar-se em occupaões diferentes dessa.

Observemos a estatística da existencia de europeus, em 1919, nos 40 municípios das regiões cafeeiras que, naquele ano, mais café produziram:

DA ZONA DA MATA

MUNICÍPIOS (23)	Alemães	Espanhóes	Inglezes	Italianos	Portugue- ses	Outras nacionalida- des
Carangola.....	9	167	3	1.245	649	31
Manhuassú.....	12	94	—	371	262	34
Caratinga.....	—	16	—	92	124	5
Cataguazes.....	6	84	—	1.211	659	27
Juis de Fóra.....	323	178	12	3.389	1.575	154
Muriaé.....	2	113	3	1.045	270	18
Ponte-Nova.....	2	29	—	719	255	6
Além-Paraíba.....	2	73	4	413	596	39
Leopoldina.....	22	162	1	722	482	11
Ubá.....	1	76	1	1.422	309	9
Pomba.....	—	43	—	401	117	11
Rio Branco.....	—	60	—	598	236	16
Mar de Espanha.....	13	90	—	751	309	18
Rio José Pedro.....	7	8	—	58	39	2
Guaraní.....	—	28	—	226	28	4
Rio Novo.....	2	20	—	409	166	4
Viçosa.....	127	18	—	155	212	13
S. Manoel.....	2	107	—	290	227	1
Guarará.....	1	12	2	384	130	23
Palma.....	—	54	—	324	229	6
Abre-Campo.....	2	4	—	45	36	3
Mutum.....	1	9	—	37	33	1
Rio Casca.....	—	17	—	213	80	1

DA ZONA DO SUL

MUNICÍPIOS (12)	Alemães	Espanhóes	Inglezes	Italianos	Portugue- ses	Outras nacionalida- des
Monte Santo.....	10	137	—	1.466	128	21
S. Sebastião do Paraíso.....	2	1	1.090	194	9	403
Jacutinga.....	2	253	—	1.701	251	8
Machado.....	4	25	—	475	86	7
Ouro Fino.....	157	249	—	1.588	144	127
Conquista.....	15	169	1	1.252	469	48
Guaxupé.....	3	413	—	776	241	9
Guaranésia.....	10	376	—	1.095	308	26
Varginha.....	6	28	—	806	119	5
Eloy-Mendes.....	—	71	—	106	17	2
Caracol.....	9	279	—	1.149	57	17
Muzambinho.....	4	144	—	495	99	13

DA ZONA DO NORTE

MUNICÍPIOS (2)	Alemães	Espanhóes	Inglezes	Italianos	Portugue- ses	Outras nacionalida- des
Teófilo Otoni.....	100	62	1	101	156	56
Conceição.....	1	—	—	7	12	2

DA ZONA DO OESTE

MUNICÍPIOS (2)	Alemães	Espanhóes	Inglese	Italianos	Portugueses	Outras nacionalidades
Nepomuceno.....	—	2	—	239	8	1
Bom-Sucesso.....	—	2	—	79	21	3

DA ZONA DO CENTRO

MUNICÍPIO (1)	Alemães	Espanhóes	Inglese	Italianos	Portugueses	Outras nacionalidades
Mercês.....	—	1	—	49	36	—

Mais uma vez corroborada fica a superioridade numerica do elemento italiano.

Examinemos agora, ainda quanto a 1919 e com respeito ás mesmas circunscricões, a quantidade de estabelecimentos rurais pertencentes a estrangeiros:

DA ZONA DA MATA

MUNICÍPIOS (23)	ESTABELECIMENTOS
Carangola.....	204
Manhuassú.....	86
Caratinga.....	34
Cataguases.....	263
Juiz de Fóra.....	197
Muriaé.....	146
Ponte Nova.....	84
Além-Paraíba.....	79
Leopoldina.....	—
Ubá.....	196
Pomba.....	23
Rio Branco.....	51
Mar de Espanha.....	157
Rio José Pedro.....	19
Guaraní.....	11
Rio Novo.....	33
Viçosa.....	30
S. Manuel.....	115
Guarará.....	88
Palma.....	57
Abre-Campo.....	10
Mutum.....	16
Rio Casca.....	13

DA ZONA DO SUL

MUNICÍPIOS (12)	ESTABELECIMENTOS
Monte Santo.....	68
São Sebastião do Paraíso.....	47
Jacutinga.....	157
Machado.....	86
Ouro Fino.....	238
Conquista.....	29
Guaxupé.....	15
Guaranésia.....	27
Varginha.....	38
Eloí Mendes.....	10
Caracol.....	123
Muzambinho.....	51

DA ZONA DO NORTE

MUNICÍPIOS (2)	ESTABELECIMENTOS
Teófilo Otoni.....	50
Conceição.....	1

DA ZONA 'DO' OESTE

MUNICÍPIOS (2)	ESTABELECIMENTOS
Nepomuceno.....	21
Bom-Sucesso.....	8

DA ZONA DO CENTRO

MUNICÍPIO (1)	ESTABELECIMENTOS
Mercês.....	2

Mostra-se, incontestavelmente, mediana a proporção.



Consoante linhas acima se firmou varias das colonias de adventicios formadas pelo Estado conseguem em breve tempo emancipar-se—o que demonstra a laboriosidade agrária e a parcimonia financeira dos seus ocupantes.

Lançando-se os olhos sobre a lista dos nucleos, verificar-se-á para logo que eles se prendem, inquestionavelmente, á labuta do plantio da rubiacea, pois, em sua quasi totalidade, estão localizados nas regiões cafeeiras, tais como os que se seguem:

DA ZONA DA MATA

CONSTANÇA—Criado em 1910. Situado no município de Leopoldina. A sede dista 4 quilômetros da cidade de Leopoldina. Servido pela E. F. Leopoldina. Altitude, 230 metros. Área, 2.115 hectares. Emancipado em 1921.

BARÃO DE AIURUOCA—Criado em 1910. Situado no município de Mar de Espanha. A sede dista 6 quilômetros da cidade de Mar de Espanha. Servido pela E. F. Leopoldina (estação de Estevan Pinto). E banhado pelo rio Kákado. Altitude, 450 metros. Área 1.900 hectares. Emancipado em 1921.

MAJOR VIEIRA—Criado em 1911. Situado no município de Cataguazes. A sede dista 12 quilômetros da cidade de Cataguazes e 6 da estação Barão de Camargos (E. F. Leopoldina).

RIO DOCE—Criado em 1911. Situado no município de Ponte Nova. Ocupa as terras das antigas fazendas "Gomes" e "Minhocas". A sede dista 15 quilômetros da estação do Pontal (E. F. Leopoldina). Altitude, 366 metros. Área, 520 hectares. Emancipada em 1921.

PEDRO TOLEDO—Criado em 1912. Situado no município de Carangola. A sede dista 18 quilômetros da estação de Faria Lemos, da E. F. Leopoldina, pela qual é servido. Altitude, 650 metros. Área, 815 hectares.

GUIDOVAL—Criado em 1913. Situado no município de S. Domingos do Prata. A sede dista da cidade de S. Domingos do Prata 3 quilômetros. Está a 42 quilômetros da estação de Saúde, da E. F. Leopoldina, e a 60 aproximadamente da estação do Brasil. Altitude, 660 metros. Área 624 hectares.

VAZ DE MELO—Criado em 1915. Situado no município de Viçosa. A sede dista 6 quilômetros da cidade de Viçosa. Servido pela estação de Viçosa, da E. F. Leopoldina. Altitude 625 metros. Área, 933 hectares.

JULIO BUENO—Criado em 1912. Situado no município de Aymorés. Está á margem esquerda do rio Doce, no lugar denominado "Pedra das Vacas". A sede dista 14 quilômetros da cidade de Aymorés. Servido pela estação de Natividade, da E. F. Vitória á Minas. Altitude, 103 metros. Área, 327 hectares.

DA ZONA DO SUL

JOAQUIM DELFINO—Criado em 1914. Situado no município de Cristina. A sede dista 5 quilômetros da cidade de Cristina. Servido pela estação de Cristina da E. F. Rêde Sul-Mineira. Altitude, 800 metros. Área, 1.009 hectares.

DA ZONA DO NORTE

FRANCISCO SÁ—Criado em 1921. Situado no município de Teófilo Otoni. A sede dista 32 quilômetros da cidade de Teófilo Otoni. Foi fundado na antiga fazenda "Mestre de Campo", servido pela estação de Valão, da E. F. Baía a Minas. Em fundação.

Apreciemos, em seguida, a especificação das nacionalidades dos ocupantes de tais colonias excluídos os brasileiros e exceto quanto aos núcleos Julio Bueno e Francisco Sá ambos ainda em formação:

NUCLEOS	Alemães	Austriacos	Espanhóes	Italianos	Portugueses
Constança.....	—	—	—	287	25
Barão de Airuóca....	—	33	—	100	16
Major Vieira.....	—	—	12	168	—
Rio Doce.....	—	—	—	32	4
Pedro Toledo.....	—	—	—	88	36
Guidoval.....	—	—	—	—	—
Vaz-de-Melo.....	48	—	11	—	1
Joaquim Delfino.....	38	—	—	19	34
	6	—	—	—	—

Evidencia-se sempre a superioridade quantitativa dos filhos da historica península do mar mediterraneo, com os quais somente rivalizam de perto os portugueses, e de longe os alemães, — embora em Minas a propagação dêles não haja sido tão intensa quanto em S. Paulo, que chegou a italianizar-se, a certos aspectos.

Um escritor de renome, Auguste de Saint-Hilaire,—que tinha conhecimento proprio e profundo da região acerca da qual se esternava,—disse um dia. “S’il existe un pays, qui jamais puisse se passer du reste du monde, ce sera certainement la Province de Minas”.

Minas, contudo, nunca despresou, não despresa e jamais despresará a cooperação dos estrangeiros de boa-vontade—que, além de em outros ramos de ação, a enriqueceram, enriquecem e enriquecerão na labuta ininterrupta da cultura do café.

Os demais não cultivam industrialmente o cafeeiro, por isso não merecem referencia; e deixa-mos de lado o município de Teófilo Otoni, por pertencer á mata, e será indubitavelmente estudado naquela região, cuja importancia é de todos sabida. Os seus doze milhões de pés de café collocam o município em destaque e seria digno de aplausos se os municípios do norte de Minas nêle se revessem.

As trezentas mil arrobas de café produzidas no norte de Minas, não bastam.

O censo demografico acusa nêses municípios para mais de seiscentas mil almas; assim, temos meia arroba, ou pouco mais de sete quilogramas anuais por individuo; portanto, desenvolver-se a plantação do café, incrementar sua cultura é obra de previsão e medida econômica.

Januaria tornar-se-ia um município cafeeiro se entendesse dever aproveitar os otimos terrenos que possui; Tremedal, Brasília e Inconfidencia, Grão-Mogol, Montes Claros e Minas Novas modificariam por completo, a baixa porcentagem com que se apresentam nêste certame, passando de importadores a exportadores êstes dois últimos, se quizessem compreender a importancia e valia do café como fator econômico, impulsionador da riqueza.

POPULAÇÕES RURAIS

Mas, muito póde a rotina, e, será preciso que a necessidade, companheira inseparavel do progresso obrigue imperativamente as populações sertanejas do norte de Minas a rever nas autoras redetoras do trabalho a carta de alforria dos que não desaperraram ainda das forças latentes das populações rurais.



O café no norte de Minas

FOI A MÃO SEMEADORA DO BAÍANO A PORTADORA DA PLANTA ABENÇOADA PARA OS RINCÕES SERTANEJOS DE MINAS

URBINO VIANA

Na segunda metade do século passado, de cênio de 70, comboeiros baianos, condutores de escravos para suprimento do trabalho agrícola de São Paulo e mata do Rio, passavam, de retorno, por Sorocaba, onde se proviam de numerosas e escolhidas muladas, ali periodicamente vendidas na Feira, e de produção rio-grandense e platina, para novas e repetidas transações no alto sertão da Baía e norte de Minas, províncias limítrofes lindeiras do São Francisco.

E foram êles, os camboleiros, que trouxeram da terra paulista a semente primeira dos cafezais do Rio Pardo, ponto de primitiva cultura no norte de Minas e irradiação para os municípios vizinhos e ainda hoje um dos quatro de maior produção, só excedido pelos de Arassuaí, Jequitinhonha e Salinas.

SERRA NOVA

Serra Nova e os "gerais" do contorno foram logo, naquele município, os principais núcleos de lavoura cafeeira, no começo em simples chacaras, verdadeiros ensaios, depois em plantações mais largas, crescendo a cultura e derramando-se pelos logares mais aptos visto ser a Serra Nova de terrenos superiores e clima conveniente, igualando-se-lhe nas condições os municípios de Salinas, no sítio Matrona e Arassuaí, matas de São Miguel, no rio Jequitinhonha, sobrelevando-se destas as do distrito de Joaima, e pelas encostas que fralde-

jam o rio Pampan, limites com Teófilo Otoni, talvez acrescentar, Tocambira e Serrinha, município de Grão-Mongol, outro importante centro de cultura cafeeira, fornecendo da melhor e mais procurada qualidade.

A MÃO SEMEADORA DO BAÍANO

Foi, portanto, a mão semeadora do baiano, (ainda agora a mais robusta a manejar os instrumentos de trabalho), a portadora da semente da abençoada planta para os rincões sertanejos do norte de Minas.

UMA DEMONSTRAÇÃO

Em face de cifras que pessoalmente obtive-mos, tanto mais verdadeiras quanto o critério para as conseguir foi assás rigoroso—podemos, com o número de estabelecimentos agrícolas que cultivam o café, a área que os mesmos ocupam, o número por unidade de pés e o total da produção, organizar o seguinte quadro que bem e fielmente demonstra o que é, e quanto vale, no Norte de Minas, a lavoura cafeeira.

Êle diz suficientemente do progresso da lavoura do café nesta parte do grande Estado central; e é a demonstração melhor de quanto poderíamos alegar e dizer, discutir, explicar e evidenciar.

Ele é sugestivo:

No. de ordem	MUNICÍPIOS	No. de estabelecimentos	Área cultivada em Ha.	No. de pés de café	Produção em kls.
1	Arassuaí.....	540	3.750	3.000.000	1.500.000
2	Jequitinhonha.....	500	1.650	1.500.000	750.000
3	Salinas.....	680	1.500	1.200.000	700.000
4	Rio Pardo.....	450	900	800.000	600.000
5	Capelinha.....	150	5.500	420.000	420.000
6	Grão Mogól.....	280	600	450.000	350.000
7	Fortaleza.....	120	160	120.000	90.000
8	Brasília.....	120	100	72.000	60.000
9	Montes Claros.....	180	900	70.000	45.000
10	Inconfidência.....	110	60	40.000	30.000
11	Bôa Vista do Tremendal.....	36	48	36.000	24.000
12	Minas Novas.....	30	30	24.000	18.000

Um poeta mineiro e o café

O sr. professor dr. Aurelio Pires, residente em Belo Horizonte, fez no mês de Maio último —ao ensejo do transcurso do bicentenario da introdução do cafeeiro no Brasil, por Francisco de Melo Palheta—referencia a um poeta da terra do Tiradentes, que se referira ao saboroso “netar dos deuses”, em rimas suaves e sonoras.

Sabendo disso, O JORNAL foi ouvir, na capital do Estado, o referido professor, que exerce com proficiencia o cargo de director do Arquivo Público Mineiro.

Dignou-se o dr. Aurelio Pires de fornecer-nos pessoalmente o trecho em que alludira á produção do vate mineiro e que consta de uma carta ques. s. dirigiu ao “Minas Gerais”, a 28 de Maio do corrente ano, nos seguintes termos —“A proposito do segundo centenario do cafeeiro no Brasil, o “Jornal do Comércio”, do Rio, publicou, entre outros estudos valiosos, uma interessantissima resenha do café entre nós, a evolução da sua cultura até aos nossos dias, etc.

Faz parte dessa resenha um pequeno capitulo, intitulado “Os poetas do café”, e no qual são lembrados alguns cantores do divino néctar, tais como Delile, Cyro Costa e Cassiano Ricardo.

Ora, nós, aqui em Minas tivemos um dos mais sinceros apregoadores, em verso das excellencias da “bebida dos amigos de Deus”.

Foi o nosso falecido conterraneo José Candido da Costa Sena, natural da cidade de Conceição, medico dos mais illustres, poeta dos mais apreciados, em seu tempo e autor da conhecida poesia “Natura Mater”, a qual figurou, com brilho nos antigos compendios de Poetica.

Se o sr. redactor do “Minas Gerais” pensar, como eu, que a produção do poeta esta Sena, escrita nos tempos de estudante, tem o pingo da oportunidade e merece reedição, ela aí vai, tal como a guardei de memoria, de meus dias de moço:

O CAFÉ

Canto a bebida que a correr, cheirosa,
Toda santa manhã, junto ao fogão,
Reune da familia os membros todos
Em gostosa, inocente comunhão.

Eu te amo, ó café, na porcelana.
Do fidalgo, na chucr' a do roceiro,
Mas é na patria Minas que te adora
Na cuia negrecida do tropeiro,
Sim, de Junho, nas noites friorentas,
Junto ao fogo, no rancho, sobre o couro,
Ao som de uma viola requebrada,
Com um cigarro do Pomba, és um tesouro
E aqui, sem um amor, entre estes lrvros.
Em que a alma, sedenta em vão se cansa,
E's tu, meu velho amigo, que me inspiras.
Que me fazes sonhar uma esperanza.
O' café foi um genio quem te uniu
Do auri-verde pendão aos vivos brilhos!
Do Brasil representas a riqueza
E o talento fecundo de seus filhos.
Quando eu fôr moribundo, ó meus amigos.
Lançai fóra, os xaropes de Galeno,
E instalai em meus labios ressequidos
O néctar que êle chama de veneno.
E—como, Andrada (1), sobre a sua lousa,
A forma de um pézinho feitereiro,
—Eu peço, sobre a minha sepultura,
Em logar de cipreste, um cafezeiro”.

Não tem esta poesia o sabor e o aroma da bebida que ella celebra?”

Informou o sr. professor dr. Aurelio Pires que tais versos foram, após a primeira publicação pelo autor, reproduzidos em jornais da época, mas que não figurou em livro nenhum, nem mesmo em antologia e que conheceu pessoalmente, em Ouro Preto, o dr. Costa Sena, que era possuidor de um espirito notavelmente esclarecido (2).

O hino do poeta mineiro á doce beberagem reveste-se, na realidade, de muita expressão e de agradável sonoridade, que a tornam merecedora de ser novamente divulgada, agora, que se trata de render as melhores homenagens ao café.

(1)—José Bonifácio, o moço, na conhecida poesia intitulada—“Um pé”.

(2)—O dr. Costa Sena exerceu o mandato de deputado provincial, e tomou parte na Assembléa Constituinte, como deputado federal.

Um ciêntista mineiro e o café

É digna de lembrar-se a relação íntima que com o café, no período primacial da sua expansão ao sul do país, veio a ter um mineiro dos mais sábios, cujo nome se perpetuou em importantes trabalhos científicos.

Frei José Mariano da Conceição Velloso, nascido em 1742, em S. José d'El-Rey, era ainda bem moço e encontrava-se de passeio no convento dos barbadinhos, á rua dos Barbones, na capital brasileira, quando, ao que se conta, entrou all em contacto com o cafeeiro que o desembargador João Alberto de Castello Branco, mandára trazer do Pará.

Consta que, dêsse arbusto colheu o botanista as primicias, — alguns punhados de grãos.

Corre, ainda, que foi frei Velloso quem se empenhou junto ao marquez do Lavradio para que êste se interessasse pelo produto,

fazendo com que tanto o bispo do Rio de Janeiro, dr. José Joaquim Justiniano (em sua fazenda do Capão), quanto o holandês João Hoppman (em sua quinta de Mata-Porcós), o cultivassem.

Se, de fâto, fez êle isto, tornou-se, sem duvida um benemerito da causa do café, — porque só depois que Lavradio se transformou em protetor dêsste foi que se iniciou a fase da produção da exuberancia do precioso vegetal.

A frei José Mariano da Conceição Velloso devem-se a "Flora Brasileira", a "Quinografia Portuguesa", etc. Faleceu a 13 de Junho de 1811. Creou-se em homenagem ao seu nome, o genero "Vellozia"; e em homenagem ao seu nome foi que a sociedade científica fundada por Frei Allemão, Capanema, Riedel e Brandão se chamou "Velloziana".

Entre o salão e o cafezal

QUEM FOI O CONSTRUTOR DO CATETE - A DUPLA ALMA, CIDADINA E RURAL DO CONDE DE NOVA FRIBURGO

UM ANTECIPADOR DA NOSSA POLITICA FERROVIARIA - AMORES ROMANTICOS NO FIM DO IMPERIO

AGRIPPINO GRIEGO

Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, barão, visconde e, finalmente, conde de Nova Friburgo, filho de Antonio Clemente Pinto, português e primeiro barão de Nova Friburgo, uniu seu nome á historia de uma extensa região fluminense. Figura essencialmente aristocratica, exerceu predominante influencia na civilização dos municípios de Friburgo e Cantagalo. Grande fazendeiro de café, proprietario das fazendas do Corrego, de Ponte de Taboas, do Gavião e muitos outros dominios, rurais, pompeou nas últimas decadas do Imperio e ainda entrou na República, dominando como agricultor, industrial e até mesmo como politico.

Era famoso pelo seu entusiasmo e desasombro. Num meio indifferente, sinão hostil ás inovações progressistas, foi um dinamizador de vontades, um polarizador de energias adormecidas. Fascinava a todos quantos se aproximavam d'ele pela sua intelligência objectiva, pela sua elegancia de atitudes e por uma audacia que, parecendo, á primeira vista, temeraria e utópica, era, bem considerada, perfeitamente raciocinada e logica.

Trabalhando desde a juventude, ou mesmo desde a meninice, afeito a afrontar a vida e a lutar corpo a corpo com a adversidade, gostava de sacudir, nos seus arrebatamentos de organizador intrepido, a imobilidade cataleptica dos que haviam adormecido no Brasil colonial e não mais queriam reanimar-se ao banho de progresso, trazido pelo advento da boa cultura técnica. Póde dizer-se, sem exagero que, a não ser o perspicuo Mauá, ninguem entre nós teve, em seu tempo, com tal nitidez, a ante-visão profetica do problema da industria ferroviaria, da feucunda politica dos trilhos e das locomotivas. Daí bater-se com tanto ardor pela construção da Estrada de Ferro de Cantagalo, no trecho de Porto das Caixas a Friburgo, obra meritória que, sob seus auspícios, removeu todos os empecos e veio a beneficiar uma vasta zona agricola.

Outro fato que lhe comprova a lucidez antecipadora do espirito foi haver aconselhado aos dirigentes da época, nem sempre

bem aconselhados, que convertessem o trabalho escravo em trabalho livre, isto é, que, ante a fatal perspectiva da lei abolicionista, provocassem a vinda ao Brasil de elementos emigratorios da Europa, dentro da fecunda lição que já dera aos paulistas; muitos decenios antes, o clarividente senador Verguciro, lição que não foi sem influencia sobre os admiráveis processos postos em prática, no declinio da monarchia, pelo vencedor brasileiro que se chama Antonio Prado. Acreditamos que, se os governantes houvessem atendido a apêlos que tais, teriamos evitado, tanto quanto possivel, a pavorosa derrocada econômica que 13 de maio provocou.

Mas, ainda que pelado, pela administração, nos seus impulsos em favor da comunidade, Bernardo Clemente, Pinto Sobrinho foi um dos fatores de melhoramentos do seu recanto provinciano e um dos autênticos confeitores da cidade em que se instalou o Colegio de Anquieta e do município em que nasceu Euclides da Cunha.

Produtor de felicidade, bravo da dianteira, abriu fazendas em matas virgens; alargou a plantação do café em suas propriedades; iniciou o cruzamento do gado, obtendo um sensível avanço na Moffina pecuária brasileira; fundou indústrias novas e desenvolveu as já existentes em seu rincão; atinou na evolução artistica e social do Rio, presidindo sociedades elegantes, agremiações esportivas e casas de beneficencia.

Aqui, entre outros solares, fez elle edificar o hoje palacio do Catete, sem dúvida o mais belo e suntuoso da urbe, com amplos salões de estilo pompeiano, mourisco e Imperio, magnificante decoração interna, escadarias de uma ostentação bem latina, lustres, tapeçarias, estôfos, tetos apainelados ou estucados, bronzes, marmores, terrascotas, marinhas, paizagens e retratos de familia, tudo luxuosissimo, sem falar no parque, desenhado e estilizado por alguém que evidentemente conhecia os valores da arquitetura dos jardins. Lembre-se — não é detalhe desdenhavel, apesar da linguagem taboalôa — que antigo palacio de Nova Fri-

burgo, séde atnal do presidente da República, adquiriu-o o governo federal, por escritura de 18 de abril de 1896, conforme a autorização do art. 8º, da lei n. 360, de 30 dezembro de 1895, pela quantia de réis... 3.000:000\$000.

Mas é bem de ver que não só na capital do país levantou o titular fluminense moradas principescas. Também em suas fazendas se alteavam vivendas faustosas, onde o conde, colecionador fanático habituado a deixar o ouro esguichar das suas burras para vencer os competidores mênos providos de moeda, reuniu graciosas coleções de medalhas, miniaturas em marfim, rendas de Veneza, casulas romanas, livros com ferros no dorso e douraduras no rebordo das folhas, porcelanas chinesas e japonezas, taças de onyx, urnas de ambar, calices de cristal da Boêmia, anéis, colares, pedras gravadas, esmaltes de Limoges, camafeus de Florença e mosaicos bisantinos. Nos claros das ricas pinturas murais destacavam-se panoplias aptas a ilustrar um curso completo no tocante a arte de liquidar o próximo com arma branca ou arma de fogo.

Mecenas de varios pintores nossos, tinha Bernardo Clemente Pinto Sobrinho um particular entusiasmo pelos paizagistas, quando sabiam pôr na tcla as aguas, as arvores e as colinas que tanto o encantavam vistas diretamente.

Quasi nos esquecíamos de fazer uma referência á sua coleção de instrumentos de música e ás centenas de leques e mascaras que costumava adquirir em Paris para mimosear as fidalgas e as ricasas que iam aos bailes a fantasia do solar Nova Friburgo, os mais pomposamente estonteantes do Rio e com detalhes muito bem reproduzidos dos carnavales de Watteau e Gavarni, graças aos cnidados de um parisiense especialmente contratado para êsse fim na velha Lutecia.

Tais minucias acentuam que em nosso aristocrata havia uma alma dupla e que nêc ecabitavam muito naturalmente um gentil-homem e um agricultor. A's vezes, em plcna vertigem das noitadas palacianas, assaltava-o a saudade dos sitios campestres, a nostalgia dos cafézais, e ei-lo correndo a uma das suas fazendas, para retemperar-se na Cidade Verde, no contádo da roça e dos roceiros, restituído de todo á gleba, sem receio de sujar as roupas caras na intimidade com o pobre flota do eito e da senzala. E tudo isso sem romantismo, antes conduzido por um realismo fecundo, de quem sabe que nada se constróe na metropole quando não se tem sólidas raizes na provincia e de que só é tipo civilizador por excelencia aquele que, deleitando-se no litoral, nem assim perde de vista o campo e a montanha.

Por tudo isso, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho soube criar-se altos titulos de be-

nemerencia e sua atividade foi sempre um sberbo espetáculo de coragem. Era êle dos que, não contente com ver os próprios bens multiplicarem-se, ajudam, sem egoismo iníquo, as tentativas alheias, acoroçoando os lidadores incipientes, adiantando-lhes dinheiro, valorizando-os junto aos magnates dos bancos, estimulando-os em todos os sentidos. Tal no apoio que deu, com invulgar desinteresse, ao chefe de familia Moraes, pai dos heróis de Imbé e Três Barras e avô de Trajano de Moraes, êste uma das figuras de maior relevo no rumoroso jogo de capitais que ficou conhecido pelo rotulo de Encilhamento, quando a Bolsa era o campo de batalha de tantos flibusteiros terrestres, de ventres dourados, de tantos devoradores de ações e apolices.

Vê-se, pela sua biografia e pela dos seus intimos, que não falta á existencia do conde um traço coêso, homogêneo, aquilo que pôde ser considerado a coluna vertebral de um caráter: a unidade na continuidade. Sua obra, palpitante de energia, é pitoresca, movimentada, cheia de cor. E, ao tratar dêle, é o biografo contagiado pela vivacidade do modelo, por um calor comunicativo que anima os papéis velhos, á similhaça dos acidos que fazem reaparecer os vocabulos apagados dos antigos palimpsestos.

Bela vida a dêsse realizador que não sabia modorrar no conforto da alcova e andava sempre ávido dos segredos e das surpresas de novas propriedades! Particular era a sua alegria, quando nas serras e nos vales de Friburgo e Cantagalo, abria estradas ao transitto público caminhos que, se não valem as rodovias do sr. Washington Luis em que os automoveis roncam e fumegam, eram já bastante prestaveis, servindo aos matutos para movimentar o seu pequeno comércio ou mesmo para se irem deliciar nas festas religiosas do logarejo mais próximo sem se enterrarem no tijuco traçoqueiro e sem afrontarem as pinguelas bamboleantes ou as pedras agúdas que mordem as carnes.

Bernardo Clemente era dos que não se deixavam contaminar pelo virus da Côte, e as boas viandas e os macios lençóis de linho não lhe obliteravam a certeza de que só se tornam realmente fortes as raças que medram em sitios hostis. Nunca foi um desvairado pela ideia do ganho, pela fome canina do lucro, aliás, explicavel entre nós elementos semitas que se haviam insinuado nas primeiras levas de europeus vindos ao Brasil, elementos inconfundiveis pelos nomes biblicos que traziam e procuravam transmitir aos filhos da colônia, indígenas e mamelucos.

Tanto a planta humana não era fértil entre nós em exemplares dêsses que, morto o conde de Nova Friburgo, logo se verificou em seus redutos uma decadência irrefreavel.

Despovoaram-se-lhe os núcleos agrícolas e os colonos deixaram-se fakirizar pela moléstia, pela cachaça e pela indolencia fatalista, tornando-se eleitores submissos ao governo, e sempre adestistas em politica, ou deixando-se esmagar pelos plutocratas que invadiram a região. Alguns caíram na mendicância completa e converteram-se em montões de farrapos.

A par disso, registam-se, todavia, casos de longevidade, não sendo raros os que envelhecem, máo grado os longos jejuns, e acabam barbudos e imponentes como os chefes de clan da Palestina. E, sem carecer de medico, vão além dos oitenta anos, conservando uma agilidade física de gato do mato e uma esperteza de rabula demandista.

A um dêstes macrobios de verde velhice, que lá se deixou ficar em sua casa de campo, toda branca entre laranjeiras e goiabeiras, foi que ouvi interessante reminiscências sôbre o ex-proprietario daquellas terras todas, que por sinal, de quando em quando, lhe mandava caixotes com roupas usadas, usadas pelo conde e para êste já imprestáveis mas ainda bastante novas para o pobre trabalhador rural.

O curioso otogenario lembrava-se tambem de haver visto, numa das fazendas de Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, em viagem de nupcias, o simpatico Rodolpho Dantas, genro do conde.

Rodolpho Dantas, filho do senador que ligou seu nome a tantas maquiavelicas manobras partidárias, a algumas pilherias salgadas e a uma rua de máo renome, foi uma figura de alta sedução. Ruy Barbosa elogiou-o sempre e, depois de ligeira rutura, tornou-se ainda mais amigo, não podendo fugir ao incomparavel poder de atração que havia no sorriso daquele seu conterraneo. Joaquim Nabuco falava dêle como de um dêsses fidalgos da Renascença italiana que sabiam congregar em torno de si os filosofos e os poetas, criando uma superior atmosfera de gosto em que os espiritos respiravam livremente. O sêco e aspero José Verissimo, apesar de tão minguado no louvor, sempre lhe cercou a memoria de adjêctivos entusiasticos, garantindo, em estudo famoso, que Rodolpho possuia a nossa primeira bibliotheca em assuntos de instrução, e toda ela atentamente lida e inteligentemente comentada á margem dos volumes. Dentre os vivos, o sr. Constandio Alves, tratando dêle, começa o seu artigo, que vem nas "Figuras", garantindo que o vai escrever entre lagrimas, lagrimas que tombaram

sôbre o papel e borraram um tanto a clareza da exposiçào, mas não impedem de verificar que o extinto era, de fâto, um fino degustador de livros e um aristocrata digno das mais apuradas civilizações mediterraneas.

Fascinando tanta gente culta, Rodolpho Dantas não podia deixar de ter sido o que realmente foi: uma criatura de maneiras afinadas pela melhor educação artistica, pela cultura e pelas viagens, pelo convívio dos salões e pela frequência dos museus da Europa. Com pouco mais de vinte anos, era ministro do Imperio, em gabinete memoravel, chefiado pelo conselheiro Martinho Campos, e mostrou-se sempre equanime em suas declsões, embora os maldizentes sussurrassem que o pai era quem lhe puxava os cordeis ao fundo dos bastidores politicos. No Parlamento, suas alocuções, préviamente anunciadas, atraíam numerosa assistencia feminina, e a palpação dos leques mal occultava nos melhores lances da oratoria do idolo, a emoção das damas em extase. Quando discursou pedindo vultoso credito para observar a passagem do planeta Venus, provocou os apartes de um inimigo da astronômia e tambem das lutas venusinas. Devemos-lhe a fundação do "Jornal do Brasil", que êle quis fosse uma folha nimiamente cultura, fazendo com que lá escrevessem Theophilo Braga, Laveleye, Verissimo, Nabuco...

Enamorando-se da filha do conde de Nova Friburgo, Rodolpho esbarrou na tenaz opposição dos parentes da moça, que desejavam, para a grei, um capitalista e não um intelectual. Mas, certa noite, estando a familia numa recepção no Passo, aconteceu fosse a vinda do ministro anunciada, com a soledade da praxe, pelo chambeão em exercicio. Rodolpho Dantas entra, impeceval em seu fardão de gala, com o peito constelado de medalhas, joven, radioso, sorridente... Diante de um tal triunfo, a prole dos Clemente, vencida pelo aparato official e arrasada pelo fluxo de honorarias palacianas, não soube como resistir. O ministro tomou-lhes a adesão de assalto com dois ou três daqueles madrigais que tão bem sabia entrecer em flos de ouro e seda, frequentador que fora das recepções de Paris e Intimo do duque de Lucynes. E o casamento não demorou, indo o par venturoso desfrutar as classicas nupcias (rosas do Hymeneu, diriam os rmdadores aulcos do tempo) entre os caféiros do conde, enquanto êstes, desdenhados pelo preto liberto, não se estiolavam ao abandono,

Bibliografia brasileira e estrangeira sôbre o café no Brasil

I - Livros

a) OBRAS PRINCIPAES

AGUIAR (Padre João Joaquim Ferreira de) — Pêquena memória sôbre a plantação, cultura e colheita do café — Oferecida á Sociedade Promotôra da Civilização e Indústria da Vila de Vassouras (Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1836), in-8º de 20 pags.

AMARAL (Abelardo Pompêo do) — Cultura pratica e racional do caféiro (S. Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1925), in-4º de 608 paginas, com ils.

ANGST (F. E.) — Le café du Brésil á l'Exposition Industrielle de Barseille. — Notice sur la collection de cafés du Brésil (Marselha, Barlatier-Feisset, 1886, in-8º de 43 pgs.

ARANHA (Olavo Egydio de Souza) — Defesa do café — Relatório (S. Paulo, 1909).

ARTHAUD BERTHER (J. J.) e **MAUBLANC** (A.) — As doenças do caféiro no Estado de S. Paulo (São Paulo, 1919) — Publicação da Sociedade Paulista de Agricultura.

"AVALIAÇÃO da safra do café" (São Paulo, Siqueira, Salles & Cia., 1909), in-8º de 30 pags. — Publicação da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

AZEVEDO (Cel. Luiz Gonzaga de) — Informação prestada ao exmo. sr. dr. Olavo Egydio de Souza Aranha, sobre o Serviço de Defesa do Café em 1906-1907 (S. Paulo, Augusto Siqueira, 1908), in-8º de 250 paginas; em 1903-1909 (S. Paulo, Siqueira Salles & C., 1909)), in-8º de 536 pgs.

"BAIXA (A) do café — Artigos publicados no "Jornal do Comércio" em fevereiro de 1908" (Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comercio", 1908), in-4º peq. de 2 fls. e 76 pags.

"BASES para o convênio que celebram entre si os Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, para o fim de valorizar o café, regularizar o seu comércio e promover o aumento do seu consumo" (S. Paulo, Tip. do "Diario Oficial", 1906), in-8º de 6 paginas.

BELLI (B.) — Il caffè — Il suo paese e la sua importanza — (São Paulo del Brasile) — (Milão, U. Hoepli, 1919), in-12º de 384 pags., com ils.

BELLO (Dr. Wenceslau A. L. de Oliveira) — Valorização do café — Parecêr sôbre o projeto do general Quintino Bocayuva... (Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comercio", 1902), in-8º de 39 pags. — Publicação da Sociedade Nacional de Agricultura.

BRASIL (J. F. de Assis) — O café nos Estados Unidos da América do Norte — (1901) — (Rio de Janeiro, s. t. 1901), in-8º de 45 pags. — Publicação do Ministério das Relações Exteriores.

"BRAZIL and coffee — Souvenir of the Lonisiana Purchase Exposition" (S. l., s. t. 1904), in-8º de 28 pags.

"BRAZIL — Diplomatic and consular report for 1911 on trade of State of São Paulo" (Londres, 1911), in-8º de 46 pags., com 1 mapa.

"BRÉSIL (Le) á l'Exposition Internationale de Saint-Petersbourg, 1884" S. Petersburgo, Trenk & Furnot, 1884), in-4º de 102 paginas. — O "faux-titre" é: "Préface du Catalogue Général de l'Exposition de Cafés du Brésil á Saint-Petersbourg, ma 1884" — Creio que foi escrito por Frederico José de Santana Néri.

BRITO (Candido de) — A baixa do café — Resposta de — ao articulista do "Jornal do Comercio" (Rio de Janeiro, Soares & Niemeyer, 1898), in-8º de 26 pags.

BURLAMAQUE (F. I. C.) — Monografia do caféiro e do café (Rio de Janeiro, N. L. Vianna & Filhos, 1860), in-8º de II — 52 paginas. — Saiu com a declaração de: "Terceiro manual agrícola". O nome todo do autor é, Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque.

C. (A. S.) — Iniciais de Antonio da Silveira Caldeira) — Memória sôbre um novo método de preparar o café, precedido de algumas noticias históricas do caféiro, seu fruto, e dos diversos modos de o preparar, seguidos, até o presente (Rio de Janeiro, Tip. Universal, de Laemmert, 1843), fol. peq.

"CAFE" brasileiro — Exposição Universal de Paris — Nota e experiência química sôbre o café do Brasil remetido pelo Club da Lavoura de Campinas, junho de 1879 — Trabalho científico do general Morin, presidente do Conservatório de Artes e Officios de Paris" (Campinas), Tip. da "Gazeta", 1879, in-4º, com 1 est.

"CAFE' (O) no Canadá" (Rio de Janeiro, Tip do Serviço de Informações, 1926), in-8º de 1 fl. — Publicação do Ministério da Agricultura.

"CAFE' (O) — Estatísticas de produção e comércio — 1922" (S. Paulo, Tip. Salesiana), in-8º de 175 pags.; 1923, *ib.*, *id.*), in-8º de 189 pags. — Publicações da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

"CAFE' (O) — Estatística de produção e exportação — 1914" (São Paulo, Duprat & Cia., 1915), in-8º de 141 pags.; 1916 (São Paulo, Cardoso Filho & Cia., 1917), in-8º de 180 pags.; 1917 (S. Paulo, Tip. Brasil, 1918), in-8º de 20 pags.; 1923 (São Paulo, Tip. Salesiana, 1923b), in-8º de 187 pags. — Publicações da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

"CAFE' (Le) — (Exposition Permanente des Produits du Brésil — Genève)" (Genebra, Meier Frères, 1913), in-8º de 22 pags.

"CAFE' (O) em França" (Rio de Janeiro, Tip do Serviço de Informações, 1926), in-8º de 1 fl. — Publicação do Ministério da Agricultura.

"CAFE' — Guia do fazendeiro" (Santos, 1914).

"CAFE' (Le) — Le maté — Monographies extraites de l'ouvrage organisé par le Centre Industriel du Brésil, O Brasil — Suas riquezas naturais — Suas indústrias" (Paris, Aillaud & C., 1910), in-4º de 62 pags. — Publicação da Comissão de Expansão Económica do Brasil.

"CAFE' (Le) — Monographie extraite de l'ouvrage fait par le Centre Industriel du Brésil, "O Brasil — Suas riquezas naturais — Suas indústrias" (Paris, Aillaud & Cia., 1910), in-4º de 52 pags., com mapas — Publicação do Commissário Geral do Governo do Estado de S. Paulo em Bruxellas.

"CAFE' pur du Brésil" (Paris, s. t. s. d.), in-8º de 24 pags. — Publicação da Expansão Económica do Brasil.

"CAFE' (O) Robusta" (S. Paulo, 1913) — Relatórios apresentados á Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

"CAFEICULTURA (A) e os adubos" (Rio de Janeiro, s. t., s. d.), in-8º de 31 pags. — Publicação do Centro de Experiências Agrícolas do Kali syndicat.

"CAFE' (II) — La coltivazione, la produzione, le imitazioni, le falsificazioni, il valore economico, il valore fisiologico — Appendice" (Rio de Janeiro, Tip do Universo, 1910), in-18º de 98 pags. — Faux-titre: "Propaganda popolare".

CAIRE (Dr. Aristides) — A molestia do caféiro (Rio de Janeiro, 1899).

CALHEIROS (Barnabé Elias da Rosa) — Vantagem da cultura do café na provincia das Alagôas (Maceió, Tip do "Jornal das Alagôas", 1876).

CAMINHOA' (Dr. Joaquim Monteiro) — Do café amarelo (Segundo Blake, "Dicionário bibliográfico brasileiro").

CAMPISTA (David) — Valorização do café e Caixa de Conversão (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1906), in-8º de 53 pags.

CANELLA (Francisco) — Il caffè nei suoi riguardi colla produzione del Brasile, col consumo mondiale, colla torrefazione razionale, colle falsificazioni e colle Cooperative di Consumo italiane — Discorso (Milão, Stampa Commerciale, 1908, in-8º de 35 pags.).

CARVALHO (José Carlos de) — O café — Sua história, desvalorização e propaganda para o aumento do consumo, na Europa... (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1900), in-4º de 53 pags. com 1 mapa e quadros. — Fac. n 7 da Soc. Nac. de Agricultura. — O autor al trata tambem do algodão, ocupando-se do café da pág. 1 á pág. 24.

CARVALHO (José Carlos de) — O café do Brasil — Estudos a favor da propaganda para o aumento do consumo e valorização do café do Brasil no estrangeiro (Rio de Janeiro, 1901), in-8º de 42 pags.

CASTRO (J. Amaral) — A colheita natural — Estudos e observações práticas sobre o café — Cultura, colheita, torrefação e comércio (S. I., s. t., 1924), in-4º de 112 — I pags., com ils.

"CENTRO do Comércio de Café — Rio de Janeiro — Relatório" (Rio de Janeiro, 1916), in-8º de 55 pags.

"COMO aplicar os adubos químicos no cafezal?" (Rio de Janeiro, Hennies Irmão & Cia., s. d.), in-8º de 22 pags. — Publicação do Centro de Experiências Agrícolas do Kali-syndikat.

CONSTANT (G.) — Do café, considerado no sentido de sua preparação, de sua colheita, de sua lavagem e da maneira de secá-lo para o conservar (Rio de Janeiro, Tip. Françesa, 1843), in-8º, com est.

COSTA (Dr. Affonso) — O café — (Do estudo apresentado ao dr. Miguel Calmon... relativamente ao comércio de exportação entre o Brasil, a França, Inglaterra e Alemanha — (Rio de Janeiro, Tip. do Serviço de Informações, 1925), in-4º de 22 pags. — Publicação do Ministério da Agricultura.

COTCHING (Dr. Eduardo da Fonseca) — Defesa permanente do café (S. Paulo, 1921) — Publicação da Sociedade Rural Brasileira.

CONTY (Dr. Louis) — étude de biologie industrielle sur le café... (Rio de Janeiro, Tip do "Messenger do Brésil", 1883), in-8º de 176 pags., com quadros.

CONTY (Dr. Louis) — Relatório sobre as culturas de café da província de S. Paulo — Apresentado a s. ex. o sr. ministro do Império (Rio de Janeiro, Tip Nacional, 1879), in-4°, de 12 págs.

CRUWELL (G. A.) and BLACK LAW (A. Scott) — Brazil as a coffee-growing country; its capabilities, the mode of cultivation, and prospects of extension (Colombo, Ceylão, 1878), in-8° peq. de 150 págs.

"**CULTIVO y beneficio del café en el Brasil**" (México, 1907), in-8° de 36 págs. — Publicação da Secretaria de Fomento — (Comissão de Parasitologia Agrícola).

CUNHA (Augustinho Rodrigues da) — Arte da cultura e preparação do café, compreendendo a cultura dos cafézeiros, seus melhoramentos, modos de os cultivar nas terras frias, causas da abundância e falhas alternativas, sua preparação por um novo sistema, diferença do sistema em uso, construção das estufas e máquinas, considerações sobre o seu comércio, etc. — Oferecida aos cultivadores brasileiros (Rio de Janeiro, Tip. Universal, de Laemmert, 1844), in-12°, de 112-I págs.

DAFERT (Dr. F. W.) — De bemesting en het 'drogen van koffie in Brasilië (Amsterdam, 1898), in-4° de 250 págs.

DAFERT (Dr. F. W.) — Erfahrungen uber rationellen Kaffeebau (Berlim, 1896), in-4° de 36 págs.; 2, ed (Berlim, 1899), in-8° de 60 págs.

DAFERT (Dr. F. W.) — Principes de culture rationelle du café au Brésil — Etude sur les engrais á employer — Traduit sur la 2° éd. allemande par Albert Couturier (Paris, A. Challamel, 1900), in-8° de 84 páginas, com 1 quadro.

DAFERT (Dr. phil. F. W.) — Ueber die gegenwartige Lage des Kaffeebaus in Brasilien (Amsterdam, J. H. de Bussy, 1898), in-4° de 63 págs., com quadros. — Saiu tambem em francês e em inglês (Amsterdam, 1900).

DAFERT (Dr. F. W. e LEHMANN (Ernst)) — Estudos sobre a cultura do caféiro (São Paulo, Seção de Obras do "Estado de São Paulo", 1917), in-8° de 44 págs. — Publicação da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

DEBANÉ (Nicolau José) — Economia nacional e nacionalismo economico — 1ª série: Estudos sobre a situação econômica do Brasil, o comércio dos seus produtos no exterior e especialmente sobre o comércio do café paulista no Oriente (S. Paulo, Tip. Brasil, 1917), in-4° de XXIV — 312 págs.

"**DEPESCA permanente do café...** — Banco Hipotecário Nacional da Republica Argentina... — Sociedade Rural Argentina..." — (S. Paulo, Martinelli, Rodrigues & Cia., 1923), in-8° de 76 págs. — O primeiro trabalho

está assinado pela directoria da Sociedade Rural Brasileira e os dois outros são do dr. Eduardo da Fonsêca Cotching. — Publicação da Sociedade Rural Brasileira.

DUTRA (Franklin Hermogene) — Propaganda do café (Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1901), fol. de 3 págs. — Publicação do Congresso de Agricultura.

"**ESTATISTICA especial da lavoura de café, nos municipios de Apiaí, Batataes, Campos Nóvos do Paranapanema, Dourado, Fartura, Faxina, Itararé, Jaboticabal, Mococa, Monte-Mór, Natividade, Nazaré, Pirassununga, Porto Feliz, Remédios da Ponte do Tietê, S. Pedro do Turvo, Sarapuí, Serra Negra e Iporanga (S. Paulo, 1901), in-8° de 177 páginas.** — Sep. do "Boletim da Agricultura do Estado de S. Paulo", 1901, II série, volume IV.

"**ESTATISTICA especial da lavoura de café nos municipios de Araçariçuama, Atibáia, Bananal, Pilar, Sertãozinho e Redenção**" (S. Paulo, 1900), in-8° de 33 págs. — Sep. do "Boletim da Agricultura do Estado de S. Paulo", 1900, I série, vol. VI.

ESTREY (Dr. Mayners d') — Les maladies des caféiers au Brésil (Versailles Impr. Cerf., s. d. 1892 ?), in-8° de 6 págs. — Sep. da "Revue des Sciences Naturelles Appliquées", n. 10 de 20 de maio de 1889.

FERREIRA (Dr. Cicero) — Relatório da Seção do Café (Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1909).

FERREIRA (Herminio) — Stephanoderes e o Brasil — Estudos economicos (S. Paulo, s. t. 1924), in-4° de 24 págs.

FERREIRA (Pedro Cintra) — O café no comércio (Bruxellas, s. t. 1908), in-8° de 216 págs., com 8 quadros.

GOELDI (Emílio Augusto) — Resúmo do relatório sobre a molestia do caféiro na provincia do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1888), in-8°, com ill.

GOELPEN (A. van) — Graphische-Darstellung der Preise von Good Average Santos Caffee in Hamburg, in den Jahren 1882-1899, nebst den Zahlen der Vorräte in Europa und Nord-Amerika, am 31 dezember... (Berlim, H. Walter, 1899).

GRANATO (Lourenço) — "A decadência da produção caféeira", "Intensificação cultural do caféiro", "S. Paulo e a hegemonia no mercado mundial do café" — Publicações da Biblioteca Agrícola "Granato".

GRANATO (Lourenço) — O segundo centenario da introdução do caféiro no Brasil (S. Paulo, Casa Mayença, 1926), in-4°, de 38 págs.

GROSSI (Dott. Vincenzo) — Il caffè del Brasile nel commercio internazionale (Roma, 1907).

GUILMARAES (Eduardo Augusto Ribeiro) — Do uso e abuso do café — Experimentação fisiológica aplicada á toxicologia — Documentação — Vias de absorção dos medicamentos — Tése... (Rio de Janeiro, 1882), in-4º de 91 págs.

"IMPORTAÇÃO (A) do café pelo mercado italiano" (Rio de Janeiro, Tip. do Serviço de Informações, 1926), in-8º de 1 fl. — Publicação n. 84, de 30 de dezembro, do Ministério da Agricultura.

"IMPORTAÇÃO (A) do café pelo mercado Paulo — Exposição apresentada ao Conselho Diretor pelo seu presidente, dr. Mário Tavares, em sessão de 30 de junho de 1927 (São Paulo, Casa Garraux, 1927), in-4º de 48 págs.

LACERDA (Joaquim Franco de) — Estudos sobre a crise do preço do café e sua solução (S. Paulo, Tip. da Indústria, 1891), in-4º pequeno de 196-II págs, com 1 mapa.

LACERDA (Joaquim Franco de) — Memorandum sobre a situação estatística do café no mundo. O cambio no Brasil — Situação econômica e financeira do Estado de S. Paulo (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1858), in-8º de 38 págs.

LACERDA (Joaquim Franco de) — Produção e consumo de café no mundo — Situação econômica e financeira do Brasil — Questões econômicas e sociais (S. Paulo, Tip. da Indústria, 1897), in-4º peq. de 196-II dags., com 1 mapa.

LAERNE (C. F. van Delden) — De Brésil et Java — Rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique, présenté á s. ex. le Ministre des Colonies par... Référendaire au Département de l'Intérieur á Batavia (Java), chargé par le gouvernement des Pays-Bas d'une mission spéciale au Brésil, par rapport á la culture et au commerce du café dans les Indes Néerlandaises (Haya-Paris, M. Nijhoff, Chalamel, 1885), in-8º de XIV-587 páginas, com es. geogr., tabs. e diagrs. — Saiu em holandês e tambem em inglês (Londres, 1885, com 637 págs.

LALÉRE (A.) — Le café dans l'Etat de Saint-Paul (Brésil) — (Paris-Rio, A. Chalamel, 1909), in-8º de XVI-417 págs., com 2 mapas e 1 quadro.

"LAMENTOS (Os) da lavoura — Distribuição gratuita pelo Clube Agrícola de Miracema, Estado do Rio" (Rio de Janeiro, Tip. da Papelaria União, 1908), in-8º de 168 páginas. — Saiu com o "faux-titre" "Revista n. 1". — Coletanea de panfletose e artigos sobre a lavoura cafeeira, quasi todos firmados por pseudónimos.

LEFÉVRE (Eugenio) — Il caffè — Brevi notizie — Traduzione di Domenico Rangoni (S. Paulo, Carlos Gerke, 1904), in-8º de 68 páginas.

LIMA (J. C. Alves de) — Soluções sobre o comércio do café (S. Paulo, 1902), in-8º de 38 páginas.

LIMA (J. C. Alves de) — Some revelations about the cultivation, the commerce and the use of coffee (Syracuse, New-York, 1901), in-8º de 16 págs.

MACEDO (M. A. de) — O enigma comercial do café de Moka, patenteado na Exposição de Paris de 1867. — Considerações sobre este importante ramo de agricultura brasileira por — e seguido de um artigo sobre o tabaco da Baía (Rio de Janeiro, Tip. Univ. de Laemmert, s. d., mas presume-se que é de 1868), in-9º pequeno de 48 págs. — O artigo sobre o tabaco da Baía é de Francisco Adolfo de Varnhagen, que não tratou do "café da Baía", como erradamente Blake, no "Dicionário bibliográfico brasileiro".

"MAQUINA brasileira — Invenção de Bernardino Corrêa de Matos para preparar e descascar café, única neste sistema, privilegiada pelos decretos n. 6.135, de 4 de março e n. 6.211, de junho, do corrente ano..." (Rio de Janeiro, Pereira Braga & Cia., 1876), in-4º de 12 págs, com est.

MAGALHÃES (Carlos Leoncio de) — Cambio e café — Discurso (S. l., s. tip., 1923), in-8º de 21 págs.

MARCONDES (Pader Araujo) — O café — Esboço monográfico sobre sua origem, cultura, usos dietéticos, etc. (S. Paulo, Carlos Zanchi, 1896), in-8º de VIII-100 págs.

MEDEIROS (I. de) — Estudos agrícolas (S. Paulo, Espinola, Siqueira & Cia., 1896), in-8º de 181-I págs. — Quasi todo consagrado a assuntos de lavoura cafeeira.

MEEDEN (G.) — Tabelas de calculo para o café do Brasil em relação aos mercados do Rio de Janeiro, Londres Liverpool, Hamburgo, Bremen, Amsterdam, An'uerpia, Havre, Barselha, Leorne, Trieste e New-York (Rio de Janeiro, J. Villeneuve & Cia., 18 1, in-8º.

MELLO (Prudente da Silveira) — A póda do cafeeiro (Rio de Janeiro, Villas Bôas & C., 1917), in 8º de 39 págs.

MENIER — Exposition Universelle de 1867 á Paris — Rapports du jury international... — Café, succedanéus do café — Cacao et chocolat — Coca et thé maté (Paris, P. Dupont, 1867), in 8º, de 24 págs.

"MÉTODO para plantação do cafeeiro, suas vantagens e mais conhecimentos concernentes ao mesmo fim" (Pernambuco, M. F. de F. & Filhos, 1876), in-8º de 10 págs.

MEUCCI (Jean) — Esquisse polémique sur la valorisation du café (Marselha, 1814), in-8º, de 24 págs.

MIRANDA (Rafael P. de) — Cultura do café na Baía (Baía, 1923).

MISSON (Luis) — Cultivo y beneficio del café en el Brasil — Como se hacen en el Estado de S. Paulo (México, 1907. — Neste opúsculo (in-3º de 30 págs.), acha-se também um trabalho de O. Téllez, "Plagas del café en México". — A 1ª edição é de 1837, tendo sido feita a republicação pela Comisión de Parasitología Agrícola.

MONTEIRO (Dr. R.) — Influência do café sobre a economia humana (Rio de Janeiro, 1866).

MOREIRA (Dr. Nicolau Joaquim) — Brazilian coffee (New-York, -876), in-4º, de 12 págs.

MOREIRA (Dr. Nicolau Joaquim) — Breves considerações sobre a história e cultura do caféiro e consumo do seu produto (Rio de Janeiro, Imp. Inst. Aristictio, 1873), in-4º de II-107 págs, com tabs.

MORIN (Général) — Note sur diverses variétés de café et en particulier sur les cafés du Brésil (Paris, E. Capiomont & V. Renault, s. d., 1374), in-8º de 41 págs. — (Sep. dos "Annales du Conservatoire des Arts et Métiers", de 1874).

MORIN (Général) — Société Centrale d'Agriculture de France — Sur diverses variétés de cafés (Paris, Mme. Ve. Bouchard-Hubord, 1837), in-8º de 8 págs. — Trata do café brasileiro.

MONTARI (José) e LOSCHI (Eduardo) — Valorização do café (S. Paulo, 1903).

NÉRY (Frederico José de Sant'Anna) — Le pays du café — Voyage de M. Durand au Brésil (Paris, 1832), vol. I, in-4º, de 129 páginas. — Saiu depois, em edição definitiva, com o titulo: — "Aux États-Unis du Brésil — Voyage de M. T. Durand" (Paris, s. d., 1890 ?), in-4º de VIII-340 págs, com ils. — Trata do café, da pág. 68 á pág. 96.

NERI (Frederico José de Sant'Anna) — La question du café — Le café du Brésil au Palais de l'Industrie — (Concours Agricole, Janvier, 1833) — Par l'auteur du livre "Au pays du café" (Paris, Guillemin & Cia., 1833), in-8º de 67 págs.

NÉRY (Frederico José de Sant'Anna) — Le café du Brésil — (São Peterburgo, 1884). — Notícia relativa á Exposição de 1884, na capital russa.

NOGUEIRA (José Paulino) e ARANHA (Olavo Egydio de Souza) — Propaganda e valorização do café (S. Paulo, 1904). — Publ. da Sociedade Paulista de Agricultura.

OLIVEIRA (Luiz Rodrigues d') — A exposição do Clube da Lavoura em França, em 1878 — Relatório apresentado á directoria do Club da Lavoura, pelo seu commissário — (Paris, Georges Chamerot, 1878), in-8º de 60 páginas — Trata do café.

OLIVEIRA (Luiz Rodrigues d') — Le Brésil — Ses débuts son développement, sa

situation économique, ses échanges commerciaux, ses plantations de café (Beauvais, Impr. du "Moniteur de l'Oise", 1834), in-8º de 77 págs. — O faux-titre é: — "Le Brésil — Conférences faites á Paris, a l'Hôtel Chambres Syndicales".

OLIVEIRA (Dr. Luiz Torquato Marques d') — Novo método de plantação, fecundidade, durabilidade e conservação do café — Oferecido aos agricultores (Rio de Janeiro, Paula Brito, 1863), in-8º de 30 págs.

PECKOLT (Dr. Theodor) — Der Kaffeebaum Brasillens (Vienne, 1832). — (Sep. de "Zeitschrift des Allgemeinen Oesterreichischen Apotheker-Vereins", n. 31, de 1832. — Apareceu, depois, em português, com o titulo: — Monografia do café" (Rio de Janeiro, 1834).

PEIXOTO (Rodrigues) — A crise do café e sua solução pelo monopólio official (São Paulo, Duprat & Cia., 1903), in-8º, de 35 páginas.

PINTO (Adolpho Augusto) — The State of São Paulo (Chicago, 1893), in-8º, de 14 páginas.

PITOMBO (Dr. João Alves de Matos) — A lavoura de café — Estado atual desse produto (Rio de Janeiro, Ofs. Grafs. do "Jornal do Brasil", 1908, in-8º de 18 págs. — Publicação do Museu Comercial do Rio de Janeiro.

"PÓDA (A) do caféiro" (S. Paulo, Casa Vanorden, 1911), in-12º, de 23 págs.

PORTO-ALEGRE (Paulo) — Monografia do café — História, cultura e produção (Lisboa, V. Bertrand & Cia., 1879), in-8º gr. de XVI-526 págs.

"PRODUÇÃO (A) e o consumo mundial do café" (Rio de Janeiro, Tip. do Serviço de Informações, 1925) — Publicação do Ministério da Agricultura.

PUTTE (Hubert van de) — Le province de São Paulo du Brésil (Bruxellas 1890), in-8º de 76 págs, com um mápa. — Sep. do "Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie".

PUTTE (Hubert van de) — Rapport présenté á l'assemblée de la Société Civile pour l'Exploitation de Fazendas au Brésil (Gand, A. Siffer, 1891), in-4º de 18 págs.

PUTTE (Hubert van de) e ALMEIDA Ladislau d') — L'Exploitation caféière au Brésil (Gand, A. Siffer, 1889), in-8º, de 70 páginas.

PUTTEMANS (Hubert) — Soins d'entretien et récolte des caféiers (S. Paulo, M. Weissenbruck, 1910, in-8º, de 13 págs.

QUEIROZ (Joaquim Silverio da Fonseca) — Informações úteis sobre a cafeicultura (S. Paulo, Estabelecimento Graf. Universal, 1914), in18º de 257 págs.

RAMOS (Augusto) — O café no Brasil e no estrangeiro (Rio de Janeiro, Papelaria Santa Helena, 1923), in-4° de XIII-445-V páginas, com ilustrações. — Foi publicado como "Contribuição comemorativa do 1° centenário da independência do Brasil".

RAMOS (Augusto) — Valorização do café (S. Paulo, 1902).

RAMOS (F. Ferreira) — Defesa do café (S. Paulo, 1921).

RAMOS (F. Ferreira) — Situação do café — Cambio e estatística (S. Paulo, 1919).

RAMOS (F. Ferreira) — La valorisation du café au Brésil (Antuérpia, J. E. Buschmann, 1907), in-8° de 207 págs., com 2 mapas — Saiu também em inglês, com a declaração de 2° ed.

RANGEL (Sylvio Ferreira) — O café (Rio de Janeiro, M. Orosco & Cia. 1908), in-8° de 103 págs. — Sep. do vol. I de "O Brasil — Suas riquezas naturais — Suas indústrias."

RANGEL (Sylvio Ferreira) — Valorização do café — Parecer... (Rio de Janeiro, 1906), in-8° de 18 págs.

"RESUME" of a report published in the "Journal of Commerce" of Rio de Janeiro, on the production of coffee in Brazil, with statistics respecting its consumption in the United States" (Londres, 1899), 7 págs. — E' o n. 512 dos "Diplomatic and Consular Reports — Miscellaneous séries", do Foreign-Office da Grã-Bretanha.

REZENDE (Dr. Antonio de Padua Assis) — Relatório sobre os trabalhos da comissão do Brasil na Exposição Turim-Roma de 1911, e Propaganda do Café no Estrangeiro... (Turim, C. Sartori, 1911), in-4° de LX-185 págs.

RIBEIRO (Antonio) — Uma questão do dia — A valorização do café sob o ponto de vista prático (S. Paulo, Vanorden & Cia., 1906), in-12°, de 56 págs.

SACCA (Dr. Rosario Averna) — Molestias criptogamicas do caféiro (S. Paulo, 1917).

SANTOS (Horacio Alexandrino da Costa) — Brevés considerações sobre o nosso café (Rio de Janeiro, G. Leuzinger & Filhos, 1881), in-8°, de 20 págs.

SHUURMAN (G. A. E.) — De Koffiecultuur in Brasilië (Amsterdam, 1901), in-8°, de 67 págs.

SEMLER (F.) — O café — Observações botanicas, produção, consumo (S. Paulo, Tip. Salesiana, 1896), in-8° de 168 págs. — Traz a declaração: "Vertido do alemão, por um velho fazendeiro".

SICILIANO (A.) — Valorização do café — Bases de contrato entre um Sindicato e o Governo Federal, apresentadas á Sociedade Paulista de Agricultura (S. Paulo, Duprat & Cia., 1903), in-8°, de 12 págs.

SILVA (Persio Pacheco e) — Do café no oeste de S. Paulo (S. Paulo, Casa Vanorden, 1910), in-4° de II-64-III págs., com ils.

SOUZA (Paulino José Soares de) — A valorização do café e o empréstimo paulista — Discurso... na Camara dos Deputados (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1908), in-8°, de 22 páginas.

SPECTATOR (pseudônimo de Augusto Mario Caldeira Brant) — O papel-moeda e o café (I. L., s. t., s. d.) in-8° de 26 págs. — Saiu com a declaração: "Publicado no "Journal do Comércio", de 31 de outubro de 1924."

SUZANO (Luiz da Silva Alves de Azambuja) — O capitão Silvestre e frei Velloso, ou a plantação de café no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Tip. Universal, de Laemmert, 1847), in-16°, de 58 págs. — Saiu também na "Folhinha de Laemmert para 1848".

TAVARES (Padre Joaquim da Silva) — Importancia financeira do café no Estado de S. Paulo (Baía, 1913), in-8° de 33 págs., com 2 ests. — Sep. da "Broteria", 1913, vol. XI, págs. 180-222.

TEIXEIRA (Dr. Carlos) — O café do Brasil... — Contendo a análise química, feita expressamente em café brasileiro, comparado ao de outras procedências, pelo professor Ernest Ludwig (de Viena). — Tradução do original alemão, publicada sob os auspícios da Sociedade Centro da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Moreira Maximino & Cia., 1883), in-4°, de 24 págs.

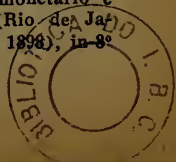
TEIXEIRA (Dr. C.) — Der Kaffee von Brasilien — Auf Grund zweier von Prof... Ernst Ludwig in Wien — Ausgerührter chemischer Analysen besprochen von — (Viena, 1883), in-8° de 30 págs. — Apareceu também em holandês e em francês (Bruxelas, Polleunis & Cia., 1881).

TEIXEIRA (Isidoro Gomes) — Estatística de café e cafésaes — Organizada por — Desde Janeiro de 1900 até Julho de 1909 (S. L., Tip. Séleta, 1909), in-8° de 191 págs. com 1 mapa.

TELLES (Augusto C. da Silva) — O café Defenda-se a lavoura (Rio de Janeiro. Ofs. Grafts. do "Jornal do Brasil", 1919, in-8°, de 32 págs.

TELLES (Augusto C. da Silva) — O café e o Estado de S. Paulo (S. Paulo, Tip. do "Diario Oficial", 1900), in-8° de 60 págs.

TORRES (J. A.) — O café, seu monopólio e valor metálico — Crédito agrícola e auxilios á lavoura — Propaganda e criação de escolas agricolas — Padrão monetário e conversão do papel fiduciário (Rio de Janeiro, C. G. da Silva & Campos, 1896), in-8° de 61 págs.



"UNIDADE monetária — Valorização do café e fixação do cambio" (Santos, Tip. Imprensa Popular, 1906), in-8º de 77 págs. — São trabalhos do dr. Joaquim Miguel Martins de Siqueira.

"VALORIZAÇÃO do café — Plano apresentado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro" (Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1902), in-8º de 7 págs.

"VALORIZAÇÃO do café" (Rio de Janeiro, Tip. de Olímpio de Castro, 1906), in-8º, de 133 págs.

VEIGA FILHO (Dr. João Pedro da) — Bolsa de Café — Camara Sindical, Caixa de Liquidação e Classificação em Santos. — Parecer apresentado pelas comissões reunidas de Fazenda e Contas e de Agricultura da Camara dos Deputados do Estado de São Paulo, das quaes foi relator — o (S. Paulo, Duprat & Cia., 1907), in-8º de VII-85 págs.

VERGUEIRO (José) — Memorial acerca de colonização e cultivo de café — Apresentado a s. ex. o sr. ministro da Agricultura (Campinas, Tip. do "Constitucional", 1874), in-4º.

VIDAL (Sampaio) — Defesa permanente do café (S. Paulo, 1921), in-8º — Publicação da Sociedade Rural Brasileira.

b) OBRAS DE QUE HÁ TOMOS CONSAGRADOS AO CAFÉ BRASILEIRO OU EM QUE HÁ ESCRITOS DE OUTROS AUTORES SOBRE ESSE ASSUNTO.

AGUIAR (Luiz H. Ferreira de) — América do Norte — Estados Unidos — Comércio de café no ano de 1868 ("Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Império" (Rio de Janeiro, Tip. Nac., 1873, t. I, págs. 23-26); Comércio de café no ano de 1869 (ib., págs. 79-82); Comércio de café no ano de 1870 (ib., págs. 158-160); Comércio de café nos anos de 1870 e 1871 (ib., páginas 219-221); Extinção dos direitos sobre o café — Importação deste produto nos cinco decenios de 1821 a 1870, nos dois de 1851 a 1870, e no ano de 1871-1872 (ib., 232-233); Comércio de café nos anos de 1871 a 1872 (ib., págs. 296-298).

ARAGÃO (Francisco Moniz Barreto de) e PARAGUASSÚ (Barão de) — Navegação e comércio entre o Brasil e Hamburgo (1868-1869 a 1872-1873) — "Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Império" (Rio de Janeiro, Tip. Universal, de Laemmert, 1874, t. II, págs. 476-525).

AZEVEDO (Dr. Luiz Correia de) — Da cultura do café ("Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro, pelo Barão de Pati do Alferes e anotado pelo dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck", Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1878, págs. 220-279).

BORGES (Antonio Pedro de Carvalho) — Livre importação de café, sal e chá nos Estados Unidos ("Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Imperio", t. I, págs. 233-234); Extinção dos direitos de importação sobre chá e café nos Estados Unidos (ib., pag. 257).

BRASIL (Dr. José Cardoso Moura) — Café (parte da memória "A lavoura — Riquêssas vegetaes, in-fine do vol. IV do "Livro do Centenario", (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, págs. 15-17).

CARVALHO (Antonio Alves Machado de Andrade) — Navegação e comércio entre o Brasil e os Países-Baixos (1868-1869 e 1872-1873) — "Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Império", t. II, páginas 577-610).

CUNHA (Mathews da) — Café (parte das "Ligeiras noticias sobre alguns produtos agricolas nacionaes", in "Relatório geral da Exposição Nacional de 1861, e relatórios dos jurís especies" (Rio de Janeiro, Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", 1862, págs. 150-180).

DAFERT (Dr. F. W.) — Quadro estatístico da produção do café no Estado de São Paulo, no ano de 1886 ("Instituto Agronomico de Campinas — Coleção dos trabalhos agricolas", 1888-1889, págs. 171-178); Considerações a respeito da cultura do café no Brasil (ib., págs. 179-182); Observações sobre a fortificação da terra nos cafézais (ib., páginas 201-202).

DAFERT (Dr. F. W.) e BRAGA (Toledo) — Sobre as substancias minerales do caféeiro (ib., págs. 183-200).

FRANCO (Melchior Carneiro de Mendonça), BETTAMIO (José), SALLES (José Luiz Cardoso de) e COSTA (Luiz Augusto da) — Navegação e comércio entre o Brasil e a gran-Bretanha; Navegação e comércio entre o Brasil e os portos da dependencia de Consulado Geral do Império em Liverpool; Navegação e comércio entre o Brasil e os portos da dependencia do Consulado Geral do Império em Londres (1869-1870 e 1872-1873) — ("Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Império, t. II, págs. 228-475).

LECONTE (Ernesto Antonio de Souza) — Navegação e comércio entre o Brasil, a Dinamarca, Suecia e Noruega (1868-1869 e 1872-1873). — ("Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Império", t. II, páginas 156-227).

MOREIRA (Manoel Antonio) — Navegação e comércio entre o Brasil e a Belgica (1870-1871 e 1872-1873) — ("Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Império", t. II, págs. 142-155).

MORPURGO (Barão Marco de) — Navegação e comércio entre o Brasil e o Império

da Austria (1868-1869 a 1872-1873) — ("Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império", t. II, págs. 77-141).

PECKOLT (Theodoro) — História das plantas alimentares e de gozo do Brasil, contendo generalidades sobre a agricultura contendo generalidades sobre a agricultura brasileira, a cultura, uso e composição — E. & H. Laemmert, 1871-1884), 5 volumes in-8º — O vol. V, com 167 págs. e dividido em duas partes, é a "Monografia do café"; — a 1ª parte, trata da cultura, colheita, química de cada uma delas (Rio de Janeiro, e a 2ª parte, trata da polpa, gema e pergaminho do grão e das flôres, casca, raiz — herva de passarinho do caféiro.

PERSIANI (Cesar) — Navegação e comércio entre o Brasil e a Italia (1868-1869 a 1872-1873) — ("Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império", t. II, págs. 539-576).

PITOMBO (Dr. João Alves de Mattos) — A lavoura do café; estado atual deste produto ("Relatórios do Museu Comercial do Rio de Janeiro, referentes aos anos de 1907 e 1908" (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, págs. 258-268).

PORTO ALEGRE (Manoel de Araujo) — Navegação e comércio entre o Brasil e os portos da dependência do Consulado Geral do Império em Lisboa (1869-1870 a 1872-1873) — ("Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império, t. I, págs. 611-708).

RABELLO (Manoel José) — Navegação e comércio entre o Brasil e o Porto (1868-1869 a 1872-1873) — ("Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império", t. II, págs. 709-843).

RANGEL (Sylvio Ferrelra) — O café — "O Brasil — Suas riquezas naturais — Suas industrias" (Rio de Janeiro, M. Orosco & Cia., 1908, v. II, págs. I-103, com tab.).

REVEL (Augusto, Ednardo Schwabe de) — Navegação e comércio da Russia, pelos portos de Cronstadt e S. Petersburgo (1869 a 1872); Navegação e comércio da Russia pelo porto de Riga, no ano de 1873 ("Informações dos agentes diplomáticos e consulares do Império", t. II, págs. 844-858).

VELLOSO (Fr. José Marianno da Conceição) — Bebidas alimentosas: cultura do café — Tômoo II (partes 1ª e 2ª, 1799-1800) da obra "O fazendeiro do Brasil", melhorado na economia rural dos generos já cultivados e outros que se pôdem introduzir, e nas fabricas que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito neste assunto — Colligido de memórias estrangeiras, etc. (Lisbôa, 1798-1806), 11 vols. em 5 tômos. — Das duas partes do t. III, relativas ao café, a 1ª saiu com 3 ests. e a 2ª com 23. — Como se vê do original (ms. da Bibliotéca Nacional

do Rio de Janeiro, código XXXVI, 4-41), fr. J. M. da Conceição Velloso traduziu do latim a memória sobre o café, de autoria de João Christovam Rieger, prussiano, de Riewemburg.

c) OBRAS EM QUE HÁ CAPITULOS (OU REFERENCIAS PRECIOSAS) SOBRE O CAFE' BRASILEIRO.

ALMEIDA (Miguel Calmon du Pin e) — Fatos econômicos (Rio de Janeiro, Liv. F. Alves, 1913), in-8º; "A valorização do café", págs. 139-190; "O convênio de Taubaté e a sua execução", págs. 369-381; "Novas planificações de café no Brasil e no Oriente", páginas 383-386; "Dados estatísticos sobre o café, págs. 387-399.

ALMEIDA (Docteur Pires de) — L'agriculture et les industries au Brésil (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1889); in-8º, peq. — "Culture du café", págs. 199-204.

ANDREWS (C. C.) — Brasil Its condition and prospects (New-York, D. Appleton & Co., 1887), in-8º: — Cap. X, "Visit to a coffee-plantation", págs. 137-170.

ANTHOUDARD (Baron d') — Le progrès brésilien (Paris, Plon — Nourrit & Cia., 1911), in-4º — "Le café", págs. 74-114.

ASSIER (Adolphe d') — Le Brésil contemporain (Paris, Durand & Lauriel, 1867), in-8º: — "Intérieur de la fazenda", páginas 119-131.

ARAUJO (José de Souza Azovedo Pizarro e) — Memórias históricas do Rio de Janeiro... (Rio de Janeiro, 1820-1822), 10 vols., in-8º: — Sobre a introdução do caféiro no Rio de Janeiro, t. VII, págs. 109-112.

AZEVEDO (Alceu G. d') — Finanças — Encilhamento, Banco Emissor, Banco Hipotecário, valorização, etc. (Rio de Janeiro, Liv. Leite Ribeiro, 1923), in-8º: — "Especulação", págs. 15-32. — Coletanea de artigos publicados com o pseudônimo de "Swift".

AZEVEDO (Dr. Moreira de) — O Rio de Janeiro — Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1877), 2 vols. in-8º: — volume I, pag. 129.

BARATA (Manoel) — A antiga produção e exportação do Pará — Estudo histórico-econômico (Belém, Tip. da Liv. Gillet, 1915), in-4º: — Sobre o café, págs. 13-20.

BARIL (V. L.) — comte de la Hure) — L'Empire du Brésil (Paris, F. Sartorius, 1862), in-4º: — "Caféier", págs. 185-190.

BERNARDEZ (Mannel) — El Brasil — Su vida, su trabajo, su futuro (Buenos Aires, Ortega & Radaelli, 1908), in-4º, ils: — "San Paulo", págs. 172-216.

BONO (Antonio) — Di alcuni Stati d'América (Vicenza, Arti Grafiche Vicentine, 1919),

in-4°: — Cap. III, págs. 19-25; cap. VII, “Lo Stato di S. Paolo...”, págs. 63-73

“BRAZIL, its history, people, natural productions, etc.” (Londres, The Bergius Tract Society, 1869), in-8°, ils.: — “Coffee carriers”, pág. 155; “Coffee”, pág. 233.

BRYCE (James) — La América del Sud — Observaciones e impresiones (New-York, The Macmillan Comp., 1914), trad. de Guillermo Rivera, in-4°, com mapas: — Sobre o café, págs. 291, 303 e 315.

BURNICHON (Joseph) — Le Brésil d'aujourd'hui (Paris, Perrin & Cia., 1910), in-8°: — Cap. XIII, “La culture du café au Brésil...”, págs. 254-271.

CAILLE (Alexis) — Le Brésil et la mandite française (Paris, N. Martin, 1914), in-8°: — Cap. II, págs. 20-42; Cap. IV, páginas 60-81.

CANELLA (Francisco) — Notas e anotações (Rio de Janeiro, “O Norte”, 1923), in-4°: — Cap. II, págs. 19-35; Cap. XIII, págs. 131-135; Cap. XIX, págs. 177-184.

CANONICO (Padre Giovanni) — Il Brasile — Sue risorse agricole, industriali e commerciali (Turim, P. Celanza & Cia., 1908), 3ª edição, in-4°, ils.: — Sobre o café, páginas 22-29.

CONSTATT (Oskar) — Das republikantische Brasilien in Vergangenheit und Gegenwart (Leipzig, F. Hirt & Sohn, 1899), in-4°: — “Kaffee”, págs. 130-138, 152 e 240-244.

CARVALHO (C. M. Delgado de) — Le Brésil meridional (Paris, E. Desfossés, 1910), in-8°: — Le café — Sa culture, son industrie, son commerce”, págs. 153-197.

CASANOVA (Louis) — São Paulo du Brésil (Paris, E. Guilmato, 1908), in-8°, ils.: — Cap. III, “Arrivée a Santos — Quelques mots sur le café...”, págs. 15-56; Cap. IX, “Comment on constitue une plantation — La cueillette du café — Les travaux dans les fazendas”, págs. 107-120.

CHAVES (Dr. Elias Antonio Pacheco) e outros — A Provincia de S. Paulo (São Paulo, Tip. King, 1888), Relatório da Comissão Central de Estatística, in-4° — “Café”, págs. 250-251, e referências quando são recensados os municipios.

CLÉMENCEAU (G.) — Notes de voyage dans l'Amérique du Sud (Paris, Hachette & Cie., 1911), in-8°: — Cap. XIV, “Le café au Brésil...”, “págs. 249-264.

“COFFEE in America — Methods of production and facilities for successful cultivation in Mexico, the Central American States, Brasil and other South American countries and the West Indies” (Washington, 1893), in-8° de 36 págs. — Publ. do “Internacional Bureau of the American Republics”.

COOPER (Slayton Sedgwick) — The Brazilians and their country (New-York, F. A.

Stokes Comp., 1917), in-4°, ils.: — Cap. XIV. “In the land of the Paulistas”, págs. 195-212; Cap. XV, “The awakening of Southern Brazil”, págs. 213-231.

COSTA (Affonso) — Comércio de exportação do Brasil para a França, Inglaterra e Alemanha — Estúdio... (Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1925), in-4° — (Publ. do Ministério da Agricultura) — “Café”, págs. 19-41.

COURCY (Vicome Ernest de) — Six semaines and mines d'or du Brésil (Paris, L. Sauvaire, 1889), in-8°, ils. — Sobre o café, págs. 91-92.

COUTY (Dr. Louis) — L'alimentation au Brésil et dans les pays voisins — La viande, Café, Mate, Cachaça, Les féculents, manhioc, (Paris, s. d., 1881), in-8° — (Sep da “Revue d'Hygiène et de Police Sanitaire”, ns. 3, 4 e 6, de 1881).

CRÉSPO (Mayor Jorge B.) — Geografia Económica del Brasil (Buenos Aires, Inst. Geogr. Militar, 1919), in-4°: — Sobre o café, págs. 134-145; “El café”, págs. 197-214.

CUNHA (Dr. Leal da) — Pela independência económica e emancipação comercial do Brasil (S. Paulo, Est. Graf. Universal, 1912), in-8°: — “Conquista do ouro por permuta de café e borracha”, págs. 115-141.

CUSANO (Alfredo) — Italia d'oltre mare (Milão, E. Reggiani, 1911), in-4°, ils.: — Capítulo III, “Nella terra dei bandeirantes”, págs. 65-174.

DANIEL (Padre João) — Quinta parte do tesouro descoberto no rio máximo Amazonas (Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1820), in-8ú: — Referências ao café, págs. 29, 33, 38, 62 e 66.

DEBANÉ (Nicolau J.) — Extrato da carta dirigida ao Comissário de Propaganda do Café e outros Produtos, em data de 27 de novembro de 1910, pelo sr. —, do Cairo (“Relatório sobre os trabalhos da Comissão do Brasil na Exposição Turim-Roma de 1911, e Propaganda do Café no Estrangeiro...”, pelo comissário geral dr. Antonio de Pádua Assis Rezende”, Turim, 1911, págs. 147-152). — Trata da propaganda do café brasileiro no Oriente.

DEMETRIADI (Basilio) — Il Brasile (Trieste, Tip. Fastori, 1889), in-8°: — Sobre o café, págs. 57-59.

DENIS (Ferdinand) — Brésil (Paris, F. Didot Frères, 1837), in-8°: — “Cafier”, página. 66.

DENIS (Pierre) — Le Brésil au XXe. siècle (Paris, A. Colin, 1911), 4ª ed., in-8°: — Caps. VI a IX, “Saint Paul”, a “La valorisation du café”, págs. 100-205.

DETTMANN (Eduardo) — Brasilien Aufschwung in deutscher Beleuchtung (Berlim, H. Paetel, 1908), in-4°, ils.: — “Die brasilianische Kaffee-Valorisation”, págs. 23-24;

"Kaffee", págs. 71-81; "Die Fabrikatione von Jute — und Leinenwaren", págs. 237-240.

DIAS (Arthur) — O Brasil atual (Rio, Impr. Nac., 1904), in-4º, ils. — "S. Paulo", págs. 343-374.

DIDIER (L.) — L'Amérique (Paris, Ch. Delagrave, 1896), in-8º: — "Café", páginas 540-542.

DONNET (Gaston) — De l'Amazone au Pacifique par la pampa et les Andes (Paris, Ch. Delagrave, 1906), in-8º, ils.: — Cap. X, "Saint-Paul", págs. 139-156.

ELIA (Dott. Riccardo d') — Argentina, Paraguay e Brasile (Turim, Dott. Momo & C., 1906), in-4º, ils.: — Sobre o café, págs. 188-190.

EXPILLY (Charles) — La traité, l'emigration et la colonisation au Brésil (Paris, A. L. Verboeckloven & C., 1865), in-8º: — Sobre fazendas de café em S. Paulo, págs. 144-160.

FANUELI (Nicolau) — Il Brasile (São Paulo, H. Puchitt, s. d., 1920 ?), in-8º, ils.: — "Il café", págs. 143-153.

FONSECA (Padre António Caetano da) — Manual do agricultor (Rio de Janeiro, E. & I. Laemmert, 1864), 2ª ed., in-8º: — Capítulo VIII, "Cultura do café em terras cansadas", págs. 88-94.

FINTPERTIUS (Ad. F. de) — Les États latins de l'Amérique (Paris), A. Degocée-Cadot, 1882), in-8º: — Sobre o café, páginas 202-204.

GAFFRE (L. A.) — Visione do Brésil (Rio-Paris, Aillaud, Alves & Cia., 1912), in-8º. — Sobre o café, págs. 277-288.

GROSSI (Prof. Dott. Visenzo) — Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo (Roma, Off. Poligrafica Itallona, 1905, in-8º: — Apêndice, Cap. VII, "La crisi del café e l'emigrazione italiana", págs. 463-480; Capítulo VIII, "Cause e rimedi della duplice crise: cafferifera e migratoria", págs. 481-500.

HANICOTTE (R. & G.) — La verité sur le Brésil (Paris, G. Ficker, s. d.), in-8º, ils.: — Cap. II, "São Paulo...", págs. 37-63; Capítulo III, "La crise du café", págs. 65-81.

HENRIX (Paul) — Le Brésil (Paris, "Figaro", s. d.), in-4º, ils.: — "Le café, páginas 39-40 e 51.

HEUSSER (Dr. I. Chr.) — Die Schweizer auf den Kolonien in São Paulo, Bresilien (Zurich, Fr. Schulthess, 1857), in-8º.

HU (Charles) — Le Brésil (Bordéas, J. Bière, s. d., 1903 ?), fol. il. (ed. da revista "France-Brésil"): — "Le café", págs. 344-352.

JAGUARY (Visconde de) — Carta datada de 29 de Setembro de 1881 e dirigida ao doutor Ignacio Alves da Silva, sobre o café Maragogipe ("Livro do Centenário", vol. IV,

págs. 43-44 da memória "A lavoura — Riquezas vegetais", do dr. José Cardoso Moura Brasil).

KIDDER (D. P.) and FLETCHER (J. C.) — Brazil and the Brazilians (Philadelphia, Childs & Peterson, 1857), in-4º, ils.: — "The history of Coffee", "Coffee-culture", páginas 449-451.

* KOEBEL, ROTHERY and TIVENEY (editores) — Enciclopedia de la América del Sur (Londres-Buenos Aires, 1913). — Tráta do café no volume I ("Agricultura" e "Brasil") e no vol. IV ("S. Paulo").

* KYBAL (Vlastimil) — Um ano no Brasil (Rio de Janeiro, "Anuario do Brasil", 1926), in-8º: — Sobre o café, págs. 99-199; "O café na Tchecoslovaquia", págs. 215-237.

KYBAL (Vlastimil) — Segundo ano no Brasil (Rio de Janeiro, "Anuário do Brasil", 1927), in-8º. — "O café na Tchecoslovaquia", págs. 278-293.

LAMBERG (Mauricio) — O Brasil (Rio de Janeiro, Lombárts, 1893), versão de Luiz de Castro, in-4º, ils.: — Cap. XIV, "Estado de São Paulo", págs. 319-347. — A edição alemã é de 1889 (Leipzig).

LATEUX (Dr.) — Au pays de l'or et des diamants (Paris-Rio, Aillaud, Alves & C., 1910), in-4º, ils.: — "Le café", págs. 215-226.

LECLERC (Max) — Lettres du Brésil (Paris, Plon-Mourrit & Cia., 1890), in-8º: — Caps. V e VI, sobre S. Paulo e o café, páginas 67-112.

LEVASSEUR (E.) — Préface ("Au Brésil — État de São Paulo", de Paul Walle, Paris, E. Guillmoto, 1912), págs. V-XVIII, sobre a valorização do café no Brasil, a qual é aí impugnada.

* LISBÓA (Balthazar da Silva) — Anaes do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Seignot-Plancher & Cia., 1834-1835), 7 vols., in-8º: — vol. VII, pág. 369.

LOBO (Helio) — Brasileños & yankees (Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia., 1926, in-8º) — "Um paralelo de actualidade — (A propósito do café e da borracha)", páginas 93-109; e "O café a ferver" — "O Instituto de Defesa, os interesses brasileiros e o mercado americano", págs. 111-123.

LOBO (T. de Souza) — São Paulo na Federação (S. Paulo, s. t., 1924), in-4º: — Cap. XVI, "Sobre a politica do café", páginas 206-216; Cap. XVIII, "A borracha, o café e a civilização", págs. 227-238.

* MAGALHAES (Basilio de) — O Estado de S. Paulo e o seu progresso na actualidade (Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1913), in-8º: — Sobre o café, Cap. IV, págs. 29-38; Cap. V, págs. 39-46; Cap. VI, págs. 47-56; e Cap. VIII, págs. 67-77.

MARC (Alfred) — *Le Brésil* — Excursion à travers ses 20 provinces (Paris “Le Brésil”, 1890), 2 vols., in-8°: — T. II, Cap. XII, “San Paulo”, págs. 149-363.

MATARAZZO (Conte Francesco) — Scelta di discorsi e interviste — Con annotazioni di Vincenzo S. Blancato (S. Paulo, s. t., 1926), in-4°. — “Intrevista al “Jornal do Brasil”, de Rio de Janeiro, relativa alla valutazione del caffè, cambio, trasporti e carestia”, páginas 160-169.

MICHEL (Ernest) — *A’ travers l’hémisphère sud* (Paris, V. Palmé, 1887), in-4°: — Caps. VI e VII, págs. 89-106 e 107-119.

MONTET (Édouard) — *Brésil et Argentine* (Genebra-Paris, Ch. Eggimann & Cie. e Fischbacher, s. d.), 2ª ed., in-8°, ils.: — *Sobre o café*, págs. 38-51.

MORAES (Dr. Alerandre José de Mello) — *Fotografia brasileira ou botânica médica vulgar brasileira aplicada á medicina, ás artes e á indústria* (Rio de Janeiro, 1873), in-8° peq.: — “Cafézeiro” — “Coffia arabica”, pgs. 132-134.

MORAES (Francisco Ferreira de) — *Libéria* — Requerimento apresentado ao Congresso Federal e brèves noticias sobre esta Republica e os trabalhadores denominados kroomen (Rio de Janeiro, Tip. Confiança, 1893), in-8°: — *Sobre o café da Libéria, já plantado no Brasil*, págs. 7-8.

OAKENFULL (J. C.) — *Brazil* — Past, present and future (Londres, J. Bale, Sons & Danielsson, 1919), in-8°, ils.: — Cap. XVIII, “Coffee”, págs. 363-372.

OLIVEIRA (Luiz Rodrigues d’) — *Algunas idéas sobre a colonização do Brasil* (Paris, A. Lainé, 1871), in-8°: — *Sobre fazendas de café*, págs. 10-12.

PINTO (Joaquim de Almeida) — *Dicionário da botânica brasileira ou compendio dos vegetaes do Brasil, tanto indigenas como acclimadas* (Rio de Janeiro, Tip. Pap. Perseverança, 1873), n-4°, il.: — “Café ou cafézeiro” — *Coffee arabica Lfn.* — *Fam. das Rubiaceas*, págs. 94-95.

PIZARRO (Monsenhor) — *Vide Araujo.*

RANCOURT (Étienne de) — *Fazendas et estancias* (Paris, Plon-Nourit & C., 1901), in-8°, ils.: — *Sobre o café*, págs. 45-47; “L’État de ils.” — *Sobre o café*, págs. 45-47; “L’État de Saint-Paul et sou café”, págs. 94-137.

RÉCLUS (Elisée) — *Estados Unidos do Brasil* (Rio-Paris, H. Garnier, 1910), trad. de B. F. Ramiz Galvão, in-4°, ils.: — *Sobre o café*, págs. 420-424.

RIBEIRO (Manoel Ferreira) — *A provincia de S. Tomé e Príncipe* (Lisbôa, Impr. Nac., 1877), in-4°, ils.: — *Sobre o café brasileiro*, págs. 335-336.

RIBEYROLLES (Charles) — *Brasil pitoresco* (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1859),

3 vols., in-4° gr. (em francês e português): — . III, “La fazenda”, págs. 35-49.

ROBIANO (Comte Eugéne de) — *Dix-huit mois dans l’Amérique du Snd* (Paris, E. Plon-Moutrix & C., 1886), 3 ed., in-8°: — Cap. IV, “L’Intérieur et les plantations de café”, págs. 45-58; Cap. V, “da vie de fazenda”, págs. 58-77.

ROMERO (Sylvio e GUTMARAES (Arthur) — *Estudos sociaes — O Brasil na primeira década do seculo XX — Problêmas brasileiros* (Lisbôa, “A Editora”, 1911), in-4°: — *Dos “Problêmas brasileiros”*, por Arthur Guimarães: — Cap. IV, “Factores da decadência do comércio de café na praça do Rio de Janeiro”, págs. 192-202; Cap. V, “A remodelação do comércio de café”, págs. 203-211; Cap. IX, “A falta de preparo dos nossos cafés”, págs. 237-240; Cap. X, “A propaganda do café e outros generos”, págs. 241-243.

ROUGIER (Georges) — *Le Brésil em 1911* (Paris-Rio, Garnier Frères, 1911), in-8°, ils.: — “Le café” — *La valorisation*, páginas 93-120.

SAMPAIO (Francisco Xavier Ribeiro de) — *Diário da viagem que em visita, e correção das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente geral da mesma.* — Nos anos de 1774 e 1775 (Lisbôa, Tip. da Academia, 18,5), in-8°: — *Referencias ao café plantado no Pará*, págs. 97, 103 e 105.

“S. PAULO (L’Etat de) — *Reuuegments utiles*” (Antuerpia, Laporte & Dosse, 1914), 3ª ed., in-8°, ils.: — “Café”, págs. 54-56; e referências aos “Municipes de l’Etat de São Paulo”, págs. 153-176.

SCHULER (Heinrich) — *Brasilien — Ein Land der Zukunft* (Stuttgart-Leipzig, Deutsche Verlages-Anstalt, 1912), in-4°, ils.: — “Der Kaffee”, págs. 169-236.

SCULLY (William) — *Brazil: its provinces and chief cities* (Londres, Murray & C., 1866), in-8°: — “Coffee”, págs. 19-22.

SEEBER (Francisco) — *Argentine, Brasil, Chile, Uruguay, Perú, Bolivia y Paraguay* (Buenos Aires, 1903), in-8°, ils.: — *Capitulo XXVI, — Café*”, págs. 129-131.

SELLIN (A. W.) — *Geografia geral do Brasil* (Rio de Janeiro, Alves & Cia., 1889), tradução de Capistrano de Abreu, in-8°: — *Sobre o café*, págs. 149-152 — *A edição alemã é de 1835* (Leipzig).

SILVEIRA (Dr. Urias A. da) — *Fontes de riqueza dos Estados Unidos do Brasil* (1890), in-4°: — “Cafézeiro”, págs. 220-225.

SMITH (Herbert H.) — *Brasil — The Amazonas and the coast* (New-York, Charles Scribner’s Sons, 1879), in-4° de 661 págs., com ils. e mapas — *Sobre o café*, págs. 503-540.

SOARES (Sebastião Ferreira) — Notas estatísticas sobre a produção agrícola e cárcena dos géneris alimentícios no Império do Brasil (Rio de Janeiro, J. Villeneuve & C., 1860), in-8°: — Caps. II e III, "Do café", págs. 17-31.

SOUZA (T. Oscar Marcondes de) — O Estado de S. Paulo — Físico, político, económico e administrativo (S. Paulo, Est. Graf. Universal, 1915), in-8°, il.: — "Riqueza agrícola", págs. 107-110; "O café", págs. 110-117.

STELLA (J. Chaumel de) et SANTEUL (Augusto de) — Essai sur l'histoire du Portugal... (Paris, Rey & Grasier, 1839). 2 vols. in-8°: — T. I, "La canne á sucre, le coton, le raiz, l'indigo, le café introduits au Brésil".

STRATEN-PONTHOR (Comte Auguste van der) — Le bodget du Brésil (Bruxellas, C. Mukquardt, 1854), 3 vols. in-4°: — Vol. II, "Exportation du café", "Commerce du café avec les États-Unis"; págs. 193-212

STURZ (J. J.) — A review, financial, statistical, and commercial, of the Empire of Brésil, and its resources (Londres, Effingham Wilson, 1837), in-4°: — Sobre o café, págs. 97-106.

TERRIEN (Mgr. Ferdinand) — Douze ans dans l'Amérique Latine (Paris, Bloud & C., s. d., 1903 ?), in-4° il.: — "Les fazendas de S. Paulo", págs. 284-290, onde transcreve uma descrição delas, feita por d. Margarida Pereira Pinto.

"**TOMBO (O)** ou cópia fiel da medição e demarcação da fazenda nacional de Santa Cruz, segundo foi havida, e possuída pelos padres da Companhia de Jesus, por cuja extinção passou á nação" (Rio de Janeiro, Tip. de Lessa & Pereira, 1829), in-8°: — "Relação dos Fazendeiros e Lavrados...", com um total de 173 nomes e firmas sociais numero de escravos e total da produção de café em 1828, págs. 169-175. — A publicação do "Tombo" é atribuída por Blake, erradamente, ao conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araujo.

TUROT (Henri) — En Amérique Latine (Paris, Vuibert & Nony, 1908), in-4° il.: — "L'État de São Paulo..." — La question du café...", págs. 223-245.

UKERS (William H.) — All about coffee (New-York, "The Tea and Coffee Trade Journal", 1922), in-4° il.: — Sobre o café no Brasil, págs. 204-208, 275-277, 303-308, 341-345, 745 e 764.

VASCONCELLOS (J. M. P. de) — Selctá brasileira (Rio de Janeiro), Tip. Univ. de Laemmert, 1868), 2 vols. in-8°: — T. I, "Café", págs. 222-223.

VIANNA (Dr. Francisco Vicente) — Memória sobre o Estado da Baía (Baía, "Diario da Baía", 1893), in-8°: — "Café", pág. 284.

VIGNERON — JOUSSELANDIÈRE (S. V.) — Manual d'agriculture pratique des tropiques par —, ancien propriétaire au Brésil (Paris, J. Louvier, 1860), in-8°, de IV-340 págs. — O Cap. I é consagrado ao café.

WALLE (Paul) — Au Brésil (Paris, E. Guilmoto, s. d.), in-4° il., — Caps. VII A XI, "L'État de São Paulo", págs. 146-225.

WALLE (Paul) — Au Brésil — État de São Paulo (Paris, E. Guilmoto, 1912), in-8° il.: — Cap. IV, "L'industrie caféière, progression instructive de l'exportation...", páginas 56-65.

WERNECK (Francisco Peixoto de Lacerda) — Memória sobre a fundação de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro; sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc., etc. (Rio de Janeiro, Tip. Univ. de Laemmert, 1847), fol. peq. de 40 págs. — A 2ª edição (Rio de Janeiro, 1863), in-8°, de 218 págs. saiu acompanhada de seis memórias de outros autores. — A 3ª ed. (Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1878), in-8° de VI-377 pags., traz o seguinte titulo: — "Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro — Pelo Barão de Patí do Alferes é anótada pelo dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck" — Trata do café, a págs. 36-62 e 220-279.

WINDISCH-GRATZ (Dr. Franz, Príncipe) — Extrato da propôsta em favor d, monopólio oficial do café na Austria-Hungria, apresentada pelo —. — Comentários do "Neues Wiener Journal", de 14 de Julho de 1910 ("Relatorio sobre os trabalhos do Codo de 1911, e Propaganda do Café no Estrangeiro... pelo commissário geral dr. Antonio de Padua Assis Rezende", Turim. 1911. páginas 153-155). — Trata-se do café brasileiro.

WINTER (Nedra O.) — Brazil and her people of to-day (Boston, L. C. Page & C., 1910), in-8° il.: — Cap. XII, "Coffee", páginas 260-271.

WRIGHT (Marie Robinson) — The new Brazil (Philadelphia, George Borrie & Sons, 1907), 2ª ed., fol. il.: — Cap. XIV, "Coffee", págs. 253-264.

d) OBRAS SUBSIDIARIAS

ANDRADE (Ed. Navarro de) — Area cultivada com café em Java (S. Paulo, Estab. Graf. Gallo, s. d.), in-8° de 23 págs.

ANDRADE (Ed. Navarro de) — A cultura do café nas Indias Neerlandêsas — Relatório (S. Paulo, Estab. Graf. Gallo, 1914), in-8°, de VII-115 págs. com ils., 4 mápas e e 1 quadro.

"ASPECTOS da economia rural brasileira" (Rio de Janeiro, 1922) — Publ. do Min. da Agr.

"BRAZIL (The Empire of) at the World's missão do Brasil na Exposição Turim-Roma, Industrial and Cotton Centennial Exposition of New Orleans (New-York, E. P. Coby & C., 1887), in-4° de 71 págs., com tabs.

"BRETIS notizie sulle colonizzazione e immigrazione nello Stato di San Paolo (São Paulo, Espindola & C., 1911), in-4°, de 90 págs., com ils.

"CAFE" (Le) (Paris, 1921) — Ed. da revista "Alimentation Nouvelle".

GASTINET — Memoria sobre a cultura do cafézelo no Yemen, por Mr. Gastinet, professor de física e química. — Traduzida e oferecida a s. ex. o sr. conselheiro dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, por Joaquim José Fulgencio e Carlos de Castro (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1875), in-8°, de 25 páginas.

CHANTLAND (William F.) — Valorization of coffee (Washington, 1913), in-8° de 16 páginas.

"COFFEE — Reprint of an article from the "Monthly Bulletin of the International Bureau of American Republics", November, 1908", (Washington, Government Printing Office, 1909, in-8° de 11 págs.

DAFERT (Dr. F. W.) & DRAENERT — Berichte des Agronomischen Institutes, São Paulo — (Relatório do Instituto Agronômico de Campinas, Estado de S. Paulo) — 1896.

"DIREITOS de exportação e sua cobrança" (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1895), in-8° de 11 págs. — Publicação do Ministério da Fazenda.

"INFORMAÇÕES dos agentes diplomaticos e consulares do Imperio" (Rio de Janeiro, Tip. Nac., 1873, e Tip. Univ. de Laemert, 1874 e 1877), 3 vols., in-4°: — I (America); II (Europa); III (America e Europa).

KURTH (Hermann) — Die Lage des Kaffeemarktes und die Kaffee-valorization "Yena, 1907), in-8° de 34 págs.

LEMOS (Eduardo) — Café do México (Rio de Janeiro, J. Villeneuve & C., 1884), in-4°, de 17 págs.

LOPES (João Fernandes) — Método para a plantação de café, cacau e fumo — Snas vantagens e mais conhecimentos concernentes ao mesmo fim — Modo de fabricar manteiga de leite vaccum e chocolate de cacau (Paris, G. Aillaud & C., 1891), in-8° de 64 págs.

MOREIRA (Dr. Nicolau Joaquim) — Noticia sobre a agricultura di Brasil (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1873), in-8° de 53 páginas.

MULLER (H. L.) — Le commerce du globe; comptes de revient de marchandises échangées entre toutes les principales plans

de commerce du monde — Zone du Brésil, Rio d Janeiro, Pernambuco, Baía, Maranhão, Pará, Ceará, Santos, Paraíba (Havre, 1865), in-4°, oblongi — Saiu também em inglês, no mesmo anno.

NEAVE (D. J. J.) — Rapport sur L'État de Saint-Paul (Brésil) — (Bruxellas, P. Weissenbruch, 1891), in-8° de 30 págs. — Sep. do "Reenel Consulaire".

NEAVE (D. J. J.) — Rapport sur l'État de Saint-Paul (Brésil) — (ib., 1892), in-8° de 22 págs. — Id.

NICOLAI (H. F.) — Der Kaffee und seine Ersatzmittel (Brunswick, F. Viewy & Sohn, 1901), in-8° de 93 págs., com tabs.

NIOS (pseudônimo de d. Nina Felício dos Santos) — "Colhendo" — Romance de costumes paulistas (Rio de Janeiro, Ofs. Graf. do "Jornal do Brasil", 1914), in-8° de 145 págs., com ils., e prefaciado pelo conde de Affonso Celso.

OLAVARRIA (I. A.) — Liga de dos países cafeteros (Caracas, 1898), in-8° de 20 páginas.

PICAROLO (A.) — Una rivoluzione economica — La proprietá fondiaria degli italiani nello Stato di San Paolo (Alessandria, Tip. Cooperativa, 1908), in-8° de 69 págs.

"PRODUCTION and consumption of coffee, etc. — Message of the President of the United States transmitting a report from the Secretary of State, with accompanying papers, relative to the Proceedings of the International Congress for the study of the production and consumption of soffee, etc." — (Washington, Government Printing Office, 190v), in-8° de 312 págs. — Foi representante do Brasil e o vice-presidente desse Congresso Internacional, o sr. J. F. de Assis Brasil.

RAMOS (Augusto) — A indústria caféiera na América Espanhola (S. Paulo, 1907).

RATZKA-ERNST (Clara) — Welthandelsartikel und ihre Preise — Eine Studie zur Preisbewegung und reibildung der Zucher, der Kaffee un die Baumwolle (Munich, 1912), in-8° de 244 págs.

"RELOTÓRIO geral da Exposição Nacional de 1861 e relatórios dos jurís especiais, colligados e publicados, por deliberação da Comissão Directora, pelo secretário Antonio Luiz Fernandes da Cunha" (Rio de Janeiro, Tip. do "Diario do Rio de Janeiro", 1862), in-4° de 527-III págs., com tabs.

"RELOTÓRIO do Museu Commercial do Rio de Janeiro, — Referêntes aos anos de 1907 e 1908... — Pelo dr. Candido Mendes de Almeida" (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1910), in-4° de 416 págs., com 2 es. geogr.

SABONADIÈRE (Guilherme) — O fazendeiro de café em Ceylão (Rio de Janeiro, Tip. do "Diario do Rio de Janeiro", 1875), in-8° de 196 págs.

SABONADIÈRE (Gulherme) — O fazendeiro de café em Ceylão — Com um apêndice contendo diversos extratos e cartas de outros autores sobre o mesmo assunto — 2ª ed., revista e aumentada — Londres, 1870 (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1877), in-4º de 187 págs.

SCHIGUT (E.) — Die Usanzen des internationalen Kaffeehandels (Vienna, G. Szelinski & C., 1899), in-8º de 19 págs.

* "SERVIÇO de Estatística Comercial" — V. os relatórios que publica anualmente.

SUZOR (E.) — Choix des cafés composant les meilleurs mélanges, provenances, description, classification, mélanges, (Paris, Paul Schmidt, 1887), in-8º de 11 págs. com est. col.

VEIGA FILHO (Dr. João Pedro da) — Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de S. Paulo (S. Paulo, "Diário Oficial", 1896), in-4º de 137 págs.

WEISSELS (L.) — De opheffing van het monopolie in de vervanging van de gedwongen koffiecultuur op Java door ens estaatscultuur in vrijen arbeid (Haya, 1890), in-8º de 72 págs.

II

PUBLICAÇÕES DE HEMEROTÉCA

a) PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES FEITAS EM REVISTAS E JORNAIS

ALEMÃO (Dr. Francisco Freire) — Café ("Caffoea") — ("Rev. do ns. Hist. e Geogr. Bras.", 1856, t. XIX, págs. 561-572 (da 2ª ed. de 1898) — Faz parte da memória: "Quais são as principaes plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?"

AMARAL (Tancredo do) — L'agriculture dans l'État de Saint-Paul ("Revue du Brésil", n. de 1º de Fevereiro de 1897, páginas 100-102).

"ATTACKING BRAZIL'S coffee trust" ("Literary Digest", 1912, vol. XLIV, páginas 1242-1244).

F*** (criptónimo de Domingos Borges de Barros, depois visconde da Pedra Branca) Memória sobre o café, sua história, cultura e amanhos ("O Patriota", Rio de Janeiro, 1813, vol. I, n. 5, Maio, págs. 3-15, e n. 6, Junho, págs. 31-43; vol. II, n. 2, Agosto, páginas 3-12.

BARBOSA (Conego Januario da Cunha) — ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. IV, 1842, pág. 376) — Nota sobre o café do Rio de Janeiro; e "O Auxiliador da Indústria Nacional", n. de 1934.

BERTHOULE — La culture du cafeur au Brésil — Communication faite á la Société Nationale d'Acclimatation de France ("Bulle-

tin de la Société d'Acclimatation", n. de 28 de Março de 1800).

BOLLE (Karl) — São Paulo — Das be-
deutenste Kaffeegebiet der Welt ("Deutsche
Kaffeegebiet der Welt ("Deutsche Rundschau
fur Geographie", vol. XXVIII, págs. 66-67).

BONDAR (Gregorio) — As pragas do ca-
féero ("Boletim do Ministério da Agricul-
tura, 1925, ano XIV, numero de Fevereiro,
pág. 245).

"BRAZIL coffee in England" ("Bulletin
of Pan-American Union", 1915, vol. XI, pági-
nas 514-515).

"BRAZIL'S failure to control the price"
("Bulletin of the American Geographic So-
ciety", 1909, vol. XLI, págs. 220-222).

"BRAZILIAN coffee propaganda" ("Com-
mercial and Financial Chronicle", 1909, volu-
me LXXXVIII, págs. 1223-1224).

* "CAFE' (O) — ("Boletim do Ministério
da Agricultura", 1924, ano XIII, n. de Julho,
pág. 103).

"CAFE' (O) — nos Estados Unidos" —
("Biletim do Ministérii da Agricultura", 1919,
ano VII, n. de Abril, pág. 171).

"CAFE' (O) no estrangeiro" ("Boletim
do Ministério da Agricultura", 1926, ano XV,
n. de Janeiro, pág. 63).

"CAFE' (O) na Indo-China" ("Boletim
do Ministério da Agricultura", 1915, ano III,
n. de Março, pág. 133).

* "CAFE" — Mercados importadores em
pequena escala e que figuram sob a rubrica
"Diversos" na Estatística Comercial de 1926"
("Boletim do Ministério da Agricultura",
1927, ano XVI, n. de Junho, pág. 887).

"CAFE' (O) nos mercados exteriores"
("Boletim do Ministério da Agricultura",
ano XVI, n. de Janeiro, pág. 130).

"CAFE' (O) no mundo" ("Boletim do
Ministério da Agricultura", 1924, ano XIII,
n. de Julho, pág. 145).

* "CAFE' (O) em S. Paulo" ("Boletim do
Ministério da Agricultura", 1920, ano VIII,
n. de Janeiro, pág. 145).

* "CAFE" — Sáfra de 1911 a 1912" ("Bole-
tím do Ministério da Agricultura", 1913, n. de
Março, pág. 147).

CASSEUS (Dr.) — O café e o alcoolismo
("Boletim do Ministério da Agricultura",
1918, n. de Janeiro, pág. 81).

"COFFEE crop of Brazil" ("Economist",
1909, vol. LXVII, págs. 1080-1031).

"COFFEE exports from Brazil, 1898-1900"
("Monthly Summary of Commerce and Fi-
nance", 1900-1901, págs. 2592-2593).

"COLHEITA de café — Fomento agri-
cola" ("Boletim do Ministério da Agricul-
tura", 1925, ano XIV, n. de Abril, pág. 437).

"COMÉRCIO (O) de café nos Estados
Unidos — A exportação do Brasil e da Co-

lombia" (Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Junho, págs. 871-873).

COSTA (Dr. Affonso) — O café do Brasil no Egito — Plano de propaganda — Parecer — ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1923, ano XII, n. de Março, pág. 25); O café do Brasil na Suíça (ib., 1925, ano XIV, n. de Novembro, pág. 714).

CONTY (Dr. Louis) — Le café, as culture, sa préparation, ses échanges, ses usages ("Revue de France et du Brésil", Rio de Janeiro, 1884, tomo I).

COUTY (Dr. L.), GUIMARÃES (Dr. E. A. R.) e NIOBEY (Dr.) — De l'action du café sur la composition du sang et les échanges nutritifs ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1884, vol. XCIX, páginas 85-87).

CROCE' (Francisco) — La crisi del caffè nel Brasile ("Bulletino del Ministero degli Affari Esteri", n. de Dezembro de 1902).

"CULTURA (A) do café em Pernambuco" ("Boletim do Ministério da Agricultura, 1927, ano XVI, n. de Junho, pág. 890).
("Boletim do Ministério da Agricultura", 1922, ano XI, n. de Fevereiro, pág. 139).

DAFERT (Dr. F. W.) — Mittheilung aus dem Landwirtschaftsinstitut des Staates So Paulo, Brasilien — Der Nahrstoff des Kaffeebaumes ("Landwirtschafts Jahrbuch", 1894, vol. XXIII, págs. 27-45). — Apareceu em espanhol, num 8º de 33 págs. (S. José, Costa Rica, 1896).

DAHNE (Eugenio) — The story of São Paulo coffee, from plantation to cup ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1915, volume XXVIII, pág. 127).

DENIS (Pierre) — La crise du café au Brésil et la valorisation ("Revue Politique et Parlementaire", 1908, vol. LVI, págs. 494-520).

DINARD (Professeur Arthur) — Le mouvement économique du Brésil — La culture du café ("Revue du Brésil", n. de 1.º de Maio de 1897, págs. 201-203).

ERNST (G.) — Eine Schweizer-Plantage in Brasilien ("Die Schweiz", Zurich, 1904, n. 5, págs. 115-118; e n. 6, pág. 137), com ilustrações.

"EXPANSÃO do comércio do café nos Estados Unidos" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1916, n. de Fevereiro, pág. 83).

"EXPORTAÇÃO de café por países de destino" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1926, ano XV, n. de Junho, página 889).

"EXPORTADORES de café" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1919, n. de Fevereiro, pág. 137).

FERREIRA (Dr. Alexandre Rodrigues) — Diário da viagem filosófica pela capitania de S. José do Rio Negro, com a informação do estado presente (1796) — ("Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", ts. XLVIII a LI, 1885 a 1885). — Sobre o café, t. LI, págs. 42 e 119-129).

FERREIRA (Pedro Cintra) — O café e seu futuro ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1915, n. de Fevereiro, págs. 121-124).

FERRIN (A. W.) — Brazilian plan of limiting shipments ("Moody's Magazine", 1912, vol. XIII, págs. 409-414).

GENÚ (Dr. Almeida) — O centenário do café no Brasil — O café no Pará ("Correio do Pará", n. de Junho de 1927). — Foi transcripto no "Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Julho, págs. 152-153).

GEORLETTE (A.) — Importação do café do Brasil pela Suíça em 1926 ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Maio, págs. 706-707).

GOELDI (Dr. E. A.) — Relatório sobre a molestia do caféiro na provincia do Rio de Janeiro ("Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro", 1892, vol. VIII, págs. 7-121). — Saiu tambem em espanhol, num opúsculo (México, 1894, de 118 págs, in-8).

GOELDI (Dr. E. A.) — Ramularia Goeldi Saccardo — Epiphytischer Pilz auf dem Kaffeestrauch (B. Franck, "Handbuch der Pflanzkrankheiten" — Aus dem port. "Bericht über die Kaffeebaum-Krankheit in der Provinz Rio de Janeiro", "Arquivos do Museu Nacional", Rio de Janeiro, bd. VIII, 1892, s. 27-38).

GOEUDI (Dr. E. A.) — Neue Gattung und Species der Anguilluliden, Wurzelschadling des Kaffeestrauches in Rio de Janeiro und den Nachbar-Staaten — (Auch ("Relatório sobre a molestia do caféiro na provincia do Rio de Janeiro", "Arquivos do Museu Nacional", Rio de Janeiro, bd. VIII, 1892, Seite 67).

GROSSI (Dott. Vincenzo) — La crisi dei caffè ed i progetti per la fissazione del cambio al Brasile ("Nuova Antologia", CCVIII, — CXXIV, da V série, — págs. 484-494).

GROSSI (Dott. Vincenzo) — La crisi del caffè e l'emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo ("Revista Italo-Americana", n. de Junho de 1902).

GRYLLO (Heitor) — A praga do caféiro na Paraíba do Norte ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, vol. I, n. de Maio, pág. 571).

GUIMARÃES (Dr. Eduardo Augusto Ribeiro) — Sur l'action physiologique du café ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences de Paris", 1882, vol. XCIV, págs. 1372-1374).

GUIMARÃES (Dr. Eduardo Augusto Ribeiro) — De l'usage et de l'abus du café ("Archives de Physiologie Normale et Pathologique", 1883, III sér., vol. I, págs. 312-319); Sur l'action physiologique et hygiénique du café (ib., 1884, vol. IV, págs. 252-286).

GUIMARÃES (Dr. Eduardo Augusto Ribeiro) — De l'action du café sur la consommation d'aliments azotés et hydrocarbonés ("Comptes-rendus de la Société de Biologie", 1883, VII sér., vol. V, págs. 590-592).

GUIMARÃES (Dr. Eduardo Augusto Ribeiro) e **RAPOSO (A. E. Juvenal)** — Ação fisiológica e terapeutica do café ("Gazeta Médica Brasileira", 1882, vol. I, págs. 121, 179, 223 e 275).

GUIMARÃES (Dr. Eduardo Augusto Ribeiro) e **NIIBEY** — De l'action du café sur la nutrition et sur la composition du sangue ("Comptes-rendus de la Société de Biologie", 1882, VII série. vol. IV, págs. 543-550).

HUTCHINSON (Lincoln) — Coffee valorization in Brazil ("Quarterly Journal of Economics", 1909, vol. XXIII, págs. 528-535).

IMPORTAÇÃO de café no Canadá — Do relatório do consul em Montreal ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Dezembro, pag. 836).

"INSPEÇÃO dos cafézais no Paraná — (Instituto Biológico de Defesa Agrícola" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Maio, pag. 590).

"KAFFEEFRAGE (Die) in Brasilien" ("Grenzboten", vol. LXVI, págs. 335-339).

KYBAL (Vlastimir) — O café na Tchecoslováquia ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Novembro, pag. 700).

LALAB (Gabriel Ramie) — O café do Brasil na Síria ("Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, n. de 3 de Janeiro de 1900).

LANEUVILLE E.) — Le café — Le change brésilien ("Journal des Économistes", n. de 15 de Outubro de 1902).

LEROY-BEAULIEU (Paul) — Les droits sur le café — Le Brésil, la France et nos colonies ("L'Économiste Français", volume XXVIII, págs. 101-103).

LÉVY (Maurice) — La valorisation du café au Brésil ("Annales des Sciences Politiques", 1908, vol. XXIII, págs. 586-603).

LIMA Dr. A. da Costa) — Notas sobre o caruncho do café ("Stephanodors coffee Hag") — ("Chacaras e Quintais", ns. de Outubro e Novembro de 1924, Janeiro, Fevereiro e Março de 1925; e "Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Março, págs. 368-374; Notas sobre o "Stephanodors-seriatum Eickoff" ("Boletim" cit., n. de Janeiro, pag. 194, e n. de Fevereiro, pag. 363).

LIMA (Dr. A. da Costa e RAVACHE (Alberto) — A bróca do café — Medidas de

combate ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Janeiro, pag. 33).

"LIVRE (A) entrada do café no território argentino" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Julho, págs. 83-85).

LOBO (Helio) — Café e borracha — Um paralelo de actualidade ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Julho, págs. 125-129).

LOPES (Dr. João Baptista) — Café Carangola ("Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, n. de 1896). — Acha-se também em "O Café", do padre Araujo Marcondes, páginas 67-69.

MOREIRA (Dr. Carlos) — "O vermelho" — *Cerococcus parahybensis* Hempel, parasita do caféeiro no Estado da Paraíba ("Chacaras e Quintais", 1927, vol. XXXV, n. de 15 de Março, págs. 225-226).

"MOVIMENTO do café em Janeiro" — ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1911, n. de Janeiro, pag. 111).

MUNIZ (J. C.) — O café nos Estados Unidos ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Fevereiro, páginas 242-244); Uma convenção de torradores de café (ib. id., n. de Maio, págs. 712-717; O café nos Estados Unidos em 1926 (ib. id., n. de Junho, págs. 867-869).

OLIVEIRA (Francisco Gualberto de) — O café brasileiro no Uruguai, especialmente em Montevidéu — Importação por países de origem — Importação dos sucedaneos — Preços correntes ("Gazeta da Bolsa", ano X, n. 37, de 9 de Setembro de 1927, págs. 5-6).

"OPERAÇÕES a termo" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1926, ano XV, numero de Fevereiro, pag. 409).

PATTERSON (W. Morrison) — Brazil's coffee trade of to-day ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXV, páginas 323-324).

PAYEN (Édouard) — Au Brésil — La valorisation du café ("Questions Diplomatiques et Coloniales", vol. XXIV, págs. 728-740).

PECKOLT (Dr. Waldemar) — A origem do café no Brasil — Como veio ter no Brasil a primeira arvore do café ("Chacaras e Quintais" n. de 1927).

PERES (Dr. Apollonio) — Café em Pernambuco ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1922, n. de Janeiro, pag. 122).

PESTANA (P. R.) — Sacaria para café ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1918, n. de Fevereiro, pag. 83).

PINARDI (G.) — Le mouvement économique du Brésil — Recherches statistiques sur le commerce de café ("Revue du Brésil", 1897, n. de 1º de Abril, págs. 170-173); Le

burget de trols fazendas (ib., 1897, n. de 15 de Abril, págs. 182-185).

"PRAGA (A) do café em São Paulo" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Janeiro, pág. 126).

"PRAGA (A) dos caféeiros em São Paulo" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1924, ano XIII, n. de Fevereiro, pág. 119).

"PREÇOS correntes de café do Brasil no quarto trimestre de 1923, em Marselha" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Maio, pág. 747).

"PRODUÇÃO do café em São Paulo" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Julho, pág. 159).

"PRODUÇÃO e consumo de todas as qualidades de café no mundo" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1921, n. de Janeiro, pág. 121).

"PRODUÇÃO, entregas, suprimento visível e preço desde 1850" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1923, ano XII, n. de Janeiro, pág. 151).

"PROVAVEL colheita para 1925 — (Fomento Agrícola)" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Agosto, pág. 294).

RAMOS (Augusto) — O bi-centenario do café e a civilização brasileira ("Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, n. de 27 de Maio de 1927).

RANGEL (Eugenio) — Prágas do caféeiro ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1923, ano XII, n. de Janeiro, pág. 117).

RABELLO (José Silvestre) — Memória sobre a cultura do caféeiro ("O Auxiliador da Indústria Nacional", 1833, ano I, n. 5, págs. 1-19).

S. (E.) — La leçon brésilienne ("L'Économiste du Littoral", de Marselha, ns. de 6 de Novembro e 18 de Dezembro de 1913). — Trata da valorização do café.

SCHERRER (A.) — Kaffee-Kultur in Brasilien ("Schweizer Rundschau", 1901-1902, vol. II, págs. 386-390).

SEEGER (Eugene) — Coffee crop of Brazil ("United States Consular Reports", 1898, vol. LVIII, n. 218, págs. 334-336).

"SERVIÇO de defesa do café em Minas Gerais (Guaaxupé)" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Maio, pág. 590).

SILVA (Henrique) — A introdução do caféeiro no Brasil ("A Informação Goiana", Rio de Janeiro, ns. de Maio e Junho de 1927).

"SITUAÇÃO mundial do café" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1927, ano XVI, n. de Maio, pág. 749).

SMITH (H. H.) — Culture of coffee in Brazil ("Scribner's Magazine", vol. XIX,

pág. 226; e "Penny Magazine", vol. IX, página 484).

"STOCK mundial do café" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1925, ano XIV, n. de Abril, pág. 525).

"STORY of São Paulo coffee from plantation to cup" ("Pan American Union Bulletin", 1915, vol. XLI, págs. 370-378).

"SINOPSE da entrada e saída de café pelos portos do Rio de Janeiro e Santos — 1911 a 1917" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1918, n. de Janeiro, pág. 165).

"TRANSPORTING Brazil coffee" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, volume XXXII, págs. 214-224).

TURMANN (Max) — Un État qui fait du commerce — Le Brésil et la valorisation du café ("La Revue Hebdomadaire", 1909, vol. VIII, págs. 450-470).

V. (L. de) — Le café de Minas Geraes ("Revue du Brésil", n. de 1.º de Maio de 1897, págs. 203-204).

VIANNA (João Antonio de Sampaio) — Breve notícia da primeira planta de café que houve na comarca de Caravélas, ao sul da província da Baía — Escrita segundo dados autênticos ("Rev. do Instituto Hist. e Geogr. Bras.", 1843, t. V, págs. 73-75).

WARD (R. D.) — A visit to the Brazil coffee country ("National Geographic Magazine", 1911, vol. XXII, págs. 908-931).

WASSERVAS (A. d'Anthouard de) — Le café au Brésil ("Journal des Économistes", 1910, VI sér., vol. XXVII, págs. 16-37).

WERNECK (Luiz Peixoto de Lacerda) — Breves considerações sobre a posição atual da lavoura do café ("Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 1854, n. 278 e outros). — Afirma Blake que esses artigos foram enfiados em opúsculo.

WILLIAMS (J. H.) — The Brazil coffee situation ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXV, págs. 221-222).

WINDELS (J. H.) — A coffee buyer's life in Brazil ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXX, págs. 538-545).

b) PUBLICAÇÕES SUBSIDIARIAS

ALTSCHUD (F.) — Die Kaffeevalorisation ("Jahrbuch für Gesetzgebung", 1910, n. 2).

"COFFEE combine ta bay" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXII, págs. 497-513).

"COFFEE valorization and the sherman law" ("Journal of Political Economy", 1913, vol. XXI, págs. 162-163).

"COFFEE (The) valorization schema and the coming harvest" ("Economist", 1909, volume VIII, págs. 910-911).

"COMÉRCIO, propriedades, uso, cultura e preparação do café" — Tradução de José

de Rezende Costa, do "Nouveau Cours d'Agriculture", redigido por membros do Instituto de França ("O Auxiliador da Indústria Nacional", 1934, 2º ano, págs. 321-329).
 "FRAGE (Zur der Kaffeeveralorisation" ("Deutsche Wirtschafts-Zeitung", 1913, vultim do Ministério da Agricultura", 1927, ano me IX, págs. 237-243.

"FUTURO (O) do café em Cuba ("Bole-XVI, n. de Julho, págs. 111-112).

GOMES (José Laetano) — Memória sobre o produto de uma plantação de café na Ilha de Cuba, e sobre o método de cultivar a mesma planta na sobredita ilha ("O Auxiliador da Indústria Nacional", 1839, 3º ano, n. 3, págs. 72-76).

"HOW the coffee trust has held its grip" ("Current Literature", 1912, vol. LIII, págs. 52-54).

HUEBNER (G. G.) — Making green coffee prices ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXI, págs. 442-449).

ILLE (Ego — pseudónimo) — A propôsta della crisi nel commercio del caffè ("Revue du Brésil", n. de 1º de Maio de 1897, página 205).

LALIÈRE (A.) — La valorisation du café ("Revue Économique Internationale", 1910, vol. VII, p. 1, págs. 316-350).

MOCFAILONE (John J.) — Coffee valorization analysed ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1910, vol. XIX, págs. 103-110).

MCKENNA (W. E.) — Cause of advance in price ("Public", 1912, vol. XV, pág. 508).

"PRODUÇÃO do café nas colonias francesas" ("Boletim do Ministério da Agricultura", 1913, n. de Maio, pág. 133).

"RAISING prices by destruction ("Nation", 1909, vol. LXXXVIII, págs. 520-521).

SCHMIDT (Fritz) — Die Kaffee-valorisation ("Johrbuck fur Nationalökonomie und Statistik", 1909, III sér., vol. XXXVII, páginas 662-670).

SIELKEN (Hermann) — Coffee valorisation explained ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XXI, págs. 471-481); A defense of valorization (ib., 1912, vol. XXIII, págs. 17-21).

A SLOSS (H.) — Why coffee costs twice as much ("World's Work", 1912, vol. XXIV, págs. 194-205).

"SUIT against the coffee trust ("Nation", 1912, vol. XCIV, págs. 508-509).

THEISS (Lewis Edwin) — Why the price of coffee increases — Showing how a few rich men, who want to be richer, are pushing up the price of coffee ("Pearson's Magazine", 1911, vol. XXIV, págs. 456-463).

UKERS (William H.) — The great coffee corner ("Saturday Evening Post", 1909, volume CLXXXI, págs. 5-7).

"VALORIZATION coffee" ("Current Literature", 1903, vol. XXXV, págs. 746-747).

VARNHAGEN (Francisco Adolpho de) — Informações sobre a cultura do café em Venezuela ("Rev. Agricola do Imp. Inst. Flum. de Agricultura", Rio de Janeiro, n. de Janeiro de 1871, págs. 48-50).

WILEMAN (J. P.) — Unparallelet valorization ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XX, págs. 444-445).

c) PRINCIPAIS REVISTAS E JORNAIS BRASILEIROS QUE TRATARAM, OU TRATAM, DO CAFÉ.

"AUXILIADOR (O) da indústria Nacional" (Rio de Janeiro, 1833-1894) — Teve por diretor, na sua fase final, durante muitos anos, o dr. Nicolau Joaquim Moreira.

"BOLETIM da Agricultura" (S. Paulo) — Publicado pela Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo.

"BOLETIM da Diretoria de Indústria e Comércio" (S. Paulo) — Publicado pela Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo. — Apareceu em 1910.

"BOLETIM do Instituto Agronômico de Campinas" (S. Paulo).

"BOLETIM do Instituto de Café do Estado de S. Paulo" (S. Paulo).

— "BOLETIM Mensal do Centro de Comércio de Café".

"BOLETIM do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. — (Serviço de Informações) — (Rio de Janeiro).

"BRASIL Agrícola" (Rio de Janeiro) — Revista mensal — Publica-se desde 1916.

"CHACARAS e Quintais" (São Paulo) — Revista mensal — Publica-se desde 1909.

"EVOLUÇÃO (A) Agrícola" (S. Paulo).

"FAZENDA (A) Moderna — Órgão do Instituto Agrícola Brasileiro" (Rio de Janeiro) — Saiu com o titulo "A Fazenda", interrompeu a publicação de 1913 a 1916, e reapareceu em 1916 com a denominação atual.

"FAZENDEIRO (O) Revista mensal de agricultura, indústria e comércio, destinada especialmente aos interesses da lavoura cafeeira" (S. Paulo) — Publica-se desde 1908.

"GAZETA Agrícola" (Rio de Janeiro, 1880).

"GAZETA da Bolsa — Semanário econômico, financeiro e comercial" (Rio de Janeiro) — Apareceu em 1819.

"JORNAL do Agricultor" (Rio de Janeiro, 1879-1881) — Teve por diretor Dias da Silva Junior.

"JORNAL DO COMÉRCIO" (Rio de Janeiro) — Além de artigos sobre o café, que tem estampado, publica desde 1874 excellentes retrospectos comerciais.

"LAVOURA (A) — Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura" (Rio de Janeiro) — Publica-se desde 1897.

"LAVOERA e Criação" (Rio de Janeiro) — Apareceu em 1916.

"MONITOR Mercantil" (Rio de Janeiro) — Fundado em 1914.

"OSTENSOR Brasileiro" (Rio de Janeiro), 1845-1846).

"PATRIÓTA (O) — Jornal literário, politico, mercantil" (Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1813-1814 — Têve por principal redactor Manoel Teixeira de Araujo Guimarães.

REVISTA Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura" (Rio de Janeiro, 1879-1880).

"REVISTA de Agricultura" (Rio de Janeiro, 1869-1880).

"REVISTA Agro-Pecuária" (S. Paulo) — Publica-se desde 1918.

REVISTA Comercial do Brasil" (Rio de Janeiro) — Fundada em 1902.

REVISTA Comercial Brasileira" (Santos, Estado de S. Paulo).

REVISTA de Indústria e Comércio — Orgão do Centro de Comércio e Indústria" (S. Paulo).

"REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (Rio de Janeiro) — Publica-se desde 1839.

"REVISTA da Sociedade Rural Brasileira" (S. Paulo) — Surgiu em 1920.

"SÓLO (O) — Orgão do Centro Agrícola Luiz de Queiroz" (Piracicaba, Estado de São Paulo) — Apareceu em 1909.

REVISTAS ESTRANGEIRAS OU PUBLICADAS NO BRASIL POR ESTRANGEIROS

"ANNUAIRE du Brésil Économique" (Rio de Janeiro) — O vol. I appareceu em 1912.

"BRASILIANISCHE Rundschau — Revista Brasileira" (Rio de Janeiro) — Saiu em 1911, sob a direção de J. Hubmayer — II, texto em alemão e português.

"BRAZILIAN Review — A weekly record of trade and finance" (Rio de Janeiro, 1907-1914).

"BULLETIN du Syndicat Général de Défense du Café et des Produits Coloniaux" (Paris) — Publica-se desde 1910.

"CAFE" (Le) — (L'Avre) — Revista mensal, dirigida por E. Laneville — Fundada em 1902.

"MONTHLY Bulletin of the Bureau of American Republics" (Washington) — Publica-se desde 1893.

"REVUE du Brésil" (Paris, 1896-1897) — Foi dirigida por Alessandro d'Atri.

"REVUE Française de la Province de saint-Paul (Brésil) (S. Paulo), 1887-1888).

"REVUE de France et du Brésil" (Rio de Janeiro, 1884) — Só saiu o t. I, in-4°.

"TEA (The) and Coffee Trade Journal" (New-York) — Publica-se desde 1902.

III

MANUSCRITO

CORPUT (Bernard Edouard H. J. van den) — Mémoire sur l'utilisation des feuilles du Coffea arabica por la fabrication des thés — Par docteur en sciences, pharmacien, etc. (Ms. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cód. CCXXVIII, 16-94 — Autógrafo oferecido ao sr. Sturz, consul-geral do Brasil na Prussia, e datado de Bruxelas, Dezembro de 1853).

LAVRADIO (Marquês de) — Carta datada de 12 de Janeiro de 1773 ("Arquivo do Conselho Ultramarino — Rio de Janeiro — Correspondência dos Vice-Reis — 1778 a 1807" cópia autêntica, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Faz referência a João Hopman e ao plantio de caféeiros por este.

MACEDO (Duarte Ribeiro de) — Memória sobre gêneros para o comércio que há no Maranhão e Pará — Escrita em Paris a 20 de Janeiro de 1672 — (Cópia existente sob o n. 436 do Catálogo de Manuscritos, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) — Cap. VI, "Da utilidade do café".

RABELLO (José Silvestre) — Memória datada de 20 de Abril de 1839 — (n. 712 do Catálogo de Manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) — Três curiosas notícias sobre a introdução do caféiro na cidade do Rio de Janeiro.



REPRODUÇÃO DE UM QUADRO EXISTENTE NA GALERIA DAS DOÇAS
DE SANTOS, DO PINTOR CALIXTO. E O ANCORADOURO DE SANTOS,
ANTES DA CIA. DOÇAS HAVER CONSTRUÍDO
O GRANDE PORTO CAFFEIRO

A praça de Santos como centro de redistribuição do café

Santos - "O porto mais importante da exportação de café em todo o mundo"

OTTO UEBELE

A PRIMEIRA EXPORTAÇÃO PAULISTA

Antigamente, o café produzido no Estado de São Paulo, então província de São Paulo, era embarcado para o Rio de Janeiro, e provavelmente terá saído do Rio para o estrangeiro misturado com os cafés amargos daquela zona.

Sómente de meados do seculo'passado data a iniciativa de exportar o café paulista directamente via Santos. E foi a firma Theodoro Wille & Co., fundada em Santos em 1844, que em 1845 embarcou dalí o primeiro café paulista diréctamente para a Europa.

O MAIS IMPORTANTE PORTO DO MUNDO

Com o aumento da produção Paulista, Santos desenvolveu-se consideravelmente e é hoje o, porto mais importante de exportação de café do mundo. Nenhuma outra praça brasileira de comércio dispõe de instalações tão perfeitas e proprias para as muitas manipulações necessárias, recebendo, rebeneficiando e negociando o enorme volume duma safra paulista. O porto é magnifico e dispõe de instalações modernissimas para o embarque de café. E como em nenhuma outra praça, possuímos vastissimos armazens especialmente construidos para todos os serviços necessários,

entre os quais os novos armazens da Companhia Docas de Santos, situado perto dos pontos de embarque e ligado directamente á estrada de ferro São Paulo Railway. Máquinas para rebenificio do café, as mais modernas e aperfeicoadas, servida por pessoal competente, trabalham ativamente no preparo dos tipos de café exigidos para a exportação.

CASAS COMISSÁRIAS

Há na praça de Santos muitas casas Comissárias, em permanentes comunicações diréctas com os fazendeiros, a quem em geral, fornecem o custeio das fazendas e os necessários fundos, zelando pela venda dos exportadores dos cafés recebidos do interior. Os exportadores, por sua vez, negociam os cafés com o estrangeiro por intermédio de uma grande organização de agentes vendedores e essas vendas de exportação realizam-se na base de tipos e descrições de qualidade, etc.

As necessidades monetárias para custear e financiar uma safra paulista são enormes, e os fornecedores dos fundos estão a cargo de um vasto circulo de bancos nacionais e estrangeiros, com a assistência de firmas exportadoras importantes, dotadas de grande poder monetário.

Defeza do café

NÃO É POSSÍVEL A RETENÇÃO NO INTERIOR DOS ESTADOS ONDE NÃO HAJA ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

ARISTOTELES DE QUEIROZ

A política caféira, norteadada por São Paulo e a que adheriram todos os mais Estados produtores se, por um lado, tem trazido salutar efeito—a sustentação razoável de preços, por outro, tem originado um sem número de dificuldades ao lavrador como ao industrial e comerciante.

A defesa do café, racionalmente operada, importa num complexo de medidas, entre as quais a mais importante é a parte financeira.

Lançar-se numa diretriz como a que se seguiu, sem uma preparação prévia, é uma aventura possivelmente de funestas consequências; não se poderá já mais fazer-se retenção do produto sem um completo sistema de financiamento. Agir de modo diferente não é salvar a lavoura, fonte inicial de toda a nossa economia, antes é aniquila-la, como começamos a assistir na zona mineira servida pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Reter cafés em armazens reguladores em São Paulo, onde o aparelhamento bancário é um dos sintomas mais evidentes de seu progresso, é coisa relativamente fácil; pois os centros onde se encontram êles são outras tantas praças de grande valor comercial.

Reter cafés nas estações mineiras da Vitória a Minas é matar a lavoura e arruinar o comércio, já não dizemos daquela zona apenas, mas o da praça de Vitória onde elas se abastecem.

As quotas de saída distribuidas em maio para as estações mineiras foram tão exiguas, que em apenas sete dias haviam sido completadas as de um mês!

Não havendo armazens gerais, não tendo a Estrada armazens de carga, por pequena que fosse sua capacidade, nem tão pouco bancos onde se pudesse operar constatou-se o immediato aparecimento do aproveitador, do especulador, do ganancioso. Organizaram um convenio e impuzeram preços vis para a compra de café.

Resultado—lavrador não pagar ao fornecedor e êste, naturalmente não poder liquidar os seus compromissos em Vitória, onde se abastecem.

Protestos do lavrador, grito do fornecedor, indignação do comércio de Vitória, ameaçado de ruinal

O simples enunciado acima, demonstra cabalmente, a impossibilidade das retenções no interior desde que não haja aparelhamento eficiente.

A ação do secretário das finanças mineiras, delegado ao Convenio último, reunido em São Paulo, modificou para melhor, de certo, com o aumento da quota global exportável por Vitória para 40 mil sacas-mensais!

Isso foi muito, é verdade, mas não foi ainda o bastante. A quota exportável pela zona mineira que demanda Vitória é sufficiente; necessário, porém, é que o governo de Minas de resolva a reter os seus cafés em Vitória, onde com maior facilidade se operaria sobre êles.

Essa medida foi fortemente pleiteada pelos produtores daquela zona e adogada calorosamente pela Associação Comercial de Vitória junto ao presidente Antonio Carlos.

O Espírito Santo resolveu o problema de sua defesa de modo muito racional; daí o apôio que lhe prestaram as classes conservadoras.

O seu delegado ao Convenio último, coronel Alziro Viana, conseguindo o aumento para 90 mil sacas mensais da parte exportável por Vitória, resolveu o último ponto discutível—a sua ação foi a mais proficua possível e, dentro da política ora seguida, resolveu a nossa situação.

O apôio prestado á sua ação pelas classes produtoras é índice seguro do reconhecimento que lhe devemos pelo muito que fez em nosso benefício.

Bibliografia estrangeira

(EXTRAÍDA DE "ALL ABOUT COFFEE", DE W. H. UKERS, PORÉM MELHOR COORDENADA, ALÉM DE CORRIGIDA, ACRESCENTADA E ADAPTADA Á "BIBLIOGRÁFIA BRASILEIRA".

I

HISTÓRIA, DESCRIÇÃO GERAL e LITERATURA DO CAFÉ

a) HISTÓRIA E DESCRIÇÃO GERAL

LIVROS:

ABBAL (L.) — Étude sur le café (Montpellier, 1885).

ABENDROTH (G. F.) — De coffea (Lipsia, 1825).

ALCOTT (William Alexander) — Tea and coffee (Boston, 1839), 174 paginas.

AULNAY (G. E. Coubard d') — Monographie du café, ou manuel de l'amateur du café. — Ouvrage contenant la description et la culture du caféier, l'histoire du café, ses caractères commerciaux, sa préparation et ses propriétés (Paris, 1832).

BERG (Norbert Pieter van den) — Historical statistical notes on the production and consumption of coffee (Batavia, 1880), 92 paginas.

BLOUNT (Blunt) (SIR HENRY) — An epistle in praise of tobacco and coffee, prefixed to a little treatise entitled "Organum Salutis" (Londres, 1657).

BONTEKOS (C.) — Tractaat van het excellentie kruid thee, I. Van de coffi (Haya, 1679).

BRILI (Marbuger) — Dissertation sur le café (Paris, 1862).

BUCHOZ (P. J.) — Dissertation sur le café (Paris, 1787).

CHEVALIER (Alphonse) — Du café, son historique, son usage, son utilité, ses altérations, ses succédanés et ses falsification, etc. (Paris, 1862), 63 paginas.

"COFFEE (Washington, 1901) — Publicação da Pan American Union).

CORNAILLAC (G.) — El café, la vainilla, el cacao y el té. — Cultivo, preparación, exportation, clasificación, comercial, gastos, rendimento. (Barcelona, 1903), 480 paginas.

CRIPET (Dr.) — Histoire et physiologie du café (Paris, 1846).

DEL RUE-SCHREVEN (L.) — Le café. — Étude historique et commerciale. (Tournal, 1886), 90 pags.

DOUGLAS (James) — Arbor yemensis fructum, cofé ferens: or. A description and history of the coffee tree (Londres, 1727), 60 pags.

DUCHARTRE (P.) — Plantes alimentaires — De l'usage du café, du thé, et du chocolat (Paris, 1865).

DUFOUR (Philippe S.) — Traitez nouveau et curieux du café, du thé, et du chocolat (Lyon, 1671; 2ª ed., 1684. A 3ª ed. é de Haya, 1693).

DUMAS (Léon) — Le pays du café (1885).

EGGERT (J.) — De coffea (Budae, 1833).

ELLIS (John) — An historical account of coffee (Londres, 1774), 71 paginas.

"ÉTRENNES à tous les amateurs de café. — Contenant l'histoire, la description, la culture, les propriétés de ce végétal (Paris, 1790), 2 pts. in 1 vol.

FRANKLIN (Alfred) — La vie privée d'autrefois (Paris, 1893).

FADCHON (L. J.) — Sur le café (Paris, 1815).

GALLAND (A.) — De l'origine et du progrès du café — Sur un manuscrit arabe de la Bibliothèque du Roy (Paris, 1839).

GALLAND (Antoine) — A treatise upon the origin of coffee (Londres, 1696).

GENTIL (M.) — Dissertation sur le café (1787), 180 pags.

GEORGIUS (J. C. S.) — De coffe (Tubingae, 1752).

GIRARD (A. L.) — Les sucres, le café, le thé, le chocolat (Paris, 1907). 96 paginas.

GMELIN (John George) — Dissertation de coffee (Tubingae, 1752).

GRAY (Arthur) — Over the black coffee (New York, 1902). 108 pags.

GUBIAN (J. M. A.) — Sur le café (Paris, 1814).

GUILLOT (A.) — Le cafés (Toulon, 1883).

HEWITT JR. (Robert) — Coffee — Its history, cultivation, and uses (New York, 1872).

HOUHTON (John) — Account of coffee (1699).

HULL (E. C. P.) — Coffee, its physiology, history and cultivation (Madras, 1865).

JAMES (Robert) — Treatise on tobacco, tea, coffee and chocolate (Londres, 1745).

JARDIN (Edélestan) — Le caféier et le café — Monographic historique, scientifique et commerciale de cette rubiacée (Paris, 1895), 413 paginas.

- JOMAN (J.)** — Du café (Paris, 1860).
- KÄBLE (B. B.)** — Coffee from grower to consumer (Londres, 1710), 120 paginas.
- KOEBEL, ROTHERY & TWENEY** (editors) — Enciclopedia de la América del Sul (Londres — Buenos Aires, 1913) — Sobre o café na America do Sul, vols. I, II e IV.
- KRAMERS (J. G.)** — Waarnemingen en beschouwingen naar aanleiding van eene reis in de koffie (Batavia, 1898), 101 pags.
- KRUGER (John G.)** — Gedanken vom Kaffee. Thee und Taback (1743).
- LABAT (Père Jean Baptiste)** — Nouveau voyage aux Iles d'Amérique (Paris, 1742) — Cap.: "Traité de la culture de café".
- LALOU** — Du café: son origine, le temps de sa découverte et celui on l'on commence à en faire usage (Rouen, 1834).
- LAW (W.)** — The history of coffee, including a chapter on chicory (Londres, 1850).
- LE-PLÉ (A.)** — Le café: histoire, science, hygiène (Rouen, 1877), 48 paginas.
- LIMA (J. C. Alves de)** — Some revelations about the cultivation, the commerce and the use of coffee (Syracuse, N. Y., 1901), 116 paginas.
- LOCK (Charles George Warnford)** — Coffee: its sulture and commerce in all countries (Londres, 1888), 264 paginas.
- LODGE (J. L.)** — Coffee (Birmingham, 1894), 14 paginas.
- "**MAATSCHAPPLIJ** tot nut van't algemeen. Bijdragen tot de kennis van de voornameste voortbrengselen van Naderlandsch indie (Amsterdam, 1860-1861), 2 vols. — Vol. II: "De koffij".
- MACÉ (C.)** — Du café (Paris, 1853).
- MARCUS (C. J.)** — De coffea (Leipzig, 1837).
- MARTINEZ (Emiliano)** — Memoria sobre el café: Su cultivo, beneficio, máquinas en uso, escojida, exijencias de los mercados, y otros conocimientos utiles (Nueva Orléans, 1837), 2ª ed., 61 pags.
- MA NER** — Traité sur le café (1624).
- MIEDAN (C.)** — Du café (Paris, 1862).
- MOREIRA (Dr. Nicolau Joaquim)** — Breves considerações sobre a história e cultura do caféiro e consumo do seu produto (Rio de Janeiro, 1873), 107 pags.
- NAIRON (Antoine Faustus)** — De saluberrima potione cahue, seu café nuncupata discursus (Romae, 1671) — Apareceu em inglês, com o título "A discourse on coffee; its description and vertues". (Translated from latin, by C. B.). (Londres 1710).
- "**NATUR** gemaessige Beschreibung der, Kaffee etc. (Hamburg, 1684).
- NIEBUHR (Karstens)** — Description de l'Arabie (Amsterdam, 1774).
- NIEBUHR (Karstens)** — Travels trough Arabia performed (Londres, 1792).
- NEUBERT (J.)** — Der Kaffee (Wurzburg, 1838).
- "**NOVI tractus** de potu caphé; de chinesisum thé; et de chocolata". Genevae, 1699).
- OLDMIXON (John)** — Het Britannische ryk in Amerika, zynde eene beschryving van de ontdekking, bevolking, inwoonders, het klimaat, den koophandel, en tegenwoordigen staat van alle de Britannische colonie, in dat gedeelte der wereldt. Uit het Engelsch, als mede een omstanding Berecht aangaande de koffy en koffy-plantery uit het Fransch vertaald (Amsterdam, 1821), 2 volumes.
- PAULLI (S.)** — A tratise on tobacco, tea, coffee and chocolate (Londres, 1746). — Traducção do Dr. James.
- PENILLEAU (Auguste)** — Étude sur le café, au point de vue historique, physiologique, hygiénique et alimentaire (Paris, 1864), 90 paginas.
- PENNETIER (G.)** — Le café (Paris, 1878).
- PETERS (F.)** — De potu caffii (Giessoe Hassorum, 1666).
- PLINGLE (W.)** — Science and coffee (Madrasta, 1897), 66 pags.
- QUELUS (De)** — Histoire naturelle du cacao, et du café, etc. (Amsterdam, 1720).
- RAMSEY (Walter)** — Organum salutis; or experiments on the virtue of coffee and tobacco (Londres, 1657).
- RAOUL (Édouard François Armand)** — Culture du caféier, semis, plantation, taille, cueillete, déulpation, décorticege, expédition, commerce, espèces et races. — Avec la collaboration, de E. Derolles (Paris, 1897), 2ª ed., 251 pags.
- REICHENBACH (Anton Benedict)** — Der Kaffeebaum, seine Verbreitung Kulturgeschichte un natürlliche Beschaffenheit, der Kaffeehandel und die Consumption des Kaffees, seine medizinische Anwendung, die Kaffeesurrogate und der Anbau der gangbasten Sorten (Berlim, 1867), 92 pags.
- RENDEL (A. B.) and FREEMAN (W. G.)** — Encyclopedia Britannica — Sobre o café: vol. VI, pag. 646, da 11ª ed.
- ROBIN (L.)** — Mémoire sur le café, sur sa culture, son commerce, ses propriétés physiologiques, thérapeutiques et alimentaires (Abbeville, 1864).
- ROQUES (Joseph)** — Traité historique de l'origine et des progrès du café, tant dans l'Europe, de son introduction en France et de l'établissement de son usage á Paris (Paris, 1715).
- RUMFORD (Count Benjamin Thompson)** — Of the excellent qualities of coffee, and the art of making it in the highest perfection ("Essay", vol. XVIII, pags. 115-207).

SPLITZERBER — Drey Tractate von Café, Thé und Chocolate (Dudissin, 1688).

SPON (J.) — De l'usage du café, du thé, et du chocolat (Paris, 1671).

TARR (A.) — De coffea (Pestini, 1836). — O texto é em hungaro.

THOMPSON (William Gilman) — Practical dietetics (1909) — Cap.: "Coffee — Composition; method of preparation; physiological action; adulteration; substitutes", pags. 262-267.

THURBER (Francis Beatty) — Coffee: from plantation to cup (New York, 1881), 416 pags.

TOGNI (M.) — Raccolta delle singolari qualità del caffè (Venezia, 1675).

VAUX (Antoine-Alexis-François Cadet de) — Dissertation sur le café — Son historique, ses propriétés et le procédé pour en obtenir le boisson le plus agréable, etc. (Paris, 1807), 119 pags.

VILARDEBO (J.) — El tabaco y el café (Barcelona, 1888), 142 pags.

WALSH (Joseph M.) — Coffee: Its history, classification and description (Philadelphia, 1894), 309 pags.

WELTER (H.) — Essai sur l'histoire du café (Paris, 1868).

PERIODICOS :

AHLENIUS (Karl) — Kaffe, et och roorsocker, deras ursprungliga hem och viktigaste produktionsomraeden ("Ymer", 1903, vol. XXIII, pags. 242-268).

BANNISTER (Richard) — Sugar, coffee, tea and cocoa — Their origin, preparation, and uses ("Journal of the Society of Arts", volume XXXVIII, pags. 1000-1014).

BRANSON (W. P.) — Coffee (Journal of the Society of Arts) 1874, vol. XXII, paginas 456-461.

COFFEE ("Leisure Hour"), 1882, volume XXXI, pags. 45-46).

COFFEE King ("Chamber's Journal", vol. LXXXII, pag. 23).

COFFEE infusion ("Médical Standard", 1913, vol. XXVI, pags. 52-56).

DEWEY (Stoddard) — How coffee came to Paris ("English Illustrated Magazine", 1898, vol. XX, pags. 312-315).

FERRIS (W. M.) — Coffee ("Nation", vol. XXXIV, pag. 192; "Leisure Hour", volume XXXI, pag. 41).

GUÉRIN (P.) — Le café ("Revue Scientifique", 1908, V sér., vol. X, pags. 486-414).

HARRIS (William B.) — Some coffees of to day ("Good Housekeeping", 1913, volume LVII, pags. 264-268).

HERAUD (Aug. Fred.) — Le café ("Science et Nature", 1885, n. de 28 de fevereiro, pag. 209).

HISTORY and cultivation of coffee ("Godey's Lady's Book", vol. LIV, pag. 51).

HOFFMAN (Paul) — Aus den ersten ersten Jahrhundert des Kaffees ("Zeitschrift für Kulturgeschichte", 1901, vol. VIII, paginas 405-441; vol. IX, pags. 90-104).

JACKSON (J. R.) — Coffee "Nature", pags. 11 e 126; "Blackwells' Magazine", volume LXXV, pag. 86; "Household Words", vol. V, pag. 562; "Penny Magazine", vol. I, pag. 49).

JUSSIEU (De) — Histoire du café ("Histoire de l'Académie Royale des Sciences", 1713; "Mémoires", 1716, pag. 291).

KAFFE (Om), dess historica och anivaandning ("Helosvannen", 18887, vol. II, pags. 157-163).

LESSON (René-Primavère) — Précis historique, botanique, médical et agronomique sur le café ("Annuaire Maritime et Coloniale", 1820, pag. 842).

MARSHALL (W. B.) — Coffee, its history and commerce; an out-line ("American Journal of Pharmacy", 1902, vol. LXXIV, pags. 361-274).

PICTORIAL history of coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, volume XXXIV, pags. 26-28 e 124-127; vol. XXXV, pags. 116-125 e 526-534; 1919, vol. XXXVI, paginas 322-324 e 515-516; volume XXXVII, 140-145).

TUCKERMANN (C. K.) — Coffee drinking in Eastern Europe ("North American Review", 1889, volume CXLVIII, paginas 643-645).

UKERS (William H.) — Better teas and coffees ("Good Housekeeping", 1911, volume LIII, pags. 495-498, e "The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XXI, pags. 274-276; A talk on coffee ("Good Housekeeping-Tea and coffee economies" ("Joe Chapple's News Letter", 1913, vol. I, pag. 9; e "The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, volume XXV, pags. 476-477).

WORLD'S drink (Review of Reviews", 1909, vol. XXXIX, pags. 109-110).

b) LITERATURA

LIVROS:

ABD-EL-KADER (Ansari Djezeri Hanbali) — Des preuves les plus fortes en faveur de la légitimité de l'usage du café (In "Chrétomathie arabe", de Sylvestre de Sacy (Paris, 1806).

BAROTTI (L.) — Il caffè (Poema). ("Eprit des Journaux", 1861, pags. 110-120).

BLONDEAU — Étrennes littéraires aux grands hommes ou l'empire du café — Poème en 10 chants. (Paris, data ignorada).

BLONDEAU — L'empire du café et le rapport de son influence sur l'esprit, les moeurs et l'économie animale. Poème en 4 chants (Paris, 1824).

BOUQUET (Le) blanc et le bouquet noir — Poésie en 4 chants (60 paginas).

BRADY (Cyrus Townsend) — A corner in coffee (New York, 1904).

CAFFÉE, die schoenste Panacea, in einem Lobgedicht über die wunderbare Heilkraft des nectarischen Caffetranks (1775), 23 pags.

CHARACTER of a coffee house, with the symptoms of a town-with (Londres, 1673). — In "Harleian Miscellany", vol. VI, pag. 429).

CHARACTER of coffee and coffee houses ("Haslitt's Handbook to Popular Literature", 1261).

COFFEE and crumpets; a poem ("Fraser's Magazine", vol. XV, pag. 316).

COFFEE houses vindicated; in answer to the late published character of a coffee house (Londres, 1675). Tambem in "Harleian Miscellany", vol. VI, pag. 433).

COFFEE scuffle; occasioned by a contest between a learned knight and pitfull pedagogue, with the character of a coffee house. Printed and are to be sold at the Salmon coffee house, near the stocks market (Verses by Woolnoth or Sir J. Langhem and Evans, a schoolmaster). (Londres, 1662).

DUMOND (E) — Les cafés et les restaurants d'autrefois ("Magazin Littéraire", vol. X, pag. 264).

EXCELLENT (The) virtue of that sober drink coffee (Panfleto inglez do seculo XVII, em versos).

GERER (E. E.) — An potus café dicti vestigia in Habraeos sacrae scripturae codice reperiantur? (Wittenbergioe, 1740).

GOLDONI (Carlo) — La bottega di caffè (Veneza, 1750).

GOURCUFF (O. de) — Le café — Epitre attribnée á Senecé (Nantes, 1883), 19 pags.

ISRAELI (Isaac d') — Curiosities of literature (Londres, 1824). Contém os seguintes escritos do século XVI e do século XVII, relativos ao café e á introdução do uso dessa bebida na Inglaterra: 1) "An Arabic and English pamphlet on The nature of the drink, kouhi or coffee" (publicado em Oxford, 1569); 2) "A cup of coffee, ou Coffee in its colours, a satirical poem" (1663), citado; 3) "A broadside against coffee or The marriage of the Turk" (1672), citado; 4) "The women's petition against coffee" (1674).

LAGUERRE (J. N.) — Essai sur le café (Paris, 1818).

LE-PAGE (Aug.) — Les cafés politiques et littéraires de Paris (1874).

MASSIEU (G.) — Carmen Caffaeum (Paris, 1740).

MELAYE (S.) — Éloge du café (Paris, 1852), 4 pags. (Poesia).

MÉRY (C. de) — Le café. — Poème — Acompañé de documents historiques sur le café, sur son origine, sur son commerce et sur les peuples d'Orient qui font spécialement usage du café (Rennes, 1837), 204 pags.

MILER (James) — The coffee-house (Londres, 1737), 38 pags. — Comedia decalcada na de J.-B. Rousseau.

over koffie (Batavia, 1904), 105 pags.

POEMA anonimo, em latim, sobre o café. — Acha-se em Abbé Olivier — "Collection des modernes poètes latins"; em "Étrenn á tous les amateurs du café (Paris, 1790), onde, ao lado do texto latino, se encontra a versão francesa; e, com o titulo "Il caffè", nos "Poemetti Italiani" (1797), volume III.

REBELLIOUS antidote: or A dialogue between coffee and tea (1685). (Poesia).

ROUSAU (J.-B.) — Le café — Comedia (1685), 56 pags.

SCHOTEL (G. D. J.) — Litterkundige bijdragen tot de geschiedenis van den tabak, de koffij en de thee (Haya, 1848, 215 pags.).

ST SERF (Thomas) — Taruga's wiles, or the coffee house; a comedy (Londres, 1668).

SMYTH (Philip) — The coffee house; a characteristic poem (Londres, 1795).

STEELE (Sir Richard) — On characters in coffee houses ("Spectator", n. 49).

VOLTAIRE (F. M. A. de) — The coffee-house; or Fair fugitive. A comedy (Londres, 1760).

WARD (Edward) — The humours of a coffee house (Londres, 1714).

c) SOBRE OS "CAFÉS"

(Casas que vendem café liquido) ..

LIVROS:

BREWSTER (H. Pomeroy) — The coffee houses and tea gardens of old London (Rochester, 1838).

CAFÉS de Paris, par un flaneur patenté (1849).

COFFEE public house (The) — How to establish and manage it (Londres, 1886), 40 paginas.

COFFEE stalls and taverns; hints on coffee stall management (Londres, 1886, 40 paginas).

COLMAN (George) and **THORNTON** (B.) — Survey of the town... — Garroway's, Batson's, St.-Paul's, and the Chapter coffee houses (In "The Connoisseur", Oxford, 1757, vol. I, pag. 1-10).

DELBAU — Histoire anecdotique des cafés et cabarets de Paris (Paris, 1861).

HAWES (C. W.) — Handbook to coffee taverns (Uxbridge, 1888), 17 pags.

MACAULAY (T. B.) — Coffee houses in the 17th and 18th centuries (In "History of England", vol. I, pags. 334-336).

MICHEL (Francisque) et FOURNIER (Édouard) — Histoire des hôtelleries, cabarets et cafés (Paris, 1854).

REID (Thomas Wilson), ed. — Traits and stories of Ye Olde Cheshire Cheese (Londres, 1886), 133 pags.

RODINSON (Edward Forbes) — Early history of coffee houses in England (Londres, 1893), 240 pags.

SHELLEY (Charles Henry) — Inns and taverns of old London (Boston, 1909), 366 paginas.

SHELLEY (Charles Henry) — Old Paris (Boston, 1912).

TIMBS (J.) — Clubs and club life in London, with anecdotes of its famous coffee houses, hostelrys and taverns (Londres, 1886), 2 vols.; 2^a ed., Londres, 1872, 1 vol. de 544 paginas.

PERIODICOS:

ANDREWS (A.) — Coffee houses and their clubs in the 18th century ("Colburn's New Monthly Magazine", vol. CVI, pag. 107).

BETHEL, Christian Mission, Providence — Annual report... constitution, by-laws, etc.

BUSS (Georgè) — Kaffee und Kaffeihäuser ("Westerman's Monatshefte", numero de setembro de 1908, pags. 805-821).

COFFEE house news ("London Magazine", vol. XX, pag. 563).

COFFEE houses of old London ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, volume XXXV, pags. 116-125).

COFFEE houses of old New York ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1920, volume XXXVIII, pags. 160-174).

COFFEE houses of old Philadelphia ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1920, volume XXXVIII, pags. 308-312).

COFFEE houses of the Restoration ("Tait", nova sér., volume XXII, pag. 104; "Ecclesiastical Magazine", vol. XXIV, pagina 500).

COFFEE palaces ("All-the-Year", volume LII, pag. 520).

EARLY Parisian coffee houses ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, volume XXXV, pags. 526-534).

FEX (S.) — Coffee club movement in California ("Arena", vol. XXXII, pag. 519).

GRAHAM (R.) — Coffee houses as a counter action to the saloon ("Charities Review", n. 1, pag. 215).

HALL (E. H.) — Coffee taverns ("Leisure Hour", vol. XXVIII, pag. 301).

HILL (E.) — Coffee and coffee houses ("Gentleman's Magazine", nova sér., volume LXXI, pag. 47).

HOLLAND and the café Krasnapolsky at Amsterdam ("Idler", 1899, vol. XVI, pagina 31-39).

HOPE (Lady) — Coffee rooms for the people ("Good Words", vol. XXI, pags. 749 e 844).

HOWEITH (I. W.) — Coffee house as a rival of the saloon ("American Magazine of Civics", vol. VI, pag. 589).

HUMQHREYS (J.) — Coffee houses ("St. James Magazine", volume XLIII, pagina 598).

JARVIS (A. W.) — Old London coffee houses ("English Illustrated Magazine", 1900, vol. XXIII, pags. 107-114).

PAGE (H. A.) — Coffee palaces ("Good Words", vol. XVIII, pagina 678).

RODENBERG (J.) — Die Kaffee-häuser und Clubs von London ("Unsere Zeitung", 1866, vol. II, pags. 177-265).

SHMIDT (E.) — Volkskuechen und speiseanstalten für Arbeiter — Volkskaffeehäuser ("Handbook der Architekt", vol. IV, parte 4^a, pag. 116).

SIKES (W.) — English coffee palaces ("Lippincott's Magazine", vol. XXIV, pagina 728).

SOME, old London coffee houses ("Cornhill Magazine", vol. LVI, pag. 527).

STEVENS (J. A.) — Coffee houses of old New York ("Harper's Magazine", volume LXIV, pag. 481).

SWEETSER (Arthur Lawrence) — The coffee house plan ("Gunton's Magazine", 1901, vol. XXI, pags. 239-245).

THOMAS (C. Edgar) — Some London coffee houses ("Home Counties Magazine", 1911, vol. XIII, pags. 1-9 e 91-100).

WAGNER (H.) — Shanlstaetten und Speisewirtschaften — Kaffeehäuser und Restaurants ("Handbook der Architekt", volume IV, parte 4^a, pag. 116).

COFFEE
posit
em
e
int
b)
II
RIÇÃO BOTANICA

COFFEE, C. mophylla (Royal Botanic Gardens, Lew., "Bulletin of Miscellanéous Information" (Londres, 1898, pag. 27).

COOK (Orator Fuller) — Dimorphic branches in tropical crop plantes: cotton, coffee, cacao, the Central American rubber tree, and the banana (Washington, 1911), 64 pags. ("United States Plant Industry Bureau Bulletin", pag. 198).

DOUGLAS (James) — Lilium sarniense: or, a description of the Guernsey-lilly — To which is added the botanical dissection of the coffee berry (Londres, 1725), 59 pags.

LA-ROQUE (Jean) — Voyage de l'Arabie Heureuse, par l'Océan Oriental, & le détroit de la Mer Rouge. Fait par les Français dans

les années 1708, 1709 et 1710. Avec la relation d'un voyage fait du port, de Moka à la cour d'Yen dans la 2e. Expedition des années, 1711, 1812 et 1713. Un mémoire concernant l'arbre et le fruit du café (Paris, 1716), 403 pags. — Apareceu tambem em inglês (Londres, 1726).

LA ROQUE — Grunendliche und sichere Nachricht vom Cafee und Cafee-Baum (Leipzig, 1717).

LIBERIAN coffee (Ropal Botanic Gardens, New, "Bull. of Misc. Information", 1895, pags. 296-299).

MC-CLELLAND (T. B.) — The botany of coffee (In "Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXII, pags. 28-35).

MARIANA (J.) — Le caféier, structure anatomique de la feuille (Paris, 1908).

NATURAL caffeine-free coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pags. 230-233).

NATURAL history of coffee, the chocolate, tobacco, with a tract of elder and juniper berries (Londres, 1682).

A NEW hybrid Ceylon coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXX, pags. 233-233).

SLOANE (Sir Hans) — On the bird the Cuntur of Peru and on the coffee shrub (Londres, 1694).

WILDEMAN (E. de) — Notes sur quelques espèces du genre "Coffea L. ("Congrès International de Botanique -- Actes", 1900, vol. I, pags. 221-238).

III

CULTURA E PREPARAÇÃO

a) GERAL

LIVROS:

ARNOLD (Edwin Lester Linden) — Coffee; its cultivation and profit (Londres, 1886), 8° de 270 pags.

BOERY (Pascal) — Les plantes oléagineuses et leurs produits; cacao, café... (Paris, 1888).

BROUGIER (A.) — Der Kaffee, dessen Kultur und Handel (1897).

BROWN (Alexander) — The coffee planter's manual, with which is added a variety of information usefull to planters, including the manuring of coffee estates (Colombo, Ceylão, 1880), 8° pag. de 246 pags.

BROWNE (D. J.) — On the cultivation of coffee (Washington, 1850), 12 pags.

CAMOUILLY — La plantation du café en Nouvelle-Calédonie (Paris, 1899).

CIVINNI (G. D.) — Della storia naturale del caffè (Florença, 1731).

COFFEE growing by proxy (New York, 1895), 30 pags. — Publicação da American Coffee Grower's Association.

COFFEE in America — Methods of production and facilities for successful cultivation in México, the central American States, Brazil and other South American countries and the Washington, 1898), 36 pags. — Publicação do International Bureau of the American Republics.

COOK (Orator Fuller) — Shade in coffee culture (Washington, 1901) 79 pags.

CUEVAS (Hilario) — Estudio práctico sobre el cultivo del café (México, 1895), 50 paginas.

FAUCHÈRE (A.) — Culture pratique du caféier et preparation du café (Paris, 1908), pags., com quadros.

FERIUSON (John) — The coffee planter's manual for both the Arabian and Sibirian species (Colombia, 1898), 312 pags.

FIRST report from the Select Committee on sugar and coffee plantee ing (Londres, 1848); Supplement of the report" (ib. id.), 198 pags. Publicação do Great Britain Parliament — House of Commons.

FUCHS (M.) — Die geographische Verbreitung des Kaffeebaume (Leipzig, 1886), 72 pags.

GRAVENS (Wilhelm) — Kaffee: Kultur, Handel und Bereitung im Produktionslande (2° ed., Hannover, 1913), 45 pags.

HANSON (R.) — Culture and commerce of coffee (Londres, 1877).

HERRERA (Rafael) — Estudio sobre la producción del café (México, 1893), 141 paginas.

HUNTINGTON (L. M.) — Origin of oily coffee beans ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, pag. 228).

JACOTOT (A.) — La culture du café, son avenir dans les colonies françaises. (Paris, 1910, 191 pags.

JOTAPEU (José) — The cultivation and preparation of coffee for the market (Aberdeen, 1915), 102 pags. com ill.

JUMELLE (Henri) — Plantes à sucre, café, cacao, thé, maté (In "Les cultures coloniales", Paris, 1913, vol. III).

KRAMERS (J. G.) — Verslag omtrent de proeftuinen en andere mededeelingen over koffie (Batavia, 1899-1904), 4 vols.

LAERNE (C. F. van Delden) — Brazil and Java — Report on coffee culture in America, Asia and Affrica, to H. E. the Minister of the colonies (Londres, 1885), 637 pags. — Apareceu tambem em holandez e em francez.

LASCELLES (Arthur Rowley William) — A treatise on the nature and cultivation of coffee; with some remarks on the management and purchase of coffee estates (Paris, 1899), 342 pags.

- LE-COMTE (C. E. A.)** — Culture et production du café dans les colonies (Paris, 1865).
- LECOMTE (Henri)** — Le café: culture, manipulation, production (Paris, 1899), 342 paginas.
- LIEVAND (Indalecio)** — Instrucción popular sobre meteorología agrícola, i especialmente sobre el anil e el café (Bogotá, 1868), 18 pags.
- Mc CLELLAND (T. B.)** — Effect of different methods of transplanting coffee (Washington, 1917), 11 pags.
- Mc CLELLAND (T. B.)** — Some profitable and unprofitable coffee lands (Washington, 1917), 13 pags.
- ...McCULLOCH (R. William)** — Coffee-growing and its preparation for market (Brisbane, Australia, 1893).
- MADRIZ (F. J.)** — Cultivo del café... — Manual teórico-práctico sobre beneficio de este fruto con mayores ventajas para al agricultor (Paris, 1869).
- MEITZKY (Jo-Henry)** — De vario coffeae potum parandi modo (Witembergiae, 1788).
- MIDDLETON (W. H.)** — Manual of coffee planting (Durban, 1866).
- MILHON** — Dissertation sur le caffeyer (Montpellier, 1746).
- MONNEREAU (Elie)** — Le parfait indigotier; ou description de l'indigo... ensemble un trait sur la culture de café (Amsterdam — Marselha, 1865), 293 pags.
- MORREN (F. W.)** — Die Arabelter auf einer Kaffeepflanzung (1900).
- MORREN (F. W.)** — Werkzaamheden op eene koffieonderneming. Handleiding voor opzichters bij de koffie-cultuur (Amsterdam, 1896), 266 pags.
- NICOL (R.)** — A treatise on coffee, its properties and the best mode of keeping and preparing it (4^a ed., Londres, 1832).
- NUNEZ (Enrique Minénez)** — Medios prácticos para evitar que las mieles de café infecten las aguas de los rios (Guadalupe, 1902).
- ORLI (P. H. F. Bourguoin d')** — Culture du café, etc. (Paris, 1874).
- ORLI (P. H. F. Bourguoin p')** — Guide pratique de la culture du caféier et du cacaoyers, suivi de la fabrication du chocolat (Paris, 1876).
- OWEN (T. C.)** — First year's work on a coffee plantation (Colombo, 1877), 55 pags.
- PIERROT (Édouard)** — Culture pratique et rationnelle du caféier et préparation du grain pour la vente (Paris, 1906), 91 pags.
- ROSSIGNEN (Julio)** — Manual del cultivo del café, etc. (In "La América Española", Paris, 1859).
- SIMMONDS (P. L.)** — Coffee and chicory, their culture, chemical composition, preparation, etc. (Londres, 1864), 102 pags.
- SIMMONDS (P. L.)** — Tropical agriculture (Londres, 1887). — Sobre o café: pags. 27-29.
- TYTLER (R. B.)** — Prospects of coffee production (Aberdeen, 1878).
- UGARTE (José P.)** — The cultivation and preparation of coffee for the market (Londres, 1916), 124 paginas.
- WALKER (J.)** — Handbook of coffee pulpers and pulping (Kandy, Ceylão, 1894), 36 pags.
- WILDEMAN (E. de)** — Les caféiers (Bruxelles, 1901).
- WINDEMAN (E. de)** — Les plantes tropicales de grande culture — Café, cacao, coca, vanilla, etc. (Bruxelles, 1902), 304 paginas.
- ZIMMERMANN (Albrecht)** — Over het enten van koffic volgens de methode van den Heer D. Butin Schaap (Batavia, 1905, 54 paginas).

PERIODICOS:

- AUBRY-LE-COMTE** — Culture et production du café dans les colonies ("Revue Maritime et Coloniale", numero de outubro de 1865).
- BEUGLESS (J. D.)** — Coffee in its home ("Overland Montly", vol. XI, pag. 319).
- CASWELL (G. W.)** — Coffee in cur new islands ("Overland Monthly", nova série, vol. XXXII, pag. 459).
- COFFEE** cultivation in the New World (Royal Botanic Gardens, Kew, "Bull. of Misc. Information", 1893, pags. 321-325).
- CULTIVATION** and preparation of coffee (Great Britain Imperial Institute, "Bulletin", 1916, vol. XIII, pags. 260-296).
- CULTURED** coffee activities ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1921, vol. XLI, pags. 456-458).
- FESCA (Max)** — Ueber Kaffeekultur ("Jour. Landw.", 1897, vol. XLV, pags. 13-4).
- HAGEN (J.)** — De koffiecultuur ("Onze Kol. Landbouw", n. 7, 1914).
- HAYWARD (C. B.)** — Coffee and coffee culture ("Scientific American") 1904, volume XCI, pags. 189 e 194-191).
- LINNEAN SOCIETY** Proceedings (1875-1880) — Contém artigos sobre a cultura do café.
- LOEW (Oscar)** — Formation of cacao and of coffee ("Porto Rico Agricultural Experiment Station Report", 1907, pags. 41-5).
- MARCANO (V.)** — Essais d'agronomie tropicale (Ann. Sci. Agron.", 1891, vol. XI, pags. 119-152).
- PEATFIELD (J. J.)** — Culture of coffee ("Overland Monthly", vol. XIII, pag. 322).
- ROST (Eugen C.)** — Coffee growing ("Scientific American", 1902, supplem. do vol. LIV, pags. 22189-22190).

TORRENS (J. H.) — Hydro-electric installation on a coffee plantation ("General Electric Review", 1915, vol. XVLLL, paginas 219-222); — Electricity on a coffee finca ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 418-421.)

VERE (N. S. de) — Culture and use of coffee ("Harper's Magazine", vol. XLIV, pag. 237).

b) REGIONAL

ABISSINIA

BIEBER (Friederich J.) — Die Kaffee — und Baumwolle — Kultur in Kaffa ("Zeitschrift für Kolonialpolitik, Kolonialrecht und Kolonialwirtschaft", 1903, vol. X ginas 774-781).

SOUTHARD (Addison E.) — The story of Abyssinia's coffees ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXIV, pags. 212-215 e 324-329).

AFRICA SEPTENTRIONAL

RIVIERE (Charles) — Le caféier dans l'Afrique du nord (Paris, 1903).

AMERICA CENTRAL

GATER (R. W.) — Coffee in Central America ("Chamber's Journal", vol. LXXVI, pag. 570).

CHOUSSY (Félix) — Cultivo racional del café, en Centro-América (San-Salvador, 1917) 92 pags.

FOX (Alvin) — Coffee growing in South America ("Simmon's Spice Mill", 1918, vol. XLI, pags. 549-550).

AMERICA DO SUL

FOX (Alvin) — Liberian coffee in South America ("Simmon's Spice Mill", 1918, volume XLI, pags. 549-550).

ANGOLA

COFFEE cultivation in Angola ("Royal Botanic Gardens, Kew, — Bulletin of Miscellaneous Information", 1894, pags. 161-163).

ARGENTINA

EL CAFE' — ("Coffea arabica") — Buenos Aires, 1896, 22 pags. — Publicação do Departamento Nacional de Tierras, Colonias y Agricultura.

AUSTRALIA

JACKSON (Henry Vaughan) — The cultivation of coffee (Sydney, 1908), 8 pags. — Sep. de "Agricultural Gazette", número de junho de 1908.

NEWPORT (G.) — Coffee cultivation in Queensland ("Philippine Agricultural Review", 1910, vol. III, pags. 514-524) — Saiu tambem no "Queensland Agricultural Journal", 1910, vol. XXIV, n. 6, e vol. XXV, n. 1.

BRASIL

(Vide "Bibliografia sobre o café no Brasil).

CEYLÃO

ABBAY (R.) — Culture of coffee in Ceylon ("House-holds Words", vol. III, pagina 109). — Saiu tambem em "Nature", vol. XIV, pag. 375.

CRUWELL (G. A.) — Liberian coffee in Ceylon (Colombo, 1878), 8° peq.

FAZENDEIRO (O) de café em Ceylão (Rio de Janeiro, 1875), 196 pags.

HULL (E. C. P.) — Coffee planting in Southern India and Ceylon (Londres, 1877), 324 pags.

KEEN (W.) — Cooffee cultivation in Ceylon (Londres, 1871).

LEWIS (G. C.) — Coffee planting in Ceylon (Colombo, 1855).

SABONADIERE (William) — The coffee planting in Ceylon (Londres, 1875), 216 pags.

SPALL (P. W. A. van) — Versiag over de koffij in kaneelkultuur op het eiland Ceilon (Batavia, 1863).

COLOMBIA

SAENZ (Nicolás) — Memoria sobre el cultivo del cafeto ó guia para la fundación de un cafetal en Colombia — Includendo los cultivos accesorios de plátano, cañas y pastos (Bogotá, 1895), 8Ç de 185 pags. — Há uma edição anterior e menor (Bogotá, 1892, 65 pags.), que tambem apareceu em francês

(Bruxellas, 1894, 121 pags.).

COLONIAS PORTUGUESAS

EXPOSIÇÃO Colonial de algodão, borraça, cacau e café (Lisboa, 1906), 104 pags. — Publicação da Sociedade de Geografia.

CONGO (ESTADO LIVRE DO)

MANUEL pratique de la culture du caféier et du cacaoyer ao Congo Belge (Bruxellas, 1908), 96 pags. — Publicação do Ministère des Colonies.

COSTA DO OURO (AFRICA)

CORFEE cultivation at the Gold Coast ("Royal Botanic Gardens Kew — Bull. of Misc. Inform.", 1895, pags. 21-23, e 1877, pags. 921-923).

SCHROELER (John) — Coffee culture in Costa Rica (San José, 1890), 4 pags.

QUIA

COFFEE grounds of Cuba ("All-thea-Year", vol. XXIV, pag. 61).

DUMONT (A.) — Consideraciones sobre el cultivo del café en esta isla (Havana, 1923).

ECHEVERRÍA (Estéban Borrero y) — El café — Apuntes para una monografía (Havana, 1890), 46 pags.

FOX (Alvin) — Coffee culture in Cuba and Porto Rico ("Simmon's Spice Mill", 1918, vol. XLV, pags. 1356-1359).

GOMES (José Caetano) — Memoria sobre o produto de uma plantação de café na Ilha de Cuba, e sobre o método de cultivar a mesma planta na sobredita Ilha ("O Auxiliador da Indústria Nacional", Rio de Janeiro, 1835, ano II, n. 3, pags. 72-76).

HILLMAN (Joseph) — Coffee planting (New York, 1902), 16 pags.

JIMÉNEZ (José María Fernández y) — Agricultura cubana (Havana, 1868, 3ª ed.), 69 paginas.

OLD CUBAN coffee plantations ("Harper's Weekly", 1908, vol. LII, pag. 31).

DOMINICA

PRESTOE (H.) — Report on coffee cultivation in Dominica (Trinidad, 1875).

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE

JONES (A. C.) — Thea viridis, or Chinese tea plant, and the practicability of its culture and manufacture in the United States — Also some remarks on the cultivation, of the coffee plant (Washington, 1877), 26 pags.

KAINS (M. G.) — Chicory growing as an addition to the resources of the American farmer (Washington, 1898), 52 pags. — Publicação do Departament of Agriculture — (Division of Botany), boletim n. 19.

GUADELUPE

COFFEE in Guadelupe ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pagina 445).

GUATEMALA

DIESELDORFF (E. P.) — Der Kaffeebaum — Praktische Erfahrungen über seine Behandlung im nordlichen Guatemala (Berlin, 1908), 36 paginas.

COSTA RICA

CALVO (J. B.) — Coffee, its origin and propagation, its introduction and cultivation in Costa Rica (Bureau of American Republics — "Monthly Bulletin, 1904, vol. XVIII, paginas 1-61 e 111-115).

CALVO (J. B.) — Report on coffee, with special reference to the Costa Rican product (Washington, 1901), 15 pags. — Publicação do Bureau of American Republics.

ESTUDIO é informe sobre el café de Costa Rica" (San José, 1900), 48 pags. — Publicação oficial.

FIELD (Walter J.) — Coffee culture and preparation in Costa Rica ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1908, volume, XV, pagina 13).

MORREN (F. W.) — Koffiecultuur in Guatemala, met aateekeningen de overige cultuurs de mijnen en den economischen toestand van deze Republick (Amsterdam, 1899), 142 pags.

PARKHURST (E. T. Y.) — Coffee in Guatemala ("Californian Magazine", vol. II, pag. 742).

GUIANA FRANCESA

FUSÉE-AUBLET — Histoire des plantes de la Guiane Française, rangées suivant la méthode sexuelle, avec plusieurs mémoires... (Londres-Paris, 1775), 4 vols. in-4°, com illustrações.

GUIANA INGLESA

BRITISH Guiana — Permanent Exhibitions Committee — "Cacao and Industries" (1911), 12 pags.

HAITI

INGINAC (G. B.) — Industrie agricole — Culture du caféier et préparation de la fève pour être livrée au commerce (Port-au-Prince, 1840), 22 pags.

HAWAII

CULTURE of coffee "Hawaiian Forester and Agriculturist", 1911, vol. VIII, n. 10; "Blight-resistant coffees" (ib., 1912, vol. IX, n. 3) — Publicações feitas pelo Board of Commissioners of Agriculture and Forestry.

DANGER of introducing a Central American coffee in Hawaii" (Washington, 1898) — Circular n. 16 do United States Department of Agriculture — (Division of Vegetable Physiology and Pathology).

HAYWOOD (W. M.) — Coffee culture in the Hawaiian Islands (Washington, 1898), 164 pags.

MAC CHESNEY (J. M.) — The great coffee corner ("Hawaiian Forester and Agriculturist", 1911, volume VIII, pags. 206-21").

MC-CLELLAND (J. L.) — Coffee culture in Hawaii ("Overland Monthly", 1903, nova série, vol. XXI, pags. 170-178).

ROBERT on coffee culture in the Hawaii Islands (Londres, 1897), 18 pags. — Publicação do Great Britain Foreign Office — Sep. dos "Diplomatic and Consular Reports — Miscellaneous series", n. 425.

WHITNEY (Henry Martyn) — The Hawaiian coffee planter's manual (Honolulu, 1814), 48 pags.

ONDURAS INGLESA

COFFEE cultivation in British Honduras ("Royal Information", 1893, pags. 253-259).

INDIA INGLESA (INDUSTÃO)

AMSTEAD (R. D.) — Coffee, its cultivation and manuring in South India (Bangalore, 1915), 3 pags.

ANDERSON (G.) — Coffee culture in Mysore (Bangalore, 1879).

ARNOLD (E. L.) — On the Indian hills, or coffee planting in Southern India (Londres, 1895, 350 pags.

CULTIVATION of coffee in India ("Scientific American Supplement", 1900, vol. L, pag. 20620).

CULTURE of coffee in South Travancore ("Fraser's Magazine", vol. XC, pag. 64).

ELLIOTT (R. H.) — Planter in Mysore (Londres, 1871).

ELLIOT (Robert H.) — Gold, sport, and coffee planting in Mysore (Westminster, 1894), 480 pags.

EXPERIENCES of a coffee planter in Southern India ("Fraser's Magazine", volume XIX, pag. 703).

COFFEE (The) crop in Coërg (Simla, 1885) — Publicação do India Statistical Department.

COFFEE planting in Southern India ("Spectator", vol. LV, pag. 664).

CULTIVATION (The) of coffee in India (Simla, 1898), 6 pags. — Publicação do India Statistical Department.

HYBRID coffee in Mysore ("Royal Botanic Gardens, Kew. — Bull. of Misc. Information", 1898, pags. 30 e 207).

SHORTT (John) — A handbook to coffee planting in Southern India (Madrasta, 1864), 182 pags.

WATSON (J. D.) — Liberian coffee cultivation in Tavoy (Tavoy, Burma, 1893), 5 paginas.

INDIAS NÉERLANDESAS

AKNTENIUS (G.) — Cultuur en volk — Beschouwingen over de gouvernementsofficecultuur op Java (Haya, 1891), 158 pags.

CAMPBELL (Donald MacLaine) — The industries of Java: Coffee (In "Java: past and present", Londres, 1915, pags. 931-944).

CHALOT (C.) et THILLARD (R.) — Le café à Java (1914).

COFFEE enterprise in the East Indies ("Royal Botanic Gardens, Kew. — Bull. of Misc. Information", 1893, pags. 123-124).

CHAMER (P. J. S.) — Gegevens over de variabiliteit van de in Nederlandsch-Indie verbouwd koffiesoorten (Batavia, 1913), 696 paginas.

ERMEL (W. K. L. K. van) — Some acts about coffee in Palembang (Singapura, 1879), 16 paginas.

GORKOM (K. W. van) — Koffie — Afdeeling wortbrengselen van de groote culture in Nederlandsch Oost-indie (Haarlem, 1882), 8° de 80 pags., com 1 quadro — Publicação do Kolonial Museum.

KOFFIECULTURE ("Tijdsch, voor Nederlandsch — Indie, 1901, II sér., vol. V, pags. 168 175).

NEDERLANDSCH-INDIE maatschappij van niverheid en landbouw voor de gouvernementsofficecultuur (Batavia, 1873), 56 paginas.

OLDENBARNEVELT (A. C. Raedt van) — De Koffie-cultuur op Java (Haya, 1898), 49 pags.

PARKHURST (E. T. Y.) — Coffees of the Dutch East Indies ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXV, pags. 316-322 e 416-420; 1919, vol. XXXVI, pags. 22-27 e 118-122).

SMID (J. H.) — Handboek voor de cultuur der koffie in Oost en West Indie (Middleburg, 1898) 112 paginas.

INDIAS OCIDENTAIS

LOWNDES (John) — The coffee-planter; or An essay on the cultivation and manufacturing of that article of West-Indie produce (Londres, 1807, 76 pags.

NICHOLIS (H. A. A.) — Liberian coffee in the West Indies (Londres, 1881), 31 pags.

INDO-CHINA FRANCESA

BRIGGS (Lawrence P.) — The coffee of French Indo-China ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, paginas 118-123).

CRAMER (P. J. S.) — Coffee plantations of Tonkin ("Philippine Agricultural Review", 1910, vol. III, pags. 94-100).

PARIS (Président do Syndicat des Productions et Explorateurs de Tourane) — Le café d'Annam. — Étude pratique sur sa culture (Hourane, Annam, 1895), 95 pags.

LAGOS

COFFEE planting in Lagos ("Royal Botanic Gardens, Kew — Bull. of Miscel. Information", 1896 — pags. 77-79).

LIBERIA

BOUTILY (V.) — Le caféier de Libérie, sa culture et sa manipulation (Paris, 1900), VII — 137 pags.

FELLE (F. W.) — Cultuur bereiding en handel van Liberia koffie (Amsterdam, 1894), 36 paginas.

MORRIS (Sir Daniel) — Notes on Liberian coffee, its history and cultivation (Jamaica, 1881), 14 pags.

MADAGASCAR

BUIS (J.) — L'Hémdem et l'avenir du caféier à Madagascar (Paris, 1907), 44 pags.

RIGAUD (A.) — Traité pratique de la culture du café dans la région centrale de Madagascar (Paris, 1896), 4^o de 102 pags.

MALAI (ESTADOS CONFEDERADOS DA)

GALLAGHER (Wiliam John) — Coffee "Robusta" (Kuala Lumpur, Federated Malay State, 1910), 7 pags.

LIBERIAN coffee at the Straits Settlements (C. Liberica bull.) ("Royal Botanic Gardens, Kew, — Bull. of Misc. Information", 188, pags. 261).

LIBERIAN coffee in the Malay native States ("Royal Botanic Gardens, Kew, — Bull. of Misc. Information", 1892, paginas 277-282).

ME'XICO

COOK (J. D.) — American coffee culture in Mexico ("World Today", 1907, volume XII, pags. 413-418).

FOX (Alvin) — Coffee culture in Southern Mexico ("Simmons' Spice Mill", 1918, vol. XLI, pags. 1080-1081).

GOMEZ (Gabriel) — Cultivo y beneficio del café (Mexico, 1894), 136 pags. — Foi também editado em inglês.

LUDEWIG (H. Juan) — Veinte años — Trabajos de colonización y el cultivo del café en Soconusco (Mexico, 1909, 53 pags).

MONCADA (M.) — Notas sobre el cultivo y beneficio del café ("Memorias y Revista de la Sociedad Científica "Antonio Alzate", 1905-1906, vol. XXIII, pags. 281-287).

ROMERO (Matias) — Cultivo del café en la costa meridional de Chiapas (3^a ed., Mexico, 1893), 127 pags. — Saiu também em inglês (New York, 1901, 74 pags.).

ROMERO (Matias)—El Estado de Oaxaca (Barcelona, 1886), 212 pags. — Trata do café.

TERRY (E. G. C.)—Near view of coffee in Mexico ("Pan American Union Bulletin", 1914, vol. pags. 903-906).

TERRY (L. M.) — Coffee culture in Mexico ("Overland Monthly", 1901, nova sér., vol. XXXVII, pags. 702-709).

TORRES (J. T.) — Ensayo experimental sobre el café (Mexico, 1876).

YORBA (J.) — Mexican coffee culture (2^a ed., Mexico, 1895), 64 pags.

NATAL

NATAL — Commission appointed to inquire into and report upon matters relating to coffee cultivation in the colony — Report (Maritzburg, 1881), 6 pags.

STAINBANK (H. E.) — Coffee in Natal: its culture and preparation (Londres, 1874), 78 pags.

NICARAGUA

SHEDD (W. J.) — The story of Matagalpa coffee ("The tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXIV, pags. 118-122).

PARAGUAI

COFFEE growing in Paraguay ("Scientific American Supplement", 1914, volume LXXXVIII, pag. 340).

PORTO RICO

FOX (Alvin) — Coffee culture in Cuba and Porto Rico ("Simmons' Spice Mill", 1918, vol. XLV, pags. 1356-1359).

LINCK (J. H.) — Arbor caffè Lipsiae florens. — Extrait factice des "Ephem. Acad. Naturae Curiosorum" (1725), 7 pags.

McCLELLAND (Thomas B.)—Suggestions on coffee planting for Porto Rico. — Porto Rico Agricultural Experiment Station — Circular n. 15 — Apareceu também em espanhol.

McCLELLAND (T. B.)—Restoring Porto Rico coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXV, pags. 420-421).

NATIONAL Coffee Growers' Association — Some facts about Porto Rico coffee (1913).

LEENHOFF (Johannes W. van)—Coffee planting in Porto Rico (Mayaguez, 1904, 14 paginas).

REPUBLICANA DOMINICANA

LABORIE (P. J.) — The coffee planter of Saint Domingo (Colombo, 1845), 204 paginas.

LABORIE (P. J.) — An abridgment of the coffee planter of Saint Domingo (Madrastra, 1863), 83 pags.

SERRA LEÓA

HIGHLAND coffee of Sierra Leone (*Coffea stenophylla*, C. Don) ("Royal Botanic Gardens, Kew, P Bull. of Misc. Information", 1896, pags. 189-191).

TRINIDAD

TRINIDAD coffee "Royal Botanic Gardens, Kew, — Bull. of Misc. Information", 1888, pags. 129-133).

UGANDA

BROWN (E. and HUNTER (H. H.) — Planting in Uganda, — Coffee. Para rubber, cocoa (Londres, 1913), 176 pags. ,

COFFEE and tea from Uganda ("Imperial Institute — Bulletin", Londres, 1918, vol. XVI).

SMALL (W.) — Coffee cultivation in Uganda ("Imperial Institute — Bulletin", 1914, vol. XII, pags. 242-250).

VENEZUELA

QUESTIONARIO sobre el cultivo del café" (Caracas, 1895), 42 pags. — Publicação da Junta de Aclimatação.

ERNST (A.) — El café de Liberia en Venezuela (Caracas, 1877).

HUNTINGTON (L. M.) — The story of Táchira coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, pags. 318-325).

PALACIOS (G. Delgado) — Contribución al estudio del café en Venezuela (Caracas, 1895), 93 pags.

YEMEN

GASTINET — Memoria sobre a cultura do cafezeiro no Yemen (Rio de Janeiro), Typ. Nacional, 1875), 8º de 25 pags. — Traduzida por Joaquim José Fulgencio Carlos de Castro.

IV

PREPARO DO SÓLO, MOLESTIAS DO CAFÉZEIRO

FAUCHÈRE (A.) — Du choix du terrain dans la culture du caféier — Colonia de

Madagascar and Dependances. ("Bulletin Economique", 1907, vol. VII, pags. 349-353).

HUGUES (J.) — Ceylon coffee soils and manures. (London, 1879).

KENNY (J.) — Tea, coffee, tobacco — (Manuring, etc.) (1910).

KRAMERS (J. G.) — Verslag omtrent gronanalyses van koffietuinen (Batavia, 1902), 26 pags.

a) PREPARO DO SÓLO

CLARKE (T.) — On the management of soils under coffee in Madras. (In "Madras Agricultural Exhibition Report" (1883).

b) MOLESTIAS DO CAFÉZEIRO LIVROS:

AULMANN (G.) and LA BAUME (M.) — Die Faune der deutscher Kolonien (Berlin, 1911). Na parte 2ª "Die Schadlinge des Kaffees".

BURCK (W.) — Over de oorzaken van den achteruitgang von de gouvernementsskoffiecultuur op Java. (1896).

BURCK (W.) — Over de koffiebladziekte en de middelen om aar te bestrijden (Batavia, 1887), 61 pags.

BIDIE (G.) — Report on the ravages of the bore in coffee estates (Madrastra, 1869), 93 pags.

BOSSE (J. van) — Eenige beschouwingen omtrent de oorzaken van den achteruitgang van de koffiecultuur der Sumatra's Westkust, etc. (Haya, 1895).

CAMERON (John) — Prevention of leaf disease in coffee. — Report of a visit to Coorg (1899), 23 pags.

COOKE (M. C.) — Two coffee diseases ("Popular Science Review", vol. XV, pagina 161).

DELACROIX (Georges) — Les maladies et les ennemis des caféiers (Paris. 1900), 212 paginas.

ERNST (Adolf) — Estudios sobre las deformaciones, enfermedades y enemigos del arbol de café en Venezuela (Caracas, 1878), 21 paginas.

GOELDI (Emil August) — Memoria sobre una enfermedad del cafeto en la provincia Rio de Janeiro, Brasil (México, 1894), 118 paginas.

GREEN (E. E.) — Observations on the green scale bug in connection with the cultivation of coffee (Colombo, 1886), 4 pags.

HARMAN (F. E.) — Report on coffee leaf miner disease (Mysore Government, Bangalore, 1880), 41 pags.

"INDIA — MYSORE — DEPARTMENT OF AGRICULTURE — Short report of a tour made in Coorg during February and March, 1914 — (Green bug on coffee)" — (1914), 3 pags.

KONINGSBERGER (J. C.) — De dierlijke vijanden der (koffie)cultuur op Java (Batavia, 1897-1901), 2 pags.

KUYPER (J.) — Een fusieladumtzikte op hevea — De zilver-draadziekte der koffie in Suriname — De gevolgen van keukenzout-houdend water voor bigieting en besputting (1913).

LEMARIÉ (Charles) — Une maladie du caféier (Hanoi, 1899), 6 pags.

MASSEE (G. E.) — Coffee diseases of the New World ("Royal Botanic Gardens, Kew, — Bull. of. Misc. Information", 1909, pags. 337-341).

"MÉXICO — MINISTERIO DE FOMENTO, COLONIZACIÓN E INDUSTRIA — La fumagina y el pulgón de los cafetos en la República Mexicana" (1879), 11 paginas.

MISSON (Luis) y TÉLLEZ (O.) — Cultivo y beneficio del café en el Brasil: como se hacen en el Estado de São Paulo, por Luis Misson; y Plagas del café en México, por O. Téllez (México, 1907), 30 pags. (México, 1867 — Republicação feita pela Comissão de Parasitologia Agrícola — Circular 70).

NEITNER (J.) — The coffee tree and its enemies in Ceylon (Colombo, 1800), 32 paginas.

PEELEN (H. J. E.) — Eenige opmerkingen omtrent de koffie bladziekte (1888).

PRINS (H. J.) — De oeret-plaag in de koffietuinen op Java (1884).

ROMUNDE (R. van) — Koffiebladziekte en koffie cultuur (Haya, 1892), 92 pags.

SADERECK (R.) — Beobachtungen ind Bemerkungen über die durch Memlela vatrix verursachte Blattfleckenkrankheiten der Kaffeebaume (Munich, 1895), 9 pags.

SMITH (Jared G.) — Two plant diseases in Hawaii (Honolulu, 1904), 6 pags.

THIERRY (A. J.) — Notes sur de greffage du caféier, du cacaoyer et du muscadier et la maladie vermiculaire du caféier (1899), 77 pags. — Sep. do "Bulletin Agricole de la Martinique".

TINS (H. J.) — De veret-plaag in de koffietuinen op Java (Enschede, 1885), 86 pags.

TONDUZ (Adolfo) — Informe sobre la enfermedad del caféto (San José, Costa Rica, 1893), 28 pags.

ZACHER (Friedrich) — Die wichtigsten Krankheiten un Schädlinge der tropischen Kulturpflanzen und dre Bekämpfung (Hamburg, 1914).

ZIMMERMANN (Albrecht) — De dema toden der koffiewortels (Batavia, 1899-1900), 2 volumes.

PERIODICOS:

"BOTANICAL MAGAZINE" (Londres, 1878-1904) — Coffee arabica, vol. XXXII, tab. 1303; vol. CXXII, tab. 7475; Coffee benghalensis, vol. LXXXII, tab. 4917; Coffee stenophylla, vol. CXXII, tab. 7475; Coffee travacarensis, Coffe triflora, vol. CX tab. 6747.

COOK (Melville Thurston) — The coffee leaf miner ("U. S. Dept. of Agriculture — Bureau of Entomology — Bulletin", 1905, nova sér., vol. LII, pags. 97-99).

COOK (M. T. and HORNE (W. T.)) — Coffee leaf miner and other coffee pests (Santiago, 1905), 21 pags. — Republicação — Saiu no "Boletin" n. 3 da Estación Central Agronómica de Cuba (1902), ed. em inglez e espanhol.

FABER (F. C. von) — Die Krankheiten und Schädlinge des Kaffees ("Centralblatt für Bakteriologie", 2^a Secção, 1908, volume XXI, pags. 97-117).

FAWCETT (George L.) — Fungus diseases of coffee in Porto Rico ("Porto Rico Agricultural Experiment Station — Bulletin 17).

GIARD (A.) — Sur deux cochenilles nouvelles, *Ortheziola fodiens* nov. spec. et *Ethi zoeus Eloti* nov. spec., parasites des racines du caféier á la Guadeloupe ("Comptes-rendus de la Société de Biologie" 1897).

GOELDI (E. A.) — Relatório sobre a molestia do caféiro na provincia do Rio de Janeiro ("Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro", 1892, vol. VIII, pags. 7-121).

MANN (B. P.) — Coffee leaf miner ("American Naturalist", vol. VI, paginas 332-596).

MARCHAL (Paul) — Sur un nouvel ennemi du caféier — *Le Xylebotus coffeae* ("Journal d'Agriculture Tropicale", 1909, volume IX, pags. 227-228).

MORRIS (D.) — Coffee-leaf disease of Ceylon ("Nature", vol. XX, pag. 557).

MORSTATT (Hermann Albert) — Die Schädlinge und Krankheiten des Kaffeebaumes in Ostafrika "Zeitschrift für Land- und Forstwirtschaft in Deutsch-Ostafrika". 1912, vol. VIII, numero de julho).

"TEA" and coffee diseases" ("Royal Botanical Gardens, Kew, — Bulletin", 1899, vols. CLI-CLII, pags. 89-133).

TUCKER (Elbert Stephen) — Some miscellaneous results of the work of the Bureau of Entomology — IX — New breeding records of the coffee bean weevil ("U. S. Dept. of Agriculture — Bureau of Entomology — Bulletin", 1909, vol. LXIV, pags. 61-64).

WEELE (H. W. van der) — Ein neuer javanischer kaffeeschalding — *Xyleborus coffeelvorus* nov. spec. ("East Indies—Dutch. Department van Landbouw-Bulletin", 1910, vol. XXXV, "Zoologie 5", pags. 1-6).

ZIMMERMANN (Albrecht) — De kanker (Rostellazietkte) van Coffea arabica (Buitenzorg, Java — Jardin Botanique — “Mededeelingen uit's Lands plantentuin”, 1900).

V

PROCESSOS DE PREPARAÇÃO DA BEBIDA, CAFÉS COLORIDOS E MODIFICADOS, TORREFAÇÃO, MOAGEM E EMPACOTAMENTO

a) PREPARAÇÃO DA BEBIDA

AHORN (Edward)—Better coffee making (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1912, supplemento do n. 6, vol. XXIII, pags. 49-52; 1913, vol. XXV, pag. 568-574; 1919, volume XXIX, pags. 553-556); Better coffee for the army (ib., 1918, vol. XXV, pags. 622-624); On boiling coffee (ib., 1919, vol. XXVI, pagina 48-49); Coffee-making developments (ib., 1915, vol. XVII, pags. 550-556); On coffee grinding and brewing, yesterday, today and tomorrow in better coffee making (ib., 1916, vol. XXXI, pags. 570-576).

BACON (Raymond F.) — Efficiency of coffee-making devices (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1915, vol. XXXIX, paginas 427-429).

“BEST method of making coffee (“Journal of Home Economics”, 1914, vol. VI, paginas 480-481).

BONNETTE — Préparation du café en campagne — Filtre “en rognon” adapté à une marmite de campement (“Revue d'Hygiène”, 1911, vol. XXXIII, pags. 459-462). — Suiu também, em espanhol, na “Revista de Sanidad Militar”, 1911, III série., volume I, pags. 427-429.

BOYERS (E.) — How to obtain an ideal cup of coffee; its cost and value (Londres, 1898), 16 pags.

BROADRENT (Humphrey) — The domestic coffee man, shewing the true way of preparing and making chocolate, coffee and tea (Londres, 1722).

“COFFEE making questionnaire” (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1917, volume XXXII, pags. 31-34).

DUFOUR (Phillippe Sylvestre) — The manner of making coffee, tea, and chocolate. — As it is used in most parts of Europe, Asia, Africa and Spanish America. — Newly done out of French and Spanish (Londres, 1685), 116 pags. X Tradução de John Chamberlayne.

ELLIS (H. D.) — Notes on the earliest form of coffee-pot. “Proceedings of the Society of Antiquaries of London”, 1899, II série, vol. XVII, paginas 390-394).

FOREST (L.) — L'art de faire le café du cuit à l'ancienne (Paris).

FRANKEL (O. M.) — Coffee making comparisons. (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1917, vol. XXXII, pags. 336-337).

FRANKEL (F. Hulton)—Value of coffee brews. (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1917, vol. XXXIII, pag. 238).

GENTIL (A. A. P.) — Dissertation sur le café et sur les moyens propres à prévenir les effets qui resultent de sa préparation, communément vicieuse, et en rendre la boisson plus agréable et plus salubre, Paris, 1797)

GIRAUD (A.) — Cafés de Paris — Procédés uniques pour la préparation du café, glorias, grogs à l'américaine (Paris, 1853), 75 pags.

HARRIS (William B.) — Coffee making comparisons. (“The Tea and Coffee Journal”, 1917, volume XXXII, pags. 336-337); Making coffee for the consumer (ib., 1914, vol. XXVI, pags. 335-338); “How to make a cup of coffee” (“Godey's Lady's Book”, vol. LXIII, pag. 107; “How soluble coffee is made” (“The Tea and Coffee Journal”, 1921, vol. XLI, pags. 162-166); “Sharpe's London Magazine”, vol. XLIV, pag. 259).

MASSON (Abbé) — Le café, ses propriétés manières nouvelles de le préparer (Epernay, 1885), 24 pags.

MASSON (P.) — Le parfait limonadier ou la manière de préparer le thé, le café, le chocolat (Paris, 1705).

MEITZKY (J. H.) — De vario coffee potum parandi modo (Wittembergiae, 1782); “Preparation of coffee for use” (“Penny Magazine”, vol. III, pag. 228).

T. (C. de) — Café français; recette économique (Paris, 1824).

WILHELM (R. C.) — “Drip” method the best. (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1916, vol. XXXI, pags. 338-339).

WILLCOX (O. W.)—About coffee making methods. (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1913, vol. XXXV, pags. 618-620).

WOODRUFF (Sybil) — Standard strength in coffee brews. (“The Tea and Coffee Journal”, 1916, vol. XXXI, pags. 133-137).

“WORLD'S largest coffee brewery”. (“The Tea and Coffee Journal”, 1919, volume XXXVI, pags. 230-233).

b) CAFÉS ENVERNIZADOS E COLORIDOS

DANNEMILLER (A. J.) — Coffee coating unpel. (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1914, vol. XXVII, pags. 556-557).

HOLLEUX (Edmond) — Le commerce des café avariés, colorés ou enrobés. (“Annales des Falsifications”, 1909, vol. II, n. 7, paginas 201-206).

HARRIS (William B.)—Green and roast coffees, the adulteration and misbranding thereof. (“American Grocer”, 1913, número de 19 de Novembro, pags. 19-20).

KRZIZAN (R.) — Ueber Eiweiss-Kaffee-glasur. ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1906, vol. XII, pags. 213-216).

SCHAER (E.) — Notizen über die Firnierung von Kaffeebohnen. ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1906, vol. XII, pag. 60).

WILLCOX (O. W.) — Concerning glazed coffee. ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1914, vol. XXVI, pags. 340-341).

MORPURGO (G.) — Notizie sulla colorazione artificiale del caffè e sui mezzi di scoprirla ("Orsi", 1897, vol. XX, paginas 397-403).

RAUMER (E. von) — Ueber den Machweiss Künstlicher Farbung bei Rohkaffee ("Forschung-Berichte über Lebensmittel", 1896, vol. III, paginas 333-338).

SAUVAGE (Édouard) — Note sur les cafés verts lustrés-colorés — Leur rôle commercial ("Annales des Falsifications", 1910, vol. III, pags. 113-117).

c) MODIFICAÇÕES

DANIEL (Clinton K.) — Daniel's golden coffee (1882), 3 pags.

"DETOXICATION of coffee" — ("Scientific American", 1915, número de 27 de março, vol. CXII, pag. 292).

GIRAUD (A.) — Le café perfectionné (Paris, 1846).

"NON-TOXIC" coffee and tea "Scientific American", 1909, número de 13 de novembro, vol. CI, pag. 346).

d) TORREFAÇÃO, MOAGEM E EMPACOTAMENTO

ACH (F. J.) — Roasting costs and accounting ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pag. 133).

BRAND (Carl W.) — Increased packing costs "The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 567-570).

BURNS, A. Lincol — Factory efficiency "The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pags. 30-33).

DAUSSE — Manuel de l'amateur du café, ou l'art de torréfier les cafés convenablement, basé sur l'analyse chimique (Paris, 1846).

"ELECTRIC coffee roasting in Germany" ("Electrical World", 1906, vol. XLVIII, pags. 117-118).

"EVOLUTION of the coffee roaster" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1910, vol. XVII, pags. 390-392).

GILLIES (Adwin J.) — Getting a roasting profit ("The Tea and Coffee Journal").

HOLSTAD (S. H.) — Keeping tab on costs ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pags. 68-70).

KING (John E.) — Grinding and packing coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, pags. 552-555).

KNOWLTON (H. S.) — Power installation of a coffee-roasting and spice-grinding plant ("Electrical World" 1905, vol. XLV, pags. 678-681).

McGARTY (M. J.) — Scientific coffee roasting ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 336-337).

ROSIERS (Turcq des) — Le café: une révolution dans ses procédés de torréfaction (Paris, 1890).

WILHELM (R. C.) — The color of the roast ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 423-429).

WRIGHT (Georges S.) — Automatic weighing tests ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1915, volume XXIX, pags. 568-570).

ZINSMEISTER (Lee G.) — Roasting economies ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1914, vol. XXVII, pags. 558-561; 1915, vol. XXIX, pags. 545-550).

VI

SECÇÃO DE FARMACIA E SAUDE PUBLICA : — Análise geral, falsificações e análise especial das substancias químicas do café

a) ANÁLISE GERAL

LIVROS

ALLEN (A. H.) — Commercial organic analysis (Londres, 1892) — O vol. III, parte 2ª, contém um capítulo sobre os alcaloides vegetais, inclusive os do café.

ANDALORI (André) — Il café descritto ed esaminato (Messina, 1702).

BOUSSINGAULT (J. B. J. D.) — Sur les matières sucrées contenues dans le fruit du caféier ("Ann. de Inst. Nat. Agron.", 1878-79, vol. IV, pags. 1-4).

"CAFFÈ DI GIRASOLE" — Analisi chemiche, consigli agronomici, etc. ("Padua, Italia, 1881).

"COFFEE and chicory" ("Science Readers and Diagrams", VI sér., n. 3).

GALEANO (Giuseppe) — Il café con più diligenza esaminato (Palermo, 1674).

GRIEBEL (C.) — Ueber den Kaffeeerbstoff (Munich, 1903).

KONIG (J.) — Chemie der menschlichen Nahrungs- und Genussmittel (Berlin, 1904), 4ª edição.

LOCKE (Edwn A.) — Food values (New-York, 1911) — Sobre o café, v. pag. 54.

LYTHGOE (Hermann Charles) — Report on tea and coffee (Washington, 1905).

MARCHAND (Léon) — Recherches organographiques et organogéniques sur le "Coffea arabica", (Paris, 1864). 8° gr. com ests.

PARET (S. A.) — Quelques résultats obtenus par l'emploi du valérianate de caféine — Thèse (Paris).

SESTINI (J.) — Il caffè — Lettura fatta nell'Instituto Tecnico di Fochi (Firenze, 1868).

"STANDARDS of purity for food products — Tea, coffee and cocoa products" (U. S. Dept. of Agriculture — Office of the Secretary — Circ. 19, pag. 16).

THORPE (Edward) — Dictionary of applied chemistry ("Londres — New-Aork, 1912) — Sôbre o café, v. pags. 97-103).

WANKLYN (James Alfred) — Tea, coffee and cocoa — A practical treatise on the analysis of tea, coffee, cocoa, chocolate, maté (Paraguay tea) — (Londres, 1874), 59 pags.

WARNIER (W. L. A.) — Bijerage tot de kennis der koffie, medeeling uit het laboratorium van het Kolonial Museum te Haarlem (Amsterdam, 1899), 23 pags.

WEYRICH (R.) — Ein Beitrag zur Chemie des Thees und Kaffees Dorpat, 1872).

WILEY (H. W.) — Coffee and tea (In "1001 tests of food, beverages and toilet accessories", pags. 10-18).

WINTON (Andrew L.) — The microscopy of coffee (In "Microscopy of vegetable foods", New-York, 1916, 2° ed., paginas 427-438). — Foi transcrito por "The Tea and Coffee Trade Journal", vol. XXI, paginas 22-28.

PERIODICOS:

ALLEN (A. N.) — Note on the examination of coffee ("Analyst", 1880, vol. V, pags. 1-4).

BAU (A.) — The determination of oxalic acid in tea, coffee, marmalade, vegetables and bread ("Z. Nahr- Genussm", 1920, vol. XL, pags. 50-66).

BERTRAND (Gabriel) — Sur la composition chimique du café de la Grande Comore ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1901, volume CXXXII, paginas 162-64).

BINZ (C.) — Beltrage zur Kenntniss der Kaffeebestandtheile ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1878, vol. IX, pags. 3151).

BOTSCH (K.) — Zur Kenntniss der Saligninderivate ("Monatshefte für Chemie, — Sitzungs Berichte der Kaiserlichen Academie der Wissenschaften", 8180, vol. I, paginas 621-623).

"CANADA (Dominion of) — Inland Revenue Department Laboratory — Coffee: results of analysis", Ottawa (1888, "Bulle-

tin", n. 3, 8 pags.; 1891, "Bulletin", n. 29, 19 pags.; 1892, "Bulletin" n. 31, 13 pags.; "Ground coffee: results of analysis" (1904, "Bulletin", n. 100, 7 pags.; 1909, "Bulletin", n. 172, 37 pags.; 1910, "Bulletin", n. 216, 22 paginas).

CAZENEUVE (P.) et **HADDON** — Sur l'acide cafétannique ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1897, vol. CXXIV, pags. 1458-1460).

CHARAUX (Charles) — Sur l'acide chlorogénique. Fréquence et recherche de cet acide dans les végétaux. Extraction de l'acide caféique et rendement en l'acide caféique de quelques plantes ("Journal de Pharmacie et de Chemie", 1900, VII sér., volume II, pags. 292-298).

"CHEMISTRY (The) of a cup of coffee" ("Lancet", 1913, vol. II, n. 2, pags. 1563-1565; "Journal of Economics", 1904, volume VI, pags. 466-467; "Literary Digest", 1914, vol. XLVIII, pags. 376-377).

DOOLITTLE (R. E.) et **WRIGHT** (B. B.) — Some effects of storage on coffee ("American Journal of Pharmacy", 1915, volume LXXXVII, pags. 524-526).

EHRlich (J.) — Coffee in the laboratory ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXX, pags. 569-670).

ERNI (H.) — The chemico-physiological relations of tea, coffee and alcohol ("Nash ville Montly Records of Medical and Physical Science", 1858-1859, vol. I, paginas 641-656).

FRANKEL (E. M.) — Coffee by-products ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, pags. 43-44); Coffee identification (ib., 1916, vol. XXXI, pags. 158-159).

FRANKEL (F. Hulton) — Calories in a cup of coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 446-447).

GEISEE (M.) — Welche Bestandteile des Kaffees sind die Trager der arregenden Wirkung? ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1905, vol. LIII, pags. 112-136).

GORTER (K.) — Beltrage sur Kenntniss des Kaffees (Annalen der Chemie, 1907, volume CCLLVIII, pags. 327-348; 1908, volume CCCLIX, pags. 217-244; 1910, vol. CCCLXXII; 1910, vol. CCCLXXII, pags. 237-246; — Sairam tambem em "East Indies, Dutch, Dept. van Landbouw. — Bulletin" ns. 14 e 33).

GRAF (L.) — Ueber Bestandtheile der Kaffeesauren ("Zeitschrift für Angewandete Chemie", 1901, pags. 1077-1082; Ueber den Zusammenhang von Coffeingehalt und Qualität bei chinesischen Thee ("Forschungs-Berichte über Lebensmittel". 1897, volume IV, pag. 88).

GUIGUES (P.) — Note sur l'origine du café ("Bulletin des Sciences pharmacologiques", 1903, vol. VI, paginas 350 e 357.

HANAUSER (T. F.) — Bemerkung zu dem Aursatz von F. Netolitzky, Ueber das Vorkommen von Krystalisandzellen im Kaffee ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1911, vol. XXI, pag. 295); Die Entwicklungsgeschichte der Frucht und des Samens von "Coffea arabica L.". "Zeitschrift für Nahrungsmittel — Untersuchung und Hygiene", 1890, vol. IV, paginas 237-257).

HARRIS (William B.) — Scientific study of coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1915, volume XXIX, pag. 577-588).

HEHNER (O.) — An analysis of coffee leaves ("Analyst", 1879, vol. IV, pag. 84).

HOWARD (C. D.) — Report on tea and coffee ("U. S. Chemistry Bureau—Bulletin", 1907, vol. CV, paginas 41-45).

HUSSON (C.) — Étude sur le café, le thé et les chicorées ("Annales de Chimie et de Physique", 1879, V s-r., vol. XV, paginas 419-427).

JAFFA (M. E.) — Report on tea and coffee, 1910, with list of references ("U. S. Chemistry Bureau — Bulletin, 1911, volume CXXXVII, pag. 105-108).

"LANCET special analytical sanitary commission on the composition and value of coffee extracts" ("The Lancet", 1894, volume II, pag. 43-45).

LEPPER (H. A.) — Report on coffee "Journal of the Association of Official Agricultural Chemists", 1920, n. 4, pag. 211-216).

LEVESIE (O.) — Beiträge zur Chemie des Kaffees ("Archiv der Pharmacie", 1867, III sér., vol. VIII, pag. 294-298).

LIEBIG (J. von) — Chemistry of a cup of coffee ("Every Saturday", vol. I, pagina 135).

LOOMIS (H. M.) — Report on tea and coffee ("Journal of the Association of Official Agricultural Chemists", 1920, n. 2, paginas 489-502).

MASON (G.) and SAVINI (E.) — Experiments with coffee ("Stazione Sperimentale Agraria Italiana", 1918, n. 51, pag. 413-414).

MAZZA (C.) — Sull'esame batteriologico della polvere che si trova negli spacci di caffè, con speciale riguardo al bacillo della tubercolosi ("Rivista d'Igiene e Sanità Pubblica", 1897, vol. VII, pag. 8-20).

PALADINO (Pietro) — Sopra un novo alcaloide contenuto nel caffè ("Gazetta Chimica Italiana", vol. XXV, pag. 104-110). — Saiu resudamente "Beilstein's Organische Chemie", 1897, vol. III, pag. 888.

PAYEN (Edouard) — Mémoire sur le café ("Comptes-rendus de l'Academie des Sciences", 1846, vol. XXII, pag. 724-732; vol. XXIII, pag. 8-15 e 154-251).

PRATT (David S.) — The microscopy of tea coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1915, vol. LXXX, pag. 419-421).

PRESCOTT (A.) — Chemistry of tea and coffee ("Popular Science Monthly", vol. XX, pagina 359).

ROBIQUET (Von) und BOUTRON — Ueber den Kaffee ("Annalen der Chemie", 1837, vol. XXIII, pag. 93-95).

ROBISON (Floyd W.) — What do we know about coffee? ("Tea Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, paginas 556-562).

SAYRE (L. E.) — A pharmacologist on coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXII, pag. 521-527); Coffee its standardization and application to pharmacy ("Merck's Report", 1907, vol. XVI, paginas 61-63).

"SOME NEW facts about coffee" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, volume XXXV, pag. 436-437).

STREET (John Phillips) — About hygienic coffees ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pag. 52-54); Hygienic coffee analyses (ib., 1917, vol. XXXIII, pag. 42-43); Recent coffee analyses ("Modern Hospital", 1916, pag. 330-332; e in "The Tea and Coffee Trade Journal", volume XXX, pag. 570-572).

TATLOCK (R. R.) and THOMSON (R. T.) — The analysis and composition of coffee, chicory, and coffee and chicory essences ("Journal of the Society of Chemical Industries", 1910, vol. XXIX, pag. 138-140).

TRIGG (Charles W.) — Caffetannic acid a bugaboo ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, pag. 437-439); Coffee oil and fats (ib., 1918, vol. XXXV, pag. 230-231); Coffee carbohydrates (ib., 1919, vol. XXXVI pag. 246-247).

TUSINI (F.) — Sul riconoscimento delle varie specie di grani di caffè albuminoide e dello spermoderma ("Archivios di Farmacologia Sperimentale e Science Affini", 1903, vol. II, pag. 215-217).

VAUTIER (E.) — The wastes of coffee ("Mitt. Lebensm. Hyg.", 1921, n. 12, paginas 35-37).

VLAANDEREN (C. L.) and MULDER (G. J.) — Sauren des Kaffees ("Jahresberich der Chemie", 1858, pag. 261-246).

WARNIER (W. L. A.) — Contributions a la connaissance du café ("Recueil de Traux Chimiques du Pays-Bas de la Belgique, 1899, II sér., vol. III, pag. 251-257).

WILLCOX (O. W.) — Coffee aroma secret out ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, vol. XXV, pag. 343-344); Tannin in coffee (id., ib. pag. 485).

WILLCOX (O. W.) and RENTSCHLER (M. J.) — Scientific analysis of coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1910, volume XIX, pag. 440-443; 1911, vol. XX, paginas 30-34, 109-111, 194-195 e 355-356).

WOLK (P. C. van der) — New researches into some statistics of Coffee ("Zeitschrift für Induktive Abstammungs und Vererbungslehre", 1914, vol. XI, pags. 355-359).

WOODMAN (A. G.) — Report on tea, coffee, and cocoa products, 1909, ("U. S. Chemistry Bureau-Bulletin", 1910, vol. CXXXII, pags. 134-136).

b) CAFEINA

CLAUTRIAU (H.) — Nature et signification des alcaloides végétaux (Paris, 1909, 113 paginas).

DRAGENDORFF (George) — Caffein und Theobromin (In "Die gerichtlich-chemische Ermittlung von Giften", pags. 202-206).

FENDLER (G.) und STUBER (W.) — Caffeinbestimmungen im Kaffee. ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1914, vol. XXVII, paginas 9-20).

FISCHER (Emil) — Ueber das Caffein ("Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft", 1882, vol. XV, n. 5, pags. 29-37).

FRANKEL (E. M.) — Caffeine and theine ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pag. 260).

FRENCH (J. M.) — Caffein, its sources and uses ("Merek's Archives", 1907, volume IX, pag. 208).

JOBST (Carl) — Thein identisch mit Caffein ("Annalen der Chemie", 1838, volume XX, pags. 63-66).

LANGLOIS (P.) — Kola et caféine ("La Science Illustrée", número de julho de 1890).

LENDRICH (K.) und NOTTROHM (E.) — Verfahren zur Bestimmung des Coffeins im Kaffee ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1909, vol. XVI, pags. 241-265).

PAUL (B. H.) und COWNLEY (A. J.) — The amount of coffeine in various kinds of coffee ("Pharmaceutical Journal", 1887, III série, volume XVII, pag. 545).

PPAFF (C. H.) — Ueber die Darstellung des Coffeins, über dessen charakteristische Eigenschaften und dessen Mischung, über das sogenannte Kaffee-Grün ("Neues Jahrbuch der Chemie und Physik", 18th, vol. L, pags. 387-505; vol. LI, pags. 31-45).

POLSTORFF (Karl) — Ueber das Vorkommen von Betainen und von Cholin in Kaffein und Theobromin enthaltenden Drogen ("Chemisches Zentralblatt", 1909, V sér., volume XIII, pags. 2.014-2.015).

STEHLE (R. L.) — Caffeine, the alkaloid ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXI, pags. 46-57).

SULLIVAN (A. L.) — Determination of caffeine in coffee. — A comparison of the Hilger and Fricke method with a modifica-

tion of the Gomberg method ("Science" 1909, vol. XXX, pag. 255).

WILLCOX (O. W.) — Coffee and caffeine ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, vol. XXIV, pags. 460-461).

c) CAFÉS DESCAFEINIZADOS

RABENHORST (W.) und VARGES (J.) — Koffeinfreier Kaffee, enthält der koffeinfreie Kaffee fremde chemische Bestandteile insbesondere Ammoniak Benzol, Salzsäure Schwefelsäure? ("Medizinische Klinik", 1908, vol. IV, pag. 1.612).

SALANT (William) und RIEGER (J. B.) — Elimination of caffeine an experimental study of herbivora and carnivora ("U. S. Dept. of Agriculture — Chemist Bureau — Bulletin", vol. CLVII).

TRIGG (Charles W.) — About caffeine-free coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXIV, pag. 233).

WILLCOX (O. W.) — Caffeine free coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XX, pag. 116).

WIMMER (K.) — Caffeineless coffee ("Scientific American", 1908, número de 11 de abril, vol. XCVIII, pag. 258).

d) CAFEOL

BERNHEIMER (Oscar) — Zur Kenntniss der Rostproducts des Caffees ("Monatshefte für Chemie-Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften", 1880, vol. I, pags. 456-457).

BERTRAND (G.) et WEISWELLER (G.) — Sur la composition de l'essence de café; présence de la pyridine ("Comptes rendus de l'Académie des Sciences", 1913, vol. CLVII, pags. 212-213). — Saiu tambem no "Bulletin des Sciences Pharmacologiques", 1905, volume XII, pag. 152.

CAFFEOL (The) in roasted coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, volume XXIV, pag. 241).

ERDMANN (Ernst) — Beitrag zur Kenntniss des Kaiserlichen und des larin enthaltenen Furfuralcohols (Halle, 1902), 46 pags.

ERDMANN (Ernest) — Ueber das Kaffecis un die physiologische Wirkung des darin enthaltenen Furfuralcohols ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1902, vol. XLVIII, pags. 233-261). — Saiu tambem em "Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft", 1902, vol. XXXV, pagina 1.846.

GRAFE (V.) — Untersuchung über die Herkunft des Kalleols ("Anzeiger der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften", 1912, vol. XLIX, pags. 267-268).

JAEKLE (H.) — Studien über die Produkte der Kaffeeroastung — Ein Beitrag zur Kenntniss des sogenannte Karfeearomas (Caffeol) — "Zettscriro für Ontersuchung der Nanrungs — und Genussmittel", 1898, pags. 457-472.

ORLOWSKI (A.) — Kilka slor o Kawie palonój ("Gazeta Lekarska", Warsaw, 1870, vol. IX, pags. 385-387). — Trata do "extrato de café".

TRIGG (Charles W.) — The aroma of coffee ("The Tea and Coffee Trade-Journal", 1918- vol. XXXV, pags. 37-39).

e) CAFE' VERDE

DITTO' (Bela von) — Ueber die chemische Zusammensetzung der inneren Fruchtschale der Kaffee-Fruct ("Jour. Lanuw.5, val. III, pags. 93-95).

HERFELDT (E.) und **STUTZER (A.)** — Untersuchungen über den Gehalt der Kaffeebohnen an Fett, Zucker und Kaffeegerbsäure ("Zettschrift für Angewandte Chemie", 196, pags. 469-471).

MEYER (H.) und **ECKERT (A.)** — Ueber das fette ol und das Wachs der Kaffeebohnen. (Appareceu resumidamente en "Anzelger der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften", 1910, vol. XLVII, pag. 320).

ROCHFELDER (F.) — Notiz über die Kaffeebohnen ("Annalen der Chemie", 1844, vol. L, pags. 244-234; 1846, vol. LIX, paginas 300-310; 1852, vol. LXXXII, pag. 194).

TRIGG (Charles W.) — Aging green coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1920, vol. XXXIX, pag. 440).

ZWENGER (C.) und **SIEBERT (S.)** — Ueber das Vorkommen der Chimasäuren in den Kaffeebohnen ("Annalen der Chemie", 1861, 1.º suplemento, pags. 77-85).

f) CAFE' TORRADO

BURMANN (J.) — Recherches chimique et physiologiques sur les principes utiliés du Café torrefié ("Bulletin General de Thérapeutique", 1913, vol. CLXVI, pags. 379-400).

EHRlich (J.) — In a cup of coffee — A consideration of the constituents of the roasted bean and of the sugar milk or cream that goes whit it ("The Tea and Coffe Trade Journal", 1916, vol. XXXV, paginas 547-549).

GOBLET (L.) — Analyses comparées d'un café torréfé par des procedes différents ("Association Belge des Chimistes — Bulletin, 1893, vol. XIII, pags. 172-173).

GOULD (R. A.) — The gases evolved from roasted coffee, their composition and

origin ("Eighth International Congress of Applied Chemistry — Report", 1912, volume XXVI pag. 389).

LENDRICH (K.) und **NOTTBOHN (E.)** — Ueber den Coffeingehalt des Kaffees und den Coffeinverlust beim Rosten des Kaffees ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs — und Genussmittel, 1909, vol. XVIII, paginas "99-308).

LYTHGOE (H.) — Chemical analyses of a few varieties of roasted coffee. ("Technology Quaffery", 1909, vol. XVII, pags. 236-239).

MONARI (A.) et **SCOCCIANI (L.)** — La pyridine dans les produits de la torrefaction du café ("Congres International d'Hygiene et de Demographie — Comptes-rendus", 1894, vol. VIII, pags. 4 e 211). — Saiu tambem em "Archives italiennes de Biologie", 1895, vol. XXVIII, pags. 68-70), e em "Chemisches Zentraiblatt", 1895, vol. I, pag. 750).

TRIGG (Charles W.) — Coffee roasting ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1919, vol. XXXVII, pags. 170-172); Gases from roasted Coffee, (ib., 1920, vol. XXXIX, pagina 318).

g) ADULTERAÇÕES DO CAFE'

LIVROS:

"ADULTERATION of coffee — Report of the proceedings of a public meeting held at the London Tavern, March 10, 1851", (Londres, 1851).

DAFERT (Franz W.) — Las sustancias minerales del caféto (San José, Costa Rica, 1896), 33 pags. — Saiu tambem nos "Anales del Instituto Médico Nacional", 1897, vol. III, pags. 25, 41, 62, 78).

GRAHAM (T. e outros) — Chemical report on the mode of detecting vegetable substances mixed with coffee for purpose of adulteration (Londres, 1852), 22 paginas — (Board of Inland Revenue).

FRAUDES (Les) du café dévoilées per un amateur" (Paris).

SIMMONDS (P. L.) — Coffee as it is and as it ought to be (Londres 1850).

PERIODICOS:

BERTARELLI (E.) — Su una soffisticazione del caffè torrefatto mediante aggiunta di acqua e borace ("Giornale di Farmacia", 1900, pags. 338-343; "Rivista d'Igiene e Sanità Publicca", 1900, vol. XI, pags. 467-472).

CABALLERO (F. G.) — Inconvenientes del uso del café puro y del que se toma con leche, soffisticación de los componentes de esta bebida, etc. ("Boletin de Medicina y Cirugia", 1851, II sér., vol. I, pags. 177-185).

CASANA (J.) — Acerca del producto llamado leguminosa y sofisticaciones del café — (“Anales de la Real Academia de Medicina”, 1905, vol. XXX, pags. 359-364).

CHIAPPELLA (A.R.) — Il caffè macinato che si ottiene in Firenze — Alcune sofisticazioni non ancora descritte (“Annali d'Igiene Sperimentale”, 1904, II sér., vol. XIV, paginas 427-448); Le sofisticazioni del caffè che si consuma in Firenze (“Società Toscana d'Igiene”, 1905, II sér., vol. V, pags. 110-116).

CHEVALIER (J. B.) — Café indigène (“Annales d'Hygiène”, 1853, vol. XLIX, paginas 408-412).

“COFFEE and its adulterations” (“The Lancet”, 1851, n. I, pags. 21 e 465; 1853, n. 1, pags. 390-477; 1857, n. I, pag. 195; “Pharmaceutical Journal”, n. 10, pags. 394-396).

COLLIN (E.) — Del caffè e sue falsificazioni (“Giornale di Farmacia, di Chimica e di Scienze Affini”, 1879, vol. XXVIII, paginas 529-535; 1880, vol. XXIX, pags. 20-22).

CORIEL (F.) — Analyse d'un café artificiel torréfié (“Journal de Pharmacie et de Chimie”, 1890, VI sér., vol. VI, pags. 106-108).

CRIBB (C. H.) — Note on samples of coffee containing added starch; a sample of artificial coffee berries (“Analyst”, 1902, volume XXVII, pags. 114-116).

CROMBIE (S.) — Examinations of ground coffee as found in shops (“Physician and Surgeon”, Ann. Arbor., 1882, volume IV, pag. 401).

DOOLITTLE (R. E.) — Coffee sophistications (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1912, vol. XXIII, suplemento do n. 6, pags. 62-65).

DRAPER (J. C.) — Coffee and its adulterations (“New York Academy of Medicine — Bulletin”, 1869, vol. III, pags. 210-218).

DUBLISAY — Falsifications des cafés — Procédés employés à cet effet; moyens de reconnaître et de reprimer la fraude (“Recueil des Travaux du Comité Consultatif d'Hygiène Publique de France”, 1888, volume XVIII, pags. 19-33).

DUCROS (H. A.) — De quelques falsifications du café Moka (“Institut Égyptien — Bulletin”, 1901, IV sér., pags. 293-306).

EDSON (C.) — Report on colored imitation Java coffee (“Sanitary Engineer”, 1883-1884, vol. IX, pag. 614).

“ESTUDIO del cafeto” — (“Anales del Instituto Médico Nacional”, 1897, vol. III, paginas 139-144).

“FALSIFICATION du café”, — (“Annales d'Hygiène”, 1864, II sér., vol. XXII, paginas 437-448).

FERKEIM (A. Vogel von) — Zur Frage der Zulässigkeit der Verwendung des sogenannten Tauben oder Strohfeigen bei der

Fegen Kaffee-fabrikation (“Oesterreichische Sanitätswesen”, 1903, vol. XV, pags. 101-102).

FRICKE (E.) — Neuere Kaffeeverfälschung (“Zeitschrift für medizinischebeante”).

GIRARDIN (J.) — Rapports sur un café avarié par l'eau de mer et sur la poudre destinée à remplacer le café (“Annales d'Hygiène”, 1884, vol. XI, pags. 87-103).

GRIEBEL (C.) und BERGMANN (E.) — Ueber eine neue Kaffeeverfälschung (“Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel”, 1911, vol. XXI, pags. 481-484).

HARNACK (E.) — Ueber die besonderen Eigenarten des Kaffeegetrankes und das Thurmische Verfahren zur Kaffeereinigung und verbesserung (“Münchener Medizinische Wochenschrift”, 1911, vol. LVIII, pags. 1.368-1.372).

HARRIS (William B.) — Green and roast coffees, the adulteration and misbranding thereof (“American Grocer”, n. de 19 de Novembro de 1913, pags. 19-20).

HESSE (P.) — Ueber eine Kaffeefarbe (“Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel”, 1911, vol. XXI, pagina 220).

JAMMES (L.) — Le café torréfié, en grains, factice (“Revue d'Hygiène”, 1890, volume XII, pags. 1.044-1.050).

“MOCHA coffee” (“Scientific American”, 1903, vol. LXXXIX, pag. 81).

MUNTA (V.) — Apuntes acerca de las adulteraciones del café y medios para reconocerlas (“La Gaceta de Sanidad Militar”, 1883, vol. IX, pags. 286-394).

NOTTBOHM (F. E.) und KOCH (E.) — Arsenhaltige Kaffeeglasierungsmittel (“Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel”, 1911, vol. XXI, paginas 288-290).

OTTOLENGHI (D.) — Sopra una frequente sofisticazione del caffè in polvere (“Atti della Reale Accademia dei Fisiocritici di Siena”, 1903, IV sér., vol. XV, paginas 381-389).

“PARECER da comissão encarregada pela Sociedade Pharmaceutica Lusitana de investigar si uma determinada especie de café é prejudicial á saúde” (“Correio Medico”, Lisboa, 1874, vol. III, pags. 136-147).

RAUMER (E. von) — Beobachtungen über Kaffeeglasuren seit dem Inkrafttreten der Kaffeesteuer (“Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel”, 1911 volume XXI, pags. 102-109).

REISS (F.) — Ueber eine mechanische Verfälschung der Kaffeesahne (“Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel”, 1906, vol. XI, pags. 391-393).

SOCCIANI (L.) — Caffé adulterato con sostanze nocive (“Rivista d'Igiene e Sanità Pubblica”, 1895, vol. VI, pags. 497-499).

SORMANI — Di una nuova falsificazione del caffè ("Giornale della Reale Società Italiana d'Igiene", 188, vol. IV, pag. 401).

SPENCER (G. L.) and EWELL (E. E.) — Tea coffee and cocoa preparation (U. S. Dept of Agriculture).

"VARIOUS coffees" — ("Lancet", 1915, vol. II, pag. 1.006).

WIECHMANN (F.) — Coffee and its adulterations ("School of Mines Ouagterly", 1897-1898, vol. I, pags. 8-15).

h) CHICORIA

BACKER (P.) — La culture du witloof ("Theiet", 1912, pag. 22); De feelt van witloof ("Thielt", 1911, pag. 23).

BOTURRAU (H.) — Die physiologische Wirkung des Absudes der gebrannten Zichorie ("Medizinischs Klinik", 1907, volume III, pags. 644-647).

FRIES (M.) — Praktische Anleitung zum Kaffee Cichorienbau (Stuttgart, 1886).

KAINS (M. G.) — Chicory growing — (Washington, 1900), 12 paginas.

KAINS (M. G.) — Chicory growing as an addition to the resources of the American farmer (Washington, 1898), 52 paginas. — Publicação do "United States Department of Agriculture — (Division of Botany). Bulletin numero 19.

SCHMIEDEBERG (Oswald) — Historische und experimentelle Unter.

WEISMANN (R.) — Ueber den Zichorienkaffee in diätetischer und gesundheitlicher Beziehung ("Archiv für Hygiene", 1912, vol. LXXVI, pags. 210-244).

WEISSMANN (R.) — Ueber den schädlichen Einfluss von Zichorienaufguss ("Aerztliche Rundschau", 1908, vol. XLVII, pag. 183).

ZELLNER (H.) — Zichorie ("Centralblatt für Allgemeine Gesundheitspflege", 1908, volume XXVII, pags. 32-39).

1) CHICÓRIA NO CAFÉ

"ADULTERATION (On the) of chicory coffee ("Lancet", 1861, vol. II, pag. 18).

CAUVET — Sur l'examen et l'analyse des échantillons de café-chicorée et de café moulin, saisis, chez divers marchands de Constantine, ("Annales d'Hygiène", 1873, volume XI, pags. 302-317).

CHEVALLIER (A.) — Notice historique et chronologique sur les substances qui ont été proposées comme succédanées du café et sur le café-chicorée en particulier ("Monsieur d'Hôpitaux", 1853, vol. I, pags. 1129, 1161, 1171, 1185, 1193 e 1217).

CLOUET (J.) — Du café-chicorée; empoisonnement de quatre personnes par l'usage de cette denrée ("Mouvement Médical", 1875, vol. XIII, pag. 505).

FORSEY (C. B.) — The new coffee and chicory regulations ("Analyst", 1882, vol. VII, pag. 159).

GUILLOT (Camille) — La chicorée et divers produits de substitution du café (Lons-le-Saunier, 1911, 8.º de 352 paginas).

LAWALL (C.H.) and FORMAN (L.) — The detection of chicory in decoctions of chicory and coffee ("Journal of the American Pharmaceutical Association", 1914, volume III, pag. 1669).

LEEBOY (J. R.) — Estimation of chicory in coffee ("Chemical News", 1874, volume XXX, pag. 243).

MORIN — Quelques réflexions sur un des moyens employés pour déterminer la présence du café-chicorée dans le café normal (Rouen, 1863), 5 pags. — Sep. das "Mémoires de l'Académie de Caen".

1) DISPOSITIVOS REGULAMENTARES COM RELAÇÃO AO CAFÉ' (SAUDE PÚBLICA)

SCHNEIDER — Der Kaffee, als Gegenstand der medicinischen Polizei ("Zeitschrift für die Staatsarzneikunde", 1829, vol. IV, paginas 303-327).

SCHUTZE — Kaffee, Thee und Chocolate als Nahrungsmittel und in sanitats-polizeilicher Hinsicht ("Viertel Jahrsschrift für Gerichtliche Medizin und Effentliches Sanitätswesen", 1860, vol. XVII, pags. 168-228).

WEBER (W. R. Weiten) — Medicinisch-polizeiliche Bemerkngen über den Caffee ("Medicinische Jahrbücher des Kaiserl, Königl, Oesterreichischen Staates", 1848, volume LXVI, pags. 42 e 151).

VII

SEÇÃO DE MEDICINA

a) EM GERAL

LIVROS:

AIGNANT (ou AIGNAN) — Le preste médecin, avec un traité du thé, du café, en France (Paris, 1606).

B. (W) — Coffee, its origin, properties and virtues (Londres, 1908).

BLEGNY (N. de) — Le bon usage du thé, café et le chocolat (1699).
guérison des maladies (Paris, 1687).

BOUTEKOE (Cornelle) — Le thé, le café, et le chocolat (1699).

BRADLEY (Richard) — The virtue and use of coffee, with regard to the plague and other infectious distempers (Londres, 1721), 34 paginas.

BRILLÉ (L.) et DUPRÉ (E.) — Étude sur les cafés — Communication à la Société Française d'Hygiène (Paris, 1889).

CHICOU (T.) — Du café en hygiène et en thérapeutique (Paris, 1859).

DAUPLEY (C. E.) — Étude sur le café; ses applications à la médecine — (Paris, 1867).

ELOY (Nicholas F. J.) — Question médico-politique — Si l'usage de l'État dans les provinces de la et s'il peut se concilier avec le bien de l'État, dans les provinces de la Belgique (1781).

FONTAINE — Hernie traité par l'Infusion de café (Paris, 1865).

LAUDARRABILCO (O.) — Du café envisagé on point de vue de ses applications (Montpellier, 1866).

LAUDARRABILCO (Osmin) — Nouvelles propriétés thérapeutiques du café vert dans les affections du foie, les coliques hépatiques et le diabète (Montpellier, 1888).

LECONTE (A. H.) — Emploi du café thérapeutique (Strasbourg, 1859).

MAGRI (D.) — Virtù del Kafè, bevanda introdotta nuovamente nell'Italia — (Roma, 1671), 2.^a ed., 16 paginas.

MARVAUD (Angel) — Les aliments d'épargne (Paris, 1874) — Cap.: "Les boissons aromatiques — Le café", pags. 292-320.

MUNDAY (Henry) — Opera omnia — Physica de aere vitali, esculentis, et potuentis, cum appendice de pasergrisi in victu et chocolatu, thea, coffea, tabaco — (Leyden, 1685).

PETIT (H.) — De la prolongation de la vie humaine par le café (Paris, 1862), 2.^a edição.

RICHET (Ch.) — Les poisons de l'intelligence — L'alcool, le chloroforme, le haschisch, l'opium, le café (Paris, 1877).

TRIFET (A.) — Du café, de ses effets sur l'homme (Paris, 1847).

VILLEMUS (A.) — Du café et de ses principales applications thérapeutiques — (Paris, 1875), 72 paginas.

VIREY (J. J.) — Nouvelles considérations sur l'histoire et les effets hygiéniques du café et sur le genre Coffea (Paris, 1816).

WEISS (C. C.) — Coffea arabica nach seiner serstorenden Wirkung auf animalische Dünste als Schutzmittel gegen Contagion vorschlagen (Friberg, 1832).

PERIODICOS:

ALLEGED medicinal properties of the coffee bean ("The Lancet", 1902, vol. II, pagina 944).

BALZAC — Traité des excitans modernes — Alcool, sucre, thé, café, tabac (Extra-tô fitício da "Revue de Paris", 1832).

"**RENEFICIAL effects of coffee as a drink**" ("Review of Reviews", 1906, volume XXXMI, pags. 245-246).

BOLTENSTERN (von) — Zur Bewerking des Kaffees als Volksgenussmittel ("Deutsche Arzte-Zeitung", 1906, pags. 457-461).

CARON (D. A.) — Coffee and milk as a diet ("Journal of Franklin Institute", volume LXIV, pag. 349).

DALSON (A. T.) and WETHERILL (C. M.) — Coffee as a beverage ("Journal of Franklin Institute", vol. LX, pags. 60-111).

DOMBROSKI (L. F.) — Kofe Ojivo liechebniya svoista ("Vrachebnava Gazeta", 1901, vol. VIII, pags. 733-736 — Sôbre "O café e as suas propriedades medicinas").

DUJARDIN - BEAUMETZ — On new cardiac medicaments — ("Therapeutic Gazette", 1884, nova série, vol. V, pags. 444-449).

DUSART (O.) — Étude critique sur l'action physiologique et thérapeutique des médicaments dits antidépérités: café, coca, etc. — ("Tribune Médicale", 1874, valume VII, pags. 197-200).

ENGLISH (W.) — Reply to objections against the use of tea and coffee ("The Lancet", 1833-1834, vol. II, pag. 75).

COLNER — Ueber unschadlichen Kaffee-genuss ("Frakenartz", 1906, vol. XXI, pagina 205).

GRISWOLD (E. H.) — Coffee, les uses and medical qualities ("Southern Practitioner", 1882, vol. IV, pag. 269).

HAMILTON (W.) — On the medical properties of the coffee arabica ("Pharmaceutical Journal", 1851, vol. X, pags. 450-454).

HOLLAND (J. W.) — Coffee as a preventive for malarial diseases ("Louisville Medical News", 1876, vol. I, pags. 63-65).

HORNEMANN (E.) — Kaffe-Sporgsmaalet ("Hygieniske Meddelelser", Kjobenhavn, 1864, vol. IV, parte 3.^a, pags. 286-310) — Sobre "O valor higienico do café".

"**MEDICAL (On the) properties of coffea arabica**" ("Pharmaceutical Journal", vol. X, pags. 450-454).

"**MEDICAL properties of the husk of the coffee bean**", ("Scientific American Supplement", 1903, número de 7 de Março, vol. LV, pags. 22-23).

MAUL (J.) — On coffee, its medical, disinfecting, and dietetic properties ("New Jersey Medical Reporter", 1851-1852, vol. V, pags. 265-297).

ROQUES (J.) — Note sur les propriétés médicales du café ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1835, vol. VIII, pags. 289-294).

S. CULAPIUS — The healthfulness of coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, vol. XXV, pags. 27-28, 129-130, 239-240, 345-346 e 449-450; 1914, vol. XXVI, paginas 137-138).

SQUIBB — Tea and coffee as therapeutic substitutes for coca and guarana ("Ephemericis of Materia Medica", 1884, vol. II, paginas 637-647).

STUTZER (A.) — Neues über die Wirkung der daraus hergestellten Getränke in gesundheitlicher Beziehung ("Centralblatt für Allgemeine Gesundheitspflege", 1892, vol. XI, pags. 145-151).

WEITENWEBER (W. R.) — Diätetisch-medicinische Würdigung des Caffees — ("Oesterreichische Medicinische Wochenschrift", 1845, pags. 1551-1583; Therapeutische Abhandlung über den Caffee ("Medicinische Jahrbücher des Kaisers und Königs, Oesterreichischen Staates", 1846, vol. LVIII, paginas 1-339).

b) EFEITOS FISIOLÓGICOS

LIVROS:

ALCOTT (William Alexander) — Tea and coffee: their physical, intellectual, and moral effects on the human system (Manchester, 1877), 31 paginas. — Saú antes em alemão (Berlín, 1869).

BOEHMER (G. R.) — Pr... inessentiae coffeae in novellis publicis nuper commendatae virtutem inquerit — (Wittembergiae, 1782).

BOMBY (R.) — Le caféisme — (Paris 1905).

BONA (Dottor Giovanni Dalla) — Dell'uso e dell'abuso del caffè — Dissertazione storico-fisico-medica (Verona, 1751). — Ha outras edições: a 3.^a de Livorno (1762).

BOUCARD (E.) — Du caféisme — Contribution a une étude synthétique — (Paris, 1899).

BRAEUNINGER (J. M.) — De potus caffè usu et abusu (Erfordiae 1725).

BREVILLE (J. P. Davier de) — (An a frequentiori potu caffè vita brevior? — (Paris, 1715).

BRUCHMAN (Francis Ernest) — A treatise on coffee and a condemnation of its use (Brunswick, 1727).

BUCCHOZ (P. J.) — Dissertation sur l'utilité de les bons et mauvais effets du tabac, du café, du cacao et du thé — (Paris, 1775).

CALKINS (A.) — Hygiene, aspects and pathologic relations (New - York, 1871). — Cap.: "Opium and opium beverages, Cannabls indica, tobacco and coca, and tea and coffee".

CALVERT (Esprit) — An potus caffè quotidianus valetudini tuendae vitae que producendae noxius? (Avenione, 1762).

CAMERARIUS (E.) — Dissertationes tres, exhibentes... III. Usum et abusum potum, "Thee", et "Caffee" in his regionibus (Tubingae 1694).

QATHOMAS (J. B.) — Is der Kaffee und Teegenuss gesundheitsschädlich? — (St. Gallen, 1910).

CROTHERS (T. D.) — Morphinism and narcomanias from other drugs (1902). — Cap.: "Effects of the coffee habit", paginas 303-305.

DEBAY (A.) — Les influences du chocolat, du thé et du café sur l'économie humaine (Paris, 1864).

DELTEL (E.) — Du café, de ses effets physiologiques, et de son emploi em thérapeutique (Paris, 1851).

DUNCAN (Daniel) — Wholesome advice against the abuse of hot liquors, particularly coffee, tea, chocolate, brandy and strong waters (Londres, 1706).

GARNIER (A.) — Inaestio medica... discutienda in Schollis Medicarum... Joanne-Francisco Couthier, Praeside: an parisinio frequenti potus thé, frequenti potu caffè salubrior? (Paris, 1749), 4 paginas.

GAYANT (L.) — An a frequentiori potu caffè vita brevior? (Paris 1715).

GLEDITSCH (J. G.) — De potus coffe abusu catalogum morborum, augente (Lipsiae, 1744).

GRIMMANN (J. N.) — De coffe potus usu noxió (1730).

GUNTHER (Leo) — Der Caffee als Haus-trank — Eine Warnung (Leipzig, 1907).

HAHNEMAN (S.) — A treatise on the effects of coffee (Louisville, 1875).

HANDBOOK of the medical sciences. — Artigos sobre o café, vol. III, pag. 190.

HILSCHERUS (S. P.) — Pr... de abusu potus coffeae in sexu sequiori (Jena, 1727).

HUSS (M.) — Om kaffe, dess bruk och missbruk; en falkskrift (Stockholm, 1865).

HUSSON (C.) — Le café, la bière et le tabac. — étude physiologique et chimique (Paris, 1879), 206 pags.

JUSSIEU (Joseph de) — Litteratis ne salubris coffeae usus (Paris, 1741).

KAFFEE (Der) — Gemeinfassliche Darstellung der Gewinnung, Verwertung und Beurteilung des Kaffees und seiner Ersatzstoffe (Berlín, 1903), 174 pags. — Publicação da Kaiserliches Gesundheitsamt.

KLAMANN (Carl) — Der Kaffee in seiner beutigen Bedeutung als Nahrungs- und Genussmittel (Hamburgo, 1882), 48 pags.

KNOLI (J. C. G.) — Lettre á un ami sur les opérations du caffè (Quedlinbourg, 1752).

LAVEDAN (Antonio) — Tratado de los usos, abusos, propiedades y virtudes del tabaco, café, té y chocolate (Madrid, 1796), 237 pags.

LEMARE-PIQUET — études expérimentales de médecine, contenant des observations sur l'action dynamique du café — (Paris, 1864).

LINNE (Carl von) — Dissertatio medica, in qua potus coffeae leviter adumbratur — (Upsaliae, 1761), 18 pags.

LORAND (Arnold) — Health through rational diet (Philadelphia, 1913). — Capitulo: "Coffee", pags. 309-313. — Forum publicados exertos em "The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, vol. XXIV, pags. 14-26).

LORAND (Arnold) — Old age deferred (Philadelphia, 1910). — Cap.: "On other stimulants — Tea, coffee, cocoa, tobacco; their merits and disadvantages", pags. 362-367. — Forum publicados exertos em "The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XX, paginas 183-190).

MAPPUS (M.) — De potu café (Argentorati, 1693).

MARCHAND Léon — Recherches organographiques et organogéniques sur le Coffea arabica L. (Paris, -864), 48 paginas. com illustrações.

MASSON (V. P.) — De l'usage et de l'abus du thé et du café (Paris 1848).

MEDICUS (G. F.) — Anacrisis medico-historico-diaetetica de caffee et chocolate, etc. — (1720).

MEISNER (L. F.) — De caffè... anacrisis medico-historico-diaetetica — (Norimbergae, 1721).

MÉPLAIN (F.) — Du café — Étude de thérapeutique physiologique (Paris, 1863).

MICHAELIS (A.) — De koffie (Coffea arabica) als genoten genesmiddele, naar hare botanische, dietetische en geneskrachtige eigenschappen (Amsterdam, 1894).

MOSELEY (B. M.) — A treatise concerning the properties and effects of coffee — (Londres, 1785), 69 paginas.

OMOUT (R.) — Contribution à l'étude du caféisme (Montpellier, 1904).

OTTLEBEN (F. B.) — De potus ex coffeae seminibus parati noxio effectu (Helmstadii, 1870).

PLAZ (A. G.) — De potus café abusu catalogum morborum augente (Lipsiae, 1763). — Sauu antes no seu trabalho "De jucundis morborum causis" (Lipsiae, 1754), pags. 20-54).

POORE (G. V.) — Coffee and tea — (London, 1883), 44 pags.

PROZOROVSKI (I. D.) — Vliyanie koge i nekotorikh yvo surrogatov na bolieznetvorniy nishie organizmi (S. Petersburgo, 1895). — Tradução do titulo: — "Efeitos do café e de alguns dos seus sucedâneos no organismo patogenico".

RAMBALDI (A.) — Ambrosia arabica, — overo della salutare bevanda café — (Bologna, 1691).

RIANT (Aimé) — Le café, le chocolat, le thé (Paris, 1875), 160 pags.

ROCHE (A.) — Du café noir et de la caféine au point de vue de l'action physio-

logique et des application à l'hygiene (Montpellier, 1873).

SEBARTHEZ (H.) — Étude physiologique du café (Paris, 1870).

SAINT-ARROMAN (A.) — De l'action du café, du thé et du chocolat sur la santé et de leur influence sur l'intelligence et le moral de l'homme (Bruxellas, 1845). — Sauu depois em inglês (Philadelphia, 1846), 90 paginas.

SALEEBY (C. W.) — Health, strength and happiness (New York, 1908). — Cap.: "Tea, coffee, cocoa and tobacco", pags. 190-203. — Foi reproduzido em "The Tea and Coffee Trade Journal", 1903, vol. XV, paginas 299-301).

SALEEBY (C. W.) — Worry: the disease of the age (New York, 1907). — Capitulo: "Worry, drugs and drink", pags. 93-110. — Foi reproduzido em "The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XX, pags. 190-192).

SAMUEL (H.) — De usu et abusu potus coffee Duisburgh and Rhenum, 1747).

SCHWARZKOPF (S. A.) — Der Kaffee in Naturhistorischer diaetetischer und medicinischer Hinsicht seine Bestandtheile, Anwendung, Wirkung und Geschichte (Wcimar, 1831).

SILVESTRI (Domenico) — Dissertazione chimico-medica sul caffè (Genova, 1815).

SINCLAIR (W. J.) — Beverages: tea, coffee, etc. — (Health lectures) — (Manchester, 1881).

SMITH (Hugh) — An essay on the nerves... to which is added an essay on foreign teas, with observations on mineral waters, coffee and chocolate, etc. (Londres, 1791).

SPARSCHUCH (H.) — Potus coffeae leviter adumbratur (Upsaliae 1761).

TRAPPEN (J. E. van der) — Specimen historico-medicum de coffeae, etc. (Trajecti ad Rhenum, 1843), 152 paginas.

TRIFET (H. A.) — Histoire et physiologie du café — De son action sur l'homme à l'état de santé et à l'état de maladie — (Paris, -864).

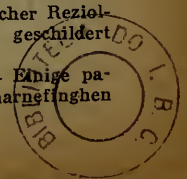
WEIDENBUSCH (N.) — De noxis ex abusu potus caffè in corpore humano — (Moguntiae, 1768).

WEIGL (J.) — Kaffee trinken und eine Schädigung der Leistungs — fähigkeit — (Munich, 1904).

WEIGL (J.) — Kaffee trinken und Gesundheit. (Munich, 1904), 2.ª edição.

WEITENWEBER (Wilhelm Rudolf) — Der arabische Kaffee, in naturgeschichtlicher, chemischer, diaetetischer und arztlicher Beziehung für aerzte und nichtarzte geschildert (Praga, 1837), 130 pags.

ZIMMERMANN (Albrecht) — Einige pathologische en physiologische waarnemingen



PERIODICOS:

"ARD-AL - KADER ANSARI DJEZERI HANBALI — Auszug aus dem Werke: "Deutliche Darstellung über den erlaubten Gebrauch des Kaffees", aus den Arabischen von Sontheimer ("Wissenschaftliche Annalen der Gesamten Heilkunde", 1834, vol. XXIX, pags. 129-160).

ABELIN (J.) und PERELSTEIN (M.) — Ueber die fluchtigen Bestandteile des Kaffees ("Münchener Medicinische Wochenschrift", 1914, vol. LXI, pag. 867).

AMORY (Robert) — Coffee as a beverage: its use and abuse ("Boston Medical and Surgical Journal", 1909, vol. CLX, pags. 611-613); "Journal of Inebriety", 1910, volume XXXII, pags. 23-27; "Scientific American Supplement", 1910, vol. LXXIX, pags. 26-27).

BALLAND (A.) — Les cafés ("Annales d'Hygiène", 1904, IV sér., vol. II paginas 497-532).

BARDET (G.) — Un cas d'empoisonnement aigu par le café ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1911, vol. CLXII, paginas 56-59).

BENT (T.) — On the disorders produced by the use of tea and coffee, with remarks on their treatment ("The Lancet", 1843, vol. I, pag. 893).

BOETTICHER (J. G.) — Vertigo satis vehemens a nimio potu coffee, aliisque in diaeta commiss erroribus ("Acta Physico-medica Academiae Caesareae Naturae Curiosorum..." (1742, vol. VI, pags. 158-160).

BORUTTAU (H.) — Zur Frage dre wirk-samen Kaffee-bestandteile ("Zeitschrift für Physikalische und Diätetische Therapie", 1908, volume XII, pags. 138-145).

BOURET (O.) — Un nouveau cas de caféisme chronique ("L'Écho Medical du Nord", 1902, vol. VI, pags. 171-173).

BRAM (I) — The truth about coffee drinking ("Medical Summary", 1913, volume XXXV, pags. 168-173).

BRIDGE (N.) — Coffee-drinking as a frequent cause of disease ("Association of American Physicians-Transactions", 1893, volume VIII, pags. 281-288).

CABANÉS — Une légende sur le café ("Journal de Médecine de Paris", 1892, II sér., vol. IV, pags. 511). — Foi transcrita em inglês no "Cincinnati Lancet-Clinic", 1893, nova sér., vol. XXX, pags. 13-17).

CHARANNE (H.) — Coffee ("Journal of the Medical Society of New Jersey", 1911-1912, vol. VIII, pags. 19-22).

CHEEVER (D. W.) — Properties of coffee ("Atlantic Monthly", vol. III, pag. 35).

COLE (J.) — On the deleterious effects produced by drinking tea and coffee in excessive quantities ("The Lancet", 1832-1833, vol. II, pags. 274-478).

COLLETTI (F.) — Sull'azione del caffè ("Gazzetta Medica Italiana delle Provincie Venete", 1862, vol. V, pags. 424, 429, 440 e 458; 1863, vol. VI, pag. 20).

COMBEMALE (F.) — Quelques réflexions à propos d'un cas de caféisme chronique ("Bulletin de la Société Centrale de Médecine du Nord", 1900, II sér., vol. IV, paginas 77-87; "L'Écho Medical du Nord", 1900, volume IV, pags. 97-100).

COMMAILLE (A.) — Étude sur le café ("Moniteur Scientifique", 1876, III sér., volume VI, pags. 779-785).

COUGHLIN (R. E.) — Use and abuse of coffee ("New York Medical Journal", 1911, vol. XXIV, pags. 283-285).

COULIER — Note sur le café ("Recueil de Mémoires de Médecine, de Chirurgie et de Pharmacie Militaires", 1864, III sér., vol. XI, pags. 508-511).

CRETAL (M.) — Un cas de caféisme chronique ("Bulletin de la Société Centrale de Médecine du Nord", 1901, II sér., vol. V, pags. 165-167; "L'Écho Médical du Nord", 1901, vol. V, pag. 318).

CURSCHMANN (H.) — Ein Fall von Kaffee-Intoxication ("Deutsche Klinik", 1873, vol. XXV, pags. 377-380).

DANIEL (M.) — Die Schädlichkeit des Kaffee — ("Leipziger Medizinische Monatschrift", 1907, vol. XVI, pags. 38-40).

DORVAULT — Note pharmacologique sur le café et la caféine ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1850, vol. XXXVIII, paginas 498-502).

DUPOUY — De l'influence du café au point de vue social et hygiénique ("Médécine", 1878, vol. IV, n. 44, pag. 1).

FEGRÆUS (F.) — Kaffee missbruket och folkhalian ("Hälsövern", 1913, volume XXVIII, pags. 257-261). — Trad.: "O abuso do café e a saude".

FORT (J. A.) — Des effets physiologiques du café, — d'après des expériences faites sus l'auteur ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1883, vol. CIV, pags. 550-554; "Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1883, vol. XCVI, pags. 793-796).

FRANKEL (F. Hulton) — Coffee truly a food ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXII, pag. 142).

GASPARIN — Sur le régime alimentaire des mineurs belges; influence remarquable du café ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1850, vol. XXXVIII, pags. 380-383); "Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1850, vol. XXX, pags. 397-403).

GOUREWITSCH (D.) — Ueber des Verhalten des Coffein im Tierkörper mit Rücksicht auf die Angewohnung ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie".

GUELLIOT (O.) — Du caféisme chronique ("Union Médicale et Scientifique du Nord Est", 1885, vol. IV, pags. 181 e 221).

H. (D. P.) — An effect of coffee ("British Medical Journal", 1910, volume I, pag. 300).

HARTWICH (C.) — Beiträge zur Kenntniss des Kaffees ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1909, vol. XVIII, paginas 721-733).

HEINRICH (J. B.) — Die Kaffeefrage in ihrer volkshygienischen und volkswirtschaftlichen Bedeutung — ("Medizinische Klinik" 1906, vol. II, pags. 383-385). — Apareceu tambem em holandês, no "Geneeskindige Courant voor het Koninkrijk der Nederlanden", 1907, vol. LXI, pag. 321).

HELBICH — Wppadkiz naduzycia kawy ("Gazeta Lekarska", 1870, vol. IX, paginas 257-262). — Tradução: "Sôbre o abuso do café".

HENNIG (C.) — Der Kaffee von arztlichen Standpunkte ("Memorabilien Heilbroun", 1882, nova série, vol. II, pags. 217 221); Weitere Belge für das Schadinche des orientalischen Kaffees betreffs Gesunder (ib., 1886, nova sér., vol. VI, pag. 468).

HUEPPE (F.) — Ueber den Missbrauch von Kaffee ("Blatter für Gesundheitspflege" 1906, vol. VI, pags. 121-126).

JACKSON (S.) — On the introduction upon health of the introduction of tea and coffee in large proportion into the dietary of children and the labouring classes ("American Medical Association Transactions", 1840, volume II, pags., 1849, — nova série, volume XVIII, pags. 79-86).

KARG — Ueber den Kaffee ("Archiv Gemeinnütziger Physischer und Medizinischer Kenntniss", 1788-178, vol. II, paginas 1 e 584).

LETHMANN (Julius) — Ueber der Kaffee als Getrank to chemischphysiologischer Hinsicht ("Annalen de Chemie", 1853, vol. LXXXVII, pags. 205-217). — Apareceu tambem vertido para inglês no "Middle Examiner", 1854, vol. X, pags. 19 e 98).

LEWIS (Charles) — Educating the physician ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1914, vol. XXVII, pags. 524 547).

LIEBIG (J. von) — Coffee ("Pharmaceutical Journal", 1886, vol. II, pags. 7, 412 e 416. — Transcrito em alemão no "Zeitschrift für Gerichtliche Medizin", 1887, volume III, pags. 78 e 83).

LOYD (John, Uri) — Concerning coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, vol. XXV, pags. 555-560).

LOVE (I. N.) — Coffee; its use and abuse ("Journal of the American Medical Association", 1891, vol. XVI, pags. 219-221).

MENDEL (F.) — Die schadlichen Folgen des chronischen Kaffeemissbrauchs ("Ber-

liner Klinische Wochenschrift", 1889, volume XXVI, pags. 880-887).

NILES (George M.) — A dietetic on coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1910, vol. XIX, paginas 27-29); Some facts and fallacies about coffee ("Gulf States Journal of Medicine and Surgery", 1910, volume XVI, pags. 352-357).

NYSTROM (A.) — Foredrag ofver kaffee och thé ("Upsala Lakareforeninge Forhandlingar", 1865-1866, vol. I, pags. 129-132).

PAOLUCCI (F.) — Dell'infuso di caffè Tradução: — "Preleção sobre café e chá". ("Il Raccoglitore Medico", 1882, IV série, vol. VIII, pags. 531-541).

PAPILLON (G. E.) — Accidents consécutifs á la supression brusque du café chez les caféiques; café et antipyrine ("France Médicale", 1899, vol. XLVI, pag. 753).

POULET (V.) — Inconvénients de l'usage des caféiques ("Bulletin Médical de Vosges", 1897-1899, vol. II, n. 45, pags. 45-55).

PRESCOTT (A. B.) — Coffee in comparison with tea Physician and Surgeon — Ann. Arbor", 1880, vol. II, pags. 337-343).

RABUTEAU — Sur un moyen propre; annuller les effets de l'alimentation insuffisante ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1870, vol. LXXXI, pags. 426-428).

RICHARDSON (H.) — The coffee habit "Dietetic ad Hygiene Gazette", 1906, volume XXII, pags. 385-389).

ROCHÉ (M.) — Le caféisme chronique ("Archives des Maladies du Coeur", 1916, vol. IX, pags. 19-33; "Revue Médicale de la Suisse Romande", 1914, vol. XXXIV, paginas 217 219).

SCOBY — De l'action du café ("Archives Belges de Médecine Militaire", 1857, paginas 183-189).

SCHURTHOFF — Ist der masvolle Gebrauch von Alkohol, Kaffee, Tabak, usw., dem Menschen schadlich? ("Deutsch-Amerikanische Apotheker-Zeitung", 1911-1912, volume XXXII, pag. 4).

SILVA (J. P. da) — O café e a saúde pública ("O Correio Médico", de Lisboa, 1873-1874, vol. III, pag. 282; 1874-1875, volume IV, pags. 27 e 206).

TOURETTE — (V. embaixo).

TRIGG (Charles W.) — Coffee's dietetic value ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1919, vol. XXXVII, pag. 270; Saccharin in tea and coffee (ib., 1920, vol. XXXVIII, pag. 697).

UNZER (J. A.) — Vom Caffee ("Der Arzt", 1769, vol. II, pags. 126-139).

"USE of coffee as a beverage" (Harper's Weekly", 1911, número de 21 de janeiro, volume LV, pag. 26).

VIAUD — Le vertige stomacal et le caféisme ("Tribune Médicale", II série, volume XXXIX, pags. 928-930).

WALLACE — On the decrease in use of coffee as a beverage ("Analyst", 1884, volume IX, pags. 42-44); "Polyclinic", 1883-1884, vol. I, pag. 169).

WESSELHOEFT (W.) — On the effects of coffee and their remedy ("Journal of Inebriety", 1909, vol. XXXI, pags. 176-182); "Boston Médical and Surgical Journal", 1909, vol. CLX, pags. 608-611).

TOURETTE (Gilles de la) et GASNE — Sur l'intoxication chronique par le café ("Bulletin et Mémoires de la Société Médicale des Hôpitaux", 1895, nova sér., vol. III, pags. 558-566).

WILEY (Harvey W.) — Our national beverage ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXII, suplemento do n. 5, pags. 33-38); Temperance in tea and coffee drinking (ib., 1910, vol. XIX, pags. 273-274).

WILHITE (P. A.) — Coffee and its effects ("Transactions of the South Carolina Medical Association", 1882, vol. XXXII, pags. 83-86).

ZOBEL — Reflexionen über kaffeinhaltige Genussmittel ("Vierteljahrsschrift für die Praktische Heilkunde", 1858, vol. II, paginas 105-136).

c) DO CAFE' COMO ANTISEPTICO E DESINFETANTE

BARBIER — Le café comme désinfectant ("Journal de Médecine et Pharmacie de l'Algérie", 1881, vol. VI, pags. 315-318).

CRANE (W. H.) and FRIEDLANDER (A.) — The antiseptic qualities of coffee ("American Medicine", 1903, vol. VI, pags. 403-407).

HEIM (L.) — Ueber den antiseptischen Werth des gerosteten Kaffees (Münchener Medizinische Wochenschrift", 1886, volume XXXIV, pags. 293-312).

OPPLER — Der Kaffee als Antisepticum ("Deutsche Militärärztliche Zeitschrift", 1885, vol. XIV, pags. 567-577).

d) DO CAFE' SEM CAFEINA

BERTRAND (Gabriel) — Sur les cafés sans caféine ("Comptes rendus de l'Académie des Sciences", 1915, volume CXLI, paginas 209-211; "Bulletin des Sciences Pharmacologiques", 1904, vol. VII, pag. 152).

BORDET (M.) — Sur un café rendu inoffensif par la décaféination ("Bulletin Général de Thérapie", 1910, vol. CLIX, pags. 770-773).

CHASSEVANT (Allyre) — Emploi du café décaféiné en thérapeutique ("Bulletin Général de Thérapie", 1912, vol. CLXIV, paginas 860-864).

EINFELDT (W.) — Koffeinfreier Kaffee ("Thérapeutique Neuheiten", 1909, vol. IV, pags. 83-86).

GLUCKSMANN (S.) und GÉRINE (C.) — Einige Untersuchungen über die physiologische Wirkung von koffeinfreien Kaffee ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1910, vol. XX, pag. 100).

HARNACK (E.) — Ueber den Coffeinfreien Kaffee ("Deutsche Medizinische Wochenschrift", 1908, vol. XXXIV, pags. 1.943-1.946; 1909, vol. XXXV, pag. 254).

KAKISAWA — Komme dem koffeinfreien Kaffeeine diuretische Wirkung? ("Archiv für Hygiene", 1913, vol. LXXXI, pags. 43-47).

LEHMANN (K. B.) — Die wirksamen und wertvollen Bestandteile des Kaffeetranks mit besonderer Berücksichtigung des koffeinfreien Kaffees Hag ("Münchener Medizinische Wochenschrift", 1913, vol. LX, pags. 281 e 357).

LEHMANN (K. B.) und WILHELM (F.) — Besitz des Coffeen und die coffeinfreien kaffeesurrogate eine kaffeartige Wirkung ("Archiv für Hygiene", 1898, vol. XXXII paginas 310-326).

LENDRICH (K.) und MURDFIELD (R.) — Coffeinfreier Kaffee ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs- und Genussmittel", 1908, vol. XV, pags. 705-715).

"MERK'S manual of the materia medica" (New-York, 1911), 4ª edição. — Sobre café; parte 1ª, pag. 28.

MUNZ (P.) — Kaffeeinfreier Kaffee, ein neues Genussmittel ("Arzt, als Ersicher", 1908, vol. IV, pag. 40).

REINSCH — Kaffeeinfreier Kaffee berichte des Stadt Untersuchungs Amtes (Altona, 1906).

SCHLESINGER (E.) — Zur Gesichte des Coffeinfreien Kaffees ("Deutsche Medizinische Wochenschrift", 1908, vol. XXIV, página 2.228).

WIMMER (K.) — Ueber coffeinfreien Kaffee, ein neues Genussmittel ("Verhandlung der Gesellschaft Deutscher Naturforscher un Aerzte", 1909, parte 2ª, paginas 111-113).

e) DO CAFE' FUMEQUANTE

SCHMIDT — Ueber Caffee-Raucherung ("Mittheilungen aus dem Gebiete der Medizin. Chirurgie und Pharmacie", 1832, vol. I, pags. 217-220).

TRAYER (L.) — Insanity from smoking coffee ("Medical and Surgical Reporter", 1864-1865, vol. XII, pag. 406).

f) DO CAFE' TORRADO

BURMANN (J.) — Recherches chimiques et physiologiques sur les principes nocifs du café torréfié ("Bulletin Général de Thérapie", 1912, vol. CLXVI, pags. 379-400).

GRINDEL — Fortgesetzte Erfahrungen über den rohen Caffee—("Journal der Praktischen Arzneikunde und Wundarzneijunst", 1809, vol. XXIV, parte 12, pags. 11 30).

OFFRET — Observations sur l'action physiologique du café, selon ses diverses torréfactions (Nantes, 1862).

g) DO CAFE' VERDE

LAUDARRABILCO (O.) — Du café vert envisagé au point de vue de ses applications thérapeutiques dans le traitement de la goutte, de la gravelle, des coliques néphrétiques et de la migraine (Montpellier, 1866).

PERRET (E.) — Sur l'extrait physiologique de café vert ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1910, volume CLX, paginas 214-222).

SQUIBB — Fluid extract of green coffee ("Ephemeris of Materia Medica", 1884, volume II, pags. 616-619).

h) DOS EFEITOS SOBRE AS CRIANÇAS

JACKSON (S.) — On the influence upon health of the introduction of tea and coffee in large proportion into the dietary of children and the labouring classes ("American Medical Association — Transactions", 1848, vol. II, pags. 635-644; "American Journal of Medical Science", 1849, nova série, volume XVIII, pags. 79-86).

TAYLOR (C. K.) — Effects of coffee drinking on children ("Psychological Clinic", 1912-1913, vol. VI, paginas 56-58).

WILLIAMS (T. A.) — A case of psychastenia in a child aged two years, due to coffee drinking ("Archives of Pediatrics", 1910, volume XXVII, pags. 778-782; "Pacific Medical Journal", 1911, vol. LIV, paginas 221-225).

i) DAS FOLHAS DO CAFÉIRO

"ON the dried coffee leaf of Sumatra" ("Pharmaceutical Journal", vol. XIII, paginas 207-209 e 382-384).

j) SOBRE O HABITO DE MASCAR CAFE'

COFFEE-CHEWING habit ("Current Literature", 1903, vol. XXXIV, pag. 496).

k) SOBRE AS SUBSTANCIAS CONSTITUINTES DO CAFE'

LIVROS:

BUTLER (George F.) — Materia Medica, therapeutics and pharmacology (1906), 5ª ed.: — ("Caffein", pags. 256-259).

HARE (H. Amory) — (Practical therapeutics (1909), 13ª ed.: — "Physiological action of caffein", pag. 142.

HENNEGUY (Louis-Félix) — Étude physiologique sur l'action des poisons (Montpellier, 1875): — "Caféine", pags. 85-89.

HUCHARD (Henry)—De la caféine dans les affections du coeur (O Bols, 1882).

JOHANNSEN (Ueber die Wirkungen des Kaffeein (Dorpat, 1869).

KUNKEL (A. J.) — Handbuch der Toxikologie (Jena. 1899), 2 volumes: — Vêr "Coffein" e "Kaffee".

LEBLOND — Étude physiologique et thérapeutique de la caféine (Paris, 1883), 173 paginas.

LEWIN (L.) — Traité de toxicologie (1903): — Sobre a cafeina toxica, paginas 690-692).

MEYER (Hans) H. and GOTTLIER (R.) — Pharmacology, clinical and experimental — Tr. by John T Halsey (Philadelphia — London, 1914), 604 paginas — Vêr "Caffeine".

PARISOT (E.) — Étude physiologique de l'action de la cafeine (Paris, 1890), 112 pags.

POTTER (S. O. I.) — Therapeutics, materia medica and pharmacy (1912), 4ª ed.: — "Caffeine — Physiological action — Therapeutica", pags. 186 192.

RIVERS (W H. R. — The influence of alcohol and other drugs on fatigue (London, 1908): — "Caffeine", pags. 22-50 e 127-132.

SCHUTZKWER (Nachum) — Das Coffein und sein Verbalten im Thierjorper (Königsberg, 1882), 25 pags. — Saiu tambem nos "Schmidt's Jahrbücher", 1883, vol. CXCVIII, pags. 232-233.

VOIT (Carl) — Untersuchung iiber den Muskelbewegungen (Munichen, 1860):—"Un-Einfluss des Kochsaizes, des Kaffee's und der tersuchung über die Wirkung des Kaffees auf den thierischen organismus", paginas 67-147).

WEIGL (J.) — Das Koffein (Leipzig, 1905).

WILHELM (F.) — Ist das Coffeeon an der Kaffeewirkung beteiligt? (Würzburg, 1895).

PERIODICOS:

ALBANESE (Manfredi) — Ueber die Bildung von 3 Methyl-Xanthin aus Coffein im thierischen Organismus ("Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft", 1889 volume XXXII, n. 360, pags. 2280-2282); Ueber das Verhalten des Coffeins und des Theobromins im Organismus ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmacologie", 1895; volume XXXV, pags. 449-466).

ALBERS (J. F. H.) — Ueber die eigenthümliche Wirkung des Theinum un Coffeinum citricum auf den thierischen Körper ("Deutsche Klinik", 1852, vol. IV, paginas 577-579).

AUBERT (H.) — Ueber den Coffeingehalt des Kaffegetrankes und über die Wirkungen des Coffeins ("Archiv für die Gesamte Physiologie des Menschen und der Thiere", 1872, vol. V, pags. 589-628).

BINZ (C.) — Beitrag zur Toxikologie des Coffeins ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1891, vol. XXVIII, paginas 197-200).

BONDZYNSKI (St.) und GOTTLITR (R.) — Ueber Methylxanthin ein Stoffwechselprodukt des Theobromin und Coffein ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1895, vol. XXXVI, paginas 45-55; Osc. "Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft", 1895, vol. XXVIII, número 221, pags. 1.113-1.118).

BUSQUET (H.) et TIFENEAU (M.) — Du rôle de la caféine dans l'action cardiaque du café ("Comptes-rendu de l'Académie des Sciences", 1912, vol. CLV, pags. 362-365).

CERVERA (V. Peset) — Del envenenamiento por el café ("Genio Médico-Quirúrgico", 1877, vol. XXIII, pags. 670-673).

COGSWELL (Charles) — On the local action of poisons ("The Lancet", 1852, n. 2, pags. 488-491).

FERRÉ (Charles) — Note sur l'influence de la théobromine sur le travail ("Comptes-rendu de la Société de Biologie", 1901, II série, vol. III, pags. 593-594 e 627-629).

FRANKEL (F. Hulton) — Caffein as a body warmer ("Thea Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 354-355).

GANZER (E.) — Ueber ein neues Verfahren der Kaffee-Entgiltung auf physikalischer Grundlage — J ("Der Praktische Arzt", 1914, vol. LIV, pags. 152-175).

GERBIS (H.) — Wergiftung mit anilinothaltigen Kaffee ("Aerztliche Sachverständigen-Zeitung", 1913, vol. XIX, pag. 467).

GERATY (T.) — Poisoning by citrate of caffeine ("The Lancet", 1889, vol. I, página 219).

GOUGET (A.) — Coffee and tea poisoning ("Journal of Inebriety", 1908, volume XXX, pags. 72-102).

HANNA (W. J.) — Chronic coffee poisoning ("Occidental Medical Times", 1903, vol. XVII, pag. 148).

HARE (H. A.) and MARSHALL (J.) — The physiological effects of the empyreumatic oil of coffee or cafeeon ("Medical News", 1888, voll. LII, pags. 337-339).

HARNACK (E.) — Zur Frage nach der Schädlichkeit des Kaffees ("Deutsche Medizinische Wochenschrift", 1907, vol. XXXIII, pags. 26-28).

HOLLINGWORTH (H. L.) — Caffein as a stimulant ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, suplemento do n. 6, pags. 52-56).

YOTEYKO (J.) — Étude physiologique et mathématique — IX, Caféine ("Institut Solvay — Travaux de Laboratoire" 1903, volume VI, pags. 474-485).

JACOBI (C.) and GOLOWINSKI — Ein Beitrag zur Frage der verschiedenen Wirkung des Coffeins auf "Rana esculenta" und "Rana temporaria" ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie" 1908 suplemento pags. 286-298).

KOSCHLAKOFF — Beobachtungen über die Wirkung des citrone sauren Coffeins ("Virchow's Archiv für Pathologische Anatomie und Physiologie", 1864, vol. XXXI, paginas 436-443).

KURZAK — Die Wirkungen des Kaffees aus Thiere ("Schmidt's Jahrbucher", 1861, vol. CIX, pag. 172).

KRUGER (Martin) — Ueber den Abbau des Caffeins im Organismus des Hundes ("Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft" 1899, vol. XXXII, n. 431, página 2818; Ueber den Abbau des Caffeins im Organismus des Kaninchens (ib. id., n. 488, página 3336).

LANGFEL (H. S.) — Tests with alcohol and caffeine ("Psychological Review", 1911, vol. XVIII, pag. 413 e 424).

LEVEN (M.) — Action physiologique et médicamenteuse de la caféine ("Archives de Physiologie", 1869, vol. I, pags. 179-189).

LEVINTHAL (Walter) — Zum Abbau des Xanthins und Coffeins im Organismus des Menschen ("Zeitschrift für Physiologische Chemie", 1912, vol. LXXVII, pags. 259-279).

MALY (Richard) and ANDREASCH (Rudolf) — Studien über Caffein und Theobromin ("Sitzungs-Berichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften — Monatschafte für (Rem., 1883, vol. IV, paginas 369-387).

MATHEWS (W.) — Observations on the use of coffee as a cause of disease ("North west Medical and Surgical Journal", 1850-1851, vol. VII, pags. 46-50).

PARDI — Ricerche intorno alla funzione spermato-genetica negli animali avvelenati con caffè ("Lo Sperimentale", vol. LXV, paginas 17-34).

PETRESCO (Z.) — Sur l'action hypercénétique de la caféine à hautes doses ou doses thérapeutiques ("Verhandlungen des X. Internationalen Medizinischen Congresses" — Berlin, 1890, vol. II, parte 4ª, pags. 5-10).

PILCHER (J. D.) — Alcohol and caffeine; a study of antagonism and synergism ("Journal of Pharmacology and Experimental Therapeutics", 1911, volume III, paginas 267-298).

REICHERT (E. T.) — The action of caffeine on tissue metamorphosis and heat phenomena ("New York Medical Journal", 1890, vol. LI, paginas 456-559; The empyre-

matic all of coffee, or caffeone ("Medical News", 1890, vol. LVI, pags. 476-478).

RIBAUT (H.) — Influence de la caféine sur la production de chaleur chez l'animal ("Comptes-rendus de la Société de Biologie", 1901, vol. LIII, da II série, pags. 295-296).

REGEL (F.) — Ueber die therapeutische Werwendung der Caffein preparate (Wiener Medizinische 619); "Berlin Klinische Wochenschrift Blatter", 1884, vol. VII, paginas 615; 1884, vol. XXI, pag. 289).

RUGH (J. T.) — Profound toxic effects from the drinking of large amounts of strong coffee ("Proceedings of the Philadelphia County Medical Society", 1898, volume XVIII, pag. 195; "Medical and Surgical Reporter", 1896, vol. LXXV, pag. 549; "Quarterly Journal of Inebriety", 1897, vol. XIX, pags. 62-64).

SALANT (William) and RIEGER (J. B.) — Elimination and toxicity of caffeine on nephrectomized rabbits ("U. S. Dept. of Agriculture — Bureau of Chemistry — Bulletin", 1913, vol. CLXVI); Toxicity of caffeine: an experimental study on different species of animals (id., 1912, vol. CXLVIII).

SCHMID (Julius) — Der abbau methylierter Xanthine ("Zeitschrift für Physiologische Chemie", 1910, vol. LXVII, paginas 155-160).

SCHMIEDEBERG (Oswald) — Ueber die Verschiedenheit der Coffeinwirkung an "Rana temporaria L.", und "Rana esculenta L." ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1874, vol. II, pags. 62-69).

STUHLMANN (J.) and FALCK (C. P.) — Beiträge zur Kenntniss der Wirkungen des Kaffeines (Virchow's Archiv für Pathologische Anatomic und Physiologic", 1857, volume XI, pags. 324-333).

STENSTROM (Thor) — Ueber die Coffeinhyperglycamie ("Biochemische Zeitschrift", 1913, vol. XLIX, pags. 225-231).

STERRETT (R. M.) — Coffee; a drug ("Chicago Medical Times", 1910, vol. XI, III, número de janeiro).

"TRUE (The poison in the coffee cup" ("Medical Record", 1885, vol. XXVII, pag. 191).

UNTERSUCHUNG einer vermutheten Vergiftung durch Kaffee" (Blatter für Gerichtliche Anthropologic", 1862, vol. XIII, pags. 137-141).

WAENTIG (Percy) — Ueber den Bchalt des Kaffegetrankes an Koffein und die Verfahren zu seiner Ermittlung ("Arbeiten a. d. Kaisrcl. Gesunheitsamte", 1906, volume XXIII, pags. 215-332).

WEDEMAYER (T.) — Habituation of the psychic functions to caffeine ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1920, vol. 85, pags. 339-58).

WEISMANN — Ein Fall von schweren Vergiftungserscheinungen durch einmaligen unmassigen Genuss von Kaffee ("Zeitschrift für Bahnn- und Bahnkassenarzte", 1916, volume I, pag. 306).

ZENETZ — Dangers of caffeine ("Pharmaceutical Journal", 1900, IV sér., vol. X, pag. 333).

I) DOS EFEITOS DO CAFÉ' SOBRE OS DIFERENTES ORGÃOS E SISTEMAS

(CIRCULAÇÃO, CORAÇÃO, etc.)

ARCHANIELSKY (C. T.) — Die Wirkung des Destillate von Kaffee und von Thee auf Athmung und Herz ("Archives Internationales de Pharmacodynamie", 1900, volt. VII, pags. 405-424).

AUBERT (H.) und DEHN (A.) — Ueber die Wirkungen des Kaffees, des Fleischextractes und der Kalisalz auf Hersthätigkeit und Blutdruck ("Archiv für die Gesamte Physiologie", 1874, vol. IX, paginas 115-155).

BECHER (Carl) — Coffein als Herztonicum und Diureticum ("Wiener Medizinische Blatter", 1884, vol. VII, pags. 639-644).

BECO (Laelen) et PLUMIER (Léon) — Action cardiovasculaire de quelques dérivés xanthiques ("Journal de Physiologie et Pathologie Générale", 1906, vol. VIII, paginas 10-21).

BINZ (C.) — Die Wirkung des Destillats von Kaffee und Thee auf Athmung und Herz ("Centralblatt für Innere Medizin", 1900, vol. XXI, pags. 1.169-1.176).

BOCK (Johannes) — Ueber die Wirkung des Coffeins und des Theobromins aut das Herz ("Archiv für Experimentelle-Pathologie nud Pharmakologie", 1900, vol. XLIII, paginas 367-399).

CUSHNY (A. R.) and NATEN (B. K. van) — On the action of caffeine on the mammalian heart ("Archives Internationales de Pharmacodynamie", 1901, vol. IX, paginas 169-180).

DUMAS (Adolphe) — Bons effets de la caféine dans un cas de paralysie du coeur. (Paris, 1886).

FREDERICQ (Henri) — L'excitabilité du vague cardiaque et ses modifications sous l'influence de la caféine ("Archives Internationales de Physiologie", 1913, vol. XIII, paginas 107-125).

FRENKEL (Sophie) — Klinische Untersuchung über die Wirkung von Coffein, Morphium, Atropin, Secale cornetum Blutdruck ("Deutsches Archiv für Klinische Medizin", 1890, vol. XLVI, pags. 542-582).

FURST — Die Gefahren des Kaffeess bei Herz — und Arterien — Leiden ("Deutsche Medizinische Presse", 1905, vol. IX, pag. 91).

HEDBON (Karl) — Ueber die Einwirkung verschiedener Stoffe auf das isolirte Saugthierherz — ("Skandinavisches Archiv für Physiologie", 1899, vol. IX, pags. 1-72).

HUCHARD (Henri) — De la caféine dans les affection du coeur ("Bulletin Général de Thérapeutique", 1882, volume CIII, paginas 145-154).

LANDERGREN (E.) und TIGERSTED (R.) — Studien über die Blutvertheilung in Körper — ("Skandinavisches Archiv für Physiologie", 1892-1893, vol. IV, pags. 241-248).

LEEUVEN (W. S. van) — Quantitative pharmakologische untersuchungen über die Reflexfunktionen des Rückenmarkes an Warmblutern ("Archiv für die Gesamte Physiologie", 1913, vol. CLIV, pags. 307-342).

LOEB (Oswald) — Ueber die Beeinflussung des Koronarkreislaufs durch einige Gifte ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 194, vol. LI, pags. 64-83).

MIRANO (G. C.) — L'azione della caffeina sulla pressione del polso ("La Riforma Medica", 1906, vol. XXI, n. 39. — Apareceu tambem traduzido, na "Biochemisches Centralblatt", 1906-1907, vol. V, pag. 205).

PAÇON (V.) et PERROT (E.) — Sur l'action cardiovasculaire du café vert, comparée à celle des doses correspondentes de caféine, ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1910, vol. CL, pags. 1703-1705).

PHILIPS (C. D. F.) and BRADFORD (J. R.) — On the action of certain drugs on the circulation and secretion of the kidney ("Journal of Physiology", 1887, vol. VIII, paginas 117-132).

FILCHER (J. D.) — The action of caffeine on the mammalian heart ("Journal of Pharmacology and Experimental Therapeutics", 1912, vol. III, pags. 609-624).

RABE — The action of coronary vessels to drugs ("Zeitschrift für Experimentelle Pathologie, 1912, vol. XI, pag. 175).

REICHERT (E. T.) — Action de la caféine sur la circulation ("Bulletin Général de Thérapeutique", vol. CXLX, pag. 86; e, vertido ao inglez, na "Therapeutic Gazette", 1890, nova sér., vol. VI, pag. 294).

SANTESSON (C. G.) — Einige Versucher über die Wirkung des Coffeins auf das Herz des Kaninchens ("Skandinavisches Archiv für Physiologie", 1901-1902, vol. XII, paginas 259-96).

SOLLMANN (T.) and PILCHER (J. D.) — The actions of caffeine on the mammalian circulation ("Journal of Therapeutics", 1911, vol. III, pags. 19 e 92).

TRZECIESKI (A.) — Ueber die Wirkung des Atipyretica auf das Herz — II) Ueber die Wirkung des Kaffeeins und Theobromins auf das Herz ("Jahresbericht der Thierchemie, 1909, vol. XXXIX, pag. 1268).

VINCI (G.) — Azione della caffeina sulla pressione sanguigna ("Archivo di Farmacologia e Terapeutica", 1895, pag. 8; "Revue des Sciences Médicales", 1896, vol. XLVII, pag. 80).

LATAÇÃO:

FRANKL (J.) — Ueber die anwendung von Kaffee bei den Krankheiten der Sauglinge ("Wiener Medizinische Wochenschrift", 1872, vol. XXII, pag. 384).

OBIDENNIKOFF (E.) — O vlikanii kofe na kolichestven sostava moloka (S. Petersburgo, 1871). — Tradução do titulo: "Influência do café na latação".

OLHOS E OUVIDOS:

BULSON (A. E.) — Coffee amblyopia ("American Journal of Ophtalmology", 1905, vol. XXII, pags. 55-64).

CROTHERS (T. D.) — Disease of inebriety from alcohol, opium and other narcotic drugs (New York, 1893), pags. 309. — Capitulo "Effects of coffee upon the eyes and ears", pag. 309).

FRENCH (H. C.) — Coffee drinking and blindness ("North American Review", 1888, vol. CXLVII, pags. 584-585).

HOLADAY (J. M.) — Coffee-drinking and blindness ("North American Review", volume CXLVII, pag. 302).

WING (P. B.) — Report of a case of toxic amblyopia from coffee ("Annals of Ophtalmology", 1903).

ORGÃOS DIGESTIVOS:

BIKFAVI (Karl) — Ueber die Einwirkung von Alcohol, Bier, Wein, Wasser von Borssik, schwarzem Kaffee, Tabak, Kochsalz und Alaun auf die Verdaung ("Jahresbericht der Thierchemie", 1885, vol. XV, pag. 273).

DURIAN (Richard) and SCHUR (Heinrich) — Ueber die Stellung der Purinkörper im menschlichen Stoffwechsel ("Archiv für die Gesamte Physiologie", 1900, vol. LXXX, pags. 241-243).

CRAMER — Ueber den Einfluss des Nikotins, des Kaffee und des Thees auf die Verdaung ("Münchener Medizinische Wochenschrift", 1907, vol. LIV, parte 1.ª, paginas 929-931 e 988-991).

EDER (Max) — Studien über den Wert und die Wirkung des Kaffees auf die Tätigkeit del Wiederkauermagem (Giessen, 1912), 88 pags. — Apareceu, resumidamente, na "Zentralblatt für Biochemie und Biophysik, 1912, vol. XIII, pag. 504).

FARR (C. B.) and WELKER (W. H.) — The effect of caffeine on nitrogenous excre-

tion and partition ("American Journal of the Medical Sciences", 1912, vol. CXLIII, paginas 411-415).

FILEHNE (Wilhelm) — Ueber einige Wirkungen des Xanthis, des Caffeins und mehrerer mit ihnen verwander Körper ("Archiv für Anatomie und Physiologie", 1886, pags. 72-91).

GOTTLIEB (R.) und MAGNUS (R.) — Ueber die Besichungen der Nierencirculation zur Diuresis ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1901, val. XLV, pags. 223-247).

HALE (Worth) — Influence of certain drugs upon the toxicity of acetanilide and antipyrine ("Public Health and Marine-Hospital Service of the U. S. — Hygienic Laboratory — Bulletin", n. 53, pag. 43; "Experiments with caffeine citrate").

HEERLEIN (W.) — Das Coffein und das Kaffeedestillat in ihrer Beziehung zum Stoffwechsel ("Archiv für die Gesamte Physiologie", 1892, vol. LII, pags. 165-185).

KOTAKE (Y.) — Ueber den Abbau den Caffeins durch den Auszug aus der Rinderleber ("Zeitschrift für Physiologische Chemie", 1908, vol. LVII, pags. 378-381).

LIWSCHTZZ (O.) — Ueber den Einfluss des Kaffees auf den Eiweisstoffwechsel beim Menschen (Basel, 1914).

MARCHAND (Eugène) — Le café au lait est une soupe au cuir ("Revue de Thérapeutique Médico-Chirurgicale". — 1873 — pag. 261).

NAGASAKI (S.) und MATSUOKA (Z.) — Ueber den Abbau des Kaffees und Theobromins durch den Rinderpankreas und Stierhodenauszug ("Kyoto Igaku-sachi, 1912, vol. IX, fasc. 3; e, sumarizaadmente, no "Zentralblatt für Biochemie und Biophysik", 1912-1913, vol. V, pag. 743).

OGATA (Masanori) — Ueber den Einfluss der Genussmittel und Magenverdauung ("Archiv für Hygiene", 1885, vol. III, paginas 204-214).

PAWLOWSKY (I.) — Ueber den Einfluss von Tee, Kaffee und einigen alkoholischen Getränken auf die quantitative Pepsinwirkung ("Jahresbericht der Tierchemie", 1903, vol. XXXIII, pag. 543).

PINCUSOHN (Ludwig) — Die Wirkung des Kaffees und des Kakaus auf die Magensaftsekretion — ("Münchener Medizinische Wochenschrift, 196, vol. LIII, parte 1.a, paginas 1248-1249); Ueber das sekretionsfordernde - Prinzip des Kaffees ("Zeitschrift für Physikalische und Diätetische Therapie", 1907, vol. XI, pags. 261-263).

RABUTEAU — Recherches sur l'action des caféines sur la nutrition ("Gazette Médicale de Paris", 1870, vol. XXI, pag. 593;

"Comptes-rendus de la Société de Biologie", 1872, V sér., vol. II, pags. 77-81).

RIBAULT (H.) — Influence de la caféine sur l'extrémité azotés ("Comptes-rendus de la Société de Biologie", 1901, vol. LIII, — III da II série, — pags. 393-395).

SASAKI (Takaoki) — Experimentelle Untersuchungen über den Einfluss des Tees auf die Magensaftsekretion ("Berliner Klinische Wochenschrift", 195, vol. XLII, paginas 1526-1528).

SCHIMIEDEBERG (Oswald) — Vergleichender Untersuchungen über die pharmakologischen Wirkungen einiger Purinderivate — ("Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft", 1901, vol. XXXIV, n. 395, paginas 2550-2559).

SCHULTZ - SCHULTZENSTEIN (C.) — Versucher über den Einfluss von Coffee — und Thee Abkochungen auf künstliche Verdauung ("Zeitschrift für Physiologische Chemie", 1893-1894, vol. XVIII, pag. 131).

STORY (W.) — Coffee as an absorbent ("The Lancet", 1873, vol. II, pag. 617).

TOGAMI (K.) — Ueber den Einfluss einiger Genussmittel auf die Wirksamkeit der Verdauungsenzyme — ("Biochemisches Zeitschrift", 1908, vol. IX, pags. 453-462).

TYRODE (M. V.) — Caffeine on the gastro-intestinal tract ("Boston Medical and Surgical Journal", 1911, vol. CLIV, pag. 686).

RESPIRAÇÃO:

ARCHANGELSKY (C. T.) — Die Wirkung des Destillats von Kaffee und von Thee auf Athmung und Herz ("Archives Internationales de Pharmacodynamie", 1900, vol. VII, pags. 405-424).

BINZ (C.) — Die Wirkung des Destillats von Kaffee und Thee auf Athmung und Herz — ("Centralblatt für Innere Medizin", 1900, vol. XXI, pags. 1169-1179).

CUSHNY (A. R.) — The action of drugs on the respiration — ("Proceedings of the Royal Society of Medicine", 1912-1913, volume VI, parte 3.a, pag. 130).

EDSALL (D. L.) and MEANS (J. H.) — The effect of strychnine, caffeine, atropin and camphor on the respiratory metabolism in normal human subjects ("Archives of Internal Medicine", 1914, vol. XIV, paginas 897-910).

LEHMANN (K. B.) und TOHRER (G.) — Bezitien die fülchtigen Bestandteile von Thee und Kaffeeine Wirkung aus die Respiration des Menschen? ("Archiv für Hygiene", 1902, vol. XLIV, pag. 203).

SEE (H.) et LAPICQUE — Action de la caféine sur les fonctions motrices ca respiratoires, á l'état normal et á l'état d'inanition ("La Médecine Moderne", 1890, vol. I, pags. 228-234).

RINS:

BECHER (Carl) — Coffein als Herztonicum und Diureticum — ("Wiener Medizinische Blätter", 1884, vol. VII, paginas 639-644).

BESSER — Die harnsaurevermehrnde Wirkung des Kaffees, und der Methylxanthin beim Normalen und Gienthranken ("Therapie der Gegenwart", 1909, nova série, vol. XI, pagas. 321-327).

BONDZYNSKY (St.) und **GOTTLIEN** (R.) — Ueber die Constituion des nach Coffein und Theobromin im Harn auftretenden Methylxanthins — ("Archiv für Experimentelle Pathologie und "Pharmakologie", 1896, volume XXXVII, pagas. 385-388).

DUMONT (A.) — Experiences relatives à l'influence du café sur l'excrétion de l'urée urinaire ("Revue Médicale", 1888, volume VII, pagas. 257-260).

FAUVEL — Action du chocolat et du café sur l'excrétion urique — ("Comptes-rendus de la Societé de Biologie", 1908, volume LXIV, pagas. 854-856); Influence du chocolat et du café sur l'acide urique — ("Comptes-rendus de l'Académie des Sciences, 1906, vol. CXLII, pagas. 1428-1430; 1909, vol. CXLVIII, pagas. 1541-1544).

FUBINI (S.) e **OTTOLENGHI** — Influenza della caffeina e dell' infuso di caffè sulla quantità giornaliera di urée emessa dall'uomo colle urine ("Giornale della Reale Accademia di Medicina di Torino, 1882, III série, vol. XXX, pagas. 570-574).

LOEWI (O.) — Ueber den Mechanismus der Coffeindiurese ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1905, vol. LII, pagas. 15-32).

MENDEL (L. B.) — Caffein and uric acid ("The Tea and Coffey Trade Journal", 1927, vol. XXXIII, pagas. 142-145).

ROST (E. C.) — Ueber die Ausscheidung des Coffein und Theobromin im Harn — ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie, 1895, volume XXXVI, pagas 56-71).

ROUX (E.) — Des variations dans la quantité d'urée excrétée avec une alimentation normale et sons l'influence du thé et du café ("Comptes-rendu de l'Académie des Sciences, 1873, vol. LXXXVII, pagas. 365-367).

S. (M.) — De l'emploi du café diurétique ("Bulletin Général de Thérapie", 1839, vol. XVI, pagas. 144-148).

SCHITTENHELM (Alfred) — Zur Frage der harnsaurevermehrden Wirkung von Kaffee und Tee und Ihrer Bedeutung in der Gichttherapie — ("Therapeutische Monasthefte", 1910, vol. XXIV, pagas. 113-116).

SCHROEDER (W. von) — Ueber die diuretische Wirkung des Coffeins und der zu derselben Gruppe gehorenden Substanzen — ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1887, vol. XXIV, paginas 85-108); Ueber die Wirkung des Coffeins als Diureticum (ib., ib., vol. XXII, pagas. 39-61).

WARDELLI (Emma L.) — Caffein and uric acid ("The Tea and Coffey Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, pagas. 142-145).

SISTEMA MUSCULAR:

BENEDICENTI (A.) — Ergographische Untersuchungen uber Kaffee, Thee, Maté, Guarana anda Coca — ("Moleschott's Untersuchungen zur Naturlehre", 1899, vol. XVI, pagas. 170-186).

BUCHHEIM und **EISENMENGER** — Ueber den Einfluss einiger Gifte auf die Zuckungscurve des Frostmuskels. — III) Caffein ("Beitrag zur Anatomie und Physiologie", 1870, vol. V, pagas. 113-118).

DESTREÉ (E.) — Effets immédiats et tardifs de la caféine sur le travail ("Journal Médical de Bruxelles", 1897, vol. II, paginas 231 e 577).

DRESER (H.) — Ueber die Messun der durch pharmakologische Agentien Bedingten Veränderungen des Arbeitsgrasse und der Elasticitatzustande des Skeletsmuskels — ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Physiologie, 1904, vol. XVI, pagas. 139-221).

KOBERT (E. R.) — Ueber den Einfluss verschiedener pharmakologischer Agentien auf die Muskelsubstanz ("Archiv für Experimentelle Pathologie und Pharmakologie", 1882, vol. XV, pagas. 22-79).

LUSINI (V.) — Biologische und toxische Wirkung der methylirten Kanthine insbesondere ihr Einfluss auf die Muskerlermungung ("L'Orosi", vol. XXI, pagas. 257-263).

MOSSO (Ugolino) — Action des principes actifs de la noix de kole sur la contraction musculaire ("Archives Italiennes de Biologie", 1893, vol. XIX, pagas. 241-256).

OSERETZKOWSHY (A.) und **KRAEPELIN** (E.) — Ueber dit beeinflussung der Muskelleistung durch; V) — Der Einfluss von Alkool un Coffein ("Psychologische Arbeiten", 1901, vol. III, pagas. 617-643).

PASCHKES (H.) und **PAL** (J.) — Ueber die Muskelwirkung des Coffeins, Theobromins und Kanthins ("Wiener Medizinische Jahrbucher", 1886, pagas. 611-617).

RANSON (E.) — The action of coffeine on muscle ("Journal of Physiology", 1911, vol. XLII, pagas. 144-155).

RIVERS (W. H. R.) and **WEBBER** (H. N.) — The action caffein en the capacity for muscular work ("Journal of Physiology", 1907-1908, vol. XXXVI, pagas. 33-47).

ROSSI (Cesare) — Ricerche sperimentali sulla fatica dei muscoli umani — Caffaina ("Rivista Sperimentale di Freniatria", 1894, vol. XX, pags. 458-462).

SACKUR — Ueber die todliehe Nachwirkung der durch Kaffein erzeugten Muskelstarre ("Virchow's Archiv für Pathologische Anatomie und Physiologie", 1895, vol. CXLI, pags. 479-484).

SCHUMBERG — Ueber die Bedeutung von Kola, Kaffee, Thea Maté und Alkohol, für die Leistung der Musken ("Archiv für Anatomie und Physiologie", 1899, paginas 289-313).

SOBIERANSKI (W.) — Ueber den Einfluss der pharmakologischen Mittel auf die Muskelkraft der Menschen — ("Gazeta Lekarska", 1896; resumidamente na "Centralblatt für Physiologie", 1896, volume X, pagina 126).

WOOD (H. C.) — The effects of caffeine on the circulatory and muscular systems ("Therapeutic Gazette", 1912, vol. XXXVI — XXVII da III série — pag. 6-13).

SISTEMA NERVOSO, CEREBRO, etc.

ACH (Narziss) — Ueber die Beeinflussung der Auffassungsfähigkeit — ("Psychologische Arbeiten", 1901, volume III, paginas 203-289).

DEHIO (Heinrich) — Untersuchungen über den Einfluss des Coffeins und Thees auf die Dauer einfacher psychischer Vorgänge (Dorpat, 1887), 55 pags.

DIETH (M. J.) und VINTSCHGAY (M. von) — Das Verhalten der physiologischen Reactionzeit unter dem Einfluss von Morphium, Caffee und Wein — ("Archiv für Gesamte Physiologie", 1878, vol. XVI, paginas 316-406).

DIXON (W. E.) — The paralysis of nerve cells and nerve endings with special reference to the alkaloid apocodeine ("Journal of Physiology", 1904, vol. XXX, pags. 97-131).

HOCH (August) und KRAEPELIN (E.) — Ueber die Wirkung der Theebestandtheile auf körperliche und geistige Arbeit ("Psychologische Arbeiten", 1896, vol. I, pags. 378-488).

HOLLINGWORTH (H. L.) — Influence of caffeine on mental and motor efficiency — ("Archives of Psychology", 1912, vol. XXII, pag. 166); "Therapeutic Gazette", 1912, volume XXXVI, pag. 1.

HOPPE (I.) — Des effets de la caféine sur le système nerveux des animaux ("L'Echo Médical", 1858, vol. II, pags. 449-460).

KIONKA (H.) — "Grundriss der Toxicologie", 1901, pags. 331-336. — Trata da caffeine e do café como tóxicos nervinos.

LESZYNSKY (W. M.) — Coffee as a be-

verage and its frequent deleterious effects upon the nervous system; acute and chronic coffee poisoning ("Medical Record", 1901, vol. LIX, pags. 41-44).

MOMAKIN (A. L.) — Influence of coffee on brain workers — ("Good Housekeeping", 1912, vol. LIV, pags. 381-392).

PALDANUS — Ein Paar Worte über Kaffee als Fiebermittel und Medikament überhaupt ("Neues Archiv für Medizinische Erfahrung, 1809, vol. XI, pags. 318-322).

PETIT (H.) — De l'emploi préventif et curatif du café, notamment dans les congestions cérébrales ("Gazette des Hôpitaux", 1862), vol. XXXV, pag. 446).

SARLO (F. de) e BERNARDINI (C.) — Ricerche sulla circolazione cerebrale. (C.) — I Ischemizzanti Caffeiici ("Rivista Sperimentale di Freniatria", 1892, vol. XVIII, pags. 8-14).

SAULLE (Le Grand du) — De l'insalubrité de l'atmosphère des cafés et de son influence sur le développement des maladies cérébrales ("Gazette des Hôpitaux", 1861; — "Comptes-rendus de l'Académie des Sciences", 1861).

SWIRSKI (G.) — Ueber die Beeinflussung des Vaguscentrums durch das Coffein — ("Archiv für Gesamte Physiologie", 1904, vol. CIV, pags. 260-292).

WILLIAMS (T. A.) — Coffee and the nervous system ("Medican Summary", 1912.

m) DOS SUCEDÂNEOS DO CAFE' EM GERAL

LIVROS:

BIBRA (Baron von) — Der kaffee und seine surrogate (Munich, 1858).

CHRIST (J. L.) — Der neueste und beste deutsche Stellvertreter des indischen Caffee oder der Coffee von Erdmnaein, zu Ersperung vieler Millionen Geldes für Deutschland und langeren Gesundheit Tausender von Menschen (Francfort - sobre o Meno, 1801), 2.^a edição.

FRANKE (Erwin) — Kaffee, Kaffeeconserven und Kaffeesurrogate (Vienna, Leipzig, 1907), 8.^a de VIII — 211 pags.

FREEMAN (W. G.) and CHANDLER (S. E.) — The world's commercial products — (Londres, 1907) — Cap.: "Coffee and coffee substitutes", pags. 174-198.

GSRSTER (C.) — Bedeutung für den praktischen Arzt — (Berlim, 1894) — Capitulo: "Kaffee und Kaffee - Surrogate".

GUNDRIZER (R. F.) — O surrogato kofe prigotoviyayemom iz siyaman sinyavo lyupina — ("Lupinus angustifolius L") — (S. Petersburgo, 1892). — Tradução do título: "Sobre um sucedâneo do café, feito das sementes do "Lupinus angustifolius L".

LEHMANN (K.) — Die Fabrikation des Surrogat Kaffees und des Tafelsenses — (Vienna, 1877), 128 pags.

LOCHNER (N. F.) — De novis et exoticis Thé et Café succedaneis — (Nuremberg, 1717).

MENIER (E. J.) — Café — Succedaneis du café, cacáo et chocolat, coca et thé maté — (Paris, 1867), 24 pags. — Relatório do jury da Exposição Universal de 1867, em Paris.

TRILLICH (Heinrich) — Die kaffee surrogat — (Munich, 1839).

WEICHARDT (T. T.) — Succedaneorum coffeae invendendorum regulas proponit. — (Lipsiae, 1774).

PERIÓDICOS :

“ACORN coffee” — (“Pharmaceutical Journal”, 1876, pag. 772).

BASH (Albert) — Rapport sur le café de figue (“Société de Géographie d’Alger et de l’Afrique du Nord — Bulletin”, 1901, volume VI, pags. 604-607).

BOULLIER (G.) — De la préparation de la soupe destinée á remplacer le café au réveil (“Archives de Médecine et de Pharmacie Militaire”, 1903, volume XLI, paginas 465-473).

BRILL (Harvey C.) — Ipel a coffee substitute (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1918, vol. XXXV, pags. 628-630).

DERIDDER (H.) — Sur un succédané du café (“Archives Médicales Belges”, 1896, IV série, vol. VIII, pags. 237-241).

DUCHACEK (F.) — Beiträge zur Kenntniss der chemischen Zusammensetzung des Kaffees und der Kaffee-Ersatzstoffe (“Zeit- und Genussmittel”, 1904, vol. VIII, paginas schrif tür Untersuchung der Nahrungs — 139-146).

FABER (E. E.) — On kaffee, kaffeesurrogat og koffeinfri kaffe (“Ugeskrift for Laeger”, vol. LXXI, pags. 841-847).

GRAF (H.) — Ein neues Kaffee-Ersatzmittel — (“Deutsche Medizinische Presse”, 1907, vol. XI, pags. 65-67).

GUILLOT (C.) — Étude comparative sommaire des principaux produits de substitution du café (“Gazette Médicale de Paris”, 1912, vol. LXXXIII, pag. 125).

HANAUSEK AT. F.) — Einige Bemerkungen zu den Kapitein Kaffee und Kaffee-Ersatzstoffe in den Vereinbarungen (“Apotheker Zeitung”, 1902, vol. XVII, pag. 657).

HANBURY (Daniel) — On the use of coffee leaves in Sumatra (“Pharmaceutical Journal”, 1853, vol. XIII, pags. 207-209).

KORNAUTH (C.) — Beiträge zur chemischen und mikroskopischen Untersu-

chung des Keffee und der Kaffeesurrogat (“Mittheilungen aus dem Pharmaceutische Institute und Laboratorium für Angewandte Chemie der Universität Erlangen”, 1890, vol. III, pags. 1-56).

KOTSIN (M. B.) — Kofe i yevo surrogati. (Coffee and its substitutes). (“Vestnik Obshchestvennoi Hygieny, Sudebnoi i Prakticheskoi Meditsiny”, 1894, vol. XXIII, parte 2.a, pags. 36, 156 e 226. — Tradução do titulo: “O café e os seus succedaneos..

NICOLAI (H. F.) — Der Kaffee und seine Ersatzmittel (“Deutsche Vierteljahrschrift für Öffentliche Gesundheitspflege”, 1901, volume XXXIII, pags. 294-346 e 502-538).

NOTTBOHM (F. E.) — Verwendung von teinuz zur Herstellung von Kaffeesatzmitteln (“Zeitschrift für Untersung der Nahrungs — und Genussmittel”, 1913, volume XXV, parte 3.a).

OELLER und GERLACH (von) — Ueber die Einwirkung von Gerstenkaffee auf des Sehorgen (“Thezkaffee auf des Sehorgen (“Therapeutische Monatshefte”, 1912, vol. XXVI, pags. 429-431).

RAMPOLD — Ueber Kaffeesurrogat (“Journal der Praktischen Heilkunde”, 1838, vol. LXXXVII, parte 4.a, pags. 94-109).

RUEDY (J.) — Thee und Kaffee, deren Surrogat und Falschungen (Blatter für Gesundheitspflege”, 1876, vol. V, pags. 183, 195 e 203. 1877, vol. VI, pags. 19, 32, 42 e 53).

“SALE of dandelion coffee) — (“Pharmaceutical Journal”, 1860, vol. II, pags. 346-398 e 357-396).

STENHOUSE (J.) — On the dried coffee leaf of Sumatra, which is employed in that and some of the adjacent islands as a substitute for tea or for the coffee bean (“Pharmaceutical Journal”, 1854, volume XIII, pags. 382-384).

TRILLICH (H.) und COCKELL (H.) — Beiträge zur Kenntniss des Kaffees und ter Kaffeesurrogat (“Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungsund Genussmittel”, 1898, vol. V, pags. 101-106: “Forschungsberichte über Lebensmittel”, 1897, vol. IV, pag. 78; 1898, vol. V, pag 401).

WEISSMAN — Ueber Kornkaffee (“Deutsche Medizinische Wochenschrift”, 1903, vol. XXXIX, pag. 20).

WOODS (C. D.) and MERRILL (L. H.) — Coffee substitutes (“Maine Agricultural Experiment Station — Bulletin”. vol. LXV, pags. 101-114).

n) SOBRE O CAFÉ MALTADO
DOEPMANN (F.) — Ueber Maizkaffee (“Zeitschrift für Untersung der Nah-

rungs — und Genussmittel", 1914, volume XXVII, pags. 453-466).

JUNGHANN (A.) — Beiträge sur Chemie und Technologi edes Malzkaffees ("Verhandlung der Gesellschafft Deutscher Naturforscher und Aerzte", 1906, vol. II, parte 2.^a, paginas 382-386).

TRILLICH (H.) — Welche Mindestforderungen sind an Maiz für Malzkaffee zu stellen? ("Zeitschrift für Untersuchung der Nahrungs — und Genussmittel", 1905, volume X, pags. 118-121).

VIII

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO CAFÉ

"BORDEAUX — CHAMBRE DE COMMERCE DE — Rapport fait à la Chambre par la Commission spéciale chargée d'étudier la question de la reduction des droits sur les sucres et les cafés (Bordeaux, 1858), 27 pags.; "Second rapport fait à la Chambre par la Commission spéciale chargée d'étudier la question de la réduction des droits sur les sucres et les cafés" (Bordeaux, 1859), 16 pags.

BRUYN (Pieter Adolf van Oosterwik) — Beschouwing over eene belasting op koffij (Utrecht, 1863), 78 pags.

COORIE (Edgar) — Letters on the subject of the duties on coffee (Londres, 1808), 61 pags.

"GREAT BRITAIN — STATUTES — Anno regni Georgii III, Regis quadragesimo nono — Cap. LXI — An act for making sugar and coffee of Martinique and Marigalante Vable to duty on importation as sugar and coffee not of the Britsch plantations" (Londres, 1809), paginas 437-438); "Anno regni Georgii II, Regis vicesimo quinto — An act for encouraging the growth of coffee in His Majesty's plantations in America" (Londres, 1852), paginas 723-734; "Anno regni Georgii II, Regis quinto — An act for encouraging the growth of coffee in His Majesty's plantations in America (Londres, 1732), pags. 411-415.

LARRINAGA (Tuio) — Brief of honorable — resident commissioner from Porto Rico to the United States of America before the Committee on ways and means (Washington, 1908), 9 pags.

"MADRAS STATUTES — The Madras coffee-stealing prevention act — 1878" (Madrastra, 1908), 9 pags.

NELSON (Knut) — Export duty on coffee and tea — List of countries leyng an export duty on coffee and tea, with statis-

tics from the annual report on commerce and navigation for 1908 (Washington, 1909), 6 pags.

"ORDONNANTIE — waar naar in de stat Utrecht en Amersfoort, en in de vryheden van dien. by taxatie zal worden geheven de imposto op de koffy, cicers en thee (Utrecht, 1768), 6 pags.

"PRODUCE CLEARING HOUSE — Regulation for coffee future delivery (Londres, 1888), 12 pags.

IX

COMMERCIO E ESTATISTICA

a) EM GERAL

LIVROS:

BELLI (B.) — Il caffè, il suo paese e la sua importanzia (Milão, 1510), 395 pags.

BISIO (G.) — Il caffè — Le informazioni date dal prof. — alla Reale Scuola Superiore di Commercio (Venezia, 1870).

BRONGIER (A.) — Der Kaffee, deseen Kultur un Handel (1897).

BURNS (Jabez) — The "Spice mill" companion: a collection of valuable information, original and selected, suited to the requirements of the present condition of the coffee and spice mill business (New-York, 1879), 102 paginas.

DOWLER (J. S. O.) & Co. — Coffee calculator (Saint-Louis, 1907), 31 pags.

FERGUSON (J.) — Production of tea and coffee in British dependencies (Londres, 1896), 1 pagina.

FURST (Max) — Die Borse, ihre Entstehung und Entwicklung, ihre Einrichtung und ihre Geschäfte — Die Welthandelsgüter Getredne(Kaffee, Zucker (Leipzig, 1913).

"INTERNATIONAL BUREAU OF THE AMERICAN REPUBLICS — Coffee — Extensive information and estaticistics" (Washington, 1901), 108 Spags. (Saiu tambem em espanhol "Coffee — Reprinted of an article from the Monthly Bulletin of the International Bureau Bulletin of American Republics", Nov. 1908 (Washington, 1909), 11 paginas.

"INTERNATIONAL INSTITUTE OF AGRICULTURE — BUREAU OF STATISTICS — Stocks visibles de froment et farine de froment, de sucre, de café, de cotton et de soie — 1903-1912" (Roma, 1914), 79 pags.

LAERNE (C. F. van Delden) — Brazil and Java — Report on coffee — culture in America, Asia and Africa, to H. E. the Minister of the Colonies (Londres, 1885), 637 paginas.

SCHMEDDING (J. H. F.) and ZONEN — Coffee — Statistics funning from 1834-1905. (Amsterdam, 1901), 18 paginas.

SCHOFFER (C. H.) — The coffee trade (New York, 1869), 58 pags.

“**UNITED STATES — BUREAU OF FOREIGN COMMERCE** — Versagen betreffende de cultuur en de bereiding van koffie en het keplande en nog beschikbare terrein voor dit product in Mexico, central & Suid America en West Indé” (Amsterdam, 1889), 135 pags. — Texto em inglês, exceto a introdução. — Reproduzido dos “Reports from the Consuls of the United States”, 1888, volume XXVIII, n. 98.

“**UNITED STATES — ESTATÍSTICAS BUREAU** — The world’s production and consumption of coffee, tea and cacau in 105” (Washington, 1905, 206 pags. — Reproduzido do “Monthly Summary of Commerce and Finance”, de julho de 1905.

PERIÓDICOS :

BACHE (L. S.) — How the exchange works (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1914, vol. XXVII, pags. 678-682.

MACFARLANE (John J.) — Coffee and tea statistics (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1916, vol. XXXI, pags. 329-333).

MERRITT (E. A.) — The world’s coffee (“United States Consul’s Report on Commerce”, 1883, n. 31, pags. 125-147).

“**NEW YORK — COFFEE EXCHANGE**” — (“New-York). — Relatório annual.

“**OUR coffee industry**” (“Scientific American Supplement”, 1902, vol. LIII, pagina 21994).

“**PRICE import, and consumption of coffee**” (“De Bow’s Commercial Review”, volume XX, pag. 253).

“**SIMON’S SPICE MILL** — Devoted to the interest of the coffee, tea and spice trades” (New-York). — Sae mensalmente.

“**TEA and coffee consumption**” (“Current Literature”, 1901, vol. XXX, pag. 298).

“**TEA** (“The And Coffee Trade Journal” — For the tea coffee, spice and fine crocerry trades” (New-York). — Mensario.

UKERS (William H.) — Adverting Brasil coffee (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1917, vol. XXXII, pags. 34-36); The right coffee propagand (ib., 1912, vol. XXIII, suplemento do n. 6, pags. 21-28).

UKERS (William H.) — editor) Tea and coffee buyer’s guide (New-York). — Sae annualmente.

“**UNITED STATES — STATE DEPARTMENT** — Production and consumption of coffee etc. — Message from the president of the United States, transmitting a report from the secretary of state, with accompanying papers relative to the proceedings of the International Congress for the Study of the Production and Consumption of Coffee, etc. — Dec. 10, 1902” (“United States 57th Con-

gress, 2nd session — Senate document, n. 35, 312 paginas).

VASCO (G.) — Le café — (“Revue Française de l’Étranger et des Colonies et Exploration”, 1900, vol. XXV, pags. 598-603).

WEB (Ross W.) — Coffee hints for grocers (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1913, vol. XXV, pags. 566-568).

WESTERFELD (Sol) — Retailer’s coffee problems (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1917, vol. XXXIII, pags. 559-560).

“**WORLD’S coffee trade**” (“The Tea and Coffee Trade Journal” 1919, vol. XXXVI, paginas 129-130).

b) REGIONAL

ALEMANHA

SCHONFELD (Karl) — Der Kaffee — Engroshandel Hamburgs (Heidelberg, 1903), 135 paginas.

BRASIL

(V. “Bibliografia Brasileira”).

COLOMBIA

DICKSON (Spencer S.) — Colombia — Report on the coffee trade of Colombia — (Londres, 1903), 8 paginas. — Saiu tambem em “Great Britain — Foreign Office — Diplomatic and Consular Reports, Miscellaneous series”, n. 598.

COSTA RICA

“**COSTA RICA — CONTABILIDAD NACIONAL DE ESTATÍSTICA** — Diagramas de café”.

“**COSTA RICA — DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA** — Diagramas de los promedios obtenidos en la venta del café de Costa Rica en Londres en los años de 1890 a 1899” (San José, 1900); “Exportaciones de café de la República de Costa Rica” (ib., 1900), 14 pags., e em “Alcance á la Gaceta” (1900, n. 99); “Fluctuaciones de los precios del café en Hamburgo, 1880-1899” — (San José, 1900).

“**COSTA RICA — SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES** — Estudio é informe sobre el café de Costa Rica” (1900). 48 paginas.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE

“**AMERICAN tea and coffee trade from 1847 to 1916**” (“The Tea and Coffee Trade Journal”, 1917, vol. XXXIII, pag. 28).

"COFFEE exchange of the city of New BRAND (Carl W.) — Co-operatives com- petition ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1914, vol. XXVII, pags. 534-540).

CAVALVO (J. B.) and DELFINO (A. E.) — Commission for the study of the production, distribution and consumption of coffee — ("International Bureau of American Republics — Monthly Bulletin, 1902, vol. XIII, paginas 1317-1321).

COFFEE ("Statist", 1915, vol. LXXXIII, pags. 377-378).

"COFFEE and coffee trade" — ("Hunt's Merchant's Magazine", vol. XXVII, pag. 39; vol. XLI, pag. 165).

"COFFEE trade" ("Leisure Hour", volume XXIX, pag. 357).

"COTTON coffee quotation record" — ("Monthly", New-York).

CRAWFORD (J.) — History of coffee — ("Journal of the Statistical Society", vol. XV, pag. 50).

DUKE (J. S.) — Coffee trade ("De Bow's Commercial Review", volume II, pag. 303; "Hunt's Merchant's Magazine", 1850, volume XXIII, pags. 59, 172 e 451).

"E LCAFETAL" — Revista oficial mensal, dedicada exclusivamente a la industria cafetera en todos sus ramos — (New-York), 1903.

"FEDERAL REPORTER for planters, grocers, confectioners, canners and dealers in coffee, tea and spice" (New-York). — Mensario que ainda se publica.

GARDNER (J.) — Coffee trade ("Western Journal and Civilian", vol. VII, pag. 301; "Hunt's Merchant's Magazine", vol. XIII, pagina 273; "J. Gardner Hunt's Merchant's Magazine", vol. XV, pag. 690; "Living Age", vol. XXVII, pag. 254); Production and consumption of coffee ("Hunt's Merchant's Magazine", vol. XXIV, pag. 194).

GILL (W. K.) — Meeting coffee competition ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1916, vol. XXXI, pags. 238-239).

GRAHAM (Harry Crusen) — Coffee — Production, trade, and consumption by countries ("United States — Department of Agriculture — Bureau of Statistics — Bulletin", 1912, vol. LXXIX, 134 pags).

"GREAT BRITAIN — COMMERCIAL, LABORS AND STATISTICAL DEPARTMENT — Tea and coffee — Statement "showing the imports of tea and coffee into the principal countries of Europe and into the United States; together with statistical cables relating thereto for recent years as far as the particular can ben stated" — 1884-1900", (House of Commons, doc. n. 351, 1900, 27 pags.; House of Commons, doc. n. 363, 1902, 42 paginas.

HANGWITZ (Julian) — The world's coffee trade in 1898 ("Consular Reports", 1899, vol. LX, pags. 258-261).

HARRIS (William B.) — Coffee and the law ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, suplemento do n. 6, paginas 41-44).

HELLPRIN (M.) — History of coffee — ("Nation", vol. VI, pag. 275).

HUEBNER (G. G.) — Coffee market — ("Annals of the American Academy", 1911, vol. XXXVIII, pags. 610-620).

"INTERNATIONAL BUREAU OF THE AMERICAN REPUBLICS — Bulletin" — (Washington, 1893) — Traz artigos sobre a produção de café nos diversos países latino-americanos.

KAFFEE verbrauch in den haup- sachlichsten Lander der Welt — ("Deutsche HandelsArchiv", 1901, pags. 206-207).

LECOMTE (H.) — La culture du café dans le monde ("La Géographie", 1901, volume III, pags. 471-483). — Saiu tambem em finnez em "Geografiska Foreningens Tidskr", 1901, vol. XIII, pags. 252-272.

LEECH (C. J.) & Co. — Table of coffee statistics (Londres). — E' publicada annualmente.

LEHY (Geoffrey B.) — Coffee distribution ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1913, vol. XXV, pags. 564-566).

LEWIS (E. St. Elmo) — Promoting coffee sales ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1915, vol. XXIX, pags. 539-544).

MAHIN (John Lee) — Advertising coffee ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pags. 56-58).

MATHEWS (Frederick C.) — Coffee advertising efficiency ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1912, vol. XXIII, pags. 38-40).

MCCREERY (R. W.) — The penny-change system ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1911, vol. XXI, pags. 462-464). — Relatório annual.

"COFFEE trade of the United States — Chamber of Commerce" (New York) — ("Annual Report, 1908-1909", parte 1.^a, pagina 23928).

"COFFEE trade of the United States for the past six years" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXIII, paginas 326-329).

"COFFEE trade of the United States since 1821" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXIV, pags. 336-338).

CUNNINGHAM (E. S.) — Export of Mocha coffee to the United States ("United States Consular Reports", 1899, vol. LXI, paginas 265-268).

"OUR fasted growing coffee port, including handling gree coffee et San Francisco" ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1918, vol. XXXIV, pags. 524-528).

"RENAISSANCE of tea and coffee" — ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1919, vol. XXXVI, pags. 218-229).

SLOSS (R.) — New York coffee party" ("Everybody's Magazine", 1913, vol. XXVIII, pags. 772-783).

"TEA, coffee, wines, etc. — Consumption of tea, coffee, wines, distilled spirits, and malt liquors in the United States since 1870, per capita of population" (Washington 1896-1899) — "United States - Agriculture Department Yearbook", 1895, pag. 552; 1896, pagina 595; 1897, pag. 754; 1898, pag. 723).

UNITED STATES — BUREAU OF STATISTICS — Imports of coffee and tea, 1790-1896" (Washington, 1896). — Sau tambem no "Monthly Summary of Finance and Commerce", 1896, nova série, vol. IV, paginas 670-690.

WAKEMAN (Abram) — History and reminiscences of lower Wall St. and vicinity (New-York, 1914), 216 pags.

FINLANDIA

GRÄNROTH (Elies G.) — Om café och de inhemska waxter, som plaga brukas i dess stalle ("Abo, 1755), 18 pags.

FRANÇA

"ARREST du Conseil d'Etat du Roy, qui permet aux directeurs interessés en l'armement du vaisseaux la Paix, de vendre les balles de café dont il est chargé" (Paris, 1720), 4 pags.; id., "Qui accorde à la Compagnie des Indes le privilege exclusif de la vente du café" (Paris, 1723), 4 pags.; id., "Pour la prise de possession par la Compagnie des Indes du privilege de la vente exclusive du café, sous le nom de Pierre de Sueur" (Paris, 1733), 7 pags.; id., "Qui ordonne que les commis et employez de la Compagnie des Indes pour l'exploitation des privileges du tabac et du café procederont aux visites et executions au sujet des toiles et etoffes des Indes et du Levant" (Paris, 1823), 7 pags.; id., "Qui declare commune, en faveur des habitants de Cayenne et de St. Domingue, la declaration du 27 Septembre 1735" (Paris, 1735), 3 pags.; id., "Portant reglement sur les cafés provenant des plantations et culture des Isles Française de l'Amerique" (Paris, 1736), 4 pags.

DAROLLES (E.) — Le café sur le marché française (Paris, 1885).

"DECLARATION du Roy — Qui regle la manière dont la Compagnie des Indes fera l'exploitation de la vente exclusive du café — Donnée à Versailles le 1.º Octobre 1723 (Paris, 1723), 15 pags.; id., "Concernant les cafes provenant des plantations et culture de la Martinique et autres Isles Françoises de l'Amerique — Donnée à Fontainebleau le 27 Septembre 1732" (Paris, 1732, 9 pags.

GRAN-BRETANHA

GREAT BRITAIN — BOARD OF TRADE — Tea and coffee, 1888, 1893, 1890, 1900, 1903, 1908, 1910 — Statistical tables showing the consumption of tea and coffee in the principal countries of Europe, in the United States and in the principal British self-government dominions, and also showing the principal sources of supply" — "Parliament — House of Commons — Reports and papers", 1889, n. 12; 1894, n. 329; 1900, n. 351; 1901, n. 363; 1903, n. 304 (repblicado em Londres, 1905, 47 pags.; 1908, n. 378 (reeditado em Londres, 1911), 53 pags.; 1911, n. 275 (reproduzido em Londres, 1911), 19 pags.

"GREAT BRITAIN — TREASURY DEPARTMENT — Copy of diagrams showing the consumption from 1856 to 1888, of tea, coffee, cocoa, and chicory, of alcoholic beverages, and of tobacco, compared with the increase of population" (Londres, 1889) — ("House of Commons", doc. n. 121).

"LIFEBELT COFFEE COMPANY LTD. — Te stutory meeting of the company" (Londres, 1909), 2 pags.

OBSERPARLIETER (K.) — Der Londenner Kaffeemarkt (1912).

GUIANA HOLANDESA

"ROEF-PRAATJE, tusschen verscheiden personen, over de tegenswoordige staat van Surinamen en de laage prys der producten; waarin klaar aangetoond word de verkeerde geWoonters, wegens het verkoopen der coffee by inschryving, tot markelky nadeel der houders in geintresseerdens der Surinaamsche obligaties" (Amsterdam, 1774), 175 pags.

HAWAII

"HAWAII (Republic) — LABOR COMMISSION — Report on the coffee industry" (Honolulu, 1895), 33 pags.

"HAWAIIAN ISLANDS — DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS — The Hawaiian Islands, their resources, agricultural, commercial and financial — Coffee, the coming staple product" (Honolulu, 1896), 95 pags. — Reeditado em Washington (1897), 32 pags.

ESPAÑA

"SPANIEN — Bestimmungen über die Einfuhr von Kaffee und Kakao aus Fernando Pó" ("Deutsche Handels-Archiv", 1901, pag. 141).

HOLANDA

"AMSTERDAM — VEREENIGING VOOR DEN KOFFIEHANDEL — Statistiek van koffie in Nederland" (Amsterdam, 1914).

GROENEVELD (J.) — Tremijnzaken in koffie te Rotterdam (Rotterdam, 1893), 15 paginas.

JACOBSON (J.) — "Ernstig bedreigd" — "Opgeroepen", een woord naar aanleiding van "Ernstig bedreigd" door den heer J. Jacobson en de daarop gevolgde geschriften van de heeren G. H. Mees en A. Plate, door en Nederlandés (Amsterdam, 1879), 12 pags.

"JETS over de koffij-veilingen der Nederlandsche Handel-Maatschappij" (Rotterdam, 1847), 27 pags.

LEIS, estatutos, etc. — "Wij Willem, bij de gratie Gods, kong der Nederlanden... enz, enz, Allen den genen die deze zulen zien... salut! doen te weten: alzoo wij, tot stijvin der inkomsten zen der staat, noodzakelijk geoordeeld hebben, dat de koffij binnen ons rijk gebruikt... aan eene belasting op de consumptie woode onderworpen". (Haya), 8 paginas.

SUERMONDT (G.) en LONDON (H. H.) — West-Java-Koffij-Cultuur Maatschoppij — Het advys der Kamer van Koophandel te Batavia, de Ond Koopman, enz, wederlegd. — (Amsterdam, 1866), 127 pags.

WAANDERS (F. G. van B.) — De Koffie-markt — (Haya, 1882), 27 pags.

INDIA

CLIFFORD (Frederick) — Indian coffee: its present production and future prospects ("Journal of the Society of Arts", 1887, volume XXXV, pags. 519-534).

"INDIA — COMMERCIAL INTELLIGENCE DEPARTMENT — Note on the production of coffee in Indian".

"INDIA — STATISTICAL DEPARTMENT — Production of coffee in India".

MEMMINGER (Lucien) — The Indian coffee trade crisis ("The Tea and Coffee Trade Journal", 1917, vol. XXXII, paginas 506-510).

SCHUURMAN (G. E.) — Einige beschouwingen over verkoop van gouvernementes koffie in India (Rotterdam, 1877), 13 pags.

INDIAS ORIENTAIS

DEKKER (Eduar Douwes) — Max Havelar; or The coffee auction of the Dutch Trading Company; by Multaluli, (pseud.); trans. from the original ms. by Baron Alphonse Nahuijs. (Edinburg, 1868).

"VERWANGING van de gedwongen koffiefietel door eene vrije volkskoffiecultuur" — ("Tijdschrift voor Nederlandsch-Indie", nova série, vol. V, pags. 252-261).

JAVA

BERY (Norbert Pieter van den) — Koffieproductie en koffieuivoen — (Batavia, 1884), 8 pags.

KAMERWIJSHED — Trabalho relativo ao serviço forçado exigido dos naturais da ilha de Java, 1879, 31 pag. — Extraído do "Algemeen Dagblad van Nederlandsche Indie", ns. de 16, 18, 22, 24 e 25 de Setembro de 1879.

DE KOFFIECULTUUR op Java ("Tijdschrift voor Nederlandsche Indie", nova série, n. 5, pags. 660-667).

KUNEMAN (J.) — De gouvernementes koffie-cultuur op Java — (Haya, 1890, 201 paginas.

ROSE (G. F. C.) — Eenge opmerkingen naar aanleiding van de conclusive van de neerderheld der commissie nit de Tweede Kamer der Staten-General over de nitkomsten van her onderzoek betreffende de koffij kultuur op Java (1874), 39 pags.

SUERMOND (G.) en LONDON (H. H.) — Correspondentie — De West — Java — Koffij — Cultuur — Maatschappij verdedigr tegen schrijver van de koloniale kronjik in de Economist (1868), 15 pags.; West — Java — Koffij — Cultuur — Maatschappij verdedigr tegen de aanvallen van Volksblad en Arnemese Courant (Amsterdam, 1865), 44 pags.; West — Java — Koffij — Cultuur — Maatschappij — Toegelicht — Supplement van den eersten druk met voorrede — (Amsterdam, 1865), 19 pags.

VLIET (L. van W. van) — De koffij-enquête in verbnad met de ontworpen West — Java — Koffij — Cultuur — Maatschappij — (Amsterdam, 1871), 35 pags.

LIBERIA

ELLIS (George W.) — Coffee industry in Liberia ("United States Monthly Consular and Trade Reports", 1904, n. 291, paginas 21-22).

MORREN (F. W.) — Cultuur bereiding en handel van Liberia Koffie (Amsterdam, 1894), 36 pags.

MEXICO

HINOJOSA (G.) — Cultivo del café — (México, 1883), 8 pags.

ROMERO (M.) — Coffee and india rubber culture in Mexico; preceded by geographical and estatistical notes on Mexico (New-York), 1898), 416 pags.

TERRY (L. M.) — Coffee culture in Mexico ("Overland Monthly", 1901, nova série, vol. XXXVII, pags. 702-709).

PORTO RICO

LEENHOFF (Johannes W. van) — The condition of the coffee industry in Porto Rico (Mayaguez, 1905), 2 pags. — Saiu tambem na "Porto Rico Agrocultural Experiment Station", circular n. 2.

"**PORTO RICAN coffee**" — ("Outlook", 1906, n. de Março, vol. LXXXII, pag. 632; 1906, n. de Maio, vol. LXXXIII, pags. 46-47).

"**UNITED STATES PRESIDENT** — 1901-1909 — Message from the President of the United States relative to his visit to the island of Porto Rico" (Washington, 1906), 200 pags. — ("59th Congress, 2ond Session, Senate, document 135); "Message, dated Dec. 11, 1906, accompanied by petitions in relation to the coffee trade, etc., and losses by the hurricane of 1899", and the "Sixth annual

report of the governor, Beckman, Winthrop, dated Julk 1, 1906.

WEYL (W. E.) — Labor conditions in Porto Rico ("United States — Bureau of Labor — Bulletin", 105, vol. XI, paginas 149-753).

TONKIN

ROTACH (Edmond) — L'organisation économique de l'Indochine et le café au Tonkin ("Société de Géographie Commerciale de Paris — Bulletin", 1913, vol. XXXV, paginas 643-660).

c) CÂMBIO

MULLER (Victor R.) — Comparative tables showing the parity of prices of Havre good average and New-York coffee exchange standard n. 7 (New-York, 1887); 15 pags.

SELIKSBERG (Louis) — Parity tables for quotation of coffee and sugar on the various exchange of Europa, converted into American currency. — (New-York, 1891), 23 paginas.

ZOBEL (Paul) — Paritats-Tabellen zum Kaffee - Termin-Markt nebst Schnellerechnungs Tabellen. — (Trieste, 1907).

d) VALORIZAÇÃO DO CAFE'

("Bibliografia Brasileira").

O comércio de café na Argentina

N. PEIXOTO DE MAGALHÃES

BUENOS AIRES, agosto—Este assunto não foi tratado até agora com a amplitude que merece; entretanto não nos propomos desenvolvê-lo com minúcia, que para tanto nos falta tempo e elementos; procuraremos expô-lo á luz das cifras. O nosso fim é sómente demonstrar a importância que êle tem tomado com o decorrer do tempo e sob os diversos aspectos por que o encaramos.

Sabido é que o café constitue a principal columna do nosso intercâmbio comercial. Para o comércio exterior do Brasil, como se vê do indice de relação entre o valor da exportação do Brasil e as cifras do café exportado no último quinquenio, êle contribue nas seguintes proporções:

1922.....	64,5 %
1923.....	64,3 %
1924.....	75,5 %
1925.....	71,9 %
1926.....	74,1 %

A procedência dessas cifras, por porto de embarque, é a seguinte:

ANOS	SANTOS
1922.....	64,0 %
1923.....	45,2 %
1924.....	52,6 %
1925.....	50,9 %
1926.....	52,2 %
Média.....	49,4 %

ANOS	RIO
1922.....	14,5 %
1923.....	15,2 %
1924.....	16,9 %
1925.....	15,6 %
1926.....	15,1 %
Média.....	16,5 %

ANOS	VITÓRIA
1922.....	2,8 %
1923.....	2,5 %
1924.....	4,2 %
1925.....	3,6 %
1926.....	3,9 %
Média.....	3,4 %

ANOS	BAÍA
1922.....	0,9 %
1923.....	1,0 %
1924.....	1,3 %
1925.....	1,2 %
1926.....	1,2 %
Média.....	1,2 %

ANOS	OUT. PORTOS
1922.....	0,3 %
1923.....	0,4 %
1924.....	0,5 %
1925.....	0,6 %
1926.....	0,3 %
Média.....	0,6 %

Estabelecidas as proporções relativas ao intercâmbio geral do Brasil e as referentes aos portos de embarque, aliás bem conhecidas, devemos mencionar também as que correspondem ao intercâmbio com a Argentina em particular, nos mesmos exercicios. Afim de poder apreciar sua importância.

A importação de produtos brasileiros em geral neste mercado, em pesos, ouro argentino, foi a seguinte:

1922.....	48:848.072
1923.....	46:169.585
1924.....	37:555.881
1925.....	46:586.330
1926.....	n/ apurado

Para estas cifras totais o café contribuiu nas seguintes proporções:

1922 \$ ouro.....	9:288.354
1923 \$ ouro.....	8:730.815
1924 \$ ouro.....	12:058.341
1925 \$ ouro.....	9:997.062
1926 \$ ouro.....	10:751.686

Verifica-se, pois, que entre os dois termos da importação de produtos do Brasil a este mercado—a geral e a parcial do café—êste contribuiu nas seguintes proporções:

1922.....	19,0 %
1923.....	18,91 %
1924.....	32,1 %
1925.....	27,32 %
1926.....	n/ apurado

Como se vê das cifras examinadas, o índice do café subiu ano a ano; tambem no que se refere ao intercâmbio com a Argentina êsse indice se elevou constantemente, embora com alternativas.

Se examinarmos as cifras da quantidade, tomando como "número indicador" a correspondente ao ano de 1910, veremos que o crescimento tem sido constante, excedendo o duplo em 1924 e quasi o atingido em 1926. Tambem em relação ao valor êsse crescimento tem sido contínuo, não obstante as alternativas do mercado mundial do gênero. Convém assinalar que em 1924 o valor se elevou ao maximo, aumentando em quasi seis vezes e meia (6,43) em relação a de 1910.

Os quadros anexos melhor esclarecem êstes assertos.

Visão Geral Brasileira

CONSUMO

É interessante observar o crescimento do consumo do café desde 1875 a 1904 (quadro da quantidade e valor e demonstrativo do crescimento do consumo, anexos).

Comparando-se entre si as quantidades importadas naquele longo período de tempo, se observará que o artigo, como bem o disse Latzina, revela melhor que nenhum outro o aumento do consumo devido ao crescimento da população.

Do estudo que organizei chega-se á conclusão de que as oscilações havidas no longo período de trinta anos em estudo, obedecem ás situações econômicas por que o país atravessou, elevando-se quando a abundancia e o bem estar favoreciam a economia da população e diminuindo quando as crises mais ou menos periódicas deprimiam os orçamentos privados.

Naquela época, o crescimento progressivo do consumo do café acompanhou o aumento também progressivo da população.

De 1910 para cá, o aumento do consumo da nossa rubiacea tem excedido ao crescimento aritmético da população da Argentina. Este país, novo e rico, está sentindo as consequências do urbanismo crescente que vem se observando desde há muitos anos, que não lhe permite um crescimento relativo em harmonia com as condições econômicas de que desfruta. O aumento da sua população vai se desenvolvendo lentamente, sem grandes saltos, não acompanhando os progressos a que atingiu.

—O consumo do nosso café tem aumentado vantajosamente, como se vê dos quadros anexos. O imposto moderado que grava a sua importação não tem sido óbice a esse crescimento.

Tenho para mim, que o consumo vai se mantendo nêsse "statu quo" em consequencia do encarecimento industrial do gênero. O café está se tornando uma bebida de "semi luxo" pelo preço, não se democratizando pela redução do custo. Para que êle se expanda no uso quotidiano, infiltrando-se no habito de toda gente, seria necessario que o seu preço fosse acessível a todas as bolsas, o que não sucede atualmente.

Os altos preços do café têm dado lugar, por outro lado, ás adulterações de toda ordem, misturando-se a preciosa rubiacea fortes proporções de outras especies de vegetais, leguminosas na maioria, e até cereais. É isto que precisamos evitar e nêste sentido empenhar todo o nosso esforço para combater a fraude, ensinando o consumidor a tomar bom café e a distinguir as misturas espurias do bom produto, educando o seu paladar para melhor.

O ALCOOL PREJUDICIAL AO CONSUMO

Por outro lado, o uso de bebidas alcoolicas, de que se faz aqui verdadeiro habito, influe poderosamente no relativo estacionamento do consumo do café. Se se educasse o povo por meio de uma inteligente propaganda mostrando os inconvenientes, os verdadeiros perigos do abuso do alcool e salientando as vantagens que traz o café, como bebida higienica e corrobora-

rante, talvez se conseguisse um aumento ainda, que pequeno, do nosso produto.

O abuso do alcool se deve ao fato de contar o país com uma população cosmopolita, oriunda de povos produtores de bebidas alcoolicas, de habito alcoolista, e a ser o mesmo produtor de abundante quantidade de vinhos, cervejas, aguardente de uva, cana e de cereais e de outros tipos de bebidas alcoolicas artificiais.

O costume do alcool na população de origem europea admite que os filhos já aqui nascidos prefiram as bebidas fermentadas alcoolicas, que embriagam, a qualquer outra, por mais higienica que seja.

É por isto que entro em dúvida em relação aos resultados de uma campanha antialcoolica.

A ADULTERAÇÃO DO PRODUTO

Parece-me que se conseguisse modificar os processos de certa industria manufatora de café, que aqui, como em todo o mundo, se dedica á adulteração do produto, impedindo as misturas espurias a que aludi antes, poderiamos obter aumentar o consumo numa proporção que oscilaria entre 15 a 20%.

Justo é reconhecer que as principais firmas elaboradoras de cafés torrados e moidos primam pelo empenho de oferecer verdadeiro café, acreditando suas marcas de comércio e vendendo mercadoria nobre e pura. Mas, também é certo que á sombra da industria honesta medra a da falsificação, que mistura á nossa preciosa rubiacea desde o pão torrado, a casca de batata ingleza, a cevada, o grão de bico, o feijão e outras variedades de leguminosas.

O combate a êstes processos industriais e de comércio ilicitos só se poderia obter interessando as autoridades locais na fiscalização da elaboração do produto, conseguindo que se torne um serviço permanente e severo. Aljás, já existe em algumas legislações provinciais e na desta capital providencias severas a respeito, mas o seu cumprimento deixa muito a desejar.

CONSUMO PER CAPITA

Para bem se apreciar a importancia do consumo de um produto, nada mais expressivo que a taxa "per capita".

A última informação que tenho sobre êste consumo na República Argentina dá a taxa anual de 4,40 libras em 1919 e 3,74 em 1913.

Não é facil estabelecer o calculo de consumo "per capita" com a necessaria exactidão, devido á circunstancia da falta de um censo recente em que apoiá-lo. A última operação censitaria havidá no país é a que se efetuou a 1.º de junho de 1914. Nesta época a população desta Republica atingiu a 7.555.669 almas; em 31 de Dezembro de 1925, pelo calculo do crescimento vegetativo apuela cifra se elevou a 9.613.355 habitantes.

Pará chegar a este resultado deduziram da cifra do nascimento a relativa aos obitos, e ao saldo favoravel somaram o crescimento mihratório o que deu um total geral de 2.057.636 pessoas.

Agora, depois do resultado final do alistamento militar, em virtude do total da cifra a que este chegou, tem se admitido que a população "provável" da Argentina é de 12 milhões de almas. A cifra é alta, mas na falta de outra, a utilizaremos para divisor do nosso calculo, embora a reputemos exagerada.

Portanto, admitindo-se esta cifra como a "real" da população do país, temos que calcular o consumo "per capital" pela média da quantidade de café do Brasil importado no último quinquenio. Assim temos:

	QUILOGRS.
1922.....	20.304.221
1923.....	20.825.906
1924.....	21.618.936
1925.....	22.973.687
1926.....	25.017.306
SOMA.....	110.740.056

Portanto:

110.740.056 :- 5 = 22.148.011 quilogramos.

Tomando-se esta média e dividindo pela "cifra provável" da população deste país, temos:

22.148.011 :- 12.000.000 = 1,845 quilogramos.

O consumo de café do Brasil, "per capita", na Argentina, no quinquenio de 1922/26, é, pois, de 1,845 quilogramos, ou seja, pouco mais de 4 libras, contra 4,40 em 1919 e 3,74 em 1913. Estas taxas, porém, se referem ao "consumo do café em geral", quando a que estabelecemos "relaciona-se unicamente ao café do Brasil".

A diferença, quicá, se deva ao total da população provável que serviu de divisor. Mesmo assim, é animadora a taxa encontrada, pois evidencia o crescimento do consumo da nossa rubiacea neste mercado.

Conclue-se das cifras anotadas, que ainda agora, como ao tempo de Latzina, o café acompanhou o crescimento da população deste país.

Os quadros estatísticos que organizamos permitem outra observação. O consumo do café tem acompanhado normalmente o desenvolvimento econômico do país, aumentando nas épocas de prosperidade e diminuindo nas ocasiões de crises econômicas. Tem sido como que o termometro regulador do progresso desta Nação amiga e vizinha.

E' assunto este que comportaria uma série de outras considerações, mas isso escapa á estreita indole deste suscito trabalho, que visa o estudo numerico do comércio do café do Brasil na Republica Argentina.

TÍPOS

Outra modalidade do comércio de café aqui é a designação dos tipos. Em materia de cafés crus é corrente verem-se expostas sacas exibindo o precioso grão, com carteis dando a origem: Java, Porto Rico, Costa Rica, Venezuela, Mooka, etc. aos melhores tipos. Ao peor é que se dá a procedencia "BRASIL".

Isto reclama de nossa parte decidido esforço no sentido de mostrar que o Brasil produz todos esses tipos de cafés. Quicá a maioria dos cafés expostos não porcede do Brasil.

Desde que assumi este posto, que me empenho para conseguir que os cafés do Brasil ocupem o lugar que lhe corresponde, mas nada pude obter porque, para isto seia preciso ter local onde expôr mostruario da nossa produção e eu careço até de verba para o custeio do expediente do serviço a meu cargo.

ANALISE

Em abril de 1925, o govêrno argentino decretou a obrigatoriedade da analise dos generos alimenticios que se apresentassem a despacho de importação, incluindo entre êles o café crú em grão.

Nessa ocasião fui procurado por uma comissão da Câmara Argentina de cafés, que colicitou providências no sentido de esclarecer o assunto que vinha sendo debatido desde o ano anterior.

Estudei o caso a fundo e prestei á embaixada a informação de serviço intitulada "A questão da analise do café em grão".

A solução, só obtida vinte e seis meses depois, pelo decreto n.º 117, de 17 de junho deste ano (tambem junto por cópia), deu-nos razão, pois adotou o criterio da classificação de acôrdo com o nosso "standard", só permitindo a entrada dos cafés crus em grão até o número 8 da tabela e deixando sem feito a obrigatoriedade da analise, que só prevalecerá nos casos de fraude (cafés pintados e outras), conforme o preceito do art. 14 da lei número 11.281 (Lei de aduanas).

O decreto proíbe a importação de escórias (varreduras) e todo café adulterado.

CONCLUSÃO

Como se vê dos quadros anexos, o consumo do café no Brasil tem aumentado progressivamente. Em 1924, por efeito da especulação devida á alta do preço, excedeu de 25 mil toneladas, para cair no ano seguinte a menos da normal, em consecuencia do saldo existente na praça.

Somando-se as cifras da importação anual do último quinquenio 1922-26—verifica-se que a média foi de 22.148.011 quilogramas, superior á do anterior (1917-21), que foi de 18.124.485 quilogramas. Portanto, houve um aumento anual de 4.025.625 quilogramas, ou, noutros termos a média do penultimo quinquenio (1917-21) representa pouco mais de 81,83% da do de 1922-26. O aumento anual, por conseguinte, foi de pouco mais de 18,16% no último quinquenio.

Consequentemente, não é razoavel a queixa que temos ouvido de alguns produtores, que entendem que o consumo do café no Brasil está estacionado. Bem ao contrario, demonstram as cifras que examinamos e que constata-mos justamente o seu aumento constante.

O quadro comparativo da quantidade dos cafés importados de todas as procedências a

este país, evidenciam a preponderancia do nos-
so a ponto de dispensar qualquer comentário.

**QUANTIDADE E VALOR DO CAFE' IM-
PORTADO NA REPUBLICA ARGENTINA
NO PERIODO DE 1875 A 1904**

ANOS	Quantidade em ton.	Valor em pesos ouro
1875.....	1.374.3	315.502
1876.....	1.345.1	324.861
1877.....	1.288.5	388.023
1878.....	1.401.2	436.009
1879.....	1.456.4	461.177
1880.....	1.804.8	498.588
1881.....	1.886.6	538.354
1882.....	1.784.0	434.471
1883.....	1.746.6	502.568
1884.....	2.275.4	691.227
1885.....	2.439.5	750.964
1886.....	2.931.5	878.124
1887.....	3.026.2	875.668
1888.....	3.175.3	918.920
1889.....	2.746.5	803.182
1890.....	2.151.6	846.781
1891.....	1.864.6	530.946
1892.....	2.654.7	747.816
1893.....	3.188.7	889.222
1894.....	2.528.7	758.639
1895.....	3.675.2	1.102.843
1896.....	4.590.2	1.377.047
1897.....	3.727.1	1.118.125
1898.....	4.889.1	1.469.737
1899.....	4.571.4	1.371.416
1900.....	4.833.8	986.667
1901.....	6.207.4	1.241.633
1902.....	5.496.5	748.131
1903.....	8.392.8	1.007.131
1904.....	7.680.0	921.574

**QUANTIDADE E VALOR DAS CIFRAS
DA IMPORTAÇÃO DE CAFE' NA
REPUBLICA ARGENTINA NO PERÍODO
DECORRIDO DE 1875 A 1904, POR
QUINQUENIOS**

QUINQUENIOS	Quantidade em tones.	Valor em pesos ouro
1875-79.....	6.765.5	1.925.572
1880-84.....	9.497.4	2.665.210
1885-89.....	14.319.0	4.226.859
1890-94.....	13.388.2	3.773.206
1895-99.....	31.463.0	6.439.168
1900-04.....	32.610.5	4.905.136

**QUANTIDADE E VALOR DO CAFE' DO
BRASIL IMPORTADO NA REPUBLICA
ARGENTINA, NO QUINQUENIO DE
1905-1909**

ANOS	Quantidade em quilos	Valores de tarifa \$ ouro
1905.....	7.990.145	958.817
1906.....	8.743.662	1.049.240
1907.....	9.111.505	1.129.379
1908.....	9.597.017	1.151.641
1909.....	11.272.904	1.352.749

**Importação de café em grão, procedente do Brasil,
nos anos de 1910 a 1916**

ANOS	Quantidade em	Valores da tarifa em 1\$000 ouro	Valores reais 1\$000 ouro
1910.....	11.779.768	1.413.572	1.872.983
1911.....	10.095.841	1.211.502	2.534.056
1912.....	13.806.077	1.656.729	4.045.181
1913.....	14.472.062	1.736.647	4.240.314
1914.....	13.648.523	1.637.943	2.989.256
1915.....	16.001.349	1.920.162	3.360.283
1916.....	14.580.230	1.749.628	3.061.848
1917.....	16.706.572	2.004.789	4.076.404
1918.....	21.618.936	2.594.272	5.620.923
1919.....	16.653.677	1.998.441	8.709.873
1920.....	17.406.807	2.320.628	7.397.895
1921.....	18.236.437	2.626.047	7.568.121
1922.....	20.825.906	2.998.931	9.288.554
1923.....	20.304.221	2.917.356	8.730.815
1924.....	25.017.306	3.003.922	12.058.341
1925.....	19.954.215	2.394.510	9.997.062
1926.....	22.973.687	2.756.842	10.751.686

Quadro comparativo da quantidade de café em grão importado na República Argentina no quinquenio de 1921 a 1925, em quilogramos

PROCEDÊNCIAS....	1921	1922	1923	1924	1925
Africa n. m. c.	—	4.067	5.344	18.617	9.013
Alemanha.....	4.500	—	—	42.018	18.834
Belgica.....	11.040	—	—	—	816
Bolivia.....	5.755	410	99	204	315
BRASIL.....	18.236.437	20.825.906	20.304.221	25.017.306	19.854.215
Costa Rica.....	—	—	5	—	—
Cuba.....	11.770	4.606	—	—	2.550
Chile.....	9.050	2.610	1.510	997	1.414
Dinamarca.....	70	—	—	—	—
Estados Unidos.....	17.580	64.357	23.048	22.792	37.399
Espanha.....	—	60	6.180	60	—
Japão.....	—	—	—	5.159	—
França.....	29.551	34.039	47.364	34.443	29.378
Italia.....	56.400	68.442	54.892	24.595	12.675
Noruega.....	—	60	—	—	—
Países Baixos.....	10	1.550	6.340	—	180
Paraguai.....	—	—	20	17.834	—
Possessões Inglesas....	12.113	—	—	—	—
Poss. Norte Americanas	2.500	22.120	6.869	73.740	237
Reino Unido.....	79.913	12.656	8.873	9.213	16.701
Salvador.....	—	—	—	3.504	—
Suecia.....	—	9.000	—	—	—
Turquia.....	6.134	8.509	8.235	29.060	2.890
Uruguai.....	2.838	—	—	—	—
Venezuela.....	—	—	—	3.899	—

A iniciativa da regularização da oferta como meio de defesa do café

ADOLPHO PINTO

No período agudo da crise econômica que tanto angustiou o Estado de São Paulo na primeira década do século corrente, o dr. Adolpho Pinto abriu e manteve, durante os anos de 1907 e 1908, no grande diário "São Paulo", de que foi um dos fundadores, uma seção sob o título "A semana econômica e financeira", na qual discutiu as questões mais importantes que então se agitaram no domínio subordinado a essa epígrafe.

Entre outras medidas que aí debateu, em boa hora tomou a iniciativa de pleitear a permanente regularização da oferta do café em nosso mercado exportador como meio de valorizar o artigo e garantir a estabilidade dos bons preços.

A crônica semanal em que o dr. Adolpho Pinto iniciou a sua bemfazeja campanha jornalística é documento histórico que bem merece ficar registado nos anais da vida econômica do país.

O JORNAL a reproduz em seguida:

"Está publicado o resultado a que chegou a comissão encarregada pelo governo do Estado de avaliar a safra de café a exportar-se pelo porto de Santos em 1908-1909. Esse resultado acha-se mais ou menos de acordo com a estimativa geral, que orçou a colheita no volume de oito a oito e meio milhões de sacas.

A época em que vem a publico êsses dados, nas vésperas de se iniciar uma nova campanha cafeeira, o fato de estar para descer ao mercado uma safra que representa a primeira produção de todos os cafézais de São Paulo plenamente formados, pois que, em consequência da lei que criou pesado imposto, de caráter proibitivo, sobre as novas culturas de café, as ultimas plantações feitas no Estado são as de 1902, que começam a frutificar regularmente em 1908; a situação especialíssima em que ora se encontra o mercado de café um tanto desconcertado com a presença de estranho especulador em seu seio, na pessoa do governo de S. Paulo, que por si só possui mais de metade do suprimento visível universal; a desorientação em que ficaram os mercados de consumo, que ainda não voltaram inteiramente a si da impressão produzida pela descomunal colheita de 1906; em fim, início de um novo governo a assumir a res-

ponsabilidade dos destinos do Estado; eis um complexo de circunstancias pondo em sensível relevo o atual momento, como para dizer que é oportuna a ocasião para um inventário geral da situação econômica, quer nos fatores que a geraram, quer nas consequências que vão surgir desta fase decisiva em que entra a crise do café e na orientação a seguir para a sua resolução definitiva.

As dificuldades com que luta há anos o Estado de São Paulo, resultantes da desvalorização em que caiu seu principal produto, são, como se sabe, a consequência naturalíssima do vertiginoso desenvolvimento que aqui teve a lavoura do café, sem estarmos preparados para a sua defesa.

E porque se trata de um ^{produto} governo cujo consumo não está bastante vulgarizado em todos os paizes, e que não se presta a multiplicas aplicações, suscetíveis de alargarem-se facilmente na medida do barateamento do respectivo preço corrente, já é motivo para muito nos congratularmos o fato de sempre ter havido, com mais ou menos facilidade, escoamento para toda a massa da produção que temos remetido ao mercado.

Para bem avaliar o crescendo em que tem vindo a produção do café no Estado de São Paulo, desde o primeiro quartel do século passado e muito notavelmente nos ultimos vinte anos, basta dizer que logo depois da independência nacional e exportação anual do artigo, pelo porto de Santos, era de umas trinta mil sacas; em 1867, ao começar o movimento ferroviário, attingira o volume de quinhentas mil sacas, e, vinte anos depois, era já de dois milhões de sacas, acentuando-se daí por diante o aumento da produção em escala verdadeiramente extraordinária, como revelam os seguintes algarismos, que representam o termo médio anual das safras nos respectivos quatriênios:

	Sacos
De 1888-86 a 1888-89.....	2.001.894
De 1889-90 a 1892-93.....	2.941.345
De 1893-94 a 1896-97.....	3.473.946
De 1897-98 a 1900-01.....	6.350.000
De 1901-02 a 1904-05.....	8.083.736
De 1905-06 a 1908-09.....	9.468.340

Pelo que diz respeito especialmente ao ultimo quatrienio considerado, é de notar que, si na formação do algarismo de..... 9.468.340 sacas entrou a safra diluvial de 1906, no volume de 15.390.509 sacas, ao seu lado também está a que a antecedeu, a qual, por ter sido apenas de 6.982.885 sacas, contribuiu eficazmente, pelo relativo descanso que proporcionou ás arvores, para a exuberancia de sua produtividade no ano seguinte, figurando, de outro lado, as duas safras subseqüentes que não podiam deixar de se ressentir da influencia exaustiva da safra grande, importando respectivamente em 7.250.000 e 8.250. sacas.

Mas, se tais são os elementos relativos ao passado e ao presente da produção cafeeira de S. Paulo, já não são elles, entretanto, os que agora constituem objecto da curiosidade geral, os que estão destinados a influir decisivamente sobre a sorte do produto e, pois, sobre a fortuna pública e particular do Estado.

Os dados que encerram a chave da situação económica são os do quatrienio futuro, os das colheitas a fazerem-se de 1909 a 1912. Todo o interesse da questão do café está concentrado no volume das safras que se hão de apurar nêsse periodo.

Si é impossível calcular a colheita a fazer-se cada ano do novo quatrienio, é facil, todavia, avaliar qual será mais ou menos o termo médio dessas colheitas, e tanto basta para orientar-nos nas conclusões e que pretendemos chegar.

Dada a circumstancia de se não ter mais plantado café em São Paulo depois de 1902, os cafezais que hão de produzir no futuro quatrienio serão os mesmos que produziram no último. Há, porém, a considerar que os cafezais mais novos, os que se plantaram em 1899, 1900 e 1902, serão arvores completamente formadas e em plena produção durante todo o próximo quatrienio, ao passo que o foram só em parte no quatrienio anterior. Além disso, é de notar que todas as medidas características da cultura intensiva, que começaram a ser praticadas depois de 1902, hão de fructificar em mais larga escala no quatrienio seguinte.

Nestas condições, parece que não será fóra de propósito admitir que a média das safras a colherem-se em 1909, 1910, 1911 e 1912 seja a mesma do quatrienio anterior com o aumento de uns 5 %, importando assim em cerca de 10.000.000 de sacas, depois de feito o desconto correspondente a alguns cafezais extremamente envelhecidos, bem como a algumas lavouras em abandono por varias causas.

Mas, seja ou não seja essa a produção paulista nos proximos anos, o que não sofre dúvida é que, chovendo regularmente e não

sobrevindo geadas, o algarismo real não há de divergir muito.

Posto isso, qual será daqui por diante o curso do mercado, qual a situação comercial do género sob o efeito de tal produção? O caso depende naturalmente do que se passará em relação ao consumo, pois, nao é só da oferta, é igualmente da procura, ou antes da relação entre os dois phenomenos económicos que depende a situação comercial da mercadoria.

Com referência ao consumo é grato constatar que — apesar de não ter havido até hoje nenhum serviço regular de propaganda do café — tem elle crescido consideravelmente, devido ás multiplas virtudes da deliciosa bebida e aos preços modicos que têm vigorado nos ultimos tempos.

Há vinte anos o consumo universal da incomparável rubiacea orçava por nove a dez milhões de sacas; há dez anos era de cerca de treze milhões de sacas, e no corrente ano é geralmente estimado em dezesepte milhões e um quarto.

Assim, no curto prazo de vinte anos o consumo aumentou de cerca de oito milhões de sacas ou, em média, de mais ou menos quatrocentas mil sacas por ano, o que faz prevêr que no fim do próximo quatrienio, isto é, em 1912, se aproximaria de dezenove milhões de sacas, maxime se produzir os esperados efeitos a propaganda oficial que está em via de organização.

Ora, qual será a situação estatística do café nessa época? Não custa determiná-la.

O suprimento universal deve ser em 30 de junho do corrente ano de cerca de 14.000.000 de sacas. Enquanto á safra mundial de 1908-1909, é este o cálculo dos corretores holandêses, sempre bem informados:

	Sacas
Santos	8.250.000
Rio	2.750.000
Vitória	300.000
Baía	200.000
America Central	1.500.000
Colombia e Venezuela	950.000
Indias Ocidentais	50.000
Haiti	350.000
Africa	150.000
Indias Orientais e Java	697.000
Total	15.197.000

Adicionan-do estes algarismos ao de 14.000.000, que representará o suprimento geral em 30 de junho próximo, e deduzindo da soma a parcela que terá de ser absorvida pelo consumo no exercicio de 1908-1909, ficará a existência mundial reduzida, a 30 de junho de 1909, em algarismo redondo, a 12.000.000 de sacas.

Pelo que diz respeito á produção média do Estado de S. Paulo, no próximo quatrienio, já a fixámos em 10.000.000 de sacas, e, quanto ao resto da produção mundial, seria êle dado, de acôrdo com o termo médio apurado nos cinco anos anteriores, pelos seguintes algarismos:

	Sacas
Rio	3.206.400
Vitória	360.000
Baía	180.400
America Central	1.481.400
Colombia e Venezuela	921.000
Índias Occidentais	74.000
Africa	129.600
Índias Orientais e Java	627.000
Total	7.324.800

Entretanto, releva notar que a produção exportável pelo porto do Rio de Janeiro se deve forçosamente ressentir, daqui por diante da situação de decadência das lavouras do Estado do Rio e da antiga região cafeeira do Estado de Minas, já pela avançada idade das plantações, já pelo abandono em que muitas têm caído, principalmente desde que a baixa de preços e a fraca produtividade deixaram de remunerar o trabalho agrícola.

Nestas condições, parece razoável admitir que no quatrienio de 1909 a 1912 o termo médio das colheitas de toda a zona em apreço deverá sofrer a redução de uns 10 %, o que fará o total da produção do mundo, fóra a que se exporta pelo porto de Santos, descer á média mais ou menos de 7.000.000 de sacas.

Somando este algarismo ao que representará a produção média de S. Paulo, obteremos para média da produção mundial no proximo quatrienio o total de 17.000.000 de sacas, ou, em soma, 68.000.000.

Adicionada essa soma ao suprimento visível em 30 de Junho de 1909, na importância de 12.000.000 de sacas, o total subirá a 80.000.000 de sacas. Si dêste total deduzirmos as parcelas representativas do consumo durante o quatrienio, correspondentes ás quotas anuais, respectivamente de.....
17.650.000, 18.050.000, 18.450.000 e.....
18.850.000 sacas, ficará um saldo apenas de 7.000.000 de sacas.

Eis, em suma, qual será, mais ou menos, a situação do café no mundo em 1913: produção, 17.000.000, consumo 18.850.000, suprimento visível, 7.000.000.

Estes algarismos mostram, em seu suggestivo alcance económico, que não só a crise estará então completamente resolvida, como teremos entrado em plena fase de escassez de produção, correndo para o café novos tempos auri, que se accentuarão tanto mais quanto mais prolongada fôr a

proibição de se fazerem novas plantações, por efeito do oneroso imposto decretado.

E' evidente que restringindo-se progressivamente o suprimento visível, afinal do consumo ter de subordinar-se á medida da produção, não se operando o retraimento, é obvio, se mprovoocar uma formidável elevação dos preços.

Descortinada por esta fórmula a extraordinaria fase em que, dentro de alguns anos, há de fatalmente entrar o grande produto nacional, é verdadeiramente pena que, separados como estamos dessa auspiciosa época por tão curto prazo, principalmente se levarmos em conta que dentro de dois a tres anos já estaremos em plena zona de influência do fenomeno, é verdadeiramente pena, dizemos, que se não tomem providencias regulares para impedir que, nesse curto intervalo, anormais desregramentos da produção venham perturbar o advento da fecunda ação reparadora que as circumstancias naturalmente preparam, justo galardão á oppressiva cadeia de angustias que tem sido a vida da lavoura nos ultimos sete anos.

Em verdade, tão seguro e auspicioso é o próximo futuro financeiro do café, que seria verdadeiro atentado de lesa-nação não promover a regularização da oferta do género em nosso mercado exportador, no empenho de libertá-lo do pezadelo do imprevisito, do receio de qualquer novo ciclone da produção, como os que já se têm gerado em nosso incomparável oceano cafeeiro.

E' preciso, é absolutamente indispensável que o suprimento visível, que em Junho de 1909 será de cerca de 12.000.000 de sacas, e, correndo as coisas normalmente, em 1912 deverá descer a 8.000.000 de sacas, se mantenha, custe o que custar, dentro da linha declinatória que lbe assinalam os dois termos considerados.

O maior preço ouro atingido pelo café, nos ultimos vinte anos, foi o de 132 francos por 50 quilos. Tal preço, alcançado no exercicio de 1890-1891 coincide exatadamente com o menor suprimento visível durante o mesmo periodo, que foi o de 1.888.800 sacas, registado naquele ano.

No exercicio seguinte já o suprimento visível cresceu de uns 50 %, e a consequencia foi o preço baixar de 132 a 79 francos!

Mais recentemente, ao exportarmos a grande safra de 1901-1902, no volume de 10.165.044 sacas, aconteceu a mesma coisa. Nas vespuras da ocorrência, o suprimento geral era de 6.781.160 sacas e o artigo cotava-se a 56 francos por 50 quilos.

Sobreveio a grande colheita, elevando o suprimento visível a 11.219.160 sacas, e o resultado foi cair imediatamente o preço de 56 a 33 francos!

A situação foi depois melhorando a pouco e pouco; o preço subira e chegára a alcançar no exercício de 1905-1906 até 49 francos, em consequência de ter o suprimento já então baixado a 9.625.000 sacas, mas eis que rebenta a enorme safra de 1906 elevando o "stoque" mundial a 16.399.954 sacas e os efeitos não se fizeram esperar, pois sabido é que o preço desceu logo de 49 a 34 francos, e certamente muito mais teria descido se não fôra a energica intervenção do govêrno de S. Paulo no mercado.

Que provam todos êstes fatos? Por que tão bruscos e repetidos altos e baixos nos preços do mesmo artigo, sujeito a um sommo universal que se desenvolve perennemente em escala mais ou menos uniforme?

Qual a razão de andar assim a nossa fortuna, o nosso crédito, o nosso sossego, numa dança macabra de situações desencontradas, hoje em completa bonança, amanhã em plena tormenta?

Pois não é claro, patente, que todo o mal tem vindo exclusivamente de nunca havermos regulado a oferta do artigo exportável, pondo um freio ás desordens da produção?

Oxalá, depois de tão duras provações, o Congresso Legislativo do Estado autorize este ano o govêrno a regular de vez a materia, e não tardará que raie emfim para o Estado de S. Paulo a alvorada da mais segura, da mais legitima, da mais estável e brilhante prosperidade econômica.

Todos os elementos estão aparelhados para a realização do grande "desideratum"; com mais um passo no terreno da politica econômica interventora, em tão boa hora e com tanto denodo iniciada pelo govêrno de São Paulo, dominaremos completamente a situação; que falta, pois, para que no instante decisivo da luta verdejem, emfim, os louros da vitória, coroando o último lance desta longa e aspera campanha?"

Os transportes marítimos do café e as correntes compensadoras

HILDEBRANDO ARAUJO GÓES

Não seria exagero afirmar que a expressão econômica do Brasil, deante do mundo, há muito que se traduz, quasi exclusivamente, pelo vulto do embarque do café em nossos portos. De fato, representando este produto mais de dois terços de nossa riqueza exportável, tornou-se, por assim dizer o principal elemento direto de troca comercial com o estrangeiro. Há decênios que o café exprime toda a atividade produtora de nosso povo. Na serena disposição geométrica de nossos cafezais, cobrindo vales e revestindo colinas, latejam, ocultamente, a seiva rica que nos faz independentes e a força enormes que nos torna grandes.

Ouvem-nos ainda entre as demais nações pela voz dos milhões de cafezais que cultivamos. E no viço tropical da rubiacea se resume, no momento o simbolo da opulencia de um povo que trabalha e de uma nação que prospera.

Quem se abalance a cotejar, sob o ponto de vista dos transportes do café, os primeiros trilhos de tropa, rasgados na imensidade de nossos sertões, as primeiras pontes de embarque, lançadas á beira de nossos rios e nossas baías, os primeiros veleiros que assinalaram os primitivas rotas de navegação regular que tivemos, com o tráfego intensissimo de hoje, de nossas rodovias e estradas de ferro, de nossos grandes portos de primeira ordem e de nossas principais linhas marítimas, não poderá calar uma forte impressão de entúsiismo e de admiração ante a rápida mudança do cenário.

Há um seculo, não exportavamos durante vinte e cinco anos seguidos nem a decima parte da tonelagem de café que mandamos hoje, anualmente, para o estrangeiro.

O quadro infra melhor traduz, pela simples comparação entre números, o que não diria alongando-me em comentarios:

ANOS	SACAS DE 60 QUILOS
1800-1825.....	1.159.724
1826-1850.....	26.433.747
1851-1875.....	64.673.442
1876-1900.....	130.442.022
1901-1925.....	314.315.844

No início da exportação de café, o transporte marítimo se fazia á vela e a mercadoria era consignada ao proprio comandante do navio. Só em chegando ac porto de destino é que o café era negociado com compradores. Dest'arte, compreende-se como os preços, sujeitos ás mais variadas influencias de momento, poderiam sofrer as oscilações mais bruscas e mais violentas.

A premencia que tinha o capitão do navio de liquidar a carga, o vulto maior ou menor dos carregamentos chegados além de outras circunstancias que atuassem de momento, davam margem a grandes especulações por parte dos compradores.

Nesta ocasião, o incipiente comércio do café, sem defesa e sem organização, atravessou, propria mente sua fase mais difícil.

Aos poucos, porém, se formou entre os vendedores uma reação contra o modo aleatório por que essas operações vinham sendo conduzidas. Assim, tratou-se, ora de consignar o café a intermediários de confiança, estabelecidos nas praças estrangeiras, ora de conseguir o embarque das partidas, já por conta dos compradores, nesta fase do desenvolvimento comercial do café o Havre e os demais portos europeus de primeira ordem formaram os centros distribuidores exclusivos, onde os compradores, em menor escala, eram obrigados a buscar a mercadoria.

Com a introdução da maquina a vapor na navegação, operou-se uma profunda mutação nas condições de transporte e de comércio do café.

Em primeiro lugar, multiplicaram-se os centros distribuidores, dada a facilidade de escala dos navios, em todos os portos europeus e americanos. Por outro lado os especuladores que operavam nos antigos centros de distribuição, tiveram seus negocios seriamente afetados, por motivos da diminuição do tempo consumido nas viagens marítimas.

Dêsse modo, os retalhistas, dispondo do telegrafo submarino e de transportes rapidos e seguros, entraram a reagir contra a especulação, firmados nas facilidades de encomendas e na prestesa das entregas.

No porto paulista, todo o embarque de café é feito, diretamente, do cáis para bordo, por meio de guindastes, ou com os carregadores mecânicos a que farei adiante referencia especial.

Toda a movimentação do café, até ser entregue ao convez do navio ou dentro do saveiro, corre por conta do exportador. As despesas, porém, do convez do navio ou do saveiro, ficam a cargo do armador, constituindo parcelas do custo do transporte marítimo, que devem ser cobertas pelo frete.

Verifica-se, assim, que, pelo sistema primitivo, as despesas que correm por conta do armador, isto é, as despesas de estiva, são bastante mais elevadas, que as correspondentes no sistema mais moderno. Daí, a dificuldade de confrontos exatos dos preços dos serviços portuários, quando divergencias dessa ordem existem no modo de sua execução.

No Rio de Janeiro, o exportador realiza o segundo transporte e entrega os sacos de café a beira do cáis, com pessoal seu ou por ele custeado. O pessoal da estiva, por conta do armador, recebe o café, coloca-o no saveiro, leva éste ao costado do navio, opera o carregamento e a arumação dos porões.

Em Vitória, tudo se passa como no Rio de Janeiro.

Em Santos, porém, o serviço é totalmente outro, como passo a descrever, tomando para exemplo, o caso de vir o café, em veículos urbanos, do armazem do exportador até ao cáis, como ocorre no Rio de Janeiro. Assim, se perceberá melhor a diferença que há no serviço realizado aqui e no porto de Santos.

Êste segundo transporte termina com a chegada do veiculo ao portão do cáis, fóra da faíxa alfandegada. Inicia-se, então, a operação denominada de "capatazias", realizada com pessoal e aparelhamento da Companhia Docas de Santos, e que compreende os seguintes serviços:

a) transportar a mercadoria desde o portão do cáis, até á beira d'êste, junto ao navio que a deverá receber;

b) elevar a mercadoria e entrega-la a bordo, sobre o convez.

Segue-se a operação denominada de "estiva", que a Companhia executa, mas que pode ser feita por quem o armador queira. Esta operação consiste em tomar a mercadoria no convez do vapor e conduzi-la e arruma-la no porão d'êste.

Como se vê, há bastante diferença entre o serviço realizado em Santos e nos demais portos de grande exportação de café. Naquele porto, com o vulto consideravel dos embarques, não seria possível manter o sistema primitivo e caro, que, lamentavelmente, ainda está em uso no Rio de Janeiro. Pela necessidade de tornar mais rapida a operação que lhe cabe realizar, a Companhia Docas de Santos tem em funcionamento uma instalação mecânica transportadora e carregadora de café, com grande capacidade.

Atualmente, esta instalação serve a setecentos metros lineares de cáis e está sendo ampliada para servir a mais trezentos. São esteiras sem fim, movidas por motores electricos e empregadas algumas transversais e outras longitudinais ao cáis. As sacas de café são tomadas pelas esteiras, na rua, onde os veiculos urbanos podem chegar, ou dentro de dois dos armazens externos em que essa mercadoria é depositada. Da esteira, que vem da rua as sacas passam para a esteira longitudinal e desta para os carregadores que levam o produto até a escotilha do navio.

Terminada a ampliação, ficará a instalação correspondendo a um grupo de seis armazens internos e a tres externos e com ela poderão ser embarcadas seis mil sacas de café por hora.

Santos é, com se vê, o único de nossos portos cafeeiros que tem instalações apropriadas e o serviço eficientemente organizado para o embarque do grande produto brasileiro.

DISTRIBUIÇÃO DOS FRETES PELAS DIVERSAS BANDEIRAS

Vê-se do quadro que se segue, organizado pela Willeman's Brazilian Review, que antes da guerra, a maioria do nosso café era transportado por navios ingleses e alemães.

Durante a guerra, a tonelagem reservada aos navios nacionais foi crescendo animadoramente, até que restabelecida a concurrencia de outras bandeira começou a diminuir.

Nos anos subsequentes á guerra, a bandeira americana occupou o primeiro logar no transportes das safras, vindo em seguida, a inglesa e depois a brasileira.

ESFORÇOS DO LLOYD BRASILEIRO PARA CONSEGUIR CARREGAMENTO DE CAFÉ

A nossa principal empresa nacional de navegação, vem se esforçando no sentido de obter para os seus navios, que fazem as linhas da America do Norte e da Europa, carregamento de café.

Êsses esforços tem sido em parte compensados pois das 13 milhões e 751 mil sacas transportadas para o exterior em 1926, coube ao Lloyd a parcela de 2.572.947 sacas, sendo 2.023.689 para os portos dos Estados Unidos e 549.264, para a Europa. Mas ação identica á do Lloyd Brasileiro está sendo exercida, atualmente, pelos americanos com o intuito de conseguir angariar a preferencia para o transporte do café para Neva Orleans e Nova York.

Como o café a ser exportado já embarca vendido, compreende-se que as preferencias se manifestem, em maior número, em relação ás companhias de navegação norte americanas.

Acentuaram-se cada vez mais, os progressos da navegação. Em correspondência, diminuiu, paulatinamente, a duração das travessias por mar, até que a entrega do café nos mercados estrangeiros, a quinze ou vinte dias de praso se tornou uma operação normal.

Das facilidades presentes da entrega e das medidas reguladoras da exportação, ora postas em pratica, resultou o desaparecimento dos grandes estoques nas praças estrangeiras. Assim, o armazenamento do café em larga escala fez-se, presentemente, entre nós, em depósitos reguladores, havendo o Governo fixado uma quota maxima de embarque nos portos nacionais por onde se exporta o nosso principal produto.

Os grandes entrepostos de consumo de café, no mundo são atualmente: Nova York, Nova Orleans e Buenos Aires, na America, e Hamburgo, Havre, Amsterdam e Antuerpia, na Europa.

Ver-se-á que, no primeiro ano d'êste seculo, a produção global, vendida aos países consumidores, era ainda inferior, ao número de sacas saídas somente pelo porto de Santos em 1926. Observa-se mais que a curva de oscilação do movimento total encontra o seu maximo em 1915, quando exportamos mais de dezeseite milhões de sacas, verificando-se logo depois em 1920, um minimo que não chegou a alcançar cinco milhões e meio.

O porto de Santos, durante todo o quartel d'êste seculo, conservou sempre uma larga primazia em relação ao movimento registrado nos demais portos. Pelo grande porto paulista se escoaram, em 1826, mais de tres quartas partes de nossa exportação.

No periodo de 1800 a 1825, a soma total de sacas exportadas era quasi nove vezes inferior ao observado um seculo depois, somente no ano de 1900.

O APARELHAMENTO DOS PORTOS PARA EMBARQUE E RECEBIMENTO DE CAFÉ

Em todos os portos, há para o recebimento do café, que chega do interior, armazens que são mantidos pelos commissários ou pelos exportadores. Muitos d'esses armazens dispõem de maquinismos completos, em que o produto passa pelas operações de rebeneficio, composição de tipos e ensaque antes de ser conduzido aos cáis ou trapiches para o embarque.

Na hipotese mais favoravel, o café sofre no porto dois transportes:—o primeiro da estação ferroviaria ao armazem do exportador e o segundo, d'esse armazem para o local do embarque. Pode ocorrer ainda, um transporte intermediario, entre o armazem do commissário e o do exportador.

Em geral, êstes armazens são de propriedade particular, não fazendo, portanto, parte integrante das instalações do porto. Em Santos, porém, a empresa concessionária aparelhou-se melhor e possui armazens para o recebimento e preparo do produto. Além d'estes, existem outros armazens especialmente reservados para o deposito do café, que esteja pronto para embarque no prazo maximo de dez dias.

Assim no grande emporio paulista, distinguem-se tres especies de armazens, que designaria pelos seguintes tipos:

Tipo A—Armazens pertencentes a commissários ou a exportadores, onde o café é guardado, esperando venda ou oportunidade para embarque e onde pôde ser rebeneficiado, composto em tipos e reensacados para a exportação.

Tipo B—Armazens da Companhia Docas de Santos, para permanencia do café a prazo longo, com os mesmos objetivos e as mesmas funções descritas para o tipo A.

Tipo C—Armazens da Companhia Docas de Santos, situados proximo ao cáis e reservados para receber café pronto para embarque em determinado navio, a sair dentro do praxo maximo de dez dias.

A diferença única que existe entre os armazens dos tipos A e B reside no transporte do café, que, para os primeiros é feito em carroças pelas vias públicas, enquanto que, para os segundos é realizado pela Companhia Docas de Santos, com os meios de que dispõe.

No Rio de Janeiro, o transporte que se realiza entre a estação ferro-viaria e os armazens faz-se por meio de linhas ferreas do porto por onde circulam os proprios vagões em que o café veio do interior. Mas êste fato só se verifica quando se trata de café vindo pela Leopoldina Railway e em vagões de lotação completa. Em todos os demais casos, o transporte é feito, aqui, em veiculos urbanos.

Nos outros portos, os dois transportes são feitos em veiculos particulares urbanos ou flutuantes (Vitória).

Depois do segundo transporte, segue-se o embarque do café, operação que é feita por dois sistemas diferentes: o sistema primitivo em que há intervenção de saveiros, que recebem o produto, nos cáis ou trapiches, e o conduzem até ao costado dos vapores, com cujos aparelhos se realiza o embarque, e o sistema mais moderno, em que o café é carregado, diretamente, do cáis para bordo, que com o auxilio dos guindastes do porto, quer por meio de aparelhamento especial.

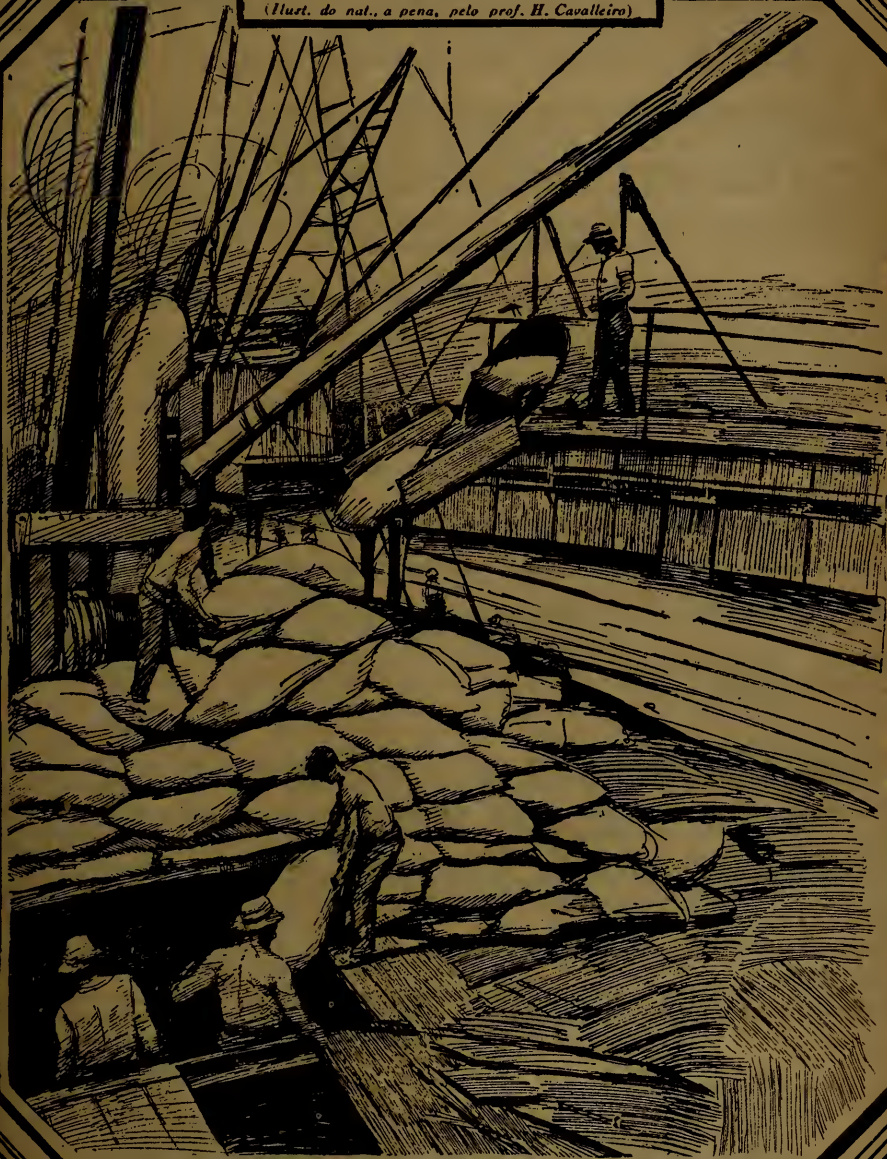
No Rio de Janeiro, só a parcela da exportação, que se faz por vapores do Lloyd Brasileiro, quando atracados em frente aos armazens arrendados a essa empresa, é embarcada diretamente do cáis para bordo, com os guindastes do navio.

O restante da exportação é embarcado pelo sistema primitivo, com a intervenção de saveiros.

Em todos os outros portos, com exceção de Santos, é ainda o sistema primitivo que está em uso.

O CAFÉ ENTRANDO, PELA ESTEIRA AUTOMÁTICA,
NO PORÃO DE UM NAVIO ATRACADO NO CAIS
DE SANTOS.

(Ilust. do nat., a pena, pelo prof. H. Cavalleiro)



VITÓRIA:

	Por saca
1—Transporte do armazem ao trapiche e entrega do café.....	\$300
Estiva (incluindo saveiro).....	\$640
Despesa total.....	\$940

SANTOS:

Há a considerar tres casos diferentes, e acordo com a especie do armazem de que o café sair para ser embarcado.

1. De armazem particular de exportador, isto é, de armazem do tipo A, com transporte em veículos urbanos. É' o caso comparavel ao dos demais portos;
2. De armazem) a companhia de função identica aos dos exportadores, isto é, de armazem do tipo B, com o transporte feito pela companhia;
3. De armazem da companhia, de deposito a prazo maximo de dez dias, isto é, de armazem do tipo C, com transporte feito pela mesma companhia.

Nas tres colunas á direita indico as respetivas despesas a que o café está sujeito em Santos, para cada um desses casos:

	P O R S A C A		
	A	B	C
1—Transporte do armazem ao portão do cáis.....	\$500	\$120	Gratuito
2—Capatazias, isto é, condução do café desde o portão do cáis até ao convés do navio.....	Gratuito	Gratuito	Gratuito
3—Estiva pela C. D. Santos.....	\$120	\$120	\$120
DESPESA TOTAL.....	\$620	\$240	\$120

Nos calculos acima está contada a estiva como executada pela Companhia Docas de Santos, cujo preço é de 120 por saca. As agremiações particulares, cobram mais \$020 ou \$40 por sacas. O confronto das despesas totais, nos tres portos considerados, mostra que estas são menores em Santos.

Isto é evidenciado pelo seguinte quadro comparativo:

PORTOS	D E S P E S A T O T A L		
	A	B	C
Santos.....	\$620	\$240	\$120
Vitoria.....		\$940	
Rio de Janeiro.....		\$1344	

Verifica-se assim, que no porto de Santos, para o café depositado para pronto embarque (caso C), as despesas são 1/10 das que se fariam no Rio de Janeiro, de 1/8 das de Vitória. No caso menos favoravel (caso A), isto é, quando em Santos intervem o transporte em veículos urbanos, ainda assim, as despesas ali são a metade das do Rio de Janeiro e 2/3 das de Vitória.

Êste confronto mostra quanto se póde obter de economia com bom aparelhamento e com boa organização de serviço.

OS FRETES MARITIMOS SOBRE O CAFÉ

Os fretes marítimos sobre o café têm variado, consideravelmente, nos últimos anos, em consequencia das perturbações produzidas pela guerra.

As companhias de navegação opera em convênio, de modo a evitar a guerra de fretes, cujas consequências são geralmente funestas para o comércio e para as próprias empresas de navegação. Vamos reproduzir algumas indicações sobre os fretes cobrados sobre a tonelada de café exportada para a America e para a Europa:

FRETES PARA A AMERICA

1924 (fins).....	50 cents.
1925.....	60 cents.
1926.....	40 cents.
1927.....	60 cents.

FRETES PARA A EUROPA:

1914.....	45 a 50 shillings
Durante a guerra.....	45 shillings
1921-1923.....	60 shillings
1927.....	70 shillings

Inferese dessas indicações que durante a guerra os fretes quasi duplicaram e que atualmente se mantêm em um nível 40% mais alto do que antes da guerra.

Os quadros seguintes mostram a exportação de café em sacas de 60 kilos desde 1900 até 1926 pelos principais portos brasileiros e a percentagem total dos embarques por bandeiras.

O vulto dos embarques nos portos

MOVIMENTO DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ, EM SACAS DE 60 KILOS, DESDE 1900 ATÉ 1926, PELOS PRINCIPAIS PORTOS BRASILEIROS

ANOS	PORTOS					
	Rio	Santos	Vitória	Baía	Outros portos	TOTAL
(EM SACAS DE 60 QUILOGRAMAS)						
1900.....	2.894.283	5.852.076	222.447	186.658	—	9.166.646
1901.....	3.110.678	6.585.160	423.364	151.401	21.501	10.292.004
1902.....	4.379.857	7.995.215	490.930	307.290	22.819	13.196.111
1903.....	4.186.690	8.715.301	373.503	163.979	22.210	13.461.683
1904.....	4.767.807	9.618.569	361.426	246.293	16.319	15.010.414
1905.....	3.065.511	7.465.129	381.027	185.374	29.320	11.124.461
1906.....	3.489.296	10.172.874	356.476	221.452	28.158	14.268.156
1907.....	3.827.012	11.561.881	460.949	204.238	18.980	16.073.060
1908.....	3.062.268	8.940.149	475.400	165.515	15.125	12.658.457
1909.....	2.967.842	13.463.105	299.495	148.323	11.931	16.880.696
1910.....	2.746.039	6.854.712	260.072	134.988	17.927	9.723.738
1911.....	1.983.529	8.719.742	276.777	250.526	57.802	11.257.802
1912.....	2.502.010	8.934.719	433.644	178.507	31.423	12.080.303
1913.....	2.441.060	10.229.245	484.589	91.636	67.449	13.267.449
1914.....	2.224.558	8.493.557	453.502	70.216	27.891	11.269.724
1915.....	3.993.021	12.119.741	689.171	217.111	42.354	17.061.398
1916.....	2.310.567	9.943.158	555.014	203.973	26.433	13.039.145
1917.....	2.127.721	7.845.089	429.813	91.813	11.426	10.606.114
1918.....	1.630.939	5.390.913	337.018	49.620	24.558	7.433.048
1919.....	2.507.436	9.426.335	603.022	275.286	151.171	12.963.250
1920.....	1.144.018	3.939.412	192.836	69.353	44.145	5.433.764
1921.....	2.660.099	8.770.042	658.083	235.957	44.431	12.368.612
1922.....	3.410.957	8.329.729	658.560	201.839	71.451	12.672.536
1923.....	3.817.543	9.668.233	655.061	218.543	106.202	14.465.582
1924.....	3.525.741	9.505.808	832.264	259.081	102.588	14.226.482
1925.....	3.244.089	9.101.065	764.786	246.269	125.269	13.481.955
1926.....	3.127.026	9.218.311	800.646	341.167	264.329	13.751.479

O credito bancario no Espirito Santo e o apoio que presta á lavoura do café

JULIO PINTO JUNIOR

Não é possível, numa ligeira nota para o número especial do conceituado O JORNAL, expôr em detalhes a fôrma pela qual é, efetivamente, prestado, pelos bancos locais, o apoio á lavoura de café, entretanto, não é preciso estar em contacto dirêto, nem em convivio frequente com o meio bancário e comercial do Estado para se ter, de pronto, a convicção, devêras valiosa, da contribuição que, em prôl do incremento e facilidades da lavoura de café e comércio em geral, que nada mais é do que uma consequencia daquella — trazem os bancos estabelecidos no Estado e mesmo os que, fóra dêle, transigem com os títulos representando mercadorias destinadas ao porto de Vitória e, directamente, aos grandes centros distribuidores do interior.

Sendo o café o principal produto do Estado e representando êle mais de 80 % de sua receita — facil será deduzir-se as relações existentes entre os bancos e os que o cultivam. É, porém, mistér confessar que a contribuição e auxilio dos bancos não são dados, como o poderiam ser, em maior e mais eficiente escala — directamente aos lavradores de café. Varias são as causas que impedem o contacto direto dos bancos com os que se entregam, de fâto, ao cultivo da terra e, quem conhece “de visu” as condições dêstes últimos está convencido de que sómente com o tempo e o natural desenvolvimento dos lavradores, será possível se modificarem as normas até então adotadas.

SITUAÇÃO ATUAL

As lavouras de café do Estado, principalmente as das zonas servidas pela E. de F. Leopoldina e Vitória a Minas, bem como as localizadas nos centros de São Mateus, Icoinha, Afonso Claudio e Alfredo Chaves — estão entregues, e são explorados, por colonos e pequenos situantes produzindo, em média, 300 a 500 arrobas de café por ano. Os tes diretos — são homens de pouca ou neu da Italia, assim como os seus descendêncolonos, em sua maioria filhos da Alemanha nhuma instrução, vivendo vida afastada, sem se preocuparem com melhores instalações nem de conduzir de maneira mais inteligente e eficaz os seus negocios — preferem seguir a rôtina. Os mais atilados, ou que dispõem de algum capital em dinheiro, desviam, co-

mumente, sua atividade para o comércio ou indústrias mais remunerativas e menos trabalhosas.

Aqueles colonos, bem como os situantes nacionais, têm, geralmente, os seus fornecedores de gêneros e artigos manufaturas e se abastecem no periodo da entre-safra, “a credito”, naturalmente pagando preços mais elevados. Chegada a colheita, vêm êles á localidade onde se acha êste fornecedor e, se o preço então oferecido lhes é vantajoso, desconfiados como o são quasi todos, procuram ainda saber dos demais compradores (se existem) o preço que “estão pagando”. Assim informados, ajustam êles a venda de tantas arrobas, para serem entregues dentro de tantos dias (15, 20 e 30, tantos são os necessários para concluir a sêcagem e condução das lavouras até o armazem do comprados, etc.). E’ notável a pontualidade com que uma grande maioria cumpre êstes “tratos” verbais, não obstante a série de difficuldades que têm a vencer, não só com o transporte em animais, os imprevistos de chuvas, acidentes, etc. Entretanto, não são muito raros os pretextos e alegações de alguns para retardarem as entregas combinadas e mesmo deixar de efetivá-las, principalmente quando as oscilações de preços lhes são favoráveis.

Entregue ao comprador a primeira quantidade ajustada, o dinheiro equivalente não fica para saldar ou sequer amortizar o debito contraído pelos fornecimentos anteriormente feitas. Há, quasi sempre, da parte do colono vendedor, uma necessidade urgente de dinheiro para solver compromissos contraídos com outros para concertos em máquinas, instalações, pagamento de impostos, meeiros, etc. Sómente com a entrega de outras partidas de café é que regularizam (quando o fazem) os debitos provenientes dos fornecimentos feitos durante a entre-safra. Alguns, pelo prazer de manter uma conta aberta, ou forçados pelo fornecedor que deseja manter o bom cliente, adquirem logo outras mercadorias cujo valôr lhes fica debitado, devendo se notar que só um pequeno número de comerciantes do interior adota a praxe de contar juros sobre tais contas, pois é velho o ábito das compras em conta corrente e não tem havido da parte do comerciante fornecedor a necessária energia para compellir os compradores a

suportarem juros sobre os saldos devedores permanentes.

Quando o produto do café vendido é suficiente para solver o compromisso assumido durante a entre-safra e ainda sobra — o saldo restante fica, comumente, “encostado” em mãos dos compradores do café. Raros são os colonos ou situantes que procuram espontaneamente, os bancos para deixarem, a juros, e facilmente utilizáveis, as suas obras. Em geral, procuram adquirir terras vizinhas, um ou outro em aumentar as cabeças de gado e poucos os que aplicam os saldos de suas colheitas em melhorar as instalações de suas propriedades.

Se o colono ou situante teve folgado o período da entre-safra, e não precisou se utilizar do crédito para aquisição de suas necessidades e não ficou preso ao fornecedor — é interessante vê-lo quando aparece no centro mais proximo de sua lavoura: entra em casa dos compradores de café e nada diz. Fica espreitando o que se passa e, quando é interpelado sobre a quantidade de café que tem e se a quer vender, responde vagamente, ou apenas: “um bocadinho”, “talvez” — “vamos ver”, “depois”.

Decidindo-se a tratar uma partida de café, com a tropa, e, ás vezes, antes d'ela, aparece elle para indagar novamente dos preços em vigôr. Se percebe muito interesse dos compradores, não resolve a venda na suposição de que “amanhã talvez dê mais”. Si, ao contrario, as ofertas que lhe fazem são inferiores ás que teve anteriormente, não se decide e deixa o café “encostado”, para que o comerciante, em cujo armazem ficou, “dê preço” a elle, diariamente, pois só fechará a venda quando “precisar”.

Em consequencia de fátos como estes é que os commerciantes do interior que não dispõem de grandes capitais ficam, muitas vezes, atrasados nos seus compromissos. Os fornecimentos por elles feitos durante a entre-safra ficam immobilizados pela fáto de não serem negociáveis as duplicatas que têm (títulos irregulares por motivos diversos) e, principalmente, porque uma grande parte dos créditos que têm sobre os colonos e situantes está representada por saldos devedores em contas correntes, visto serem analfabetos muitos destes freguezes — não convido ao commerciante modificar o sistema para não perder o freguez.

Com um capital ás vezes vultoso em mãos da freguezia (conforme o centro produtor), com um estoque permanente em casa para atender ás vendas que são as mais abundantes neste período e, devendo ainda o commerciante mantêr disponibilidade em dinheiro para atender ás compras de café, torna-se necessário por elles a utilização do cre-

dito sob fórmãs diversas: adiantamentos pelos exportadores de café por conta de vendas a estes feitas a entregar dentro de 15, 20 e 30 dias— empréstimos diréto nos bancos vizinhos, por promissórias, contas correntes ou desconto de títulos de suas cartei-ras. Os adiantamentos pelos exportadores de café já não são feitos, desde algum tempo, com a mesma facilidade de anos anteriores. No momento limitam-se quasi todos a adiantar 70, 80 e 90 % do valor do café no dia da entrega do conhecimento da estrada de ferro, relativo ao embarque feito no interior.

Postas em prática as medidas convencionadas pelo Instituto de Defesa do Café em São Paulo, de maneira inteligente e que coaduna com a actual situação — vem o Estado do Espirito Santo, como tem sido amplamente divulgado, executando o acôrdo feito sem dar causa á balburdia e prejuizos ainda não ponderáveis, que se vão verificando em outras zonas onde a retenção do café se tornou realidade.

AUXILIO DIRÉTO E INDIRÉTO

Outras fossem as condições dos lavradores — cuidassem elles de obter em ordem os seus títulos de propriedade, confrontações, benfeitorias, etc., e, certamente, poderiam conseguir dos bancos existentes, embora auxilios diréto e em melhores condições.

Entretanto, mesmo que estivessem mais difundidos pelo interior os bancos ou agencias bancárias, qual a administração criteriosa que iria colocar o capital que lhe foi confiado, em mãos de quem, sem a necessária noção e conhecimento do compromisso assumido e do documento firmado, não tem siquer elementos para justificar legalmente a propriedade da terra que cultiva e que occupa?

Não se conclúa daí que a totalidade dos colonos e pequenos agricultores esteja em tais condições, porém, é tão elevado o quociente de analfabetos e dos que preferem seguir a rotina — que se o tempo, a experiencia ou, em suma, a indispensavel instrução dos que se dedicam ao cultivo da nossa prodiga terra, ainda tão despovoada, poderão resolver difficuldades tão propaladas.

MODOS DE OPERAR

Alcgam, constantemente, os nossos articulistas e publicistas de oportunidades, que “não temos crédito agrícola”, que a “lavoura está desamparada”, que “é indispensavel que o Banco do Brasil preencha as funções para as quais foi criado e modificado”, que “a classe agricola está exausta”, etc., etc. Citam

moldes de estabelecimentos e processos adotados em países estrangeiros e terminam, quasi sempre, aconselhando, como remedio salvador: "emissões de papel-moeda" ou "grandes empréstimos no estrangeiro". Esquecem-se, porém, da diversidade do meio em que vivemos, dos nossos hábitos e costumes, em relação aos da Europa, America e Australia.

Sendo as nossas leis tão benevolentes para com os faltosos, lapsos e descuidados; conhecidos como são os processos e recursos judiciais, as dificuldades, dispêndio de tempo e dinheiro a que se sujeita um credor em nosso país para acautelar os seus interesses mais legítimos — como pretenderem estes grandes financistas teóricos que pregam para interesses alheios — que as instituições de credito existentes ou que se venham organizar — espalhem o capital que lhes fôr confiado e do qual terão que dar contas, franca e abertamente, em beneficio de determinada classe, sem que lhes sejam asseguradas as indispensáveis garantias?

CREDITO AGRÍCOLA — AUXÍLIOS AOS PEQUENOS LAVRADORES

São mui justamente propaladas a honradez e boas intenções da grande maioria dos nossos homens do campo, porém, não é menos conhecida a frase: "O homem é sério até o momento em que deixa de ser".

Nas operações a credito é fator importante o "moral" de quem delas se utiliza, porém, não é menor o da "garantia" oferecida. Os que conhecem e têm tido contato com os nossos pequenos lavradores, poderão dizer como são raros os que têm em boa ordem os seus títulos de propriedade. Aqueles que têm tido ocasião de conduzir em juizo uma questão de divida hypothecária ou uma execução cambial, poderão melhor afirmar quais as dificuldades, complicações, despesas de tempo e dinheiro, consumidos na liquidação de um credito que tenha por base de garantia um imóvel.

Si os empréstimos com garantia, hypothecária exigem cuidadoso estudo dos documentos apresentados e formalidades indispensáveis; se as notas promissórias necessitam de aval de uma ou duas firmas absolutamente solváveis; enquanto se não modificarem, simplificando-as e tornando-as menos onerosas e mais rápidas as execuções judiciais, sómente a generalização ou mesmo a obrigatoriedade dos registros de propriedades rurais sob o ideal sistema "Torrens", tornarão acessíveis e praticamente resolvido o problema do credito agrícola.

Com efeito, as transações mais comuns realizadas pelos institutos de credito se reali-

zam sob fôrma de notas promissórias avaliadas por uma ou duas firmas de idoneidade e solvencia conhecidas. Entretanto, não são raros os casos dos sinatários de tais títulos (cujas garantias estão asseguradas pela lei de 1908), onerarem suas propriedades após a assinatura daqueles documentos, com hypothecas e compromissos que dificultam, nos vencimentos, sua execução.

Os pnhores agrícolas sobre frutos pendentes, que, em tempo, foram objeto de estudo e que tiveram mesmo regular applicação por institutos nacionais, não puderam constituir operação mais frequente, devido, não só ás variedades climatericas do nosso país, que tornam demasiado arriscadas tais transações, mas, principalmente, em consequência das oscillações bruscas e sensíveis que sofriam os produtos susceptíveis de tal sistema.

Os adiantamentos e pnhores sobre produtos armazenados no interior, cuja applicação foi posta em prática por estabelecimentos que se aparelharam para tal fim com armazens, desvios de estrada de ferro, etc., não puderam ser continuados pelas administrações posteriores por circunstancias diversas, sendo de notar-se, principalmente: máo preparo do produto para armazenar, dificuldades de transportá-los em tempo devido para os mercados consumidores ou entrepostos de exportação, em consequência da falta de material rodante, ordens e instruções emanadas de autoridades superiores, ou de planos e leis rapidamente postos em execução.

Repetimos, pois, que enquanto se não modificarem as condições de instrução dos nossos lavradores; enquanto se não tornar obrigatorio o registro de propriedades sobre o sistema "Torrens", enquanto não forem mais facteis e rápidas as communicações de modo a permitir a difusão de bancos e agencias bancárias pelo interior do nosso vastissimo país, teremos que ouvir, nós e talvez os nossos filhos, o muito conhecido estribilho: "No Brasil não há credito agrícola".

Caminhando como vai, não há negar, a solução do problema das communicações, executados os planos rodoviários e ferroviários do eminente chefe do Executivo nacional e de alguns esclarecidos administradores estaduais, facil seria, relativamente aos nossos governos tornar conhecido e, quiçá, realidade o sistema "Torrens". Bastariam instruções ás administrações municipais, instituindo premios áquelas que maior número de propriedades registrassem e em menor prazo, para que promovessem reuniões periodicas dos lavradores e os instruissem convenientemente sobre as vantagens decorrentes.

Não faltam aos institutos existentes colocação segura e vantajosa para os seus capitais, em operações comerciais; entretanto, uma vez asseguradas as necessárias garantias, cuidariam êles, naturalmente, de aumentarem seus recursos e outros estabelecimentos surgiriam para applicarem em operações directas com a lavoura os seus capitais.

Não serão, estamos certos, os repetidos empréstimos, as emissões ôcas e desmedidas,

nem as leis e regulamentos apressados dos quais só auferem resultados e proveitos os ligados govêrnos ou apadrinhados com os administradores de então, que os nossos honrados lavradores receberão, de fâto, o necessário e indispensável apoio de que carecem, para se tornarem, realmente, em força propulsora do progresso e grandeza do nosso Brasil.

A influência do café na formação industrial do Brasil

ISALTINO COSTA

Cessado o ciclo heróico das bandeiras, o período áureo das minerações e a fase do povoamento pela conquista, as velhas cidades paulistas, a pouco e pouco, foram se desenvolvendo sob um aspecto diferente, criando uma própria "personalidade", animadas de um espírito novo que se manifestava visando o progresso local sob o ponto de vista, não só de melhoramentos materiais, como também de sua finalidade moral.

Contribuiu poderosamente para essa transição na vida das cidades a circunstância de nelas ou nos seus municípios, se terem fixado definitivamente os condutores de homens, os exploradores de ouro e os caçadores de esmeraldas. A vida pacífica e tranquila substitue a vida nomade do bandeirante e do aventureiro, que, desde então, se transformam em agricultores, criadores, artífices e comerciantes. Eram homens de vontade e ação, habituados a dirigir, a comandar, e a crear. O espírito organizador, neles inato, dá prova na formação de suas lavouras. As grandes propriedades rurais de São Paulo tinham então uma fisionomia diversa da que hoje apresentam. As necessidades da administração e as dificuldades de transporte obrigavam os grandes proprietários a fazer dentro dos seus domínios tudo o que era necessário á sua economia interna. Não tinham, como hoje, a facilidade de se abastecerem nas mais próximas cidades, que se desenvolveram e onde se suprem de tudo aquilo que necessitam. Dntro delas se fabricava farinha, assucar, aguardente, tecidos de algodão, sabão e velas; preparava-se carne seca e extraía-se da mamona o azeite necessário para a iluminação.

Esse facto dos grandes domínios rurais, ao sul do país, mereceu que Oliveira Viana (1) os assinalasse como organizações admiráveis existentes ainda até pouco depois de melados do século passado, e para documentação do facto nos dá o testemunho de viajantes estrangeiros illustres, entre os quais menciona o inglês Barton (The highlands of Brasil) e o português A. P. Correia Junior (Viagem á fazenda Santa-Fé, 1869), que ficaram surpreendidos com tais feitorias, onde não faztavam oficinas mecánicas, carpintarias, serrarias e olarias, para atenderem a todas as necessidades da fazenda. Accentúa, entretanto, o emi-

nente sociólogo, que, "onde a indústria dos domínios nos fêre de surpresa é na fabricação de tecidos de lã e de algodão." (2).

Foi daquelas propriedades que constituíam verdadeiros núcleos industriais, que partiram os primeiros arranços para a nossa formação industrial. Já aí são bem manifestos os pendores e as inclinações que mais tarde poriam em fóco os fundadores da nossa indústria.

Com o crescimento das cidades, aumento de seus habitantes e as necessidades daí decorrentes, o teár de mão e o fuço, que antes constituíam objetos de trabalho somente para os serões, transformam-se em elementos primordiais de uma indústria doméstica. Os panos de algodão para o-serviços caseiros, as casemiras, as mantas de lã, os tapetes, as rédes de linho e algodão para os serviços caseiros, as casemiras, as mantas de lã, os tapetes, as rédes de linho e algodão, os bordados, passam a ser manufacturados regularmente. Havia famílias inteiras que se especializavam nesses labores, dos quais tiravam o necessário para a sua subsistencia. Algumas tomavam operárias suplementares para aumento da produção.

O consumo cada vez mais crecente desses produtos, a habilidade demonstrada pelos brasileiros em tais tarefas e o prazer com que a ellas se entregavam, atraíram a atenção de homens de iniciativa que visionando no facto uma expressiva demonstração de um ambiente propício para a implantação da grande indústria, se reverteram de coragem para tais tentamen.

Dáí o facto auspicioso de, em 1875, já contarmos com fábricas trabalhando em plena prosperidade na capital, em Itú, Sorocaba, Jundiaí, S. Luis de Paratinga e Indaialuba (3).

Mas os pendores da raça pela adaptação refletida não se circunscreveram á indústria manufactureira; eles se exteriorizam ainda com mais forte audácia em outros grandes cometimentos. A década comprehendida entre os anos de 1867 e 1877 marca vida económica do país, sobretudo de São Paulo, um período de brilhantes realizações.

(2) — OLIVEIRA VIANA, Populações Meridionais do Brasil, São Paulo, 1922, pg. 132.

(3) — JOAQUIM FLORIANO DE GODÓI — A provincia de São Paulo. (Trabalho destinado á Exposição Industrial de Filadélfia). São Paulo, 1875, fls. 121.

(1) — A evolução do povo brasileiro. São Paulo, 1923, pags. 63. Populações Meridionais do Brasil, São Paulo, 1922, fls. 129 a 135.

Em 1867, entra em tráfego a São Paulo Railway, realizando-se o sonho docemente afagado de Mauá, que era ligar S. Paulo a Santos pelo caminho de ferro. Esse fato vinha abrir á lavoura novos horizontes. Os lavradores paulistas descortinando com notável penetração económica o advento da opulência que lhes traria o transporte rápido dos seus produtos, de suas fazendas para o porto de Santos, em vários municípios e em varias zonas, arrojaram-se a iniciativas ousadas, lançando os fundamentos da nossa viação férrea. Mas, na idéia que os animava havia alguma coisa mais que finalidade económica; havia fervor nacionalista. Os seus empreendimentos haveriam de vingar sem o auxílio estrangeiro. A idéia era brasileira e seria triunfante com a inteligência brasileira e capitais brasileiros. Com tais propósitos lançam as bases da Paulista e da Mogiana.

A Paulista, cujos trabalhos iniciais tiveram lugar em 1870, em agosto de 1872, já trafegava entre Jundiaí e Campinas. E mabril de 1873 trafegava a "Itaúna" e em 1875 a Mogiana e a Sorocabana. Logo depois seguiu-se a Bragantina.

Accentuava-se já por esse tempo a prosperidade das lavouras. As terras de cultura, ano a ano, sublam de preço. No período de doze anos entre 1860 e 1872, a produção de S. Paulo aumentou na proporção de 221 por cento (4). A produção de café, neste Estado, de 1851 a 1873, attingiu a 5.018.131 sacas (de 5 arrobas). Em 1875 a produção mundial de café era de 7.710.000 sacas, sendo a produção brasileira de 3.785.000 contra 3.925.000 para os outros países (5). A contribuição de São Paulo foi de 825.000 sacas. Com a política ferroviária que, desde então, não se deteve, proseguindo na penetração dos nossos sertões, a produção devia crescer vultosamente como depois se constatou.

Foi essa prosperidade nas lavouras, proporcionando fartas recompensas, que permitiu que se realizassem tentativas industriais daqueles que se sentiam atraídos por empreendimentos dessa natureza.

A indústria nacional está vinculada ás monções. Quem se dêr ao trabalho paciente de investigar a genealogia não só dos homens empreendedores que a crearam, como dos brasileiros que nela trabalharam em S. Paulo, verá que os seus ascendentes pelo lado paterno ou materno, salvo uma ou outra excepção, foram figuras primaciaes do tempo das bandeiras. Foram brasilei-

ros de arrojamento em suas iniciativas que a crearam em uma época em que o êxito era incerto.

Os Lopes de Oliveira (Sorocaba, 1850), os Anhais, Angelos Custodio, os barões de Piracicaba, os Galvões, (Itú, 1873), os Anhais, os Fonecas, os Pachecos, os Burarque de Macedo, os Diogo de Barros e Paes de Barros, os Rodovalhos, os barões e marquezes de Itú (São Paulo), os Luiz de Queiroz e barões de Rezende (Piracicaba), os Guedes (Tatuhy) e tantos outros, foram os batedores que abriram o caminho para os que vieram depois.

Todos êles possuíam fazendas e engenhos; eram todos agricultores e quasi todos plantadores de café. Os capitais invertidos nas fábricas que fundaram foram tirados das reservas agrícolas. Alimentados por um forte idealismo que tinha por fim atestar perante o mundo a riqueza da terra e a capacidade da raça, não vacillaram um momento em arriscar as suas fortunas. Não foi a ganancia, mas a exaltação patriótica que ambientava a época que os impeliu para a grande jornada que devia provar todas as nossas possibilidades.

Eis porque na "psyché" dos industriais — como também nos abridores de fazendas — existem os mesmos característicos do paulista antigo: o arrojamento no empreendimento e o destemor na acção. O creador de fábricas evoca o chefe das monções: tem o mesmo espirito combativo e a mesma capacidade realizadora. Pertinaz nos seus propósitos, não esmorece ante dificuldades e nem se intimida com os obstáculos que surgem á frente do seu caminho. Elle zomba do perigo porque tem certeza de vencer.

As tentativas industriais de anos atrás, constituíam, entretanto, audazes cometimentos humanos, inseguros e hipotecários, pois não havia certeza no êxito. A inauguração de uma fábrica — como assisti na minha adolescência — se efetuava em um ambiente solene, impregnada de unção religiosa que fazia lembrar os ultimos momentos que precederam a marcha das bandeiras para os sertões ignotos. Os assistentes de então, como na "éra" das monções, ao encarar os chefes de tão temerárias empresas, tinham na mente a mesma duvida: "Sucumbirão ou serão triunfadores?"...

Depois de definitivamente demonstradas as possibilidades nacionais com êsses ousados empreendimentos, valorizados pela sua sequência, como metódicas lições práticas, ensino definitivo e prova indiscutível de que era possível entre nós a adaptação do trabalho industrial; depois de concretizada a idéia que animava o espirito daqueles patriótas, é que surgiram outros cooperadores, brasileiros e estrangeiros, mas a indústria já estava então creada. O êxito da idéia consagrara como conquista definitiva o que antes, para muitos, pareceria sonho irrealizável.

(4) — JOAQUIM FLORIANO DE GODÓI, Obra cit. fls. 120.

(5) Estes numeros são extrahidos do Diagrama Estatístico (S. Paulo, 1914), o mais completo trabalho que se conhece sobre estatísticas de café, de MANUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO.

Dois brasileiros que lançaram as bases da nossa formação industrial vários, ao mesmo tempo em que dirigiam o concurso de técnicos ingleses as instalações e o trabalho das fábricas, enviavam os filhos para a Inglaterra ou Estados Unidos, afim de especializarem em conhecimentos industriais e se habilitarem para a direção das usinas. Assim fizeram Luiz Antônio de Anhaia Melo, Francisco Pais de Barros e outros que não menciono por escassês de dados.

O gênio bandeirante continuou, pois, a desempenhar no Brasil meridional a sua ação fecundante de energias com aquele espírito valoroso da raça e aqueles propósitos obstinados de vencer, que ainda hoje caracterizam algumas figuras contemporâneas.

A usina de hoje tem, pois, suas origens na capacidade organizadora que presidiu, primeiro, á incorporação das bandeiras, depois á criação dos rebanhos e depois ainda á formação das lavouras. Tudo obra de homens de uma mesma raça. Seria, pois, incompreensível — e, entretanto, isso succedeu — que lavradores de nossos dias se revoltassem contra uma obra de seus antepassados, e da qual só teriam motivos para nobremente se orgulharem.

Ao receber na Casa Rosada os membros da delegação comercial brasileira que foram ao Rio da Prata dirigir os trabalhos da exposição de tecidos, as primeiras palavras que lhes dirigiu o sr. Puyerrédon, então ministro da Agricultura e interino do Exterior, foram as seguintes:

“Os srs., com a sua exposição, demonstraram o elevado grau a que atingiu a civilização brasileira, o que difficilmente poderiam conseguir em cincoenta anos de diplomacia.”

No discurso inaugural da exposição no Urugual, o sr. Arechaga, ministro das Indústrias, disse “que o Brasil, país de deslumbramento com força nupcial para as transformações económicas do continente, desdenha a riqueza fácil que adormece energias, estimula preguiças; rompe a terra para a policultura, afunda por ella, com coragem, para libertar-se pelo carvão e pelo ferro nativo, da vassaagem industrial; canaliza para as applicações fecundas es aguas de suas montanhas e a energia illimitada de seus saltos maravilhosos; orienta eficazmente para as realizações superiores, seu ensino técnico: multiplica suas energias para a exploração industrial de toda a sua riqueza e levanta cidades ao redor de suas grandes usinas como expressão de concentrações ativas para o trabalho do progresso que já almejavam, como dever nacional, os fundadores illustres da República.”

E disse ainda que a exposição é a demonstração objectiva do mais velho e persistente esforço industrial brasileiro, que parte dos dias escuros da colônia, atravessa

o céu histórico do Império para chegar, renovado e fortalecido, até estes dias da mais ampla democracia dos governos liberais e progressistas.”

Deduz-se de tais palavras que a indústria nos tem elevado no conceito das demais nações.

A circunstância de aparecer alguns nomes estrangeiros na indústria, não restringe a glória nacional e nem altera o significado do feito, pois, acima do caldeamento das raças, há o gênio das nações que vive na história e semelante a um princípio espiritual, não só alimenta as almas patrióticas, como modela a alma coletiva impregnando-a dos sentimentos que presidiu á formação da nacionalidade. Os estrangeiros que nela hoje apparecem são apenas cooperadores, não creadores, pois já a encontraram creada. Nenhum deles foi industrial em seu país; nenhum nos trouxe capitais ou conhecimentos especializados; todos se fizeram aqui sob influencia do ambiente brasileiro; aqui aprenderam e aqui enriqueceram. Foi o meio que lhes permitiu, com o exemplo nacional das iniciativas que se encaminhassem para a indústria.

A nossa tradição reclama, portanto, que não se repudie obra de tanta magnitude, onde os nossos antepassados puzeram o mais ardente entusiasmo, a sua mais radiante penetração e as suas mais fagueiras esperanças. Condenar uma tal obra, seria renegar o nosso passado e nos despojarmos de uma herança edificada á custa de um labor extenuante, que triumphou de obstáculos de toda a natureza, herança que tem a marca indelével de nossos ancestrais, que não participo da usura, mas de um idealismo patriótico que queria identificar o homem com a terra, para proclamar bem alto o engenho do primeiro e a riqueza da segunda.

E' certo que si nos privassemos desta herança, não ficaríamos indigentes, mas, ficaria diminuído o papel preponderante do paulista em nossas grandes realizações económicas. Ficaria depreciado o tipo bandeirante porquê foi na adaptação refletida que certas virtudes que o compõem, se reafirmaram e adquiriram notável refulgência. A obstinação até o heroísmo, a intrepidez nas horas graves, uma vontade sem desfalecimentos, a serenidade no comando e o senso das realidades nelle se consubstanciaram nas horas incertas da gênese industrial.

Possuindo o país as principais fibras vegetais, e das animais possuindo a lã, de todas a mais importante e cuja produção tende sempre a aumentar; estando já provado com uma longa série de ensaios iniciados em Sorocaba, em 1871 e prosseguidos neste mesmo Estado e no de Minas, e confirmados recentemente com êxito maravilhoso, que possuímos condições excepcionais para a criação do bicho da séda; ten-

do á mão abundante força motora fornecida dadivosamente por uma natureza generosa, seria um crime de lesa-pátria e um erro econômico não aproveitar esse conjunto de circunstâncias favoráveis para as iniciativas tendentes a uma renovação nos processos econômicos, para se obter uma produção baseada na adaptação refletida. Encaminhando-se para a indústria, o brasileiro primeiramente e mais tarde o colaborador estrangeiro, encontraram um ambiente propício aos seus empreendimentos: o vasto mercado interno, um operariado apto e ordeiro, inimigo das agitações e que sob a direção de técnicos ingleses, na fase inicial, revelou maravilhosa capacidade de adaptação, rivalizando sempre, superando algumas vezes, o operário da usina européia.

Gerando-se a indústria, surgiram utilidades criando valores e só então riquezas antes inexploradas começaram a desempenhar a sua função na obra da economia nacional. Uma indústria creou outras, e assim, em etapas sucessivas, foram crescendo de valor as riquezas que possui o Brasil, no sólo e sub-sólo. A indústria, necessitando de energia motora, valorizou as nossas cachoeiras, os nossos saltos, as nossas florestas, as nossas jazidas de turfa. Utilizou as nossas matérias primas e impulsiona a sua cultura; desenvolveu e desenvolve cada vez mais a do algodoeiro. Creou vilas e cidades. Valorizou madeiras e pedras de construção. A nossa cordoalha é feita com fibras indígenas, os nossos preparados medicinais com as plantas da nossa fibra, o nosso mobiliário com as nossas madeiras. As nossas plantas forne-

cem a matéria prima para as fábricas de artefatos de borracha. Para as nossas cerâmicas utilizamos materiais nossos. A fabricação de aço com matéria prima do país é um problema quasi resolvido. O carvão de pedra nacional já é consumido em nossos locomotivas e em nossos navios. Inicia-se a exploração do petróleo. E foi por isso, por termos matérias primas, combustível, hulha branca e capacidades técnicas que não houve erro naquelas iniciativas que vinham se ajustar com as nossas tendências. Aqueles varões ousados que lançaram as bases da industria nacional não agiam ás cégas; eles não punham em serviço de seu idealismo patriótico um esforço estéril, mas, pelo contrário, uma penetrante visão do que era necessário construir e crear para engrandecer e tornar forte a nação. O presente já pôde revelar, como foi fecunda a ação que eles desenvolveram; e por ele podemos desde já ajulzar o futuro que nos aguarda. Os frutos de tais empreendimentos não se circunscreveram a esse Estado, mas a todo o país, pois, ainda nesse ponto quis o destino que se repetisse a finalidade histórica de S. Paulo, ponto de partida e de irradiação das grandes idéas e dos grandes combates. Hoje, são várias as regiões do país onde a industria, exercendo uma ação fecundante de trabalho, vai utilizando e, portanto, valorizando as nossas riquezas. Os paulistas, nessa marcha gloriosa, quiseram demonstrar também a capacidade realizadora brasileira, que perlustrou — dos tempos coloniais á era contemporânea — todas as modalidades econômicas, começando pela mineração, passando pelo pastoreio, pela agricultura e pela pecuária, para completar o ciclo na grande usina moderna.

Cultura cafeeira no Ceará

(INQUÉRITO FEITO PELO INSPÉTOR AGRÍCOLA AGRÔNOMO
HUMBERTO DE ANDRADE)

HISTORICO — Não há certeza da época exata da introdução do café no Ceará. Não há duvida, porém, que o início de sua cultura remonta aos tempos coloniais, cujas mudas ou sementes provieram das províncias limítrofes do Norte (Pará, Maranhão ou Pernambuco).

Rezam as crônicas históricas, aliás com probabilidade de verdade, que o café foi introduzido no Brasil primeiro pelo Pará (1723) descendo sua cultura mais ou menos gradativamente, pelas circunscrições vizinhas até atingir o sul. Isso corrobora as notícias de sua entrada no Ceará pelo Maranhão, em 1747-48, ou por Pernambuco, via Cariri, onde, em 1822 consta já havia plantio da rubiacea que se destinava a ter colossal desenvolvimento no novo país. Em 1824 mandaram de Cariri ao capitão Antônio Pereira de Queirós, de Baturité, algumas mudas que fôram plantadas ao redor de sua casa; da serra de Baturité passou o café ás de Aratanha de Maranguape.

Nos primeiros tempos foi prospera a cultura do café. A fertilidade das terras novas e a circunscancia de ser cultivado nas serras, menos sujeitas ás secas, atuaram favoravelmente no interesse dos agricultores aumentarem suas plantações. O fato não passava despercebido aos presidentes da provincia. Já em 1852 o dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo, ao abrir a Assembleia, dizia: "A cultura do café, não datando de longo prazo, tem tódavia aumentado tão consideravelmente, que o seu produto não só chega para o consumo da provincia, como para exportação, pois no ano financeiro 51-52 fôram exportadas 12.500 arróbas de 10 libras, sendo 543 arróbas e 4 libras para fóra da provincia, quasi tódo da freguezia de Maranguape.

A serra de Maranguape predominou durante algum tempo como produtora de café, porém, suas terras muito inclinadas, cedo se empobreceram pela ação erosiva das aguas de chuva, passando a desenvolver-se a cultura em Baturité, de topografia menos acidentada.

Interessantes dados estatísticos dão como a maior safra a de 1881-82, com 10.000 toneladas, verificada após um repouso dos cafeais, forçado pela sêca do ano anterior.

Ainda segundo esses dados vê-se que o café teve sua fase de ouro, chegando a ex-

portar mais de 3.000 toneladas por ano.

CLIMA — Na região em que se cultiva o café, no Estado, a temperatura média é de 20,6 e a minima 15,6. Há certos lugares em que as oscilações entre a maxima e a minima são maiores. A humidade relativa é de 85,4 a 78,6 %. A altitude varia de 300 a 900 metros.

Os ventos sopram de E. S. E., mas brandamente e possuem maior humidade que no litoral e no sertão. As precipitações aquosas regulam 1.140 mm. por ano, isto na região de mais alta pluviosidade do Estado. O regime pluvial normal é caracterizado por chuvas mais abundantes de janeiro — fevereiro a maio, seguidas de uma suspensão até o equinocio de setembro, época da floração do café em que em anos regulares aparece com ligeiros aguaceiros, muito propícios, para suspender de novembro a dezembro. Não se registram chuvas de pedra, nem geadas, apenas secas de tempos em tempos.

VARIEDADES — A especie cultivada é a arabica, cuja variedade creoula é a unica conhecida, ou, pelo menos, a que predomina, em absoluto. Raramente se encontram especimens isolados de outras variedades, tais como produtor de um bom café.

SOLO — A área da cultura do café, no Estado, é circunscrita ás serras frescas. O litoral e o sertão não lhe oferecem condições propícias de clima e sólo. Entretanto, na zona praieira, vêem-se plantas de café em terras de quintal, com ótimo aspecto, parecendo assim, que o que que falta nesta região é a fertilidade do sólo.

Com efeito, cafeeiros sob a cópa de cajueiros apresentam belo aspecto, mesmo em terras consideradas fracas, do litoral. E essa anacardiácea possui incontestemente poder de fertilizar o sólo.

Assim, parece possível o planio do café em pequena e média escala na região do litoral, aonde é nativo o cajueiro.

As serras acima referidas possuem temperatura suave, boa pluviosidade e sólo profundo e mais fértil.

Podem-se dividir em dois grupos distintos as montanhas do Ceará, conforme a sua geologia: As serras encravadas na região arqueana tais como as de Baturité, Aratanha, Maranguape, Uruburetama, Merúoca, etc., que formam a "cadeia central" e que possuem topografia acidentada, ladeirosa, in-

greme a ponto de ser difícil escalar a pé.

De côr mais ou menos amarela, rico em elementos ferruginosos, o sólo argilo-silicoso ou sillico argiloso, é profundo, de notória uberidade, às vezes pedregoso. As rochas dominantes são o gneiss, mais ou menos decomposto, o granito, osquistuos cristalinos e os micasquistos. Rochas básicas são muito raras. As serras de Meruoca e Rosario (separadas apenas por uma depressão ou rebaixamento pronunciado) são formadas por porfiro-granito, segundo o professor Betim Pais Leme, possuem territórios cultivados com caféiro nessas serras, os seguintes municípios: Baturité, Coité, Guarimiranga, Pacoti e Redenção (Baturité); Pacatuba (Aratantã); Sobral, Massapé (Meruoca); S. Francisco São João, Itapipóca (Uruburetama); S. Pedro do Crato (S. Pedro); Pereiro (Pereiro); etc. Essas serras não formam sistemas isolados e independentes, mas pertencem a uma ou mais cadeias, separadas entre si por soluções de continuidade, mais ou menos visível. Nesta região a cultura do café não dispõe de largos tratos para seu maior incremento; ao contrario, devastadas como se acham suas melhores terras, tendo a decrescer pelo empobrecimento do sólo ou idade dos cafezais.

A segunda zona compreende a cadeia de montanhas que circunda e limita o Ceará com os Estados vizinhos; a serra Grande ou Ibiapaba, a chapada de Araripe, etc.. São oriundas de arenitos calcareos ou nao, conglomeratos e outras rochas sedimentares, de origem terciária. Os terrenos ora são arenosos e pobres, ora argilosos e férteis; planos ou com suaves inclinações; profundos. Sómente as melhores terras são aproveitadas para o caféiro.

Na serra Grande destacam-se como produtores de café dos municípios de S. Benedito, Ubajara, Campo Grande, Viçosa, Ipu, Ibiapina e Tinguá; Crato, Barbalha, Jardim, Bréjo dos Santos, Milagres, possuem território na Chapada do Araripe, cujo sólo, pelas experiencias feitas em pequena escala, se presta para o café. Póde-se afirmar mesmo que nesta zona está o futuro desta lavoura.

PREPARANDO O TERRENO

Tudo se resume no roçar, queimar, quer se trate de mata ou de caçeira. Os únicos instrumentos de trabalho empregados são o machado, a foice e o facho.

A plantação no lugar definitivo é feito no inverno, mais ou menos de janeiro a abril.

O PLANTIO

Estando o terreno preparado para receber as mudas nêl abrem-se cóvas, que não excedem de um palmo cubico, e nestas deposita-

se a joven plantinha. As distancias que separam as cóvas em todas as direções são, ás mais das vezes ridiculas pois se encontram cultúras onde as plantas distam umas das outras de 5 a 6 palmos; constituem excepções os cafezais plantados a 14 palmos, havendo agricultores que plantam a 12. Não se póde dizer que plantam assim tão juntos os caféiros, devido ao seu pouco desenvolvimento, porque em plantação existente na distancia de 14 palmos, os ramos, ás vezes, se tangenciam.

Graças a tal exiguidade de distancia, uma dada área comporta grande número de plantas. Dest'arte, houve, muito provavelmente, a fase ouro para o café quando a maioria das cultúras estavam em média idade, sem os caféiros se prejudicarem mutuamente. Naquela época, sendo a terra nova e fertil e elevado o número de plantas por hectáre, a produção por área devia ser maxima. Mas, com o completo crescimento das arvores surgiram as desvantagens. A luta pelos fatores atmosfericas manifestou-se, francamente: os ramos alongaram-se exageradamente para cima, em procura da luz, e, em seguida, sob seu proprio peso se encurvaram de maneira a dar a planta um aspecto de moita, tal qual se observa hoje. Um cafezal visto de um plano superior apresenta-se como se fosse uma latada verde. E a produção por pé e por área diminuiu consideravelmente. A arvore só floresce nas extremidades dos ramos que recebem luz.

A escolha da muda é coisa que não se observa; as sementes que cáem e germinam são as fontes de mudas á disposição do plantador. Elas têm, por vezes dois e mais anos de idade, prestes a florescer. E como viveram esta primeira fase de sua existência em más condições, debaixo das arvores, são naturalmente, mal formadas — varêtas quasi que despidas de ramos frutíferos laterais, levando no ápice uma pequena cópa. Poucos são os agricultores que preparam canteiros para as mudas destinadas ao plantio.

Uma diferença entre o processo de plantio usado aqui e o usado no sul do país, convém registrar: no Ceará, em vez de 2 a 4 mudas em cada cóva, é posta apenas uma. O tronco da futura arvore será de certo, mais grosso que cada um das duas ou quatro plantadas juntas, mas a produção não corresponde á esse desenvolvimento, pois é sabido que da haste principal é que partem os ramos produtivos. Em consequencia disto tem-se no Estado, um pequeno rendimento por pé e por grande área.

TRATOS CULTURAIS

As capinas sbo dadas duas a três vezes ao ano, não necessitando mais, porque a

sombra do cafeeiro, unida á das arvores que os cobrem, não permite o desenvolvimento das más ervas.

Fazem a limpeza á enxada raspando em redor dos troncos do cafeeiro, e toda a camada de folhas decompostas e ervas colocadas ao meio das carreiras ficam á espera das enxurradas para ser levadas nas aguas de lavagem.

A disposição que imprimem nos talhões (paralelos ao declive das encostas) faz drenar o terreno e impede a infiltração das aguas na camada de folhas, que dessa fórma iria facilitar a sua mais rapida decomposição.

Para evitar o inconveniente do carregamento dêsse material organico, agricultores de Baturité, onde a lavoura é mais cuidada, abstêm-se de capinar á enxada durante a estação chuvosa.

Quando o mato está muito grande, cortam-no com a foice, usando a enxada somente na secca.

Não se pôde dizer que o cafeeiro no Estado seja submetido á operação da póda; todo o trabalho aí feito resume-se na simples limpeza dos ramos mortos ou parasitados por laurantaceas e bromelias e, ás vezes, na retirada de ladrões, sendo estas operações feitas pelos mais cuidadosos. O instrumento geralmente empregado é a foice; a machadinha, de lamina estreita e longa é usada por um ou outro mais zeloso.

ADUBAÇÃO — A adubação dos cafezais é feita com a palha do café secca, não decomposta. A casca, em vez de ser enterrada, é atirada sobre o terreno ou ao redor da planta.

ARBORIZAÇÃO — A arborização dos cafezais foi resolvida satisfatoriamente com a ingazeira e o camusé, que além de abrigá-los contra os ardores do sol, tem a vantagem de enriquecer o sólo com azoto.

A primeira tentativa de arborização foi feita com a mangabeira, mais tarde juntaram a açoda da mangabeira a cultura da manjôba.

A cultura desta enforbiacea, intercalada nos cafezais, foi de efeitos maleficos e muitos agricultores eliminaram por completo este exaurente da terra.

Pôde-se dizer que a ingazeira salvou a lavoura cafeeira na serra de Baturité. As terras ingremes tinham capacidade para manter a cultura em bom estado, quando ainda novas, com sua fertilidade primitiva. Com os tempos, porém, as enxurradas empobreceram-nos de camada humosa, expondo os cafezais á secura, ao desaparecimento inevitavel. Foi quando, por acaso, algum notou o effeito benéfico das leguminosas, como arvores de sombra. Iniciou-se, então, a con-

servação dos especimens que se desenvolviam espontaneamente; depois veiu o plantio sistematico, até mesmo o abuso, o exagero da arborização. Hoje se cuida de desbaste das ingazeiras, para dar sol ao cafezal.

A ingazeira é francamente preferida pelos agricultores; o camusé outra arvore leguminosa aproveitada para arborização, apesar de seu porte altaneiro fornecer meia sombra, apresenta o inconveniente de seus foliolos, ao se desprenderem naturalmente, aderirem a folhagem do cafeeiro. — Alegam tambem contra o camusé o fâto de possuir raizes superficiaes, o que facilita sua queða, danificando os cafeeiros.

Atualmente os lavradores da serra de Baturité não só procedem ao desbaste na arborização como decepam os galhos mais baixos das ingazeiras, affim de permitir o arejamento do cafezal.

Convem dizer que a arborização com estas duas especies (ingazeira e camusé) é corrente apenas na serra de Baturité, onde são nativas e abundantes. Em Meruoca, por exemplo, é empregado o cajueiro com resultado satisfatorio. Posto que possua incontestemente poder fertilizante, a sua copa provoca um excessivo ensombramento, não se igualmente a ingazeira.

COLHEITA — A colheita ou apanha constitue o maior sacrificio. O apanhador retorce todos os ramos para os lados em que está, folhas e frutos são totalmente arrancados, caindo ao cesto que conduz. A colheita é comumente feita, de agosto a dezembro.

Em anos de "inverno" curto a colheita, antecede de um ou mais mezes, estando terminada em agosto-setembro. Colhido o café, é despejado nos lugares mais accessiveis aos animais cargueiros e daí transportado aos terreiros para operação da secagem. Além da apanha geral, é aproveitado o café do chão, colhido grão a grão por mulheres, principalmente se o produto está valorizado.

Os terreiros ou faxinas são o que há de mais primitivo, consistindo em quadras abertas na propria argila; é uma raridade um terreiro de tijolos. De sorte que, quando sobrevem aguaceiros repetidas a secagem do café é muito imperfeita, — mergulhando no lamaçal em que se torna o terreiro, prejudicando, extraordinariamente, o sabor do café, e, ainda mais, o seu beneficiamento, pelos corpos estranhos que vão ter ás maquinas.

O café colhido é, tal qual vem da cultura, lançado nos terreiros, para aí efectuar-se a secagem natural. É desconhecida a lavagem em tanques, para expurgo das impurezas, separação dos grãos pelos diversos grãos de maturação e auxilio á subsequente

operação da sêcagem. Nessa diferença de processo de secar o produto talvez esteja o motivo principal da dissemelhança no sabor e aroma, do congenero do sul. O café produzido no Estado é considerado melhor e obtém mais elevada cotação nos mercados internos, que o procedente do sul do país.

A fermentação nos montes ou tulhas a qual se verifica no processo de sêca usado nos Estados sulistas, fermentação que altera a substância sacarina da polpa, provavelmente, age de algum modo sobre o proprio grão, não se efetua no nosso produto.

MOLESTIAS — Em 1862 apareceu uma praga (1) que dizimou quasi todos os cafezais; foi feito replantio total, mas a molestia continuou a se manifestar de modo atenuado. Hoje não consta que ainda haja tal praga. Tem-se verificado a presença de um microlipidoptero cuja larva corre o parencvmire das folhas, e de um fungo. O cafeiro é tambem atacado por cocideas. Esses parasitas, orém, não causam estragos que assumam as proporções de devastação.

Nenhum meio de combate tem sido empregado para destruir ou atenuar os efeitos das referidas pragas.

Os cafeeiros, são tambem muito perseguidos por erva de passarinho (Iaurantacea) e musgos. Os lavradores, extraindo esses hospedes indesejáveis.

BENEFICIAMENTO — Em algumas regiões de cultura mais atrazada o rodeiro constitue o mais perfeito engenho usado no beneficio do café. O rodeiro de pilação é uma pesada roda de madeira, fixa a um eixo horizontal, que se apoia a um suporte vertical, em torno do qual obedecendo a uma cava circular alvenaria, se desloca a roda; uma cruzeta de linhas pesadissimas, distribuidas pelos quatro angulos da cava, serve de apoio a todo o sistema. Esses rodeiros são movidos a força animal, beneficiando, em 12 horas de trabalho, 50 arrobas de café. Ainda mais primitivo, como aparelho de beneficiar café, é o pilão a força braçal.

Em muitos sitios se encontram maquinas "Amaral", que beneficiam 300 a 400 arrobas por dia, existindo tambem, de outras marcas, embora em menor número.

ESTATISTICA — A média de produção, por pé de café, varia entre 300 a 500 grs., em algumas propriedades chega a atingir 600 grs.

A produção de café no Estado, que no seu inicio era grande tem se reduzido continuamente. A principal causa é a má orientação das culturas, distancias insufficientes etc. Acresce que, nas serras onde esta lavoura é maior, já não existem mais áreas para novos plantios. Assim, dado o máo sistema de cultura, o empobrecimento das terras, o envelhecimento dos cafezais e a falta de terrenos para ampliar-se a área cultivada nas serras centrais há toda probabilidade de continuar o decrescimento da produção. Resta, entretanto, o aproveitamento da Serra Grande e chapada do Araripe, onde está provado ser o cultivo possivel.

Em 1914, colheram-se 5.250.000 quilos, em 1919, cerca de 2.000.000. E em 1922, 2.800.000 quilos. A safra do anno agrfcola 1926-1927 é estimada em 1.800.000 quilos.

A exportação tem diminuido progressivamente, como se vê pelos algarismos abaixo:

Anos	Quilos
1891.....	2.599.751.
1895.....	2.106.510
1903.....	11.434
1906.....	12.986
1915.....	18.420
1918.....	2.896

Atualmente não há exportação, a não ser pequenas quantidades pelas fronteiras.

No ano de 1923 foram importados pelo porto de Fortaleza 888.620 quilos, no valor oficial de 1.803:676\$000, e pelo de Camocim, 197.500 quilos, no valor oficial de reis 370:902\$700, ou sejam, no total de 1.086.120 quilos, valendo oficialmente, 2.174:578\$700.

E' avaliado o número de pés em franca produção, em 9.000.000 sendo cerca da metade na serra de Baturité, e pés novos 3.000.000.

A área ocupada é de 2.400 hectáres, aproximadamente.

(1) E' possível que seja a "leucoptera", na opinião do dr. José Eurico Dias Martins, manifestada em seu valioso relatório. "A Serra de Baturité, sob pontos de vista agrícola").



O DINAMISMO
BRASILEIRO

ILUSTRAÇÃO ESPECIAL PARA O JORNAL DO PINTOR MANOEL SANTIAGO, PREMIO DE VIAGEM
À EUROPA DO "SALON" DE 1927, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DO BI-CENTENÁRIO DO CAFÉ.

O Dinamismo brasileiro

GRAÇA ARANHA

A imensa mole de terra e agua, afundada no silêncio imemorial, crepitando na combustão solar, foi transfigurada em Brasil pelo espírito de progressão da nação portuguesa, que lhe transfundiu a sua lei de constância vital. A energia humana vivificou a materia inerte. Pela conquista da natureza produziu-se o sortilegio da civilização.

Portugal fez da colonização uma obra de estado e fixou a unidade brasileira. Mas ao lado da construção política, consciente, desenvolveu-se a ação inconsciente e inintermitente, movida pelo instinto das massas. É a epopéia anônima dos vaqueiros, dos bandeirantes, dos garimpeiros, que varam e exploram a terra, povoam e caminham incessantes, impelidos pelo espirito de progressão. É a onda sertaneja, que se espalha no Amazonas e cria o Acre. Na marcha para o interior, na ansia de descobrir e possuir, está o signo da vitalidade brasileira. Sejam os dirigentes paradoxais, românticos e incapazes de conduzir e inspirar, a realidade brasileira se efetua pelo instinto nacional. O interior do Brasil ferilha de criação contínua. Nos rios amazonicos, nos garimpos do Araguaia, nas florestas do Espirito Santo, nos capões do Paranapanema, por toda a parte o homem arranca da natureza a subsistencia e a fortuna. Quando o interesse se sublima em ideal, são as missões científicas e religiosas, que revelam os desertos e civilizam os gentios, são as colunas revolucionarias, que ligam gauchos e jagunços e todo o srtão se espiritualiza.

A colonização portuguesa foi a vitória da reação contra o meio tropical. É uma revolução do homem civilizado contra o ambiente, que o avassalaria, o submergeria, como vegetalizou os selvagens. O espirito revolucionario transmigrou-se aos povos sucessivos, que ocuparam a terra. Vela pela vitalidade brasileira. Sem elle o Brasil morreria.

O dinamismo brasileiro é imanente. Sejam quais foram as raças, que dominem o pais, terão o mesmo espirito nacional dos primitivos construtores. Por sua vez os homens de hoje passarão. Outras combinações étnicas se formarão, o Brasil diverso permanecerá o mesmo na sua constancia vital. Os imigrantes se ligarão entre elles, uma solidariedade economica surgirá para a defesa dos interesses comuns. Já aponta o patriotismo brasileiro do estrangeiro. Depois da grande guerra, que paralisou a Europa, o imigrante integra-se mais na comunhão brasileira. Não é unicamente o interesse, na sua força pura, que move os emigrados. O instinto eleva-se á idealidade social. A patria brasileira, adotada, exaltada pelos filhos do estrangeiro, é a sublimação do egoismo interesseiro do país.

Na vibração infinita o Brasil se transfigura. A ordem de hoje não será a ordem do futuro. Conservantismo, liberalismo, socialismo, fascismo, comunismo. É a face que se altera. Não são questões essenciaes. São acidentes, modalidades passageiras da coexistencia social. Esta será determinada por fatores irreprimiveis, as constantes da energia da nacionalidade. A essencia permanece inalterável no seu dinamismo propulsor.

Por esta força dinâmica tudo se transforma. Por ela não há uma categoria de ordem perene. Como todas as categorias, a ordem dissolve-se no conceito da relatividade. A fatalidade da gravitação universal mantém tudo em equilibrio. Em toda a destruição há reconstrução, porque não há vacuo. Destruir para dar mais espaço á coletividade; sem entupir com outras instituições o espaço livre, é construir. O Brasil, como a vida, é uma construção contínua.

A cultura cafeeira na Baía

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SÔBRE A PRODUÇÃO E A EXPORTAÇÃO AS CONDIÇÕES NATURAIS DO SÓLO E A ROTINA

ERVÍDIO DE SOUZA VELHO

I — HISTORICO

Faz 200 anos que foram introduzidas no Brasil as primeiras mudas do cafeeiro, levadas para o Pará e para o Amazonas pelos colonisadores.

Em 1770 a cultura penetrou no Maranhão.

Dizem que, graças aos esforços de um magistrado, a famosa rubiacea deu entrada no Rio de Janeiro no ano de 1774.

E' opinião corrente que, neste mesmo ano, a privilegiada cultura surgiu em São Paulo e no Espírito Santo, vindo para Caravelas, neste Estado, em 1778, as primeiras mudas, trazidas pelos jesuítas frei Pedro e frei Marcelo.

Em virtude da fertilidade de nossas terras, a promissora cultura invadiu o litoral e os sertões baianos, tornando-se no fim de poucos anos uma de nossas mais poderosas fontes de produção agrícola.

Oriundo da Abissinia, na região de Kafa, foi em meio do seculo XV que o cafeeiro penetrou na Arabia, onde encontrou terras aptas ao seu desenvolvimento, sendo ensaiado em Yemen, na Arabia Feliz.

Lemos, algures, que foram os holandeses os introdutores do cafeeiro no Velho Mundo, depois de cultivá-lo, sem exito, em Java, no ano de 1690. De Moka foram levadas as sementes preciosas.

Em 1716 a França, e, em seguida, a Espanha e a Inglaterra iniciaram a introdução do cafeeiro em suas possessões, com resultados satisfatorios.

Julgamos desnecessario mencionar aqui todas as regiões do globo onde a cultura cafeeira se adaptou e triunfou.

Em nosso país a sua vitória foi formidável, não só no sul, como, igualmente, nas zonas setentrionais da Republica. E por isso a nossa produção atingiu a 75% do total mundial.

Por longos anos a cultura do café, neste Estado, dominou e prosperou admiravelmente, sendo explorado em 93 municipios.

Houve um período em que essa cultura tomou proporções notáveis, de 1900 a 1908, atingindo a produção a cerca de 40.000.000 de quilos.

Iniciada essa cultura no municipio de Caravelas, estendeu-se rapidamente por toda a zona sul do Estado, sendo depois abandonada e substituida pela do cacáo, hoje predominante nessa parte fertilissima da Baía. Só possuem café nessa região, e isso mesmo em pequena quantidade, os municipios de Santa Cruz, Porto Seguro, Prado, Alcobça, Caravelas, Viçosa e S. José de Porto Alegre.

Onde a cultura mais se avantajou em todos os tempos, e, no momento, toma proporções vultosas, foi nos municipios de Nazareth, Santo Antonio de Jesus, S. Miguel, Lage, Jequiricá, Amargosa, Areia, Jequié, Maracás, Peçoes, Boa Nova, Conquista, Itaberaba, Ruy Barbosa, Mundo Novo, Jacobina, Campo Formoso, Bomfim, Barracão, Maragogipe, São Felipe, Affonso Pena, Muritiba, Lençóis, Mucugé, Ituassú e Minas do Rio de Contas.

De 1910 a 1920, a cultura decresceu, ficando reduzida, talvez, á metade, para se desenvolver, novamente, até o presente, em que a sua produção poderá ser calculada em 70.000.000 de quilos ou seja 1.166.666 sacas.

Vimos bellissimas culturas de café no municipio de Mundo Novo, destruidas pelos fazendeiros para serem substituidas pela cultura do capim de Guiné, para a engorda do gado bovino, nessa occasião muito mais remuneradora industria.

Dentro de cinco anos a cultura cafeeira ultrapassará a do cacáo, que é apenas explorada em 24 municipios deste distrito, e que requer terras e clima especiais.

Data de 1924 o desenvolvimento estupendo da cultura cafeeira neste Estado, fadada a ocupar brevemente um logar proeminente ao lado de S. Paulo e Minas Gerais.

Os processos rotineiros adotados na vultosa cultura, serão necessariamente melhorados, por força da evolução natural.

Se bem que as cotações do café nos mercados do país e do estrangeiro sejam vantajosas, as despesas com a cultura aumentam dia a dia, e o produtor recorrerá aos processos mecânicos no intuito de diminuir o custo de produção.

Os maiores produtores de café neste distrito são, atualmente, os municípios de Jequié, Amar-gosa, Areia, Affonso Penna, S. Felipe, Maragogipe, Pocões, Bomfim, Boa Nova, Mucugê, Jacobina, Jequiriçá, Jaguaquara, Santa Ignez, Mundo Novo, Campo Formoso, Conquista, Itaberaba, Ruy Barbosa, Maracás, Nova Lage e Lençóis. Esses 22 municípios têm uma produ-ção média de 34.000.000 de quilos. 71 municípios restantes, que também exploram essa cultura, produzem cerca de 36.000.000.

II — CLIMA

Este Estado, além de possuir terras magníficas e apropriadas á cultura do caféiro, desco-nhece as geadas que em S. Paulo produzem grandes prejuizos.

O clima no litoral e nos sertões favorece extraordinariamente esta cultura, na Baía.

Em geral, a temperatura, predominante nas regiões cafeeiras daqui, tem a maxima de 32º, a média de 26º e a minima de 20º.

Os ventos excessivos, que tantos males produzem ao caféiro na época da floração, raramente aparecem entre nós.

Quando as estações correm normalmente neste distrito, as safras do café tomam proporções incríveis.

São excepcionais as condições climaticas deste Estado para a cultura do cafeeiro.

As altitudes que melhor se prestam a essa cultura variam entre 100 a 1.000 metros acima do nível do mar.

Nas Lavras Diamantinas, nos municípios de Doutor Seabra, Andaraí, Lençóis e Mucugê, o café, cultivado em terras de grandes altitudes, é considerado o melhor nos mercados do Distrito, pelo seu sabor e pelo aroma especial.

Nos municípios de Maracás e Morro do Chapéu, cujas altitudes atingem a 1.000 metros acima do nível do mar, o seu café é muito apreciado nos nossos mercados.

As condições topograficas locais muito influem na cultura cafeeira.

O que não padece duvida é que o caféiro, cultivado em terras muito elevadas, está sujeito aos perigos dos ventos rijos, aliás pouco comuns entre nós, e, aos ardores do sol do verão, que lhe cresta os renóvos e as flores delicadas.

Nas grandes baixadas, as culturas têm igualmente os seus inconvenientes, devido ao excesso de humidade: aí, o caféiro torna-se muito frondoso, mas a carga dos frutos é insignificante.

Neste Distrito as melhores culturas, e as mais belas, são, incontestavelmente, as estabele-cidas na meia encosta das serras, naturalmente abrigadas dos ventos fortes e dos rigores do sol ardente, e bem assim do excesso de humidade.

Em dois seculos de cultura ininterrupta, o caféiro, neste Distrito, ainda está dominado completamente pela rotina a mais grosseira e a mais prejudicial aos interesses de seus explora-dores.

O clima na Baía é excepcional e perfeitamente áto á exploração do cafeeiro e as terras são tão férteis quanto a terra róxoa de São Paulo.

No verão predominam os ventos Norte, N.E. e NN..S. e durante o inverno os ventos Sul, S.E. e L.S.E., sendo raro o S.W.

Como já dissemos algures, os cafezais neste Estado não estão sujeitos a dois fenômenos meteorológicos, que muito dânicam essas culturas: a geada e a chuva de pedra, sendo que esta última é raramente observada.

São, pois, excepcionais as condições climaticas deste Estado, para a cultura do cafeeiro, que dentro de poucos anos será a maior fonte de riqueza da Baía.

III — VARIEDADES

Inteiramente alheios aos cuidados indispensaveis que devem presidir uma boa cultura, os nossos agricultores não sabem escolher o tipo do cafeeiro que melhores vantagens póde oferecer á sua exploração.

Em cada propriedade agrícola, exploradora do café, encontram-se numerosas varieda-des, cultivadas em absoluta promiscuidade, sem que os agricultores procurem saber qual é melhor delas e a que mais lhes convem.

As variedades mais conhecidas neste Distrito e as mais cultivadas, geralmente, são: *comum*, *moka*, *liberiana*, *maragogipe*, *java*, *bourbon* e outras.

Semelhante á variedade *coffea major*, obteve este Estado uma variedade, "in-loco", com cerejas de proporções extraordinarias, nos municípios de Maragogipe, Affonso Penna e Maracás, atualmente quasi abandonada, para dar lugar á variedade *comum* e ás demais acima indicadas.

Essa variedade produz espantosamente, e além de serem suas cerejas de proporções excep-cionais, cada pé de café póde dar uma média de dois quilos, além da precocidade observada e confirmada pelos estudiosos.

De mistura com as variedades indicadas, encontram-se ainda neste Distrito alguns espécimens das variedades *coffea arabica*, *coffea jasminoides*, *coffea minor*, *coffea umbellata* e outras.

Seria de grande vantagem, entre nós, a cultura da variedade obtida em Maragogipe, Affonso Pena e Maracás, porquanto, além de tamanho e do peso de suas cerejas e quantidade oferecida por pé—temos ainda a considerar a rusticidade do vegetal, resistente ás pragas, molestias e aos fenômenos meteorológicos, como afirma uma autoridade nos assunto.

IV — SOLO E SEU PREPARO

Neste Distrito, em todas as suas circunscrições onde é cultivado o caféeiro, os terrenos geralmente adotados são os argilo-humíferos, argilo-calcareos, argilo-ferruginosos e, raramente, em terras argilo-silicosas, pobres de substancias azotadas.

Nas regiões povoadas de caféeiros, nas melhores terras, a camada aravel é de grande profundidade, neste Distrito, atingindo três e mais metros. Quanto ao sub-sólo, e sua profundidade é, as vezes, espantosa.

Nelas se encontram rochas graníticas, predominantes, rochas autoctonas, heteroctonas, feldspáticas, gneisianas, calcareas, silicosas, etc., A sua composição fisica é caracterizada pela presença da argila, da silica, dos calcareos e do humus, do ferro, do azoto, da potassa e outros elementos.

Possuimos terras especiais, tambem chamadas terras roxas, em varios municípios do Estado, ricas de ferro e de potassa, onde o caféeiro se desenvolve e produz admiravelmente.

Nas zonas caféieras de Brejões, Bonfim, Campo Formoso, Jacobina e Saude, encontram-se importantes jazidas de manguez, cromo e nitratos, além de carbonato de calcio.

As terras destinadas, neste Distrito, á essa cultura, possuem todas as propriedades físicas e químicas necessarias á exploração do caféeiro.

Não se renovam, dando-lhe inteira vitalidade, as terras empobrecidas pelas culturas de longos anos.

O solo não é ainda, entre nós, devidamente preparado, no sentido de renovar-lhe as energias, com a introdução de elementos fertilizadores diversos, como se fez em São Paulo, o Estado paradigma nesses assuntos.

Por isso mesmo vemos, em varios pontos, culturas outr'ora magnificas, tornarem-se detinhadas, *raquíticas*, *improdutivas*, devido á falta de indispensavel renovação do sólo.

As condições topograficas, das terras muito influem no estabelecimento de uma boa cultura, porquanto, as que são fortemente acidentadas, não podem ser preparadas convenientemente, de modo a garantir segurança de êxito.

As terras muito baixas, facilmente alagaveis, devido ás correntes das aguas pluviais, que no período das grandes invernadas descobrem as raízes das plantas, destruindo-as fatalmente, ainda têm a desvantagem do excesso de humidade, que as tornam inatas ao caféeiro.

As situadas nos planaltos elevados, de grandes altitudes, tambem têm o inconveniente de ficarem muito expostas á ação dos ventos impetuosos, que destróem a floração, e aos ardores das grandes estiagens.

Os terrenos onde se encontram os melhores cafezais dêste Distrito são justamente os levemente ondulados ou acidentados, mais abrigados dos ventos, projetando sombra sobre as culturas, prestando-se perfeitamente aos trabalhos de lavoura mecânica, de bem que raros, e facilitando os tratos culturais.

Na meia encosta dos morros, as culturas do caféeiro ficam a salvo da ação destruidora dos ventos e do sol ardente.

Possuimos aqui terras excelentes, onde se podem estabelecer mais de um bilhão de cafeeiros.

V — VIVEIROS

Os viveiros são feitos, na verdade, sem as condições exigidas por um trabalho inteligente e bem orientado.

As cerejas são plantadas a granel, nos logares frescos, sombrados mas sem as cautelas necessarias, sem igualdade de distancias, e isso mesmo não é muito comum.

Os agricultores fazem suas plantações lançando mãos dos pequenos cafeeiros que nascem á sombra dos pés adultos, na idade de 12 a 18 meses, iniciando assim os novos cafezais.

Os agricultores que se dão ao trabalho de fazer viveiros, aproveitam os logares abundantes de sombra, cobertos por grandes arvores, e aí plantam cerejas, geralmente distanciadas, umas das outras, de 0,30 a 0,40 centímetros, com a profundidade de 5 centímetros.

A seleção, das mudas é feita sem base segura e sem o criterio dos competentes, neste meio profundamente rotineiro. Os agricultores se limitam a escolher os exemplares mais belos e mais robustos, aparentemente, com a idade de 12 a 18 meses e, em alguns pontos, com a idade de dois anos.

O tamanho das mudas de 12 a 18 meses regula, em média, 0,80 cms., e os de dois anos 1m,30.

Os cuidados dispensados ás mudas no período das transplantações se limitam á escolha das que parecem mais vigorosas, cobrindo-lhes bem as raízes tenras, sem quebrar a pivotante, no momento desta operação.

O preparo dos viveiros e a transplantação das mudas são feitos, neste Distrito, no começo do inverno, isto é, nos meses de abril e maio.

Quando os cafésais são constituídos por mudas de dois anos, a colheita se inicia, em muitos lugares, com tres anos de idade, dependendo tambem da qualidade das terras.

VI — PREPARO DO TERRENO]

O preparo do terreno, destinado a cultura do caféiro, passa pelas mesmas operações dos que são ocupados com as demais culturas.

São terras cobertas de matas virgens, capoeirões, capoeiras, ou já cultivadas.

Os serviços de roçagem, derrubada das arvores seculares, coivaramento e queima, são operações trabalhosas e, no momento, de custo elevado, se a cultura é feita em terras de matas virgens ou capoeirões.

Nas terras de capoeiras novas ou já trabalhadas, as operações são mais simples e mais baratas,

Se o início dos trabalhos nas matas é mais penoso e caro, em compensação as despesas são atenuadas pelas madeiras de lei aproveitadas, em virtude dos preços elevados atualmente, e as quais se destinam a fins e aplicações diversos.

Nas terras já trabalhadas, o serviço consiste no coivaramento e queima, muito menos dispendiosos.

São raros os agricultores que empregam os modernos aparelhos agrícolas na cultura do caféiro. Os trabalhos de lavoura mecânica são em geral aplicados de preferencia na cultura da cana de açúcar, e ultimamente, em alguns municípios, nas culturas de milho, do feijão, do arroz, do algodão e das plantas forrageiras.

Quando são aproveitados terrenos de matas para plantação de caféiros e outras culturas os agricultores, na impossibilidade de extirpar os grandes fôcos, costumam derribar as arvores, cortando-as rentes ao solo. Com o andar dos tempos, esses tócos vão sendo eliminados pela ação do fogo ou pelo apodrecimento.

Preparados os terrenos para a plantação, entra em cena a rotina enxada, que encarece o serviço e retarda as operações subsequentes, para gaudío dos nossos agricultores, pessimistas, descrentes ainda da lavoura mecânica.

E por isso temos dito mais de uma vez que a nossa missão neste Distrito, é um verdadeiro apostolado.

Apresentamos em seguida o quadro demonstrativo do custo do preparo do terreno por hectare:

NATUREZA DO SERVIÇO	CUSTO		
	EM MATA OU CAPOEIRÃO	EM CAPOEIRAS	EM TERRAS TRABALHADAS
Derrubada.....	65\$000	30\$000	—
Roçagem.....	20\$000	15\$000	20\$000
Coivaramento, queima.....	30\$000	12\$000	10\$000
Remoção dos tócos.....	50\$000	—	—
Abertura de covetas.....	15\$000	15\$000	15\$000
TOTAIS.....	180\$000	72\$000	45\$000

O preparo do terreno para a plantação do café, quer em mudas, quer em cerejas, é inteiramente o mesmo.

Os trabalhos com o preparo do terreno para a cultura do caféiro não variam, sejam quais forem os aspectos de sua topografia, devido aos processos rotineiros postos em pratica.

VII — ADUBAÇÃO

Infelizmente ainda não se pratica na cultura cafeeira, neste Distrito, a adubação das terras, mesmo as mais antigas. Os processos de adubação com os nitratos e outros adubos em voga, não foram, por enquanto, adotados neste Estado.

Muitos agricultores aplicam nos cafezais antigos as cascas do café oriundos do beneficiamento das cerejas nos pilões, nas almanjarras e nos rodões arcaicos.

Confiados nas energias da terra feracíssima, não se dispuzeram ainda os agricultores bafanos ao emprego necessário da adubação, embora verifiquem, com desprazer, a redução constante e gradativa de suas colheitas.

VIII — PLANTAÇÃO

Já dissemos, em outra parte dêste trabalho que, a plantação é feita nos logares definitivos, por mudas e por cerejas, sendo estas empregadas em poucos casos.

A profundidade das covas tem geralmente 0, m.25, numa distancia de 2, m20 a 3, m00, dispostas em quadras e em quinconcio.

Apesar da rotina arraigada nas culturas, os cafezais são geralmente alinhados, o que facilita os tratos culturais e a ventilação indispensáveis.

As plantações são feitas geralmente nos meses de Abril e Maio.

A transplantação se pratica, na maioria das zonas produtoras, no mês de Junho, época propicia a essa importante operação.

IX — TRATO CULTURAL

As operações de trato cultural consistem nas limpezas, na replantação, na poda das ramas ou saletas, na extração das parasitas, na irrigação. São raros, entre nós, os cafezais que possuem serviço de irrigação.

Consiste a limpa na eliminação da vegetação prejudicial ao cafeeiro, serviço que se faz com enxada, em vez do cultivador "Planet", que praticaria essa operação com mais rapidez e mais eficiencia.

A ausencia das limpas prejudica o desenvolvimento do vegetal e diminue a produção.

Essa operação é feita, em geral duas a tres vezes por ano, conforme o capricho do agricultor.

Mortos alguns cafeeiros, procede-se á sua substituição, preenchendo-lhe os calros, e, é a isso que se denomina replantação.

Consiste a poda em cortar os ramos e galhos, considerados inuteis e prejudicias, ao cafeeiro, o que a pratica após as colheitas.

É essa uma operação delicada que requer habilidade e competencia, e que deve ser feita no momento oportuno, por isso que dela depende o desenvolvimento do cafeeiro e sua maior produção.

Há zonas, neste Distrito, onde os cafezais são horrivelmente atacados de parasitas diversos, que muitas vezes chegam a matar o cafeeiro, se não forem eliminados por completo, abraçando-lhe os ramos, cobrindo-lhe toda a frente, sugando-lhe toda a selva. É, pois, essa operação absolutamente indispensavel, para evitar que as terríveis plantas parasitarias se estenda, por todo o cafezal.

Alguns agricultores empregam o processo de coroação, que consiste em aproximar dos pés dos cafeeiros as plantas ou mato capinados, no intuito de dar-lhes mais elementos de vida e abrigar dos agentes atmosfericos as raízes que se encontram, á superficie do solo.

Ainda sobre a poda devemos dizer que poucos são os agricultores que a praticam, sendo essa operação considerada altamente prejudicial aos cafezais, não compreendendo essa pobre gente quanto ela é util e necessaria.

Bem ou malfeita, os agricultores a praticam como o auxilio do podão, da tesoura e até do facão.

X — FLORAÇÃO

Entre nós os cafeeiros florescem nos meses de Janeiro á Março, dependendo tambem das estações.

Temos visto, muitas vezes, cafezais completamente floridos no mês de Abril, variando esse fenômeno de uma região para outra do Distrito quando são sensiveis as condições climatologicas locais.

Esta Inspeção já fez observações cuidadosas sobre a floração do café, conseguindo o seguinte resultado, em cafezais adultos e em plena frutificação:

VARIÉDADES	OBSERVAÇÕES	
	EM 15 DE ABRIL	EM 15 DE MAIO
Café comum.....	65%	85%
Café moka.....	57%	75%
Café Maragogipe.....	70%	89%
Café liberiano.....	63%	80%

Quando as estações marcham normalmente, a floração se manifesta uniforme, abundante, durante o último trimestre do verão, que são os meses referidos de janeiro, fevereiro e março.

XI — COLHEITA

A colheita do café neste Distrito, pratica-se nos meses de Maio á Setembro mas, quando a floração tarda, essa operação se prolonga até o mês de Novembro.

A produção do café tem começo depois dos três anos, e, aos cinco anos de idade as safras são completas, dependendo isso do terreno e da zona em que está localizada a cultura.

Se as plantações são feitas com mudas de dois anos, a produção é precoce, e aos três anos os caféeiros começam a dar safra, embora, em pequena quantidade.

O quantum da produção varia de ano para ano, pois, as estações irregulares retardam e diminuem o seu volume.

Na colheita deste produto são geralmente empregados velhos, mulheres e crianças, no intuito de baratear o serviço. E usam-se caixões, cestos de cipó, cacaios, etc., onde são depositadas as cerejas.

Se os cafezais estão proximos dos depositos, o transporte do café se faz nos mesmos vasos, em caso contrario, o transporte é feito em animais providos de caçuás, também de cipós.

A diária dos colhedores varia entre 1\$000 e 2\$500.

Todas as operações, enfim, com essa cultura, têm o cunho característico da rotina malefica, que algum dia será dominada.

XII — PRODUÇÃO

A superficie ocupada com a cultura do café, neste Estado, está calculada em 61.000 hectares espalhados pelos 93 municípios que a exploram.

A cultura tende a aumentar consideravelmente, em virtude da situação privilegiada que ela experimenta no momento, nos mercados consumidores, onde o seu produto está fruindo cotações magnificas.

A estimativa para a safra deste ano, está computada em cerca de 73.200.000 quilos, ou seja 1.220.000 sacas.

O coeficiente de redução no beneficiamento é calculado em cerca de 25 por cento.

Este calculo depende, entretanto, das variedades cultivadas e das zonas de cultura, podendo se elevar a 30%.

Os cafezais sem trato, abandonados, começam a reduzir as suas safras aos trinta anos de idade, e os que forem bem tratados ou cuidados manterão a sua produção normal até os quarenta anos.

Em S. Paulo, a produção por mil pés de café é de 855 quilos, ou sejam 855 grammas por pé.

Neste Distrito, podemos apresentar os seguintes dados:

Area cultivada—61.000 hectares.

Produção por pé, média—750 gramas.

Produção por hectare, média—1.200 qüilos.

Número de pés cobrindo a superfície—97.600.000.

Total da produção estimada êste ano—73.200.000 quilos.

As áreas ocupadas com cafezais de 3 a 40 anos podem ser assim discriminadas:

IDADES	NÚMERO DE HECTARES	NÚMERO DE CAFEIROS	PRODUÇÃO POR PÉ (Em gramas)	PRODUÇÃO TOTAL (Em quilos)
Cafeiros de 20 a 40 anos.....	32.000	51.200.000	735	37.632.000
Cafeiros de 10 a 19 anos.....	16.000	25.600.000	900	23.040.000
Cafeiros de 3 a 8 anos.....	13.000	20.800.000	600	12.480.000
	61.000	97.600.000	2.235	73.152.000

Dos 93 municípios dâste Distrito, que cultivam o caféiro, vamos mencionar os 50 que mais se avantajam, nêsse particular, com suas respectivas produções:

	Quílos
Jequié.....	10.500.000
Amargosa.....	4.300.000
Afonso Pena.....	4.250.000
Areia.....	3.600.000
S. Felipe.....	1.300.000
Boa Nova.....	1.250.000
Maracás.....	1.220.000
Itaberaba.....	1.200.000
Rui Barbosa.....	1.150.000
Bonfim.....	840.000
Maragogipe.....	820.000
Poções.....	800.000
Jaguaquara.....	710.000
Mucugê.....	670.000
Jacobina.....	630.000
Jequiriçá.....	620.000
Mundo Novo.....	600.000
Morro do Chapéu.....	550.000
Nova Lage.....	540.000
S. Miguel.....	535.000
S. Inês.....	500.000
Campo Formoso.....	380.000
Santo Amaro.....	285.000
Serrinha.....	275.000
Conquista.....	270.000
Alcobaça.....	250.000
Porto Seguro.....	195.000
Brejões.....	5.700.000
Lenções.....	156.000
Caravelas.....	150.000
Ituassú.....	130.000
Cruz das Almas.....	125.000
Trancoso.....	124.000
Iraquara.....	120.000
Doutor Seabra.....	100.000

A transportar..... 39.334.000

Transporte.....	39.334.000
Jaguarari.....	98.000
Súade.....	95.000
Urandi.....	95.000
Barra R. de Contas.....	90.000
Santo Antonio de Jesus.....	90.000
Santa Cruz.....	88.000
Nazaré.....	87.000
Vila Bela das Palmeiras.....	86.000
Guaraní.....	84.000
Minas do Rio de Contas.....	80.000
Guanumbi.....	78.000
Maraú.....	77.000
Barra do Rio Frande.....	75.000
Wagner.....	72.000
Coração de Maria.....	71.000
	<hr/>
	40.600.000

Os 50 municípios mencionados produzem uma média de 40.600.000 quilos de café, ficando para os 43 municípios restantes, de produção menor, cerca de 33.000.000 de quilos todos estes, porém, que não figuraram na relação acima, estão com suas culturas novas grandemente aumentadas, crescendo de ano para ano a sua produção.

XIII — SECAGEM

O processo de secagem do café é feito geralmente em terreiros batidos e nivelados, expostos à ação do sol, revolidos de quando em vez, e onde ficam as cerejas durante o dia.

Alguns agricultores já usam os terreiros adrihhados ou cimentados, utilizando-se no inverno de estufas rotineiras, mal arranjadas, que pouco adiantam e sacrificam muitas vezes o produto.

O café exposto ao sol nos terreiros, tem a camada, a espessura de cinco a oito centímetros de modo a facilitar o revolvimento constante.

As estufas modernas ainda não foram adotadas neste Distrito, para a secagem do café, que é feita muito rotineiramente, como todas as demais operações, conforme já vimos.

XIV — BENEFICIAMENTO

O beneficiamento do café, neste Distrito, consiste no descascamento das cerejas com o auxílio de pilões e rodões, processo altamente prejudicial, não só pela sua morosidade, como por estragar o produto, que fica muito fragmentado, perdendo grande parte do seu valor.

Depois de descascado, é passado em peneiras de palhas, de malhas irregulares, de modo que os grãos do café, de tamanhos diferentes, ficam misturados, não podendo haver seleção dos grãos para a organização dos tipos, depreciando esse antiquado processo o valor do produto.

Felizmente, já vão sendo introduzidos alguns descascadores modernos, adotados em varios pontos do Distrito, embora em número limitado.

Esses aparelhos, que fazem ao mesmo tempo o descascamento, esbrugam e ventilam o café, além de polir, com perfeição, valorizando consideravelmente o produto, aumentando a sua cotação nos mercados.

Pelo caminho que vai seguindo, no momento, a cultura cafeeira na Baía, é de crer que, dentro em breve os seus processos de cultura e beneficiamento tome feição nova, proporcionando aos seus exploradores muito melhores vantagens.

XV — PRAGAS E MOLESTIAS

O cafeeiro, neste Estado, não é perseguido por pragas e molestias, como nas outras regiões que o cultivam no país, principalmente nos Estados meridionais.

São sempre satisfatorias as condições sanitárias do cafeeiro, neste Distrito.

Nossa opinião é que ainda não penetrou aqui a "Broca do Café", o "Stephanoderes Coffea" que tem causado tantos prejuizos em São Paulo.

Em alguns pontos do Distrito surgem, é certo, mas muito raramente, moscas, fungos, cochonilhas, lagartas e formigas diversas, que poucos estragos produzem nos cafezais.

O maior inimigo dos cafezais novos, entre nós, é a formiga saúva, que deve ser combatida por todos os modos, com a intervenção direta e pertinaz dos governos da União, do Estado e dos municípios.

As condições climáticas locais concorrem para a situação especial que fruem, quasi ininterruptamente, todas as culturas na Baía, obrigada, agora, a abandonar resolutamente a rotina enervadora que nos humilha e tantos males nos tem causado.

CULTURA NOVA DE CAFE' ATE' A PRODUÇÃO NO 6.º ANO

UM CALCULO POR HECTARE

Derrubada em mata ou capoeirão.....	MEDIA 65\$000
Roçagem.....	20\$000
Coivaramento e queima.....	30\$000
Remoção de tócos.....	50\$000
Plantação.....	30\$000
Seis limpas durante os três primeiros anos.....	180\$000
Replantação.....	30\$000
Extirpação de brótos prejudiciais.....	25\$000
Colheita de 1.200 quilos de cerejas.....	45\$000
Transporte para o ferreiro.....	20\$000
Operações completas do beneficiamento.....	35\$000
Transporte para o mercado e embalagem.....	54\$000
	<hr/>
	584\$000

Calculando-se o quilo de café a 2\$000, no interior, e reduzindo-se 25% do beneficiamento de 1.200 quilos, produção por hectare, teremos 900 quilos de café a 2\$000—1:800\$000.

RESUMINDO:

900 quilos de café em grão.....	1:800\$000
Despesas com a cultura, etc.....	584\$000
	<hr/>
Saldo verificado.....	1:216\$000
Amortização do capital, do material, etc., 5%.....	60\$800
	<hr/>
LUCRO LIQUIDO.....	1:155\$200

A repercussão do café no saldo da balança comercial do Brasil

“Excedendo a dois terços da exportação, o café representa cerca de quatro quintos do seu saldo real”

COSTA MIRANDA

O LOGAR DO CAFE' NAS PARCELAS DA NOSSA EXPORTAÇÃO

Qual a repercussão do café no saldo da balança comercial?

Evidencia a enunciação da tésé as exigencias a que a resposta deverá atender. Não basta, desta feita, por certo, o recurso simplificador que, enfileirando parcelas para efetuar confrontos, permite a colheita das observações que porventura aflorem dos contrastes que sejam verificados; faz-se mistér um pouco mais, pois, ressaltar definida, a necessidade da pesquisa que, baixando a minucias, faculte o conceito que á grandeza do conjunto caberá ratificar. Não se quer saber, embora isso possa de relance afigurar-se ao leitor apressado, da influencia que o produto exerça na formação do valor das exportações, nem passando em revista os algarismos das entradas e saídas, da hegemonia que possua no concerto das transações. O pedido é claro, acentuando a intensidade do reflexo que, sintetizando-as, traduza o contingente que incorpora ao excedente que nos atribue, quasi sempre, o encontro das compras e vendas realizadas com as praças estrangeiras.

Extrairemos o gráo de influencia pela prática comum da operação aritimetica e, retida a expressão que lhe conferir, tendo meio caminho andado, conseguiremos, sem estorvos, graças ao cotejo com os principais artigos que embarcamos para o exterior, a projecção da superioridade que o destaca singularmente. O registro dos resultados, porém, recomendando-se pela significação propria, merecedora de publicidade, não franqueará, entretanto, largando-nos de subito, a solução procurada.

Vejamo-los, marcando o primeiro alto:

ANOS	Exportação geral em contos de réis papel	Exportação do café em contos de réis papel	Percentagem e média do valor da exportação do café
1922.....	2.332.084	1.504.166	64,4
1923.....	3.297.033	2.124.628	64,4
1924.....	3.863.554	2.928.571	57,7
1925.....	4.021.965	2.900.091	72,1
1926.....	3.190.559	2.347.644	73,5

Um esclarecimento reclama lugar,—a instabilidade da percentagem, erguendo-se de 64,4 a 75,7, para voltar a 72,1 através de 73,5 parece-nos menos a flutuação das taxas cambiais do que á elevação do preço do café, subordinado ao retraimento que enfraquece a exportação geral, pois, o agio-ouro e o embarque do gráo, pode dizer-se, não oferecem, por si, coeficientes sensíveis. Ahás, documenta o aserto a apuração do quinquenio 1922-1926.

A simples adição das percentagens revela, em toda a extensão, a medida que os classifica: —o café, num todo de 3.181.715 contos de réis, papel, contribue com 2.347.644, rigorosamente 73,5, procedida a educação á escala percentual; a borracha, o manganez e os couros, englobadamente, apenas dão 223.429 que, iguais a 6,9, estancam em 9,3 postos em relação deixando-lhe a diferença de 66,6 justamente, os dois terços da grande sôma.

Dir-se-á, a esta altura, equivale, proporcionalmente, a intensidade do reflexo do gráo de influencia. A afirmação, entretanto, máo grado o uso que a faça circular, rematando a confissão honesta de orgulho legitimo ou bafejando a declaração pomposa de jatancia petulante, ficará aquem da realidade se não definhar pela pobreza dos elementos que a possam alimentar. Tome-mos a exportação e a importação, coloquemo-las em opposição e a seguir, anotando, por continente,

o excesso ou a falta que se nos depare, apanhemos os embarques do café e, atendendo á divisão, respeitemos-lhe o quantitativo ou oneremo-los com o desconto a razão do valor que tenham na porção respectiva.

VOLUME

ANOS	EXPORTAÇÃO GERAL			EXPORTAÇÃO DO CAFÉ		
	Quantidade toneladas	Porcentagem do aumento ou redução	Redução líquida	Quantidade 1.000 sacas	Porcentagem do aumento de redução	Aumento líquido
1922.....	2.121.602	—	—	12.673	—	—
1923.....	2.229.003	+ 4,8	—	14.466	+ 11,7	—
1924.....	1.834.859	-17,6	12,0	14.226	- 1,6	6,5
1925.....	1.924.700	+ 4,5	—	13.482	+ 5,9	—
1926.....	1.852.642	- 3,7	—	13.751	+ 1,9	—

VALOR

ANOS	VALOR DA EXPORTAÇÃO GERAL			VALOR DA EXPORTAÇÃO DO CAFÉ		
	Contos de réis papel	Porcentagem do aumento ou redução	Aumento líquido	Contos de réis papel	Porcentagem do aumento ou redução	Aumento líquido
1922.....	2.332.084	—	—	1.504.166	—	—
1923.....	3.297.033	+ 29,2	—	2.124.628	+ 29,2	—
1924.....	3.863.554	+ 14,6	27,1	2.928.571	+ 27,4	36,8
1925.....	4.021.965	+ 3,9	—	2.900.091	- 0,9	—
1926.....	3.190.559	-20,6	—	2.347.644	- 18,9	—

CAMBIO

ANOS	OSCILAÇÃO DO VALOR DO PAPEL			OSCILAÇÃO DO PREÇO DO CAFÉ (OURO)		
	Papel réis	Porcentagem do aumento ou redução	Aumento líquido	Ouro libras e shillings	Porcentagem do aumento ou redução	Aumento líquido
1922.....	33\$537	—	—	3,10	—	—
1923.....	44\$651	+ 33,1	—	5,3	- 9,3	—
1924.....	40\$421	- 9,4	6,7	5,1	+ 91,7	82,4
1925.....	39\$588	- 2,0	—	5,10	+ 8,8	—
1926.....	33\$610	-15,0	—	5,1	- 8,8	—

Contraí-se o volume da exportação em 12,0 ao tempo em que as saídas do café progredem em 6,5; o valor em contos de réis, aparentemente inflado, alça a 27,1 para verdadeiramente marcar o ganho de 20,4, porque o aviltamento do papel, tocando o extremo de 33,1 reage a 6,7, recuperando a valorização da moeda a perda de 26,4; o preço do grão em ouro, finalmente, ascende a 91,7 para equilibrar-se em 82,4 que, convertido em réis, formam 30,1, líquidos, cifra ponderável no denominador da fração. Ora, se acolhermos, enfim, fechando o parentesis, que a estimativa do "Syndicat du Commerce des Cafés", a instituição do Havre, visto merecer a transcrição em

documento oficial, reconhecemos que, ao encerrar-se a safra de 1925/1926, a produção calculada em 21.000.000 sacos efetivamente, subiu a 21.166.000 enquanto o consumo orçado em . . . 21.750.000 reclamou, exatamente 21.705.000 sacos, obedecendo á distribuição que os reparte:

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAIS

PAÍSES	PRODUÇÃO		CONSUMO	
	Sacos	Porcentagem	Sacos	Porcentagem
Brasil.....	14.114.000	66,6	14.565.000	67,0
Diversos.....	7.052.000	33,3	7.140.000	32,9

Conhecido o gráo de influencia equivalente a sete partes por dezena, consente a posição no comércio internacional vislumbrar a distancia a que vai a projeção da hegemonia. Mas, se escolhermos, aproveitando os números de 1926, os três artigos que, ás chaves correspondentes, retem a primazia, subtendida a alteração que sofre a rubrica dos vegetais, acharemos perfeitamente colocados para alicerça-lo:

CLASSES	Mercadorias	Quantidade em toneladas	Valor em contos de réis	Porcentagem do valor
Animais e seus produtos.....	Couros	40.554	83.248	2,6
Minaerais e seus produtos.....	Manganez	319.825	25.304	0,7
Vegetais e seus produtos.....	Borracha	19.855	114.877	3,6

BALANÇA COMERCIAL DE 1926

CONTINENTES	EXPORTAÇÃO			IMPORT.	EXCESSO	DEFICIT
	Geral Contos de réis	Café Contos de réis	% do café	Contos de réis	Contos réis	Contos de réis
Africa.....	63.675	62.953	98,8	2.993	60.682	—
America do Norte e Central...	1.553.068	1.310.052	85,4	898.302	634.766	—
America do Sul.....	310.399	73.226	23,5	295.382	15.017	—
Asia.....	2.628	2.285	86,1	38.518	—	55.890
Europa.....	1.280.704	899.079	70,2	1.470.116	—	189.412
Oceania.....	85	67	78,8	242	—	157
TOTAL.....	3.190.559	2.347.642	73,8	2.705.553	710.465	225.459

CONFRONTO

CONTINENTES	EXCESSO		DEFICIT	
	GERAL Contos de réis	CAFÉ Contos de réis	GERAL Contos de réis	CAFÉ Contos de réis
Africa	60.682	59.953	—	—
America do Norte e Central.....	634.766	542.000	—	—
America do Sul.....	15.017	3.528	—	—
Asia.....	—	—	35.890	30.901
Europa.....	—	—	189.412	132.967
Oceania.....	—	—	157	123
TOTAL.....	710.465	605.571	225.459	163.991

SALDO

ANO	EXPORTAÇÃO GERAL EXPORTAÇÃO DO CAFÉ'				
	BRUTO Contos de réis	LIQUIDO Contos de réis	BRUTO Contos de réis	LIQUIDO Contos de réis	PERCENTA- GEM DO CAFÉ
1926.....	710.465	485.006	605.571	441.580	91,0

Ocorre mencionar, por último que, aferindo-se pelo ano proximo passado, um período relativamente normal, o café excedendo a dois terços da exportação, representa cerca de quatro quintos do lado real. E' o que provam os algarismos da Diretoria de Estatistica Commercial, é o que penso e julgo ter exposto, salvo melhor juizo.

Argumentar-se-á, talvez invocando o possível desmentido que a prática reserve para soltar ao momento azado. Evidentemente, o pagamento das utilidades que adquirimos nos centros europeus, por exemplo deve reclamar o ouro em quantidade superior á quantia que embolsamos com as vendas do café que lhes fazemos: todavia, a compensação dos circulos norte-americanos, por sua vez, além da participação das mercadorias restantes, e vinte e seis figuram discriminadamente nos mapas officiais, intervem, o prazo util, mantendo teoricamente, a regencia da gravitação que equilibra. A demais, cabe a ressalva, a conclusão a que chegemos terá o vicio da estatística.

O argumento de três decimos na média anual resulta da sôma dos restos contrastando com a redução de dois contos na coluna da exportação cafeeira, devido ao abandono das frações em mil réis.

Um romance histórico sôbre o café

FRANCISCO PRISCO

Editado no Rio de Janeiro pela casa Eduardo e Henrique Laemmert, estabelecidos á rua da Quitanda, publicou Luiz da Silva Alves de Azambuja Susano, em 1857, um romance denominado *O Capitão Silvestre e Fr. Veloso* ou a *Plantação do Café no Rio de Janeiro*.

Disse o sr. João Ribeiro, pelas colunas da *Gazeta de Notícias*, que conseguiu "fazer uma pequena descoberta, essoutro dia, achando entre as pilhas esquecidas de um alfarrabista o primeiro romance brasileiro.

"A crônologia e a prioridade, coisas tão estimaveis na bibliografia e na literatura, vão dar-lhe o primeiro logar entre os roman-cistas.

"O sr. L. da Silva d'Azambuja Susano... escreveu o nosso primeiro romance brasileiro, assim lhe chama, com o titulo de — *O Capitão Silvestre e Fr. Veloso* ou a *Plantação do Café no Rio de Janeiro*."

O nosso eminente e sábio compatriota esqueceu-se de certo da verificação do ano em que saiu o livro em apreço. No fim da pagina 58, que é a ultima, está a data de 1847.

Em 1841, seis anos antes, portanto, já havia Joaquim Norberto dado a lume *As duas orfãs*; em 1843, publicou Teixeira e Souza o *Filho do Pescador*, que José Verissimo considera, pelo desenvolvimento e volume e o primeiro romance brasileiro.

E não só. O proprio autor do *Capitão Silvestre e Fr. Veloso*, em 1843, publicava outro romance de assunto brasileiro, como indica o proprio titulo: *Um roubo na Pavuna*.

O pequeno livro de Azambuja Susano, é por consequente, não o primeiro romance brasileiro sobre o café. Já é uma prioridade. Já é uma distincção e constitue uma reliquia.

Vejamos agora quem era êsse escritor. Alves Susano era carioca: nasceu no Rio de Janeiro, a 20 de agosto de 1785 e faleceu na provincia do Espirito Santo, a 16 de agosto de 1873, com quasi 88 anos de idade.

Quis a principio ser padre mas, mudando de resolução, foi professor, funcionario publico, advogado e literato.

Quando se proclamou a independencia, Alves Susano, que era escrivario da contadoria de Fazenda, foi convidado para fazer parte do *Governo Provisorio do Espirito Santo*. Mais tarde foi nomeado inspetor da *Tesouraria*, onde teve aposentação em 1856.

Sacramento Blake, a cujo esforço e singular operosidade já se começa a fazer jus-

tiça, informa no *Diccionario Bio-bibliografico* (vol. V, pag. 465), que Susano "prestou importantes serviços á causa da independencia já correspondendo-se com os mais decididos patriotas do Rio de Janeiro, já se esforçando para que com toda a calma se prestasse o juramento á mesma constituição, quando os animos se achavam na provincia exaltados e a tropa insubordinada."

Advogado provisionado, escreveu obras de Direito, comentou as ordenações, fez repertorios de leis; professor, escreveu compendios de ortografia, gramatica portugueza, arimetica e historia; sabelor de varios idiomas, pôs em linguagem portugueza Anacreonte, Ariosto, Homero e Tertuliano.

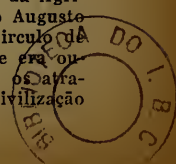
Ainda mais. Tambem romancista era Luís da Silva Alveiz de Azambuja Susano. Escreveu *Um roubo na Pavuna*, *O Capitão Silvestre e Fr. Veloso* e *A Baixa do Matias*, ordenação do Conde de Arcos, sendo êste ultimo livro de 1859.

O que ora nos importa é, porém, o segundo destes volumes, o que diz respeito á plantação do café no Rio de Janeiro. Trata-se duma satira aos fazendeiros da época, escrita sem brilho, é certo, mas com tamanha habilidade, que se lê sem enfado.

E' assim que começa o romance:

"Vice-reinado no Rio de Janeiro pelos anos de 1774 o marquês de Lavradio, a quem tanto deve esta capital, do Imperio do Brasil apresentou-lhe Fr. José Mariano da Conceição Veloso, religioso franciscano do convento de Santo Antonio, os primeiros frutos que colhera de um pé de cafezeiro, que plantára no horto do seu convento. Mimo precioso que lhe fizera um seu amigo hollandês por nome Hopman, queria Veloso fazer dêle um dom á sua patria; homem de grande saber, persecutador da natureza, conhecedor dos bens, dos mimos dadivosos que esta mãe modesta nos oferece, quasi sempre com um sorriso acanhado, que os encobre debaixo de algum véo, êle previa que era esta planta mais preciosa do que as minas de ouro de Vila Rica e de Goiás, que então se explorava com toda ansia.

"Não era o marquês de Lavradio menos um homem de Estado do que um homem de gosto: pai das Letras, das Artes, da Agricultura no Brasil, congregava, como Augusto nos tempos aureos de Roma, um circulo de sabios em seu palacio, onde ouvia e era ouvido em palestras geniais, já sobre os atractivos das Belas-Letras, já sobre a civilização



e a politica do Estado, que lhe fôra confiado.”

Veloso apresenta ao vice-rei as sementes de café, discute as suas vantagens, a sua cultura, a riqueza que trará ao Brasil, uma vez que a Europa abraza seus armazens á espera deste grão delicioso.

Convida o Marquês varios lavradores a uma recepção em palacio. Mostra-lhes as excelencias do café, acêna-lhes com dias de fausto e de riquezas, dá-lhes então varias sementes e lhes recomenda planta-las.

Sãem os fazendeiros e pensam no trabalho do plantio, na espera dos frutos... e atiram fóra os grãos de café! “Todos se agoniarão de serem chamados lá de suas casas, incomodarem-se para virem buscar uma coisa que não presta para nada. Se o vice-rei gosta de café, êle que o plante. Não diz que plantou tanta coisa no Passeio Publico? Pois plante lá o café, e quando fôr para Lisboa carregue: não se precisa cá dêle: o que nos faz conta é açúcar”.

Em paginas e paginas a reio conta Azambuja Susano, a historia do café, para depois então voltar ao fio da narrativa, isto é, á historia do café no Rio de Janeiro.

Quando Lavradio ordenou que os comandantes de distritos verificassem o estado em que estavam as plantações que mandára fazer, teve como resposta que ninguem tinha café e todos se desculpavam com a alegação de que não germinára a semente.

Mandou o Marquês que todos se recolhessem á cadêa por tres dias, findos os quais, de novo, em presença do vice-rei, foi a cada uma dada uma dezena de sementes para plantar.

No fim do ano cada fazendeiro tinha 51 ou 20 pés de café. No Passeio Público, onde o proprio Marquês de Lavradio mandára plantar as sementes que dera ao capi-

tão Sylvestre e que êste atirára fóra á saída do Palacio, tambem lá vegetava o café, que mais tarde, desfeita a ilusão do ouro e dos diamantes, foi a salvação do Brasil.

“Cai o grosso jequitibá, cai o ipê, a peroba, e rebenta em seu lugar o jasmim da Arabia, a preciosa fava de Moka; tudo desde a margem do Tietê ás beiras do Tocantins floresce com êste arbusto da Abissinia e do Yemen; por toda a parte se reproduz e multiplica o cafezeiro.

“Nem mais de ouro se cura, diamantes se desprezam. Café, tabaco, açúcar, algodão, é a potencia que move, alenta, vivifica o genio industrial, que repete desde o Prata ao Amazonas a voz celeste — Independencia do Brasil.”

Rodeiam os brasileiros o principe D. Pedro já então no Brasil, ostentam-lhe os recursos do seu país e querem que lhe cunja a gloriosa cabeça uma corôa independente, com seu brazão proprio da terra de Santa Cruz, separado dos besantes de Ouriques e dos Algarves.

E’ assim que termina êste livrinho precioso com paginas de historia e ensinamentos varios.

Como romance propriamente sem fábulação, sem uma única figura de mulher e sem que em suas paginas se fale sequer em amor — tema eterno — em verdade nada vale. E’ despiciendo e mediocre. Mas tem a recommendação do fâto de constituir a nossa primeira produção literaria sobre o café.

Ademais disso, para os bibliofilos é uma preciosidade; parece-me que é em sua linguagem o que se chama de cimello.

Que o digam os entendidos.

E af está como tem valor a obrinha esquecida do não menos esquecido Lufs da Silva Alves d’Azambuja Susano.



PAISAGEM DO SACO DE MANGARATIBA. — AO FUNDO, RUÍNA DO PORTO FLUVIAL DESSE NOME, O QUAL FOI UM GRANDE ENTREPOSTO DE CAFÉ DO LITORAL FLUMINENSE
(Ilustração do prof. H. Cavallero).

Os caminhos antigos pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense

BASILIO DE MAGALHÃES

Subindo a Serra do Mar, penetraram em S. Paulo e em Minas Gerais duas expedições — simples entradas — partidas do Rio de Janeiro, no século XVI.

Não se sabe até onde chegou a gente com que, em número de trinta homens, varou Américo Vespuccio o sertão de Cabo Frio, por cerca de quarenta léguas. Deu-se isto em 1504, conforme o próprio célebre navegante referiu em carta a Soderini ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. XLI, p. 1^a, pag. 17). E é provável, consoante com o que disse Capistrano de Abreu ("Descobrimento do Brasil" (pgs. 10-71), houvesse tentado Gonçalo Coêlho empresa semelhante, quando descobriu a baía de Guanabara.

Tendo entrado aqui a 30 de abril de 1531, mandou Martim Afonso de Souza explorar o interior por quatro portugueses da sua esquadra, como se vê pelo "Diário da navegação" (pags. 25-26 da ed. de 1839) de Pêro Lopes de Souza: — "E fóram e viéram em dois mêzes; e entraram pela terra cento e quinze léguas; e as sessenta e cinco délas foram por montanhas mui grandes, e as cincoenta foram por um campo mui grande; e foram até aqueles campos, e lhes fêz l—muita honra, e veiu com êles até os entregar ao capitão J.; e lhe trouxe muito cristal, e deu nóvas como no Rio Paraguai havia muito ouro e prata". Derby ("Rev. do Inst. de S. Paulo", vol. V, pag. 241) e Calógeras ("As minas do Brasil e sua legislação", vol. I, pags. 17-19), acharam possível que os quatro expedicionarios houvessem chegado ás primitivas tabas dos cataguazes; Capistrano, porém, julgou mais acertadamente, que êles rumaram para as terras paulistas, onde os índios tinham notícias do Paraguai.

A outra incursão, de que há documento fidedigno, foi a commandada por Martim Corrêa de Sá, filho do governadôr do Rio de Janeiro (Salvador Corrêa de Sá, 1577-1598). Partiu daqui a 14 de outubro de 1597, composta de 700 portugueses e 2.000 índios. Era um exército que se destinava a auxiliar os guianazes contra os tamóios. Dêle faziam parte dois ingleses: Henrique Barroway e Antonio Knivet (êste último desgarrado da

frôta corsária de Cavendishh), devendo-se ao último o relato da expedição ("Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.", t. XVI, p. 1^a, pags. 183-172). Pelo roteiro, reconstituído por José Higinio Duarte Pereira e que Derby aceitou e delucidou, a trôpa foi daqui a Parati, galgou a Serra do Mar, atravessou os campos de Cunha; transpôz o Paraíba entre S. José dos Campos e Pindamonhangaba, e daí, dobrando a Mantiqueira, chegou até ao rio Sapucaí ou ao rio Verde. Dêsse ponto, o grôso da léva retornou ao Rio de Janeiro, tendo gasto cerca de um ano na viagem total. Knivet, porém, e mais 12 portugueses, fabricando uma canôa, desceram o último rio atingido e, embrenhando-se para sudoeste, foram dar numa aldeia de índios, os quais mataram a todos os lusitanos, poupando, todavia, ao inglês, a quem acompanharam rumo da côsta, presumindo-se que, pelo rio dos Patos, tenham vindo parar no litoral catarinense.

Conhecida primeiramente pela denominação de "caminho dos guaianazes", por ter sido aberta por êsses autoctones para as suas communicações entre os campos de Piratininga e a côsta fluminense — a única verêda facilmente praticável do Rio de Janeiro ao "hinterland" paulista e ao dos cataguazes era, no século XVI e por quasi todo o XVII, a que desembocava em Parati. Galgando a Serra do Mar e passando pelos campos da vila do Facão (hoje cidade de Cunha), bifurcava-se para Taubaté e Guaratinguetá, tendo apenas de permeio as cabeceiras dos rios Paraíba e Paraitinga. Atingindo a Taubaté ou Guaratinguetá, encontrava o caminho que os bandeirantes paulistas já haviam franqueado para a caça de índios, esmeraldas, prata e ouro no sertão dos cataguazes, pois que, beirando o Paraíba, ia dali ás roças de Bento Rodrigues em Guaiacac (actual Lorena), e vadeando aquêlo rio pouco adiante, perto de Bocaina, entrava lôgo na garganta do Embaú da Mantiqueira, por onde caía no sul de Minas Gerais. De Parati, costeando o mar, havia ainda outra verêda também aberta pelos guaianazes, que, por Ubatuba, Nati-

vidade, Paraibuna e Mogi das Cruzes, era o meio mais curto de comunicações terrestres entre o Rio de Janeiro e a cidade de S. Paulo.

A estrada de Patí a Guaratinguetá tomou o nome de "caminho velho", nos últimos anos do século XVII ou nos primeiros anos do século XVIII, quando entrou em tráfego o "caminho novo", aberto por Parciá Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais, o caçador das esmeraldas.

Pelo "caminho velho", por ainda não permitir o "novo" em abertura o tráfego de animais, foi que viajou Artur de Sá e Meneses, governador e capitão-general da Participação do Sul (1697-1701), o primeiro dos administradores régios que nesse caráter esteve no "hinterland" mineiro. Partiu daqui a 23 de agosto de 1700 e só entrou de novo no lugar da sede do seu governo a 1º de julho do ano seguinte.

Eis o "Roteiro" do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro, para as Minas Gerais dos Cataguás, e do Rio das Velhas" (pag. 117 da "Cultura e opulência do Brasil", ed. de 1837, de André João Antonil, anagrama do padre jesuíta João Antonio Andreoni, que a publicou em 1711).

"Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, pôdem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro ás Minas Gerais; porém, raras vezes succede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E por relação de quem andou por elle, em companhia do governador Artur de Sá, lê o seguinte: Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Paratí, de Paratí a Taubaté, de Taubaté a Pindamonhangaba, de Pindamonhangaba a Guaratinguetá, de Guaratinguetá ás roças de García Rodrigues, destas roças ao ribeirão. E do ribeirão, com oito dias mais de sol a sol chegaram ao Rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado oito dias em Paratí, dezoito em Taubaté, dois em Guaratinguetá, dois nas roças de García Rodrigues e vinte e seis no ribeirão. Que por todos são cincoenta e seis dias. E tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias."

O caminho "dos paulistas", a que se refere Antonil, é o "da vila de S. Paulo para as Minas Gerais, e para o Rio das Velhas", por elle anteriormente descrito nas páginas 173-176. Vinha por Mogi, Jacarei, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá ao porto de Guaiacaparé, cujo primeiro povoador foi Bento Rodrigues (nome exatto, ali dado pelo próprio jesuíta italiano, que o transformou depois equivocadamente, em García Rodri-

gues, nas páginas seguintes). Assim, da actual Lorêna é que rumavam os bandeirantes para o alto da Mantiqueira, em demanda da terra do ouro.

Relêva ponderar que, de todas as expedições que penetraram os recessos de Minas Gerais, no século XVII, só a de Fernão Dias Pais (1674), foi que fixou pousos ou rôças, que se transformaram em arraiais, além de propiciar, por meio de três dos seus principais auxiliares, o descobrimento das riquêças do rio das Velhas (Manuel da Bórba Gato), as comunicações com a Baía e o estabelecimento de currais de gado na vasta zona convisinhante (Matias Cardoso de Almeida) e a abertura do "caminho novo" (García Rodrigues Pais).

Conforme os documentos por mim coligidos e estampados na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo", vol. XVIII, 1914, pags. 338, 360, 388 e 430) e na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (t. 84, 1920, pags. 28-40), — García Rodrigues Pais, mediante a licença que em 1698 obteve de Artur de Sá e Meneses, placitada pelo soberano português, tendo-se estabelecido á margem do rio Paraiba no ponto onde surgiu a hoje cidade de Paraiba do Sul, atacou immediatamente o serviço, tanto para o "hinterland" aurífero quanto em demanda do Rio de Janeiro, de sorte que, em fins de 1699, já era praticavel por pedéstre a "picada" entre a baía da Guanabára e a Bórda do Campo (actual Barbacêna). Para transforma-la em estrada larga por onde passassem tropas, trabalhou seis anos, consumindo nisso todos os recursos de que dispunha, pois a obra foi feita á sua própria custa.

Não estando ainda acabada, veio-lhe em auxílio o cunhado, Domingos Rodrigues da Fonsêca, que nela gastou cinco mêzes e meio, em 1704 ou 1705. Mas a conservação dela e as variantes para a facilitação da descida da Sérra do Mar até ao porto exigiram novos esforços. Propôz-se Amador Bueno da Veiga (paulista famoso na guerra dos "emboabas") a completar a tarefa; mas pediu em troca tantas mercês, que a rainha-regente (d. Catarina, viuva de Carlos II da Inglaterra e irmã de Pedro II de Portugal) lhe indeferiu o requerimento. Coube ao sargento-mór Bernardo Soares de Proença, conforme uma previsão régia de 1725, a ultimação da dita via pública, devendo-se-lhe presumivelmente a variante que terminava no Pôrto da Estrêla, pois, conforme o referido documento, tornou a distancia quatro dias mais breve que a do trajeto anterior e livre do vigôr da Sérra do Mar.

Não se sabe a data precisa em que se deu essa intervenção de Bernardo Soares

de Proença; mas, pela dita provisão régia, deve ter sido posterior a 1711. Ora, nesse ano, quando esta cidade foi tomada pela esquadra corsaria de Dugay-Trouin, — veiu da região mineira (provavelmente de Vila Rica) ao Rio de Janeiro, pela estrada aberta por Garcia Pais e Domingos da Fonsêca, gastando apenas 17 dias, em marcha forçada, um exército de mais de 5.000 homens, com que o governador e capitão-general de S. Paulo e Minas do Ouro, Antonio de Albuquerque Coêlho de Carvalho, tentou em vão acudir á praça, já capitulada e saqueada.

Eis o "Roteiro do caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as Minas", tal qual vem na citada obra de Antonil (pags. 178-180).

"Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando á Paulista, da primeira jornada se vai a Irajá; da segunda ao engenho de Alcaide-Mór, Tomé Corrêa; da terceira ao pórtio do Nóbrega no rio Iguassú, aonde há passagem de canoas e saiveiros; da quarta ao sitio, que chamam de Manoel do Couto.

E quem vai por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no pórtio da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar; e em outro, em canoa, subindo pelo Rio de Morobaí acima, ou indo por terra, chega pelo meio dia ao referido sitio do Couto.

Dêste se vai a Cachoeira, ao pé da serra, e se pousa em ranchos. E daqui se sobe á serra, que são duas hças leguas; e descendo o cume, se arrancha nos pousos, que chamam Frios. No dito cume, faz um taboleiro direito em que se pôde formar um grande batalhão; e em dia claro, é sitio bem formoso, e se descobre dêle o Rio de Janeiro, e inteiramente todo o seu reconcavo.

Dos pousos frios se vai á primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dêla, em duas jornadas, á segunda roça que chamam do Alfêres.

Da roça do Alfêres, em uma jornada se vai ao Pão Grande, roça que agora principia, e dali se vai pousar no mato ao pé de um môrro, que chamam Cabará.

Dêste môrro se vai ao famoso Rio Paraíba, cuja passagem é em canoas. Da parte daquém está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte dalém está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguissimas roçarias.

Daquí se passa ao Rio Paraíba, em duas jornadas: a primeira no mato, e a segunda no pórtio, onde há roçaria e venda importante, e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. E' este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba: passa-se em canoa.

Da roça do 'ito Simão Pereira se vai á de Matias Barbôsa; e dali á roça de Antonio de Araujo; e desta á roça do capitão José de Souza; onde se passa á roça do Alcaide-Mór Tomé Corrêa; e desta á de Manuel de Araujo. E em todas estas jornadas: a primeira no mato, e a segunda no pórtio onde há roçaria, e venda importante, e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. É este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba: passa-se em canoa.

Do Rio Paraíba fazem duas jornadas á Rôça do contraste Simão Pereira, e o pouso da primeira é no mato.

Da roça do dito Simão Pereira se vai á de Matias Barbosa; e dali á roça de Antonio de Araujo; e desta á roça do capitão José de Souza, de onde se passa á roça do Alcaide-Mór, Tomé Corrêa; e desta á de Manuel de Araujo. E em todas estas jornadas se vai sempre pela visinhança do Paraíba.

Da roça do dito Manuel de Araujo se vai a outra rócinha do mesmo.

Desta rócinha se passa á primeira roça do sr. Bispo, e daí á segunda do dito.

Da segunda roça do sr. Bispo fazem uma jornada pequena, á bórda do campo, á roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonsêca.

Quem vai para o Rio das Mórtes passa desta roça á de Albérto Dias; daí á de Manuel de Araujo, que chamam da Ressaca, e desta á ponta do môrro, que é arraial bastante, com muitos lavras, de onde se tem tirado grande cópia de ouro; e aí está um fortim, com trincheiras, e fôssos, que fizêram os Emboabas, no primeiro levantamento. Dêste logár se vai juntar ao arraial do Rio das Mórtes.

E quem ségue a estrada das Minas Gerais, da roça sobredita de Manuel de Araujo, da Ressaca do campo vai á roça que chamam de João Batista; daí, á de João da Silva Costa e desta á roça das Congonhas, junto ao Rodejo da Itatiaia, da qual se passa ao campo do Ouro Preto, onde há várias roças e de qualquer dêlas é uma jornada pequena ao arraial do Ouro Preto, que fica mato dentro, onde estão as lavras do ouro.

Todas as referidas marchas se farão distancia de oitenta léguas a respeito dos rodeios, que se fazem em razão dos muitos e grandes môrros, e pelo rumo de Norte a Sul, não são mais que dois grãos de distancia ao Rio de Janeiro, porque o Ouro Preto está em vinte e um grãos, e o Rio das Vêlhas estará em vinte, pouco mais ou menos. E todo o dito caminho se pôde andar em dez até doze dias, indo escoteiro quem fôr por êle.

Do campo do Ouro Preto ao Rio das Vêlhas, são cinco jornadas, pousando sempre em rôças.”

Dêste roteiro — cuja descrição é de 1711 — infere-se que ainda não estava franqueada a variante, devida a Bernardo Soares de Proença.

Já havia, porém, o encurtamento de dois dias e meio entre o Rio de Janeiro e o sítio do Couto, desde que se embarcasse no pôrto do Pilar, galgando-se o Morobaí (hoje rio do Pilar).

A identificação de alguns pontos do roteiro com as denominações atuais achase na citada obra de Calógeras (vol. I, pags. 72-74). O engenho Ao alcaide-Mór, Tomé Corrêa, “devia ficar nas proximidades de Miriti”. O sítio de Manuel do Couto “havia de achar-se ao sopé da cordilheira do Mar, antes do trêcho encachoeirado da corrente do Morobaí”, tanto mais quanto nas suas cabeceiras, entre a serra da Estrêla e a do Tinguá, “estão o pico e a serra do Couto, alusivos prováavelmente ao antigo morador a que se refere Antonil.”

Os Pousos-Frios devem ser “a oéste da fazenda da Quitandinha, perto de Petrópolis, talvez a serra de Boa Vista, de que fala Saint-Hilaire”. A rôça do Alfêres (assim chamada do seu primeiro dono, o alfêres de ordenanças Leonardo Cardoso da Silva (V. Pizarro, “Memórias históricas do Rio de Janeiro, vol. IX, pags. 110) foi talvez onde é hoje Pati do Alfêres. O Pão Grande era incipiente rôça nas visinhanças da actual estação de Avelar, da E. F. Melhoramentos. E “do Paraíba em diante, êsse traçado é o ramal de Ouro Preto, com discrepancias mínimas; mais um exemplo da coincidência das zônas percorridas pelas vias-fêrreas e os antigos caminhos coloniais, calçados a seu turno sôbre as estradas dos Índios.”

Sôbre as duas rôças “do sr. Bispo”, nada dizem os autores que consultei quanto ao ponto exato em que eram. Sabe-se, todavia, que, além de propriedades rurais da Mitra fluminense, adquiriu para si mesmo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, que regeu a diocese desde 1774 até 1805, uniu a outra sua, denominada “Santanna” e ao engênho que fôra de Brás de Pina, no Irajá.

A grande cópia de ouro, encontrada nas regiões do Tripuí, do rio das Mórtes e do rio das Vêlhas, na primeira década do século XVIII, deu ênsêo ao aumento do tráfego entre o “hinterland” mineiro e a cidade do Rio de Janeiro. Daí a necessidade de uma variante “que facilitasse a subída e a descida da Serra do Mar, tanto a pedêstres, quanto a cavaleiros e ás trôpas e comboios.

A isto satisfêz a traça do sargento-mór Bernardo Soares de Proença, que conseguiu um encurtamento de quatro dias, buscando provavelmente o Pôrto da Estrêla. E, para ainda mais facilitar as comunicações com a cidade do Rio de Janeiro, entre os pontos de beira baía, ligou-se o rio Inhumirim ou rio da Estrêla ao rio Morobaí ou do Pilar, por um canal, de que falaram Cazal (“Corografia Brasileira”, 1817, vol. II, pag. 14) e Eschwege (“Jornal von Brasilien”, 1818, vol. II, pag. 66), explicando monsenhôr Pizarro (“Memórias históricas do Rio de Janeiro”, 1820, vol. III, pags. 264-265), toda a rêde potamigráfica entre o Inhumirim e o Estrêla, com as respectivas ligações.

Não se conhecem, até ao presente, as datas precisas em que começou a ser cultivado o cafeeiro nas terras fluminenses. Mandadas vir do Maranhão ou do Pará algumas sementes ou mudas, entre 1760 e 1771, para a cidade do Rio de Janeiro, pelo chanceler da Relação, João Alberto de Castelo Branco, vingaram apenas as que foram plantadas: uma, no quintal da casa em que residia êle, á ladeira do môrro de Santo Antonio, em ponto próximo á hoje Imprensa Nacional; outra, nos terrênos do mosteiro de Santa Terêsa; e duas na hórta do Convento dos Capuchinhos italianos, á rua dos Barbonos (primitivamente chamada “Caminho dos Arcos da Carioca” e que tomou o nome então vulgar dos frades, depois conhecidos por “barbadinhos”, mais cariciativamente), atualmente Evaristo da Veiga.

Dêsses últimos pés, que parece haverem produzido mais cêdo e melôr que os outros, recebeu o holandês João Hoppman, sementes que plantou em sua chácara de Mata Pôrcos, a qual foi mais tarde conhecida por “Chácara do Siqueira”, (por ter pertencido ai negociante J. Siqueira da Côsta), sítia á actual rua de S. Cristóvam, em frente á Miguel de Frias e limitada pelo lado esquerdo do rio. Ao bispo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, que regeu a diocese fluminense desde 1774 até 1805, foi que deceu o cafeeiro a propagação em parte do interior do actual Estado do Rio de Janeiro. Tendo-o cultivado em sua fazenda do Capão Inhaúma, forneceu logo mudas, tiradas dali, ao padre Antonlo Couto da Fonsêca, proprietário de um sítio em Mendanha, e ao padre João Lôpes, dono de terras cultivadas no distrito de São Gonçálo. Parece que da lavoura do padre Antonio Couto da Fonsêca saíram as sementes ou mudas que primeiro se plantaram em Rezende, de onde irradiou a rubiácea pelo vale do Paraíba em fôrâ.

Ao marquês de Lavradio, que vice-reinou aquí de 1769 a 1779 e tambem coube estil-

mular a disseminação da preciosa planta pela baixada fluminense, chegando até a conceder isenção do serviço militar aos moradores de S. João Marcos que cultivassem certo número de cafeeiros. Afirma Honório Lima ("Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis", Niterói, 1889) que o município angrense foi o terceiro da região fluminense onde se agricultou a "coffea arabica".

Para que se faça idéa do impulso que tomou essa cultura no território fluminense, basta que se saiba que em 1828 se entregavam a ela, na zona confinante com a fazenda nacional de Santa Cruz, 173 lavradores, os quais, com o auxilio de 6.309 escravos, colhêram no referido ano 173.820 arrôbas (v. "O Tombo", Rio de Janeiro, 1829, pags. 169-175).

Ora, esse desenvolvimento da lavoura cafeeira, operado em fins do século XVIII, foi justa compensação da baixa do rendimento das lavras auríferas, fenômeno a que se cingia capitalmente a inconfidência mineira de 1789. Os comboios que traziam o ouro para a baía de Guanabara (para nenhum outro porto podia êle ser conduzido, em razão da carta régia de 18 de março de 1711, que sujeitou a praça de Santos ao governo do Rio de Janeiro, proibiu que das Minas houvesse comunicação com aquêla e só a permitiu com êste pelo "caminho novo", como se vê na coleção "Governadores do Rio de Janeiro", I, XX, fls. 25, do Arquivo Nacional), foram sendo substituídas por tropas que transportavam café e outros produtos da região sertaneja, até que em meados do século XIX, se iniciasse a primeira via férrea de penetração do interior fluminense-paulista-mineiro.

Antes de serem fincados os trilhos da S. F. Mauá e da E. F. D. Pedro II, só existiam, com variantes e ramais que a necessidade do tráfego obrigou a abrir, o "caminho velho", dos Guianazes e o "caminho novo", de Garcia Rodrigues Pais, Domingos Rodrigues da FONSECA e Bernardo Soares de Proença.

No "Caminho velho", em vez do primitivo ponto terminal no Atlântico, que era Parati, surgiram os de Jurumirim, Arirô, Itanema, Frade, Mambucaba e Sítio Forte, todos no grande golfo angrense. Nêste é que se despejava a produção de quasi todo o sul e sudoeste fluminense, do chamado norte paulista, da zona meridional de Minas e ainda de Goiás. Até 1864, a antiga povoação dos Santos-Reis-Magos foi, depois do Rio de Janeiro, o porto mais movimentado do sul do Brasil. Para atender-se a tão ativo comércio, impôz-se o franqueamento de novas estradas dali para Bana-

nal-S. José dos Bareiros-Rezende, para Bananal-Cruzeiro, para Rio Claro-Barra Mansa, para S. João Marcos e outros pontos. Algumas, como o terreno o propiciasse, não precisaram de calçamento e ficaram conhecidas por "estradas de barro", qual a de Angra e Rio Claro; outras foram macadamizadas, parcialmente, pelo menos. Tais são: a de Mambucaba, que ocupa em parte o "caminho velho", trifurcando-se, entre a Sérra Geral e a Sérra do Frade, para Cunha, para Arêas e para Bananal; Bananal — ponto de onde partiam caminhos para Rezende e para Barra Mansa (êste último depois transformado na E. F. Bananalense) — liga-se por boas estradas aos portos angrenses de Jurumirim, Arirô, Frade e Bracuí, as quais se deveram principalmente a intensificação da lavoura cafeeira nas zonas do sudoeste fluminense e do nordeste paulista; Rio Claro, além da "estrada de barro", para Angra, ainda a esta se liga pela "estrada do Caramujo", bem como a Jurumirim, pela "estrada de João de liveira".

Todos esses caminhos devem ter sido abertos ou melhorados, de fins do século XVIII até à primeira metade da centúria seguinte. A maior atividade do tráfego por elas realizado foi entre 1840 e 1864. Em 1845, por exemplo, havia em Jurumirim uma das mais pujantes casas comérciaes do sul do Brasil: — era a de José Francisco da Silva que como commissário de café e outros gêneros, possuía em movimento um capital de cêrca de 4.000.000\$000 (equivalente talvez a 40.000.000\$ de hoje), e, para o transporte marítimo dos produtos em que negociava dispunha de três navios a vela e de mais 16 barcos pequenos.

Contratada pelo governo impérial em 10 de maio de 1855, a E. F. D. Pedro II — cuja construção foi imediatamente encetada e cujos trilhos foram locados, com pequenas variantes, no "caminho novo", aberto por Garcia Rodrigues Pais, de 1698 a 1704 — chegou a Queimados em 29 de março de 1858 e a Belém, a 5 de novembro do mesmo ano, e a 1º de setembro de 1864 ficou concluído o trêcho até Barra do Pirai; em 1871, atingiu a ponta dos trilhos, na linha do centro, a Porto Novo do Cunha, e em 1874 e 1877, respectivamente, alcançava Queluz e Cruzeiro, no ramal de S. Paulo. Canalizando-se pela ferrovia as mercadorias e os passageiros da extensa zona a que serve — começaram a despovoar-se os caminhos destinados ao golfo angrense. A velha povoação dos Santos Reis Magos e os seus outros empórios entravam em decadencia, de que ainda não resurgiram.

A variante do "caminho novo" devida provavelmente a Bernardo Soares de Proen-

ça e que ficou ultimada antes de 1725, vinha de pouco abaixo de Patí do Alfêres até á Serra dos Orgams e daí ao pôrto da Estrêla, no rio Inhumirim. Outra estrada, ainda mais curta do que essa foi franqueada depòs, em data que se não pôde precisar, — do agora chamado Encruzilhada — pois por ali passava o “caminho nôvo”, e com êste se cruzou e ainda mais nôvo, abaixo da cidade de Paraíba do Sul, vinha, por Cebôlas, Pampulha, Padre Corrêa, até á fazenda da Mandiôca (que pertenceu a Langsdorff e foi depòs adquirida pelo govêrno imperial, que ali estabeleceu uma fábrica de pólvora), onde entrava na variante anteriormente abêrta. Por êsse último caminho foi que viajou o Tiradentes, de Villa Rica para a cidade do Rio de Janeiro, em março de 1789, prégando em todos os pontos onde passou a independência do Brasil sob a fôrma republicana.

Em 1819 e 1820, a Junta do Comércio do Rio de Janeiro afim de facilitar o tráfego com a região do noroêste fluminense, e do sul e oêste mineiros, fez uma estrada que partia do “caminho nôvo” em Iguaçu, e, em vêz de atravessar a Serra da Viuva, passava por outra parte dêla, que se ficou, por isso, chamando sêrra da Estrada Nova; daí seguia para Vassouras, onde, subindo á esquerda para o logar chamado Desengano e á direita para o ponto denominado Comércio, ambos ás margens do Paraíba, ia encontrar as vias comuns, já existentes, para Valença e Rio Preto e para o vale do Paraíba. Esse novo meio de comunicação, preferido pelas boiadas e varas de pôcos, com que a zôna pecuária mineira do rio das Môrtes abastecia o Rio de Janeiro, ficou sendo conhecido (como se vê em Saint-Hilaire, “Voyage aux sources du Rio de São Francisco et dans la province de Goiás”, Paris, 1847, t. I, dag. 23), pelas denominações de “caminho do comércio”, “caminho novo” e “estrada nova”.

Finalmente, o “caminho da sêrra”, como vulgarmente se chamou na primeira metade do século XIX, e que ficou sendo o preferido para as comunicações com Minas Gerais, era o da última variante do “caminho nôvo”, já mencionada acima até ao pôrto da Estrêla. No seu percurso até á cidade da Paraíba do Sul, era o seguinte (consoante com as informações de Raymundo José da Cunha Mátos, “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas provincias de Minas Gerais e Goiás”. Rio de Janeiro, 1836, 2 volumes): — do Rio de Janeiro, a Pôrto da Estrêla, 5 léguas; de Pôrto da Estrêla a Mandiôca, 2 léguas; (3 léguas, segundo Saint-Hilaire); de Mandiôca a Padre Corrêa, 5 léguas; de Padre Cor-

rêa ao Rancho do Almeida, 3 1/2 léguas; do Rancho do Almeida a Bôa Vista da Pampulha, 2 1/2 léguas; de Bôa Vista da Pampulha á Fazenda do Govêrno, 2 1/2 léguas; da Fazenda do Govêrno á cidade da Paraíba do Sul, 2 léguas. Eram, ao todo, 22 1/2 léguas, notando-se que a maior distancia era a do trajêto da cidade do Rio de Janeiro ao Pôrto da Estrêla, passando pela Penha, assim como por entre Pavuã e Meriti, até atingir ao Pilar e logo adiante ao Pôrto da Estrêla. Quem queria fazer essa viagem mais rapidamente, comodamente, por mar, embarcava no antigo cais dos Mneiros (assim chamado por que por isso preferiam os filhos da terra dos inconfidentes) e, dento em seis horas chegava ao Pôrto da Estrêla, distante apenas duas léguas da fôz do Inhumirim, no fundo da baía de Guanabára.

Do intenso comércio de transito que se realizava pelo pôrto da Estrêla, entre o interiôr de Minas Gerais e da provincia fluminense, com a praça do Rio de Janeiro, pouco dizem os autores patricios. Assim é que Pizarro se limita a meia dúzia de palavras (op. cit. volume III, pags. 265-266; e vol. IV, pags. 108-109). Referencias mais precisas, umas ligeiras e outras minudenciosas, encontram-se nos seguintes escriptôres, que por ali passaram para o interiôr do Brasil, em varios anos da primeira metade do século XIX: — John Maw, “Travels in the interiôr of Brasil” (Londres, 1812, obra de em varios anos da primeira metade do século, holandês e português), pag. 10 da versão publicada em Bélo Horizonte (1922); Dr. Carl Friedl., Phil. von Martins und, J. B. Spix, “Reise in Brasilien” in den Jahren, 1877 bis 1820” (Munich, 1923-1831, 3 vols. e 1 atlas), vol. I, pag. 156; J. Friedrich von Weech, “Noticias of Brasil in 1828 and 1829” (Londres, 1830, 2 vols.); e Comte de Suzannet, “Souvenirs de voyage— Les provinces du Caucase — L’Empire de Brésil”, Paris 1846, pag. 259.

Da sua passagem, duas vêzes, pelo Pôrto da Estrêla, em 1819, deixou Saint-Hilaire ampla noticia em sua obra: “Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la province de Goiás” (Paris, 1847, 2 volumes 3, t. I, pags. 4-7. Ali, attribuiu êle a importancia, então adquirida por aquêla localidade, não só ao algodão, que vinha de Minas Nôvas, como tambem ao café que já se começava a exportar do sul da provincia de Minas Gerais, o que não datava de pequêno número de anos atrás, confôrme acentuou.

O declínio do Pôrto da Estrêla como empório de tráfego comercial, deu-se ainda mais cedo do que o dos pôrtos do gôlfo angrense, e foi motivado pela contrução da

E. F. Mauá, por um lado, auxiliada pela rodovia União e Indústria, e pela E. F. D. Pedro II, por outro lado.

Irineu Evangelista de Sousa — o grande realizador patricio do século XIX, brasileiro com a atividade peculiar dos "yankees" e cuja portentosa influencia em nossa evolução econômico-financeira foi recentemente posta em foco pelo brilhante e oportuno estudo, devido ao sr. Alberto de Faria, — obteve concessão do governo imperial para construir uma via-férrea desde o mar até á Rais-da-Serra, assim como para a navegação entre o ponto inicial dessa estrada e a cidade do Rio de Janeiro. Foi essa a primeira estrada de ferro que teve o Brasil. Inaugurada, em maio de 1854, de Mauá a Fragoso, chegava em dezembro de 1856 á Rais-da-Serra. Assim, partindo de um ponto mais ao fundo da baía de Guanabara, além da fôz do Inhumirim, galgavam os trilhos uma extensão de 18 kms., atingindo ao "caminho novo". Vendo o enorme encurtamento de distancias entre a entrada de Minas Gerais e o porto de Mauá, — quasi uma reta, qual o demonstra qualquer boa carta geografica, — tambem pediu e obteve concessão, a 13 de dezembro de 1852, para outra ferrovia de Petrópolis até ao rio Paraíba, nas imediações do ponto chamado Tres Barras, e daí até Porto Novo do Cunha.

Esse traçado, porém, — que, partindo da linda cidade banhada pelo Piabanha, era, em quasi metade da sua largura, o mesmo da última variante do "caminho novo", — estava destinado a não receber trilhos, mais atraídos pela zona fluminense de onde se aproximavam as prósperas terras de S. Paulo. A grande curva para a Barra do Pirai foi imposta pelo café paulista.

Mas outro compatriota nosso, de larga visão prática e tambem de benemerencia por serviços inestimáveis — Mariano Procópio Barbosa Lage, — muito concorreu para transformar em realidade, embóra de outra fórma, o projeto de Irineu Evangelista de Sousa. Foi a estrada de rodagem União e

Indústria, cuja concessão é igualmente de 1852. Construiu-se apenas o trecho de Petrópolis a Juís de Fóra. O plano de Mariano Procópio era, entretanto, complementar do de Irineu Evangelista de Sousa, porquanto a concessão obtida pela Companhia União e Indústria era, — e isso quando ainda não se cogitava da E. F. D. Pedro II, — para uma estrada carroçavel, que, partindo da então vila de Paraíba do Sul, fosse ter a Pôrto Novo do Cunha: dêste último ponto sairiam dois ramais, um para Mar de Espanha, com destino a Ouro Preto, e o outro para o rio das Velhas, passando por Barbacena, donde se faria um egalho para S. João del-Rei. Esse plano gigantesco, que a Companhia União e Indústria só executou em pequena parte, e que parecia uma previsão do movimento rodoviario contemporaneo, provocado pelo invento do automovel, está sendo aproveitado pelo governo de Minas, auxiliado pelas municipalidades que, patrioticamente, cuidam ali mais de administração honesta e sábia do que de politicagem retrógrada e funesta.

Seja com fôr, os antigos caminhos, — quer franqueados pelos índios nas suas incursões do interior para o litoral, quer o aberto por Garcia Rodrigues Pais, Domingos Rodrigues da Fonseca e Bernardo Soares de Proença, por causa das riquezas metalicas descobertas pelos intrépidos bandeirantes paulistas no "hinterland" mineiro, — representaram papel relevante em nossa evolução econômica e chegaram ao apogeo da sua importancia comercial em meados do século XIX, graças principalmente á lavoura cafeeira nas terras fluminenses, mineiras e paulistas. Foi a intensificação dessa nova cultura que impoz novos caminhos ou variantes dos vélhos. E, finalmente, foi ainda ela que concorreu poderosamente para que sobre dilatada porção dessas primitivas vias de comunicação se lançassem trilhos, sem os quais o progresso do interior não teria nunca a marcha acelerada, que patenteia o vigor da nossa operosa gente e a bondade da nossa privilegiada terra.

Evolução e distribuição das safras de Café, por Estado

CID BRAUNE

As comemorações do segundo centenário da introdução do café no Brasil, pela sua grande repercussão dentro do nosso país, constituem uma preciosa comprovação de que o brasileiro do norte ou do sul, reconhece quanto tem contribuído para a grandeza da pátria, a sua lavoura cafeeira.

Nestas páginas com que O JORNAL traz seu esforçado concurso ao brilho das solenidades que lembram o auspicioso acontecimento, não faltarão técnicos proficientes, escritores de elite, cujas idéas habitualmente se deixam atrair aos problemas mais profundos da nossa existência nacional e uns e outros atestarão ainda o preponderante valor econômico que representa, para nós a produção das nossas fazendas de café.

Raramente um país se apresenta no cenário das nações tão identificado com uma determinada de suas produções naturais, como sucede com o Brasil e o café.

Dir-se-á que isso é um mal; e repetir-se-á a série de argumentos com que de longa data se combate a monocultura. Em replica, de nosso lado, caberia dizer que tais razões não passam do campo da teoria que a prática não comprova o desacerto do que se quer chamar monocultura, expressão que não corresponde ao que se observa hoje em nosso país, onde culturas novas a cada passo se enraizam, selecionadas segundo a zona a explorar.

E bem pesados aqueles argumentos e tais objeções, não se poderá deixar de chegar a uma conclusão indeclinável: que o desenvolvimento da nossa maior riqueza agrícola, tem resultado de condições peculiaríssimas, extremamente favoráveis ao cafeeiro, atraindo, a rumo claramente definido, nossas melhores atividades rurais, que não forcem a diretriz que as deve guiar, antes se deixam conduzir pelas preferências do solo exuberante que retribue com maior prodigalidade aos que lhe confiam a semente predileta.

Reagir contra essa atração onde, se faz intensa, seria ação desarrazoada, fóra das leis naturais; estas mesmas marcarão o momento em que tal atração se enfraqueceu, e, rumos novos se assinalarão aos nossos agricultores.

Por enquanto, porém, e por muito tempo ainda, o café constituirá o centro da nossa vida agrícola, não apenas onde as condições físicas locais favoreçam a sua cultura, mas em todo o país, pela preponderância que lhe está assegurada na nossa balança comercial.

Muito já se tem escrito sobre a introdução do café no Brasil, há duzentos anos. E' sabido que as primeiras plantas foram trazidas para o Pará, onde, pois, se cultivaram os primeiros cafezais. Os primeiros anos que se seguiram á entrada do cafeeiro em nosso país não podiam deixar de ser simples experiencia, méras tentativas sobre a adaptação da planta. Era muito cedo para se pensar em exportação de café.

Um relatório dos Padres Jesuitas do ano de 1752, ainda se refere á cultura incipiente como a simples experiencia. Já, porém, em 1767, o milionario João Daniel, escrevendo sobre a produção cafeeira no Pará, observava o aumento que ela ia apresentando, começando mesmo a se fazer a exportação para o Europa.

Nessa época não será apenas o norte que ensaiava a cultura do cafeeiro. Pelo Rio de Janeiro novas sementes davam ingresso em nosso país, trazidas, segundo se narra, por um frade franciscano, frei Villasao, que as cultivou em um jardim do Mosteiro de Santo Antonio. Era isso pelo ano de 1762. Ainda não se apuravam safras dignas de menção; só então começam a aparecer as fazendas de café; assim a do conselheiro João Alberto Castelo Branco, no Engenho Velho, e a do padre Antonio Lopes da Fonseca, em Campo Grande, na qual saíram mudas para Rezende e São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Nas vertentes septentrionais da serra dos Orgãos, formaram-se, a pouco e pouco, extensas e ricas fazendas e nas escarpas do vale fecundo do Paraíba atingia a lavoura fluminense plenitude de sua grandeza.

Ao correr dos tempos, o sinuoso rio vê definharem e morrerem as culturas que marcaram uma época no nosso desenvolvimento econômico, enquanto se operava a penetração em São Paulo, como em Minas e no Espirito Santo, do elemento já então preponderante, na formação da riqueza nacional.

As condições naturais encontradas nessas novas zonas estimulavam o plantio do café, e éste se desenvolveu e começou o café a ocupar proeminente posição no quadro das produções dos novos Estados que o acolhiam.

Penetrando em terra paulista, pelo vale do Paraíba, aguas acima, a semente de sua brilhante prosperidade, foge ás condições excepcionais do solo, suas ondulações suaves, sua composição natural, sua terra frouxa, desvendaram excelente produtividade cafeeira.

Em pouco tempo, crescem e avolumam-se as safras paulistas e a vida nova que surge dos cafezais de São Paulo, transborda para além de suas fronteiras, se manifesta em toda a extensa zona do Estado de Minas Gerais que o Rio Grande e a Serra da Mantiqueira delimitam, chega a Goiás e vai atingir, para o sul, o Estado do Paraná.

Esse engrandecimento cria, por seu turno, os órgãos reclamados para o facil escoamento de excesso das safras.

As estradas de ferro, o aparelhamento dos portos, tornam-se fonte de grandeza ainda maior, pelas facilidades que oferecem ás novas explorações agrícolas.

O porto de Santos começa a ser um dos indices mais seguros do nosso movimento comercial. Mas a expansão do cafeeiro no Brasil não se limita aos Estados para os quais se irradiará do vale do Paraíba. Outros se entregam á sua cultura. Assim Baía, assim Pernambuco, assim Ceará, assim Paraíba, passam a inscrever o café entre os produtos de sua exportação.

No entanto, no mercado mundial avultam, á distancia dos demais, os embarques que se fazem pelos portos do Rio, Santos, Baía e Vitória.

O quadro que se segue em que aparecem as oscilações naturais da produção cafeeira, indica o volume das safras exportadas pelos mencionados logares a partir de 1850.

Exportação de Café do Brasil a partir de 1850

(MILHARES DE SACAS DE 60 KS.)

SAFRAS	RIO	SANTOS	BAÍA E VITÓRIA	TOTAL BRASIL
1850-51 a 1859-60.....	2.200	300	50	2.550
1860-61 a 1869-70.....	2.385	450	95	2.930
1870-71 a 1879-80.....	2.850	825	110	3.785
1880-81 a 1889-90.....	3.605	1.868	155	5.628
1890-91 a 1889-900.....	3.113	4.112	505	7.730
1900-01 a 1909-10.....	3.572	9.091	564	13.227
1910-11.....	2.483	8.110	300	10.848
1911-12.....	2.484	9.972	581	13.037
1912-13.....	2.906	8.585	640	12.131
1913-14.....	2.960	10.855	642	14.547
1914-15.....	3.349	9.497	625	13.471
1915-16.....	3.250	11.747	962	15.960
1916-17.....	2.310	9.803	628	12.741
1917-18.....	2.958	12.169	709	15.836
1918-19.....	1.768	7.369	575	9.712
1919-20.....	2.549	4.169	782	7.500
1920-21.....	3.305	10.511	680	14.496
1921-22.....	3.072	8.179	1.011	12.862
1922-23.....	2.669	6.759	766	10.194
1923-24.....	3.798	10.195	871	14.864
1924-25.....	3.082	9.402	1.237	13.721
1925-26.....	3.939	9.082	1.093	14.114
1926-27.....	3.634	9.476	1.074	14.184

A compreensão exáta dêsses algarismos importa ponderar que a expansão do caféiro não tem correspondido um crescimento incessante e excessivo da sua produção, como se apura do seguinte quadro de médias:

SAFRAS EM 5 ANOS	MÉDIA DA PRODUÇÃO NO BRASIL
1900-01 a 1909-10.....	13.227
1910-11 a 1914-15.....	12.789
1915-16 a 1919-20.....	12.350
1920-21 a 1924-25.....	13.247

Expandido por todos os Estados do Brasil, o caféiro vale porém, para nós, como simbolo da unidade nacional; as parcelas de nosso país, e todo êle, se identificam com o café. Tendo em atenção dados referentes á safra de 1919-1920 foi organizado o seguinte quadro da produção total do café do Brasil naquele ano agrícola, e no qual aparecem os nossos Estados na ordem da sua produção:

ESTADOS	QUANTIDADE EXPORTADA
Minas Gerais.....	4.212.500
São Paulo.....	5.569.816
Rio de Janeiro.....	1.360.683
Espirito Santo.....	1.031.650
Baía.....	426.133
Pernambuco.....	254.416
Paraná.....	84.766
Goiás.....	55.733
Ceará.....	50.316
Paraíba.....	46.500
Santa Catarina.....	19.866
Alagoas.....	14.250
Sergipe.....	5.866
Acre.....	4.816
Pará.....	4.400
Distrito Federal.....	1.400
Amazonas.....	1.000
Mato Grosso.....	766
Maranhão.....	183
Rio Grande do Sul.....	100
Piauí.....	16
Rio Grande do Norte.....	16

Por aí se observa como se tem generalizado no nosso país a cultura caféiera e a parte com que cada um dos nossos Estados contribue para a soma representativa da nossa exportação de café, que deixa sempre a longa distancia os demais produtos nacionais.

A prosperidade econômica dos Estados que se podem classificar como essencialmente caféiros e que estimulam os demais, repercute em suas finanças, não apenas indiretamente pelo acrescimo da massa geral da riqueza dos individuos e do movimento e operações daí decorrentes: mas, direta e imediatamente, pela progressão que traz ás suas rendas, provenientes de impostos.

Dentro de cada Estado caféiro os saldos ou "deficits" orçamentarios, com as suas consequencias, resultam da maior ou menor exportação de café dentro do exercicio financeiro, e do maior ou menor preço obtido pelo produto, pois que entre varias tributações que incidem em todos êles, sobre o café, avulta o imposto "ad valorem".

Por isso mesmo, a evolução das safras de café, a distribuição delas pelos Estados, e as condições em que se apresentam em cada um dêles, são hoje questões a que os poderes públicos não podem deixar de atender, como as de seu interesse proprio, imeliato.

Eis o valor em réis e em libras esterlinas das nossas exportações de café nos anos de 1922 a 1925:

ANOS	QUANTIDADE EXPORTADA	VALOR EM RÉIS	VALOR EM LIBRAS
1922.....	8.329.729	1.071.741:464\$000	31.576.447
1923.....	9.668.233	1.489.951:300\$000	33.094.658
1924.....	9.505.803	2.030.985:531\$000	50.037.601
1925.....	9.101.055	2.075.165:985\$000	52.361.271

Influencia da imigração branca sobre a lavoura de café no Espírito Santo

ARCHIMIMO MATTOS

Para atingir ao fim principal do presente trabalho, necessário se tornaria lançarmos as nossas vistas para o passado, recordando que só após o esgotamento dos meios de escravização da raça negra, se voltaram as classes rurais para o problema da colonização das nossas terras, pelos brancos e livres. Não fôra, isso, e a propaganda lenta que se ia infiltrando aos poucos no animo dos nossos governantes em prol da libertação, embora parcial dos homens maquinas, e poucos se lembrariam de experimentar o braço livre.

Entretanto, vamos encontrar neste Estado, já em 1847, a fundação de sua primeira colônia constituída de brancos, com a instalação, nesse ano, da colônia de Santa Isabel, com séde na Vila de Viana, há poucos quilometros desta Capital, entre o rio Jucú e o Braço Sul; na altitude de 430 metros, tendo por seus primeiros habitantes estrangeiros, 163 alemães.

Em 1833 a então colônia, tinha já 600 alemães, 2.000 brasileiros e 400 individuos de outras nacionalidades.

De seu progresso não é preciso referir mais, que ela constitue hoje dois municípios, o de Viana e o de Domingos Martins, ambos prosperos; especialmente este último, cuja séde é a Vila do mesmo nome do município, por seu comércio ativo, estabelecimentos públicos, igrejas, escolas, etc., sendo séde de comarca.

Tem ainda a vila de Santa Isabel, antiga séde, ácerca de dois quilometros da E. de F. Leopoldina. Esta recebe a produção do município, pelas estações de Germania, Marechal Floriano e Araguaia, igualmente sédes de comércio regularmente forte e centros de vida social dos agricultores do redor.

Quem viaja pelo interior dêsse municípios, sente ainda a impressão de que o espirito, a organização de trabalho, os costumes, são sempre alemães, embora com algumas modificações impressas pela atração do meio.

Familias há, nascidas no Brasil e filhas de brasileiros que falam ainda o alemão e não sabem, ou não querem saber, que são brasileiras.

Foi este o primeiro nucleo colonial fundado por trabalhadores europeus, seguindo-

se em 1834 o de Rio Novo fundado em dezembro por uma associação que o transferiu ao governo, por contrato de 7 de outubro de 1871, quando o inolvidavel presidente da Provincia José da Costa Pereira, regulamentou-o.

Fundado por 929 colonos, occupava as terras dos municípios de Itapemirim e Benevente, estendendo-se pelas margens dos rios Novo, Benevente, Iconha e Itapemirim, e dividindo-se em cinco territorios; o primeiro com séde em Santo Antonio, o segundo á margem do rio Benevente, com 230 tírolezes recebidos em 1875; e, logo depois, com a população aumenta para 800 almas; o terceiro, instalado no município de Benevente e Itapemirim, abrangendo o porto de Iconha, em 1833 já contava 1.350 habitantes dos quais 926 italianos. Em março de 1878 recebeu mais 773 italianos e os primeiros cearenses entrados em massa neste Estado em numero de 264. Foi esse território dividido em secções com as denominações de S. Joaquim, Rodeio, São João, Virginia, Palmeiras, Richmond e Mundo Novo; o quarto território banhado pelos rios Benevente e seus afluentes São João e Crubixá, em julho de 1875 recebia os seus primeiros imigrantes todos austriacos que, reunidos a italianos e brasileiros introduzidos de outras colônias, se dividia em 512 propriedades; o quinto território localizado nos municípios de Benevente e Guarapari, ácerca de 17 quilometros da povoação de Alfredo Chaves (hoje séde do município e comarca), em 1876, recebia os seus primeiros povoadores, tendo já em 1833, 437 italianos e 39 brasileiros. Prosperando graças a atividade dos seus habitantes e á qualidade de suas terras, banhadas por inúmeros cursos d'agua que a cortava em todas as direções, a colônia do Rio Novo, já em 1833, possuía uma população de 4.961 almas e exportava 1.812.500 quilogramas de café acrescidos para 2.033.600 quilogramas em 1836.

1857

Pela ordem crônologica segue-se a colônia de Santa Leopoldina que em 1857, teve como fundadores 140 suíços, passando a possuir 2.000 habitantes em 1870, 5.000 em 1874 e 11.000 em 1884, sendo êles uma mescla de alemães retirantes da guerra franco-alemã de

1870, de holandeses, polacos e franceses; êstes ultimos em número reduzido.

Passou a se constituir dos nucleos de Timbui, Santa Cruz, Conde d'Eu onde se localizaram tambem italianos e austriacos, e sua exportação em 1884, já era de 2 milhões de quilos de café.

E' hoje Santa Leopoldina, séde da comarca e município do mesmo nome, possuindo comércio atacadista que fornece para o interior e faz importação diréta do exterior.

Tem sua comunicação com Vitória pelo rio Santa Maria pelo qual faz átiva navegação em embarcações de pequeno calado; e por uma estrada de automóvel que, ligando-a a Vitória, segue tambem para Santa Tereza de que falaremos abaixo.

E' um dos mais prosperos municípios do Estado tendo tido uma renda de 142:200\$000 em 1925 e 219:620\$000 em 1926.

Pelo seu porto, em 1911 saíram 20 mil sacas de café e em 1926, 139.102 sacas no valor de 25.028:000\$000, apesar de parte de sua produção se escoar por outras vias de transporte.

SANTA TEREZA

1875

Foi Santa Tereza, prolongamento da colônia de Santa Leopoldina, sendo a principio séde do nucleo Timbui. Recebeu os seus primeiros povoadores em junho de 1875, compostos de tirolezes, venetos e cremonezes, hospedados, ao chegarem, no logar Quatro Barracões, hoje Santo Antonio.

Em 1886 o Inspetor Especial da Provincia, referindo a prosperidade da nova colônia dizia:

"Não é rara a riqueza de réis 10:000\$ a 20:000\$000 entre os imigrantes estabelecidos há mais de 8 anos. Existem muitos com mais de 20:000\$000 e, pelo menos seis com fortuna superior a 5:000\$, figurant entre êstes os alemães Albert Walcart e Luis Holmeister, cujos haveres são avaliados em importancia superior a 100:000\$000, cada um".

Nêsse ano já havia ali 1.382 habitantes, crescimento devido em parte as suas vias de comunicação abertas em 1882, com a estrada para Santa Joana, a de Timbui a Tres Barras e a de Santa Tereza a Santa Leopoldina.

Falar de Santa Tereza é recordar o drama intenso de "Chanaan", vivido nas terras ferteis dêsse municio.

Ainda há pouco, amigos e colegas de jornalismo, constituíamos o que se convencionou

chamar pomposamente "Embaixada Jornalística" e lá fomos rumo de Santa Tereza, deleitando-nos com o encanto da viagem de Santa Leopoldina (36 metros de altitude) á hoje cidade de Santa Tereza (366 metros), onde fomos recebidos com a mais cativante fidalguia.

No meio das festas ruidosas com que se dignou mimosear-nos áquela fidalga gente da risonha e encantadora Santa Tereza me não saía da memoria o vale do Timbui, celebrado por Graça Aranha.

Pela manhã lá fomos visita-lo e, do alto da serra, tivemos o encantamento da grandeza imensuravel daquelas terras, povoadas por titans que a elas se dedicam com entranhado amor, confundindo-se homem e terra, numa comovedora e brilhante afirmação do futuro brilhante que nos está reservado, sobre ser a mais eloquente prova do civismo de um povo, produto do caldeamento perfeito, da amalgama indissolúvel do imigrante ao nativo, irmanando-se, integrando-se para felicidade comum da Pátria hoje igualmente comum.

A antiga colônia de Timbui, é hoje o rico município de Santa Tereza, feito pela dedicação do braço italiano, ligado intimamente á terra que o hospedou fidalga e carinhosamente.

Entretanto não escapa ao observador a influencia inconfundivel dos costumes e hábitos italianos, afirmando-se no estílo das construções, no modo das culturas, nas coisas materiais como nas morais, e nas relações de sociabilidade mantidas com a maior das cordialidades.

[Após a colônia hoje Santa Tereza foi estabelecida a de

CASTELO

em 1880, cuja criação foi composta pelo Inspetor de Terras, Alfredo Chaves. Localizada s margens do alto Benevento, acima da Fazenda Quatinga, recebeu logo seus primeiros colonizadores italianos.

Era diretor dêsse nucleo, como tinha sido do de Rio Novo até á sua emancipação, o engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Pacca a cuja atividade e dedicação na sua fase colonizadora muito deve o Espirito Santo.

O nosso dedicado e ilustre compatriota dr. Antonio de Araujo Aguirre de cuja tese apresentada ao 8.º Congresso de Geografia reunido nesta Capital, vamos colhendo os mais importantes informes para êste rápido esboço historico, referindo-se ao dr. Joaquim Pacca, diz que êle "conhecia todos os segredos do povoador das terras do futuro, da vida facil, risonha e bela que seria uma perfeita ansia de posse e de felicidade".

Na voragem, na peleja ardente de renovar, havia uma furia historica de distincção para chegar a Serra da Boa Vista, atacando de uma vez todos os afluentes do Benevente, estudava se o curso das aguas, travavam-se caminhos, estradas e trabalhos de derribar o mato e agora podemos avaliar o grão de amplitude que mantinha no seio do deserto, para reagir contra o individualismo, sem reparar, nem mesmo olhar de permeio da sua obra, os rebentos da vida destacados da terra prometida. Do alto da Boa Vista, porém, podia-se contemplar a onda de devastação nas pequenas abertas na floresta, casas toscas construidas de ambos os lados do alveo do Benevente e os caminhos feitos pelo homem e pelo casco dos animais.

A Boa Vista, desfiladeiro projetado das alturas que mal segurava a terra do córte da sua encosta para dar passagem, premiação o rio contra o morro fronteiro, formando cachoeiras brumosas de mobilidade perpetua, deformando a topografia suave do vale no começo da secção Urania.

Marchava-se para a frente e com segurança. E por isso mesmo estamos certos de que há de marcar um ponto, sua figura inconfundível, brilhante na historia da colonização, êle que tantos marcos mandou fincar nas fronteiras alheias.

Até agora temos a preocupação de construir; a tempo virá a noticia de quem construiu melhor.

Isso que ai fica é apenas a descorada demonstração da época agitada de sua passagem pelo Rio Novo e Castelo, fundados por êle de fórma completa e estável, conforme observou uma autoridade insuspeita, depois de percorrer as colónias do Estado".

Recebeu o novo nucleo em janeiro dêsse ano, 417 italianos, seguidos de outros, de modo que no ano seguinte já a sua população orçava por 1.079 individuos perfeitamente localizados em lotes demarcados, onde a cultura de café se elevava já a 150.000 pés.

Os colónos, oriundos das provincias de Udine, Bolonha e Treviso, constituiram as secções de Cachoeirinha, Matilde, Carolina, Maravilha e Iracema, que em 884 tinham já 260.000 caféeiros.

Posteriormente vieram as ceções de Urania, Virginia, Guiomar, Araguaia e Iriritimirim, tendo merecido a escolha para então, a hoje vila de Alfredo Chaves, sede de município e comarca do mesmo nome.

Do acerto da localização desses colónos, resultou a fundação de magnificos e ricos centros agricolas organizados em torno de muitas das secções citadas, por onde atravessa hoje a E. F. Leopoldina, carregando a produção e a riqueza daqueles grandes celeiros do Estado.

Alfredo Chaves, Matilde, Guiomar e outros, são nucleos de população laboriosa e ordeira, constituidos hoje por milhares de italo-brasileiros que, embora não esquecidos da sua origem, e por isso mesmo, elogiáveis, são legitimos brasileiros pelo nascimento, pelo coração, pelo espirito.

Dos velhos italianos, poucos se encontram hoje; êstes mesmos porém, amando a terra que os hospedou com as mesmas ternuras e o mesmo devotamento dos seus naturais.

O NUCLEO SANTA LEOCADIA

fundado em 1887, foi localizado, nas margens do correjo Bamburrall, afluente do rio São Mateus, e, povoado por italianos que, máo grado as dificuldades de transporte, tem hoje sua sede com diversas casas comerciais, escolas, etc., e já chegou a exportar 20.000 sacas de café.

Nêsse mesmo ano fundavam-se os nucleos Antonio Prado e Acioli de Vasconcelos, ambos povoados por italianos.

Do primeiro, assente sobre as margens do rio Mutum originaram-se os povoados de São Jacinto, Santa Maria, Mutum, Baunilha baixa, Baunilha de cima, Corrego da Ponte e Colatina.

Este último é hoje a cidade de Colatina, importante centro comercial do alto Rio Doce, sede de comarca e município, atravessado pela E. F. Vitória a Minas que dentro dêle tem 7 estações, todas movimentadas pela apreciavel produção agricola ali obtida.

O de Acioli de Vasconcelos, embora fundado nêsse ano, só recebeu colónos em 1889 depois dos primeiros trabalhos préliminares. Teve por sede Páu Gigante, hoje vila, possuindo os povoados de Ubás, Triunfo, Esperança, Treviso, Café, Otêlo e Alto Bergamo.

Foram os últimos serviços do Imperio que nos legaram assim as bases da nossa riqueza futura, indicando-nos o caminho a ser percorrido.

Em 1892 já então construida a hospedaria de imigrantes, no local onde é hoje a Penitenciaria do Estado, o governo estadual contratou a entrada de 20.000 imigrantes europeus em julho; e, em agôsto, com mais 2.000 portuguezes e espanhóis.

Com a chegada de 972 portuguezes, foi rescindido o contrato com essa companhia.

Pela República foi Demetrio Ribeiro o primeiro nucleo colonial estabelecido em 1891, tendo por secções Crubichá, 13 de Junho, Clotario, São Carlos, Alto Bergamo, São Benedito, Tranquilo e 13 de Maio.

Em 1913 visitámos a sede de Demetrio Ribeiro, onde encontrámos grande popula-

ção genuinamente italiana e até escolas mantidas pelo governo italiano.

Ai estabelecemos as bases para um entendimento entre colôns e professores nacionais, de modo que viessem aqueles a aceitar, sem constrangimento, o ensino ministrado entre nós.

Nessa ocasião tivemos igual função, nos municípios de Santa Leopoldina e Santa Isabel (hoje Domingos Martins), para evitar que continuassem a receber ensino alemão, os nossos patricios ali nascidos.

Vem a seguir o núcleo Moniz Freire, em 1894, ao sul do Rio Doce, terrenos dos municípios de Linhares e Riacho.

A sua colonização, mixta de italianos e brasileiros, não obedeceu aos mesmos métodos dos anteriores, de sorte que a sua prosperidade se manifestou apenas com a organização dos pequenos centros de Cavalinhos, Lagôa do Limão, Brasil, 7 de Setembro, 15 de Agosto, São Emilio, Ribeirão, Retiro, Taquaral, Santo Antonio, São Gabriel e Gabriel Emilio, muitos dos quais hoje desaparecidos.

O município de São Mateus que já possuía desde 1887, o núcleo Santa Leocadia, teve em 1891 o de Aimorez apenas fundado pelo governo, e impulsionado por particulares daquele município. Com a República começou a empalidecer a nossa boa estrêla em materia de colonização, e tanto isso é verdade que, estudando-se o que vinha de ser feito pelo Imperio, as nossas novas fundações mostravam-se menos que ensaios, algumas vezes falhos, inconscientes, revelando o pouco amor ás coisas patrias, a quasi nenhuma dedicação ás coisas que tão de perto se relacionam com o nosso futuro.

O núcleo Moniz Freire mal organizado como mal dirigido e o de Aimorez apenas fundado e logo entregue á sua própria sorte, são testemunhas de tal modo eloquente, que dispensam quaisquer comentarios.

Apesar disso, floresceu este com os seus habitantes originarios de Verona, Padova, Modena, Milano e Napoles, em número de 498, e localidades em Nova Venecia.

Tem hoje 5.000 habitantes e em 1925 exportou 50.000 arrobas de café, tendendo a aumento porquanto a estrada de ferro São Mateus, ali em construção, virá trazer aquella gente o transporte por que há tantos anos reclama.

NUCLEO AFONSO PENA

Fundado em 1907, no governo honrado do distinto espiritosantense coronel Henrique Coutinho que o passou no ano seguinte á administração do Governo Federal.

Suas terras banhadas pelo rio Guandú, no município de Colatina, recebem tambem as aguas do Santa Joana e Capim.

A sua população era de 525 habitantes em 1909; 1.158 em 1910; 2.024 em 1911; 2.201 em 1912; 2.403 em 1913; 2.049 em 1914 e 15; tendo diminuido em 16 e 17 para atingir a 3.142 habitantes em 1918 e 4.292 em 1920, quando a sua exportação attingiu a importancia de Rs. 1.849:700\$000.

Pelo historico que vimos de fazer da introdução de elementos estrangeiros no Espirito Santo, se verifica quão benéfica foi essa orientação que nos veiu libertar do vergonhoso estado em que nos achavamos, preparando-nos o advento de uma nova era de trabalho e de progresso.

Com pezar, porém, sómos obrigados a confessar envergonhados que a República tem, nesse particular se descuidado dos nossos interesses, deixando de atrair novas correntes imigratórias conforme toda a nossa situação geografica, social, econômica e financeira está a exigir.

Que tem sido um criminisio indifferentismo dos governos republicanos, basta attentar que, enquanto os países europeus sofrem da verdadeira plethora de braços e atividades, nós vivemos nos debatendo em crises diversas que se podem resumir numa crise única, a de gente.

Não se comprehende que possuindo grandes tratos de terras incultas, estejamos a vender por preços de usura as terras, aos minguados hectáres, além de não arrastarmos para o nosso convívio, para cumungar conosco nos nossos ideais de trabalho proveitoso, as enormes massas desocupadas que definham em outros países á mingua de recursos.

O Espirito Santo, com uma população hoje de 500.000 habitantes tem-n'a localizada quasi toda ao sul do Rio Dôce, pois ao norte desse rio, temos pouco mais de 30.000 habitantes, quando as terras ali são de cerca de 2/3 da área total do Estado.

Parece incrível que até há bem pouco tempo nós não tivessemos apercebido dessa inércia.

Nem se argumentará com quaisquer razões contrarias a atração de uma vigorosa imigração estrangeira, porquanto, a que tivemos a rara felicidade de introduzir até agora, é o mais valioso alicerce das nossas riquezas.

Al estão para demonstra-lo os municípios de Domingos Martins e Santa Leopoldina, com as grandes e vultosas fortunas dos alemães entrados ali como pequenos agricul-

tores; ali estão todas essas localidades acima referidas onde vamos encontrar os italianos perfeitamente identificados com os nossos interesses, além de assimilados ao meio pátrio para nos atestarem eloquentemente o acerto com que andaram os que, antes de nós, cogitaram de povoar estas terras benditas para nos legarem a riqueza e o conforto que hoje desfrutamos.

Da estatística publicada pelo Ministério da Agricultura em 1924 consta a existência no Espírito Santo de 18.754 estrangeiros, assim discriminados: alemães 1.308; austríacos, 722; belgas, 24; franceses, 63; espanhóis, 1.055; ingleses, 28; italianos, 12.553; portugueses, 1.728; de outros países da Europa, 264; argentinos, 54; chilenos, 6; norte-americanos, 35; paraguaios, 1; uruguaios, 2; outros países da América, 1; japoneses, 1; terras asiáticas, 810; de outros países, 74.

Por ela se vê que o maior contingente nos fornece a Itália, colocando-se em segundo lugar Portugal, em 3.º a Alemanha, em 4.º a Espanha, e em 5.º a Austria para só nos referirmos aos europeus.

Por esses dados facilmente se verificara da necessidade de incrementarmos a entrada de novas correntes imigratórias, notadamente de europeus, entre os quais não podemos deixar de dar as nossas preferencias ao grupo latino, por mais próximo de nossos hábitos, quasi com as mesmas tendencias e, por isso mesmo, mais adaptáveis ao novo país em que terão de viver.

A sobrepujar essas vantagens encontramos a da constituição de um tipo étnico, sem grandes modificações a se darem no tipo brasileiro, para cuja amalgama entram com elementos mais apropriados.

A colonização alemã, posto que operosa, e de qualidades de resistencia física apreciavel, não se aproxima dos nossos hábitos, não aceita senão tardiamente as nossas instituições, conservando-se a parte, inassimilavel por dezena e dezenas de anos, durante os quaes o seu tipo étnico é conservado, como a revelar o seu protesto diante da mistura inevitavel com o decorrer dos tempos.

A colonização portuguesa, que tanto tem concorrido para a fusão das sub-raças aqui existentes, deixou de ser atualmente um fator necessario, porque, mais orientada para a vida comércial, desertou quasi inteiramente das zonas rurais e dos serviços agricolas.

Ainda assim, houvesse uma melhor orientação no aproveitamento das correntes imigratórias que nos procuram espontaneamente e esta, como a imigração espanhola, poderia prestar-nos relevantísimos serviços no cultivo das terras abandonadas para a cultura do café, ao redôr das cidades, onde se entregaria á pomicultura e orticultura.

Sempre olhamos com tristeza para as imensas propriedades quasi abandonadas em volta das cidades, especialmente na zona litoranea, onde, esgotando-se as culturas do caféiro, se vêm terras desaproveitadas, atestando a nossa incuria, sinão a nossa incapacidade de trabalho.

E tanto mais isto é de lastimar quando a vida cara de que tantos se queixam, nas torâneas, onde esgotando-se as culturas do pequena lavoura para só nos entregarmos ás grandes culturas de cana, cacão, e café nos terrenos virgens.

Se tivéssemos de orientar o trabalho que poderemos chamar de recolonização, começaríamos pela localização de novos elementos nos terrenos outr'ora cultivados, introduzindo para isso novos metodos de cultura, deixando, ou pelo menos, zelando, com mais amor as nossas reservas florestais.

Para tanto, seria necessária a modificação mental do nosso povo que pensa só dever cultivar café em terrenos de mata virgem, que vai cedendo ao machado e ao fogo destruidores, preparando-nos um grande deserto onde morrerão famintos, sedentos e ressequidos os nossos vindouros.

Conhecemos há alguns anos, algumas colônias de espanhóis em fazendas ao sul do Estado, que, se bem que se não fixando á terra por muito tempo, prestaram bons serviços.

Entretanto, de natureza um tanto bulhenta, não se igualam aos italianos que possuã atividade, intelligencia e operosidade, além de facilmente assimilaveis, se constituíram os melhores colonos que temos tido.

Verdade é que antes de uma prolongada estadia entre nós, só se podem aplicar ao trato das culturas já feitas, pôr não possuírem as qualidades de desbravadores que só encontramos no nosso caboclo nativo.

Nas aberturas da mata virgem, nas derubadas, bem como no plantio do café, vencendo todas as difficuldades enormes das primeiras instalações, onde o homem luta braço a braço quotidianamente contra todos os elementos da natureza, só o mateiro das nossas terras; só o nosso caboclo, resistente ás febres e aos mosquitos; sobrio, corajoso e cheio de fé, amando a vida pela propria vida, agarrado á terra com estremecimentos de filho querido, é capaz do milagre de tornar em propriedade de valor, as terras incultas do nosso sertão.

E, ao vê-lo, ninguém dirá que naquele corpo franzino de péle tostada, assente sobre duas pernas que parecem mal supportar o peso do proprio corpo, naquele individuo de sorriso apenas esboçado, se aninhem tantas energias, que ali se encontre um dinamio de tão grande potencial, desconhecido, humi-

lhado e caluniado pelos que melhor o amariam se melhor o conhecessem.

Em fazendo estas considerações acode-nos referir que conhecemos neste Estado duas colônias constituídas de cearenses, uma em Pedreiras, município de Cachoeira de Itapemirim e a segunda em Pendanga, município de Páu Gigante, que, em nada ficam a dever ás melhores colônias estrangeiras.

O cearense no Espirito Santo foi sempre um dos seus melhores trabalhadores.

Não podemos compreender como tantas oportunidades nos tem escapado de aproveitarmos o braço cearense no desbravamento das nossas terras.

Ai temo-las ao norte do Rio Dôce, onde apenas 3 municípios se encontram com área para 20 pelo menos, possuindo agora menos de 30.000 habitantes, quando podem conter folgadoamente, fartamente, abundantemente 500.000.

Essas terras, quasi totalmente desabitadas, da margem do Rio Dôce a do São Mateus, numa extensão de cento e muitos quilômetros com toda a largura que vai do mar ás divisas com Minas, poderiam acolher uma grande população que nos faria desde logo um dos grandes produtores do Brasil.

De alguns anos para cá, tendo-se organizado a Companhia Territorial com sede em Colatina tem sido por ela introduzidos ali para perto de 4.000 habitantes que se não distanciam ainda muito da margem do Rio, onde igualmente uma colonização vinda da Baía vai se dedicando á cultura do cacáo.

O governo do Estado tem em construção a E. de F. Colatina a São Mateus, atravessando a zona alta dessas terras. E' de presumir que, em futuro próximo, esteja ela povoada, porquanto prestando-se admiravelmente á cultura do café, está fadada a se tornar digna emula das do sul do Estado.

A zona baixa, entre as serras e o litoral está destinada á cultura do cacáo que aí já é triunfante.

Dado o fracasso da tentativa de colonização da margem sul do Rio Dôce no governo Muniz Freire, por imigrantes italianos, gerou-se por parte dos dirigentes na Italia, uma seria prevençãõ contra a vinda para aquil de novos imigrantes.

Sem duvida causas varias e pelas quais foi pouco responsável o governo espiritosantense concorreram para isso, de modo a inutilizar os nossos esforços, daí por diante, para a obtenção de novos braços dali provenientes.

Que tem sido, para nós, um mal essa politica por parte da Italia, é indiscutível, mal porém que atinge a êla igualmente, pois que, além de lhe podermos oferecer vasto campo onde possa colocar, com facilidade e

condições de êxito feliz, parte das sobras dos seus sem trabalho, oferecemos-lhe o co-ciente poderoso e desigual da terra úbere e fartamente compensadora.

O que precisamos, brasileiros e italianos é melhor nós entendermos sem falsas vaidades nem exagerado patriotismo, não nos considerando cada qual superior ao outro.

Se nós precisamos e muito dos italianos, também êles precisam de nós; si a Italia nos pode fornecer o seu inestimável capital humano, nós lhe damos em troca o inestimabilissimo capital terra; e estes, irmanados farão o capital-ouro — que nos servirá, a nós ambos, em igualdade de condições.

A colonização dos países novos não é uma graça que lhes concedam os países superpopulados; é antes um negocio em que ambas as partes têm a lucrar e, por isso mesmo, não deve ser encarado por outro prisma sinão o de um negocio, pura e simplesmente negocio, tratado com calma e friamente sem entusiamo nem prevenções.

No dia em que assim compreenderem ambas as partes, se terá chegado a realização de um entendimento, igualmente proveitoso e nós poderemos então alcançar a grande finalidade da nossa perfeita estabilização financeira, como consequencia da nossa situação econômica, — nessa ocasião, invejavel. Por ora, sofre grandes oscilações a nossa balança financeira em virtude de nos encontrarmos ainda como um dos menores produtores de café e quasi só nêle basearmos a nossa receita.

No dia porém, em que, pela entrada de novos braços, pudermos dobrar a nossa produção, agora de pouco mais de um milhão de sacas, outra será a nossa situação.

A despeito porém da nossa minguada população, em 1903 exportavamos cerca de 700 mil sacas de café no valor official de 18.035:432\$208, dando-nos uma arrecadação de 2.169:182\$888 e em 1926 atingimos a exportação de 1.244.344 sacas no valor official de 181.635:573\$300 de que recebemos impostos no valor de 21.796:198\$846.

Nêste último ano, a exportação total do Estado deu uma arrecadação apenas de 22.558:239\$346, o que quer dizer, que o café concorreu com mais de 90 por cento para ela.

São números que falam eloquentemente em favor dos carinhos que devemos dispensar ao nosso ouro verde, pelo menos enquanto lhe não tivermos dado um sucedaneo capaz de contrabalançar a sua influencia dominadora.

Lançando um rápido golpe de vista para as vias de comunicação que já possuímos e outras que temos em construção; bem como para a qualidade das nossas terras, situadas desde a quota minima da orla maritima até

a de cerca de 1.000 metros no interior do Estado, possuindo os climas quentes dos tropicos até o temperado de serra acima, igual ao do meio dia da Europa; com abundantissimas quédas d'agua que são as nossas grandes reservas de energia do futuro, podemos assegurar que, no Espirito Santo, se agasalharia em ótimas condições de prosperidade,

pelo menos mais meio milhão de habitantes que aqui viriam encontrar a paz, a riqueza, a fartura, a felicidade, irmanando-se connosco num grande conubio de solidariedade patria, consequente á grande e tão almejada solidariedade universal tão propria das terras brasileiras, como da indole da nossa raça.



O café e os fatores meteorológicos

SAMPAIO FERRAZ

(DIRETOR DO SERVIÇO METEOROLÓGICO DA UNIÃO)

Sessenta e quatro anos antes de Liebo já Lamark se apercebera de grande função vegetal da fotossíntese, sem todavia a precisar como hoje a conhecemos. Antes de Claude Bernard já o grande filósofo naturalista havia compreendido que para explicar fisicamente os fenômenos da vida vegetal e animal se tornaria necessário levar em conta o duplo meio em que está colocado o organismo — o interno e o externo. A biologia e a ecologia de hoje nos dizem quanta razão assistia ao genial precursor do transformismo.

No reino vegetal ninguém mais ignora a irredundante ação mesológica que se traduz de mil e um modos pela influência de fatores externos sobre a estrutura e o comportamento da planta. A luz, a temperatura, a água, o ácido carbônico, o oxigênio e outros agentes cósmicos ou da atmosfera; os fatores químicos e mecânicos do solo; outras plantas e os animais, todos formam o ambiente externo da vida íntima vegetal, aguçando-a ou restringindo-a, moderando-a ou exagerando-a, viaciando-a ou extinguindo-a, num concerto admirável dentro do equilíbrio universal da Natureza, cuja finalidade nem sempre coincide com os interesses antropocêntricos, mas que o homem, pela sua sapiência, guia e modifica, dentro de certos limites.

A observação e a experimentação nos tem ensinado quanto valem os fatores externos para a vida das plantas. Os mais constantes nos fazem esquecer a sua valia; os mais variáveis nos encham de desgostos ou de alegrias.

O oxigênio, o azoto, o ácido carbônico e a luz, embora fundamentais para o vegetal, estando sempre presentes em abundância, ou variando dentro de menor amplitude que outros agentes, nos preocupam menos do que a água ou a temperatura, por exemplo fatores por vezes críticos, pela sua maior variabilidade.

Seria fastidioso repetir, aqui as noções mais graves sobre as relações íntimas entre os fatores citados e a vida vegetal. O papel da luz no maravilhoso processo de autoalimentação e a sua influência sobre o crescimento das plantas; as intrincadas ações conhecidas e ainda por conhecer de toda a gama de ondas da energia solar sobre o ciclo vegetativo no sentido mais lato da ex-

pressão; o império do calor sobre a resistência e a actividade restringindo-as a limites de temperatura insignificantes em comparação á sua própria amplitude; o auxilio indispensavel da água na estrutura e na vida do protoplasma vegetal e o seu ampáror preciso contra os excessos de outros agentes; a cooperação admiravel do ácido carbônico, tão escasso na atmosfera e tão presente na planta, na forma mais simples, girando de uma para outra num ritmo que só a Natureza sabe controlar, na vida e na morte; a perdulária imprescindível participação do oxigênio na nutrição e na estrutura vegetal, a especial e estranha colaboração do azoto, quer pela fixação ao ar livre, quer pela fixação bacteriana de campléxo ciclo, a ajuda essencial á vida organica de sais como o fósforo, o enxofre, o potássio, o cálcio, o ferro e outros; os fatores bióticos, ora em doce mutualismo ora em cruel parasitismo, constituem fatos hoje incorporados ás lições de coisas muito embora, em detalhe e em expansão, ainda preocupem as maiores mentalidades de cientistas e experimentadores. As revistas técnicas que tratam destes assuntos despejam constantemente sobre os leitores milhares de estudos e investigações.

A planta nutre-se, desenvolve-se e reproduz-se. As atividades nutritivas envolvem a absorção de matérias primas, a condução destas ás regiões onde se processam os trabalhos de fabricação de alimentos, a fabricação desses alimentos, o transporte dos mesmos aos vários órgãos do organismo vegetal, a utilização dos produtos manufaturados, a reserva de seus excessos, a secreção e a excreção. O desenvolvimento é a sequencia natural da nutrição. A reprodução que garante a espécie pode ser vegetativa, por esporos asexuais, ou por órgãos sexuais.

A planta tambem defende-se, já pela estrutura, já por funções especiais. A planta adocece por inúmeras causas, entre as quais se destacam a velhice, a auto-intoxicação e o ataque das intemperies e de outros seres vivos, desde a bateria pequenissima ao inseto avantajado.

Tudo isto depende de fatores externos, e entre eles estão os fatores meteorológicos. Muitos o sabem mas a atenção que reclama o assunto. É verdade que muitos o sabem

superficialmente, porém, longe de imaginarem que os agentes meteorológicos e cósmicos possam influir sobre os fenômenos mais íntimos e recônditos da biologia, da fisiologia e da pathologia vegetal. Os próprios agrônomos preocupam-se menos com a resistência do que com a produtividade, entregam-se mais aos problemas da seleção e da genética, esquecendo que o rendimento, como bem diz Azi, o brilhante continuador da obra de Brunov, não é sinão o compromisso entre a capacidade da produção e a resistência aos fatores adversos do ambiente.

A Meteorologia Agrícola, a penúltima filha da ciência Meteorológica, muito jôvena ainda, é o ramo do saber humano que procura estudar profundamente a vida vegetal em face destes fatores adversos e dos que lhe são benéficos. O seu desenvolvimento, na forma analítica da atualidade, exprêssa sobretudo nos campos de experimentação meteoro-agrária, tomou maior impulso na Rússia, no fim do século passado, onde mais tarde, já em 1912, existiam para mais de oitenta estações especiais. Seguindo o exemplo russo e com programa ainda mais vasto e rigoroso, levantou a Itália o seu magnífico serviço de ecologia agrícola. Os Estados Unidos, o Canadá, a França a Uugria, o Japão, a Suécia, criaram as suas organizações meteoro-agrícolas, com identico objetivo, embora sob moldes diversos. O Brasil estabeleceu o seu serviço de Meteorologia Agrícola em 1921. A Inglaterra, muito recentemente, por intermédio da Board of Agriculture for Scotland e do Meteorological Office, estabeleceu uma grande rede de postos meteoro-agrícos do tipo brasileiro, o qual obedecerá á escola russo-italiana.

Não descreveremos os trabalhos destes postos, pois o assunto é tratado em detalhe, nesta edição comemorativa pelo meu collega dr. Raul Xaviér, chefe da secção de Meteorologia Agrícola da Diretoria de Meteorologia.

A Meteorologia Agrícola compreende vários processos de estudo das relações entre a planta e os fatores pertinentes á ciencia da atmosphera. Tem havido um pouco de confusão entre meteorologia agrícola e ecologia agrícola. Esta última, naturalmente, é mais larga em escôpo, abraça maior numero de agentes, como a própria denominação indica. Mas o fato é que o meteorologista agrícola não deixa de fazer ecologia quando investiga o efeito mesológico. A reciproca não é exacta. O ecologista agrícola nem sempre trabalha dentro do programa da meteorologia agrícola.

De um modo geral, podemos dizer que a meteorologia agrícola emprega o processo indutivo e o processo dedutivo nas suas in-

vestigações. O primeiro é representado pelos trabalhos de experimentação das estações meteoro-agrícas e pelas observações fenológicas. Naquêles o meteorologista-agrônomo acompanha durante anos seguidos a ação dirêta ou indrêta dos fatores atmosféricos sobre a vida vegetal e sobre o sólo, procurando igualmente descobrir relações entre tais agentes e as operações agrícolas. Para isso, como é intuitivo, torna-se necessário, o quanto possivel, isolar tais influencias para que sejam reconhecidas. Nas estações meteoro-agrícas o objetivo principal é permitir somente a variação natural dos elementos atmosféricos. Si o trabalho —fôr conduzido com severa disciplina, tenacidade e método, no fim de oito a dez anos comêçam a se desenhar periodos críticos, por vêzes diminutos, em que tais ou quais fatores meteorológicos exercem controle absoluto. A fenologia é outro meio indutivo de plihar as relações vegetaes em face dos agentes atmosféricos. E' demais conhecida para que a expliquemos aqui. A fenologia é a experiencia meteoro-agrária em plena Natureza, é, por assim dizer, a primeira aproximação daquilo que nos dá o trabalho mais detalhado e explicito de experimentação. E' o vestíbulo da analyse meteoro-agrária, como costumamos dizer. Introduzimos ambas no Brasil em 1921, mas ainda não logramos obter resultados na altura de nossa expectativa. Faltam a fé, a tenacidade e a paciencia aos nossos experimentadores. O trabalho prolongado de anos, sem resultados immediatos, não se coaduna com a nossa mentalidade vibrátil e volúvel. Preferimos o clarão do relampago, a exhibição instantanea, á luz menos intensa, porém firme, á exposição sólida de resultados concretos e indiscutíveis. Muito ainda há por fazer no campo das experiencias meteoro-agrícas no Brasil.

O processo dedutivo da meteorologia agrícola, o mais antigo, é aquêlle que se baseia nas comparações de estatisticas de colheitas e dados meteorológicos. Dêsde tempos imemoriais que o homem procura cotejar a produção agrícola com o tempo ocorrido e daí a sua convicção da proeminencia da influencia meteológica sobre as culturas. Entretanto, o processo da meteorologia e da ecologia agrícolas não corresponde a essa convicção. Só recentemente é que se nota maior interesse de govêrnos e de particularres em todo o mundo por estudos dessa natureza. Pondo de parte as antigas dissertações sobre pretendidas coincidencias entre ciclos periódicos de suas colheitas e de sêcas e outros meteoros as primeiras comparações, mais fundamentadas, entre colheitas e variações do tempo, embora ainda simplistas, foram efetuados no último quartel

do século passado, com estudos como o de Rawson, de 1874, sobre o açúcar de Barbados, o de Marié-Davy, de 1878, e os de Gilbert e Lawes, de 1880. Com o aparecimento das estatísticas agrícolas seguras, começaram a surgir trabalhos mais cuidados, como o de Napier Shaw, entretanto ainda calcados em simples diagramas comparativos. Mas, isto já foi um sensível avanço, e Shaw logrou estabelecer fórmulas de previsões de safras.

Concomitantemente desenvolvia-se a estatística matemática. O método de correlação fundado sobre os trabalhos de Bravais e expandidos magistralmente por Edgeworth, Pearson e Vule, levou Hooker a fazer a primeira investigação séria do assunto com a sua memória "The correlation of the weather and the crops", apresentada em 1905, a Sociedade de Estatística de Londres, memória essa que marcou época. Após Hooker, pulularam entre muitos outros, os estudos análogos de Walker e Jacob na Índia, Okada e Japão, Warren Smith e Kincer, nos Estados Unidos; Wallén na Suécia e Hessling e Hoxmark na Argentina. Os mais perfeitos são incontestavelmente os de Wallén sobre várias culturas da Suécia, publicados em 1917 e 1920, e o estudo profundo de Walter, "Sugar Industry of Mauritius", publicado em 1910.

Em tais investigações o fito é encontrar um coeficiente palpável de correlação linear ou não, entre um ou vários fatores meteorológicos e as colheitas. Os dados estatísticos são manejados de maneira toda especial, com algumas variantes, conforme o autor. Estabelecido o coeficiente, livre de qualquer dúvida quanto ao seu erro provável, pôde ser calculada a equição de regressão pela qual se prognostica uma safra futura, caso não surjam outras influencias abruptas, estranhas ou não, aos fenômenos meteorológicos.

Evidentemente tal processo está submetido a condições restritivas. As estatísticas agrícolas e meteorológicas deverão ser longas, exatas, contemporaneas e de identicas regiões. A colheita não pôde ser expressa sinão por unidade de área ou de quantidade de pés. A área total estudada não deverá ser demais extensa porque nêsse caso interviriam fatores estranhos, mas também não pôde ser demais limitada, o que daria realce a fatores puramente locais. A região cujas colheitas são cotejadas deverá ser bem representada por estações meteorológicas, sinão estas não exprimirão, nem mesmo aproximadamente, a ação da atmosfera generalizada. Anos de grandes acidentes como os de pragas, secas, geadas, etc., cumpre sejam excluidos.

No Brasil ainda não foi feito um único estudo dêste gênero. Poder-se-ia fazer uma ou outra tentativa com determinadas culturas, como o café, o cacão e a cana, mas começamos por duvidar do valôr das estatísticas unitárias de safras, e acreditamos insufficientes as rédes meteorológicas das regiões a pesquisar. Mais adiante nos referiremos aos ensaios feitos com o café do Estado de S. Paulo, realizados aliás na fórmula simplista acima apontada, sem a ajuda indispensavel da estatística matemática, e por isso mesmo sem nenhum resultado positivo, como demonstraremos.

O intróito feito nos mostrará como poderíamos estudar, no Brasil, o café, diante das influencias dilatórias e dos elementos atmosféricos. Nada, absolutamente nada, de valôr científico, foi ainda feito, quer pelos métodos indutivos. Naturalmente, os lavradores argutos e práticos conhecem, "grôso modo", como atuam os fenômenos meteorológicos sobre a vida do cafeeiro, desde a formação da ramaria, através da floração, da frutificação, até a colheita, mas esta atuação é por tal forma complexa e intrincada, que ainda há muito lavradores, apesar do seu justo orgulho, hão de ficar perplexos diante de resultados contraditórios e confessar a sua ignorancia. Só os métodos científicos farão luz sobre os períodos criticos do cafeeiro de cada região, em face de cada fator meteorológico ou combinadamente.

Desejamos dar uma descrição sucinta do ambiente meteorológico que cerca o nosso café, e como êle é formado, mas, nos limitamos ao Estado de S. Paulo, a região produtiva por excelencia da preciosa rubiácea. Alongaríamos em exêso estas ligeiras notas se tratássemos de outras regiões cafeieiras do país. As exigencias climáticas do café são muito conhecidas para reedita-las aqui, mas o Estado de S. Paulo tem certos aspectos meteorológicos que ainda não foram proclamados com o entusiasmo que merecem. O principal, sem dúvida, é a "reliability" de suas chuvas, a regularidade de sua variação dentro de amplitudes extraordinariamente pequênas. O fator de "reliability" pluviométrica, muito usado pelos australianos nas suas discussões dos regimes de chuvas, é simplesmente a taxa cento do exêso de deficiencia média da chuva sobre o valôr normal para o período considerado. Quando, por exemplo, dizemos que o fator anual de "reliability" pluviométrica de uma determinada região é 35 %, significamos que naquêla zona, na média, em um ano, as chuvas nunca estão acima ou abaixo de 35 % do valôr normal, para 12 mêzes. Ora,

o Estado de S. Paulo e em as suas regiões cafeeiras recortadas pelas isoplétas "reliability" de 10 a 30 por cento, condições excepcionais para semelhante cultura. A maior parte das grandes fazendas gozam de fatores entre 10 e 15 por cento. A distribuição das chuvas durante o ciclo vegetativo do café é igualmente muito favorável e isto mais em razão da sua posição única com relação aos sistemas isobáricos da atmosfera, diretamente responsáveis pelas precipitações, sobre o que falaremos mais adiante. Outro aspecto "sui generis" de S. Paulo é a sua ondulação topográfica, que além de oferecer melhor drenagem das águas fluviais e do ar, provôca a inversão térmica generalizada, tão sábiamente aproveitada pelos nosos lavradores.

Fôsse o Estado inteiramente plano com a altura média do seu planalto, as geadas varreriam todo o seu sólo, e Santos não exportaria o que expôrta. Acrêsce que os seus ventos mais gélidos, de componente oeste, não coincidem em direção com os primeiros raios solares da manhã: os cafeeiros mais atacados são os que menos padecem do indiscutível malefício do rápido degelo. Não seria também de estranhar que a insolação do planalto constituísse, em S. Paulo, um fator de destaque para o succésso da cultura da "coffea", sobretudo na maturação. E' ponto ainda a investigar.

Em 1915 começámos a fazer os nossos estudos a respeito da circulação secundária da atmosfera sobre o sul e centro do país.

Estes estudos não só facilitaram a criação de um serviço eficiente de previsões de tempo como se prestaram para melhor explicar questões climáticas, submetidas anteriormente a vélhos chavões há muito decadentes pela sua insuflicia. Com a organização des certas isobáricas diárias, lográmos dividir a razão de ser de regimes térmicos e pluviométricos, de nebulosidade e de insolação, de ventos e de evaporação, enfim, da distribuição, em zonas diferentes, dos fenômenos meteorológicos usuais. Outrora, alinhavam-se as médias, comparavam-se os valores, as amplitudes, divagava-se sobre a latitude, sobre a marcha do sol, tudo muito vagamente e com muito môfo. Precisada a circulação, discriminamos os sistômas móveis — anticlones, depressões e suas variantes, começámos logo a lobrigar as causas das flutuações do estado do tempo, pelo menos, as causas primeiras ou diréttas. Ora, o Estado de S. Paulo está intimamente ligado á passagem constante dos anticlones migratórios, os quais, segundo nossa opinião, são simples "offshoots" da grande área anticlônica semi-fixe do Pacifico. Alguma destas bôlhas se desprendem do setôr nordêste

daquêlo enorme reservatório e outras do setôr suêste.

Estas bôlhas, de grande mobilidade, atravessam o continente e ocasionam mudanças do tempo, ora para bom ou para máo, conforme as regiões que percorrem. Seria enfadonho descrever em detalhe tudo que lográmos descobrir sobre êstes sistêmas, seu comportamento, seus caprichos, sua vida e sua morte. Quando não é o anticlone que repercute na circulação atmosférica do Estado de S. Paulo, temos o regime de baixas pressões com suas inúmeras variantes — depressões extensas e razas, depressões fundas e velôzes, depressões secundárias, depressões duplas — vértice contra vértice, etc., etc. Frequentemente o Estado está sob a influencia dos dois grandes sistêmas, representando, por sua vêz, numerosas feições, cada uma provocando o seu tipo de tempo característico.

Nesta área de sistêmas móveis, o Estado de S. Paulo ocupa situação privilegiada, sobretudo tendo em mente as necessidades do cafeeiro. As chuvas em épocas propícias á vegetação lhe são garantidas pela depressão continental e pelas duchas periódicas dos anticlones de verão, cujos ventos frios superiores favorecem a precipitação abundante. Raramente são perniciosas por superabundancia, graças ao antepáro poderoso da Sérra do Mar. O sólo paulista sabe aproveitar essa mercê. As sécas de estios são raras e quando se manifestam, a causa não é a posição geográfica do Estado e sim a consequencia de fenômeno de larga extensão.

As chuvas de inverno são pequenas mas não nulas, como no extremo norte de Minas e outras regiões. As sécas desastrôsas desta estação são raríssimas. A última, e uma das mais notáveis, foi a de 1925, aliás agravada pela falta de chuvas do verão anterior e do inverno de 1924. Foi um fenômeno que atingiu quatro Estados — Rio, S. Paulo, Baía e Minas. Esta séca a explicámos pela excessiva aproximação do grande centro anticlônico do Atlantico, cujo bôrdo ocidental chegou a cobrir as zonas citadas, com incidencia estranha. As depressões mais violentas do sul, que chegam a afetar o Rio Grande e Santa Catarina, em geral perdem forças e se dissipam antes de alcançar São Paulo, livrando-os das grandes ventanias e dos fortíssimos temporais elétricos, tão comuns no extremo sul do país. As ondas de frio típicas, ocasionadas pelos anticlones de marcha intêrna, como o demonstrámos no estudo que apresentámos em 1919 ao Congresso de Geografia, atingem S. Paulo já enfraquecidas. Trocasse S. Paulo a sua posição com o sul de Mato Grôso, e Santos não exportaria o que expôrta. Iríamos longe,

se quizessemos citar muitas outras vantagens da posição geográfica de S. Paulo em face da circulação secundária da atmosfera do hemisfério sul. O seu café, pois, está em ambiente atmosférico muito favorável. Os tipos de tempo se sucedem, obedientes aos caprichos dos sistemas móveis, mas, "in the long run", como dizem os ingleses, os climas resultantes são extraordinariamente condescendentes para com a rubiêca.

Naturalmente, uma vez ou outra, já vem uma onda de frio intensíssima, com a geada negra devastadora e irremediável, ou uma seca prolongada, ou ainda um conjunto de condições meteorológicas favoráveis às moléstias criptogâmicas ou a certas pragas. Uma vez ou outra são ainda os agentes atmosféricos que reduzem o metabolismo vegetal, diminuem a florada ou perturbam a maturação, diminuindo a colheita em certos municípios, mas nunca de modo geral como sóe acontecer com geadas ou secas catastróficas.

Contudo, esse nosso sistema na explicação da vida brilhante do café do Estado de S. Paulo, não nos deverá levar á apatia e á indiferença quanto aos estudos meteorológico-agrícolas dessa cultura. Não devemos nos contentar com a Natureza propícia, quando ainda mais propícia ela se poderá tornar controlada pelo homem. É evidente que este não ousa modificar fenômenos naturais irreductíveis, porém, nada impede que tente adaptar as suas culturas aos mesmos, que regule as operações agrícolas em melhor harmonia com os mesmos, que saiba defender-se contra os mesmos dentro de limites remuneráveis, que prenda a criar variedades mais resistentes e mais produtivas, enfim, que lute contra as adversidades, poucas que sejam no sólo nôvo e clima abençoados de São Paulo, mas que representam, já, embaraços, na concorrência hóstil da época.

Multiplicam-se as estações meteorológico-agrícolas do cafeeiro, estabeleça-se um serviço intenso, organizado, procedam-se, si possível, aos estudos estatísticos sérios e científicos de safras passadas com os registros meteorológicos existentes, e dentro de alguns anos os paulistas se convencerão das vantagens de uma ciência que visa estudar os fatores preponderantes de sua indústria agrícola principal, facultando-lhes até a previsão das safras com muito maior segurança.

Terminaremos essas rápidas notas com uma ligeira crítica da única espécie de correlação estudada mais documentadamente em S. Paulo — a da safra do café com as chuvas de outubro a março e abril a setembro, durante os períodos correspondentes de seu ciclo vegetativo, isto é, abrangendo quasi

dois anos, tendo em consideração a diferença entre o computo comercial e agrícola, e a lentidão do processo evolutivo do cafeeiro desde a formação de nova ramaria até a colheita. Não pemos em dúvida, por um momento, a "priori", que seja muito provável uma correlação linear entre "certos limites" pluviométricos de outubro a março, e de abril a setembro, e a produção unitária do café. E' o que deveria esperar, dada a influencia da água pluvial sobre o cafeeiro naquêles períodos — abundantes no primeiro e fraca, porém, bem distribuídas, no segundo. Pensamos, igualmente, por simples intuição, que, tomando as chuvas de verão, sem consideração de limites, a correlação será talvez, aproximadamente, parabólica, isto é, positiva até um certo ponto, e depois francamente negativa. O excesso pluviométrico, pois, será — tão nocivo, de outubro a março, quanto benéfica a fartura até certo limite. Esta conclusão também se pôde justificar analiticamente, considerando os máos efeitos da lavagem exagerada do sólo.

Não concordámos, entretanto, com os estudos feitos, e ao nosso vêr, não são êles, absolutamente, que nos convencem da verdade aparente das declarações feitas. Em primeiro lugar não se pôde aceitar em indagações desta natureza a comparação de dados pluviométricos de um ou dois ou três municípios com a safra "total" do Estado. Quando muito se deveria cotejar a safra total com "todas" as chuvas, observadas nas regiões que concorrem para o suprimento do produto. Isto aliás ainda seria inconveniente. A prática, aconselhada para trabalhos desse gênero, é a de considerar pequenas regiões, com rede intensa de postos pluviométricos (em se tratando de correlações de chuvas). Entre nós, felizmente, existem as estatísticas por municípios, mas, infelizmente, as estações pluviométricas são muito deficientes.

Em todo o caso seria mais acertado o cotejo da produção de três municípios com uma única estação pluviométrica em cada um dêles, do que a de todo o Estado com "três" estações pluviométricas unicamente. Outra inconveniência indefensável dos estudos feitos é a consideração da safra pela produção total de sacas ou arrôbas. Isto jamais se pratica em investigações dessa natureza. O valôr da colheita deverá ser sempre unitária: no nosso caso, ou arrôbas por hectare, ou arrôbas por mil pés. A expressão unitária é muito mais precisa e exclue fatores como o acréscimo ou a diminuição da lavoura que em extensão superficial, quer em quantidade de plantas produtoras. Os próprios estudos a que nos referimos são os primeiros a apontar exceções ás conclu-

sões obtidas, ressaltando estas e aquélas safras, influencias por cafeeiros novos.

O interessante e louvável exame da Directoria da Indústria e Comércio do Estado de S. Paulo, publicado em 1918 e reproduzido em outras obras sobre o "café", serve entretanto para chamar a atenção dos estudiosos sobre o relevante assunto. A orientação está certa. Apenas criticámos os processos empregados. E para fundamentar as nossas objeções, levantamos o quadro que acompanha esta desprezenciosa dissertação, com os dados pluviométricos de algumas estações paulistas registradas no arquivo da Secção de Chuvas e Enchentes da Directoria de Meteorologia e as estatísticas de café da Directoria de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Adotamos o critério pressuposto dos agrupamentos mensais de outubro a março e abril a setembro, e quer o leitor tome os municípios separadamente ou não, chegará a resultados contraditórios. Propositadamente sublinhámos os valôres extremos — pluviométricos e de produção, para facilitar essa inspecção. Alongaríamos em demasia o nosso artigo se respigássemos todas as incongruências flagrantes d'este quadro comparativo.

Dezêjámos repetir que êstes repáros não devem ser traduzidos por qualquer dúvida nossa sobre a correlação entre as chuvas e as colheitas do café. Esta é muito provável, mas a investigação não pôde ser feita nos môdes tentados.

A questão é muito mais complicada. Devemos experimentar, matematicamente, a correlação, mêz por mêz ou com diversos agrupamentos de mêzes, descobrir até quanto, de chuva, ella é linear, desentranhal-a de outros factes — lançando mão dos cálculos de correlação parcial, manipular, enfim, os dados meteorológicos e de produção, estritamente de acôrdo com as régras da estatística matemática, como o fizeram os autores citados no intróito d'este trabalho. É mesmo assim, toda a cautela será pouca, pois os coeficientes de correlação são por vêzes en-

ganadôres e têm levado muito autôr bem intencionado a conclusões erradas.

Acresce que as correlações são frequentemente locais, restritas. Não se pôde nem se deve generalizal-as. E não são variáveis sómente no espaço; tambem se alteram em função do tempo, sobretudo se não fôrem feitas as necessárias correções nas séries manipuladas. Wallén, por exemplo, nos seus trabalhos, applicou aos dados estatísticos de produção correções para neutralizar a variação secular incontesté da mesma, oriunda do progresso e do aperfeiçoamento da prática agrícola. Precisámos sempre ter em vista a complexidade da influencia do ambiente sobre a planta, e é por isso mesmo que se torna indispensável o auxilio da meteorologia agrícola com todo o seu bello programa indutivo e deductivo acima descriptivo.

Lamentámos que as nossas preocupações intensas de administração do Serviço Meteorológico da União, e outros estudos em campos complementares diversos da ciencia atmosférica, nos inibam de manusear com maior profundeza das estatísticas existentes para tentarmos obtêr resultados mais positivos debaixo da orientação apontada. Mas, outros, com maiores lazéres e mais competencia, tratarão do assunto com a atenção que meréce e revelarão os magníficos frutos da meteorologia agrícola moderna. Precisámos, entretanto, para êsse fim, estatísticas agrícolas "rigorosas" e dados meteorológicos exátos de estações profusamente espalhadas nas regiões consideradas.

Nestas rápidas notas muita coisa deixou de reproduzir, já ventilada em numerosos livros e revistas sobre o "Café", justamente para nos referirmos com mais largueza a pontos, aspectos, doutrinas e processos que julgámos ainda pouco difundidos entre nós.

Oxalá tenhamos logrado corresponder ás nossas melhores intenções em honra ao grande Estado de S. Paulo, que hoje celebra, com justo orgulho, uma data sagrada para todo o brasileiro.

Vêra Leal Barroso

A influência do café nas finanças fluminenses

“BENDITO O SÓLO, BENDITA A ARVORE, O GRÃO, QUE ENCHE DE FARTURA O CASARÍO BRANCO DAS FAZENDAS, SUSTENTANDO A GRANDEZA DO ESTADO

VIÇOSO JARDIM

A tése, que O JORNAL me confia, no titulo d'êste esboço historico, sem difficuldade, pôde converter-se na afirmativa: o café é a finança fluminense.

Com effeito, se nos primeiros anno do seculo XIX mal floram as primeiras plantações cafeeiras da capitania do Rio de Janeiro, em 1834, quando o ato adicional, instituiu a Provincia entre as cinco de primeira categoria, o café já era a principal, senão a unica, riqueza vantajosamente tributavel no seu territorio.

No exercicio de 1833|34, em que a administração da Côrte abrangia a do Rio de Janeiro, a renda da décima do café, produziu 854:894\$600, incidindo em maior parte no café fluminense.

No mês de Outubro de 1834, teve logar a instalação da Provincia, sendo seu primeiro presidente Joaquim José Rodrigues Torres, mais tarde, visconde de Inhomirim.

Em 1º de Janeiro de 1835, em virtude do decreto de 25 de Novembro anterior, instalou-se a Tesouraria da Provincia e em 1º de Fevereiro, na Vila Real da Praia Grande, destinada para sede, pelo decreto de 23 de Agosto, a primeira sessão da primeira legislatura da Assembléa Legislativa, em que se leu o primeiro relatório presidencial magno de informações financeiras.

No relatório seguinte, já presidente Paulino José Soares de Souza, a arrecadação da decima de café é objecto de demorado estudo, especialemnte na exata questão das guias de café mineiro e paulista, que até hoje ainda dão trabalho ás autoridades fiscaes.

Muito café fluminense era despachado, como vindo das provincias vizinhas, onde soffria menores os tributos.

No anno financeiro de 1834|35 a decima do café de provincia, figurava com 401:718\$568 em uma renda não superior a 430 contos.

A exportação fluminense era de 1.738.665 arrobas, attribuindo-se 967.439 arrobas ás outras provincias. No anno de 1836-37, como melhor aparelho fiscal, engenhosamente concebido pelo presidente Paulino de Souza, reduzida a fraude das guias, a exportação fluminense acusou 2.231.710 e das demais provincias 293.463, apurando-se para as saídas pelo

porto do Rio — 3.303.402 arrobas ou sejam mais 668.228, além das registradas nas repartições fiscaes para cobrança das decimas. Pelos portos do sul, Santos até Paranaguá a exportação era de 273.205 arrobas.

De Julho a Dezembro de 1838, arrecadou a provincia 243:568\$000 sendo da decima do café 242:316\$000, mais de 99 % de renda do semestre. Nêsse exercicio a renda foi de.... 430:456\$000 e só a decima do café produziu 420:887\$000.

Em 1839|40, ascendeu a exportação fluminense a 5.616.000 arrobas, e na receita arrecadada de 763:427\$272, o café contribue com 645:596\$215, ou sejam 84 % de receita provincial.

Nessa época a população do Estado era avaliada em 432.212.

Em 1849|50 a exportação não cresceu em confronto da de 1839|40, apenas de 5.736.868 arrobas. O total da receita provincial attingiu a 1.183:261\$000, quantia em pouco tempo superior á arrecadada nos anos anteriores.

A população da provincia numerava-se em 611.688 almas; 123 escolas publicas e 40 particulares ministravam ensino a 5.100 crianças. Mais da metade da população — de escravos, em plena actividade no destruir as formidaveis massas florestais para entregar a seiva virgem da terra á raiz esgotante do cafeeiro.

Em 1860 a renda provincial acusava grande aumento: 3.284:925\$000 para êle contribuindo o café com 62 % ou sejam réis 2.037:786\$000.

A exportação do café do Brasil que attingira a 16 milhões de arrobas em 1855, desceu a 9.614.437 em 1860.

Em 1870 da provincia saíram 6.723.350 arrobas e por ela passaram, vindas das provincias vizinhas, 3.980.424 arrobas.

No decenio anterior a maior produção fôra a do anno de 1867, em que o Rio de Janeiro exportou 9.308.604 arrobas e deu transito a 3.980.424 arrobas. A renda da provincia em 1871 era 3.158.618 e a orlunda do café de réis 1.873:601\$000.

No decenio de 1871-80 os cafeeiros progrediram e com êles a economia e as finanças da provincia. A renda do café attingiu a 2.601 contos em 1875, mantendo-se estavel até 1880,



TRÓPA NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO, CHEGANDO AO PORTO DA ESTRELA, NA BAIKADA FLUMINENSE, ESTRELA, HOJE EM RUINAS, ERA O PONTO TERMINAL DA ESTRADA DA UNIÃO E INDÚSTRIA, POR ONDE SE ESCOAVA PARTE DO CAFÉ DE MINAS, OUTRORA, PARA O RIO,

(Cópia do Album de Rugendas, por Porciuncula Moraes).

em que foi 2.563:052\$000, em um total de receita de 4.514:176\$000

A divida fundada e flutuante da provincia atingiu a 15.646:000\$000 sendo 7.000 contos de letras em favor do barão de Nova Friburgo.

A provincia estava coberta de vastas planações de café; a industria de açucar começou a tomar vulto; a riqueza e a prosperidade inspiravam grande confiança.

O ensino publico progredia. Com effeito em 1835 o numero de escolas era de 43, das quais providas apenas 20; em 1860, 116, com 527 alumnos; em 1870, 405 escolas, 65 escolas subvncionais e 192 particulares ministravam instrucão a 23.296 alumnos.

De collegios particulares gozavam de renome o Kopke em Petropolis, o Fernandes em Vassouras.

Duzentos mil escravos labutavam nas fazendas de café.

Em 1839 a receita da provincia atingiu 5.919:042\$000, produzindo o café 1.884:336\$000.

A expansão do café se verifica das seguintes cifras :

EM 1870 o Rio de Janeiro produziu 66,65 % de café do Brasil, 1.818.000 sacas; alcançou o maximo de produçào em 1872, 2.600.000 sacas, acusando a percentagem de 60,34; em 1887, com a emancipação do elemento servil, atingiu apenas a 1 milhão de sacas para voltar a 1.800.000 sacas em 1888, 54,68 % de produçào brasileira, seguindo-lhe Minas com 1.100.000 sacas, 33,26 % — S. Paulo com 250.000 sacas, 7,48 % e Espirito Santo, com 150.000 sacas, 4,56 %, 1889, 1.334.831 sacas 43,13 %. — Minas 1.157.716 — 39,15 % — em 1890 1.310.716 sacas, 49,05 % seguindo Minas 996.174 sacas 37,23 %.

Proclamada a Republica, iniciado o ensilhamento, as rendas cresceram vertiginosamente com o aumento de tarifa tributaria de 4 % para 7 %, para depois 11 %, e com a elevação do preço de café em consequencia da baixa do cambio. O delirio da prosperidade financeira avassala os lavradores e os politicos, sem embargo de vezes autorizadas chamarem frustamente a atençào de dirigentes para as causas do aumento aparente da renda, que era em summa a miseria da moeda nacional.

A receita arrecadada pelo Estado, que fôra de 5.919:042\$000 em 1839, passa a 7.163:535\$ em 1890; ascende a 10.110:584\$000 em 1892.

Duas categorias de receita tinham destaque, o imposto de café com 9.705 contos e o da transmissào de propriedade com 1.891 contos — 11.600 contos contribuindo as demais rendas apenas 3.400 contos.

Em 1888 a produçào fôra de 109.477.910 k. e o preço médio de 483 rs.; em 1890, a produçào fôra de 78.643.017 k. e o preço médio de 753 rs.; em 1892, exportava 88.600.559 kg. ao preço médio de 903 rs.

A situação financeira e a economia do Estado tende a apoiar-se cada vez mais na renda do café e a crise, que devia explodir em 1900, começa a gerar-se na falsa prosperidade do ensilhamento, manifesta não só nas bolsas como na especulação agraria.

Em 1893 a receita desce a 12.602:714\$000 contribuindo o café exportado — 58.638.800 kg. com 8.026:504\$000 e o imposto de transmissào de propriedade com 1.940:297\$000 ou seja um total de 9.966 contos ficando para as demais fontes de receita 2.636, apenas 22 % de receita total.

Em 1895 volta a receita a 15.332:382\$000, sendo 12.218:449\$000 de café e 1.709 de transmissào de propriedade e 1.450 contos de outras rendas, 9 % apenas.

Em 1897 ainda a mesma situação denunciadora da crise proxima; duas fontes de rendas — café 10.534 contos; transmissào 1.878 contos e outras rendas 1.711 contos.

Melhor se acompanha a formaçào de crise financeira de 1900 nos Algarismos que se seguem.

Imposto Café 4,7 e 11 %	Receita do Estado	
	Contos	Contos
1890	2.531	4.288
1891	6.611	9.990
1892	9.705	14.559
	18.847	28.837
1893	8.026	11.331
1894	11.846	14.879
1895	12.218	15.343
	32.080	41.553
1896	9.741	13.035
1897	10.354	13.044
1898	7.355	10.465
	27.450	37.444
1899	6.375	9.705
1900	4.838	7.969
1901	4.896	9.224
	16.005	26.998
1902	3.506	6.728
1903	3.518	6.798
1904	2.959	8.231
	9.973	21.757

Em 1900 a crise financeira inutiliza a presidencia de Quintino Bocaiuva; mas, longe de mostrar-se estadista incoeto, ele corajosamente analisa a situação, argutamente aprecia os fa-

tores determinantes da falência; aponta acertadamente medidas para debelá-los e deixa ao seu sucessor um precioso repositório de documentos em que Nilo assenta o seu inflexível programa de restauração financeira, reduzindo rápida e vigorosamente as despesas do Estado, lança o seu esplêndido programa de proteccionismo agrícola e industrial, por meio de impostos, importação e redução das tarifas.

“Sem dinheiro não ha administração possível” dizia Quintino, ismentando a esterilidade do seu periodo presidencial.

A grande crise fluminense teve origem no aviltamento do preço do café consequente á elevação do cambio realizada por Murinho e a produção abundante dos cafézais paulistas, que a imigração italiana auxiliada pelo desenvolvimento das linhas ferreas, abriu na terra magnifica de S. Paulo, deslocando dêste modo o predomínio comercial do Rio para S. Paulo e Santos.

O café era o estelo do Tesouro do Estado, que não estava aparelhado para de repente substitui-lo. O café dava para tudo, diziam os lavradores e repetiam os politicos. Ninguém se lembrava de que Campos Salles seguia a política sevêra de restabelecimento do valor da moeda brasileira, ninguém cuidava de ver as estatísticas da produção paulista em vertiginoso progresso.

Descem os preços; o individualismo economico de Murinho, de perto seguido por Leopoldo de Bulhões, não autoriza dispensa na política cambial em proveito dos cafézistas; os recursos bancarios não permitem o financiamento de “trust” sugerido por Quintino e afinal realizado em nossos dias como meio de combater “a sufocante especulação” e a falta de uma organização economica — credito real e pessoal — que asseguram o monopolio dos intermediarios americanos. Na impossibilidade de obter o “trust” pelo cooperativismo apelaram para uma intervenção do Poder Publico, sem resultado.

A crise apanha como sempre, a lavoura individuada; em breve as plantações do Estado, que já vinha sofrendo as consequencias da supressão do braço escravo, apresentam o aspecto lugubre de cemiterio, semeado de esqueletos de fazendas cujas casas arruinadas davam a impressão de montes de ossadas, na imagem expressiva de Nilo, em sua magistral mensagem.

Em 1903 a crise tocava o ponto critico, assim descrito pelo presidente Nilo Peçanha : “Chegava ao ultimo extremo da situação desesperadora. Os capitais desapareciam; o braço emigrava; o lavrador desnordeado fazia louvaveis esforços para explorar novas culturas e não encontrava mercados; o commercio agonizava; as empresas de transporte sofriam a redução progressiva do trafego e errada-

mente procuravam a compensação nas tarifas altas, que por sua vez tiravam as ultimas esperanças de remuneração de trabalho; as propriedades perdiam diariamente uma parcela do seu valor; e finalmente como reflexo de todos êsses fenomenos de decadencia precoce, o “deficit” orçamentario, acusando a insuficiencia da receita para acudir ás despesas publicas, lançava o Estado na voragem dos empréstimos infecundos.”

Desdenhando dêste modo a crise, Nilo depois de lhe reconhecer a natureza — puramente economica, aponta a terapeutica :

“Amparar os restos da cultura existente, criar novas fontes de produção”, mediante o proteccionismo agrícola e industrial de uma tarifa de importação, barateamento de frete e redução dos impostos de exportação, politica economica que lhe autoriza a gradação bombastica mas verdadeira.

“Haja lucro e haverá trabalho; haja trabalho e haverá produção; haja mercado para essa produção e haverá dinheiro e credito.”

E depois de um ano desta politica de parcimonia e de animação economica, Nilo proclamava o restabelecimento da ordem financeira do Estado : — “Restaurou o seu credito, equilibrou o seu orçamento e retomou a sua antiga categoria entre os Estados.”

Nilo reduziu a tarifa de imposto de café de 11 para 8 1/2 % e para reforço das fontes de receita — deu execução á lei do imposto territorial e obteve a transferencia para o Estado do imposto de Indústrias e Profissões. Desses impostos do primeiro teve a receita de 533.699\$000 e 1.288.916\$000 do segundo que lhe permitiram a pequena diminuição do imposto de café, que rendeu apenas 2.959.696\$ — cerca de 36 % da receita total — 8.231.356\$, percentagem que já revela muito melhor equilibrio orçamentario.

Em 1905 a renda do Estado alcançou réis 9.542:100\$400 contribuindo o imposto de café com 2.331 contos (23,5 %), o de indústrias e profissões com 1.365 contos e o territorial com 494 contos — Os demais impostos davam 5.466 contos (58,8 %).

Em 1915 a renda era de 15.321 contos, deduzida a contribuição de Niterói para o serviço da divida externa do municipio.

O café figura com 4.360 contos (28 %), sendo a exportação dêste ano das maiores dos ultimos tempos 70.783.906 k. — 1.180.000 sacas.

Em 1924 a receita do Estado atingiu a cifra mais alta que registra a sua historia financeira — quasi 40.000 contos, contribuindo para êle o café com 17.446 contos — 43 %.

Em 1925, a renda prevista em 38.200 contos foi pouco inferior, 37.857 contos, sendo de café 15.435 contos.

Em 1926 a receita propria de Estado foi de 32.020 contos inferior ao do trienio 1923-1925, sendo de café 11.050:612-227.

Além dessa importância o café deu pela taxa de 1.000 ouro por saca 1.304:900\$935.

Dêses informes a largos traços que abrangem toda a vida do Estado, se verifica que a Província ao ser instituída tinha no café a sua principal renda, donde auferia 90 % da sua receita — 90 anos após, em 1925 é ainda o café a sua principal riqueza tributável.

A civilização fluminense teve a alimentar-se no berço o café; cresceu com êle e é ainda no café que se nutre o seu progresso atual.

E não parece terminada a cooperação dominante da lavoura do café para atender aos gastos publicos.

As esplendidas terras de Itaperuna, o segundo município em extensão do Estado, ainda aguardam o seu aproveitamento completo, pelas obras de saneamento e retalho da terra e povoação.

Longos anos ainda será a lavoura do café o principal esteio de economia e das finanças fluminenses.

De 1890 a Junho de 1927, o governo do Estado do Rio, dispoz de recursos que somam 654.799:321\$589, sendo 550.430:108\$769 de renda propria e 104.459:212\$820 de empréstimo.

Se acrescentarmos aos 550.340 contos as rendas do Instituto do Fomento em 1826 a 1827, que são oriundas de tributos, o total da receita do Estado de 1890 a Julho de 1927, atinge a 553.890:715\$504.

Dêsse total, 44,3 %, de rendas provenientes do café :

Do imposto	213.335:868\$821
De taxa de 3 francos . . .	29.621:668\$680
Da taxa de 1.000 ouro . .	2.788:653\$536
	<hr/>
	245.746:191\$036

Deante de tais cifras, justo é que concluamos :

“Bendito o sólo, bendita a arvore, bendito o grão, que enche de fortuna o casario branco das fazendas, sustenta a grandeza do Estado, e é o melhor amigo dos financeiros fluminenses”.

O café rezendense

MEMORIAL APRESENTADO AO INSTITUTO DE FOMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELO COLÊTOR ESTADUAL, JULIO DO VALLE BITTENCOURT

“Cahue”, em arabe, significando força e vigor, no linguaajar dos filhos da grande península, não se sabe bem se é originario da Persia, da Arabia, ou da Etiopia.

No-lo diz a lenda que foi um pastor de cabras, nas planuras irrigadas de pedrouços da velha Arabia, quem notou, curioso, que as ovelhas tangidas por seu nodoso cajado, no repasto, solertes, aos cabrioleios, preferiam, os frutos que ensanguentavam, periodicamente, arbustos agrestes que ali frondejavam ao descaso.

Era o cafeeiro da beberagem resultante da infusão de cujos frutos, de uma feita, se servira o pecueiro tambem.

A historia nos conta, ainda, que, em Aden, a cidadela a entrada do Mar Vermelho, informando Mufti Sermalandim, lembrou-se, após penosos dias de cruciante enfermidade que, na Persia, vira varios atacados do mesmo mal que o prostava, servirem-se, com successo, do café. E usando-o logrará, tambem, restabelecer-se. A nova circulara alviçareira na pequena cidade arabe. Generalizou-se assim, entre muftis e dervichos, o uso da bebida tonificante.

Em Constantinopla, logo após, fundarem-se as chamadas casas do “Cafê” que chegaram a trafr de modo impressionante, o povo. As Mesquitas, não raro, ficavam abandonadas pelos crentes que reuniram-se nessas casas publicas, saboreando o licor negro. Essa brusca remodelação de costumes alarmon os prégadores que, em suas arengas contra o “Carvão” (assim designavam o café torrado) concitavam os fieis a fugir das famosas casas, voltando ao exercicio do culto, no recinto dos tumulos.

— De Moca (na Arabia) o café foi levado para Java (na Hollanda), em 1690.

— Em Java, o burgo mestre de Amsterdam, o levou a Luís XIV, em 1714. Não se aclimatou na França. O rei famoso, arrebatado nos torvelinhos da luta da córte, alheiou-se do preciosissimo arbusto.

Nove anos após tres cafeeiros foram cuidadosamente, levados a Martinica, onde, apenas chegou um exemplar.

— Procedendo da Cafna (Gufana Francêsa), em 1727, um desertor, Palheto que se diz brasileiro, certo curioso espirito de investigador, trouxe o café para o Brasil, Pará, passando mais tarde ao Maranhão.

— Das regiões do norte brasileiro, o magistrado João Alberto Castelo Branco, pelo ano de 1770 transportou alguns “Cafézeiros” — assim “rafava-se, na época, o nome da famosa rubiçea — para o Convento dos “Barbonios” (Barbonos) no Rio de Janeiro.

— Do solar dos frades foram algumas mudas transplantadas para a chacara de Hoppman, sudito holandês, morador á rua São Crístovão, nas proximidades da então rua Mataporcos, na metropole. Teve ai a nova e preciosa planta cuidados especiais. Frondejou galhardo. Multiplicou-se. Frutificou, abundante e farto.

— Da chacara historica, saíram as primeiras mudas demanda do interior. Umás foram entregues ao padre Couto para distribuir no “Caminho de Campo Alegre”, que como se sabé é atualmente, o município de “Rezende”. Outras mudas foram confiadas ao padre João Lopes e destinaram-se á São Gonçalo, então no distrito de Niterói. A seu turno, logo após, o marquês do “Lavradio”, interessando-se pela propagação do café na vida dos campos patrios, fez distribuir grande porção de sementes pelos distritos de São João Marcos e Campo Alegre (hoje “Rezende”), na Capitania do Rio de Janeiro.

— Em 1800, segundo Pereira da Silva, o Brasil exportou apenas 50 arrôbas de café.

O que é certo, no-lo diz João Maia o historiador indígena, é que em 1782, da fazenda de um Baía, “Rezende”, foram sementes de café para o inicio das culturas de Bananal, o visinho município do nor.e paulista.

— Baía, a quem se refere a tradição, é Antonio Bernandes Baía, um dos primeiros cessionarios de terras na Aldeia de S. Lufs Beltrão (hoje S. Vicente Ferrer), neste município. Fora Baía o desbravador do sertão da Paraíba Nova (hoje Rezende) através do qual rasgára caminhos e estradas em demanda do aldeamento dos “puris”, em cuja região logrou, com outros, os “Coimbras”, obter opima “sesmaria”, que lhe concedera uma “cedula” do então capitão-mór, Joaquim Xavier Curado

— Em 1802 o café era francamente cultivado no distrito da vila de Rezende. As

operações de vendas rurais aludiam a terras e "cafezais. Parece, assim, verificado que foi, em terras do hoje distrito de S. Vicente Ferrer, nas circunvizinhanças do lugar então denominado "Canha Granje que o café teve seu primitivo "habitat" em "Rezende" e talvez no hoje Estado do Rio de Janeiro

— Um século depois, a exportação atingia a mais de seiscentas mil arróbas, transportadas, nessa época, por via fluvial, a Barra do Piraf e daí demandando o mercado do Rio de Janeiro. Só a cidade contava, nessa altura, nove grandes armazéns intermediários, e Campo Belo dispunha de cinco casas da mesma espécie, uma das quais, a de Antônio José da Costa, exportava 150 mil arróbas. Duas da cidade, Fonsêca & Irmão e Dias Carvalho, exportaram 200 mil arróbas. O trajeto a Barra, pelo Parafba, 15 leguas, era vencido em 24 horas, pagando, de transporte, a arróba de café, \$400. Nêsse afanoso trabalho empregavam-se cerca de 80 grandes barcos, sende que o maior tinha capacidade para alojar 700 arróbas do precioso grão.

A produção de hoje, dois séculos após, irá, talvez, ao montante de 100 mil arróbas. E' de notar, porém, que há extensas plantações novas. Depois da abolição, em 1888, a lavoura cafeeira soffreu brusca paralização. Grandes cafezais foram abandonados, pela carencia de trabalhadores, imigrados para São Paulo. Dêsse doloroso colapso, porém, parece, vai despertando. Daí os cafezais que começam de verdejar na lombada das colonias.

— Atualmente, a maior rodutora de café (13 mil arróbas) é a sra. Celestina Nogueira de Paula, do distrito da cidade, onde a produção é mais vultosa, seguindo-se-lhe os distritos de Campos Elíseos (2°) e Sant'Ana dos Tocos (5°), e o logar Engenheiro Passos, do distrito de Campo Belo. A produção de Porto Real (3° distrito). Vargem Grande (6°) e de S. Vicente Ferrer (7°) é imponderavel.

— Na exposição regional de 1885, instalada no edificio da Câmara Municipal estiveram representados 68 plantadores de café, dos quais 54 do 1° distrito e 7 de Campo Belo. A colheita dêsse ano foi orçada em 95 mil arróbas.

— Esse café figurou, em seguida, na Exposição de Nova Orleans, na Norte America. Nessa época, o café que mais se recomendou, pelo desenvolvimento do grão, pelo esmero no preparo e beleza na coloração foi o procedente da fazenda "Valparaizo", de propriedade do major Domingos Gomes Jar-

dim e situada em Engenheiro Passos, do distrito de Campo Belo e produzindo 8 mil arróbas. Esses cafés lograram do certame norte-americano varios e valiosos premios.

— Anteriormente, na Exposição de Paris, em 1867, figurou o café da fazenda "Itatiafa", do distrito de Campo Belo e de propriedade do dr. Rocha Leão, que foi um dos presidentes da Provincia do Rio. Esse café logrou "medalha de ouro" galardão" conferido apenas a quatro lotes, dos quais dois fluminenses.

— Há, no municipio, 72 plantadores de café. Assim consideramos os que colhem mais de "cem arróbas". Os que apuram volume inferior são orçados em cerca de 40.

— No 1° distrito, a colheita pendente é estimada em 36.150 arróbas, produzidas por 1.395.000 cafeeiros, pertencentes a 19 agricultores. Os cafeeiros novos, nêsses distrito, vão ao montante de 414.600 pés.

— No 3° distrito (Campos Elíseos) a colheita do ano é orçada em 21.100 arróbas, resultantes de 536.000 cafeeiros, de propriedade de nove lavradores. Os cafeeiros novos orçam em 173.000 pés.

— No 3° distrito (Porto Real) a colheita é reduzidissima. As terras não são apropriadas ao café. Cultiva-se af em escala apreciavel, a cana de açúcar, para atender ás necessidades do Engenho Central, de propriedade da Companhia, Engenho Central de Porto Real é o mais vultoso estabelecimento dessa especie no municipio e talvez na região fluminense percorrida pela ferrovia Central do Brasil.

— No 4° distrito (Campo Belo) as grandes lavouras de café estão localizadas no lugar "Engenheiro Passos". A colheita vindoura é calculada em 16.150, arróbas, produzidas por 477.000 cafeeiros, distribuidos por 19 cultivadores. Os cafeeiros novos atingem a 159.000 pés.

— No 5° distrito (Sant'Ana dos Tocos) é a colheita proxima estimada em 19.650 arróbas produto de 728.000 cafeeiros, de propriedade de 17 lavradores. Os cafeeiros novos atingirão a 132.000 pés.

— No 6° distrito (Vargem Grande) calcula-se em 2.500 arróbas a colheita vindoura Há 115.000 cafeeiros, pertencentes a cinco plantadores. Os cafeeiros novos montam a 80.000 pés.

No 7º distrito (São Vicente Ferrer) a colheita de 1927 é quasi nula (1.000 arrôbas). Os cafeeiros que produzem constam de 40.000 pés e são pertencentes a três agricultores. Os cafeeiros novos estão orçados em 20.000 pés.

— Segundo informes acórdes de crescimento número de plantadores de café, a produção média oscila entre 25 e 30 arrôbas por mil pés.

— As lavouras são custeadas por empreitadas e o salário diário, que varia de 4\$000 a 4\$500.

— Há reduzida porção de parceria.

— Cumpre "Rezende" participar das cerimônias comemorativas do 2º centenario do café no Brasil.

E cumpre faze-lo, tanto mais quando, promovidas por S. Paulo, foi a um dos municipios cafeeiros dêsse Estado, Ribeirão Preto, que um "rezendense", um dos mais notáveis filhos de Rezende, Luís Pereira Barreto, levou sementes de café "Bourbon",

apreciável variedade, que se generalizou no oeste paulistano, constituindo, talvez, o fator primário da maravilhosa grandeza agrária da famosa região da terra rêxa a abençoada gléba patricia, regada pelo suor e arroteada pelo braço masculino de centenas de "rezendenses", inconfundivelmente, os intrepidos "bandeirantes" da feracissima região paulista.

— Será "Rezende", após a tentativa experimental da chacara de Hoppman, no Rio de Janeiro, o primeiro pedaço de terra brasileira onde o café encontrou acolhida e os elementos propicios ao seu desenvolvimento de modo a alcançar êsse surto admiravel que fe-lo preponderar decisivamente na balança econômica nacional?

Talvez.

Será S. Vicente Ferrer, o remoto retalho do sólo de Rezende, o berço do café fluminense?

E' provavel.

Coletoria Estadual de Rezende, 5 de fevereiro, 1927.

O uso do café em Minas Gerais

DR. RIBEIRO DA SILVA

No Estado de Minas, bebe-se café a valer. E', em abono da verdade, devemos dizer que, —ao que podemos julgar,—nenhuma inconveniência disso resulta para a população das *alterosas*.

Muito ao contrario. Nutrimos a firme convicção de que, si o alcoolismo não assume proporções inquietadoras entre a nossa gente, dada a sofreguidão com que a maioria dos individuos impredicavelmente de agentes que lhes modifiquem a dinâmica nervosa, deve-se tal circumstancia á generalização da preciosa rubiacea em todas as camadas sociais, a título de bebida habitual.

Colocando-nos no ponto de vista exclusivo dos fatos, no terreno positivo da observação, o que nos cumpre declarar, com a maxima sinceridade, é que

“em cerca de quatro decadas de pratica clinica, não se nos deparou, até á presente data, um unico caso patológico, que merecesse o rotulo de *intoxicação exogena crônica pelo café*. De sorte que do chamado *cafeismo crônico* só temos aquelas noções vagas e confusas, que se encontram nos higienistas, que se dizem especializdos em questões bromatologicas”.

E, no entanto, na nossa já não curta carreira profissional, temos travado conhecimento com pessoas que ingeriam até quarenta e cincoenta chavenas de café por dia, sem oferecerem lesões orgánicas ou méras perturbações funcionais atribuíveis á pratica de um tal abuso.

Em face das modernas doutrinas, que elam a disfuções endocrínicas, as perturbações do intercambio nutritivo, força é admitir que tão sómente por espirito de rotina por um automatismo intelectual, continuamos os medicos a interdizer aos denominados artriticos o uso da nossa bebida nacional, sob pretexto de que ela, pelas purinas que contém, deve concorrer para agravar um estado urecemico preexistente.

E', tambem mais um ponto de vista teórico do que um produto de diuturna observação a afirmativa de que o café é formalmente contra-indicado quando existe um eretismo do

sistema nervoso, porque, diz Murray, *histericum et hypochondriacum malum augeat*. Pensamos que tão visionario foi esse autor, quando escreveu que o café, em pequenas doses, produz calor, ansiedade, palpitação do coração e insônia, e em doses mais altas vertigem, tremor muscular, pusilanimidade e exantema da face, quanto visionario foi Hahnemann, doutrinando que a quinina produz febre, coisa que, a não ser elle, ninguém mais pode constatar.

E a proposito de Hahnemann:

Escreveu o pai da homeopatia que os seus compatricios, os alemães, por efeito danoso de café, tinham perdido “aquela ponderação das gerações de outr'óra, a solidez nos juizos, a firmeza na vontade e nas resoluções, que constituíam o traço característico do seu caracter nacional”.

Ora, a terem de ser, como quer Hahnemann, aferidos os efeitos do café pelo psiquismo do povo germanico que dêle faz o mais largo uso, então se torna inutil tecer elogios a essa planta, suposto que, de acôrdo universal, por nenhum outro povo do planeta é aquele excedido em qualquer departamento da atividade humana.

O que se deu em relação a tão maravilhoso vegetal foi que, a quando da sua introdução no occidente, varios autores, que com elle se occuparam, imbuíram-se a seu respeito de preconceitos destituídos de fundamento, com os quais enredaram toda uma tea de fantasias abstruzas, como as de possuir elle as virtudes negativas de determinar no homem a anafrodisia e na mulher a esterilidade.

A verdade verdadeira, porém, é que o café, usado com moderação, é a mais inocua das bebidas; é a mais eficiente salvaguarda contra a funesta praga do alcoolismo; é o mais salutar dos alimentos de poupança; é o estimulante generoso de que o homem moderno, obrigado pela intensividade da existencia a manter os seus nervos em estado de distensão contínua, não pôde privar-se; é, enfim, o licor que a gente, ao saborear, crê “*Boire dans chaque goutte un rayon de soleil*”.

S. João d'El-Rey, agosto de 1927.

Cantagalo

ALTINO MORAES

Desenha-se em pequeno vale a cidade de Cantagalo.

Cantagalo é filha da lenda. Por volta do século XVIII, certo aventureiro alcunhado Mão de Luva — porque tinha num braço amputado a mão postígia oculta sempre por uma luva — fugindo á perseguição das autoridades do Reino, embrenhou-se com alguns companheiros na então provincia do Rio de Janeiro e achando-se em apraível logar de ameno clima e vegetação portentosa, fixara-se numa das colinas que dominam o vale.

Ali descobrindo terras auríferas, iniciou mineração de ouro coroada de exito.

Entretanto, soldados encarregados de aprisionarem o mineiro, depois de muitas semanas errantes na mata espessa e virgem, já desesperavam de resultados e deliberaram desistir da empresa, quando, ao romper da manhã, ouviram cantar um galo.

O canto da ave domestica denunciou o acampamento dos aventureiros que foi inesperadamente invadido, sendo presos Mão de Luva e os companheiros que não lograram escapar, capturando os perseguidores alguns alqueires de minerio de ouro. Estavam, entretanto, lançadas as primeiras sementes da futura povoação que se transformou na gloriosa cidade, imperio de grandes riquezas e mãe de illustres filhos, mas hoje em relativo declínio evocador de tradições faustosas.

Uma longa rua, a de Sant'Ana, e paralela a esta, porém mais curta, antiga rua Direita, torta como quasi todas as dêsse nome e terminando no parque Miguel de Carvalho. Algumas outras ruas menores ligam as duas primeiras ou derivam para outros pontos, indo findar quasi todas em "inpasso", na montanha. No centro da cidade o gracioso parque Eulydes da Cunha joierado de alegretes coloridos de lindas flôres, esguias palmeiras e arvores seculares e e onde se encontra o busto daquêlê saudoso escritor natural dali. A cidade, a cerca de quatrocentos métrios de altitude é iluminada a eletricidade, possui excelente agua, bom serviço de esgotos e clima adoravel.

Eis, em sintese, a velha cidade fluminense, uma das poucas do Estado que não morreram de todo, e, depois de accentuada a desoladora decadencia, vai, nos ultimos anos, se não restaurando o esplendor perdido, ao menos vestindo novas roupagens, recalçando as ruas, edificando modernas vivendas e asseando as antigas, como ansia de nobre linhagem que, reagindo contra a tirania dos anos, com hábitos de fino tratamento, retarda a decrepitude e mantém os vestigios venerandos da heraldica ascendencia.

Saudosos tempos aquêles, dizia-me com evocativo acênto um ancião e illustre filho daquelle generosa terra que foi o meu segundo bérço: grandes e belas fazendas, em parte reduzidas hoje a pastagens, eram centros de fecundas culturas, principalmente de café, que faziam a fortuna do intenso municipio. Com o alvorecer do dia eram dezenas de tropas carregadas de ouro rubro que chegavam á cidade tintinando airozas os chocalhos das "madrinhas"...

Havia abundancia, animação, alegria... Aquêlê velho teatro que ali se vê, guarda em suas paredes reminiscencias de gloriosos dias. Era o tempo em que estava no auge o famoso Brandão. Pois a "troupe" do Brandão, uma das mais completas daquêlê tempo, permaneceu ali durante um ano levando á cêna comedias e dramas emocionantes, ao gôsto da época. Outra, a do Moreira Vasconcellos, de igual fama, lá se mentêve seis menses consecutivos. Companhias liricas das que vinham da Europa para a Côrte, estadearam-se ali em longas temporadas, sempre com a casa á cunha. E eram noites memoraveis em que o velho teatro reboava, em cachoeira, aos aplausos da assistencia em delirio. No Carnaval o teatro era alugado por contos de réis.

O excelente edificio do fóro e o da Camara Municipal não são menos illustres em tradições. Ali tomaram assento juizes e advogados notáveis que foram mais tarde figuras das mais proeminentes na magistratura e na tribuna judiciária: aqui a extensa galeria de honra do salão nobre e o velho e amplo arquivo são documentos preciosos do que fóra a vida politica da cidade nos dias de outrora.

O "Correio de Cantagalo", um dos mais antigos jornais brasileiros, foi na Monarquia, durante muitos annos, órgão do Partido Conservador, sob a direção do atual senador Miguel de Carvalho, e tendo a enfrenta-lo o "Voto Livre", órgão do Partido Liberal dirigido por João Damasceno, mais tarde um dos maiores advogados do seu tempo nesta capital, e por João Santos, atual deputado federal.

O "Voto Livre" formou na vanguarda da imprensa abolicionista da provincia. A abolição, a mais generosa campanha que se travou no Brasil, foi no entretanto, um dos factores maximos da ruina das grandes fazendas e consequentemente dos antigos centros cafeeiros do Estado.

Mas a lendaria e tradicional Cantagalo vibrou de entusiasmo ante o memoravel evento, abençoando a ventura de ter podido saudar, com sacrificio de sua riqueza material, a formosa aurora da liberdade que rompia.

O café e a pecuária

MANOEL PAULINO CAVALCANTI

O café e a pecuária representam no Brasil, factores económicos de alta relevancia, não só pela maneira extensiva com que são explorados, como ainda pelos limites climáticos e geo-agrológicos dos seus centros de produção.

A cultura do café, apesar das suas delimitações geográficas e exigências fisiológicas, tem ao lado da indústria pastoril, certa analogia, resultante de circunstancias impostas pelo meio fisico e organização económico-social.

O meio fisico, como sabemos, é um elemento que muito concorre para o éxito ou não de uma exploração rural, determinando assim as suas características. Assim o sólo, com a sua fertilidade ou esterilidade, o clima favorável ou não: o sistema geográfico, a latitude, etc., imprimem aos processos agrícolas modalidades várias, que ao lado dos factores económicos constituem a base dos trabalhos agro-pastoris.

A agricultura cafeeira e bem assim a exploração pastoril se acham intimamente ligadas a esses factores, que segundo a maneira pela qual se manifestam, em o nosso meio, determinam e orientam economicamente o sistema agrícola a se adotar.

O regime pastoril, sempre precedeu ao da agricultura, entretanto, as factores mesológicos e sociais, inherentes ao meio brasileiro, não permitiram que esse hábito agronomico fosse cabalmente, entre nós, observado.

Assim, pois, a exploração dos animais domésticos não precedeu no Brasil, por circunstancias locais e organização do trabalho, ao da agricultura, fato, aliás, constatado desde os tempos coloniais e mesmo entre os indígenas, que davam preferencia aos labores agrícolas, cultivando a cana, milho, mandioca, etc.

A precedencia do sistema agrícola ao pastoril, assim observada, tinha a sua razão plausivel, pois os factores próprios ao meio e a feitura dos nossos colonizadores, mais agricultores do que pastores, os levaram a prática do grangeio da terra, de preferencia á pecuária.

Esse facto, aliado á nossa extensão territorial, em formação orográfica e condições geo-agrológicas e climáticas desconhecidas nos primitivos tempos da nossa colonização, bem assim o estado virgem das

nossas florestas, não permitiram, pela escassez dos braços, a devastação e a entrada em os nossos invios centros, afim de transformá-los em pastoreios e campos, daí a preferencia dos trabalhos de lavouras, ao invés da pecuária.

A cultura do café, bem como a exploração do gado, marcam em a nossa história agrícola pontos perfeitamente distintos que de um modo geral podemos classificá-los em os períodos seguintes:

I — O primeiro, que é o inicial, caracterizava-se pela devastação das matas virgens, com o auxilio de braço escravo, único elemento capaz de empreender tais labores.

Esse periodo que decorreu, entre 1550 até 1851, isto é, em um espaço de três séculos, marcou a fase inicial da nossa civilização agrícola.

A segunda fase, que medeia entre 1850 a 1871, regista o periodo em que se determinaram a regionalização das plantas que atualmente constituem a agricultura nacional, que de nomade e invasora, passou a ser estável e regularizada, devido á cessação do braço escravo e entrada do trabalho livre.

Nesse periodo, devido á evolução operada em o nosso meio social e económico, teve tambem inicio a criação do gado, nos centros que não mais ofereciam as condições técnicas e fisiológicas exigidas pelas culturas, especialmente a do café, mas que, no entretanto, se converteram em feracissimos campos e pastos onde fartamente o gado se apascentava.

Assim o café, entrando na fase de cultura civilizadora, estabeleceu e determinou climática e geo-agrológicamente os centros de cultura nos climas temperados dos tipos semi-húmidos das latitudes e semi-húmidos das altitudes, e nas formações diabásicas constituintes das terras róxas.

Diante desta contingencia, os antigos centros cafeeiros abandonaram a sua cultura, substituindo-a pela pecuária, o que, aliás, é perfeitamente justificável, devido não ás circunstancias impostas pelo meio fisico como pela transformação do braço escravo em livre, que onerava os trabalhos e grangeios em as escarpas e fortes declives que caracterizam as zonas cafeeiras dos Estados do Rio, nos sitios marginaes ao

Paraíba, bem como centro do E. Santo, Minas e Norte de S. Paulo. Além dêsse fato, acrescia ainda o esgotamento da terra, que de natureza gnéssica não oferecia, como os diabásicos, as mesmas vantagens agrológicas, cuja decomposição progressiva atinge em certas zônas de 1 a 100 metros de profundidade.

Assim, sob tal aspecto, se constituiu a indústria pastoril, que não sendo tão exigente quanto o café, em relação ao sólo, exige, entretanto, um meio climático identico ao do café.

Encarado sob o aspecto econômico, foi a indústria pastoril, entre nós, uma espécie de sucedâneo da cultura do café, nas terras esgotadas e onde os trabalhos do braço livre se tornaram por demais onerosos.

A história da pecuária, em o Brasil, marca dois periodos distintos: o dinamico, isto é, o da criação de animais de trabalho, que foi o adotado pelos nossos colonizadores, e o ceatriz, destinado aos matadouros.

No primeiro periodo, o gado de origem aquitânico, foi o que predominou, trazido pelos portugueses, cuja área geográfica, nos primitivos tempos, se limitava aos domínios dos nossos donatários, constituindo assim mais uma criação intensiva.

No segundo, porém, isto é, depois do braço escravo, do desbravamento das nossas florestas e da regionalização da cultura do café, se introduziu extensivamente o gado, principalmente da espécie vacum, nos chamados agrêstes, caatinga e outros sitios, onde não mais se faria a cultura do café.

Assim, a pecuária tem, em relação à cultura cafeeira, os mesmos pontos de contato, sob o ponto de vista econômico, pois enquanto uma invadia os centros incultos, auxiliada pelo braço escravo, a outra caminhava ao seu lado, para substitui-la quando as condições do meio físico e econômico não lhes fôsses propícios.

Encarando-se, sob o ponto de vista agrícola e pastoril, o Brasil se divide em três regiões distintas, não só relativas ao que oferecem modalidades naturais úteis clima como em relação agrológica, mas ao café e à criação

A primeira, que vai do Equador ao paralelo 10°, comprehende os Estados do Norte e Nordeste, apresenta as tipos climáticos seguintes: súper-húmido, que se estende pela côsta do Maranhão e do Piauí, até o começo do Ceará, também assim toda a Amazônia: o húmido continental, que

abrange o interiôr de todos os Estados do N. e do Sul do Amazônia, onde não se manifestam as sêcas e o semi-árido, que comprehende a vasta região, que partindo do sul do Estado do Piauí se estende pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, interiôr de Pernambuco e da Baía, até o N. Minas.

Nesta zôna, a exploração principal é constituída pela indústria pastoril, cujo plantel se eleva a bilhões de cabeças de animais, das espécies bovinas e caprinas, principalmente. É a região da produção dos couros e peles, que constitue um alto negócio e muito concorre para a economia dos Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco.

O café, entretanto, já atinge, em os centros de clima ameno, no Estado de Pernambuco, proporções animadoras, atingido a uma produção de cerca de 200 mil sacas.

Estes centros, ora pastoris, futuramente se converterão em cafeeiros, pois todas as condições do meio assim indicam, dando-se nesse caso o fato da pecuária preceder a agricultura, o que, aliás, provém de não se encontrar os sólos diabéticos dêsstes centros, ainda perfeitamente desintegrados e decompostos, não oferecendo, portanto, aos cafeeiros os sólos profundos de que tanto necessitam para haurir os alimentos.

A segunda zôna, que vai do paralelo 10° do trópico de Capricórnio, chamada zôna sub-tropical ou quente, abrange os Estados de Sergipe, Baía, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e quasi todo o Mato Grôso.

Essa zôna, tem na cultura do café e na pecuária seus fundamentos econômicos. Os Estados da Baía, Goiás e principalmente Minas Gerais têm, ao lado da cultura do café, a criação extensiva, principalmente das espécies bovinas e suinas.

Os Estados do E. Santo e Rio de Janeiro, apesar do decrescimento das áreas dedicadas ao café, mantêm ainda em os pontos de altitude média a sua cultura, tendo também com os sitios elevados, onde, em tempos idos predominou o café, iniciado a criação do gado bovino, de preferencia do tipo leiteiro, com vantagens remuneradoras.

O Estado de Goiás, que apesar de ser um grande criador, mantêm também em as suas explorações rurais a cultura do café, que vai sendo feita, em os antigos centros de criação.

Mato Grôso, devido ás difficuldades relativas aos meios de transporte, se man-

terá por muito tempo, como centro de criação extensiva.

A terceira zona, que começa no trópico de Capricórnio e acaba na extremidade do país, chamada temperada húmida, constitui o centro onde a cultura do café e a criação disputam a supremacia econômica dos seus produtos.

S. Paulo, empório do café, e o Rio Grande do Sul, da criação, enfeixam em seus ubérrimos solos grande parte da grandeza econômica e social do Brasil.

A cultura do café, em as terras paulistas, atinge a proporções verdadeiramente fantásticas e que não admitem, em absoluto a concorrência de qualquer outro produto agrícola, fazendo-lhe, somente, concorrência o Rio Grande do Sul, com os seus extensos campos, onde se apascentam, pelos maneios das suas formas e apurada precocidade a uberdade do sólo e magnificência do clima.

Assim, o café e a pecuária firmam em nosso meio agrônômico os mais fortes esteiros da nossa civilização agrária.

Os comissários de café há meio século

SRS. PEREIRA & NEVES, COMISSARIOS DE CAFÉ, E TASSARU
SÍNDICO DA JÚNTA DE CORRETORES

Apenas o período de uma geração — e quantas transformações se verificaram! O Imperio, no Brasil, desapareceu há mênos de cinconeta anos, viram-no muitos homens ainda hoje, fôrtes e vivedouros, e, não obstante, nós o vislumbramos tão longinquo nos horizontes da memoria, e temos dêle uma representação tão indistinta e estampada pelas neblinas do olvido, que a geração de Pedro II, Zacharias e Rio Branco, que é a dos nossos pais e avós, nos aparece exquísita e estranha, como se entre nós e ela medeiasse o sulco profundo de muitos seculos.

Tal foi o surto evolutivo do Brasil, e sobretudo do Rio nessas cinco decadas, de tal fôrma se modificou em habitos, costumes e vida, que entre os brasileiros de hoje, talhados pelo figurino yankee, e os seus antepassados mais próximos nota-se o traço diferencial nítido de duas culturas de pontos de vista, ideais e práticas inteiramente opostos.

O que, portanto, para aqueles brasileiros que somam os anos por muitas dezenas, e viram encanecer-se-lhes os cabelos, constitui apenas evocação dos quadros vividos na mocidade, para a grande maioria da geração átual será história curiosa, a comentar com o ceticismo e ironia próprios da época desabusada e ferozmente egoísta em que vivemos. Si essa transmutação rapida por que passou a raça durante a vigencia do período republicano, será benéfical ou nociva ao futuro na nacionalidade, ninguém o poderá dizer, mas o fáto é que se verificou em proporções a que só um confronto meticuloso poderá dar a medida. No comércio do café, como nos outros ramos da atividade brasileira, percebemos o mêsmo fenômeno.

O JORNAL, por isso achou interessante abrir uma "enquête" entre os antigos comissários de café do Rio de Janeiro e outros auxiliares do seu comércio sôbre a fôrma por que era mercadejado êsse produto na praça do Rio de Janeiro e as operações a que dava logar a sua exportação. E quando o tempo implacavel ameaça esponjar a recordação dêsse passado levando suas últimas testemunhas, não deixa de ser uma obra meritória recolher-lhes os depoimentos para o relicário das tradições pátrias. Vamos, portanto, procurar penetrar um pouco baseado-nos nêsses depoimentos numa época velha de quarenta anos.

OS INFORMANTES

Falamos, em princiro logar, com o dr. Tassarua, sândico da Junta dos Corretores do Distrito Federal, arquivo inexaurível de todas as tradições e conhecedor profundo da vida do café, suas vicissitudes e perspectivas. O dr. Tassarua, mentalidade viril, dedicou-se com especial interesse ao estudo dos complexos problemas que interessam ao comércio do produto sôbre o qual se esteia a prosperidade financeira do Brasil. Mas, nêsse estudo, não se limitou a apalpar os aspectos práticos, financeiros do problema, mas tambem, excavou, pacientemente, os fáto de sua historia, até tornar-se um erudito completo no assunto, dissertando sem hesitações, com memoria perfeita para datas e acontecimentos, sôbre todas as questões pertinentes ao café.

Valemo-nos, em seguida da experiencia longa e acurada dos srs. Pedro Ribeiro e Neves, socios da firma Ribeiro & Neves, comissarios de café á rua da Candelaria n. 89. Estes cavalheiros veteranos no quadro do commissariato de café do Rio de Janeiro prontificaram-se, amavelmente a resolver, á requisição do representante do O JORNAL as suas recordações do passado, evocando a época que poderemos chamar heroica do café, aquela em que o produto apazar de sua lavoura incipiente, comércio inesperto e predomínio despótico do exportador europeu, esforçava-se por conseguir a sua emancipação, quebrando o contrôle asfixiante do estrangeiro.

Os srs. Pereira & Neves que há cerca de quarenta anos militam no comércio do café, adquiriram pela prática constante e experiencia, um conhecimento do produto e do seu comércio que dá ás suas opiniões uma autoridade indiscutível, assim como a força moral que deriva de um nome honrado e limpo empresta aos seus asserços a chancela da veracidade incontestavel. O café em que trabalham há tanto tempo, os entusiasmas, falam nêle com calor e animação, vê-se que êle constitue não só a preocupação dos seus dias de trabalho, mas o delcete das horas vagas.

A LAVOURA NO ESTADO DO RIO HA' 40 AÑOS

A arvore do café, nas vicissitudes qual dramaticas de sua existência, dêse a sua

transplantação ao Brasil, tem experimentado migrações diversas em que a tendência é para a internação na direção dos altiplanos do sul, a medida que as terras estimadas do litoral não lhe fornecem mais elementos de vida. Localizada hoje em maior exuberância na zona fronteira dos Estados do Paraná e S. Paulo, ela, há 60 anos atrás era cultivada intensamente no Estado do Rio, sendo as metrópoles do seu comércio Vassouras e Mangaratiba.

Já a esse tempo, porém, o café era o produto principal do Brasil, e por isso cultivado com carinhos especiais.

Recorda o sr. Neves varias cenas da fazenda de seu pai, cultivador em Vargem Alegre, Estado do Rio, município de Pirai, chamada fazenda das Minhocas, por causa de um ribeirão que lhe passava ao lado, e onde o café constituía a cultura quasi exclusiva. A mão de obra era escrava, mas a doçura e leniência dos senhores era tal que elles não sentiam a sua condição e trabalhavam com afincos sempre alegres e satisfeitos. As plantações eram feitas em linha, obedecendo já a uma certa simetria. A época porém em que a fazenda se engalanava toda e fervilhava de vida e de entusiasmo, era a da plantação. Todos então, sem exceção, homens mulheres e crianças saíam para o campo, em turmas, os homens para um lado, as mulheres para outro e as crianças no terreiro, ou então guiando as juntas de bois que arrastavam penosamente os carros carregados do grão. Os trabalhadores realizavam a tarefa cantando. Essa azafama intensa que quebrava a monotonia da vida rural, com sua viva alacridade e harmônica das modinhas entoadas em côro, transformava o trabalho numa grande festa sollicitada e esperada com afincos.

Repete-se assim, inconscientemente, os ritos memoriais das festas á natureza, da saudação á Ceres provida e dadivosa, que faz frutificar as arvores e madurar o grão, e que, no Velho Mundo ainda se revelam nas choréas e cantos das vindimas e das primeiras ceifas.

A PREPOTENCIA DO EXPORTADOR ESTRANGEIRO

O comércio de café, no Rio, começou em 1835. Foi o primeiro conde da Estrela o fundador da primeira casa de café.

O café, em sua grande maioria era transformado ao passo tardo e lento das juntas de bois em carroças de grandes distancias até as estações da Estrada de Ferro. A sua chegada ao Rio era acondicionado em armazens de construção antiga, de muros reforçados, enormes, e barras e vigotes de madeira de lei, quasi indestrutivel, como

ainda hoje existem intátos. O commissário de café era o banqueiro do fazendeiro, emprestava dinheiro ao lavrador a longo prazo e tambem tinha dinheiro de todos os bancos de modo que quando se vencia a letra de um, sacava de outro e pagava aquele, e assim sucessivamente.

Naquele tempo não havia telegrafo, de fórma que só os exportadores é que sabiam mais ou menos da posição de alta ou baixa do produto, a data de entrada e saída dos vapores e todas as demais noticias dos mercados consumidores, de que guardavam zelosamente o segredo para conservarem sempre a supremacia. Daí a facilidade com que, em breve prazo, realizavam consideráveis fortunas. Para o negociante nacional, inteiramente "a quó" do movimento do mercado, sobrava unicamente o recurso de ir pescar as novidades no centro de reunião dos commerciantes do café, que era então num predio baixo, terreo, especie de antigo armazem sito á rua Municipal, esquina da rua dos Beneditinos. Era encarregado do armazem um sr. Braga, que distribuía as informações e boatos corrente. Como ainda hoje no Centro do Comércio de Café o local era animado e enquanto não vinham as noticias comentavam-se os fatos correntes e as probabilidades do mercado. Quando era anunciada uma alta todos corriam, entretanto como só em maio começava o movimento das entradas, as altas, posto que pequenas eram mais duradouras.

● REGIME DAS CASAS COMERCIAIS

O regime das casas comerciais era severissimo. O empregado era trazido de canto chorado, o trabalho pesado e continuo.

Folgas, poucas. O espantinho, porém do empregado naqueles tempos era o plantão, o celebre plantão de ominosa memoria. Todos os caixeiros das casas de café eram obrigados a estacionar, por turmas das sete horas ás 22 ou 22 1/2 horas, no armazem, sem arredar pé, a espera da freguezia para atendê-la no que fosse mistér. Não podiam ler, não podiam conversar — era ficar sentado numa cadeira e esperar.

O comércio a esse tempo não passava da primitiva troca ou de uma merceadoria por outra ou de uma merceadoria por dinheiro.

Os métodos comerciais eram extremamente simples, não se conheciam sequer as complicações da moderna eserituração commercial.

A função do caixeiro áquele tempo é que era muito mais complicada, pois éle reunia em si as mirificas virtudes de caixeiro de armazem, guarda-livros, correspondente, etc. Para exemplo basta lembrar a eserituração commercial de uma casa de café: só

existia um livro, aliás feito pelo próprio empregado.

Este livro consistia num caderno de papel branco de amostra, cozido a barbante na lombada e nêle, a lapis, era feita a escrituração comercial.

Na escrituração só havia um titulo, assim denominado: "Levou e trouxe", pronunciada esta última palavra "trouche", assim, quando se vendia uma partida de café a determinada pessoa o empregado, tomando do livro que sempre estava pendurado na balança, nêle escriturava: fulano levou tantos sacos e trouche tanto em dinheiro.

O café, por aqueles tempos não era bem conhecido e nem classificado.

Apenas se diferenciavam as qualidades e, mais ou mênos até 1885, elas eram assim denominadas: fino, superior, 1ª boa, 1ª regular, 1ª ordinaria, 2ª boa, 2ª regular, 2ª ordinaria e a escolha, qualidades essas que, hoje, correspondem respectivamente aos tipos de 1 a 8, sendo que escolha corresponde aos tipos 9 e 10.

E' de ver-se a equidade de escrito e as qualidades de observador do negociante da-quele tempo: êle separou as qualidades de café com tal intelligência que o negociante moderno, que classifica o café pelo número de defeitos, pela descrição de côr, cheiro, torração ,etc., só descobriu tipos que correspondem perfeitamente ás denominações antigas.

A particularidade máxima do comércio de café no Brasil vem a ser a sua autoridade que, ainda hoje é a mesma dos primeiros tempos.

Tratando-se no ramo do comércio mais violento e que mais se exerce a credito, pôde-se dizer que não se conhece nêle um só ato de desonestidade.

O intuito jurídico das falências, no tocante ao comércio do café, poderla desaparecer.

Os raros casos de fracasso que se conhecem constituem exceção honrosissima nossa afirmativa e são verdadeiros casos de acidente na vida do comerciante.

O COMISSARIO E FAZENDEIRO

A casa do commissário era o hotel do fazendeiro, nas suas estadias na Côrte, como diziam então, referindo-se ao Rio de Janeiro. Tambem, o commissário é que velava pela educação do filho do fazendeiro, que hospedava em casa, durante todo o tempo dos seus estudos, isto é de um seis anos. Daí formarem-se entre ambos essas amizades fortes, que sobrepujavam os interesses, e a simples cortezia das relações mercantis se transformava num sólido laço de estima mutua e consideração reciproca.

O caixaero ia receber á estação os freguezes e levá-los á casa do patrão.

"Ainda me lembro como hoje", referiu-nos o sr. Neves, do tempo em que o meu patrão me mandava esperar o visconde de Barra Mansa um grande fazendeiro de café daqueles tempos. Era um velho patriarcal sempre com uma boina de seda á cabeça e cheio de prevenções exquisitas. Assim nunca tocava em dinheiro, tinha receio dos microbios. Chegava acompanhado de uma série enorme de agregados, mucamas e carga, jacás de galinhas, fardos e engradados de doces, e queijos, encomendas, bichos de estimação, etc., e tudo ia para a casa do commissário, levado pelo caixaero. Contudo, se a severidade era implacavel e o serviço exigente e tedioso, havia entre êles um laço forte de mutua consideração e apreço derivados da convivencia constante e aproximação. Por isso o caixaero de hoje era infalivelmente o comerciante de amanhã, o empregado que se sujeitava e passava de boa sombra por todas essas privações chegava infalivelmente a socio da casa.

Exhumação histórica do café

O ESTADO DO RIO É BERÇO DA CULTURA CAFEIEIRA NO BRASIL

DR. CARLOS CONCEIÇÃO

O BANDEIRANTE E A TERRA VIRGEM

Em 1747, toda a imensa região dominando o dorso da serra e o vale do Paraíba até os seus confins com as capitais de Minas e São Paulo pertencia á circunscrição civil da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse vastíssimo território inculco, virgem ainda do heroico labor e aos grandes gestos redentores das cruzadas dos bandeirantes, onde as populações aborígenas dos Puris selvagens faziam a sua tenda guerreira, existiam apenas alguns curatos e capélas, sendo a mais notáveis pela extensão, o da N. S. da Conceição de Campo Alegre.

Campo Alegre foi descoberto e povoado pelo bandeirante audaz, coronel Simão da Cunha Gago que lhe denominou Paraíba Nova, em opposição ao curato da Paraíba do Sul, já fundado em 1683 por Garcia Rodrigues Paes Leme, com o levantamento de uma capela na sua fazenda, entre os rios Paraíba e Paraíbauna. (1)

Conta monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, nas suas "Memorias Históricas do Rio de Janeiro", que o coronel Simão da Cunha Gago, homem de influências nos melhores círculos sociais de São Paulo, vendo-se na contingência de abandonar a capitania, rumo a Minas Gerais, em busca de fortuna, empenhou-se pela mata virgem, indo acampar-se na Lagôa de Airuosa, pertencente á capéla de N. S. do Rosário, onde tentou a exploração do ouro.

Munido de uma concessão do general d. Luis de Mascarenha que governava S. Paulo, para a conquista das minas e do gentio, enfrentou os índios com o padre Felipe Ferreira Pinto, desbravou a floresta indomita, atravessou os rios, "galgou e, transpôs a serra da Mantiqueira, penetrou o vale do Paraíba, e depois de escolher uma campina extensa e verdejante, a que lhe deu o nome de "Campo Alegre", suas vivendas rusticas,—

aí construiu, com os seus companheiros, as suas vivendas rusticas, semeando, na terra ubertosa e virgem, as primeiras culturas para manutenção da bandeira.

Estava assim descoberto e povoado o primeiro "habitat" do café brasileiro.

IRRADIAÇÃO

O Estado do Rio é incontestavelmente a fonte irradiadora da cultura cafeeira no Brasil.

Rezende, sendo cronologicamente o primeiro município creado no vale do Paraíba, foi, depois da iniciação da cultura pelo bispo d. Justiniano na sua fazenda do Capão e padre Couto da Fonseca na sua propriedade Mendanha, também o primeiro a receber nas entranhas virgens da terra a energia revigoradora do sangue novo do café, que haveria mais tarde de inocular-se e irradiar-se no organismo joven da Patria, e constituir nos planaltos ondulantes de S. Paulo, com a medida exata do clima, a revelação do sólo e constancia heroica do homem, o maior manancial das riquezas do Brasil de hoje, para não dizer o mais notável e grandioso trabalho agricola organizado no mundo.

Está claro, não me reporto ás primitivas sementes plantadas no norte do país, trazidas da Goiana Franceza, em 1727, pelo capitão-tenente Francisco Melo Palheta, comissionado pelo então governador do [Pará, capitão Maia da Gama.

Não.

Palheta, quando em visita ao governador daquela possessão, recebera das mãos de sua esposa um punhado de grãos de café que os fez, sob auspiciosos e vigilantes cuidados, vegetarem, desenvolverem, abrirem os véos da inflorescência, num cardume de frutos, no Setentrão brasileiro cujas tentativas de cultura, constituíram, máo grado todos os esforços, um malogro e um fracasso, ante a categorica inhospitalidade mesológica do clima.

Segundo os melhores depoimentos historicos, já de pleno dominio dos estudiosos e dos técnicos, todas as sementes da formosa rubiacea que frutificaram aqui no sul descendem de dois pés, trazidos pelo ministro João Alberto Castelo Branco, em 1762, então nomeado para a Relação do Rio de Janeiro, que o ofertou aos frades do Convento dos Barbadinhos. (2)

Foi este o autêntico e único viveiro de onde saíram as esplendidas cerejas de café para multiplicação indefinida da espécie pelos invios sertões das provincias do sul, rasgando inicialmente a epiderme vermelha dos solos ubertosos do imenso vale Paraíbaano, alastrando-se pela picada real no roteiro de S. Paulo, em busca de terra funda e clima alto, lambendo e transpondo o lombo verde e bravo da Mantiqueira, rumo de Minas, devorando, com as suas mãos de fogo, os secularissimos monumentos verdes da floresta, como um dantesco e mágico ciclone, arrastado ao inevitável fatalismo divino das leis bioló-

gicas, em luta aberta com o meio agrológico e climático para conquista integral do seu verdadeiro "habitat".

Há evidentemente um erro cronológico quanto à época e ao local da introdução da cafeicultura sistemática no Brasil.

(1) Campo Alegre, Vila de Rezende, Memória de Carneiro da Maia — 1886.

(2) Monografia do caféiro de Frederico Burlamaqui, 1863. Memórias históricas do Rio de Janeiro, de monsenhor Pizarro e Araujo.

Apezar do profundo e envolvente nevoeiro dos tempos não derramar muita luz sobre esse interessante e oportuníssimo episódio básico da nossa formação agrária, convém, desde logo, fique, a bem da verdade histórica, retificado com eloquência e a projeção luminosa dos documentos antigos.

Alguns escritores modernos, menos avisados sobre o aspecto histórico, têm tratado este momentoso problema com uma certa dose de indiferentismo e perfídia intencional, quando não desvirtuam e transmigram para sítios ignorados, a verdadeira região primitiva dessa glória esmaecida e quasi extinta pelo desamor dos homens..

Assim é que muitos dos técnicos contemporâneos que se têm ocupado dos estudos monográficos sobre o café mencionam laconicamente, sem um instrumento con-substancial de prova, que a cafeicultura irradiou-se do vale do Paraíba para outras províncias.

As notas cronológicas do tempo, no entanto, precisam categoricamente os pontos de partida, onde operou o milagre inicial da sistematização da cultura.

Foi na sua fazenda "Capão", no distrito de Irajá, que d. José Joaquim Justiniano, então bispo do Rio de Janeiro, iniciou a primeira cultura do café, em 177, com sementes levadas do convento dos Barbadinhos; daí, o café foi levado pelo padre João Lopes para a sua fazenda em São Gonçalo, e pelo padre Couto da Fonseca para as suas propriedades, em Campo Grande e Rezende.

Dessa mera casualidade de pontos de partida na distribuição geográfica, a cultura seguindo rumos diferentes, mas procurando em ambos o mesmo ótimo biológico na serra, na sua faminta e louca cavalgada de fogo penetrou inter-land da capitania, subindo e descendo montanhas, traspondo fronteiras, na ansia libertária de sentir novas terras e novos climas.

Di-lo (3) textualmente em sua Memória, Francisco Freire Alemão: "Da fazenda "Capão" saíram plantas para a do padre João Lopes, em S. Gonçalo, da qual se propagou o café pelos logares circunvizinhos, e para a da Mendanha, do padre Couto da Fonseca, em Campo Grande".

Este depoimento de Freira Alemão toma grande relevo de significação histórica,

pelo fato bastante expressivo de ter sido ele batizado e criado pelo padre Antonio Couto da Fonseca, homem de notável saber e de devotado amor às questões agrárias, com quem vivera até o dia que o viu morrer, em 11 de fevereiro de 1810, segundo éle próprio narra no seu trabalho monográfico.

De Mendanha, o café deu um salto directo a Rezende, levado ainda pelo padre Couto, que disseminou a cultura pelo vale e pela serra, no trilho do planalto paulista.

Valho-me da Memória de João Carneiro Maia "Campo Alegre e a Vila de Rezende" onde éle nos conta que Antonio Baía, antigo morador d'este município, já havia plantado a primeira fazenda de café, com Bananal, em 1782, com sementes colhidas nos cafezais de Rezende.

Da autorizada narrativa do historiador logicamente se conclue que Rezende já em 1777 (dando-se ao caféiro 3 anos para a sua primeira safra abundante, estava em franco desenvolvimento da cultura, o que de um modo categórico confirma e re- vigora os textos das Memórias e Monografias do tempo do Imperio, cujo fundamento historico marca precisamente a época de 1775 para a introdução do café no interior da provincia do Rio de Janeiro.

Estes depoimentos, grafados e transmitidos pelas crônicas dispersas de antanho, tomam relevo, ganham forma e se concretizam em verdade historica, si meditarmos no generoso e nobre gesto do vice-rei, fidalgo marquês de Lavradio, dirigido as populações rurais da provincia, no sentido patriótico de propagar e desenvolver a cultura pelo vale e pela serra, isentando dos serviços da caserna todo o cidadão que provasse ter semeado sobre o magnifico deserto verde e sáfaro da terra, a dadivosa seára de ouro, dos cafezais para o festim nupcial da riqueza com a patria brasileira.

E' interessante saber-se a maneira de como o café pentrou o sertão do vale, dominou a serra e emigrou para o "hinterland" das outras provincias.

Os frades Barbadinhos, senhores das sementes dos caféiros que já haviam frutificado na chacara do seu convento, 1770.

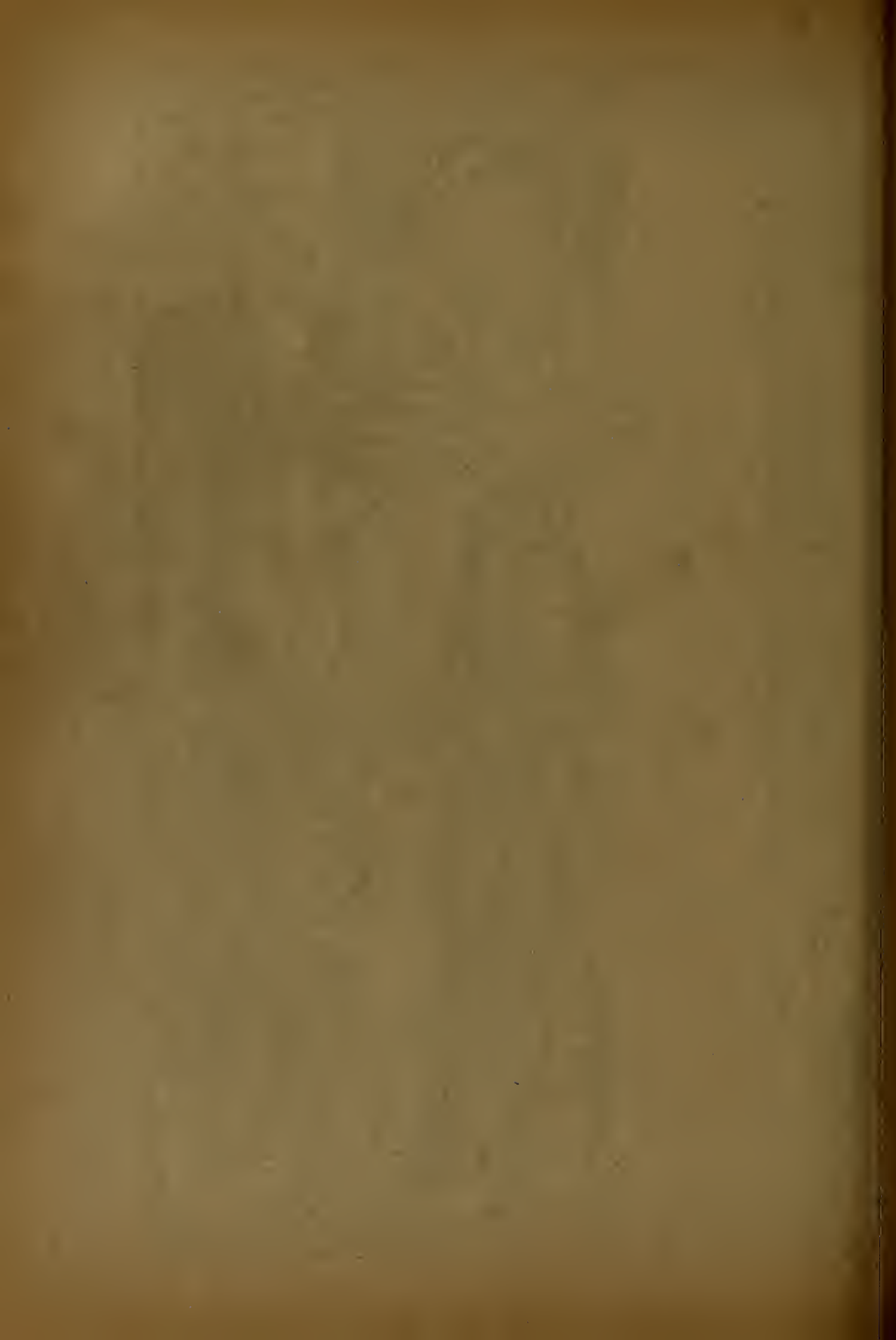
(4) entregaram-nas em mãos do bispo do Rio de Janeiro, d. Justiniano, que fez a primeira cultura na sua fazenda Capão, no distrito de Irajá, hoje pertencente ao Distrito Federal, saindo daí os bagos de ouro com os quais os padres João Lopes e Couto da Fonseca, jornadiaram pelos terras fecundas e selvagens da provincia, na renditora e generosa peregrinação das bandeiras, semeando com o prestigio de Deus, o milagre da "Onda Verde".

Conta o illustre conego Januario da Cunha Barbosa, em nota posta á margem da bibliografia do Rio de Janeiro. "Tambem concorreu éle (o bispo) para a propagação da cultura do café, recebendo se-

UMA GRANDEZA EXTINCTA



VISTA PARCIAL DAS RUINAS DE PORTO DAS CAIEZAS, NO E. DO RIO, ONDE O CAFÉ MARCOU UMA ÉPOCA DE FASCIO
(Ilustração do prof. Henrique Cavallieri)



mentos da horta dos barbadinhos italianos, e fazendo-as distribuir com muita recomendação pelos padres Couto e João Lopes, aquele no caminho de Rezende e este no distrito de São Gonçalo”.

J. M. P. de Vasconcelos, no seu trabalho “Selecta Brasiliense”, 1868, no-lo afirma dizendo que o padre Couto tomou a direção de Rezende, ainda distrito de Campo Alegre, o mais adiantado da região, espolhando as sementeiras do ouro vermelho pelo vale e pela serra acima, enquanto que João Lopes, seu companheiro de missão civilizadora sobre o homem, operando na terra inculta o milagre floral das menses abundantes, tomou o caminho de S. Gonçalo, de onde se irradiou a cultura para o norte da provincia, rumo ao Espirito Santo.

A distribuição geográfica do café de hoje confirma explicitamente o roteiro historico dos bandeirantes no passado.

O mesmo oceano de culturas, irrompido das selvas pelo tufão benfazejo das derubadas, que se alastrou em marcha batida de vagalhões crescentes pelo vale do sul da Paraíba para o planalto de São Paulo, espalhou-se também, num avanço feliz de ondas verdes pelo vale norte, em busca de Espirito Santo, deixando, tanto de um como de outro lado, o rastro luminoso dos plantadores de cidades.

dirigidas com o sangue submisso do escravo — gloria melancólica da raça — extinto no amanho causticante da terra aberta em floradas do grão de ouro para opulencia e esplendor das civilizações que vierem depois.

(3) Memória de Francisco Freire Allemão, Revist. Inst. Hist. 1856.

(4) Em 1762 o ministro Castello Branco ofertou aos Barbadinhos, quatro anos depois, 1766, as duas plantas frutificaram alguns litros de sementes, que semeadas pela chacara do convento, quatro anos mais tarde, em 1770, essa pequena cultura produziu o bastante para os frades missionários espalharem os cafezais pelo vale e pela terra. E' esta a mais aceitável e intuitiva recomposição histórica.

FONTES DE CONSULTA

Memórias Historicas, de monsenhor José de Souza Azevedo Pizzaro de Araujo. Monografia do caféiro, de Frederico Burlamaqui.

Selecta Brasiliense, de J. M. P. Vasconcelos.

Campo Alegre e a Vila Rezende, de José Carneiro Azevedo Maia.

Monografia do Café, de Porto Alegre. Memoria apresentada ao Instituto Historico e Geografia, por Freire Alemão.

O Centro de Comércio de café do Rio de Janeiro

O mercado cafeeiro nesta cidade, pela qual se escoam para os países consumidores, anualmente, tres milhões de sacas, em média, tem no Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro o seu órgão impulsor e coordenador, por excelência.

E' nos salões do amplo edificio da rua da Quitanda, que commissários e exportadores se põem em contáto para a realização dos negócios pelos quais ingressam nas veias da economia nacional valores que avultam ante os correspondentes aos demais produtos da nossa exportação.

Das 10 horas da manhã ás 11½ é enorme o movimento, o vai-vem de homens apressados, a lufa-lufa de moços e velhos, brasileiros, portugueses, espanhois, italianos, ingleses, alemães, americanos, turcos, que ali se encontram no afan de encaminhar uma transação, discutir uma oferta, impôr um preço.

Abrem-se amostras; passam-se e repassam-se; calcula-se o valor de cada uma, e o rateio indica, em arroba, o preço do lote, que o exportador examina e desdenha, para justificar, o preço baixo que vai oferecer, tendo em grande atenção as condições de resistencia dos commissários que o procuram seduzir.

Quando mais intensa a agitação e já se desenhm, com relativa nitidez, as condições do mercado, chega o momento da reunião da comissão de cotações, sorteada diariamente, um pouco antes; nem sempre são calmos e tranquilos seus trabalhos; frequentemente surge divergencia, que um diretor ponderado tenta harmonizar, conseguindo-o quasi sempre.

Já então ressoa estridula a campainha do primeiro pavimento a anunciar o início dos trabalhos da bolsa de mercadorias; do som metalico succedem vozes em algazarra, que berram cotações enquanto, cadenciadamente, de espaço a espaço, o syndico anuncia o resultado dos pregões.

Dalí nasceram grandes fortunas, que a ambição ali mesmo destruiu. A esperança do lucro aleatório e o vulto da especulação fizeram esquecer os fins de previdencia proprios do negocio a termo.

—:—

O movimento do Centro de Café que hoje se observa, traz a recordação os primeiros dias de sua vida.

Foi em 1901, há 26 anos, que elle se constituiu por iniciativa dos srs. Conde de Avelar, Gustavo de Araujo Maia e Cons. Antonio da Silva Maia.

O fundo patrimonial formado pelas contribuições dos primeiros associados foi todo aplicado na construção do edificio em que até hoje funciona em terreno tomado de arrendamento ao Mosteiro de S. Bento.

Mais tarde, quando já prestes a vencer-se o prazo do arrendamento, foi feita a compra do imovel, o que constituiu um fato de alta significação para a vida da sociedade.

Emprestimo contraído para essa operação foi, facilmente e dentro de pouco tempo, resgatado, muito embora obras custosas fossem realizadas no mesmo período, chegando mesmo a ser levantado um terceiro pavimento, que é aquelle onde o Centro agora funciona.

Esse desenvolvimento material não se operou sacrificando serviços que o Centro devesse empreender em relação com os fins que tinham em vista seus organizadores.

Os trabalhos de estatística sobre café têm sido gradativamente aperfeiçoados e desenvolvidos e valem hoje como officiaes.

O Boletim Diário de divulgação sobre o mercado da vespera é completo em seus informes e tem uma feitura caprichosa e agradável.

O Boletim Mensal, distribuido sempre com perfeita regularidade, de mimeografado passou a ser, em 1922, impresso; nelle são inseridos, permanentemente, quadros estatísticos sobre

entradas gerais no Rio e em Santos;
embarques gerais no Rio e saídas em Santos;
entregas reais totais do mundo;
exportação do Rio por exportadores e destinos;
estoques no Rio e em Santos;
suprimento visível no mundo;
posição estatística do café no mundo;
cotações do disponível e câmbio no Rio;
cotações do café a termo na Bolsa do Rio;
cotações do café a termo na Bolsa de Santos;
cotações do café a termo na Bolsa de Nova York.

Além desses quadros um outro aparece em cada número do Boletim com as entradas e embarques de café no Rio de Janeiro, nos ultimos seis anos, quadro este de muita utilidade para a comparação do movimento do mercado no curso das safras.

Esses dados estatísticos seriam, sem duvida; suficientes para tornar o Boletim um órgão de muito interesse para todos que se ocupam de negocios de café.

Mas util ainda se torna, no entanto, pela divulgação de leis, decretos, noticias, artigos, informações diversas, etc.

—:—

O Centro mantém há dez anos uma Caixa Beneficente para Trabalhadores em Café, que já tem distribuido centenas de contos de réis em auxilios, de toda a sorte, a esses humildes cooperadores do comércio.

A criação da Caixa teve lugar ao termo de uma luta tenaz contra a opressão com que se conseguira impôr, durante muitos anos, uma sociedade de resistencia, de que já não há memoria no comércio de café. Restabelecido o regime de liberdade, de que, durante muito tempo, se vira privado, tratou êle, em momento de feliz inspiração, de organizar um aparelho capaz de proporcionar, equitativamente, aos trabalhadores os socórros de que pudessem carecer. Assim foi instituída a Caixa, cujos serviços tem sido ampliados, compreendendo hoje uma eficiente assistência medica, a cargo do dr. Helio de Araujo Maia, profissional competente e dedicadissimo.

—:—

O Centro tem tido desde a sua organização as seguintes directorias:

1901 a 1904:

Presidente—Conde de Avelar.
 Secretario—Gustavo de Araujo Maia.
 Tesoureiro—Conselheiro Antonio da Silva Maia.

1904 a 1905:

Presidente—Paulo Arnaud da Silva Taveira.
 Secretario—Gustavo de Araujo Maia.
 Tesoureiro—David Pinheiro Guerra.

1905 a 1907:

Presidente—José João Torres.
 Secretario—Arthur Ferreira Machado Guimarães.
 Tesoureiro—Francisco de Paula Santos Gouvea.
 Idem—Adolfo Schmidt.

1907 a 1908:

Presidente—Conselheiro Antonio da Silva Maia.
 Secretario—Dr. Honorio de Araujo Maia.
 Tesoureiro—Luis Francisco Moreira.

1908 a 1910:

Presidente—Dr. Antonio de Paula Rodrigues Alves.
 Secretario—Alberto de Azevedo.
 Tesoureiro—Carlos Leite Pinto.

1910 a 1912:

Presidente—José Ribeiro Ferreira de Meil-
 relles.
 Tesoureiro—Gabriel Teixeira Marinho.

1912 a 1914:

Presidente—José Luiz Ferreira Fontes.
 Tesoureiro—José Candido Francisco Mo-
 reira.

1914 a 1915:

Presidente—Pedro Domingos Lopes (inte-
 rino).
 Idem—Dr. João Gonçalves Preeceira Lima.
 Tesoureiro—José Ribeiro Ferreira de Mei-
 relles.
 Idem—Gabriel Teixeira Marinho.

1915 a 1916:

Presidente—Dr. João Gonçalves Pereira
 Lima.
 Tesoureiro—Dr. Honorio de Araujo Maia.

1916 a 1918:

Presidente—Bernardo de Oliveira Barbosa.
 Tesoureiro—Dr. Honorio de Araujo Maia.
 Idem—Cesar Augusto Borges Palhares.

1918 a 1921:

Presidente—Galeno Gomes.
 Secretario—Christiano H. Hamann.
 Tesoureiro—João Pedro de Fraga Lourenço.

Em virtude de reeleições successivas, esta última directoria não sofreu alteração até o ano corrente, em que, tendo-se desligado do comércio de café, se retirou para a Europa o sr. João Pedro de Fraga Lourenço.

Em assembléa realizada em 30 de setembro, foi eleito novo Conselho Administrativo, de cuja constituição continuaram a fazer parte a firma Galeno Gomes & Comp., e o sr. Christiano Hemann, anuindo a um apêlo que lhe foi dirigido pela quasi unanimidade dos socios efetivos.

O Conselho Administrativo, constituído então das firmas: Araujo Maia & Comp., Christiano Heju Hamann, Coelho Duarte & Comp., Galeno Gomes e Comp., Julio Mota & Comp., Pinto & Comp., Pinto Lopes & Comp., elegeu para os cargos da directoria os srs. Galeno Gomes, presidente; Christiano Hamann, secretario; Julio Vieira da Mota, tesoureiro.

—:—

No severo ambiente em que se acotovelam os homem de negocio, raramente surgem faces rosadas, olhos scintilantes de mulher, a irradiar beleza e alegria. No entanto, o sentimento de prodigalidade e a abastança que derivam do café, atraem as margaridas, as rosas, as acacias, os trevos, as flores da primavera, etc., etc., que, em cada um dos seus dias de inovação ao espirito de generosidade do nosso povo, logo cedo, muito cedo, invadem a séde do Centro, onde a colheita se faz facil e abundante. Não raro é o habito negro, modesto e severo, das religiosas que allí aparece em busca de auxilio para institutos de abrigo e proteção á infancia, e jamais a supplica deixou de ser atendida; contribuições periodicas de uns, regularmente procurados, donativos valiosos de outros, lhes enchem a sacola, onde se transformam em pão para o pequenino asilado.

O café anedótico

HUMBERTO DE CAMPOS

(DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

O café, cuja influencia sobre o cerebro e, consequentemente, sobre a imaginação, devia ser a origem de tantas anedotas e frases de espirito, repousa historicamente, êle proprio, no occidente, sobre uma anedota oriental.

Conta em verdade, Gemal-eddin-Dhab-hain, cronista arabe do seculo XV, que a descoberta das propriedades tonicas da famosa rubiacea foi mero produto da osmalidade. Um mosteiro da Arabia, dos mais ricos, ou dos menos pobres do tempo e da região, possuia um rebanho de cabras que era diariamente levado ao pasto, nas cercanias, por um pastor da confiança dos frades. Observador e arguto, o cabreiro notou que, todas as vezes que os caprinos se dirigiam para uma touça de arbustos de folhas verde-escuro, e em que se encastavam milhares de pequenos frutos vermelhos, e comiam êsses frutos, se tornavam horas depois tão agitados e alegres, que lhe era penoso, mais do que habitualmente, reconduzi-los ao curral. Os animais beravam, pulavam, corriam, e tal era o efeito da planta misteriosa que, durante a noite toda, não dormiam nem repousavam, conservando-se em vigilia jovial, como se não sentissem o menor efeito da fadiga e do sono.

Intrigado com a informação, o prior do mosteiro inteirou-se do caso, constatando a sua veracidade. Havia naquela occurrencia, talvez, um aviso do Senhor, tão modesto na sua sabedoria. Mandou, assim, colher alguns punhados dos bagos cor de sangue, fê-los ferver e, dividindo a agua em pequenas taças, deu-a a beber aos frades da confraria. E cada um dos religiosos que dela bebeu, sentiu-se nessa noite mais disposto para a vigilia, mais pronto para a disciplina, mais fervoroso na oração. Estava assegurada, em suma, a primeira valorização do café.

Historiadores há, todavia, que atribuem a utilização do fruto, pela sua transformação em bebida a uma época muito mais recuada. Há quem o diga contemporaneo de Avicena, o celebre medico arabe do seculo XI. há quem o considere conhecido dos hebreus, no tempo dos patriarchas há quem declare usado no Egipto sob os ultimos faraós; e há, mesmo, quem o suponha usado pelos gregos, e que êle tem o seu logar na "Odisséa". O certo, porém, é que o Occidente europeu o desconhecia antes de 1644, quando Luis XIV, tomando a primeira taça do liquido maravilhoso, fez a declaração, que valia por um decreto, de que a bebida era, realmente, saborosa.

Consagrado por Versailles, estava aberto ao café o portal de todas as côrtes e, implicitamente, a porta de todos os lares. A venda, ás taças, em casas públicas, propagou-se de repente por toda a Europa. O "café", isto é,

a casa destinada a servir êsse produto aos seus apreciadores, passou então, a ser pretexto para os fins mais diversos, e que iam desde a desculpa, simples e comum, para embriagar-se, até a conspiração contra a segurança do Estado, em reuniões aparentemente inofensivas sob os olhos de toda a gente. Em 1711, ano em que Montesquieu imagina o início da correspondencia entre Ibben e Usbek, nas "Lettres persanes", são já tão numerosos os "cafés" em Paris, e servem a fins tão diversos, que o escritor faz pingar da pena do seu viajante esta informação ironica: "Le café est très en usage á Paris: il y a un grand nombre de maisons publiques ou on le distribue. Dans quelques-unes de ces maisons, on dit des nouvelles dans d'autres, on joue aux échecs. Il y en a une où l'on aprête de café de tele maniere qu'il donne de l'esprit á ceux qui en prennent: aux moins, de tout ceux qui en sortent, il n'y a personne qui ne croie qu'il en a quatre fois plus que lorsqu'il y est entré".

O "café", a casa retalhadora dessa bebida, isto é, na acepção a que se refere Montesquieu, não foi, todavia, uma instituição européa. Os primeiros estabelecimentos dêsse gênero foram, segundo se acredita, fundados em Mecca. No prefacio á sua edição franceza das "Mil e Uma Noites", o dr. Mardrus deixa patente a influencia dêsses pontos de reunião sobre a formação, ou, melhor, sobre a concatenação daquelle thesouro da imaginação arabe. Era, efetivamente, uns "cafés", em Mécca, em Constantinopla, em Bagdad, em Smyrna, em Damasco e em Aleppo, que os arabes, turcos e persas, vindos dos pontos mais diversos da Asia, narravam uns aos outros as historias populares do seu pais de origem. Esse intercambio de lendas e narrativas imaginosas determinaram a formação de um todo homogeneo que constitue, hoje, o mais lindo patrimonio literario da raça.

Esses estabelecimentos, que depois se tornaram, em algumas cidades de maior cultura, verdadeiros cenaculos, em que se reuniam poetas e políticos, tornaram-se em certo momento, um elemento de perturbação na vida uniforme dos povos orientais. Em 1554, era de tal ordem a influencia de dois "cafés" existentes em Constantinopla, que os muftis dirigiram ao sultão uma representação, pedindo o seu fechamento. Absorvidos pelas palestras que aí se travaram, os fiéis esqueciam a hora de prece, atraindo assim, pelo desprezo das coisas sagradas, a maldição de Alah. Os "cafés" foram fechados, e os seus proprietarios castigados publicamente com oitenta bastonadas. Por occasião da guerra da Candia, em 1665, foram, de novo, perseguidos todos os estabelecimentos dêsse gênero, em Constanti-

nopla. Percorria o pachá Kupruhi, disfarçado em mercador, os "cafés" da cidade, quando teve oportunidade de verificar a antipatia com que eram comentados nêsses logares os atos do governo. No dia seguinte eram as casas que se entregavam a êsse comércio sumariamente condenadas ao fechamento, como nocivos á segurança do Imperio. Era inspirado, talvez nêsse áto, e na conformidade do mesmo raciocínio, que Cromwell, um seculo depois fazia fechar como preventivo contra a alteração da ordem, todos os "cafés de Londres.

O primeiro "café" instalado em Viena teve, na palavra mais ou menos vaga dos cronistas, uma origem bizarra. Era em 1683 e as tropas de Sobieski enfrentavam, lutando pela liberdade nacional, o exercito do Sultão sob o comando do Kara Mustafa. Após a última batalha contra êsse general otomano, um soldado de nome Kulczycky, procedendo á pilhagem habitual, encontrou em uma das tendas inimigas grande quantidade de grãos cuja utilidade desconhecia. Enchendo as mãos, correu o soldado a levar ao imperador Leopoldo a amostra do seu achado. O soberano conhecia Kulczycky. Era um dos heroes do cerco da capital.

—Isto representa uma riqueza,—disse-lhe o Imperador.

E ante o espanto do soldado:

—Os grãos que encontraste são teus. Constituem a recompensa da tua bravura. Ficas com o privilegio de instalar-te na cidade para vender a bebida que com êles se faz.

E assim appareceu em Viena, nêsse mesmo ano, o primeiro "café".

Voltemos, porém, á França, onde o aparecimento da bebida oriental assumiu as proporções de um acontecimento nacional. O exemplo de Luiz XIV, bebendo com prazer, e a solicitude de Solimão-Aza, embaixador da Sublime-Porta, haviam tornado o café a "bebida nova", a bebida sensacional. Os medicos do tempo comentavam, discutiam, louvavam ou condenavam as suas apregoadas virtudes. Entrou em moda. A sua notoriedade parecia, porém, tão precária, por intensa, que mme. de Sévigné, considerando-o uma paixão de momento, um luxo de que Paris em breve esqueceria, dava ensejo a que La Harpe, mais tarde, lhe attribuisse esta frase:

—"Racine passera comme le café!"

Autentico ou apocrifo, o conceito se tornou verdadeiro. Racine não passou. E o café, ainda menos.

O anatema de alguns mestres da medicina contemporânea não conseguiu impedir que a "bebida intelectual" fosse adotada pelas maiores figuras do seculo. Algumas destas levavam mesmo ao exagero o seu consumo quotidiano. E entre elas estavam Frederico II, Voltaire, Diderot, Delille, Fontenelle, e se acharam, posteriormente, quasi todos os homens de pensamento, no mundo inteiro.

—O café é um veneno!—bradavam os adversarios do seu uso, entre os quais foram citados, depois, Calvet e Hahnemann.

—E' possível mas, nêsse caso, é um veneno muito lento—comentava Fontenelle, que, como se sabe, morreu centenário.

E, com a sua ironia de sabio:

—Há oitenta anos que venho me envenenando com êle, tomando diversas chícaras por dia, e ainda não senti, sequer, os primeiros efeitos!

No Brasil, o café possui, já, a sua historia anedótica. A sua adaptação no país, primeiro no Pará, onde entrou vindo de Caiena, a cultura que dêle se fez, logo em seguida, no Maranhão, e, finalmente, a sua chegada ao Rio, são assuntos que cabe, hoje, ao cuidado e á competencia dos historiadores. Convém, todavia, lançar aqui esta pergunta:

—O cafeiro, que veio para o Rio de Janeiro, e que foi a semente da formidavel riqueza do sul, procedeu mesmo do Maranhão, e foi, efectivamente, a muda que dalí trouxe o desembargador João Alberto Castelo Branco?

E est'outra:

—João Hoffman, que foi o nosso primeiro exportador de café, recebeu a muda directamente do marquez de Lavradio, como informa o dr. Nicoláo Joaquim Moreira, ou conseguiu-a já, dos Barbadinhos, como assegurava Araújo Porto Alegre a Joaquim Manoel de Macedo?

No Brasil, as anedotas sobre a bebida asiatica, tornada, hoje, nossa tornaram-se tão vulgares quanto ela mesma. Toda a gente bebe café. Toda gente entra nos "cafés". E' na "sala do café", no Senado e na Camara, que se formam os "potins", que se aplainam as difficuldades politicas, que se resolvem as questões nacionais. A "sala do café" delibera o plenário confirma.

Alguns casos podem, todavia, ser registados, como contribuição amavel. Nas repartições, no comércio, em toda a parte em que se trabalha, no Rio e em S. Paulo, há "hora do café". E' a hora sagrada. Os empregados saem, dois ou tres de cada vez, para ir á esquina, ou mais longe. O funcionario faz o mesmo, embora haja café na repartição. Apenas não saem os chefes, os velhos funcionarios respeitaveis, a quem o continuo vem servir, a hora certa, com a chícara na bandeja. Empregado publico modelar, era Machado de Assis, chefe de secção no Ministerio da Viação, quando, um dia, o procurou, sendo recebido, um cavalheiro que desejava o despacho de determinado papel, referente a uma transação vultosa. Examinado o processo, o interessado pediu ao chefe que não desse informação negativa. Machado, polidamente, recusou-se. Pediu-lhe que puzesse data diferente. Foi igualmente desatendido. Nêsse momento chega o continuo com o café. O romancista do "Braz Cubas" toma da chícara, mas o sujeito lhe segura o braço detendo-o:

—Não tome café, doutor—exclama. Isso é um veneno para a saude.

Pausado, medido nos gestos, Machado deposita a chícara, ainda cheia, na bandeja. E, voltando-se para o cavalheiro:

—O senhor está vendendo? Não atendo aos outros pedidos porque não posso.

E mandando embora o contínuo com a xícara de café, em cujo conteúdo não tocara:

—Acabo de satisfazê-lo na única coisa que dependia de mim!

A historia republicana regista, igualmente entre nós, um episodio como o de Constantinopla no tempo de pachá Kupruhi, mas, aqui, com um fecho mais generoso. Era, conta-se, nos primeiros dias da Revolução da Esquadra contra o governo de Floriano. Dividida a população em dois partidos, um contrario e outro favoravel ao ditador, era natural que se encontrassem contra êle os estrangeiros, principalmente os portuguezes, dado o caracter indisfarçadamente jacobino da reacção. Corajoso, frio, sem a menor preocupação com a vida, safo o Marechal, á noite, sosinho, e á paisana, a percorrer o litoral, inspecionando as forças encarregadas de defender a cidade. Vigorava o estado de sitio, e, completando-o, a lei marcial.

Certa noite, ao regressar, metido no seu singelo paletot de alpaca, de uma dessas inspecções, entrou o ditador em um pequeno café então existente na Lapa, e, servido pelo proprietario, um gordo portuguez em mangas de camisa, poz-se a conversar com êle sobre os acontecimentos militares.

—E o tal Floriano... Heim? Que você me diz d'êle?—indagou, mexendo a xícara, o freguez desconhecido.

Supondo haver encontrado um inimigo do governo, o portuguez destaramelou a lingua, derramando toda a sua indignação. O Marechal era um bandido, um louco, um selvagem. Mas aquilo não acabaria assim. Havia de aparecer uma bala que lhe dêsse cabo da vida.

Floriano ouviu-o, calmo, imperturbavel e, ás vezes sorridente. De vez em quando ajudava, mesmo, o botequineiro revoltoso, atacando, o governo. Tomado o café e terminada a palestra retirou-se, com a mesma tranquillidade com que entrara.

Instantes depois entra no café uma praça, e procura o proprietario.

—Você não esteve conversando aqui com um freguez, sobre a Revolta?

—Estive.

—Sabe quem era?

—Não, senhor.

—Era o Marechal!

Dois minutos depois o café estava deserto. E o portuguez, o dono, nunca mais apareceu.

A "Historia de um Pintor", que Antonio Parreiras publicou recentemente, regista um delicioso incidente galante que, parece, não fica mal neste logar. Completava êsse artista patricio os seus estudos em Paris, quando conheceu ali, como visinho, a rua Boissonade, o escultor Essemel, cuja velhice começava a prejudicar, pela fadiga do cerebro e dos musculos, a gloria conquistada na mocidade. Um dia, em visita a Parreiras, ofereceu êste ao mestre escultor uma xícara de café brasileiro, recebido directamente. Fram dez horas da manhã. A' tarde o escultor voltou.

—Extraordinario!—disse, com vivacidade.—Trabalhei hoje bastante. Dê-me outro café!

E entregando um copo:

—Mas, não quero uma xícara. Encha isto. E' um veneno sublime!

Na manhã seguinte era mme. Essemel que procurava o pintor.

—"Monsieur" Parreiras!

—Póde entrar, mme. Essemel.

—Venho pedir-lhe um favor.

—A's suas ordens.

—Não dê mais café ao meu marido.

—Por que mme. Essemel?

—Não lhe posso dizer. Não me deixou dormir.

—Trabalhou toda a noite na estatua, não é verdade?

—Não "Monssieur" Parreiras, lembrou-se de sua mocidade!...

—Quer tomar uma xícara de café, mme. Essemel?

—E' muito tarde, "Monsieur" Parreiras,—retrucou a veneranda senhora, sorrindo com melancolia.

E apanhando uma folha sêca, que, tombando do alto dos castanheiros, lhe viera cair, aos volteios, sobre a cabeleira branca:

—O Inverno já chegou...

E' attribuida a Coelho Neto, grande absorvedor da "bebida intelectual" e que consegue passar nas suas fases de intensa actividade criadora, dias inteiros a café e cigarros, uma frase em que define a nossa bibliografia historica.

—A historia do Brasil—teria êle dito,—está escrita, ainda, com tinta de café.

Foi com essa tinta, vizivel hoje, mas que desaparecerá amanhã, que á ultima hora se escreveu esta crônica.

O café e a musica

RODRIGUES BARBOSA

Quando se comemora festivamente o "2.º Centenário do Café", seria imperdoável que esta secção guardasse silêncio, como se ignorasse que a preciosa rubiácea contribuiu para a génese de uma bellissima obra musical. Mas —Santo Deus!—haverá, realmente, no mundo ou na vida, logar ou fenómeno que tenha escapado á influência avassaladora e onipotente do café, veículo de civilização, com o perfume, o sabor do seu decocto, restaurador da vida com o seu alcaloide?

Essa obra d'arte é uma admirável composição do mais notável genio musical que a humanidade já produziu. João Sebastião Bach, que a denominou: "Schlendrian mit Seiner Tochter Liessgen".

A Cantata do Café (como verdadeiro saxonio, nota Schweitzer, Bach es, creveu "Coffee") é devida a uma idéa de Picander, que publicára uma satirando narra que o rei de França, havia interditado o café e que, em consequência dessa ordem, a gente de Paris morria em massa, como se a dizimasse a mais terrível epidemia.

Digamos, de passagem, que foi em Paris, 1703, que appareceu a primeira cantata sobre o café. Spitta menciona, igualmente, uma cantata alemã, de 1716, sobre o mesmo assunto.

A Cantata de Bach, entretanto, é única pelo seu valor sem igual, e, como já dissemos, intitula-se—"Schlendrian mit seiner Tochter Liessgen".

O pai Schlendrian quer desabituar do café sua filha Liessgen, que é apaixonada pela negra bebida, uma Caffeeschwester (irmã do café, como se diz em alemão).

Vás promessas e ameaças vãs! Enfim, o pai promete-lhe um marido —o que parece convencê-la; mas, apenas o pai sai, para procurar o esposo prometido ella faz voto de só desposar aquele que, no contrato de casamento, se compromette a deixar-lhe plena liberdade de beber café—tanto e tantas vezes quantas lhe aprobevesse.

Nunca Picander escrevera melhor libreto.

Quanto á musica, ninguem suspeitára que Bach, deixando as grandes cantatas, fosse capaz de escrever tão facilmente uma musica tão alegre, tão espirituosa, tão galhofeira.

Sem nenhuma alteração, poder-se-ia fazer dessa cantata uma opereta em um ato. E' essa, aliás, uma das raras cantatas que, em vida do mestre, foram representadas fóra de Leipzig.

A "Gazeta de Francfort", de terça-feira, 7 de abril de 1739 (foi Spitta que relatou o fato), annunciou um espectáculo que seria dado, no Keufhaus (Hotel do Comércio), por um musico estrangeiro. Representava-se, entre outros, um drama—"Schlandrian mit seiner Tochter Liessgen".

Só podia ser a obra de Bach, conquanto o nome do autor da peça não houvesse sido mencionado.

Também Pirro, tratando das "Cantatas Profanas" de Bach, faz notar que muitas delas têm um carater particular, e, assim como Bach fizera de "Streizwischen Phebus and Pan" uma satira divertida, em que zomba rudemente dos seus detratores imbecis, e traçára o seu próprio retrato com tanto encanto quanto chiste; assim como, na cantata em dialeto "Her hahn en neue Oberkeet", inteira-

mente popular pelo seu feitiço burlesco, o mestre empregára motivos vulgares que estavam em moda, inserindo mesmo nela a melodia da famosa Folie d'Espagne, assim, também na "Caffee Cantate", êle acentuou que não desdenhava a simples alegria. Um sorriso expandia-se na sua face carrancuda, e o seu semblante triste e energico iluminou-se, quando êle musicalmente pintou êsse pequeno quadro de interior.

E não seria preciso investigar por muito tempo para descobrir os testemunhos dessa sinceridade solêne, que eleva todas as palavras de Bach. O velho Schlendrian, êsse pae ralhador, mas fraco, exprime-se, por vezes, com uma nobreza inesperada.

"O Jornal" quizera bem incluir no programa das suas festas comemorativas de hoje a representação, num teatro, da bellissima "Cantata do Café"; mas foi impossível encontrar, no nosso mercado musical, uma partitura dessa bela produção, que o genio de Bach criou.

O café do Brasil na Holanda

L. VILARES FRAGOSO

Pela praça de Amsterdam a Holanda importa café de todas as procedencias, e muito especialmente do Brasil, importação essa destinada a satisfazer as necessidades do consumo interno e o excedente á reexportação. Apesar do produto de inferior qualidade que, algumas vezes, casas brasileiras pouco escrupulosas exportam, apesar do aumento consideravel que se nota no consumo do chá, o consumo do café do Brasil não tem diminuido nêstes últimos anos. E' preciso dizer, de passagem, como aviso aos nossos exportadores, que não só os importadores como os consumidores, neste país, são muito exigentes, e a tal ponto que toda partida de café de má qualidade, de lá recebida, é immediatamente reexportada não sendo dada ao consumo—por minima que seja a quantidade. A abundancia classificação de tipos de café, usada no Brasil e a severidade da valorização—que criou uma especie de sistema de distribuição, trazendo como consequencia a restrição da liberdade de embarques, medida que, de certo modo, impede o livre curso das leis da oferta e da procura são razões que muito dificultam o comércio do café, disse-me em conversa, certa vez, um dos maiores conhecedores do assunto. O café de Santos tem tido sempre melhor aceitação nas praças holandesas e por isso mesmo é o que se destina ao consumo interno, ao passo que o do Rio importado tambem em larga escala, é o escolhido para a reexportação. Os cafés que entram em concorrência com o nosso são: o *Robusta* (cuja produção é de 1,000.000 de sacos por ano), o da America Central (de toda a procedencia) e o da Africa "Amboim" cuja produção aumenta de ano para ano e nos faz uma concorrência muito seria. Se quizermos conservar o mercado e desenvolver, mais ainda, a nossa exportação para a Holanda, fala por mim o especialista referido, preciso, se faz: 1. —tornar o produto mais barato; 2. —cuidar que as remessas sejam feitas com produto de boa qualidade; 3. —fazer com que os exportadores brasileiros voltem aos seus antigos habitos, não fazendo classificações muito numerosas dos seus produtos.

Eis aqui uma pequena estatistica organizada sobre o café brasileiro:

No mercado de Amsterdam:

IMPORTAÇÃO DE SANTOS E RIO

	SACAS
1924.....	1.264.500
1925.....	916.350
1926.....	979.500

Consumo e reexportação:

	SACAS
1924.....	1.258.270
1925.....	888.955
1926.....	981.870

Estoques existentes em 31 de Dezembro:

	SACAS
1924.....	98.070
1925.....	154.796
1926.....	152.345

Embarques feitos, em Santos e Rio, directamente para Holanda:

	SACAS
1924-25.....	1.070.000
1925-26.....	960.000

Durante o 1.º semestre deste ano a situação do mercado na Holanda, foi a seguinte:

Meses	Importação	Consumo e reexportação
Janeiro.....	81.263	82.699
Fevereiro.....	103.475	83.575
Março.....	68.768	81.125
Abril.....	69.198	66.947
Maio.....	66.314	77.522
Junho.....	55.479	50.694

Estoque existente na Holanda em 30 de Junho findo: 154.282 sacas.

A lavoura do café no Amazonas

HANNIBAL PORTO

Conquanto o café se aclimasse no Amazonas, e fosse um dos seus produtos de exportação limitada ao consumo de uma certa parte do Brasil, não logrou, entretanto, por muito tempo, ocupar a atividade dos seus naturais, que, ao invés de prosseguirem no seu cultivo iniciado, com vantagens promissoras, preferiram, por mais rendosa, a exploração dos produtos da indústria extrativa cujo desenvolvimento se acentuou de maneira notável, chegando mesmo a constituir o único objetivo das atividades dos naturais e da massa de trabalhadores que afluíram de todo o Brasil, atraídos pela fama e os proventos dessa rendosa produção.

No seu relatório de 1864 o presidente Adolpho de Barros, referindo-se á situação econômica da então província, estabelece o expressivo confronto que se segue:

ANOS	PRODUTOS AGRICOLAS Decrescimento		PRODUTOS EXPONTÂNEOS Aumento			
	CAFÉ Arrobas	TABACO Arrobas	SALSA Arrobas	CACAU Arrobas	PEIXE Arrobas	GOMA ELÁSTICA Arrobas
1830.....	6.200	5.643	—	2.300	13.460	—
1860.....	270	2.270	—	11.975	53.200	—
1861.....	630	1.187	1.793	9.99	56.740	16.777
1863.....	616	297	3.092	14.100	49.500	36.625

Verifica-se aí que o café foi decrescendo de 1830 até 1863, até desaparecer por completo da lista dos produtos exportáveis, suplantando pelo peixe, a goma elástica, o cacau, a salsa e o tabaco, sendo para notar que destes apenas a salsa desapareceu da estatística, tendo os demais nela permanecido, acrescida de outros, em escala sempre ascendente.

Assinala Tavares Bastos, no seu livro "Vale do Amazonas", publicado em 1866, que a parte do Amazonas que mais exportava era a confinante com o Pará, e Borba junto do Madeira Serpa, hoje Itacoatiara, fronteira á embocadura deste e Vila Bela concentrava quasi metade ou mais de metade da exportação.

Em 1862, sobre o total exportado de 702:966\$000 contribuíram aqueles portos com 412:000\$000 a saber: Borba com 215:731\$000; Serpa com 136:064\$000; Vila Bela, 50:298\$000.

Nesse mesmo ano a exportação de Manáos apenas subiu a 162:945\$000e segundo os mapas da Mesa de Rendas, ainda no exercício de 1864, ela não excedeu de 142:856\$000.

Tambem por esse tempo a população rustica e urbana da referida província não passava de 40.443 habitantes, neste algarismo e dos indios não catequisados habitantes de paragens então mal conhecidas.

Com elementos tão deficientes em relação a território de tal extensão e de tão difficil exploração, não era possível pensar em cultivo da rubiacea, tão exigente e de custeio, ainda hoje, grandemente dispendioso.

Assim era de prever que pouco tempo duraria a exploração dessa cultura, sobretudo quando se pensava em meios mais fáceis de obter os recursos para prover as necessidades da população.

Faziam-se sentir grandes energias para enfrentar aquella natureza hostil.

Não era facil hauri-los quando em outras regiões do litoral do Brasil podiam elas ser empregadas com reais vantagens econômicas.

Tavares Bastos, referindo-se ao Amazonas em 1866, dizia "ser o grande Estado de hoje uma esperança: deixando-se as vizinhanças do Pará penetra-se no deserto.

"A sensação de profunda melancolia, que se apodera do espirito, nos adverte de que estamos dentro da mais densas solidões do mundo.

"No Alto Amazonas, principalmente, domina esse amargo sentimento que obriga a alma a dobrar-se sobre si mesma.

"Infelizmente continúa os produtos naturaes e a borracha particularmente enchem quasi todo o quadro da produção do Amazonas. Ninguem ignora que a extração das drogas, sendo mais e mais distantes as florestas que as contém em abundância, determina a disseminação da população.



CAFEIRO ROBUSTA, EM PLENA FLORAÇÃO, NO CAMPO EXPERIMENTAL DA SOCIEDADE AMAZONENSE DE AGRICULTURA, NA CACHOEIRA GRANDE, EM MANÁUS

"Daí resulta que os povoados ficam desertos na estação da colheita e que, para isso, assim como para o preparo da manteiga da tartaruga, por exemplo, improvisam-se no leito dos rios, sôbre as ilhas efemeras da vasante, povoações provisoria, de um aspecto tão interessante por seu lado pitoresco, como deploraveis por sua condição econômica.

"Esse transtorno da vida social essa depravação moral alimentada pelo trabalho em commum e ausência de todas as regras da decência, essa existência nomade, preocupam a todos os que observam as coisas do Amazonas. Mas não há recurso algum eficaz que possa remover o inconveniente. Só o tempo o conseguirá

"Com efeito, enquanto os produtos naturais, como a borracha artigo de applicações variadas, no qual o Amazonas exerce um monopolio apenas contestado pela ilha de Java, e poucos logares da India, enquanto esses generos puderam remunerar pelo seu preço elevado os gastos de produção e compensar os frêtes, a extração das drogas continuará como até agora. Entretanto, é certo que o desenvolvimento moral do povo e principalmente o exemplo do imigrante conseguirão alterar gradualmente os hábitos da população e melhorar os processos da sua industria".

Efetivamente verifica-se hoje que tanto os habitos como os processos se modificaram, mas não na escala que era para desejar, pois a grande extensão territorial e as dificuldades das communicações, agravadas com a disseminação da população, impedem que se faça trabalho sistematizado e útil no sentido de modificar radicalmente a situação do Amazonas.

Demais, o problema ali só poderá ser resolvido de modo satisfatório pela applicação de vastos capitães ao lado de farta imigração; tudo sob o influxo de orientação sadia.

E', não há a menor dúvida, um problema que exige a collaboração de capitães estrangeiros, dada a sua extensão e complexidade.

Não se deve pensar em culturas que não sejam vastamente remuneradoras, porque ha uma serie considerável de entraves a remover, tendo por seu turno o inconveniente da relativa facilidade nos lucros da industria extractiva, assás variada.

Está perfeitamente evidenciado que se a cultura do café no Amazonas não surtiu efeitos que se esperavam, tendo, ao contrário, duração efemera, é porque não era economicamente explorável, tendo a concorrer, com vantagem, outras fontes de produção altamente lucrativas, que a sua plantaram e acabaram por aniquila-la completamente.

Aliás isso foi um grande beneficio.

O Brasil precisa de fundar a sua prosperidade econômica em varias fontes, para não ficar sujeito aos azares de monocultura, cujos efeitos desastrosos estão na consciencia de toda gente.

O Amazonas não deu, entretanto, o que se deve dele esperar.

As suas terras podem fornecer muitos produtos de facil colocação nos mercados estrangeiros, sendo para notar que dcstes, representam papel saliente os extrativos, cuja extensão não foi ainda bem considerada.

A própria goma elástica, que atravessa ali grave crise em consequencia da grande concurrençia do Oriente, poderá conquistar a sua posição anterior se houver trabalho sistematizado e sem solução de continuidade no sentido de plantar a seringueira em pontos próximos dos portos de embarque.

Haja vista o que e passa nas ilhas holandesas onde ano passado os bancos distribuiram 30% de dividendos. As importações atingiram 700 milhões de florins; as exportações dobraram esta cifra passando de um milhar e meio de florins. E tudo isso repousa na seringueira cultivada oriunda da Amazônia, transplantada para o Oriente distante. Mas essa prosperidade não se apoia apenas na goma elástica: o coqueiro e o arroz a completam na escala dos produtos cultivados.

Há, entretanto, para manter tudo isso, perfeita organização, reflexo da influencia benéfica da metrópole, onde tudo prospera a despeito da pequena superficie do solo, grande parte conquistado ao mar numa luta incessante e permanente de séculos.



Impostos de entrada do café nos diversos países importadores

JOÃO FONTOURA

Ao completar o café, o 2º centenario, interessante é fazermos, ainda que muito ligeiramente, um estudo dos direitos de entrada sobre o nosso principal produto de exportação nas diversas nações importadoras:

ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos há quasi um seculo são os maiores consumidores do café brasileiro.

Já em 1839, 35% do nosso café era exportado para lá enquanto os 65% restantes eram repartidos por outras nações. Todos os cereais, a lã, o linho, a seda, etc., sofriam uma proibiçã absoluta de saída, outros artigos eram tambem taxados com direitos maiores na saída do que na entrada, para os proteger contra os similares estrangeiros. Não foi outra coisa senão o que se chamou o *bloccus continental* a causa dêsse sistema proibitivo que só em 1836 passou por meia reforma, considerada então de grande alcance para a época, passando para o sistema que se dizia, de protecção atenuada, mas que na verdade ainda era o protecionismo.

Muitas tinham sido as tentativas para essa reforma. Desde 1834, os legisladores trabalhavam em estudos constantes elaborando projetos. Os partidos estavam divididos entre o protecionismo e o livre cambismo, que era então uma protecção atenuada.

As câmaras de comércio, consultadas, umas recebiam a concorrência dos produtos estrangeiros e pensavam que se devia conservar a mesma tarifa. Outras, dirigidas por homens com mais conhecimentos das forças industriais francêsas, entendiam que o govêrno devia modificar as tarifas, deixando entrar livremente tudo o que pudesse tornar o trabalho mais produtivo.

Diziam que a França era o país de mais alta civilização do mundo: era de lá que deviam partir as grandes idéas, as grandes inovações.

M. Ducas, deputado de Bordeaux, defendendo o livre câmbio, dizia:

"O efeito immediato das proibições absolutas é de empobrecer o tesouro".

A independencia da Belgica impossibilitava-a de sustentar-se, devido ás medidas tariffarias extorsivas decretadas pelo rei dos Países Baixos. Como tinha sido assistido pela França em suas pretensões, desejou e pediu a melhorias de tarifas para poder exportar seus produtos. A França então, aproveitando a oportunidade, modificou seu sistema protecionista.

Os direitos de entrada para o café foram assim estipulados:

		POR 100 QUILOS
Carregados em navios francêses	{ Dos países de além das ilhas de Sonda...	Frs. 62,40
	{ Da India.....	Frs. 78,00
	{ De outros países.....	Frs. 93,00
	{ Dos entrepostos.....	Frs. 100,00
Carregados em navios estrangeiros.....		Frs. 105,00

Em 1841 e 42 as tarifas do café não foram modificadas.

Em 1844, a reforma estipulava as seguintes direitas:

		Em navio francês 100 quilos Francos	Em navio estrangeiro
Proveniente das Colonias Francêsas.....	{ Do lado de cá do Cabo.....	50,00	50,00
	{ Do lado de lá do Cabo.....	60,00	60,00
	{ Estabelecimentos Francêses do lado Ocidental da Africa.....	178,00	78,00
	{ Da India.....	78,00	105,00
	{ De outros países.....	78,00	105,00
	{ Dos entrepostos.....	95,00	105,00

Em 1847 outras modificações na tarifa geral foram propostas, e nova reforma foi projetada. O sistema de protecção atenuada tinha dado bom resultado, nessa época, a França tinha chegado ao auge de seu poder.

A revolução de 1848, porém, fez emudecer a discussão sobre o assunto e a nova reforma das tarifas ficou no arquivo do parlamento.

Em 1851, M. Saint-Beuve, apresenta um projeto, tendo por fim estabelecer o livre câmbio. Esse projeto foi calorosamente combatido, e obrigou o Ministro das Finanças, o sr. M. Fould, em auxílio de seu colega da Agricultura e do Comércio, falar em nome do gabinete.

E' dever do gabinete—disse M. Faul—dar a sua opinião sobre uma questão em que todos os nacionais estão envolvidos.

As revoluções pôdem mudar as instituições políticas, elas porém, não mudam os interesses permanentes de um país".

"Os governos que se sucedem, estão presos a êsses interesses por uma estreita solidariedade. Eles devem tomar conta dos fatos existentes, da natureza das produções, do estado da indústria, sob o regime das tarifas estabelecidas".

Sem fazer exclusão do progresso, regulamento das taxas, como tudo o que se prende á administração comercial e financeira, deve constituir uma política tradicional, nacional e não uma política de circunstancia".

"Qual tem sido a nossa política em França, depois da paz? Firmemente protetora, prudentemente progressiva. Não nos afastaremos desta conduta".

M. de Lymarac, membro da 16.^a comissão de iniciativa parlamentar, em seu relatório sobre as tarifas, invoca todos os argumentos em favor do proteccionismo. E a proposição de M. Sainte-Beuve foi rejeitada.

Mais tarde, no entanto, foi reconhecido que a doutrina de Saint-Beuve não seria prejudicial, senão em apparecer muito cedo numa época em que o socialismo começava a preocupar os espiritos.

As grandes exposições internacionais, tendo a primeira surgido em Londres em 1851, onde a França concorreu com grande brilhantismo, foram motivo para que certas modificações fossem introduzidas na tarifa, tornando-a isenta de proibições; foram o caminho que conduziu, não diremos, diretamente ao livre câmbio, mas para um sistema de proteção cada vez mais atenuado.

ANOS	SACAS (1.000)	CONTOS de réis (1.000)	.£ (1.000)	Direitos sobre a entrada do café nos EE.UU.
1839-40.....	406	6	774	Livre
1871-72.....	1.284	39	4.051	\$0,05 por lb.
1921.....	6.137	502	17.094	
1922.....	5.966	746	21.955	
1923.....	7.439	1.114	24.678	Livre
1924.....	6.967	1.457	35.741	
1925.....	7.017	1.536	39.209	

FRANÇA

A França, na adoção de sua unidade tarifária, tinha seguido o sistema prohibitivo exagerado, respeitados os tratados de comércio.

Por muito tempo assim se manteve, modificando, de ano para ano, a tributação dos artigos que mais a exigiam. Os artigos de alimentação, principalmente os da Europa, sendo a Grã Bretanha e as cidades hanseaticas os maiores consumidores naquela época.

A nossa exportação montava a 1.409.800 sacas, das quais só os Estados Unidos compravam nesse ano, 405.902 sacas; a Grã Bretanha, 312.244 e Cidades Hanseaticas, 263.659 sacas.

O proteccionismo não o afetou com os direitos, pois em 1846, tanto o café como o chá tinham entrada livre nas alfandegas norte-americanas.

A política aduaneira, mais tarde modificada, impoz o direito de entrada de \$0,05 por libra.

A nossa lei n. 1.144 de 30 de Dezembro de 1903, pelo art. 6., foi o govêrno autorizado a conceder a redução de 20% nos direitos de importação de um ou mais artigos de países que fizessem concessões, não já, simplesmente ao café, mas tambem a outros generos de produção brasileira.

Os Estados Unidos foram os primeiros a obter os favores da lei e pelo decreto n. 5.192, de 16 de Abril de 1904, foi concedida a redução de 20% nos direitos de importação, para consumo, aos seguintes artigos de produção norte-americana, farinha de trigo, leite condensado, manufacturas de borracha, do artigo 1.033 da tarifa; relógios, tintas, do artigo 173 da tarifa, exceto tintas de escrever, vernizes.

Este decreto tem sido revigorado todos os anos.

Além desses favores, trocados entre as duas nações amigas em virtude do convenio, assinado em 1923, pelo nosso embaixador, dr. Augusto Cochrane de Alencar e Charles Hughes, os dois países se comprometeram entre si, a conceder um ao outro, o tratamento incondicional de nação mais

favorecida, excetuado o tratamento especial concedido á Cuba pelos Estados Unidos, e os países ádles dependentes, incluída a zona do Canal de Panamá. E ainda mais:

“Toda diminuição de direitos, agora concedida, ou que possa vir a ser concedida pelo Brasil ou pelos Estados Unidos. . . Aos produtos de qualquer terceira potencia, se tornará imediatamente applicavel, independentemente de pedidos e sem compensação, aos produtos dos Estados Unidos e do Brasil, respectivamente, ao serem importados no outro dos dois países.”

Damos a seguir um pequeno quadro da nossa exportação em 1839, 1871 e 1921 a 1925.

Os decretos de 1853, 54, 55 mais tarde tornados em lei, tinham moderado os direitos de certas materias primas, e um projeto apresentado ao corpo legislativo em 1856 atenuava algumas proibições. Mas os industriais protestaram e os direitos foram novamente elevados.

Passados para o dominio francês a Saboia e o condado de Nice, em consequencia da guerra para a unificação da Italia, a Inglaterra sentiu-se prejudicada em seu comércio com aquela nação; e, como a guerra da Criméa tinha sido sustentada pelos dois países, França e Inglaterra, foi concluído um tratado entre êles. Nêsse tratado os direitos aduaneiros, os mais elevados, eram de 30%. Alguns meses mais tarde, duas leis importantes, uma de 7 de Maio de 1860, abolia todos os direitos sobre materias primas, e outra de 27 do mesmo mês, e do mesmo ano, baixava consideravelmente as taxas sobre o açúcar, o café e sobre todos os gêneros coloniais.

Emancipadas comercialmente, em 1861, as colonias francesas obtiveram redução de tarifas. Nessas condições, o café importado delas pagava 12 francos menos de entrada, por 100 quilos, do que o importado de outros países.

PROCEDÊNCIA	Direitos por 100 quilos	
	Carregado em navio francês	Carregado em navio estrangeiro
Proveniente das Colonias e Possessões Francesas excepto Algeria		
{ Das Antilhas ou da Reunião.....	36,00	36,00
{ Da India.....	50,40	50,40
{ Das outras colonias compreendidas as da parte ocidental da África.....	50,40	55,40
Proveniente de outros países.....	55,40	55,40
ALGERIA		
Proveniente dos entrepostos de França.....	12,0	—
De outras procedencias.....	12,0	16,50

A tarifa de 1864 não modifica a de 1861, em relação ao café, mas estipula, em favor da marinha mercante francesa, um direito de sobre-taxa de afretamento, para as importações por navios estrangeiros, do café das colonias francesas a saber:

Da Reunião, 30 Francos por tonelada. De Senegal e parte ocidental da Africa, 20 francos por tonelada, da Guiana Francesa, 10 francos por tonelada.

Na reforma de 1869 foi suprimida toda a taxa de afretamento ou de pavilhão, para o café carregado em navios estrangeiros, conservando-se os direitos da tarifa de 1861.

Em 1871 foi suprimida toda a distincção de proveniencia, encorajando assim, a importação direta nos portos franceses, por um direito de 20 francos por 100 quilos, sobre-taxa de entreposto, e que é reduzida para as nações que têm tratado de comércio com a França, cujas importações mesmo indirectas, não pagavam senão o direito proporcional de entreposto, de 5%.

1871—DIREITOS POR 100 QUILOS—IMPORTAÇÃO DIRETA—IMPORTAÇÃO INDIRETA—FRANCOS

Cafés em favas (tarifa geral).....	150,00	170,00
Cafés em favas (tarifa convencional, applicadas as nações que têm tratado de comércio com a França).....	150,00	155,00
Algeria.....	30,00	33,00

A lei de 30 de Setembro de 1873 aumentou os direitos de 4%.

1878—POR 100 QUILOS—FRANCOS

Café em favas e películas	156,00
Café torrado ou moído	203,00

Nas tarifas de 1881 e 1892 foram conservadas para o café os mesmos direitos de 1878, sendo, porém, para a última estabelecidos direitos maximos e minimos, isto é, o maximo para a tarifa geral; o minimo para os países que tivessem tratado de comércio com a França.

Em 1900 a França fez um acôrdo com o Brasil, o qual foi firmado no Rio de Janeiro, por troca de notas datadas respectivamente, de 26 e 30 de Junho, e assinadas pelo d. Olyntho Magalhães e Lavour. Por êste acôrdo, os direitos de entrada do nosso café em França foram reduzidos de 156 para 136 francos por 100 quilos, na tarifa minima, mediante o beneficio das taxas minimas da tarifa minima para os produtos franceses. A reduçãõ dos direitos sobre o café brasileiro na França, resulta da lei francesca de 17 de Junho de 1900, e foi applicada pelo decreto do mesmo dia;

EXPORTAÇÃO DE CAFE' PARA A FRANÇA NOS PERÍODOS
ABAIXO MENCIONADOS

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	£ (1.000)	TARIFA	
				Maximo 100 ks.	Minimo 100 ks.
1839-40.....	50	1	—	105,00	—
1871-72.....	254	7	1	150,00	—
1921.....	1.556	131	4	156	136
1922.....	1.632	192	6	—	•
1923.....	2.186	322	7	—	•
1924.....	2.023	408	10	—	•
1925.....	1.987	428	11	—	•

PORTUGAL

Na edição de sua tarifa alfandegária publicada em 1871, contendo as alterações decretadas posteriormente a 18 de Dezembro de 1861, não foram modificados os direitos de entrada para o café, que continuaram a ser \$070 por quilo para o café em casca, \$100 para o descascado e \$120 para o torrado e moído. Além dêstes, cobrava ainda um de reexportação, para o café consumido a bordo das embarcações portuguezas nas suas viagens de ida e volta para o norte e sul da Europa, portos da Africa no oceano até a linha e ilhas adjacentes, sul da linha até ao Cabo da Boa Esperança e ilhas adjacentes, portos dentro do Cabo da Boa Esperança e ilhas adjacentes, portos da America do Norte e do sul, no Atlantico e no Pacifico.

A tarifa actual é de escudos 0,02, no minimo por quilograma, e 0,05 no maximo.

EXPORTAÇÃO DE CAFE' PARA PORTUGAL NOS PERÍODOS
ABAIXO MENCIONADOS

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis (1.000)	£ (1.000)	TARIFV	
				Maximo	Minimo
1889-40.....	32	360	47	—	—
187172.....	167	4.540	47	—	—
1921.....	8	595	20	—	—
1922.....	21	1.866	55	Esc. 0,05	Esc. 0,02
1923.....	23	3.037	67	—	—
1924.....	14	2.382	58	—	—
1925.....	22	4.400	112	—	—
1926.....	20	3.144	93	—	—

BELGICA

Pelo decreto de 19 de Junho de 1856, o café foi taxado com o direito de 13,50 frs. de entrada, na Belgica.

Em 1863 foi firmado, em Bruxelas, um acôrdo com o Brasil, em virtude do qual ficou assegurado que os produtos belgas gozariam, no Brasil, do tratamento concedido aos de nação mais favorecida, e, por outro lado, seria aplicado aos produtos brasileiros o regime de favôres aduaneiros concedidos pela Belgica a Inglaterra.

Na tarifa belga atual, a taxa de direitos de importação para o café é de 30 francos por 100 quilos, na tarifa maxima, e livre, na minima.

A nossa exportação de café para a Belgica, em 1839-40, 1874-72 e 1921 a 1926 foi conforme o quadro que se segue:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1839-40.....	66	929	120	} Frs. 13,50 por 100 quilos
1871-72.....	25	733	76	
1921.....	382	20.508	1.039	
1922.....	421	48.072	1.414	} Frs. 30,00 por 100 quilos
1923.....	345	49.746	1.102	
1924.....	392	77.005	1.866	
1925.....	338	73.072	1.865	
1926.....	320	53.332	1.581	

ITALIA

A tarifa aduaneira da Italia estipula para o café, direitos de importação, de 150 libras por 100 quilos.

Pelo acôrdo comercial provisório com o Brasil, firmado no Rio de Janeiro a 5 de Julho de 1900, assinado pelo dr. Olyntho Magalhães e P. Antonelli e que começou a vigorar em Agosto do mesmo ano de 1900, a Italia reduziu de 150 para 130 libras por 100 quilos, o direito de entrada sobre o café mediante o beneficio das taxas minimas da tarifa brasileira para os produtos italianos.

O acôrdo devia durar até seis mêses, depois que um dos govêrnos comunicasse ao outro, a vontade de fazer cessar. Em Novembro de 1901, o Govêrno Brasileiro participou ao Govêrno Italiano a sua vontade, devendo, portanto, o accordo cessar, após seis mêses, contados da data da denuncia. O Govêrno Italiano, porém, pediu dilatação do praso e êste foi concedido até dezembro de 1902. Enquanto, porém, não foram concluidas as negociações para um acôrdo definitivo, o praso do acôrdo provisório foi sendo prorrogado, até que em 1919 foi prorrogado indefinidamente, podendo um dos Govêrnos fazê-lo cessar mediante aviso de um mês.

Exportação de café para a Italia nos períodos abaixo mencionados :

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1839-40.....	26	364	47	} Liras 130.00 por 100 quilos
1871-72.....	23	608	69	
1921.....	754	67.502	2.298	
1922.....	971	107.323	3.157	
1923.....	1.185	166.480	3.689	
1924.....	1.249	255.451	6.266	
1925.....	1.049	206.650	5.275	
1926.....	1.007	162.209	4.808	

ALEMANHA

A nova tarifa alemã entrou em vigor em Setembro de 1925, mas os direitos sobre gêneros alimentícios só tem caráter provisório, e os direitos mais elevados lhes devem ser aplicados, a partir de Outubro de 1927, se antes não forem reduzidos por convenção.

Antes da grande guerra de 1914, os direitos de entrada para o café na Alemanha, eram de 59 marcos, atualmente são de 160 marcos por 100 quilos.

Exportação de café para a Alemanha nos anos abaixo:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1921.....	923	76.521	2.605	} 160 marcos por 100 quilos.
1922.....	445	47.971	1.411	
1923.....	367	53.558	1.187	
1924.....	532	111.570	2.737	
1925.....	514	113.441	2.896	
1926.....	693	118.655	3.514	

HOLANDA

Na Holanda o imposto de importação sobre o café, é de 8% *ad valorem*.

A nossa exportação de café para a Holanda nos últimos 6 anos foi a seguinte:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1921.....	1.145	99.000	3.359	} 8% "ad-valorem".
1922.....	903	107.000	3.151	
1923.....	964	143.000	3.164	
1924.....	1.225	257.000	6.307	
1925.....	904	200.000	5.118	
1926.....	961	167.000	4.956	

SUECIA

Os direitos de entrada do café na Suecia, em 1893, eram de kr. 0,12 por quilo. Atualmente esses direitos são de kr. 0,50 por quilo.

A nossa exportação de café para a Suecia nos últimos seis anos foi a seguinte:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1921.....	323	26.000	876	} Coroas 0,50 por quilo
1922.....	398	45.000	1.334	
1923.....	438	64.000	1.417	
1924.....	426	87.000	2.131	
1927.....	378	77.000	1.968	
1926.....	479	81.000	2.387	

DINAMARCA

Pela lei aduaneira e de navegação de 1863, a Dinamarca cobrava de direitos de entrada sobre o café, 0,4 por lb. e mais tarde um adicional de guerra de 0,2.

Atualmente os direitos sobre o café são 0,17 por quilo.

A nossa exportação para a Dinamarca em 1839-40 montava já a 33.380 sacas, em 1871-72 era de 15.082. Hoje porém, a quantidade do nosso café exportado para a Dinamarca é como mostra o quadro que se segue:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1921.....	007	8.359	285	} Por quilo 0,17
1922.....	133	16.958	\$\$\$	
1923.....	206	30.950	686	
1924.....	181	36.684	900	
1925.....	150	33.485	855	
1926.....	184	31.974	948	

NORUEGA

A tarifa que entrou em vigor a partir de Julho de 1893, estipulava para o café, como direito de entrada, 0,30 por quilo. Adotando agora a tarifa maxima e minima, os direitos de entrada para o café são respectivamente 1, 20 e 0,30.

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA	
				Maximo	Minimo
1921.....	26	1.989	68	1 k. 1,20	1 k. 0,30
1922.....	48	5.229	154		
1923.....	59	8.632	191	cor.	cor.
1924.....	42	8.130	199		
1925.....	40	8.347	213	—	—
1926.....	42	6.947	206		

INGLATERRA

Os direitos de importação de café na Inglaterra são de £ 1-8-0 por 100 quilos.

A nossa exportação em diversas épocas está no quadro que se segue:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1839-40.....	312	4.457	576	} Por 100 quilos £1-8-0.
1871-72.....	171	5.296	551	
1921.....	53	3.956	131	
1922.....	514	57.660	1.696	
1923.....	11	1.515	34	
1924.....	29	6.198	152	
1925.....	22	4.608	118	
1926.....	9	1.669	49	

ESPAÑHA

Em 1924 foi assinado pelos srs. Felix Pacheco e Antonio Benitez, um acôrdo comercial entre a Espanha e o Brasil, baseado na concessão reciproca da tarifa minima.

Por troca de notas de 27 de Dezembro de 1924 foi êsse acôrdo, declarado em vigor até 31 de Dezembro de 1925.

Os direitos de entrada sobre o café na Espanha são de 600 pesetas por 100 quilos no maximo no minimo.

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1921.....	22	1.484	51	} 600 pesetas por 100 quilos na tarifa maxima e 200 pesetas na tarifa minima.
1922.....	—	05	1	
1923.....	1	88	2	
1924.....	1	237	6	
1925.....	1	209	5	
1926.....	08	6.187	183	

ARGENTINA

O tratado comercial entre o Confederação Argentina e o Brasil, firmado na cidade do Paraná em 1856, nos arts. 6. e 7., diz: "As duas nações desejando pôr o comércio e navegação de seus respectivos países sobre a base de uma perfeita igualdade e benevolencia reciprocidade, convém mutuamente em que os agentes diplomaticos e consulares, os subditos e cidadãos de cada uma delas, seus produtos naturais ou manufacturados dos dois Estados, gozem reciprocamente no outro dos mesmos direitos, franquezas e imunidades já concedidas á nação mais favorecida: gratuitamente se a concessão for condicional".

Art. 7. Para melhor intelligencia do artigo precedente, convém ambas as nações em considerar como navios Brasileiros ou Argentinos aqueles que fôrem possuidos tripulados e navegados segundo as leis dos respectivos países".

Em 1871/72, a Argentina já nos comprava 18.319 sacas de café no valôr de 563:857\$000.

A lei Argentina de 30 de Dezembro de 1892 estabeleceu, sôbre mercadorias despachadas para consumo nas alfandegas, direi os de entrada que variavam dentre 5 e 60%

O café pagava de entrada \$0,0 por quillo.

Atualmente os direitos de entrada sobre o café são de \$0,12 por quillo.

Damos em seguida a nossa exportação de café para a Argentina em 1871/72 e 1921 a 1926.

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1871-72.....	18	564	59	} Por quillo \$ 0,12
1921.....	296	23.536	801	
1922.....	353	38.919	1.145	
1923.....	372	51.996	1.152	
1924.....	407	79.925	1.960	
1925.....	325	69.704	1.779	
1926.....	377	61.018	1.890	

URUGUAI

Como a Argentina o Uruguai em sua tarífa promulgada em 1889 estabeleceu para o café um direito especifico de \$0,08 por quillo.

Esses direitos vigóram ainda hoje.

A nossa exportação de café para o Uruguai é a seguinte:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIFA
1921.....	35	2.489	85	} \$ 0,08 por quillo
1922.....	38	3.766	111	
1923.....	43	5.497	122	
1924.....	44	8.825	216	
1925.....	32	6.410	164	
1926.....	42	6.602	196	

CHILE

Pelo Protocolo, firmado no Rio em 10/1/1896, que estabeleceu as bases para a conclusão do tratado de que o mesmo cogita, ficavam isentos de direitos aduaneiros, nos portos habilitados do Brasil, diversos produtos chilenos, contra igual favor, nos portos habilitados do Chile, para alguns produtos brasileiros, entre elles o café.

O tratado durante cinco anos, entrando em vigor quando iniciado o serviço de navegação entre o Brasil e o Chile.

Em 4 de Maio de 1897 foi assinada uma convenção de comércio e navegação, a qual não teve andamento no Congresso.

Os direitos de entrada sobre o café no Chile, são de peso 0,10 por quilo.

A importação do nosso café nesse país nas épocas abaixo foi a seguinte:

ANOS	Sacas (1.000)	Contos de réis	Libras (1.000)	TARIEA
1839-40.....	176	2	258	} P. 0,10 por quilo
1871-72.....	1.119	35	3.620	
1921.....	12.710	999	34.034	
1922.....	52.547	5.129	150.859	
1923.....	52.722	6.803	150.746	
1924.....	47.358	8.302	203.636	
1925.....	57.973	12.187	311.093	
1926.....	36.600	5.591	165.713	

O café e a economia nacional

GERALDO VIANA

A produção e a venda do café constituem, neste momento, a preocupação maxima no espirito dos homens que se interessam pela grandeza econômica do Brasil.

São inumeras as fontes de riqueza nacional mas nenhuma igual, nem se aproxima da que representa o café.

Crescendo em paralelo com a população das zonas de fertilidade propicia, a lavoura cafeeira tem assegurado ao Brasil a supremacia dentro os países produtores. As crises passageiras têm sido suportadas com galhardia, sem tibièza, nem desanimo.

As alternativas de grande e pequena produção, a deficiência de transportes, a falta de credito, nada esmorece o lavrador. Urge, porém, combater sem treguas os fatores de tais crises, que são as baixas forçadas pelos intermediários, os mesmos que vendem a bom preço, nos mercados de consumo, os produtos que adquirem pelo que lhes apraz oferecer, quando se abarrotam os nossos mercados em consequencia das aperturas financeiras em que se vê o lavrador, no preparo da safra.

Jão são por demais conhecidos os argumentos que a respeito são aduzidos. Mas, infelizmente, não é pacificamente estudado o problema pelos que devem soluçiona-lo. Divergencias profundas surgem a cada instante.

Deve o Estado intervir na limitação dos transportes para regularização da oferta e consequente estabilidade dos preços?

Deve ser tentado o barateamento da produção de modo a vender-se por baixo preço, e assim, incrementar-se o consumo?

Opiniões autorizadas manifestam-se por um e outro criterio, profundamente divergentes.

Autorizam-nos decisiva resposta afirmativa á primeira interrogação, além do saber de notáveis economistas, a experiencia colhida nas medçdas postas em pratica desde o Convênio de Taubaté.

Considerar o Estado como agente diretor coletivo é attribuir-lhe a capacidade tutelar como força mantenedora dos legítimos interesses quando ameaçados pelos falsos profissionais.

E' precisamente contra os que visam fartos lucros sem a menor reciprocidade de interesses — mentalidade obtusa de quem colhe o fruto decepada a arvore — o que deve incidir a ação defensiva.

Attribuir-se ao comércio intermediário qualquer esforço benefico em materia de propagação é excessiva boa fé. Aos intermediarios, com rarissimas exceções, o Brasil só deve o descredito a que chegaram os seus produtos, especialmente o café.

Em Paris, antigo centro de consumo do café brasileiro, annunciava certo estabelecimento: "*Aqui não se vende café Santos. Esses tipos inferiores são rigorosamente excluidos*".

A prevenção contra os cafés paulistas incontestavelmente os melhores tipos brasileiros, redundava em vantagens para os produtos Moka, Bourbon, Marlinica, etc., etc.

Foi, por isso, organizada inteligentemente por São Paulo, a propaganda que tem tido como principal escopo desfazer a sordida campanha que envolvia o café brasileiro, delicada missão confiada por feliz inspiração ao sr. Alipio Dutra.

Requer o maximo do esforço, não sómente de um, mas de todos os Estados cafeeiros, em ação conjunta, a propaganda, nos antigos, e na conquista de novos mercados consumidores, de um tipo de *café brasileiro* sem cogitar de interesse regional.

A organização dos mercados requer ainda detido exame.

Os extremos entre o infimo preço das compras ao produtor e o maximo nas vendas ao consumidor, deixam á evidencia os planos especulativos de um comércio intermediário que se locupleta na grandeza da nossa produção e na balburdia dos mercados de incipiente organização.

Ressalta, portanto, a necessidade de limitação da exportação não como medida experimental, mas como desdobramento de um plano de resultados comprovados.

A segunda interrogação provoca incisiva resposta contraria.

Como e por que baratear a produção?

O trabalho encareceu por motivos inumeraveis, elevando *ipso facto*, o custo de todas as utilidades.

Baratear a produção, produzir muito, multiplicar a produção, são problemas que se não resolvem por equações.

Natura non facit saltus. Lentamente hão de caminhar todos os fenômenos que com ela se relacionam.

Segundo Marshal, temos na ciencia econômica, de um lado, por objeto, a riqueza, e por outro a natureza humana.

Não nos arreceemos da superprodução que não existe, como não existe escassês do produto. Afóra as alternativas de safras nada altera o paralelismo em que marcham progressivamente produção e consumo. Que vantagem teria o lavrador em produzir muito e produzir barato? No primeiro caso, enfrentaria os males da superprodução, no segundo, beneficiaria o intermediário, maior capitalista livre de concorrentes, único a lucrar.

A liberdade de trabalho tão preconizada desde os memoraveis editos de Turgot, sempre obedeceu a restritas normas ditas pela ciencia econômica. Um produto abundante sem mercado de consumo, oferecido a preços baixos, seria sempre um indice de energias perdidas, mas nunca um fator apreciável de riqueza.

Em documento público encontra-se o impressionante confronto de preço do café adquirido no Brasil e vendido a retalho nos Estados Unidos. O consumidor americano pagou 198.963.790 dolares por certa quantidade de café que havia deixado ao produtor, ao imposto, ao frete e a comissão a quota de 41.119.902 dolares. Aos intermediários ficou o beneficio de 157.843.888 dolares ou quatro vezes mais do que havíamos recebidool...

Não há, em boa fé, que duvidar da diretriz traçada á politica econômica que encetamos. Na frase de ação decisiva que se nos depara, o esforço coletivo e a confiança reciproca entre o poder público e o produtor, farão edificar a grandeza nacional.

Nos Estados Unidos, insuspeitos ao individualismo econômico, os plantadores de algodão, amparados pela intervenção oficial, lutaram e venceram, a exploração dos intermediários baixistas.

A' Grecia, na defesa da sua produção de passas, a Russia, com a sua exportação de trigo, a Holanda, com as grandes safras em Java e tantos outros países oferecem paradima de inteligente defesa econômica, regulando a oferta, dos seus produtos, no combate ás crises periódicas.

O acôrdo firmado pelos Estados cafeeiros, executado fielmente pelos interessados, resultará o mais seguro exito, a despeito do combate que lhe oferecem tres ordens de adversarios: primeira, a dos que defendem veladamnte os intermediários, folhidos na sua atividade especulativa; segunda, a que condêna por ignorancia, por desconhecimento das estatísticas de

produção e consumo, e não crê na existencia de um *superavit* que deprecia a mercadoria sem procura; terceira, a dos que não admitem a mais leve restrição na sua liberdade, nem mesmo quando afeta o bem coletivo—esta a que age pela conveniencia pessoal de resultado imediato, inspirada no vezo equistico do *salve-se quem puder*.

Como soe acontecer a todas as boas causas, a união dos Estados cafeeiros, motivada por um alevantado objetivo, há de triunfar, Defrontando, embora, embaraços inerentes á fase inicial das organizações complexas, a execução não trairá a fortaleza de animo que a empreendeu. A safra de café brasileiro, cuja exportação se inicia, excede a procura normal em 6.000.000 de sacas, aproximadamente. Nada aconselharia, portanto, a oferta precipitada dessa evultada sobra em momento de retração e desinteresse por parte dos compradores. A oferta de 22 milhões de sacas quando a procura não pode exceder de 16 milhões, resultará inevitavelmente a baixa a preços infimos, incalculáveis.

E' urgente, é imprescindível, hoje mais que nunca, a organização do credito agrícola, para que o produtor se defenda com as suas proprias forças e melhor exercite completa aptidão administrativa, sem vexames e sem tropeços, como fator eficiente de um novo surto econômico.

E' indubitável a segurança das medidas postas em pratica por convenção de um elevado objetivo como se evidencia da incerteza de argumentos dos seus apositores, semelhante ao medico que ignora o mal, não induz a cura e desengana o doente.

Yugoslavia

UM NOVO MERCADO DE CAFE'

DR. ZORAN NINITCH

Um telegrama lacônico de 4 de agosto trouxe a boa nova, que o governo do Reino Iugoslavo assignou um contrato com a poderosa companhia inglesa de navegação "The Cunard Line", pelo qual a dita companhia, talvez ainda durante o mês corrente, estabelecerá carreiras diretas da Iugoslavia para a America do Sul, sob a bandeira Iugoslava.

A nova companhia será composta da maneira seguinte: a firma será registrada na capital, em Belgrado, e os vapores em Susak, o porto iugoslavo pegado ao italiano de Fiume, e hoje o mais importante. Os vapores sairão sob bandeira e comando Iugoslavos. A parte inglesa é composta do capital (os vapores) e o governo garante os juros de 10%.

O fim do telegrama citado é que interessa mais o Brasil: "Desta maneira pode ser importado diretamente o café para o país, sem intervenção do porto de Trieste, que atualmente ganha somente em comissões, a importância de mais de 100 milhões de dinars (doze mil contos de réis!)"

Longe da intenção de querer diminuir o valor do porto de Trieste como de um mercado importantissimo para o café ou de elogiar a Cunard Line, bem conhecida em todas as rodas navais e comerciais de todo o mundo, companhia essa que possui vapores luxuosissimos para o tráfego entre a Europa e a America do Norte, quero limitar-me em dar algumas informações sobre a Iugoslavia, ou o Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, como é o nome official completamente desconhecido ao Brasil, mas importantissimo como comprador do café e do algodão.

Iugoslavia, composta dos antigos reinos da Servia e Montenegro, de quatro províncias de Hungria (Croatia, Slavenia, Bachiha e Banat), de duas da Austria (Dalmacia e Slavenia) e das províncias autonomas austro-hungaras de Bosnia e Herzegovina, conta hoje em dia com uma população de 14 milhões, mais ou menos, que mora numa superficie aproximada da do Estado de S. Paulo.

O país tem uma costa de uns 800 quilometros e possui alguns portos magnificos que admitem que até os navios de maior tonelagem atraquem ao cáis.

Os mais importantes são os de Boca de Cattaro, bem conhecido da guerra mundial, os de Dubrovnik (Ragusa). Split (Spalato) e, Sebenico e Susak.

A situação do país e a composição de diversas partes não eram até hoje favoráveis para o pleno desenvolvimento, pois é preciso de ligar diversos sistemas ferroviários que gravitaram para quatro capitais diferentes, e das quais cada um tinha outra politica e outras direcções a seguir. Tomando-se ainda em

conta, que, tanto a Austria quanto a Hungria construíram nas províncias do sul somente estradas de ferro estragicas, sem pensar em desenvolvimento cultural ou comercial, poderá facilmente compreender-se, porque os magnificos portos da Dalmacia até hoje ficaram quasi sem ligação com o rico "hinterland", excepto Trieste, sempre favorecido pela Austria, para emancipar-se dos portos alemães e italianos.

O actual ministro da Viação, um eminente membro do partido radical, o general Milosavievitch, compreendendo bem o dever dêle, deu-se, há bastante tempo, ao trabalho e especialmente ao desenvolvimento dos portos de mar e eis um resultado dos mais importantes: a criação de uma nova e poderosa companhia de navegação.

Atualmente está gastando várias centenas de milhões de dinars para a ampliação dos portos de Susak, Split, Sebenico e Dubrovnik e com a ligação desses portos com as arterias principais do país, empregando até soldados em construções de estradas de ferro (atualmente estão quasi 1.000 quilometros em construção) aumentou a capacidade das mesmas, pois o reino é muito importante como país de trânsito do occidente para o oriente.

A bela da costa dalmatina, os encantos da Boca di Cattaro, os velhos monumentos do imperio romano, mencionando somente o soberano palacio de Deocleciano em Spalato—ainda hoje habitado!—as ruínas de Solina, a magnifica Cathedral de Sebenico, as importantes paisagens a desenrolar-se ao longo da costa, tudo isso indica que com uma pequena propaganda, disso tudo pode fazer-se uma Riviera encantadora, capaz de fazer séria concorrência á "Cote d'Azur", como o disse o consul suco sr. W. Unander em sua obra "Uma Riviera desconhecida".

E o que dizer da bela crueldade ou da cruel beleza das montanhas negras, que negras e sem um só fio verde erguem-se silenciosas até 2.000 metros e cheias ainda hoje de ursos e de toda a espécie de caça preciosa? Ou da fertilidade do sólo que dá tudo que se pode esperar de uma terra sita naquelas alturas! Os trens correm horas inteiras entre ameixeiras, que mandam as frutas até ao Brasil onde se vendem como ameixas secas de Bordeaux... Ou os vinhos, exportados para todo o mundo baratissimos, agradabilissimos, exportados sob marcas alemãs ou francesas... E tudo por preços insignificantes, capazes de bater qualquer concorrência...

O mal é a falta de representação diplomatica mutua. E' verdade que o Brasil possui em Belgrado um consulado geral, ao cargo de um consul que tem o maior desejo de fazer alguma coisa, mas... há uma coisa bem importante:

há dois anos o sr. consul esteve no Brasil, pela primeira vez para conhecer o Rio de Janeiro e São Paulo, mas sempre o "mas" o sr. consul não fala português!

O que Iugoslavia com os 14 milhões de habitantes representa para o Brasil, dá uma pequena idéia o fim do telegrama que citei no princípio deste artigo, sem pretensões: Trieste, como porto intermediário, ganha só em comissões de café mais de 12 mil contos de réis!

E agora, na mão de uma estatística, para verificar quanto café importa o porto de Trieste, pôde facilmente verificar-se que quasi toda a importação da preciosa rubiacea é destinada á Iugoslavia, porque a Austria recebe a mesma da Alemanha, a Italia de outros portos italianos, mais pertos. Na Hungria, Rumania, Austria e Tchecoslovaquia, quatro países, que tambem fazem uso do porto de Trieste como vendedor de café, quasi nunca se toma café puro e sim na maior parte misturado com surrogatos como figos, chicoria, trigo, etc., surrogatos esses que representam uma industria bem desenvolvida nos países citados.

Mas, na Iugoslavia, especialmente as partes compostas dos antigos reinos e das provincias autonomas, não usam "nunca" os surrogatos, que são quasi desconhecidos. As provincias ocupadas da Austria-Hungria usam ainda os surrogatos, mas depois da guerra sempre menos, pois em todo o país existe uma única fabrica desse genero.

Lá o costume é o mesmo como no Brasil: cafés por toda a parte; as visitas se recebem e despacham com café. Apenas alguém se levanta, já pede o café, e ao deitar-se outra vez, o café não pôde faltar em ocasião alguma. O café entrou lá como um alimento importante e não pôde faltar, e, quem uma vez só tinha que fazer numa repartição pública ou mesmo nos bancos, verificou logo que não há lugar sem o pequeno café. Até os mais pobres, que nem têm dinheiro bastante para o pão, não deixam de levar café puro para a casa.

E' uma prova mais que os Iugoslavos gostem mais do café do que os outros e mesmo os brasileiros, excluida a Turquia: não se judia do café, não há passeadeiras nem cafés expressos. Quem quer tomar o café, gostoso e saboroso, pede um "café turco", o que quer dizer, toma o café com o pó, como que no Brasil se toma o chocolate. Naturalmente que o preparo é muito diferente e exige um cuidado especial, a começar com a torragem do mesmo. Existem

lá torradores e moinhos especiaes torradores fechados que torram o café por sobre flama viva de pinheiro e não sai um fio do vapor de café; há moinhos—naturalmente á mão—que do café fazem poeira mais fina do que a poeira da rua. E para o preparo próprio do café, é preciso de duas canecas: uma de latão e outra para deixar referver a agua. O café prepara-se na brasa e nunca deixa-se a ferver. E' um processo especial, e há tambem, em Paris, Berlim, Viena e em outras cidades cafés turcos, onde iugoslavos preparam o café do modo acima descrito.

Sinto imensamente que não tenho á mão a última estatística do Ministerio do Comércio, para vêr quanto café durante o ano de 1925 entrou no país. Mas a cifra de 12.000 contos de réis, que recebeu Trieste como comissionario, dá prova, que não é pouco, senão foi tudo o que por ali entrou lá.

E agora, uma vez estabelecida a linha directa entre os dois países, quando o preço baixará sensivelmente, pôde o uso da rubiacea somente aumentar e fazer uma concorrência cheia de exito ao café das Indias ou da Arábia, que tambem é bastante conhecido.

Para o mercado cafeeiro abre-se um novo horizonte, um novo mercado, que já conhece muito bem o artigo e será preciso de procurar novas firmas, novos institutos, para ocupar um mercado que promete de ser um consumidor excelente.

Nunca entre os dois países existiram litigios alguns e é de esperar que brevemente comecem as negociações sobre um tratado de amizade semelhante ao de há pouco celebrado entre o Brasil e a Turquia. Mais, de 5.000 imigrantes iugoslavos trabalham no Brasil e as possibilidades na Iugoslavia são grandes e extensas e por que, pois, não começar?

Não é só o café. O preço de uma banana é de 500 réis, o de um abacaxi de 4\$ a 5\$000. E o algodão, o açúcar?

E' de lamentar que os dois países conheçam mutuamente tão pouco, que até é melhor dizer que se desconhecem completamente. E se eu com este primeiro artigo informativo sobre o Reino dos Croatas, Slovenos e Servios conseguir o minimo resultado, terei a satisfazão de ter dado o meu obolo para a aproximação dos dois países, igualmente caros a mim, pois o primeiro deu-me a vida e o outro acolheu-me generosamente e deu-me na pessoa de minha esposa uma outra.

Valorização e defesa do café

CHARLES R. MURRAY

As crises sofridas pelo nosso principal artigo de Exportação, têm sido enfrentadas pelo Poder Público por dois modos distintos— a Valorização e a Defesa.

Durante o tempo em que o comércio de café nos mercados estrangeiros corria normalmente, o que enquanto as moedas estrangeiras mantiveram a sua paridade com o seu respectivo padrão, o problema brasileiro foi tratado sob o regime de Valorização, isto é, o levantamento artificial do preço por meio de retiradas de café do mercado de exportação por compras feitas por ordem do Governo. Essas intervenções fizeram-se sómente quando julgadas indispensáveis para a economia nacional e não obedeceram a nenhuma orientação sistemática. Cessada a situação que deu origem á intervenção, os cafés eram revendidos e o comércio do café prosseguia a sua marcha normal até que circunstancias novas exigissem outra intervenção. Com a grande guerra, porém, os países da Europa decretaram o curso forçado de moeda papel, do que resultou a sua depreciação em relação ao ouro. Este fator determinou a instabilidade da cotação do preço do nosso café naqueles mercados, que passou a variar de acôrdo com as oscilações dos respectivos câmbios, ao invés de acompanhar os preços do café cotados no Brasil.

Consequentemente desapareceu o mecanismo comercial existente até então e que permitia aos importadores europeus adquirir e acumular estoques nos seus portos, protegidos por vendas a termo, nas suas respectivas Bolsas de Café.

Nasceu dessa situação a necessidade para o Brasil se tornar o detentor e distribuidor dos estoques mundiais, sem o que estava o país ameaçado de ser o seu principal artigo adquirido por vil preço pelos Estados Unidos, unico país capaz de compras em larga escala e por isso mesmo interessado na baixa, tendo a Bolsa de Nova York registrado em 1921 a cotação de 5 centavos para o tipo 7.

Data daí a resolução tomada de ser criado para o café um aparelhamento permanente especial encarregado de sua defesa, cujo objetivo pratico e aconselhavel era criar ou obter fundos necessarios que habilitassem os brasileiros a exercer a função de distribuidores mundiais do seu produto, papel que outr'ora era privilegio dos grandes mercados estrangeiros onde o dinheiro para tal fim era abundante e barato.

Daí a iniciativa e criação do Instituto de Café de São Paulo, exemplo que foi seguido pelos demais Estados cafeeiros, os quais neste ano em que se celebra o 2.º Centenario do Café consolidaram o serviço de Defesa, assinando em São Paulo o Convenio que veio estabelecer a frente unica na luta de interesses muito natural entre produtores e consumidores.

A valorização tal qual era praticada outr'ora foi sempre condenada pelos economistas, e sem duvida essa politica era difficilmente defensavel. A defesa, entretanto, tal qual é encarrada e praticada hoje, é uma politica já adotada por varios países e é atacavel sómente por aqueles que sentem os seus efeitos quando pagam pelo nosso café um preço justo ao invés de poder adquiri-lo por preço ditado pela força da pujança financeira do comprador.

Todavia, é mistér saber exercer com prudencia e pericia a arma formidavel que os brasileiros forjaram para evitar que a miragem da riqueza não obscure a visão da realidade, e o Brasil muito espera da habilidade dos atuais orientadores e dirigentes dos Institutos de Defesa. Dia virá em que os mercados europeus voltarão ao padrão ouro e novamente terão á sua disposição recursos fartos a juros modicos. Nessa ocasião será aconselhavel estudar uma modificação que abrande os onus decorrentes para os brasileiros de sósinhos carregarem o estoque mundial ed café, para cujo "desideratum" não faltará por certo aos nossos homens públicos a mesma clarividencia e iniciativa com que souberem resolver a grave situação de 1921.

O café, bebida intelectual

ABREU FIALHO

Escrever sobre o café? Mas que é que falta dizer que os botânicos, os agricultores, os estatísticos, os médicos, os químicos, os higienistas, os "valorizadores", os "cafeistas" e "tutti quanti" não tenham já dito e redito, cada um conforme o seu ponto de vista e critério?

Até aos nossos poetas não poderia deixar de interessar o café, como poetas, seja Melo Morais Filho, quando, no seu "Bem-te-vi", afirma que os lábios da sua virgem tornaram-se mais rubros que o "rubro café", e que encontrou, afinal, na flora brasileira o sucedâneo literário da cereja vermelha, que é exótico seja a musa elegante de Alberto de Oliveira, quando olha desolado para os cafeeiros mirrados da "Velha Fazenda":

"Sêcos cafezeiros, só com as varas
Acenando espetrais aos horizontes..."

O café tem e deve ter em cada brasileiro um amigo apaixonado e agradecido, e um propagandista entusiasta, quer pelo que da sua cultura por cinco dos nossos Estados contribue para a riqueza do país, quer pelo que cada um individualmente lhe deve como valor alimentar, como "bebida intelectual".

Não o esqueçamos que o café, como coisa boa, tem, igualmente, detratores. O detrator é o homem que, reconhecendo intimamente, e aproveitando para uso e gozo as qualidades do trigo, faz, para tirar qualquer proveito oculto, a apologia do joio. Ganha dos dois lados.

Quando quasi toda a gente aprecia o café, pela sua conhecida composição química, bebida estimulante e digestiva, tónico do sistema nervoso e do coração, sempre há a minoria que o "calunia" de toxico, porque certas pessoas ficam excitadas com o café, e perdem o sono, e quebrantam as forças. Quem o contesta? E que importa isso? Não é regra geral para este e outros produtos? E' questão de tolerancia

Na tolerancia pelo café (como pelo chá), existem as naturais diferenças de umas pessoas para outras, nas quais o habito, a rapidez da absorção, a idiosincrasia representam grande papel. Onde poderia isso condemnar o café? O curioso é que são os amigos de "chá" (antes fossem os do "mate") que reprocham esta bebida nacional. Mas condemnar o café? condemnar igualmente o chá, porque "teina" e "cafeina" são corpos identicos e ambos fisiologicamente considerados, equivalentes.

O "cafeísmo", que é o abuso, êste, sim, é que dá a insônia, a gastralgia, o tremor da lingua, as neuralgias, mas isto mesmo é muito raro, e principalmente numa terra em que todos nascem tomando café.

Tomados com moderação, nem o café nem o chá são nocivos. Seria crível que a Inglaterra consentisse na intoxicação da sua população com mais de 20 milhões de litros de chá, como rezam as estatísticas? Que a Alemanha fizesse do café, há mais de um seculo para cá,

bebida nacional e diária, até nas casas mais pobres, como nos mais modestos restaurantes do campo? Nêstes, onde quasi só se dá de beber, e os clientes levam de casa a matalotagem, e com esta o café moído, o dono do restaurante, mediante pequena contribuição, fornece a agua, a caçorla e o lume para que o cliente possa prepará-lo por si.

O convite para tal lá está em uso nas taboletas: "Hier wird Familien Kaffee gekocht" —Aqui pode-se preparar o café como em casa.

Não é prova eloquente em favor do habito e da necessidade do café naquelas terras?

Mas, quando se viesse a falar mal do café, todos quantos fomos estudantes, e guardámos para as ultimas noites do ano letivo o preparo intensivo para os exames, haveríamos de levantar-lhe a defesa corajosa e ardente, porque os estudantes daqueles tempos passados sabem o que deveram á cafeína e á cafeona das suas repetidas chicarinhas de café, das vigílias academicas, e como o café lhes estimulava os nervos, e trazia-os despertados, e "enganava" caridosamente a fome, o cansaço, sem que lhes apparecesse a depressão.

Há mais. Quem quer que tivesse visitado, de dia, e principalmente á noite, um café vienense (falo da querida Viena do meu tempo, da Viena de anteguerra), notaria um ambiente de franca alegria comunicativa, num magnifico conjunto de graça, de resplendores, de formosuras femininas, de valsas deliciosas, de apuradissimas orquestras. Pois, tudo isto effeito do excelente café brasileiro, que, como bebida, é quasi o que exclusivamente se toma num Café vienense...

Era o café brasileiro que os trazia despertados, aos nossos bons amigos vienenses, e permitia que fossem pela noite a dentro, de imaginação fresca, de animo sorridente e alegre, esquecidos das dolorosas realidades da vida, enquanto o queriam. O "whisk" é que dá o tedio, o "spleen"!

O café bem merece a fama e tradição de "bebida intelectual. Um observador alheio, vendo como os nossos intellectuais trabalham e produzem—entre chicaras de café e maços de cigarros fumados—justificaria aqúelle nosso antigo emblema nacional: a corôa imperial cercada do fumo e do café, traduzia simplesmente—corôa de louro de literatos graças ás virtude sinspiradoras do café e aos vapores poeticos do fumo...

Se em alguma coisa interessasse ao público esta minha confissão, diria eu que não estou fazendo louvor do que uso: o café—duas minúsculas chicarinhas diárias: do fumo apenas conheço o prazer de guardar para amigos os bons charutos ou os bons cigarros que me são oferecidos... Nunca fumei.

Que o café "vivat, crescat, floreat" e... frutifique, para que nunca nos faite com o seu aroma, com o seu sabor, com os seus estímulos!

Os transportes urbanos de café no Rio de Janeiro

ADHEMAR DE FARIA

Nenhum fato é inútil á curiosidade de todos os ativos nem desinteressante a todos os curiosos

A historia econômica do café, no Brasil, tem como marco inicial de sua evolução, no tempo e no espaço, a tentativa feliz de N. Palheta em solo paraense, nas primeiras décadas do século XVIII.

Ainda no "ciclo de introdução" do café, se compreendem as transplantações que em centro sul do vice-reinado se atribuem ao desembargador Castelo Branco, feitas em terras do Convento dos Barbofos e na chacara de João Homem perto da "Mata-Porcos".

Alguns decenios mais e começa o ciclo da disseminação cafeeira. Pequenas culturas nas costas circunjaçantes ao Rio de Janeiro, que originais pesquisas de Baptista Pereira, revelam em escala industrial no Reinado e no Imperio, ainda.

Foram, porém, as faldas das serras da Capitania do Rio de Janeiro que integraram a área geografica do primeiro surto agrícola do café brasileiro.

As planícies que, da cidade do Rio, estendiam-se entre o mar e os contrafortes serranos, eram os dominios açucareiros. Nos arredores baixos da séde do govêrno colonial, fervilhava, em inumeraveis engenhos, a atividade industrial do principal produto de então: o açúcar.

O café, porém, alcançava as serras; começara em condições favoraveis o primeiro contacto com o meio: solo, clima e altura necessarias ao seu cultivo caprichoso ainda sob o empirismo agrícola da época. Não se elevava o Brasil á categoria de reino e já o alvorecer do século XIX assinala á "exotica rubiacea" a sua afirmação como "valor social".

Contudo, alguns lustros mais, e não atingia ainda o café, uma vigesima parte sequer da exportação total do Reinado, já no goso da franquia que lhe outorgara D. João.

Em verdade, eram-nos necessariamente insuficientes por si sós, as simples liberalidades comerciais com mais ou menos emfase concedidas pelas cartas regias. Não influiriam, como não influíram, em nada modificando as circunstancias socio-geograficas, cuja inercia retardava-nos, incoercível, todas as evoluções, inclusive a econômica. Sem meios de comunicação, sem estradas, eram em toda a vastidão territorial brasileira, lentos e penosos as missivas e transportes, inestancaveis dissipadores da energia preciosa do homem colonial, mais preciosa ainda, pela raridade, como fonte demografica de energia social. Eram, pois, como proverbiais fatores de circulação das ri-

quesas intra e interprovinciais, o "braço do negro" e o "lombo do burro". Precizou-o, magistralmente, Afonso Arinos ao recordar-nos, em fatos vividouros, aspectos da função social do tropeiro e do escravo no drama historico da adaptação de um povo, ás adversidades de uma grandiosidade inhospita...

O penultimo ciclo cafeeiro, o da "intensificação", tem-se ao correr do século XIX. Irradia-se a cultura fluminense para oeste seguindo o vale do alto Paraíba e surge S. Paulo no cenário historico do café. Concomitantemente aparece nos dados estatísticos do tempo a produção do sul de Minas, forma-se o "triangulo" agrícola cafeeiro do centro sul.

Na primeira metade do século co-existem todos os nucleos produtores, dada a relativa estabilidade das condições econômicas de produção, quasi idénticas para todos. Mais tarde, porém, no apogeu do ultimo ciclo, já no advento da Republica, verifica-se tal dissimetria entre os nucleos agrícolas, ante o rendimento excepcional da nova lavoura paulista, que impossivel se torna a adaptação dos velhos cafeeiros fluminenses, mineiros e paulistas, adjacentes ao vale do alto Paraíba, ás condições que variaram tornando impossivel a anterior coexistencia harmônica da simetria desfeita. Como resultado das variações, perecem na luta documentando a lei de seleção socio-econômica, os nucleos de maior debilidade e prepondera até nossos dias a agricultura faustosa da região privilegiada do segundo planalto de São Paulo.

Das fazendas fluminenses, muitas colhiam mais de 50.000 arrobas de café e não produzem atualmente cerca de 2.000. Vilas, cuja prosperidade florescia por simples contato regional de vizinhança ou razões comerciais como entrepostos de transito, exportação fluvial, ou maritima, apagaram-se no mapa da geografia agrícola fluminense. São vilas mortas, comensais da atividade fazendeira decaída, ruínas historicas a documentar a pesquisa dos curiosos e a exaltar a imaginação dos sensiveis. A penetração ferroviaria a partir dos finais do século XIX, canalizando para a capital a produção das zonas provinciais e depois estaduais, terminou por extinguir de toda a razão de ser da florescencia acidental e derivada que o transito mercantil emprestava ainda a alguns dos remanescentes portos exportadores nas bacias hydrograficas das baixadas litorâneas ou circundantes da baía de Guanabara. "Iguaba Grande", á margem da lagôa de

Araruama, vasadouro das produções cafeeiras da região de Cantagalo, São Fidelis, Porto das Caixas, Porto da Estrela, escoadouro, ainda no século XIX, do café descido pela estrada União e Indústria, "Iguassú", e ao sul Itaguaí, são traços de apagada significação mercantil, em dias que correm.

A' decadência dos centros produtores de café e ao deslocamento, para o norte fluminense, dos engenhos de açúcar, e á captação, pela convergencia ferroviaria, como fatores preponderantes, deve o Estado do Rio, as lendarias "vilas mortas fluminenses". No texto das relações sociais, há sempre, em qualquer fenômeno, um algarismo estatístico da lei bio-social da "adaptação" entre o "indivíduo" e o "meio", físico ou social e cuja ação reciproca, atesta igualmente, lei de evolução.

Ensaíos adaptativos ao "sertão" brasileiro fizeram desde as primeiras "entradas" e expedições, cuja experiencia, a perseverança bandeirante nos legou, consideravelmente acrescida. Fiduciário, foi o tropeiro seu magno titular.

Sem êle, o estabilizador da "adaptação" de nossa incipiencia econômica ás condições asperas que é a circulação, opunha o "meio", o curral, o engenho, as minas e os cafezais não marcariam estagios em nossa evolução social.

Por seu turno excepcional tenacidade, coesão moral, exigiam a rudeza e a responsabilidade do mistér, tropeiro. A poucos seria dado, no vencer distancias, fazer do incomforto o repouso diário e apenas enriquecer, nobremente, de confiança alheia.

O tropeiro é pois como fenômeno de simetria entre o carater individual e a atividade profissional, uma psicologia típica em nossa formação étnica, digna de mais acurada observação e estudo mais aprofundado.

Dá-nos o tropeiro, como único meio eficiente de transportes em tempos coloniais, no 1.º e no 2.º imperio até a penetração ferroviária, elementos que autorizam a induzir com segurança nossa precariedade quanto ás vias de comunicação, entre os centros produtores e os entrepostos no litoral.

E' fato que, de quando em vez, nos atos officiaes usava-se o termo "estrada" cuja conservação das existentes, bem como a abertura de novas, o govêrno pedia e recomendava zelo aos srs. capitães generais (durante longo tempo usara-se do expediente de impedir a abertura de comunicações, com proibição expressa de itinerario por vias não fiscalizadas, para salvaguardar os sagrados interesses da corôa, na arrecadação do ouro). Abril, porém, uma estrada, era desbravar a mata e disseminar "pousos" no percurso para viajantes e "tropas". No galgar das serras, no atravessar das planícies alagadiças, inçavam-se os caminhos de transes dificultosos os precipícios e os atoleiros, os "quebra-cangalhas" e "mata-burros".

Os mais importantes no século XVIII eram os caminhos para as minas desenvolvendo da audacia bandeirante, quicá, cobrindo em muito as trilhas dos reinícolas.

O chamado caminho novo ligou o Rio ás

minas gerais. S. Paulo já tinha estrada para as minas e pelo entroncamento desta com o "caminho velho" vindo do Rio, rumando pelo sul ligavam-se os dois notáveis centros da colonia, entre si, e com as regiões mineiras inclusive a do rio das Velhas.

Nas primeiras decadas do século XIX, já se fazia sentir ao *imediatismo político* que dominava a época, o provimento ás prementes necessidades e reclamos de nossa evolução e desenvolvimento. O proprio café, iniciava o *ciclo da intensificação*. E', pois, natural que nas memorias de Padre Santos "o Pereréca", encontremos topicos como êste:

"Sendo a mutua comunicação dos povos a origem da civilização, pois por meio dela, gira o comércio, aumenta-se a indústria, aperfeiçoam-se as artes, difundem-se os conhecimentos científicos, estreitam-se os laços da Sociedade, e consolida-se o corpo da Nação por cujos motivos foi um dos primeiros cuidados do Príncipe Regente, Nosso Senhor, mandar abrir estradas, e estabelecer Correios entre as diversas Capitánias dêste vasto Continente, entradas e com esta Côte. Assim vimos já fixada a comunicação interna regular da Cidade de de S. Paulo, Vila Rica, S. João del Rei, Sabará, Vila do Príncipe e Vila Boa de Goiás, como tambem a Vila de São Salvador, de Campos e a Vila da Vitoria, da Capitania do Espirito Santo e pela costa do norte até a Baía, vimos com admiração que esta mesma comunicação se estende interiormente de Goiás a Mato Grosso, Pará e Maranhão pelas novas estradas que por ordem de Sua Alteza Real se têm aberto pelos Sertões interiores deste Continente até as suas extremidades. Agora porém o mesmo Augusto Senhor houve por bem aprovar o estabelecimento de novos Correios pelo interior da Capitania do Ceará entre as suas principais Vilas e pelo exterior com as Capitánias confinantes de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí, e até mesmo com a da Baía, e por meio desta ultima com a Côte do Rio de Janeiro que tantas vezes se torna difficil, e quasi impossivel por mar. Desta ativa circulação, e frequente correspondencia dos povos, que cada vez mais se ha de aumentar, e extender provirão certamente grandes e amplissimas utilidades, que só a Real Presença do Nosso Augusto Soberano, poderia facilitar e promover a pesar dos muitos e quasi insuperaveis obstaculos que de todas as partes se oferecem, especialmente pela escaça população dêste imenso País, e estar ainda a maior parte dêle no poder do Gentio, que impede a navegação dos rios e o transito pelas terras que occupa".

Afóra a louvaminha do testemunho algo exagerado, há fidelidade nos fatos, abstração feita de tão rapida execução das "Reais Inten-

ções". Continuavamos a circular mercadorias exclusivamente com as *tropas de bestas*. "Rodagem", seria anacrônico na Côte, locomoviam-se ainda muitos dos afortunados, no embo primitivo das "cadeiras". No rasgar estradas não preocupava o leito. Carros, poucos havia para o serviço interno das fazendas, ou vizinhanças, tirados morosamente por bois.—Coche equivalia a privilegio real.

A solução dos transportes exclusivamente pelas *tropas* prolongou-se após a Independencia, durante o primeiro Imperio, a Regencia e no seguindo Imperio até á decada de Mauá e Mariano Procopio. O café, em sacas de algodão grosso e o açúcar em caixas de madeira, carregados pelos animais, desciam em varias direções por todo território fluminense em busca dos portos mais accessíveis de embarque para o Rio, por via maritima. A produção de cada zona escoava-se pelo entreposto mais proximo na faixa litorânea, convergindo após quasi totalmente para o porto do Rio de Janeiro, onde recebiam os trapiches do Saco da Gambá, Costão de N. S. da Saude, Valongo, Valonguinho, Prainha até os Armazens do Sal.

Os animais de tropa de carga, porém, que entrassem pela cidade do Rio de Janeiro, deviam ser conduzidos a passo (postura municipal de 11 de setembro de 1838), presos uns atraz dos outros, levados pelo centro das ruas, e nesta mesma ordem descarregar e esperar e receber em seguida as cargas na praia dos Mineiros, no largo de S. Francisco de Paula ou no Campo da Aclamação: com prohibição expressa do pernoite dentro da cidade.

A movimentação do café, entre armazens, fazia-se por magotes de negros enfileirados, sacaria á cabeça, que pela analogia, até hoje se conhecem como *trabalhadores de tropa*. O transporte urbano do café não evoluiu em função do aumento da exportação. Acusam as estatísticas a média anual, para o Rio, em 1850, 2.200.000 sacas contra 3.939.000 apenas, em a safra de 1925/1926 (Santos 300.000 sacas em 1850 contra 13.000.000 em 1926)! O fator preponderante no aparecimento das carroças de café na segunda metade do seculo XIX, foi a viação ferrea, que fez convergir para a estação terminal do Campo de Sant'Ana, por via terrestre (1858) o café anteriormente recebido por tropa de animais, ou nos trapiches do litoral. Os antecedentes historicos estabeleceram o centro comercial no perimetro conhecido posteriormente por *chacrinha*, compreendendo na cidade baixa as imediações da Prainha, rua nova de S. Bento e adjacencias dos trapiches. A descarga na estação da estrada de ferro, muito mais distante, praticamente impediu o transporte "*á cabeça*". As carroças resolveram o problema. Os primeiros veículos urbanos de transporte de café eram de eixo fixo, sem molas com um par de grandes rodas que excediam a altura do eixo. Já conhecia a leal e heroica cidade, o calçamento pelo sistema de Mac Adam de, cuja applicação nas estrada a cargo da illustrissima Câmara Municipal, cogitava a postura de 30 de outubro

de 1855. Pouco mais de um ano antes, anunciava o "Jornal do Comércio" de 5 de janeiro de 1854, a auspiciosa nova de que o governo resolvera ensaiar, em breve, o calçamento de *cubor*

Com efeito, em 1860 era já consideravel a área coberta com o novo calçamento, cuja conservação era regulamentada pela Camara, e executada, a partir de 61, pelas duas "companhias de africanos calceteiros", salvo os macadamamentos (sic) das freguesias da Gloria e Engenho-Velho, a que fazia referencia o art. 16 da postura.

Em 1868 inaugura-se a linha ferrea do Jardim Botânico e alguns anos mais a Locomotora, cujo cervo veio a pertencer á Carris Urbanos. Foi uma das grandes transportadoras de café na cidade, a empresa dos "*irrilhos de ziz*", alcunha popular que lhe valeu o trafego, fóra das linhas ferreas, nos frequentes e prolongados descarrilhamentos.

Em 29 de novembro de 1877 é que se promulga a primeira postura sobre "carroças de conduzir café" do tipo ainda hoje usado em nossa praça:

"A Illustrissima Camara Municipal desta muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro faz saber que, adoptou em sessão de 20 de novembro e foi approvada por portaria do Ministerio do Imperio, de 13 do corrente mez a seguinte postura:

Art. 1.º—As carroças empregadas nas ruas da cidade no serviço da condução do café pertencentes a quaesquer pessoas, a empresas ou a estabelecimentos particulares, serão numeradas e aferidas anualmente na competente repartição da Ilm. Camara Municipal e pagarão o imposto municipal já estabelecido. A aferição se fará estampando-se com uma marca-a fogo ao lado direito da carroça os dois ultimos algarismos do anno, e o numero da carroça será escripto em chapa metalica, collocada no mesmo lado. Todos estes algarismos terão de altura cinco centimetros pelo menos.

Art. 2.º—As carroças que forem encontradas nas ruas da cidade sem estarem aferidas, na conformidade do artigo antecedente, serão apreendidas e remetidas para o deposito publico, incorrendo seus donos na multa de 30\$000 por cada uma carroça, multa que se elevará ao dobro nos casos de reincidencia.

Art. 3.º Do dia 1.º de Janeiro de 1878 em diante não serão admittidas nas ruas da cidade, no serviço de que trata o art. 1.º as carroças actualmente empregadas nesse serviço, que não estiverem nas condições exigidas pela presente postura nos artigos 4.º e 5.º

Nos casos de infração desta disposição, os infraactores incorrerão nas multas estabelecidas no artigo antecedente.

Art. 4.º Os eixos das ditas carroças não terão mais de 2m. 10 de comprimento, nem excederão em suas extremidades mais de 0m, 06 aos cubos das rodas e estas não terão mais de 1m, 0 de diâmetro.

Art. 5.º Essas carroças serão providas de molas, terão quatro rodas e serão dirigidas por cocheiros. As caixas não terão dimensões superiores ás seguintes:

Altura 1m,10, comprimento 1m,87, idem na parte superior 2m,09 largura na base 1m, 32 idem na parte superior 1,54.

Estas carroças serão puxadas por dois animais emparelhados.

Art. 6.º E' prohibido ficarem as carroças abandonadas pelos cocheiros ou paradas nas ruas e praças da cidade, sem motivo justificado, salvo nos logares indicados pela Illustrissima Camara Municipal.

Art. 7.º E' igualmente proibido maltratar os animais com pancadas, ferindo-os ou contundendo-os.

Art. 8.º Os infractores das disposições dos arts. 6.º e 7.º incorrerão na multa de 10\$, sendo as carroças conduzidas ao deposito publico.

E para que chegue a noticia de todos, se mandou publicar o presente Edital.—Paço da Illustrissima Camara Municipal do Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1876.—dr. Adolpho Bezerra de Menezes, presidente interino.—dr. João Fortunato Saldanha da Gama.—Antonio José dos Santos.—dr. Manuel Thomaz Coelho.—João Chrisostomo Monteiro.—Francisco Teixeira de Souza Alves.—Gervazio Mancebo.—Feliciano Guilherme Pires, secretario interino—

A lei, porém, não teve execução senão após a desistencia do privilegio que Fernandes & Irmãos apresentaram á Camara. (Edital de 2 de Março) em 1880.

Durante alguns lustros, apenas a estação de Campo da Aclamação descarregava café na Capital do Imperio, e mesmo após a proclamação da Republica decorreram alguns anos até que a Companhia de Melhoramentos veiu contribuir com pequena parcela do café de seu ramal unico á Paraíba do Sul. Não trazia o café á Vila Guarani, ponto de embarque de passageiros, descarregava-o na Estação da Mangueira, mediante o trafego mutuo com a Companhia de Transportes e Carruagens, que em carroças transportava-o para os armazens da "chacinha". As estradas de ferro cujo acervo foi incorporado mais tarde á Leopoldina Railway, tambem não estendiam linhas até a Capital.

Parte do café descia até o porto de Imbetiba e, carregado em vapores é que atingia o empório central na orla da Guanabara.

Em 1897, já a rede da Leopoldina, construido o ramal de Porto das Caixas, descarregava o café mineiro e fluminense em Mauá e Niterói de onde por mar, atingia o "trapiche do vapor" na Saude, onde era armazenado. O incício da

construção do Cais do Porto obrigou a Companhia Inglesa, a transferencia para o "trapiche Reis", junto á estação da Prainha, onde embarcavam os passageiros das barcas de Petropolis. E' de nossos dias o prolongamento das linhas ás estações de cargas Maritima da Central, Alfredo Maia da antiga Melhoramentos e Praia Formosa da Leopoldina e a conclusão das obras do Porto do Rio de Janeiro por cujas linhas ferreas, grande parte dos cafés, em vagons diretos, atinge os armazens de destino, dos comerciantes em maior escala. O tropeiro e o vagon direto, são extremidades na escala evolutiva do transporte nacional, com a dispensa de baldeação urbana. Isso porém, quanto aos chamados *cafés de estradas*, porque os *lotes*, as *passagens* para a preparação dos *tipos* de exportação se transportam em carroças e, a pouco mais de 10 anos, tambem em autocaminhões. A carga de um caminhão de café, pelos trabalhadores da *tropa* tem o seu quê de pinturesco. Põe-se de pé o cocheiro, no caixão do carro, para dirigir e corrigir a arrumação e vai mandando a cada trabalhador, em voz alta, o logar da *quêda* do sacco: "*Atraz, fóra*", "*Meio da roda*", "*A seguir*", "*á frente*" —*fóra*", "*no buraco*". A segunda *fiada* manda: "*atrás, do seu lado*", "*meio da roda*", "*frente do seu lado*", "*tapa o buraco*".—E vai assim, de *fiada* em *fiada*, até completar a lotação da carga. As carroças carregadas artem com talões numerados e tem de chegar ao armazem de descarga na ordem da partida. E' falta das mais graves nò serviço, chegar o cocheiro *fóra de sua vez*. A experiencia demonstra que o fundamento das suspeitas contra os que abandonam a "linha" e enveredam pelos bécos e vielas onde, em regra, são estabelecidos os *torradores de café barato*. . . O serviço de carga, descarga e empilhamento do café é feito pelos trabalhadores em magotes, como os antigos escravos.

Já depois da abolição, talvez pelo habito, continuaram agrupados, para o serviço e até hoje assim se mantêm. As *tropas* são grupos de individuos arregimentados e reunidos para o labor sob as ordens de um *capitão* que contrata em seu nome, recebe o salario, faz os pagamentos e fiscaliza o serviço. E' notável a solidariedade que existia entre os componentes de uma *tropa* e das *tropas* entre si. . . Até 1917 formavam todos uma entidade poderosa a que se filiavam incondicionalmente: a Sociedade de Resistencia dos Trabalhadores em Trapiches de café. Penso ter concorrido principalmente para a formação e coesão da Resistencia, o trabalho deshumano a que eram forçados os carregadores, livres legalmente, mas escravizados pelas necessidades de subsistencia. Tornou-se comum depois que o trabalhador deixou de constituir valor patrimonial que se economizava no interesse do proprio senhor, a carga e descarga de sacos chamados "matamoleques" com cento e vinte e mais quilos, cada um, durante excessivo tempo de trabalho.—Um conhecido patrão e proprietario de carroças de nome Agostinho, vangloriava-se de, após andar a seu serviço, "*Portugueses*

nunca mais saiu barra-fôra e moleque não passava de Cascadura acima"... Se a opressão produziu a reação, é certo que essa foi excessiva. Assim, anos depois, a Resistência impunha aos comerciantes de café, a abdicação dos seus direitos de escolher trabalhadores dentro ou fóra dos armazens particulares de cada um: Ou o monopólio para a Resistência, ou a paralisação comercial, pela greve.

A princípio sujeitou-se, aparentemente, o comércio ás imposições, procurando delas sair-se com astúcia, mas, a tal ponto chegaram os desmandos e a prepotência dos "resistentes" que outra solução não se apresentou senão aceitar a luta. Motivou a resolução extrema, o fato de ser, num dia dispensado dos armazens da Cp. Minas e Rio um trabalhador, por delito flagrante de furto de café, e no dia imediato, comparecer o mesmo trabalhador dispensado, como "fiscal da resistência". Não podia, em verdade, consumir-se atentado maior á disciplina interna do estabelecimento e á propria dignidade do comerciante. Basta assinalar, que o "fiscal" tinha os poderes do capitão da tropa. A um gesto seu, com ou sem

fundamento, o rebanho humano interrompia, obediente e servil, o trabalho, deixando em apuro o comerciante, na obrigação muita vez de uma entrega inadiável, ou de um embarque urgente.

Constituiu-se então a Empresa de Transporte Comércio e Indústria afim de angariar gente no interior e suprir a falta dos trabalhadores em greve, executando os transportes mais prementes, e como as ameaças e tentativas dos grevistas, fossem evitadas pela ação de Aurelino Leal na chefatura de Policia, o Centro do Comércio de Café, conseguiu debelar a greve e readquirir para seus socios, a liberdade comercial. Do conflito surgiu, bem compreendida a adaptação reciproca dos grupos sociais em antagonismo e, mais inteligentes, os comerciantes souberam, nos proprios fatos, ler o acerto de uma conhecida proposição sociologica: opressão que perdura é indicio seguro de reação que se retarda... Daf a criação da Caixa dos Trabalhadores em Café, modelar organização humanitaria de assistência social, cujos efeitos beneficos atenta a harmonia das relações atuais...

Conselheiro Antonio Prado

A sua ação como professor da imigração e da lavoura cafeeira

Poucos homens merecerão hoje com justiça, a gratidão que deve suscitarse entre os brasileiros de boa fé tudo quanto têm feito o conselheiro Antonio Prado pela fortuna de seu país. E' dispensável um retrospecto de que tem sido sua vida admirável para se deduzir até que ponto elle é credor de nossa gratidão. Não se pode deixar de considerar, entretanto que sua obra é superior a um entusiasmo refletido, aos aplausos económicos que conseguiu despertar entre os melhores em um povo tão pródigo de admirações exaltadas. A' sua ação merece muito mais, indiscutivelmente. Mas não será, talvez, uma particularidade inseparavel das obras excellentes isso de se revestirem de uma atmosfera de modestia, de renunciarem voluntariamente ás ostentações espalhafatosas? De qualquer modo não deixa de ser espantoso que até agora não se tenha insistido devidamente na importância da colaboração de Antonio Prado para o nosso progresso nacional. E' que o seu temperamento realista e empreendedor não sabe se adaptar ás improvisões ruidosas e sem consistência. Ele foi sempre o contrario de um ideólogo, de um sonhador. E é por isso mesmo que no momento de sua maior atividade política, momento em que todo o mundo se comprazia na retórica facil dos demagôgos e dos teóricos, elle teve a sabedoria inestimável e a coragem de resistir á corrente, de iniciar silenciosamente uma obra cuja extensão não se pode medir com palavras. Foi um temperamento de exceção, suas idéas não se espediçaram pela praça pública em busca de uma popularidade que não lhe seria difficil conseguir se sacrificasse a ela todo o seu enorme poder de realização. Mas não foi de todo vão esse esforço admirável. Agora, e mais tarde sobretudo, ninguem já poderá desmerecer a magnifica intuição dêsse mestre de energia e de vitalidade.

Em 1885, quando os conservadores subiam ao poder, Antônio Prado era o chefe conservador mais prestigiado em S. Paulo. O barão de Cotegipe, chamado a organizar o novo gabinete, convidou-o para ministro da Agricultura. E' fácil imaginar-se qual seria a atitude geral dos espiritos três anos antes da abolição, diante do grave problema que tinha tomado proporções gigantescas. Toda a vida econômica e política do Imperio andava absorvida pela questão da liberdade do elemento servil. Os mais exaltados, maioria, abandonavam-se voluntariamente na corrente sentimental que aspirava á abolição immediata da escravidão. Entre esses e alguns proprietários de escravos, naturalmente retrogradados, os mais avisados não podiam se decidir de um

modo definitivo e preferiam contemporizar. Era uma attitude insustentável diante da corrente avassaladora dos abolicionistas. Antonio Prado, prevendo a crise formidável que fatalmente iria suscitar a abolição immediata que se exigia e que parecia inadiável ante os clamores da opinião pública, desde o tempo do Ministerio Dantas, sentiu que se tornava urgente substituir, na medida do possível, o trabalho escravo pelo trabalho livre. O único meio viável de se conseguir esse desideratum seria criar uma intensa corrente imigratória de trabalhadores estrangeiros. Dado esse passo inicial seria possível fazer-se a abolição sem grandes prejuizos para a lavoura. Antonio Prado não esmoreceu no seu proposito e ainda quando deixou o seu posto para ir representar a provincia de S. Paulo no Senado do Imperio, continuou a propugnar pela solução que com tanta sabedoria havia defendido. Não errou, portanto o conselheiro João Alfredo quando, pouco depois, chamado a organizar o gabinete que substituisse o de Cotegipe, viu no chefe da "União Conservadora" de S. Paulo o único homem capaz de trazer um concurso eficiente á obra de preparar o país para receber a abolição sem grave prejuizo. Seu esforço como ministro foi tão poderoso que, ao deixar o governo, tinham sido estabelecidas as bases economicas do Brasil liberto da escravidão. S. Paulo, sobretudo, deve seu desenvolvimento ulterior ao inestimável impulso que recebeu desde esse momento, graças, principalmente, ao esforço de Antônio Prado.

Não passou despercebida na Córte a sabedoria dessa iniciativa, conquanto não se pudesse sentir em toda a sua extensão os resultados magnificos que dela sobreviriam. Pensou então o governo imperial em recompensar a Antônio Prado pelo serviço que prestára á causa do Brasil e ofereceu-lhe o titulo de "conde de S. Paulo". O político paulista recusou, entretanto, essa recompensa, respondendo que "não o seduziam os europeis da realeza". Era um gesto que se conformava com a sua atuação política realizada sem attitudes espetaculosas e sem ruido, gesto que não desmentia a sua tradição política.

Com a proclamação da República Antônio Prado, que servira com tanta sabedoria o regime antigo compreendeu que deveria trabalhar com o mesmo empenho no seu esforço para o desenvolvimento do país. E é preciso accentuar que, ao contrario do que se tem dito, não deixou de receber com simpatia o regime inaugurado em 15 de novembro. Em reunião do antigo partido conservador, de que era

chefe, fez mesmo sentir aos seus partidários a necessidade de uma colaboração eficiente no novo regime. E só por motivo de saúde não quiz ser deputado á Assembléa Constituinte para a qual fôra eleito. Aceitou, entretanto, a missão de superintender na Europa o serviço de imigração. Dêsse modo não deixou de prosseguir a obra que com tanto empenho iniciára.

Durante a época em que se manteve afastado da politica, Antônio Prado dedicou-se com fervôr á agricultura. E' sobretudo significativo que em uma época em que no nosso país apenas sobressaiam e eram prestigiados os que podiam exhibir um canudo de bacharel, êsse homem, que se formara em Direito em S. Paulo e mais que frequentara as aulas da Faculdade de Sciencias Juridicas da Universidade de Paris, onde aperfeiçoou os seus estudos, fazia quasi um ponto de honra de sua profissão de agricultor e ia mesmo até publicar manifestos políticos em que se assinava "Antônio Prado, lavrador".

A população da capital paulista não permitiu que seu filho illustre permanecesse por muito tempo nêsse retiro, elegendo-o para seu prefeito municipal. Mais uma vez o espirito de iniciativa do homem a quem o Estado de S. Paulo devera muito do seu progresso pantoso ia se afirmar de modo no-

tável. Durante os treze anos em que o conselheiro Antônio Prado esteve na prefeitura, a cidade de S. Paulo adquiriu um aspecto novo. A pequena capital provinciana tornou-se um centro industrial e comercial de primeira ordem. Antes do prefeito Passos ter reformado o Rio de Janeiro, Antônio Prado, com o mesmo espirito empreendedor, remodelava por completo a cidade de S. Paulo.

Depois de deixar a Prefeitura, o velho politico prosseguiu na sua atividade que fôra tão proveitosa para o seu país e para o seu Estado, fundando fazendas, criando fábricas, incentivando com o seu trabalho e com o seu exemplo a lavoura e a indústria paulista. Organizou o primeiro frigorifico e dirigiu a Estrada de Ferro Paulista durante mais de trinta anos. Cumpre salientar, além disso, os seus esforços para a valorização do café. Até hoje a lavoura cafeeira paulista se ressentente dêsses esforços. O primeiro empréstimo para valorização, empreendido em 1907, foi realizado sobretudo graças á sua iniciativa e ao seu empenho.

Hoje, com oitenta e sete anos de idade, Antônio Prado não perdeu ainda aquele fervôr com que jovem, pela sua visão clara das coisas, pelo seu esforço e pelo seu pedêr de iniciativa, se integrára para sempre na democracia brasileira.

A lavoura cafeeira em Pernambuco

J. EURICO DIAS MARTINS

Muito embora o Estado de Pernambuco esteja colocado entre os Estados cafeeiros do triângulo do Nordeste, pelo seu *peniplain* corrigidor da latitude e das condições climáticas, a lavoura do cafeeiro nunca passou ali de um plano muito inferior no balanço de sua vida econômica.

A notícia das primeiras safras em 1875 demonstra evidentemente que os pernambucanos sómente muito tarde tiveram a sua atenção voltada para a cultura da baga vermelha. E se merecem fé os dados históricos que nos chegam ás mãos, Pernambuco recebeu café paraibano em 1856; enquanto que no Ceará, um século antes, o cafeeiro teve o seu ingresso.

Nos dias que transcorrem, apesar da valorização do café convidar ao aumento das lavouras, os agricultores pernambucanos continuam pouco interessados pelo cafeeiro, fazendo apenas voltar á atividade velhos cafezais afundados nas capoeiras, como acontece em Garanhuns com os seus 8.000 pés de cafeeiros, produzindo apenas 50 mil sacos, demonstrando a sua inteira predileção pela cana de açúcar.

E' interessante observar, na vastidão do nosso território, essa localização quasi especializada das plantas agrícolas cujos cultivos se acomodam dentro das condições de climas e de solos, que não raro sofrem colapsos nos seus surtos, surgindo então lavouras satélites, remediando as crises, e desaparecendo logo que o equilíbrio das leis econômico-biológicas permita um novo impulso á cultura dominante da região.

Isso bem demonstra o nosso apêgo á monocultura, sob cujas consequências nenhum país pôde desenvolver a sua riqueza agrícola; e por outro lado evidencia praticamente os nossos recursos naturais, permitindo-nos passar, quasi sem transição de outras lavouras, que vivem em quasi latência em diferentes zonas do país.

Nada, por exemplo, justifica que seja Pernambuco um Estado monocultor, constituindo a base única e certa de sua riqueza a lavoura açucareira, que se agrava dia a dia pela falta de organização técnica e pela falência do credito.

Do triângulo de Nordeste, pela sua situação geográfica, pelo seu aspecto agro-topográfico e, sobretudo, em face das quotas pluviométricas anuais registradas, Pernambuco é o Estado "leader"; não obstante, a civilização agrícola empacou na zona açucareira, na faixa litorânea, permanecendo o *peniplain*, de climas magníficos e terras ferazes, e assim o sertão, no mais acentuado atraso.

E é por isso, que no momento em que o grande Estado poderia estar auferindo os lucros da valorização do café, se tivesse estabe-

lecida a policultura, vemos propriedades cafeeiras contando cerca de meio milhão de cafeeiros, com a produção de 10.000 arrobas.

Uma tal circunstância define a situação atual da lavoura cafeeira no grande Estado nordestino.

Não obstante, não respondem por isso os fatores naturais para o êxito da cultura. O clima moderado quente e homogêneo da Borborema, variando a média das maximas em 25,9 e a média das mínimas em 15,9 (Garanhuns), constitue por certo quasi o clima ideal para o cafeeiro, quando a quota pluviométrica não está muito aquém de 1,500 m/m.

Ainda que se possa supôr que as condições de húmidade do clima do nordeste do país sejam desfavoráveis ao cafeeiro, notemos, porém, que a húmidade relativa, em média anual, pelas observações de Guarimiranga (Ceará) e Guarabira (Paraíba do Norte), representa-se por 84 % e 79 %, isto é, dentro das concepções teóricas dos agrônomos, aliás assunto êsse longamente debatido e rebatido por autoridades como Burck.

Comparando-se os dados pluviométricos e a percentagem da húmidade relativa entre Guarimiranga, Guarabira e Garanhuns, com Ribeirão Preto, por exemplo, conclue-se que, do ponto de vista desses dois fatores climáticos, há inteira semelhança.

Outro tanto não acontece com relação á radiação solar, ao estado de agitação do ar, que juntos cooperam para uma exagerada perda dagua por evaporação, fazendo periclitlar, mesmo na região das alti-planícies, a vida do cafeeiro.

Daí a necessidade da proteção aos cafezais, o que constitue um dos aspectos mais interessantes da lavoura cafeeira nordestina.

Porque, muito embora as curvas isohietas da zona da mata garantam para mais de 1m, 20 como quôta de chuvas, é digno de nota que o cafeeiro não se acomoda na faixa litorânea, desenvolvendo-se a sua cultura nas elevações da Borborema.

Não é fáto isolado na história da aclimação do cafeeiro no mundo essa questão do abrigo das culturas para o êxito da exploração, como nas índias, Java, Ceylão, Madagascar, etc., nas quais há a sistematização das lavouras sob abrigo.

No Brasil, o clima do nordeste exige, como condição indispensável á formação dos cafezais, o plantio de arvores de sombra, com caráter permanente, mesmo nas elevações máximas, como Garanhuns, em Pernambuco, cuja altitude é superior a 800 metros e Guarimiranga, no Ceará, a 770 metros.

E' de notar que, nessas quôtas máximas, encontra o cafeeiro as melhores condições de vida, tanto assim que nos dois municípios

citados é onde se localizam as maiores lavouras da rubiácea; e mesmo assim, nêsse clima em que a temperatura chega a descer a 10 C., o caféiro exige o concurso da arborização.

Não está, portanto, o caféiro com a sua cultura limitada no nordeste, ás curvas isotermas máximas, como apressadamente se pode supôr, mas a condições ou fatores climáticos outros, como a temperatura, a intensidade solar e a húmidade, agindo combinadamente.

Mas, sem orientação ou critério científico algum, os cafeicultores da região serrana de Pernambuco. Paraíba e Ceará conhecem a impossibilidade de manter os cafezais em a arborização. E nessa luta de quem age ás cegas, escolhem espécies vegetais de todo impróprias ao fim colimado, e terminam por adensar demasiadamente as plantas arborizadoras, comprometendo o desenvolvimento normal dos caféiros e a sua consequente produção.

Tal era êsse estado de coisas nas lavouras caféiras naqueles municípios serranos, quando em 1914 visitamos a Serra de Baturité, percorrendo as suas zonas caféiras. Nessa visita, tivemos a atenção reclamada para a questão da arborização dos cafezais, estudando as diferentes espécies botânicas empregadas na arborização, suas vantagens e o ponto de vista fotografico da luz difusa.

As conclusões a que chegamos nêsse estudo, mui principalmente ao que chamámos a adubação indireta dos cafesais pelas plantas arborizadoras da familia das leguminosas, colhendo material no sistema radicular de algumas espécies, encontramos abundante proliferação das nodosidades radicícolas, nas quais determinámos o *bacillus radicicola*; essas conclusões, diziamos enfeixamo-las em monografía por ordem do ex-ministro Pandiá Calogeras, que autorizou o prosseguimento dos estudos, infelizmente interrompidos por falta de verba.

Porém, como assegurámos linhas acima, a cultura caféira pernambucana continúa a ser mantida sob os inconvenientes de uma arborização demasiada, não raro observando-se plantações em capoeiras e, mesmo, em matas, abrindo-se picadas equidistantes, nas quais são feitas as linhas de covas para o plantio definitivo.

A êsse sistema de arborização, inconsiderada, juntam-se os processos culturais falhos de qualquer orientação técnica; basta dizer que o número de caféiros por hectare sobe a 830 e 1.600, isto é, o dobro e o triplo do que se observa em São Paulo. Além disso, os tratos culturais são feitos precariamente concorrendo como maleficio do que como beneficio á cultura.

O rejuvenescimento dos caféiros, a duração de seu ciclo de produtividade, que poderia ser conseguido pela póda, não é prática corrente, sendo raros os fazendeiros que a fazem.

São essas circunstâncias, que influem para que a média geral de produção no Estado não atinja a mais de 20 arrobas por mil caféiros. E os fatores, que mais concorrem para essa média de produção vil, não são os naturais,

porém aqueles que decorrem do trabalho agrícola, isto é, densidade de caféiros por hectare e o sistema de arborização, que não obedece a nenhum principio lógico ou racional.

Dêsses dois fatores, principalmente, advem a irregularidade da sação ou amadurecimento da baga, cujas consequências são funestas para a qualidade do produto e igualmente para a colheita, que em tais condições é quasi, infundavel, repetindo-se por 3 e 4 apanhas.

Além disso, o desenvolvimento de parasitas croptogâmicos e, mesmo, de algumas epífitas como *bromelias*, e *lauranthaceas* tem sua vida luxuriante assegurada nêsses aglomeramentos de caféiros sombreados, onde condições de húmidade e luz difusa constituem meio ótimo á sua proliferação.

E' inegavel que o beneficiamento do café em Pernambuco tem alguma evolução, procurando seguir os passos de São Paulo; mas, é preciso convir que o beneficiamento é uma operação que está intimamente ligada á parte agrícola e ao comércio. Quando essas circunstâncias estão em desequilíbrio, lógico é esperar que a arte mecânica de apresentar o café nos mercados, decresça muito de importância. E é justamente o que se dá em Pernambuco.

Pareceria mais lógico, que os cafeicultores pernambucanos tomassem melhor diretriz na parte agrônômica de suas lavouras, sistematizando-as em moldes inteiramente diferentes daqueles até aqui seguidos, obedecendo a um critério diverso no plantio, cujas distâncias deveriam ser ainda mais amplas do que em São Paulo; e procurar convencer-se de que a arborização deve ser seguida, porém como especies leguminosas de alto porte e si possível de folhas caducas, plantadas de acôrdo com a orientação solar e num espaçamento não inferior a 15 metros entre as linhas e sujeita a um regime de póda.

Na organização dos cafezais é indispensável que a plantação seja feita tendo-se em vista as capinas e cultivos mecânicos, de modo que o custo de produção possa baixar consideravelmente.

Não temos dúvida de que as condições agrológicas do nordeste caféiro não sejam inferiores á de São Paulo, do ponto de vista químico, muito embora o sejam quanto ás condições físicas dos sólos. Mas, resta aduzir um fator importantissimo para o êxito da cultura caféira — a possibilidade do braço agrícola e o seu custo — o que no nordeste é realizado em condições económicas muito mais favoráveis que em S. Paulo.

Organizadas as lavouras em tais bases, seria fatal o aumento de produção média para um nível muito mais alto, o que seria ainda mais compensador pelo preço de produção mais baixo, projetando-se, assim, uma situação estável para a lavoura caféira pernambucana, que deixaria de ser uma cultura de emergência, para figurar, definitiva e ascensionalmente, na pauta de exportação do grande Estado do Norte.

A propaganda do café

D. FITZ GIBBON

Quando falo em propaganda, refiro-me, apenas, á classe de publicidade feita em grande estilo e que se dirige aos milhões.

A história da propaganda do café pode ter como ponto de partida a data de maio 1657, quando a primeira notícia a seu respeito foi publicada no "Publick Advertiser", de Londres, nos seguintes termos:

"Na Bartholomew Lam, ao lado de traz do "Old Exchange" vende-se pela manhã, e ás 3 horas da tarde, a beberagem chamada *café*, que é muito saudavel e medicinal e portadora de excepcionais virtudes, fecha o orificio do estomago, aumenta o calor interior, auxilia a digestão aviva a intelligencia, alivia o coração, é bom contra olhos inflamados, Tosse e Resfriados, Defluxos, Tísica, Dôr de Cabeça, Hidropsia, Gôta, Sarna e muitas outras molestias."

Pelo que se vê eram extraordinárias as applicções que tinha a então desconhecida beberagem, e só essas extraordinárias virtudes induziam os londrinos a irem pela manhã e ás três horas da tarde em Bartholomew Lam, degustarem o café, que hoje tomamos pela melhor de todas as razões — é que gostamos dela.

A partir dessa época a propaganda do café, devagar, muito devagar, debastou-se dos absurdos e invencionices. Até épocas muito recentes esse caminho andava embaraçado com muitas contradicções e outras difficuldades, as peores das quais consistiram nos annuncios dos fabricantes de succedâneos em annunciar seus productos como café, e, até café de qualidade superior. Fez-se então grande barulho por causa dos presumidos "perigos" do café, e muitos preconceitos se elevaram contra êle. Alguns vendedores de café verdadeiro aumentaram a confusão, annunciando que o seu producto distinguia-se dos "nocivos", e era sadio e inofensivo.

A propaganda do café na America, hoje, alcançou um alto gráu de effiçencia, e a melhor da sua espécie, em todo o mundo. Em 1914 e 1915 foi organizada a primeira propaganda cooperativa pela Associação Nacional dos Torradores de Café, na forma de "semanas de café", que distribuiram numerosas informações sobre a valia do café como beberagem, a melhor maneira de fazê-lo, e os usos que pode ter.

E' um facto notável que até o ano de 1918 muito mais dinheiro foi gásto na propaganda dos succedâneos do café do que dêste proprio producto. Em 1918 a última não chegava á metade da primeira.

A partir de 1919, porém, o quadro é outro. Muda completamente em favor do café, e assim se tem conservado até hoje. Embora a maior parte do dinheiro seja despendido com os jornais praticamente todos os meios possíveis de annunciar são usados nesta propaganda.

Os annuncios do "Parkage-Coffee" datam de 1873, quando foi iniciado por Juhn Arbukle. Entre os succésos firmados há muito tempo, e devidos á propaganda do envolverço de café (package-coffee), contam-se os seguintes:

Arbuckle's Yuban and Ariosa, McLoughlin's XXXX; Chase and Sanborn's Seal Brand, Dwinell-Wright's White House; Weir's Red Ribbon; B. Fischer & Company's Hotel Astor; Brownell & Field's Autocrat; Bour's Old Master; Sculls Boscul; Seeman Brother's White Rose; Blanke's Faust; Baker's Barrington Hall; Woolsen Spice Company's Golden Sun; International Coffee Company's Old Homestead; Kroneberger's Old Reserve; Western Grocer Company's Chocolate Cream; Leggett's Nabob; Closset & Dever's Golden West; R. C. Williams Royal Scarlet; Merchants Coffee Company's Alameda; Wilder's Company's C. W. Brand; Meyer Bros's Old Judge; Nash-Smith Tea and Coffee Company's Wedding Breakfast; J. A. Folger & Company's Golden Gate; Ennis Hanley Blackburn Coffee Company's Golden Wedding; M. J. Bradenstein and Company's M. J. B.; Hills Bros's Red Can; The Young & Griffin Coffee Company's Franco American; the Check Neal Coffee Company's Maxwell House.

O dinheiro dispendido no âno de 1920, nas várias especies de propaganda pelos torradores de café nos Estados Unidos é calculado em três milhões de dólares.

O estilo sugestivo e fascinante de muitos dêstes annuncios contribuiu grandemente para o consumo sempre crescente do café, *per capita*, na America.

Os governos de muitos países produtores de café dedicaram-se tambem á propaganda dos seus respectivos productos. Os ingleses, francêses e holandêzes, em relação a algumas de suas colônias, e tambem Porto Rico, Costa Rica, Guatemala e o Brasil.

Os países em que se distribue a maior parte dessa propaganda eram, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Italia, a Russia e o Japão.

Em várias occasiões, o successo dessa propaganda foi limitado pela "politica". Uma outra razão do fracasso foi devida ao facto de que grande parte dessa propaganda era feita mediante subvenções a casas torradoras bem conhecidas, que não tinham capacidade para

perceber á manejar o annunciamento de fórma a beneficiar os interesses de todo o comércio.

O sr. William H. Ukers, o editor do "Jornal do Comércio do Chá e do Café", e autor de "Tudo o que diz respeito ao Café", um livro muito bem feito e completo, no qual bebemos as informações, em sua grande maioria, que relatamos anteriormente, bateu-se, faz vinte e cinco anos, pela necessidade da propaganda cooperativa e muitas das suas idéas têm sido adotadas ultimamente.

Em 1918, um movimento da maior importância derivou-se de um acôrdo, mediante o qual S. Paulo contribuiu com cerca de . . . \$ 1:000:000, a ser distribuido num período de quatro anos, o que faria cerca de \$ 240.000 por ano. Esse dinheiro foi levantado mediante uma taxa especial cobrada sôbre toda saca de café embarcada até o limite de rs. 132, sendo a percepção dessa taxa efetuada diretamente pelas ferrovias dos embarcadores.

A' essa quantia o comércio de café americano ajuntou cerca de \$120.000, e iniciou-se uma poderosa campanha de publicidade que atacou o problema por todos os pontos. Em 1922 a contribuição do Estado de S. Paulo foi reduzida em virtude da escassêz da safra. No entretempo, contudo, essa campanha em cooperação deve ter conseguido muitas vantagens.

O Brasil, provavelmente, nunca cogitou quanto a sua prosperidade é devida á alta eficiencia da propaganda nos Estados Unidos. Se não fosse ela, o consumo de café *per capita*

nos Estados Unidos, que é o maior do mundo, seria necessariamente muito menor, e assim a exportação de café do Brasil para esse país mais diminuta do que agora é.

A melhor propaganda, em minha opinião, foi a realizada pelos grande torradores de café, e entre estes prima a do "Juban Coffee". Lembro-me que eu mesmo me deixei influenciar por esse comércio e comprei o "Juban Coffee", não podendo conseguir o gôsto e aroma do café nas qualidades anônimas que antes havia experimentado.

Não só não tenho a menor duvida que o consumo do café aumentará na America, como também estou certo que uma propaganda bem orientada favorecerá um aumento considerável do consumo do café *no proprio Brasil*. Esta grande nação produtora de café ainda luta com uma espantosa ignorância em saber se servir dos meios adequados á preparação do café, aproveitando-lhe toda a fragrância. O uso do *café gelado* não é conhecido, como deveria ser. A deliciosa "melange", como se bebe na França, é aqui desconhecida. O uso e consumo do leite e do creme poderiam popularizar-se se o povo fosse ensinado a tomá-los com café, das varias maneiras em que essa mistura se pode operar. O café poderia também ser usado em maior quantidade para dar sabor aos sorvetes, pudins e doces de todas as qualidades. Essas coisas, porém não aparecem espontâneamente. Sómente se vulgarizam propagadas insistentemente, mediante anuncios inteligentes.

O visconde de Indaiatúba

A sua cooperação para o desenvolvimento da lavoura do café no Brasil

O nome do visconde de Indaiatúba merece, sem dúvida, um posto de honra na história da lavoura cafeeira em nosso país. O muito que éle trabalhou pelo desenvolvimento de nossa principal fonte de riqueza exige, imperiosamente, que evoquemos aquí a sua figura e que lembremos alguns dos aspectos mais singulares de sua importantíssima cooperação para o progresso de sua pátria e, em particular, da província que o viu nascer. Isso terá ao menos a vantagem, insignificante aliás, de distrair uma personalidade tão considerável do esquecimento injusto a que foi relegado pela gente de hoje.

Seria muito para o proposito que nos move dar uma descrição detalhada de sua atividade multiforme no sentido do maior desenvolvimento do seu país. Contentemo-nos com mencionar o indispensável de sua atuação como propulsor da lavoura do café.

Cumpre salientar, entretanto, o papel relevantíssimo que desempenhou na revolta liberalista dos chamados "farrapos" contra o decreto reacionario de 3 de dezembro de 1841, estabelecendo uma reforma da magistratura visivelmente sugerida pelo grifo dos "corcundas", de tendências conservadoras. Conquanto vencidos, os "farrapos" não se acomodavam facilmente á sombra e já em 1844 os mais sagazes e os mais energicos, como o visconde de Indaiatúba, então sómente Joaquim Bonifácio do Amaral podiam disputar com certa vantagem a eleição de senadores na cidade de Campinas.

Data dessa época a estréa de Joaquim Bonifácio na carreira politica, que illustrou admiravelmente, graças sobretudo a uma intelligência lucida e comprehensiva servida por um invejável equilibrio moral.

Dêsde o primeiro momento o futuro visconde de Indaiatúba revelou todo o valor de sua personalidade, destacando-se, sobremaneira, entre os seus colegas. Contava então vinte e nove anos de idade. O partido que chefiava, graças aos seus esforços, só se deixou vencer uma vez entre 1844 e 1868, embora na quasi totalidade dêsse periodo occupassem os seus adversários as posições officiaes.

Como lavrador, Joaquim Bonifácio destaca-se singularmente entre os que lutaram com mais empenho e com mais intelligência pela substituição do braço escravo pelo trabalho livre. Desde 1858 estabelecia éle na sua importante fazenda "Sete Quedas", sita na comarca de Campinas, onde nascera, uma colonia de dinamarquezes e alemães que subsistiu

até a data de seu falecimento. Para tanto fez-se necessario lutar com as sérias difficuldades que uma legislação reacionária opunha á introdução dos braços livres. Lutou tambem, é preciso lembrar, contra o espirito retardatário de alguns colegas agricultores que o imaginavam um utopista e um sonhador de quiméras. Em 1870 foi pessoalmente á Europa angariar no Holstein os agricultores que viriam dar incremento a sua colônia. Simultaneamente estabelecia em sua propriedade os maquinismos agricolas mais modernos e os mais aperfeiçoados para o preparo do café. E' inutil dizer que os produtos de suas terras primavam pela excelência no mercado e que a fazenda de "Sete Quedas" tornou-se o ponto de convergência obrigatório de todos os homens de eminência que visitavam a cidade de Campinas, então o grande centro da lavoura do café.

Deve-se ainda ao visconde de Indaiatúba a fundação do Club da Lavoura onde reuniu, entre outros vultos de destaque, homens como Campos Sales, Francisco e Hercules Florence.

Carece de ser lembrado ainda um outro serviço considerável que prestou Joaquim Bonifácio aos interesses da lavoura do café em sua província natal. Devia realizar-se em 1878 a exposição de Paris, na qual se fazia mistér apresentar o café do Brasil, ainda desacreditadissimo nos mercados estrangeiros, que o consumiam com rótulos indicando outras procedências. O governo brasileiro opôz-se, entretanto, á representação do Imperio naquêle importante certâmem, pretextando, provavelmente com fundamentos, a necessidade de uma severa economia que nos restabelesse da deplorável situação financeira criada pela guerra do Paraguái. Esse obstaculo, que deveria parecer insuperável aos mais interessados na representação dos nossos produtos agricolas, não desanimou, contudo, a Joaquim Bonifácio, que reuniu, por intermedio do Club da Lavoura, o capital necessário para depositar no Havre duas mil cento e trinta sacas de café brasileiro.

Graças a essa iniciativa memorável o nosso produto alcançou entrada official no Trocadero, sendo atestada a excelência de suas qualidades pelo general Morin, presidente do Conservatório de Artes e Officios de Paris, que submeteu o café brasileiro a uma rigorosa analyse química.

Além dêsse serviços relevantes que prestou ao seu país como lavrador, não é demais men-

cionar que foi, graças ao seu empenho e á sua insistência que se efetuou o prolongamento da via ferrea da "São Paulo Railway", desde o seu ponto terminal, em Jundiá, até a cidade de Campinas.

A êle deve-se tambem a fundação da sociedade anónima "Culto a Ciência", de Campinas, que se destinava a manter um ginásio para a instrução primária e secundária se-

gundo os moldes do Collegio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Póde-se dizer, pois, que até a sua morte, occorrida a 6 de novembro de 1884, foi o visconde de Indaiaatúba um dos mais esforçados e incansáveis colaboradores no nosso progresso económico e moral, o que basta para dar á sua figura um relevo que não se deveria esquecer impunemente.

O café em Itapecerica

DR. SEVERO RIBEIRO

Itapecerica é um dos municípios do oeste mineiro que mais produce café.

No quadro geral do Estado, — figura ella em escala média.

O último recenseamento federal, referente ao anno de 1919, encontrou em Itapecerica: — 200 estabelecimentos rurais consagrados ao cultivo da rubiácea, fornecendo 9.665 quintais das preciosas sementes e dos quais três eram enriquecidos com engenhos de beneficiamento: 2.577 hectares de terras empregados em cafezais, abrigando 1.933.000 arbustos; e um movimento de exportação de 990.00 quilos dos ambicionados grãos, no valor de 1.188.000\$000.

Atualmente, com mais de 1.000.000 de cafeeiros novos em seu sólo — além dos em franca frutificação — o município promete um forte aumento de produtividade, a accentuar-se dentro em breve.

Os lavradores de Itapecerica mostram-se esclarecidos, e empregam para conservação e progresso de suas culturas todos os meios de que podem dispôr sem sacrificio excessivo.

Na hora presente, sentem-se elles um tanto ou quanto empedidos, e mesmo prejudicados; com a restrição dos transportes de café, que visa á defesa da considerável safra em escoamento.

As terras do município apresentam-se favoráveis ao florescimento da rubiácea, que viceja, principalmente, nos distritos da cidade, de Camacho, de Indayá e de S. Sebastião do Curral.

As mais importantes fazendas cafeeiras de Itapecerica são: — a "do Capoeirão", de de Olinto Ferreira Diniz; a "do Calambáu", de João Baptista; a "do Páu da Bandeira", de José Pedro Alves; a "dos Furtados", de Belarmino Furtado de Souza; a dos "Afonso", de José Alves Garcia; a "do Caiapira", de Anísio Ferreira Diniz; a da "Mata do Cintra", de José Diniz Linhares.

De máquina de beneficio, movidas a vapor, contam-se hoje umas dez ou doze, todas de boa capacidade.

A cultura do Café no Espírito Santo

BEMVINDO DE NOVAES

Já no primeiro decênio do século XIX, figurava o café entre os produtos da exportação espiro-santense.

A cultura, desde essa época, mereceu a preferência da população e se propagou a todos os Municípios, suplantando as demais lavouras.

Em 1859 o presidente da provincia, dr. Pedro Leão Veloso, dizia em sua mensagem dirigida á Assembléa provincial: "houve verdadeira febre de plantar café, segundo a apropriada denominação de um inteligente lavrador do município da Serra que tem assento entre nós, de modo que os pequenos lavradores que se occupavam na cultura de cereais, deixaram-na para se entregarem á do café; foi um erro cujas consequências experimentarão com a carestia dos gêneros alimentícios e que, segundo me consta, estão emendando, fazendo grandes plantações de mandioca, cuja farinha constitue a base da alimentação pública".

A marcha da produção estadual foi tambem objéto de observação especial do presidente José Fernandes da Costa Pereira, em cuja mensagem de 5 de maio de 1863 se lê:

"O principal ramo de cultura é o café; por êle muitos individuos hereditariamente dados á lavoura de açucar e da mandioca vão deixando suas primitivas fontes de renda. A decadencia da produção de açucar revela-se expressivamente no quadro comparativo da exportação dêsse gênero durante os últimos 16 anos".

As plantações aumentaram com o movimento imigratório e ganharam os sertões pelos vales dos principais rios. Decreciam as la-

vouras de cana, mandioca e algodão, menos remuneradas, a proporção que se ampliava a área coberta pelo caféiro. Muito embora o Estado não reúna condições climatericas e agrológicas ideais para a cafeicultura, vai ella bem no sólo daqui, alcançando as plantas mais de 80 anos em alguns logares. Rigorosamente, não se podem delimitar regiões á cultura, atendendo aos requisitos do sólo; élla é feita em todo o litoral e de Leste a Oeste, onde o clima o permite.

As grandes extensões devolutas facilitaram sempre a escolha de terreno em condições propicias ao plantio da rubiácea fascinante, que alcançando tambem a preferência dos colonos, extendeu-se vertiginosamente, vindo a dominar na lavoura do Estado, desde os primeiros anos da Republica. Nenhuma orientação técnica foi dada á grande lavoura. Sucessivos governos, que viram erigir-se a base económica do Estado com a multiplicação dêsse preciosissimo vegetal, conservaram-se alheios aos estudos de suas necessidades e á disseminação dos princípios racionais de sua exploração. Entrou o Estado a cultivar um tanto desordenadamente café e só café. Nenhuma atenção foi dada aos demais produtos, que desappareciam das estatísticas de exportação.

Embora dispondo o Espirito Santo de condições excellentes para manter pujantes as mais variadas culturas, chegou á condição actual em que, mais do que qualquer outro Estado da Confederação, depende de um só produto — o café.

Vê-se, na estatística de exportação do Estado, o selo predomínio absoluto. Temos assim:

ANOS	VALOR OFICIAL DA EXPORTAÇÃO GERAL	VALOR OFICIAL DA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ	COEFICIENTE C/ QUE ENTRA O CAFÉ NA EXPORTAÇÃO GERAL
1908.....	16.282:617\$713	14.628:864\$980	89,84 %
1909.....	13.841:802\$883	12.173:575\$058	87,94 %
1910.....	14.684:527\$113	12.229:862\$998	83,28 %
1911.....	26.684:497\$368	23.049:694\$817	86,37 %
1912.....	32.589:265\$812	29.676:508\$852	91,06 %
1913.....	25.591:674\$378	22.832:018\$672	89,21 %
1914.....	20.856:026\$315	17.628:464\$395	84,51 %
1915.....	33.196:684\$326	28.471:066\$976	85,76 %
1916.....	30.963:882\$315	26.650:962\$100	86,07 %
1917.....	28.036:032\$899	23.726:211\$325	84,63 %
1918.....	30.422:556\$000	24.765:971\$000	81,40 %
1919.....	65.656:224\$635	59.101:628\$567	90,01 %
1920.....	53.667:338\$304	47.532:438\$099	89,57 %
1921.....	78.950:253\$555	71.863:367\$750	91,02 %
1922.....	98.327:117\$380	90.657:567\$236	92,20 %
1923.....	123.139:563\$148	115.522:704\$159	93,79 %
1924.....	214.804:555\$235	206.412:134\$350	96,09 %
1925.....	219.212:449\$674	209.866:926\$818	95,73 %
1926.....	191.927:813\$700	181.635:673\$300	94,63 %

VISTA PARCIAL DO TERREIRO DA FAZENDA "SANTA RITA", EM SÃO MARTINHO, MUNICÍPIO DE MUQUY, NO
ESPIRITO SANTO



TERREIROS DO CORONEL
JOÃO LOBATO GALVÃO, EM
SÃO MARTINHO

Apesar das crises que ameaçam o produto e forçam os governos a adotar medidas especiais para sustentar as cotações compensadoras, não arrefece o entusiasmo por êle e em cada roçada nova vai-se lançando o grão precioso, único em que confia o lavrador para atingir a almejada prosperidade.

Existem neste Estado 237.934.899 pés de café sendo que 76.472.100 representam plantações novas ainda não produzindo.

Os algoritmos apresentados dizem bem do dominio absoluto do café na vida econômica do Espírito Santo, porém nada indicam quanto á possibilidade de se incrementarem outras culturas. E' êste um ponto importante a ser considerado pelos administradores espirito-santenses. Neste prospero pedaço do Brasil, são ainda pouco conhecidas as praticas modernas da agricultura, e, nessa situação, difficil se torna o desenvolvimento rápido de outras plantações que substituem a da valiosa rubiácea, caso uma baixa de preço, ou um surto epifítico levasse essa cultura a condições não remuneradoras.

São, pois, medidas de previdencia econômica o ensinamento agrícola, a propaganda da policultura, a vigilancia sanitária vegetal e a disseminação de metodos e praticas racionais da cafeicultura.

O governo actual tem cogitado de todas essas questões e as vem encaminhando dentro das possibilidades orçamentárias e como o permite a situação de uma campanha em inicio. O Decreto n. 6.295 de 28 de agosto de 1924 deu regulamento aos campos de demonstração e, em 29 de dezembro do mesmo ano, foram criados os serviços de café, algodão e outras culturas, por Decreto número 6.518.

A' lavoura do café foi assim dedicado um serviço especial chefiado por um agrônomo inspetor, com cinco auxiliares.

Êste serviço está dividido por cinco regiões que são:

1. região: Compreende os municípios de Caçado, Ponte de Itabapoana, Muqui, Cachoeiro de Itapemirim (excetuando o distrito de Castelo) Itapemirim, Rio Novo e Iconha.

2. região: Compreende os municípios de Alegre, Rio Pardo, Moniz Freire e o distrito de Castelo do município de Cachoeiro de Itapemirim.

3. região: Compreende os municípios de Anquieta, Alfredo Chaves, Domingos Martins, Viana, Guaraparí, Espírito Santo, Cariacica, Santa Leopoldina, Santa Tereza e Serra.

4. região: Compreende os municípios de Afonso Cludio, Itaguassú, Colatina, Pau Gigante, Nova Almeida, Santa Cruz e Riacho.

5. região: Compreende os municípios de S. Mateus e Conceição da Barra.

Como é natural, são ainda pequenos os resultados desse serviço, mas pode-se já asseverar que dêle advirão grandes vantagens para a produção cafeeira. Sua criação veiu no momento exáto em que a recruscendencia da praga cafeeira, em São Paulo aconselhava a adoção de providências imediatas e seguras para a defesa da produção. Não teve, pois,

o governo do Estado necessidade de criar, apressadamente, nessa occasião um serviço para êsse fim; o que se organizára satisfazia ás necessidades e previa as medidas para o problema em fóco.

A inspeção das culturas e dos armazens é permanente e o serviço faz ainda o ensino ambulante dos agricultores, indicando-lhes os processos de póda, adubação, colheita, tratamento das culturas e beneficiamento do café.

Principalmente a pratica da póda tem sido propaganda com vantagem. De sua falta resentiam-se, acentuadamente, as plantações no Espírito Santo. A adubação com estrume e palha vai sendo introduzida, assim como o emprego de adubos quimicos.

Estão sendo feitas culturas demonstrativas em diversas fazendas e, em outras, são tomados talhões de cafeeiros aos quais são dedicados os cuidados que a experiencia aconselha.

Ao mesmo tempo que se atacam as questões agrícolas, faz-se o serviço de estatística da produção.

O primeiro recenseamento foi terminado em maio dêste ano e abrangeu 19.115 propriedades cafeeiras com 161.462 pés de café em produção e 76.472.109 novos, conforme demonstra o quadro abaixo organizado pela Diretoria de Agricultura.

Simultaneamente, fez-se o recenseamento das casas que comerciam em café no Estado, levantando-se tambem dados sobre o movimento desse comércio, o que muito tem servido para os trabalhos de valorização recentemente criados.

Estão computadas 407 casas comerciais. A defesa da cultura contra suas pragas e molestias obedece aos preceitos seguidos nos principais centros produtores.

Especialmente no que diz respeito ao Stefanoderes Hampei (Ferr) foram adotadas as providências indicadas pelo conhecido entomologista dr. Angelo Moreira da Costa Lima, então chefe do serviço de Vigilancia Sanitaria Vegetal, consubstanciadas nas instruções seguintes:

Primeira: — Proibir a entrada do café não beneficiado, de cafeeiros ou de qualquer parte de cafeeiro de qualquer procedência.

Segunda: — Proibir a entrada de café beneficiado procedente das regiões infestadas do país.

Terceira: — Proibir a entrada de sacaria já empregada no acondicionamento de café, excéto a que vem acompanhada do certificado de expurgo, passado por autoridade competente no ponto de embarque.

Quarta: — Inspeccionar permanentemente o café nas casas exportadoras do Estado, de modo a se poder ajuizar sobre as condições de sanidade do mesmo em todo o Estado.

Quinta: — Inspeccionar permanentemente os cafezais, antes, durante e logo após a colheita e o café nas tulhas e máquinas de beneficiamento, de modo a se poder verificar o inicio de qualquer surto epifítico, que assim poderá ser combatido desde o inicio.

Sexta: — Determinar a modificação compulsora e imediata, não só pelos fazendeiros como pelos proprietários de casas que negociam em café, do aparelhamento de café perfurado por qualquer inseto suspeito de ser o *Stefanoderes coffeae*.

Setima: — Determinar ás companhias de transporte, com linhas que interessem outros Estados da União, não recebam para despachos nesses Estados café em côco, caféeiros ou quaisquer partes de caféeiro de qualquer procedência, café beneficiado oriundo das regiões infestadas do país, sacaria já usada no transporte do café que não seja acompanhada do respectivo certificado de expurgo.

Oitava: — Determinar ás autoridades competentes nos municípios limítrofes com os Estados vizinhos, detenham café em côco ou quaisquer partes de caféeiro, sacos já usados nos transportes de café e demais artigos

que possam ser veículo do *Stefanoderes coffeae*.

Nona: — Exercer rigorosa fiscalização na admissão dos colonos que procedem de outros Estados, especialmente dos que venham das regiões infestadas pelo *Stefanoderes coffeae*.

Decima: — Entrar em acôrdo com as municipalidades no sentido de cooperarem para que tenham a maxima eficiencia as medidas das presentes bases e outras que sejam futuramente ditas pelo Serviço de Defesa contra a praga do café.

Decima primeira: — Baixar átos officiais relativos ás medidas de defesa contra a praga, de conformidade com as disposições do Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal contidas nos artigos 31 a 38 e 75, alíneas "a", "b", "c" e "d".

Não foi denunciada a presença do pequeno e tímvel coleoptero, nas culturas do Espírito Santo.

Mapa demonstrativo da produção de café no Estado do Espírito Santo

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>N. de propriedades des recensadas</i>	<i>Caféiros em produção</i>	<i>Caféiros novos</i>	<i>Produção em 1926</i>	<i>Produção em 1927</i>	<i>Média de produ- ção por mil pés</i>
Conceição da Barra.....	300	538.000	276.000	9.000	6.000	30 arrobas
São Mateus.....	636	3.125.000	1.250.000	102.000	125.000	40 "
Colatina.....	1.128	13.924.569	6.905.400	117.330	569.816	40 "
Riacho.....	437	1.824.900	1.016.700	50.187	77.268	42 "
Santa Cruz.....	635	4.127.060	1.738.400	75.540	121.915	29 "
Nova Almeida.....	301	4.356.500	1.133.100	62.256	130.268	29 "
Pau Gigante.....	834	4.711.300	3.175.797	276.758	501.835	64 "
Itaguassú.....	800	8.124.080	2.356.400	256.192	444.870	54 "
Santa Tereza.....	1.318	14.798.770	3.462.373	410.686	508.872	34 "
Santa Leopoldina.....	1.102	6.187.310	2.792.209	146.908	282.849	41 "
Afonso Claudio.....	1.571	6.681.019	3.430.799	241.542	372.823	55 "
Serra.....	695	4.461.340	4.698.015	44.793	132.793	29 "
Carriacaca.....	257	1.251.860	246.420	50.499	30.259	40 "
Vitória.....	256	1.241.045	264.555	25.285	40.361	32 "
Viana.....	682	3.048.310	1.547.925	57.127	82.297	27 "
Espirito Santo.....	80	130.087	57.825	2.113	4.335	41 "
Domingos Martins.....	931	4.332.300	1.300.230	114.727	189.486	43 "
Guarapari.....	705	4.272.600	1.309.550	114.217	130.990	30 "
Anqueta.....	152	1.236.160	425.590	33.904	39.319	31 "
Alfredo Chaves.....	507	2.277.300	364.400	177.998	230.875	78 "
Icoha.....	529	4.228.500	2.341.845	174.682	200.276	47 "
Rio Novo.....	329	2.064.400	710.320	73.687	103.906	50 "
Barra de Itapemirim.....	12	13.100	25.100	3.473	631	48 "
Cachoeiro de Itapemirim.....	1.517	12.696.100	6.667.743	493.596	746.003	58 "
Rio Pardo.....	272	1.279.300	975.900	39.716	58.261	45 "
Muniz Freire.....	424	5.435.560	2.341.500	176.530	252.065	39 "
Alegre.....	1.410	18.266.200	10.872.438	597.725	977.608	53 "
Muqui.....	222	4.837.360	2.530.620	146.872	245.716	50 "
São Pedro de Itabapoana.....	742	17.790.360	9.971.375	580.531	845.225	47 "
Ponte de Itabapoana.....	65	856.580	759.080	26.714	35.987	42 "
Calçado.....	306	3.555.230	1.534.530	194.431	257.651	77 "
TOTAL.....	19.155	161.471.050	76.462.409	5.134.119	7.575.455	

A ação da propaganda no consumo internacional do café

THEODOR LANGGAARD DE MENEZES

A propaganda de um artigo qualquer é um problema complexo e só pôde ter um resultado satisfatório quando feito de acôrdo com os costumes do país em que é ela praticada. Os Estados Unidos da America, como maiores exploradores dos anuncios e da "reclame", fazem de maneira habilissima tais processos e não há, naquele grande país, quem não se guie na escolha de um artigo, senão pelo que lê sobre êsse mesmo artigo.

O café, cujo consumo nos Estados Unidos, é, como todos sabem, extraordinário, precisa de propaganda contínua, sem o que é facilmente desbancado pelos sucedâneos, como o Postum, por exemplo, com o qual se despende anualmente, quantia superior a um milhão de dolares!

É um êrro, um grande êrro, pensar-se que, como um povo bebe muito café, êle não precisa de propaganda. Não precisaria, é lógico, se só houvesse o café alí para se beber. Outras dezenas de beberagens estão entrando nos hábitos americanos com facilidade surpreendente, mórmente depois que terminou de "chofre" a propaganda admirável que a extinta Sociedade Promotora da Defesa da Café de S. Paulo, esteve fazendo nos Estados Unidos durante nove anos com grande êxito, dependente apenas da contribuição, por parte do fazendeiro, de 200 réis (papel) por saco exportado! Hoje, o Instituto de Café de S. Paulo, mantém em Nova York, apenas um "Bureau de Informações sobre o Café" chefiado por um médico, distinto cavalheiro, dispondo de diversos auxiliares. Informações de que e para que? Os mercados de café dos Estados Unidos estão sempre bem informados sobre a sua situação em nosso país, sob qualquer aspecto, como o está qualquer negociante dêsse artigo em Santos ou no Rio. Coisas de nossos país, onde um leigo na materia, absolutamente fóra de sua especialidade, acha que assim deve ser.

É um engano e engano muito prejudicial aos nossos interesses.

Não me atrevo a escrever sobre a maneira como deve ser feita a propaganda de café na Europa, pois, apesar de conhecer bem diversos países do velho continente, nunca estudei o assunto enquanto alí permaneci durante diversos anos, mas, quanto aos Estados Unidos, posso falar como prático, porque dediquei-me á materia em suas diversas modalidades e fui tratar do assunto, já perfeitamente orientado por pessoas competentes. Por isso, posso afirmar que se o Instituto de Café de S. Paulo não continuar a orientação sábia,

sensata, prática e patriótica da extinta Sociedade Promotora, teremos que lamentar a diminuição considerável do consumo do nosso principal produto, dando margem a que se avantejem os demais produtos concorrentes, cujos efeitos não carecemos de comêntar.

A propaganda do café nos Estados Unidos, delineada pela Sociedade Promotora, em conjunto com um Comitê de Cafesistas Americanos, entendidos no assunto, foi feita em jornais e magazines, em filmes cinematográficos, em pamfletos e memorias, cartazes, pesquisas científicas, utensilios para instrução escolar, mantendo-se ao mesmo tempo um escritório munido de tudo quanto concerne ao café. Nas publicações medicas, por exemplo, a campanha foi feita durante os oito últimos anos de propaganda, sem alteração, onde, além dos anuncios, apareciam editoriais em defesa do Café, sempre que o seu consumo era hostilizado por interessados, como dânosos ou inconveniente a saúde; nas Revistas destinadas ás senhoras, pois em quasi todos os lares americanos são elas as compradoras dos gêneros de subsistência para a familia, a campanha era feita de maneira a interessar-las, pois além de muitas receitas de sobremesas em que o café era a base principal, eram escritas pequenas histórias humorísticas em que o café, ou curava uma dor de cabeça ou dava energia e coragem, aliás tirando-se sempre ensinamentos dos resultados das pesquisas científicas realizadas nêsse país.

Carecemos fazer propaganda, muita propaganda, em toda a parte e por todos os meios, especialmente nos Estados Unidos, onde a população sempre crescente, já passou de 110 milhões de habitantes, porém é necessario que seja realizada uma propaganda intensa e orientada por pessoal inteligente que entenda, conhecedor das praticas modernas como entendiam os diretores da extinta Sociedade Promotora, que além de peritos nessa nossa principal indústria, eram os interessados diretos no progresso do consumo do artigo e das vantagens resultantes para o nosso País.

É da maior conveniência transcrever alguns trechos de uma conferencia de Helio Lobo, então consul geral do Brasil em Nova York, pronunciada em fevereiro de 1921, na séde da Sociedade Rural de S. Paulo.

São palavras dêsse cavalheiro, ditas com sinceridade espontânea, que encanta a todos aqueles com quem priva:

O "POSTUM" E A SUA CAMPANHA

"Refiro-me á propaganda do "postum", bebida feita de cereais que pretende substituir o café e que, justamente pela ousadia de uma pretensão como essa, padece do mal, de todos os pseudos-substitutos de coisas in-substituíveis: é uma bebida que não é boa nem má.

Mas a sua propaganda era esplendida. No-tai o tempo do verbo: "era". Em 1918, é geralmente sabido que a Postum Cereal Company, proprietaria e fabricante do "postum", fixou entre milhões de dolares a sua verba para uma nova propaganda de tres anos. Nêsse mesmo ano, seiscentos mil dolares foram usados, e em 1919, oitocentos mil dolares. Em 1920, dizem os economistas e entendidos no comércio do café e chá que o Postum cortou consideravelmente a sua publicidade por motivo de economia; a consequência era largamente comentada em novembro dêste ano, na Convenção Nacional dos Torradores, em S. Luiz, onde fui o delegado do Brasil — a consequência foi uma diminuição formidável na venda do "postum".

"Esse é o tremendo castigo da falta de continuidade de propagandas comerciais desta importância e dêste genero". Ainda bem que a Sociedade Promotora da Defesa do Café, está firme no proposito de conseguir do govêrno do Estado a prorrogação da lei de 1917, que foi feita para vigorar apenas por quatro anos. A taxa de propaganda precisa de ser mantida, para que a propaganda do café continue nos Estados Unidos.

Este exemplo do "postum" faz pensar, justamente porque uma propaganda tão bem feita e de tantos anos, parece a primeira vista que poderia cessar ou diminuir por um ano sem inconveniente; o resultado da diminuição foi eloquente. Que nos aproveite a lição.

O plano de propaganda dêste ano (1921), vai além, com a criação dos museus escolares sobre o café, sua cultura e beneficiamento, e fins da mesma natureza numa grande campanha de educação nas escolas secundárias, nas universidades e nas fábricas.

O plano desenvolvido no ano passado já incluía as fábricas. O comité de Nova York conseguiu persuadir a direção de algumas fábricas colossais e fornecer gratuitamente uma xícara de café a cada operário seu, com cinco minutos para isso, dividindo o tempo entre o almoço e o fim do trabalho diurno. A sugestão do comité nosso aliado acenava com os lucros

de maior eficiência nas fábricas, desde que os operarios fossem trabalhar alimentados por estimulante de tal poder. Os resultados têm sido magníficos, o operário readquire assim, á tarde, a energia que antes sómente demonstrava pela manhã, e o hábito agora se generaliza no mundo industrial.

Digo-vos sinceramente, meus senhores, que poucas propagandas se têm feito nos Estados Unidos, o país mestre da propaganda, como esta do café. Podeis estar certos de que o vosso dinheiro é muito bem empregado. Propaganda como esta, campanha assim tão bem feita, sómente uma outra conheço, que leva uma dianteira de alguns anos sobre a nossa e que é uma propaganda contra nós, contra o nosso café".

A única casa de café genuinamente brasileira, a "Santos Coffee House", que existia em Nova York e que foi instalada com o auxilio da Sociedade Promotora, por motivos que ignoro fechou as suas portas desde que se abriram as do "Bureau de Informaçoes sobre o Café", mantido em Nova York pelo Instituto do Café de São Paulo... As demais casas de café intituladas "Brazilian Coffee House", onde, em suas vitrinas e prateleiras estão expostos cafés de procedencia hispano-americana, especialmente de Columbia, são em quasi toda a sua totalidade, propriedade de hespanhois.

Em suma, se com a taxa ínfima e 200 réis (papel) por sacco exportado, a Sociedade Promotora, cujos diretores não eram remunerados, conseguiu realizar durante longos anos a mais hábil e proveitosa campanha em prol do nosso café nos Estados Unidos, porque o Instituto de Café de S. Paulo, com a elevada taxa de 100 réis (ouro) por sacco, sómente mantém em Nova York um "Bureau de Informaçoes" sem qualquer utilidade prática para os importadores e torradores, sempre informados com mais antecedência de todas as circunstâncias que mais interesse podem oferecer? O grande público, a massa consideravel de consumidores precisa ser despertada pela multiplicidade de anuncios apresentados por formas atraentes, insistindo de mil modos sobre as qualidades benéficas que tem o café na economia humana.

Nós precisamos de propaganda, de muita propaganda, assim pensam com muita razão, os que querem o progresso dêste nosso grande País.

O Café no comércio internacional do Brasil

F. T. DE SOUZA REIS

O lugar saliente que tem o café na exportação brasileira está claramente demonstrado no quadro abaixo organizado pelo sr. Léo d'Afonseca, diretor dos serviços de estatística comercial.

A análise desse mapa patenteia quanto deve o progresso econômico do Brasil á cultura da rubiacea. Não é somente para a grande prosperidade de S. Paulo que o café tem contribuído. Todo o Brasil, do norte a sul e de este a oeste, deve á lavoura cafeeira um pouco do seu progresso econômico. Não há exagero nessa asserção. Para justifica-la, basta considerar que, na medida em que se desenvolvia a civilização brasileira nos últimos cem anos, o café contribuía, em marcha crescente, para nos fornecer o outro em tróca do qual adquirimos o material de importação que se tornou necessario ao aparelhamento em que assenta a força econômica do nosso país. Há cem anos, a quinta parte das nossas exportações totais cabia ao café há tres anos, essa proporção ultrapassou tres quartas partes.

E não foi só para adquirir as mercadorias importadas que utilizamos o ouro proveniente das vendas de café no exterior.

O balanço de contas internacionais compreende, entre outras, tambem as importancias necessarias á liquidação dos compromissos oriundos de dividas externas, tanto públicas como particulares, as remessas destinadas ao pagamento das prestações no exterior ou á remuneração dos capitais aqui applicados, bem como á transferencia das econômicas dos imigrantes para os seus países de origem. Todas estas despesas, que não eram avultadas nos primeiros anos de nossa emancipação política, cresceram paralelamente ao desenvolvimento na nossa civilização. Há vinte e cinco annos, orçavam em 10 milhões esterlinos, excedem hoje a 30 milhões. São encargos a satisfazer no exterior, em moeda estrangeira, e que, somados aos que temos de pagar pelas mercadorias importadas, elevam os compromissos externos do Brasil ao total variando entre 120 e 130 milhões esterlinos anualmente.

O produto que fornece hoje 60%, aproximadamente, essa elevada soma é o café. E' nas letras deste produto que, no Brasil, todos os Estados, todas as classes, todas as atividades encontram a maior parte das coberturas indispensaveis á liquidação daquelles compromissos. Uma crise no mercado de café ou uma queda de preços mais acentuada têm no país inteiro forte repercussão. O problema do café é assim, um problema nacional.

A todos a rubiacea interessa grandemente. Examinem-se as listas dos nossos produtos de exportação, em anos seguidos, e ver-se-á que, eliminado o café, todos os demais artigos contribuem de per si, com insignificante contingente no intercâmbio. E' certo que esses outros produtos exportaveis demonstram os esforços da iniciativa nacional, no sentido de desviar as consequencias perigosas que podem decorrer de uma base econômica unica ou quasi exclusiva na permuta internacional. Todavia, não é menos certo que esse esforço, digno do maior amparo, é ainda rudimentar, em face das nossas necessidades econômicas e do volume com que figura o principal produto da nossa agricultura no conjunto das trocas externas. Seja ou não promissor de um futuro incerto, o fato actual é o predomínio do café como base da vida econômica do Brasil. Esse, aliás, o característico dominante nos últimos cem anos. E' o que indica a estatística da exportação.

Após um seculo de cultura cafeeira, exportávamos a média annual de 317.800 sacas, ao findar o segundo exportamos 13.751.000 sacas. A exportação tornou-se, pois, quarenta e tres vezes maior. Naquela ocasião o contingente de ouro que obtinhamos com o café orçava em 718.900 libras esterlinas, em média annual hoje esse contingente eleva-se a 69.582.000 esterlinas. Dá-nos, pois, o café mais de 90 vezes a quantidade de ouro que nos dava cem anos atrás.

No primeiro decenio deste último seculo, já no declinio do comércio do Páo-Brasil e do diamante, a rubiacea contribuía com 18,39% da nossa exportação. Na decada immediata a proporção excede ao dobro e daí por deante aumenta sempre, até atingir a razão de 48,76% no decenio 1851-1860.

Os dez anos que se seguem abrangem o quinquenio da guerra contra o Paraguai. A exportação do café declina da proporção que vinha conservando e passa a 45,50%. A decada dos anos 1870 assinala um predomínio jamais alcançado nos 43 anos que se seguiram. Em tão longo período a "coffea arabica" continuou a ser o produto principal do nosso comércio externo notando-se entretanto, diminuição de sua importancia durante trinta anos consecutivos. Em 1910—após os efeitos da primeira valorização, a do Convenio de Taubaté—começa a reconquistar o lugar que obtivera no comércio internacional, representando quasi dois terços da exportação total de mercadorias.

Com a regulamentação das entradas na praça de Santos, depois do plano valorizador iniciado no governo Epitacio Pessoa e prosseguido pelo

ministro Sampaio Vidal, os preços do café elevaram-se a altura jamais atingida, alçando-se o contingente da rubiacea, na totalidade da exportação brasileira, a 75,73%, no ano de 1924.

Não se manteve, entretanto, nesta altura. Os preços oscilaram para a baixa, e a propor-

ção desceu a 71,66% em 1925, pouco aumentando no ano seguinte.

A política valorizada, adotada nos últimos trinta anos, deve-se sem dúvida essa posição de importancia maxima que tem, no comércio internacional o nosso principal produto agrícola.

Comércio exterior do Brasil

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A EXPORTAÇÃO DO CAFÉ E A
EXPORTAÇÃO TOTAL DO BRASIL

1821 a 1926

DE CADA E ANO	EXPORTAÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL			EXPORTAÇÃO TOTAL DO BRASIL		
	Quantidade em mil sacas	Valor em conto de réis	Valor em £1.000	Valor em conto de réis	Valor em £1.000	Porcentagem do café em relação ao valor em £ da exportação total
1821-1830.....	3.178	45.308	7.189	243.263	39.097	18,39 %
1831-1840.....	9.744	152.429	21.529	348.258	49.205	43,76 %
1841-1860.....	17.121	201.469	22.655	487.977	54.680	41,43 %
1861-1860.....	20.253	439.390	49.741	900.534	102.007	48,76 %
1861-1870.....	28.847	695.352	68.004	1.537.175	149.433	45,51 %
1871-1880.....	36.336	1.108.149	112.954	1.963.718	199.685	65,70 %
1881-1890.....	53.326	1.487.532	135.657	2.411.006	220.725	61,46 %
1891-1900.....	74.491	4.691.906	187.917	7.349.258	291.017	64,57 %
1901-1910.....	130.599	4.179.817	244.817	8.123.578	476.222	51,27 %
1911-1920.....	120.503	6.446.400	385.734	12.300.768	725.960	52,86 %
1921.....	12.369	1.019.056	34.634	1.700.722	58.587	59,22 %
1922.....	12.673	1.504.166	44.242	2.332.084	68.578	64,51 %
1923.....	14.466	2.124.628	47.077	3.297.033	73.184	64,33 %
1924.....	14.226	2.928.572	71.833	3.863.544	95.103	75,53 %
1925.....	13.481	2.900.092	74.032	4.021.965	102.875	71,96 %
1926.....	13.751	2.347.645	69.582	3.190.589	94.254	73,82 %

O comércio de café no interior de São Paulo

CARI HELLWIG

Esta tentativa de relatar o início e o desenvolvimento do comércio de café no interior do Estado de S. Paulo abrange a época desde o último lustro do século passado somente; — se por ventura tivesse havido um tal comércio anteriormente, faltam ao autor desta modesta exposição os informes históricos para recordar aqueles tempos hoje longínquos.

Parece aliás duvidoso que um tal comércio tenha se feito naquela época pois o fazendeiro era quasi sempre vinculado ao comissários de Santos ou do Rio de Janeiro por obrigações financeiras que exigiram a remessa do produto para os portos de Santos ou Ubatuba e não permitiram o alvitre de vendê-los nas cidades do interior.

Êste estado de dependência quasi absoluta, durou dezenas de anos até 1911/12, interrompido talvez quando o movimento de preços mais altos, devido a safras menores nas Índias Holandesas, Ceylão, Venezuela ou na própria província do Rio de Janeiro, — os maiores produtores daquela outra época—libertou o devedor dos seus encargos como nos anos de 1871 até 1875, mas êstes períodos de liberdade financeira eram geralmente passageiros.

Naqueles tempos sem cabos submarinos e telegrafos as transações comerciais não se precipitavam como hoje, as informações sobre safras, procura e oferta, e preços tomaram seu tempo, para chegar ao mercado do exportador e mais ainda para chegar ao produtor na província, portanto o melhor para êste era remeter o produto para o porto de mar e confiar, pela venda a preço remunerador, na sua boa sorte.

Êste estado de dependência confiante, principiou a modificar-se poucos anos depois da proclamação da República.

A violenta baixa dos preços de café nos anos de 1883 a 1886 tinha estimulado o consumo, os preços subiram, a afluência de colonos aumentou e uma orientação financeira dos dirigentes alargou o meio circulante em vasta escala; todos fatores, para chamar os lavradores paulistas, paralisados desde annos na exploração dos vastos sertões, — a nova atividade.

Nas terras fertilíssimas das bacias do Rio Pardo e Mogi Guassú, direção de S. Simão e Ribeirão Preto principiou a desbravar as matas, em volta de Araraquara, direção de Jaboticabal se fez o mesmo e afinal os mais audaciosos se dirigiram ás terras róxas nas confluências dos rios Piracicaba e Tietê no logar denominado Jahú. — Uma actividade febril de plantío desenvolveu-se desde 1890 e em 4 ou 5 anos colheram-se as primeiras safras. Para beneficiá-las porém faltaram á maioria dos fazendeiros os maquinismos, e foi nesse

tempo que as máquinas de aluguel se multiplicaram em centros convenientes. — No seu seguimento, vinha o comerciante ou o representante do comissário, muitas vezes o próprio dono das máquinas, êle comprou ao fazendeiro, que não queria e não podia esperar a chegada morosa do seu produto em Santos, o café beneficiado.

Êste comércio era porém bastante precário, pois, quasi sempre faltava a êsses compradores o conhecimento necessário da mercadoria; êles não sabiam classifica-la ou avalia-la, além disso as flutuações do Câmbio naqueles tempos, de forma que êsses negocios foram de azar em alta escala.

Algumas casas estrangeiras, inglezas e norte americanas porém, desejando libertar-se da absorvente preponderância do comissário de Santos, estabeleceram empregados próprios em logares convenientes para o fim de entrar em relações comerciais directas com o produtor. — Êsses empregados eram naturalmente peritos na apreciação do artigo, e; o apoio financeiro que êles receberam das suas casas garantia a sua atividade, que era tão malvta em Santos que uma dessas casas a mais ativa, teve que voltar atraz e reduzir os seus negocios em frente da ameaça de BOICOT. Era na época da crise financeira que isso aconteceu sendo bem possível que um ou outro fazendeiro devedor do comissário em Santos, fugiu assim dos seus compromissos vendendo na porta, de fórma que a ira dos credores era comprehensível.

Durante os 12 anos de crise aguda pela qual a lavoura cafeeira passou de 1898 até 1910 com as suas multiplas receitas de debêntures principiando com a decepagem de milhares de cafeeiros aré a destruição de parte de safras, felizmente nunca applicadas, o comércio de café no interior ofereceu poucas vantagens somente. — O preço baixo, sem ou com pouca perspectiva de altas, não era remunerador. Quasi todos os fazendeiros eram devedores da praça de Santos que exigiu a remessa das safras no mais breve tempo possível, e, o produto de todos era vender e exportar êsse produto, em super-abundância, quanto antes.

Vinha a safra grande de 1905/6 e com ella a valorização, igualmente um paliativo, prolongando a angustia da situação, e, beneficiando mais os concurrentes do que a propria lavoura paulista. Nos anos subsequentes inventaram-se outros paliativos: restringiu-se a exportação á certa quantidade, o que provocou durante vários annos um verdadeiro "Steeple-chase" na remessa das safras, terminando as vezes em Dezembro a exportação, e, ficando o comércio parado durante o resto do anno.



A BOLSA DO CAFÉ, EM SANTOS, E TRECHO DA RUA 15 DE NOVEMBRO

Ilustração do natural a pena, pelo prof. H. Cavalleiro

Durante esse decênio, cheio de lutas e ansiedades, bancarrotas, desclassificação de membros uteis da comunidade e das suas famílias, ninguém pensou em criar e estabelecer, com o auxílio estrangeiro um sistema bancário adaptado às necessidades da lavoura cafeeira. Empréstimos grandes fizeram de 1901 a 1908, gastaram-se no embelezamento do Rio de Janeiro e na construção de porto e estrada de ferro, — não sobrando para o lavrador qualquer auxílio.

Os bancos rurais e semelhantes institutos organizaram-se mal e sempre com meios inadequados, fracassando pouco depois.

Afinal a própria natureza remediou o mal. — As lavouras velhas enfraqueceram antes do tempo por trato insuficiente e as lavouras novas não produziram em relação a sua idade pelas mesmas razões, — simultaneamente o consumo aumentou graças ao baixo preço e no ano de 1910 podia-se prever que este tinha ultrapassado a capacidade produtiva do Brasil e dos seus concorrentes.

Os negocios precários na praça de Santos durante os anos de crise tinham induzido á certo número de moços a voltar para o interior depois de ter recebido boa educação comercial em casa comissárias e exportadoras daquela praça. — A vida mais barata, maior liberdade nos seus movimentos e afinal de poder aproveitar os contentimentos adquiridos, de poder aproveitar nos centros comerciais do interior foram os motivos.

Quando com a alta dos preços que iniciou nos fins de 1910 a lavoura cafeeira principiou a se libertar do jogo, dos centros distribuidores nos países de consumo, o terreno era preparado por aqueles moços para libertar também o fazendeiro da tutela absoluta do comissariado. — As relações com as casas de Santos, desejando adquirir maior quantidade de certo e determinado tipo do próprio produtor, tinham sido estabelecidas, e um comércio ativo sob amostras desenvolveu-se entre os centros produtores e o porto de mar, sendo as casas brasileiras as mais ativas.

Os fazendeiros tinham aprendido durante os anos de crise a satisfazer-se com uma fração do que eles gastaram dois decênios antes, uma economia quasi parcimoniosa era a regra, infelizmente imposta aos cafezais também e portanto com uma alta duradoura dos preços e safras normais a dívida dêles em pouco tempo estinguuiu-se, êle podia dispôr do seu produto livremente, vendendo-o na porta ou remetendo-o para Santos.

Não poucos preferiam o primeiro, quando o preço agradou, evitando-se assim a demora da liquidação e o risco do mercado. Pouco a pouco, ajudada pela alta ainda maior, dos preços durante a guerra, estabeleceram-se mercados de café nos logares centrais como o Amparo, Itapira, Pinhal, S. José do Rio Pardo, Mococa, Ribeirão Preto, Franca na zona da Mogiana, em S. Carlos, Araraquara, Bebedouro, Taquaritinga, Rio Preto, Jahú na zona da Paulista.

Este desenvolvimento novo no comércio cafeeiro não se restringiu porém á permuta entre Santos e o interior, — o capital acumulado e existente no interior tornou a ser empregado neste comércio, empatou-se no gênero, do qual, até então, todos fugiram, desfazendo-se dêle o mais depressa possível no receio de perder no aviltamento de seu valor.

E' triste mas é um fato que durante os anos de crise e mesmo no principio da alta bem poucos no Brasil se esforçaram a lutar contra as imposições dos estrangeiros, e ainda menos, a empregar o capital no seu comércio — preferiu-se comprar á permutar a preços sempre crescentes terrenos e propriedades nas capitais, elevando as vezes o seu valor por polegada quadrada acima dos valores regulado nas acanhadas metropoles antigas do velho mundo, do que empregar dinheiro no produto, da renda do qual tudo e todos dependiam.

Este esforço foi aliás bem remunerado, principalmnete nos anos de 1923 e 24, quando uma repentina e no seu desenvolvimento final desmedida alta fez ganhar fortunas verdadeiramente fantasticas aos afortunados compradores no interior.

Lucros fabulosos como naqueles anos este comércio nunca mais renderá, mas com os lucros modicos que êle visa hoje, a sua necessidade fica bem estabelecida.

Nas zonas novas êle adquire do sitante do pequeno produtor, que não tem e nem pode ter relação com o comissário de Santos, a safra convertendo-a immediatamente em dinheiro, fornecendo assim os meios de vida sem demora. Nas zonas velhas os fazendeiros independentes, querendo liquidar o seu produto quanto antes fazem o mesmo.

Com a nova orientação que o comércio de café tem tomado pelo estabelecimento do Instituto de Café chamando a suas funções de regulador de oferta, o comprador do interior tende a substituir certos intermediários nos portos de mar, pois, é um fato inegável que a criação do Instituto aproxima o consumidor do produtor.

Nos tempos anteriores a guerra, o capital europeu empregou-se de preferência na compra de café, e vendeu contra o gênero armazenado, as vezes milhões de sacas, no — mercado a termo — distribuindo assim o risco sobre o maior número possível de individuos. Com êste fim o mercado a termo tinha sido estabelecido, e, aqui se ditaram os preços e se descontou tudo o que pudesse afetar o valor do gênero num outro sentido: — a voz do produtor no estabelecimento do preço não tinha quasi valor a não ser quando cataclismos da natureza, como a grande geada de 1918 modificaram e restringiram a prepotência do capital.

Com a destruição do capital europeu pela guerra e a mudança dêle para os Estados Unidos, era necessário que o Brasil chamasse a si a distribuição do seu produto, pois o único comprador em condições financeiras a fazer

êste negócio era o comércio norte americano teria imposto a sua vontade na ausência de concorrentes.

A criação do Instituto dirigindo as remessas de café ao mercado de Santos conforme as chamadas do consumo, era portanto imprevidível e êle indubitavelmente garantiu o preço em moeda corrente pelo menos até agora.

O suprimento de café na praça de Santos porém, é insufficiente para fazer face a qualquer procura maior, especialmente de certas qualidades, e, não querendo modificar o plano orgânico de garantir a cada remessa o seu lugar cronologico da saída dos reguladores há só um meio; o de criar um outro mercado de café ao lado do de Santos, que se fez na abertura de S. Paulo para o recebimento de 20.000 sacas diariamente.

O comprador, ou a filial de uma casa de Santos adquire no interior certos lotes de café sob amostra, chegando a S. Paulo com rapidez; — a mercadoria é classificada, caldeada e ensacada conforme os desejos do comprador, depois depositada nos reguladores, esperando o seu turno para ser redespachada para Santos.

Entretanto esta mesma partida pode ser vendida para o estrangeiro sob tipo ou sob

amostra, á entregar um prazo determinado mais ou menos.

E' mais do que provável que êste modo de proceder vai estabelecer-se, obviando-se assim o dilema de que o estoque de Santos impedindo o alargamento dos negocios de exportação, impede o aumento das remessas no mês seguinte, círculo vicioso do qual o comércio sairá sómente da forma acima descrita.

Destarte as funções de comprador no interior alargar-se-ão mais e o mercado a termos estabelecer-se-á, sem os inconvenientes daquelle mercado a termo, que funcionou antes da guerra, e, ultimamente, onde o capital reinou supremo e sem restrições, e, onde golpes audaciosos aviltraram ou puxaram os preços além do razoável.

As facilidades que a Bolsa e Caixa de liquidação oferecem, exigindo depósito e margem sómente, e, dispensando maiores capitais cairá fatalmente em desuso, mas em compensação as compras efetuadas em S. Paulo de mercadorias existentes e conhecidas para serem exportadas mezes depois, têm a vantagem de chamar capitais estrangeiros em busca de emprego compensador, e isso beneficiará a lavoura indiretamente.

A repercussão da abolição na lavoura do Café

LEVY CARNEIRO

Era fácil profetizar a repercussão da abolição na lavoura de café. E ela foi, em verdade largamente — e aterradoramente — nem só quanto a essa lavoura, como quanto a agricultura em geral profetizada. E, como tantas outras profecias, os proprios profetas, auto-sugestionados ou maldosos, procuraram preparar-lhes a realização.

Para bem apreciar esse episodio de nossa historia politica e econômica, cheio de ensinamentos preciosos, seria, em rigor, preciso remontar ás origens da nossa colonização pelos portugueses.

Foram êles que, empenhados em explorar e manter o dominio deste territorio vastissimo e, por outro lado, dispondo por uma fatalidade historica, do formidaveis mananciais africanos, inundaram o Brasil de escravos negros. A sedução dos lucros do trafico empenhou nele a propria corôa e atraiu a êle a aventureiros de nacionalidades varias.

Mas, ainda sem remontar a êsses antecedentes primordiais, precisamos revêr, rapidamente, o curso do movimento abolicionista. Desde logo se destacam nêle, os dois argumentos — um de ordem legal, outro de ordem econômica — com que se procurou entrava-lo.

A abolição ou mesmo a emancipação dos escravos seria um atentado contra o direito de propriedade seria tambem a ruina da agricultura, e de toda a economia nacional.

Um e outro argumentos, separadamente, alternadamente, conjuntamente, opuzeram-se sempre, a todas as razões de ordem moral, de ordem politica, de ordem econômica em que se inspirava a campanha abolicionista.

DIREITO DE PROPRIEDADE

A propria Fala do Trono de 1867, que pela vez primeira recomenda a reforma do elemento servil, ainda alude ao "direito de propriedade. Nessa mesma consideração se fundariam algumas das maiores objeções ao movimento abolicionista.

O programa do Ministerio liberal de 82, ressaltava, ao enunciar as suas acanhadissimas iniciativas em favor da abolição — "sem quebras do respeito á propriedade". Assim posta a questão, com fundamento se viu essa mesma quebra no proprio projeto de localização dos escravos em suas provincias, que pareciam incluído na orientação governamental.

E' êsse, ainda, o argumento em 1883. De uma parte e de outra, arguia-se o roubo; quer a escravidão, quer a abolição seriam — o roubo.

Desde 1866, Perdigoão Malheiro distinguira na propriedade escrava "uma propriedade fi-

cticia e odiosa". Mas, êle proprio considerava irrecusavel, e de equidade, a indenização no caso de abolição imediata e calculava-a em um milhão e 200 mil contos.

Si Vicente dizia — a um privilegio excepcional, recusavel pelo legislador; um direito contra direito. Nabuco de Araujo definiu-a — uma propriedade meramente legal, contraria ao Direito Natural.

Não faltaram, porém, outros juristas de grande autoridade, que sustentavam êsse direito em toda a plenitude. Candido Mendes não via na Constituição do Imperio a distinção de varias especies de propriedade, e sim a garantia da indenização em todos os casos na discussão da lei de 1871, Alencar Araipe Paulino de Souza e outros sustentavam a propriedade do nasciturno pelo senhor, invocando a regra — "partus sequitur ventrem".

A indenização, que a lei Rio Branco dava era apenas a paga da criação dos ingenuos pelos senhores. Derrogava o principio da propriedade. No entanto ainda se oporiam ao projeto Dantas, em 1884, êsse mesmo principio.

Os calculos da indenização devida tornam-se o argumento "ad terrorem"; para um milhão de escravos ainda existentes, reclamam-se 1 bilhão de contos... Reduzido o calculo a metade, o serviço de juros do encargo seria de 40 mil contos anuais. Mesmo para a abolição dos sexagenarios, proposta por Dantas em 1886, a maioria do Conselho de Estado entendia necessaria a indenização. Não seria a' uma diminuição de proventos, que se prepararia; era evidentemente, apenas a lesão ao direito sacratissimo da propriedade. Seria o principio que desejaría salvar Lacerda Werneck, com a apostrophe lamentosa: "Dê-mos ao menos um níquel!"

O que impede a indenização é afinal, a timidez dos estadistas do imperio. Onde encontrar tanto dinheiro? Como assumir compromisso tão vultosos? Mesmo depois da Abolição se pensa em concede-la. Cotegipe e Lafaiete recomendam-na em pleno Senado. E o gabinete Ouro preto procura, de algum modo, realiza-la espalhando largamente, em "auxílios á lavoura", milhares e milhares de contos.

INTERESSES DA AGRICULTURA

Não é apenas a estrita razão de ordem juridica, que o espirito eminentemente legalista do 2.º inperio opõe ao abolicionismo. A alegação principal, mais frequente, mais repetida — é a de um interesse nacional; o sacrificio da agricultura fundada na escravidão;

a ruína da lavoura; a hecatombe dos proprios beneficiados; a desorganização dos trabalho em todo o Imperio.

Dois anos antes da abolição, Coelho Rodrigues exclamava: o abolicionismo é uma calamidade publica! — (in Agener de Roure "D. Pedro II", pags 703), tal como José de Alencar, na discussão da lei do ventre livre o considerava "grande calamidade social". Duque Estrada, "A Abolição" pgs. 72).

Não seria uma razão nova. Acudira aos escravocratas de outros países. Mas aqui ella se reforçava com argumento da inclemencia do clima tropical.

Fôra a razão invocada em favor do trafico.

Só em 1867, a Fala do Trono alude, pela primeira vez, já o dissemos, ao elemento servil. Mas, acentua que se há de provêr, como vimos "respeitada a propriedade actual" — e mais, sem "abalo profundo, em nossa primeira indústria — a agricultura."

Com o gabinete Rio Branco, em 71, é mais frisante a expressão da "Falado trono": é um "melhoramento social" que "requerem nossa civilização e até o interesse dos proprietarios"; e a Camara replica reconhecendo que a reforma "não pôde continuar a ser uma aspiração indefinida e incerta" e que "esses periclitantes interesses da maior valia". No entanto, tudo o que esse governo realiza mercê do esforço magnifico de Rio Branco, é apenas a libertação do ventre. Os exercitos do Conde d'Eu haviam imposto ao Paraguai vencido a abolição immediata da escravidão. Entre os vencedores, a lei Rio Branco amodorraria, por dez, o movimento abolicionista.

Certo temor domina, ao assentarem as soluções concretas muitos altos espiritos; trata-se dizia Perdígão Malheiro, de "mudar completamente não só a face da nossa sociedade nos centros populosos, mas a peticularmente no campo; é tocar em a nossa principal fonte de produção, e portanto da riqueza publica e privada"; "destruir a organização actual, embora altamente defeituosa, desses pequenos nucleos sociais, base da nossa grande sociedade".

Em 1879, Silveira Martins considerava justa a abolição; sua decretação immediata seria, porém, "a morte da lavoura e da industria". Sinimbu, presidente do Conselho, toma com os lavradores em congresso o compromisso de — não apressar o termo fatal da escravidão.

Mas, desde 48, alguns espiritos mais arrojados replicavam que, ao contrario, a cessação do trafico faria crescer a produção do país obtendo-se braços melhores (apud Ruy Barbosa — Emancipação dos escravos pgs. 13-4).

Aqui, aliás, ninguém — como nos Estados Unidos — "anathematizou na emancipação um atentado perturbador dos designios providenciais" (Ruy Barbosa). Lá havia quem a quizesse para sempre. Aqui já em 1837, ao tratado de supressão do trafico se impunha apenas a arguição de — "prematura, extemporanea, enormemente dâniño ao comércio

nacional arruinador da agricultura", a escrivão era reconhecidamente um mal — tido por inevitavel.

Resultou dessa convicção a tendencia para protelar, procrastinar-lhe a solução, reconhecida tambem inevitavel.

A Camara dos Deputados, na resposta á fala do trono de 1867, rejeita a emenda que declarava que "só a tempo, o progressivo aumento da riqueza nacional, e a prosperidade estavel das finanças publicas" determinariam a oportunidade daquela resolução. Mas afinal o "voto de graças" consigna apenas que — "oportuna e prudentemente" se consideraria o problema.

E' certo que o gabinete Zacharias cuida logo d'elle, submetendo-se ao exame do Conselho de Estado. Pimenta Bueno elabora os seus projetos. Ainda ali predomina a preoccupação dilatoria e recusa-se admitir sequer o largo prazo fixado pelo futuro marquez de S. Vicente.

A convicção intima dos homens do Imperio ntre aquela identidade que Silveira Martins teve o desassombro de enunciar no Senado: — "o Brasil é o café, e o café é o negro."

A PROCRASTINAÇÃO

Contavam os procrastinadores com os recursos do fundo de emancipação, a generosidade dos proprios senhores, e — "last not the least" — com a morte... A cifra dos escravos baixaria, calculava-se rapidamente.

Projetos, ou dispositivos legais, visavam aumentar esse recursos, ou criar casos especiaes de alforria — e eram os unicos que conseguiam probabilidades de exito.

Em 1867, Perdígão Malheiro podia escrever: "de 1823 até agora, isto é, há pertia de meio seculo, nada em fórmula geral se tem feito de positivo a tal respeito; adiada sempre e indefinidamente a questão ou a solução, a pretexto de inoportunidade, perigo da ordem publica, da paz das familias, da ordem economica e da fortuna publica e privada Dormiu-se, assim, o sonho da indiferença sobre o vulcão, sobre o abísol De temor de encara-lo, embriagavam-se com as insidiosas fôres que o encobriam, o produto do trabalho escravo!" (op. cit. pgs. 202).

No entanto o proprio Perdígão Malheiro conclue, seguramente tendo em mente a guerra com o Paraguai, mas ainda assim, com alguma incoerencia: "é melhor (por enquanto) reservar a resolução dessa questão para occasião mais oportuna. Fixar desde já o prazo poderia trazer alterações na ordem e paz das familias, porque os escravos existentes, tomando a nuvem por Juno, pensariam ter sido desde logo declarados livres; e essa sujeição domestica que os contém romper-se-iam com estrondo, repercutindo na ordem publica e bem do Estado; nem elles se sujeitariam a esperar o termo fixado, 21 anos supponhamos ou ainda menos" ((op cit. pgs. 230-40). Já

esse tempo parecia-lhe aceita geralmente por todas as classes mesmos, pelos lavradores, a libertação do ventre.

Em 1882 havendo ainda milhão e meio escravos estimavam-se que a abolição, pela atuação lenta daqueles fatores, tardaria 30 anos. E é horripilante a distribuição do coeficiente em decênio: 4 % pela libertação espontânea, 1 % pelo fundo de emancipação... e 25 % pela morte. Era a esse mesmo tempo, no entanto, que o Imperador entregava o governo a um escravocrata confesso — Martinho Campos — que ainda se declarava, “a frente do Ministério, “escravocrata da gema” Ele recusaria sequer o reforço do fundo de emancipação, e o Ministério Paranaguá, que se lhe segue, apenas o concede, e indica a melhor execução da lei de 28 de setembro o imposto de transmissão na venda de escravos, a proibição do tráfico interprovincial — parecendo acreditar que isso bastaria... (vide *Programas Ministeriais*, pgs. 201).

Toma-se a lei de 28 de Setembro como accentua o proprio Nabuco, em vez do ponto de partida da nova politica, o limite da ação publica. Os abolicionistas chegam a amaldiçoá-la; “decreto de extermínio de crianças, de hecatombe de uma raça”. Facultava ao senhor reter, a seu serviço, o menor libertado, até a maioridade. Assim, os nascidos em 71 ainda serviriam até 1892.

No proprio dia da sua promulgação, Patrocínio lança-a á execração popular por prolongar a escravidão até ao fim do seculo.

Ruy Barbosa tres anos após a sua data, dizia-a “um melhoramento superficial” com quem que o trono pretendia “protelar indefinidamente a reforma real” Joaquim Nabuco, em 1883, reconhecia que fóra um passo de gigante, o bloqucio moral da escravidão, mas então já parecia “imperfeita, incompleta, impolitica, injusta e até absurda”.

Apesar disso, a “Fala do trono” de 84 conta ainda, apenas com o desenvolvimento do sistema da lei de 1871; ao que Ruy Barbosa advertia que, tendo a lei de 1871 consagrado todos os metodos de conseguir a emancipação, qualquer processo estaria no seu espirito.

Depois disso, o proprio projeto Dantas, de 1884, parece simples paliativo libertando apenas os sexagenarios e aumentando o fundo de emancipação.

A visão pratica de Saraiva leva-o a renovar esse projeto, ampliando-lhe os efeitos, e instituindo um mecanismo que conduziria á abolição em 13 anos, com mais 3 de prestação de serviços — ou sejam 16 anos, principalmente pela redução gradativa do valor de cada escravo, (Lei 5.270, de 28—9—1885).

Montada a maquina, nem poris so entrou logo a funcionar, procrastina-se a cobrança dos 5 % adicionais de todos os impostos que ocorriam ao serviço das apolices emitidas especialmente para pagar aos senhores que se propuzeram a substituir em seus estabelecimentos agricolas o trabalho escravo pelo trabalho livre; e a regulamentação da lei afrouxou certos dispositivos. O sr. Afonso

Celso Junior denunciava, na Camara, o ludibrio das esperanças dos escravos, na execução da nova lei.

Poderia sempre repetida a advertencia de Nabuco de Araujo, em 1869: “o pouco serve hoje, o muito amanhã não basta; as coisas politicas têm por principal condição a oportunidade; as reformas por poucas que sejam, valem muito na ocasião, mais não satisfazem ao depois, ainda que sejam amplas”. Era o mesmo pensamento de Rio Branco, em 1871 “a resistencia atica o incendio e traria a abolição imediata”.

Em França se disséra que o adiamento da abolição até á organização do trabalho, como se pretendia, sentia o adiamento indefinido. Aqui, Joaquim Nabuco mostrava a impossibilidade, a inutilidade de qualquer novo adiamento, quando, um lustro antes da abolição, reconhecida que o retardamento seria um progresso se importasse “preparar: a transição por meio da educação do escravo” — era esta a primeira obra que destacava — e, mais “desenvolver indústrias; melhorar a sorte dos servos da gleba; repartir com elles a terra que cultiva”... etc.; ao mesmo tempo, advertia, porém, que “tudo isso é incompativel com a escravidão no seu declinio na sua bancarrota porque tudo isso significaria aumento de despesa e ella só aspira a reduzir o custo das maquinas humanas de que se serve e a dobrar-lhes o trabalho” (O Abolicionismo, pgs. 213)..

O proprio Cotegipe, ainda em 88, pensaria em resistir ao movimento abolicionista, e planejava um projeto de escravidão por mais 5 anos apenas, seguidos de 3 anos de aprendizagem com salarios, ou vice-versa; ou na depreciação do valor, de 33 % anualmente, para a abolição em 3 anos (Duque Estrada. A Abo ição, pgs. 218, 227); mezes depois, no proprio dia 13 de maio, declarava que a extinção da escravidão não era mais “que o reconhecimento de um fato já existente” (idem, pgs. 243).

Levamos 23 anos — da lei de 31 do Regulamento de 53 — para extermiar o trafico. Demorámos 17 anos da lei do ventre livre, á abolição, quando em outros países, como na Espanha, mediam 8 anos entre as duas leis, e na Argentina apenas três.

Não podia ser mais lenta a nossa evolução abolicionista. E afinal tornou-se precipitada. Pensaria, ainda, em conter-lhe o desfecho, o Imperador, quando dizia, referindo-se á lei de 13 de Maio: — “si estivesse aqui talvez não se fizesse o que se fez” (Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, pgs. 198).

Muito avançara o anseio abolicionista. Não bastava mais o prazo certo, ainda que longo, que a principio se reclamava. Queria-se um prazo curto. Por fim, surgira nos projetos do sr. Leopoldo de Bulhões em 83, e do sr. Afonso Celso Junior em 87 — a idéa da abolição imediata, ressalvada, porém, a prestação de serviços pelos escravos durante dois anos.

Tudo foi repellido. Nêsse mesmo ano de 87, Campos Sales reclama a abolição imediata e incondicional.

Tinha-se já uma larga experiência, que de-sautorizava os receios suscitados contra êste alvitre.

CONSEQUENCIAS DAS MEDIDAS DE EMANCIPAÇÃO

Realmente o trafego fôra suprimido de súbito. Estancou-se, de chofre, a torrente imigratoria negra. Sem nenhuma providencia. Sem atenuação. Sem qualquer medida que atenuasse o choque. Foi por isso mesmo, sensível. Reconheceu-o o mais vigoroso adversario do barbaro comércio — Tavares Bastos, apontando af um dos maiores erros de nosso governo. Apenas se criou uma repartição de terras, fez-se uma lei inefficiente. Daí “a esterilidade das medidas miseraveis por cujo meio o govêrno pretende fomentar a imigração”. Mas, é certo que a imigração estrangeira aumentou, não tanto quanto precisavamos, ainda que em proporções consideraveis. Tambem aumentou a produção agricola. Assim:

Em 1849 — 50 — 55 mil contos.

Em 1850 — 51 — mais de 67 mil

Em 1860 — 61 — 112 mil (Ruy Barbosa.

Emancipação dos escravos, pgs. 14).

Perdigão Malheiros reconheceu que a supressão do trafico acarretou crise, mas não os prejuizos que a lavoura receiava; ao contrario, os capitais procuravam melhor occupação, o govêrno interessava-se pela colonização e afinal a supressão pode considerar-se benéfica. E apresentou os seguintes algarismos da média annual do comércio exterior, em milhares de contos:

Exportação	1847-48—57,9
	1850-51—67,7
	1849-54—67,9
	1854-59—100,5
	1864-65—141
	1865-66—157
Importação	1849-50—59
	1850-51—76,9
	1849-54—80
	1854-59—112

Sobre as quantidades de café exportadas:

<i>Até</i>	<i>Maximo</i>	
1849-50.....	9747.000	arrotas
1850-51.....	10.148.000	”
	<i>Média</i>	
1849-54.....	8.850.000	”
1854-59.....	11.718.000	”
1859-64.....	10.310.000	”
Antes da extinção....	8.233.000	”

Igualmente quanto ao açucar, o fumo, a goma elastica, o mate, o cacao — só diminuindo a aguardente (op. cit. pgs. 60-2).

Após a lei do ventre livre, além do aumento consideravel da imigração verifica-se o aumento das rendas, assim expresso, em milhares de contos, no parecer de Ruy Barbosa sobre o projéto Dantas:

1871-72	58	17	117
1872-73	60	19	111,6
1873-74	56	17	113,8
1874-75	55	18,7	113,8
1875-76	54,7	16	100,0
1876-77	53,9	16	108,7
1877-78	56,8	16	120,6
1878-79	59	18	125
1879-80	67,7	18	137,5
1880-81	67,8	20	145
1881-82	72	19	149
1882-83	73	16	143

A renda crescerá em 12 anos 29 %.

Outra comprovação ainda se apresentava nas proprias providencias que iam extinguindo a escravidão. Era particularmente o que se notava no Ceará, cuja produção aumentava em consequencia da libertação de escravos.

O norte, mantendo a sua agricultura, depois de libertados ou vendidos os seus escravos, servia para desanuviar em parte os receios do proprio Martinho Campos (Agenor de Roure, loc. cit. pag. 674).

Não faltava assim quem argumentasse com o progresso económico verificados depois de cada uma das medidas restritivas da escravidão — *post hoc, ergo propter hoc...*

A’ lei Euzebio de Queiroz poude filiar-se o desenvolvimento do espirito de associação, das estradas de ferro, o telegrafo, a iluminação a gaz; a exportação subiu; o saldo do balanço comercial aumentou de 1860 em diante, precisamente depois de diminuir o número de escravos (vide Agenor de Roure, loc. cit. pgs. 663-4).

Na propria sessão da Câmara do dia 13 de Maio, Dantas recordava que nos últimos 12 anos, haviam desaparecido 800 mil escravos e exatamente nêsse período se notava “maior riqueza no país grande aumento do trabalho e com êle maior a produção e aumento da renda publica”; e esperava que o desaparecimento dos 600 mil escravos restantes não determinasse a nossa ruina, mas aumentaria ainda a produção.

Uma das consequencias benéficas das medidas de emancipação fôra, como vimos, o aumento da imigração europeá. Corresponhia ella a necessidade mais evidente resultante da redução dos trabalhadores escravos. Por isso mesmo, devemos apreciar-lo com algum detalhe.

COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

A necessidade de favorecer a colonização estrangeira, a aquisição de braços livres, de imigrantes, torna-se, desde certa época um *leit-motiv* das Falas do Trono. Orgãos do govêrno chegaram a taxar de improdutivo o trabalho servil; para o Visconde de Jequitinhonha o

trabalho de dez homens livres equivalia ao de 30 escravos (vide Ruy Barbosa, Emancipação dos escravos, pgs. 31).

Os governos furtavam-se porém a intervir. Esperavam a iniciativa privada. Tentam favorecer-a, a medo. Pagaram-se imigrantes por cabeça. Mas retardam-se medidas liberais reclamadas pela consciência de colonos estrangeiros. A própria escravidão era o peor dos espantalhos — e mantinha-se, á espera que os colonos livres substituíssem os escravos. Houve mudanças bruscas de orientação. Debati-mo-nos em um circulo vicioso. Convenções consulares facilitaram certas regalias aos estrangeiros. Adoptámos o principio da lei da nacionalidade. Estabeleceu-se, a custo, o casamento dos acatolicos, o registro civil.

No entanto, as primeiras colonias datavam do tempo de D. João VI, sendo de 1817 a de Nova Friburgo, na provincia do Rio de Janeiro. Em 1925, fundára-se outra, em S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e até 1849 mais 12. Em 1850, havia nos nucleos coloniais do Imperio 18.760 habitantes. Depois de 1850, em 17 anos, criavam-se 53 nucleos coloniais, além de 37 nucleos coloniais particulares que só em 1852 se fundam em S. Paulo (Perdigão Malheiro, op. cit. pgs. 178-9, 189-90).

O sr. Agenor de Roure estabeleceu um contraste muito elucidativo, acentuando que, em 87 anos o Brasil só conseguiu, com grandes sacrificios do éario, pouco mais de 2 e meio milhões de colonos livres, ao passo que o trafico clandestino, em poucos anos, nos trouxera mais de um milhão de africanos (op. cit. pgs. 716). Éle mesmo rememorou miudamente as iniciativas e projetos de Buarque de Macedo, do sr. Antonio Prado, de Alfredo Taunay, nos últimos tempos do imperio, pela imigração, a pequena propriedade, a naturalização. Baldados, ou quasi vãos esforços.

O tráfico de negros; as leis restritivas da condição dos estrangeiros; a escravidão; a febre amarela—tudo afugentou o imigrante.

Nabuco citava a mensagem do presidente argentino, segundo a qual seu país recebera, em 1881, mais de 32 mil, e em 1882 mais de 51 mil imigrantes europeus, espontaneos.

O Imperador diria, no exilio: “cautelosa e insistentemente estudei as questões de imigração sobre a base da propriedade e do aproveitamento das terras”.

Tavares Bastos, desde 1861, demonstrava que um emigrante europeu vale tres africanos; e fixando a média de menos de 28.000 negros recebidos anualmente, conclue que bastaria para o mesmo resultado um terço de trabalhadores livres, menos portanto do que o que recebiamos em 1860, logo depois da supressão do trafico; sem o trafico teria o Brasil encontrado nos imigrantes europeus a mesma força de trabalho — “si éle não existisse, existiria uma corrente de imigrantes, todo o dia em aumento”. E mostra que, em 1829, ao expirar a convenção com a Inglaterra, si se tivesse reprimido o tráfico, teria sido muito facil obter a corrente emigratória, porque come-

cava a declinar a corrente para os Estados Unidos, ainda se não tinham descoberto as minas da California e da Austrália, a fome e a miseria manifestava-se na Inglaterra, na Irlanda, na Allemanha (Cartas do Solitario, pgs. 118-21).

Os Estados Unidos libertam, em 1863, mais de 3 milhões de escravos. A corrente imigratória já era, porém, intensissima para allí. Perdigão Malheiro assinalava-o, apresentando êstes algarismos do crescimento da sua população, por milhões: em 1790, 3,1; em 1800, 4,3; em 1810, 5,8; em 1820, 7,8; em 1830, 10,5; em 1840, 14,1; em 1850, 19,5; em 1860, 27. Prevía que em 1900 atingiria a mais de 100 milhões (p. cit. pgs. 181).

Esta previsão não se chegou a realizar, acusando o recenseamento dêsse ano pouco menos de 76 milhões; verificou-se, com excesso, no de 1920. Mas, a torrente imigratória cresceu vertiginosamente de decenio a decenio, a partir de 1920 quando excedeu de 8 mil; depois 25; a seguir 84 e 369, parra baixar, em 60 a 150, ascendendo porém em 1870 a 387, e em 1880 a 457 em que se estabelece nas duas decadas subsequentes, ultrapassando o milhão em 1910, de 1820 a 30, a imigração concorre com 1 % do crescimento global da população; na decada imediata, com 12 %; de 40 a 50, com 16 %; de 50 a 60, com 25 %; e depois, com 28 %, com 24 %, e de 80 a 90, com 42 %. Em mais de 33 milhões de imigrantes recebidos assim em um seculo, não se conta contribuição africana (Heilo Lobo — Causas americanas e brasileiras, pgs. 73-7).

No exemplo americano, ainda se colhia a demonstração da exuberante produtividade do trabalho livre em face do trabalho escravo, pelo confronto dos indices de cultura e do progresso social entre os Estados do Norte e os do Sul (vide Ruy Barbosa, Emancipação dos escravos pgs. 33-7).

Confronte-se, porém, a pregação dos doutrinadores, o palavreado das falas do trono, a experiencia americana, com os numerosos indicativos do movimento imigratório do nosso país.

Constam do quadro abaixo (vide Perdigão Malheiro, op. cit. parte 3.ª, pgs. 188; Dicionario Historico e Geografico do Brasil, vol. 10.º, pgs. 295-6.

1820.....	1.682
1824.....	126
1825.....	828
1826.....	628
1827.....	1.088
1828.....	2.060
1829.....	2.412
1836.....	1.180
1837.....	604
1838.....	396
1839.....	389
1840.....	269
1841.....	255
1842.....	568
1843.....	694
1845.....	53

1846	455
1847	2.350
1848	28
1849	40
1850	2.072
1851	4.425
1852	2.731
1853	10.935
1854	9.189
1855	11.798
1856	14.008
1857	14.244
1858	18.529
1859	20.114
1860	15.774
1861	13.003
1862	14.295

A corrente imigratória cresceu depois de 1850, isto é depois de supressão do trafego. Cresceu principalmente pelo afluxo de portugueses, quasi nulo até então, que sobe de 53 em 1852, a 8.329 em 1853, mantem-se superior a 7 mil no ano seguinte e a 9 mil nos outros 5 anos immediatos, decclinando em seguida até 3.784 em 1865, para ascender de novo, até 8.124 em 1871. E' portanto, bem exigua.

O total de imigrantes atinge ao maximo em 1859; diminue nos anos seguintes, notadamente de 1862 para 863 e nos primeiros anos da guerra; mas recrudescce ainda durante esta e avulta em 71, no ano da lei do ventre livre, e ainda nos immediatos, por êste mesmo motivo e pelos demais átos da sábia politica de Rio Branco.

Assim, temos:

1863	7.642
1864	9.578
1865	6.452
1866	7.699
1867	10.699
1868	11.315
1869	5.158
1870	12.431
1871	12.431
1872	19.219
1873	14.742
1874	20.332
1875	14.590
1876	30.747
1877	29.468
1878	24.456
1879	22.788
1880	30.355
1881	11.548
1882	29.589
1883	34.015
1884	34.015
1885	24.890
1885	35.440
1886	33.486
1887	55.965

Ainda aqui, é, coincidentemente, depois da lei Saraiva-Dantas que a imigração toma grande e novo alento.

Em 1888, no ano da abolição, apresenta-se o maior algarismo de todo o regime imperial mais de 138 % de aumento sobre o ano anterior mais que nos três últimos anos reunidos, isto é, 133.253. e, a seguir:

Em 89	65.247
90	107.474
91	216.760
92	86.203
93	134.805
94	60.984
95	167.618
96	158.132
97	146.362
98	78.109

Aí ocorre grande baixa, devido á crise econômica e financeira, de sorte que só em 1911 se excede de novo, a centena de milhar.

O contingente português mantem-se no mesmo nível, com algumas variações; em 908 excede de 7 mil, e mais tarde, em 912 e 913, é mais que o dôbro dêsse úmmero.

Desde 76, começa a crescer o elemento italiano, que, sendo de 1.171 no ano anterior, é então de 6.820, em 77 atinge a 13.582, a 40.157 em 1887 e a 104.353 em 1888 — constituindo, assim, quasi 80 % de magnifico afluxo imigratório do ano da abolição.

Resumindo os algarismos, acima alinhados, e os dos anos subsequentes, e distribuindo-os pelos periodos caracteristicos, temos os seguintes resultados:

De 22 a 1849 — 14.948 — (tráfico).

De 50 a 1870 — 222.390 — (supressão do trafico).

De 71 a 1887 — 444.061 — (lei do ventre livre, campanha abolicionista).

Em 1888 — 133.253 (lei da aboição).

De 89 a 97 — 1.143.584 (republica federativa).

De 98 a 910 — 871.195 (crise econômica e financeira).

De 911 a 915 — 508.832 (terceira fase da República).

De 914 a 920 — 309.399 (guerra européa).

As medidas anuais vêm a ser, portanto, successivamente nos sete periodos, afastado o ano da aboição: 535; 10.590; 26.121; 127.064; 67.015; 169.610; 44.199.

O ano da aboição, depois dos tres primeiros periodos, apresenta o número, verdadeiramente excepcional, de 133.253. No entanto, a média do periodo immediato, correspondente aos nove primeiros anos do regime republicano, quasi o atinge.

A crise esperada só se declara em 98, e é então que a média anual baixa — mas apesar disso, ainda se conserva superior ao dobro da do mais fecundo periodo do regime imperial.

O movimento imigratório — a não ser no último periodo, em que predomina a influencia da situação européa — é o barometro de nosso desenvolvimento econômico, de que êle constitue fator primordial, e reflete, com apurada sensibilidade, as vicissitudes de nossa politica interna.



CENA DA VENDA DE ESCRAVOS QUE VINHAM PARA O CAFEZAL, EM UM TRAPICHE, VIZINHO DO MAR.
(Do Album de Ruzendae)

INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO

Uma das razões dos contemporizadores era que — a escravidão, no Brasil, não era tão ruim assim.

Ainda agora ("D. Pedro II", tomo especial, Rev. Instituto Histórico, 1925, pgs. 808; "O ocaso do Imperio", pgs. 69-70), o sr. Oliveira Viana, com a responsabilidade de nosso maior sociólogo, considera, pelo "estado de degradação em que (os escravos) caíram depois da abolição, e em que atualmente vivem", não ser o regime da escravidão "tão barbaro e deshumano como fizera crêr o romantismo filantropico dos abolicionistas". A visão aguda do eminente polígrafo talvez pareça, assim realizada a hipótese de Huxley, citada, em 84, pelo nosso Ruy Barbosa: "A emancipação converte o escravo de bem cevado animal em miserável mendigo". Revive, na sua palavra prestigiosa, a certeza de que — a libertação dos nascituros, a dos sexagenários, e o fundo de emancipação (sem mencionar o fator mais eficiente, com que contavam os contemporizadores — que era a morte) extinguiriam a escravatura em pouco tempo, sem grave desequilíbrio na normalidade da nossa vida econômica" (op. cit., pgs. 73). Essa crença fôra manifestada muitas e muitas vezes. Jequitinhonha, em 1867, previa que só a morte exterminaria os escravos em 20 anos; José de Alencar, em 69, dava o mesmo prazo às alfarras espontaneas para conseguirem aquele resultado; e tantos outros... (Vide Ruy Barbosa, Emancipação dos Escravos, 1884, pgs 5-23.)

Falava-se, ao mesmo tempo, e o contraste é significativo — até 1888 fataram os escravocratas — na benignidade da nossa escravidão. Joaquim Nabuco afirmava, porém, cinco anos, apenas, antes da abolição — que ela era tão dura, barbara e cruel como o fôra em qualquer país da America; e só melhorava quando os escravos se resignavam completamente á anulação de sua personalidade".

Ninguém disse melhor que Joaquim Nabuco, nem com igual visão politica — a influencia letal, irremediavel, extensissima da escravidão no Brasil. No opusculo "O Abolicionismo", escrito e publicado em Londres, em 1883, descreve o mais forte quadro da nossa situação politica e social, criada pela escravidão. Êle não é, como tantos outros, um simples propagandista do abolicionismo, um grande orador, imaginoso e eloquente; êle é o homem politico, o verdadeiro homem de Estado, que percebe a ação corrosiva profunda do grande mal.

O abolicionismo não chega a ser para êle — e Joaquim Nabuco é, talvez, o unico abolicionista que o percebe — uma solução, um remedio milagroso: "eu não acredito — confessava — que a escravidão deixe de atuar, como até hoje, sobre o nosso país, quando os escravos fôrem todos emancipados".

O que a importação africana criou, irremediavelmente, foi "um povo composto, na sua maioria, de descendentes de escravos". Cau-

sou-lhe, até, a ruína economica, que descreveu nestas palavras fulgurantes:

"E" assim que nas provincias do Norte a escravidão se liquidou, ou está liquidando, pela ruína de todas as suas antigas empresas. O oiro realizado pelo açucar, foi largamente empregado em escravos, no luxo desordenado da vida senhorial; as propriedades, com a extinção dos vinculos, passaram das antigas familias da terra, por hipoteca ou pagamento de dividas, para outras mãos; e os descendentes dos antigos morgados e senhores territoriais acham-se hoje reduzidos á mais precaria condição imaginavel, na Baía, no Maranhão, no Rio e em Pernambuco, obrigados a recolher-se ao grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão, que é o funcionalismo publico. Se por acaso o Estado despedisse todos os seus pensionistas e empregados, vêr-se-ia a situação real a que a escravidão reduziu os representantes das familias que a exploraram no seculo passado e no atual, isto é, como ela liquidou-se quasi sempre pela bancarrota das riquezas que produziu. E o que temos visto é nada, em comparação do que havemos de vêr." (O Abolicionismo, pgs. 149-50).

Tambem Quintino Bocaiuva traçou o quadro do regime; os escravos eram os verdadeiros lavradores, ficando tudo entregue ao seu esforço muscular e ao seu automatismo inculato. Os fazendeiros "sabiam apenas mandar". O então presidente do Estado do Rio transcreveu, em sua mensagem á Assembléa Legislativa, estas palavras de um observador estrangeiro — Maurício Lemberg: "O fazendeiro possuia apenas alguns conhecimentos empiricos sobre a lavoura, e era tambem por demais fidalgo para se ocupar seriamente com ela. Deixava-a entregue ao administrador, em parte incapaz, em parte descuidado ou deshonesto. Á lavoura passava, assim, para outras mãos, tal qual havia sido recebida dos seus predecessores, sem que se preocupassem com as descobertas, inventos e progressos realizados na agronomia. Afirmava-se que êstes, em terras virgens como as do Brasil, eram inuteis. Isto tinham, até certo ponto, a sua razão de ser, mas, mesmo por êsse método, a lavoura não raro ficou seriamente prejudicada pela ignorancia ou pelo relaxamento. Nenhum fazendeiro sabia dizer, ao certo, o rendimento dêste ou daquele produto, e ainda menos a força ou as qualidades dêste ou daquele pedaço de terra. Ainda mais nem sequer conhecia a extensão das suas propriedades, pois apenas poucos tinham mandado medir as suas terras. Quanto á escrituração da fazenda, nem falar, nisso! Raras vezes tinha noção exata do estado aproximado da sua fortuna. Só o seu correspondente comercial podia dar-lhe de vez em quando, escariacimentos, que muito frequentemente não lhe agradavam".

Quem lê a evocação feita pelo sr. Oliveira Viana, com tanta beleza de palavra e de imaginação e tanto poder de sintese, das nossas antigas grandes propriedades rurais, arrisca-se a esquecer os males que elas causaram. Elas

geraram a condição, descrita em um parecer de 1874, que tem, entre outras, a assinatura de Cotegipe: a ocupação de "quasi todo o sólo por uma população relativamente insignificante, que o não cultiva, nem consente que seja cultivado". Elas recordavam a Joaquim Nabuco a frase — "Latifundia perdiere Italium" — que se poderia trasladar para o nosso país.

E, quando o sr. Oliveira Viana nos deslumbra com a antiga aristocracia rural, esquece a gente, por certo, o que escreveu Joaquim Nabuco: "não é a aristocracia do dinheiro, nem a do nascimento nem a da intelligencia, nem a do patriotismo, nem a da raça"; é "uma aristocracia heterogenea e que nem mesmo mantem a sua identidade por duas gerações". Faltava-lhe até o sentimento da nacionalidade: a guerra do Paraguai mostrara a falta de patriotismo dos senhores de escravos (Nabuco).

Em uma expressão Joaquim Nabuco definiu o mal: somos, a maioria dos cidadãos brasileiros, "mestiços politicos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo domesticado".

O grande dominio rural tinha necessidade de conter em si mesmo todos os elementos de vida, todos os recursos, porque, como mostrou Nabuco, a escravidão era intensa ao commercio, por isso mesmo que lhe não consentia relações directas com os consumidores.

O mesmo mal do funcionalismo, que se atribue á abolição ou á Republica — e que esta, realmente, incrementou — já era, antes disso, "a profissão nobre e a vocação de todos". Cinco anos antes do 13 de maio, já escrevia o incomparavel sociologo do abolicionismo esta verdade, cada vez mais verdadeira. "Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reuna a nossa sociedade a mais culta: todos êles ou foram, ou são, ou hão de ser empregados públicos; senão êles, seus filhos." ("O Abolicionismo", pgs. 183).

Não há prova melhor da penuria criada pela escravidão que a praga dos "auxílios á lavoura" reclamados instantemente e desorientadamente concedidos muitas vezes, desde 1868.

De 1875 é a concessão de garantias de juro para estabelecimento de engenhos centrais de açucar de cana, que excede de 55 mil contos, cabendo:

A Pernambuco — 15.450.

Á Baía — 12.800.

Ao Rio de Janeiro — 9.750.

A S. Paulo — 3.450.

Sempre, desde então, e até nossos dias, a protecção da grande propriedade. A "crise da lavoura" tornou-se uma chavão dos relatórios administrativos.

Tavares Bastos não se contentava em provar que o Brasil poderia ter dispensado o commercio de escravos; assinalava os males decorrentes, pela inferioridade da produção do africano. São de 1861 estas suas palavras: "A que deve o nosso café ser considerado o peor do mercado na Europa, onde o seu preço infimo é só o que pôde animar os compradores? Há porém,

dentro do país outro exemplo mais frisante do que desejo assinalar. Faça-se um paralelo entre o desenvolvimento da provincia da Baía, que possue, relativamente, o maior número de negros e a do Rio Grande do Sul, que contém os maiores nucleos de colonos europeus". Contrastava a decadencia da agricultura, do commercio, das rendas da primeira — já a êsse tempo, 27 anos antes da abolição — com o aperfeiçoamento da agricultura, o surto industrial, a policultura, a operosidade da segunda ("Cartas do Solitario", pgs. 122). Mais tarde, ainda afirmava: "A instituição da escravidão foi e é a causa mais eficaz da nossa miseria moral e material." (op. cit. pg. 379).

O ensinamento da Economia moderna não é só a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo; é a ilegitimidade absoluta dêste, seus males profundos, sua influencia nefasta no progresso da riqueza e da civilização gerais, mesmo quando, considerando-se restritamente certo período, possa ter apresado o desenvolvimento da riqueza material de certo povo.

Toda a influencia nefasta que os melhores economistas atribuíram á escravidão apresenta-se, entre nós, intensamente, em toda a nossa vida pública, em nossa formação politica, em nossa atividade econômica, desde o tempo da sua pujança, e ainda agora através dos males que dela decorrem.

Ela afugentou, de começo, o colono livre. Privou-nos, por muito tempo, da imigração europeá, sã e forte. Gerou os grandes nucleos agrícolas, os latifundios, retardando a conquista intima e definitiva do sólo. Desenvolveu as grandes fortunas facéis e sem base, fomentou o fausto, a ostentação, a ausencia dos senhores nas cidades; criou a prevenção contra o trabalho, especialmente dos campos; determinou o desperdicio do dinheiro ganho facilmente; excluiu o espirito de previdencia e de economia. Justificou o terrivel proloquio — "pai rico, filho nobre, neto pobre". Fomentou a cultura extensiva, o deflorestamento, o nomadismo, o temor da concurrencia, deprimiu o espirito de criação, enraizou a fortuna; atrofiou a educação; entreteve as superstições, as crendices estupidas. Alimentou as suspeitas, ou estimulou o odio do negro contra o branco; deprimiu a raça; armou o espirito da revolta, despertou o acendeu a ferocidade sanguinaria do sertanejo. Tolheu a familia; afrouxou-lhe os fundamentos; retardou-lhe a formação, em muitos pontos. Determinou o bacharelismo, a burocracia, o Estado-Providencia.

Ponto por ponto, tudo isso é consequencia sabida da escravidão. Tudo isso sentimos nós, ainda agora, e só muito penosamente nos libertaremos de tudo isso, pelo esforço vigoroso, esclarecido, continuo, de algumas gerações. Todas essas consequencias, raramente reunidas, do regime da escravatura, recaíam sobre nós, consorciadas, agravando-se, complicando-se, reciprocamente, porque nunca, em país algum do mundo, a escravidão durou relativamente tanto, tão intensa e tão extensamente influuiu tanto na vida politica, mere-

ceu menos as providencias governamentais que lhe atenuassem os efeitos e preparassem a sua eliminção.

Dentre os males da escravidão, houve, no entanto, um que se não verificou, ou, antes, que se atenuou entre nós: foi o odio das raças. Não o temos, ainda que, em certos casos, ou em gráo limitado, possa haver alguma aversão, ou certa hostilidade reciproca. Menos, porém, por elevação moral, ou por um esforço educativo, do que pelos cruzamentos generalizados desde os primeiros dias da colonização, devido á carencia de mulheres, á licença dos costumes, á libidinagem da gente e ás qualidades brilhantes ou audaciosas de tantos mestiços, que, desde o proprio regime imperial, os levaram, e hão de levar, aos mais altos cargos políticos. E a boa indole do portuguez, a sua dóse de sangue mouro, ou mesmo negro, facilitaram os cruzamentos (Harty Johnston. ("The negro in the New World", pg. 98). Por isso, a raça negra não tem crescido entre nós, ao contrario do que se deu nos proprio Estados Unidos; e o prolongado afluxo da imigração negra terá, aqui menor influencia e duração do que lá. A do tipo ariano se vai fazendo, no Brasil, muito mais rapidamente, na generalidade da massa da população. Pode-se prevêr confiantemente a formação de um bom tipo ethnico. Mas os estigmas morais da escravidão ameaçam persistir duramente.

Ái está a mestiçagem politica, de que falava Nabuco. Ái está a ociosidade desalentada do matuto parado á porta da venda na estrada rural, ou do rapazinho, provido do emprego público, parado á porta dos cinemas luxuosos das cidades. Ái está a vergonhosa criminalidade dos sertões, os bandos armados volantes, que depredam e matam. A decadencia das cidades antigas, o abandono e a incultura de terras imensas. A malária — doença das terras abandonadas, na expressão de um especialista autorizado — ás portas da capital do país. E o analfabetismo. E os baixos indices da nossa produção econômica. A pobreza da nossa gente. Tudo resultante da escravidão, ou agravado por ela.

O abalo que a supressão do regime servil produziria era previsto, calculado, remediavel. Não o atenuámos. Agravámo-lo. Deixámos que o agravassem todos os males do regime da escravidão. Mas o novo regime politico, apesar de suas deficiencias e dos seus erros, trouxe um elemento precioso, que facilita a solução do problema, ao menos em algumas de suas modalidades. Foi a federação. Porque nesta se divide a autoridade, distribuem-se as tarefas. A ação dos poderes locais, ajudada pelo afluxo abundante da colonização estrangeira e pela feracidade opulenta do sólo, é que tem estimulado o desenvolvimento de certos trechos do país. O proprio ensino agrícola veio a ser instituído, com eficiencia, pelos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

E' certo, porém, que a nossa capacidade econômica só atingirá pleno desenvolvimento

depois que eliminarmos os últimos resquícios da escravidão.

Quem lhe dá o primeiro impulso é o gabinete Rio Branco — ao mesmo tempo que promove a lei do ventre livre.

De 70 a 74 a viação ferrea aumenta de mais de 500 kilometros, o que corresponde a mais de 72 %; e de 74 a 78, de mais 1.425 quilometros, que vem a ser mais de 11 %. Nesse mesmo período, porém, de 1870 a 78, nem a exportação nem a importação se elevam; antes se mantêm quasi estacionaria com pequenas oscillações. Isto é, declinam o algodão e o café ao passo que o açúcar, apesar de algumas oscillações eleva-se (vide quadros apresentados por Viveiros de Castro, "in D. Pedro". Rev. Inst. Hist. — Tomo especial, pags. 554-540).

Os algarismos do nosso comércio exterior — importação e exportação — resumem-se nos seguintes indices, apresentados pelo sr. Ramalho Ortigão, sobre a base do ano de 1833:

1833-4.....	200
1834-5.....	210
1835-6.....	230
1836-7.....	128
até	
1844-5.....	301
1845-6.....	303

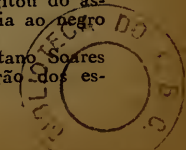
E' um crescimento apreciável, mas indubitavelmente lento. O aumento é de 50 % em 12 anos; e no período seguinte, de 46-47 a 53-54, ocorre o mesmo aumento apenas em seis anos. Ao fim de 12 anos, isto é, em 58-9, o número indice já é 675. Mais que duplicará o comércio — após a supressão do trafico. Ao termo do período seguinte, isto é, em 1875-6, o indice é 1.016, tendo sido o aumento pouco superior a 50 %. O mesmo crescimento deficiente apresenta a duodecada seguinte: em 88, é de 1364, o indice total apurado, com o aumento de pouco mais de 34 %. Ao passo que na primeira decada do novo regime — depois da abolição e da República federativa — o indice é de 3.481, que denota o aumento superior a 154 %. Em dez anos, de 76 a 86 é apenas de 3,5 % o crescimento da nossa exportação — que seria nos 20 anos subseqüentes de 272 % (Delgado de Carvalho, Geografia do Brasil, pags. 227).

O PROBLEMA EDUCATIVO

Por certo que a escravidão presuppõe a ignorancia e a incultura. Estas a mantêm. Mas para extinguil-a "gradativamente", havia que cuidar — gradativamente tambem — da educação dos escravos.

A assembléa de 23 exarária no projeto de Constituição, entre os encargos do legislativo ordinario, o de criar estabelecimentos "para a emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial". Já a Constituição outorgada em 24, porém, não cogitou do assunto, evitando qualquer referencia ao negro e á escravidão.

Na famosa "Memoria" de Caetano Soares sobre o melhoramento da condição dos es-



cravos, citava-se o projeto francês, que visava a educação moral e religiosa, "proporcionando-lhes os meios para que eles pudessem instruir-se, sem prejuizo do trabalho". Tudo o que alvitrava de pratico e efetivo, para esse fim, era que a lei obrigasse os párocos a fazer a catequese dos escravos, nos domingos e dias de guarda, e os senhores a mandarem-n'os ouvi-la.

Em 71, José de Alencar dizia querer a re-denção como a queria o Cristo, de modo que se pudesse dizer aos libertos — "Nós vos remimos, não só do cativeiro, como da ignorancia, do vicio, da miseria, da animalidade em que jazeis". Mas era essa, ainda, uma excusa dilatoria. Dezesete anos decorreram e essa obra não se realizou.

Repetidas vezes, figuraria o ensino, a necessidade da sua difusão e melhoria, entre as recomendações anuais da fala do trôno. Lá está, por igual a do ensino agrícola, e profissional; e das escolas praticas de agricultura a do credito rural.

O Imperador, mezes antes de sua morte, recapitulando a sua grande vida, ainda escrevia: — "Preocupavam-se as escolas praticas de Agricultura e Zootécnia". Por que nenhuma se criou?

Sinimbu, em 79 (disc. 10/1) acentuava que tudo dependia primacialmente do aperfeiçoamento dos productos, que os valorizassem proporcionando capitais, bons salários, atrahindo imigrantes. Arguia, desassombadamente a imperfeição do trabalho agrícola. Inculcava a urgencia de "obter aquele grão de instrução profissional sem o qual nenhuma indústria, nenhuma empresa pôde jamais progredir e prosperar". É que fez elle, que fez o seu govêrno, para satisfazer a tão imperiosa e fundamental necessidade?

O programa do ministerio Paranaguá, em 82, tímido e insuficiente sobre a resolução do problema da abolição, anuncia, no entanto, o proposito de "curar da educação dos ingenuos".

É essa a primeira referencia ao problema, nos programas governamentais.

O sr. Afonso Celso Junior, nessa mesma sessão parlamentar, pleiteia essa necessidade; reclama escolas.

Facultado, porém, ao escravo o direito de se resgatar, verificou-se que, quanto mais valia elle, quanto mais forte, mais inteligente, ou mais instruido, mais difficil se lhe tornava conseguir a liberdade.

Joaquim Nabuco resumia esse triste paradoxo, dizendo que — "o interesse do escravo é ser estúpido, estropiado, indolente e incapaz." (O Abolicionismo, pags. 36). E não tinha outro interesse o senhor, sempre receioso de gastar com uma propriedade precária, amaldiçoada pela opinião pública e que não tardaria a escapar-lhe das mãos.

Menos interesse teria, ainda, na educação dos ingenuos, que a lei de 71 conservava a seu serviço até a maioridade. Nem disso trata, eficientemente, o govêrno. No programa do Gabinete Liberal de 82, há breve referencia

ao problema, assinalando o "número já avultado" d'esses individuos. Nada mais que isso...

O projeto dos senadores liberaes, de 87, determinando a abolição para 31 de Dezembro de 1889, cogitava da criação de colonias agrícolas "para educação de ingenuos e trabalho de libertos, á margem dos rios navegados, das estradas ou do litoral", e da "conversão gradual do foleiro de rendeiro de Estado, ou proprietario dos lotes de terra que utilizar a titulo de arrendamento".

Sómente Tavares Bastos parece ter apreendido — ou foi o primeiro a salientar — em todo o alcance, o valôr da educação como complemento e garantia do exito da obra abolicionista. Só elle parece conhecer o ensinamento do recente exemplo americano. Mas, ninguém atenderia á sua advertencia esclarecida; "Não esqueçam nossas provincias este fato eloquente: para fazerem do escravo um homem, os anglo-americanos não o submetem ao tirocinio de excusados vexames; fazem-no passar pela escola. O mundo jamais assistiu a uma tal revolução, na mesma sociedade, em meia duzia de anos. A escola para todos, para o filho do negro, para o proprio negro adulto, seus tudo! Emancipar e instruir, são duas operações intimamente ligadas" ("A Provincia" — pag. 273).

Ele insistia, chegando até, apesar da sua antiga e calorosa propaganda em favôr da colonização estrangeira, a ponderar que essa despesa, com a nossa gente, seria muito mais eficaz para o progresso do país do que a difficil importação de alguns milhares de imigrantes (op. cit. pag. 276).

Depois dele — Joaquim Nabuco traçava o programa das grandes reformas a realizar em seguida á abolição, e entre elas dava o primeiro logar ás da educação (O Abolicionismo — pag. 251).

Nem eram só os escravos que jaziam na mais deploravel incultura do espirito. Eram tambem os proprios fazendeiros, em sua generalidade — como já acentuámos. Eles não eram, em regra, agricultores. Por isso, não suberam dirigir, aproveitar, desenvolver o trabalho livre. E não há brado mais angustioso que o do proprio Congresso Agrícola, em o do proprio Congresso Agrícola, em 1902, votando este reclamo: — "os agricultores brasileiros esperam que os poderes publicos do seu país não lhes recusarão aquilo que só aos indios da America do Norte ainda não foi concedido, em que as instituições do ensino agrícola encontram a mesma proteção e auxilio, que encontram nos Estados Unidos".

A melhor prova da ação atrofante da escravavidão, no ponto de vista mental, a sua incalculavel projecção sobre o nosso progresso cultural — está no fato mesmo de se não haver destacado dos milhões de escravos, que tivemos, um só que por seu merito intelectual. Todo o estímulo mental, todo o ensino lhes foi sempre recusado. Era tambem um estratagemata protelatorio — que falhou. E a essa circunstancia se filiam as mais graves conse-

quências decorrentes da lei da abolição porque foram aquelas centenas de milhares de anal-fabetos que ela deu — teve de dar — a embriaguez da liberdade e da cidadania.

NORTE E SUL: S. PAULO E RIO DE JANEIRO

A escravidão não se espalhou igualmente pelo território. Comprovam a sua influência os movimentos que realiza.

O tráfico inter-provincial aumenta depois da proibição do tráfico africano. Já em 54, Wanderley, futuro barão de Cotegipe, propunha que se o proibisse por lei. Mas só em 85 se estabelece a proibição. E então é o tráfico inter-municipal que se avigora.

Ao findar o século I, calculava-se que Pernambuco teria cerca de 2.000 escravos; a Baía, 4.000; S. Vicente, 500.

O aparecimento da beterraba produz a crise da cana de açúcar, o desanimo e a ruína de muitos lavradores, a venda de escravos para as províncias do sul.

No século IV, com o desenvolvimento da cultura do café, especialmente no vale do Paraíba, a Província do Rio de Janeiro recebe um contingente de escravos cada vez maior, e, de tal sorte, em 1864, já se apresentam os seguintes números (Padre Pompeu, in *Perdição Malheiro*, op. cit., pag. 209):

Pernambuco.....	260.000	— 1,4	livres
Baía.....	300.000	— 1,3	2/3
Rio de Janeiro.....	300.000	— 1,2	1/5
S. Paulo.....	80.000	— 1,8	1/2
Minas.....	250.000	— 1,4	4/5

O grande aumento da população escrava de São Paulo, é, ainda assim, inferior ao da do Rio de Janeiro; nesta ainda há a maior percentagem:

	<i>Branços</i>
Baía.....	25,59
Pernambuco.....	41,14
Rio de Janeiro.....	42,95
S. Paulo.....	63,07
Minas.....	40,60
Rio Grande do Sul.....	70,17

Cabe ao Rio de Janeiro a mais alta percentagem de pretos; a de mestiços, na Baía — denotando cruzamentos mais remotos — só é excedida pela de Sergipe (48,99). Todos sabemos, porém, que a percentagem de brancos deve estar majorada por força de preconceitos irresistíveis...

O exodo dos escravos negros para o sul foi verdadeiramente benéfico ao movimento de arrianização do nosso povo. Porque o norte, em plena zona tropical, é mais proprio a manter o tipo africano. Ao sul, o clima favorecia a imigração europeia, que ali penetrou largamente, e o contingente preto da população dificilmente viria a preponderar. A Provin-

cia do Rio de Janeiro, no entanto, por outras circunstancias especialissimas, sofre, quasi sempre.

	<i>Pernambuco</i>	<i>Baía</i>
Em 1872.....	841,5	1.379,6
Em 1890.....	1.030	1.919
Em 1900.....	1.178	2.117,9
Em 1910.....	1.570	2.631,9
Em 1920.....	2.154,8	5.354

Os coeficientes do crescimento da população, nêsse quasi meio seculo, são os seguintes:

Pernambuco.....	0,0199
Baía.....	0,0187
Rio de Janeiro.....	0,0136
S. Paulo.....	0,0363
Minas.....	0,0218

Das cinco principais províncias, é o Rio de Janeiro a que apresenta coeficiente mais baixo — e o maior é o de S. Paulo.

O crescimento demografico do Rio de Janeiro, intenso ao tempo do trafego negro inter provincial, declina quando aumentam as correntes imigratorias europeas. De 1872 a 90, especialmente, o coeficiente do seu crescimento (0,0038) é o mais baixo de todas as províncias do Brasil; de 90 a 900, eleva-se um pouco (0,0055), mas só excede os do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Bastaria isso para explicar a perda do ascendente economico que o Rio de Janeiro tivera no país.

A exportação da zona agrícola da Paraíba do Sul atingiria a 6 milhões de sacas (Rebouças, in "Le Brésil en 1889" pag. 248).

Em 86, é ainda o Estado cuja exportação representa maior valor: 804 milhões de francos contra 606, de São Paulo (Pires de Almeida, "L'Agriculture et les industries ai Brésil", pgs. 183-4). Mas a provincia fica quasi impenetravel á imigração. A primeira colonia, instalada precisamente em Friburgo, não se desenvolve. E é bem possivel que muitos imigrantes passassem do Rio de Janeiro para São Paulo, atraídos pelos salários, remuneradores largamente. Ai o senador Vergueiro inicia os imigrantes europeus na cultura do café. E desse esforço individual resulta uma demonstração pratica, que se generaliza esmagadoramente. S. Paulo resolve a questão da escravidão pelo trabalho livre (Eduardo Prado, in "Le Brésil en 1889", pgs. 473-507). Desde os dias iniciais da colonização, em São Vicente, o elemento negro ficara quasi excludo; sua influencia só se faz sentir, segundo o sr. Alfredo Elis, em pleno seculo XVIII. Todas as circunstancias propiciam os destinos da provincia paulistana: os antigos naufragos ou degradados facilitam a aproximação dos portugueses e dos indios; aparece, assim, o magnifico mameleuco; as bandeiras vão devassando as terras do oeste, em que o café encontra o seu "habitat" privilegiado. A pequena propriedade ter-se-ia, talvez, constituido ali vastamente desde o segundo seculo (Alfredo Elis,

"Raça de gignates", pgs. 275-71; contra Oliveira Viana, "Populações meridionais", pgs. 65, 67, 118-19). O desenvolvimento local, as boas estradas, a difusão do ensino — fortalecem a situação econômica de São Paulo. No Rio de Janeiro, de tudo isso se descarta. Os seus homens políticos são os mais ferrenhos escravocratas. Dos nove deputados que votaram contra a lei de 13 de maio, oito eram fluminenses.

Em 1883, Nabuco afirmava que o Norte tinha prescindido do escravo; S. Paulo era, para êle, "o baluarte atual da escravidão" que só ali a esse tempo florescia. Em Minas, a cultura do café, iniciada em fins do século XVIII, só começa a intensificar-se em 1885 (Augusto Ramos. O café, pgs. 728). Mas, só de 82 a 86, São Paulo recebe mais de 44 mil imigrantes.

Assim, só a lavoura fluminense dependia inteiramente do trabalho escravo.

E, por isso mesmo, se ela sente mais fundamentalmente o abalo decorrente da lei de abolição, também ela já sofre, mais que qualquer outra, antes da abolição, os males do regime escravagista.

Era a propria assembléa provincial que travava, em 1880, êste quadro, em uma representação á assembléa geral: — "E' desolador o quadro que se oferece ás vistas do viajante que percorre o interior da provincia, e mais precaria é sua posição nos municípios de serra abaixo, onde a fertilidade primitiva do solo já se esgotou e a incuria deixou que os fertes vales se transformassem em lagoas profundas que intoxicam todos aquêles que delas se avizinham. Os infelizes habitantes do campo, sem direção, sem apoio, sem exemplos, não fazem parte da comunhão social, não consomem, não produzem. Apenas tiram da terra alimentação incompleta quando não encontram a caça e a pesca das coitadas e viveiros dos grandes proprietarios. Desta arte são considerados uma verdadeira praga, e convem não esquecer que mais grave se tornará a situação quando a êsses milhões de párias se adicionar o milhão e meio de escravos que hoje formam os nucleos das grandes fazendas."

Joaquim Nabuco explicou o "aspecto unico de tristeza e de abandono" das regiões exploradas pela escravatura colonial.

Êsse contraste — a decadencia fluminense e a prosperidade paulista — é a melhor prova de que a abolição não foi o mal, nem arruinou a lavoura do café, nem constituiu uma calamidade — sinão enquanto a inepcia, a incuria, a inopia de govêrnos e de lavradores o determinou.

No Estado do Rio decáem horrivelmente as safras de café: em 98-9 é de 77,218 toneladas; em 99-90 desce a 69,315; em 1900-1 baixa, ainda, a 54.765. E em S. Paulo a êsse mesmo tempo os algarismos da produção eram crescentes; em 1900, 262.000; em 98, 346.000; em 1900, 366 mil; em 1901, 602 mil (vide Does. Parlam. valorização do café, vol. II).

E conserva essa triste primazia, mesma quando em Minas vem a ser maior o numero de escravos.

Ruí Barbosa apresentava êstes algarismos, que já mostram o declínio do número de escravos, também no sul:

	Em 1873	Em 1882
Total do Brasil.....	1.542.230	1.272.355
Pernambuco.....	106.236	84.700
Baía.....	165.403	132.200
Rio de Janeiro.....	301.352	268.831
S. Paulo.....	174.622	139.500
Minas.....	311.304	279.010

Assim, em 1873 seriam escravos cerca de 36 % da população fluminense, e só 15 % da mineira.

Persiste a influencia da imigração negra na percentualidade das raças apurada no Recenseamento de 1890.

<i>Pretos</i>	<i>Caboclos</i>	<i>Mestiços</i>
20,39	7,83	46,10
11,53	7,71	39,62
26,79	2,16	28,10
12,97	8,24	15,72
18,31	6,15	34,93

Ela é das que primeiro se povôam. Em 1872 a densidade da sua população é de 11,8 po quilometro quadrado, ao passo que a de Pernambuco é de 6,5, a da Baía de 5,2, a de S. Paulo 2, , a de Minas 3,6. De 72 em diante, precisamente, é que declina o seu crescimento demografico, enquanto se intensifica o das outras provincias. Assim, depois de 48 anos a densidade na Baía (7,8) e em Pernambuco (16,7) foi mais que duplicada; em Minas (10,12) quasi triplicou; em S. Paulo (15,7) é quasi o sextuplo — ao passo que no Rio de Janeiro (22,6) não chegou a dobrar.

As cifras da Repartição de Estatística indicam do seguinte modo a população, por ocasião dos diversos recenseamentos, em milhar de habitantes:

<i>R. Janeiro</i>	<i>S. Paulo</i>	<i>Minas</i>
819,6	837	2.102
876,8	1.384,7	3.184
926	2.282	3.594
1.266	3.455	4.479
1.559	4.592	5.888

Com a abolição acaba-se a preponderancia do vale do Paraíba na produção do café.

Nenhum escravocrata fluminense teria previsto que, com o colono europeu os paulistas pudessem, em um decenio — de 90 a 900 — desbatar e cultivar mais de um milhão de hectares, em que dominava a floresta, e plantar mais de 700 milhões de cafeeiros. (in Oliveira Viana. "Evolução do povo brasileiro", pgs. 98).

CONSEQUENCIAS DA ABOLIÇÃO

A influencia do regime escravagista, que acabamos de definir, basta para atribuir-lhe

muitos dos males que da abolição se recebiam e a êle se têm imputado.

Por isso mesmo, a previsão sinistra de Perdigão Malheiro, nos debates da lei de 1871 — “insurreição dos escravos, a princípio local, ou parcial, para dentro em pouco tornar-se geral, lastrando como incendio em campo sêco” — não se realizará com a execução do generoso projecto, mas, sim de 87 a 88, pela contensão intoleravel que os escravocratas e os contemporizadores exerciam.

Nenhum, porém, dos grandes abolicionistas prefendeu negar, ou dissimular a gravidade da reforma que pregavam. Ruí Barbosa previa “comoções e dissabores” (op. cit. pgs. 123).

O que contestavam era a sua adiababilidade; era o exagero dessas consequências. Contrabalaçavam-nas largamente com os beneficios decorentes.

Nabuco via — e muitos outros também o viam — na abolição, não a morte annunciada da lavoura — mas o meio de aviventa-la, pela produtividade, pela economia, por todas as excelencias do trabalho livre. Mas só êle parecia sentir que a abolição seria, apenas, a primeira das reformas, precursora de todas as outras — a efetivar, não por meio de leis, mas pela educação, pela associação, etc...

Sem êsse complemento, sem a devida preparação, a abolição foi um mal — que ninguem mais podia evitar; mas, ainda assim no ponto de vista econômico foi um bem — porque feriu mais fundo, ou mais diretamente mais merceditamente — os fazendeiros mais rotineiros, mais atrazados, mais maldosos, mais imprevidentes. Agiu, assim, beneficamente como fator de selecção.

O escravagismo, dominando os campos, esterilizou-os. Todos os progressos do interior foram nulos — dizia Joaquim Nabuco — em trezentos anos; todas as cidades, que não eram séde dos governos provinciais, estavam mortas; a vida de cada provincia concentrava-se na sua capital; as povoações envelheciam antes de se desenvolverem.

Após a abolição, o gabinete Ouro Preto traça largo plano de reformas liberais. São, no entanto, de natureza preponderantemente politica. Nada há, ou quasi nada, relativo a crise da lavoura, ou ás consequências da emancipação dos escravos; alargamento de direito de voto; autonomia dos municípios e províncias; liberdade de cultos; temporariedade de senado; reforma do Conselho de Estado; liberdade de ensino...

No campo econômico, apenas: redução dos direitos de exportação; redução de fretes e desenvolvimento dos meios de comunicação; promover a criação de estabelecimentos de credito que proporcionassem “ao comércio, ás industrias e “especialmente á lavoura” os recursos pecuniarios de que carecem”. Só no orçamento provê-se ao melhoramento dos portos e dos meios de comunicação, á imigração, ao aproveitamento de terras públicas, burgos agrícolas; engenhos centrais etc.

A medida heroica, de que lançou mão o governo, foi, ainda uma vez, a derrama dos cha-

mados “auxílios á lavoura”. Atribuíram-se a uma manobra eleitoral. Ouro Preto justificou-a, porém, descrevendo, nesta pagina interessantissima, a situação da lavoura, após o 13 de Maio: “A safra de 1888, especialmente a de café, fôra abundantissima, mas não poudeser toda aproveitada, por falta de braços para a colheita e preparo do produto. Escasseavam os capitais, não tanto pelo reatramento devido a falta de confiança em qualquer empresa, num país que acabava de passar por tamanha transformação, cujas consequências não eram ainda conhecidas mas pela maior procura de numerario para pagamento de salarios aos que recolhessem a safra de quele ano e cuidassem do amanho das terras para a de 1889. A esta safra, pois, estava reservada sorte igual á de 1888; seria, em grande parte perdida. Era geral o desanimo dos lavradores. Não poucos dos que não tinham compromissos, preferiram arrendar as suas fazendas, por quantias modicas, a continuar no cultivo, receiosos de sacrificarem as economias feitas. Os arrendatarios, inexperientes, alheios á profissão, não podia esperar os proventos, que seguramente aufeririam os que a ela se dedicaram desde a juventude, de se preservarem nos seus trabalhos. Nestas condições, ameaça de grave prejuizo pesava sobre a receita pública, cuja principal fonte eram, como ainda hoje, os gêneros de exportação, que necessariamente diminuiriam em larga escala e por tempo indeterminado. Foi então, que o ministerio de 7 de julho, ampliando o pensamento que iniciára o antecessor, resolveu fornecer a varios bancos uma certa quantia, para que a fossem applicando, conjuntamente com soma igual por êles desembolsada, em empréstimos a lavoura e industrias conexas, mediante hipoteca a longo prazo, ou penhor agrícola, a juro modico. Os adeantamentos do Tesouro far-se-iam por prestações e deante da prova de que a anterior, e mais outro tanto, pertencente ao Banco, recebera a aludida applicação.” (“Decada Republicana” vol. I, pgs.)

E’ certo que o governo provisório: embora ultimasse a execução dos contratos celebrados com alguns bancos, procurou atenua-la, convencido do “proveito insignificante e illusorio” do auxilio prestado (Ruí Barbosa, Relatório da fazenda pgs. 339-40: Finanças e politica pgs. 10-2).

Mostrou Ruí Barbosa que, em mais de 60 anos, até a lei de 1.º de Maio, o movimento industrial desta praça, representado no capital das sociedades anonimas, pouco excedia a do periodo seguinte, até a proclamação da Republica; ao passo que o dos 11 primeiros mezes do regime republicano era quasi o triplo de qualquer dos precedentes. Assim, em milhares de contos de réis.

Até a abolição, 410.

Da abolição á Republica, 402.

Em 11 mezes da Republica, 1.169 (Relatório da Fazenda, pgs. 99).

Ao mesmo tempo, accentuava o grande Ministro do governo provisório que a lavoura tinha de pagar, em dinheiro de contado, mais

de 115 mil contos, de salários aos ex-escravos, aumentando-se de tal sorte as necessidades monetárias do país (idem pgs. 89).

Razão teria êle ao atribuir êsse movimento á expansão da atividade individual e dos valores particulares, retraidos pela perspectiva da abolição e da republica iminentes, quando ninguem previa que uma e outra se realizassem serenamente (op. cit. pgs. 102). Mas, não a tinha em excluir a influencia alucinante do papel moeda. As emissões dêste corresponderiam, sem dúvida, até certo ponto, a verdadeiro aumento de necessidades de economia nacional; mas, como sempre, aumentavam, exageravam essas necessidades estimularam a especulação. O ensilhamento de 90, após a abolição, repete o de 50-60 após a supressão do trafico (vide Castro Carreira, Historia financeira: A Margem da Historia da Republica, Gilberto Amado, pgs. 50-60; Vicente Licino, pgs. 334).

O proprio Ouro Preto reconheceu o retraimento de capitais resultante do receio da abolição, mas considerou "insignificante" a proporção em que se verificára o fato, e atribuiu a expansão das operações comerciais e industriais á propria abolição e aos fatos sociais que determinara, além de outras causas concomitantes. Um milhão de libertos, cujas necessidades de consumo se revelaram; centenas de milhares de imigrantes — bastavam para explicar a excitação do giro de capitais. Só em 89 a indústria particular tomava ao estrangeiro mais de 59 mil contos, houve grandes vendas de empresas. E o último chefe de gabinete da Monarquia podia invocar as palavras autorizadas do "Retrospecto Commercial" de 1888 do Jornal do Comércio, que bem descreveriam a situação criada pelo áto abolicionista, nestes termos:

"A substituição do trabalho livre, espontaneo, inteligente e ativo, áquele instrumento passivo de outróra, o escravo, abriu mais certamente do que a politica novos horizontes ao nosso país. A sua grande industria a agricultura, alargou o ensaio de novas culturas além do café e o transformou em empreendimento definitivo... A pequena lavoura, a produção de artigos para alimentação vai, de dia para dia, estendendo as suas conquistas e ganhando importancia. Antigos fazendeiros de café e cana, desgostosos ou irritados, aproveitando as condições especiais de suas propriedades territoriais, tentam a industria da criação do gado. Outros ramos da industria, além da agricola, alguns já explorados, outros novos para o nosso país, chamam a atenção e a atividade e aproveitam as habilitações das levas de operarios, que nos traz a imigração e assim desenvolvem-se ou surgem fabricas e oficinas. Multiplicam-se as fabricas de fiação e tecidos, dando boa remuneração, desenvolve-se a fabricação do queijo e da manteiga, que já concorrem ao mercado; diversas especialidades de industria fabril merecem a solicitude dos industriais e começam a inspirar confiança aos capitalistas". (Decada Republicana, vol. 1 pgs. 79-84).

Escrevendo pouco depois da lei de 13 de Maio, Santa Ana Nery, reconhecia que fóra uma "revolução nas condições do trabalho nacional", determinaria a ruina irremediavel do país se o govêrno imperial não tivesse provocado a entrada de centenas de milhares de imigrantes; e mostrava o aumento constante da produção através das restrições sucessivas da escravidão. Assim, de 35 a 40 (trafico) 40 milhões de quilos; de 35 a 60 (cessão do trafico) 120 milhões de quilos; de 72 a 77 (ventre livre) 177 milhões de quilos; de 77 a 82 (propaganda abolicionista) 350 milhões de quilos; de 82 a 87 (vesperas da abolição) 400 milhões de kilos. (Le Brésil em 1899, pgs. 205-10). Previa que, excluidos certos interesses privados lesados, a nação em conjunto não sofreria sensivelmente com a abolição.

Essa mesma impressão de tranquila e fecunda transformação inadiável, emanava das Falas do throno.

Em novembro de 88, ao encerrar-se a sessão legislativa, o imperador assinalava a seriedade com que se operava a transformação do trabalho; o crescimento das rendas públicas, o desenvolvimento do comércio e da industria, e, "sem embargo de previstos, mas inevitáveis transtornos locais", o aumento do trabalho. Ainda em maio de 89 assinalava: "vi perseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda a parte succederam a crises desta natureza... A classe agricola compreendeu que ficara inutil e sem valia uma propriedade, que nem era mais suscetivel de posse, e inaugurou resolutamente o novo regime, do qual provirá a regeneração e o aumento das industrias".

As rendas públicas excediam as previsões orçamentarias. Verificava-se a circulação metálica. Afluíam imigrantes e capitais estrangeiros.

Não se verificou a ruína prevista da lavoura, em consequencia da abolição. Houve, necessariamente certo abalo, atenuado, ou dissimulado, entretanto, pela abundancia da safra, e, ainda pela expansão de capitais para a lavoura pela animação de todos os negocios, pelas emissões do papel moeda e até pelas especulações bolsistas. A colheita de 87-8, — quasi ainda ao decretar-se a abolição, foi menos de metade da precedente (3 milhões para 6.129.000 de sacas), mas a de 88-9 é superior, chegando a 6.735.000 que nunca se teria atingido (Relatório do ministro da Fazenda de 1898, pgs. 343). Em 89-90 cá a 4.220.000 sacas, mas em 90-1 já excede de 5.300.000, e em 91-2 é ainda maior (dados do mesmo relatório, de Bernardino de Campos).

Por isso mesmo, entretanto, pareceu que nada era preciso fazer. Tudo corria do melhor modo. Sobrevem a alta do preço do café. De \$9 ou 9.50 a \$13.000 e 13.10. Os preços elevam-se no mundo inteiro, até 93.

Naturalmente, a lavoura de café exerceu maior tração. Repetia-se: — "o café dá para

tudo". Tivemos o "ensilamento agrícola". Agravou-se a monocultura.

As consequências peores da supressão brusca do trabalho servil só se fariam sentir mais tarde, anos depois pela decadência das plantações, pela repercursão financeira da crise, pela liquidação de compromissos agravados enormemente. A carencia das medidas de proteção do trabalho agrícola agravou terrivelmente todas essas consequências. Depois da lei de 88, mergulhávamos — escreveria Quintino Bocaiuva — "em longa e profunda letargia". Assim, a verdadeira crise, resultante, em parte, e remotamente, da abolição, e que a ela só se atribuiria, estalou de 98 a 902 quando a depressão cambial e a penuria do Erário coincidiram com a desvalorização e a superprodução do café. Em 97-98, quando o Tesouro suspendeu os pagamentos e cedeu o acôrdo do *funding loan*, a cotação desce a \$4, e de 902 a 904 chega a \$3.55. E' o abandono dos cafézais, a perda das colheitas.

Não era, porém, verdadeiramente a superprodução a causa do mal estar da lavoura. Dizia-o, na mensagem de setembro de 1902, como presidente do Estado do Rio — precisamente um dos mais atingidos pela crise — Quintino Bocaiuva:

"O que nos asfixia não é o excesso da produção, é a nossa anemia, o desamparo em que está a lavoura sem braços para o trabalho, sem culturas variadas, sem cultivo racional e científico, sem credito, sem bancos para os quais recorra e sem dinheiro para garantia de sua subsistencia."

Eram as mesmas deficiencias apontadas nas falas do trôno.

As cifras globais da importação e da exportação tinham continuado a crescer de ano a ano, até 98. Mas, nesse ano, sendo de 563 mil contos a 1.^a e de 636 mil contos a 2.^a, baixaram em 99 respectivamente a 374 e 375. Sobem de novo no ano immediato. Mas a exportação desce a 685 mil contos em 905.

A safra de café em 96-7 é a maior verificada até então (8.680.000 sacas, cit. relatório Bernardino de Campos). O total de nove safras, de 1879 a 1888, é de 46.932.000 sacas; e das 9 seguintes, de 1889 a 1897, é de 55.758.000 — isto é, em média, no primeiro período, 5.214.000, no segundo 6.195 — ou seja mais de 18 % de aumento. Em 97-8 a safra é ainda maior, ultrapassando de 9 milhões, mais de 11 milhões na colheita seguinte; cai nos anos seguintes, e excede a 16 milhões em 902-3 (vide grafico em "Documentos Parlamentares", — Valorização do café, vol. 2. pgs. 144).

A exportação do açúcar, ascendente até 83-4, desce, de 329 mil toneladas nesse anno, a 136 mil em 902, e a 37.746 em 905. Mas accentuada ainda a queda dos valôres: 39.000 contos em 1883-4, para 4 mil em 1903 (vide Ramalho Ortigão, in Dicionário Histórico Geográfico dos Estados).

Em 1903, o preço do café no mercado interno chega a 4.250 rs. por cada 10 quilos,

que havia mais de 15 anos se não verificava — coincidindo com a grande desvalorização da moeda.

Atribuir a perturbação econômica do país sómente á lei da abolição equivaleria — mais exatamente talvez do que o disse Euclides da Cunha de certas causas a que se filia o exito da propaganda república — a atribuir a maré montante ás vagas impetuosas que ela alteia.

A crise de expansão do país, a plenitude do seu desenvolvimento econômico, a sua sede de realizações liberais — romperam os diques opostos á abolição, e tornaram-na lei, de subito.

Porque atribuir restritamente, á abolição, á lei de 13 de maio, todo esse conjunto de fenômenos? Êles indicam uma transformação econômica, uma nova fase de desenvolvimento industrial, que tínhamos necessariamente de transpor, e de que o aro abolicionista é apenas um dos sintomas, um episodio secundário, que legitima um momento irreprimivel.

O que subverteu o regime monarchico não foi a abolição; foi — como disse o sr. Magalhães de Azevedo — a incapacidade ou a impotencia dos homens de govêrno para solverem os problemas da transformação do trabalho e varios outros problemas nacionais.

Essa mesma é a causa da depressão, não só da lavoura do café, mas de toda a economia nacional.

Não seria talvez, só incapacidade ou impotencia. Haveria tambem descao. Tambem Timidez. Quando a fala do trôno fez a primeira referencia, discreta e medida, ao problema, a impressão geral foi a de uma temeridade (Tobias Monteiro — op. cit. pgs. 14).

A idade reservada do imperador, a sua prevenção contra os interesses materiais: — mesmo quanto á colonização estrangeira intensa, êle seria suspeito no seu nacionalismo fervoroso.

Em uma das falas do trôno se definiu por duas palavras a diretriz constante da politica imperial: — justiça, moderação. Moderação em tudo.

O maior dos nossos historiadores vivos — sr. Oliveira Luma — sem incriminar o impetador pela intransigencia com o espirito positivo de seu tempo e com os appetites de fortuna, reconhece que talvez sómente nesse ponto, pelo seu horror ás transformações e ás opulencias, não fosse êle o soberano que convinha ao Brasil no período de expansão á solução da crise econômica e social, que pesava sobre o futuro do país desde a Independencia" (*Formation historique*, pgs. 246).

Por outro lado as delongas palavras do regime parlamentar, tolhiam a atividade administrativa. Nem José Bonifacio, nem Tavares Bastos, nem Ruy Barbosa, nem Joaquim Nabuco — os homens que successivamente encararam o problema do trabalho escravo com maior penetração e clareza, que melhor lhe sentiriam a gravidade politica — nenhum desses foi chamado a resolvê-lo. Cir-

cunstanças ocasionais afastaram-nos do governo. Era Campos Salles quem advertia na Câmara Imperial, que o problema da transformação do trabalho deveria ter sido cuidado desde a proibição inicial do tráfego em 1831. Nada se fez. Nem a reforma da lei de terras, nem o aproveitamento de terras devolutas, nem a locação de serviços agrícolas — tiveram do Parlamento a solução reclamada. As finanças imperiais debatiam-se no deficit. As iniciativas eram acanhadas, demasiado prudentes, retardadas.

Com exceção do de 1827, e do de 1888 (com um empréstimo de 5 milhões esterlinos), os exercícos financeiros da monarquia acusam deficits constantes, atingindo em certo período, em média, a 25 % da receita.

Uma autoridade indiscutível, o visconde de Ouro Preto, distribuía deste modo, em milhares de contos, a despesa total do regime monárquico, nos diversos ministerios:

Guerra e Marinha.....	1.512
Fazenda.....	1.677
Imperio, Justiça, Estrangeiros e Agricultura.....	1.496

(A Década Republicana, vol. 1, pgs. 23).

Esta ultima, abrangendo, além da agricultura, três outros ministerios, é a menor parcela.

No quadro, que o mesmo Ouro Preto organizou, de dispendios destinados a desenvolver a riqueza pública, figuram estas percentagens cujos algarismos arredondamos, em contos de réis:

Garantia de juros e engenhos centrais. 2.506
 Terras públicas e colonização..... 64.421
 Esta última quota corresponde a 4 % da despesa de quotas partes acima apontadas, 1, 3 % da despesa total.

Falava-se nos milhões de contos que custaria a indenização para a abolição imediata. Não era possível gastar tanto! A Inglaterra gastára muitos milhares de contos para reprimir o tráfego. E o Brasil até 83 havia despendido apenas 9 mil contos com a emancipação.

Tinha razão Joaquim Nabuco, ao querer e prever, depois da abolição, um programa serio das reformas para criar “um povo forte, inteligente, patriota e livre”. Veiu, assim, logicamente, depois da abolição a República federativa. Era a primeira das reformas necessarias. Possibilitaria as outras. Com ela, no entanto, começava nova serie de erros, ou omissões, ou deficiencias.

Golpe de vista sôbre as forças econômicas do Estado de S. Paulo

ADOLPHO PINTO

Relatando o parecer da comissão de distintos engenheiros, recentemente encarregada pelo Ministerio da Viação de estudar a situação dos transportes na Serra de Santos e indicar a solução definitiva do problema que ali se apresenta, o dr. Adolfo Pinto teve ensejo de esboçar, como preliminar do referido parecer, isto é, antes de entrar no exame das questões técnicas formuladas pelo governo, o que ele chamou "um golpe de vista sobre as forças econômicas do Estado de São Paulo".

Na ocasião em que se comemora o advento da mais importante das forças econômicas do grande Estado, daquela que tem sido o fator máximo de sua invejável prosperidade, vem a propósito conhecer, ainda que em rápidos traços, o inventário de toda a riqueza, que, graças principalmente ao café, tem São Paulo constituído, com tão grande proveito para sua economia publica como realce para a grandeza do Brasil.

O JORNAL conseguiu obter e dá a seguir a interessante síntese esboçada pelo dr. Adolfo Pinto, sob a epigrafe acima.

A VIAÇÃO FERREA

O problema relativo á ligação ferroviária do planalto paulista ao litoral marítimo é o mais importante de quantos átuamente afetam a vida e o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e se impõem ao cuidadoso estudo dos publicos poderes.

O sistema de viação férrea do Estado, esforçado e eficaz propulsor do engrandecimento da região mais rica e progressista do Brasil, é obra que, para não entorpecer antes fomentar o incremento da vigorosa atividade construtiva a que serve, precisa também evoluir, já melhorando os seus serviços, já dilatando a sua capacidade de trabalho, em ordem a bem atender ás exigências dos palpitantes chamados mpnhadas, asmeb. .hca

Conscias das responsabilidades que carregam na operosa missão em que se acham empenhada, as diferentes empre-

zas de viação do Estado vêm trabalhando á porfia para corresponder aos esforços de quantos se eddicam a fecundar as fontes vivas da riqueza nacional.

Assim é que a Companhia Paulista, a primogenita da iniciativa indigena, além dos inumeros melhoramentos introduzidos em suas linhas, trata presentemente de electrificar a sua principal arteria viatoria até Rincão, 294 quilometros de Juidiaí, sua estação inicial, promove o seu prolongamento, em bitola larga, até ás margens o Rio Grande, limite setentrional do Estado, ao mesmo tempo que, a oeste, lança o seu ramal de Agudos em demanda da riquíssima zona situada entre os rios Felo e do Peixe, a futura Canção de São Paulo, a sua mais promissora gléba sertaneja.

A Sorocabana, serventuária de vastos territórios confinantes com os Estados do Paraná e de Mato Grosso — em pujante surto de áttividade cultural ao longo de toda a sua estrada — está em via de ser completamente remodelada em seu aparelhamento estatístico e dinámico.

A Mogiana, trabalhada pelos mesmos anseios que inflamam o espirito realizador do meio, acaba de contrair vultoso emprestimo, habilitando-se a aperfeiçoar e tornar mais eficiente a sua extensa rede de transportes, que, como se sabe, se dobra ao serviço de prósperas zonas de São Paulo, Minas e Goiás.

A exemplo das grandes empresas de viação, as demais, como a Araraquara, a Dourado, a São Paulo-Goiáz e outras, vêm igualmente tratando de melhorar as condições do magnifico instrumento de riqueza e civilização, que átuamente conta em territorio paulista o desenvolvimento de 7,000 quilometros, representando o custo efetivo de cerca de um e meio milhão de contos de réis, com um rendimento liquido de mais de cem mil contos.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Assim como está sendo ampliado e fortalecido o aparelho mecanico do trabalho em um de suas mais interessantes modalidades, cada dia avulta no Estado de São Paulo, em acentuada escala ascendente, o seu melhor agente executivo, o braço intelligente e ativo que acóde a lavar

as suas terras e explorar as suas exuberantes possibilidades, nos domínios da agricultura, da pecuária, da industria e do comércio.

Para dar a medida do crescimento, em São Paulo, desse valoroso fator do desenvolvimento econômico de qualquer país, basta dizer que, estimada em 4.592.186 almas, segundo o recenseamento official de 1920, a população do Estado aumenta anualmente de perto de 200.000 habitantes, computados os contingentes provindos do grande excesso da natalidade sobre a mortalidade e da imigração, tanto estrangeira como nacional, o que fará de São Paulo, no curto prazo de um decenio, o Estado mais populoso do Brasil, com cerca de oito milhões de habitantes, população que não tem a maior parte das nações do Continente.

ATIVIDADE COMERCIAL

A par de tais elementos, ou antes como consequência de sua ação, aí está esse admirável fenômeno econômico que em poucos anos fez da mãe patria do bandeirismo colonial, o maior centro agricola, pastoril, industrial e comercial do Brasil, elevando em 1826 — ano aliá sde crise, se bem que de crescimento — o seu commercio internacional de exportação e importação á soma global de 2.700.396:178\$, tendo sido a exportação de réis 1.697.259:816\$ e a importação de réis.. 1.003.136:362\$000. São valores que representam em seu conjunto mais de 50 % do comércio internacional brasileiro.

O comércio interestadual tambem acusa cifras muito elevadas. Em 1925 a exportação de cabotagem pelo porto de Santos, foi de 259.144:417\$650, e a importação de 431.865:061\$710. Se a exportação feita por via maritima pudessemos adicionar a exportação por via terrestre para a Capital Federal e para os Estados do Rio, de Minas, Goiaz, Mato Grosso e Paraná, de que não possuímos dados exátos, ver-se-ia que o comércio interestadual de produtos do Estado de São Paulo, aproxima-se de um milhão de contos de réis.

E' edificante descer a análise dos principais fatores dessa formidável massa de negocios.

RIQUEZA AGRICOLA

Sob o ponto de vista agricola é notorio que prepondera em São Paulo a cultura cafeeira, com uma produção média exportável de cerca de 10.000.000 de sacas de 60 quilos, mais ou menos tanto quanto

produzem outros Estados do Brasil e os países estrangeiros — valendo por si só, ao preço atual de 1.400.000:000\$000.

E releva ponderar que o cetro que empunha o grande Estado como rei do café, ele nunca o perderá, porque se é certo que á multos municípios em que deperece a produtividade das arvores, por se acharem envelhecidas e o sólo fatigado, de outro lado as terras novas que se vão abrindo ás incursões da falna agricola, em regiões ainda á pouco sertanejas, como as que marginam os prolongamentos, já construidos e por se construírem, da Sorocabana, da Paulista, da Noroeste, da Araraquara, da Dourado e da São Paulo-Goiaz, terras feracissimas nas quaes começa a repontar a aurea rubiacea, compensarão de sobra os desfallecimentos dos cafezais mais antigos.

Mas hoje não é só café que se planta em São Paulo. O reinado da monocultura já não é de nossos dias. A cultura ce-realifera estende-se por toda parte, tendo invadido os proprios terrenos ocupados pelo café, e a sua produção em 1925 — ultimo exercicio de que existem estatísticas officiaes completas — ascendeu a 14.269.400 sacos de milho, no valor de 285 mil contos, 3.379.240 sacos de arroz, valendo 118 mil contos, 2.615.730 sacos de feijão, importando em 80 mil contos.

No mesmo ano a produção do algodão foi de 5.976.855 arrobas, valor de 84 mil contos; a do açúcar de 226.639 sacos, no valor de 14 mil contos; a do fumo, de 182.570 arrobas, no valor de 15 mil contos; seguindo-se-lhes outros artigos, como a batata, a alfafa, a mamona, etc., representando outras tantas parcelas, embora menos importante, da vultuosa produção agricola do Estado.

Entre os artigos que deixámos de relacionar alguns á, entretanto, tão interessantes pelo cunho de novidade que não devemos prescindir de lhes dedicar algumas palavras, á guisa de menção honrosa.

Referimo-nos ao recente aparecimento de alguns ramos de produção agricola destinados a ocupar, em proximo futuro, lugar proeminente no quadro da economia nacional, tais como a cultura florestal, a cultura pomareira e a cultura da amoreira como base da criação do bicho da seda — tres brilhantes iniciativas, cada qual fadada ao mais auspicioso futuro.

A cultura florestal, começada á poucos annos, conta já plantações totalizando cerca de 25 milhões de arvores.

O eucalito, a essência que prevalece, graças ao seu rapido crescimento e á

recomendáveis qualidades de sua madeira para multiplos mistéres, veiu em tempo resolver o problema do reflorestamento do Brasil. O Estado de São Paulo pôde considerar o seu futuro garantido contra a crise da lenha e da madeira de construção.

A cultura pomareira, empreendida já em escala avantajada quanto a algumas frutas, tem tomado ultimamente vigoroso impulso pelo que diz respeito á banana e á laranja.

Aos municipios de Santos e Limeira, os vanguardeiros do novo ramo de produção, deve o Estado de São Paulo o notável incremento que ele tem tido, pois a exportação dos dois artigos para os mercados do Prata e da Europa já vem carregando mais de uma dezena de milhar de contos para a nossa balança internacional de contas.

A cultura da amoreira, como base para a produção sericicola, é outro novo ramo agricola de extraordinário valor.

Constituindo, na generalidade dos casos, trabalho subsidiario dos colonos occupados nas lavouras de café, a cultura pados nas lavouras de café, a cultura incipiente encontra elementos que lhe propiciam imprevisível desenvolvimento.

E' que a amoreira medrã admiravelmente no sólo paulista e tambem já está concludentemente averiguado que o bicho da séda se desenvolve muito bem no Estado, achando-se mesmo já fixada, após pacientes investigações, uma raça pura regional de excellentes qualidades.

Deve o Estado de São Paulo esse relevante serviço aos inteligentes e felizes esforços da S. A. Industrias da Séda Nacional, de Campinas.

O aparelho de produção da matéria priperidade, com vivo apoio das municipalidades mais progressistas do Estado, bastando dizer que o numero de sericultores já se eleva a 5.000 distribuidos por cerca de 400 localidades, e que no corrente ano a produção de casulos montará a 135.000 quilos.

Com o fornecimento da materia prima nacional, a sericultura, que já conta em São Paulo grande numero de fábricas trabalhando em boa parte com fios importados, promete em breve emancipar-se da sorte de tecidos de séda da melhor qualidade, e não só para o consumo interno como tambem para exportar para os ou-

tros Estados do Brasil e mesmo para o estrangeiro.

Aí está, como se vê, o seguro e feliz início de um ramo de trabalho de valor incalculavel para a riqueza nacional.

Com tais elementos em ação, é licito calcular que, no magno conjunto de todos os seus artigos, o valor da produção agricola de São Paulo vale átualmente bem mais de dois milhões de contos.

Na marcha em que vai, a quantos milhões de contos ascenderá daqui a cinco, a dez anos?

PECUA'RIA

Quanto a pecuária não foi menos favorecido pela natureza o territorio paulista.

Além da criação, especialmente de bovinos, que se faz na maior prte das grandes fazendas de café, em que modernamente muito se tem melhorado o trato dos rebanhos e apurado as raças, aí estão, em toda a região do extremo norte, oeste e sul do Estado, excellentes campos em que não faltam aguadas permanentes e pastagens apropriadas á engorda do gado.

Pela sua situação geográfica toda essa extensa zona de São Paulo é o entreposto natural a que acóde o gado bovino procedente de Goiaz, do Triangulo Mineiro e de Mato Grosso, vindo invernær nos campos, de Franca, Barretos, Olimpia, Rio Preto e outros, de onde é transportado em estrada de ferro para os mercados nacionais de consumo ou para os quatro grandes matadouros frigorificos do Estado, quando tenha de ser abatido para exportação.

A produção propria e a dos Estados tributarios eleva-se a muitas centenas de mil cabeças por ano, tendo os quatro frigorificos do Estado abatido 288.188 bovinos, em 1925, lém de outras especies, no valor total de 79.739:000\$000.

SURTO INDUSTRIAL

Em relação á industria manufatureira, pôde-se dizer que nenhum outro ramo de trabalho lhe leva a palma, pelo vertiginoso progresso que tem ela feito em São Paulo nos ultimos tempos, tão notável e mesmo surpreendente vem sendo a sua expansão a partir da guerra.

Sobre esta materia convem prepliminarmente observar que não é grande industrial o país que o quer, mas o que conta possibilidades naturaes para o ser.

Ora, a este respeito, superabundam os elementos no Estado de São Paulo.

Ora, á muitos productos industriaes que não estão sujeitos ao selo de consumo, avultando entre elles os materiaes de construção — a madeira aparelhada, os productos ceramicos, a cal e outros — materiaes esses que se consomem no Estado em quantidade elevadissima.

Não andará, pois, errado quem afirmar que o valor da produção industrial de São Paulo não é inferior a dois milhões de contos, o que indica ser ella de importancia mais ou menos equivalente a da produção agricola, elevando-se a soma dos dois valores e mais a parcela da produção pecuaria ao grande total mais ou menos de quatro e meio milhões de contos.

A quanto montará esse grande total no prazo de cinco, de dez anos?

MOVIMENTO BANCARIO

É bem de ver que, para produzir e movimentar tão avultada massa de valores, não podia deixar de ser proporcionado, em sua capacidade de ação, o aparelho bancario de que dispõe o Estado de São Paulo.

Realmente, também elle é de poderoso alcance, graças ao desenvolvimento que tem tido, principalmente nos ultimos tempos, o numero e a organização dos seus institutos de crédito.

Para apreciar o incremento havido neste departamento da actividade económica do Estado, olhando-o de um ponto de vista capaz de alcançar largo prazo, que se estenda mesmo até a época em que o labor da sua gente era quasi exclusivamente dedicado á cultura agrária, é interessante confrontar a situação actual com a de 40 anos passados, quando estava a desaparecer a escravidão e ralavam as primeiras alvoradas do trabalho livre.

Em 1887 funcionavam na capital do Estado oito institutos de crédito com o seguinte movimento de negocios:

Depositos	25.281:784\$222
Descontos de letras ..	9.925:937\$690
Emprestimos em conta corrente	23.258:028\$808
Dinheiro em caixa ..	4.056:414\$326

Hoje existem na metropole paulista 24 bancos — tendo agências espalhadas por todo o interior do Estado — cujas transações, segundo os balanços fechados em 31 de março do corrente anno, acusavam este movimento:

Depositos	1.616.628:477\$974
Descontos de letras	649.770:737\$591
Em prestimos em conta corrente ..	630.514:258\$981
Dinheiro em caixa	4.056:414\$326

Mostram os dados expostos que o numero de bancos cresceu bastante, mas que cresceu em proporção incomparavelmente maior o valor das operações.

Sob este ponto de vista, é de notar que um só dos institutos atuais, o Banco do Comércio e Industria de São Paulo, que ainda não existia em 1887, apesar de ser o mais antigo dos bancos nacionais com sede na capital, apresntou o seguinte movimento em seu ultimo balanço, fechado a 31 de maio proximo findo:

Depositos	342.809:167\$170
Efeitos descontados	170.582:667\$455
Letras e efeitos a receber	113.886:540\$124
Contas correntes ..	129.953:784\$823
Caixa	138.424:997\$729

Aí está um movimento geral de negocios por si só maior quatorze vezes que o de todos os bancos reunidos, nacionais e estrangeiros, que trabalhavam á 40 anos.

METROPOLE PAULISTA

Coroando essa bela obra de engrandecimento e exuberante vitalidade das forças económicas do Estado, a cidade de São Paulo, suggestivo expoente de operosidade que estua em toda a superficie do territorio paulista, vive por sua vez num surto perene de actividade e progresso com a sua população — de vinte mil almas á 50 anos — em vespas de atingir a alta cifra de um milhão de habitantes.

Como tem crescido a sua população, a sua industria, o seu comércio, a cidade vem tambem crescendo em sua área e em suas edificações, e o faz em tão larga medida que se eleva a cerca de 20 o numero dos predios construidos por dia util, o que corresponde mais ou menos a 600 por anno, muitos dos quais dos chamados arranha-céus.

O PROBLEMA EM FÓCO

As considerações que acabamos de fazer, parecendo destoar da natureza e do fim da tarefa que nos cabe desempenhar, servem, ao contrário, para patentear a extraordinária importancia do problema em fóco e a amplidão de vistas com que precisa elle ser atacado e resolvido, visto constituir a dupla viafunicular da São Paulo Railway, parcelada em varios planos inclinados sobre a encosta abrupta da Serra do Mar, o estreito gargalo que põe em comunicação o mais extenso, o mais populoso, o mais próspero e ativo setor territorial do Brasil com o porto de Santos, seu empório marítimo.

Até á pouco pensava-se que aquele privilegio pertencia aos países ricos de carvão e por isso dispoſto de força barata.

Dai á dizer-se que o século XIX foi o século do carvão de pedra, o século do vapor.

Na era actual, porém, o cetro da ulha negra, como factor dinamico, está a cair-lhe das mãos, para ser empunhado pela ulha branca, como agente de energia electrica.

Estamos, em verdade, no século da electricidade com todos os maravilhosos effeitos que a technica industrial vem cada dia fazendo brotar da incomparavel força natural.

Nessa ordem de factos não á duvida que a energia hidro-electrica, a força que se póde extrair de uma queda de agua — sem nada consumir nem violar de qualquer fórma a economia da natureza — é o que de melhor se poderia pretender em materia de economia industrial.

Pois bem, desse extraordinario tesouro, foi o Estado de São Paulo, tão prodigamente dotado como nenhuma outra região da terra.

Para reconhecê-lo basta considerar que toda a cordilheira que serve de muralha ao planalto paulista, beirando o litoral maritimo, é um imenso e perene vertedor da altura de cerca de 800 metros, e que todos os cursos d'agua que nascem nas cumiadas da Serra do Mar e escorrem por suas encostas são outras tantas fontes de energia electrica.

Como se não fôra isso eficiente para tocar todas as industrias da capital do Estado, recentemente uma obra ciclopica, unica em seu género, tanto pela audacia da concepção como pela coragem revelada na execução, um feito de bravura épica — pois que também nas batalhas da industria á lances que merecem ser assim qualificados — velu-aumentar consideravelmente a potenciahidade do Estado em materia de energia hidro-electrica.

Referimo-nos aos ingentes trabalhos da Light and Power, que, representando alguns rios e ribeirões do planalto, inverteu o seu curso natural e levou-os a despejarem uma parte de suas aguas pela cordilheira abaixo, gerando a formidavel força de algumas centenas de mil cavalos, bastantes por si só para alimentar de força motriz toda a maquinahria das industrias de São Paulo.

Se a capital do Estado acha-se assim provida de energia electrica, e não só para

a movimentação de suas industrias como para outros mistéres, o seu interior não foi menos generosamente beneficiado pela natureza, pois todos os seus grandes rios como o Tieté, o Rio Grande, o Paraná e o Paranapanema, são de leito desnivelado, apresentando em seu curso inumeros saltos, dentro os quais são particularmente notaveis o Marimbondo, o Urubupungu, o Itapura, o Avanhandava, o Salto Grande — cuja força, em soma, não se conta por milhares mas por milhares de cavalos!

Bem razão tinhamos, pois, para dizer á pouco que é São Paulo a região do globo mais rica em energia hidro-electrica.

Com tal base e outras valiosas possibilidades naturais, não é de estranhar que a actividade industrial do Estado se accentue em notavel progresso crescente, e que represente obra de elevado porte o que já tem êle executado no terreno em apreço, como é facil mostrar, exhibindo alguns dados.

A industria manufatureira mais importante é a de tecidos, que compreende a fição e tecelagem do algodão, juta, e lã, com 116 fabricas, o capital de 300 mil contos e a produção annual no valor de 500 mil contos.

Vem em seguida a de calçados com a produção de 163 mil contos e depois as de artefactos de tecidos, bebidas, chapéos, moveis, fumes, objetos de adorno, productos farmaceuticos, perfumarias, conservas, doces e biscoutos, ferragens, fosforos, louças, vidros, velas, tintas, laticinios, papel e papelão, sabão, etc., somando o valor total de cerca de 1.200.000 contos para a produção de 1925.

Nesse alto algarismo não estão comprehendidos alguns novissimos ramos de trabalho, entre os quais merece especial destaque a notavel fabrica de cimento instalada o ano passado em Perús, nas proximidades da capital, cuja produção em breve bastará para suprir o consumo do Estado de São Paulo do que hoje se póde dizer o material de applicação mais precioso e generalizado em construções de toda especie.

Comparando a situação actual com a que precedeu á guerra, ver-se-á que em 1914 era a produção industrial paulista apenas de 212.231 contos, o que mostra ter a mesma subido a quasi o sextuplo no periodo apenas de 11 annos.

Sobreleva notar que os algarismos exhibidos têm por base os dados da fabricação annual sujeita á selagem fiscal.

Póde esta situação continuar por mais anos sem que uma providência radical definitiva, venha em tempo resolver o problema de que dependem a vida e o desenvolvimento do Estado de São Paulo e das zonas confinantes, com a incomen-

surável massa de interesses aí envolvidos?

E' o que passamos a examinar, explicando as questões técnicas propostas pelo governo e justificando a solução radical, definitiva, que as circunstâncias es-
a exigir.

A importância do café no intercâmbio comercial e social americano-brasileiro

WILLIAM G. MC. CHERY

A palavra "café" vem logo á mente da maior parte dos americanos do norte em se lhes falando do Brasil. Beber café constitue um hábito tão generalizado nos Estados Unidos, que, provavelmente, nenhuma outra nação da America do Sul seja tão frequentemente lembrada pelos americanos do norte, embora seja verdade que nos outros particulares sua ignorancia a respeito do Brasil é geral e muito grande. Não é, contudo, tão consideravel como em referencia aos outros países da America Látina, e, provavelmente, forma-se na base de uma dose de informações falsas, como as que o brasileiro normal tem dos Estados Unidos. Ao intercâmbio do café por produtos manufaturados cumpre attribuir êsse maior conhecimento relativo de um para outro.

Pelo menos um bom resultado derivou das frequentissimas acusações infundadas entre dois países relativamente á industria do café, pois elas estimularam o interesse por informações verdadeiras e completas uma acêrca da outra. Tanto com referencia ás questões técnicas do comércio como as que dizem respeito aos desentendimentos psicológicos. Não se póde negar que os americanos beneficiam de uma compreensão melhor das praticas e ideias brasileiros, assim como os brasileiros beneficiam um conhecimento igual relativamente aos norte-americanos.

E' um fato interessante a proclamar que todos os brasileiros e americanos do norte empenhados no negócio do café, e que têm informações completas sobre o modo de agir e ideais um dos outros, nunca chegam a entrar em conflito sobre os principios gerais da direção do negócio. Póde haver, nos detalhes, diferenças de opinião e de experiencias, mas que se reconciliam prontamente desde que os pontos de vista respectivos são compreendidos. Êsse mutuo estudo é a compreensão que é necessário

a um comércio econômico do café, conduz a horizontes mais largos e mais valiosos em outros campos. Póde-se assegurar que essa ampliação do horizonte, resultante do comércio internacional dá maior felicidade na vida aos individuos que atinge. Além dos proveitos sociais, é facil vêr o grande bem material que resultará daí para ambos os países. O americano do norte terá á sua disposição uma beberagem docemente estimulante, e inofensiva, que o confortará e estimulará a novas atividades. Basta lêr os poemas americanos dedicados ao prazer de beber o café, ou então observar o americano normal quando saboreia o café depois da refeição para compreender o muito que o têm em estimação.

Aos que são familiares com o assunto é notório que a exportação brasileira de café é o primeiro fator da balança comercial da nação. E' impossivel a prosperidade numa nação que importa mais do que exporta. Essa verdade têm particular referencia ao Brasil que é um país novo de vastos recursos naturais, e que por isso precisa exportar grandes quantidades de materia prima. Os artigos manufaturados que são tão essenciaes á manutenção de um alto plano de vida não os produz ainda em quantidade suficiente para suprimento de suas necessidades. De fato, é contra-econômico, na sua situação, tentar êsse caminho, porque suas energias são mais aproveitaveis na preparação e exportação de seus recursos naturais. Atualmente o café é o maior de todos êstes. Cada ano, como resultado da industria do café, entram no país, melhorando-lhe as condições existenciais, produtos estrangeiros do valor de 1 ½ a 2 ½ milhões de contos. Sem o café ou outra industria qualquer equivalente no valor das exportações, isso seria impossivel.

A política em prol do café

CINCINATO BRAGA

Vivemos em plena guerra, os habitantes da Terra. Todas as nações de nosso mundo nela se mantêm encarnadamente empenhadas, com vigor que os séculos passados não conheceram.

Não estou a referir-me á guerra, selvagem e odienta, em que os militantes porfiam pela vitória arrazando escolas, fábricas e templos, destruindo minas e seáras, incendiando aldeias e cidades, arrancando a vida a milhões de homens e crianças. Refiro-me aquí ás nobres e elevadas lutas do trabalho, produtivo e civilizador, onde o objetivo culminante dos povos combatentes se traduz, para a humanidade, em condições de conforto cada vez melhor, e a menor preço, em concorrência sadia e pacífica nos mercados locais e internacionais. Luta de todos os dias, na qual a técnica da produção se vai apurando dia a dia, mercê do constante aperfeiçoamento dos meios de transporte ferroviário e interoceânico. Hoje o produtor, que ocupa uma extremidade do diametro do globo, tem de considerar em seu negócio os elementos da concorrência que lhe podem opôr produtores situados na longínqua extremidade oposta desse diametro.

Os povos, que não souberam acompanhar "pari passim" êsse febril movimento, terão fatalmente de se subordinar á direção, senão á conquista dos que revelarem fibra capaz para esse diurno e noturno combate.

Sob o ponto de vista de nosso concurso aos mercados internacionais, quasi que se pode dizer que o Brasil só se faz aí notar pelo número das sacas de café, que enfileira nas feiras mundiais. Todos os outros produtos brasileiro figuram nesses torneos comerciais por quantidade, são reduzidas que passam quasi de todo despercebidos. Nem de outra sorte poderia ser, uma vez que nosso café corresponde, por si só, a 70 % no valor de toda a massa de nossos produtos exportados.

Isso revela claro que nessa mercadoria se resume presentemente quasi toda nossa riqueza exportável, quer dizer quasi todos os elementos de que dispomos para atração, a nós, do ouro e das mercadorias, de que necessitamos dia por dia, para nossa alimentação e para nossa civilização.

O café representa para o Brasil a mesma função de intercâmbio comercial, que representa o carvão de pedra para a Inglaterra, o ferro para os Estados Unidos, o petróleo para o México, a lã para a Australia, o trigo para o Canadá, o salitre para o Chile, e assim por diante. Qualquer de nós pôde facilmente perquirir qual seria a situação de pobreza de cada um desses ricos paizes, se cada um delles perdesse sua primazia mundial na pro-

dução desses artigos básicos de sua economia pública.

Para nós brasileiros, um inquerito desses é facilimo: — já perdemos, em poucos anos, nossa primazia na exportação da borracha ao mundo, e qualquer de nós sabe bem a que situação caiu toda a outrora opulenta e deslumbrante Amazônia.

Se golpe semelhante sofressemos com relação ao café, seríamos um país financeiramente liquidado. Nenhuma outra produção temos para em poucos anos rivalizar em valor — ouro com as letras de câmbio que nos proporciona nosso bendito café!

Aduzimos estas considerações para cristalinamente apreender-mos a prudência e a sabedoria, com que nos devemos comportar, para permanentemente mantermos essa base essencial de nossa vida econômica.

Infelizmente, porém a política cafeeira dos nossos governos e dos nossos fazendeiros de café, têm trilhado, embora de bôa-fé, caminho errado e perigoso, com a adoção de medidas evidentemente incompletas.

A defesa de nossa posição conquistada é problema muito mais complexo, do que geralmente pensam os que se satisfazem com as intervenções nos mercados, para sustentação permanente de preços altos para a mercadoria. Esta solução simplista já está começando a sacrificar gravemente nossos produtos a vitais interesses, tanto officiais como privados.

Ninguém tire dessas asserções a conclusão de que condôno medidas de intervenção, em defesa dos preços, contra a ganância capitalística de especuladores, nacionais ou estrangeiros, que, contra nosso produto, cuidem de adquirir nosso produto a resto de barato, para posterior revenda com pingues lucros. O que condôno é a intervenção visando "exclusivamente" o esquecimento de mais sérios aspectos de tão complexo problema.

A solução unilateral da sustentação de preços nos mercados de exportação — tenhamos a coragem de dize-lo e demonstremo-lo — está nos levando a ruína lenta, mais infalível.

Os fatos, têm de ser encarados de um ponto de vista bem alto, para que nossa visão apañhe todo o cenario econômico, que nos cumpre estudar.

Começarei por acentuar que nossa política dos preços altos têm nos custado graves e pezadas dificuldades financeiras, que nunca foram compartilhadas por outros povos também produtores dessa mercadoria. A' nossa custa, os preços alterados por nós estão animando e protegendo culturas de cafezais em varios países do mundo, fóra do Brasil. Novos cafezais estão surgindo, inclusive no continente africano, em colonias de países que têm sido nossos freguezes, e que desenvolvendo cul-

turas cafeeiras em seus domínios coloniais, acabarão, para razoavelmente protegê-las, por adotar impostos cada vez mais fortes contra o café de procedência brasileira.

Sem multiplicar detalhes neste particular, vou referir-me apenas a um ponto do continente africano. Até agora ninguém tem falado por exemplo, em café de Kenya nem de Uganda. Pois bem: a produção nessas possessões está sendo impulsionada cientificamente por fortes capitais ingleses, e tem vindo aos mercados sempre em aumento, nestas proporções de valôr:

1916—1917.....	68.396 £
1917—1918.....	177.632 £
1918—1919.....	365.872 £
1920—1921.....	574.884 £
9122—1923.....	620.897 £
1923—1924.....	803.313 £
1924—1925.....	963.920 £

Não tenho os dados da última safra. Mas, devemos tomar boa nota de que, em 1925, já a Inglaterra recebeu café, produzido em suas colônias, no valôr de cerca de dois milhões de libras esterlinas, isto é cerca de 80 mil contos!

Para melhor compreensão do risco, que estamos correndo, não me é necessário acenar para a próxima futura produção das plantações novas, que se estão fazendo no continente africano.

Basta que me restrinja ás culturas, que, de todos os países, já tem enviado sua produção aos mercados “durante o período em que o Brasil têm praticado a política dos preços altos.

Aquí dou a produção (média anual vinda aos mercados nesse período:

De 1901 a 1910 — Do Brasil 13.730.000 sacas; outros países, 3.817.000 sacas.

De 1911 a 1920 — Do Brasil, 13.529.000 sacas; outros países, 4.518.000 sacas.

De 1921 a 1925 — Do Brasil, 13.227.000 sacas; outros países, 6.410.000 sacas.

Nesse período, de 25 anos decorridos, qual é a lição que resulta dêsses algarismos? Reflitamos, de boa fé: — se essa lição perdurar por outros 25 anos (mesmo sem contarmos novas plantações africanas) qual será nossa posição, então? Cada leitor que o responda. Mas, que o responda tendo em atenção quanto deverão produzir “daqui por deante” nossas lavouras de mais de 20 anos de idade, que são a maioria das lavouras do Brasil...

Pois é um crime de lesa patria que nossa falta de iniciativa — governamental e privada — vá musulmanamente deixando rodar por agua abaixo a posição privilegiada do Brasil, em sua riqueza básica, tão invejada por tantas outras Nações?

Pois não é um crime de lesa patria que estejamos a manter altos preços do café, com pesados sacrifícios financeiros, para mais depressa sermos sacrificados na luta?

Reflitamos com paciência e com prodência. Não estejamos a gastar nossas forças para... cavarmos nossa propria sepultura!

Que diretriz de esforço devemos empregar para triunfarmos, salvando, de catastrophe certa, a principal riqueza do nosso Brasil?

Cada brasileiro patriota têm o dever de trazer suas luzes á melhor solução dêste problema.

Cumpro meu dever, trazendo aqui minha despretenciosa contribuição pessoal.

Penso que nossa vitória só pôde provir de triplicarmos a produção “dos nossos atuais cafezais”. Êste não é um problema financeiro: é um problema de química agrícola. A ciência nos deverá acudir, sem empate de novos capitais para novas fazendas de café! Produzir o triplo com a propria louca de casa. Se produzirmos o triplo, tirado das mesmas fazendas que já fundámos, estaremos em condições de vender nosso produto pelo terço dos preços de agora, ganhando na mesma proporção, e esmagando nossos concurrentes.

Sobre que circunstâncias tem precipuamente assentado (desde 80 anos a esta parte) nossa supremacia sobre outros países, no tocante á produção de café?

Será sobre uma especifica qualidade de nossa terra? Não. Como regra geral, nossas terras são pobres, são de fertilidades pouco duradoura: — tanto assim que a lavoura cafeeira (como bem o demonstra esta estupenda escavação histórica de O JORNAL) tem praticado o nomadismo dos povos primitivos, no encaicho de matas virgens, das quais uma só geração mal consegue prover-se de compensadora produção! Para confirmação dessa verdade, aí estão municípios inteiros do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e mesmo de São Paulo, onde escassos já são os vestígios que de sua passagem deixariam cafezais outrora luxuriantes.

Observação importante para o nosso ponto: — nesse nomadismo, os cafezais viveram em diferentes e variadas qualidades de terras, e em nenhuma delas deixaram de prosperar a princípio e de finalizar em maior ou menor período de tempo. Não escapa dessa regra nem a afamada terra rôxa paulista.

Assim sendo, está provado que não podemos descançar tranquilamente á sombra das qualidades de nossas terras: o cafeeiro é planta exgotante da fertilidade de qualquer solo.

Temos de restituir ás nossas terras os princípios químicos, dêlas retirados pela colheitas. Muito mais do que á fertilidade de nossas terras, o Brasil deve sua supremacia na produção de café ás nossas felizes e privilegiadas condições climáticas, incomparáveis no planeta. Nesse particular; duas circunstâncias capitais nos favorecem. A primeira, consiste no calor temperado de nossa atmosfera, ideal para que o cafeeiro viceje sem cobertas, em pleno céu aberto; a segunda, consiste no privilegiado rytmo de nossas chuvas, na região cafeeira, favorecendo oportunissimamente generalizada, simultanea, floração, depois for-

mação, depois maturação dos frutos, para desaparecer, ou quasi, no período da colheita e da secagem, desses frutos.

Nessas condições naturais é que reside o segredo de nosso real privilégio no planeta. Delas devemos tirar o maximo partido em nosso beneficio. No proprio Brasil elas ocorrem em zona limitada. O cafeiro introduzido em nosso territorio primeiramente na antiga Provincia do Pará; entretanto sua cultura não logrou desenvolver-se ali, não obstante a assombrosa fertilidade das terras, por causa das condições climáticas locais, onde calor excessivo e chuvas abundantes "em todo o ano", não deixam a planta descanço vegetativo algum — há a um só tempo nas arvores, ali flores, frutos verdes, frutos maduros, frutos secos, complicando-se assim horrivelmente o problema agrícola.

Todas as anteriores reflexões não pareceram necessárias para chegar-se ao ponto essencial deste artigo. E elas se completam com justa consideração de que a aludida politica dos preços altos não foi adotada pelos paulistas por arbitrário capricho de desatazoada ambição pecuniária. Não fez-se o calculo do custo de produção e de transporte de uma saca de café posta no porto de exportação incluindo naturalmente em tal calculo a verba de juros e amortização do capital invertido na exploração agrícola. Desde que a especulação nacional ou estrangeira, tente impor á mercadoria preço inferior ao dito custo de produção, legítima se tornam intervenções nos preços dos mercados, para evitar-se que a substancia mesma da lavoura cafeeira, isto é, da vitalidade econômica nacional, se vá escoando barra fóra, sem nenhuma remuneração para o país.

Mas esse não deve, e não pode ser um remedio para uso permanente. Deve ser, apenas um recurso passageiro, de emergência. Nosso saudável esforço permanente deve ser de outra natureza. Exemplifiquemos.

Mévio possui uma fazenda de café, completa e perfeitamente instalada, contando duzentos mil cafeeiros, em terras já esgotadas por mais de 20 anos de cultura. Sua produção média apual não passa de 35 arrobas por mil cafeeiros, ou 7.000 arrobas por ano. Se, para remunerar capital, custo e transporte, Mévio precisa de vender seu café, no minimo a 40\$ por arroba, para conseguir 280 contos por sua safra, é claro que se éle, na mesma propriedade, passar a colher 15 mil arrobas, poderá vender seu café a 25\$000 por arroba, em vez de 40\$000, ganhando mais, isto é, recebendo por sua safra 375 contos em vez de 280 contos, sem contar-se com o enorme aumento do valor intrinseco de sua propriedade agrícola.

Estará dentro do possível conseguir-se esse resultado? Responda a maior competência conhecida, em materia de estudos e experiencias sobre aumento de produção de café em nossas terras, o saudoso dr. F. W. Dafert, que com alta sabedoria dirigiu por muitos anos o Instituto Agronômico de Campinas, em tempo no qual nossas terras ainda novas produzia tanto

que a adubação dos cafezais era a última, a menos importante das preocupações dos fazendeiros. Aquí vão suas palavras:

"Quem tiver a felicidade de possuir cafezais em terra riquissima e nova (note-se bem) — poderá obter sem duvida pelo emprego de certos adubos químicos um aumento pequeno de colheitas; mas nem de longe será possível comparar tal aumento relativo, com o que terá o fazendeiro cujas terras sejam pobres. Para dar um exemplo práctico, diremos "Baseado em nossas próprias forças aumentarse talvez o rendimento de cada cafeeiro "em terra rica", de 2 ½ a 3 kilos de café por pé, igual a um aumento de 20 % sobre seu anterior rendimento; enquanto que em talhões, "de um cafezal já meio abandonado, em terra ruim", de 8 mil pés, logo no primeiro ano de um tratamento ligeiro com esterco e adubos químicos, pôde "quintuplicar", auxiliada por um ano favoravel, a produção, fornecendo em lugar das 100 arrobas de outrora, 500 arrobas."

Alí está a solução do problema de baixos preços, ganhando mais do que anteriormente. Esta solução tem de ser encabeçada pelos governos estaduais, que são os mais importantes socios dos fazendeiros de café. Os governos de São Paulo e Minas, por exemplo, retiram das fazendas de café, pela via dos impostos, mais de 15 % do rendimento "Bruto" das colheitas, sem entrarem com um vintem de capital nessa especie de sociedade. Ora, 15 % do rendimento bruto, devem exceder de 30 % do rendimento líquido!... Atendendo-se a que um governo estadual é socio, nessa proporção, de uma por uma das fazendas de café sitas em seu território estadual, facilmente se imagina a quanto sobe a importância global da parte deste socio, na lavoura toda de um Estado!

A solução única para que podemos apelar, abrigados como estamos á sombra de nossa privilegiada posição climática, consiste em reduzir nosso custo de produção por aumento das unidades produzidas, de tal forma que possamos reduzir nossos preços de exportação a limites tão minimos, que nossos concorrentes não os possam suportar. Fóra desse caminho, estaremos completamente perdidos, mesmo porque em várias procedências cafeeiras o braço é muito mais barato do que aquí, e o capital e o credito mais facis.

Para esse lado é que se deve voltar a atenção e a ação dos nossos estadistas, em cujo espirito deve estar encrustada a convicção de que a calamidade de perder o Brasil sua posição na exportação de café só pode, em seus efeitos econômicos e financeiros, ser comparada á calamidade de uma terrível guerra externa, na qual fossemos derrotados.

Os governos dos Estados cafeeiros, queiram ou não queiram, têm de chefiar á santa cruzada dessa defesa nacional. Para isso, e sem perda, de tempo (porque, estas medidas são por sua essência naturalmente demoradas) têm de fundar os centros de fornecimentos em grande

escala de fertilizantes a baixo preço, fornecimentos que deverão ser feitos com rigor científico, mediante análises gratuitas das terras de cada cafezal. Esse serviço tem de ser dirigido por uma sumidade científica, absolutamente superior a considerações partidárias.

Quando São Paulo se viu a braços com o problema da extinção da escravidão, na iminência de perder-se sua lavoura toda, pelo exodo dos braços escravos, os dirigentes paulistas fundaram a Sociedade Promotora de Imigração, que tão benemeritamente salvou então a situação. Para organização semelhante, sem nenhuma burocracia, deveríamos apelar agora, visando o ressurgimento produtivo de nossos cafezais.

No meu livro "Magnos Problemas Econômicos de S. Paulo" já emiti desenvolvidas idéas sobre o assunto da fertilização de nossas terras. Aplausos não me faltaram; mas, atos administrativos, em satisfação das necessidades previstas, nenhum appareceu... Também por ocasião da queda da borracha, no norte, as coisas se passaram do mesmo modo. Denunciei, em trabalho produzido na Câmara dos Deputados, o perigo que nossa produção ia correndo com as plantações de outras procedências, e mostrei a necessidade de organizar-se economicamente a produção do latex. Os governos, então, apenas adotaram a intervenção nos mercados de exportação para defesa dos preços, e o resultado foi... perderem-se inutilmente milhares de contos, com trinunfo, ainda mais rapido das plantações do Oriente.

Mas, ninguém se iluda: o que há a fazer-se para o ressurgimento produtivo de nossos cafezais em ordem a desanimarmos as outras procedências, não é coisa simples. Depende de um esforço tenaz e generalizado. O êxito, porém, é seguro.

As grandes empresas que os governos dos Estados Cafeeiros devem incorporar, em sindicatos agrícolas para aquisição e fabrico de fertilizantes em larguissima escala, a baixissimo preço, teriam, no meu entender, de ser cooperativas das quais fizessem parte os fazendeiros de café, em sua generalidade. Essas empresas deverão ter em vista mais o interesse público, do que o lucro comercial, e se deveriam multiplicar em filiaes espalhadas pelos municipios cafeeiros, sempre sob a direção, das pessoas mais gradas da classe, dos fazendeiros de café.

Para uma grande empresa, nesses moldes organizada, deveria o governo de cada Estado cafeeiro entrar com um terço pelo menos de capital ou melhor, entrar com parte proporcional aos benefícios que pela via de impostos auferir da cultura cafeeira.

A generalizada ignorância, em materia de adubação agrícola, não está permitindo á quasi totalidade dos fazendeiros o conhecimento, nem mesmo superficial, de que, como todas as plantas, o cafeeiro se compõe de: I, "elementos orgânicos", aqueles que se dissipam e são transformados em fumo, gaz ou vapores, quando se queima a planta, e de II, "elementos

minerai", aqueles que ficam depois da combustão da planta e constituem as cinzas. Aos primeiros pertencem o carbônio, o hidrogenio, o oxigenio, o azote; aos segundos, pertencem o enxofre, o acido fosfórico, o cloro, o silicio, b ferro, o manganésio, a magnésia, a cal, a soda e a potassa.

Sob o ponto de vista da adubação, sabe-se que a maior parte desses elementos componentes da planta se encontram na natureza, e em abundância, á sua disposição no ar e na terra. Mas, há quatro desses elementos — o azoto, o acido fosfórico, a potassa e a cal — os quais, á medida que vão-se lhe retirando os frutos, vão gradualmente escasseando na alimentação do cafeeiro. Esses quatro elementos fertilizadores têm de ser fornecidos pelos adubos de curral e pelos adubos quimicos, em preestudada combinação deduzida da análise da terra depauperada.

Antigamente o adubo de curral era considerado o melhor dentre todos os elementos fertilizadores. Mas então não se sabia que aqueles quatro elementos essenciaes á alimentação permanente do cafeeiro — o azote, o acido fosforico, a potassa e a cal — se encontram no adubo animal em proporção reduzidissima. Isto explica a razão pela qual são necessarias quantidades extraordinárias desse adubo para que se obtenham resultados vantajosos e demorados. Só com tal fertilizante é impossivel obter-se grande produção generalizada a todos os cafezais ao mesmo tempo.

Armados desses principios fundamentais, os sindicatos retro-aludidos terão de, combinados entre si, organizar a aquisição e a fabricação em grosso dos adubos quimicos. Para obtê-los a baixo preço, se haverá recurso aos grandes carregamentos, por navios de frete muito baixo, de salitre e guano do Chile e Perú; de escórias da siderurgia norte-americana, belga e alemã; de potassa de Strausfurt, e assim por diante. Poderá então ser encarado e resolvido o problema da produção nacional do acido fosforico, obtido dos depositos mineraiis do Ipanema, de Laranjal, de Jacupiranga, de Pirapora, e do azote fabricado, como na Noruega, em usinas hidro-elétricas.

Essa organização teria de metodizar o aproveitamento de todos os residuos uteis á agricultura, hoje desperdiçados.

Teríamos, para principiar, de ver aproveitado em adequadas usinas municipais todo o lixo de nossas cidades, grandes e pequenas, lixo cuja sistemática cremação nos traria volumoso suprimento de cinzas. A atenção dos dirigentes seria solicitada, por tais corporações, para o absurdo da permissão de saída para o estrangeiro dos ossos dos nossos matadouros e frigoríficos, bem como da applicação dêles a indústrias de botões, por exemplo, roubando-se-os á agricultura (para farinha de ossos, rica em acido fosfórico) quando tantas outras materias primas para botões existem no Brasil. Em 1926, exportámos de ossos 5,331.422 quilos. Com o natural desenvolvimento de nossa pecuária, esse algarismo urubindo sempre no futuro. E' uma ingeniá-

dade nossa o não encaminharmos esse rico fertilizante para as nossas terras, por meio de legitimo imposto pezado de exportação, uma das raras hipóteses em que tal especie de tributos pode ser defendida.

A adubação química não exclue, antes a reclama como auxiliar, a produção dos adubos dos estabulos. Tão descurado anda este assunto entre nós que nossos melhores residuos industriais, applicaveis á alimentação de nossos gados estabulados, são tranquilamente exportados, quando sua saída devêra ser proibida: — são os farelos, em suas variadas especies. Para se não baixarem seus preços no mercado interno, êles são exportados para o extrangeiro! Só em 1926 saíram barra-fóra..... 52.294.986 quilos, que poderiam facilitar a alimentação, e a produção de adubo animal, a milhares e milhares de cabeças, com real serviço á multiplicação de nossos gados, isto é, ao barateamento das carnes e do leite.

Os capitais necessários para importação e fabricação em grosso dos adubos são imprescindivelmente avultados. Mas, somas muitissimo mais avultadas está a lavoura de café a gastar em juros e comissões de empréstimos externos para valorizações, e em armazens e taxas de armazenagem, solução simplista que nos vai sacrificando, como já vimos.

O problema da adubação barata e generalizada deveria constituir uma das preocupações

dominantes das Secretarias da Agricultura, nos Estados e na União.

Outra preocupação a reclamar-se desses departamentos administrativos é a de lançarem-se resolutamente na cruzada da Irrigação. Adubação e Irrigação não podem ser realizadas da noite para o dia. Reclamam anos e anos de lento trabalho. Razão de mais para que mais depressa metamos mãos á obra.

Irrigação de cafezais!... Antevejo o sorriso de descrença nos labios de muitos de meus leitores-agricultores. Não me surpreendo: — A Rotina é um deus agrícola. Contra ela, a Ciência.

Providos de força motriz hidro-eletrica, hoje espalhada por todos os recantos de nossa região cafeeira, podemos e devemos levantar para grandes reservatórios, cavados nos espigões de nossas colinas, as aguas de nossos ribeiros, ribeirões e rios. Em toda parte do mundo a irrigação eleva o valor da terra de 1 para 10. E eu conheço considerável número de fazendas de café em condições de realizar êsse precioso melhoramento.

A transformação das condições de produção, por unidade de pé de café, vai pôs permitir forte redução da tarifa ferroviária para transporte do produto.

O essencial nesta questão, assim complexa é uma convicção inabalavel de que a equação é esta: + Adubação + Irrigação + Viação = Riqueza Agrícola.

Café e câmbio

Plano da defesa do café

DONATO MARTINS

PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, (do *Diário Oficial* FEDERAL DE 21 DE JUNHO DE 1924)—SUPPLEMENTO DA ATA DA REUNIÃO DESTA COMISSÃO, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1924—PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

O sr. Donato Martins, em data de 30 de outubro de 1923, apresentou á consideração da Câmara dos Deputados um bem elaborado projeto de amparo ou defesa do café, para impedir as grandes oscilações de preço deste produto, que constitue, hoje mais do que nunca, o pilar central de toda a nossa estrutura econômica.

Não são mais novidades para nós os planos de valorização, de amparo ou defesa do café; desde a primeira operação de larga envergadura, empreendida pelo Estado de S. Paulo, descrita e comentada em tratados financeiros europeus, até as duas últimas levadas a efeito nas presidencias Wencesláo Braz e Epitacio Pessoa. Se, por ocasião da primeira destas operações, a finança européa e a indígena insurgiam-se contra a novidade; com o correr dos tempos já não pôde haver mais motivo para grande estranheza, pois congêneres operações, embora moldes diversos, têm sido tentadas e estão sendo realizadas na Grecia, com as suas passas, no Canadá, com os seus grãos, na Austrália com as suas lãs e nas colonias inglesas da Asia, com a borracha.

O que tem chamado, para os planos brasileiros de valorização do café, o ciúme despeitado dos interessados, tem sido o fato de terem elles assumido o cunho de um "corner" comercial, com os fins de açambarcamento para forçar a alta dos preços do produto, isto é, ter tomado o governo brasileiro o papel dos magnatas das Bolsas de Nova York, Antuerpia, Havre, Hamburgo ou Trieste que organizavam os estoques e procediam depois á regularização da oferta para o consumo.

Dêste fato decorre, é bem de ver, a nova orientação que se vai tentando dar, sob o influxo, sobretudo, das idéias defendidas com tenacidade e realizada sem tergiversações pelo atual ministro da Fazenda, sr. dr. Sampaio Vidal, quando baseou a defesa do produto na regularização da oferta, formando, dentro do país, os estoques de compensação.

E' nesta ordem de idéias que está calcado o bem elaborado projeto do sr. Donato Martins que, aliás, desde o principio da sua exposição de motivos, declara-se francamente favorável ao Instituto da Defesa Permanente do Café, tendo o seu projeto apenas um ca-

ráter provisório, enquanto não estiver em pleno funcionamento êsse instituto.

A peculiaridade do seu projeto vem a ser que a defesa do produto deve ter como base essencial um preço minimo em ouro, ou melhor em esterlino, que êle admite dever ser de £ 2-10-0 por saca, para o que chama o tipo 4 de Bolsa, elevando-se a £ 3-0-0 para o tipo 4 de exportação — "good bean, good roast".

Com a sua longa experiência, acha o autor que a classificação será de 40 % para o 1.º tipo, 20 % para o 2.º e restando 40 % para as qualidades inferiores, que reputa, uma vez beneficiados e classificados, suscetíveis de serem exportados com lucros, para os países de circulação desvalorizada.

Adotando como base do seu plano o preço minimo em esterlino, ligou o sr. Donato Martins, inteligentemente, a operação de valorização ou amparo do café á nossa obsedante questão cambial, pois, como êle mesmo afirma "assim como não é justo que se queira ter café a 180\$000 a saca com câmbio de 12 d., tambem não é justo que se tenha café a £ 2 ou £ 1 a saca com cambio a 5 ½ d.

Hoje, diante de circulações em gráus diferentes de desvalorização, a questão cambial está intimamente ligada ao nível dos preços; assim não se poderá estudar detidamente o câmbio entre dois países sem cotejar os níveis dos preços entre êsses mesmos países.

Isto significa o seguinte: se no nosso país o preço de uma utilidade se eleva desmedidamente em termos da nossa circulação e se o preço dessa mesma utilidade no outro país ficou estacionária ou elevou-se em proporções mais moderadas, para que possamos vender a nossa mercadoria é necessário que o nosso câmbio se adapte ao nível dos preços no estrangeiro.

Para pôr bem claro a influência do nível dos preços nas taxas cambias, para aqui transcrevemos um tópico de discurso que sobre o assunto proferimos:

"Suponhamos que um fazendeiro de café mandasse todos os anos uma partida de mil sacas dêsse produto para Londres. Em 1913, com o câmbio a 16 d., e o café a 16\$000 a arroba, essa partida de 1.000 sacas custava aqui quarenta contos de réis.

Ao câmbio de 16, quer dizer a 25\$000 a £ êsses 40:000\$000 lhe produziam em Londres £ 2.666. Vejamos agora a nossa situação em 1920. O café subiu aqui 200 %, passou a custar 30\$000 a arroba, mas lá na Inglaterra só subiu 50 %. De modo que essas mil sacas que custavam no Brasil 120:000\$000, só produziram na Inglaterra £ 4.000. Se se man-

tivesse o câmbio a 16 d., 15\$000 a libra, 4.000 só lhe forneceriam 63:000\$000, enquanto elas lhe haviam custado 120:000\$000. Ele não venderá, portanto, as suas letras de café enquanto as £ 4.000 não lhe dêsse os 120:000\$ que o café lhe custou; daí resulta o câmbio 8 d., que representa a adaptação da taxa cambial ao desnivelamento dos preços entre a Inglaterra e o Brasil.

Esta influência do nível dos preços sobre a situação cambial de dois países, está sem reservas, admitidas por todos os quasi todos os que se occupam de tais assuntos.

Vinda no número de 12 de janeiro do "Economist", o redator financeiro, estudando a situação cambial entre a Inglaterra e os Estados Unidos e pesquisando as causas da depreciação da libra em relação ao dolar, depois de mostrar que o pagamento de um coupon da dívida da Inglaterra para com os Estados Unidos não seria capaz de explicar a fraqueza da libra, vai procurar alhures as causas essenciais de tal depressão.

"In second place, as between two currencies which have no commons link, it is generally accepted that the exchange tends to settle at a point determined by the relative purchasing power of the two currencies, as measured by the ley and of prices."

Em segundo lugar, entre duas circulações que não têm elo comum, é geralmente aceito que o câmbio tende a estabilizar-se em uma taxa determinada pelo relativo poder de compras das duas circulações medido pelo nível dos preços.

Dáí segue estudando os numeros índice dos dois países, e mostra que em dezembro o aumento dos preços sobre os de 1913 foi de 56 % na America e 58,3 % na Inglaterra, para elevar-se neste mesmo país a 70 % em janeiro do corrente ano, isto devido principalmente ao alto preço do algodão e de outras materias primas que a Inglaterra é obrigada a comprar na America.

Enquanto elas estão sendo transformadas em manufacturas para a exportação, o câmbio inglês fatalmente enfraquece.

Assim, o câmbio sobre Nova York que, em setembro estava em \$4.52, em fins de dezembro de 1923 estava em \$4.35 e em janeiro em \$4.29.

Muitas outras causas é claro, concorrem para a variação das taxas cambiais, mas inconscientemente o nível dos preços assume uma importância excepcional, nos tempos atuais, pois decorre principalmente da inflação que predomina no mundo. Mas justamente o que eleva esse fato da formação dos câmbios a uma accentuada predominancia é o fato do nível dos preços nos diferentes países, não acompanhar uniformemente a inflação, ou a deflação, e segundo estudos acurados realizados pela secção económica e financeira da Liga das Nações.

A tentativa, portanto, do sr. Donato Martins de fixar, para o café, um preço mínimo remunerador em ouro, é digna de ser estudada com

atenção pelos poderes públicos, empenhados em dar uma solução permanente ao nosso magno problema.

O seu plano ou projeto é baseado em três condições essenciais:

1., fixação do preço-ouro; 2., capital maximo para garantir esse preço; 3., regularização das entradas.

Para garantir essa triplíce base que elle reputa essencial para o êxito da operação estuda o proponente minuciosamente o modo do governo adquirir e organizar o seu estoque e qual a sua atuação no caso desse estoque se completar, devendo suspender-se as entradas de cafés-tipo em excesso nos entrepostos até que a procura se normalize.

Além do café adquirido pelo governo estabelece um estoque maximo e um estoque minimo nas praças de Santos e Rio e proíbe que se retenha o produto por mais tempo do que o estritamente necessário para regularizar a oferta, isto é, visa impedir que essa regularização se transforme em um "corner" de açambarcamento para forçar a alta dos preços.

O estoque máximo deverá ser de dois milhões de sacas em Santos e 600 mil no Rio; e o minimo de um milhão em Santos e 300 mil no Rio.

Conjugando a limitação das entradas, fixadas para Santos em 35.000 sacas diárias e 12.000 para o Rio, com aquisição maximas pelo governo de 400.000 sacas em Santos e 100.000 no Rio, acha que estará garantida de um modo intangível a valorização.

Para essa aquisição bastará um empate de capital de 57.000 contos, numeros redondos, para aquisição desse estoque de 500.000 sacas.

Autoriza mais o projeto emprestimos pelo Banco do Brasil á taxa de 6 %, por meio da emissão de notas conversíveis a 12 d., sobre o lastro dessas 500.000 sacas, para isso estabelece o preço em esterlino de £ 3-0-0 por saca para a primeira qualidade e £ 2-10-0 para o tipo — Bolsa — podendo o Banco do Brasil adeantar 40\$ por saca de café depositado ou 70 % preço do café warrantado.

De tres fontes podem provir os recursos para levar por deante este plano: 1., emprestimo externo, ouro; 2., emissão de papel-moeda conversível em ouro ao câmbio de 12 d.; 3. emissão pelo Tesouro de titulos ouro, em libras; mantendo os preços estipulados.

Entra mais o proponente em uma série de minucias para regularizar a operação e cercar de todas as garantias a execução do plano.

Esta exposição sucinta dos traços predominantes no projeto do sr. Donato Martins é mais que suficiente para mostrar que, em suas linhas gerais, elle concorda com a orientação predominante na administração sobre tal assunto, e nestas condições a comissão abstem-se entrar no merito d'ele.

Para corroborar o que afirma transcreve o relator para este parecer o que estatue a lei da Receita, de 1924, no seu art. 2., n. IX.

Art. 2. — E' o presidente da República autorizado:

IX, a organizar o Instituto da Defesa Permanente do Café, criado pelo decreto n. 4.548, de 19 de junho de 1922, cujas disposições poderão ser revistas e modificadas de acôrdo com a experiência, e a prover especialmente sobre o seguinte:

1.º, regularização das entradas de café nos portos e mercados pela limitação dos transportes;

2.º, celebração de um convênio com os Estados cafeeiros, para que estes votem uma taxa de viação de oitocentos réis, ouro por saca de café destinada a garantir um empréstimo para constituição do fundo da defesa permanente do café, sendo o instituto representado na operação de crédito pelo ministro da Fazenda;

3.º, a taxa será arrecadada pelas estradas de ferro, entregue mensalmente ao Banco do Brasil e creditada em conta especial do Instituto;

4.º, a importância do fundo será aplicada exclusivamente em operações de defesa do café, podendo parte dessa importância ser empregada em títulos públicos de boa cotação e reconhecida segurança;

5.º, o poder executivo expedirá regulamento para organizar o instituto em todos os seus detalhes.

Como se verifica, as idéas predominantes contidas na autorização dada ao govêrno, são da regularização da oferta e da aquisição de recursos, ouro, para base das operações.

Nestas condições, opina a comissão por que seja impresso o projeto do sr. Donato Martins e figure como uma contribuição á elaboração do regulamento que o poder executivo está autorizado a confeccionar para organizar o instituto em todos os seus detalhes.

Sala das Comissões, junho de 1924. — *João de Faria*, presidente. — *Benlo Miranda*, relator. — *Plínio Marques*. — *Alves de Castro*. — *Floro Bartholomeu*. — *Fidelis Reis*.

PREFÁCIO

Somos daqueles que louvam a ação do govêrno promovendo a defesa da nossa produção, mas os nossos louvores sofrem restrições, porque em varios pontos de vista divergimos do pensamento official. Nas medidas postas em pratica para a consecução do fim colimado, há muita coisa que não está certa e é lamentavel que o govêrno de forma discreta e officiosa procurasse impedir, como fez a principio, a livre crítica de suas orientações financeiras, influenciando os jornais de grande prestígio perante a opinião pública para não agazalharem as opiniões contrárias á sua ação. Havia um erro profundo nessa fórma de apreciar os serviços que poderiam prestar ao país e ao proprio govêrno os que trabalhando e estudando se acham em condições de oferecer aos governantes contribuições de um alto valor elucidativo, por partirem de homens capazes, praticos e que vivem no mundo dos negocios. Somente uma errada concessão psicologica é que poderia, como aconteceu, levar o govêrno

a julgar perniciosas as publicações destinadas ao debate franco das idéias que versam sobre a valorização. Se justificaria a concessão governamental se por acaso se tratasse de campanhas demolidoras com intenções occultas, mas se as idéias partem de homens de comércio, desligados de partidos e estranhos a qualquer influencia política, por que embarçar-lhes o direito de critica, uma vez que essa crítica se desenvolve na esfera serena dos principios e só poderia ser fecunda pelos ensinamentos que poderia trazer e pelas sugestões que deveria despertar?!

Foi, pois, em boa hora que o govêrno, mudando de orientação procurasse, como procura, acolher para estudos todas as idéias que se lhe sejam apresentadas. Sob essa impressão, a Câmara dos Deputados, graças ao concurso do illustre doutor Amaral Carvalho, deu guarida e dispensou ao presente estudo de Donato Martins um exame atento. Lido naquella casa do Congresso, onde foi lisonjavelmente apreciado, mereceu ser transcrito na integra na "Diário Official" tendo também dêle se occupado com vivo interesse em seis colunas a "Gazeta de Notícias", do Rio.

Foi pela referida folha carioca que elementos de destaque em nosso mundo financeiro ficaram conhecendo o presente trabalho que o autor resolveu dar á publicidade em livro, encorajado, como foi, por personalidades em evidencia no comércio de café e na direção dos negocios públicos.

Donato Martins pertence a uma geração que desde cedo se dedicou ao comércio de café. Fez estágios nos armazens e nos escritórios, como auxiliar de grandes firmas da praça de Santos, onde pouco mais de adolescente, era tudo como dos mais esforçados e competentes conhecedores dos negocios de café. Estudioso, á sua intelligencia, não bastou o desempenho dos seus deveres nos grandes escritórios junto ás administrações das empresas que operavam sobre café. O seu espirito, seqioso de conhecimentos, levou-o a estudar o café em todas as suas relações com o fenômeno econômico brasileiro, o que êle vem fazendo nas horas que lhe sobram dos seus afazeres de comerciante.

O café exerce e durante alguns anos exercera o seu papel predominante em nossa economia interna. E' êle o elemento determinante em nossa balança mercantil que nos proporciona os grandes saldos em ouro, que ora nos asseguram situações financeiras lisonjeiras, facilitando-nos os serviços de nossa divida externa, ora impedem maior queda da nossa moeda. Café e câmbio são, por isso, entre nós, termos correlatos e entre si dependentes, e o estudo de um não pode ser feito divorciado do outro.

O problema da defesa do café tem nessa interpedência o seu eixo principal. Dela não se poderão afastar aqueles que buscam a formula definitiva que deve solucionar a mais difficil e melindrosa das nossas questões vitais. Donato Martins teve a penetração do assunto, porque soube visa-lo por êsse prisma.

Daí a circunstância de fazer precisamente dessa interdependência, o "pivot", o ponto de apoio do seu estudo.

As coligações de certos banqueiros europeus, como tivemos a prova recentemente, promoveram ilícitamente a queda do franco. Impotente pelos meios normais para uma resistência que tivesse por fim nulificar a ação dos baixistas, o governo francês teve que recorrer a meios violentos e pensa em promulgar leis especiais estabelecendo fortes penalidades para os manobradores desonestos do mercado cambial.

Nós que estamos sempre retardados em nossos casos de previdência econômica, não devemos esquecer o exemplo francês. Defendendo a nossa produção, devemos, para que seja eficaz essa defesa, estar vigilantes no mercado cambial, que é hoje, em todo o mundo, o campo vasto das grandes manobras especulativas que amedrontam os governos e arruinam as nações.

A ciência econômica nos tempos contemporâneos, para ser fecunda em seus ensinamentos, não pode ser encarada dentro daqueles moldes severos, fixados pelo genio de Adam Smith e que, mais tarde, o espirito vulgarizador de João Batista Say tornou amplamente conhecidos. Nas batalhas econômicas modernas os que desejam vencer, necessitam de armas modernas de ataque e defesa e para não serem surpreendidos pela violência inesperada dos mercados insidiosos, precisam conhecer certas combinações criadas pela especulação mercantil que, em dado momento, podem servir de pára-choque e tornar vitoriosa a resistência contra os mais violentos assaltos. O comandante exportador, quando tem em estoque mercadorias que nos mercados estão sofrendo depreciação em virtude de alta cambial, cobre-se no câmbio, vendendo moeda estrangeira, evitando assim os prejuizos decorrentes da queda de cotações, e que, sem essa medida, seria inevitáveis.

Foi partindo dêsse ponto de vista que o autor dêste trabalho, ex-lavrador e atualmente comerciante, mas sempre ligado aos negocios de café, apreciando o mecânismo dos mercados e a sua relação com o câmbio, concluiu que para a defesa do café é mister não olvidar aquêle, a exemplo do que faz o exportador.

Daí a necessidade do estabelecimento do preço do café em ouro, como base ás operações de compra que o governo venha a fazer, se for necessário, para garantir outra condição do projeto: o limite de preço mínimo. Dentro dêsses dois termos — preço em ouro e limite mínimo de preço — repousa a garantia do exito do projeto se por ventura chegasse a ser adotado.

Entende o autor que com essas duas medidas ficam simultaneamente atendidos os interesses da lavoura, do comércio de café e das finanças do país.

O governo, uma vez estabelecido, o preço em ouro, entraria no mercado comprando e pagando em mil réis brasileiro o equivalente

ao câmbio do dia no caso em que as ofertas não ultrapassassem o preço mínimo prefixado para cada safra. Comprado, o governo se cobriria no câmbio. Feito isso, se ocorresse uma queda brusca no mercado em virtude de alta cambial, o governo poderia vender pelo preço mínimo correspondente á taxa cambial e tambem se cobriria, ao inverso, comprando cambiais. E assim se repetiriam as operações em longa seqüência, sem que daí adviessem prejuizos. No caso em que uma proxima safra soffresse bastante por motivos meteorológicos, o governo atendendo á nova situação criada por tais fatores determinaria um novo preço mínimo superior ao prevalecente.

Ao ler as demonstrações e estudando os esquemas para justificar o mecânismo assim imaginado por Donato Martins, nos veiu á memoria, por ter com êle certa analogia, o sistema criado por Conaut para soffrear as oscilações cambiais, sistema êsse conhecido entre os economistas norte-americanos e ingleses pela denominação de "Gold Exchange Standard" e que se baseia no seguinte:

O Estado estabelece uma taxa invariável entre a prata e o ouro e institue caixas nas principais praças com reservas de ouro, obrigando-se a trocar, para as necessidades do comércio internacional, ouro contra prata e vice-versa, á taxa de antemão fixada. Desta fórma o câmbio se estabiliza uma vez que seja de ouro o padrão-moeda dêsse país. Para estabelecer o preço mínimo em ouro para o café, Donato Martins parte do mesmo principio em que se inspirou o citado economista norte-americano.

A economia social está dia a dia ampliando o seu campo de ação sob o ponto de vista da intervenção dos governos na circulação da riqueza. Outrora os deveres dos governos se restringiam apenas em garantir a segurança pública, a propriedade, a liberdade de comércio e a promover facilidades de transito, por meio de estradas, caminhos de ferro e linhas de navegação, ao passo que hoje, dada a concepção moderna, cumpre aos governos uma tarefa mais ampla e mais árdua. Defender, por todas as fórmas a riqueza de uma nação é o dever maximo dos poderes públicos. Entretanto, o caso do café é uma caso todo especial e o Brasil para resolvê-lo não procurou fórmulas com os sociólogos europeus e não pediu ensinso ás nações mais velhas. Não imitou. Não copiou. Não fez adaptação e nem transplantou idéias, que, fecundas em outro ambiente econômico, aqui poderiam se estiolar por inadaptaíveis como sucede a certas plantas exóticas. O país, rompendo com a tradição, vai, êle próprio, fazer a "sua economia". Divorcia-se dos economistas europeus para reformar a ciência econômica, inovando-a, emprestando-lhe novas bases e implantando em seus domínios idéias novas e ousadas. E' êste o nosso modo de pensar perante a estrutura do projeto do Aparelho de Defesa do Café, tal como foi ideado pela Sociedade Rural Brasileira e do qual se fez paladino e arauto o dr. Gabriel Ribeiro dos Santos.

Temos a mais absoluta fé naquela criação, se não fôr adulterada, se os regulamentos subsidiários forem elaborados com critério diferente daquele que presidiu ás atuais medidas em vigôr, eivadas de erros, incoerências, absurdos comerciais, heresias econômicas e iniquidades de que oportunamente nos ocuparemos (1) e que deram em resultado uma valorização que mais aproveitou ao comerciante adventício e ás empresas estrangeiras do que ao lavrador.

Os nossos homens de govêrno, com um tal aparelhamento e com um rumo mais seguro poderão encaminhar o país para um porvir de plena prosperidade, tornando-o em futuro não remoto, uma solida potencia econômica. Um tal êxito trar-nos-ia tambem vantagens morais proporcionando-nos oportunidade para pôr em fôco perante o mundo, a obra paulista, a capacidade valorosa de nossa raça, evidenciada nessa cultura organizada que olhos penetrantes habituados a calcularem as riquezas coletivas e os patrimônios das nações, e a compará-los, consagraram como o mais admirável triunfo econômico do seculo XX.

Mas um tal êxito que viria tornar conhecida, em proporções grandiloquas, a epopéa dos nossos abridores de fazendas, poria tambem em relêvo a resistencia dessa mesma raça, sem vacilações nos dias de perigo e sem desanimo nas horas de angustia, e que, por si só e pelas criações do seu espirito soube organizar a defesa do patrimônio comum.

Mas, nas resoluções e nas medidas postas em prática, enquanto não entra em funcionamento o Aparelho, há falhas e desacertos. Atirar pedras ao govêrno por isso é injusto porque se êle errou, em parte foi por ter ouvido as sugestões de homens julgados capazes de bem orientá-lo e de corporações cujas idéas, confiante, êle adotou na presunção de que seriam as mais acertadas e que melhor atenderiam aos interesses em causa.

Se a prática demonstrou o erro de tais medidas cumpre removê-las ou substitui-las, mas, o essencial é promover o debate da questão amplamente e aceitar, em principio, para análise e julgamento imparcial, as contribuições de todos aqueles que se têm devotado ao estudo do assunto.

Em sua concepção geral o estudo de que é objeto este opusculo é viável sob varios pontos de vista, mas, se-lo-á tambem pela forma indicada da assistência financeira?...

De qualquer forma o trabalho representa um nobre labor de meditação e estudo, pelo esforço que desenvolve e pelas contribuições que encerra para a história das nossas magnas questões.

Uma nova mentalidade se formou entre as novas gerações que nêstes últimos anos se consagraram á carreira comercial. Divorciados das futilidades da vida moderna, há, nas principais cidades do país, numerosos moços afeiçoados a estudos serios, perseverantes em seus propositos de contribuirem com o seu quinhão em tarefas laboriosas com o único fim de beneficiarem a comunhão nacional.

A vida comercial do país, bafejada por um sopro de entúsimos, evidencia fortes energias acumuladas, que, em serviço de um latente espirito de iniciativa, estão destinadas a operarem prodigios. Graças a essa nova força propulsora há, nos centros de trabalho mais cultos, a idéa da cooperação para vencer e a preocupação da disciplina e organização para vencer depressa. O egoismo pessoal cede terreno a uma consciência coletiva que deseja colocar o comércio nacional ao mesmo nível do das grandes nações da Europa e da America do Norte.

Daf o trabalho intenso, imoderado, de uma pleidade de comerciantes inteligentes e cultos, nas bolsas, centros industriais e institutos mercantis, regulamentando mercados, remodelando praxes, fazendo arbitragens, solucionando controversias, condenando abusos, sugerindo e animando novas culturas, aconselhando melhores processos de beneficios, vulgarizando fórmias novas de ampliação de credito, combatendo a rotina e clamando contra a falta de transportes... Daf a operosidade das associações comerciais que com formidável e crescente prestigio, cooperam com o govêrno na confecção dos orçamentos da nação.

Uma obra fecunda está se criando nessa esfera de trabalho graças a essa nova mentalidade da qual é uma manifestação positiva o presente estudo, que vale como a expressão de uma época em que moços cheios de entúsimos e de abnegação, consagram suas vigílias a estudos agudos e calculos fatigantes, procurando colaborar patrioticamente na solução dos problemas que dizem de mais perto com a grandeza e segurança da nação.

(1) *Os Erros da Valorização*, livro em preparo.

O café na Alemanha

O. PARANHOS DA SILVA

O exame, mesmo perfunctório, de alguns capítulos das estatísticas relativas ás importações alemãs, põe, desde logo, em plena evidência quanto conviria que volvessemos incontinentemente nossas vistas para este grande mercado.

No que diz respeito, porém, ao consumo e importação de café, as cifras são tão significativas que, mesmo quando apresentadas sem comentários, dão uma idéa clara, precisa, da relevância d'este mercado e, o que é bastante doloroso, de quanto temos, com inexplicável indiferença, perdido nos últimos anos.

Todos sabem perfeitamente que, não há muito, a Alemanha foi o país europeu que mais importou café e consumiu de preferência o produto brasileiro. Mas isto não basta. E' necessário, que todos saibam também, que, em futuro próximo, este país voltará a ser, aqui, o maior importador de café e, se não tutelarmos conveniente e prontamente nossos interesses, arriscámos passar a ocupar um lugar secundário entre seus fornecedores.

Com referência á marcha do consumo do café na Alemanha, convém inquirir as seguintes estatísticas:

Quintais ou "Per capita"

1836/40.....	266.000	1,01
1841/45.....	353.730	1,25
1846/50.....	398.100	1,34
1851/55.....	490.540	1,57
1856/60.....	597.700	1,79
1861/65.....	659.240	1,87
1866/70.....	828.270	2,20
1871/80.....	932.490	2,27
1876/80.....	1.015.660	2,33
1881/85.....	1.109.070	2,44
1886/90.....	1.142.630	2,38
1891/95.....	1.228.970	2,41
1896/900.....	1.468.510	2,69
1901/05.....	1.762.390	3,00
106/10.....	1.891.820	2,99
1911.....	1.816.810	2,79
1912.....	1.681.580	2,53
1913.....	1.642.400	2,44
1920.....	404.360	0,66
1921 (1).....	757.890	1,25
1922.....	364.680	0,59
1923.....	384.680	0,61
1924.....	549.130	0,87
1925.....	887.770	1,42
1926 (2).....	904.432	1,63

1) De maio a dezembro.—2) Cifras provisórias.

Atestam essas cifras que o consumo geral se estendeu ininterruptamente até 1906/10, quando a média atingiu 1.891.820 quintais.

O maior consumo por habitante, três quilogramas, foi registrado em 1901/05.

Em seguida, houve declínio até o último ano que precedeu a guerra, cuja quota "per capita" voltou a ser a de 81/85, ou quilogramas 2,44.

Depois da guerra, apesar da grande depressão econômica que soffreu a Alemanha, o consumo recomeçou a progredir lenta porém regularmente.

Em relação ao futuro, supomos que o progresso continuará a ser paulatino mas certo.

Diversas causas, em nosso fraco entender, impedem que o desenvolvimento se efetue com a rapidez que seria para desejar. Ainda perduram muitos dos efeitos da grande crise que assobrou o paiz, crise que só agora parece ter sido vencida.

São conhecidos os pesados encargos que suportou o povo alemão e que diminuem consideravelmente sua capacidade aquisitiva, mormente agora que os preços de todos os artigos, inclusive os do café, são muito mais elevados do que em 1913.

Os direitos aduaneiros que eram de 60 marcos por quintal, passaram a ser de 130, tendo sido elevados de 116,6 %.

O operario duma grande cidade, celibatario, ganhava, em média, em 1913, 1.300 marcos anuais e pagava de taxas, impostos directos e indirectos, cerca de marcos 129,54, ou 9,96%. No momento actual percebe 1.500 e concorre anualmente com 385,64 ou 25,71 %. O empregado superior de uma empresa particular, casado, com dois filhos, ganhava, por ano, 14.400 marcos, pagava marcos 2.042,57 ou 14,18 %; hoje ganha o mesmo e contribue com marcos 4.163,94 ou 28,92 %.

Os habitos adquiridos pelo povo, durante e depois da guerra, de abster-se de consumir ou de reduzir o consumo de café, serão conservados por algum tempo.

E' compreensivel, pois, que, aqui, mais do que em qualquer outra parte, o consumo de succedaneos haja tomado assutadoras proporções.

Nenhuma estatística foi organizada, aqui em Bremen, do consumo de succedaneos, mas para uma idéa aproximada de como o mesmo deve forçosamente encontrar larga aceitação, fomos informados do seguinte: em regra, uma familia de trabalhadores composta de cinco pessoas, das quais três crianças de 1 ½, 7 e 12 anos, respectivamente, consome em 4 semanas 1.250 gramas de succedaneos, cujo custo varia entre 0,56 e 100 marcos. Se a familia quizesse consumir, no mesmo espaço de tempo, um quilograma de café de qualidade média teria que despender 4,80 marcos.

Em 1894, quando outras eram as condições do paiz, calculava-se que as fabricas produziam aqui sucedaneos com chicorea, cevada, figos, trigo, etc., etc. e que este paiz consumia 1 ½ milhões de quitais de café e 2 milhões de sucedaneos.

Vem a pêlo, aqui, denunciar a atividade sumamente danosa que desenvolve a "Kaffee-Handels-Aktiengesellschaft", que explora o chamado "Café-Hag". Essa empresa apregôa, com fins exclusivamente mercantis, que o café "quando não purificado de unumeras imundiciês (cêra etc.) e de substancias nociva cafeina" é um a bebida destruidora do genero humano. Dispondo, como dispoe atialmente, de recursos, esta empresa, por meio de pamplêtos anuncios, conferencias, etc., etc., alarga por todo o paiz sua nefasta propaganda, co-operando assim para difundir a injusta prevençõ que muitos já nutrem contra o café.

Uma propaganda inteligente, pratica e perseverante, poderá neutralizar a açõ dos demolidores, inimigos interessados ou gratuitos café. Nossos consulados poderão com vantagem e economia, ser encarregados desta propaganda, desde que dispomos de um pequeno fundo para cobrir as despêsas que este genero de trabalho exige.

Passando a tratar das importações, importa oferecer estas estatísticas:

Exportação geral de café na Alemanha em quintais:

1910.....	1.831.900
1911.....	1.708.560
1912.....	1.708.670
1918.....	1.683.440
1920.....	405.720
1921.....	1.037.370
1922.....	367.960
1923.....	387.440
1924.....	554.400
1925.....	908.700
1926.....	1.049.144
1927 (Jan. a Maio).....	548.667

Revelam êsses algarismos, com evidência, que entristece, que se nos 3 últimos anos, anteriores ao da guerra, vendemos á Alemanha, respectivamente, 71,1 %, 82,7 %, 74,5 %, 60,8 % de todo o café que ela precisou importar cinco anos depois de firmada a paz isto é, em 1924, quando suas importações recommearam a entrar em via de normalização, em virtude da reforma monetária e estabilização do câmbio, passamos a fornecer apenas 48 %; em 1925; 42,9 %; em 1926, 40,9 %; e nos primeiros meses dêste ano, 42,2 %.

Enquanto retrocedemos ou caminhamos como lêmas, nossos concorrentes progredem, avançam resolutamente.

A Guatemala, por exemplo, em 1910 forneceu na razão de 9,5 %; em 1911 de 9,9 %, em 1912, de 10,7 % e em 1913, de 12,7 %. Finda a guerra, exportou para aqui na proporção de 9,5 em 1921, 11,8 em 1922, 12 % em 1923, em 1924, 21,1 %, em 1925, 22,2 %, em 1926, e de janeiro a maio dêste ano, 21,8 %. Em relação ás nossas, suas exportações representaram 12,8 % em 1921, 16,1 % em 1922, 16,1 % em 1923, 47,3 % em 1924, 49,3 % em 1925, 54,5 % em 1926 e 51,7 % em 1927.

Não há maior exagero nas nossas afirmações. Os algarismos demonstram que principalmente de 1924 para cá, nossa principal concorrente neste mercado, a Guatemala, tem sabido aproveitar o desenvolvimento das importações alemãs.

Se consultarmos as cifras relativas ás repúblicas do Mexico, S. Salvador, Venezuela etc., constataremos que êsses países amigos alcançaram também apreciável resultado. As importações do Mexico corresponderam em 1913 a 2,4 %, em 1924 a 3,4, em 1925 a 6,1, em 1926 a 6 e nos cinco primeiros meses de 1927 a 6,2. São Salvador de 1,7 em 1913 passou a 8,4 em 1926. Venezuela que contava de concorrer, em 1913, com 3,3% conseguiu 5,6 em 1926.

E' evidente, portanto, que cedemos o passo aos nossos concorrentes. Como primeiro povo produtor de café, consciente de que nosso produto não é excedido por nenhum outro em qualidade, não devemos, de modo algum, aceitar uma situação de inferioridade em nenhum mercado do mundo e muito menos aqui onde já ocupamos um posto invejável.

Os importadores e torradores que procuramos ouvir, a respeito da preferência que vão tendo os cafés dos países concorrentes, explicam o declínio das importações brasileiras como consequência da instabilidade de nosso câmbio, alta dos preços, só recentemente moderada, falta de homogeneidade nas partidas recebidas depois da guerra, gosto amargo, cor variada do café.

O sr. Theodor Wille, por nós consultado escreveu-nos, em maio último, que contava que a situação melhorasse, já que os cafés de Santos eram agora relativamente mais baratos do que os dos países concorrentes. O maior torrador desta região, porém, despreza questão do preço para reter apenas a importância da qualidade. Na torrefação do sr. Ronning já se consumiu 65 % de cafés brasileiros, qualidade Santos superior. Pouco depois da guerra essa passou a utilizar apenas 10 %, devido exclusivamente á má qualidade do artigo que lhe impingiram como café de Santos superior. Asseverou-nos o conceituado comerciante, que todo café que adquiriu ultimamente era de cor variada, claro e amargo. Aqui dá-se preferência aos cafés bem maduros e da mesma cor. Garantiu-nos ainda, nosso informante, que todos as partidas de primeira qualidade, do verdadeiro café superior de Santos, encontrarão aqui inteira aceitação

e poderão desafiar qualquer concorrência. O café do Rio, infelizmente, não tem grande procura.

Em precedentes comunicações já tivemos oportunidade de registrar algumas dessas queixas que precisam ser examinadas pelos produtores e exportadores.

Hoje, a proposito do comércio do café, devemos lembrar ainda que as grandes casas de torrefação e revendedoras do interior procuram eliminar os intermediários dos grandes

centros de importação, estabelecidos nos diversos pórtos europeus, no intuito de aliviar o artigo do onus que representa o ganho de tais agêntes. Esse movimento, que vai tomando vulto, já alarmou as praças de Bremen, Hamburgo, Amsterdam e Rotterdam que organizaram um centro de defesa (Ausschuss). Esta inovação no curso dos negocios, deve ser seguida cuidadosamente, porque apoiada por outros, sem nossa participação, poderá coopear para o desvio da corrente de negocios.

Um grande cafezista do oeste de São Paulo

A ação de Francisco Schmidt

ARTHUR DIEDERICHSEN

Nascido a 3 de outubro de 1850 na pequena cidade de Ostrofen, margem esquerda do Rheno, perto da cidade de Worms, Francisco Schmidt faleceu aqui em S. Paulo em 18 de maio de 1924. Aos 8 anos de idade chegou ao Brasil, desembarcando em Santos, em companhia de seus pais, que com outras famílias alemãs haviam sido contratadas para as fazendas do comendador Luiz Antônio de Souza Barros, do senador barão de Souza Queiroz e senador Vergueiro, primeiros ensaios de colonização da lavoura paulista.

Mais tarde a família Schmidt mudou-se para uma fazenda em Pirassinunga, onde o jovem Schmidt contraiu nupcias com d. Albertina Kohl, quando morava na fazenda do tenente Antonio Leocadio de Matos. Mudando-se depois para a fazenda do coronel Rafael Tobias de Oliveira, em Descalvado, logo grangeou a estima e confiança do seu patrão que o deixava como seu substituto, quando ausentava-se de sua propriedade.

Em 1876, sempre gozando da confiança de seu chefe e conseguindo economizar o pequeno capital de seis contos de réis, estabeleceu um pequeno negócio na cidade do Descalvado, florescendo a tal ponto, que em 1886 pôde comprar a sua primeira fazenda agrícola. Com a alta, que se accentuou nos mercados de café em 1888, Schmidt, que então já gozava de grande crédito em Santos, realizou bons lucros, não só no comércio de café, como também na compra e venda de pro-

priedades agrícolas, que, acompanhando os preços do café, foram-se valorizando cada vez mais.

Assim foi sucessivamente proprietário em Descalvado, Passa Quatro e S. Simão, até que em 8 de novembro de 1890 comprou a fazenda Monte Alegre, em Ribeirão Preto, que conservou até a sua morte, e que foi o centro, de onde administrou as sessenta e tantas propriedades com 16 milhões de cafeeiros, a maior parte plantados por êle próprio.

A sua maior colheita chegou a cerca de um milhão e cem mil arrobas (275.000 sacas) de café.

Apezar de muito disciplinador, êle era estimadissimo pelos seus colonos, pois atendia a todos as suas necessidades e chamavam-no de pai.

Adotando o Brasil, pela "grande naturalização" como segunda patria, não esqueceu, em meio de tantos trabalhos, os deveres de cidadão.

Foi sempre vereador e presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, onde não houve melhoramento, que não contasse nêle um poderoso auxiliar.

Todas as instituições de caridade o contavam no ról de seus benfeitores.

Era uma cabeça privilegiada e um carater sem jaça; nunca tivera tempo de cultivar as letras; apenas leu nêsse grande livro aberto, que é a luta pela vida.

As estradas antigas do transporte de café no Estado do Rio

(ESBÓÇO HISTÓRICO)

CLODOMIRO DE VASCONCELLOS

A pesquisa e o estudo dos transportes no território fluminense, anteriormente á construção de várias vias férreas, devem libertar-se (em nossa opinião desvaliosa) de detalhes que não interessam diréta ou fundamentalmente á tése que nos propomos desenvolver.

Pretendendo mesmo restabelecer, pelo desenho e pela descrição, as penetrações, ou "entradas", no território, para os transportes comerciais, á medida que o povoamento se fazia e o agricultor se fixava, desbravando o sertão não vemos vantagens em reproduzir, total, ou parcialmente, roteiros de expedições que tiveram objetivos inteiramente diversos, e de que há, por vezes, tão incompletas ou incertas notícias, que facilitem inaceitáveis narrativas.

Examinemos apenas — e a cultura do café serve-nos de orientação e traça limites crônológicos — os caminhos existentes outr'ora, e os portos fluviais e marítimos, quando, nos séculos 18 e 19, o trabalho rural era intenso e muito rendoso, isolando-se, entre as lavouras, na majestade empolgante da sua superioridade, como riqueza desigualável, o café — sobre que repousam todas as realizações constata-das num dilatado período de duzentos anos.

* * *

Atendendo a constantes apêlos dos administradores e dos habitantes do Brasil, o govêrno da metrópole procurava auxiliar, quanto possível, a abertura de estradas, não sómente com rumo ás minas, que tanto preocupavam a corôa portugueza, mas, ainda, para o transporte da produção agricola, que aumentava, rapidamente, á proporção que se iam explorando os sertões e se restrngiam os proventos da mineração.

A falta de boas cartas geográficas e, possivelmente, informações, que pecavam por inexatidão ou interesses em jogo, muito contribuíram para traçados, por vezes inconvenientes de estradas que deviam atender no momento ou mais tarde, a trafegos avultados.

Cumpre não esquecer que, por muito tempo, os caminhos para Minas e para S. Paulo serviam a passageiros e para o transporte de mercaderia que, em pequeno volume facilmente transportável, representava grandes valores — ouro e pedras preciosas — e, assim, não havia precisão de alargar e conservar com grandes gastos tais vias de comunicação.

A mercaderia agricola se produzida em longes paragens, não compensaria o custo de um transporte demorado. Por isso, as lavouras,

de preferência, foram iniciadas e desenvolvidas na região e circunvizinha da baía de Niteroi, ou Guanabara, ou nas proximidades de outros portos frequentados — Angra dos Reis, Paratí, Mangaratiba, Campos, Macaé e Cabo Frio — e, a seguir, rapidamente, no massiço já conhecido, percorrido, em vária direção, pelas expedições a Minas e a léste de São Paulo, e divulgado, nas suas possibilidades e vantagens agricolas, nas suas riquezas naturais, na amenidade do clima comparado com o da região plana ou baixa, onde a malaria vitimava e reduzia os elementos de riqueza e de trabalho.

Temos, assim, e examinando as diretrizes do povoamento da terra fluminense, que acompanhar as linhas de transporte — o sistema circulatór, dentro daquele critério preferido, que dispensa detalhes inúteis e incertas informações, que se confundem vária vez com a propria lenda.

* * *

A contemporânea rêde de viação, no Estado do Rio de Janeiro, por ser de dispendiosa execução e de carissima conservação, pôde dar, a espiritos menos investigadores, a impressão errônea de que, no passado, o transporte da produção era dificultado por falta de estradas boas.

Se, nos tempos colonias, como esboçamos, os caminhos, por vario motivo, quer na direção que tinham quer na sua construção e na conservação indispensável, não apresentam aspéto impressionantes, e não passam, em sua generalidade, de irregulares vias de comunicação, para trafego reduzido, apesar da boa vontade da metrópole, em atender a insistentes reclamações dos povos, uma vez emancipado o país, observa-se, da parte dos governos, a preocupação de boas estradas — que se foram fazendo troncos de um sistema racional traçado de acôrdo com as necessidades, então reais, da circulação de todas as riquezas, quer as produzidas no território do Rio de Janeiro, quer as de procedência mineira e paulista.

Os homens experimentados e perspicazes, a cuja direção, nos dois Imperios, foi confiada o govêrno da Província auscultaram cêde as manifestações do trabalho, atentaram para a produção fluminense, observaram os valores — mercadorias — que desciam de Minas e de São Paulo, e se devotaram á execução de uma rêde de viação — modificável, de decenio para decenio pelo desbravamento do

território e deslocamento, da região litorânea para o sertão, das atividades agrícola e industrial repável, anualmente, pela ação destruída do tráfego feito por veículos impróprios ou primitivos e pela ação das águas permanentes ou periodas.

Foi uma obra exigente de despesas, complexa, e que um só governo não realizou, nem realizaria, por ser tarefa que a todas as administrações interessa — a comunhão o transporte — e que não suporta, sem consequências funestas, largos períodos de paralisação e sempre que assim não acontece, sempre que houve ou ha descuidos ou indiferenças na conservação ou no desdobramento da rede de viação a seguir se verificou, e há de verificar-se sempre depressão no trabalho, reduções da produção exportável.

Os administradores do Imperio não tinham — o lamentavel purido que hoje constitue plano inclinado para as ruínas financeiras — a fantasia impatriótica, para não dizermos criminosa, da realização completa, em cada período governamental, de obras que só podem ser perfectas e de custo razoável quando executadas com tempo e calma.

Eram meditadas, e a própria successão, não de individuos, mas de partidos políticos, não impunha a revogação ou a suspensão dos trabalhos iniciados, dos serviços em execução, — porque, acima das divergências e das orientações partidárias pairavam imperativamente os interesses gerais do povo e do país.

Foi por isso que a termo chegou a construção de longas estradas abundantes de obras d'arte, e que, abandonadas algumas delas, por omipresidência, nos últimos decenios, ou desprezadas outras por falta de tráfego, entregues assim á ação destruidora do tempo, a nda hoje impressionam bem a quantos as percorrem, por curiosidade, e ainda hoje são de possível, rapida e ligeira reparação, porque, no traçado na consolidação do leito, na intelligencia e drenagem de agua permanentes ou periódicas, etc., refletiam excelente critério técnico, e, sobretudo, esta coisa imprescindivel — fiscalização honesta e eficaz.

Examinemos a atividade dos governos provinciais.

Vemos, logo depois de criada a Província, em 1835, uma de suas primeiras leis, a de n. 4 de 27 de março dêsse ano, autorizar o presidente a contratar com a empresa, que maiores vantagens offerecesse, o melhoramento e a conservação da grande estrada geral denominada "da Polícia", no trecho comprehendido entre os limites do município da Côte, até o rio Preto, passando por Belém, numa extensão de mais de 100 kilometros. A autorzação legislativa estipulava que a estrada devia prestar-se para o transitio comôdo de carros e de caruagens, conservando-se "sempre enxuto e sem atoleiros". A empresa, que arrematasse o serviço, podia estabelecer "barreiras" para cobrança de taxas de passagem, e construir ranchos e pastos fechados á margem da estrada.

A comodidade do trajeto pela excelência do leito, pela pousada, que êsses ranchos bem cobertos offereciam, e pelo pasto fechado para animais, que assim não se extraviavam, tudo era previsto, tudo era fixado ao contrato, em que seriam limitadas as barreiras. E a Província não contribuía com dinheiros para obra de tamanho vulto; e se o custeio dela era compensado, lucrativamente, pelas taxas de passagem, de occupação de ranchos e da pastagem dos animais, isso mostra, á evidencia, o grande tráfego, que se fazia, pela estrada da Polícia, e a grande significação comercial dela.

Logo no mez immediato — abril — o presidente da Província, por outra lei, era autorizado a contratar, nas mesmas condições, o melhoramento e a conservação da estrada geral, que, ligando a capital, Niterói, ás então vilas de Cantagalo e Nova Friburgo, ia terminar na serra da Boa Vista, no lugar denominado "Registro". E, como percorresse essa estrada uma grande extensão montanhosa, lei, previdente, exigia que "em todos os lugares de serras se levantassem os paredões necessários para maior segurança e conservação".

Na mesma occasião, o governo provincial decretava a construção de uma estrada que, partindo do porto de Estrela, fosse ás margens do rio Paraíba; e autorizava a construção de uma companhia que abrisse estradas nos municípios de Campos, Macaé, Nova Friburgo e Cantagalo.

De 1836 a 1850, observa-se, da parte da administração, o maior desenvolvimento pelo problema dos transportes, do que são provas as seguintes e principais medidas: lei n. 34, de maio de 1836, mandando construir uma estrada de Magé á margem do rio Paraíba, pelas alturas de Mar de Hespanha (1); dec. n. 50, mandando melhorar e concertar a estrada entre Niterói e Maricá; decreto número 134, mandando ligar por estrada, a vila de Vassouras á estrada do Comércio; lei n. 157, de 1839, concedendo um credito de 554 contos de réis para a construção de uma estrada que, partindo de Cantagalo, se dirigisse ao rio Macaé, no lugar denominado Sapucaia, porto a que chegavam as embarcações maiores que navegavam no mesmo rio; decreto n. 168, do mesmo ano, mandando reparar a estrada geral que ligava Niterói a Campos, no trecho comprehendido entre esta última cidade e o rio Urugui; lei n. 190 concedendo créditos para a estrada entre a vila de Mangaratiba e o Saco, no mesmo município; lei número 193, abrindo o credito de 822 contos de réis para a definitiva construção da estrada entre o porto de Estrela e o rio Paraíba; decreto 194, mandando construir uma estrada no caminho denominado Bocaína, que ligava as estradas denominadas de Pirai e de Rodeio; lei n. 339, autorizando a construção de uma estrada que communicasse a vila de Rezende com a cidade de Angra dos Reis, passando pelas vilas do Bananal (S. Paulo) e Rio Claro a Capivarí; decreto n. 370, mandando concertar e melhorar a estrada de

Cantagalo a S. Fidelis, por Macapá; decreto n. 384, mandando executar a construção da estrada entre Cantagalo e Carmo; decreto n. 434, mandando abrir uma estrada que communicasse a vila de Barra Mansa com a margem do Rio Preto, passando pela freguezia do amparo; decreto n. 464, abrindo crédito para a execução de uma estrada que, partindo da foz do rio Pirapetinga, fosse encontrar a estrada que de Campos ia ter ao sertão do Nogueira; decretos 475 e 476, mandando reparar, o primeiro, a estrada de Campos ao sertão de Muriaé, e o segundo a estrada de Mangaratiba a Itacurussá; lei n. 497, mandando reparar a estrada que atravessava o município de Estrela, entre Bonga e Pilar, etc.

Onde iríamos nós parar, se referissemos todos os decretos legislativos e executivos, relativos a estradas?

Observe-se a importância das obras, exemplo, com a estrada de Cantagalo a Macaé — 554 contos; e a da Estrela ao Paraíbuna, — 822 contos, quasi cem annos, atrás, quando os salários eram insignificantes — 600 réis — e baratissimo o material.

Quanto custariam elas, se abertas ou constituidas hoje?

Os pagamentos, frequentemente, eram feitos em apólices — O tesouro provincial ficava sobrecarregado apenas com os serviços de amortização e juros dos titulos emitidos á medida que a construção se fazia.

Se a viação terrestre assim preocupava, desde os primeiros annos, a administração provincial, a navegação não despertava, menor attenção, o que se reconhece com o simples exame das medidas postas em execução: lei n. 47 de 1836, mandando abrir canais, em Itaguaí; decreto n. 85 de 1837 autorizando despesas para a organização do plano de um canal navegável, que partindo de Campos fosse a Macaé, e de Macaé fosse a Niterói, aproveitando-se lagoas e rios tendo sido construida a primeira secção entre aquellas duas cidades; lei n. 160 de 1830, mandando abrir o canal de Cacimbas, navegável, entre a lagoa de Macabú e o rio Parafba do Sul; lei n. 219 de 1840 mandando contratar a navegação, por vapôr, entre a cidade do Rio de Janeiro e o porto de Estrela, para fazer-se uma viagem por dia, no minimo, obrigando-se o contratante a fazer da fôz e leito do rio Inhomirim até aquele porto; lei n. 220 da mesma data, concedendo privilégio para a navegação, por vapôr, entre a cidade do Rio de Janeiro e o porto do Sampaio, no rio Macacú, obrigando-se o concessionário, mediante favores especiais, a melhorar as condições de navegabilidade do rio, em Porto das Caixas, fazendo-se viagens redondas de dois em dois dias; decreto n. 253 de 1842 mandando construir um cáis no Porto das Caixas, ao longo da povoação do mesmo nome; decreto n. 277 do mesmo anno autorizando a compra de uma draga para "brir e conservar abertos os canais dos rios navegaveis da Província"; lei n. 314 de 1844 mandando "encaminhar" as aguas do rio Utum para o leito do rio Iguassú, com o fim de facilitar a navegação

nêste último rio; decreto n. 507 de 1850, mandando escavar a barra do rio Iguassú; decreto n. 532 mandando escavar e limpar o Porto das Caixas; etc.

A viação férrea entrava já nas cogitações administrativas: a lei n. 120 de 1838 autorizava a assinatura do contrato para a construção de estradas de ferro, que começando na cidade de Niterói fossem ter "ás povoações de São Gonçalo, Itaboraá, Porto das Caixas, Santo Antonio de Sá, Nova Friburgo, Cantagalo, Rio Bonito, Capivarí, Maricá, Cabo Frio e Barra de S. João."; a lei n. 192 de 1840 autorizava o contrato com Antonio da Silva Caldeira para a construção de uma estrada de ferro entre a vila de Iguassú e qualquer ponto da baía de Niterói. A primeira dessas leis, em o art. 1., parte n. 2, obrigava o concessionário a "estabelecer carros de posta, movidos pelo vapôr elástico d'agua, etc." o que, pelo interessante da expressão, transcrevemos.

A renha, que á fica, parece provar sobejamente que a administração provincial se preocupou sempre com a viação.

Examinando as leis orçamentárias, na primeira metade do século passado, e os balanços dos diversos exercicios (de 1834 a 1850), verifica-se que aquella administração não poupava sacrificios com o intuito de dotar a Província das boas vias de comunicação, de bons meios de transporte.

Constam êsses algarismos do "Histórico da Companhia da Estrada de Mangaratiba", por Sebastião Ferreira Soares, 1861.

Pôde bem comprehender-se que tais pendios eram vultuosos, examinando as receitas da Província.

ANOS	ESTRADAS	PONTES	CANAIS
1835.....	23:512\$	6:463\$	6:029\$
1836.....	39:118\$	9:347\$	4:947\$
1837.....	87:870\$	56:723\$	11:424\$
1838.....	73:905\$	34:797\$	6:800\$
1839.....	91:545\$	44:077\$	14:272\$
1840.....	318:537\$	48:634\$	17:363\$
1841.....	248:860\$	29:576\$	17:669\$
1842.....	448:182\$	20:210\$	28:707\$
1843.....	386:279\$	19:245\$	4:782\$
1844.....	375:802\$	82:973\$	14:143\$
1845.....	386:779\$	55:461\$	29:764\$
1846.....	663:115\$	48:152\$	371:259\$
1847.....	595:274\$	95:155\$	348:709\$
1848.....	595:772\$	51:754\$	435:820\$
1849.....	398:563\$	14:542\$	171:397\$
1850.....	707:706\$	56:103\$	239:938\$
1851.....	322:356\$	33:824\$	50:627\$
1852.....	536:477\$	110:742\$	128:381\$
1853.....	512:953\$	41:671\$	55:271\$
1854.....	535:221\$	49:375\$	147:671\$
1855.....	707:976\$	131:332\$	109:147\$

Nessas, como em outras obras públicas, em 1837, dispenderam-se 160 contos, sendo de 487 contos a receita, o que representa 32 %



PONTE SOBRE O RIO POMBA, NO ESTADO DO RIO

H. Cozzani 1879

em 1838, para uma receita de 494 contos, as obras públicas absorveram 180, ou 36%; em 1841 a mesma verba atingiu 413 contos em uma receita de 885, o que representa 46% desta; em 1845, uma despesa de 400 contos para uma receita de 957, e quando já muitos serviços se encontravam, exigindo consignações maiores; em 1850 a Província atravessava uma crise financeira penosa — as construções de estradas, de edificios, de igrejas, etc. haviam feito emitir 8.000 contos em apólices, e o respectivo serviço de juros e amortização absorvia, numa arrecadação total de 1.200 contos, a parcela avultada de 374 contos, mesmo assim, em obras públicas, gastaram-se 250 contos, ou 20% da receita total.

Se, na primeira metade do século passado, a rede de viação tinha, na Província, apreciável desenvolvimento, de 1850 a 1900 os governos empregaram, com ligeiros desfalecimentos, esforços, para que ela melhorasse, satisfazendo plenamente ás necessidades do transporte, que era avultado.

Esse esforço quasi contínuo dos poderes públicos para que o território pudesse ser trafegado comodamente, para estímulo do trabalho rural, era excitado pela cultura do café, que contribuía, com os impostos lançados sobre elle, diréta e indirectamente, para a receita pública, com a melhor e mais avultada parcela: 500 contos, em 1840, para uma receita total de 844; 555 contos em 1845, numa receita de 947 contos; 678 contos, em 1850, para a receita de 1.200.

O café, em todos os tempos, foi a maior fonte, a mais segura fonte de dinheiro para os cofres públicos, que d'elle arrancavam recursos para o custeio de todos os serviços, de todo o aparelho administrativo, mesmo quando as suas cotações baixavam miseravelmente.

A sua cultura, de comêço circumscriita ás terras altas visinhas ou pouco distantes dos dois núcleos maiores da população — Niterói e Rio de Janeiro — ganhou, rapidamente, o massiço fluminense — percorreu-o, todo, para espraiair-se—oceanos de riquezas, por S. Paulo e Minas Geraes.

Quando as vias férreas começaram a construir-se — e vimos que foi isso pelo meado do século 19, todo o território, excepção da região nordestina, e de uma estreita faixa constituida pelas serras e grôtes limítrofes de São Paulo, em Angra dos Reis, das cabeceiras do rio do Braço á margem do rio Bracoué, estava já sob o dominio do homem do trabalho, que, instalado primeiro na orla, litoranea, foi, pouco a pouco, invadindo os sertões, alcançando, na ansia de proveitos maiores, aquele massiço.

Momento houve em que se supoz, erradamente, que as vias ferreas, e a decadência, rapidamente assinalada, de várias localidades, parecia confirmar aquella erronea suposição: Porto das Caixas e Estrela, Iguassú e Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis, Parati e S. João do Principe, etc., centros de attivissimo comércio, viram vasillos os vastos armazens e trapiches; daí a impressão de que, reduzido

ou desaparecido o tráfego até então intenso e que se fazia por essas estradas a caminho daquellas peças, não era mais preciso conserva-las, ou ampliá-las.

Esse parentesis aberto na grande obra de viação, iniciada no século 18 e retomada, com sofreguidão e carinho, pelo governo provincial, logo depois de conlerida, ao Rio de Janeiro, autonomia administrativa, prejudicou enormemente a produção fluminense, que começou a sentir a falta de boas estradas para rápido e seguro transporte.

Lógo, porém, que se desfez aquila illusão e foi reconhecido o erro, os governos voltaram, geralmente, a atenção para o assunto, com experiência e tenacidade.

E digamos, de passagem, que a qualquer descuido nos meios de transporte, a qualquer paralização na sua conservação e nos seu desenvolvimento, corresponde sempre, no Imperio como na República, sensível depressão no trabalho e na produção agrícola.

Hoje o Rio de Janeiro póde orgulhar-se das vias de comunicação, que possui: na zona caféira, que mais nos preocupa, os transportes estão facilitados por muitas rodovias — umas antigas e melhoradas, e outras mais recentemente abertas para facilidade de relações entre núcleos novos de populações e centros de produção e de consumo.

As principais estradas, "ou estradas gerais", começavam, todas elas em portos movimentados do Rio de Janeiro; a essas estradas iam ter as estradas "municipais" e particulares.

Os portos marítimos fluminenses, mais importantes eram: "Parati", "Mambucaba", "Jerumirim", "Angra dos Reis" e "Mangaratiba", no grande golfo da ilha Grande; Niterói, á á margem oriental da baía Guanabara; "Cabo Frio"; "Macaé", na fóz do rio do mesmo nome; e São João da Barra" na fóz do rio Paraíba do Sul. Os principais portos fluviaes eram: "Itaguaí", no extremo do canal que ligava a cidade e o rio do mesmo nome; "Iguassú", no rio Iguassú; "Estrêla" (dois portos), no rio Inhomirim, ou Estrêla; "Porto das Caixas", no rio Macacú; "Campos", "São Fidelis", "Porto Velho" e "Porto Novo", no rio Paraíba do Sul.

A fóz dos grandes rios fluminenses sempre foi obstaculo a uma navegação melhor e maior. A do Paraíba, objeto até de estudos de um engenheiro holandês no segundo Imperio, difficultou sempre a exportação, sobre agua, da enorme produção do Nordeste, porque só permitia accesso a pequenas embarcações, obrigando as mercadorias a transbordo no porto de S. João da Barra, com o que o transporte encarecia. A do rio Macaé, igualmente entulhada, nunca teve ou mereceu as atenções dos governos. Assim a do S. João, rio este que tem o leito obstruido em varios pontos. Só a barra e o leito dos rios Inhomirim, ou Estrêla, Macacú e Iguassú foram beneficiadas, empenhando-se por algum tempo as administrações para que uma ou outro permitissem mais facil navegação.

Se o porto de Angra dos Reis é bom, e não é máo o de Ribeira, outro tanto não acontece com os demais portos marítimos. Paratí, sem uma grande ponte, nas marés baixas apresenta um extenso lençol de lama, que dificulta e encarece embarques e desembarques. Mambucaba é açoitado frequentemente por ventos asperos que encapelam fortemente o mar. Cabo Frio, com a barra obstruída desde 1615, ainda hoje espera obras indispensáveis.

Paratí comunicava com S. Paulo por duas estradas — a nova e a velha — sendo que pela última é que se fez o maior trafego. Por ela descia grande parte da produção paulista da região próxima da costa da Serra do Mar — Cunha. Percorrendo montes alcançados, com trechos de difícil conservação, pôde bem compreender-se porque só em lombo de animal pôdia a carga ser transportada, maximé em trechos íngremes, calçados; entre 1840 e 1850 cogitou-se de abandonar a estrada antiga e de construir outra, mas por falta de recursos a administração teve de fixar esforços para melhorar a velha róta, cheia de atoleiros na própria serra pela abundância de nascentes dagua, cheia de lamaçais intransitáveis na planície pelo extravasamento de rios e pouca solidez de aterros. Dela dizia um presidente da Província, por essa época: "Na velha fizeram-se serviços importantes, sendo o principal o descortinamentos laterais da estrada, que, mudando-lhe o "aspéto pavoroso"... alargaram-se algumas voltas, onde, com dificuldades, podia passar um cavaleiro..." Em 1843 a barreira da raiz da serra era de tão escasso rendimento que não chegava este nem para a simples conservação da estrada.

Desde que, por dificuldade dêsse transporte, e, mais tarde, pela construção da Central do Brasil, a produção paulista procurou outros escoamentos, Paratí decaiu, e o seu comércio sofreu irremediável depressão.

Outra estrada que há no mesmo município, é a que o liga aos municípios de Angra, Mangaratiba e Itaguaí, beirando a costa.

De Mambucaba partiam estradas que galgavam a serra, acompanhando o leito do rio do mesmo nome, rumo da cidade de Areias. Sendo máo o porto, como referimos, os produtores e exportadores abriram, no alto da cordilheira, uma estrada que ia ter á do Aruró, que adiante citaremos, e que descia do Bananal. Uma visita ainda hoje, ao povoado de Mambucaba, deixa a impressão de sua grande prosperidade no século passado; desciam para elle, como para Jerumirim os primeiros cafés plantados a Leste de S. Paulo. Ao longo das estradas, que oferecem ao viajante, em alguns pontos, quadros de extraordinária beleza, perdendo-se a vista na massa verde dagua, de onde se destacam, de um lado, a ilha Grande com o pico culminante do Papagaio, e de outro a península de Martim Afonso entre o Oceano e o saco de Mamangá, havia fazendas importantes de café; a da Viuva, a do Martel, a de Dufraier, a de Jordão, a de Arataquara, a de Grota Grande e a de Joaquim de Oliveira, todas em terra fluminense. Importantes

firmas comerciais negociavam em café: Francisco A. Pinto, Figueira & Gomes, Joaquim A. do Nascimento Pinto, Joaquim da Silva Marques, Julio Dufraier, etc.

Jerumirim ou Ribeira, foi porto de muita importancia, bastando dizer que de 1855 a 1860 o negociante J. Francisco da Silva, que movimentava um capital de 3.500 contos de réis, aproximadamente, possuia três vapores — "D. Afonso", Ariró" e "Jerumirim" — e 16 menores, que, escalando em todos os portos do grande golfo levavam ao da Côte toda a produção muito avultada da região e a que descia do massiço, por estradas de intenso trafego. Esse mesmo negociante tinha três estabelecimentos — um em Jerumirim, outro no Ariró e outro no alto da serra, para "atravessar" os cafés de procedências novas e ainda não afreguezados em os dois outros estabelecimentos. Apesar da formidável pressão que Silva exercia no comércio de café, a mercadoria era tão farta, que ainda movimentava outras casas importantes: Alves de Magalhães, Carlos Hanschildt, José Inácio Durão, Joaquim P. Loreti, Manoel Pinto da Silva Torres, José Aires, etc. Os alicerces de grandes armazens e trapiches demonstram a importância comercial de Jerumirim.

Angra dos Reis, também, recebia muito café — Manoel J. Teixeira de Carvalho, Manoel Peregrino Ferreira, José P. Ferreira, Francisco X. Simões, Maia Bastos & C. Manoel F. Ribeiro, barão de Jagueiros, Francisco Figueiredo de Andrade, José de Araujo Lyra — eram firmas respeitáveis.

Cito todos êsses nomes, abrindo para a zona uma exceção, porque é preciso deixar demonstrado que a exportação de café era, então, avultadíssima pelos portos meridionais do Rio de Janeiro.

Havia, em Angra, as seguintes estradas: a do Caramujo, que saía da cidade, e rumava para o Rio Claro; a Serra do Barro, que partindo de Jerumirim se dirigia para o Bananal; a do Ariró, que ia do porto do Ariró para Bananal; a de João de Oliveira, que ligava na serra as estradas do Caramujo e do Barro.

Para que se tenha uma idéa da intensidade do trafego nessas estradas quasi todas calçadas em alguns pontos, referirei um fato: houve quem ganhasse muito dinheiro, e fizesse fortuna, mandando apanhar, no leito delas, as ferraduras ainda aproveitáveis que caíam de centenas de animais e ficavam enterradas no barro, e ás quais era dado o nome de "canêlos"; apanhadas as ferraduras que caíam em bom estado ainda, eram empregadas por preço convidativo.

Do porto abrigado de Mangaratiba saía para a serra a formosa estrada descrita por pena brilhantíssima, em outro estudo da edição especial d'O JORNAL; estrada essa que devia estender-se a Barra Mansa, e que interessa aos municípios fluminenses de S. João do Principe, Do Rio Claro, do Pirai, de Rezende, de Barra Mansa, e do município paulista do Bananal. Até 1855 essa estrada não passava segundo Sebastião F. Soares de

uma "vereda tortuosa, íngreme e estreita, que na sua maxima extensão não se prestava senão ao transitio de animais de carga".

Em 1850 por contratado o melhoramento dessa estrada, constituindo-se uma companhia para execução da obra. Companhia que falio porque ao tempo, 1860, já decaía o movimento de Mangaratiba, pela redução progressiva da mercadoria exportável.

Partindo do Saco a estrada ia ao alto da serra, e daí á Vila de São João do Príncipe, passando por cará.

Na freguezia do Arrozal encontrava a estrada de Minas.

De Itaguaí — cidade de grande movimento comercial, saíam as estradas velha e nova, esta última mais conhecida pelos nomes de Catumbi, ou de Presidente e empreendida em 1843 para evitar a serra de Itaguaí, (cuja calçada é demasiadamente íngreme). Ambas iam á freguezia do Arrozal, a "encontrarem a estrada de Minas".

Do arrozal (S. Sebastião do Arrozal) essa estrada ia ao Pirai, do Pirai ao Arrozal de cima (S. João Baptista do Arrozal), daí a Barra Mansa e Rezende, e de Rezende á Serra do Picú; outra estrada seguia para S. João do Príncipe.

Itaguaí escoava toda a produção que descia por essas estradas, pelo canal que ligava a cidade de Itaguaí ao rio do mesmo nome, e em cuja extremidade, á margem de uma bacia de regulares proporções, havia um trapiche demolido quando se realizou a construção do ramal de Mangaratiba, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1908 ainda vimos allí um guindaste empregado na carga e descarga dos muitos barcos que trafegavam pelo canal e pelo rio. O canal de Itaguaí era perfeitamente dispensável e só serviu para provocar constantes reclamações da parte de produtores e de exportadores; a dois quilômetros e meio da cidade passa o rio Itaguaí.

Nos municípios referidos na descrição da estrada de Mangaratiba e no de Itaguaí, pela época havia mais de 200 grandes fazendas de café, com enorme produção; só o porto de Mangaratiba exportava cerca de 250,000 sacas, e, muito embora parte dessa produção fosse procedente de S. Paulo e de Minas, a metade, pelo menos, era fluminense.

Mais para Leste corria a estrada da Policia, que passava por Belém, descendo a serra, e ia á Côte — estrada de custosa conservação, já por causa dos rios afluentes do Guandú — o Camboatá, o Ouro, o Santo Antonio, o S. Pedro, o Santa Ana, já porque ela atravessava uma planície frequentemente alagada.

Era ligada á vila de Iguasú por outra estrada boa, verificando-se o entroncamento em Mangava, nas proximidades do Riachão (acima de Nova Iguassú); e passava por Pavuna, no trecho final. A estrada da Policia comunicava a Côte e o Rio Preto e era das mais movimentadas, preferidas para passageiros, durante longo tempo. (A parte da serra tinha o nome de estrada do Rodeio).

Iguassú, porto fluvial e vila próspera, então, contava bons estabelecimentos comerciais e vastos trapiches. A produção vizinha e a que descia dos municípios serranos fluminenses — Vassouras, Valença, Paraíba — e mesmo de Minas Gerais, pela estrada do Comércio, então excelente, e que, saindo da vila ganhava a Srtta do Tinguá, passando por Santa Ana de Palmeiras, era transportada para a Côte por inumeros pequenos barcos faluau, ou "perús". Essa estrada do Comércio, concluida em 1845 ou 1846, que começava, pôde dizer-se, na ponte da Marambaia, no rio Iguassú e ia ao porto de Ubá, no rio Paraíba do Sul, acima da fóz do Ribeirão do Secretário, era, toda ela margeada por extensa e importantes fazendas de café, convido destacar as do distrito de Patú do Alferes.

Uma estrada de menores proporções e movimento mais escasso, comunicava a estrada da Policia com a vila de Estrêla, passando pela freguezia do Pilar; assim tambem, partindo da estrada da Policia, em Iguassú, daí seguia para Bananal em Itaguaí, e, galgando a serra, ia encontrar a de Catumbi, ou do Presidente.

Mais para Leste ainda, encontravam-se as estradas que levavam, ao grande porto fluvial, que foi Estrêla, a produção de uma área extensa, e que comprehendia os vales banhados pelos rios Fagundes, Preto, Piabuna, ao norte das serras de Estrêla e Couto; eram a estrada Velha e a estrada normal da Estrêla.

Para a execução da última a lei 193 de 12 de maio de 1840 abriu um credito de 822 contos de réis.

Partiria do Porto da Estrêla, rumò da ponte sobre o rio Paraíbauna, afluente do Paraíba do Sul.

Estrêla, como Porto das Caixas decaiu brusca, rapidamente, desde que a viação ferrea desviou o curso antigo da produção exportável.

Como não ser assim, se a vila da Estrêla, edificada em uma elevação de terras, tinha uma larga e extensa cinta de pantanos "impenetráveis", que se estendiam, de uma parte, por todo o curso dos rios Inhomirim, Bonga, Pianetá, Caioaba e, de outra, por toda a região atravessada pelos rios Saracuruna e Imbaricé, perdendo-se até em meio d'esses brejos, com dezenas de quilômetros de superficie, os leitos de uma porção de riachos ou ribeiros que desaguar, ou deviam desaguar naqueles cursos d'agua?

Não fôra, na luta com a peste — a malária — e com a ingratição do terreno, a tenacidade dos homens de outrora, tenacidade que não se reproduz nem se reproduzirá e de que o homem de agora, amoletoado, duvidaria se as ruínas ainda existentes não constituíssem documentos irrefutáveis, e por essas regiões hoje remetidas ao abandono não se teriam riscado as estradas que, em tropas ou cargueiros sem conta, despejavam nos portos da Estrêla tanta e tão variada mercadoria descida das serras.

Os dois portos ficavam — um abaixo da fóz do rio Saracuruna, a Leste da freguezia

de N. S. das Neves e em frente ao morro da Ribeira, e o outro, mais perto da vila, na parte superior do rio Inhomirim.

Mais tarde foi construída, interessando á zona a que a estrada velha da Estrêla servia, a grande estrada União e Indústria — a mais linda, a mais importante rodovia que já mais foi traçada e executada em território fluminense — extraordinario trabalho, admiravel pela perfeição da técnica, pelos serviços reais que prestou á actividade agric.a do Rio de Janeiro, e que ainda hoje é trafegada intensamente, comunicando os dois Estados — o do Rio e o de Minas Gerais; tão conhecida, tão tão descrita tem sido ela que, para não alongarmos o nosso trabalho, nada mais acrescentaremos a seu respeito, senão um convite, a todos os touristes, para que a percorram, e possam receber, em toda a sua grande extensão, as indeleveis impressões que ela nos deixou, quando, sem pressas, a visitamos, na ansia de um contacto com os grandes obreiros da nossa civilização e do nosso progresso material.

A estrada de Magé ao rio Paraíba "com direção pelas proximidades do lugar denominado — Mar de Espanha" (abaixo da fóz do Rio Calçado) e cuja construção foi autorizada pela lei 36 já referida, em 1843 ainda não estava, por falta de largueza, em condições de dar "transito á séges". A companhia que se organizou para executar essa obra importante, lutou com muitas difficuldades, maximé no trecho da Serra do Couto. Embóra só tropas podessem fazer nela, o serviço de transporte, tal era o movimento que Magé começou a florescer rapidamente. Passava a estrada, que tinha muitas fazendas de café em suas margens, por uma região uberima; um ramal ia á estrada de Cantagalo a Porto das Caixas.

De Magé também partia outra estrada para Santo Antônio de Sá.

Outra estrada importantissima: a que ligava Porto das Caixas a então florescente cidade de Cantagalo — engastada, com clima excelente, entre lavouras riquissimas de café, é por onde transitava toda a produção da zona explorada e mais fertil da Provincia do Rio de Janeiro. Essa estrada, que era a razão de ser daquele empório notável, que foi Porto das Caixas (em nossa opinião o porto mais importante da Provincia, ao seculo passado), mereceu sempre o maior cuidado da parte dos governos — logo que os trilhos da via ferrea venceram a serra, muito embóra a conservação daquela velha estrada se fizesse, Porto das Caixas rapidamente desapareceu.

Várias estradas iam ter a essa arteria extensa, vindas de diversos vales fartamente agricultores, descidas de muitas serras em cujas encostas o café substituiu exuberantes matas virgens: a de Nova Friburgo, a de Macaé, orçada em 1840 em 510 contos, o que representaria hoje uma despêsa superior a 5.000 contos. Em 1850 foi feita a ligação da estrada de Porto das Caixas a Cantagalo,

á que de Cantagalo ia a Santa Rita, comunicando-se assim Porto das Caixas com S. Fidelis, no Paraíba.

A Porto das Caixas — escoadouro grande — iam ter outras estradas: de Lésté, a de Rio Bonito, extendendo-se para Bôa Esperança, de Bôa Esperança para Mataruna (Araúama) e, das bandas do Sul, a de Saquarema e a de Maricá.

De Niteroi, para Campos havia uma bôa estrada, com cerca de 120 quilômetros, servindo a muitos núcleos da população, intensamente trafegada, percorrendo quasi toda ella, região baixa.

No porto de Cabo Frio, na extremidade de uma região toda ella plana, a Suésté, terminavam, em um só tronco, várias estradas; a que beirando o litoral, ia ao Gargaó, em frente á Barra de S. João; a que passando por Campos Novos comunicava Cabo Frio e S. Vicente de Paula; a de Mataruna (Araúama por Aldeia e Iguaba; a de Capivari, etc. Cumpre relembra que na via, em toda essa região, grande e florescentes lavouras de café.

Mais para o Norte na Barra de S. João, porto já referido terminavam: a estrada que vinha dos limites de Nova Friburgo, e que, descendo a serra de S. João, atravessava a bacia do rio do mesmo nome e a que, saindo do municipio de Macaé, — Sana e Frade — passando em Rio Dourado e Andaiassú, afluía para a precedente pelas vizinhanças do morro de S. João.

Ainda mais para o Norte — Macaé — havia as estradas que a êsse porto levavam a avultada produção de uma extensa e fértil zona — estrada que desciam de Ventania e Macaé, de Neves e de Frade etc.,

A região do Nordéste começou a preocupar os governantes, cogitando da construção de grandes estradas, e, entre ellas, uma que ligasse Campos a Minas Gerais, passando por Carangola.

Uma estrada comunicava Santa Maria Madalena com Campos; outra, de São Fidelis ou a São João da Barra, passando também por Campos. A margem esquerda do rio Paraíba chegavam: a estrada que, para Lésté, servindo a São Francisco de Paula, rumava depois para Noroéste, procurando a margem do Itabapoana, que acompanhava, extendendo-se a Minas Gerais, e a que para o Norte e Nordéste ia á fóz do Santo Eduardo, e a que acompanhava os rios Macaé e o Carangôla, ramificando-se para Natividade, Santo Antônio e Tombos, ou para Bom Jesus de Itabapoana.

Em toda essa região havia fazendas de café, desde as de Marimbondo, Peixoto, Leonardo, Cinha Simões, a Lésté, até as de Vieira e de antunes, ao Norte.

Ainda á margem esquerda do rio Paraíba do Sul, tinhamos no vale que o rio Pomba percorre, com abundantes lavouras de café, a estrada margeando êsse rio, com um grande ramal para Nossa Senhora da Lage.

A falta de pontes, nos muitos grandes rios que as estradas encontravam, era suprida por "barcas de passagem", que facilitavam a travesias: peões, muares, carros de bois, séges, tudo passava nessas barcas, presas a correntes de ferro, ou cabos de arame, que impediam as levassem a correnteza das aguas e, ao mesmo tempo, dispensavam os remos.

Nas estradas, ou como tenda para os que arrematavam os serviços de conservação delas, ou como pontos de arrecadação de tributos para os cofres provinciais, havia "barreiras". Tais tributos eram pagos tambem nas barcas, que assim se transformavam em pontos ou agências de arrecadação.

Para demonstrações de importância do trafego, nas estradas principais, damos a seguir, a renda arrecadada em algumas barreiras, no ano de 1852 — isto é, pela metade do seculo passado:

A barreira da estrada da Estrela, rendeu.....	30:060\$000
A barreira da estrada da Policia, rendeu.....	26:000\$000
A barreira da estrada de Mangaratiba, rendeu.....	18:650\$000
A barreira da estrada do Comércio, rendeu.....	12:050\$000
A barreira da estrada de Cantagalo, rendeu.....	9:000\$000
A barreira da estrada de Itaguaí, rendeu.....	7:100\$000
A barreira da estrada de Mambucaba, rendeu.....	4:721\$000
A barreira da estrada de Parati rendeu.....	3:939\$000

Nesse ano a exportação total do café atingia 9.660.998 arrobas, de que 2.125.153 procediam de S. Paulo e de Minas, da Baía e do Espirito Santo.

A produção fluminense foi, portanto de 7.535.845 arrobas, ou 1.884.000 sacas — maior, muito maior que a produção atual.

O transporte, das fazendas para os portos de embarque, quando a distancia era relativamente pequena e os caminhos o permitiam, fazia-se em carros de bois, que partiam aos primeiros albores; no tempo de verão era frequente o carro vuar a noite, aproveitando o luar.

Se, porém, a distancia era maior, fazia-se o transporte em burros, que, em "tropas", desciam valentemente serras ingremes, subiam encostas escarpadas, venciam atoleiros ou lamaçais, instigados pelo estalar do chicote ou pelo grito dos "tropeiros", percorrendo ao dia muitos quilômetros. Essas tropas faziam viagens que, por vezes, duravam cinco, dez, e mesmo, mais dias se vinham de Minas para os portos, dirétamente, livre a mercadoria de intermediários. Pousavam em "ranchos" ás margens das estradas, ou á entrada dos arraiais e vilas ou cidades. Enquanto alguns tro-

peiros cuidavam do preparo da alimentação, outros "aliavam" os animais, pondo as "cargas" sob o "rancho", enchendo de milho os "embornais"; por momentos ouvia-se o ruído da mastigação do milho e pelo ar, em meio do fumo do "fogo", espalhava-se um cheiro de suores azedos, das mantas e dos baixeiros, e do forro esfarrapado das "cangalhas". Havia, em toda parte, bons pastos fechados para as "tropas". Junto ás cargas, em esteiras ou sobre os "couros" que cobriam a mercadoria, em viagem, os tropeiros dormiam, fatigados de caminharem legoas a pé, ás vezes apredamente, ora mergulhando os pés nos atoleiros e, correntes d'agua limpa, ora os assentando no saibro quente ou nas lages sacal-escalantes das calçadas extensas. — Pela madrugada, enquanto fervia a agua com a rapadura desmanchada para o preparo do café, os burros eram amilhados, raspados arriados — e de novo a tropa seguia, a "madrinha" á frente, "espertada" a marcha pelos gritos costumeiros...

Dos portos fluviais para a Côte, já o dissemos, o transporte era feito em falúas, os "perú", em "lanchas", em grandes canoas, que, a remo, ou "a sirga", subiam ou desciam os rios, atormentada a tripulação pela nuvens de mutucas, em certas época do ano, ou, sempre e sempre, de dia como á noite por nuvens de mosquitos, desde o "prego" ao pequenissimo e torturante "marui" tão abundante e tão frequente nas barras dos rios e junto ao litoral vestido de mangue. As vezes, nas barras, era preciso, para sair ou entrar, esperar a mate; com aguas baixas os barcos encahavam nos bancos extensos de areias.

Outras penas, brilhantes e experimentadas, terão dito como se viajava, outrora — e como punham esmeros nos arreios, com peitorais marchetados de moédas de prata, estribos, espotas e cabos d'aqueiteira do mesmo metal, silhóis para senhora forrados de veludos caros bordados a ouro e a prata; e como eram disputados os cavalos de "serra acima" de boa boca, resistentes, de linhas elegantes e de andares legítimos, ou os burros vindos do Sul com escalas por Sorocaba, mercado afamado de animais para carga e séla; e como as "donas" viajavam montadas, ou em liteiras, em trolis e em séges ricas...

Supomos ter dado uma impressão geral da rêde de viação, de outrora, procurando corresponder á gentileza do convite que nos fez o dr. Assis Chateaubriand.

Não fique, porém de nosso modesto e despretencioso relato — a impressão de que o território fluminense oferece hoje menor numero de estradas á produção variada dos seus agricultores e industriais. Não: o Estado do Rio dispõe de rodovias magnificas e seria injustiça, com as homenagens devidas ás administrações do Imperio, esquecer as homenagens que alguns govêrnos, na República, inspiravam e têm o direito de exigir: Oliveira Botelho, Raul Veiga e Feliciano Sodré.

Setembro de 1927.

Ponta de Trilho

(POEMA FEITO SOB MEDIDA)

MANOEL BANDEIRA

Primeiro houve entradas p'ra pegar indio.
Entradas p'ra descobrir o ouro.
Agora há entradas p'ra plantar café.

Um dia trouxeram da Martinica um soldadinho verde,
O soldadinho juntou-se com a mulata rôxa
E nasceu um exército de soldadinhos vermelhos.
Os batalhões alinharam-se
Marcha soldado
Pé de café!

e tomaram de assalto as baixadas, as lombas, as fraldas e
os contrafortes até o planalto.

Do meio dêles
—De Estrela, boa estrela—
saiu o maior soldado brasileiro,

Onde acampavam
Havia riqueza:
Solares, trapiches,
Estradas reais calçadas com pedra.
Rezendes, Valenças, Vassouras:
Os Tejuços do café,

Com linhagens de barões estadistas que formaram gabinetes e deram lustre aos
bailes do segundo imperio.

Mas o amor do soldado derreia a mulata.
O mau gosa, se satisfaz e—
Marcha soldado,
Pé de café!

Soldado gosta de mulher nova:
Araçatúbas de peito duro...
Itaperunas de mamilo preto...

Itaperuna!

Ponta de trilho da civilização cafeeira!
Criação república e brasileira!
Unico municipio que não adériu:
Porque era repúblicano antes da República.

Ora esta, eu agora me esqueci que não sou repúblicano.
Ponhamos: Itaperuna exceção república!
Desta república de paulistas baianos
e paulistas de Macaé!

Marcha soldado,
Pé de café!

Qual onda verde nada!
Batalhão é que é.

Batalhão de república militarista.

Itaperuna exceção república!
Itaperuna pacífica das pequenas propriedades
Das quatro mil oitocentas e seis pequenas propriedades registradas,
Com os seus cinquenta e dois milhões de caféiros...
A sua futura safra de um milhão e setecentas mil arrôbas.

Terra de José de Lannes,
Bandeirante sem crimes na consciência.
Itaperuna sem Rio das Mortes nem Mata da Traição.
(Exceção república!)
Vertice norte do triangulo Itaperuna
Araçatúba Paranapanema,
Onde estão acampados os batalhões do café,

Marcha soldado,
Pé de café!
Se não marchar direito
O Brasil não fica em pé.

O café na Baía

M. MESSIAS DE LACERDA

Vamos estudar a situação da lavoura do café na Baía, nos últimos 30 anos, á vista dos elementos fornecidos pela estatística comercial.

Os registros da estatística agrícola e os da comercial pódem, em certos momentos, apresentar resultados diferentes e chegar após, á mais perfeita harmonia.

Caso desta natureza se observa no estudo em apreço, como se verá adiante.

Podemos sob o ponto de vista econômico apreciar a evolução do café na Baía, nêsse período de seis lustres e tres fâses distintas.

A primeira, de 1897 a 1907; a segunda, de 1908 a 1918 e a terceira, de 1919 a 1926. último ano a que nos reportamos.

Na primeira fâse em apreço — a que chamamos de *estacionária* — a Baía exportou para o exterior as seguintes quantidades e café, com os respectivos valores em moeda brasileira e percentagens anuais sobre os do anoparadigma da nossa apreciação.

ANOS	Sacas de 60 quilos	Valor em moeda brasileira	% de cada ano em relação ao de 1897	
			Em relação á quantidade em sacas	Em relação ao valôr
1897	297.266	12.790:1695	—	—
1898.....	379.882	15.322:840\$	+27,7	— 19,7
1900.....	186.658	10.012:652\$	— 13,2	— 37,9
1901.....	246.293	7.202:509\$	— 17,1	— 43,6
1902.....	163.979	4.328:569\$	— 44,8	— 66,1
1903.....	307.290	7.881:411\$	+ 3,5	— 38,3
1904.....	151.401	5.652:972\$	— 49,0	— 55,8
1905.....	183.374	5.600:004\$	— 38,3	— 56,2
1906.....	221.452	6.398:078\$	— 25,4	— 42,1
1907.....	204.238	5.464:044\$	— 31,2	— 57,2

Notam-se no comparativo acima quedas de quantidade, devidamente apreciadas na coluna de percentagens, porém, são atribuídas ao café baiano saído para outros Estados da União e a circunstância de ordem natural ou meteorológica.

Assim é que em 1902, 1904 e 1905 encontramos depressões exageradas nas exportações e que se normalizaram nos anos seguintes, sem que o desenvolvimento da cultura se verificasse.

A segunda fâse — classificada por nós de *retrocessiva* — se iniciou em 1908 e terminou em 1918, conforme se vê a seguir:

ANOS	Sacos de 60 quilos	Diferença em sacos de 1897
1908.....	165.515	— 131.751
1909.....	148.323	— 148.943
1910.....	134.988	— 162.278
1911.....	230.526	— 66.74
1912.....	178.507	— 118.759
1913.....	91.636	— 205.630
1914.....	70.216	— 227.050
1915.....	217.111	— 80.155
1916.....	203.937	— 93.293
1917.....	91.813	— 205.453
1918.....	49.628	— 247.638

Sindicando das causas dessa involução, encontramos na coluna quinta do primeiro quadro, de referência ás percentagens dos valores anuais do sacco de café, em relação ao ano de 1897, a explicação desse fenómeno económico, evidenciado na terceira coluna do demonstrativo supra — a continuação desvalorização do producto.

Dando áquelas percentagens suas expressões positivas em dinheiro, melhor explicaremos o que acabamos de afirmar.

Assim temos:

ANOS	Valôr de 1 saca de café	Diferença de preço de 1 saca de café em relação ao ano de 1897	Relação percentual da diferença de preço
1897.....	43\$026	—	—
1898.....	40\$334	— 2\$692	— 6,2%
1899.....	39\$492	— 3\$534	— 8,2%
1900.....	53\$641	+ 10\$615	+ 24,6%
1901.....	29\$243	— 13\$783	— 32,0%
1902.....	26\$383	— 16\$643	— 38,6%
1903.....	25\$644	— 17\$382	— 40,3%
1904.....	37\$331	— 5\$695	— 13,2%
1905.....	30\$533	— 12\$493	— 29,0%
1906.....	28\$891	— 14\$135	— 32,8%
1907.....	26\$752	— 16\$274	— 37,8%

Só em 1900 o valôr do café superou o verificado em 1897; nos demais anos desceu, apresentando uma média percentual verdadeiramente deplorável, como bem patentêa o comparativo acima.

A *terceira fase* — que chamamos *evolutiva* — teve seu início em 1919.

Nosso estudo, versando sôbre dados económicos-comerciais, como já dissemos, apresenta discrepância, em verdade aparente, com certos fátos relativos á lavoura, observados por pessoas que sinceramente os têm discutido e divulgado.

Assim é que o surto da exportação de café da Baía para o exterior no terceiro período — *fase evolutiva* — se iniciou em 1919, ao passo que o desenvolvimento agrícola do producto começou em 1915, medeando entre essas duas épocas o interregno necessário á evolução da planta, do seu nascimento ao estado de produtividade.

As exportações de 1919 a 1926 foram as seguintes, com os respectivos valores:

ANOS	Quantidade em sacos de 60 quilos Em moeda brasileira	VALOR A BORDO	
		Em moeda brasileira	Em £
1919.....	275.286	19.788:582\$	1.193.958
1920.....	113.251	7.918:731\$	509.199
1921.....	235.957	19.030:601\$	634.226
1922.....	201.839	20.576:501\$	604.836
1923.....	218.543	33.109:945\$	719.768
1924.....	259.081	50.889:821\$	1.255.467
1925.....	246.746	50.405:886\$	1.272.315
1926.....	341.217	51.659:032\$	1.518.756

O desenvolvimento da lavoura cafeeira teve sua origem no fato econômico que indicamos no comparativo abaixo.

ANOS	Valôr a bordo de 1 sacco de café de 60 quilos	ANOS	Valôr a bordo de 1 sacco de café de 60 quilos
1901.....	29\$243	1908.....	22\$609
1902.....	26\$383	1909.....	28\$571
1903.....	25\$644	1910.....	39\$832
1904.....	37\$331	1911.....	48\$801
1905.....	30\$533	1912.....	51\$071
1906.....	28\$891	1913.....	46\$220
1907.....	26\$752	1914.....	35\$231

Mantidos os preços médios acima mencionados na quarta colina, numa época em que o dinheiro brasileiro tinha valôr bem apreciável, como mostram as equivalências em esterlino do quadro estampados no fim dêste estudo, era de esperar que a confiança renacesse no espírito do sertanejo, até então descrente da conveniencia dessa cultura preciosa.

Confrontamos os preços de um sacco de café exportado nos dois últimos quatrienios:

ANOS	Valôr de 1 sacco de café de 60 quilos	ANOS	Valôr de 1 sacco de café de 60 quilos
1919.....	71\$881	1923.....	151\$502
1920.....	69\$921	1924.....	196\$421
1921.....	80\$651	1925.....	204\$281
1922.....	101\$941	1926.....	151\$391

Verificamos que os preços medios oscilaram entre 69\$921 e 204\$281, cotações minima e maxima o periodo em apreço.

Concluimos comparando o valor em esterlinos de 1 sacco de café, por ano, em cada uma das fases indicadas, para facilitar, a quem interessar, o estudo da situação economica da lavoura cafeeira na Baía:

1. FASE ESTACIONARIA		2. FASE RETROSPECTIVA		3. FASE EVOLUTIVA	
ANOS	Valor a bordo em £ £	ANOS	Valor a bordo em £ £	ANOS	Valor a bordo em £ £
1897.....	1,37	1908.....	1,41	1919.....	4,33
1898.....	1,21	1909.....	1,79	1920.....	4,49
1899.....	1,22	1910.....	2,69	1921.....	2,68
1900.....	2,06	1911.....	3,25	1922.....	2,99
1901.....	1,37	1912.....	3,40	1923.....	3,29
1902.....	1,30	1913.....	3,08	1924.....	4,48
1903.....	1,27	1914.....	2,21	1925.....	5,15
1904.....	1,90	1915.....	1,73	1926.....	4,46
1905.....	1,96	1916.....	2,13		
1906.....	1,92	1917.....	2,26		
1907.....	1,67	1918.....	2,79		

EXPORTAÇÃO DO CAFÉ NOS ANOS DE 1897 Á 1926

ANOS	SACAS	VALOR RM MIL RÉIS PAPEL	EQUIVALENTE EM ££
1897.....	297.266	12.790:169\$000	409.692
1898.....	379.882	15.322:840\$000	460.879
1899.....	225.904	8.922:168\$000	276.493
1900.....	186.658	10.012:652\$000	385.897
1901.....	246.293	7.202:509\$000	338.131
1902.....	163.979	4.326:569\$000	213.895
1903.....	307.290	7.881:411\$000	390.850
1904.....	151.401	5.652:972\$000	266.460
1905.....	183.374	5.600:004\$000	360.275
1906.....	221.452	6.398:078\$000	525.766
1907.....	204.238	5.464:044\$000	342.819
1908.....	165.515	3.742:152\$000	234.128
1909.....	148.323	4.240:541\$000	265.865
1910.....	134.958	5.377:8601000	363.779
1911.....	230.526	11.251:311\$000	749.614
1912.....	178.507	9.117:715\$000	607.848
1913.....	91.636	4.236:485\$000	282.366
1914.....	70.216	2.473:962\$000	155.284
1915.....	217.111	7.290:228\$000	376.236
1916.....	203.973	8.301:061\$000	410\$717
1917.....	91.812	4.080:621\$000	216.719
1918.....	49.628	2.551:501\$000	138.522
1919.....	275.286	19.788:582\$000	1.193.958
1920.....	113.251	7.918:731\$000	509.199
1921.....	235.957	19.030:601\$000	634.226
1922.....	201.833	20.576:501\$000	604.836
1923.....	218.543	33.109:945\$000	719.768
1924.....	259.081	50.889:821\$000	1.255.467
1925.....	246.740	50.405:886\$000	1.272.315
1926.....	314.217	51.659:032\$000	1.518.756

EXPORTAÇÃO DE CAFE' PELO ESTADO DA BAÍA DE 1915 A 1926

ANOS	PESO EM QUILOS	VALOR OFICIAL
1915.....	13.483.272	6.094:175\$460
1916.....	13.574.362	7.784:236\$100
1917.....	6.406.790	3.684:223\$860
1918.....	5.984.609	3.969:607\$400
1919.....	16.811.460	18.540:358\$410
1920.....	6.567.212	5.910:490\$800
1921.....	14.734.140	13.260:726\$000
1922.....	11.602.480	17.300:013\$33
1923.....	11.192.309	23.423:424\$070
1924.....	13.741.179	34.155:433\$180
1925.....	13.228.622	33.820:140\$150
1926.....	20.741.503	37.161:172\$350



TOTAIS DA EXPORTAÇÃO DE 1924-1925

Número de sacos.....	38.048
Pêso em quilos.....	2.112.548
Direitos pagos.....	237:567\$379
Valôr oficial.....	3.650:159\$000

RENDA DAS COLETORIAS SOBRE A EXPORTAÇÃO DO CAFE' EM 1924-1925

Coletorias:

Curitibaos.....	2:067\$000
Carlopolis.....	63\$600
Colônia Mineira.....	36\$000
Jacarézinho.....	115\$200
Ponta Grôssa.....	244\$200
Paranaguá.....	1:386\$960
Ribeirão Claro.....	36\$000

RECEITA ORÇADA E ARRECADADA SOBRE A EXPORTAÇÃO DE CAFE' EM 1924-1925

Orçada.....	200:000\$000
Arrecadada.....	211:812\$960
Diferença para mais.....	11:812\$960

RECEITA ARRECADADA SOBRE A EXPORTAÇÃO DE CAFE' EM 1923

Arrecadada.....	391:151\$840
-----------------	--------------

EXPORTAÇÃO DO CAFE' EM PO' EM 1923-124

Numero de volumes.....	4.085
Pêso em quilos.....	150.060
Imposto pago.....	16206:\$480
Valôr oficial.....	225:090\$000

EXPORTAÇÃO DE CAFE' EM GRÃO NO EXERCICIO DE 1923-1924

Volumes exportados.....	20.405
Quilos.....	1.224.358
Direitos pagos.....	63:675\$588
Valôr oficial.....	884:387\$000

A área total cultivada está avaliada em 16.641 hectares, com 14.788.354 cafeeiros, dando uma produção de 15.679.890 quilos de café.



O café no Paraná

A cultura do café teve início no Estado entre os anos de 1850 e 1860.

As primeiras sementes vieram de São Paulo, onde a cultura era feita de há muito tempo.

A planta medrou em condições muito favoráveis na zona do norte, nos municípios de Jacarézinho, Colonia, Ribeirão Claro, Santo Antonio de Platina, Tomazina, Cambára, S. José da Boa Vista e Cariópolis.

A zona cafeeira do Paraná, compreende os municípios de Altitude de 500 a 600 metros e temperatura de 20 a 28° no verão e 6° a 10 no inverno.

As geadas prejudicam enormemente as plantações de alguns logares e aparecem quando o inverno é rigoroso. qua

As principais variedades cultivadas são: Bourbon, Java, Vermelho ou Botucatú e Comum ou Creoulo.

A mais apreciada é a Creoula ou Comum, por ser rustica, muito produtiva, de grande vitalidade e pouco exigente, quanto á natureza do terreno.

As terras mais preferidas são as chamadas terras roxas, profundas, férteis, chegando mesmo a uma profundidade de 12 metros.

O sub-solo é formado de diabase, de grés e folheios de arenito; ás vezes se apresenta constituido de piçarra, onde se encontram *cabeças de negro* (nucleos de diabase).

Os fazendeiros preferem os terrenos inclinados, para o lado do norte, por serem menos sujeitos ás geadas e abrigados dos ventos frios do sul.

As terras destinadas ao estabelecimento da cultura cafeeira, são geralmente cobertas de mata, sendo preciso roçar, derrubar, encoivarar e queimar.

No Paraná, a plantação do café é feita, na maioria dos casos, em logar definitivo, não sendo usado o sistema de viveiros, para as mudas.

Um ou outro fazendeiro, por exceção, transplanta as mudas quando elas tenham de 25 a 30 centímetros. Nos meses de Julho a Agosto, escolhendo as mudas mais desenvolvidas, das quais retiram uma pequena porção do sistema radicular e procedem á capação.

Nêsse caso, torna-se preciso defender as plantinhas dos raios solares em abrigos de madeira á semelhança de casinhas.

Se a temperatura baixa, as casinhas são protegidas com palhas, para produzir um aumento de temperatura.

A plantação feita por sementes é praticada em covetas, de 50 por 40 centímetros, collocando-se 5 a 10 sementes em cada cova.

Germinadas que sejam, faz-se o desbaste, deixando-se apenas 4 individuos.

A distancia das covas é de quatro metros.

Os colonos plantam no primeiro ano, quando o cafezal se acha ainda em formação, milho a granel no segundo ano, duas carreiras do mesmo cereal no terceiro ano, carreira de milho e no quarto duas fileiras de feijão.

Raramente é adotada a adubação.

Esta consiste no emprego da palha do café e do bagaço da mamona.

Os tratos culturais consistem em capinas e coroações. As capinas são feitas a enxada, nos quatro primeiros anos.

No sexto ano alguns fazendeiros usam as carpadeiras Planet Junior, arados bicos de pato e ciscadores.

A coroação consiste em limpar o cafeeiro, em derredor, num raio de um metro aproximadamente.

A colheita é feita á mão.

As cerejas caem no chão e depois de passadas em uma peneira são ensacadas e conduzidas para o terreiro, onde se acumulam em montes até o início da fermentação.

O espalhamento do café nos terreiros, é feito pela manhã, quando não há mais orvalho.

Se ameaça chuva, o café é coberto com encerado ou transportado para logares seguros.

O beneficiamento é feito mecânicamente.

Os principais tipos de café são:—chato, marinho, miudo e quebradinho.

O café é ensacado em sacos de 60 quilos, para entrega na praça. As únicas pragas causando prejuizo a cultura são:—a hecterodora radiculica e a cigarrã.

A formiga saúva também ataca os cafeeiros.

O *stephadoderes coffea* ainda não surgiu no Paraná.

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO EM QUILOS	ÁREA CULTIVADA EM HECTARES	NÚMERO DE CAFÉIROS
Ribeirão Claro.....	6.577.125	1.059	3.748.484
Jacarézinho.....	4.472.550	7.256	4.120.170
Tomazina.....	1.415.550	2.283	2.124.000
Santo Antonio da Platina.....	1.386.750	3.119	1.933.800
Colonia Mineira.....	994.215	1.590	1.533.900
São José da Boa Vista.....	833.700	1.344	1.308.000

A EXPORTAÇÃO DO CAFÉ DO PARANA

ANOS	QUILOS	VALOR OFICIAL
1902-1903.....	1.600	784\$000
1903-1904.....	275.796	68:949\$000
1904-1905.....	318.903	97:436\$000
1905-1906.....	459.246	198:853\$518
1906-1907.....	441.080	231:000\$000
1907-1908.....	591.480	262:971\$650
1908-1909.....	210.000	102:838\$000
1909-1910.....	509.470	240:280\$000
1910-1911.....	510.690	306:414\$000
1911-1912.....	426.730	272:914\$000
1912-1913.....	198.684	86:598\$700
1913-1914.....	719.153	274:888\$520
1914-1915.....	250.800	82:456\$400
1915-1916.....	1.125.300	386:481\$700
1916-1917.....	3.526.414	1.442:180\$700
1917-1918.....	4.073.400	2.851:380\$000
1918-1919.....	305.928	239:128\$400
1919-1920.....	650.200	609:887\$900
1920-1921.....	3.691.500	3.462:627\$000
1921-1922.....	2.789.328	2.616:390\$000
1922-1923.....	4.073.620	3.822:082\$000

EXPORTAÇÃO DE 1924 - 1925

PROCEDÊNCIA	SACOS	QUILOS	VALOR OFICIAL
Paranaguá.....	4.973	157.532	465:777\$000
Santos.....	33.075	1.955.016	3.184:372\$000

O maior dos Breves, impressionante figura de gentilhomen rural

AGRIPINO GRIECO

Para tratar de figuras como o coronel Joaquim de Souza Breves, o grande fazendeiro fluminense, fôra mistér um observador atento como Oliveira Viana, que, através de Henri Mazel, sôbre não existir uma ciência social isolado, mas ciências sociais, direito, economia, religião, e que todos êsses domínios se interpenetram multiplemente.

Daf ser impossível a um sociologo criterioso especializar-se num só dêles.

Estudando tipos analogos, já o historiador patricio mostrou quanto essa gente se impregnava de experiencia e em tudo encontrava minas riquissimas de verdades práticas. Analisar-lhes a fisiologia politica e a estrutura moral, é emprestar aos mais obscuros textos historicos uma claridade cristalina. Foram êles os melhores fatores da nossa formação coletiva e descobri-los equivale a descobrir o melhor Brasil aos brasileiros. Estuda-los, com uma aguda visão retrospectiva, é sentir as forças vivas da civilização passada tão bem quanto as da civilização atual.

Havia uma incontestavel dignidade nessa aristocracia rustica. Mesmo quando reviviam, em suas fazendas, as pompas da Europa, mostravam amar, de um amor enternecido, a humilde vida campestre que os rodeava. Justas, torneios e cavalhadas á moda medieval, alfalas e pratarias, telas e brocados, damascos e sedas, não os levavam a desprezar as ásperas doçuras dêste caricioso ambiente selvagem. As casas solarengas, as quintas de portões brazonados, as florestas genealogicas que se ramificavam por aqui, não impediam que as velhas damas fidalgas tivessem os seus impulsos de ternura confortadora para com os miseros servos da gleba. Certo gosto pelos estudos classicos e pelas belas-artes temperava-se no cuidado pelo vigo das lavouras tropicales. Todos se nutriam de boa seiva domestica e raros se deixavam enlear pelos tentaculos da cidade absorvente. Epicuristas batisados, eram panteístas cristãos em contato com os pagãos da selva.

Assim, interesse e poesia muito concorreram para o chamado "centrifugismo urbano", dando em resultado a nossa prosperidade de caféira e a nossa expansão pastoril. Esse patriciado rural conservava-se no interior, alheio aos prazeres citadinos, aos altos cargos da colonia ou dos dois imperios e ás sinecuras burocraticas que viriam a crear, mais tarde, uma casta de fidalgos na Repu-

blica. Os pruridos de brilho palaciano e as contendas aulicas mal conseguiram seduzi-los, a vinda de D. João VI, e êles, evitando os gozadores do séquito lusitano e os aproveitadores surgidos com a abertura dos nossos portos ao trafico estrangeiro, preferiram cair na liberdade da roça e estiolar-se junto aos parasitas, aos caudatários dos Bragança, a todas as vitimas do virus da córte. Mixto de "hobereau" e de "baronnet", cada um dêles sentia que um Brasil cortezão seria instável, fraco e precário. A's aventuras picarescas do Rio preferiram as zonas em que a autoridade legal ou efetiva do "pater-familias" era, quasi como na Roma antiga ou na França da Idade-Média, uma força incontrastada.

Um fazendeiro ás direitas acumulava as funções de legislador, juiz e chefe militar e impunha uma obediencia de ordem religiosa. Embora a aliança das parentelas dêsse, ás vezes, margem a um nepotismo condênavel, o "habitat" era-lhes algo como uma forja de caracteres. Votavam um respeito castelhanos á mulher e a hospitalidade inspirava-lhes um sentimento de cavalheirismo arabe. Cada um tinha o seu patriotismo local, mas, no fundo, eram todos bons compatriotas morais. Mostravam, no sofrimento, uma resignação estoica e uma serenidade beatifica deante da morte.

Tais as suas peculiaridades essenciaes e o meu glorioso conterraneo Oliveira Vianna, em livro notável, retratando-os assim, já os vingou das pieguices ou das brutalidades com que uma detestável literatura serentanista os vinha caluniosamente desfigurando.

Acentue-se agora que os nossos "yeomen", mesmo sem haver lido Bonald, eram entusiastas dos grandes domínios, sentimento os inconvenientes, senão os perigos, da extrema divisão das propriedades, com a lei das partilhas obrigatórias, divisão de que resultam, não raro, bandos de "proprietarios indigentes". Eram êles pelo direito de primogenitura, adivinhando que a igualdade, nas partilhas, só produz, em última instancia, uma igualdade de miséria. Já outros, indo nas pegadas de Mirabeau, viam na liberdade testamentaria um fomento ao favoritismo domestico, o ponto de partida para os mais odiosos caprichos dos pais ricos, e proclamavam dentro do axioma famoso, que os latifundios abusivos

tinham perdido Roma, embora, até 1914, a agricultura alemã prosperasse devido unicamente aos seus opulentíssimos "junkers".

Como quer que fosse, ajudado por homens assim, o Imperio foi a riqueza, a paz, a legalidade.

Parece-nos que também não têm razão de ser os que atacam o reacionarismo dos próceres monárquicos. Bem compreendiam estes os perigos de certas mentiras democráticas, o fascínio traçoireiro do falso liberalismo, e que as más democracias não passam de escolas de embrutecimento coletivo. Nem sempre uma boa monarquia paternal, um cesarismo temperado, é o peor dos males, sendo talvez, mais benigno que o despotismo dos liberais...

Chefiado por um "gentilhomme-campagnard" de riço cerne, o clan das fazendas do coronel Joaquim Breves só podia prosperar como prosperou. Orientador indisentível, de uma grei tão numerosa quanto as antigas tribus bíblicas, viu frondejarem por toda a região fluminense e até mesmo pelas demais do país, os ramos genealógicos de uma desas famílias-troncos em que Le Play enxergava contínuas reservas de renovação moral para todo um povo. Prestigiava-o qualquer coisa de patriarcal á moda do Oriente. Sua figura, alteando-se na veneração popular, tornava-se vista á distancia, mais que históricas, legendarias, e esse director de uma profusa estirpe, num dos candidos exageros muito comuns á gente simples do interior, acabou tomando proporções de tipo dinástico, de lidador de ciclo heroico.

Excessos á parte, tratava-se, efetivamente, de uma criatura, invulgar, pelo que herdára dos antepassados e pelo que acrescentára ao patrimonio destes. Com uma mentalidade e uma sensibilidade analogas á dos senhores de engenho e dos capitães-móres dos tempos coloniais, elle disseminou o seu apejado de familia pela provincia toda, impondo-o com um respeitavel titulo de nobreza e fez com que suas terras, vencendo a distancia, através das magnificas estradas que construiu, viessem respirar em pleno oceano. Isto nas praias de Mangaratiba, onde também os da sua linhagem, erigiram palacios suntuosos, quasi todos reduzidos hoje a dolorosas ruínas, em que se destacam apenas, como um sarcasmo á decadência actual dos Breves, retratos de familia, telas de parentes. Junto a humildes palhoças de pescadores, para espanto dos turistas cariocas que ali vão desfrutar burguezmente os ocios dominiquios, restam ali vestigios de pedra que fazem pensar nas sólidas construções romanas, em povos que edificavam para a eter-

nidade. Também as fazendas do poderoso latifundista de outróra estão hoje, em grande parte, reduzidas a desoladas tapéras, qual se tivesse procedido, em tais paragens, a um paciente trabalho de saarização metódica.

Mas, antes de lamentar a queda dos Breves, admiremo-lhes os dias de fastigio. Fastigio realissimo no período em que o coronel, defronte de um vale de pastoral bárbara, dominando a vertente do rio Pirai (um dos varios afluentes em "p" do Paraíba: Piracema, Paralbuna, Paquequer, Pirapitanga, Pomba e Piabanha, junto aos contrafortes da serra do Mar, entre a cidade de Pirai e a vila do Rio Claro, alargava os olhos sacados pelas seáras e pelos arbustos da mais vultosa fazenda do municipio de São João Marcos, riquissima em homens, plantio, gado e casaredo.

Aí, ao centro dos seus dominios senhoris, alteou-se o solar da familia, em S. Joaquim da Grama. Esta a celula-mater das innumeras propriedades suas, sempre formigantes de actividade rural. S. Joaquim era um núcleo populosissimo, perdido entre bosques e montanhas, uma especie de arcadia ou de abadia agréste, em que se entretociam todos os elementos da sociabilidade, sob os auspicios da acolhida cavalheiresca do dono e dos sorrisos da que lhe foi companheira dedicada, essa piedosissima figura de monja sem escapulário, d. Maria Isabel de Moraes Breves, cristã sem mácula, em cujas mãos a esposa se adoçava e a oferta de um pedaço de pão era galante como a oferta de uma rosa.

Ao castelo accorriam dezenas de ricacos e titulares do Rio, que iam ali tomar o banho de serenidade entre as folhas verdes, espaiecendo junto aos escravos pretos, e os pobres brancos, escravos da vaidade da metropole. O predio, de estilo colonial, em uma antologia viva de gôsto arquitetónico, e estatuetas, azulejos, trabalhos de tálha, moedas raras, porcelanas caras competiam com os relêvos de cantaria da fachada, trabalhados por um artifice que se esmerára em arabescos alegóricos, caprichoso como um ourives da pedra bruta. Em derredor, perdendo-se, quasi sem transição, em pomares fartos, alongavam-se as aléas de um jardim gentilicio.

Centro político dos mais borbulhantes, São Joaquim da Grama viu enredarem-se muitas dessas tramas de politica eleitoral em que eram ferteis os logarejos do interior, concorrendo, talvez, para que muitas eleições, realizadas no austero ambiente dos templos, acabassem em pancadaria grossa, com o rapto das urnas e tiroejo na bariga dos votantes.

Influencia incontrollada no sul da provincia, durante o primeiro e segundo Im-



COMENDADOR JOAQUIM JOSE' DE SOUZA BREVES

(Desenho do prof. Marques Junior, da Escola Nacional de Belas Artes, segundo um retrato da época cedido a O JORNAL por pessoas da família do grande cafezista, por ocasião da comemoração do bi-centenário do café)

rios, Breves nascêra, em 1804, na fazenda de Mangalarga, também do município de Pirai, e propriedade de seu progenitor, o capitão-mór José de Souza Breves, uma autoridade que sabia abrandar os rigores da lei em gentileza e trato, envolvendo em veludo a manopla do mando.

Ainda adolescente, participára do lance épico do Ipiranga, entusiasmado-se com os entusiasmos de Pedro I, que, num dado momento, foram os entusiasmos do proprio Brasil, embora êsse português de casca rugosa não tardasse em retornar, no govêrno da nação libertada, aos furores ditatoriais tão ao sabôr dos Braganças fescenino e cruéis. Breves foi o último sobrevivente dentre os partícipes da gloria de 7 de setembro de 1922, e pelo ardor com que se referia ao grito famoso, parecia aquela dáta histórica em carne e osso. E era de ver a enternecida saudade com que exibia aos amigos a sua farda de capitão imperial da guarda de honra do filho de Carlota Joaquina!

Inimigo do caudilhismo provinciano, que pretendia triturar o país, tornando possível aqui o advento de cabotinos de mãos bôfes á maneira de Francia e Facundo, sempre manteve, dada a sua mentalidade militarmente disciplinada, o respeito á ordem, ao poder legal. Era dos que temiam o fracionamento do Brasil, vibrando de indignação patriótica á só idéa de que uma nação até então miraculosamente unida, entre as repúblicas divididas da America espanhola, pudesse sofrêr algum dia um criminoso golpe de secessão, recaindo no regime das tribus facciosas. Campeão invencível do partido liberal, protegeu as vitimas de Pernambuco e, apesar do apêgo ás instituições, num movimento incontido de piedade cristã no perdão dos vencidos, acolheu em sua fazenda o revoltoso Pedro Ivo, quando evadido da fortaleza da Lage, roubando á caingalha que pretendia estraçalhá-lo o lutador intemorato que fizera vibrar épicamente as líras de Alvarês de Azevedo e Castro Alves.

Em tudo isso era êle irrestritamente apoiado pelos demais Breves, por isso que pertencentes todos á mesma familia física e moral, havendo nêles, portanto, consanguinidade integral, sendo os homens enérgicos e voluntariosos, e sendo as mulheres, apesar da tendencia ao misticismo, dessas que, pela dignidade em fáce do perigo, dilatam a atmosfera das almas, fazendo da oração uma belêza e uma força. Creturas que tais robusteciam o melhor Brasil de antanho, o melhor Brasil de sempre, cuja mutilação impediam.

O coronel Breves, em particular, era um amigo das realidades concretas. Observava e

comparava muito atentamente antes de concluir. Dispunha de espirito de sequência no trabalho. Sobravam-lhe logica, tato, compreensão positiva de tudo.

Sensato e ao de leve ironico, não dava muita importancia aos gentis-homens de vidro, aos fidalgotes de fancia, manipulados, em tres golpes de prestidigitação, pelo benigno Pedro II, amigo de ensaboar os burguezes dinheirosos do tempo, com a ajuda do brazonista Boulanger, que lhes fabricava um estema e uns chunhais de armas de condes e viscondes-relampagos, aparecendo mesmo, linhagistas apazes de dá-los como nobres authenticos, com antepassados em Alcacer-Kibir e documentos na Torre do Tombo. Quanto não se divertiu Breves com o caso do genealogista mercenário que provára, através de dados seguros, ser certo marquês de última hora descendente de Camurú, mas, como não recebesse em tempo a quantia combinada, vingou-se provando dentro de dados igualmente seguros, que o aristocrata improvisado descendia do execrabilissimo Joaquim Silvêrio dos Reis! Quanto não se recreava com os papalvos que lhe apareciam com o peito constelado de quinquilharias honorificas, com fitinhas vencras e medalhas caruavalescas. Só numa coisa Breves exultava: em que suas parentas desposassem titulares europêos emigrados, em geral pobres e que vinham redourar o braço no ouro brasileiro. Tal quando sua casa se ligou á do conde italiano Fè d'Ostiani e á de um fidalgo russo, official da guarda de honra do czar. Morreu Breves em 30 de setembro de 1889, não chegando, portanto, a ver a introdução aqui do regime que inauguraria uma nova mentalidade politica e social, tão diversa da desse magnata de mentalidade reacionária, sempre desconfiado dos ludibrios da demagogia barata. Morreu ameaçado, por todos os lados, pela ruína total, sentindo o fragor de desmoronamento da sua obra, graças ao lindô lance sentimental e discutível medida econômica que foi a Lei Aurea. Morreu, êle o opulento senhor de dezenas de fazendas, latifundista de um poderio quasi feudal, vendo o exodo dos cultivadores do solo, deserção dos cafeeiros e a careassa dos cugeños apodrecendo no abandono. E, por mais pessimista que fosse então, mal sabia que os seus palacios seriam depois conspueados pela presença de elementos inferiores que grossceiros sócos de labregos pisariam rudemente o mesmo soalho dantes tocado ao de leve pelos sapatinhos de setim das graciosas partricias adolescentes.

Septulado o coronel na formosa capela, ainda hoje muito bem conservada, em que

também viriam a respousar sua esposa e suas filhas, surgiram, sem demora, graças á instigação de advogados enredadores, inúmeras contendas em torno ao vultoso legado, e os herdeiros, esvaindo-se em honorários copiosos e em polpudas custas fresnes, foram forçados a ir alienando aos poucos as terras e os solares da casta dos Breves, quando não preferiam abandoná-los voluntariamente, pela impossibilidade de mantê-los dentro das rendas do patrimonio.

Que fazer, já então, em paragens que, tendo produzido em 1887, 250 mil arrobas de café, viam a colheita descer, em 1889, dada a imigração dos escravos, a 30.000 arrobas apenas, em proporções, portanto, de baixa vertiginosa até chegar quasi a zero?

Assim, adjudicadas a terceiros, abandonadas á incuria de alguns pretos e muamas que persistiam em ficar por lá, ou invadidas por estrangeiros intrusos, em geral apadriñados pela politiquice local, tornaram a cobrir-se de mato as noventa e tantas fazendas do chefe da tribu, muitas das quais convertidas hoje em pastagens para criação de gado.

Por ali, só se vêem agora, emergindo dos matagais, em que vagam macacos, lontras e até onças, restos de cafeeiros e alcerces ou pilares de edificios derruidos.

Vão desaparecendo todos os vestígios de grandeza dos Breves e quem não chegar a tempo de recolher, dos veteranos da zona, uns farrapos de palestra documentativa, uma vez que nada de escrito chegou aos arquivos do país, nenhuma notícia terá de um dos mais fascinantes aspectos da nossa civilização rural, do nosso patriado agrícola.

Para falar dessa gente dominadora, aqui e ali surgem ainda janelas com o monograma do coronel e não é raro encontrar-se, em casas de matutos pobresões, talheres com as tres letras prestigiosas, artisticamente enredadas: J. S. B.

Também perdura, a historiar a energia da grei, a bela estrada de rodagem que se estende da séde de São João Marcos a Mangaratiba, feita sob os auspícios do velho Breves para escoadouro dêste, rumo do litoral, rodovia bem macadamizada, defendida com longos rasgões na rocha viva, com uma soberba ponte de um só arco, a Ponte Bela (elegantissima, toda de cantaria, e dedicada a Pedro II, ao que se afere de uma inscrição em latim) com bebedouro para animais, em pedra esculpida, e a chamada casa da barreira, de um grande luxo de ornatos. Por aí rodavam, todos os dias, sessenta ou setenta diligencias e mal davam para vehicular a sofreguidão de ganho que alvorçava os dois municípios. E' bem de ver que a estrada beneficiava em particular o patriarca

do clan, que ia embarcar o seu café em Mangaratiba, e receber aí, providas da Africa, as centenas de pretos que lhe trabalhariam a gleba, depois de uma ligeira estada em Mangaratiba, a aprazível restinga em que os recém-vindos eram friccionados a casca de côco, para se limparem da sarna, e adquiriam alguns rudimentos de sociabilidade, para o contacto com os brancos. Acentue-se que todo êsse serviço marítimo, seja o comércio de café, seja o comércio negreiro, era feito em navios de propriedade do coronel.

Quanto ás chacaras e aos palacios dêste em Mangaratiba, ainda hoje ostentam, em meio ao mato bravo, alguns especimens exóticos, que êle mandava trazer de climas varios, sem temer as despesas, para fins meramente ornamentais, e uma vasta mesa de marmore, sob enorme jequitibá, lembra que ali correram centenas de contos no jôgo do voltarete. Armazens, cocheiras, trapiches, e um teatro, em que representou João Caetano, ainda aprumam os esqueletos de granito.

Mas isso é nada confrontado com as inúmeras fazendas do patriarca nos municípios de S. João Marcos, Pirai e Rio Claro, todas borbulhantes de vida, miniaturas de cidades. Lembremos alguns nômes. Concelção era celebre pelas suas dezenas de quartos, para hospedes do Rio. Olaria, cópia exata do Palacio do Podestá de Brescia, construida por um arquiteto vindo da Italia, ficou em meio, porque a esposa de Breves se após terminantemente a passar de S. Joaquim da Gramma para lá. Seus salões são todos de tétó estucado; saçuão trabalhado em marmore de Carrara; soalho de madeiras mosaçadas e ampla escadaria vistosamente teatral. Na antiga casa da Olaria — não é demais recorda-lo — dormia Pedro I, quando de regresso do Ipiranga, em cama depois vendida a uma senhora da familia Prado por vinte contos de réis. Conflança, herdada do barão de Pirai, sogro do coronel, notabilizou-se pelos seus jardins suspensos e pelas suas sêiteiras á moda médieval. Bela Aliança, recebida pelo russo Haritoff, quando desposou a sobrinha do formidável senhor de cafezais, viu festas de uma suntuosidade moscovita, enquanto o pobre conde emigrado, não se casava, em segundas nupcias, com uma ex-escrava, e, atirado á miseria, não vinha a ser tradutor de um ministério aqui no Rio. Em S. Sebastião morreu Oliveira Bello, genro de Breves, orador cataduposo, varias vezes deputado e presidente de varias provincias do Imperio; e que acabou corroído por uma agudá misantropia, desdenhado e desdenhado da comedia politica que lhe ia em derredor, já pauperrimo e tendo, para viver, necessidade da sinecura de redator-chefe do "Diario Oficial". Declinaram Lage, Gloria, Alto dos Negros. Parado, hoje

do italiano Streva e Morro do Frade, dantes refugio de um bandido ferocissimo, que se disfarçava num burel de monge... Fortaleza foi comprada a quatorze irmãos que ali mantinham um serralho, com salas gradeadas, portas falsas, subterraneos e outros elementos de romance medieval. Estiolaram-se Julião, Retiro, Retirinho, Flaviana, Santa Paulina e Matias Ramos, sendo que as u'ltimas foram submergidas pela represa da Light. Em Rosario começa a bóca do tunel do rio Pirai, tunel construido por aquela empresa. Feneram igualmente Pinheirinho, Bela Aurora, Figueira, Bela Vista e Varzea, onde os Moraes estreitamente aparentados com os Breves, inketaram a sua fortuna, através da figura lendaria do Cabeça de Cuia.

Nem se esqueça a colossal chacara do coronel aqui no Rio, em frente á Quinta da Boa Vista e hoje acupada pelas avenidas do Visconde de Moraes, chacara em que o Impeador, sempre que o sabia na Côte, mandava requestar o velho fazendeiro a vir até ao Paço.

Mas, acima de tudo, digno de evocação, é o reduto de São Joaquim da Gramma, solar de que só resta a ala direita entre frangalhos de engeños, pedaços de um vasto hospital e pedras do casario das montanhas, senzalas e palacetes que abrigavam mais de duas mil pessoas. Avulsamente, perduram portões, pilares, azulejos, mosaicos, chafarizes com gargulas alegoricas, colunas truncadas, arcadas bambeantes e pedaços de leões de marmore espatifados por imbecis que lá se foram divertir com exercicios de tiro ao alvo...

Cocheira, casa de trolls, moinhos, paióis, desapareceram de todo. Apenas, na ala que resistiu, pode-se calcular o que teria sido em voluptuoso conforto o quarto das mucamas, sendo que algumas delas, por efeito de benéficos cruzamentos, quasi brancas e até alouradas, vinham aqui ao Rio assistir com a patrôa ás récitas do Lírico, no tempo de Tamagno e da Borghi-Mamo, fazendo rugir sedas custosas, talvez importadas, em habil contrabando, nas praias de Mangaratiba...

O café brasileiro na Argentina

O extraordinario empreendimento de Octaviano Alves de Lima fundando o "Café Paulista" de Buenos Aires

Não é novidade para ninguém que a propaganda oficial do nosso café no estrangeiro tem corrido menos para o aumento de seu consumo do que o esforço patriótico de alguns particulares. Mesmo esses, é preciso acrescentar, nem sempre viram as suas tentativas coroadas de êxito desejável. Todo o mundo sabe por exemplo o que foi o fracasso do celebre "Café Carvalho" de Paris que, instalado com a maior pompa no centro da capital francesa, não conseguiu resistir á luta intensa que lhe moveram os outros negociantes no gênero. Nem se ignora o sucedido com o "Café Paulista" ali também instalado por Manoel Ernesto da Conceição e que sustentou terrível luta com os seus concorrentes das grandes empresas Potin, Plantem de Caiphar, Coben e outros.

Na Espanha, em Vigo, a celebre firma Fernandez y Prado que, com sua "Torrefacion Campinas—São Paulo" chegou por um momento a dominar todo o comércio do café no norte da península iberica, graças á sua eficiente propaganda, acabou dando logar a um desagradável incidente comercial entre a Espanha e o nosso país, de que resultou ser lançada sobre o café brasileiro uma taxa equivalente ao surto do café na America Central.

O CAFÉ NA ARGENTINA

"De todas as propagandas", disse recentemente o sr. Jacob Guyer em excelente memorial apresentado á reunião da Sociedade Rural Brasileira", de todas as propagandas, só ficou a que Octaviano Alves Lima lançou em Buenos Aires.

Dotado de vontade superior, com uma capacidade de trabalho invejável, conseguiu ali fundar os "Cafés Paulistas" e, em brilhante serviço de propaganda, concorrer para o aumento do consumo, educando ao mesmo tempo o paladar do consumidor ao uso do bom café, serviço que na propaganda é incontestavelmente o de maior importancia.

INICIATIVA PATRIOTICA

E foi justamente o que poz em pratica, Octaviano Alves de Lima, em 1903, que com os seus magros recursos, depois de haver entregue todos os bens aos credores, com a maior resignação, mas revestido da maior coragem, partia para a Republica Argentina, iniciando novamente a sua vida na idade de 55 anos.

O "Café Paulista", fundado como todas as empresas de grande vulto, *on business principles*, teve início, do modo mais modesto pos-

sível, na Calle Lavalle sob a direção dessa grande brasileiro cujo nome sempre honrará a familia Alves de Lima, transformando o seu pequeno negocio, mais tarde, na actual "Sociedade Anonima Café Paulista. Para esse desideratum muito lhe valeram, no começo da carreira, a dedicação e conselhos de sua extremosa esposa, d. Isabel de Arruda Lima e seus dedicados filhos, Rosita, Octaviano e Alberto bem como de seus dignos patricios, Assis Brasil e Pedro Sodré, respectivamente, ministro e consul naquele país.

A SOCIEDADE ANONIMA "CAFÉ PAULISTA"

Transformada em sociedade anonima, com o capital de 2.000.000 de pesos, tem hoje esta grande instituição, conhecida em toda a Republica Argentina, cerca de 50 filiais, espalhadas nas principais cidades do país sob a direção imediata de Octaviano e Alberto Alves de Lima.

Maior reclame não poderia o chefe Octaviano fazer em favor do nosso país, de mãos dadas com a nossa representação diplomatica e consular, no desenvolvimento de nossas relações comerciais, sociais e politicas.

Em todas essas filiais vende-se café torrado com o maior esmero e limpeza, em pó e estado liquido, importado em grão do nosso porto em Santos.

O "Café Paulista" faz timbre em vender exclusivamente o café Bourbon, n.º 4, dando se a anomalia de ingerir-se, geralmente, melhor café na Republica Argentina do que no proprio Brasil. E o caso de se dizer: "casa de ferreiro, espeto de páo".

Expõe, também nas suas vitrinas, outros produtos nossos, como cacáo, goiabada, bem como aparelhos para o preparo do café no lar domestico.

Quem vai á Republica Argentina, nota um fato muito peculiar ás grandes casas de café liquido: a mesma uniformidade no serviço, quer quanto ao preço, quer quanto á qualidade do produto usado. E não é só isto: Quer se esteja nas filiais da calle Florida, Bartolomeu Mitre, etc., em Buenos Aires, ou em Mendoza, lá encostada nos penhascos da Serra dos Andes ou em Tucuman, La Plata, Rosario, vai-se encontrar o mesmo pessoal, a mesma civilidade e a mesma uniformidade na administração sem estrepito ou barulho.

O visitante poderá avaliar o volume de negocio feito, diariamente, pela sua correspon-

dencia, já bem volumosa, na Argentina, Brasil e mesmo, na Europa.

A empresa prospéra continuamente, mas sempre presidida por uma administração calma e refletida, nunca disposta a recuar, mas a avançar sempre.

O dr. José Custodio Alves de Lima, que se prestou, com a melhor boa-vontade e com toda a gentileza a nos fornecer alguns dados sobre a vida do saudoso patricio, narrou-nos de que modo Octaviano concebeu a arrojada idéa de fundar, em Buenos Aires, o Café Paulista.

OCTAVIANO ALVES DE LIMA

“Aos cinquenta e cinco anos”—disse-nos êle —“Octaviano nunca deixára o nosso país. Não tendo maior occupação, naquele tempo, mantendo-me eu, ao Deus dará, com algumas economias feitas á custa de artigos no “Jornal do Comércio”, aceitei, de bom grado, o convite de um amigo para visitar êsse sertão da Bafia, que da capital só conhecia.

Convidei-o para me acompanhar, Nunca havia êle viajado em navio estrangeiro, mas o aspecto dos passageiros de diferentes nacionalidade, garridamente vestidos, criados fardados, mesa farta, causaram a maior impressão no seu espirito, qual o do homem audaz e amigo de aventuras.

Foi bastante perdermos de vista o pharol de Cabo Frio para êle exclamar: “Não volto mais

a São Paulo!” E foi o que êle fez, contribuindo eu, em parte, para que êle partisse logo para a Republica Argentina, onde, em vinte anos, conseguiu fazer do “Café Paulista” o mais eficaz instrumento de propaganda, como ainda não fôra feito, até aqui, no estrangeiro.

Manda a gratidão, em geral muito escassa; que ponha em alto relevo dois brasileiros que, na alta administração, muito por êle fizeram, justamente na occasião de ser auxiliado: um, como presidente da Republica, e outro, como ministro da Agricultura—Nilo Peçanha e Rodolpho Miranda.

E do seu Estado natal, que mais ganhou na propaganda, nem um centil!

Bem poderia êle reeditar a frase de Scipião, o Africano, referindo-se á velha Roma, historicamente conhecida: “Ingrata patria, tu non possidebis ossa mea”.

Mesmo assim, para conforto dos que aqui ficaram, e para seu maior desejo, os seus restos mortais jazem naquela bela colina que defronta S. Paulo de Piratininga”.

E o sr. José Custodio assim concluiu:

“Mas, como a historia se repete... Já nos principios do seculo passado, nosso avô paterno, Manoel Alves de Almeida Lima, forçado por um duelo, no campo de batalha, teve de emigrar para o mesmo país, trazendo, no fim de 15 anos, vinte contos em ouro, de parte, dos quais fez êle uso para a montagem da fazenda do Enxarque, município de S. João de Capivary, Estado de S. Paulo”.

O café em Petropolis

ALCINDO SODRÉ

A historica e elegante cidade serrana poderá falar sobre o café? Pelas terras dêsse município, famoso por suas flores, existia a cultura do ouro negro nacional? Petropolis possui café desde longa data, e vejamos como isso aconteceu. É um município de organização recente.

Fez parte da freguezia de São José do Rio Preto e depois pertenceu ao município de Estrela. Nessa época, Petropolis era Fazenda do Corrego Sêco, mas isso apenas no nome, porquanto o que ali existia era um velho casarão, no meio da floresta de sua bela topografia. Essa região fôra desbravada em 1623 por Garcia Rodrigues Paes Leme, guarda-mór das minas gerais, como melhor e mais proximo caminho para a então capital do vice-reino. No actual 2.º distrito, em 1720, se constituiu a sesmaria do padre Corrêa, concedida sob a condição de ser construída uma capela e de ser dada hospedagem aos governadores e vive-reis que por lá viessem a passar. E Petropolis passou a ser caminho de bandeirantes e naturalistas, aberta que foi a historica "Estrada dos mineiros" pelo vale do Piabanha. Saint-Hilaire, em 1816, seguindo essa trilha de penetração do interior do Brasil, embarcado da Côrte, vem ter ao porto da Estrela, que lhe parecera "o de maior vida e movimento" de todos os pontos por êle percorridos em nosso país. Na raiz da serra de Petropolis encontra a Fazenda da Mandioca, propriedade do conselheiro Langsdorff, que com trabalhadores europeus, ensaiava a cultura do café, ao lado de varios cereais. Subindo a serra pela antiga estrada de lages soltas, passou pelo Corrego Sêco e seguindo a margem direita do Piabanha através Itamaraty e Samambaia foi ter ao padre Corrêa, e assim exprimiu a sua impressão: "Após os mameleiros estão os pecegueiros que vi com frutas maduras. O aspecto de um vale tão bem cultivado, no meio das montanhas agrestes e selvagens que o cercam, tem alguma cousa de surpreendente, que encanta. O padre Corrêa goza no Rio de grande fama pelos seus conhecimentos em agricultura. Aproveitou-se da temperatura moderada da serra para cultivar grande número de plantas de orizem européa".

Por êsse recanto, vem a passar John Mowe, o primeiro estrangeiro que escreveu sobre o Brasil, com permissão e auxilio de D. João IV para visita-lo pelo interior, na zona das minas diamantíferas.

Em Corrêas, o viajante surpreende grande número de escravos que se entregam aos serviços de uma pequena indústria de ferraduras, e celebra a existencia de enorme figueira onde repousava mais tarde o brigadeiro Cunha Mattos quando em 1823 seguia para Goiás, onde devia assumir o comando das armas, essa mesma figueira que velára por uma noite o

sono agitado de Tiradentes, que levava para a Côrte a incumbencia patriótica de libertação...

Nêsses sitios porém, não fôra visto café, nem é possível que ali êle conseguisse produzir, dada a natureza e situação do terreno. Entretanto, essa é a região de Petropolis onde se desenvolveu depois o nucleo de população colonizadora que veio justificar a criação do novo município com a anexação successiva de seus atuais distritos cafeeiros, que são: Pedro do Rio e São José do Rio Preto.

O primeiro, parte da freguezia de Cebolas pertencia ao município de Paraíba do Sul e o segundo, inicialmente ligado a Cantagalo, teve com Paraíba e Sapucaia antes de vir para Petropolis.

O café, nêsses distritos, é cultivado desde tempos longinquos. Pedro do Rio, numa altitude de 644 metros, produzia há 30 anos 80.000 arrobas, e quando fazia parte da freguezia de Cebolas, com ela produziu 300.000 arrobas. Nessa época, o valor da produção pode ser aferida pelo número de escravos. Pedro do Rio era município de Paraíba, que dispunha de 15 mil escravos, quando Vassouras dispunha de 17 mil, Campos de 20 mil e Valença de 21 mil. O distrito de São José do Rio Preto é mais extenso, com uma área de 310 quilometros quadrados e desde sua ligação com Cantagalo produz café.

Actualmente, o município de Petropolis, nêsses dois distritos, exporta uma média annual de 160 mil arrobas. As qualidades cultivadas de preferencia são o Creoulo e o Bourbon. Ha no município 264 propriedades rurais que cultivam o café. Uma só, em 1924, retirou do café o lucro liquido de quatrocentos contos. A média de produção é de 30 arrobas por mil pés.

Os plantadores de café no município de Petropolis consideram o seu cultivo sob a dependencia primordial do clima e da topografia. E argumentam do modo que segue: A região do Brasil que se estende do Rio de Janeiro para o norte, pela Serra do Mar, no sistema de terrenos onde os rios correm para o oceano, o tipo do café é diferente de S. Paulo e a terra se exgota mais rapidamente. Êsse fenómeno, porém, diz respeito apenas ao café. Ali, a média é de 30 arrobas contra 50 arrobas por mil pés, verificada em S. Paulo.

Entretanto terrenos paulistas de massapé amarelo, cuja produção atinge 80 arrobas, depois de 3 anos, não produzem mais milho e feijão. Em Petropolis, os terrenos que negam força ao café, há 60 e 80 anos que vêm produzindo com abundancia aqueles cereais. Apenas condições de clima e topografia alegam os plantadores de Petropolis.

Final o que deve ser surpresa para muita gente—Petropolis, produz café.

O município cuja séde é a elegante capital politica do país durante o verão, a cidade das hortencias e das magnolias, possui tambem as suas lavouras, onde se destaca o café, e com elle a reminiscencia dos velhos habitos cafeeiros, ligados ao braço africano. Petropolis possui a "fazenda de café", o verdadeiro estabelecimento colonial, com o atesta a narrativa dos antigos, testemunhada pela ainda existencia de idosos solares rurais. É facil a reconstituição. Vê-se ali as casinhas dispostas em grupo onde habitavam os "negros da fazenda", e que eram fechadas á noite, depois da ceia, pelo feitor, para evitar fugas, planos de revolta, ou entrevistas de amor.

E tambem como medida econômica, evitando vícios e fadigas que abateriam as forças e perturbariam a disciplina, arruinando a fazenda. Essas casinhas constituídas de barro, sem janelas e cobertas de palha, são as classicas "senzalas". E cada negro tem a sua. Todas as manhãs, ao romper do dia, os negros saem, um a um, e vão se acocorar ou formar em linha no terreno.

O feitor e seus auxiliares, despertados pelo sino ou pela corneta, chegam, contam as cabeças, distribuem o serviço, e tomando o café, os negros seguem para as plantações. Antes de partir, os escravos saudam o seu dono, desfilando sob as janelas ou varandas: "lou-vado seja Nosso Senhor Jesus Christo!"

Essa cortezia é repetida pelas estradas, a cada branco que passa. Os crucificados da terra, balbuciavam assim, como que coagidos, o santo nome do grande libertador...

A refeição dos escravos é feijão, carne sêca e farinha, distribuidos em cuias, entre 9 e 10 horas, como almoço. Entre 2 e 3 horas o jantar consiste em iêjão e angú, e ao entardecer, de volta ás habitações, depois da revista, a ceia distribue cangica.

A disciplina das fazendas é mantida por dois modos: o da chibata e o da religião, a do feitor e a do padre.

Todos os fazendeiros têm capela ou um altar onde se realizam os officios.

As penas disciplinares são o chicote, a palmatoria, o tronco, a prisão e o anel de ferro ao pescoço nos casos graves.

A fome é desconhecida pelo negro. Entretanto, nenhum interesse o liga á terra, nenhum proveito lhe vem da colheita. O trabalho para elle quer dizer esforço e cansaço, quer dizer escravidão. Que prazer tem a mão preta no olhar com carinho para os filhos, se estes lhe podem ser arrebatados de um instante para outro, como os bezerros e carneiros da fazenda? O negro não fala do passado, porque é a dôr, nem do futuro, porque é sombrio. Esta a razão, porque nas "senzalas", não se encontra uma flor. O negro não tem esperanças nem recordações.

Hoje, sem as senzalas, as fazendas continuam a produzir. E o negro ainda trabalha, porém com horizontes diversos: seu único senhor o dever, seu inimigo é a fome. Se a responsabilidade esmaga-o, a liberdade alenta-o, e os brios dalma, fortalecem-no.

Café e câmbio

No volume "Café e Câmbio" publicado em 1924, o sr. Donato Martins, de S. Paulo, se empenha por um conjunto de medidas destinadas a constituírem o arcabouço de um plano da defesa do café.

O sr. Donato Martins consubstanciou em três itens os pontos principais da sua tésé e que são: a) valor fixo do café em ouro; b) o maximo do capital eficiente para a manutenção permanente dos preços do café; e c) regularização das entradas com os necessidades diárias do mercado.

As suas idéas, o sr. Donato Martins resume-as no seguinte projeto:

PONTOS BÁSICOS

Art. 1. O Banco do Brasil emprestará á Conta de Café, sem juros e a prazo indeterminado, emitindo em notas conversíveis ao câmbio de 12 d. para êsse fim, as importancias precisas para a aquisição de quantidades limitadas, em séries de 500.000 sacas, sendo 400 mil em Santos e 100.000 no Rio, que serão ordenadas do seguinte modo: 200.000 do tipo 4 exportação de descrição, e 200.000 do tipo Bolsa sem descrição, da produção do Estado de S. Paulo e Sul de Minas.

Art. 2. Será determinado o preço em mil réis ao câmbio do dia, para os tipos de primeira qualidade £ 3-0-0 e para os de Bolsa £ 2-10-0.

Art. 3. Diariamente será fixado no recinto da Bolsa de Café a taxa cambial que vigorará em cada pregão, com a base equivalente em mil réis, conforme consta das tabelas seguintes, calculadas para exemplo, aos câmbios de 5½ d. a 6 d. e de 11½ d. a 12 d.

TABELA DE PREÇOS POR 10 QUILOS SOB O VALOR FIXO EM OURO, DE £3.0.0 E £2.10.0 POR SACCA DE CAFÉ DE 60 QUILOS

CAMBIO DO DIA	Preço por 10 ks. dos cafés de descrição	Preço por 10 ks. dos cafés tipo Bolsa
5 11,16	21\$100	17\$600
5 45,64	21\$050	17\$550
5 23,32	21\$000	17\$500
5 47,64	20\$950	17\$450
5 3,4	20\$900	17\$400
5 49,64	20\$800	17\$300
5 25,32	20\$750	17\$250
5 51,64	20\$700	17\$200
5 13,16	20\$650	17\$150
5 27,32	20\$650	17\$100
5 7,8	20\$450	17\$050
5 57,64	20\$350	16\$950
5 29,32	20\$300	16\$950
5 59,64	20\$250	16\$900
5 16,16	20\$200	16\$850
5 61,64	20\$150	16\$800
5 31,32	20\$100	16\$750
5 63,64	20\$050	16\$700
5 31,32	20\$100	16\$750
5 63,64	20\$050	16\$700
11 1,2	10\$450	8\$700
11 17,32	10\$400	8\$650
11 19,32	10\$350	8\$600
11 5,8	10\$300	8\$600
11 11,16	10\$250	8\$550
11 3,4	10\$250	8\$500
11 25,32	10\$200	8\$500
11 13,16	10\$150	8\$450
11 7,8	10\$100	8\$400
11 15,16	10\$050	8\$400
11 31,32	10\$050	8\$250
12 d.	10\$000	8\$300

Art. 4. O governo comprará na Bolsa, diretamente todo o café que fôr oferecido até o limite de 400.000 sacas em Santos e 100.000 no Rio, ficando os corretores obrigados a assinarem as fichas declinando o nome dos vendedores. Igualmente, procederá vendendo o café em identicas condições da compra, apenas desprezando a refração de ¼ d., que só será deduzida das faturas de compra.

Art. 5. As compras feitas pelo governo serão liquidadas dentro de 30 dias—contados da data do fechamento do negocio, devendo os vendedores entregar dentro de dois dias as respectivas faturas acompanhadas das amostras correspondentes com o deposito declarado.

Art. 6. O café comprado pelo governo terá uma refração de ¼ d. sobre o preço ao câmbio do dia em que fôr feito o negocio, e que será descontado das respectivas faturas. Essa refração será reservada para as despesas a se fazer com a defesa do café e os saldos que

CAMBIO DO DIA	Preço por 10 quilos dos cafés de descrição	Preço por 10 quilos dos cafés tipo Bolsa
5 1,2	21\$800	18\$200
5 33,64	21\$750	18\$100
5 17,32	21\$700	18\$100
5 35,64	21\$650	18\$050
5 9,16	21\$550	18\$000
5 37,64	21\$550	17\$950
5 19,32	21\$450	17\$900
5 39,64	21\$400	17\$850
5 5,8	21\$350	17\$800
5 41,64	21\$300	17\$750
5 21,32	21\$200	17\$700
5 43,64	21\$150	17\$650



A RUA GENERAL CAMARA, GRANDE ARTERIA COMERCIAL DE SANTOS

(Ilustr. do natural, a pena, pelo prof. H. Cavalletto)

porventura se apurarem serão destinados para as despesas de propaganda nos mercados consumidores.

Art. 7. Diariamente, depois do último preço da Bolsa, será afixado o estoque do governo do dia anterior, adicionando-se os totais dos saldos do dia.

Art. 8. Na Bolsa só serão cotados três meses. As operações a termo para o mês vigente só serão permitidas para o café disponível, ficando proibidas as liquidações por diferença, tanto para as compras como para as vendas.

Art. 9. As entregas de café vendido na Bolsa serão feitas em quantidades de 1.000 sacas, entrando as qualidades de descrição, mole, boa fava e boa torração em partes iguais dos tipos 3, 4 e 5 (média tipo 4), e os tipos de Bolsa também em quantidade de 1.000 sacas, sem descrição, 4 e 5 tipo Santos, correspondendo respectivamente às qualidades figuradas sob as letras A e B.

Art. 10. As entradas já limitadas em 47.000 sacas para Santos e Rio, serão suprimidas logo que o estoque do governo atinja o máximo estabelecido e só serão renovadas depois do referido estoque entrar em declínio. Do mesmo modo proceder-se-á quando o estoque das praças de Santos e Rio cheguem às suas plenitudes máximas, isto é, 2 milhões em Santos e 600 mil sacas no Rio.

Art. 11. O estoque máximo do governo será de 500.000 sacas, que será adquirido nas praças de Santos e Rio.

Art. 12. O Banco do Brasil dará em caução a prazo de um ano, a firmas comerciais e particulares de reconhecida idoneidade, 40\$000 por saca de café sobre conhecimento endossado por uma firma da praça, havendo neste caso preferência para as cooperativas que se organizarem sob os moldes legais e 70% sobre cafés warrantados, aos juros de 6% ao ano.

Art. 13. As cauções a que se refere o artigo precedente são baseadas no valor médio do preço de café em ouro, isto é, £ 2.10.0 por saca de café em ouro, isto é, £2.10.0 por saca

de 60 quilos ao câmbio máximo de 12 d. ou seja o equivalente em papel-moeda 50\$000, preço mínimo do café.

Art. 14. Cabendo ao Banco do Brasil financiar as operações de café, será de proveito pratico que a respectiva escrituração fique adstrita a esse estabelecimento, criando-se para esse fim uma secção especial.

Art. 15. Dentro de seis mezes proceder-se-á sempre a liquidação de todo café armazenado, iniciando-se as vendas no penultimo mês, isto é, um mês antes de terminar o respectivo semestre. Para facilitar a execução dessa medida, serão suprimidas as estradas nos respectivos entrepostos de exportação até que seja vendido todo café armazenado. Essa providencia tem por fim evitar o estagnamento do café por longo tempo, o que entre outros inconvenientes geralmente acarreta prejuizos, por "faltas" e despesas do reensaque.

Art. 16. As faturas para o governo serão acompanhadas de certificados da Bolsa Oficial de Café. As divergencias sobre classificação serão resolvidas por tres peritos nomeados pela Associação Comercial de Santos e Rio, correndo as despesas por conta do requerente se for confirmada a classificação e em caso contrario por conta dos peritos da Bolsa Oficial de Café.

Art. 17. As entregas do café vendido deverão corresponder rigorosamente ao tipo e qualidade do café negociado, não sendo permitido as ligas de cafés que não sejam aqueles dos tipos da Bolsa, figuradas nas letras A e B. Os infratores ficam sujeitos á indenização a que as partes prejudicadas tiverem direito, tanto pelas diferenças de tipo e qualidades como por outros danos justificadeis. Além disso a Bolsa estabelecerá a multa de 5\$000 por 10 quilos que será cobrada como penalidade.

Art. 18. As reclamações só serão atendidas antes da retirada do café dos armazens.

Art. 19. Os classificadores que negligenciam as suas atribuições dando causa ás reclamações referidas nos artigos 16. e 17. serão condenados a pagar \$500 por 10 kilogramas em toda série viciada".

A influência do café no desenvolvimento do Espírito Santo

Produção — Comércio — Estatísticas

A. DE LIMA CAMPOS

O Espírito Santo é hoje o terceiro Estado do Brasil na produção de café. Apenas S. Paulo e Minas Gerais lhe ultrapassam em tal produção. A previsão da sua safra deste ano, lhe assegura este brilhante logar.

Para se fazer uma idéa do que representa o café para o Espírito Santo, bastará dizer-se que êle representa mais de 90% da exportação total do Estado. Esta percentagem é ainda maior para o contingente fornecido á renda estadual. Realmente, o imposto de exportação sobre a rubiacea fornece a quasi totalidade dos recursos indispensaveis a manutenção dos serviços officiaes. Região monocultura por excelencia, o Espírito Santo quasi só se tem dedicado, nos últimos anos, á lavoura do café, apenas agora ensaiando plantio do cacáo e da cana de açúcar, ainda em pequena escala.

O cultivo do café tem tido no Estado um desenvolvimento apreciável. Êle tem crescido de maneira segura aumentando sensivelmente a área consideravel de novas plantações.

Esta prosperidade se tem manifestado no desenvolvimento crescente da exportação. O quadro abaixo dá uma idéa exáta do que afirmamos:

ESTATISTICA DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANOS	QUANTIDADE Sacas de 60 quilos	VALOR OFICIAL	DIREITOS PAGOS
1903.....	700.309	18.035:432\$888	2.169:182\$888
1904.....	506.775	18.590:175\$750	2.234:153\$463
1905.....	226.693	15.105:456\$091	1.721:263\$662
1906.....	555.493	14.699:615\$907	1.763:953\$907
1907.....	747.603	16.649:611\$295	1.997:953\$352
1908.....	708.353	14.628:854\$980	1.773:577\$887
1909.....	461.127	12.173:575\$058	1.460:828\$235
1910.....	407.970	12.229:862\$998	1.469:938\$129
1911.....	483.907	23.049:694\$817	2.766:348\$064
1912.....	568.259	29.676:508\$852	3.561:273\$165
1913.....	597.570	33.832:018\$672	2.740:278\$951
1914.....	629.168	17.628:464\$395	2.115:440\$873
1915.....	968.215	28.471:066\$976	3.416:528\$037
1916.....	712.971	26.650:962\$100	3.198:112\$356
1917.....	722.309	23.726:211\$325	2.847:145\$359
1918.....	677.372	24.765:971\$000	2.971:916\$520
1919.....	802.522	59.101:628\$567	7.092:195\$428
1920.....	846.394	47.532:438\$099	5.703:892\$571
1921.....	1.104.033	71.863:367\$750	8.623:604\$150
1922.....	1.029.543	90.657:567\$236	10.878:908\$088
1923.....	1.071.974	115.522:704\$159	23.682:724\$499
1924.....	1.276.801	206.412:134\$350	24.757:939\$068
1925.....	1.220.063	209.866:926\$818	25.184:031\$218
1926.....	1.244.434	181.635:573\$300	21.796:198\$846

Com tal preponderancia na produção do Estado facilmente se pôde concluir a importancia que, para o Espírito Santo deve ter o comércio do café. Não exagaremos afirmando que o equilibrio geral de quasi todas as atividades dependem da "preciosa rubiacea". Os orçamentos públicos, os melhoramentos gerais, a construção de estradas de ferro e de rodovias, os serviços profiláticos e sanitários, o comércio, as indústrias nascentes e todas as varias formas de trabalho e vida no Espírito Santo, pode se dizer, dependem do grão precioso do café. Não há exagero na afirma-

tiva. A alta percentagem da rubiacea na exportação total do Estado conforme acima citamos, mostra que, sobre ela repousa a prosperidade econômica e financeira do Espírito Santo.

O centro principal do comércio é a praça de Vitória. Aí se localizaram os principais negociantes e todos os exportadores.

A importância dos negócios de exportação sobretudo, dão a Vitória, sob o ponto de vista comercial, uma posição de incontestável destaque. Cerca de cento e cinquenta mil contos de café são ali negociados e exportados em cada ano.

Os quadros que damos abaixo mostram claramente o vulto do movimento. Nêles estão separados os contingentes da produção mineira, trazidos pela E. de Ferro Vitória a Minas, e os contingentes da produção espiritosantense, todos indicados conforme as firmas exportadoras:

ESTATÍSTICA DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ MINEIRO PELO PORTO DE VITÓRIA,
NOS ANOS DE 1922 A 1926 E PRIMEIRO SEMESTRE DE 1927

EXPORTADORES	ANOS					
	1922	1923	1924	1925	1926	1. sem. de 1927
Hard Rand & Cia.	13.199	9.255	17.970	15.860	12.632	794
Vivacqua, Irmãos & Cia.	50.886	59.741	83.706	71.285	46.361	1.887
A. Prado & Cia.	2.927	2.772	2.621	6.942	11.527	5.946
Arens & Langen.	3.874	9.683	27.958	26.808	22.407	3.967
Oliveira Santos & Filhos.	21.212	11.406	23.168	35.419	41.308	8.415
Cruz Sobrinhos & Cia.	50.476	38.895	48.397	26.353	20.030	5.049
Fraga Leal & Cia.	—	—	644	4.538	974	—
Arbuckle & Cia.	5.679	694	288	2.803	803	600
Vicri S. A.	—	—	1.000	250	—	—
Mafra & Irmãos.	16.719	—	—	1.935	457	—
Leon Israel Company.	—	—	—	—	344	489
D. B. Leal & Cia.	—	—	—	—	1.508	489
Theodor Wille & Cia.	—	—	—	—	4.474	1.114
J. Ferreira & Cia.	2.500	—	—	—	—	—
SOMA.	167.472	132.446	205.752	190.193	162.645	28.750

ESTATÍSTICA DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO ESPÍRITO SANTO, PELO PORTO DE VITÓRIA, NOS ANOS DE 1925 E 1926 E PRIMEIRO SEMESTRE DE 1927

EXPORTADOR	SACAS		
	1925	1926	Janeiro a Junho 1927
Hard Rand & Cia.	157.539	107.621	48.482
Vivacqua Irmãos & Cia.	100.857	130.310	53.382
A. Prado & Cia.	127.914	98.769	44.147
Arens & Langen.	95.322	113.644	44.779
Oliveira Santos & Filhos.	74.566	81.354	24.560
Cruz Sobrinho & Cia.	48.345	14.270	5.346
Fraga Leal & Cia.	51.749	11.981	—
Arbuckle & Cia.	26.035	49.197	14.400
Vicri S.A.	6.500	—	—
Mafra & Irmãos.	1.065	—	—
Outros.	6	28	—
Leon Israel Company.	—	47.405	10.326
D. B. Leal & Cia.	—	44.676	8.039
Theodor Wille & Cia.	—	30.349	14.502
SOMA.	690.000	729.604	267.964

SAFRA DE 1927

Previsão da safra de 1927, a maior que já teve o Estado assegura ao Espírito Santo o terceiro lugar em produção entre os estados cafeeiros do Brasil.

A secretaria de Agricultura espiritosantense, apurou após metuculoso estudo, que a colheita de 1927 deve atingir a 1.893.863 sacas. Comparada com a safra de 1926, que foi de 1.283.529 sacas, verifica-se o sensível aumento de 610.334 sacas.

A situação das lavouras é, de um modo geral, de franca prosperidade. Há no Espírito Santo 19.155 propriedades agrícolas dedicadas ao plantio do café, com um total de 237.926.159 cafeeiros. Dêstes 161.463.050 estão em franca produção e 76.462.109 são de plantação recente.

O município de Alegre ocupa o primeiro lugar no Estado, com 18.266.200 cafeeiros adultos 10.872.438 cafeeiros novos e com uma produção de 977.603 arrobas.

A estatística que inserimos a seguir, esclarece perfeitamente o assunto.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO CAFEIRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRODUÇÃO DE 1926 — PREVISÃO DE 1927

MUNICÍPIOS	No. de propriedades recenseadas	Cafeeiros em produção	Cafeeiros novos	Produção em 1926 (em arrobas)	Produção em 1927 (Previsão) (em arrobas)	Media de produção por mil pés (1927) (arrobas)
Conceição da Barra.....	300	530.000	276.000	9.000	16.000	30
São Mateus.....	636	3.125.000	1.250.000	102.0000	125.000	40
Colatina.....	1.128	13.924.569	6.905.400	417.330	569.816	40
Riacho.....	437	1.824.900	1.016.700	50.187	77.263	42
Santa Cruz.....	635	4.127.060	1.738.400	75.540	121.915	29
Nova Almeida.....	301	4.356.500	1.133.100	62.256	130.268	29
Pão Gigante.....	834	4.711.300	3.175.797	276.758	301.835	64
Itaguassú.....	800	8.124.050	2.356.400	236.192	444.870	54
Santa Teresa.....	1.318	14.798.770	3.462.373	410.686	508.872	34
Santa Leopoldina.....	1.102	6.187.310	2.792.209	146.908	282.749	41
Afonso Claudio.....	1.571	6.681.019	3.430.799	241.642	372.823	55
Serra.....	695	4.461.340	4.698.015	44.793	132.793	29
Cariacocas.....	267	1.261.850	246.420	30.499	50.259	40
Vitoria.....	266	1.241.045	264.555	25.285	40.361	32
Viana.....	682	3.048.310	1.547.925	57.127	82.297	27
Espírito Santo.....	80	130.087	57.825	2.113	4.335	41
Domingos Martins.....	931	3.432.300	1.300.230	114.727	189.486	53
Guarapari.....	705	4.272.600	1.309.550	114.217	130.990	30
Anchieta.....	152	1.236.150	425.550	33.904	39.319	31
Alfredo Chaves.....	507	2.277.300	364.400	177.998	230.876	78
Iconha.....	529	4.228.500	2.342.845	174.300	200.276	47
Rio Novo.....	329	2.064.400	710.320	73.687	103.906	50
Barra de Itapemirim.....	12	13.000	25.100	473	631	48
Cachoeiro do Itapemirim.....	1.517	12.696.100	6.667.743	493.596	746.003	58
Rio Pardo.....	272	1.297.300	975.900	39.716	58.261	46
Muniz Freire.....	424	5.435.560	2.341.500	176.530	252.065	39
Alegre.....	1.410	18.266.200	10.872.438	597.725	977.603	53
Muquy.....	222	4.837.360	2.530.620	146.872	245.716	50
S. Pedro Itabapoana.....	742	17.790.360	9.971.375	580.631	845.225	47
Ponte de Itabapoana.....	65	856.580	759.050	26.714	35.987	42
Calçado.....	306	3.355.230	1.534.230	194.431	257.651	77
TOTAL.....	19.155	161.463.050	76.462.109	5.134.119	7.575.455	—

Pela recente exposição acima feita, vê-se a influencia dominante do café no desenvolvimento do Espírito Santo. A êle e quasi que só a êle deve o Estado as etapas que tem vencido na senda do progresso.

Cultura mecanica do cafeeiro

UM BANDEIRANTE

LIMEIRA, S. Paulo, Setembro — Agora que se comemora o bi-centenario do cafeeiro no Brasil, é justo que se lembre o progresso da sua cultura e se renda homenagem aos que concorreram para melhora-la.

Entre muitos agricultores esforçados e amigos da sua classe, salientou-se o antigo gerente agricola da casa Prado, Chaves & Cia., pelos seus feitos nos anos 1903 a 1911, quando dirigia os destinos de 30 fazendas desta firma, com os seus quatro e meio milhões de cafeeiros.

Tendo-lhe caído sobre os ombros esse peso enorme de dezenas de fazendas, quasi todas recebidas em semi-abandono, o dedicado representante geral de Prado, Chaves & Cia., que tinha tambem o encargo de todos os negocios externos da respeitavel firma, viu, desde logo, que, sem o auxilio de aparelhos mecanicos, não poderia vencer tarefa tão pesada.

A sua maior preocupação foi, portanto, a de descobrir ou inventar aparelhos que viessem suprir a grande falta de braços naquella ocasião. A luta foi das mais dificeis, já pela falta de maquinismos adequados, já pela hostilidade do meio, que considerava o arado ou a carpeideira como veneno para os cafézais.

Não esmoreceu, entretanto, o sr. Luiz Bueno de Miranda, gerente da casa Prado, Chaves & Cia.

Um belo dia, visitando êle, em companhia do conselheiro Antonio Prado e dos drs. Luiz Pereira Barreto, Torres Neves e F. Monlevade, o inicio do preparo do terreno para o primeiro Horto Florestal da Companhia Paulista, em Jundiá, viu uma grande Acmé nivelando um terreno arado, a qual lhe pareceu poder ser transformada em carpeideira. Chamou para o caso a atenção dos presentes, que pouco atenção lhe dispensaram.

Regressando á capital, adquiriu logo tres grandes Acmé, que fez despachar para tres fazendas que possuíam forjas, dando instruções a cada uma, para que executassem diferentes alterações e as experimentassem como cultivador.

As modificações feitas em uma das fazendas deram, desde logo, resultado razoavel, passando a grade a executar serviços de capinas em terreno fôfo, embora ainda imperfeitas.

Foi necessário o auxilio de um aparelho mais pesado, que afrouxasse a terra dura de alguns terrenos, e o de outro, mais

leve, que limpasse o terreno dos gravetos e demais corpos estranhos, que impediam o facil manejo das duas maquinas precedentes, para que fosse obtido um bom serviço de capinas.

Tais aparelhos, a grade de discos "Har-row" e a grade "Weeder", tambem americanas, depois de sofrerem algumas importantes alterações, tal como aconteceu com a grade "Acmé", vieram facilitar e completar o serviço desta. Com o serviço alternado destes tres aparelhos transformados em cultivadores, resolveu o sr. Bueno de Miranda o problema das capinas nos cafezais em terrenos de declive maximo de 8 %.

Uma comissão official de representantes do secretario da Agricultura de S. Paulo, das Sociedades Nacional e Paulista de Agricultura, do Centrô de Sciencias de Campinas e de alguns jornais teve occasião de constatar o êxito alcançado, de pois de visitarem as tres grandes fazendas: Campo Alto, em Araras, e Brejão e Santa Eugenia, em Palmeiras, onde vira mdezenas de milhares de cafeeiros tratados como jardins pelos novos cultivadores. a dois dos quais a comissão deu os nnomes de "Antonio Prado" e "Luiz Buenos".

Resolveu que foi o problema das capinas, nunca mais perdeu o sono o sr. Bueno de Miranda, por falta de pessoal, e em muitas fazendas pôde êle reduzir consideravelmente as despesas de custeio.

Inutil dizer que os colegas, que geralmente consideravam as maquinas aratorias como veneno, não o pouparam, fazendo-lhe criticas severas, e que os operarios agrarios lhe opuzeram toda sorte de obstaculos, porque viam nas maquinas um sério concorrente.

Depois dêste êxito, todas as fazendas de Prado, Chaves & Cia. foram franqueadas e visitadas por centenas de lavradores, que pouco a pouco foram reconhecendo as vantagens da maquina na lavoura e deixavam nos livros dos visitantes as melhores impressões do que acabavam de observar.

Vencida esta primeira dificuldade, cuidou o sr. Luiz Bueno de Miranda de inventar um aparelho para varrer os cafézais, afim de prepara-los para a colheita. Não foi facil esta nova tarefa, que, afinal, foi vencida com a sua invenção original do varredor "Jorge Tibiriçá", ótima maquina que varre na perfeição os cafezais, antes da colheita, com as suas azas lisas, espalha o cisco, após a colheita, com as suas azas den-

tadas, e ainda cobre os sulcos, cheios de adubos ou de leguminosas, com azas menores, adaptadas para tal fim.

Resolvido esse segundo problema, outra comissão oficial composta de representantes das sociedades agrícolas, da Secretaria da Agricultura e da Imprensa visitou algumas fazendas para observar os serviços do novo aparelho.

Os relatórios apresentados foram unânimes em reconhecer o valor do varredor "Jorge Tibiriçá", que faz o serviço de 20 enxadas por dia, executando-o com outra perfeição.

O sr. Bueno, que não dormia, pensando sempre em melhorar as condições da cultura do café, depois de obter tudo quanto antes imaginara, começou a cogitar do meio para facilitar a colheita do café.

Uma máquina para tal fim, pareceu-lhe sempre uma utopia, por isso, tratou de aperfeiçoar um aparelho simples, já em uso por alguns lavradores e outro introduzido pelos colonos.

O primeiro é a conhecida vara usada em dias chuvosos e quando o café está quasi todo seco nas arvores, e o segundo é o "rastelo" ou ancinho usado pelos colonos em substituição á mão ou á vassoura empregadas antigamente para ajuntar e varrer os cafés do chão, fazendo o sr. Bueno um tipo largo, de dentes altos, em arco, afim de não morderem as folhas secas do chão e, portanto, não entupirem, e, outro, do mesmo tipo, porém com os dentes mais estreitos. O primeiro serve para separar todos os corpos estranhos deixando passar o café que fica limpo, no chão, e, o segundo, estreito, para reunir e amontoar este café livrando-o da terra que se escoa pelos vãos de seus dentes.

Além desses aparelhos, imaginou o sr. Bueno um gancho de fôrma especial, um ferro de meia cana que agarra os galhos catação rápida dos mesmos.

E' sabido que o café seco ou murcho, achando-se a arvore molhada cai facilmente com o menor choque recebido nos galhos ou ramos.

Assim sendo, com estes simples aparelhos os cafézais tratados a máquinas varridos com o varredor "Jorge Tibiriçá", que nivela perfeitamente o terreno, não deixando covas aonde possa ficar uma cereja de café, podem, com grande vantagem, ser colhidos sem que haja necessidade de derriça á mão.

Uma demonstração cabal de exequibilidade, vantagem deste processo de colheita "natural ou mecanico", foi feita em 17 de Outubro de 1908 na Fazenda Floresta, no

município de S. Carlos, perante os representantes: do secretario da Agricultura de S. Paulo, das sociedades Nacional e Paulista de Agricultura e da Imprensa, respectivamente srs. drs. Mario Maldonado, Fernando Paranhos, Pedro Sant'Angelo, Argêo Vinhas, etc., que apresentaram relatórios detalhados mostrando a conveniencia do novo sistema de colheita.

Por esse processo, é grande a economia na colheita, no transporte e na secagem do café, levantado do chão, já murcho e seco e pela sua melhor qualidade sem contar a vantagem de não se estragar as arvores, como acontece quando a derriça é feita á mão dos cafés maduros e verdes.

Para se obter cafés finos, em Julho, quando já existe bastante café no chão, faz-se a sua varrição com os dois ancinhos, em Agosto executa-se outra igual varrição e em Setembro, em dia chuvoso, enquanto os cafeeiros estão molhados, faz-se a derriça dos cafés existentes nas arvores com o auxilio dos ganchos que agarram e sacodem os galhos verticais e com a vara de madeira leve e roliça, protegida na parte superior por um tubo de borracha de 40 centímetros, que, introduzida entre os ramos inferiores do cafeeiro os sacode, provocando a queda de todo o café seco e bem maduro.

Raros grãos de café, atrazados, ficam presos ás arvores nessa ocasião, sendo, muitas vezes, preferivel despreza-los a fazer uma catação rapida dos mesmos.

Mais de dois milhões de cafeeiros, dos quatro e meio que existiam nas fazendas a seu cargo, tratou o sr. Luiz Bueno de Miranda pelo seu processo de cultura mecanica, educando centenas de aradores.

O cultivador de discos abate o mato ao mesmo tempo que ara o terreno occupado por 1.000 cafeeiros, o cultivador Luiz Bueno destróe a sementeira nascida em 2.000 e o cultivador Antonio Prado capina e revolve o terreno de 1.000 cafeeiros por dia.

O varredor "Jorge Tibiriçá" varre a área de 3.000 cafeeiros diariamente.

Alguns aparelhos de terreno foram imaginados por este infatigavel agricultor, a quem devemos tambem a divulgação do uso das leguminosas para adubação verde dos cafézais e o das fôssas para reter as enxurradas dos caminhos, impedindo-as de entrar nos talhões de cafés, prejudicando-os.

O sr. Bueno de Miranda, que teve necessidade de destacar a área de terreno occupada por dois milhões de cafeeiros, antes de entregar-os á cultura mecanica, tem o seu processo econômico e especial para tal serviço e conforme o tamanho dos tócos.

Sinopse da legislação do Estado do Espírito Santo sobre o café

THIERS VELLOSO

A legislação do Espírito Santo, sobre o café, tem mostrado em todas as épocas dos seus vários governos sem grande afecção, o interesse, que sempre lhe mereceu esse principal produto de sua lavoura e fonte de todos os benefícios e conforto, que no presente desfrutamos.

Desde o terceiro ano da República, entrando o Estado no pleno gozo de sua autonomia começaram os seus governos e legisladores a manifestar o cuidado, que lhes merecia esse manancial de riqueza.

Assim é que a lei n. 32, de 21 de setembro de 1891, votada já em período de vida constitucional do Estado, e sancionada pelo saudoso e íntegro barão de Monjardim, uma das figuras mais salientes do antigo regime, concedia garantia de juros a empresas destinadas a incrementar o surto da lavoura; esses juros eram de 6% sobre o capital máximo de 1.500.000\$000 para a empresa que se propuzesse a fundar engenhos centrais para o fim de exploração de produtos da lavoura, cana, café e mandioca: dois para cana, tres para café e um para mandioca.

No ano seguinte a legislação encara o café como o grande fator dos nossos melhoramentos e o celeiro inesgotável dos nossos recursos. A lei n. 19, de 23 de outubro de 1892, sob a primeira administração Moniz Freire, criava o imposto de 100 réis sobre saca de café exportada pela Vitória, em benefício do melhoramento e conservação do seu porto.

Sem expressa referência ao café, umas visando igualmente o aumento de sua produção, a lei n. 31, de 21 de novembro desse mesmo ano de 1892, autorizava o governo a despendar até a soma de 25.000\$000 com a propagação em favor da imigração e a garantia até 6% de juros sobre o capital máximo de 1.500 contos de empresa, que se obrigasse a introdução de trabalhadores asiáticos.

Apezar do combate nesse tempo travado contra essa espécie de imigrantes, a sábia e prática visão dos governos daquele tempo já se libertara dos preconceitos injustificáveis acumulados contra o trabalhador japonês, hoje francamente admitido pelos nossos estados mais adiantados.

Ainda nesse mesmo ano, foi alterada a taxa de imposto sobre o café, para aquela que tem vigorado invariavelmente até os nossos dias. A lei n. 43, de 23 de dezembro de 1892, elevou de 11 para 12% o imposto sobre a exportação do café para entrar em vigor logo que começasse a serem introduzidos os imigrantes européus de

que cogitava o contrato então celebrado entre o governo do Estado e Antônio Giffoni.

A legislação de 1893 e 1894 nada nos oferece de interessante sobre esse produto ou sobre a lavoura.

Já em 1895, nos vem a lei n. 139 de 14 de novembro, que procura instituir o crédito agrícola no Estado; encerra uma autorização ao Executivo para conceder garantia de juros de 6% ao estabelecimento destinado a proporcionar auxílio à lavoura e a outras indústrias, por meio de empréstimos diretos.

No ano seguinte esboça-se pela primeira vez o movimento de solidariedade entre os Estados cafeeiros, hoje chegado a plena maturidade e eficaz realização. Pela lei n. 162, de 1º de maio de 1896, era aprovado o convênio para a propagação destinada a desenvolver o consumo do café na Europa, Ásia e América, entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Baía e Espírito Santo.

Como produto de lavoura era ainda o café beneficiado pela lei n. 442, de 14 de dezembro de 1904, que autorizava o presidente do Estado a contribuir com os recursos necessários para auxiliar as despesas destinadas aos melhoramentos de todos os ramos da agricultura.

Direta ou indiretamente era ainda o nosso principal produto favorecido com a lei n. 514, de 20 de dezembro de 1907, sob o governo do adiantado agricultor coronel Henrique da Silva Coutinho, a qual autorizava o Executivo a subvencionar anualmente com a quantia até 60 contos o ensino prático de agricultura. Providenciava ainda essa lei não só para concessão de uma subvenção anual de 15 contos a cada sindicato de agricultores, que visasse instruir praticamente sobre as culturas mais apropriadas ao nosso meio, mas ainda para a contribuição oficial de 80 contos ás caixas regionais agrícolas que se tudassem sob a fôrma de sociedades cooperativas rurais. No seu artigo 7º provia ainda essa lei a instituição de prêmios de dois contos de réis ás empresas ou particulares, que instalassem os maquinismos aperfeiçoados de beneficiar café e arroz.

Sob o mesmo período presidencial, foi votada pelo congresso local e sancionada a lei n. 657, de 3 de novembro de 1910, que dava autorização ao presidente para despendar até a quantia de 20 contos, com a aquisição do café oriundo da Africa, para ser distribuído com os lavradores do Estado "que revelarem capacidade na sua cultura inteligente e eficaz".

Em 1912, sob o governo do dr. Jerônimo Monteiro, é autorizado o Executivo pela lei n. 808, de 13 de janeiro, a subvencionar caixas de crédito rural até a quantia de cem contos, ou conceder garantia de juros de 4 % ao ano até o capital de 200 contos, destinada às caixas que se estabelecessem em cada município para auxiliar a lavoura.

Sob a operosa administração do sr. Nestor Gomes, pela lei n. 1.250, de 21 de dezembro de 1920, o Congresso autorizou o Estado do Espírito Santo a contrair um empréstimo com o Banco do Brasil de dois mil e quinhentos contos para auxiliar a março de 1923, apelava-se para o café em lavoura. Ainda pela lei n. 1.365, de 23 de favor da Santa Casa de Misericórdia desta capital, com a criação do imposto de cem réis por saca de café saído pelo porto de Vitória, destinado àquele pio estabelecimento.

Na mesma administração, é votada a lei mais completa, que temos, em benefício desta cultura. É a de n. 1.473, de 18 de agosto de 1924, que institue junto à Diretoria de Agricultura, na respectiva Secretaria do Estado, o serviço de café, algodão, e demais produtos agrícolas, abrindo para isso o crédito de 300 contos.

O artigo 2º reza:

"O Serviço de Café tem por fim:

1.º — Instruir praticamente os agricultores; quanto aos processos de colheita, lavagem, secagem e descascamento, levando em muito consideração as condições dos terrenos;

2.º — Proteger o caféiro, tomando as medidas necessárias quanto à importação de moléstias existentes em outros centros dessa cultura;

3.º — Fazer propaganda das máquinas dos melhores tipos para o beneficiamento;

4.º — Demonstrar as vantagens do

aproveitamento das quedas d'agua para pequenas usinas elétricas;

5.º — Organizar mostruários dos diferentes tipos comerciais do café, nos principais centros de cultivo no Estado;

6.º — Fiscalizar os produtos entregues ao mercado, tomando medidas que evitem a sua depreciação."

Vem agora a recentíssima legislação do Estado, sob o atual governo e segura orientação do dr. Florentino Avidos, toda ela destinada a pôr em prática o último convênio entre os Estados de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, para a defesa do produto, convênio aprovado pela lei do nosso Congresso n. 1.614, de 5 de julho do corrente ano.

Temos, assim, a lei n. 116, de 5 de julho de 1927, que autoriza o Executivo a organizar o serviço permanente da defesa do café, a entrar em acordo com os Estados interessados e a crear a sobretaxa de \$500 ouro, para custeio desse serviço, publicado no "Diário da Manhã" desta capital de 6 de julho deste ano.

Segue-se-lhe a regulamento n. 8.273, de 20 de julho do corrente, expedido para execução da lei anterior ("Diário da Manhã"), de 22 de julho deste ano).

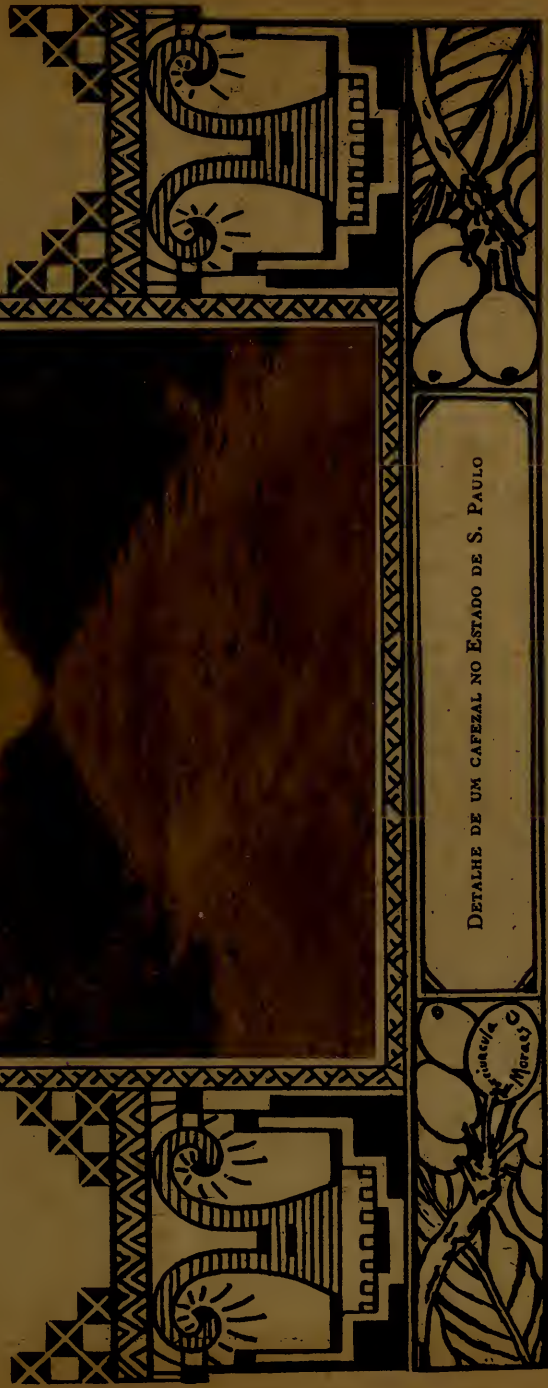
Por fim, cumpre registrar o regimento interno dos Armazens Reguladores do Espírito Santo, expedido pela Secretaria de Finanças em 4 de agosto último, e publicado no "Diário da Manhã" de 16 de mesmo mês.

E assim ficou estabelecida a legislação básica da defesa do café, em boa hora compreendida pelo patriotismo prático dos governadores da União e dos Estados Caféiros, e cujos benéficos resultados não farão esperar, para a justamente almejada emancipação do comércio do nosso principal produto de exportação, origem presente de toda a riqueza nacional.

Vitoria, 3 de setembro de 1927.



DETALHE DE UM CAFEZAL NO ESTADO DE S. PAULO



A lavoura cafeeira no Amazonas

CONSTITUE A CARTA RÉGIA DE 30 DE JULHO DE 1731 O PRIMEIRO DOCUMENTO RELATIVO Á INTRODUÇÃO DA PRECIOSA PLANTA NO BRASIL

CAUSAS NATURAIS QUE TÊM IMPEDIDO O SEU MOVIMENTO NA REGIÃO

A cultura do café, no Amazonas, teve o seu começo no ano de 1725. Foi nessa época que o produto da sua transmigração oceânica, entrou no longinquo Estado septentrional do Brasil, saindo daí para o Pará e Maranhão. Depois dêsse itinerario que talvez não obedeca a uma perfeita ordem crônologica, referente á descida do café do norte para o sul, foi que, decorridos cincoenta anos, êle appareceu na zona meridional, primeiro no Rio de Janeiro, após em S. Paulo.

É sabido que a propagação do café, no Amazonas, não poude ser feita por varios motivos poderosos, no numero dos quais convém que sejam mencionados os de ordem climática, paralelo ao entrave das distancias e a melhor remuneração que a industria estrativa proporciona, desde longos anos. Existem, porém, as terras proprias para a respectiva cultura, que não poderá ser praticada em larga escala dadas as razões já acima summariadas.

Consttue a Carta Régia de 30 de Julho de 1731 o primeiro documento relativo á introdução do café, no Brasil. Essa carta foi dirigida a Alexandre de Souza Freyre, governador e capitão-mór do Estado do Maranhão e Pará, comprehendido nessa designação administrativa o Estado do Amazonas. Damo-la em seguida por se tratar de um documento merecedor de divulgação :

"Dom João, etc. Faço saber a vós Alexandre de Souza Freyre, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, que se viu o que respondestes em carta de dezasseis de Mayo do ano passado a ordem que vos foi sobre a propagação da planta da canela e considerando o quanto será conveniente, que nos meus dominios se adeante, não só a cultura da mesma canela mas tambem a do café, de que ha noticias se tem dado principio, a qual poderá ser de grande beneficio assim a esses povos como á fazenda real: Sou servido concederlhes por resolução de vinte e outo do presente mez e ano em consulta do meu conselho Ultramarino, a liberdade, de que estes dous generos não paguem direyts alguns dentro de doze anos, ordenandovos ponthais todo o cuidado e atividade em que se aumentem e estabelecção as ditas culturas, o que vos hey por muito recomendado. El Rey nosso o mandou pelos Pretores Manuel Fernandes Var-

ges e Alexandre Metelo de Souza e Menezes, Conselheiros do conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Antonio de Souza Paieira a fez em Lisboa occidental em trinta de Julho de mil setecentos e trinta e hum. O secretario, Manuel Caetano Lopes de Laire, a fez escrever."

Mas não ficou aí o esforço de que a metropole dava provas, no sentido de desenvolver a lavoura cafeeira. Astim, no ano seguinte, pela Carta Regia de 8 de Agosto de 1732, se recommendava ao governador e capitão-general do mesmo Estado, José Serra, todo o empenho na propagação da planta da canela e do café.

Um dos nossos botanicos, Freyre Alemão, na sua monografia sobre as principais plantas aclimatadas no Brasil, traça o caminho do café do berço dêle ao Brasil : da Etoppia, em fins do seculo XV, passou para a Arabia, daí para Batavia, Surinão, Cayena, seguindo para o Brasil depois de 1723.

Quem primeiro procurou cultivar o café foram os holandeses, segundo historiadores modernos, tendo Nicoláo Witsen plantado em Java e Batavia as primeiras mudas que obedeceram a metodo de cultura, em 1690.

Daí vieram os cafeeiros para a America, em 1703, pela Goiana ingleza. Na Martinica foi introduzido por DesdieuX em 1718. Na Jamaica foi plantado em 1720 por Nicolas Lawes. Em Cayena, na Guiana Francesa foi introduzido em 1722 por Morgues, que com risco de vida foi tirar frutos maduros na Goiana Ingleza, sendo dêsse café originario o nosso.

Paschoal de Moraes, no historico que fez do cafeeiro no Brasil, diz :

"O professor Jusslen, de Paris, tendo recebido da Holanda algumas mudas para o Jardim das Plantas, tratou-as com todo cuidado. O governo francês nessa época, querendo pagar o cafeeiro nas possessões das Antilhas, e tendo sido informado de que na ilha da Reunião oferecia todas as condições favoraveis a tal cultura, encarregou ao comandante DesdieuX, officia da marinha francesa, de levar tres mudas desta planta, que tinham sido obtidas no Jardim das Piantas.

Tendo sido tempestuosa e demorada a viagem, morreram dois pés, escapando apenas um, graças á dedicacão e cuidado quasi incriveis que empregou DesdieuX, a ponto de re-

ga-lo com parte da ração d'agua que recebia diariamente, e que se tornára escassa a bordo. Chegando salvo aquele pé á ilha, e encontrando ali condições vantajosas para o seu desenvolvimento, prosperou e frutificou imenso.

Desta unica muda, que felizmente vingou, saíram todas as ricas plantações da infelizmente Martinica, de S. Domingos, de Guadalupe e das outras ilhas francesas, porém, foi somente em S. Domingos e no Haiti que o cafeiro floresceu melhor; já em 1790 exportava-se daí 36 a 40 milhões de quilos, ao passo que da Martinica e Guadalupe, saiam somente de 7 a 8 milhões.

Vendo esses resultados tão felizes, os espanhóis e os franceses trataram de imitar os franceses e começaram a plantar o cafeiro nas suas Antilhas, em Cuba e Porto Rico e na Jamaica, donde pouco a pouco se propagou ao Equador, á Venezuela e á America Central.

Da Guiana Holandesa o cafeiro passou secretamente para a Guiana Francesa em 1725, quando já desde 1720 na Martinica era cultivado."

Da Guiana Francesa passou o cafeiro para a Guiana Inglesa e desta para Amazonas.

Do Amazonas passou para o Pará em 1727 e daí para o Maranhão em 1732.

Buscando ouro, caçando escravos, de toda a parte, no Brasil, vinham os brancos parar no Amazonas. Descendo o Tocantins, o Tapajós, o Madeira, não havia privações que os repelissem.

Fáto mais do que sabido é o de que se deve a introdução do café, no Brasil, vindo do extremo norte para o sul, conforme dissemos, a Francisco de Mello Palheta, de cuja expedição, através o rio Madeira, encontramos noticias interessantes.

De uma das expedições realizadas por Palheta assim nos informam os seguintes documentos :

"Dom João, etc. Faço saber avós governador e capitão-geral do Maranhão que por parte de Francisco Mello Palheta se me fez a petição (cuja copia com esta se vos envia assignada pelo secretario do meu conselho Ultramarino), em que pede lhe conceda Alvará para descer com casas de escravos do certão do Ryo negro, ou outro qualquer que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao supplicante cincoenta Indios das Aldeias de Cahabe mortigue simoumá bocus baricuru, mongabeiros, Cametá jorjones para fazer os ditos resgates, e como está alcançado, e não tem com que comprar o necessario para fazer os tais resgates, mandes-lhe de tudo o necessario da fazenda dos ditos resgates, que depois pagará na mesma viagem o custo que fizer. Mepareceo ordenarvos informéis com vosso parecer. El Rey nosso senhor o mandou pelo dr. Manuel Fernandes Varges, e

Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda conselheiro do seu conselho Ultramarino, o que passou por duas vias. João Tavares a fez em Lisboa occidental a dezeseis de Fevereiro de mil setecentos e trinta e quatro. O secretario Manuel Anjõnio Lopes de Laire a fez escrever."

"Snór.

Diz Francisco de Mello Palheta Capitam Thenente da Guarda Costas, que elle Supplicante está actualmente occupado no serviço de V. Magestade somente com quarenta e oito mil réis de soldo; fazendo gastos excessivos, e experimentando grandes perdas, como na viagem do descobrimento do Rio da Madeira, fez de gasto hum conto, e dozentos mil réis; porque omandou o governador João da Mays da Gama ao dito descobrimento athe, as Indias de Espanha, como fez athe chegar á Cidade de S. Cruz e nas grandes Cachoeyras teve tres alagaçoens em que perdeu tudo quanto levava, e depois foi mandado pello nosso Governador a correr a Costa, e a Villa de Goyana fazendo tambem grandes gastos, sem que das ditas viagens fizesse negoçeaçoens algumas; e vendo o Supplicante que o Governador de Cayana deitava hum bando asua chegada que ninguém desse caffè aos Portuguezes capaz de nascer, se informou o supplicante do valor daquella droga, evendo oque hera fez diligencias para trazer algumas sementes com algum dispendio de sua Fazenda, zeloso dos aumentos das Reaes rendas de V. Magestade, e não só troche mil etantas frutas que entregou aos Officiaes do Senado para que o repartissem com os moradores como tambem sinco plantas, deque já hoje ha muito no Costado, e como o supplicante se acha muito falto de servos e tem mil, etantos pés de Caffé e tres mil pés de Cacao, e não tem quem lhos cultive, esse acha com sinco filhos, P. A. V. Magestade lhe faça mercê conceder por seu Alvará em casas de escravos do sertão do Rio Negro, ou outro qualquer que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao Supplicante sincoenta indios das Aldeias de Cahabe mortigue simoumá, bocus baricuru, mongabeiros, Cametá jorjones para os ditos resgates; e como o supplicante está alcançado, não tem com que comprar o necessario para fazer os ditos resgates mandar se lhe dê tudo o necessario da Fazenda dos resgates para que depois o supplicante inteyre, epague da mesma viagem o custo que fizer. E. R. Mercê. Manuel Caetano Lopes de Laire."

«Cabem, portanto, a Francisco de Mello Palheta duas glorias: a de haver introduzido o café no Brasil e a de haver descoberto o rio Madeira. Como melhor documentação dessa verdade, vale a pena reproduzir aqui o que disse um historiador paraense, Almêda Genuí, bem como o que se encontra nas "Efemerides Brasileiras", do Barão do Rio Branco. O prí-

meiro desses historiografos se occupa do fâto da introdução do café, no Brasil, entre coisas dizendo que “um paráense de nome Palheta conseguiu, em 1727, com muita astucia e perigo de vida trazer para Belém alguns bagos de café maduro, que entregou ao seu sogro Agostinho Domingos, que os cultivou com dedicação e amor, colhendo ótimos resultados, a ponto de a Carta Regia de 8 de Agosto de 1732 recomendar a propagação dessa cultura no Pará e no Maranhão, etc., etc.

Assim fala sobre o assunto, o barão do Rio Branco :

“Foi mme. Claude d’Orvillieres quem ofereceu em Caiena ao major Palheta, no ano de 1727, as primeiras sementes de café introduzidas no Brasil e plantadas no Pará. A Carta Regia de 8 de Agosto de 1732 recomendou a propagação do cultivo do café no Pará e no Maranhão.”

Não menos valiosa se nos afigura o que declara Theodoro Peckolt, na sua “Monografia do Café” :

“Em Caiena, Guiana francesa, foi introduzido (o café), em 1722, por Marques que com risco de vida foi tirar frutos maduros na Goiana holandesa, sendo dêste cafeeiro originario o nosso.

Um brasileiro, Palheta, conseguiu em 1700, com muita esperteza e trabalho, trazer para Belém, algumas sementes dêsse precioso vegetal, cuja exportação era prohibida. No Pará desenvolveram-se bem as plantas e foram se multiplicando, principalmente pelos cuidados de Agostinho Domingos; alguns annos depois foram levadas algumas mudas para o Maranhão, onde tambem prosperaram bem, etc., etc.”

Tirando conclusões de todos os fâtos a que se referem os historiadores, sobre a missão de Palheta, ainda há pouco, em estudo publicado na imprensa do Amazonas, salienta que a ultima carta regia da metropole foi oriunda de propaganda que se fazia na Europa do café produzido na America; que a viagem de Palheta foi realmente em 1727, por ordem do governador João da Maya da Gama e que o capitão fez todo o esforço para ir até Caiena, justamente afim de conseguir as sementes cujas vantagens eram propaladas; que angariou “mil e tantas frutas, que entregou aos officiaes do Senado para que o repartissem com os moradores como tambem cinco plantas”, o que não conseguiu em Caiena, senão com grande risco de vida e muito ardil pois se fosse apanhado como contrabandista o mesmo lhe succederia, naquella colonia presidida, que ameaçava o rei D. Manuel, conforme citado fica; que Francisco de Melo Palheta, casado com Teresa Sãopayo, filha do vereador da Camara de Belém, Agostinho Domingos Sãopayo, conforme documentos que citarei oportunamente, deu-as a seu sogro, que,

talvez, das sementes e não das cinco plantas, tenha cedido algumas aos seus intimos colegas, conforme alega na sua petição ao rei afim de dar vulto ao seu amor ás coisas reais, e de onde, quem sabe?... talvez lhe tenha vindo a promoção a major, conforme a referencia do Barão do Rio Branco, acima.

O sr. dr. Jorge Hucly (José Horacio), outro competente historiographo paráense, publicou no Estado do Pará, de 27 de Junho ultimo, êste artigo :

“Patrializado brasileiro, no Pará, em Junho de 1727, pela mão benemerita do cablo paráense capitão-tenente da Guarda Costa Francisco de Mello Palheta, o descobridor do rio Madeira e tambem famoso bandeirante do norte, o café irradou para o norte e para o sulu, peregrinando pelas charnecas do nordeste, em cujos brejos verdejou belos frutos cuiras, até encontrar, no seio ubertoso da terra roxa dos autoctones piratininga oaras. o seu sonhado habitaculo.

Pouca gente sabe que essa afamada rubiacia, incorporada á flora brasileira, ha dois seculos, é um lindo presente francês.

Sim, Palheta foi á Caiena, em Maio de 1727, a mandado de Maya da Gama, capitão general do Pará afim de se entender com o governador daquela praça M. d’Orvilliera acerca de uma reclamação sobre o marco português colocado em Mont d’Argent, na margem esquerda do rio Oyapoek, definindo os limites entre Portugal e Espanha naquelas ribas marinhas.

Valente, elegante, inteligente é forte, legitimo representante da raça tupi, o capitão Palheta, num relance insinuante, soube captar as merecidas simpatias do casal Orvilliers e, assim, poud alcançar, frustrando as ordens contrarias, mil e tantas sementes e cinco arvofofreceu para que as plantasse nas suas terras ofereceu para que as plantasse nas suas terras do Pará.

São do conego Januario da Cunha Barbosa as seguintes palavras sobre o assunto :

“Cumpre notar que tão abençoada plança passou de Caiena ao Pará e depois ao Maranhão, como escreve em sua visita ao sertão do Amazonas em 1762 e 1763 o sablo bispo do Pará d. fr. João de S. José, monge Benedictino (1), nem seja pesado ouvir de mim o que êle então dissera no manuscrito interessante de sua viagem, que existe no arquivo do Instituto Historico e Geografico do Brasil, porque importa acertar um ponto em que parece terem sido inexatos alguns escriptores modernos :

— “Aqui vimos, escreve o sabio bispo, pela primeira vez a arvore do cacão, plantada pela natureza, de que estas ilhas do rio abundam nas vizinhanças de Gurupá; não assim das arvores do café, vindas de Caiena, em tempo do governador do Estado João da Maia.

o que se deveu á generosidade de uma franceza, mulher do governador da praça, que sabendo a proibição e estudo com que andavam os seus nacionais para que se não communicasse a planta a um portuguez de quem ignoramos o nome e só sabemos ser N. Palheta, que ali se achava, indo este visitar seu marido e saindo todos a passeio, ella generosamente lhe offereceu na presença do esposo (que se corria), uma mão chela de bagos de café, praticando a galanteria de ser ella mesma quem lh'as introduzisse no bolso da casaca, obrigando-o de sorte que lhe não sobejaram as expressões com que mostrou agradecer muito a franqueza e bizarría da senhora; e logo em Belém se repartiram pelo governador e homens de negocio, entre os quais não foi dos segundos Agostinho Domingos, natural do arcebispadó de Braga, e casado em Belém, homem de muita honra, verdade e cabedais, cujo procedimento autorisa bem as suas cans na avançada idade de 80 anos, de quem recebemos immediatamente esta noticia quando nos mostrou os seus cafézais do Guamá.

Tambem na sua valiosa monografia sobre o café, Porto Alegre, que, "introduzido pelos francezes, em suas colonias, e pelos holandeses e espanhoes em suas possessões americanas, foi o café passando á America.

Como foi elle, e quem o levou primeiro para o Brasil? Eis um ponto importante, acerca do qual pouco nos esclarecem as cronicas.

Não sabemos positivamente quem o transplantou para o Brasil, que hoje occupa o primeiro logar na produção deste genero colonial. Apenas se sabe com certeza que VEIO DE CAIENA PARA AS PROVINCIAS DO AMAZONAS E PARA' PELO ANO DE 1723, sem que contudo conste alguma coisa que fizesse suspeitar a nacionalidade do individuo que para ali o levou."

Continu'a Porto Alegre :

"Parece entretanto que estabelecida a cultura no norte, ella al pouco poude progredir, talvez porque naquela época, os direitos aduaneiros eram de natureza a tornar menos remuneradora essa especie de lavoura e que só depois que estes foram eliminados com a promulgação do decreto de 4 de Maio de 1761, é que houve algum aumento.

DO AMAZONAS E DO PARA' passou o cafézeyro para o Maranhão em 1770, e daí pouco depois para o Rio de Janeiro.

Durante quanto tempo, vegetou pois o café non norte do Imperio até ser transplantado para a Provincia do Rio de Janeiro, onde se acimou e progrediu com espantosa rapidez ?

Tendo sido levado para o Brasil em 1723, só em 1774, pouco mais ou menos, isto é, 51 anos depois, é que foi do Maranhão para aquella Provincia, como somos induzidos a acreditar pelo trecho seguinte que se lê nas Memorias do Rio de Janeiro, de monsenhor Pizarro, o qual diz que :

"Pouco a pouco se foi introduzindo a planta do café pelo Pará e Maranhão onde tem prosperado notavelmente, depois que o decreto de 4 de Maio de 1761 o isentou dos direitos nas conquistas portuguezas. Não excede muito aos anos de 1770 o principio dessa cultura neste país (Rio de Janeiro) devido ao zelo e diligencias de João Alberto Castelo Branco, chanceler que era na relação desta cidade, mandando vir do Maranhão ou do Pará, onde nascera, ou havia sido magistrado, as plantas primeiras que se dispuzeram na cerca do hospicio dos padres Barbadinhos Italianos, e na quinta de João Hoppmann, além do arraial de Mataporcos."

Essa é a historia, reproduzida de relance, da introdução do café, no Brasil, através do Amazonas. Atualmente, a cultura do cafeeiro nem sequer basta para o consumo domestico do Estado, sem possibilidade de se estender, devido a um duplo obstaculo : a necessidade constante, diuturna, do amanho, na luta contra a capoeira, sempre renascente, acrecida pela florescencia e frutificação perenes que obrigam quasi diariamente, á colheita, embora escassa.

Ao lado dêsse ftoz, deve ser mencionada ainda uma vez o fáto da melhor remuneração conseguida na industria extrativa. Tal como é praticada, essa industria, através do imenso vale, não o colono, o trabalhador ao solo. Tem, pelo contrario, permitido a nomadía do seringueiro e a peregrinação devastadora do caucheiro e do balateiro.

Desta arte, explica-se por que razão o Amazonas importa cerca de 2.000 toneladas de café. Somente a agricultura, a cultura do solo, proporcionará a concentração da mão de obra, necessaria ao plantio do café em larga escala.

Planta-se, no entanto, o café, em todos os municipios do Amazonas, estimando-se o plantio em cerca de 2.000.000 de cafeeiros, os quais não recebem os cuidados do cultivo, variando, assim, a sua produção, por pé, de 1 a 2 quilos, segundo o tratamento.

As melhores terras para o café encontram-se na margem direita do rio Amazonas e Solimões e seus afluentes desta margem, principalmente nos municipios de Parintins, Barreirinha, Itacatiara, Maués, Borba, Manicoré, Manáos (região do Autaz), Tefé, Canutama, Labrea e Manacapuru' e Codajaz, e em geral no rio Madeira, Puru's e Juruá e Solimões e tambem no Rio Negro.

A variedade mais comumente plantada, é a arábica, verificando-se, porém, que a variedade robusta cresce e produz admiravelmente.

Na região do lago do Mamori (Autaz), as terras são ótimas para café. Ali o coronel Pancrácio Nobre iniciou uma plantação de 30.000 pés, com magníficos resultados de desenvolvimento.

As terras da região do Acre, reúnem condições as mais favoráveis para a cultura do café.

Na fazenda Palmares, propriedade do coronel Honorio Alves, o café produz exuberantemente, em terras vermelhas e roxas. Em toda a região ha cafeeiros plantados, e pode-se avaliar um milhão de pés, a sua cultura na zona acreana.



Os serviços públicos de electricidade de viação urbana de Belo Horizonte

AS GRANDES OBRAS ULTIMAMENTE REALIZADAS E A ENCAMPAÇÃO DÊSSES
SERVIÇOS PELO GOVÊRNO DO ESTADO

BÉLO HORIZONTE, cidade fundada há cerca de trinta anos e já hoje uma das capitais mais belas do Brasil, constitue uma das afirmações mais admiráveis do progresso actual do país, e, em particular, um testemunho brilhante e eloquente da energia productora e bem orientada do povo mineiro.

Bélo Horizonte é uma linda cidade, esboçada e edificada sob os mais requintados caprichos do bom-gosto nacional. Contrastando com Ouro Preto, que representa em Minas Gerais a imagem de um pasado glorioso, Bélo Horizonte representa em Minas a imagem de um futuro radiante.

Diante das sagradas ruínas da antiga Vila Rica, a alma do povo mineiro se enternéce de saudade; diante das amplas avenidas de Bélo Horizonte, rasgadas amplamente para o futuro de uma cidade grandiosa, a alma do povo mineiro se enternéce de esperança.

Esta esperança, porém, é a que resulta da confiança no futuro. Um povo que edifica Bélo Horizonte em trinta anos é um povo de quem se pôde esperar outras afirmações de capacidade criadora, e outras manifestações de bom gosto na obra material da sua civilização.

Diante de tais exemplos é que se pôde dizer, como alguém já o disse — que Minas é um povo que se levanta.

UM DOS GRANDES FATÔRES DO PROGRESSO DE BÉLO HORIZONTE : A COMPANHIA DE ELETRICIDADE E VIAÇÃO URBANA DE MINAS GERAIS

Não se pôde, porém, falar da história de Bélo Horizonte, esta linda cidade que nasceu hontem e que já é hoje uma das mais belas do Brasil, sem se aludir a um dos mais poderosos fatôres da sua formação e do seu progresso — justamente aquêle de que as cidades modernas não prescindem : — os serviços de força e luz.

A este respeito, não se pôde ignorar o que tem realizado na formosa capital de Minas Gerais, através de empreendimentos corajosos e de obras magnificas, a Companhia de Electricidade e Viação Urbana.

Basta citar a sua ultima grandiosa obra para se calcular o papel que essa Companhia está tendo no progresso de Bélo Horizonte e mesmo, indirectamente, na evolução do país.

Referimo-nos á sua nova usina : — com ella a Empresa dotou Bélo Horizonte de uma das mais poderosas usinas de força do Brasil e a única barragem de cimento armado da América do Sul.

NO QUE CONSISTE ÉSSA OBRA

Tratando-se de uma obra que honra Minas Gerais e que atesta, mesmo perante o estrangeiro, o progresso actual do Brasil, vale a pena dizer no que ella consiste, bastando que se comecem alguns de seus dados para que se possa avaliar facilmente o seu vulto.

Em 1924, necessitando atender á progressão crescente do consumo de energia e luz, a Companhia de Electricidade e Viação Urbana de Minas Gerais resolveu construir no Rio das Pedras, uma nova usina de 20.000 cavalos de força. Denominou-se essa instalação "Mélo Viana", em homenagem aos serviços que estava prestando ao Estado o então presidente de Minas Gerais.

A usina antiga comportava apenas tres unidades de 600 k. w., constituidos por alternadores trifásicos accionados por turbinas de caixas em espiral, centripétas, tipo Francis, de 1.000 H. P.

O estudo da bacia hidrográfica do Rio das Velhas á montante da barragem de então revelára a presença de um reservatório de acumulação de capacidade de 16.000.000 de metros cúbicos até á cota de 16m.00, e de 30.000.000 de m. c. até á cota de 22m.00, considerando-se cota zero (0) a crista da barragem de então, e sendo apenas de 30 alqueires geométricos a superficie coberta pelas águas.

Estudos procedidos nesse ano mostraram que se podia contar com uma vazão minima de 5.000 litros por segundo, e que o consumo médio da Usina seria de 60 % no máximo.

Baseando-se nestes algarismos, podia prevêr-se uma potencia máxima de 9.700

H. P., para o caso do armazenamento da água até à cota 16, e 14.635 H. P. para a cota de 22.280, no tempo da seca. Esses valores podiam ser elevados a 9.600 H. P. e 1.600 H. P. respectivamente, caso se resolvesse aproveitar uma outra queda e bacia de acumulação existente no Rio das Velhas, á montante da usina de então, nas proximidades da barra do Ribeirão Maracujá.

O PROJETO EXECUTADO

De acôrdo com êstes dados, elaborou-se o projeto e em seguida, realizaram-se as obras, comportando o seguinte: — a construção de uma barragem junto á antiga, tendo a crista de seu vertedôr na cota 22m,80; uma torre de tomada; um conduto forçado; um "stand-pipe"; as tubulações e o aumento immediato da usina antiga, para receber uma unidade de 3.500 H. P.

Dêssas obras, já magnificamente realizadas, podêmos dar uma idéa através da seguinte ligeira descrição.

A BARRAGEM

A barragem é de cimento armado ôca, tipo Ambursen constituída de 17 contrafortes ligados por abóbadas, tendo 5m,70 de abertura de eixo a eixo os contrafortes do concreto simples de 60 kilos de cimento por méτρο cúbico, são trapezoidaes, com o lado interiôr inclinado de 45° sobre o horizontal e o exteriôr de 73° e 18g; e algum- descem do lado de juzante á cota 20.

Têm 30 cm. de espessura na cota 22m,80 e cerca de 1,50 na cota 16, cubando o volume dos 7 contrafortes cerca de 3.200 m.c.

As abóbadas foram construidas de concreto do tipo de 400 kgs. de cimento por méτρο cúbico, munido de armadura dupla, junto ao intra e extra-dôrso, recebendo, ainda, um revestimento extanque de metal "deployé" de malhas finas, recoberto de argamassa de cimento e areia de traço 1,1, em volume, terminada por um espêlho de nata de cimento puro.

A espessura das abóbadas varia entre 0,30 na cota 13, a 0,12 na cota 22m,80. Cubam êlas, inclusive as dales do vertedôr e do corôamento da proteção lateral, cerca de 650 m.c.

A altura máxima da barragem no thalweg é de perto de 36m,00, constituindo no gênero de construção adoptado uma obra de grande importancia, não muito longe do "recôrd" alcançado.

A TORRE DE TOMADA

A torre é de concreto do tipo de 260 quilos de cimento por méτρο cúbico, armado de espirais Martin e haste longitudinal de aço comum.

Tem 4,50 de diametro e é encimada por uma cabine de manobras, tendo o seu estrado na cota 23m,40. A tomada da agua é feita por meio de cinco comportas dispostas em hélice, afim de se receber sempre águas supeficiais, isentas de areia.

O CONDUTO FORÇADO

O conduto forçado tem o diametro interno de 2m,75; a cota do seu eixo varia entre 5m,00 na torre de tomada e 1,40 no "sand-pipe". É de concreto do tipo de 350 quilos de cimento por méτρο cúbico de espessura, variando entre 0,20 x 0m,15, armado de espiraes duplas de aço Martin de 3/8" de diametro e armadura longitudinal de aço comum de 1/4".

O seu comprimento é de cerca de 320 métros. Recebeu revestimento extanque, um drêno inferiôr de 4" e uma proteção contra as variações de temperatura, constituída por um recobrimto de terra de 1,20 de altura.

O "STAND-PIPE"

É uma torre semelhante á de tomada, colocada no fim do "conduto forçado", destinada a receber os chôques na agua proveniente da variação da abertura das pênas da turbinas, controladas pelos reguladores automaticos. Tem 4m,50 de diametro, cota de 1,80 no fundo e 25.000 no tôpo; sendo sua construção de concreto armado identica á da torre de tomada; porém, o concreto é de traço de 400 kilos de cimento por méτρο cúbico, como nas abóbadas das barragens.

Da base do "stand-pipe" partem três tubos de 1,40 de diametro, de fôlhas de aço, para alimentar as três novas turbinas instaladas, e um tubo alimentador da caixa de pressão da instalação antiga, que serve ás três turbinas velhas de 1.000 H. P. cada uma.

O EDIFÍCIO DA USINA

O edificio da usina foi aumentado no sentido de seu eixo, para receber uma unidade de 3.500 H. P., constituída por uma turbina tipo "Francis", caixa espiral, e um alternador trifásico de 2.200 k.w.

Sendo a cota média do nivel da agua, no canal de descarga, de 57,78, a altura da queda máxima e bruta é de 80m,58 (57,78 x 22,80), no caso da barragem com o vertedôr

na cota de 22,80; e de 73m,78 (47,178) no caso do vertedôr na cota 16.

A IMPORTANCIA DÊSSA GRANDE OBRA

Todas êssas obras já estão executadas e constituem hoje uma notável realização brasileira devida aos esforços admiráveis da Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais encampada pelo govêrno dêsse grande Estado.

Até bem pouco tempo — e pelo menos até o ano passado — havia em todo o mundo sómente 23 grandes barragens em cimento armado; e esta construída no Rio das Pedras, representa, pelo seu vulto, uma das mais notáveis do mundo e a única da América do Sul.

BÉLO HORIZONTE E OS SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO E VIAÇÃO URBANA

Bastaria a execução dêssa grande obra para que desde logo se admirasse o espírito progressista e empreendedor dos que dirigem os serviços de eletricidade e viação urbana de Bélo Horizonte.

Mas êsta obra cuja descrição aí fica e que recomenda o proprio espírito de iniciativa que vai erguendo cada vez mais o Estado de Minas Gerais, constitue apenas um dos relevantes serviços de Eletricidade e Viação urbana, ultimamente prestados à linda e florescente capital de Minas.

Dotada dêsses magníficos serviços que o govêrno do Estado ora dirige, Bélo Horizonte, a respeito de luz e fôrça, é uma das cidades mais bem aparelhadas do Brasil.





FAZENDA CACHOEIRINHA — PIRAJUÍ — E. F. NOROESTE — CAPEZAL FORMADO COM 12 ANOS

O Centro da Lavoura e do Comércio e a propaganda do café brasileiro na Rússia

ARTHUR GUIMARÃES

Desenvolvendo a tése "O commissário como banqueiro do lavrador do interior", referi-me como elemento histórico á existência ainda em nossos dias duma casa commissária vinda de antes da República e da Abolição. Omiti inadvertidamente outra, de respeitáveis tradições: a dos srs. Araujo Maia & Cia., fundada em 1856, talvez a única que se conservou puramente commissária. Vem a propósito narrar uma página de ação realizadora e vidência dos nossos commissários de café de então. Uma sociedade particular existiu, fundada por doze commissários de café, homens, todos, devotados á sua classe, e chamou-se "Centro da Lavoura e do Comércio".

Dêsses doze, creio só um sobrevive: o Doutor Carlos Augusto Miranda Jordão (1). O escól alí esteve representado em Ed. Lemos, Ramalho Ortigão, Duque Estrada, Barão de Araujo Maia, Barão de Quartim, Honorio Ribeiro e outros. Pois bem. A idéa da propaganda do produto na Rússia—a primeira iniciativa no gênero—partiu dêsse Centro, dêsse pugilo de commissários cheios de boa vontade e abnegação. O Govêrno deu-lhe facilidades patrióticas, a comissão propagadora seguiu, o êxito fecundou a obra benemerita, entretanto tão acentuados e completos auspícios foram afinal, destruidos pela ambição de nações e inopia dos homens. Foi a luta de entrepostos que a matou. O Imperio Britânico e a Alemanha fizeram indiretamente abortar a criação do novo mercado direto, pela defesa de seus entrepostos ou centros de distribuição. O Barão de Araujo Maia, chefiando a comissão, lá esteve na Rússia dez mêses, e com seus companheiros desvelou-se por implantar o uso da nossa aromática bebida nos domínios do Czar. A Exposição do café brasileiro foi inaugurada com a presença do Czar e grandes da famosa Côrte. O Czar, com admiração dos presentes ao ato inaugural, mesmo contra o parecer de seu médico também presente, aceitou uma chícara da bebida, que provavelmente nunca ingerira, e saboreou o líquido negro.

Distribuidas as chavenas de porcelana, que a comissão adquirira em Viena, verificou-se o magnífico efeito produzido na assistência. A porcelana, habilmente escolhida, realçára o conteúdo, valorizara-o. Triunfou a nossa bebida. Durante o tempo da exposição o consumo do nosso café foi elevado, e, o que é detalhe interessantíssimo, o desaparecimento das chícaras foi tão largo, que a comissão teve que pedir telegraficamente ao fornecedor de Viena nova remessa urgente. A sociedade russa quiz guardar lembrança tangível da Exposição, e guardou-a sem se importar com o juízo que fizessem dela.

E' claro que a comissão propagadora brasileira não desapreciou nem desaprovou o baque feito no seu estoque de chícaras.

O Govêrno russo mandou ao Rio de Janeiro dois navios para carregar café, a exportação direta seria, pois, um fato, se contra não tivessem reagido interesses contrariados. Foi pena. Agora pensamos no Egito. Que acontecerá?

(1)—Operoso e inteligente batalhador ainda em atividade.

Pae João

Do taguaral á sombra, eu solitaria ~~solitaria~~ ^{furna,}
 Para onde, com tristezã o olhar, curioso alongo,
 Sonha o negro, talvez: na solidão nocturna,
 Com os limpidoz ureas das solidões do Congo...

Quere-lha a noite a voz nostálgica e soturna,
 Num suspiro de amor, um murmurejo longo...
 É o kongo, sardo som, zumbindo na cofurna,
 É o urucungo a gemer na cadencia do jongo...

Bendicto sejas tu a quem, certo, devemos
 A grandexa real de tudo quanto temos!
 Sonha em paz! S'ê feliz! E que eu fique de joelhos,

Sob o fulgido ceo, a relembrar, magoado,
 Sue os fructos de café são globulos vermelhos
 Do sangue que escreveu do negro escravizado!

S. Paulo -

Iguassú

De um livro inedito de memorias: - Coração aberto

RODRIGO OCTAVIO

Depois de alguns mêses dessa vida pacífica de Santa Barbara, saudades, que as cartas frequentes não faziam senão estimular, levaram-me em goso de licença, ao Rio de Janeiro. Contava tornar dentro de três mêses; as coisas, porém, se arranjaram de modo que a minha ausência foi definitiva. Pouco tempo depois de minha chegada á antiga Côrte, fui mandado para Iguassú, como juiz municipal.

A poucas horas da Ponta do Cajú, pela estradinha do Rio d'Ouro, a vila de Iguassú era então um grande povoado morto. Constituida, principalmente, por uma larga rua, sinuosa e longa, e vila tivera a sua hora de prosperidade, atestada pelas boas casas de sobrado e vastos armazens alpendrados, tudo, então, sem moradores e em abandono. Ligada com o interior da baía de Guanabara por canais, através da alagadiça baixada fluminense, Iguassú fôra o entreposto comercial entre o litoral e o sertão. Por aí chegava toda a produção do interior para consumo da cidade e exportação; por aí entrava tudo quanto o interior exigia para viver e trabalhar. E a vila crescia na agitação febril de cargas que chegavam e de cargas que partiam, em tropas, na variada musica dos cincerros, em carros de bois, na esfusiada langorosa dos eixos engraxados.

A estrada de ferro, porém, drenando todo êsse movimento comercial reduziu Iguassú a penuria e a levou á miseria e á morte. A vila se despovoou; os canais, desde então abandonados por inuteis se atulharam de vegetação e de lôdo; as aguas cresceram, cobriram todos os campos, tornando-se imprestáveis para qualquer cultura e enchendo o ar dos miasmas do impudismo e da opilação, que assolaram a pobre gente que não se poudo retirar.

Era isso o Iguassú que encontrei ao tomar conta da minha judicatura. Só ás quintas-feiras, dia de audiência, havia algum movimento na villa. A Casa da Câmara se abria: além do pessoal do novo fôro, solicitantes e partes iam ao despacho do juiz. Tudo depois caia de novo no habitual silêncio.

Os magistrados nunca moravam na vila: sendo muito proxima á Côrte e diminuto o serviço, era na Côrte que todos moravam indo a Iguassú, apenas nos dias de audiéncia e fôra disso quando, excepcionalmente, alguma diligéncia o exigia. Eu, porém, muito compenetrado das minhas obrigações, quiz morar, senão na vila mesma, o que não era aconselhável pela insalubridade do clima, ao menos dentro do termo: e fixei-me em Maxambomba então simples arraial, estação da estrada de ferro.

LIII

RUÍNAS

A êsse tempo era a cavallo que eu ia a Iguassú, através de campinas incultas e capões empobrecidos que o fabrico do carvão devastava de mais em mais. Na parte dêsses capões em que a galhada era mais espessa, a meio caminho entre os dois povoados, da estrada se avistava a interessante ruina de uma velha igreja que, abandonada pelos fiéis, viu a mataria crescer em volta, e, depois de abatido o tétó, irromper mesmo de dentro de seu recinto consagrado.

Por aí passando a cavallo, muitas vezes apeei para examinar mais de perto aquelle incompreensível abandono. E, da primeira vez que isso fiz, recebi uma es-

tranha impressão ao ver, pela abertura de uma janela, de que haviam furtado as taboas, erguer-se do velho pulpito escalavrado, agitando-se, a uma viração que aí penetrava, as largas folhas como braços que gesticulavam, a basta floração de uma planta parasita, que coroava um escarlate pendão, cardinalício e solêne.

LIV OUTRAS RUÍNAS

A grande curiosidade que encontrei na minha nova comarca foi a fauna forense. Havia uns oficiais de justiça anti-diluvianos, um promotor público octogênario, já não podendo, por cachexia senil, deixar um pequeno sítio onde morava, e três advogados provisionados, orçando pela mesma idade, residuo da antiga prosperidade local.

Com o promotor só uma vez me avistei quando, ao chegar á comarca fui fazer-lhe uma visita: era um velhinho sem individualidade, trôpego, que acabava. Mas os tres advogados eram tres curiosos especimens de gente. Um, José Trant, com fumaças de civilista, o *Doutor Trant*, como gostava de ser chamado. Pequeno, sêco, esqualido, passava o tempo a ler Melo Freire e Lobão, em permanente preparação para consultas a causas que não chegavam; os outros enormes e obesos, e um dêles, Fuão Castillo, já difficilmente se locomovia, muito branco, de tez e de cabelos. Fazia questão de me ver e dar dois dedos de prosa, como dizia todos os dias de audiência, para onde se fazia conduzir com verdadeiro sacrificio. O outro, cujo nome perdi, era um mulatão muito polido de maneiras e familiarizado com os classicos de que tinha boas edições. Conhecia os meus versos, que as folhas do Rio publicavam, e, sempre que nos encontravamos referia-se a êles com grandes garbos mas com reservas linguisticas sobre a colocação de pronomes e francezismos desnecessários.

E acabava sempre repetindo:—*quandoque bonus* . . .



A função do comissário, outrora, na produção do café

Como o conde de Avelar, antigo comissario de café, no Rio, descreve-a

O conde de Avelar, nos ultimos anos da sua carreira comercial, tem-se apresentado na praça do Rio, sobretudo, como banqueiro e industrial de tecelagem. As novas gerações só ligam o seu nome a essas duas formas de atividade, que têm sido o coroamento de uma das carreiras mais brilhantes do meio de negocios carioca. Mas os conhecedores da praça do Rio de Janeiro não ignoram que o atual diretor do Banco do Comercio foi um dos maiores e mais capazes comissarios de café do tempo em que o comissario de café no Brasil, agia em função de uma verdadeira organização bancaria, suprimindo o lavrador como fornecedor de capitães para a sua plantação e colheita.

Residindo no Brasil ha mais de 50 anos, o conde de Avelar tornou-se um brasileiro pela sua completa adaptação aomeio onde durante meio seculo integrou as suas mais robustas e fecundas energias.

O JORNAL pediu ao illustre titular algumas impressões pessoais acerca do comercio de café outrora, no Rio, e s. ex., com a lhanza que lhe é habitual, recebeu no Banco do Comercio um redator desta folha, conversando sobre o papel do comissario antigamente, nos negocios de café.

—O comissario, disse-nos o conde de Avelar não era tão somente um intermediario entre o ensacador e o produtor. As suas relações com este tinham um cunho acentuadamente patricular, porque poderíamos dizer que os vinculos que o prendiam ao fazendeiro, não eram apenas laços de natureza mercantil, de alugador de capitais e de vendedor de mercadoria deste ao ensacador, senão liames muito mais profundos. O comissario exercia uma especie de tutela amiga dos interesses do fazendeiro. Dava-lhes recursos com que trabalhar; fornecia-lhe dinheiro para aumentar as plantações, comprar mais escravos, porém, ao mesmo tempo chamava a si um certo controle da vida do fazendeiro, permitindo-se aconselha-lo, para não se exceder em gastos inuteis, em despesas superfluas ou em cometimentos temerarios, superiores ás proprias forças.

—No tempo da monarchia veio ao Rio uma Missão Belga, de importadores de café. Procurou o Centro do Comercio e Industria e, entre outros pontos, que os seus membros desejavam esclarecer, estava o dta barateza do café do Brasil. Era uma questão que de perto os interessava. Donde vinha a possibilidade do Brasil poder exportar café em condições tão razoaveis? Desejavam saber como era o mecanismo bancario para o financiamento das co-

lheitãs; e, quando lhes foi dito que eram os comissarios que de mais recursos aparelhavam os produtores, certo estes homens, estudando as relações entre o capital e o trabalho, na lavoura e no comercio de café, no Brasil, não deixaram de levar para a sua patria uma experiencia interessante da organização comissaria desta terra.

—“Não exagero, dizendo-lhe que a grande lavoura de café do Brasil foi feita pelo comercio comissario do Rio e Santos. Em um pais sem credito agricola, como esperar que os bancos pudessem financiar a produção no interior, dando-lhe os recursos que, inspirados o mais das vezes no coeficiente pessoal, lhe forneciam os comissarios? Estes homens, dada a relatividade do meio, do tempo realizaram prodigios no desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil.

—As cooperativas de credito, estabelecidas já na Republica, em Minas, geraram uma certa atmosfera de desconfiança entre o lavrador e o comissario. Infelizmente as cooperativas não dispunham do colum de recursos com que contavam os comissarios para auxiliar o produtor, e á interferencia delas se devem não poucas dificuldades que assoberbaram a lavoura no interior.

—“Havia uma afinidade muito intima entre o lavrador e o comissario. O fazendeiro que mandava o filho para estudar na Corte” não só o recomendava ao seu comissario senão que este lhe dava quarto e mesa em seu escritorio na cidade, se o rapaz vinha cursar uma Escola Superior. Conheço varias figuras importantes do meio politico brasileiro que estudaram aqui, morando nos escritorios dos comissarios de café, que eram situados nas ruas Municipal, Beneditinos e São Bento.

—“Em 1879 entrei para a firma Francisco Alves Barbosa. A casa Avelar & Cia. (do meu irmão e minha) estabelecia-a em 1884. Tem 43 anos de existencia, e começou a negociar com carne seca. Depois é que passamos a trabalhar em café”.

Perguntamos ao conde de Avelar qual o café mais famoso que ha cincoenta anos vinha ao mercado do Rio, e ele nos disse:

—“No tempo em que eu estava no comercio de café o produto mais famoso que vinha ao Rio era o do municipio de Juiz de Fóra. Eu trabalhava mais comumente com Macaé, Leopoldina, Juiz de Fóra e Muriaé, mas devo dizer que os cafés do distrito juiz de forano suplantavam todos os outros”.

Notas de uma viagem á noroéste do Estado de São Paulo

EDUARDO MULLER CAMPS

A Noroeste propriamente dita compreende o trecho da E. F. Noroeste do Brasil, de Baurú a Aracáruaba, com 25 estações. O trajeto leva ao todo, de trem de passageiro, 9 horas. Até aqui sempre ouvi falar da prosperidade e da fertilidade da Noroeste, agora posso afirmar que a Noroeste é de fato o "Eldorado" para aqueles que sabem aproveitar as riquezas de suas terras.

Ainda existem imensas extensões de terras próprias para a cultura do café. Há atualmente para mais de 100 milhões de cafeeiros formados, isto é, de 4 anos para cima, e ainda cerca de 50 milhões em formação. Pelo meu cálculo, devem existir na Noroeste ainda terras para o plantio de mais de 500 milhões de cafeeiros. Só as terras do Aguapei, no município de Aracáruaba, tem 300,000 alqueires de terras boas para o plantio.

A média de produção é, em toda a Noroeste, superior a 100 arrobas por 1,000 pés. Eu tive ocasião de visitar diversos cafexais com carga superior a 150 arrobas por 11,000 pés. E' preciso notar que em toda a zona Noroeste, com exceção de uma fazenda, as plantações têm a idade média de 7-8 anos, sendo que as mais velhas com apenas 14 anos, i. e., isto é, em plena força de produção.

A valorização das terras é uma coisa incrível. Quando em 1912 se podia comprar um alqueire a 20\$000 e 30\$000, êste mesmo alqueire vale hoje 2, 3 e até 3:000\$000. Em Lins falei com um fazendeiro que comprou suas terras em 1920 a 100\$000 o alqueire, e hoje elle não vende nem a 3:000\$000. Daí temos uma valorização de 30 vezes o valor da compra em 6 anos.

Em Birigui visitei um dos homens mais importantes da zona, o sr. R. Clark, diretor da S. Paulo Land, Lumber Colonization Co. a qual comprou em 1911 50,000 alqueires de terra, sendo então o capital de 800:000\$000. Hoje cada alqueire vale de 2:000\$0000 a 3:000\$0 que quer dizer que o valor centuplicou em 15 anos. A Companhia já vendeu 48,253 alqueires, divididos em cerca de 2.300 lotes ou sítios diferentes. O capital foi elevado a 10.000 contos.

O desenvolvimento das cidades e vilas é formidável. Lins é uma cidade de 7.000 habitantes feita em 6 anos. As fundações das outras cidades datam de 4, 5, 6 e até 14 anos, no maximo.

A Noroeste podia ser muito mais adeantada do que é, se não houvesse uma grande barreira para impedir isso a propria E. de Ferro. A E. de Ferro Noroeste do Brasil federal, construída em 1908, e originalmente apenas estrada estratégica. O material da estrada é pessimo, a conservação peor ainda. As estações são insignificantes, e não há absolutamente observação de horario. Esta zona merece que o governo volte as suas vistas para ella, visto a sua grande importância.

BIRIGUI—E' o penultimo município da Noroeste, e tem 7 milhões de cafeeiros formados. A idade média das plantações é de 8 e 9 anos e a média de produção é de 100 arrobas por 1,000 pés. Além do café há muitas plantações de cereais. Só de arroz, Birigui produziu em um anno passado cerca de 400,000 sacos, dos quaes a maioria foi perdida por falta de vagões na estrada de ferro.

PENAPOLIS—Tem cerca de 8 milhões de cafeeiros. A média de idade é de 8 a 14 anos. As plantações que visitei neste município são as melhores que vi até hoje. Os cafeeiros plantados de 16 a 18 palmos de distancia, têm mais de 3 metros de altura e encontram-se de tal modo que com dificuldade deixam passar o homem. A média de produção é de 120 arrobas por 1,000 pés, mas eu vi seções com carga superior a 150 arrobas. Neste município existem ainda terras para plantar quatro vezes o existente. As maiores fazendas pertencem a capitalistas residentes em Santos ou S. Paulo, e são dirigidas por administradores. Estive em uma fazenda com 700 alqueires de 170,000 pés de 9 a 14 anos, e 130,000 de 3 a 4 anos, quasi formados, pela qual o dono rejeitou em 1924 4,000 contos, dinheiro á vista. Esta fazenda deu em 1924 um lucro liquido de 1.200 contos. Em 1920 esta fazenda custou ao dono atual 350 contos.

LINS—Tem 14 milhões de cafeeiros formados e cerca de 6 milhões em formação. Ainda tem terras para o plantio de mais 50 milhões de pés. A média de produção é de 100 a 120 arrobas por 1,000 pés e a idade média é de 7 a 8 anos. O custeio aqui é de 500 a 600 réis por pé, havendo devido, a todo fazendeiro permitir o plantio de cereais, facilidade em obter-se braços. As boas fazendas valem aqui 8\$000, 9\$000 e 10\$000 por pé, e deixam assim mesmo 30% de lucro, devido á boa produção.

PIRAJUI—Pirajuhí é hoje o maior município cafeeiro de São Paulo. Tem 36 milhões de cafeeiros formados e cerca de 16 milhões em formação. As matas virgens dão ainda apra outro tanto. A idade média é superior a 100 arrobas por 1,000 pés.

Pelos dados colhidos está visível o grande futuro que está reservado á Noroeste, que dentro de 5 anos poderá produzir na média á 5 milhões de sacos, tendo terras suficientes para produzir ainda o dobro disto. O que precisa é uma boa estrada de ferro, e gente, muita gente para desenvolver este "Eldorado".

Há entretanto um ponto importante a notar os fazendeiros em toda a zona Noroeste tratam mais de produzir quantidade do que melhorar o tipo, havendo muito poucas fazendas com bons terreiros e boas maquinas. Mas é de esperar que com o tempo voltarão suas vistas para a melhora do tipo e da qualidade

Um faisgador de ouro verde

ASSIS CHATEAUBRIAND

Carlos Leôncio de Magalhães é uma dessas naturezas que, desde cedo, a si se impuzeram os mais tremendos sacrifícios. Ele não venceu apenas pela audacia, mas, sobretudo, pela constância na adversidade. Num grande meio como São Paulo, um temperamento da ousadia dêste ou conquista uma larga vitória ou tomba num irremediável colapso. Defrontado muitas vêzes por circunstâncias lancinantes, essas mesmas circunstâncias se incumbiram de revelar que Carlos Leôncio de Magalhães tinha têmpera para criar o seu logar ao sol, e nunca para aparecer como um favorito delas. Acontecimentos como a geada de 1918 funcionaram contra todos os seus calculos de previsão e as diretrizes mestras do seu pensamento construtor. Veiu o grande infortunio, e não o abateu. Ele sempre recebeu a desgraça á maneira nietzscheana, de pé.

Há 35 anos, Carlos Leôncio de Magalhães abria a fazenda Santa Ernestina, no município de Matão, distrito de Araraquara. Estreára na vida com 15 contos de réis. Com êsses 15 contos iniciais abre, em pleno sertão, uma fazenda, derruba-lhe matas, planta 480 mil pés de café, levanta casas para fazendeiro e colonos, constróe terreiro, e acaba reunindo numa só, três propriedades, Cucuí, São Sebastião e Santa Ernestina, com um total de 1.300.000 pés de café. E' a sua segunda fazanha de cafésista, depois de haver, com uma tão insignificante sôma, aberto na bôca do sertão uma fazenda de primeira ordem como Santa Ernestina.

Ao cabo de dezesseis anos, conseguiu vender essas fazendas reunidas por 1.500 contos. Deslumbra-o a posse da sesmaria de Cambuí, propriedade do conselheiro Bernardo Avelino Gavião Peixoto.

Esta sesmaria apenas tinha plantados 500 mil pés de café, o que era uma insignificancia para o aproveitamento de tão rico latifundio.

Tratava-se de um mundo de 20 mil alqueires, coberto de matas virgens em grande parte e, pôde dizer-se, pedindo o esforço-colonizador do homem. Carlos Leôncio de Magalhães não possui recursos suficientes para compra-lo, mas acha quem lh'os empreste fiado no seu crédito pessoal. Empolgando o Cambuí, o seu genio colonizador transforma, em pouco tempo, aquele latifundio abandonado num dos parques de café mais civilizados da terra paulista. Derruba as matas, planta mais de 2 ½ milhões de pés de café, constróe 300 quilômetros de estrada de rodagem, dentro do cafezal cria 15 mil cabeças de gado, 200 reprodutores Hereford, abre 10 estações de caminho de ferro nas suas terras, põe telefones em todas as secções e vara aquele mundo de automóveis resfolegantes e civilizadores. E' uma transfiguração.

O meu excelente amigo dr. Augusto Ramos conta no recente número da "Ilustração Brasileira" consagrado ao café, o que foi a luta aspera que o desbravador magnifico teve de travar para salvar-se no meio d'esses assaltos dados á fortuna. Lendo certas peripecias da batalha, a gente se admira como Carlos Leôncio de Magalhães conseguiu salvar-se. E o que espanta é como, arrojando-se mais ainda êle encontrava a salvação para o pêgo de dificuldades que fatalmente importaria a execução de um vasto plano de organização agrícola, como aquele, sem recursos proprios e todo êle baseado na audacia e no credito.

Houve momentos em que parecia ir tudo por agua abaixo. O Cambuí era, como diz o dr. Augusto Ramos, um sorvedouro. Carlos Leôncio de Magalhães funda em Araraquara um banco, drena para êle as economias locais infunde confiança aos negocios do seu estabelecimento de crédito, mas esse banco ainda é um pigmeu para suportar um colosso de Rhodes das proporções do Cambuí. E' na finança da capital onde se lhe lepara o credito para levar a cabo a sua obra, que a grande geada de 1918 parecia ter destróido. Dessa hecatombe, porém, êle se levantou mais robusto do que d'antes, e, em 1924, o grupo sr. Edward Green lhe pagava 20 mil contos pela gleba que êle valorizara com o suor do seu rosto.

Eu estava em São Paulo, quando Carlos Leôncio de Magalhães negociou e fechou a venda do Cambuí. Os inglezes que trataram com êle nunca alimentaram uma confiança decisiva no fechamento do negocio. Todavia, conversando com um representante dos capitalistas britânicos, no Hotel Esplanada, daquela época, tive oportunidade de dizer-lhe que, sem embargo de reconhecer o quanto custaria a Carlos Leôncio de Magalhães a venda do Cambuí, eu, ao contrário de outros observadores, acreditava plenamente na operação entablada, porque o seu temperamento era de um creador de valores, e, uma vez realizado o Cambuí, seduzia-o outra realização, de preferencia á tarefa, banal para a sua sua indole aventureira, de uma méta administração agrícola, sem grandeza.

A profecia cumpriu-se, e aí está Itaquerê com 2.600 alqueires, á margem da Estrada do Douorado, joia do cafezal paulista, donde, se não joram as colheitas ótimas do Cambuí entretanto se inculca como a fazenda modelo, que a iniciativa particular paulista está levantando para a edificação dos seus contemporâneos.

O que Augusto Ramos e Plínio Barreto me dizem do Itaquerê coloca esta fazenda na categoria menos das iniciativas privadas do que das obras de benemerência pública. Carlos

Leôncio de Magalhães não deseja auri r-cursos, para a sua subsistência d'êste imóvel, senão aparelha-lo de elementos de tal ordem, para a perfeição da lavoura cafeeira, que êle fique como o paradigma da capacidade educativa de um faiscador do ouro verde. Alí o ousado cafestista possúe 780 mil pés de café, 10 alqueires de parque todo iluminado a luz elétrica, horto florestal com 3 mil espécies vegetais; estabulo; piscina com 100 metros de diametro; casa grande, cobrindo uma área de 3.000 metros quadrados; serraria; instalação elétrica; hospital, com enfermaria para homens, mulheres e crianças; igreja; os colonos alojados em 208 casas de tijolos, cobertas de têlhas, com luz elétrica e todos os

requisitos de higiene — uma verdadeira dade na placidez do campo.

Esta alma sózinha vale pela vibração de todos os cafestistas de São Paulo. A sua alegria de cafestista é a virilidade da massa humana que sustenta o ouro verde de Campinas e Araçatuba. Carlos Leôncio de Magalhães é o faiscador mais fulgurante do ouro verde que conta, em nossos dias, o Brasil. É um faiscador generoso, que conquista o ouro para dar o ouro. A sua fortuna é a fortuna dos seus operarios. Porque êle não concebe a miseria em torno de si, certo, como dizia o filósofo, de que a miseria coléctiva é o porão onde fermentam todas as paixões. E êle costuma pensar e agir socialmente.

Cafeeiro ou Cafezeiro ?

JOÃO RIBEIRO

Eis o que me perguntam.

Respondo:

A legitimidade das nossas expressões é quasi sempre dada pelos "clássicos", isto é, pelos escritores dos séculos de quinhentos e de seiscentos, que são os de maior autoridade.

Os "clássicos", porém, ignoravam muitas coisas e, as vezes, nem sequer podiam conhecê-las.

Há, em compensação, a tendencia para verificar se a expressão se encontra em Camillo ou em Herculano, Rui ou Castilho que escreviam melhor que nós outros. Os argumentos de autoridade são muito precários.

Dos clássicos só um, o Padre Manoel Godinho, fala do "café" que êle conheceu na viagem por terra que fez de regresso da Índia. Mas o café que conheceu chamava-se como êle o diz "caocé", palavra arabe mal transcrita.

Na realidade, a palavra era e é a voz arábica "quahwa" que os turcos adotaram com a forma "kahvé".

Da Turquia e da Constantinopla onde foi argamente usada essa betinda passou ao Occidente e tomou por expressão a forma geral "café" no francês, com pequenas variações nas linguas cultas.

Evidentemente, os portuguezes aceitaram literalmente a transcrição francêsa "café", desde o século XVIII, e assim passou ao Brasil.

Também é arábica a palavra "Bun" para designar a semente do café e essa expressão foi adotada pelos holandêses que chamam ao café "Kaffieboon. Não há vestígios do vocabulo nas linguas latinas.

É curioso notar que entre os arábes mais antigos "kahwa" tinha o sentido de vinho antes de ser a palavra aplicada á designação do café e o próprio Ducange assiná-la no latim bárbaro, medieval, o vocabulo "cauhua"

com o sentido de "vinum album et debile". Déve ser o "cahwa" do árabe antigo.

Notemos ainda como simples e curiosa coincidência a nossa expressão indigena "cauim" que julgamos de mera casualidade.

Como quer que seja, os portuguezes para a semente e a bebida usaram o vocabulo "café" e daí é que se formaram as derivações que estudo nos propõem agora.

Pelas nossas normas de derivação o nome da planta deve ser "caféira" com a junção do sufixo usual em tais casos. Assim é que se formaram "cajú-eiro", per-eira", "nogu-eira" (de cajú, pêra, nós), etc.

Essa é a derivação normal. Os espanhóes tem para a planta a designação "caféto", donde "cafital", e pois que não á temos, deviamos dizer "cafeal" em vez de "cafezal" derivação que é a mesma em "cajual", "la ranjal", "olival", "bambual".

Assim, pois, tanto quanto nos podem esclarecer os princípios da morfologia na derivação das palavras, os vocabulos mais aceitaveis são "caféiros" e "cafeal".

O povo, porém, na sua maioria diz "café-zeiro" e "cafezal" e ha certa razão para essa divergencia. Para evitar o hiato, isto é, a concurrencia de duas vogais consecutivas, introduziu-se uma letra eufônica que neste caso é um — z — e assim apparecem as formas vulgares ca-fé-zal e café-zeiro, seguindo-se nisso a analogia de outras derivações igualmente populares: cáj-a-z-eiro (de "cajú", "imbú"), etc.

A dificuldade de pronunciar é que autoriza essas letras adventicias e eufônicas que corrigem o hiato.

Em resumo, as formas derivadas "café-zeiro" e "cafezal" são populares; mas, as derivações normais devem ser "cafeal" e "café-eiro".

É o meu parecer.



A CASA ONDE SE HOSPEDOU D. PEDRO II, EM ESTRELA, ESTADO DO RIO

(Ilustração do natural, a pena, pelo prof. H. Cavalcante)

Memoria sobre o café De João Christovão Rieger, Prussiano de Lussemburg

(Introductio in Noticiau Rerum Naturalum et Arte factarum quorum in Communi vita 2.º tom pag. 375) traduzida do latim

Este artigo foi descoberto na secção de manuscritos da Bibliotheca Nacional, pelo seu director, dr. Mario Bhering, que o mandou copiar e ofereceu-o como contribuição da Bibliotheca á edição do café do O JORNAL. E' um documento de interessantissimo valor histórico e inédito.

§ 1. DESCRIÇÃO DO CAFE'

O Cafézeiro foi conhecido pelos nomes de Café, ou Coffi; Bon ou arvore de Ban; em Frances *Arbre de Café*, ou Cafier; em Inglês *Coffee Shrub*; em Alemão *Caffe baum* porter. He uma arvore como a do Jasmin se chamou tambem Jasmin da Arabia com folhás de castanheiro, flores brancas cheirosissimas, cujo fruto nas oficinas chamam Cofi. He natural, ou indigeno do Reino de Yemen na Arabia Feliz sempre verde, e em todo o ano com flor, e fruto. Os seus ramos nascem de dous a dous dos troncos, que chegam a altura, comumente, de doze pés, e na grossura a dez ou quinze polegadas; a sua madeira hé branda, flexivel, branca, abastecido de hum suco adocicado, coberto de uma casca aspera, cor de cinza; as folhas rebentam duas a duas dos nós dos Ramos opostas humas as outras, semelhantes as folhas do Loureiro, porem por cima de hum verdor alegre, e por baixo palido, mui brandas, sem cheiro ou sabor algum. As suas flores nonopetalas, brancas, nascidas dos encontros ou axilas das folhas, e sostidas em um pésinho ou peciocolo curto representam o Jasmin chamado d'Espanha. Esta tem hum chero suave ainda que não intenso. Sinco estames occupam o meio da flor. Seu fruto nasce na parte mais infima do pestilho da flôr, metidos dentro de hum cális de quatro folhas, verde e muito pequeno: quando verde se parece no tamanho a hum grão de milho, crescendo a uma cereja, em pouco tempo se avermelha, e quando fica maduro se volta de hum vermelho denegrido. Tem uma polpa avermelhada, um tanto viscosa, d'hum sabor desagradavel, mas secandose, se faz mais sabrosa: comumente se envolve em duas capsulas e mui poucas em huma, a qual é esmigalhada, meio amarela, deicada, e corcovada de um lado, e do outro, pelo qual se ajunta, plana. No envoltorio da cápsula se oculta a semente de um verde alvadio, dura, ovada, convexa pela parte superior, pela inferior plana, arregoada pelo meio com um sulco profundo. Esta arvore se propaga por meio de semente colhida novamente. Alguns se abalançavam a escrever, que as

sementes, por ambição dos Arabes, se não exportavam, sem terem sido antes passadas pelo fogo, ou pela agua fervendo, com o intento de lhe destruir o germen, para que fóra da sua patria não se houvesse de propagar a sua arvore.

.....Arabum felicibus oris
Nascitur arbor oleans, ilan coluere minor;
Indiginae... cura, quam quondam credita
ma a
Hesperidum referun vigilem observe
draconem
Et ne forte allis veniant sata semina terris
Non prius haec ad nos mittunt, quan
flamma ferace
Abstulerit vires faecundae orbarut et
omni
Spe... rolis; merito hac una satis arbore
felix
Dicenda est Regio; sparsa nam hinc
omnibus oris
Orbis opes trahit ad se se...

Knowles.

Mas conheceu-se este erro; porquanto de ordem do Illustissimo Consul de Amsterdam Nuckau Witzen se trouxeram sementes da Arabia Feliz para a Ilha de Java, onde sendo plantadas, conseguiram os Holandêses possuir arvoredos que deram frutos, das quais trazendo-se algumas para Europa foi o Horto Medico de Amsterdam o primeiro, e depois o Real de Paris o segundo que as tiveram; mas hoje esta planta da Arabia se vê propagada em muitos Jardins Europeus. Não só a Ilha de Java se gloria com a sua cultura, mas tambem outros muiitos Lugares das Indias Orientais assim da Persia como da Ethopia, e por toda a parte na América com tanta abundancia que não só a bastece, da que necessita para o seu uso, mas tambem para as fazer exportar para Europa. A culpa da ambição imputada aos Arabes, se transferiu para os Holandêses senhores de Surinam pois chegaram a próbr debaixo de pena capital que ninguem se atrevesse a transportar a semente de Café para fóra da Colonia sem a ter passado pelo fogo,

para lhe destruir o seu germen; porém foram iludidos pelos Francêses que, passando-as em Caixas, conseguiram felizmente a propagação desta amavel planta na Ilha de Cayena. Veja-se a des Marchais no tom, 3 pag. 228 et segg; onde ensina a sua cultura.

O uso das sementes ao depois de sêcas ao Sol (os Francêses chamam Café, e Caffé em coque o que está ainda coberto com o seu envoltório interior do qual estonada chamão *Café mondé* os ingleses *Coffee* e os Alemães *Caffe Bohnen*) por infusão ou decoção se preparava uma bebida presentemente muito vulgar em todo o mundo habitado. Dous Medicos Raul-wolff, Alemão, tendo viajado pelo Oriente, e principalmente Alpino, Italiano, tendo estado no Egipto, parte do que termina com a Arabia Feliz nos fins do Seculo 16 foram os dois primeiros Europeos que escreveram alguma cousa acerca do Café. Mas como os cafeseiros que se criam nas estufas não provejam de uma porção de sementes que baste para o consumo comum, se pedem estas não sómente dos cultivadores da Arabia que nos trazem com o nome de Café do Levante, as quaes são mui pequenas, mas tambem de Batavia ou Java, chama-se café de Java, ou da India Oriental) que são mui grandes de uma côr alvadia que caminha para amarela, e ultimamente da América (a que dão o nome ou de Café Inglês ou de Surinam) de grandeza mediana e de côr verdeoenga. Algumas vêzes tambem o exportão da Ilha de Bourbon, que pertence a Africa, e é sujeita ao dominio Francês, o qual é conhecido pelo nome de Café Francês.

§ QUALIDADE

Reputam-se por excellentes os grãos ou sementes que são pequenos, e esverdeados, não corrompidos pelo môdo cheiroso isto é que afêtem o olfatto com hum cheiro como o do feno, de um sabôr herbáceo, não desagradavel, de uma substancia macia algum tanto trasparente: cujas qualidades dizem que pôdem ser conservadas pelo espaço de cinco ou dez anos, Costumam ordinariamente preferir o Café do Levante ao de outras partes, mas arrazoadamente affirmam alguns que se deve preferir o que nos vem da América ou de Surinam porque se pôde obter mais fresco e menos enfraquecido. Examinaremos agora os metodos com que as Nações, que no transmirão, preparam esta bebida; quaes sejam os proveitos, que êles esperam e se prometem do seu uso, quaes sejam os fundamentos dos Louvores, que lhe dão para expendermos ao depois disto, o que se deve determinar a respeito da sua virtude e uso na pratica Médica.

§ METODO COM QUE OS ARABES TOMAVAM O CAFE' RECENTEMENTE

Os Arabes cözem immediatamente os grãos torrados, em um vaso de barro não coberto, e feito copo, lançando-lhe agua fervendo immediatamente, e obtêm com a mesma prestesa sem esperar, que o pó se precipite, ou se assente no fundo. Alguns porém, tirando-o do fogo,

envolvem a vazilha num pano de linho humido, para que se precipite o pó ou polme, e possater uma bebida clara. As pessoas poderosas usam não das sementes, mas das caixinhas das sementes (que vulgarmente se chamam cascas) juntamente com as pelliculas, que vestem o grão interiormente; e preferem esta bebida, que he de bom sabôr agradável e sem amargo algum. Em França a este modo chamam *Café A Sultana*. Mas precisa-se para isto que as cascas sejam novas. Perguntando-se aos Arabes o motivo por que o bebem tão repetidas vezes? Respondem que a experiencia lhes tem ensinado que o Café, além da sua qualidade alimentosa, goza de outras muito eficazes contra diferentes molestias. Todavia parece que siles se entregam a esta bebida como a hum divertimento para passar o tempo sem fastio. M. D'Arvuex diz que ella é necessária as pessoas acostumadas a tomarem ôpio por deleite. Os Egipcios Louvam o cozimento, que se faz das cascas, e das pelliculas interiores, como mais eficaz do que o que se faz da propria semente. Assim os Arabes como os Egipcios usão desta decoção quente todos os dias e muitas vezes; sobretudo de manhã, estando ainda em jejum, o tomam com largueza. Na verdade diz Alpino que os Egipcios tem experimentado que ella lhes aquece e corrobora o estomago, e que tão bem... obstruções das visceras; que hé remédio presentanio as mulheres ad evocandos menses e para os aumentar as que os tem diminutos e para conseguirem este beneficio o bebem bem quante muito, mas em pequenas porções de cada vez. He uso universal de todas toma-lo muitas veses e em pequenas quantidaees. Esta bebida tomada de manhã em jejum, ou depois d'uma evacuação geral do corpo efficacissimamente provoca os menses; e no tempo em que difficilmente e com grandes dores baixa pequena quantidade he hum soberano remédio.

METODO PELO QUAL OS EGÍPCIOS PREPARAM ESTA BEBIDA

Tomam hum arratel e meio destas sementes das suas cascas e as torram no fôgo alguma cousa: ao depois de torradas a fervem em vinte libras dagua. Alguns as põem de infusão em agua ao depois de torradas, e feitas em pedacinhos por espaço de um dia. Outros sem que preceda a infusão as fervem até secar a metade da agua, e filtrado o licôr o guardam para o uso em vazilha de barro bem tapada. Pelo mesmo teor preparam o cozimento que fazem da pellicula interior das sementes, mas em menor quantidade das mesmas. Alguns torram sómente seis onças e outros nove e as cözem em vinte libras de agua da fonte até secar-se a metade.

Segundo diz Veslingio os Egipcios preparam a sua bebida ou só da casca ou só da semente ou de ambas as cousas juntamente das sementes e da casca muito bem secas em um forno alguma cousa torradas para que se possam fazer em pó e o cozinheiro se faz em cafeteiras e construidas com bom estanho, e em fornalhas

elegantemente construídas para este fim, nas quais usam para alimento do fogo de palha e excreto de animais.

Dizem que alguns o tomam em menor quantidade de agua que fica sendo muito mais grosso; porém a maior parte o gosta mais diluído; e que não só não he filtrado; como tão bem o administram estalagens ou hospedarias acrescentando a um cozimto fraco algum café moido novamente. Alpino afirma que esta bebida favorece sobretudo o estomago; que êles a tomam muito quente e quasi fervendo em jejum e servendo-o pouco a pouco a medida de um copo, e as vêses maior. Do mesmo modo que se vêm entre nós a muito que se entregam a embriaguês, e gostarem do vinho assim entre êles se vem muitos que se entregam ao canova ou café e gostam dêle segundo a narração do mesmo Veslingio na cidade de Memphis se vende esta bebida em muitas mil tabernas, a qual ainda quente é tomada, bebendo-a pouco a pouco, ou interpelladamente por uma grande multidão de pessôas, ou porque o apeteçem como hum disfarçe da sua ociosidade, ou como huma segurança ou penhor da sua bôa saúde sobretudo quando, ou o seu coração, ou o seu estomago se vem acometidos de alguma desfalencia.

STOMACHO QUE TUMULTUM. LENTA PARIT PITUITA.

Não faltam pessôas, que diminuem a amargura desta bebida com alguma assucar; e que comam os seus frutos inteiros confeitados, como um regalo, nas suas sobrezemas. Isso não só se usa no Egypto, mas tão bem he muito comum em todos os povos visinhos ou..... Ora não he crível a quantidade de Café que devem gastar huma multidão de homens vadios que já fumando, ou cachimbando a Nicotiana..... regando como a bebida do Café Canova passam os seus dias pelas tabernas e por que segundo discorre o mesmo Autor, a casca afêta ao paladar com algum acido benigno a semente porém com muito grande daqui vem que não nausea o estomago, ainda que se beba muito, nem lhe he contrario ainda que se tome muito quente, contanto porém que se torre moderadamente, e se faça em pó hum gráo de pedra marmore com mão de madeira. Administram esta bebida com juiso aos que padecem febres na ardente estação do Estio: e tambem o suco crassos e frios desembaraçam as visceras, e os datos comuns do corpo com enfartes novicos mas se deve então aplicar a outra bebida feita da semente torrada, e pizada, não desprezando porém entremear huma e outra, quando a necessidade o exigir. Todavia julga este homem doutissimo que, assim o fruto do Café, como a agua bebida al Cahova se tenham assim chamado da propriedade de confortar o estomago e que desta lhe veio a nascer na boca dos viajantes os seguintes nomes: *Caova* al *Caova*, *Chaova*, *Choube*, *Cave* e *Café* e confessa que..... nenhum outro socorro poderá remediar a languidez do seu estomago pela falta de vinho,

não estando afeito a bebida de agua. Acrescenta que ainda lhe resultara outro beneficio a favor da sua cabeça, que frequentemente padecia. Veja-se Alp. Med.

Notarei aqui de passagem que conforme alguns entendem, a palavra Arabe....., que he o infinitivo do verbo, significando ter fastio ou padecer por falta de vontade de comer denota não só o vinho mas todo o genero de bebidas e que..... vem comprehender Café donde os Turcos formáram o seu nome *Cahueh* e deste nascera o que lhe deram os Europeus de *Café*.

§ DO MODO DE TOMAR

Bauhinio citando a Rawlff dis que esta bebida é tão comum aos Egyptios como aos Turcos, Dumont ensina que a proporção de agua, que êles guardam, he de vinte partes para huma, não de..... medida do café torrado e moido, apanhado com a mão, e acrescenta que as pessôas poderosas lhe lançam algumas gotas da essencia de ambar em cada copo já pronto a sorver-se; que outras lhe ajuntam alguns dentes de *gi* de anis *citrêllado* outras de cardamomo. Na Holanda se acrescenta o suco de Aleassu cozido na agua. Dão-lhe o nome de *Caffi metis.t.* O costume mais aceito na Europa he de o beber, ajuntando-lhe algum assucar para lhe modificar o amargo, e conforme o gosto particular de alguns ajuntar-lhe tanto assucar que o reduza a uma calda, ou xarope de sorte que o paladar ainda mais presinto do que o assucar. Muitos tambem praticam bebe-lo, ajuntando-lhe leite fresco, ou a sua nata, regulando o gosto particular de cada hum, ou o costume a quantidade..... de huma, ou de outro que lhe deve lançar. Não julgo que me deva demorar inquirindo o modo ou metodo com que se prepara a bebida do café na Europa, porquanto o uso de qualquer lugar he o que os acostumados a êle mais aprovam. O Senhor Jussieu em umas conclusões de Medicina, oferecidas nas aulas de Paris no ano de 1716 quando propôs esta têsese se seria saudavel aos homens de letras e estudiosos o uso do café? E.....

Deve-se torrar em qualquer vaso de barro descoberto com preferencia aos de cobre ou ferro que sejam cobertos. A côr verde mar denegrada he o gráo que se quer na sua singular porção ou forradura. Em uma mão a mão fechada se môe melhor que em qualquer..... a porção que se quer, conforme a necessidade ou o tempo. A uma libra de agua quente deve corresponder uma onça de café feito em pó, porque esta é bastante para impregnar dos seus sais. Quarenta anos de experiencia ensinaram a Europa as leis de preparar esta bebida. Vejam as Menor de Trevoux..... confirmem-se as..... N. C. C. 2 a 8 p. 21..... onde de meá com dificuldade a quantidade do café com a dagua que se lhe deve lançar ou tomar. Do mesmo modo Meimer aconselha que se hajam de lançar em dez ou doze onças de agua perto de tres drachmas de café.

§ DO MOINHO DE CAFÉ

A mão de mão, ou moinho de Café se descreve pelo sábio Gesner em Columel RR. L. 12 cap. 50 pag. 816 da maneira seguinte: O ou mão de baixo; é um cone truncado arregaado de estrias ou cracas acavacoladas, inserida na matriz cilíndrica e com os sulcos descendo perpendicularmente, para que os lançados no espaço que faz a sua parte mais estreita, na sua circumvolução, sejam levados para baixo e se moão entre ás estrias e gumes, e para que finalmente, estando moidos, sejam lançados fóra pela parte mais estreita da base da mão. os grãos para que mediante a ação do fogo se hajam de abrir de modo que fiquem mais artos a darem a sua tintura e igualmente para se lhe cortarigir a qualidade própria de todos os farinaceos. excelentemente todos os que não móem os grãos se não quando os querem usar e a razão he porque moidos. mais promptos e dispostos a exalar do que estando inteiros. Antes será hum conselho excellentes acautelar absolutamente a exalação das suas partes volateis que tambem não sejam torradas ou instalados, senão quando se converem de tomar. Onde parece que justamente conclue Senhor Dumont que he muito melhor que êle haja de ser instalado em vaso fechado ou em vaso aberto, que vem a ser o contrário do que sente o Senhor Jussieux.

§ DA NATUREZA DO CAFÉ

Convem agora refletir, qual seja a patria desta semente e quais sejam as propriedades, e virtudes desta bebida? O insigne Taury pelo socorro da Quimica mostrou que elas continham sal volatil e fixo combinado com o sulphur e substancia (Stenzel de ven. 13 pag. 39). O Senhor Du Four querendo indagar as partes que o constituam deitou uma libra em huma retorta de vidro enlutado, ao qual adaptando um grande recipiente com a lhe applicou gradualmente o fogo 8. entrou a sair uma plegma limpissimo: 2. se espalhavam pelo recipiente vapores que se voltavam em oleo, no principio rubicundo, ao depois negro. O cheiro do café, apesar de estarem as juntas do aparelho enlutadas, se exalou por todo o laboratório quimico. Esfriados os vasos quimicos somente se tirou meia libra de diversos elementos no recipiente, a saber duas onças e 6 drachmas de oleo negro, (o qual sendo retificado tomou a côr de ambar) huma onça e tres drachmas de espirito volatil, e 4 onças de caput mortuum, o qual de uma drachma de sulfur. Boe. escreve o seguinte: Um arratêl de café na analyse quimica deu quasi onças de plegma e espirito volatil huma onça de oleo e quasi quatro de caput morfei e o resto de volatizou. O Senhor Boudeler analisando-o por meio de uma retorta obteve de tres arrateis de sementes muito escolhidas 20 contos e 7 dracmas de licôr que continha muito com sulfur, isto he, oleo intimamente misturado, assim como conheceu nas muitas experiencias que

fês tirando uma grande abundancia de ôleo a saber, oito onças e duas drachmas, o qual não era liquido mas concrêto. O caput mortuum hum maior volume que os grãos de que se tinha moído, e onça e 60 grãos de sal fixo. Veja-se Hamel *Hist ao r. se T. 2 pag. 9*. O Ilustre Inglês Houghton diz: que de huma libra de grãos estonados, distillados em retorta, tirava 6 onças e outras tantas drachmas de plegma, 2 onças 4 drachmas de um oleo muito grosso, 5 onças e 3 drachmas de caput mortuum. Acrescenta: que o oleo e o plegma eram de hum sabôr desagradavel, empireumatico, e o caput mortuum insipido ao qual não lhe fóra possivel de modo algum reduzi-lo a cinza, e que consequentemente não continha sal algum fixo. Que a imitação da analyse fizera outras das favas vulgares, e de grãos de trigo, mas que na do café conseguira uma dobrada quantidade de oleo relativamente a que obtivera das favas, triplicada a respeito do trigo (Veja-se as Transact abbr. Tom. 2, pag. 66) o celebre Neuman, tendo distillado a fogo aberto hum arratêl de café obteve cinco onças com cinco drachmas e meia de de oleo fétido grosso e 7 onças drachmas de caput mortuum, o qual turouch tres drachmas de sal fixo. Dos alegados experimentos se fês evidente que, pela distillação de café se obtem plegma, oleo e substancia terrestre, do qual menos Houshton os outros conseguiram sal fixo os Autores porém na quantidade dos ditos productos conforme a maior e menor exação que tivêram nas distillações. Neuman foi certamente o mais exáto no seu trabalho, pois chegou a recobrar nos productos o peso total dos grãos que empregava se bem he sensivel, que, quando Vecensa as experiencias feitas pelos outros menos exatamente ou exposeram ao depois de feitas com expressões indignas de hum homem douto. Fóra de Boudeler nenhum mais se lembra de ter encontrado ácidos entre os seus productos; mas porém contados de huma consistencia grossa de balsamo; e o mesmo Neuman confessa que o ácido se oculta entre as partes componentes do grão do Café, concedendo tambem que as suas partes alcalinas só geram enquanto se distila pela prolongação da força do fogo. Se refletirdes que os Autores pelo costume de tomar a parte pelo todo, chamam sulfur, quando querem indicar hum principio oleoso nos corpos, vereis que êles de nenhuma sorte são réos da caluniosa repreensão de Neuman. Vejámos por tanto o que este sábio homem descobriu ácerca da natureza dos grãos do café tendo-o indagada por via dos mestrusos aquoso e espirituoso. Pela digestão e cozimento em agua comum distillada obteve de duas onças de grãos cinco drachmas de hum extráto aquoso e de, que restou, com espirito de vinho muito retificado se parou 26 grãos de extráto espirituoso deitou no espirito de vinho extraiu onça e meia de extráto espirituoso e pouco depois da matéria ainda lhe restava duas drachmas de extráto aquoso. O espirito de vinho retificado tendo sido distillado com os grãos do café

saú sem alteração alguma e applicando-se em agua apenas distilou alguma cousa diferente da agua comum. A vista de tudo isto podemos coligir: 1.º Que os grãos de café abundam de partes não só se resinosas que reconhecem o espirito de vinho por seu mesntruo, como também de partes gomosas que se pela agua, 2.º que os (as gomosas) consistem nele em maior abundancia que as primeiras, 3.º que assim as partes resonsas ou oleosas como as gomosas ou salivas de tal sorte estão fixas pela natureza em a semente do café, que requerem huma maior força de fôgo, para se separarem do que aquella que se empregam para se levantar a agua, e o espirito. Até aqui fizemos as experiencias, que se fizêrão com as sementes de café crúas. Agora iremos ver, o que acontece com elas ao depois de ustuladas. O Senhor Bourdelin de tres libras, como se pratica, ustuladas e reduzidas ao pezo de duas libras e meia distiladas sobre si em huma retorta conseguio para mais de dez de um licôr, de tal maneira permeado de ácido e sulfur, que se observavam ambas claramente. Mas a ultima porção deste licôr em duas onças e meia continha sal volatil em muita abundancia; porquanto pondo-se-lhe o espirito do sal lhe excitou uma mui grande effervescencia. Deu 7 onças e meia de sal fixo. Veja-se Hamel L-c. Neuman abstrahindo o espirito de vinho das sementes ustuladas de café o uma cousa, e muito pouco alterado: mas tirando notou que esta se tinha inbuido um pouco mais do sabôr, e cheiro. Repetio com o café ustulado as mesmas experiencias que tinha feito com o cru, e preparou 7 onças 2 drachmas e 2 escrofilos do 1.º extrátro aquoso e 5 drachmas e 1 escrofulo do segundo extrátro espiritoso, e observando a ordem inversa conseguio 4 onças e outros tratos escopulos do 1.º extrátro espiritoso e 4 onças do 2.º extrátro o aquoso. Nos extrátros acuosos principalmente no 1.º observou um sabôr agradável que se parecia com o das nózes unido a uma amargura que não era desagradavel. Pelo contrario nos extrátros espiritosos percebeu um máo gosto enjoativo. Além disto descobriu por experiencias que fez, que os grãos de café, quando se ustulão, como se costuma, para o uso, perdem por exalação a quarta parte do seu pezo. Procurou dirigir a sua experiencia de modo que pudesse receber em um vaso as partes exaladas, e achou que eram acuosas impregnadas de sal ácido, de particulas oleóas. Chama espirito plegmatico, e empirumático, não fétido, mas agradavelmente cheiroso, o que enche, quando se ustula, com a sua exhalção os lugares visinhos de hum agradável cheiro. Deve-se acrescentar a estas esperiencias, o que vulgarmente se tem observado, e vem a ser, que quando se ustulão as sementes do café, dela uma certa substancia oleósa, a qual também aparece na bebida quando esta se toma, e que os Turcos, podendo-a ajuntar bebem com grande appetite. Veja-se Trans. Abbr. d. c.) Deduz-se do que fica exposto, que o café ustulado fica mais dis-

posto para se lhe extrairem as partes gomosas e resinóas, ou alióas, pois, sendo ustulado dão o extrátro assim acuso como resinoso em maior abundancia que sendo crú, e por consequencia as partes terrestres solúveis, que existem ao depois de feitos os extrátros apresentam nos grãos de café istulados. A infusão ou cozimento do café posto em uso, pôde ser contemplado como contendo um extrátro gomoso, embugido de partes oleósa fixas e voláteis que se patenteam a vista, e ao olfátro, as quais estão extraidas da substancia por meio do fôgo, quando se ustulam e misturados na agua quente.

VIRTUDES DO CAFÉ

Agora julgo que já posso afirmar que a bebida do café goza das virtudes: 1.º, da agua quente, isto é, ser diluente, 2.º da substancia farinósa em ser emolhente e pouco nutritiva. 3.º em razão do seu principio volatil dos que estimula o mecanismo fibroso do nosso corpo, e excitam o nosso espirito; aos quais me . . . já concedido acrescentar: 4.º que o oleoso junto do salino, faz uma espécie de sabão das forças, das quais a agua empregada se áta a misturar-se com o sangue, passando a ser resolútiva e abstersiva. Da composiçao que lhe quizerem fazer, segundo a vontade ou gosto de cada hum, he determinam as outras virtudes. Do que fica dito se faz tambem evidente: Que a bebida do café concorre para poder-se prolongar a vigilia, e afastar o sono; 2.º para apagar asde, e abater o calôr da febre e da crápula; 3.º para fazer descer os humores e aliviar as dôres de cabeça, ou cefalalgia causadas pelo ajuntamento do sangue feito na cabeça. Pensamos (escreveu de Fèvre) que a bebida do café é própria para remediar e acautelar as molestias comatorias causadas pelo vicio da pituita, e do sangue nimiamente viscoso. Além disto esta bebida, ajudando a qualificação e sanguinificação, aumenta a abundancia dos espiritos animais e repara as perdas dos mesmos, motivadas por vigalias em razão do seu sal volatil dissolve as obstruções do cérebro, de seca a humidade deste, donde vem a restituir a elasticidade aos vasos e membranas do cérebro. Como por consequencia estabelecida haja principalmente de favorecer a secreção dos espiritos, não he cousa extraordinária, que os que houverem de estar em vigalias por muitos dias e noites não sintam uma perda sensível da forças se tomarem esta bebida ao depois de ceia e poderem estar desperitos; pois ella serve como um remedio ante apoplético; tambem desmancha as obstruções, recrea e move alegremente os espiritos: o sangue se faz mais vegetante e movel e vence a torpeza das partes sólidas e líquidas; demove o sono pezado, os olhos se abrem, e o entendimento se demembaraça. Alpino parece que funda a sua virtude desobstruitiva na semelhança que o seu sabor tem a chicórea. Lemos na *Hist. ac. r. de 1702*, pag. 29 que um apoplético fora remediado pelas repetidas lavagens de cozimento do café.

Donde se segue tambem que nenhuma bebida he como esta tão favorável as pessoas estudiosas, que por causa das longas meditações agudas sentem dissipados os seus humores mais delicados, o bom das fibras abatido ou debilitado, donde lhe sobrem os vicios da 1.º digestão, as flatulencia hipochondricas, a diminuição de todas as secreções e excreções, a palidez de todo o corpo, a languidez e debilidade, e muitos males, que são como efeitos desta causa, aos quais com nenhum outro remédio se opoem tanto como a bebida do café, como demonstrou o Senhor Jussieux nas Conclusões Médicas acima citados. Digne-se ouvir de Baglivio concorda com este sentimento, quando escrevia do theor seguinte:

Admiesto de passage que a bebida do café he hum infalivel segredo para destruir a dôr de cabeça ao depois do meio dia, que vem por causa do vicio do estomago que faz mal a sua digestão algumas horas ao depois do jantar. Eu observei a sua infabilidade em inumeráveis Isto acontece comigo mesmo todos os dias continuas meditações e demasiados desasoccos da pratica médica, a vista dos enfermos, e em descrever a natureza de todos as enfermidades, cousa muito necessária para se ampliar a praxe médica, tendo o estomago muito debil tres horas ao depois de jantar começo a padecer uma pesada anciedade, e dôr de cabeça, causada tudo pela má digestão, mas tomando duas ou tres taças de café em um instante, quasi miraculosamente me sinto livre de semelhantes males.

Algumas vezes nestas mesmas horas, tomei em vez de café, algumas chavenas de chá, ou chocoláte, mas não com tanto proveito, quanto recebi do café. O café portanto é um maravilhoso remédio para os males do estomago e para as molestias que dêle se derivam, o chá porém para os da cabeça". Le Fevre o confirma da maneira seguinte. O café convém aos que padecem huma forte inercia, e que usam de comer grossieiros, com perpetua abstinencia de vinho. O modo de viver dos Turcos prova superabundantemente que o café ajuda a digestão dos limentos por hum modo maravilhoso. Apesar de que êles tão sómente bebam agua, e se alimentam de legumes, frutas, laticínios, pão..... mal cozido contudo rara vêz padecem enfermidade do estomago". Acrescentaria que esta bebida se pôde julgar necessária aos Turcos para os despertar pois todos os dias tomam ópio, que causa sono. Consulte-se a Super: L. c. O doutissimo Schulzer (Rev. n Nat. § 1 A) dis que êle se atreve a afirmar que o café bebido quente dentro de uma hora ao depois do jantar que é proveitosissimo aos que costumam ser acometidos de dôres de cabeça com frequencia por causa da imbecilidade do estomago derivada de muitas meditações e de estudos.

LOUVORES DO CAFÉ

As sobreditas verdades foram resumidas em eloquentemente pelo

doutissimo Haberlack pag. 59 desta obra
neira:

Vescida dissolvat caffee, pegra totia pellit;
Suscitat et vigiles absque labore facil
Hinc cephalalgiae viscosa, coma, catharri,
....., colicas pellitur hocce dolor,
Digerit et crudam stomachis languentibus

excam
Plus juvat a pastu, quam juvat ante cibos
Plus quoque phlematicis, et laxo corpore obesis
Quam calidis, macris mobilibusque quadrat.

Leeuwenhoek nacarta 120". Se alguma vez tem acontecido ter eu ceádo lautamente do que costume e bebido vinho, então de manhã em lugar de Medicina, costume tomar café em maior abundancia do que uso de ordinario. Eu o bebo tão quente, e tão apressadamente, que prece impossivel poder fazê-lo: e de ordinário tenho o efeito, que entro a suar por toda a parte. E executo por este módo porque se o meu sangue acaso estiver arruinado por culpa da demasiada comida, e bebida do vinho, não se haja de expelir mais ainda de suprir o lugar da matéria expulsa com a bebida do café, ao qual, quando bebo, adoço com assucar candilado. E se com este remédio, ou por este meio o meu corpo se não restituir a sua inteira saúde, toda a Farmacoepia junta não terá para o seu restabelecimento tanto valor, quanto julgo que o café por si só tem. Ora tão bem este he o singular remédio com que a muitos anos afugento a fébre logo que a sinto". Eph. N. C. D. 2 a 3. O 198 nada absolutamente contra a vertigem tomado tres vêses ao dia (..... vencera uma Diarréa).

Ora por que se tem muitas vêses experimentado o seu efeito anodimo, ora é aperitivo não faltou quem afirmasse ter sido a bebida do café o remédio que a Helena applicára para expelir a destreza do animo, ao qual Homéro chamou Repenttes. Mas outros negam e os Art. dividem a este respeito os seus sentimentos. Veja-se a Pedro Petit acerca do Repenttes de Homéro, impresso em *Utrecht* em 1869, 8. Segundo Muralto não faltam Autores, que, julgando ser a antiguidade um titulo para a recommendação afirmam ter sido o café o caldo negro que os Lacedemonios bebiam. Desta sorte temos lido os prolixos louvores dados a bebida do café, o qual genericamente falando convém mais aos dotados de hum temperamento fleugmático a saber no uso quotidiano, como se esta em costume, do que aos coléricos e dotados de côres macilentas e de hum sangue movediço, aos quais principalmente é nocivo o seu uso muítre quente. Oram muito bem quando se toma esta bebida fraca e muí diluida, não muito forte e descarregada em misturando-lhe leite e ajuntando-lhe alguns pedaços de pão bem cozido, não azêdo bebendo e antes de o tomarem um pequeno copo dagua fria. Deste modo o estomago se corrôbora tanto mais, quando menos o ofende a força enfraquecedora da agua quente, os restos da comida passada se

movem, o ventre se laxa. Outros em atenção ao tom e fortaleza do estomago lançam na bebida alguma canela. Os que gostam de café carregado o bebem com leite ou nata; em razão de um e outro uma bebida alimentadora.

O célebre Lanzano transferiu para a ordem dos medicamentos o café preparado com leite, em lugar da agua e gaba a sua virtude como já experimentada na asma, na hética incipiente, na artrite, no pleuris, nas paixões histéricas e no reumatismo, e na esterilidade das mulheres, lançando-se-lhe já leite de burra, já de vaca, já de cabra, conforme o poderem as circumstancias. Veja-se as *Ephem. N. s. vol. 1 a 97*.

Não devemos calar os danos, que causa a^o corpo, quando é tomado intempestivamente. Muitos, ao depois de o tomarem, sentem tremos de mãos e palpitação de coração. Veja-se a Baglivio *d. c. e a Chzyn-Sant. pag. 89*. O que eu julgo que mais se deve attribuir ou imputar não é a demasiada abundancia de agua quente resolvendo primeiramente o estomago ao depois as febres o resto do corpo, mas também, e principalmente, a virtude estimulante da bebida nimamente saturada, sobretudo tendo o sujeito o sistema nervoso muito frouxo, e tiver bebido, estando em jejum, e numa camera fria. Neste caso, os póros cutaneos nimamente apertados fazem que o movimento, excitado dos humeres caminhe mais para o interior. Todas as vezes que o movimento

muscular faltar ao corpo, o pó do grão do café, contido na infusão, precipitado nas primeiras vias se converte em um grande farinhoso, obstruindo os vãos .. e privando o corpo do novo cilo, donde provém as moléstias originadas da retenção das evacuações costumadas por causa do sangue. viscoso. O que me fez entender o que disse Waldschmid, intempestivamente. (A bebida do café, sendo tomada sem atenção ao temperamento e a constituição prepara o caminho para huma parelesia (*Senap. vem. dol. pag. 90*).

Conforme a opinião de Willis (1) nas moléstias e na maior parte das enfermidades eefalicas a saber cefalálgia Letargo, catárro e outras tais, nas quais, além de um temperamento frio, ou menos quente, e sangue acuoso se tem o cérebro mais, certa tibieza e torpôr de espiritos animais muitas vêses se applica a bebida do café proveitosamente; porquanto continuando a tomá-lo maravilhosamente aclareia uma e outra parte da alma, e expêle os anuviamentos de quaisquer das suas funções, mas pelo contrario os que são delicados e de um temperamento bilioso, ou melancólico, e tem um sangue acreou o cérebro esquentado, os espiritos animais demasiadamente vivos, e desasocegados convém absterem desta bebida, como aquella, que é capaz de lhe perverter mais os humores, inhabilitá-los e torná-los desiguais para o exercicio de quaisquer das suas funções.

(Cópia do manuscrito existente na Bibliotheca Nacional, catalogádo sob n. 1-3, 3, 1.)

O café e sua influência na vida cambial brasileira

ÉIS O PROBLEMA : “—UM CONHECIMENTO PERFEITO DA PROCURA FORÇADA, ADIÁVEL E VOLUNTÁRIA, POR PARTE DOS COMPRADORES, AFIM DE QUE POSSA SER HARMONIOSAMENTE MODIFICADO, PARA MAIS OU PARA MENOS, O SUPRIMENTO DAS OFÉRTAS DO NOSSO CAFÉ”.

ALCEU G. D'AZEVEDO

A BALANÇA CAMBIAL

O café representa 75 % do valor da exportação total do Brasil. Representa, por conseguinte, 75 % da influência que o suprimento de nossas letras de exportação possam exercer sobre o câmbio.

O tema que O JORNAL nos distribuiu se resume, em tésse, na influência que exerce sobre o câmbio a atuação da balança comercial.

Segundo a boa doutrina é nula a influência permanente da balança comercial sobre o câmbio.

Quando um país se encontra no regimen do padrão ouro, isto é, quando seu meio circulante é convercível com o ouro, não é obrigado a importar mais mercadorias do que necessita. Os saldos de suas exportações, aumentando seu poder aquisitivo obrigam a expansão do meio circulante; se este se torna excessivo é exportável e quando deficiente pôde ser importado. O câmbio se corrige automaticamente pela alteração que provoca nas tendências e correntes de comércio, ocasionando alta ou baixa dos preços internos.

NO REGIMEN DO PAPEL MOEDA

Nos países, porém, como o Brasil sob o regimen do papel moeda, não ha saldos possíveis da balança comercial que possam trazer ouro ao país, uma vez que a permuta de mercadorias entre dois países, um sob o padrão ouro e outro sob o curso forçado tenderá ao equilibrio e o meio circulante ao desequilibrio. Teremos relutância em conservar nossos saldos de exportação no estrangeiro e será impossível importa-los sem prejuizo. Teremos, forçosamente, que importar mercadorias em vez de dinheiro, uma vez que não existe depreciação sobre mercadorias.

Resulta, por conseguinte, que nossas letras de câmbio estão conjugadas com os preços das emrcadorias em certa relação, as letras tendendo a baixar até que possam ser convertidas com lucro na compra de merca-

dorias sobre as quais não existe depreciação ou desconto.

E' isso que os economistas entendem por correção de câmbios pelo commercio.

A NOSSA IGNORANCIA DO ASSUNTO

O desconhecimento ou má compreensão desta verdade é o motivo pelo qual observamos em jornais de responsabilidade e até mesmo em documentos oficiais, em ocasiões de uma queda brusca de câmbio, apelos veementes ao govêrno para que seja incentivada a produção, elevados os direitos da Alfandega sobre o carvão e sobre o trigo que nos devoram milhões de libras esterlinas, pois o unico meio de valorizar o meio circulante é aumentar a nosso exportação e diminuir a importação de mercadorias estrangeiras afim de se conseguir um grande saldo na balança comercial!

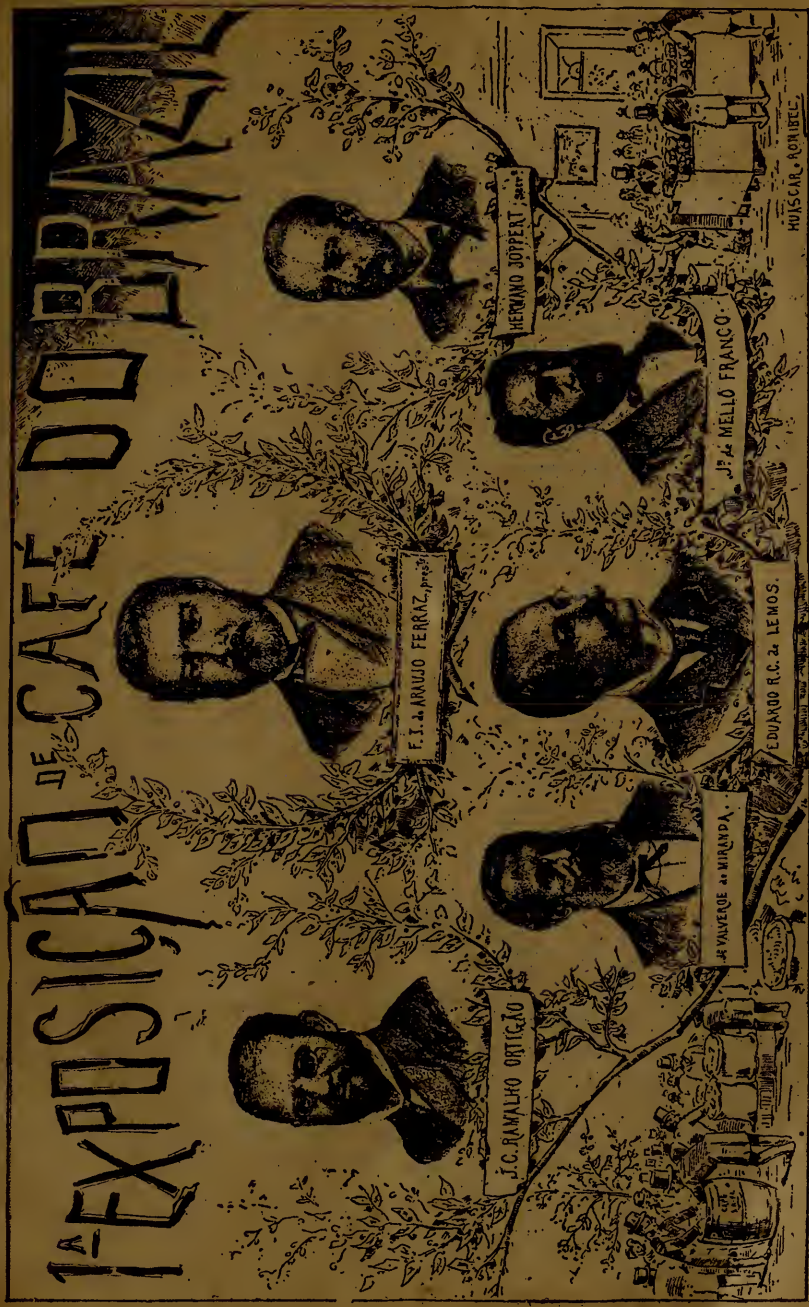
O QUE É TAXA DE CÂMBIO

Taxa de câmbio significa simplesmente preços de dinheiro estrangeiro e obedece á teoria geral dos preços, apenas com a diferença que em transações de câmbio, as “mercadorias” permutadas são ambas meio circulante, e, como observa Henrique Sigwick — as causas próximas determinantes das taxas de câmbio se encontram na procura reciproca.

Com efeito, na ordem natural da teoria dos preços, uma procura forçada de cambiais sobre Londres nas praças brasileiras, para pagamentos de importação, remessas de juros de dívida, etc., em maior escala do que as ofertas, deverá ocasionar uma baixa no nosso câmbio.

Acontece, porém, que muitas vezes os efeitos desta procura são neutralizados pela procura voluntaria de dinheiro brasileiro por parte dos estrangeiros, ou, ainda, que a procura diminue, pelo adiamento das remessas menos prementes.

Companhias estrangeiras com grandes transações de vendas de mercadorias no Bra-



EXPOSIÇÃO DE CAFÉ DO BRASIL

J.C. RAMALHO ORTIGÃO

F. J. ANJULO FERRAZ

HERNANO JOFFET

A. VALVEQUE DE MIRANDA

EDUARDO R. C. LEMOS

MELLO FRANCO

HUIS CAR. ROBERTU

COMISSÃO ORGANIZADORA

sil, muitas vezes, deixaram acumular seus depósitos nos bancos do Rio e de S. Paulo, não remetendo o produto das vendas efetuadas, aguardando melhoria de cambio brasileiro.

A RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS

A procura voluntária do meio circulante incontestável se baseia como vimos com o franco na balança que possam inspirar a estabilidade e a política financeira do governo. Este ponto de vista determinante pôde ser falso, mas momentaneamente influenciará as cotações do cambio, muito embora retomem estas, ulteriormente, a paridade de seu poder aquisitivo, seguindo a teoria de Cassel.

CAUSAS PSICOLÓGICAS

Para se conhecer, pois, as variações que poderá sofrer o cambio, deveremos conhecer não somente a procura forçada e adiável de cambiais como também a procura voluntária do dinheiro brasileiro por parte dos estrangeiros, o que exigiria um conhecimento profundo,

das causas psicológicas suscetíveis de influenciar milhares de pessoas que pensam e deliberam independentemente, nos centros financeiros do mundo.

O "PIVOT"

Pois bem; esta tarefa super-humana impossível de ser realizada de um modo rigorosamente científico, que constitui o "pivot" dos planos da defesa do café. O regente do Instituto deve possuir um conhecimento perfeito da procura forçada, adiável e voluntária por parte dos compradores, afim de que possa ser harmoniozamente modificado para mais ou para menos, o suprimento das ofertas do café brasileiro.

COMO NA BÍBLIA...

E' possível que no sr. Mario Tavares tenhamos a reencarnação do José da Biblia, que tão proficientemente manejou as colheitas de trigo do Egito, durante os sete anos de vacas magras e os sete anos de vacas gordas, sempre assoprado pela sabedoria divina.



INDICE DA MATERIA

Sistemas adotados pelos fazendeiros de S. Paulo na venda do café.....	465
Distribuição das despesas no de produção do café.....	469
São João Marcos da região de Campo Alegre.....	476
A marcha das culturas no terreno do Espírito Santo.....	481
The Leopoldina Railway Company Ltd.....	482
Uma irmandade de grandes cafésistas e civilisadores — OS TELXEIRA LEITE.....	484
Sangue Noster.....	490
Barbacena e o café.....	497
•Vassouras.....	498
O licôr dos Trópicos.....	501
Manipulação dos tipos de café para os mercados estrangeiros.....	504
† A intervenção dos Estados na lavoura cafeeira.....	505
•Hegemônia do vale do Paraíba.....	517
Preparo e benefício do café.....	521
O café no extremo Norte.....	525
O café em Alagôas.....	527
A galanteria dos antigos debates parlamentares.....	632
“Caféiro ou Cafézeiro”?.....	535
Um grande centro caféiro — JUIZ DE FÓRA.....	536
São João del-Rei e o café.....	537
Um município em que o café impera—Carangola.....	537
Algumas providencias officiais relativas ao café.....	538
O café Catarinense.....	540
•O Mecanismo do comércio de café no mercado do Rio de Janeiro, antes e depois da queda do Imperio.....	543
—As terras róxas e cançadas e a cultura do cafeeiro.....	545
Um viveiro morto da mão de obra negra para o cafezal.....	548
Uma relevante circumscrição cafeeira do Oeste de Minas—PERDÕES.....	552
A época da punhalada.....	553
A cultura do café em Goiás.....	560
A cultura do café apresenta nesta momento a maior força económica do Brazil..	564
•A Inglaterra e o comércio brasileiro do café.....	567
O café alimento e na alimentação.....	569
—Nordeste.....	572
O trabalhador nacional na lavoura de S. Paulo.....	576
O café no Ceará.....	577
O café em Minas Gerais.....	578
O café, em Minas, como agente de riqueza, como fatôr demográfico, etc.....	583

Bréves considerações sobre o comércio de café em Minas	589
A tributação e a produção cafeeira de Minas Gerais	591
Processo de beneficiamento do café em Minas	597
• A colonização Mineira nos grandes latifúndios de café do Estado do Rio de Janeiro	605
Subsídio para a historia do café em Minas Gerais	618
Estado atual da cultura do cafeeiro em Minas	635
Bicas, formôso município cafeeiro	630
• Um gigante da cultura cafeeira — MURIAHE'	651
Desenvolvimento ou decadência dos cafesais conforme as zonas, em Minas	652
Influência da lavoura do café no Estado do Espirito Santo sôbre o movimento do	
porto de Vitória e as rendas aduaneiras	655
Uma circumscrição cafeeira da zona do campo — PALMIRA	652
Elemento estrangeiro na cultura cafeeira de Minas	658
O café no Norte de Minas	664
Um poeta mineiro e o café	665
Um cientista mineiro e o café	666
Entre o salão e o cafezal	667
— Bibliografía brasileira e estrangeira sobre o café no Brasil	670
— A praça de Santos como centro de redistribuição do café	689
• Defeza do café'	690
Bibliografia estrangeira	692
O comércio de café na Argentina	733
A iniciativa da regularização da oferta como meio de defeza do café	738
→ Os transportes marítimos do café e as correntes compensadoras	742
O crédito bancario no Espirito Santo e o apoio que presta a lavoura do café	749
A influência do café na formação industrial do Brasil	753
Cultura cafeeira no Ceará	757
O dinamismo brasileiro	761
A cultura cafeeira na Baía	762
A repercursão do café no saldo da balança comercial do Brasil	771
Um romance histórico sôbre o café	775
• Os caminhos antigos pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de	
Janeiro	777
— Evolução e distribuição das safras de café, por Estado	784
A influência da imigração branca sôbre a lavoura de café no Espirito Santo	787
O café e os fatores meteorológicos	794
• A influência do café nas finanças Fluminense	800
• O café Resedense	804
O uso do café em Minas Gerais	807
• Cantagalo	808
O café e a pecuária	809
• Os commissários há meio século	812
Exhumação histórica do café	815
• O centro de comércio de café do Rio de Janeiro	818
O café anedótico	820
O café e a musica	823
O café do Brasil na Holanda	825
A lavoura do café no Amazonas	826
Impostos de entrada de café em diversos países importadores	828
+ O café e a econômia nacional	837
Yugoslavia	839
+ Valorização e defeza do café	841
O café bebida intelectual	842
• Os transportes urbanos de café no Rio de Janeiro	843
Conselheiro Antonio Prado	848

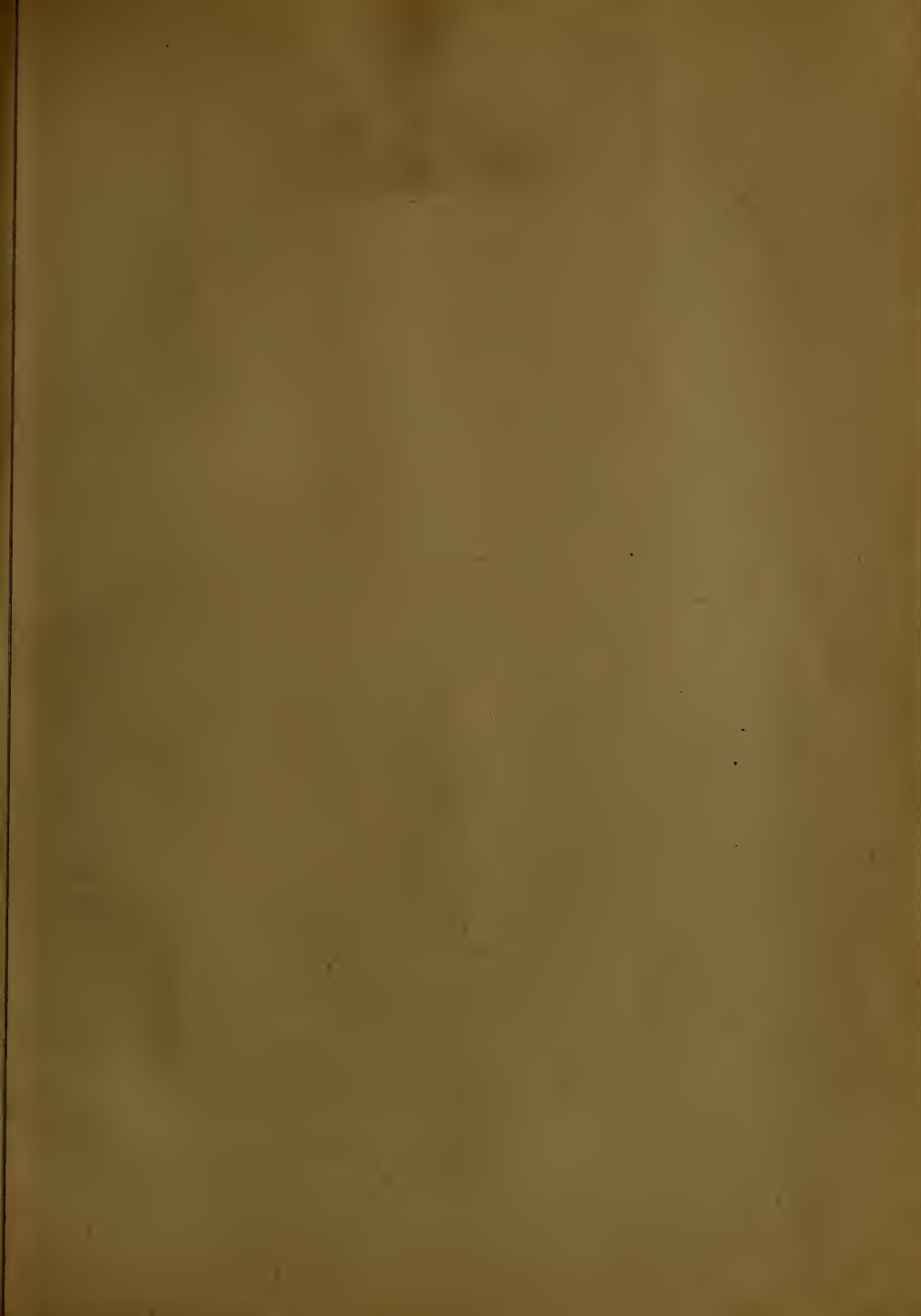
A lavoura cafeeira em Pernambuco.....v.....	850
A propaganda do café.....	852
O Visconde de Indaiatúba.....	854
O café em Itapecerica.....	855
A cultura do café no Espírito Santo.....	856
A ação da propaganda no consumo internacional do café.....	860
O café no comércio internacional do Brasil.....	862
O comércio de café no interior de São Paulo.....	864
A repercursão da abolição no lavoura do café.....	867
Golpe de vista sôbre as forças econômicas do Estado de São Paulo.....	883
A importancia no café no intercâmbio comercial e social americano-brasileiro.....	888
A política em prol da café.....	889
Café e Câmbio.....	894
O café na Alemanha.....	899
Um grande cafézista do Oeste de São Paulo.....	901
*As estradas antigas do transporte de café no Estado do Rio.....	902
Ponta de Trilho.....	910
O café na Baía.....	912
O café no Paraná.....	917
O maior dos Bréves, impressionante figura de gentilhomen rural.....	919
O café brasileiro na Argentina.....	924
*O café em Petropolis.....	925
Café e câmbio.....	928
A influência do café no desenvolvimento do Espírito Santo.....	930
Cultura mecânica do cafeeiro.....	933
Sinopse da legislação do Estado do Espírito Santo sôbre o café.....	935
A lavoura cafeeira no Amazonas.....	937
Os serviços publicos de electricidade e viação urbana em Belo Horizonte.....	942
O centro da Lavoura e do Comércio e a propaganda do café brasileiro na Russia.....	945
Pai João.....	946
Iguassú.....	947
A função do comissário, outróra, na produção do café.....	949
Notas de uma viagem á noroeste do Estado de São Paulo.....	950
Um fiscador de Ouro Verde.....	951
Cafeeiro ou Cafezeiro?.....	952
Memória sobre o café De João Christovão Rieger, Prussiano de Lussemburg.....	953
O café e sua influência na vida câmbial brasileira.....	960

ILUSTRAÇÕES

Guindaste carregando café no Porto do Santos.....	472-473
Terreiros dos Snrs, João Lobato Galvão e Matheus Paiva, em S. Martinho e Muquy, no Espirito Santo.....	480-481
O café transportado pela Leopoldina Railway.....	488-489
Colheita de café em uma fazenda Paulista.....	520-521
O conselheiro PAULINO SOARES DE SOUZA.....	536-537
Cafetal da Cia. Agricola "ARAQUA'" em S. Paulo.....	544-545
Acácia plantada por David Campista.....	568-569
Uma vista panorâmica de CARANGOLA.....	584-585
Pavilhão de ingresso ao Cáis do Porto.....	592-593
O porto de Santos, logo após a construção do cáis.....	616-617
Cafeeiro robusta de 2 anos.....	656-657
O Porto de Santos antes de ser construído.....	688-689

O café penetrando pela esteira automaticaa no Porto de Santos.....	744-745
Dinamismo Brasileiro.....	760-761
Paisagem do Saco de Mangaratiba.....	776-777
Tropas no início do século passado chegando ao porto da Estrela.....	800-801
Vista parcial das ruínas de Porto das Caixas.....	816-817
Cafeeiro "Robusta" em plena floração em Manáus.....	826-827
Vista parcial da fazenda S. Martinho, no Espirito Santo.....	856-857
A Bolsa de Café em Santos.....	864-865
Cena da venda de escravos.....	872-873
Ponte sôbre o Rio Pomba no Estado do Rio.....	904-905
Comendador JOAQUIM JOSE' DE SOUZA BREVES.....	920-921
A Rua General Camara em Santos.....	928-929
Detalhe de um cafezal em S. Paulo.....	936-937
Fazenda Cachoeirinha.....	944-945
A casa onde se hospedou D. PEDRO II, em Estrela, Estado do Rio.....	952-953
Primeira Exposição de Café do Brasil.....	960-961





633.73(81)(091)

B823

nal do Café.
io de sua introdução no

NOME DO LEITOR

em

177

108

07-83

1-85

09-86

1-88

11/90

Enca de...
Libra Regional...
...
...
...
...

mk

/mk

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Se, findo o prazo de empréstimo (2 semanas), o livro não for devolvido, será cobrada uma multa.

O prazo acima poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

Modelo I

